

António Inácio Correia Nogueira

Capitães do Fim

Universidade Fernando Pessoa
Porto 2015

António Inácio Correia Nogueira

Capitães do Fim

Universidade Fernando Pessoa
Porto 2015

© 2015
António Inácio Correia Nogueira
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

António Inácio Correia Nogueira

Capitães do Fim

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Rui Leandro Alves da Costa Maia.

RESUMO

ANTÓNIO INÁCIO CORREIA NOGUEIRA: *Capitães do Fim*.

(Sob a orientação do Professor Doutor Rui Leandro Alves da Costa Maia)

Nos anos terminais da Guerra do Ultramar, a Academia Militar deixou de cumprir, por falta de candidatos, a sua missão capital: formar as elites militares intermédias de combate. Os Capitães do Quadro Permanente soçobraram. Ficou-se em presença de um Exército quase miliciano, num clima de forte contestação à guerra e de fraca motivação para lhe dar continuidade. No entanto, a defesa do Império, a todo o custo, era a política vigente, apesar do visível cansaço da Nação.

Para ajudar a obviar este desiderato, e de forma surpreendente, foi determinada por despacho de 20 de Julho de 1970 do Ministro do Exército, Horácio José de Sá Viana Rebelo, a formação acelerada de Capitães milicianos na Escola Prática de Infantaria. Formaram-se à volta de cento e sessenta por ano. Em cerca de catorze meses fazia-se de um estudante universitário, quase sempre, em estágio avançado de licenciatura ou já licenciado, um Capitão combatente para actuar nos teatros de guerra mais exigentes de Angola, da Guiné e de Moçambique. O modo de selecção destas novas elites pelejadoras, e a formação apressada a que foram sujeitas, deram ensejo a que alguns as apelidassem, desdenhosamente, de “Capitães de proveta” ou “de “aviário”. Aplica-se, neste contexto, em alternativa, a expressão *Capitães do Fim*.

Como foram seleccionados, formados e que desempenhos e protagonismos tiveram estes Capitães, nos teatros de Angola, da Guiné e de Moçambique, no comando de Companhias em quadrícula ou independentes de intervenção?

A resposta tem enquadramento na sociologia e na história, ainda que de especificidade militar, em coerente *continuum* de procedimentos metodológicos qualitativos e quantitativos. Com recurso a autobiografias e a histórias de vida de guerra de muitos dos actores-Capitães ainda vivos, valorando-se dessa forma o tecido da participação-acção, entrecruzando os fios de vida das pessoas com aquilo que foi o seu

terreno, o irrepetível e o individual, e contribuindo para a construção de conhecimento, procura trazer-se luz a um assunto que, no tempo, vai certamente, com reinterpretações, ter continuidade de investigação.

ABSTRACT

ANTÓNIO INÁCIO CORREIA NOGUEIRA: *Captains of the End*

(Under the supervision of Prof. Rui Leandro Alves da Costa Maia)

In the final years of the Ultramarine War, due to candidates' scarcity, the Military Academy stopped complying to its core mission - to train the middle ranked fighting military elites. The commissioned captains foundered. All left was a quasi-militia army amongst strong opposition to war and lack of motivation to pursue it. However, the stated policy was the protection of the Empire, at all costs, despite the evident strain of the Nation.

To support this aspiration, and surprisingly, it was determined, by the promulgation of the Army Minister, Horácio José de Sá Viana Rebelo, decree of 20th July 1970, to speedily train a militia of captains at the Infantry Practical School. Around one hundred and sixty captains were graduated per year. Within about fourteen months, a university student, often in later stages of his five-year full-time first degree (*licenciatura*), or already graduated, was converted into a fighting captain to act in the most demanding war circumstances in Angola, in Guinea and in Mozambique. The selection methods of these new belligerent elites and their rushed training, led to their, pejorative, appellation of the "beaker" or "avian" captains. Alternatively, henceforth, in this context, they will be referred to as *Captains of the End*.

How were these captains selected, trained and which performance and role had in the war environments in Angola, in Guinea and in Mozambique, in charge of both territorial companies or independent platoons?

The answer is framed in sociology and history, even though with military specificity, in coherent *continuum* of qualitative and quantitative methodological procedures. Resorting to autobiographies and histories of war episodes of many still alive actors-captains, and hence valuing the fabric of the participation-action, and crisscrossing life yarns of people with what was their own grounds, the unrepeatable and

the individual, and hence contributing to building knowledge, to shine light on one subject that, in the future, will certainly, be subject to reinterpretations and further research.

RÉSUMÉ

ANTÓNIO INÁCIO CORREIA NOGUEIRA: *Capitaines de la Fin*

(Sous l'orientation du Prof Rui Leandro Alves da Costa Maia)

Au cours des années des terminaux guerre outre-mer, l'Académie militaire n'a pas respecté, faute de candidats, leur capitale mission: former des élites militaires provisoires de lutte. Le cadre permanent de capitaines a sombré. Est resté en présence d'une armée presque milicien dans un climat de forte opposition à la guerre et de la faible motivation de donner une continuité. Toutefois, la défense de l'Empire était à tout prix la politique en vigueur, malgré la fatigue visible dans la nation.

Pour remédier à ce souhait et étonnamment, il a été déterminé, par arrêté du ministre de l'armée, 20 juillet 1970, Horácio José de Sá Viana Rebelo, accéléré la formation des capitaines de milice à l'école d'infanterie. Formé d'environ cent soixante par an. À environ quatorze mois était un étudiant, presque toujours, à un stade avancé de degré, ou déjà une licence, un combattant de capitaine à effectuer dans les théâtres les plus exigeants de la guerre en Angola, en Guinée et au Mozambique. La sélection de ces nouvelles élites combattants et la formation hâtive dont ils sont victimes, a donné lieu à certains de l'appellent, avec mépris, comme «in vitro» ou capitaines de «Volière». S'applique, dans ce contexte, comme alternative, les *Capitaines de la Fin*.

Comment ont été sélectionnés, formés et ce en direct et l'envie d'avoir ces capitaines dans les théâtres de l'Angola, en Guinée et au Mozambique, en charge de compagnies de la grille ou indépendante de l'intervention?

La réponse a cadre en sociologie et en histoire, quoique spécificité militaire cohérente *continuum* des procédures méthodologiques qualitatives et quantitatives. En utilisant les autobiographies et des récits de vie de beaucoup de joueurs guerre-capitaines encore en vie, en prenant soin lui-même, de cette manière, le tissu de participation-action, traversant les fils de la vie des personnes atteintes de ce qu'était sa terre, l'inimitable et l'individu et qui contribuent à la construction des connaissances, cherche

à apporter la lumière sur une question qui, dans le temps, va certainement, avec des réinterprétations, avoir une continuité de la recherche.

DEDICATÓRIAS

Primeiro, ao meu neto Hugo

[Porque me desapareceste?
Estarei sempre aqui à tua espera.
Depois lá, onde perdura sem fim,
O sono de marfim.]

De seguida, aos cinco *Capitães do Fim* mortos na guerra e na descolonização

Enxergo-vos,
Petrificados nessas paredes frias,
E, dos meus olhos,
Abatem-se lágrimas azedas,
Salgadas,
Doloridas,
Carcomidas,
Pelas tragédias
Da mata e do capim.
É o tudo que é nada,
Meus Amigos...
Desaparecidos.

Por Fim, à neta Lúcia

A minha memória futura.

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas ao Professor Doutor Rui Leandro alves da Costa Maia, pelas importantes observações produzidas em sede de orientação e pela transmissão permanente de incentivos.

Gostaria também de deixar algumas palavras de sincero apreço e reconhecimento a todos aqueles e aquelas, são muitos para os enumerar, que me deram um apoio especial ao longo da caminhada. Em cada texto habitam sempre mais vozes do que a singular assinatura deixa decifrar. E este trabalho não é excepção.

Cabe depois efectuar um agradecimento público aos *Capitães do Fim* que acederam a reconstruir pedaços das suas vidas e patrocinaram, triplamente, a investigação: como Capitães, como homens e narradores. A disponibilidade para partilhar memórias, azedas ou gratificantes, para ceder documentos, para estabelecer contactos, ou para elucidar episódios, foi uma constante. Tenho para com eles uma enorme dívida, que nenhum escrito poderá inteiramente saldar. De entre todos, devo destacar os participantes nos relatos, “histórias de vida”, nos depoimentos ou os que deram a conhecer, de diversas formas, as suas autobiografias. São eles: Abílio Delgado, Albertino Pereira, Aluay Neves, Beja Santos, Benjamim Almeida, Carlos Anahory, Carlos Martinho, Carlos Piçarra, Carlos Tavares, Ernesto Bruno, Fernando Castro, Fernando Real, Florentino Amado, Francisco Ramos, João Londral, Joaquim Carvalho, Jorge Dias, José Marques, José Mendes, José Reis, Leonel Cabrita, Luís Marcelino, Luís Reis, Manuel Cruz, Manuel Vaz, Marcos Ferreira, Mário Pessoa, Miguel Amado, Nuno Ferreira, Pereira de Almeida, Óscar Soares, Raúl Azevedo, Rui Pinto, Rui Silva, Serafim Santos, Silva Santos, e Queiroz Cabral.

Também quero agradecer aos oficiais do Quadro Permanente, aos quais foi solicitada colaboração, pelos trabalhos inspiradores, pelas observações críticas e pelas respostas dadas aos questionários endereçados. São eles: Abílio Afonso, Amaro Bernardo, Aniceto Afonso, António Pena, Armando Taborda, David Martelo, Fernando Vicente, Hugo Borges, João Sena, Joaquim Mensurado, José Aparício, José Belo,

Manuel Monge, Manuel Rebocho, Matos Gomes, Marques Mendes, Perazat Correia, Pires Veloso, Salazar Braga, Soares da Cunha, Tomé Pinto e Vasco Lourenço.

Pretendo de igual modo agradecer a todos os antigos combatentes que responderam a *e-mails*, a cartas e atenderam telefonemas, participando assim na tarefa árdua de localização dos *Capitães do Fim*.

Devo também sublinhar os bons acolhimentos recebidos da Biblioteca da Academia Militar, do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Geral do Exército, do Centro de Documentação 25 de Abril e do Centro de Psicologia Aplicada do Exército. Encontrei uma disponibilidade que cumpre registar, indispensável para este estudo ver a luz do dia. Beneficiei, especialmente, de auxílio e de conhecimentos dos seus prestimosos técnicos.

Gostaria, ainda, de assinalar a minha profunda dívida para com as pessoas sem as quais, por diferentes motivos, esta caminhada não seria uma realidade. A todos os que me apoiaram na morte do meu neto e na minha doença crónica, nomeadamente a Ana, a Rita, o Nuno, o Patrício e a Carla que, desde sempre, acompanharam e deram, quantas vezes pelo silêncio, o estímulo de que eu necessitava.

A finalizar, uma gratidão enorme, a Eugénia Nogueira, minha empenhada revisora e conselheira.

Índice

Índice de instrumentos de recolha de dados	XXVIII
Índice de figuras	XXIX
Índice de quadros	XXXII
Índice de tabelas	XXXIII
Índice de apêndices e anexos	XXXV
Lista de abreviaturas e símbolos	XXXVI
Notas introdutórias: compaginando o rumo da investigação	1
1. A interdisciplinaridade	1
2. <i>Capitães do Fim</i> : na Guerra Colonial, Guerra do Ultramar ou na Guerra de África?	1
3. <i>Capitães do Fim</i> : seleccionar e formar para bem desempenhar e protagonizar	4
4. <i>Capitães do Fim</i> : actores de um Exército quase-miliciano	8
5. As partes de um todo	10
PARTE A – Enquadramento teórico - Guerra(s) e instituição militar	12
Capítulo I – Sociologia Militar e História Militar: traços essenciais	13
1.1. Sociologia Militar: historial breve e legitimidade científica	13
1.2. O ensino superior da Sociologia Militar: o caso da Academia Militar	17
1.3. Contributo(s) de quatro académicos portugueses para a história e afirmação da Sociologia Militar	18
1.4. A História Militar: relevância, renovação e revalorização	21
Capítulo II – Estratégia: a arte da guerra	30
2.1. Formulações teóricas sobre a guerra e a estratégia	30
2.2. Novo conceito de estratégia: campo conceptual	35
2.3. RMA ou revolução nas questões militares	37
2.4. A RAM II e a concepção pós-moderna da estratégia	38
2.5. Os conflitos actuais	39
Capítulo III – A(s) Guerra(s)	41
3.1. Início da modernidade: conceito de guerra	41
3.2. A guerra: uma interrogação permanente	41

3.3. Estudo científico da guerra: abordagem	44
3.4. Guerras internas	45
3.5. A guerra revolucionária: apresentação	47
3.6. Caracterização estratégica do fenómeno subversivo	48
3.7. A estratégia e as componentes da contra-subversão	51
3.8. A fase insurreccional da guerra subversiva: tácticas comuns na Guerra do Ultramar	53
Capítulo IV – Da instituição militar	54
4.1. As ideias-força	54
4.2. Um “campo social semi-autónomo”	56
4.3. A razão de ser diferente	58
4.4. Profissão, profissionalização, profissionalismo militar	60
4.5. Especializações funcionais	62
4.6. Análise de modelos	65
4.6.1. A lógica vocacional e profissional	65
4.6.2. Modelos de Huntington e de Janowitz	66
4.6.3. O modelo de Moskos	67
Capítulo V – Liderar, comandar, desempenhar	70
5.1. Conceitos e tipos de elite	70
5.2. Os líderes e o conhecimento tácito	71
5.3. Exercício da liderança eficaz em contexto militar	72
5.4. Comando: uma liderança	73
5.5. Qualidades centrais e representativas do “bom oficial”	75
5.6. Desempenhos	75
5.6.1. Doutrinas de bom desempenho	76
5.6.2. Argumento conceptual de bom desempenho	79
Capítulo VI – A «guerra à guerra», os anos do fim da guerra e da descolonização (1970-1975): contributos	81
6.1. Anos Setenta: a guerra, a anti-guerra e a «guerra à guerra»	81
6.1.1. Anti-guerra e «guerra à guerra»	81
6.1.2. A guerra e a «guerra à guerra»	84
6.2. <i>Capitães do Fim</i> : a Guerra que enfrentaram e o Exército que encontraram	86
6.2.1. <i>Quadrillage</i> e africanização	86
6.2.2. A unidade base da Guerra do Ultramar	87
6.2.3. Um Exército predominantemente milicianizado	89

6.2.4. Capitães do Fim: conjuntura política desacertada para entrar na guerra	90
6.3. A situação na Guiné	90
6.3.1. Misseis e outras armas: os facilitadores do fim	90
6.3.2. A emboscada de Quifaro: o paradigma de um fim próximo	91
6.3.3. A operação Grande Empresa: o último mito	92
6.3.4. O reabastecimento a Guidage e a operação Amílcar Cabral	93
6.3.5. Por uma Guiné melhor ou, seja, a Guiné para os Guinéus	94
6.3.6. Março de 1974: o esforço final de guerra do PAIGC	94
6.3.7. A motivação para o combate corroída e desconstruída pelo tempo e pelo poder militar crescente do inimigo	95
6.3.8. Zonas de luta armada na Guiné: a visão dos defensores da «guerra à guerra»	97
6.4. A situação em Angola	97
6.4.1. Área de subversão circunscrita	97
6.4.2. A operação Madeira	100
6.4.3. A célebre emboscada de Acuito-Nhonga protagonizada pela UNITA	101
6.5. A situação em Moçambique	101
6.5.1. Kaúlza de Arriaga : o mito do fim da guerra	101
6.5.2. Operação Fronteira e a sua centralidade Nangade	103
6.5.3. O que sobrou do mito Kaúlza de Arriaga: a rebelião dos colonos na cidade da Beira	104
6.6. A situação global	105
6.6.1. Da guerra	105
6.6.2. Das vulnerabilidades da organização	106
6.6.3. Da guerra: ideias resumo	108
6.7. O ciclo descolonizador: fragmentos da realidade	108
6.7.1. ONU e OUA: instrumentos essenciais de descolonização	108
6.7.2. Os normativos balizadores da autodeterminação e independência das Províncias Ultramarinas Portuguesas	110
6.7.3. O processo da Guiné: um acordo rumo à independência quase tranquilo	112
6.7.4. Processo de Angola: controverso e pleno de constrangimentos	114
6.7.5. O processo em Moçambique: impotência na continuação da guerra	120
6.7.6. O pensamento de Melo Antunes	122
6.8. Enquadramento final: doutrinário e de situação	123
6.8.1. A Companhia como Exército em miniatura e de serviços mínimos	123

6.8.2. Da complexidade de funções à complexidade da sobrevivência	124
6.8.3. Mau desempenho das unidades do Exército em 1973: evidências	125
Parte B – Enquadramento metodológico	126
Capítulo VII – O fio condutor: estratégia e procedimentos	127
7.1. Estratégia	127
7.1.1. Traços teóricos	127
7.1.2. Organização crítica de algumas práticas	128
7.1.3. Práticas extensivas: Questionário Central e documentos emergentes	133
7.1.4. Práticas intensivas do género biográfico	134
7.1.5. Outras práticas: comparativas e de análise	137
7.1.6. Síntese da estratégia	138
7.2. Os fundamentos e procedimentos	139
7.2.1. A tríade	139
7.2.2. A aclaração dos objectivos e hipóteses	140
7.2.3. O (entre)cruzar objectivos e hipóteses	142
7.3. Instrumentalizar os procedimentos	144
7.3.1. A procura dos <i>Capitães do Fim</i>	144
7.3.2. As histórias de vida	146
7.3.3. Autobiografias	148
7.3.4. Depoimentos de oficiais do Quadro Permanente	149
7.3.5. Os comandados dos <i>Capitães do Fim</i>	150
7.4. Construção da amostra e do QC	153
7.4.1. Construção da amostra para o QC	153
7.4.2. Capitães não respondentes e não encontrados	155
7.4.3. A construção do QC: pré-inquéritos e pré-testes	157
7.4.4. Obtenção e análise de dados do Questionário Central	159
7.4.5. Quadro síntese da táctica instrumental da investigação	160
Parte C – Apresentação e discussão dos resultados de pesquisa	162
Capítulo VIII – Selecção e formação: análise da história e dos procedimentos	163
8.1. O “Exército Miliciano” e o mito da “Nação em Armas”	163
8.2. A Guerra do Ultramar: milhares de jovens-adultos feitos oficiais milicianos	165
8.2.1. O desinteresse pela Academia Militar	165
8.2.2. Corpo de OM	167
8.2.3. Contágio político feito por OM aos QP	169

8.3. Os Capitães QP: estudo sintético, mas comparativo, do seu percurso formativo	172
8.3.1. Academia Militar: a sua escola	172
8.3.2. Análise à qualidade destes cursos da AM, dos seus frequentadores e da sua celeridade	177
8.4. Formação básica e especializada dos oficiais milicianos	181
8.4.1. Os COM: sua organização curricular	181
8.4.2. Os formadores do COM	184
8.4.3. Formação complementar	187
8.5. Capitães em falta: formas de os formar e convocar	189
8.5.1. Ingresso no QP de oficiais milicianos	189
8.5.2. Os «Convocados»	191
8.5.3. Duas opiniões antagónicas sobre «convocados»	192
8.6. A última via do desespero de causa: a selecção de <i>Capitães do Fim</i>	193
8.6.1. A constatação da não existência de Capitães QP	193
8.6.2. A selecção dos <i>Capitães do Fim</i>	195
8.7. O diversificado processo formativo dos <i>Capitães do Fim</i>	213
8.7.1. O 2º ciclo COM e estágio em campanha	213
8.7.2. O estágio em campanha	214
8.7.3. Curso de Comandantes de Companhia	216
8.7.4. Síntese formativa e análise comparativa de trajectos militares	220
8.8. Militares do QP: as quatro ideias sobre selecção, formação e comportamentos dos <i>Capitães do Fim</i>	223
8.8.1. Depoimentos	223
8.8.2. Quatro ideias finais	229
Capítulo IX – Questionário Central: análise de resultados	231
9.1. Tratamento do Questionário Central: resultados obtidos	231
9.2. De alguns antecedentes de vida à incorporação no Serviço Militar Obrigatório [I]	231
9.2.1 Locais de nascimento dos <i>Capitães do Fim</i>	231
9.2.2. Escolaridade e profissões dos pais dos <i>Capitães do Fim</i>	231
9.2.3. Data de nascimento e entrada no SMO dos <i>Capitães do Fim</i>	233
9.2.4. Habilitações académicas dos <i>Capitães do Fim</i> no acto da sua incorporação	234
9.2.5. Agregado familiar e profissões já desenvolvidas	236
9.2.6. Actividades desenvolvidas de contestação à Guerra do Ultramar	237

9.3. Da incorporação na EPI (instrução, instrutores, ambiente, contestação à guerra) [II]	238
9.3.1. Da incorporação dos <i>Capitães do Fim</i> e dos seus instrutores na EPI	239
9.3.2. Conteúdos programáticos transmitidos na formação	242
9.3.3. Procedimentos individuais ou colectivos contra a guerra	244
9.3.4. Sentimentos despertados pelo primeiro dia na EPI e pelo último no final da especialidade	249
9.4. Sobre a selecção e a formação para a função Capitão [III]	251
9.4.1. Sobre a selecção para se ser <i>Capitão do Fim</i>	251
9.4.2. Sobre a formação especializada para se ser <i>Capitão do Fim</i>	255
9.5. Sobre a formação e instrução da Companhia [IV]	261
9.5.1. Formação, instrução e embarque	261
9.5.2. Zonas de acção dos <i>Capitães do Fim</i>	266
9.6. No comando da(s) Companhia(s) em teatro de guerra [V] [VI] [VII]	267
9.6.1. Actividade operacional e acção psicossocial, modos de vida, incidentes com o IN	267
9.6.2. Relacionamento dos <i>Capitães do Fim</i> com subordinados e superiores hierárquicos	274
9.6.3. Gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia	280
9.6.4. Substituição na Companhia e desempenho de outras funções não operacionais	281
9.6.5. As dificuldades tidas e a formação recebida	282
9.6.6. Acidentes na guerra e durante os actos finais do processo de descolonização	283
9.7. Protagonismos na guerra, na conquista da democracia, na obtenção da paz, nos actos finais da descolonização [VIII]	284
9.7.1. No 25 de Abril e no MFA	285
9.7.2. Participação no processo de descolonização	285
9.8. Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido [IX]	287
9.8.1. As formas de reconhecimento de mérito	287
9.9. Das consequências da guerra [X]	289
9.9.1. Nos estudos e na vida profissional	289
9.9.2. Na saúde	290
9.9.3. No enriquecimento humano e profissional	291
9.10. A passagem à disponibilidade e a vida civil pós-guerra [XI]	292
9.10.1. Da passagem à disponibilidade: traços do momento	292
9.10.2. Percursos profissionais ao longo da vida	294

9.11. Depoimentos para Memória Futura [XII]	295
9.11.1. Contextualização	295
Capítulo X – Resultados da pesquisa sobre os <i>Capitães do Fim</i> não respondentes ou não encontrados	297
10.1. Locais e modos de acção e intervenção dos <i>Capitães do Fim</i>	297
10.1.1. Acção e intervenção	297
10.1.2. Locais de intervenção	300
10.2. Casos paradigmáticos de intervenção e acção	302
10.2.1. Em Angola	303
10.2.2. Na Guiné	309
10.2.3. Em Moçambique	317
10.3. Algumas profissões desempenhadas por estes <i>Capitães do Fim</i>	322
10.4. Considerações finais	323
Capítulo XI – Pontos marcantes de cinco (Auto)biografias	325
11.1. Cinco (auto)biografias militares	325
11.1.1. Apresentação	325
11.2. Autobiografia [AB1]	326
11.2.1. O antes e o após o Serviço Militar Obrigatório	326
11.2.2. A selecção e a formação	326
11.2.3. Desempenhos e protagonismos	331
11.3. Autobiografia [AB2]	333
11.3.1. O antes e o após o Serviço Militar	333
11.3.2. A selecção e formação	334
11.3.3. Desempenhos e protagonismos	335
11.3.4. As últimas palavras sobre a circunstância da guerra e do seu fim	339
11.4. Autobiografia [AB3]	340
11.4.1. O antes e o após o Serviço Militar Obrigatório	340
11.4.2. Selecção e formação na EPI e em Angola	340
11.4.3. Desempenhos e protagonismos	344
11.5. Autobiografia [AB4]	347
11.5.1. O antes e o após o Serviço Militar.	347
11.5.2. Selecção e formação na EPI e em Angola	347
11.5.3. Desempenhos e protagonismos	352
11.6. Autobiografia [AB5]	359
11.6.1. O antes e o após o Serviço Militar	359

11.6.2. Selecção e formação	359
11.6.3. Desempenhos e protagonismos	360
11.7. Considerações finais	365
Capítulo XII – Trinta Capitães do Fim: Estudo de histórias de vida e de depoimentos	366
12. Critérios utilizados e apresentação dos procedimentos	366
12.1. O Capitão que prendeu o seu Comandante de Batalhão – História de vida [HV1]	367
12.1.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	367
12.1.2. A selecção	367
12.1.3. A formação	368
12.1.4. Desempenhos	368
12.1.5. Protagonismos	369
12.2. O Capitão do Chão Felupe – História de vida [HV2]	370
12.2.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	370
12.2.2. Selecção e formação	371
12.2.3. Desempenhos	371
12.2.4. Protagonismos	372
12.3. O Capitão voluntário de Bajocunda – História de vida [HV3]	373
12.3.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	373
12.3.2. A selecção do Capitão	374
12.3.3. A formação do Capitão	374
12.3.4. Desempenhos	375
12.3.5. Protagonismos	377
12.4. Um Capitão em Muié: fazer a guerra do lado das pessoas – História de vida [HV4]	377
12.4.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	377
12.4.2. Selecção e formação	377
12.4.3. Desempenhos	378
12.4.4. Protagonismos	381
12.5. O Capitão do inferno de Caio Guembo – História de vida [HV5]	381
12.5.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	381
12.5.2. A selecção	382
12.5.3. A formação	382
12.5.4. Desempenhos	383
12.5.5. Protagonismos	384

12.6. O Capitão guerrilheiro de Nambude – História de vida [HV6]	384
12.6.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	384
12.6.2 Selecção	385
12.6.3. Formação	385
12.6.4. Desempenhos	385
12.6.5. Protagonismos	387
12.7. O Capitão de Cobumba – Depoimento [D1]	387
12.7.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	387
12.7.2. A selecção	388
12.7.3. A formação	388
12.7.4. Desempenhos	389
12.7.5. Protagonismos	390
12.8. O último Capitão de Jemberém – História de vida [HV7]	390
12.8.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	390
12.8.2. A selecção	391
12.8.3. A formação	391
12.8.4. Desempenhos	392
12.8.5. Protagonismos	394
12.9. Capitão em Bessa Monteiro – História de vida [HV8]	394
12.9.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	394
12.9.2. Selecção	395
12.9.3. Formação	395
12.9.4. Desempenhos	396
12.9.5. Protagonismos	397
12.10. O Capitão de Quiende e Zau-Évua – Depoimento [D2]	397
12.10.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	397
12.10.2. A formação	398
12.10.3. Desempenhos	399
12.10.4. Protagonismos	400
12.11. Considerações sobre os dez <i>Capitães do Fim</i> relevantes para o objecto de estudo	400
12.12. O Capitão do golpe de Cabinda – História de vida [HV9]	401
12.12.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	401
12.12.2. Selecção	402
12.12.3. Formação	402

12.12.4. Desempenhos	403
12.12.5. Protagonismos	405
12.13. O Capitão polícia e desactivador de quartéis – História de vida [HV10]	405
12.13.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	405
12.13.2. Formação	406
12.13.3. Desempenhos	407
12.14. O Capitão de Caboxanque: a cultura e a guerra – História de vida [HV11]	407
12.14.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	407
12.14.2. Formação	408
12.14.3. Desempenhos	409
12.14.4. Protagonismos	411
12.15. Cessar-fogo em Angola: Capitão primeiro protagonista – História de vida [HV12]	412
12.15.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	412
12.15.2. Selecção	412
12.15.3. Formação	413
12.15.4. Desempenhos	414
12.15.5. Protagonismos	415
12.16. O Capitão do último Batalhão do Leste – História de vida [HV13]	415
12.16.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	415
12.16.2. Selecção	416
12.16.3. Formação	416
12.16.4. Desempenhos	417
12.16.5. Protagonismos	420
12.17. Considerações relevantes para o objecto de estudo	421
12.18. O Capitão da operação Grande Empresa – História de vida [HV14]	422
12.18.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	422
12.18.2. Selecção	422
12.18.3. Formação	423
12.18.4. Desempenhos	423
12.18.5. Protagonismos	426
12.19. O Capitão que Spínola enganou – História de vida [HV15]	426
12.19.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	426
12.19.2. Selecção	427

12.19.3. Formação	427
12.19.4. Desempenhos	428
12.19.5. Protagonismos	429
12.20. Tenente de Abril, Capitão da paz – História de vida [HV16]	430
12.20.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	430
12.20.2. Selecção	431
12.20.3. Formação	431
12.20.4. Desempenhos	432
12.20.5. Protagonismos	433
12.21. Considerações relevantes para o objecto de estudo	434
12.22. Um Capitão de Nangade – História de vida [HV17]	435
12.22.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	435
12.22.2. Selecção	436
12.22.3. Formação	436
12.22.4. Desempenhos	436
12.23. Capitão Comandante do Comando Operacional da Mucaba – História de vida [HV18]	438
12.23.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	438
12.23.2. Selecção	439
12.23.3. Formação	439
12.23.4. Desempenhos	439
12.23.5. Protagonismos	439
12.24. Capitão Comandante de Cabo-verdianos – História de vida [HV19]	440
12.24.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	440
12.24.2. Selecção	440
12.24.3. Formação	441
12.24.4. Desempenhos	442
12.24.5. Protagonismos	443
12.25. O «Capitão puto» de Guilege – Depoimento [D3]	443
12.25.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	443
12.25.2. Selecção	444
12.25.3. Formação	444
12.25.4. Desempenhos	445
12.25.5. Protagonismos	446
12.26. O revoltado Capitão de M’pozo e Tomboco – Depoimento [D4]	446

12.26.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	446
12.26.2. Formação	447
12.26.3. Desempenhos	448
12.27. Um Capitão que depois foi Coronel – História de vida [HV20]	448
12.27.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	448
12.27.2. Selecção	449
12.27.3. Formação	449
12.27.4. Desempenhos	450
12.27.5. Protagonismos	451
12.28. O Capitão de Nova Coimbra – História de vida [HV21]	452
12.28.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	452
12.28.2. Selecção	453
12.28.3. Formação	453
12.28.4. Desempenhos	454
12.28.5. Protagonismos.	455
12.29. Capitão do conhecido Batalhão Banazol – Depoimento [D5]	455
12.29.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	455
12.29.2. Selecção	456
12.29.3. Formação	457
12.29.4. Desempenhos	458
12.29.5. Protagonismos	459
12.30. Considerações relevantes para o objecto de estudo	459
12.31. Capitão para Geba – História de vida [HV22]	460
12.31.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	460
12.31.2. Selecção	462
12.31.3. Formação	462
12.31.4. Desempenhos	462
12.31.5. Protagonismos	463
12.32. O <i>Capitão do Fim</i> que viveu o fim - História de vida [HV23]	463
12.32.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	463
12.32.2. Formação	465
12.32.3. Desempenhos	466
12.32.4. Protagonismos	467
12.33. O Capitão do Grafanil – História de vida [HV24]	468
12.33.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	468

12.33.2. Formação	468
12.33.3. Desempenhos	469
12.33.4. Protagonismos	470
12.34. Considerações relevantes para o objecto de estudo	470
12.35. <i>Capitão do Fim</i> : Procurador-Geral da República na Guiné – História de vida [HV25]	471
12.35.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório	471
12.35.2. A selecção do Capitão	472
12.35.3. Formação	472
12.35.4. Desempenhos	473
12.35.5. Protagonismos	474
12.35.6. Considerações relevantes para o objecto de estudo	475
12.36. Apreciações finais indispensáveis ao objecto de estudo	475
Capítulo XIII – O contraditório dos comandados	477
13. Para obter o contraditório dos comandados	477
13.1. Introdução	477
13.2. As respostas e a sua análise	477
13.3. Desempenhos e protagonismos	481
13.4. Considerações relevantes para o objecto de estudo	484
Parte D – Conclusões	485
Bibliografia	506
1. Obras de consulta ou integradas no enquadramento teórico	506
2. Revistas militares compulsadas (1970-1975)	536
3. Bibliografia digital	536
4. Vídeos visionados	538
5. Espólios e Fundos	538
Índice Onomástico	541

Índice de instrumentos de recolha de dados

Volume II – Apêndices e Anexos

Solicitação de depoimentos a oficiais do Quadro Permanente	7-8
Inquérito por questionário aos subordinados dos <i>Capitães do Fim</i>	9-11
Entrevista a um seleccionador do CEPE, oficial psicotécnico	12
Entrevista ao Director do CCC	13
Questionamentos efectuados a um Capitão formador de estágios em campanha	14
Entrevista a instrutores do Quadro Permanente e de Milicianos da EPI	15-17
História de Vida (HV) – Guião de entrevista	18
Pré-teste (PT) destinado à concepção do Questionário Central [QC] e Histórias de Vida (HV)	22-24
QUESTIONÁRIO CENTRAL [QC]	25-43
Ficha de Capitão (FC)	45

Índice de figuras

Figura nº 1 - Panfleto «guerra à guerra»	83
Figura nº 2 - Panfleto da <i>psico</i>	87
Figura nº 3 - Guiné - zonas de luta armada 1970: a visão dos defensores da «guerra à guerra»	97
Figura nº 4 - Direcções de ataque e infiltrações em Angola 1970	98
Figura nº 5 - Zonas de luta armada no leste de Angola 1970: a visão dos defensores da «guerra à guerra»	99
Figura nº 6 - Moçambique - zonas de luta armada 1970: a visão dos defensores da «guerra à guerra»	102
Figura nº 7 - Uma reunião da secção de contacto do MFA. Presença e assinatura de vários <i>Capitães do Fim</i>	113
Figura nº 8- Militar do MPLA, participante no golpe militar de Cabinda	120
Figura nº 9 - Percentagem de Capitães não respondentes e não encontrados	156
Figura nº 10 - Ficha individual de um Capitão não encontrado	157
Figura nº 11 - Programa de cadeiras - Academia Militar	177
Figura nº 12 - Anos e número de promoções a Capitão	194
Figura nº 13 - Croqui da Torrente	204
Figura nº 14 - Croqui do Muro	208
Figura nº 15 - Croqui do Muralha	209
Figura nº 16 - Análise de uma palestra	211
Figura nº 17 - Fotografia de apresentação dos novos Tenentes regressados do estágio no Ultramar	216
Figura nº 18 - A escolaridade dos pais e das mães dos <i>Capitães do Fim</i>	232
Figura nº 19 - A idade dos <i>Capitães do Fim</i>	234
Figura nº 20 - Frequência universitária dos <i>Capitães do Fim</i> no acto da sua incorporação	235
Figura nº 21 - As licenciaturas dos <i>Capitães do Fim</i> à data da incorporação	236
Figura nº 22 - Modos de participação e intervenção dos <i>Capitães do Fim</i>	238
Figura nº 23 - Turnos de incorporação dos <i>Capitães do Fim</i>	239

Figura nº 24 - Adaptação dos conteúdos programáticos à Guerra do Ultramar	242
Figura nº 25 - Aprendizagens transmitidas úteis e necessárias à Guerra do Ultramar	243
Figura nº 26 - Procedimentos contra a guerra	245
Figura nº 27 - Sentimentos expressos no acto de selecção para Capitão	254
Figura nº 28 - Predisposição segundo a condição familiar e os descendentes	255
Figura nº 29 - Acções realizadas em estágio	256
Figura nº 30 - Outras actividades proporcionadoras de distintas aprendizagens necessárias à função	257
Figura nº 31 - As três centralidades do processo de aprendizagem	258
Figura nº 32 - Classificação atribuída pelos <i>Capitães do Fim</i> ao CCC	260
Figura nº 33 - Província Ultramarina de mobilização dos <i>Capitães do Fim</i>	261
Figura nº 34 - Tratamento, enquadramento e apoio dado pelos Comandos	262
Figura nº 35 - O ano de embarque dos <i>Capitães do Fim</i>	263
Figura nº 36 - IAO na Metrópole e nas Províncias Ultramarinas	264
Figura nº 37 - Locais de realização do IAO	264
Figuras nº 38 - Factores e níveis de importância do IAO	265
Figura nº 39 - Factores de importância do IAO	266
Figura nº 40 - Número de homens comandados em teatro de guerra pelos <i>Capitães do Fim</i>	268
Figura nº 41 - Categorização dos riscos a que os <i>Capitães do Fim</i> e os seus homens estiveram expostos	269
Figura nº 42 - Tipos de actividade operacional dos <i>Capitães do Fim</i> expostos a risco elevado	269
Figura nº 43 - Tipos de actividade operacional dos <i>Capitães do Fim</i> expostos a risco intermédio	270
Figura nº 44 - Êxitos obtidos face ao inimigo pelos <i>Capitães do Fim</i>	271
Figura nº 45 - Tipos de acção psicossocial desenvolvida	272
Figura nº 46 - Caracterização das condições de vida nos quartéis	273
Figuras nºs 47, 48, 49 - Tipos de relacionamento dos <i>Capitães do Fim</i> com os subordinados	274-276
Figuras nºs 50, 51 - Tipos de relacionamento dos <i>Capitães do Fim</i> com os superiores hierárquicos	277-278
Figura nº 52 - Motivos de substituição no comando da Companhia	281
Figura nº 53 - Mortos e feridos graves	284

Figura nº 54 - O papel tido no processo final de descolonização	285
Figura nº 55 - As repostas referentes à descolonização e a cada categoria	286
Figura nº 56 - Importância da participação na descolonização	287
Figura nº 57 - Formas de reconhecimento de mérito	288
Figura nº 58 - Duração do SMO dos <i>Capitães do Fim</i>	293
Figura nº 59 - Anos de mobilização dos Capitães não respondentes e não encontrados	297
Figura nº 60 - Fichas individuais descritivas	298
Figura nº 61 - Profissões dos <i>Capitães do Fim</i>	322

Índice de quadros

Quadro nº 1 - Do combate à coragem: um conjunto intermédio de sentimentos	35
Quadro nº 2 - Um modelo da(s) guerra(s) quanto aos intervenientes e nível de coacção	46
Quadro nº 3 - Mecanismo de pacificação	48
Quadro nº 4 - Um triângulo conceptual transvazado pelo Império	56
Quadro nº 5 - Instituição militar: tipo de funções específicas que constituem a sua razão de ser diferente	59
Quadro nº 6 - Os dois eixos de especializações funcionais	63
Quadro nº 7 - Representatividade do Exército de conscrição	64
Quadro nº 8 - Tetraedro do poder	64
Quadro nº 9 - Uma encruzilhada fundamental	75
Quadro nº 10 - O movimento circular de uma investigação	127
Quadro nº 11 - Pirâmide de técnicas	139
Quadro nº 12 - A tríade	139
Quadro nº 13 - Componentes do modelo interactivo de análise de dados	366
Quadro nº 14 - Contraditório, transversalidade e triangulação	492

Índice de tabelas

Tabela nº 1 - Campo conceptual de estratégia	36
Tabela nº 2 - As cinco grandes revoluções militares na história do Ocidente	38
Tabela nº 3 - Organização social militar: institucional <i>versus</i> ocupacional	68
Tabela nº 4 - Seis tipos de elites	70
Tabela nº 5 - Categorias de conhecimento da função Comandante de Companhia	73
Tabela nº 6 - Paradigma qualitativo e quantitativo: cinco categorias diferenciadoras	129
Tabela nº 7 - O modo de cruzar objectivos e hipóteses da investigação	142
Tabela nº 8 - Perguntas do [QC] - distribuição	143
Tabela nº 9 - As características típicas requeridas para a construção da amostra	147
Tabela nº 10 - Amostra calculada	154
Tabela nº 11 - Quadro síntese da tática instrumental	160-161
Tabela nº 12 - Anos terminais da guerra: concorrentes à Academia Militar	166
Tabela nº 13 - Os artigos mais apelativos do Decreto-Lei 516/70	175
Tabela nº 14 - Plano curricular do curso Neutel de Abreu - AM	176
Tabela nº 15 - Calendarização dos trabalhos da primeira fase de selecção dos <i>Capitães do Fim</i>	197
Tabela nº 16 - Quadro anexo à nota nº 817/CG 31 Out. 70	198
Tabela nº 17 - Trajecto militar de um <i>Capitão do Fim</i> [Cap. 127]	221
Tabela nº 18 - Profissões dos pais e das mães de acordo com a classificação nacional de profissões	233
Tabela nº 19 - Profissões desenvolvidas antes do ingresso no SMO	237
Tabela nº 20 - As três categorias referentes aos instrutores do 1º e 2º ciclos do COM [II. P ₁₂]	242
Tabela nº 21 - Cruzamentos entre [P ₅], [P ₉] e [P ₁₀]	248
Tabela nº 22 - Categorias de sentimentos à entrada na EPI-início do 1º ciclo COM	249-250
Tabela nº 23 - Categorias de sentimentos à saída da EPI-final do 2º ciclo COM	251

Tabela nº 24 - O voluntariado e a idade	252
Tabela nº 25 - O voluntariado e a escolaridade universitária	252
Tabela nº 26 - O voluntariado e o desenvolvimento de uma ocupação ou profissão	253
Tabela nº 27 - Categorias intervenientes na percepção dos sentimentos na passagem à disponibilidade	293
Tabela nº 28 - ZA's dos <i>Capitães do Fim</i> de Angola	300-301
Tabela nº 29 - ZA's dos <i>Capitães do Fim</i> na Guiné	301
Tabela nº 30 - ZA's dos <i>Capitães do Fim</i> em Moçambique	302
Tabela nº 31 - O relacionamento do Capitão com os subordinados	478
Tabela nº 32 - Os incidentes disciplinares havidos	478
Tabela nº 33- Falta de competências específicas para solucionar situações complexas de âmbito operacional	479
Tabela nº 34 - Os <i>Capitães do Fim</i> tinham má preparação para o desempenho das missões que lhes foram confiadas?	479
Tabela nº 35 - Os Capitães QP melhor preparados do que os <i>Capitães do Fim</i> ?	480

Índice de Apêndices e Anexos

Volume II – Apêndices e Anexos

Apêndice I - Instrumentos de recolha de dados	6
Apêndice II - Ficha de Capitão	44
Apêndice III - Algumas tabelas e unidades de registo do [QC]	46
Apêndice IV- Cinco unidades de registo	67
Apêndice V - «Para memória futura»: os dezanove depoimentos finais	81
Apêndice VI - Exemplares de correspondência trocada com algumas instituições	90
Anexo I - Selecção e formação de <i>Capitães do Fim</i> - Documentos	109
Anexo II - A «guerra à guerra» - Documentos	133
Anexo III - Contribuições de <i>Capitães do Fim</i> para o cessar fogo e obtenção da paz - Documentos	140
Anexo IV - Avaliação do comportamento de Companhias comandadas por <i>Capitães do Fim</i> - Documentos	159
Anexo V - Operações militares - Documentos	163
Anexo VI - As grandes colunas de Angola - Documentos	189
Anexo VII - Golpe militar em Cabinda - Documentos	203
Anexo VIII - Três dos depoimentos de oficiais do Quadro Permanente	209
Anexo IX - Uma Companhia de um <i>Capitão do Fim</i> , também cultural apesar da guerra	217
Anexo X - Quatro panfletos de Acção Psicológica	220
Anexo XI- Três das histórias de vida - transcrição das gravações	225

Lista de abreviaturas e símbolos

A	Anexo
AA	Antiaérea
AB	Autobiografia
a.C.	Antes de Cristo
AM	Academia Militar
Ap	Apêndice
APSIC	Ação Psicológica
A/P	Antipessoal
ARA	Ação Revolucionária Armada
BAv	Base avançada
BANIF	Banco Internacional do Funchal
BERLIET	Viatura pesada de transporte
BCaç/BCAÇ	Batalhão de Caçadores
BCav/BCAV	Batalhão de Cavalaria
BI	Batalhão de Instrução
BR	Brigadas Revolucionárias
BTR	Blindado usado pelos países do Tratado de Varsóvia
c.	Cruzamento
Cap.	<i>Capitão do Fim</i>
CAOP	Comando de Agrupamento Operacional
CCaç/CCAÇ	Companhia de Caçadores
CCav/CCA V	Companhia de Cavalaria
CCC	Curso de Comandantes de Companhia
CCFAG	Comando-Chefe das Forças Armadas Guiné
CCParas/CCaçPáras	Companhia de Caçadores Pára-quedistas
CC	Cadernos de circunstância
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CDP	Comité de Desertores Portugueses
CECA	Comissão para o Estudo das Campanhas de África
CEP	Corpo Expedicionário Português
CEPE	Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército
cf.	Conforme. De acordo com.

CICA	Cento de Instrução de Condutores Auto
CIM	Centro de Instrução Militar
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CLAC	Comité de Luta Anti-Colonial
CMDT	Comandante
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMLP	Comité Marxista - Leninista Português
COFI	Comando Operacional das Forças de Intervenção
COM	Curso de Oficiais Milicianos
COMBIS	Comando de Bissau
Com Sec/COM SEC	Comando de Sector
COP	Comando Operacional
COPEM	Comando Operacional de Mucaba
COPLAD	Comando Operacional de Luanda
COT	Comando Operacional Temporário
COTI	Comando Operacional de Tropas de Intervenção
COTI2	Comando Operacional de Tropas de Intervenção de Luanda
CPAE	Centro de Psicologia Aplicada do Exército
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CSM	Curso de Sargentos Milicianos
CTC Av	Comando Territorial do Centro Avançado
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné
CTSAL	Comando Territorial de Salazar
CTT	Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P.
D	Depoimento
DGS	Direcção Geral de Segurança
EDP	Energias de Portugal
ELNA	Exército Nacional de Libertação de Angola
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAPLA	Forças Armadas do Movimento Popular de Libertação de Angola
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMUP	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola

FPV	Federação Portuguesa de Voleibol
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
G ₃	A arma mais utilizada pelas Forças Armadas portuguesas
GCOMB	Grupo de Combate
GEDOC	Cadernos sobre a Guerra Colonial
GEP	Grupos Especiais Pára-quedistas
GE's	Grupos Especiais
GN/Gn	Granada
GNR	Guarda Nacional Republicana
HV	História de Vida
IAO	Instrução de Aperfeiçoamento Operacional
ICA	Instrução do Corpo de Alunos
IMG	Instrução Militar Geral
INEF	Instituto Nacional de Educação Física
IN/In	Inimigo
ISCEF	Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
ISEL	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
ISPA	Instituto Superior de Psicologia Aplicada
ITI	Instrução de Tiro
Kalache	Designação dada à arma Kalashnikov
Jan, Fev... Out...	Representação dos meses do ano
JUC	Juventude Universitária Católica
LDG	Lancha de desembarque grande
LGFog	Lança Granadas Foguete
LIC	Conflitos de baixa intensidade
LSM	Lei do Serviço Militar
LUAR	Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MAPOS	Movimento Alargado de Praças Oficiais e Sargentos
Met	Metralhadora
MFA	Movimento das Forças Armadas
ML	Movimentos de Libertação
MPAC	Movimento Popular Anti-Colonial
MPLA	Movimento Popular da Libertação de Angola
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MVL	Movimento de Viaturas Logístico
NATO	Organização do tratado do Atlântico Norte
NEP	Norma de Execução Permanente

NT	Nossas Tropas
OCMLP	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OD	Observação e Análise Documental
OM	Oficiais Milicianos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização de Unidade Africana
P	Pergunta
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
Pel Art, Pel Caç, Pel Cav	Pelotão das Armas
PCP	Partido Comunista Português
PCP (m-l)	Partido Comunista Português (marxista-leninista)
PIDE	Polícia Internacional e Defesa do Estado
Pr	Programa
Psico	Designação populista de Acção Psicológica
Q	Questão
QC	Quadro Complementar de Oficiais
QEO	Quadro Especial de Oficiais
QO	Quadro de Oficiais
QP	Quadro Permanente
RAL	Regimento de Artilharia Ligeira
RC	Regimento de Cavalaria
RDM	Regulamento de Disciplina Militar
REN	Rede Eléctrica Nacional
REP/EME	Repartição do Estado-Maior
REP/QG	Repartição do Quartel General
RI	Regimento de Infantaria
RMA	Região Militar de Angola
RMA	Revolução nas Questões Militares
RPC	República Popular do Congo
RPG 2 e 7	Armas lança-granadas dos Movimentos de libertação
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
S	Subordinado
SAR	Sua Alteza Real
séc.	Século
SITREP	Relatório de situação militar
SIVAGE	Modelo de inspecção médica militar
SMO	Serviço Militar Obrigatório

SOREFAME	Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas
SUPINTREP	Relatório suplementar de informações
SUV	Soldados Unidos Vencerão
TE's	Tropas Especiais
TNT	Trinitrotolueno (explosivo)
UNIMOG	Viatura de transporte de tropas
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
ZA	Zona de Acção militar
ZML	Zona Militar Leste
ZMN	Zona Militar Norte
ZOM	Zona Operacional de Moçambique
ZOT	Zona Operacional de Tete

Notas introdutórias: compaginando o rumo da investigação

Protagonismo não. Cumpri aquilo que devia, não em relação à Pátria, não em relação ao colonialismo, mas em relação à minha consciência.

[Cap.49]. Da história de vida. 14.10.2011.

1. A interdisciplinaridade

Na sua perspectiva teórica e metodológica a Ciência Social é uma só. Mas, como a realidade social é mais complexa, tem produzido no seu seio uma grande variedade de disciplinas, que se englobaram na designação genérica de Ciências Sociais. Na perspectiva de Nunes (2001: 34-35), Amorim (1995: 216) e Silva e Pinto (1986: 313), a estas cabe estudar o comportamento do Homem na sociedade sob os mais diversos aspectos: o sociológico, o demográfico, o económico, o jurídico, o técnico, o cultural, o antropológico, o psicológico, o religioso, o ideológico ou, entre outros, o militar.

A estas áreas do saber associaram-se, com o tempo, campos especiais: a Sociologia Política, a Sociologia Jurídica, a Sociologia Económica, a Sociologia do Conhecimento, a Sociologia das Organizações, a Sociologia da Mudança, a Sociologia Religiosa, a Sociologia da Arte, a Sociologia da Civilização Moderna, a Sociologia da Família, a Sociologia Industrial, a Sociologia da Educação, a Sociologia da Informação e da Comunicação de Massas, a Sociologia Militar e outras. Para Santos (2006: s/p) são “sub-disciplinas ou especialidades”, das quais faz parte a Sociologia Militar.

A grandiosidade e a complexidade dos objectos de estudo das diversas Ciências Sociais é mais que evidente. Existe hoje consciência da necessidade, para o progresso da Ciência Social, de se dispor de consideráveis quantidades de informação providas de áreas disciplinares diversas. A Sociologia Militar, como especialidade ou sub-disciplina, pode e deve desempenhar o seu papel nesse processo.

2. *Capitães do Fim*: na Guerra Colonial, Guerra do Ultramar ou na Guerra de África?

A literatura sobre a guerra, em que participaram os *Capitães do Fim*, utiliza conceitos múltiplos, quase sempre contextualizados em função dos posicionamentos políticos ou das vivências dos seus autores. A ideologia e o existencial inspiram os nomes e, no meio dessa amálgama de conceitos e de pré-conceitos, baloiçam todos os indecisos.

Nos contactos mantidos com informantes e inquiridos, algumas centenas e todos ex-combatentes, constatou-se que a divisão é bem vincada: uns recusam apelidar a Guerra de Colonial, outros de Guerra do Ultramar e ainda alguns, tentando situar-se assepticamente ao centro do conflito em que combateram, apelidam-na de Guerra de África. Toda uma contundência a deixar transparecer memórias, porventura muito presentes, em que os protagonistas vivos associam as palavras aos problemas da resolução ou da continuidade da guerra, aos rumos concordantes ou discordantes do antes e do pós 25 de Abril e à rota da parte terminal da descolonização, para uns a possível e correcta, para outros desprestigiante e desastrosa.

Está-se pois em confrontação com um conjunto alargado de vocábulos e de unidades linguísticas, paradoxalmente, rejeitadas com veemência ou transcritas com vivacidade. Elas funcionam, ainda, como mitos e ritos, e são memórias ou causas imortais de tempos incómodos: colonialismo, colónias e guerra colonial, por exemplo, radicam com política ultramarina, províncias ultramarinas e guerra do ultramar. Enraízam ainda terrorismo *versus* guerra de libertação, terroristas *versus* guerrilheiros ou subversão *versus* guerra revolucionária.

Em 1961 começou uma guerra que durou treze anos e na qual participaram, nos anos terminais, os *Capitães do Fim*. Como se deve então apelidar o conflito? Guerra Colonial, Guerra do Ultramar ou Guerra de África?

Brandão Ferreira escreveu, na *Revista Militar*, um artigo intitulado *A colonização portuguesa no século XIX à luz da estratégia*, onde afirma:

A designação de «colónia» encontra-se já no século XVII e XVIII e o termo «província» entrou na linguagem do século XIX por via legislativa. A Constituição de 1822 já fala em «Ultramar» e «Províncias Ultramarinas». Em termos constitucionais a designação «províncias», perdurou de 1822 a 1911 durante a Monarquia, e de 1911 a 1920 na I República, e de 1951 a 1974 na II República, num total de 121 anos; enquanto o termo «colónia» foi empregue, durante 6 anos, na I República de 1920 a 1926, e 21 anos no Estado Novo de 1933 a 1951, num total de 24 anos. (2005: 301).

Entrementes, com a denominação de Acto Colonial, foi publicado em 8 de Julho de 1930 o Decreto-Lei nº 18570, de carácter administrativo e constitucional, destinado a substituir o Capítulo V da Constituição de 1911, aprovada em 21 de Agosto. Este diploma, de que foi autor Oliveira Salazar, ao tempo Ministro interino das Colónias, foi mais tarde integrado na Constituição da República de 1933, por virtude do disposto no seu artigo 132º (Decreto-Lei nº 22465 de 11 de Abril). Nele se cria o conceito de Império Colonial Português e se estabelece, claramente, a sua indissolubilidade. O Acto

Colonial é, desta forma, o diploma básico e fundamental da nossa administração colonial. Dentro dos seus princípios, e para melhor execução das regras nele estabelecidas, foram publicados numerosos diplomas regulamentares, entre os quais se destacam a Carta Orgânica do Império Colonial Português, promulgada em 15 de Novembro de 1933 (Decreto-Lei nº 23228) e revista em 1937, a Reforma Administrativa das Colónias (Decreto-Lei nº 23229) de 15 de Novembro 1933 e, em 7 de Janeiro 1936 (Decreto-Lei 26180), a nova Lei Orgânica do Ministério das Colónias.

Após a II Guerra Mundial, sublinha Ferreira (2005: 310), “deu-se início a uma fortíssima campanha anticolonialista, onde os termos «colónia» e «colonialismo» foram diabolizados, tornando-se conveniente abandonar uma terminologia que se prestava a equívocos”. Parece ter sido esta a razão fundamental para que os termos fossem abandonados na revisão constitucional de 1951, retomando-se os tradicionais Ultramar e Províncias Ultramarinas.

Província Ultramarina foi, pois, uma divisão administrativa criada pelo Estado Novo para as Colónias Portuguesas. Foi abolido o conceito de Império Colonial Português. O regime político considerava que estes territórios não eram colónias, mas sim parte integrante e inseparável de Portugal, como uma Nação Multirracial e Pluricontinental.

Procurou-se criar, segundo Fernando Rosas, uma “totalidade portuguesa” e, para tal, mudou-se a terminologia constitucional a ser acompanhada das chamadas “mudanças de conteúdo”, como sejam as reformas no regime de trabalho indígena e as alterações na política de indigenato (Rosas 1993:486). “Agiu-se assim, por um lado, num plano jurídico-formal através da mudança da terminologia usada na Constituição, passando-se da utilização dos termos *colónias* e *império* para os de *províncias ultramarinas* e *ultramar*” (Rosas 1993: 486).

Marcello Caetano abraçaria mais tarde a *autonomia progressiva e participada*, que veio a compaginar, em 23 de Junho de 1972, a nova Lei Orgânica do Ultramar Português e, em 22 de Dezembro seguinte, os estatutos das diversas províncias. Cada província passava a ter a sua Assembleia Legislativa, eleita por sufrágio directo. O sistema era, pois, de ampla descentralização política (cf. Caetano 1974: 33-36).

Marcello Caetano, em *Depoimento* de 1974, diz ter sido esta política, de autonomia progressiva, proposta ao eleitorado nas eleições de 1969. A proposta de lei

de revisão constitucional foi, em seguimento, apresentada pelo Governo à Assembleia Nacional, em 2 de Dezembro de 1970. E foram publicadas em 23 de Junho de 1972 a nova Lei Orgânica do Ultramar Português e em 22 de Dezembro seguinte os estatutos das diversas províncias (cf. Caetano 1974: 33-36).

As Províncias Ultramarinas, formalmente já com descentralização política, eram parcelas do território português aquando do 25 de Abril. Pela referida Lei Constitucional 3/74 de 14 de Maio, a Constituição política foi declarada em vigor naquilo que não contrariasse os princípios expressos no Programado do Movimento das Forças Armadas. Portanto, de harmonia com as leis vigentes, as Províncias Ultramarinas continuaram a ser partes do território Português (cf. Aguiar 1978: 44-45).

No livro, *A chamada “Descolonização” julgamentos dos responsáveis*, de 1978, Luiz Aguiar escreve ser o próprio “Dr. Mário Soares que afirma que o Programa do Movimento das Forças Armadas determina o reconhecimento do direito das populações das «províncias Ultramarinas» à autodeterminação” (Aguiar 1978: 44). Também no Programa do Governo Provisório¹ se estabelece que “a «política ultramarina» será definida com base no direito das populações dos «territórios» à autodeterminação” (Aguiar 1978: 45).

Província Ultramarina foi a designação para a divisão administrativa criada pelo Estado Novo e atribuída, em contexto de guerra, em Angola, na Guiné e em Moçambique. Foi a fórmula política de evitar que Portugal fosse considerado uma potência colonial, nos fóruns internacionais. Mas a Guerra, sob o ponto de vista administrativo-formal e constitucional, aconteceu no Ultramar. Foi, por isso, Guerra do ultramar.

3. *Capitães do Fim*: seleccionar e formar para bem desempenhar e protagonizar

No campo militar o poder do Estado existia, à altura, ainda onnipresente e onnipotente. Exigia o uso da violência física, o que surpreendia os mais esclarecidos *Capitães do Fim*, habituados aos discursos anti-guerra ouvidos no *campus universitário*.

Os *Capitães do Fim* começaram o seu percurso militar em Mafra, na Escola Prática de Infantaria, EPI. Durante seis meses de instrução, como Soldados-Cadetes, foram sujeitos a um processo de selecção nada transparente, pois poucos souberam

¹ Decreto-Lei 203/74, de 15 de Maio.

porque e como foram seleccionados, incluindo os oferecidos como voluntários que também não souberam o motivo da escolha. Neste curto período temporal eram transformados em Aspirantes-a-oficial miliciano. Poucos dias depois já eram Alferes e, nessa qualidade, embarcavam para os teatros de guerra como adjuntos de Comandante de Companhia, onde faziam um estágio de quatro meses. Regressavam, abraçavam o posto de Tenente e frequentavam um Curso de Comandantes de Companhia, CCC². Depois eram colocados em unidades mobilizadoras. Aí seriam incorporados em batalhões³ (e era em rigor para isso que estavam destinados), formando e instruindo a sua Companhia, presumivelmente, acompanhados pelo saber e experiência dos seus Comandantes⁴.

Não se cumprindo o que estava normativizado, porque a espécie Capitão rareava cada vez mais, estes milicianos começaram também a comandar e a formar Companhias independentes⁵, quantas vezes entregues a si próprios, ou mobilizados em regime de rendição individual, sem qualquer experiência de instrução e de comando, partindo para substituir outros Capitães, por diversos motivos como doença, ferimento, morte, castigo, promoções ou deslocações por conveniência de serviço.

Estes foram os Capitães que estiveram até ao fim, calcorreando os principais teatros de guerra, participando em conflitos bem complexos da ponta final da descolonização e assistindo ao arrear da soberania portuguesa, com as lágrimas nos olhos ou com o brilho de alegria neles esculpido, consoante o seu posicionamento ideossincrático.

Participaram alguns no 25 de Abril. Mais de uma dúzia ajudou à conquista da liberdade. São dos últimos, os do fim, mas não são os responsáveis pelo fim havido. Durante muitos anos os Capitães do Quadro Permanente fizeram a guerra, não se dirá sem total abnegação, mas não a ganharam. Desgastaram-se e arrastaram-se ao longo de comissões. E, para fora da instituição, deram o sinal de que o sofrimento era demasiado para as vitórias ténues alcançadas, principalmente na Guiné e em Moçambique. A

² Razão porque também são conhecidos por Capitães CCC.

³ Pelo menos 53 batalhões tinham todas as suas Companhias operacionais comandadas por Capitães CCC.

⁴ De Aspirantes-a-oficial miliciano de Infantaria, eram sucessivamente graduados em Alferes, Tenente e Capitão. Graduados ao posto de Capitão, nos termos do artigo 103º do Decreto-Lei nº 36304 de 24 de Maio de 1947, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 44048 de 21 de Novembro de 1961.

⁵ Pelo menos 73 foram comandadas por Capitães CCC.

impotência esvaziava a Academia Militar e os Capitães milicianos, CPC⁶ e CCC, tornavam-se as elites intermédias, mas fulcrais, do Exército Português entre 1970 e 1975.

O poder esboroava-se, as Forças Armadas desacreditavam-se, e os líderes imergiam perante o soçobrar da componente militar e da(s) política(s). Os *Capitães do Fim*, e outros Capitães, lá se iam «desenrascando» no auge do processo de desacreditação. Tornaram-se os “peões de brega”, “pau para toda a colher”, como diz o povo, ou os “peões das nicas” na expressão de Silva (2007: 1). Não admira que a revolta tenha chegado mansa.

Os *Capitães do Fim* foram criados numa altura em que o Exército vivia postergado debaixo do conceito designado, por vários autores, como «mente organizacional», impeditivo da organização prestar atenção a sinais e a fenómenos que já não escapavam ao paradigma social vigente, como a contestação à guerra nos meios da juventude universitária⁷. Os Capitães, de ambos os quadros, viveram imersos numa organização onde se mascarava algum do sucesso e arrogância, do passado, com a crise do momento que lhe vertia para o seu interior a complacência e a desatenção. Lobrigava-se, no seu seio, um misto de acomodação (persistência nas receitas de outrora, dificuldade em mudar de rumo) e desistência (colapso, ineficácia, resignação), com vitalidade de alguns (revisão de estratégias, criatividade, mudança) e resiliência de poucos (interpretação da crise como oportunidade para a criatividade, sentido da necessidade de mudar) (cf. Pina e Rego 2007: 109-131).

Ao tempo da formação destes *Capitães do Fim*, os altos Comandos militares não conseguem, ou não querem, ler os indícios que prenunciam o fracasso, ou lêem os sinais mas não são capazes de convencer o poder político da necessidade da mudança. Muitos deixam-se enredar pelos sucessos passados, desenvolvendo uma crença desmedida e irrealista nas suas capacidades, encarando os pequenos desaires surgidos como episódios esporádicos que a realidade e o tempo acabarão por sanar. Enquanto os desaires são relativamente pequenos, ocultam-nos ou desenvolvem argumentos que minimizam a sua importância. Mas essa acaba por ser a razão pela qual, a certo

⁶ Mancebos que, já tendo cumprido o Serviço Militar Obrigatório na Metrópole, eram pela segunda vez chamados às fileiras e mobilizados. Será o assunto retomado adiante com outra profundidade.

⁷ Assunto a que voltaremos.

momento, as derrotas e os acontecimentos problemáticos começam a ser demasiadamente grandes e já não podem ser encobertos.

A selecção e a formação dos *Capitães do Fim*, os desempenhos e os protagonismos que tiveram, desenvolveram-se neste clima. O acto de seleccionar foi o primeiro vértice de um quadrilátero complexo que permitiria identificar as competências requeridas, proporcionar reflexão estratégica, reconhecer as existentes nos seleccionáveis e prospectivar as novas competências adquiridas, decorrentes da evolução de catorze meses de formação.

A formação, o segundo vértice do tal quadrilátero, foi concebida por organizações militares que tinham sistemas cognitivos e memórias. Desenvolviam rotinas e procedimentos relativamente padronizados para lidar com a inovação a introduzir. Então muitos questionamentos se poderiam fazer. Estas rotinas continuaram a emergir nesta formação? A mudança nos processos formativos, nas estruturas e nos comportamentos aconteceu? E as aprendizagens significativas ocorreram? O itinerário formativo envolveu a concretização de novas estratégias de acção, diferenciadoras do nível mais baixo? Ou foi proporcionado o conhecimento de nível mais elevado, o que resulta da (re)estruturação de quadros de referência, da apreensão de novas habilidades, e do desenvolvimento das competências essenciais à realização de profícuas acções de comando? (cf. Fleury e Fleury 2001: 193)

Poder-se-á ainda questionar de outra forma. Teoricamente as competências ganhas pelos *Capitães do Fim*, ao longo de um processo formativo militar formal, em média de cerca de catorze meses (três meses de instrução generalista, três meses de instrução especializada, quatro meses de estágio como adjunto de Comandante de Companhia em zona de guerra, dois meses de curso CCC, e dois meses de IAO e outra formação acompanhada), com o conhecimento e os comportamentos em acção, foram significativos tornando-os aptos para o comando de uma Companhia? A experiência de vida civil e, sobretudo, os saberes adquiridos formalmente nos meios académicos universitários foram, por outro lado, âncora decisiva para as novas aprendizagens? Por último, a experiência alcançada na realização de um estágio de quatro meses⁸, como adjunto de um Comandante de Companhia, em pleno teatro de guerra, antecipando o curso CCC, poderá ter sido a melhor solução formativa?

⁸ O estágio poderá ter sido uma boa opção formativa. Esta prática foi estendida, a partir de 1972, aos alferes do Quadro Permanente e determinante para a sua promoção a Capitão.

Questionamentos relevantes da reflexão sobre os saberes tácitos e os saberes explícitos, acerca do que significa e como se pratica a prática reflexiva, os tais saberes construídos na e pela acção, a abordar em capítulo específico.

Considera-se desempenho, a eficácia e o resultado de comportamentos. Num contexto de conflito armado, é a acção de levar a efeito determinada tarefa ou serviço. Mais ainda: o modo de agir, de reagir, de se comportar ou de funcionar, especialmente em determinadas situações de violência. Desempenho também tem a ver com a capacidade dos *Capitães do Fim* para cumprir os processos conducentes ao aumento da probabilidade de obter os resultados desejados.

O *Capitão do Fim* protagonista busca colocar-se como principal sujeito da acção do grupo que comanda e, em estado de violência, desenvolve possibilidades concretas de organização.

4. *Capitães do Fim*: actores de um Exército quase-miliciano

Nos anos terminais da Guerra do Ultramar, o Exército Português deixou de ser semi-profissional, concebido no pressuposto de que os seus quadros intermédios e de responsabilidade pela táctica são profissionais, para acabar num Exército quase-miliciano. Os postos intermédios de comando, os Capitães, passaram a ser desempenhados por conscritos, milicianos do Serviço Militar Obrigatório, sendo apenas profissionais as chefias a nível de Batalhão. Existia, por vezes, nas Companhias um só actor profissional – o 1º-Sargento que, pelo fim da guerra, também deixou de o ser.

Nas Companhias – estruturas intermédias e fundamentais da Guerra do Ultramar – quase tudo era miliciano, com a agravante do recrutamento e da selecção de oficiais e de Sargentos ter sofrido desfavorável inversão de qualidade: os Alferes eram oriundos de Sargentos, os Sargentos de Cabos e os Cabos de Soldados. Os 1ºs-Sargentos, outrora os bastiões da administração e da logística das Companhias, fruto de um saber-feito e conquistado ao longo de várias comissões, começavam a escassear. Não raro passou a acontecer que Companhias, comandadas por *Capitães do Fim*, partissem para o Ultramar apenas com um 1º-Sargento ou, em sua substituição, com um Sargento miliciano portador de reduzida experiência. Os Batalhões, e outros centros de apoio operacional, de onde emanava algum poder decisório operacional e táctico, também de regulação e inspecção da gestão e da logística, sofreram sucessivos reveses ao nível do comando, aparecendo Majores a assumir Comandos de Batalhão e Capitães a ocupar o

vital posto de oficial de operações. Situações houve em que este era miliciano e outras, na parte final da guerra e no processo final de descolonização, em que *Capitães do Fim* tiveram de desempenhar interinamente, ainda que por pouco tempo, o comando do seu Batalhão. Mesmo nas tropas de intervenção e de elite, que se evidenciavam pelo rigor operacional e de gestão de pessoal, durante largos períodos as Companhias estiveram à responsabilidade de Capitães milicianos e de Alferes milicianos, embora as tropas especiais e de elite fossem comandadas por oficiais do QO, os casos da Arma de Cavalaria e de Artilharia, onde uns eram Esquadrões e outros Baterias.

Apenas o Estado-Maior dos Comandos-Chefe e de Sector, ou equivalente, continuavam a concentrar e a aconchegar quadros permanentes para tratamento, reflexão e decisão, sobre matérias diversas como táctica, logística, administração, acção psicológica, estratégia e doutrina. Entre o *ar condicionado*, como alguns lhe chamavam, e o ar da guerra e da interioridade, o isolamento foi-se cavando. Instalou-se um vazio comunicacional, por vezes já ideológico e relacional, que nem as esporádicas visitas ao mato ajudavam a curar. Entre o centro, onde se teorizava e discutia a doutrina e a estratégia, e os territórios da guerra, prenhes de isolamento e sofrimento, estabeleceu-se, na parte final da guerra, uma rede irascível e uma teia difusa de cadeia de comando, onde se faziam notar posições antagónicas em relação ao prosseguimento da luta armada. Chama-se a toda esta conjuntura institucional um Exército quase-miliciano: integrava cerca de um por cento de profissionais.

A Sociologia Militar é uma área de especialização emergente em Portugal. A problemática histórica da quase-milicianização do Exército tem sido uma faceta pouco estudada da Guerra do Ultramar, em parte, crê-se, pelas dificuldades de comunicação dentro da Instituição Militar, porventura por subsistirem controvérsias entre as elites militares profissionais e as elites militares milicianas.

A utilização de modelos de investigação centrados na participação-observação-acção pode, em contexto académico, procurar a construção de conhecimento balizada pela neutralidade axiológica, revelar-se importante e servir de protótipo para investigações homólogas.

Importa sublinhar que esta abordagem padece do facto de o seu promotor ter sido um dos *Capitães do Fim* estando, contudo, sustentada pelo enquadramento teórico e metodológico, posicionando-a numa condição externa a qualquer relato sectorial.

Integra-se a investigação nos campos da Sociologia e da História por se apreender, discutir e reinterpretar factos consumados que, correspondendo embora a uma conjuntura, se encontram em processo de produção. Muitos são os actores vivos a relatar, de diferentes perspectivas, uma história, digamos assim, em construção. Homens que passaram pelos sítios mais emblemáticos da guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique. Os seus desempenhos, e possíveis protagonismos, não são a-geográficos nem são a-históricos.

Os resultados da investigação apresentam-se por associação entre o enquadramento teórico e a discussão dos dados da recolha empírica, procurando fazer dela muito mais do que um escrito apaixonado e acrítico.

5. As partes de um todo

O trabalho tem quatro partes designadas pelas letras A, B, C e D.

Na parte A, com seis capítulos, engloba-se todo o enquadramento teórico, dando-se ênfase, inicialmente, aos traços essenciais da Sociologia Militar e da História Militar, para se discorrer em seguida sobre a estratégia como arte da guerra. Da estratégia e da guerra abordam-se as principais tipologias e políticas que as conformam; estuda-se também a instituição que as suportam e praticam. Dá-se, como consequência, a devida importância à liderança e ao comando. Termina-se apresentando contributos para o entendimento dos anos do fim da Guerra do Ultramar e da descolonização (1970-1975), reflectindo sobre «a guerra à guerra» que grassava na sociedade portuguesa, fundamentalmente nos meios académicos universitários e numa franja significativa do operariado urbano.

A parte B diz respeito ao enquadramento metodológico, com um capítulo único, onde se discute o fio condutor e a estratégia da investigação ao longo de seis capítulos.

Na parte C apresentam-se e discutem-se os resultados da pesquisa. Será de destacar: a análise da história e dos procedimentos da selecção e formação dos *Capitães do Fim*, a análise dos resultados do Questionário Central [QC], os resultados de pesquisa sobre os *Capitães do Fim* não respondentes ou não encontrados, a compreensão dos pontos marcantes de cinco autobiografias e de trinta histórias de vida. Será ainda relevante a análise do contraditório dos comandados dos *Capitães do Fim*. Ao longo de todo o texto estão também disseminados depoimentos antinómicos de militares do QP que, na condução da guerra ou na obtenção da paz, tiveram estatuto de mérito.

Por fim, a parte D, engloba considerações e conclusões finais.

Enquadra-se ainda com o trabalho, em suplemento, um conjunto vasto de apêndices e anexos, indispensáveis à sua consecução e compreensão.

PARTE A

Enquadramento teórico

Guerra(s) e instituição militar

Nós fomos mesmo *CAPITÃES do Fim*?
Fomos, fomos. Não fomos nós que
acabámos com a guerra. Mas
empurrámos muito.
[Cap.111]. Da história de vida.
10.12.2011.

Capítulo I – Sociologia Militar e História Militar: traços essenciais

1.1. Sociologia Militar: historial breve e legitimidade científica

A estruturação metodológica, hoje atribuída à Sociologia Militar, tem a paternidade dos sociólogos norte-americanos Morris Janowitz e Edward Shils que, durante a Segunda Guerra Mundial, foram adstritos ao Departamento de Guerra Psicológica do Exército (conhecido como *Psychological Warfare Division, Intelligence Branch*) e iniciaram estudos de caso, desde Junho de 1944, sobre o Exército Alemão.

Inicialmente foi-lhes dada a missão de entender o porquê do espírito voluntarioso dos soldados alemães que, apesar de estarem em situação difícil, continuavam a combater abnegadamente. O questionamento de partida para o estudo foi o seguinte: A moral dos alemães dever-se-á à capacidade de resistência ou a uma coesão e vontade de lutar impregnada pela ideologia política do nacional socialismo, ou, em alternativa, será que a sua eficiência combativa, a coesão e o espírito de corpo se devem a uma interacção conseguida e a uma dinâmica de grupo muito própria dos grupos primários?

As conclusões destes sociólogos validaram a ideia de que os soldados alemães não dependiam da sua coesão, da eficiência combativa ou do espírito de corpo, nem dos símbolos políticos, ideológicos e culturais do nazismo. O seu espírito de combate era, essencialmente, produto de um sistema de interacção gerado por uma dinâmica de grupo, própria dos laços primários. Por outras palavras: existia uma relação muito afectiva entre os oficiais alemães e os seus homens. A organização do sistema hierarquizado alemão constituía-se como um grupo primário, onde fluía uma interacção forte de compromisso na acção. Foi a partir desta resposta que Janowitz vaticinou deverem as forças armadas ser analisadas como um sistema social (cf. Pinillos 2007: 94-103; Gavidia 2006: 30).

As grandes contribuições para o desenvolvimento e conquista da legitimidade científica, por parte da Sociologia Militar, estão ligadas à criação do *Research Branch Arm's Information and Education* em 1941, onde se empenharam vários cientistas sociais; entre eles, Samuel Stouffer veio a dirigir o projecto *The American Soldier* (1949), edição em quatro volumes, com mais de meio milhão de entrevistados e duas centenas de questionários, considerado o primeiro estudo sistemático de Sociologia

Militar (in Rayan 2010: 100-137).

Na mesma linha está o estudo de Edward Shils e Morris Janowitz centrado na coesão e desintegração do Exército Alemão na Segunda Guerra Mundial (*Cohesion and Disintegration in The Wehrmacht in World War II*, 1948), e teoria do «Estado-Quartel» desenhada por Harold Lasswell em 1941, que se encontra na génese de posteriores estudos na área das relações civil-militares. Aí se caracteriza a instituição militar como a instância onde se processa a administração da violência legal organizada e se qualifica o militar como «gestor da violência». As publicações, em 1956 *The Power Elite* de Wright Mills, e em 1957 *The Soldier and the State* de Samuel Huntington (Universidade Harvard), deram contribuições inestimáveis para o esclarecimento de problemáticas (cf. Cobra 2005: 32-34).

O desencadeamento da guerra na Europa fez florescer a psicologia social e a sociologia nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Desenvolveram-se estudos sobre: o moral das tropas e dos quadros; a população civil na guerra e no pós-guerra; a reinserção dos combatentes e a sua readaptação à vida civil; as formas para a resolução de problemas com os prisioneiros de guerra; a mentalidade e o comportamento militares. Mais tarde, emergem outras preocupações em redor das seguintes temáticas: profissão e organização militar; relações civil-militares; recrutamento e composição social das Forças Armadas; as Forças Armadas como sistema social. Na década de Cinquenta/Sessenta a maior apreensão da Sociologia Militar centrou-se no estudo da carreira dos oficiais e na profissionalização das Forças Armadas, bem como na ruptura vivente entre a sociedade civil e a militar e na (re)construção da sua necessária inter-relação. Charles Moskos (1971, 1973, 1978, 1986, 1988, 1991), Morris Janowitz (1960, 1967, 1985, 1990), Samuel Huntington (1985, 1996) e Sam Sarkesian (1972), embora muitas vezes em desacordo, deram contributos inestimáveis para o esclarecimento de muitas daquelas problemáticas em discussão. Questionaram uns e defenderam outros, a suposta imutabilidade das profissões militares e envolveram-se na apetecida discussão entre o que é ser soldado profissional *versus* ser soldado ocupacional (cf. Pinillos 2007: 94-103).

Há estudos que são referências permanentes e citações obrigatórias dos trabalhos académicos actuais. Mencionam-se por exemplo: os relacionados com o conceito de profissão militar, a que estiveram ligados, entre outros, Charles Moskos (1978, 1988), Harold Lasswell (1941), Morris Janowitz (1960, 1967, 1990) e Samuel Huntington

(1996); os modelos de profissionalização militar que mereceram a melhor atenção de Charles Moskos (1988) e Frank Wood (1988); as relações civil-militares e forças armadas-sociedade em que Huntington (1985, 1996) era exímio; a sociologia das organizações militares (perspectiva sociológica da organização, evolução da organização) que recebeu as reflexões valiosas de Charles Moskos (1988), Kurt Lang (1972), Morris Janowitz (1985, 1990) e David Segal (1984, 1993, 1990). Também Vilfredo Pareto (1991) se debruçou sobre as ascensões militares por méritos de guerra, a causa mais directa da circulação de elites, um circuito de ascensão mais rápido que o proporcionado pelos partidos políticos e oligarquias. Wright Mills (1956, 1959, 1982) tratou aprofundamente as elites e analisou os diversos actores que estruturavam o poder nos Estados Unidos, apelidados pelo cientista de “altos círculos ou elites”. Neles incluiu o grupo social militar que escarpeliza. Menciona “os senhores da guerra” e investiga a sua ascendência nos diferentes grupos de poder do país. Por último, acolhe-se a polemologia onde brilharam Gastón Bouthoul (1964, 1974, 1979, 1991) e Raymond Aron (2009) [cf. Pinillos 2007: 94-103].

São de realçar os modelos contrastantes, concebidos e reflectidos para as Forças Armadas por Huntington e Janowitz, respectivamente designados por “modelo divergente ou institucional” e “modelo convergente ou ocupacional”(Cobra 2005: 177), e o “modelo plural, segmentado e híbrido” e conciliador, desenvolvido por Moskos (1978: 41; 1988: 16-75) que se referirá mais adiante.

Todo este viveiro sociológico, no espaço da Sociologia Militar, também se deve à criação em 1962, no âmbito da Associação Internacional de Sociologia, do *Research Comité on Armed Forces and Society*, hoje denominado *Armed Forces and Conflict Resolution*, em redor do qual se tem desenvolvido investigação especificamente sociológica, conduzida por sociólogos de várias proveniências geográficas, ideológicas e políticas (Cobra 2005: 34).

Há e houve, sem dúvida, um sem número de cientistas sociais a produzirem conhecimento nesta área de especialização. NcNamara (*in* Câmara 2008: 12)

...já tinha notado que se a I Guerra Mundial foi a Guerra dos químicos, e a II Guerra Mundial a Guerra dos físicos, poderia bem acontecer que a III Guerra Mundial viesse a ser a dos cientistas sociais. Pensa-se que a III guerra já aconteceu, sob curiosa designação de Guerra-Fria, sendo efectivamente, em larga medida, a guerra dos cientistas sociais (Câmara 2008: 12).

Nela se podem englobar as três frentes da Guerra do Ultramar: de Angola, da Guiné e de Moçambique. Fazia-se sentir, principalmente na Guiné, o papel operacional

dos cientistas sociais e dos instrumentos produzidos pelos seus labores. A sua presença era já bem notada no recrutamento, na selecção, no treino, na avaliação e na adequação do pessoal militar, como o foi no caso dos *Capitães do Fim*, bem como em acções de persuasão, na propaganda e na contra propaganda, no controlo e na adesão das populações e também na acção psicológica – a bem conhecida «psico»⁹.

A Sociologia Militar tem vindo a colher alguns adeptos em Portugal. A percursora foi Maria Carrilho, em 1985, com uma tese de doutoramento proposta ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, que é um esclarecimento sociológico do papel dos militares. Estudou, de acordo com a opinião de Medeiros Ferreira, “os militares perante a mudança política, mas, em momentos fortes, atomizados no tempo: 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926, 25 de Abril de 1974” (Ferreira 1992: 18). Seguiram-se algumas outras investigações em campos de estudo diversos. Entre 2000 e 2010, destacaremos, de entre outras, as de: Helena Carreiras (2004) – As mulheres e as Forças Armadas; Saudade Baltazar (2005) – Caracterização das forças armadas e seus relacionamentos com a sociedade civil; Lurdes Fonseca (2002, 2008, 2009) – Sociologia da profissão militar; David Rosado (2009) – Organização de ensino militar; Proença Garcia (2010) – Sociologia da guerra; Manuel Rebocho (2009) – Elites Militares na Guerra de África; António Rosinha (2003, 2009) – Conhecimento tácito em contexto militar. Algumas delas serão suporte significativo ao trabalho.

Através de mestrados, de doutoramentos e de projectos de investigação integrados em centros de investigação, algumas instituições de ensino superior português vão desbravando uma área científica que, há mais de 50 anos, já era considerada pelo General António Pinheiro (1985: 9) de importância estratégica para as Forças Armadas. De destacar, ainda, os doutos contributos pessoais: de Adriano Moreira (1979, 2000, 2001, 2009, 2011) com imensos estudos já efectuados, por exemplo, sobre as campanhas de África, natureza das Forças Armadas e privatização da guerra; de Pizarat Correia (1988, 1994, 2000, 2002, 2004, 2005, 2010) sobre a descolonização, recrutamento africano, geoestratégia e geopolítica, teoria do combate e evolução do pensamento estratégico; de Loureiro dos Santos (1983, 2006), que abordou estratégia militar e democratização. Muitos outros autores serão mencionados.

⁹ Consulte-se o Anexo X [(AX1), (AX2), (AX3), (AX4)]-Panfletos de Acção Psicológica.

Bem-vinda é a recente Revista de Sociologia, editada pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército, criado em Fevereiro de 1993 pelo Decreto-Lei n.º 50, no âmbito das “reorganizações do Exército” e actual herdeira do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército¹⁰, instituição responsável pela selecção dos *Capitães do Fim*, que, pela primeira vez, estuda conjuntamente a Psicologia e a Sociologia Militar. No historial do organismo alude-se, a certa altura, ter-se o CPAE multiplicado numa “série de novas actividades e estudos que muito têm contribuído para o desenvolvimento da Psicologia e da Sociologia Militar e para o prestígio do Exército” (CPAE 2001). Para além da selecção, “muitas áreas da Psicologia e da Sociologia surgem hoje ligadas a factores humanos, a factores ambientais, a liderança, a psicologia clínica e a psicologia das organizações”. (CPAE 2001).

1.2. O ensino superior da Sociologia Militar: o caso da Academia Militar

A Sociologia Militar faz hoje parte, de corpo inteiro, do *corpus* curricular da Academia Militar, a quem são atribuídos três tempos semanais e quatro créditos. Dos “requisitos prévios” ao programa em vigor, desde o ano lectivo 2007/2008, apreende-se que as Ciências Sociais, e os seus ramos, são essenciais para a formação dos futuros oficiais do Exército. Os objectivos consignados no programa da disciplina aspiram a:

...fornecer aos futuros oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana conhecimentos básicos sobre a Instituição Militar, os modelos de relacionamento da Instituição Militar com os seus membros e de estes entre si, situação actual das relações entre a Instituição, a sociedade e o poder político, e os desenvolvimentos prováveis do processo de profissionalização, indispensáveis à compreensão do papel do oficial face à sociedade e ao Estado (Pr. AM 2007 s/p).

Pretende-se também a aquisição, pelos futuros militares, de um conjunto vasto de capacidades e de competências, “sendo que no respeitante a estas últimas, serão de realçar as de âmbito Sistémico/Organizacional, Cognitivas, Emocionais, de Comando e Liderança” (Pr. AM 2007 s/p)¹¹.

¹⁰ O início da guerra colonial em Angola obrigou a que o Centro de Estudos ficasse sobrecarregado com “as tarefas de selecção de pessoal, procedendo aos exames de avaliação psicológica nas Escolas Práticas e Centros de Instrução. Neste período é de realçar o estudo e classificação das especialidades militares e a adaptação de testes e respectivos estudos psicométricos”. Durante a década de 60, “são experimentadas e desenvolvidas técnicas para a selecção de graduados, nomeadamente o estudo e implementação da avaliação através de provas de dinâmica de grupo”. São construídas, em todas as Escolas Práticas das Armas e Serviços, pistas de obstáculos que “permitem criar situações de observação, que muito contribuem para o estudo do indivíduo no que se refere às relações psico-sociais nos grupos, e na avaliação de características resultantes da especificidade da função militar” (Citações Fundos do CEPE, doc. pol., s/d; s/p).

¹¹ A vertente de conteúdo está organizada em três partes. A Parte I trata assuntos como a “Conflitualidade e violência”, a “Gestação da força armada”, a “Guerra e política”, “As causas da guerra”, “A «guerra justa»”. A Parte II acolhe as “relações civil-militar”, “A natureza das Forças Armadas”, “A cultura

Este programa segue a esteira de quem pensava há uns anos, como militar, dever a Sociologia Militar possuir uma importância estratégica para as Forças Armadas Portuguesas, facto que não se verificava na altura. O General António Pinheiro considerava, então, que devia ser “uma área científica a desbravar” e já afirmava:

A sociologia militar é um ramo da sociologia que estuda fenómenos sociais decorrentes da e na instituição militar nas suas diversas manifestações, procurando constatar regularidades e uniformidades de comportamentos, nas relações humanas, e, na medida do possível, formular leis ou verificar as tendências inerentes, aquelas que possam permitir a definição de procedimentos a adoptar na melhoria das condições de relacionamento do factor humano com vista a uma maior eficácia no cumprimento dos objectivos contidos na missão a desempenhar pela estrutura militar, seja em campanha, seja em tempo de paz. (Pinheiro 1985: 9)

O uso e, por vezes, a apologia recente e metodicamente progressiva das Ciências Sociais pela instituição militar, e pelas suas escolas de ensino, está inevitavelmente associado ao que Janowitz denominou por «civilianization» das Forças Armadas, “expressão que pretende significar a convergência ocupacional dos militares e dos civis, assim como a óbvia interpenetração das organizações na sociedade actual” (Baltazar 2005: 47). Portanto, “apesar da instituição militar pretender conservar a sua relativa independência, esta apropria-se das técnicas e dos recursos materiais «civis» para os organizar de forma distintiva”, ou seja, “A convergência dos militares face à sociedade global manifesta-se de modo privilegiado pelo tipo de actuações que realizam e pelos conhecimentos de natureza orgânica a que recorrem” (Baltazar, 2005: 47).

É claro que o interesse “pela análise sociológica da instituição militar, quer seja com a finalidade de uma maior compreensão do seu funcionamento interno quer pela necessidade de identificação do tipo de relações que esta estabelece com a sociedade envolvente, torna-se manifestamente evidente”(Baltazar 2005: 47).

1.3. Contributo(s) de quatro académicos portugueses para a história e afirmação da Sociologia Militar

Maria Carrilho tem vindo a interrogar-se sobre o grande embaraço da afirmação universitária da Sociologia Militar sendo que, “a partir do fim dos anos vinte, no contexto norte-americano, começam a ganhar forma e reconhecimento as sociologias sectoriais e especializadas que se encontram hoje completamente instaladas” (Carrilho 1985: 38-40).

militar”, “Forças Armadas e poder político”. Por último, a Parte III trata “As Marcas da Modernidade”, abrangendo “Forças Armadas na transição para o século XXI”, “Forças Armadas e minorias”, “A integração das mulheres”, “O associativismo militar”, “A profissionalização”, “Os militares e o campo de batalha”, “Opinião pública e Forças Armadas”, “Os referenciais da mudança”, “As novas missões do guardião-soldado”, “A revolução nos assuntos militares”, “As empresas militares privadas” e a “administração da violência organizada” (Pr. AM 2007 s/p).

A investigadora considera as razões, para que tal aconteça, incertas em factores de natureza ideológico-cultural e teórica. Há, no entanto, segundo a autora e outros estudiosos, tais como Moskos e Jenkins, outras contribuições para as reticências no reconhecimento da Sociologia Militar. Uma delas é a tradição daquilo que denominam pesquisa *in-house*, verificando-se serem as investigações sociológicas referentes às Forças Armadas essencialmente realizadas no âmbito dos organismos militares, orientadas fundamentalmente mais para a recolha de dados do que para a análise sociológica. e com finalidade nitidamente mais prática do que teórica (cf. Carrilho 1985: 38-40).

Maria Carrilho fala-nos também do início da Sociologia Militar, de estudos que são a base teórica desta especialidade e são os seus primórdios, como sejam “os estudos específicos referentes ao fenómeno da guerra e a revista intitulada *The American Soldier*”. A sua explicitação vem contextualizar e ampliar a informação já atrás referida. Afirma a autora:

Ainda antes do final da 2.^a Guerra Mundial aparecem estudos específicos, referentes ao fenómeno da guerra, entre os quais é de salientar a série de monografias sobre as consequências sociais e económicas do primeiro conflito mundial nos países europeus, financiadas pela Fundação Carnegie entre 1919 e 1941, e, principalmente, *The Study Of War*, de Quincy Wright, elaborado no ambiente da Universidade de Chicago, sobre os múltiplos aspectos militares, jurídicos, sociológicos, psicológicos da guerra, que pode ser considerado precursor de uma área de estudos sociológicos: a da análise das causas, decurso e efeitos das guerras e conflitos armados. Também na iminência da 2.^a Guerra Mundial constitui-se, na New School for Social Research, um grupo interdisciplinar que publica *War in Our Time*, um conjunto de ensaios sobre aspectos económicos e sociais da guerra. (Carrilho 1985: 38).

Maria Carrilho considera ter sido a grande mudança encetada no Exército dos Estados Unidos, durante a II Guerra Mundial, que incrementou e modelou esta especialização militar no âmbito das Ciências Sociais:

Um exército relativamente pequeno e de sistema voluntário – menos de 300000 efectivos em 1940 – irá alcançar a dimensão de oito milhões de homens no fim da guerra, com um sistema de conscrição. Com o objectivo de estudar e solucionar problemas de natureza psicológica e sociológica levantados pela necessidade de uma rápida mobilização, é criado, em 1941, pelo Governo dos Estados Unidos, o Research Branch of Army's Information and Education. [...] Ligados à investigação do Research Branch aparecem sociólogos como Paul Lazarsfeld, Rober K. Merton, Samuel Stouffer, John Dollard.

Da ingente recolha de informação (mais de 200 relatórios, centenas de milhares de entrevistas a soldados) resultariam quatro volumes intitulados *Studies in Social Psychology in World War II*. (Carrilho 1985:39).

Saudade Baltazar, investigadora da área, no seu minucioso e profundo trabalho de doutoramento, e no livro nele baseado escrito em 2005 sob o título *As forças armadas portuguesas desafios numa sociedade em mudança*, trabalha modelos de

relação exército-sociedade, muito na senda dos estudos de Samuel Huntington na década de 50 (cf. Baltazar 2005: 46-47).

A emergência da Sociologia Militar, como área de conhecimento, granjeia-lhe as melhores reflexões, e a sua reduzida tradição de pesquisa também. Diz Baltazar:

É de facto paradoxal a situação de atraso no estudo das Forças Armadas – instituição presente em todas as sociedades com Estado, cuja actuação tem sido determinante nas mudanças políticas, sociais e económicas e que na actualidade possui os meios para a destruição da humanidade (Baltazar 2005: 47).

Braz da Costa é um cultor da Sociologia Militar. Dos seus estudos sobressai, neste âmbito, um artigo seu publicado na revista *Nação e Defesa*, sob o título Forças Armadas e Sociologia, onde, para além de outras questões, se interroga sobre o porquê de uma Sociologia Militar e sobre os obstáculos na sua investigação (Costa 1984: 118-125; 129-137).

Apoia e demonstra o “duplo interesse” das relações possíveis a estabelecer entre a Sociologia e as Forças Armadas, fundamentalmente ao nível da “arte de comandar”:

O mundo militar é dilatado, complexo e, além do mais, processa a administração da violência organizada. Nele coexistem homens (em alguns exércitos também mulheres, o que naturalmente colocará outra espécie de questões) das mais diversas proveniências, com diversos estatutos, desempenhando papéis rigidamente diferenciados, obedecendo a rituais e ao culto de um conjunto de valores específicos ou de virtudes militares, com materiais dos mais simples aos tecnologicamente mais avançados.

É uma instituição que vive com militares profissionais, com jovens recrutados e com elementos civis. Cada um destes grupos de seres sociais coloca tipos diferentes de questões a serem equacionadas, além das inerentes ao interrelacionamento entre si (Costa 1984: 124).

Sobre a pesquisa em Sociologia Militar aponta as “circunscritas no conceito civil-militares”, de onde nascem múltiplas investigações que “têm permitido estudos e análises comparativas dessas relações entre diversos sistemas políticos” (Costa 1984: 125). Apresenta situações perturbadoras dessas mesmas investigações, onde o “primeiro obstáculo que se coloca ao investigador da coisa militar é a própria instituição militar” (Costa 1984: 131), pois os seus elementos “institucionalizaram um conjunto de medidas tendentes a salvaguardar o segredo militar, a segurança da própria instituição, o seu relacionamento com o poder, a política e a Sociedade no geral”(Costa 1984: 132).

Existem hoje novos problemas nas Forças Armadas e novos campos de investigação.

O serviço militar voluntário, e a reintegração sócio-profissional dos ex-militares voluntários, assumem importância indagativa para a investigadora Lurdes Fonseca

(2009). Este é um assunto presente e de repercussão significativa nas Forças Armadas actuais, em plena ruptura organizacional com o passado.

Segundo se sabe, as Forças Armadas portuguesas assumem-se hoje como «profissionalizadas» o que tem sido usado, segundo a investigadora, “como sinónimo de voluntarizadas e de crescentemente qualificadas” (Fonseca 2009: 6). Na sua concepção:

A crescente necessidade de qualificação e especialização técnica e operacional dos militares redundou, desde logo, no aumento médio da qualificação dos seus recursos humanos em geral, o que teve, evidentemente, especial impacto nos estratos tradicionalmente menos qualificados. Depois, a diversidade de qualificações «civis» dada pela crescente complexidade científica, técnica e organizacional da guerra moderna, implicou um rápido e estável aumento (em tamanho e importância funcional e organizacional) dos oficiais altamente qualificados em áreas estranhas às ciências militares (Fonseca 2009: 10).

Pela leitura do trabalho investigativo de Maria de Lurdes Fonseca, constata-se que este vem associar, refundir e difundir “o espectro intervencionista da Sociologia Militar e dar dinamismo à sua especialização nas questões ocupacionais e profissionais, significativamente importantes nos dias de hoje” (Fonseca 2009: 10).

Como síntese apela-se à atenção para as definições, bem gerais e sucintas, de dois sociólogos norte-americanos. Para Huntington a Sociologia Militar é a “aplicação da ciência do comportamento aos problemas directamente relacionados com a gestão militar” (1957: 83). Para Moskos a Sociologia Militar é “o estudo específico das estruturas e situações marcadas pelo emprego (ou ameaça de emprego) de uma violência organizada entendida como legítima” (1988: 15).

Nas duas cabe o objecto de estudo deste trabalho.

1.4. A História Militar: relevância, renovação e revalorização

A História Militar portuguesa foi, em períodos diversos, fascinante. Os formatos de organização da instituição militar e as formas de participação do povo-soldado, o povo pé-descalço, humilde, trabalhador, rural, analfabeto – são dignas de objecto de estudo. As formas de “Nação em Armas” e casos de serviço militar obrigatório, como o de 1570, a organização de massas das ordenanças tendo D. Dinis (1277-1325) como precursor e a fundação das milícias em 1641, são exemplos a ter em consideração. O povo sacrificado da I Grande Guerra ou da Guerra do Ultramar, atormentado dia-a-dia nas trincheiras fétidas ou no clamor da morte ardendo no calor sufocante das matas africanas, são memórias imperecíveis. E, ainda, a alma do povo guerrilheiro, durante as invasões francesas, que destroçou, em combates de profundidade, os exércitos imperiais de Junot, Massena e Soult. E tantas outras.

Não serão muitos os historiadores a ocuparam-se com a disciplina, ao longo do século XIX e em parte substancial do século XX. Chegou a ser rotulada, pejorativamente, como “história-batalha”. O seu estudo ficou relegado à instituição militar e a alguns militares profissionais, que valorizavam o estudo da História Militar como suporte à elaboração da doutrina. Evocam-se Clausewitz e Keagan para, respectivamente, afiançar que a guerra é a continuação da política por outros meios, e que a guerra é continuação das relações políticas. Logo, o primeiro entendimento levar-nos-ia a pensar que o campo da História Militar não se esgota na guerra, e que esta só poderá ser compreendida numa perspectiva plural de relações circulares (cf.Sanches 2010: 5).

Assim sendo a História Militar actual só pode ser profundamente interdisciplinar, envolvendo, de acordo com cada tema ou problema, a sociologia, a ciência política, a antropologia, a filosofia, a psicologia social, a economia, o direito, a pedagogia, sem os quais não seria possível dar conta da amplitude das questões tratadas. (Sanches 2010:8).

Desta forma, numa perspectiva globalizante, a História Militar pode para além da guerra ocupar-se de inúmeros outros problemas, o que excede as acções abarcando operações das Forças Armadas.

A criação dos cursos universitários de história não facilitou a congregação de esforços na produção de uma História Militar, tarefa quase privativa dos militares.

Assim, à demanda se há uma História Militar, independente da historia geral, a resposta é afirmativa, mas sendo aquela apenas um dos capítulos da história geral, pois as guerras discorrem de factores políticos e de causas complexas, que só indirectamente têm influência no campo militar. Não se esquece ser o pensamento militar a decorrência de um pensamento político.

Ao longo das últimas décadas ficou patente uma distinção entre militares historiadores e, em escala reduzida, historiadores militares. Os primeiros continuaram a ocupar-se dos aspectos «técnicos» da arte da guerra e da sua função didáctica. A fundação da *Revista Militar*, em 1849, é disso um bom exemplo, como o será o forte dinamismo imprimido à imprensa de cariz militar ao longo da segunda metade do século (cf. Monteiro 2004: 755-760).

A questão militar, embora de inegável centralidade na história nacional do século XIX e XX não tem merecido a devida atenção por parte dos historiadores. O seu estudo, com raras excepções, tem-se confinado a análise dos factos em que os militares foram os grandes protagonistas, ou seja, as invasões francesas e as guerras liberais, ou, mais recentemente, a revolução de 25 de Abril de 1974. Tudo o mais está ainda por conhecer. Contudo, mais do que olhar a instituição militar de dentro para fora, fazendo dela o resultado da intervenção única dos militares que

integram as suas fileiras, importa inverter posições e tentar apreender a sua evolução de fora para dentro, procurando os princípios que a moldam e condicionam, nos espaços de discussão e decisão políticas, onde o debate sobre a questão militar, se abre, cada vez mais, aos civis, até então fora do círculo de especialistas, monopolizado pelos militares (Monteiro 2004: 760).

O estudo da guerra e da História Militar está a passar por um processo de renovação e revalorização. No presente momento começou, efectivamente, a escapar da influência dos escritores militares do século XIX e início do século XX, que tendiam a escrever para outros militares.

Primordialmente, a História Militar exerceu uma função didáctica junto dos oficiais do Exército, nunca é demais repisar, que deveriam aprender com as experiências do passado. Neste contexto, a História Militar foi considerada durante bastante tempo uma disciplina sem interesse, abandonada pelos universitários, tendo acabado restrita aos meios militares. Esse afastamento da academia permitiu que as organizações de historiadores ligados à história das Forças Armadas, em diversos países, e também em Portugal, estendessem o seu poder sobre o campo através do controle dos arquivos e do conhecimento técnico, como já foi repetido, “technical expertise”, cuja importância crescia com a industrialização da guerra (cf. Mancuso 2007: 21-24).

A História Militar teve, e ainda tem, várias funções primordiais nas Academias Militares e outros lugares de formação militares. Daí a sua relevância. Uma diz respeito à sua utilização como substituta da experiência prática, uma vez que a guerra, no seu teatro operacional, não é algo que se possa criar, ou simular na sua totalidade, para fins formativos (cf. Mancuso 2007: 21-24). “Partindo do princípio de que a vocação militar se torna profissão pelo acrescer de experiências”, Samuel Huntington afirma que “a história militar poderá promover um conjunto de conhecimentos profissionais” (1996: 82). A História Militar exerce ainda uma outra função “como elemento de doutrinação dos oficiais, principalmente dos jovens que ingressam nos cursos das armas das academias militares” (Janowitz 1967: 222).

Janowitz escreve:

A história militar é antes uma interpretação idealizada dos acontecimentos passados, destinados a inspirar o profissional. Quanto ao ensino de história, os oficiais militares criticam abertamente a instrução civil ministrada em programas universitários de treinamento de oficiais de reserva, visto acharem que os historiadores académicos são indiferentes ao uso da história com a finalidade de doutrinação de futuros oficiais. (Janowitz 1967: 223).

Esta visão utilitarista da arte depauperou o impacto da História Militar como disciplina, situação hoje em parte ultrapassada, dado existir um sem número de

historiadores que seguem o caminho inverso, ou seja, centram a sua vida académica em estudos militares.

A cooperação entre historiadores civis e militares toma um incremento decisivo em Portugal a partir do ano 2000. Quem ler a *Revista da História das Ideias* (vol. 30), do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob o título *Guerra*, constatará a coabitação de historiadores e pensadores de proveniência militar e não militar¹². O mesmo procedimento se verifica, amiúde, na *Revista Portuguesa de História* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, obra do Instituto de História Económica e Social.

Gouveia Monteiro, no prefácio da Revista *Guerra*, afirma que ela retrata uma enorme pluralidade temática, abordando histórias da guerra em textos “alimentados por uma imensa variedade de fontes (de arquivo, literárias, narrativas em sentido estrito, iconográficas, arqueológicas) e por uma bibliografia muitíssimo actualizada”. Monteiro afirma ainda que “todos os autores são especialistas consagrados nas suas áreas de pesquisa, sendo a maioria deles investigadores de história militar”. Alguns deles são mesmo considerados “expoentes de uma nouvelle vague” que assegurará, decerto, um futuro radioso para a história político-militar mundial” (Monteiro 2009: 9).

De entre os autores referidos convém realçar Severiano Teixeira que esteve envolvido num projecto de sucesso: a *Nova História Militar de Portugal*¹³. Sobre os restantes colaboradores da revista, acrescenta Monteiro:

...estão incluídos em equipas de investigação especializadas que se dedicam a temas de história militar, segurança e defesa, ou leccionam disciplinas destas áreas em universidades ou em institutos militares superiores. Alguns têm, além disso, a experiência concreta, vivida, dos cenários da guerra, o que confere aos seus textos uma carga testemunhal muito forte e que merece ser realçada (Monteiro 2009: 10).

É pois facto assumido que a Universidade se abriu aos militares e os académicos se interessam pela História Militar¹⁴.

¹² Adriano Moreira, Alves de Fraga, Aniceto Afonso, Contento Domingues, Dores Costa, Gomes Barbosa, Gouveia Monteiro, Lemos Pires, Manuel Pureza, Marinho dos Santos, Matos Gomes, Pezarat Correia, Pires Lousada, Pires Nunes, Semedo de Matos, Severiano Teixeira.

¹³ Publicada pelo Círculo de Leitores em 2003/2004 e que constituiu um autêntico «virar de página» na historiografia militar portuguesa, onde também colaborou o General Manuel Themudo Barata, um conceituado historiador militar.

¹⁴ A Universidade Aberta, um outro exemplo, debateu *A guerra colonial, realidade e ficção*. Nesse colóquio, posteriormente, publicado em livro, participaram os militares Alberto Ribeiro Soares, António Marques Bessa, David Martelo e Manuel Barão da Cunha.

O Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, levou à estampa, coordenadas por Nuno Severiano Teixeira, duas publicações sobre temáticas

Neste novo fôlego, e nesta visão renovada da importância da História Militar no contexto das universidades portuguesas, ressaltam também inúmeros mestrados e doutoramentos feitos na área e várias publicações vindas à estampa aquando das recentes comemorações do Centenário da República e dos 50 anos do início da Guerra do Ultramar. Das citadas obras destacamos *Os anos da guerra colonial 1961-1975*, por fazer da contenda um levantamento histórico exaustivo. É realizado por dois historiadores militares consagrados, Aniceto Afonso e Matos Gomes (2009).

Com interesse para esta investigação, pela qualidade revelada ao nível de conteúdo, relevância do objecto de estudo e estratégias, destacam-se os trabalhos dos seguintes académicos:

Isabel Marques (2008) realizou uma investigação notável e aprofundada sobre a I Grande Guerra e a vida nas trincheiras; José Telo (1991) debruçou-se exaustivamente sobre Portugal na II Guerra Mundial, aí focando aspectos militares e estratégicos relevantes; Medeiros Ferreira (1992) dissertou e estudou sobre as mudanças de comportamento dos militares no século XX, face aos regimes políticos, e dos regimes políticos face à instituição militar, numa perspectiva histórica; Paulo Duarte (2010) investigou a política de defesa nacional entre 1919-1958; Freire Antunes (1995) dissecou aprofundadamente a Guerra do Ultramar; Nogueira Pinto (1976, 1977) estudou os anos do fim, isto é, os anos pré-25 de Abril.

O estado da arte ficaria acanhado se não fizéssemos referência a quatro obras emblemáticas, respigadas no permeio de um sem número que enxameia a bibliografia da História Militar a nível mundial. São elas: *A arte da guerra* de Sun Tzu (1994), *Uma história da guerra* de John Keegan (1993, 1995, 2009), *A teoria do combate* de Carl Von Clausewitz (2005), e, do português e Capitão Carlos Selvagem, o emblemático *Portugal militar compêndio de história militar e naval de Portugal*, reeditado em 2006, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Seguindo o exemplo de Carlos Selvagem, os militares portugueses, e as suas instituições de comando e formação têm vindo a pugnar pela credibilidade, divulgação e investigação em História Militar. A Academia Militar, para além de estudos excelentes

importantes: *Os militares e a democracia em Portugal* e *a História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais dos séculos XIX e XX*. Cívicas e militares participam nesta iniciativa: Loureiro dos Santos, Maria Inácio Rezola, José Medeiros Ferreira, António José Telo, Luís Salgado de Matos, António Pedro Vicente, Jorge Pedreira, Isabel Pestana Marques, Alice Samara, Manuel Themudo Barata, por ordem de entrada dos trabalhos.

publicados sobre a Guerra do Ultramar (2000), possui a conceituada Revista *Proelium*. O Instituto da Defesa Nacional edita, com regularidade, a Revista *Nação e Defesa* e outras publicações ligadas à problemática. O Instituto de Estudos Superiores Militares editou o boletim de Ensino/Investigação que, a partir de Maio de 2013, deu lugar à Revista de Ciências Militares. Para além de todas as publicações periódicas anteriormente referidas, a *Revista Militar* e o *Almanaque do Exército*, pelos artigos que disponibilizam há longos anos, são de recomendar como fontes importantes de investigação. A *Revista do Exército* publica-se desde, sensivelmente, a segunda metade de Oitocentos e já alcançou o nº 2543.

De entre muitos outros militares – historiadores e memorialistas – salientam-se alguns dos que têm produzido saber com interesse para o trabalho de investigação em consideração, até pelas suas visões antagónicas: Amaro Bernardo (2004), Aniceto Afonso (2009), Barão da Cunha (1975), Brandão Ferreira (2009), David Martelo (2001), Diniz de Almeida (1976), Matos Gomes (2009), Moura Calheiros (2010), Pezarat Correia (1994), Saraiva de Carvalho (2011), Silva Cardoso (2009), Sousa e Castro (2009) e Vasco Lourenço (2009). Vários outros serão relevantemente tratados ao longo deste trabalho ou constam da larga bibliografia que acompanha o estudo.

A Comissão Portuguesa de História Militar, criada em 1989 e ligada ao Ministério da Defesa Nacional, contribuiu também para a reabilitação da História Militar; logo no ano seguinte à sua fundação realizou o seu primeiro colóquio com o tema *Para uma visão global da história militar*, no qual se debateram as causas do declínio da História Militar e a sua nova e promissora época de desenvolvimento e afirmação no conjunto das Ciências Históricas. Os colóquios, anuais desde Dezembro de 1990, ficaram marcados pela abordagem de diferentes aspectos da História Militar. São de salientar as reflexões em redor: da História Militar, em Portugal e na Europa, numa perspectiva comparada; do recrutamento militar, das relações militares de Portugal e o Mundo; da presença dos militares na sociedade portuguesa; dos abalos político-militares provocados pelas guerras e vistos na perspectiva da complexidade real do seu fenómeno, entre outros¹⁵.

O Estado-Maior do Exército foi publicando nestes últimos anos, no âmbito da Direcção do Serviço Histórico-Militar de que foi Director Themudo Barata de 4 de

¹⁵ Veja-se o endereço electrónico www.cphm.pt [visto em 17.05.2014].

Janeiro de 1982 a 23 de Agosto de 1989¹⁶, e da Direcção de História e Cultura Militar dirigida pelo General Ferreira de Macedo, um conjunto de publicações importantes. Dentre elas convém salientar as produzidas pela Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), mais conhecida por CECA, cujo presidente foi Themudo Barata e que deu ao prelo a Colecção Resenha Histórico-Militar das Campanhas de Africa (1961-1974)¹⁷.

Destes departamentos militares saiu um conjunto de obras, de inegável valor, sobre a Guerra do Ultramar como por exemplo as respeitantes: ao esforço militar, ao enquadramento, às disposições das forças, às condecorações atribuídas, aos aspectos da actividade operacional (fichas de unidades) e aos mortos em campanha. De todas elas interessam, de forma mais evidente, as seguintes:

- 1ºvol, *Enquadramento geral*, 1988;
- 2ºvol, *Dispositivos das nossas forças*, Angola, 1989;
- 3ºvol, *Dispositivo das nossas forças*, Guiné, 1989;
- 4ºvol, *Dispositivo das nossas forças*, Moçambique, 1989;
- 7ºvol, *Fichas das unidades* tomo II, Guiné, 2002;
- *Fichas das unidades* tomo I, Angola, livro 1, 2008;
- *Fichas das unidades* tomo III, livro 1, 2009, Moçambique;
- *Fichas das unidades* tomo III, livro 2, 2009, Moçambique.

Nos departamentos militares supracitados, foi ainda produzido um conjunto de outras 127 obras. Destacam-se os *Cadernos de História Militar* que tratam assuntos diversos, tais como: abordagem de estratégias de grandes batalhas, genealogia e património dos corpos militares, estratégia e segurança, biografia de heróis e generais do Exército, estudos da instituição militar e da sua ética, (re) organização dos exércitos, e criação do exército permanente¹⁸.

¹⁶ Também foi presidente da Comissão Portuguesa de História Militar e da Sociedade Histórica para a Independência Nacional.

¹⁷ A coordenação coube ao Major-General Nascimento Garcia. Também se distinguiram nestas e noutras publicações de entre outros, os Generais Nunes Igreja e Sousa Meneses e o Brigadeiro Rodrigues da Costa.

¹⁸ Contagem efectuada pelo autor na Biblioteca do Exército em [10.06.2010] Veja-se <http://www.exercito.pt>]

Ao longo das duas últimas décadas, fundamentalmente, tem-se vindo a assistir à edição de inúmeras obras por ex-militares e antigos combatentes da Guerra do Ultramar. Também apareceram produções historiográficas militares.

Muitos militares, profissionais ou ex-milicianos, têm vindo a trazer ao prelo algumas como edições de autor, obras que tentam traduzir o real, o ficcionado, o memorial, a quase-biografia, a autobiografia ou a poesia militar. Muitos ensaístas, ou poetas de credenciais feitas, se têm associado a este movimento, já com umas centenas de publicações¹⁹.

Também é imprescindível deixar aqui referido a existência de milhares de *sites* e *blogs*, produzidos por antigos combatentes, que contam a sua história pessoal, de guerra ou da Companhia onde prestaram serviço.

Para além de obras originais, fruto da pesquisa inédita, existem ainda textos jornalísticos, memorialísticos e biográficos, passíveis de interesse para a investigação, no pressuposto, por muitos defendido, de que a história não pertence somente àqueles que a ela se profissionalizaram e nela se especializaram, mas também a grupos sociais, colectivos ou individuais.

Importa reflectir acerca do desafio de fazer História Militar, “transcendendo a simplista discussão sobre «antigos» e «novos» objectos” (Sanches 2010: 8). A «nova» História Militar não exclui objectos tradicionalmente abordados, inclusive a «batalha»; o que parece mais instigante é o «como», ou seja, de que forma podemos estudar quaisquer manifestações ligadas ao poder militar, a partir de novas e variadas perspectivas da própria história e das ciências sociais em geral (cf. Sanches 2010: 8).

Severiano Teixeira e Themudo Barata, um não-militar e um militar tinham a convicção de que

...na historiografia internacional, sobretudo a partir da década de 80, se construiu uma historiografia militar, com base em novos pressupostos teóricos e metodológicos, que se afastava da história militar tradicional; em segundo lugar, que, sobretudo a partir do final dessa década e princípio da de 90, se tinham começado a desenvolver nas universidades portuguesas e na Comissão de História Militar trabalhos sobre Portugal que correspondiam a um paradigma novo da historiografia militar internacional. No final da década de 90 fazia sentido tentar uma síntese (Teixeira 2003: 15).

Por essa razão, participaram num projecto renovado, já abordado e nascido em 1999, e com a participação de “investigadores que trabalhavam sobre história militar

¹⁹ Serão de referir as obras de Álvaro Guerra, António Lobo Antunes, Assis Pacheco, Carlos Vaz Ferraz, Cristóvão de Aguiar, José Freire Antunes, José Manuel Mendes e Manuel Alegre.

portuguesa em vários períodos – medieval, moderno e contemporâneo – e tinham ligações com a historiografia internacional”²⁰.

É uma «Nova História» que trata a batalha de outra forma, que se interessa “pelo sentimento que vive o combatente – o medo, o sofrimento, a dor, a morte. São outros olhos a ver a mesma coisa”. Trata-se o quotidiano da guerra e o percurso do quotidiano desde o recrutamento até ao momento em que se chega à frente, do ponto de vista psicossociológico²¹.

²⁰ Na revista *Actual* do Jornal Expresso de 25 de Outubro de 2003, na secção “livros”, foi apresentada, a propósito do lançamento do primeiro volume da *Nova história militar de Portugal*, uma entrevista com Nuno Severiano Teixeira, conduzida por Francisco Belard e Luisa Meireles. Nuno Severiano Teixeira fala da obra colectiva em cinco volumes.

²¹ *Ibidem*.

Capítulo II – Estratégia: a arte da guerra

2.1. Formulações teóricas sobre a guerra e a estratégia

Entra-se no seu contexto com Pezarat Correia²². O militar explica que o “termo estratégia deriva do grego *strategia* que na Antiguidade Clássica significava literalmente direcção de uma expedição armada” (Correia 2002: 20). Existia, aliás, uma certa promiscuidade com um outro termo, *tactiki*, do qual deriva a actual táctica. Para os gregos correspondia ao mesmo conteúdo de *strategia*. Entretanto, nos idiomas modernos, estes termos foram evoluindo; correspondem, hoje, a conceitos diferenciados, ainda que sujeitos a alguma sobreposição.

A estratégia evoluiu do conceito grego, e de uma disciplina tendo por objecto a guerra, para uma outra que tem por matéria um conceito alargado de segurança ou defesa, nela cabendo, nos dias de hoje, problemáticas que podem ter por objecto a não-guerra.

O pioneiro, dos grandes percursores da estratégia, é Sun Tzu, pensador Chinês, que se admite ter vivido no séc. V a.C., cuja série de princípios foram por ele doados num livro, *A arte da guerra*, conformando um verdadeiro raciocínio estratégico moderno (cf. Correia 2002: 20).

Com Sun Tzu a estratégia passou a poder contar, pelo menos em teoria, com o contributo de diversos instrumentos de coacção distintos do militar; no seu livro é mencionado que “a perfeição suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater” e que “obter uma centena de vitórias, numa centena de batalhas não é o cúmulo da habilidade. Dominar o inimigo sem o combater, isso sim, é o cúmulo da habilidade” (Tzu 1994: 4). Estão aqui vertidos alguns dos princípios da guerra revolucionária.

Embora sem terem deixado obra com consideração estratégica, muitos outros grandes chefes militares não se limitaram a fazer a guerra pela guerra, antes a empreenderam com componentes políticas acertadas, manobras diplomáticas abrangentes, sem relegar para segundo plano as económicas e culturais, revelando já assomos da estratégia dos dias de hoje. Pezarat Correia evoca alguns²³, designadamente

²² Para além de outra bibliografia compulsada, tornaram-se documentos centrais para a concretização deste capítulo os produzidos por Correia (2002, 2004, 2005, 2010), Garcia (2010), Lara (2011) e Silva (2003).

²³ Dário, Alexandre, Aníbal, César e Carlos Magno.

Nicolau Maquiavel apelidando-o como “o introdutor do pensamento estratégico moderno” e “profeta da guerra moderna”(Correia 2002: 22).

Partindo da ideia de que um povo e uma cidade livres são um povo e uma cidade armados, Maquiavel concebeu um dos mais importantes tratados sobre estratégia militar. Escrito entre 1519 e 1520, *A arte da guerra* forma, juntamente com *O príncipe* (1513), muito da base do pensamento político do filósofo da Renascença. Antes de Maquiavel, eram praticamente inexistentes convenções de guerra, hoje elementares, como organização dos exércitos, hierarquia e código militares. *A arte da guerra* apresentou, entre outros, o conceito de formação de tropas e conferiu à disciplina importância fundamental para o êxito do combate.

Maquiavel desenvolveu esse pensamento radicalmente inovador e criou uma metódica obra na qual, a partir do isolamento do fenómeno do poder e da sua relação intrínseca com o uso da força – até mesmo da violência – são criados os meios para a conquista, a manutenção e a preservação do poder político.

Em a *Arte da guerra*, o autor preconiza a extinção das forças armadas permanentes, por ameaçarem a República, e a criação de milícias populares. Recebeu a incumbência de constituir uma milícia para a República, que recrutou, organizou e treinou (cf. Moraes 2008: 2).

No entanto, segundo Viegas da Silva:

As grandes formulações teóricas sobre a Guerra surgiram no início do século XIX, como resultado do complexo processo de transformação dos exércitos da Europa desde os meados do século XVIII e reflectiam as enormes mudanças estruturais que as sociedades do Continente atravessaram durante este período. Esta transformação dos exércitos, dos armamentos, da táctica e da estratégia, foi acompanhada pelo surgimento de obras de diversos autores, que publicaram praticamente em todos os países europeus as suas opiniões sobre as novas maneiras de se conduzir a guerra (Silva 2003: 24).

Este período atinge o apogeu com o General prussiano Carl Von Clausewitz e com o General franco-suíço Antoine-Henri Jomini. Transformaram-se em autores paradigmáticos da guerra, quase sempre citados pelos estudiosos da arte como antagonistas. Alguns destes tornaram-se “jominianos”, outros “clausewitzianos”, mas todos se interrogavam “sobre o que seria a organização militar ideal e como conduzir os interesses estratégicos dos Estados” (Silva 2003: 25).

Antoine-Henri Jomini escreveu o *Traité de grande tactique*, inicialmente publicado em 1803, mas a sua principal obra, *Precis de l'Art de guerre*, surgiu em 1838

circulando em diversas traduções como material de instrução militar, posteriormente abreviada e adaptada para atender às necessidades de forças armadas de muitos países²⁴.

Carl Von Clausewitz ingressou na carreira militar aos doze anos de idade, entrou em combate aos treze e morreu vítima de uma epidemia de cólera aos cinquenta e um anos. *Da Guerra* é a sua principal obra, que se constituiu em redor de centenas de páginas anotadas com as suas reflexões, colhidas durante vinte e cinco anos de serviço militar (cf. Silva 2003: 26).

Clausewitz foi o introdutor do pensamento moderno sobre as Ciências Militares. Lenine chegou a classificar Clausewitz como um dos maiores e mais profundos escritores militares. Em Clausewitz há também a combinação da filosofia com a experiência. É o sociólogo militar (a guerra é um fenómeno social) a inovar na doutrina da guerra e na conceptualização estratégico-táctica: supremacia da política sobre a instituição militar, a combinação de várias armas, o imprevisto e o acaso, a diferença entre estratégia e tática (a estratégia dirige a tática executada) e o papel do povo (cf. Correia 2005: 9-13).

É da maior importância fazer referência à “Trindade de Clausewitz”, expressa na última das 28 secções do Capítulo Primeiro (*Consequências para a Teoria*), Livro I de *Da guerra*. Aí pode ler-se:

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que superficialmente adapta suas características a cada caso. Como um fenómeno total as suas tendências dominantes sempre fazem da guerra uma notável trindade – composta de violência primordial, rancor e inimizade, as quais devem ser consideradas como uma força natural cega; do jogo do acaso e da probabilidade dentro do qual o espírito criativo é livre para vagar; e do seu elemento de subordinação, como um instrumento da política, o qual a faz sujeita apenas à razão.

O primeiro destes três aspectos concerne principalmente ao povo; o segundo ao Comandante e seu exército; o terceiro ao governo. As paixões que devem ser incendiadas na guerra precisam estar já inerentes ao povo; o campo de acção no qual o jogo da coragem e do talento vai desfrutar do terreno da probabilidade e do acaso depende do carácter em particular do Comandante e do exército; mas os objectivos políticos são os assuntos apenas do governo.

A nossa tarefa, portanto, é desenvolver uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objecto suspenso entre três magnetes (Clausewitz 1984: 89).

É relevante notar que esta citação consta do único livro cuja revisão Clausewitz deu como definitiva e, também, é o único local em *Da Guerra* onde surge a expressão “trindade”, apesar da sua tremenda importância como ferramenta analítica. O que acima se transcreveu inicia com uma analogia e termina com outra. A primeira analogia é a do camaleão: “a guerra é mais do que um verdadeiro camaleão” – e a outra é a dos “três magnetes”, pois Clausewitz considerava a aglutinação das três forças como

²⁴ Leia-se *Compêndio da arte da guerra*, 2009, Lisboa, Edições Sílabo.

“maravilhosa”. O autor joga e reflecte no e com o acaso e a probabilidade - o terreno das possibilidades onde, por um lado o líder militar pode exercer a sua genialidade criativa e, por outro, reconhecer a imprevisibilidade, sempre presente na luta, no combate. Existe também, no seu pensamento, o elemento de subordinação, pois a guerra é sempre instrumental, é um meio para se conseguir um fim, e serve sempre a um propósito, o que a submete às regras da razão. No caso das guerras travadas entre Estados, serve ao racional da política, mas como meio para se atingir um fim (cf. Clausewitz 1984: 89; Clausewitz 1976: 8, 65, 73, 89; Silva 2003: 59-70).

Clausewitz ilustra e reflecte a forma como as propensões primordiais actuam numa guerra “real” do mundo moderno: ao povo pertence o aspecto da violência, do rancor e da inimizade; ao Comandante e ao seu exército concerne o aspecto da criatividade e da incerteza do combate; ao governo toca o aspecto de subordinação, pois a guerra no mundo real está subordinada ao racional do Estado.

Em todo o texto de Clausewitz perpassa a preocupação com a não previsibilidade e complexidade da guerra, considerando possuir a casualidade em nenhuma outra actividade humana a mesma importância, já que a interacção entre as partes beligerantes produz, por si mesma, o acaso. A guerra produz a contingência, os eventos influenciam-se mutuamente, e causas particulares, mesmo mínimas, determinam o resultado final que não se submete facilmente a ser previsto, ou estimado, por um algoritmo (cf. Silva 2003: 59-70).

Como já havia exposto na sua concepção trinitária, a guerra é um fenómeno subordinado e instrumentalizado ao jogo político. É somente a política que pode transformar o seu espantoso carácter destrutivo num mero instrumento. Porém, adverte, a política também pode agir no sentido oposto: “Se a guerra é parte da política, a política vai determinar o seu carácter. Se a política se torna mais ambiciosa e vigorosa, assim será a guerra, e este pressuposto pode atingir a conjuntura onde a guerra atinge a sua forma absoluta” (Clausewitz 1984: 606).

Pezarat Correia expõe os quatro pilares do pensamento clausewitziano. A saber:

- O paradigma – a guerra é um instrumento racional de política nacional.
- A definição monista – a guerra é um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.
- A definição trinitária já referida (povo, exército, governo).

- A fórmula – a guerra não é outra coisa senão a continuação da política de Estado por outros meios (cf. Correia 2010: 45-46).

Acrescenta-se um outro pilar que está bem presente na obra de Clausewitz²⁵.

- O combate.

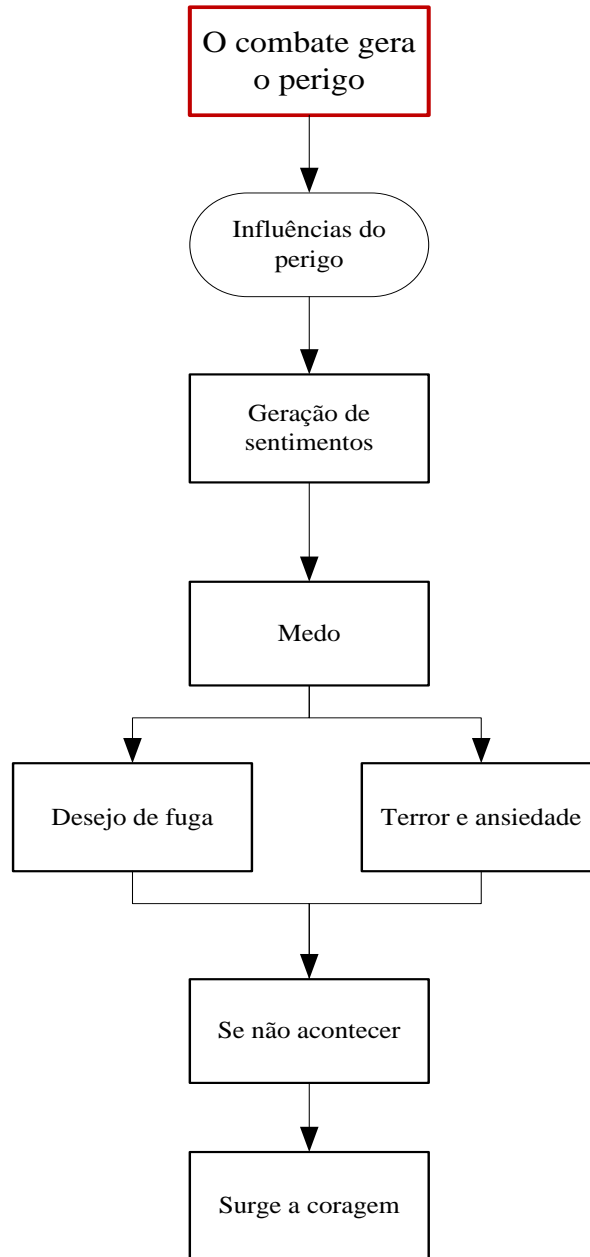
O combate é, originariamente, a expressão do sentimento assustador, mas, nos nossos grandes combates a que chamamos guerras, o sentimento ameaçador converte-se muitas vezes numa mera visão hostil. Mas, mesmo não existindo no início nenhuma animosidade, ou sentimento de hostilidade, eles vão ser provocados pelo próprio combate, isto porque um acto de violência que alguém cometa contra nós, ainda que por ordem de um superior, provocará um desejo de desafronta e vingança, que surge mais depressa em nós, do que investe nos superiores de onde veio a ordem.

A coragem é um sentimento tal como o é o medo. O medo revela protecção física, coragem e preservação moral. A coragem é assim um instinto nobre e um obstáculo do medo. Este entrecruzamento fortalece a ideia de que é claramente impossível criar uma teoria para a arte da guerra. É frequentemente frustrada por acontecimentos inesperados e estranhos. Não é possível fazer-se o uso de um guião teórico. O talento e o génio manobram para além da lei.

Por isso as características inerentes à mente do líder têm, assim tal como as dos sentimentos, uma grande importância. De uma mente inconsciente, imaginativa, inexperiente e de um entendimento arguto e calmo, esperam-se coisas diferentes. Esta imensa diversidade na particularidade determina, principalmente, a diversidade de formas que conduzem ao objectivo no jogo das probabilidades e do acaso (cf. Clausewitz 2007: 10-11; 18; 43; 62-67).

²⁵ (Clausewitz 2007: 10-11, 18, 43, 62-67).

Quadro nº 1 – Do combate à coragem: um conjunto intermédio de sentimentos



O esquema apresentado sugere que o combate é sempre um impulsionador de sentimentos: o medo é um deles, que tanto imobiliza para o combate como eleva os níveis de ansiedade e terror. Quando se sabe ultrapassar esses condicionalismos surge a coragem – a prontidão para o combate.

2.2. Novo conceito de estratégia: campo conceptual

Revertendo ao conceito de estratégia, Jomini e Clausewitz não fazem dele uma mesma leitura. Jomini não consegue estabelecer a ligação entre a estratégia e a política,

que é o que mais a diferencia da tática. Jomini tem uma clara visão da manobra militar, mas não vai além da guerra em si; acaba por se acomodar com o prático, o tático e recua aos tempos anteriores a Maquiavel. Clausewitz estabelece, com clareza, a relação entre a guerra e a política e define a guerra como instrumento da política. Aqui se distancia de Jomini e evidencia a modernidade estratégica do seu pensamento.

Um novo salto qualitativo sobre a problemática vem a dar-se, já no séc. XX, depois da I Guerra Mundial. O inglês Liddell-Hart, assumindo-se como seguidor de Sun Tzu, na opinião de Pizarat Correia, vai aperfeiçoar e desenvolver o conceito de estratégia indirecta, como este tinha prenunciado. Ao destacar o princípio de vencer sem combater, isto é, ter êxito deitando mão a outros meios de coacção não violentos, delineou conceitos que depois estiveram na moda, como o de guerra limitada ou de guerra de baixa intensidade. Estes pensamentos muito influenciaram as aprendizagens de estratégia entre as duas guerras do séc. XX (cf. Correia 2004: 23-24).

Depois da II Guerra Mundial o conceito de estratégia torna-se mais abrangente. Para melhor compreensão arrume-se, agora, o campo conceptual de estratégia numa tabela, onde se enformam os parâmetros delimitadores, conducentes a seleccionar o que pode, ou não, caber dentro do conceito.

Tabela nº1 – Campo conceptual da estratégia

O fim	O objecto	O sujeito	Os meios
É a política, serve a política, é um instrumento da política, visa fins definidos pela política (da conceptualização estratégica, do planeamento estratégico, da acção estratégica).	Aquele contra quem se dirige a estratégia; perante um outro que se opõe, mas um outro racional.	O agente responsável pela estratégia, situado nos escalões mais altos da decisão (os actores da estratégia situam-se nos mais altos escalões da política ou das áreas sectoriais de aplicação).	Recurso a meios de coacção que hoje podem ultrapassar o militar, já que o conceito moderno de guerra está dentro da estratégia e os meios de coacção não são necessariamente armados ou violentos.

Fonte: Correia (2004: 27)

A tabela anterior permite (re)criar o espaço para a construção de uma arquitectura de estratégia moderna e abrangente. Ela é da responsabilidade dos mais elevados escalões da hierarquia. Deve ter em conta a existência de um outro que se opõe racionalmente, cujos objectivos e acção importa neutralizar. Assim, acciona, articula e coordena a utilização de todos os discursos que podem constituir meios de coacção.

Torna-se também claro já não poder ser banalizado o uso do termo estratégia, deixando de ser confundível com programação, planeamento, gestão ou tática. Para tudo ser mais clarificador, admitiu-se um nível intermédio entre a estratégia e a tática, o operacional, que muito vai ser utilizado ao longo do trabalho.

A conceitualização feita em redor da ideia de estratégia permite afirmar o seu comportamento como “inteligência em acção” logo, está-se no campo da estratégia aplicada, que pode segmentar-se em diversas formas de intervenção: coacção por meios predominantemente militares, por meios predominantemente não-militares e por agentes indirectos. Por exemplo, a coacção do fraco pelo forte. Permita-se dizer haver hoje uma “estratégia científica”, que vai muito para além da prática e da “estratégia instintiva” (cf. Correia 2004: 27-31).

2.3. RMA ou revolução nas questões militares

Na década de Oitenta começou a falar-se, nos Estados Unidos da América, em *revolution in military affairs* que originou a conhecida sigla RMA, traduzida em Portugal como “Revolução nas Questões Militares”.

A RAM vem a ser considerada um fenómeno complexo, cuja base é uma evolução tecnológica, mas que vai muito além dela “na doutrina e no aparelho conceptual” (cf. Telo 2002: 211-249). Poder-se-á falar nesta evolução histórica de duas RAM: a RAM clausewitziana correspondente à designada época do vapor (modelo de sociedade industrial proletária, tipo de instituição militar de massas, nação em armas), e a RAM actual correspondente à época da cibernética (cf. Correia 2010: 43).

Knox e Murray (2001: 6-13), por seu lado, falam em cinco grandes revoluções militares na história do Ocidente, e prospectavam as “guerras do futuro” a serem combatidas fora da “trindade” de Clausewitz, ou seja da dinâmica entre “povo, exército e governo”. No século XXI, segundo eles, “a guerra não será mais trinitária”.

Tabela nº 2 – As cinco grandes revoluções militares na história do ocidente

Primeira Revolução	A criação, no século dezassete, do moderno Estado-nação, o qual se apoia na organização em grande escala do poder militar organizado.
Segunda Revolução	A Revolução Francesa, do final do século dezoito, a qual unificou a política de massas com a arte da guerra.
Terceira Revolução	A Revolução Industrial do final do século dezoito tornou possível armar, vestir, alimentar, pagar e mover rapidamente para o campo de batalha as massas daí resultantes.
Quarta Revolução	A Primeira Guerra Mundial, a qual combinou as heranças das revoluções Francesa e Industrial e forneceu o padrão para a guerra do século vinte.
Quinta Revolução	Armas nucleares e sistemas de transporte por mísseis balísticos. RMA's associadas e resultantes: do reconhecimento e ataque de precisão; furtividade; informatização e redes computacionais de comando e controle; alta letalidade de munições “convencionais”.

Fonte: Knox e Murray (2001: 6-13).

Toda esta evolução está na linha de pensamento de Raymond Aron quando afirma que “em todas as épocas, a sociedade dos Estados e a natureza da guerra agem uma sobre a outra: a sociedade dos Estados suscita guerras de um certo tipo e o tipo de guerra influi na organização da sociedade dos Estados e da sociedade de cada um deles” (Aron 2009: 93).

2.4. A RAM II e a concepção pós-moderna da estratégia

A RAM II assenta, à partida, numa vincada dissimetria, pondo em confronto fortes e fracos. O fraco, ao perceber não poder confrontar-se com o forte com meios parecidos aos deste, vê-se obrigado a optar por processos diferentes amoldados aos débeis meios ao seu alcance, capazes de atingirem o forte nas suas vulnerabilidades, o que dá lugar a estratégias assimétricas. Está-se, assim, na presença de um proémio da RAM, segundo o qual a sua estratégia assenta no binómio dissimetria/assimetria suscitado por uma dinâmica em que a evolução tecnológica conduz a guerras dissimétricas e estas arrastam estratégias assimétricas. A dissimetria do forte gera assimetria por parte do fraco (cf. Correia 2010: 49).

Esta teorização, que aqui interessa sobretudo, tem sido escorada e abundantemente demonstrada, em conflitos insurreccionais, resistência generalizada contra invasores, guerras de guerrilha e terrorismo organizado.

Henry Kissinger reflectiu sobre “A equação básica da guerra de guerrilha” e concluiu que “o exército de guerrilha vence enquanto consegue não perder; o exército convencional perderá certamente se não conseguir uma vitória decisiva” (*in* Correia

2010: 49). O diplomata norte-americano inspirou-se em Raymond Aron e no seu livro *Penser la guerre*, onde a certa altura está plasmado que, nas guerras de libertação nacional, aos guerrilheiros basta não perderem para ganharem. Também assevera que, nesses tipos de guerras, quando elas se iniciam, a superioridade do armamento e do número de combatentes pertence ao detentor do poder. No entanto, com a continuidade do conflito a vantagem, em número de operacionais e material, tem tendência a inverter-se sempre que se prolonga demasiado a contenda (cf. Correia 2010: 49-52).

Muitas vezes estes tipos de conflitos têm sido designados como “Conflitos de Baixa Intensidade” (LIC = Low Intensity Conflict), um termo cunhado pelos militares norte-americanos, durante o período da Guerra Fria, para designar as lutas contra as forças guerrilheiras dos diversos movimentos de libertação nacional dos países de Terceiro Mundo, de que se tratará mais adiante.

Em síntese, a dissimetria das novas guerras promove estratégias assimétricas, através das quais os actores fracos, da periferia do sistema, procuram explorar as debilidades dos actores fortes do centro. Eis a centralidade da concepção pós-moderna do desenvolvimento do pensamento estratégico (cf. Correia 2010: 49-52; Silva 2003: 31-35).

2.5. Os conflitos actuais

A era da informação está aí: “era digital, era do conhecimento, do virtual, do incorpóreo, do ciberespaço, do proconsumo, do «self-help», do vazio, da idolosfera, da infosfera, da tecnopolia, da irracionalidade...” (cf. Coimbra 2010: 31-35). A cultura contemporânea, intitulada por cibercultura, é basicamente “marcada pelas redes telemáticas, pela navegação planetária pela informação e por formas de sociabilidade «on-line»” (Coimbra 2010: 35).

A *Internet* assume, nesta linha interpretativa, “uma posição de realce ao possibilitar relações à distância entre pessoas sem rosto e experiências onde os sinais, as linguagens e as simulações podem substituir ou pôr de parte a natureza e, inclusive, inventar outras compleições” (Coimbra 2010: 36).

Hoje desponta, mercê do impacto das tecnologias digitais de comunicação, um modelo do «sujeito comunicacional», descrito como activo, criativo e singular; isto porque os novos meios possibilitam o poder de determinar os seus hábitos

comunicacionais, as informações a consumir, e a capacidade de, activamente, se expressar no circuito da comunicação (cf. Coimbra 2010: 36).

Rodeia-nos a “identidade sapiencial do ciberespaço” (Coimbra 2010: 157), capaz de mobilizar o sujeito para novos conflitos.

Os grupos humanos, “colectivos inteligentes, mobilizam as capacidades colectivas e sociais, assumem a sua singularidade, a sua identidade pessoal e afirmam-se como sujeitos cognitivos abertos, capazes de iniciativa, de imaginação e de reacções rápidas” (Pierre Lévy *in* Coimbra 2010: 39). Poder-se-á, sem cometer erro de maior, ligar as reflexões de Pierre Lévy aos recentes processos comunicacionais utilizados para mobilizar os cidadãos que ajudaram a desencadear conflitos com significado político e social, ocorridos em vários países árabes mais conhecidos por Primavera Árabe e, aos ainda mais recentes acontecidos no Brasil. Também são exemplos, as mobilizações de manifestantes em Espanha e em Portugal, onde o movimento “Que se lixe a Troika” se enquadra.

O terrorismo, as ameaças transnacionais e a segurança estão também na ordem do dia²⁶. Procura-se responder à forma como o primeiro está estruturado, deslindar os seus objectivos, conhecer o modo como se efectua o seu recrutamento e como é financiado. Reflectem-se estratégias para combater as ameaças transnacionais mais significativas, tais como a proliferação das armas de destruição massiva, o crime organizado transnacional, a SIDA, a degradação do ambiente e o fracasso dos estados, ao mesmo tempo que se vai fazendo evoluir o conceito de segurança dos estados (cf. Garcia 2010: 223).

Há a consciência de que a(s) guerra(s) e a(s) estratégia(s), pela multiplicidade de perspectivas susceptíveis de poderem ser convocadas a integrar nas suas temáticas, determinam, cada vez mais, o recurso a outras áreas das Ciências Sociais, como o Direito, a Sociologia, a História, as Relações Internacionais e a Geopolítica (cf. Lara 2011: 130).

²⁶ No Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2002, inventou-se um elenco das novas ameaças, a saber: terrorismo, armas de destruição massiva, criminalidade organizada, violência civil, Estados falhados, degradação ambiental, pobreza, epidemias, crises regionais da periferia da OTAN, armas nucleares fora da OTAN, tecnologias bélicas, *rogue states* e conflitos étnicos. Leia-se Garcia (2010: 223 e ss.) e Correia (2010: 46).

Capítulo III – A(s) Guerra(s)

3.1. Início da modernidade: conceito de guerra

A guerra é tida como uma característica arreigada da humanidade, uma espécie de doença irremediável. Mas, apesar do seu horror, a guerra é aprontada pelas culturas, e, ainda que se utilize a todo o tempo o adjectivo desumana para descrevê-la, não se pode negar ser o resultado de uma forte expressão humana. Reprovável, mas humana.

Após a Revolução Francesa de 1789, a guerra passou a ser um assunto do povo, representado tanto pelo governo “democraticamente” constituído, como pelo Exército, que defendia a sua liberdade política. O indivíduo, representativo do ideal de excelência humano, era tanto cidadão quanto soldado apto, sob o ponto de vista militar, a exercer as funções concedidas generosamente pela Pátria. Esse laço, entre política e guerra, que já não envolvia apenas o “sangue nobre”, mas também o sangue do cidadão comum, foi, porventura, o aspecto mais atraente sobre a guerra no início da modernidade. A guerra também passava a ser democrática e não privilégio de uma ordem social – a nobreza.

Eric Hobsbawm, na sua obra *A era das revoluções*, traça um quadro, julgado correcto, acerca da relação entre política e guerra, durante os primeiros anos da Revolução Francesa, e de como o indivíduo comum se inseria num universo de acções onde antes era ignorado:

No decorrer da sua crise, a jovem República Francesa descobriu ou inventou a guerra total: a total mobilização dos recursos de uma nação através do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra rigidamente controlada, e da virtual abolição, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis (Hobsbawm 1977: 85).

Deste modo, perceber a construção histórica do conceito de «guerra», dentro do contexto europeu pós-revolucionário francês de 1789, torna-se fundamental para entender as experiências políticas e sociais decorrentes desse processo, que se exauriria se não estivesse apoiado na trindade Povo-Exército-Estado.

3.2. A guerra: uma interrogação permanente

O termo polemologia²⁷ surgiu no vocabulário das Ciências Sociais após ter terminado a II Guerra Mundial. O sociólogo Gaston Bouthoul, autor do livro *Traité de*

²⁷ Vocábulo utilizado pela primeira vez em França por Gaston Bouthoul no ano de 1936.

*polemologie sociologies des guerres*²⁸, é o seu maior protagonista e o criador do conceito. Poder-se-á afirmar, sem cometer grande erro, ter a Sociologia da Guerra ou Polemologia tido o seu início em 1948, através de um estudo científico em que a guerra foi tratada de forma estatística e como estudo probabilístico; tentou-se, desta forma, identificar as suas causas e os seus efeitos, assim como decifrar e aprofundar os ciclos bélicos e a sua alternância com as épocas de paz dos Estados e a constante história responsável por desvirtuar a racionalidade inerente ao ser humano. Polemologia, cujo termo “resulta do grego *polemos* (guerra) e *logos* (tratado), é a ciência da guerra em geral, estudo de suas formas, suas causas, efeitos, funções, enquanto fenómeno social” (Bouthoul 1964: 7). Segundo o autor, “Estuda de uma forma interdisciplinar, as guerras, a paz e os conflitos, trilogia que tem sido inseparável da vida das sociedades” (Bouthoul 1964: 7). Precisando ainda melhor: “O território da polemologia situa-se a montante das guerras (sua etiologia) e a jusante destas para estudar os seus efeitos” (Bouthoul *in* Correia 2004: 41). De qualquer forma “o fim da polemologia não é resolver a questão da guerra, o que é próprio da política, mas de a colocar, para ajudar o poder a resolvê-la em melhores condições: constituir uma disciplina de aviso para o conhecimento e pedagogia dos fenómenos conflituais” (Bouthoul, Carrère e Annequin 1979: 159).

Afinal, pergunta-se John Keegan no seu livro *Uma história da guerra*, o que é a guerra²⁹.

A palavra «guerra», segundo a opinião de muitos autores, “tem origem num grito de combate, um som gutural – Werra – donde derivam as várias formas da língua latina (português, espanhol, francês e italiano). Do mesmo grito derivam também as palavras alemã e inglesa – wehr war respectivamente” (Santos 1983: 197).

A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e “penetra nos lugares mais secretos do coração humano, lugares onde o EU dissolve os propósitos racionais, onde o orgulho reina, onde a emoção predomina, onde o instinto é rei” (Keegan 2009: 21). As lições da história “lembram-nos que os estados em que vivemos, as suas instituições, e até as suas leis foram criadas e chegaram até aos nossos dias por via do conflito, frequentemente do tipo mais sangüinário” (Keegan 2009: 22).

É, no entanto, um fenómeno difícil de definir, até porque nos dias de hoje não

²⁸ Quinta edição de 1991. Paris: Payot.

²⁹ É de importância capital ler Keegan (2009: 17, 21-24, 32-36, 42-45, 81, 373, 386-389, 448-449, 453-458).

existe a guerra mas sim uma variedade imensa de guerra(s), como já se pode constatar no capítulo anterior. No entanto, uma imensidão de especialistas da coisa militar foi formulando as suas definições. De todas as conhecidas escolheram-se: as de Heraclito “A guerra é a raiz do mundo”, a preferida de Bertrand Russel (1977) na *História da filosofia ocidental*; a de Clausewitz (2007) uma “notável trindade”, já anteriormente referenciada, a de Gaston Bouthoul (1962) “La lutte armée e sanglante entre mouvements organisés” definida no livro *Le phénomène guerre*; e ainda a de Garcia (2010), de que se falará abundantemente mais adiante, como sendo a “Violência armada e sangrenta, entre grupos organizados, num ambiente hostil, incerto, evolutivo, tendo como finalidade mais evidente o acesso ao, ou a manutenção do poder”.

Ao analisar o âmago de algumas das concepções pode afirmar-se que elas confessam dois aspectos basilares: o sociopolítico e o técnico-militar. Mas elas interiorizam também a inevitabilidade da guerra e a forma suprema de luta para resolver as antinomias sociais.

A guerra já foi mãe de múltiplas virtudes, “um bem ou necessidade social” (Câmara 2008: 4). Neste contexto, Bettencourt da Câmara explica que “o próprio registo escrito do passado europeu (e não só europeu), nos seus inícios, começou por ser a documentação de actividades agonísticas e guerreiras” (Câmara 2008: 4).

Para depois acrescentar:

De resto, basta pensar-se na História da Literatura e da Arte, nos monumentos e nomes de ruas que nos rodeiam, na pintura, na escultura, na música, na gravura, ou mesmo na filmografia contemporânea para se avaliar do lugar, fascínio e centralidade de Marte e do conflito armado (para não falar da pura violência), no nosso imaginário colectivo (Câmara 2008: 4).

No campo das ciências experimentais, diz ainda o autor mencionado: “não se encontra um panorama muito diferente, e, para tal, basta recordar Oppenheimer” (Câmara 2008: 4).

E adianta ainda:

Perante o papel histórico e motor da guerra e nestas circunstâncias de alarme existencial, é de perguntar como vai o conhecimento dela, a começar pela sua definição-matéria que nos levaria longe e muito para lá dos interesses presentes. O que não pode passar inteiramente em branco, contudo, é o papel dos cientistas sociais neste domínio (Câmara 2008: 113).

É inquestionável, pois, o estudo científico da guerra.

3.3. Estudo científico da guerra: abordagem

A tática da guerrilha e a teoria da guerra prolongada suscitaram reflexões profundas. Tornou-se necessário saber como contrariar, desmobilizar e vencer forças revolucionárias que, mesmo face a um inimigo mais poderoso, estavam crenes de vencer a guerra, tendo a paciência de aguardar até ao desvanecimento e depauperação do inimigo (cf. Garcia 2010: 81).

Investigações feitas pelo COW (*Correlates of War Project*) concluíram que, de 1816 a 1997, houve quatrocentas e uma guerras, das quais, setenta e nove inter-Estados, cento e oito extra-estados, e duzentas e catorze guerras civis. Ou seja, uma média de vinte e duas guerras, de todos os tipos, por década. O projecto passou a considerar os mortos totais, neste período, tendo sido registadas cinquenta e três milhões de mortes em combate. Deste número, trinta e dois milhões representam as mortes de militares, em combate, em guerras inter-Estados, sendo que nas guerras civis foram registados dezoito milhões de mortos em combate e nas guerras extra-Estado assinaladas quase três milhões de mortes em combate.

O departamento de Peace Research da Universidade de Upsala, também trabalhou e actualizou o COW com uma base de dados onde estão presentes os conflitos armados, no período de 1946 a 2002, que envolveram mais de vinte e cinco mortes por ano. Passou a considerar-se uma guerra, um conflito armado onde se verifiquem, pelo menos, mil mortes em combate por cada ano. Os conflitos que não atinjam aquele número anualmente são considerados conflitos armados intermédios (cf. Garcia 2010: 52-53).

Apesar de haver ainda alguma controvérsia sobre se a Guerra do Ultramar foi guerra ou conflito armado intermédio, está-se convicto de que foi guerra. Entre combatentes oriundos da ex-Metrópole, pertencentes às ex-Províncias Ultramarinas e mobilizados para o exército regular, milícias locais e outras forças para-militares, civis auxiliares de combate e guerrilheiros, houve mais de 1000 mortos por ano, embora esses números ainda não estejam determinados rigorosamente e dificilmente se venham a conhecer. O Estado-Maior General das Forças Armadas, em 1993 nos documentos CECA, regista um número que fica aquém do real³⁰.

³⁰ Fala-se em 8831 mortos, 30000 feridos e 15000 deficientes e mutilados. No entanto, nenhum destes números compreende “as baixas entre as «forças auxiliares» do Exército, as forças da PIDE, as milícias,

3.4. Guerras internas

Todas as guerras necessitam de intervenientes. E há-os, fundamentalmente, de dois tipos: actores relacionados ou não-relacionados com o Estado-nação. Existem também os “pretendentes a ou quase Estados-nação” (Santos 1983: 89). É o caso dos movimentos de libertação, assunto de sobremodo interesse para este trabalho, que partem de um impulso político no interior de um Estado-nação (ou de um Império), “apoando-se psicologicamente em razões geográficas, étnicas, religiosas, linguísticas e outras” (Santos 1983: 90). Amparam-se no sistema internacional e no interior do Estado-nação onde pertencem, “recorrendo a linhas de força, de índole diversa, que lhe sejam favoráveis, como por exemplo ao progressivo controlo da população cuja «libertação» reivindicam” (Santos 1983: 90). Finalmente, os movimentos de libertação tudo fazem para controlar o território, tentando substituir-se ao poder aí estabelecido.

Ainda é possível catalogar as guerras de outras formas: quanto aos intervenientes, quanto às causas que as movem, quanto aos objectivos, quanto aos meios utilizados, quanto às características específicas exibidas, quanto às zonas onde se incrementam e quanto às restrições.

Interessam de sobremaneira as mais radicadas neste trabalho, ou seja, as guerras internas, que podem ser guerras onde apenas um dos contendores (o poder) dispõe de meios militares licitamente institucionalizados (caso da guerra subversiva e da insurreição); ou guerras em que ambos os actores utilizam meios militares institucionalizados (caso do golpe de Estado, revolta militar e guerra civil). Sobre a guerra subversiva, respeitante primordialmente à consecução deste trabalho, afirma Santos:

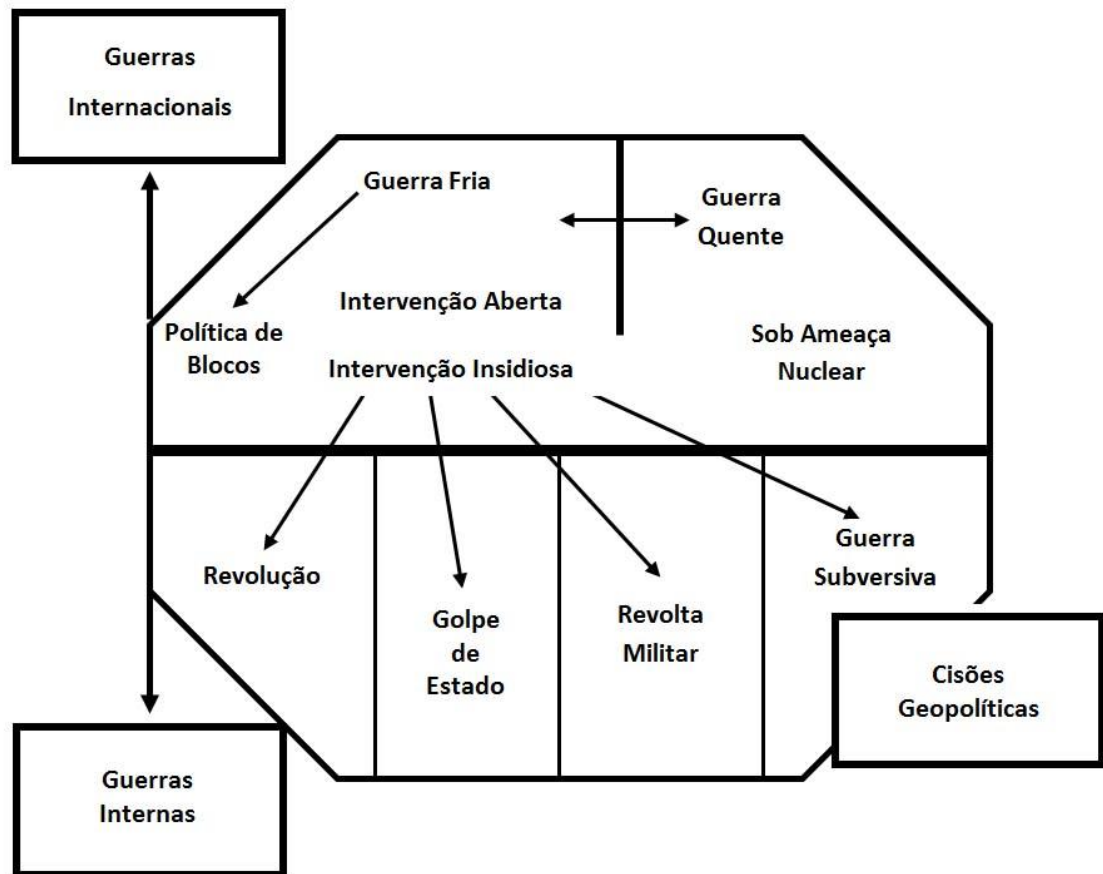
...o actor que não tem meios militares legalmente institucionalizados parte de uma posição inicial fraca no que respeita a meios de coacção física, que vai melhorando à medida que o conflito se desenvolve, recorrendo à manobra externa, manobra psicológica e a uma manobra de agitação e flagelação levada a efeito por intermédio das técnicas de manipulação de massas, do terrorismo e da guerrilha (Santos 1983: 184).

O que acaba de ser descrito ajusta-se na perfeição ao acontecido na Guerra do Ultramar, fundamentalmente na Guiné e Moçambique, sendo a Guiné um retrato perfeito. Entendeu-se pois, construir um espectro das guerras desses tempos tendo como fonte fundamental Santos (1983: 185).

os membros do corpo de voluntários, os membros da Polícia de Segurança Pública, etc.” (Wheeler e Péliissier 2009: 326).

A Guerra Fria, que no esquema apresentado está colocada no quadrante oposto à Guerra Subversiva, com esta interage. Tem início logo após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente na segunda metade da década de 1940 até 1989. São seus principais protagonistas os Estados Unidos da América e a União Soviética.

Quadro nº 2 – Um modelo da(s) Guerra(s) quanto aos intervenientes e nível de coacção



Fonte: Santos (1983: 183).

A sua definição é o de um conflito que ocorreu apenas no campo ideológico, não acontecendo um embate militar declarado e directo entre essas duas potências. Um conflito armado directo significaria o fim dos dois países e, provavelmente, da vida no planeta Terra, tendo em conta que estavam armados com centenas de mísseis nucleares. Porém, ambos acabaram alimentando conflitos noutros países e continentes, como por exemplo em África, na descolonização. A guerra-fria (guerra internacional) tinha impacto nas guerras internas (guerra subversiva, por exemplo). Há uma expressão que ocorre explicativa deste período: paz armada.

3.5. A guerra revolucionária: apresentação

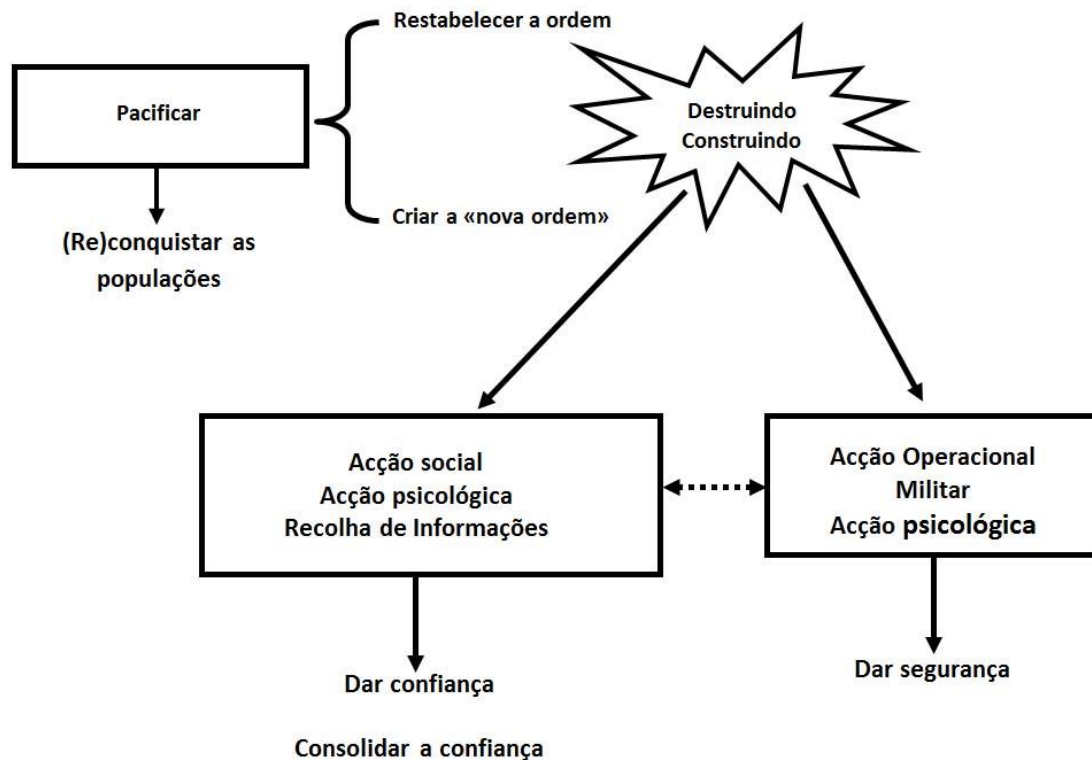
Para o militar e estudioso Hermes de Oliveira, “Lenine realiza a primeira experiência de guerra revolucionária interna” (Oliveira 1960: 47). Depois, tornou-a permanente, já que pretendeu levar o socialismo aos outros países «na ponta das baionetas». Com Estaline, “a guerra revolucionária permanente de Lenine, transformou-se em universal” (Oliveira 1960: 50) e, mais tarde “com Mao Tsé-Tung, converte-se em total” (Oliveira 1960: 51).

Desta maneira, a guerra revolucionária que era uma guerra permanente, única e universal, tornou-se uma guerra total, tendo “por objectivo o homem de massa, cada indivíduo na massa, na sociedade, no mundo inteiro” (Oliveira 1960: 51). A totalidade aqui expressa por Hermes de Oliveira é bem diferente do carácter total de uma guerra clássica.

Ainda de acordo com o autor, a pacificação é a resposta certa à guerra revolucionária. Para a tornar eficaz é imperioso desenvolver um conjunto de acções, o designado “mecanismo de pacificação” (Oliveira 1960: 231).

Verifica-se, pelo quadro seguinte, que este mecanismo pressupõe o restabelecimento da ordem, coincidindo com a criação de uma nova ordem. Simultaneamente destrói-se e constrói-se. A acção social, psicológica, política e militar são fundamentais para (re)conquistar as populações. Esta recuperação só é viável se lhes der segurança e se forem realizadas as reformas necessárias para que a confiança volte a reinar no seu seio, neutralizando a propaganda da revolução (cf. Oliveira: 227-231).

Quadro nº3 – Mecanismo de pacificação



Fonte: Oliveira (1960: 231).

3.6. Caracterização estratégica do fenómeno subversivo

A subversão e a guerra subversiva, bem presentes na Guerra do Ultramar, são fenómenos cuja origem se perde na História, tendo sido teorizados desde a Antiguidade, por pensadores a que já se fez referência, embora se possa agora recordar dois dos seus protagonistas fundamentais, contemporâneos da guerra em questão, um português, outro estrangeiro: Amílcar Cabral e Nguyen Giap.

A subversão é um fenómeno progressivo que visa um poder e se estriba, predominantemente, na exploração de problemas ou contradições evidentes de natureza social, ideológica, política, religiosa, racial, económica, geográfica ou mesmo exógena (cf. Beaufre 1985: 101; Couto 1989: 215; Alves 1992: 151; Garcia 2010: 124). A estratégia da subversão é total, actua ao nível interno e externo através de uma manobra indirecta e por lassidão, não necessitando de travar batalhas decisivas, materializando o cúmulo da perícia de Sun Tzu que é acorrentar o inimigo sem o combater sendo, por esse facto, o seu alastrar lento (cf. Beaufre 1972: 50; Couto 1989: 219; CECA 1990: 54-57; Garcia 2010: 124).

Seguindo aquela estratégia procura-se controlar áreas territoriais e preservar, sob a sua superintendência, as populações fieis, corroendo ao mesmo tempo as restantes e os meios da contra-subversão, tudo com um objectivo final: a capitulação da autoridade (cf. Garcia 2010:125-126).

A subversão tem uma manobra própria, recorre a um conjunto de técnicas destrutivas e construtivas e a rebelião pode ser feita por dois por cento de uma força activa e por noventa e oito por cento de adeptos pacíficos. Pode utilizar técnicas de índole psicológica, política externa e de informações, destinadas a apoiar, em permanência, a globalidade da contenda. Coexistem, ainda, as técnicas de luta, como sejam a agitação, flagelação e acção militar clássica (cf. Clausewitz 1976: 73; Aron 1988: 685; Garcia 2010: 126).

A manobra de acção psicológica pode desenvolver-se no interior e no exterior. A primeira pretende sensibilizar a população, elevar o moral dos militantes e catequizar as massas. Pretende também substituir a ordem dos valores, limitando a liberdade de actuação do adversário e tentando esgotar e desintegrar as forças de contra-subversão. No exterior, procura isolar o adversário no contexto internacional e alimentar um ambiente externo francamente benévolo à subversão.

Neste tipo de guerra, os êxitos capitais são sobretudo psicológicos. Os discursos, as ideias, e as formas de “percepção-acção” cumprem um papel fundamental a caminho da vitória. Nas guerras subversivas só pode haver palavras de ordem, deliberadamente políticas e não neutrais. As palavras são sempre armas eficazes, pronunciadas para apartar e atrapalhar o adversário, motivar os apoiantes e captar indecisos; a doutrinação das populações deve conseguir, por um lado, uma atitude permanentemente avessa face aos invasores e, por outro lado, a protecção e o apoio aos guerrilheiros (cf. Giap 1972: 69; Couto 1989: 236; Laqueur 1984: 331; Sly e Collier 1986: 821; Garcia 2010: 127).

Há, no desenvolvimento da guerra subversiva, dois períodos e cinco fases, com contornos difusamente definidos, por vezes, indistinguíveis.

O primeiro, o período pré-insurreccional, compreende a fase preparatória e a fase de agitação. Quase sempre, neste período, em segredo e no seio de uma organização nascente, estuda-se e planeia-se a estratégia a seguir. Através da propaganda serão disseminadas as ideias-força. Na fase de agitação a clandestinidade permanece; todavia, quando os resultados começam a ter repercussão, desembaraça-se o

segredo e intensifica-se a propaganda (cf.Couto 1989: 227, 241-242; Monteiro 1993: 24; Garcia 2010: 129-131).

O segundo, o período insurreccional, compreende a fase armada designado de terrorismo ou guerrilha, a de Estado revolucionário e a fase terminal ou final. A guerrilha progride e subsiste, porque possui enorme mobilidade e destreza. Mas é ágil, principalmente pelo apoio que as populações lhe prestam. Actuam procurando influir no âmagô e na alma do povo, como «peixe na água», para lembrar o princípio de Mao Tse Tung. A iniciativa, a flexibilidade, a agilidade, a acção permanentemente ofensiva perante a guerra defensiva, são primordiais para o seu êxito e implantação territorial, facilitadora da criação de bases de apoio. A guerra, de e em movimento, é a sua prioridade e forma de agir, levando esta postura a dilatar o campo de medo da guerrilha, sem no entanto incitar o inimigo a recuar mas sim a comprometer cada vez mais meios humanos e materiais.

A subversão armada usa, nas suas operações, tipos de acções ostentatórias - a forma de alimentar a agitação geral e emocional e o abatimento psicológico do inimigo, tornando-o incapaz e amedrontado aos olhos da opinião pública. Esta é a fase decisiva.

A organização fortifica-se, intensificam-se e generalizam-se as acções violentas, as instituições debilitam-se, aperfeiçoa-se o estabelecimento de estruturas de natureza político-administrativas e procura-se dominar algumas áreas do território, muitas vezes designadas por «áreas libertadas».

Os movimentos insurreccionais já fazem concorrência ao poder instituído: criam escolas e hospitais, ainda que apresentando uma forte improvisação e debilidade, aplicam a justiça às populações controladas, reclamam território, pois alegam que, nesse espaço, a população está abrangida pela sua organização político-administrativa.

Por último, este aparelho subversivo inicia a movimentação de um Exército que pretenderá, a partir das suas bases, dominar todo o território, recorrendo já a operações de tipo convencional, com entrada, por exemplo, de carros de combate no território em subversão, como aconteceu na Guiné (cf. Mao Tse Tung 1972: 145; Beaufre 1985: 104; Chomsky 1997: 25-29; Garcia 2010: 131-133).

Nestas circunstâncias, o compromisso político e atempado é importante para não prolongar a contenda além dos limites da possibilidade da negociação construtiva, já

que a lassidão, apetecida por um dos contendores, e a contra-lassidão desejada pelo outro, comprometem a obtenção da paz.

Olhando os dias de hoje pode-se afirmar que a “subversão tende a ser, cada vez mais, uma técnica que cruza a tática, com a estratégia, a engenharia com a história, a psicologia social com a informação” (Lara 2011: 51). É, porventura, uma zona interdisciplinar a que o Estado e a sociedade civil não devem estar indiferentes, porque os efeitos da subversão lhe são dirigidos prioritariamente. Segundo a opinião de Sousa Lara, “não há previsão sem o conhecimento dos modelos de subversão, de uma forma integrada e holística” (Lara 2011: 51).

3.7. A estratégia e as componentes da contra-subversão

À estratégia das guerras, de cariz subversivo, deve ser oposta uma estratégia contra subversiva, que evite a subversão.

Para a prossecução deste propósito, a manobra pressupõe objectivos: neutralizar e desbaratar a estrutura subversiva; preservar e fortalecer as forças da contra-subversão; proteger e obter a adesão da população, criando, no interior e no exterior, condições desfavoráveis à germinação da subversão (cf. Couto 1989: 306; CECA 1990: 95; Garcia 2010: 126-160). Estes objectivos podem ser obtidos através de técnicas aniquiladoras e construtivas, onde se incluam as adequadas actividades de informações, de acção psicológica e de anti-lassidão (cf. Couto 1989: 307-311; CECA 1990: 98; Garcia 2010: 126-160). Por outro lado, é preciso ter-se a convicção, tal como a tem Garcia, de que “A contra-subversão é uma actividade de alto consumo de tempo e de recursos. O tempo mede-se em décadas e não em anos” (Garcia 2010: 160), tal como aconteceu na Guerra do Ultramar.

Garcia concebeu um modelo de contra-subversão com cinco estratégias gerais: a estratégia “político-diplomática” pressupõe, na sua opinião, “uma actuação externa e outra interna que procura angariar apoios e reduzir os da subversão, promovendo o seu descrédito, recorrendo se necessário, a uma diplomacia coerciva” (Garcia 2010: 160).

Outra estratégia central desenvolve-se em torno do controlo da população e dos recursos e aperfeiçoamento das estruturas e infra-estruturas. Torna-se fundamental proteger e isolar fisicamente a população, e aniquilar ao mesmo tempo a estrutura subversiva. A centralidade prática, cujo reordenamento é o aldeamento, deve ser combinada com uma intensa acção psicológica no sentido de conquistar “os corações e

as mentes” (cf. Garcia 2010: 166-169). O trabalho estrutural e institucional, “na reconstrução de infra-estruturas, reparação de estradas, execução de furos artesianos para o abastecimento de água potável, a recuperação de escolas, a formação profissional” (Garcia 2010: 169) são, de entre outros factores, contributivos para a tentativa da obtenção da aderência das populações.

A acção psicológica e a actividade de informações são estratégias cruciais.

Todas as estratégias anteriores perseguem o objectivo de desmoralizar o adversário, “dando-lhe a sensação de insegurança, de impotência e descrença do seu êxito”³¹.

A estratégia militar de contra-subversão desenvolve-se através de um conjunto sequencial e harmonioso de acções ofensivas e defensivas, de tipo especial ou regular, internas e externas, embora “a modalidade de acção estratégica a adoptar depende[a] muito da fase em que o fenómeno se encontra, do grau de liberdade de acção e da tipologia subversiva” (Garcia 2010: 178). De qualquer modo, é basilar que se destrua o «binómio população/In», termo em permanência convocado na Guerra do Ultramar, fundamentalmente na Guiné, ao tempo do General Spínola. Nas regiões em que as autoridades civis não sejam capazes de garantir essa discordância, “as FA poderão ser chamadas a colaborar nesse controlo e quando necessário proceder ao reordenamento rural e à prática de aldeamento ou de tabancas em autodefesa” (Garcia 2010: 180).

Por norma, é adoptado o dispositivo de quadrícula para levar a cabo tamanha proeza. No entanto, para lhe trazer outra eficácia, o General Franco Pinheiro tinha a convicção de que deveria ser “uma quadrícula psicossocial” coligada e, por vezes, integrada na organização militar:

Tal quadrícula virá a cindir os territórios em áreas sucessivamente menores e coincidirá com a quadrícula administrativa: cada distrito será uma *zona psicossocial*, subdividida em *sectores psicossociais*, correspondentes às circunscrições ou aos concelhos, cada um dos quais com tantos *subsectores psicossociais* quantos os postos administrativos existentes na correspondente circunscrição ou concelho (Pinheiro 1963: 64)

Na maioria dos casos, na Guerra do Ultramar, esse ordenamento territorial de quadrícula psicossocial transformou-se na quadrícula militar de nível Companhia.

³¹ Segundo o volume III do *Regulamento o Exército na guerra subversiva* (Garcia 2010: 169-170).

3.8. A fase insurreccional da guerra subversiva: tácticas comuns na Guerra do Ultramar

O conceito de guerrilha correspondeu na Guerra do Ultramar a uma táctica adoptada, uma forma de levar a cabo a subversão armada, que empregou determinado tipo de meios e de processos, com um carácter restrito, na realização de operações militares. A guerra subversiva travou-se, em regra, no estilo militar, sob a forma de guerrilhas.

Quanto às acções levadas a cabo por elementos da guerrilha, ou por forças pseudo-regulares, convém dizer que o golpe de mão foi uma acção de envergadura utilizada contra qualquer objectivo fixo (cf. Pinheiro 1968: 37).

Também a emboscada foi reiteradamente utilizada:

é sabido que se trata de um golpe de mão contra um objectivo móvel (coluna militar, por exemplo). Por seu turno a *flagelação* só difere do golpe de mão e da emboscada no grau de empenhamento do bando, o qual normalmente actuará de longe e durante pouco tempo, no grau de preparação, visto normalmente ser uma acção improvisada, e nos resultados, que são sempre duvidosos mas contam na finalidade que o bando teve em vista: fustigar e criar ou aumentar a insegurança. (Pinheiro 1963: 38).

Da manobra militar das NT realçam-se, em contra partida, a defesa de pontos sensíveis, protecção de itinerários, patrulhamentos, batidas, limpeza de povoações, golpes de mão, interdição de fronteiras e grandes operações, com vista à neutralização e destruição da estrutura subversiva, executadas de forma integrada com a actuação psicológica sobre as populações e a recolha de informações relevantes (cf. EME/CECA 1990: 145-153).

Capítulo IV – Da instituição militar

4.1. As ideias-força

A instituição militar possuía valores militares. A eficiência, a eficácia e mesmo a sobrevivência das Forças Armadas decorriam do culto a tais valores. A defesa da soberania nacional, e a sua integridade territorial, aquém e além-mar, estava expressa no juramento que se fazia de fidelidade à Pátria.

O aperfeiçoamento técnico-militar era considerado como valor inestimável para manter a tropa em grau de prontidão para a Guerra do Ultramar.

Pretendia-se que existisse espírito de corpo, tido como a vontade colectiva, assumida e reproduzida no grau de coesão da tropa.

Os deveres militares emanavam de um conjunto de vínculos morais e jurídicos, que ligavam o militar à Pátria e à instituição. O dever moral caracterizava-se por ser voluntariamente assumido, embora houvesse imposição legal para o seu cumprimento. O dever jurídico era o imposto por leis, regulamentos, normas, manuais, directrizes e ordens. A disciplina, o respeito à hierarquia, o rigoroso cumprimento de deveres e ordens, a grande importância dada ao exemplo pessoal do superior para com os subordinados eram consideradas virtudes da instituição.

A ética militar tinha múltiplos preceitos. Destacavam-se, por exemplo, o ser-se justo e imparcial no julgamento dos actos e na apreciação do mérito dos subordinados, o cultivar a verdade, a lealdade, a rectidão e a responsabilidade, como alicerces de dignidade pessoal. Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades a que se estivesse subordinado. Exercer, com autoridade e eficiência, as funções que lhe competiam na decorrência do cargo³².

A condição militar fazia a síntese do que foi dito. Realçava, acima de tudo, o carácter verdadeiramente excepcional do exercício das funções militares e, consequentemente, das missões das Forças Armadas.

Era um dos pontos fortes da instituição militar:

Pela subordinação ao interesse nacional; Pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com sacrifício da própria vida; Pela sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino que as mesmas exigem, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra; Pela subordinação à hierarquia militar, nos termos da lei; Pela aplicação de um regime disciplinar próprio; Pela permanente

³² Leia-se securitas.blogs.sapo.pt/3095.html [visto em 14.09.2014].

disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais; Pela restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades; Pela adopção, em todas as situações, de uma conduta de acordo com a ética militar, por forma a contribuir para o prestígio e valorização moral das Forças Armadas; Pela consagração de direitos especiais, compensações e regalias, designadamente nos campos da segurança social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação (Sequeira 1999: 14).

Brandão Ferreira reflecte a instituição militar repousando sobre dois factores: um material, outro espiritual. O primeiro sustentado, fundamentalmente, pela hierarquia, pela disciplina e pela organização; o segundo encorpado pela ética e deontologia militares e pelas virtudes militares – todos avassalados aos objectivos da missão, que tudo orienta e regula (Ferreira 2003: 96-123). Escreve ainda o mesmo autor:

A hierarquia entrosa formalmente a força. A disciplina é um dos pilares capitais para o funcionamento e a presteza operacional da organização militar. Esta possibilita a articulação e a acção de todos os órgãos constituintes, precisando de uma doutrina apropriada e da regulamentação dos diferentes aspectos da vida castrense. Os preceitos da ética e da deontologia militares e as designadas virtudes militares encorpam a alma aos profissionais da instituição militar, e indica-lhes o caminho da virtude, da honra e do dever (Ferreira 2003:96).

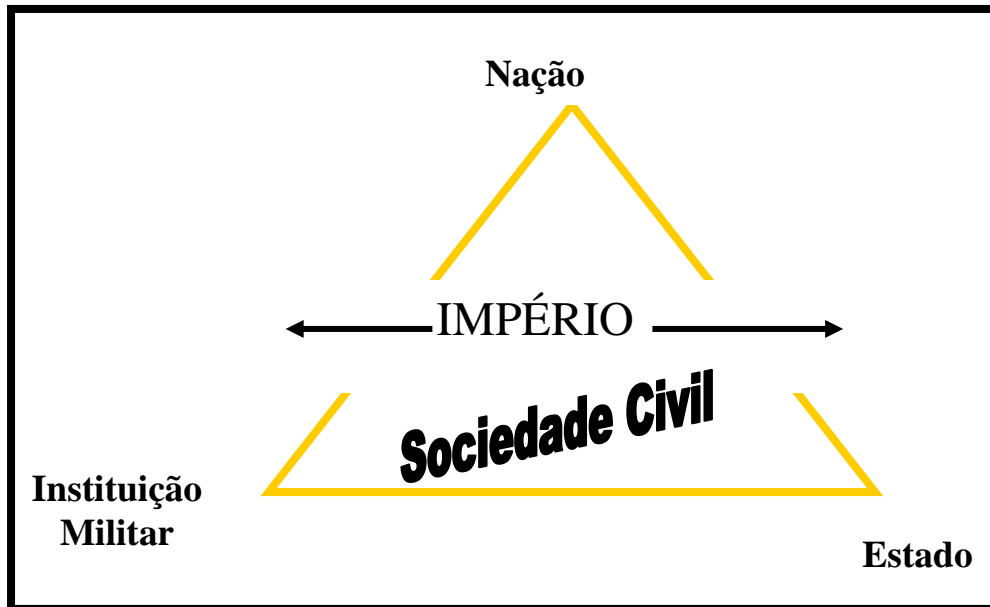
Nas palavras de Ferreira não se vislumbram laivos de militarismo, ou comportamento militarista, quando entendido como uma anomalia, porque deformante das virtudes militares. Isto é não se manifesta um culto excessivo daquilo que é normalmente entendido como conjunto dessas virtudes militares, ou manifestações mais instintivas e menos racionais do homem. Ou seja, muito mais fundadas na força do que na inteligência (cf. Correia 1988: 31-32).

Brandão Ferreira estabelece também, nas suas reflexões, formas de relacionamento entre o Exército e o Estado que, em síntese, se podem desta forma explicitar: o Exército pode absorver o Estado, isto é, a política do Exército e do Estado confundem-se; o Exército pode enfraquecer e/ou orientar o Estado, tomando a prevalência das Instituições Nacionais, tornando-se intangível e assentando numa espécie de «Casta», ou seja é quase um Estado dentro do Estado. O Exército pode estar sujeito ao Estado, por meio de autoridade legal ou influência controlada, sabendo-se que, nas democracias o Estado controla o Exército (cf. Ferreira 2003: 146).

João Borges (2007) e António Telo (2005), para além das relações Nação – Estado, Nação-Instituição Militar e Estado-Instituição Militar, introduziram um novo elemento no debate: o Império que, ao trespassar o triângulo cujos vértices eram a Nação, o Estado e a Instituição Militar, inseriu no palco do campo social a Guerra do Ultramar (cf. Borges 2007: 1-16; Telo 2005: 103-136). João Borges escreve a esse respeito: “Em Portugal e na sociedade portuguesa, e até 1974, nesse debate esteve sempre presente o Império e as suas sucessivas transformações e mutações para a

realidade da Nação” (Borges 2007: 3). Daqui se pode concluir que o Império, em mais de cinco séculos, cruzou a Nação, o Estado e a Instituição Militar.

Quadro nº 4 – Um triângulo conceptual transvasado pelo Império



O quadro tenta também evidenciar como a sociedade civil, durante mais de cinco séculos, serviu o Império ou soube aproveitar-se do Império. Ela está amplamente plasmada no Império, como a figura documenta: nas conquistas, na colonização e na sua defesa.

4.2. Um “campo social semi-autónomo”

Paulo Tenreiro (1986: 121-137) considera “campos sociais semi-autónomos” todas as “áreas da vida social com capacidade interna para produzir regras e costumes e, simultaneamente, vulneráveis às regras e decisões provenientes do espaço mais amplo que as rodeia” (Tenreiro 1986: 121).

Está-se pois em presença de uma situação de pluralismo jurídico, dentro do próprio Estado, por dois motivos³³. O primeiro é que “A instituição militar constitui-se como um «campo social semi-autónomo» em virtude das suas funções específicas. Criam-se, de facto, no seu seio *práticas informais* de resolução de conflitos e modos *sui generis* de exercício de poder jurídico” (Tenreiro 1986: 122).

³³ Tudo o que for apresentado e reflectido está em consonância com o que se passava ao tempo dos *Capitães do Fim* na instituição militar.

O segundo porque “A instituição militar representando os interesses supremos da Pátria, da Nação e do Estado tende a constituir-se, assim como um Estado paralelo e como uma ordem constitucional paralela em confronto com a sociedade civil” (Tenreiro 1986: 123).

Como já foi percebido, e atrás repetidamente dito, “o princípio fundamental que rege a estrutura das Forças Armadas e que organiza as relações jurídicas de poder no seu seio é o princípio hierárquico, facto que tem consequências específicas” (Tenreiro 1986: 123).

A primeira é a transformação em relações jurídicas de puras regras de trato ou deferência social. Por exemplo, estabelece-se “o dever do inferior, deixar o superior passar primeiro em passagens estreitas, de lhe dar o lado interno do passeio, de não fumar na sua presença sem sua autorização, de lhe fazer continência, de utilizar o meu e o nosso, vossa senhoria ou vossa excelência” (Tenreiro 1986: 124) e muitas outras.

A segunda é notável como acontecia nos crimes de ofensas corporais ou de injúrias. “Quando praticadas por um superior hierárquico em relação a um inferior, constituem o crime de abuso de autoridade, enquanto quando praticados por um inferior em relação a um superior constituem o tipo legal de crime de insubordinação” (Tenreiro 1986: 124).

A disciplina das Forças Armadas é mantida não só com base nas relações de mando, hierarquicamente organizadas, como ainda com base no apelo a valores “organicistas e supra-individualistas que nos dão também uma clara dimensão retórica do discurso jurídico militar” (Tenreiro 1986: 124). No regulamento de disciplina militar era frequente a insistência no “laço moral”, na “consciência de missão”, na “obediência espontânea e voluntária”, “no apelo à missão a cumprir”, que levavam à “aceitação natural da hierarquia e da autoridade e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo, etc.” (Tenreiro 1986: 125). Neste contexto tais valores tornam-se insusceptíveis de contestação. “Contestar o valor, é contestar o incontestável: os conceitos tais como os de honra, dever, pátria, inimigo, Homem, coragem, etc.” (Tenreiro 1986: 126).

É ainda de assinalar, nas instituições militares, “uma maior proximidade entre a competência para comandar, para dar ordens e a própria competência para punir, com

reflexos óbvios na funcionalidade do sistema e na coactividade do mesmo” (Tenreiro 1986: 127).

A disciplina militar arrogava, ainda, aspectos invulgares, como reproduz Paulo Tenreiro:

Em primeiro lugar, chamaríamos a atenção para a questão da aplicação frequente de penas nada regulamentares (e, muitas vezes, com o mero propósito de manter a disciplina e de inculcar o dever de obediência, não se estando portanto perante qualquer infracção disciplinar) - penas como a famosíssima pena de «encher», o que pode traduzir-se na prática de ginástica de aplicação militar fora de horas, nos reforços de sentinela, nos cortes de fim da semana, etc., e que são sanções frequentes para punir certas infracções disciplinares. Trata-se da aplicação de penas informais, e que por isso mesmo não terão outros efeitos (nomeadamente não são registadas na caderneta militar, não dão lugar a descontos nos dias de serviço, etc.). As infracções que poderiam ser punidas com penas regulamentares (detenção, por exemplo) tinham efeitos muito mais gravosos (Tenreiro 1986: 128).

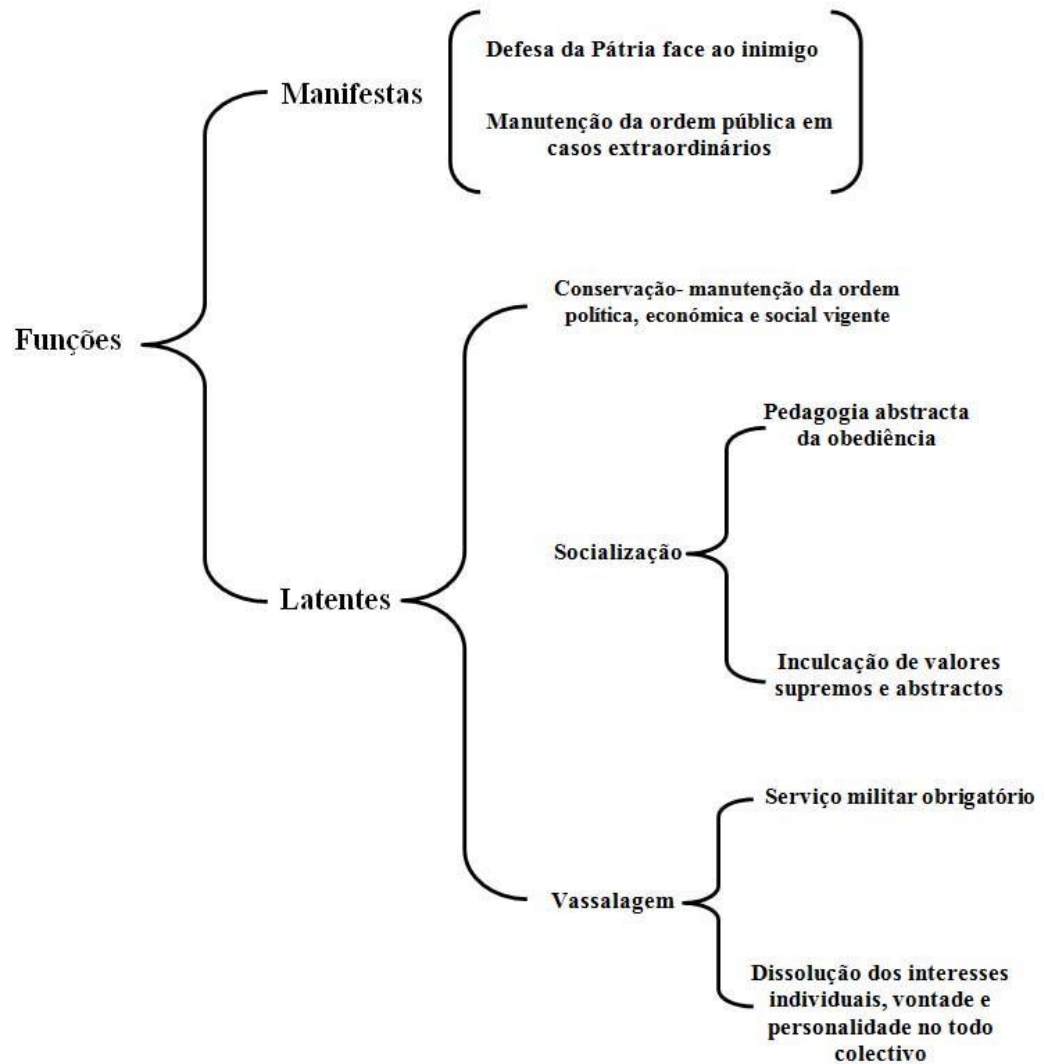
Passava-se, assim, por cima do processo disciplinar, assegurava-se uma punição mais oportuna, o mais conveniente para o mantimento da disciplina e punham-se de lado direitos da defesa do arguido. Aliás, o prevaricador acabava, quase sempre, por aceitar e concordar com a sua pena e ainda ficar venerando e agradecido por tudo se ter resolvido no momento. Como se constatará mais adiante.

Hoje, à distância, todos estariam de acordo que se tratava claramente de uma oratória da violência. Face à impiedade do RDM era muito mais importante aplicá-lo em situações de crise e gravidade extrema. Entretanto, mostrava-se aos olhos de todos quão compadecida era a instituição militar.

4.3. A razão de ser diferente

Apresenta-se agora um quadro onde se explicita o tipo de funções que constituem a razão de ser diferente da instituição militar. Olhando-o e apreciando a sua riqueza conceptual, é-se forçado a produzir algumas observações e a formular alguns realces.

Quadro nº 5 – Instituição militar: tipo de funções específicas que constituem a sua razão de ser diferente



Fonte: Tenreiro (1986: 132).

A instituição militar tem por primado as funções, manifesta e latente, viradas para a prática da violência face ao seu exterior. Na função latente da socialização está plasmada a disciplina militar e também a “retórica da violência”. Por isso, as práticas militares são constituídas por formalismos e rituais, muitas vezes não explicáveis pela sua própria natureza. Antes de fazer obedecer a algo concreto, trata-se de preparar o soldado para a obediência em si mesma, de modo que a instituição funcione bem (cf. Tenreiro 1986: 134).

Será também de realçar a noção de vassalagem que é empregue por Tenreiro “no sentido verdadeiramente feudalista do termo” (Tenreiro 1986: 135). No seu entendimento é do “Senhor, do qual depende a nossa vida e a nossa morte, a nossa

liberdade e do qual fazemos parte como simples peças de uma máquina” (Tenreiro 1986: 135).

É ainda importante, na continuação da apreciação do esquema, fazer referência à «inculcação de valores supremos e abstractos». Nestes convém referir a importância dos símbolos, bem como mencionar o Serviço Militar Obrigatório onde, segundo o autor, “a função da vassalagem é efectuada em termos autoritários, aquando da incorporação efectiva” (Tenreiro 1986: 135).

4.4. Profissão, profissionalização, profissionalismo militar

O nascimento da profissão militar no Ocidente, na perspectiva de Lurdes Fonseca, resulta, de entre outras realidades, do facto de ter emergido o reconhecimento do interesse social (e político) e de se dispor de uma força permanente devota à segurança militar da Nação. Pode-se, desta forma, estabelecer como seu cordão umbilical, a conscrição universal permanente³⁴, o “perfil de oficial-educador” e, ainda, “a exigência de um treino profissional básico e, mais tarde, a exigência de formação geral mínima anterior à profissional não ministrada por estabelecimentos militares, mas por Escolas Superiores autónomas face ao estabelecimento militar” (Fonseca 2008: 77-80).

A nível formativo, as academias, e outras escolas, vieram a possuir uma importância crucial na socialização profissional, dando corpo a diversos perfis de pessoal profissionalizado³⁵, possibilitando definir os traços essenciais da profissionalização militar.

Mira Vaz considera que Samuel Huntington foi quem primeiro encarou a actividade do corpo de oficiais como uma profissão. Morris Janowitz, no seu

³⁴ Mira Vaz (2001: 52) afirma sobre o assunto: “Na transição para o século XX, as Forças Armadas dos países europeus estavam prestes a representar a Nação em armas numa escala até aí inimaginável. Mas no decurso da I G.G., quando este modelo atingiu a sua máxima expressão, a confiança nos exércitos de conscrição começou finalmente a declinar. Este novo período inicia-se nos anos 60 do século XX, quando os países de cultura anglo-saxónica começam a optar pela profissionalização das Forças Armadas. No final da década de 80, já a Grã-Bretanha, os EUA, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia tinham abandonado o serviço militar obrigatório. Quanto à Bélgica, aboliu a conscrição em 1994 e a Holanda em Fevereiro de 1996. Em França foram apresentadas, em 1996, as grandes linhas de orientação para a passagem das Forças Armadas a um modelo profissional”.

³⁵ Segundo Vaz são quatro os fenómenos associados à aceleração do processo de profissionalização: “o sucesso das lutas anticolonialistas”; “a derrota, no Vietname, do exército mais poderoso do mundo, às mãos duma mão cheia de combatentes descalços”; a “crescente exigência das habilitações técnicas requeridas pelas novas funções militares e a natureza do mercado de trabalho da altura, muito competitivo e em recessão”; a “falta dum inimigo credível”, já que, sem Pacto de Varsóvia, “não fazia sentido prolongar a prontidão dos dispositivos e dos arsenais que se tinham vigiado reciprocamente, durante anos, através dos arames farpados da cortina de ferro” (Vaz 2001: 53-54).

entendimento, em contrapartida, foi quem apresentou os melhores argumentos em favor dessa aceitação. Huntington, na ideia de Vaz, preconizava um profissionalismo integral ou institucional, no qual os militares renunciariam aos seus convencimentos políticos para se obrigarem somente ao cumprimento das missões, sem se desassossegarem com as consequências políticas dos seus actos. Esta argumentação insinua a distinção plena entre valores civis e militares, e advoga o isolamento das Forças Armadas a fim de assegurar o seu controlo pelo poder político. Mira Vaz alega, por fim, que Janowitz defendia o militarismo pragmático ou funcionalista, como o mais favorável ao correcto relacionamento civil-militar. A estas duas perspectivas, contrapôs Moskos o modelo pluralista ou ocupacional/convergente ou ainda designado institucional/ocupacional (cf. Vaz 2001: 49-72).

Estas três teorias serão apresentadas com o desenvolvimento adequado mais adiante.

No rescaldo desta teorização, afirma-o ainda Vaz , chega-se a considerar que a profissão militar não possui todas as características duma verdadeira profissão e classificam-na, por isso, como “semi-profissão”, “sub-profissão” ou “ocupação”. Também levam a revelar que as Forças Armadas patenteiam algumas das características típicas das organizações burocráticas e alvitram estar-se perante uma profissão pública burocratizada (cf. Vaz 2001: 58).

Por outro lado, Lurdes Fonseca arquitectou descrições muito precisas dos cinco traços do militar tipo-ideal profissional:

- O Traço 1 – Elevada competência especializada teórico-prática;
- O Traço 2 – Detenção de uma jurisdição exclusiva;
- O Traço 3 – Detenção de um programa de formação superior, incomunicante sob o ponto de vista curricular, destinado a produzir credenciais qualificantes para a Guerra;
- O Traço 4 – Partilha de uma ideologia formalizada num código de ética alargado e aprofundado, que valoriza os bons desempenhos e os protagonismos na gestão da violência;
- O Traço 5 – Concretização da profissão numa distinta e efectiva comunidade de membros fundada em identidades e interesses específicos comuns, que controlam ética e tecnicamente o exercício da profissão (Fonseca 2008: 60-70).

Pode ainda apresentar-se um outro propósito, aquele que é sustentado no facto da ocupação militar ser uma profissão, embora nem todo o militar seja profissional. Existiam largas franjas do tecido humano que compunham a organização militar, nada identificado com o tipo-ideal profissional descrito. Deste pensamento, ressalta a diferenciação entre oficiais profissionais e não profissionais, no coração da instituição

militar, sempre assente na passagem com sucesso pela Academia Militar (cf. Fonseca 2008: 100).

Lurdes Fonseca fala ainda de uma simplificação conveniente da arquitectura ocupacional e funcional da organização militar, e afirma que esta “pode encontrar-se na comparação entre a estratificação social tripartida em classe alta, média e baixa e a estratificação militar tripartida entre Oficiais, Sargentos e Soldados” (Fonseca 2008: 100). Segundo a investigadora, aos primeiros cabe a função decisória, aos segundos a função de enquadramento e organização, e aos terceiros a função de execução.

Especificamente, quando se refere ao oficialato, apresenta a “distinção clássica” entre oficiais profissionais e não profissionais:

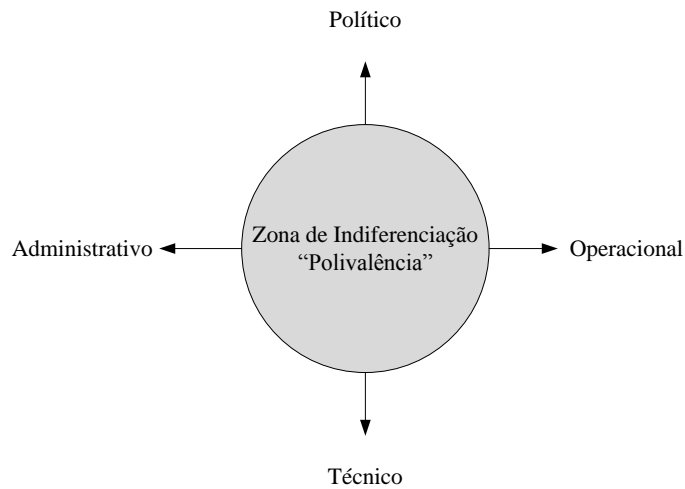
No âmbito do oficialato moderno, a distinção tradicional de qualidade qualificacional, organizacional e social fez-se entre oficiais de carreira e oficiais milicianos, pressupondo-se a formação superior científica e institucionalmente específica dos primeiros (curso superior militar, administrado por Academia Militar) e a ausência de formação superior ou a formação superior inespecífica dos segundos. Trata-se da distinção clássica entre militar profissional e não profissional que agregaria oficiais milicianos a sargentos e soldados, diferenciando assim quem «gere violência de quem a pratica» ou «o pólo intelectual do pólo mecânico da prática guerreira» (Fonseca 2009: 10).

Hoje, impera a propensão para a organização de contingentes militares voluntários, nada tendo de semelhante com o modelo da conscrição utilizado na Guerra do Ultramar.

4.5. Especializações funcionais

Eduardo dos Santos concebeu um modelo intentando com ele elaborar raciocínio e teoria sobre as especializações funcionais da organização militar, depois de estudar toda a sua problemática. Para tal, criou dois eixos de especialização onde se vislumbram duas dimensões principais: uma «vertical» e outra «horizontal». Na dimensão vertical encontram-se plasmados dois pólos: o “pólo do poder”, “pólo da decisão geral de agir e da planificação da acção”; e o “poder da técnica”, “implementador de meios técnicos fisicamente adequados”. A segunda dimensão opõe o “Administrativo” ao “Operacional”. (cf. Santos 2006: 28) Como afirma o autor, o primeiro apresenta-se como o domínio da “força da regra”, a “burocracia enquanto sistema de racionalização”, e o segundo é o representativo da “regra da força”, que detém a “capacidade para fazer a guerra”. Ter-se-á, “de um lado a norma, do outro o heróico e o combate” (Santos 2006: 28).

Quadro nº 6 – Os dois eixos de especializações funcionais



Fonte: Santos (2006: 28).

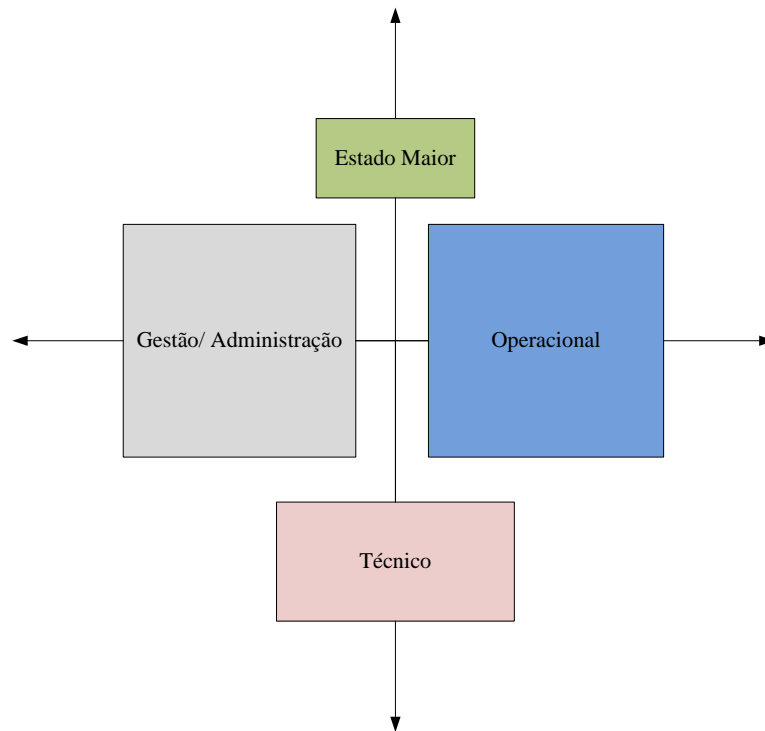
O modelo, representado no quadro anterior, põe frente a frente a minudência do “gestor” burocrata, apelidado no bom sentido, não sujeito ao empenhamento físico, pouco confrontado com o perigo – o designado “aramista” na Guerra do Ultramar - com o “operacional” de um universo que parece simétrico: “exigência de eficácia prática, empenhamento físico máximo (pelo menos eventual), pressão temporal intensa e constante” (Santos 2006: 32).

Sendo ambas indispensáveis, estas duas funções “produzem uma tensão fundamental no seio das instituições”³⁶.

Ao longo dos tempos verifica-se um alargamento substancial da Gestão/Administração que, praticamente, equilibra com o Operacional. Há uma afirmação categórica do Técnico, enquanto o Estado-Maior inicia o caminho para o exercício de uma futura direcção política. O quadro nº 7 é bem representativo desta mudança.

³⁶ Segundo Santos (2006: 32), o “Operacional gozou de uma predominância quase exclusiva até ao fim do século XIX. A marca operacional era a identidade dos militares. O burocrático, administrativo, ganha bruscamente importância com os exércitos de conscritos, que são também exércitos de massa e exigem o desenvolvimento de grandes administrações permanentes”.

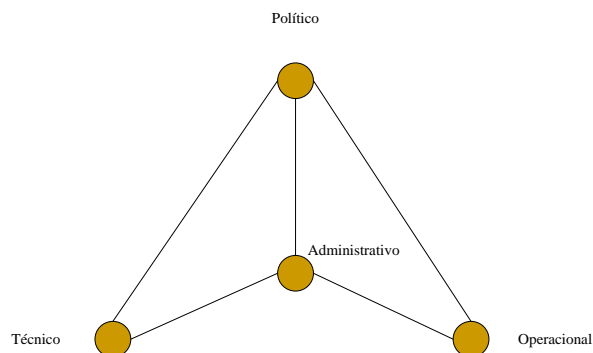
Quadro nº 7 – Representatividade do Exército de Conscrição



Fonte: Santos (2006: 39).

Com o tempo, o modelo anterior foi-se configurando num tetraedro, possuidor de uma base de sustentabilidade onde se encontram os depositários dos meios, e em cujo vértice se dispõe o responsável pelos fins, ou seja, o pólo “político” em posição ascendente possuidor do papel fulcral de coordenação dos outros três (Santos 2006: 44).

Quadro nº 8 – Tetraedro do poder



Fonte: Santos (2006: 44).

Perfila-se uma “nova corrente de análise científica dos problemas inerentes às relações civil-militares e à influência dos militares na política” (Baltazar 2005: 71), embora havendo quem considere “ser inverosímil pensar numa instituição e num corpo

profissional despolitizado dado a politização ser indissociável da actividade militar” (Fonseca 2008: 92-95).

4.6. Análise de modelos

4.6.1. A lógica vocacional e profissional

O modelo Institucional/Ocupacional (I/O) de Moskos, abordado e estudado por ele em diversos livros e revistas (1971; 1973; 1978; 1986; 1988), tem sido tratado por várias pessoas em Portugal. Destaca-se, de entre outros académicos: Maria Carrilho (1994), Mira Vaz (2001), Saudade Baltazar (2005), Jorge Cobra (2005), Gaspar Esteves (2007) e Lurdes Fonseca (2008). O modelo surge na década de setenta e tem desempenhado um papel preponderante na análise das tendências das instituições militares.

Charles Moskos propôs, nos anos Setenta, um quadro de análise assente em dois vectores Institucional/Ocupacional: “o primeiro traduz-se pelo seu alcance social, o segundo afirma-se em termos de mercado” (Carrilho 1994: 130).

A transformação do modelo de mobilização e o declínio do Exército de massas, a par de um conjunto de mudanças na conjuntura mundial, circunscrevem a opção por um tipo nuclear de forças de elevada especialização, profissionalizadas e com significativas ligações com o sector empresarial. A estas forças cabe um papel importante na resolução de conflitos, locais ou regionais, mais do que como braço armado da Nação. Daqui também a base para o surgimento da teoria de Moskos que distingue, como já se disse, por um lado um modelo de serviço militar institucional ou vocacional e, por outro um modelo ocupacional ou profissional (cf. Cobra 2005: 167).

Vai neste rumo de pensamento a tese que Charles Moskos propôs, em 1978:

...a profissão militar nos EUA, tendia a afastar-se no seu fundamento de uma base institucional para uma ocupacional, nomeadamente na esteira da adopção do AVF (All-Voluntary Force) conciliado com o término da conscrição no pós-Vietname. O núcleo fundamental do profissionalismo militar estaria a afastar-se da ênfase em valores institucionais, tais como Pátria, Honra e Dever, para se «mercantilizar» ou seja, para se deslocar para valores economicistas de maximização da utilidade individual como pressuposto de actuação profissional (Moskos 1978: 41).

Fica pois claro, que “a tendência na maior parte das Forças Armadas das democracias ocidentais seria a passagem de uma lógica vocacional para uma lógica profissional, passando consequentemente do pólo institucional para o pólo ocupacional” (Moskos (1988: 19).

4.6.2. Modelos de Huntington e de Janowitz

Neste contexto, e para uma melhor compreensão, torna-se importante enunciar os modelos teóricos essenciais e as suas características fundamentais.

Começa-se pelo modelo de Huntington, o designado modelo puro ou conservador (também modelo divergente ou institucional), que é consubstanciado pelas seguintes especificidades:

- Forças Armadas afastadas da Sociedade.
- Forças Armadas possuidoras de valores exclusivos incompatíveis com a Sociedade Civil.
- Forças Armadas com militares profissionais leais às instituições democráticas e obedientes às autoridades do Estado moderno ocidental.
- Forças Armadas com militares profissionais que apresentam concomitantemente a competência técnica e a experiência para a execução de serviços que a lei lhe determina.
- Forças Armadas com militares profissionais que se comportam, no que concerne à política geral do Estado e aos sentimentos da Nação, com exímia neutralidade.

O segundo modelo é da autoria de Janowitz, conhecido como sendo um modelo «civilizado» ou pragmático (convergente ou ocupacional) e implica-se em redor dos seguintes propósitos:

- Convergência das Forças Armadas com as estruturas e normas civis.
- Esbatimento da função guerreiro heróico.
- Forças Armadas com militares profissionais que realçam a sua função tutelar da Sociedade.

Forças Armadas com militares profissionais que abandonam uma parte significativa da tradição militar a favor da sua colocação no seio da Sociedade (cf. Cobra: 170).

Sabendo fazer a síntese Moskos, escreveu:

o modelo pluralista ou ocupacional/convergente ou ainda institucional/ocupacional é, de algum modo, a síntese entre o pragmatismo de Janowitz e o integralismo de Huntington, segundo o qual a profissão militar, em consequência de os valores do mercado se terem parcialmente sobreposto aos valores institucionais, foi evocando progressivamente um carácter mais ocupacional, que integra elementos dos dois modelos anteriores (1988: 45).

Desta forma este estudioso elaborou o seu modelo.

4.6.3. O modelo de Moskos

i. Uma ocupação militar é legitimada, para Moskos, no mercado de trabalho e encontra-se estribada em princípios economicistas. A redefinição de uma profissão militar institucional para uma ocupacional derivava, para Moskos, da aceitação de três proposições:

1) Não existe diferença essencial entre serviços militares e empresas «civis». 2) A retribuição do profissional militar deverá sempre que possível ser em dinheiro, permitindo um desempenho mais eficiente no mercado. 3) A compensação deve derivar das capacidades e competências diferenciais dos indivíduos (Moskos, 1988: 17).

O modelo ocupacional liga-se, pois, a uma lógica de sentido de carreira e à inerente obtenção de benefícios materiais.

Face ao assinalado, Moskos advoga a hipótese de as modernas instituições militares estarem a passar por um processo de mudança, que reflecte uma aproximação aos valores da sociedade civil. Afirma Moskos:

Segundo os autores que defendem a tese da dicotomia institucional/organizacional, os elementos organizacionais e ocupacionais pesam cada vez mais nas motivações dos militares. Esta conclusão vai alterar o paradigma, da faceta institucional em direcção aos valores que formam a sociedade civil (Moskos 1988: 45).

Com o objectivo de medir a força desta mudança, Moskos architectou dois modelos, ou tipos-ideais de instituição e profissão militar, designando-os por Institucional e Ocupacional. Ambos aspiravam a dar conta das alternâncias verosímeis da actividade profissional do militar. Era um “modelo plural, segmentado ou híbrido” (cf. Cobra 2005: 166).

Os dois tipos ideais, desta forma designados, podem ser considerados estanques, ou coabitar traços característicos de um e de outro, numa dada instituição militar. Todavia, ambos serão nefastos quando considerados mitos intocáveis.

O desenvolvimento da teoria formulada por Moskos deu origem a uma conglomeração de variáveis que se constituem como um “construto bipolar”, tal como se apresenta na tabela abaixo discriminada (*in* Esteves 2007: 120).

Tabela nº 3 – Organização social militar: institucional *versus* ocupacional

Variável	Institucional	Ocupacional
Legitimidade	Valores normativos	Economia de mercado
Papel desempenhado	Difuso; generalista	Específico; especialista
Base de compensação	Posto e antiguidade	Desempenho e qualificações
Modo de compensação	Uma boa parte em espécie	Salário e bónus
Nível de compensação	Descomprimido; baixos salários no início da carreira	Comprimido; salários não muito baixos no início da carreira
Residência	No trabalho e em residências adjacentes	Separação entre local de trabalho e local de residência
Cônjuge	Integrado na comunidade militar	Separado da comunidade militar
Prestígio social	Baseado na noção de serviço	Baseado no nível de compensação
Grupo de referência	Vertical, dentro da organização militar	Horizontal, exterior à organização militar
Avaliação do desempenho	Holística e qualitativa	Segmentada e quantitativa
Sistema legal	Justiça militar	Jurisprudência civil
Atractivos de recrutamento	Qualidades de carácter e estilo de vida	Salário elevado e especialização técnica
Papel da mulher	Emprego limitado; padrão de carreira restrito	Emprego abrangente
Aposentação	Benefícios e preferências	Igual aos civis

Uma instituição sustém-se, para Moskos, na

...valorização de um bem maior ou comum ao qual o interesse individual deverá ser subordinado. Visto como um chamamento ou vocação, o serviço profissional militar é apercebido no modelo institucional como superior ou simplesmente diferente do serviço profissional prestado fora da instituição militar, o que justifica uma certa auto-segregação. As noções de sacrifício pessoal em prol do bem geral, a par com os ideais de altruísmo, coragem e patriotismo, fariam derivar, pela parte da sociedade civil, um sentimento de estima e apreço concretizado nos benefícios e regalias dadas a veteranos (Moskos 1988: 16).

Pelo que fica exposto, Moskos considerou o modelo institucional baseado em normas e valores, com um propósito que transcende o interesse individual em proveito de um presumível bem comum.

Esses valores seriam consubstanciados em termos como dever, honra e país. Os membros da instituição seriam vistos como seguindo uma vocação, assumindo perante a sociedade as consequências do seu auto-sacrifício, no que esta lhe retribuiria mediante o reconhecimento do prestígio da função.

O modelo institucional está ligado a valores tradicionais e a uma lógica tradicional.

Segundo Moskos, os valores característicos da instituição militar, no modelo institucional, são confrontados com a falta de homogeneidade dos valores presentes na sociedade civil, facto este que contribui para a distinção valorativa e para o gradual enraizamento da coesão entre militares.

A defesa das tradições militares aparece, assim, com o objectivo de preservar a identidade dessa instituição, embora, e paradoxalmente, também possa suscitar sentimentos de rejeição à integração de características ocupacionais nas Forças Armadas (cf. Moskos 1973: 255- 280; Cobra 2005: 165-172).

ii. Este «constructo bipolar» em análise tem ainda como objectivo identificar qual a tendência predominante numa instituição e na profissão militar. Assim, e de acordo com o seu primeiro autor, constatar-se-á que, na sua aplicabilidade, os resultados do modelo I/O são susceptíveis de variar entre uma organização militar bastante apartada da sociedade civil, ou então destacadamente concordante, dado que o modelo faz o trato com pólos opostos da mesma dimensão (cf. Moskos 1973: 255-280). É difícil, pois, compatibilizar a complexidade das interacções existentes entre Forças Armadas e sociedade com esta bipolaridade e outras especificidades do modelo.

Capítulo V – Liderar, comandar, desempenhar

5.1. Conceitos e tipos de elite

Guy Rocher trabalha alguns conceitos de elite de autores consagrados, como o de Charles Mills, Charles Moskos, Vilfredo Pareto e o seu próprio (*in* Rocher 1977: 8-17).

Poder-se-ia dizer, da análise do exposto por todos eles, estarem as elites sempre ligadas ao poder detido, aos sentimentos ou emoções exprimidos ou simbolizados, ou às qualidades excepcionais de que dão provas. Também as aptidões eminentes, feitas sentir no seu campo profissional ou em qualquer actividade, e o sucesso alcançado superior à média dos outros homens, são ligações evidentes às elites. Daqui também se constata a possibilidade de conceber uma pluralidade de elites, com laços observáveis entre elas.

Com base nas reflexões anteriores, produzidas pelos seus autores, e ainda com os ensinamentos de Tom Bottomore (1974: 14), Anthony Giddens (1975: 145) e Guy Rocher (1977: 20), foi possível definir seis tipos de elites.

Tabela nº4 – Seis tipos de elites

Elites tradicionais	As que gozam duma autoridade ou duma influência que decorre de ideias, de crenças ou de estruturas sociais cujas raízes remontam a um passado remoto e que uma longa tradição robustece.
Elites tecnocráticas	As que se inscrevem numa estrutura legal ou burocrática, mais de autoridade do que de influência, e que desempenham cargos de chefia nas hierarquias de carácter burocrático.
Elites de propriedade	As que são investidas de autoridade ou poder em resultado dos bens que possuem e dos capitais que detêm, que lhes atestam poder social, especialmente pela possibilidade dada por esses bens de exercitar coacções sobre as outras elites e sobre a mão-de-obra que empregam e alimentam.
Elites carismáticas	Aquelas a que se imputa certos carismas, certas qualidades elevadas a um grau invulgar, determinadas virtudes mágicas ou quase mágicas, cuja autoridade e preponderância de que desfruem estão ligadas a figuras precisas e não a cargos ou a bens, ao que elas fazem ou que se julga que elas conseguem fazer.
Elites ideológicas	Aquelas que se incrementam e cristalizam em torno de ideologias, pessoas e grupos que participam na significação duma ideologia; que a apregoam, que são os seus porta-vozes ou mandatárias autorizados.
Elites simbólicas	Aquelas pessoas ou grupos que se expõem ou são expostos como arquétipos de determinadas formas de viver, de actuar e de pensar, incorporam certas marcas ou qualidades; desfrutam um carácter emblemático, para quem as aprecia ou combate.

As elites militares estão de sobremaneira associadas a todos os seis tipos descritos, pois são-no de características abrangentes; no entanto, predominantemente, estão centradas nas simbólicas, carismáticas e tradicionais.

5.2. Os líderes e o conhecimento tácito

Esteves Rosinha faz incursões no conhecimento tácito, em contexto militar, e na promoção do desenvolvimento de competências de comando.

O referido autor explana uma definição, de conhecimento tácito, como sendo “o que é necessário saber de modo a trabalhar de forma eficiente num meio para o qual não foi explicitamente ensinado nem sequer verbalizado” (Rosinha 2009: 23). Da investigação produzida e da bibliografia por si compulsada retirou, em síntese, os seguintes ensinamentos relativos ao conceito, que se revela de enorme importância:

- O conhecimento tácito é um dos atributos dos indivíduos com desempenhos acima da média, desenvolvido através da aprendizagem prática, da intuição ou instinto profissional.
- O conhecimento tácito tem aquisição implícita dando papel relevante à atenção e à experiência.
- O conhecimento tácito é descrito segundo um conjunto complexo de condições-acções pelo qual o indivíduo, face a determinadas condições do meio, escolhe e empreende as acções mais adequadas.
- O conhecimento tácito é mais útil, e mais fácil de obter, quanto mais valorizado for o objectivo e quanto mais o conhecimento se relaciona com os objectivos pessoais.
- O conhecimento tácito, adquirido pela experiência, relaciona-se mais com o agir, já que é adquirido no contexto das tarefas do dia-a-dia (cf. Rosinha 2009: 24-25).

Acrescenta-se ainda:

- O aumento da reflexão quando determinadas crenças tácitas associadas a uma situação não resultam no esperado.

- O confronto com resultados inesperados leva à formulação de alternativas, ou seja, a um novo entendimento da relação condição-acção possibilitando novos caminhos de acção. (cf. Rosinha 2009: 26-27).

É possível pois construir um modelo para aquisição do conhecimento tácito em liderança, onde se combinem “formas de reflexão-acção, de reflexão sobre a acção e de reflexão na acção, que leva o indivíduo a adaptar-se para seleccionar e moldar as condições reais do meio de forma a atingir os objectivos valorizados por si” (Rosinha 2009: 30).

5.3. Exercício da liderança eficaz em contexto militar

A expressão «liderar» vem do inglês *lead* e este, por sua vez, do anglo-saxónico antigo *laedan* que significa “mostrar o caminho indo à frente, conduzir, guiar”. Líder é “aquele que está ou vai à frente, o que conduz, o chefe expressamente aceite”, sendo a liderança a “capacidade para conduzir ou guiar os outros” (Martins, Sequeira e Valente 1999: 29).

Nas Forças Armadas, mais do que em qualquer outra organização, a existência de verdadeiros líderes é essencial à gestão dos recursos humanos na condução das acções militares.

Interessa, no entanto, reconhecer a existência de dois limiares de desempenho na acção de liderança: “um patamar de satisfação mínimo”, a que corresponde o cumprimento da missão (“eficácia” ou “liderança eficaz”) e um patamar de satisfação máximo (“eficácia absoluta”), onde, “para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos” (cf. Rosinha 2009: 41). Significa que “A mobilização de competências básicas permite atingir a eficácia, e as competências críticas a eficácia absoluta” (Rosinha 2009: 41). A “zona do cumprimento da missão” é o “espaço de desempenho” entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso absoluto (cf. Rosinha 2009: 41).

Em plena ligação com o explanado anteriormente, Rosinha parte para o estudo do conhecimento tácito no campo da liderança militar.

Relativamente à Companhia, que interessa para este trabalho, expressa quatro categorias de conhecimento tácito, apresentadas na tabela por ordem decrescente de importância:

Tabela nº 5 – Categorias de conhecimento tácito à função Comandante de Companhia

Categoria de conhecimento tácito	Sua descrição
Dirigir e supervisionar.	Coordenar e organizar a unidade; encorajar a iniciativa e a cooperação; responsabilizar os subordinados.
Motivar os subordinados.	Fornecer recompensas/reconhecimento; incluir os subordinados na tomada de decisão; proporcionar as necessidades básicas aos soldados.
Comunicar.	Partilhar valores/visão; comunicar expectativas; procurar informação.
Cuidar/preocupar-se com os soldados.	Fornecer apoio; gerir a carga de trabalho; lidar com problemas pessoais.

Fonte: Rosinha (2009: 52).

As quatro categorias expressas fortalecem-se com a complementaridade de outras quatro:

- O desempenho dos Comandantes/líderes militares no comando de tropas requer conhecimentos específicos sobre comando e liderança dos subordinados.
- As condutas do Comandante/líder, percebidas pelos subordinados e pelo contexto onde ocorre a acção são fundamentais.
- O superior hierárquico apresenta-se com um modelo a seguir pelo exemplo que transmite.
- O estabelecimento da confiança e da credibilidade são centrais na prática de comando (cf. Rosinha 2009: 52-53).

Encontraram-se pois oito categorias de conhecimento tácito, imbricadas à função Capitão e à liderança militar de uma Companhia.

5.4. Comando: uma liderança

A palavra comandar provém do latim *commandare* que significa mandar com autoridade, ordenar, dirigir superiormente, empregando-se especialmente com referência a militares. Comando é a acção de comandar, ou a acção exercida por um Comandante sobre as suas tropas, ou militares que lhe estão subordinados. Comandante é aquele que tem um comando militar, ou o chefe de tropas ou de qualquer força armada (cf. Martins, Sequeira e Valente 1999: 34-35).

Também o EME, em diversos regulamentos de campanha, operacionais ou de índole administrativa, apresenta outra abordagem conceptual de comando, expressando-

o nos seguintes termos: “Autoridade conferida a um indivíduo para dirigir, coordenar e controlar forças militares. Esta autoridade, conferida pela lei e pelos regulamentos, é acompanhada por consequente responsabilidade que não pode ser delegada” (*in* Martins, Sequeira e Valente 1999: 34)

A NATO, em *NATO glossary of terms and definitions*, define comando como “a autoridade investida num elemento das forças armadas para dirigir, coordenar e controlar forças militares” (*in* Martins, Sequeira e Valente 1999: 34).

Rosinha, no entanto, define comando de uma forma mais profunda e organizada, no seu entendimento, tridimensional:

O comando é um constructo tridimensional definido pelas inter-relações entre competência (física, intelectual, emocional e interpessoal), autoridade (enquanto posição de comando investida pelo estatuto legal, mas incluindo também a autoridade baseada nos atributos pessoais), e responsabilidade (obrigações impostas pelo canal de comando ou pelas necessidades organizacionais). (Rosinha 2009: 85).

Esta descrição complexa, mas completa, introduz estudos em torno de outros conceitos de liderança: a transformacional, a transaccional e a *laissez-faire*.

Numa liderança transformacional os líderes usam processos de influência de ordem superior, quando comparados com os líderes transaccionais, ou seja, “Os líderes transformacionais não se limitam a reagir aos problemas, tal como os recebem, questionam-se de modo a contribuir para a construção de um objectivo colectivo” (Rosinha 2009: 214).

Os líderes transformacionais são, por isso, vistos como indivíduos pró-activos, no entendimento de Rosinha:

...empenham-se em otimizar o desenvolvimento e a inovação do indivíduo, do grupo e da organização; não procuram apenas alcançar o desempenho esperado, convencem os subordinados a alcançar elevados níveis de desempenho, bem como elevados níveis morais e éticos (Rosinha 2009:215).

A liderança transformacional, através da influência idealizada (carisma), da inspiração, da estimulação intelectual ou da consideração individualizada, permite que os subordinados ultrapassem os seus próprios interesses. Eleva os seus ideais e o seu nível de maturidade. Os envolvidos evidenciam preocupação para com os outros, são optimistas, têm um elevado nível de curiosidade e abertura à experiência (cf. Rosinha 2009: 214-215). Desta forma, exercem um bom comando (um comando protagonista).

Os processos transformacionais e transaccionais não são antagónicos mas sim complementares. Porém, a liderança transaccional, e o respectivo comando, é

“associada a níveis mais baixos de desempenho, em particular quando se faz uso da sua forma passiva (gestão pela gestão passiva)”, conforme o demonstram diversos estudos no sector militar” (in Rosinha 2009: 68).

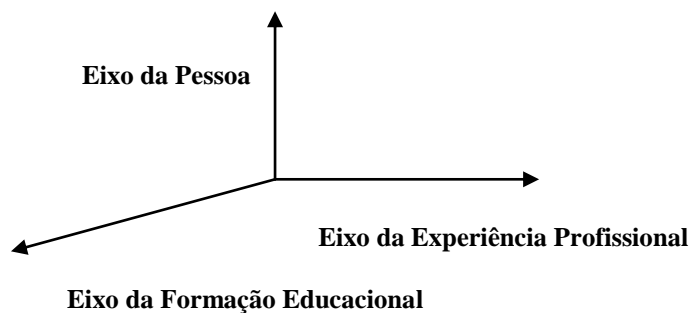
Finalmente, a liderança *laissez-faire* refere-se a uma gradação de “não liderança” e de não comando – todo o género de pessoas que rejeita abraçar uma posição e tomar deliberações. Enfim, abandona a sua autoridade.

5.5. Qualidades centrais e representativas do “bom oficial”

Como estudo complementar, e ligado à problemática em questão, tome-se em consideração investigações de Guiseppe Caforio e Marina Nuciari (1998: 364-388), com o objectivo de determinar as qualidades centrais e representativas do “bom oficial” ou do “militar profissional”. Na avaliação dos seus militares emergiram, como qualidades centrais, “a liderança, a perícia, a responsabilidade, a disciplina e a decisão”, que muito têm a ver com uma liderança transformacional.

Acrescentar-se-ia a competência do indivíduo, como Gui Le Boterf a situa – numa encruzilhada, com três eixos – “o eixo da pessoa (sua biografia e socialização), o eixo da experiência profissional, o eixo da formação educacional” (Le Boterf 2005: 10-20).

Quadro nº 9 – Uma encruzilhada fundamental



Melhor dizendo: um entrecruzamento indispensável para se poder ser um bom oficial.

5.6. Desempenhos

No concerto da tática da investigação, estava previsto o recurso a militares do QP, contemporâneos dos *Capitães do Fim*, e que, fruto da experiência adquirida e dos saberes acumulados, pudessem emitir sobre eles juízos de valor e fossem capazes de

produzir doutrina sobre o que deve ser entendido por um bom desempenho de um Capitão.

5.6.1. Doutrinas de bom desempenho

A todos se pediu a resposta a dois questionamentos, Q1 e Q2, fazendo parte do apêndice (Ap I. 1). Houve sete respondentes que abordaram a problemática.

i. Para o Tenente-General Tomé Pinto (depoimento feito em 8 de Dezembro de 2010) há o entendimento de que um “bom desempenho decorre das qualidades técnicas, morais e comportamentais de cada um”. Tudo isso, na sua opinião, se deve amalgamar com a “Vontade, determinação, saber, generosidade e no caso militar constante disponibilidade”.

ii. Para o Coronel David Martelo (10 de Dezembro de 2010) o bom desempenho esteve ligado ao tipo de guerra enfrentada pelo Exército Português, que evidenciou a importância do Capitão:

O tipo de guerra em que o Exército Português estava envolvido fazia com que, na esmagadora maioria das vezes, o contacto com o inimigo se fizesse por iniciativa deste. O mesmo é dizer, que as tropas portuguesas se viam na necessidade de reagir a acções de surpresa e, frequentemente, em situações de desvantagem inicial.

Esta quase «fatalidade» só era, favoravelmente, contornável mediante uma forte disciplina, fazendo de cada movimento no terreno uma operação de contacto iminente, mesmo que se tivessem passado vários meses sem se ouvir um tiro. Aqui se incluem, naturalmente, os cuidados a ter com a presença de minas e armadilhas, usando da maior paciência possível.

Esta postura, diga-se, não era fácil de conseguir, porque a rotina – sobretudo em zonas de menor actividade da guerrilha – era inimiga do «estado de alerta», que se impunha em todas as circunstâncias. Por este motivo, o Capitão tinha de possuir, no mais alto grau, o sentido de responsabilidade e a tenacidade necessária para manter os seus homens em permanente estado de prontidão. Quando tal não era conseguido, aconteciam as emboscadas com grande número de baixas, normalmente em zonas onde a guerrilha havia muito que se não manifestava.

Depois da disciplina «em alerta», seguia-se a disciplina em combate, sobretudo debaixo de fogo, em que a acção dos oficiais e sargentos mais se devia fazer sentir. Para tal, era importante que se não preocupassem em dar tiros, e orientassem o seu esforço no sentido de perceber o posicionamento do inimigo, e na orientação dos fogos dos seus homens, os quais teriam de ser controlados, de modo a não levar ao consumo exagerado de munições [Q1].

O Coronel abordou, seguidamente, de forma integrada, as qualidades de um bom Capitão, entrecruzando elementos comparativos entre Capitães QP e CCC, no contexto da complexidade de comando de uma Companhia.

O Capitão precisava de comportar-se, perante os seus subordinados, como um irmão mais velho e mais experiente, que lhes exigia, com austera determinação, o que era indispensável para o melhor desempenho operacional com os custos de sangue mais baixos.

Individualmente, ajudava muito o facto de o Capitão ser desembaraçado, física e tecnicamente, sendo capaz de estar sempre presente nos locais de maior perigo, controlando o seu próprio medo e procurando transmitir confiança e sangue frio. Estas qualidades vão-se desenvolvendo com o tempo, pelo que não é a mesma coisa ser Capitão com 7 ou mais anos de vida militar ou com somente 15 meses.

Depois, num plano fora do âmbito operacional, o oficial Comandante de uma Companhia de Caçadores (ou equivalente) era, também, um gestor de recursos humanos e materiais muito complexos. Para esta gestão eram necessários conhecimentos sólidos da administração da Companhia, de justiça, de gestão de equipamentos, de apoio à manobra psico-social, etc., o que não se conseguia obter de um momento para o outro [Q1].

iii. O Tenente-Coronel de Infantaria José Aparício (5 de Janeiro de 2011), para dar resposta ao solicitado, elaborou um conjunto de pressupostos, pelo cumprimento dos quais se “devia considerar o bom desempenho de um Capitão, no comando de uma Companhia em África, na situação de quadrícula ou em intervenção”. A saber:

- Pela preparação da sua Companhia para as actuações básicas do tipo de guerra em que as Forças Armadas Portuguesas estiveram envolvidas em África, o que garantiu a minimização de perdas sofridas, e, também, a coesão nos momentos, muito difíceis, que tiveram de enfrentar;
- Pelo bom espírito de corpo que conseguiu criar na sua subunidade, onde todos os seus elementos tinham orgulho de a ela pertencer;
- Pela situação disciplinar da sua Companhia, onde as regras básicas, de procedimento e de comportamento, individual e em grupo, eram geralmente bem aceites e não impostas;
- Pela boa coesão entre todos os elementos, nos pequenos grupos, nas secções, e nos grupos de combate;
- Pelo sentido de responsabilidade, em relação aos seus subordinados e, também, pelo seu bom senso e maturidade;
- Pela importância atribuída ao cumprimento da Missão;
- Pela sua liderança, e capacidade de comando, que assegurou a confiança e o respeito dos seus subordinados, e também a adesão, sem reticências, quando surgiram os momentos do “vamos a isto”;
- Pelo comportamento, moral e cívico, de todos os seus subordinados, com as populações, os seus usos e costumes [Q1].

iv. Para o oficial do Exército José Belo (21 de Dezembro de 2010) a sua experiência na Guerra do Ultramar permitiu conceptualizar sobre o bom desempenho de um Capitão, Comandante de Companhia:

Institucionalmente, e em síntese, diria que um bom comando é aquele que cumpre a Missão que lhe é definida. Mas não é apenas isto, certamente, que deseja ouvir. Eu acrescento que, tendo sempre como pano de fundo o cumprimento da Missão, um bom Capitão deve ter conhecimentos sólidos da sua Arma, estar preparado para o tipo de guerra que ia enfrentar, ser competente, em suma: ser um bom condutor de homens, inflexível na aplicação da justiça e disciplina, mas, por outro lado, compreender as fraquezas humanas e temporizar sem afectar a disciplina. Tudo isto se pode resumir dizendo que a virtude maior de um Capitão Comandante de Companhia (como, aliás, noutros escalões) é ter Capacidade de Comando. Todos os outros atributos acabam por vir aqui desembocar.

Estas características considero-as objectivas, mensuráveis, mas não quero deixar em claro aquelas outras pessoais, subjectivas. Estou a pensar no sentimento da honra e do dever, no espírito de sacrifício, camaradagem, lealdade e demais virtudes militares que um Comandante deve possuir.

Considero que aquilo que acabo de referir se aplica a todos os Capitães sem qualquer distinção [Q1].

v. O coronel Amaro Bernardo (15 de Novembro de 2010) intitula o seu depoimento como a “Opinião de um então Capitão do QP (com 4 comissões por imposição)”.

O depoente reflecte sobre o bom desempenho de um Capitão (QP ou QC) que deveria ter em atenção os seguintes aspectos:

- Capacidades: ter boas condições físicas e, entre as qualidades militares constantes dos manuais, ser nomeadamente um razoável líder e bom condutor de homens. As qualidades éticas e morais, que já vinham sendo salientadas desde o tempo das escolas e liceus, deviam ser aprofundadas e devidamente consideradas.
- Conhecimentos: além da instrução técnico-táctica, muito importante na contra-guerrilha, era fundamental conhecer a sua zona de acção (ZA), no caso da quadrícula, e, nomeadamente, as populações e os indícios das possíveis ligações aos guerrilheiros. Na intervenção, com situações de maior risco e imprevisibilidade, devia ser feita uma pesquisa de dados, quer em relação às populações e características do terreno, quer sobre as actuações anteriores do In.
- Competências: nas situações de isolamento, em que as Companhias muitas vezes se encontravam na quadrícula, devia existir um grande entrosamento com todos os militares, tentando o Comandante conhecer os problemas pessoais que os afligiam, com vista à sua atenuação. Um bom Comandante, neste tipo de situações, devia ser um exemplo para os seus homens e defendê-los, com «garra», em relação à cadeia hierárquica. A competência disciplinar, a utilizar em casos mais graves ou de maneira preventiva, para evitar «males maiores», apenas devia ser usada depois de esgotados os meios persuasivos, com vista a manter um «bom ambiente» entre os militares e os seus superiores directos [Q1].

vi. O Pára-quedista Manuel Rebocho (4 de Outubro de 2010) contextualizou o desempenho na factualidade da guerra que se desenrolava no Ultramar e determinava, no seu entendimento:

Ocupar o território, como havia sido determinado na Conferência de Berlim, cuja acta está datada de 25 de Fevereiro de 1885. Esta imposição internacional determinou a estratégia que Portugal adoptou com a implementação da Quadrícula, que todos os ex-combatentes conhecem: Conter a Guerrilha de modo a condicioná-la à mata, impedindo-a de chegar às cidades onde o seu impacto seria muito superior ao que se verificava; Proporcionar tempo para que a política resolvesse a situação [Q1].

A fim de satisfazer, ou cumprir, estes objectivos as tropas em Quadrícula tinham, sobretudo, duas funções, ainda segundo o depoente:

- A. Garantir a segurança, de pessoas e bens, na sua área de influência;
- B. Garantir a adesão das populações impedindo que estas apoiassem a Guerrilha, já que, sem o apoio das populações, a Guerrilha não tinha, nem tem, qualquer viabilidade. Conquistar a adesão das populações constituía, assim, a mais eficiente guerra que as tropas poderiam efectuar [Q1].

Postas estas considerações, “o bom desempenho de um Capitão no Comando de uma Companhia de Quadrícula”, é definido pelo respondente, segundo quatro vectores:

- 1) Em primeiro lugar o Capitão tinha que possuir espírito de sacrifício e abnegação, já que, como todos sabemos, o simples facto de estar em Sector determinava carências de toda a natureza. Neste sentido, o Capitão tinha que estar em Sector, chefiando e orientado os «seus» homens. Um Capitão que se ausentasse, por tempos não justificados e não compreendidos pelos «seus» homens, seria, sempre foi, um Capitão com um débil desempenho.
- 2) Um Capitão em Quadrícula comandava vontades e não engrenagens, o que impunha que o mesmo tivesse espírito de liderança, impondo-se pelo seu valor humano e não pelas disposições regulamentares. Estes Capitães, que foram determinantes na Guerra de África, deveriam relacionar-se com os «seus» homens de forma humana, sem contudo deixar que o pessoal caísse no lado oposto, isto é, na indisciplina que tudo complica e dificulta. É assim a procura do «meio-termo», componente determinante nestas circunstâncias.
- 3) Sabendo que a população nativa constituía o meio no qual a Guerrilha se movimentava, sendo mesmo o seu suporte logístico, o Capitão de Quadrícula deveria apresentar capacidades para influenciar esse mesmo meio, o mesmo é dizer a população nativa. Através da população o Capitão poderia, não só diminuir a influência e a actividade da Guerrilha, como colher informações que poderiam ser úteis para as decisões dos Comandos Superiores e para a manobra táctica das tropas de intervenção.
- 4) O Capitão de Quadrícula deveria utilizar e manobrar as suas forças, de modo a assegurar a defesa de proximidade, tanto no que respeita às suas tropas, como à população que estava à sua «guarda», palavra que interpreto no sentido de segurança [Q2].

Para Manuel Rebocho, e com base nestes conceitos, poder-se-ia “graduar o desempenho de um Capitão, consoante ele apresentasse capacidades nestas quatro valências, apenas em três delas, em duas ou mesmo em nenhuma, o que seria o oposto daquilo que se esperava e seria de exigir” [Q2].

vii. Para o Brigadeiro Pires Veloso (2 de Novembro de 2010) todo aquele que desempenhasse bem o seu comando tinha de:

- 1. Ser, acima de tudo, humano;
- 2. Nunca faltar à verdade aos seus homens;
- 3. Ser tolerante e até carinhoso para com eles, mas também rigoroso na exigência do cumprimento de ordens;
- 4. Ser um exemplo, acompanhando-os nas operações mais perigosas;
- 5. Viver com eles, tanto quanto possível a sua vida pessoal e familiar, sempre no intuito de os ajudar;
- 6. Estar sempre com eles nos momentos mais difíceis [Q1].

5.6.2. Argumento conceptual de bom desempenho

A partir deste conjunto sábio de opiniões, é possível construir o argumento conceptual de bom desempenho de um Capitão, no comando de uma Companhia de Quadrícula, em redor de dois conceitos:

- Espírito de liderança, impondo-se pelo seu valor humano para o interior (traçando normas e práticas de segurança, disciplina e solidariedade), e para o exterior (influenciando o meio, e exercer acção socioeconómica e cultural sobre as populações).
- Espírito de comando impondo-se, pelo exemplo, na guerra (desempenho tático que incute confiança) e na paz (possuir os saberes organizacionais relativos a uma Companhia que contribuam para o bem estar dos subordinados).

Tal como afirma Manuel Rebocho, e com base nestes dois conceitos, poder-se-á classificar o desempenho de um Capitão, consoante ele manifeste saberes e práticas em ambos, apenas num deles, ou nas duas em elevado grau, o que pressupõe a existência de protagonismos.

Capítulo VI – A «guerra à guerra», os anos do fim da guerra e da descolonização (1970-1975): contributos

6.1. Anos Setenta: a guerra, a anti-guerra e a «guerra à guerra»

6.1.1. Anti-guerra e «guerra à guerra»

A guerra havia começado a criar resistências junto das camadas jovens universitárias. Na concepção de Miguel Cardina:

Um conjunto variado de causas acelera a politização do conjunto estudantil nos finais dos anos sessenta. Em primeiro lugar, a recepção, ainda que intermitente e filtrada, da rebelião mundial que os estudantes iam protagonizando um pouco por todo o mundo. Em segundo lugar, a crescente impopularidade das guerras coloniais que, cada vez mais, iam significando, para a juventude, um escolho inamovível destinado a hipotecar-lhe o futuro (2008: 67)³⁷.

Se, em princípios de 1969 era ainda um assunto quase tabu, a contestação da guerra passa a ser o miolo da reivindicação estudantil. Explodiu, de forma declarada, no final da década de Sessenta em Lisboa, e em Coimbra nos alvares de Setenta. Significa que, à época do primeiro curso de *Capitães do Fim* (6 de Abril de 1970), já fervilhava no seio estudantil universitário, donde quase todos emanavam.

Os grupos radicais proliferam velozmente e logo consideram oportuno aquilo que os *Cadernos de Circunstância*³⁸ definiam como “a deserção maciça”, enquanto “forma radical de se recusar a ser utilizado como agente da repressão”(CC 1969: 54)³⁹.

Muito provavelmente, a aquisição definitiva do anti-belicismo, bem como o apoio aberto à deserção e à fuga ao serviço militar, estão ligados à menor influência do PCP no meio estudantil e à aumentada presença de grupos radicais, os quais, como se viu, contestavam os comunistas ortodoxos pela sua moderação e pela sua estratégia frentista, que de facto envolvia também a sua posição com respeito à guerra (Accornero 2009: 197).

Estes chamamentos à fuga e à incorporação, e os apoios logísticos que as organizações de extrema-esquerda conseguiram ofertar nesse sentido, foram uma componente importante para o aumento significativo dos refractários no início dos anos setenta, quando a sua percentagem atingiu os 20% dos recrutados. Deve, todavia, ter-se em conta que este aumento não se devia apenas a razões políticas, mas também, em muitos casos, a motivações económicas. Deste modo, a fuga à incorporação juntava-se à emigração, que também se fortaleceu e se tornou cada vez mais jovem no fim do

³⁷ Miguel Cardina escreveu *Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades* que se encontra publicado em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos> [visto em 21.12.2010].

³⁸ Publicação em *offset*, produzida em França e da responsabilidade de Aquiles de Oliveira. A tiragem máxima foi de 2000 exemplares. Chegava a Portugal através de oficiais da Marinha que passavam por portos franceses.

³⁹ *Cadernos de Circunstância*, nova série, nº 1.

regime (cf. Accornero 2009: 197).

No momento em que surgiram diversos grupos políticos mais radicais, a lutarem pela dinamização do ambiente estudantil, à sombra de novos ícones políticos, como Ho Chi Minh, Mao Tsé Tung e Che Guevara, a temática da luta contra a Guerra do Ultramar, e contra o Serviço Militar Obrigatório, tornava-se reinante nos repertórios da mobilização estudantil, criando novos organismos destinados, especificadamente, a lidar com o assunto. Diz Accornero:

Um destes organismos, criado pelo MRPP, era o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), ao qual se juntaram os Comitês de Luta Anti Colonial (CLAC), ligados ao Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). Estes últimos, juntamente com o Comité Angola, eram identificados pela DGS no início dos anos Setenta, como as principais organizações «antipatrióticas», que agiam «no sentido de abalarem o moral dos jovens em idade pré-militar e no cumprimento efectivo de tal missão e convencê-los a desertarem ou a não comparecerem às respectivas incorporações». Sublinhava-se também que esta campanha estava a crescer de dia para dia e que cada vez mais se encontrava nas universidades do país propaganda destinada a incitar elementos das forças armadas à deserção (2009: 198)⁴⁰.

No início dos anos Setenta, torna-se significativo o número de jovens portugueses com rumo à Europa, chegados por vezes em situações precárias de sobrevivência. É justo dizê-lo, e é bem sublinhado por Cardina, quando afirma que os jovens:

...contaram frequentemente com o apoio de estruturas cívicas e religiosas, de militantes de esquerda locais ou de colectivos direccionados para a condenação do colonialismo, como o Angola Comité, da Holanda. O PCP (m-l) e *O Comunista*/OCMLP contavam com os Comitês de Desertores, animados por activistas que frequentemente acumulavam ainda a participação em associações de emigrantes dinamizadas pelos referidos grupos – caso da Associação Resistência e Trabalho, na Holanda, ligada ao PCP (m-l) – e a militância nas células partidárias (Cardina 2009: 18).

Nos anos Setenta tornam-se célebres algumas deserções colectivas. É o caso da evasão, em 1970, de sete antigos alunos da Academia Militar. Também mais tarde, em 1973, da deserção de cinco Marinheiros portugueses, durante a paragem da fragata Almirante Magalhães Correia em portos dinamarqueses, impulsionada pelos Comitês de Desertores da Suécia e da Dinamarca, ligados a *O Comunista*/OCMLP (Cardina 2009: 18).

⁴⁰ Fala-se com base no relatório da DGS sobre organizações subversivas de 17 de Dezembro de 1970 (arquivo em IAN-TT, PIDE-DGS, SC-CI(2)-14643-7722, Folha 151).

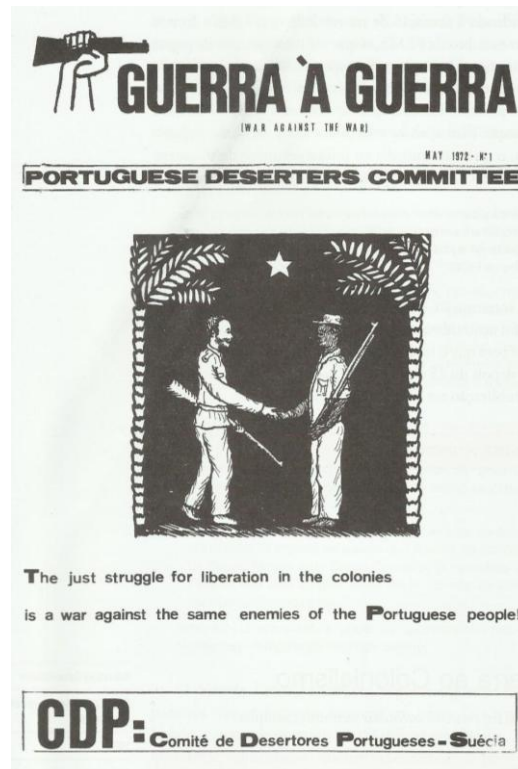


Figura nº 1 – Panfleto «guerra à guerra»

Fonte: panfleto capturado ao MPLA no Miconge em 1973.

Para além disso, “é introduzido um estilo diferente de confrontação com o poder, mais directo e audacioso, que passava pela promoção de manifestações temerárias, pela distribuição de panfletos em pleno dia ou pelo apedrejamento de instituições bancárias” (Cardina 2009: 14).

Em finais dos anos Sessenta, a oposição armada ao Estado Novo e à Guerra do Ultramar, com objectivos político-militares determinados em corroer o regime vigente, é perpetrada com mais significado pela ARA⁴¹ (Acção Revolucionária Armada), ligada ao PCP, à LUAR⁴² (Liga de Unidade e Acção Revolucionária) e às BR⁴³ (Brigadas Revolucionárias). Concomitantemente prolifera uma miríade de pequenos agrupamentos esquerdistas que vêm disputar a hegemonia do PCP nas universidades conseguindo, em alguns casos, penetrar no território operário e sindical. Diversas organizações maoístas criaram ainda estruturas, em regra exíguas, nos quartéis (cf. Cardina 2009: 11-12).

Também alguns sectores católicos desenvolvem uma acção política, com natureza de sinal pacifista, combatendo contra a censura estabelecida para informar

⁴¹ Primeira acção levada a cabo em Outubro de 1970.

⁴² Primeira acção levada a cabo em 1967.

⁴³ Primeira acção levada a cabo em 1971.

sobre a guerra. “Inscrevem-se aqui as dissensões públicas de padres, como Felicidade Alves e Mário de Oliveira, mas também publicações como o Direito à Informação, os cadernos GEDOC ou o Boletim Anti-Colonial” (Cardina 2009: 17) e as conhecidas “vigílias pela paz” – como a realizada em 1972, na Capela do Rato. “Muitos «católicos progressistas», aliás, distinguiram-se no auxílio às passagens «a salto» da fronteira luso-espanhola” (Cardina 2009: 17).

Ainda na opinião de Cardina, o “MRPP foi, na verdade, o grupo que maior visibilidade alcançou no campo do activismo anticolonial”. E acrescenta:

Com recurso a uma linguagem triunfalista decalcada dos cartazes da Revolução Cultural, o primeiro número do órgão *Luta Popular*, datado de Fevereiro de 1971, intitula na primeira página: «Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária de Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias» (Luta Popular 1971: 1). Mantinham além disso, uma clara hostilidade para com o PCP, sendo, a dada altura, o único grupo maoísta que não se propunha «reconstruir» o partido, mas sim «fundá-lo», já que advogavam nunca ter existido um partido comunista em Portugal. [...] A restante extrema-esquerda também não era poupada, recebendo o epíteto de «confraria neorevisionista» (*Que Viva Estaline!* 1972) (Cardina 2009: 17).

Está-se pois em presença de posições anti-guerra que tomavam a forma de uma resistência passiva ou de reflexão crítica e, de vez em quando, a proclamação explícita de uma posição mais violenta, apelidada por muitos de «guerra à guerra» (cf. Bebiano 2005: 83-85; 87-92).

As palavras de ensaio de Rui Cardoso, ao livro de Pacheco Pereira, *As armas de papel* (2013), que recenseou e catalogou nada menos de 158 títulos publicados, podem servir como achega histórica ao que se tem vindo a proferir:

Em 1973, o Estado Novo era um cadáver adiado, arrastado para o fundo por uma guerra sem solução, isolado no plano internacional e execrado pela juventude, nomeadamente universitária. À época visto de dentro pelos que o combatiam, o regime parecia eterno mas estava minado. Para isso contribuiu uma imprensa clandestina ou, pelo menos, não legal, saída das associações de estudantes, cooperativas, sindicatos e, por último mas não menos importante, de uma miríade de grupos de extrema-esquerda tão dispersos como combativos e ganhando terreno ao PCP entre os estudantes e algumas franjas operárias jovens. O copiógrafo e a folha de *stencil* estiveram para os estudantes contestatários como a Kalashnikov para o guerrilheiro: foram uma arma decisiva, eficaz e simples de manejar. Descontados trabalhos universitários, a história da imprensa clandestina da esquerda radical está largamente por fazer (Cardoso 2013: s/p).

Pacheco Pereira produziu, sem dúvida, um acervo que vai entusiasmar historiadores.

6.1.2. A guerra e a «guerra à guerra»

Moura Calheiros era um oficial Pára-quedista QP que passou agruras na guerra da Guiné. Em 1973 veio de férias à Metrópole e esteve no ISCEF, onde era aluno. Aí constatou a intensa “propaganda contra a guerra, abundantemente exposta nas paredes,

bem como o fervor das reuniões” que “ainda eram maiores do que antes de ter embarcado para a Guiné” (Calheiros 2010: 413-414). E acrescenta:

Mas não era o ambiente em Lisboa ou no ISCEF que tinham mudado. Eu é que tinha passado de um meio onde tudo se arriscava – inclusivamente a vida – para tentar ganhar uma guerra, para entrar subitamente noutra, também no meu país, em que se pugnava pelo abandono dessa mesma guerra e se apoiava abertamente o inimigo que eu combatia. Para tão pouco tempo eram contrastes a mais! (Calheiros 2010: 413)

E Calheiros pensava nos Capitães milicianos que conheceu nas perigosas escoltas de Guidage, onde se enfrentava, permanentemente, um inimigo bem armado e desafiante, “por aquela estrada fora, detectando e levantando minas e tentando ultrapassar o cerco” (Calheiros 2010: 462)! E descreve:

Escoltas de poucas dezenas de homens, enfrentavam cerca de seiscentos inimigos muito melhor armados! Habitado como fui a andar em operações sempre rodeado de militares muito bem preparados e com bom armamento, foi «arrepiente» ler os relatórios de operações daqueles Comandantes de escolta e de colunas e pensar na desproporção de forças que existiu entre o inimigo e as primeiras colunas de reabastecimento a Guidage, logo após o início do cerco (Calheiros 2010: 462).

Calheiros pressupõe que as “palavras de ordem”, bradadas por alguns deles nas assembleias das escolas frequentadas há pouco, ecoavam baixo perante a detonação das minas ou o sibilar perturbante da saída da granada mortífera dos RPG, dos canhões-sem-recuo ou dos mísseis 122. No terreiro de combate duro e na hora dos seus soldados sucumbirem ou sobreviverem, “a ideologia não contava e não se punha a questão de serem a favor ou contra aquela guerra” (Calheiros 2010: 462). Eles eram, então, única e exclusivamente pela sua Companhia, fosse quem fosse que se lhes opusesse.

Eles, ali, eram «apenas» os Comandantes de um grupo de jovens pelos quais se sentiam responsáveis. Era uma palavra – Responsabilidade – que agora pesava como chumbo sobre os seus ombros, que os levava a terem uma atitude completamente diferente da que defendiam na Universidade (Calheiros 2010: 462).

No entanto, apesar das ponderações de Calheiros, foi manifesto que alguns participaram na mudança do regime, com a finalidade primeira de acabar com a guerra e não terem de enfrentar todas os sacrifícios descritos. Otelio Saraiva de Carvalho, no seu livro *O dia inicial 25 de Abril hora a hora*, revela o nome de dois *Capitães do Fim* que tiveram trabalho relevante no 25 de Abril. Um deles,

...com a Companhia sob o seu comando, conquistou, ocupou e defendeu o centro emissor do RCP em Porto Alto, acção vital para plena utilização da emissora ao serviço do posto de comando do MFA, reagindo tranquila e firmemente às tentativas levadas a efeito por agentes governamentais e pelo próprio Director do RCP, Júlio Botelho Moniz, no sentido de cortar a emissão dos comunicados do Posto de Comando do MFA para todo o país. O outro proporcionou o reconhecimento para efeitos de conquista e ocupação das instalações da Emissora Nacional na Rua do Quelhas (Carvalho 2011: 233).

No Relatório de 25 de Abril de 1974, postado por Diniz de Almeida (1976) no seu livro *Origens e evolução do movimento de Capitães*, pode-se reconhecer outras participações de *Capitães do Fim*, centradas em Santa Margarida e Póvoa do Varzim. Foram no total quinze, com intervenções nas imediações de Lisboa, Póvoa do Varzim e Porto. Será de salientar que todos eles estavam mobilizados para a Guerra do Ultramar e já com as suas Companhias constituídas. Também Otelo Saraiva de Carvalho, no livro *Alvorada em Abril*, fala da importância da informação radiodifundida, e da sua ocupação, no conceito da operação em que foram envolvidos *Capitães do Fim* (Carvalho 1997: 330).

6.2. *Capitães do Fim*: a Guerra que enfrentaram e o Exército que encontraram

6.2.1. *Quadrillage* e africanização

i. O conceito de *quadrillage*, já anteriormente tratado, “fora adoptado a partir da estratégia de pacificação do Exército francês na Argélia e introduzido em Angola pelo General Silva Freire” (Cann 2005: 84). Neste quadro, estratégico e tático, se inseriu a quase totalidade dos *Capitães do Fim*. As Companhias de caçadores que comandavam eram, teoricamente, constituídas por 175 militares dispondo da formação, constituída por secções de comando, de alimentação, de reabastecimento, de manutenção e sanitária. Pelotão de acompanhamento com três secções: uma de lança-granadas-foguete, uma de morteiros ligeiros e uma de metralhadoras, cada a três esquadras. Três pelotões de caçadores, cada com três secções de caçadores. Esta organização, tipicamente ternária, facilitava constituir quatro grupos de combate, embora não exactamente iguais, permitindo que um ficasse em defesa do estacionamento da quadrícula, enquanto os outros três actuavam em operações de contra-guerrilha (cf. Cann 2005: 94).

A dimensão militar da contra-subversão, por elas empreendida, não foi a designada grande operação mas sim a patrulha de infantaria simples e um programa psicossocial. Este era composto por programas essenciais que, genericamente, compreendiam: ensino, assistência na saúde, expansão económica da agricultura e da pecuária, melhoramentos das infra-estruturas locais, comunicações, autodefesa das localidades e aldeias, construção de aldeamentos e reordenamento da população e sua defesa. Este conjunto de actividades era oficialmente conhecido pela APSIC, ou, vulgarmente, *Psico* (Cann 2005: 74-75; 101).

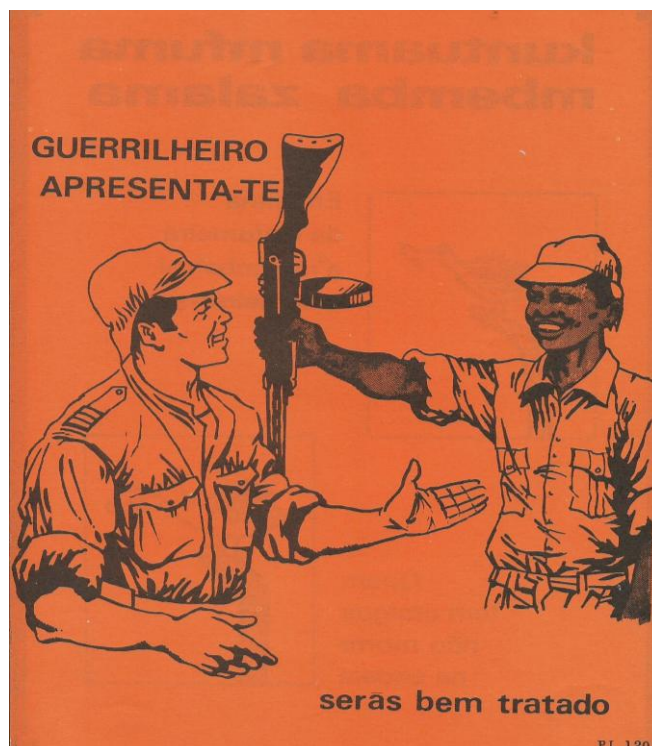


Figura nº 2 – Panfleto da *Psico*

Fonte: (CTIG: 1970).

ii. No tempo dos *Capitães do Fim*, o recrutamento europeu foi sendo complementado pelo recrutamento nas Províncias Ultramarinas, chegando este a ultrapassar os 50 % em Moçambique. Estava-se perante uma africanização portuguesa, comparada aos empenhos franceses da *jaunissement*, ou *amarelização* da guerra da Indochina (1946-1954), ou do aproveitamento de tropas recrutadas localmente na Argélia (1954-1962). A africanização portuguesa foi também bastante mais vasta do que a vietnamização norte-americana em 1963 e 1973 (cf. Cann 2005: 74-75; 101-102).

Sob o comando dos *Capitães do Fim* estiveram também Tropas Especiais (TE), Grupos Especiais (GE), Milícias Normais e Milícias Especiais. Alguns Capitães chegaram a ter, debaixo da sua alçada, 3 grupos de TE. Muitos outros, idos em rendição individual, ou sujeitos ao sistema de transferência, comandaram Companhias africanas do exército regular.

6.2.2. A unidade base da Guerra do Ultramar

i. A unidade base da Guerra do Ultramar foi pois a Companhia, já muito africanizada. Os seus Comandantes, alguns muito jovens, tiveram a pesadíssima responsabilidade, segundo Moura Calheiros, de conduzir cerca de cento e cinquenta

jovens entre os vinte e os vinte e três anos, geralmente isolados e com escassos apoios, em locais muito distantes de tudo e em condições quase impensáveis para viver. Com acrescida responsabilidade, não só de defenderem as suas posições de eventuais ataques, como também a de procurar, perseguir e combater o inimigo que os rodeava.

Era, muitas vezes, em condições de vida claramente sub-humanas, que aqueles Capitães tinham de garantir a sobrevivência do seu pessoal e da população que estivessem a proteger.

Sobre eles recaía também a responsabilidade de toda a administração da Companhia; da recolha e transmissão de informações de e para o comando superior; da segurança do local onde estavam instalados; da manutenção de uma actividade operacional que impedisse o inimigo de se instalar na sua zona de acção; e da condução das operações ordenadas pelo comando superior (cf. Calheiros 2010: 300 e 565).

Era também necessário manter a disciplina e o moral elevado daqueles que comandavam, acomodados perante um isolamento permanente, constrangidos psicologicamente por um meio natural e militar desfavorável, insulados, sem conjunturas de apoio e alcançáveis, muitas vezes, apenas pelo ar.

Neste contexto, uma das mais problemáticas responsabilidades dos *Capitães do Fim* era a de notarem, e resolverem, muitas das dificuldades enfrentadas pelos homens sob o seu comando. Por isso se diz, na gíria, que o Capitão era o Pai, o aconselhador, o defensor, o confidente, o último recurso, sempre o exemplo presente, mas também o Comandante em tudo o que a palavra significa. Era, comparativamente, o professor primário nas aldeias periféricas e pobres dos tempos áureos de Salazar. Os Comandantes de Companhia executavam naquela guerra muito mais papéis do que os atribuídos pelas normas militares. Estes normativos dirigiam somente a parte material e funcional das suas atribuições, uma desprezível parte do que o dia-a-dia lhes exigia, apenas aquela descortinada teoricamente nos gabinetes onde tinham sido delineados (cf. Calheiros 2010: 300 e 565).

ii. Mas, se o desempenho destas funções por aqueles *Capitães do Fim* ocorresse em situações de guerra extremamente violentas e delicadas, como a experimentada, por exemplo, em Canquelifá e Guilege na Guiné, em Miconge e Sanga Planície em Angola, ou em Omar e Nangade em Moçambique, elas eram passíveis de procriar um profundo desgaste psicológico, para além da natural consumição física. Só quem viveu e

enfrentou situações idênticas pode perceber a quase não humana exigência física, psíquica, ética, moral e profissional, necessária para um desempenho positivo das incumbências a levar por diante naquelas condições. (cf. Calheiros 2010: 553-565).

No entanto, para enfrentar tamanha tarefa, todos os Capitães, e, especificamente, os *Capitães do Fim* contaram com o designado carácter do Soldado português. Escreve Cabral Couto:

Toda esta acção resultou do carácter nobre do soldado português e que se deve enaltecer: um grande sentido do dever, uma aceitação natural da disciplina, o respeito e confiança nos chefes, uma grande capacidade de adaptação e de sacrifício, um enorme espírito de solidariedade e de camaradagem. A não ser na ponta final da Guerra, e mesmo então em número muito reduzido, praticamente não houve manifestações de indisciplina ou de insubordinação colectiva, quer no pessoal que vinha da metrópole, quer entre o pessoal recrutado localmente (Couto 2010: 112).

O Soldado português estava, verdadeiramente, imbuído de um grande sentido de dever e solidariedade.

6.2.3. Um Exército predominantemente milicianizado

Os *Capitães do Fim* integraram-se num Exército predominantemente milicianizado, quase miliciano, com menos de 1% de efectivos plenamente profissionais. De facto, quaisquer forças armadas só podem ser apelidadas de milicianas, quando é muito significativa a percentagem de cidadãos conscritos que ascendem a postos de relevante responsabilidade na sua organização (cf. Correia 1988: 23-26; 29-33). Era precisamente esta a realidade existente.

As pesquisas de Manuel Rebocho (2009) são paradigmáticas da situação e os exemplos apresentados concludentes. O investigador assegura que das cento e duas Companhias de quadrícula em Sector na Guiné, em Janeiro de 1974, apenas onze foram comandadas por oficiais originários da Academia Militar, mas só durante nove meses, em média. Durante o resto do tempo, em que permaneceram em Sector, tanto estas Companhias como todas as outras, foram comandadas por oficiais milicianos (cf. Rebocho 2009: 334-335). O mesmo autor afirma ainda que no Leste de Angola, entre 1971 e 1974, de sessenta e oito Companhias no terreno só três eram comandadas por Capitães do Quadro Permanente; e na Zona Operacional de Moçambique, em 1973, das cento e uma Companhias do Exército em quadrícula, cem eram comandadas por Capitães milicianos e, apenas uma, por um Capitão do QEO que, por castigo, foi designado para comandar a Companhia colocada em Revia. (cf. Rebocho 2009: 369-374). Elucidativo é, também, o panorama existente em muitos batalhões, organização de

seiscentos e tal homens, havendo apenas três oficiais do quadro permanente: o Comandante de Batalhão, o segundo Comandante e o oficial de operações.

Em 1972, nos três teatros de operações, Angola, Guiné e Moçambique, 82,87 % das Companhias em quadrícula eram comandadas por *Capitães do Fim*; em 1973 a percentagem ascende a 86,22%⁴⁴.

6.2.4. *Capitães do Fim*: conjuntura política desacertada para entrar na guerra

Sob o ponto de vista da política nacional e internacional, o momento da entrada na guerra dos *Capitães do Fim* não foi o mais adequado. Em Junho de 1971, ano em que o primeiro curso de *Capitães do Fim* estava prestes a terminar a sua formação, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, líderes dos movimentos de libertação, prostraram Lisboa de forma inquietante numa manobra de relações públicas determinante, ao serem fotografados na presença de Sua Santidade, o Papa Paulo VI, durante uma conferência em Roma.

Nas reuniões ministeriais da NATO, a Holanda, a Noruega e a Dinamarca atacavam cada vez mais Portugal, por este país utilizar as armas da NATO em África. A Alemanha Ocidental, anteriormente um forte aliado de Portugal, anunciou não mais vender armas à NATO. A votação de cento e cinco contra cinco na Assembleia-Geral da ONU, em Outubro de 1972, para reconhecer o PAIGC como o único representante legítimo do povo guineense, foi outro rude golpe para Portugal (cf. Schneidman 2005: 185)

6.3. A situação na Guiné

6.3.1. Mísseis e outras armas: os facilitadores do fim

i. A introdução dos mísseis, recebidos pelo PAIGC no final de 1972, transformou de imediato a situação militar na Guiné, porque marcava o fim da superioridade aérea absoluta de Portugal e tornava mais difícil a guerra para os *Capitães do Fim* que, nessa altura, capitaneavam já a grande maioria das Companhias de quadrícula.

Em 1973, o PAIGC intervém intensamente com mísseis terra-ar Strella. Perdeu-se o predomínio do ar e os aviões começam a ser derrubados.

⁴⁴ Cálculos efectuados a partir de CECA/ME (2002, 2007, 2009).

Em pleno Outono do mesmo ano, a frustração do governo de Lisboa era palpável. O PAIGC consolidara um significativo avanço militar e tinha ganho uma vitória diplomática na ONU, ao ser oficialmente reconhecido por mais de 88 nações como já foi referido (cf. Schneidman 2005: 184-188).

ii. Pressupõe-se que não haja lugar, dos mais perigosos da Guiné, por onde não tenha passado um *Capitão do Fim*, no período compreendido entre finais de 1971 e finais de 1974, defrontando, com armamento de muito menor qualidade e eficiência, os grupos e bi-grupos do PAIGC. Estas unidades de combate tinham, à sua disposição, armamento ligeiro diverso, constituído proeminentemente por espingardas automáticas AK 47 (Kalashnikov), espingardas semiautomáticas (Simonov), pistolas-metralhadoras PPSH, granadas de mão diversas, minas mortíferas oriundas dos países de Leste, para além dos temíveis lança-granadas RPG2 e RPG7, morteiros 82, canhões sem recuo desmontáveis e transportáveis, e foguetões de 122 mm.

Como se não bastasse o arsenal descrito, “aparece também a ameaça de blindados, cujas acções são assinaladas pela primeira vez, por BTR’s blindados do Pacto de Varsóvia, em Bedanda” (Monge 2010: 185-186). O PAIGC começa a levar a cabo acções de grande envergadura sobre os aquartelamentos de fronteira como Guidage, Guilege e Gadamael. Todos tiveram a presença de *Capitães do Fim*.

Os *Capitães do Fim* tiveram uma quantidade enorme de contactos de fogo com estes materiais usados pelo inimigo. Os seus grupos de combate experimentavam duras provas nas acções de rotina da quadrícula. Havia aquartelamentos flagelados, amiúde e de forma certa e violenta, pois o PAIGC era possuidor, na altura, de mapas rigorosos. A violência psicológica tornou-se bastante elevada e era alto o grau de desgaste físico. O clima não ajudava e a alimentação muito menos.

6.3.2. A emboscada de Quifaro: o paradigma de um fim próximo

Tome-se, como exemplo, a violenta emboscada do PAIGC em Quifaro a um pelotão de uma Companhia comandada por um *Capitão do Fim*, que levava pessoal para a construção da picada Quifaro-Foz do Cantono.

A referida acção, a 17 de Abril de 1972, provocou um número elevado de vítimas mortais: onze militares portugueses, cinco “milícias” africanos e vários civis que eram transportados na coluna militar. Um dos Soldados escapa com vida, mas é aprisionado pelos guerrilheiros do PAIGC, sendo por eles levado para a Guiné-Conacry

(cf. Gomes e Afonso 2009: 24. vol13). Através da Cruz Vermelha, o Soldado em questão escreve várias cartas à família. Nunca chegam ao seu destino.

O Soldado António Batista é dado como morto pelo Exército Português. Um outro cadáver toma o seu lugar. É passada a respectiva certidão de óbito e os restos mortais substitutos entregues à família que procede ao condizente funeral. A campa é lugar de culto dos seus familiares.

Com o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, o PAIGC liberta o soldado Batista, entregando-o ao Exército Português. Em Setembro de 1974, passados 27 meses sobre a data da sua captura pelo PAIGC, volta a casa e à família. Visita a “sua campa” que, afinal, não era sua! Um erro indesculpável de quem comanda e da burocracia da Guerra⁴⁵.

6.3.3. A operação Grande Empresa: o último mito

A operação Grande Empresa foi das maiores, e mais arriscadas, realizadas na Guiné. Pretendia, em síntese, assegurar a posse do Cantanhez, um território libertado pelo PAIGC, algumas vezes escolhido para receber visitas internacionais que, posteriormente, vinham afiançar o controlo de vários espaços pelo movimento. Os grandes objectivos da operação, em que participaram Companhias de *Capitães do Fim*, estavam expressos na Directiva Operacional N.º 10/73 de 26/03/1973, do Comando-Chefe:

- Implantar aquartelamentos militares em Cadique, Caboxanque, Cafal Balanta e Jemberém.
- Proceder a reordenamentos naquelas localidades.
- Recuperar as populações sob controlo inimigo e levá-las a aceitarem os reordenamentos.
- Limitar a iniciativa militar do inimigo na região do Cantanhez, actuando sobre o dispositivo militar de controlo e segurança das populações e infra-estrutura político-administrativa existente na área.
- Desenvolver uma permanente acção psicológica sobre as populações no sentido de aceitarem a presença das nossas tropas, colaborarem na realização ou construção dos reordenamentos e aderirem ao programa de promoção sócio-económica em curso na Província.
- Construir uma estrada entre Cadique e Jemberém.

⁴⁵ *blog* de Luis Graça & Camaradas da Guiné.
blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/2007_07_22_archive.html [15.08.2012].

Foi uma operação longa, de grande perigosidade e sofrimento. Algumas palavras de Moura Calheiros servem para contextualizar a situação:

Ali tudo era semi-enterrado, razão pela qual nada se via à chegada. Em vez de camaratas havia «apartamentos» de dois ou até de quatro, um «luxo»! E não eram grandes, tinham pouco mais do que o tamanho de uma estreita cama para cada ocupante. Os «apartamentos» eram escavados no solo, com acesso às valas de circulação, tinham troncos de árvore no parapeito, deixando uma abertura para vigilância e para fazer fogo, e eram cobertos por grossos troncos de árvore por cima dos quais havia folhas de palmeira para evitar a entrada de água e depois uma camada considerável de terra para protecção contra granadas.

Os «apartamentos» davam todos para o mesmo «corredor», que era a vala e eram escavados ao lado desta. Dispunham de uma janela multifunções virada para o exterior, tipo seteira medieval mas na horizontal, que servia não só para se apreciar a beleza da paisagem, como também para fazer tiro (Calheiros 2010: 359).

Uma vida de «ratos».

6.3.4. O reabastecimento a Guidage e a operação Amílcar Cabral

As colunas de reabastecimento a Guidage foram, talvez, das operações mais dolorosas da guerra na Guiné. Em Maio, a guerrilha lança a operação Amílcar Cabral, que consubstancia um poderoso ataque a Norte, em Guidage, e outro a Sul, em Guilege. O quartel do Sul vai resistir mas o do Norte cai nas mãos do inimigo. As suas tropas, conjuntamente com a população civil, retiram para Gadamael.

Em Maio de 1973, o aquartelamento português de Guidage, mesmo sobre a fronteira Norte, está praticamente isolado em consequência do bloqueio arquitectado pelo PAIGC. O quartel é fustigado, várias vezes por dia, pela artilharia e pelos mísseis terra-ar Strella, impedindo o reabastecimento aéreo, para as tropas sitiadas poderem sobreviver e para a evacuação de feridos e doentes. Torna-se necessário fazer o reabastecimento, via terrestre, a partir de Binta. Entre 8 de Maio de 1973 e 12 de Junho do mesmo ano, iniciaram-se sete colunas, tendo cinco atingido Guidage. As nossas tropas sofreram vinte e dois mortos, feridos vários de gravidade variável e doentes do foro psicológico.

As colunas revestiam-se de uma perigosidade imensa: detonaram-se minas anti-carro e anti-pessoal, e sofreram-se ataques de grupos inimigos, estimados em cem elementos, dispondo de RPG, canhão sem recuo e morteiros⁴⁶.

Nesta contenda foi utilizada pelas tropas portuguesas, no dia 29 de Maio, uma força de escalão Batalhão, a quatro Companhias, sob o comando de um *Capitão do*

⁴⁶ Percorra-se o *blog* de Luís Graça & Camaradas da Guiné, <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>, e encontrar-se-á um acervo muito completo desta situação.

*Fim*⁴⁷. Era a guerra no seu pior. Tendo em consideração a gravidade de tudo isto, a nossa organização militar parece sucumbir lentamente. Este exemplo é paradigmático do que foi afirmado (cf. Calheiros: 460). Entrementes, estes homens estavam sujeitos a uma realidade sofrida. Atente-se à descrição do oficial Moura Calheiros que conheceu a realidade vivida:

Para melhor se poder aquilatar das condições em que eram efectuadas refiro que, para além da perigosidade que implicava a acção do inimigo, o calor intenso que sempre se faz sentir na Guiné, em especial no mês de Maio, tornava cada uma daquelas missões num autêntico suplício. Eram longas horas numa marcha enervantemente lenta, sempre à espera de que mais uma tragédia ocorresse, sob um Sol abrasador, sem a menor possibilidade de protecção contra os seus inclementes raios; muitas das vezes sofrendo de uma terrível sede, homens desmaiavam de cansaço e insolação (Calheiros 2010: 360).

Pela arriscada picada Binta-Guidage passaram alguns *Capitães do Fim*.

6.3.5. Por uma Guiné melhor ou, seja, a Guiné para os Guinéus

Para além destes e de outros embates, de grande dureza, as Companhias de quadrícula também tinham de dar resposta a apoios de índole socio-económica.

Não bastava concretizar os reordenamentos, eram necessários apoios na área da educação, da saúde, e da economia. Como era um território predominantemente rural, foi na área da agricultura que foram feitos os maiores investimentos. Mas era também necessário fazer a «conquista das almas», isto é, desequilibrar psicologicamente as populações e os combatentes do PAIGC para o nosso lado, e com essa finalidade foi lançada uma grande campanha de acção psicológica denominada «por uma Guiné melhor» e que mais tarde tomaria a forma de uma Guiné para os Guinéus (Monge 2010: 182).

Até finais de 1973, as Forças Armadas haviam construído, no sector do desenvolvimento rural, 15700 casas, cento e sessenta escolas, quarenta postos sanitários, cinquenta e seis fontanários, três mesquitas e aberto cento e quarenta e quatro furos para abastecimento de água (Rodrigues 1977: 113-114).

No plano de empreendimentos para 1974, foi atribuída às Forças Armadas da Guiné a construção de 1500 casas em quarenta e quatro reordenamentos, onze postos sanitários e trinta edifícios escolares, bem como a continuação da construção da estrada Aldeia Formosa – Buba, já em fase adiantada.

6.3.6. Março de 1974: o esforço final de guerra do PAIGC

Descreve a situação o General Bettencourt Rodrigues:

Nesta altura (Março de 74), o esforço inimigo exercia-se sobre as guarnições militares do canto nordeste da Guiné (região de Canquelifá) e do sul, em especial Jemberém, Gadamael e Bedanda, materializando-se por maciças, prolongadas e sucessivas flagelações, conseguindo por vezes tiros ajustados que, se não produziam baixas em números significativos, causavam estragos

⁴⁷ Perante esta aberrante situação de comando, a guerra tinha atingido uma situação grave. O fosso entre a função Capitão e os seus superiores parecia ter atingido largura inultrapassável.

apreciáveis, particularmente nas tabancas construídas dos aquartelamentos, desgastavam física e psicologicamente as guarnições militares e intimidavam as populações; as flagelações potentes e duradouras eram sempre realizadas de noite, entre o pôr-do-sol e as primeiras horas da madrugada, como norma com a lua de quarto crescente a quarto minguante, dispersando-se em seguida as bases de fogos e ocultando-se o material e o pessoal; conjugação das flagelações com a implantação de minas nos itinerários de acesso às guarnições atacadas, eventualmente associadas a emboscadas, numa tentativa de isolamento daquelas guarnições, que o inimigo nunca logrou obter; acções directas sobre tabancas isoladas, incendiando-as e raptando elementos da população (Rodrigues 1977: 122).

Para além do explicitado pelo General Bettencourt Rodrigues, é de salientar que o aquartelamento de Copá⁴⁸ foi abandonado depois de um ataque do PAIGC, por ter ficado muito danificado e com dificuldades de abastecimento, tendo os seus militares sido recolhidos em Bajocunda (cf. Mateus 2004: 340).

A violência e revivência das flagelações (no mês de Março, Canquelifá foi flagelada sete vezes, Bedanda cinco, Gadamael doze, Jemberém seis, Caboxanque onze) são significativas (cf. Rodrigues 1977: 122-130).

A esmagadora maioria das guarnições já mencionadas eram comandadas por *Capitães do Fim*.

6.3.7. A motivação para o combate corroída e desconstruída pelo tempo e pelo poder militar crescente do inimigo

i. Obrigados a suportar situações tão duras, era verosímil, como noutras guerras aconteceu, que houvesse algumas situações disciplinares graves, ocasionadas por uma falta de motivação, corroída e desconstruída pelo tempo, e pelo já não acreditar na tal vitória propalada⁴⁹.

Também não admira que os relatórios mensais das estruturas centrais e intermédias da guerra o escrevessem, embora, às vezes, de uma forma leve e pouco reflectida, não percebendo ser a guerra já de outra intensidade e a situação política bem diferente. Há problemas, pelo menos motivacionais, desde 1964. Há relatos de “soldados que regressam fartos da guerra e sentindo que é uma causa perdida”. Mennen Williams, americano, Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Africanos, escreve, em 29 de Abril de 1964, isso mesmo ao Secretário de Estado Rusk (cf. Meneses 2009: 131). Em 1968 a situação militar na Guiné era já fonte de grande preocupação entre as

⁴⁸ Acerca de Copá e do comportamento dos seus militares, há posicionamentos antagónicos e muita discussão. É de consultar o *blog* Luís Graça & Camaradas da Guiné: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>.

⁴⁹ Expõe-se o caso de uma Companhia em que alguns dos seus homens, a poucos meses de terminarem a comissão e depois de estarem em lugares como Cufar, Caboxanque e Cadique, se opuseram a sair para a perigosíssima estrada Cadique – Jemberém. Foi-lhes aplicada uma pena de trinta dias de prisão disciplinar.

chefias militares na Província, segundo um relatório da PIDE de 13 de Março desse mesmo ano. Aí se refere que grande número de elementos das Forças Armadas chegam da Metrópole sem o espírito ofensivo necessário e considerando a sua actuação um «frete» que há que suportar⁵⁰.

Não será por acaso “que em Maio de 1968, Schultz foi substituído pelo dinâmico e carismático Brigadeiro António de Spínola” (Meneses 2009: 94).

ii. Em Junho de 1973 assim escrevia em relatório o CAOP 1, na tentativa de aprontar fundamentações para o estado da guerra:

Vêm ao de cima, agora, as mazelas de ordem psicológica (porventura abafadas durante o esforço militar mais intenso) que têm as suas causas essencialmente na falta de maturidade de alguns Comandantes de subunidades do QC (Quadro Complementar de Oficiais), nomeadamente os oriundos do CCC (Curso Complementar de Capitães) que não permitem a compensação de uma progressiva falta de motivação psicológica dos quadros para a guerra. Sente-se que às naturais mazelas da situação de campanha se somam outras, só detectáveis no dia-a-dia e que eram inconcebíveis num passado próximo (Abreu 2007: 131)

A conjuntura militar na Guiné em 1973 havia mudado, radicalmente, como se pode concluir de excertos textuais da PIDE/DGS, registados e investigados por Dalila Cabrita Mateus em 2004:

Em princípios de Junho é o quartel de Gadamael a ser atacado pelo PAIGC. O ataque provoca oito mortos e um número indeterminado de feridos, entre os quais dois Capitães e o médico. Dado o estado de espírito dos militares, que não se alimentavam nem dormiam, o Comandante pede para evacuar o quartel. Recebe ordens para aguentar a posição «a todo o custo». Contudo, ao abrigo da noite, cerca de quarenta militares fogem de Gadamael em dois botes, dirigindo-se a Cacine. Aqui, o Comandante-chefe obriga-os a regressar a Gadamael, sob a ameaça de que «quem recusasse seria imediatamente fuzilado». A PIDE/DGS sublinha que, «além da evidente falta de meios», havia «uma nítida falta de determinação das tropas europeias, incluindo oficiais permanentes» (Mateus 2004: 339).

A PIDE considera, pois, que a falta de determinação não é só dos *Capitães do Fim* ou outros milicianos, mas inclui, também, os oficiais do Quadro Permanente.

De acordo com a investigadora supracitada, estes e outros acontecimentos desesperantes teriam levado o General António de Spínola, em Maio de 1973, a informar o titular da Defesa, Silva Cunha, de que “nos [aproximávamos], cada vez mais, da contingência do colapso militar”. Em Setembro de 1973, segundo a mesma autora, “os guerrilheiros atacam uma coluna das tropas portuguesas no itinerário que leva de Teixeira Pinto a Bissau. E a PIDE/DGS considera que a inércia das tropas portuguesas é

⁵⁰ Veja-se relatório da PIDE 262-SC/CI(2) de 13 de Março de 1968.

«praticamente total»” (Mateus 2004: 340). Era o Chão Manjaco, outrora os olhos e os ouvidos do General Spínola, a desmoronar-se⁵¹.

6.3.8. Zonas de luta armada na Guiné: a visão dos defensores da «guerra à guerra»

A guerra na Guiné começou a 23 de Janeiro de 1963 com um ataque ao quartel de Tite.

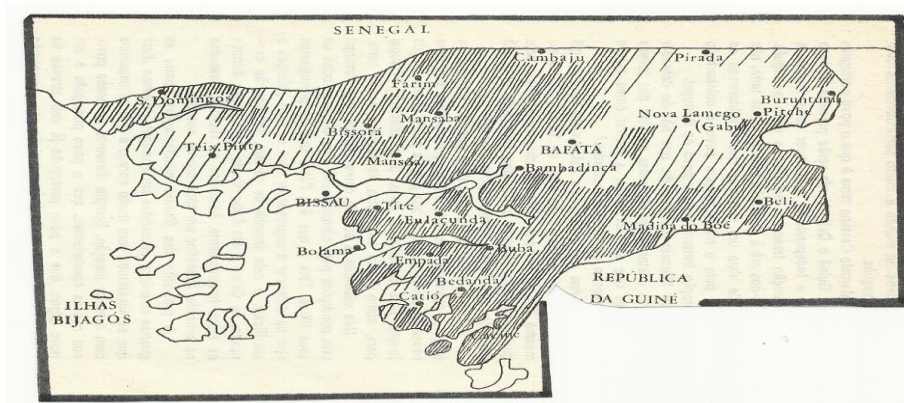


Figura nº 3 – Guiné - zonas de luta armada (1970): a visão dos defensores da «guerra à guerra»

Fonte: Cadernos de Circunstância (1974: 317).

De início, a maior parte dos combates concentrava-se no Sul da Guiné devido ao apoio de Sekou Touré, mas em 1965 a guerra alastrou para Leste e chegou mesmo à fronteira norte (Meneses 2009:93). Depois foi-se derramando para o interior. Em 1970 a situação militar na Guiné era seriamente preocupante.

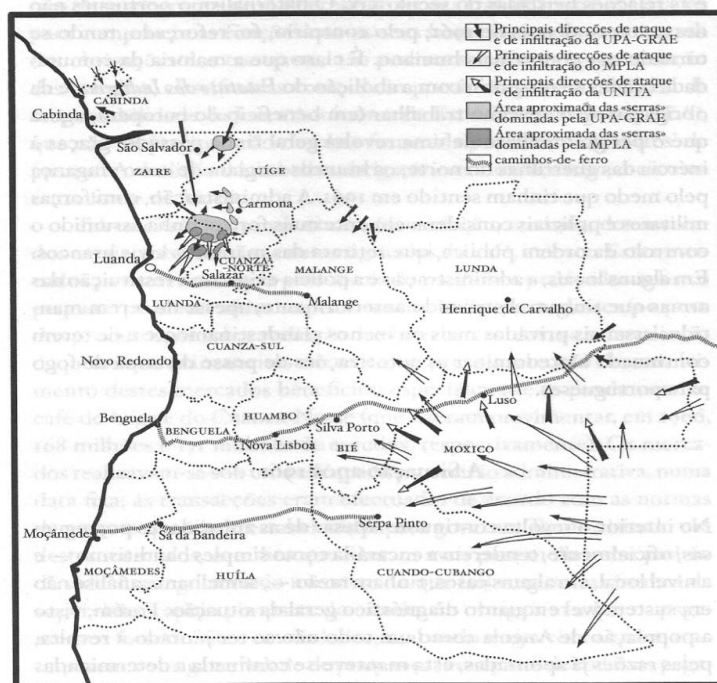
6.4. A situação em Angola

6.4.1. Área de subversão circunscrita

Em 1970 Angola possuía algumas direcções de ataque e de infiltração dos movimentos de libertação. Em 1974 a situação era mais favorável embora, como diz o historiador Wheeler (2009: 357), “[a]valiar a força relativa das partes em contenda nos últimos anos da guerra colonial em Angola é para os historiadores uma tarefa bem mais difícil do que no caso das guerras na Guiné-Bissau e Moçambique”. Nestas duas guerras, segundo os mesmos autores, em 1974 a situação militar de Portugal tinha-se deteriorado, sendo que desde 1968 no caso da Guiné-Bissau, e 1970-72 no caso de

⁵¹ Sobre a situação militar na Guiné, é de todo o interesse ler a acta, “muito secreta”, da reunião de Comandos do Comando Chefe das Forças Armadas da Guiné, realizada em 15 de Maio de 1973.

Moçambique, Portugal vinha perdendo terreno para as forças nacionalistas. Nestas duas Províncias Ultramarinas, em especial, a pressão sobre as Forças Armadas Portuguesas era muito maior do que em Angola (cf. Wheeler 2009: 357)



Actividades militares em Angola em 1970.

Figura nº 4 – Direcções de ataque e infiltração em Angola – 1970

Fonte: Péliissier (2009: 284).

O caso de Angola era, pois, significativamente diferente. Com a participação de uma percentagem elevada de *Capitães do Fim*, a guerra tinha logrado aquilo a que se poderia chamar um impasse, o que favorecia Portugal. “A insurreição nacionalista africana permanecia largamente confinada a zonas remotas e fronteiriças” (Péliissier 2009: 357), como por exemplo o enclave de Cabinda.

Na realidade, a área de subversão, relativamente à superfície de Angola, era pequena.

A área de subversão activa, que era de 36% no início de 1970, passou para 32% em meados desse ano, para ser em Janeiro de 1971 de 20%. Em Janeiro de 1972 essa percentagem desceu para 8% e em Janeiro de 1973 para 2%, sendo praticamente nula quando ocorreu a revolução do 25 de Abril de 1974” (Nunes 2010: 136-137).

Em 1970, existia por debelar uma difícil situação militar no Leste que se foi solucionando com o tempo e fruto de uma estratégia adequada.

Foi então criada uma Zona Militar alargada, com sede no Luso, com mais de 600 000 km² (52% da superfície total de Angola, 84,3% da de Moçambique e 17% superior à França). Esta Zona Militar Leste (ZML) abrangia não só os distritos directamente ameaçados (Luanda, Moxico e

Para este êxito muito contribuiu a aproximação à UNITA em 1972, através da designada Operação Madeira, na qual teve papel preponderante um *Capitão do Fim*.

6.4.2. A operação Madeira

Samuel Chiwale (2011), no seu livro *Cruzei-me com a história*, fala da Operação Madeira. Apresenta-a como um contrato estabelecido entre madeireiros portugueses e as cúpulas da UNITA, evitando falar nos compromissos militares entre essa organização e o Exército Português que pretendiam, essencialmente, combater o MPLA.

Dias depois, houve um encontro entre Evaristo Ekolelo, enviado da UNITA, e quatro madeireiros, nomeadamente: José Duarte, Acácio de Oliveira, Zeca de Oliveira, vindos de Cangumbe, e João que vinha de Nhonga, no Munhango. Foram estas pessoas, ligadas ao comércio da madeira, que assinaram o contrato. Tratava-se, para nós, de pessoas ligadas à exploração e à venda de madeira: cortavam a madeira e, em contrapartida, traziam produtos para as massas. A acção justificava-se também porque nós dependíamos, em termos logísticos, da Zâmbia, mas a distância entre as nossas bases centrais e esse país era colossal, cerca de trezentos quilómetros. Pior ainda: a quantidade de produto que vinha da Zâmbia chegava às nossas bases muito reduzida, uma vez que era repartida pelas bases por onde passava até chegar às nossas mãos.

Passámos, a partir dali, a fornecer aos madeireiros carne de caça, farinha de mandioca (bombó), milho, feijão-frade, peixe e mel que era, na altura, um produto muito procurado. Recebíamos em troca sal, sabão, medicamentos e vestuário (panos para as mulheres e cobertores para os guerrilheiros). Facilitava este processo o facto de os madeireiros serem comerciantes e terem lojas onde poderiam vender os nossos produtos. Esta estratégia, como nós não tínhamos apoio de ninguém, e muito menos da OUA, resultou (Chiwale 2011: 144).

Emídio Fernando, no seu livro sobre Jonas Savimbi, considera a Operação Madeira “uma táctica maoísta”, ou seja, uma arquitectura militar onde, obstinadamente, ambos os contendores escolhiam o menor dos males para vencer a luta. O menor dos males era destruir o MPLA (cf. Fernando 2012: 114).

Tudo funcionava através de um “canal de comunicação permanente que mantém contactos regulares” (Almeida: 2011), tendo os militares portugueses destacado um *Capitão do Fim* para ser elo de ligação. No campo estritamente militar tudo se resumia ao seguinte: “A UNITA atacaria os acampamentos e os grupos do MPLA e FNLA numa área bem definida, impedindo a sua penetração e ocupação do terreno. A UNITA não atacaria sob pretexto algumas tropas portuguesas” (Fernando 2012: 125).

O mentor da Operação Madeira, Bethencourt Rodrigues, é substituído pelo também General Abel Hipólito, em Abril de 1973. Abel Hipólito não admite o compromisso maoísta e destrói-o. Em Setembro de 1973 fica praticamente desfeito, sem que o movimento de Jonas Savimbi alguma vez o tivesse quebrado.

Abel Hipólito lança uma vasta investida, sob a denominação de código Operação Castor, sobre as bases da UNITA. “O primeiro ataque acontece a 23 desse mês, em todo o corredor de Luanginga, atingindo uma base da UNITA que ali se encontra, comandada por Samuel Chiwale” (Fernando 2012: 132).

6.4.3. A célebre emboscada de Acuito-Nhonga protagonizada pela UNITA

Para impor novos entendimentos com os militares portugueses, Jonas Savimbi tenta dar mais um empurrão à guerrilha. Num derradeiro esforço, diz Emídio Fernando, mobiliza todo o arsenal para atacar duas posições portuguesas, em Dueja e Kuete, na zona do Alto Cuíto. A batalha acontece a 26 de Abril de 1974 e é, ironicamente, a emboscada mais eficaz e mais terrível protagonizada pela UNITA. Morrem 19 soldados no ataque liderado pelo Comandante Lumumba (cf. Fernando 2012: 144). Também Samuel Chiwale, nas suas memórias, refere essa emboscada:

O 25 de Abril apanhou-nos de surpresa e, no dia seguinte (26 de Abril), efectuámos um ataque espectacular entre Dueja e Kuete, onde carbonizámos sete viaturas de fabrico francês (as BRM), para não falar das elevadas baixas sofridas por eles; também se capturou diverso material de guerra onde se incluíam aparelhos de comunicação. O ataque, de que não havia memória, fora realizado pelo Capitão Lumumba. Terminávamos assim e em grande luta; algo nos dizia que chegara o momento para a luta política (Chiwale 2011: 184).

Interessa salientar que os homens flagelados por essa emboscada pertenciam a uma Companhia comandada por um *Capitão do Fim*⁵².

6.5. A situação em Moçambique

6.5.1. Kaúlza de Arriaga: o mito do fim da guerra

O conceito de guerra adoptado em Moçambique foi o de “baixa intensidade” (Gomes 2010: 150). A substituição do General Augusto dos Santos pelo General Kaúlza de Arriaga, em 1969, modificou a estratégia seguida e preconizou um novo conceito para a acção.

O General Kaúlza, era adepto da acção militar directa e estava convicto de que conseguia obter uma vitória militar sobre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Para obter essa vitória decidiu atacar o ponto forte do inimigo, as suas grandes bases no planalto dos Macondes em Cabo Delgado e lançou a grande operação «Nó Górdio» em Julho de 1970, a que se seguiram as grandes operações «Fronteira» junto ao rio Rovuma, na fronteira com a Tanzânia. O conceito de manobra do General Kaúlza de Arriaga assentava em acções do tipo convencional, com prioridade para a ofensiva militar (tipo *search & destroy*). O seu objectivo era a vitória através da destruição militar do inimigo (Gomes 2010: 153).

⁵² Veja-se Anexo (A V. 5) que constitui parte do relatório das NT, relativo à emboscada de 26 de Abril de 1974. Operação. AJUSTE/1 (Cap.II, Pagª. 22)-AHM.

Para o Comandante-Chefe do Teatro de Operações, em Moçambique, as Forças Armadas quase findaram a luta em 1970/1971 e cederam à política tempo mais do que suficiente – e conceder-lhe-iam aquele que fosse necessário. Kaúlza de Arriaga diz ainda que no início do segundo semestre de 1973, as forças oriundas da Metrópole, na sua generalidade, permaneciam firmes e razoavelmente capazes, e as forças locais cresciam quantitativamente e também na sua eficiência. O General, no seu optimismo radiante, contrariando outros observadores, afirmava também que em 1970/1971 a vitória total, na zona então crucial que era Cabo Delgado, esteve bem perto e, talvez mesmo, o fim da guerra em Moçambique (cf. Arriaga 1977: 237-238).

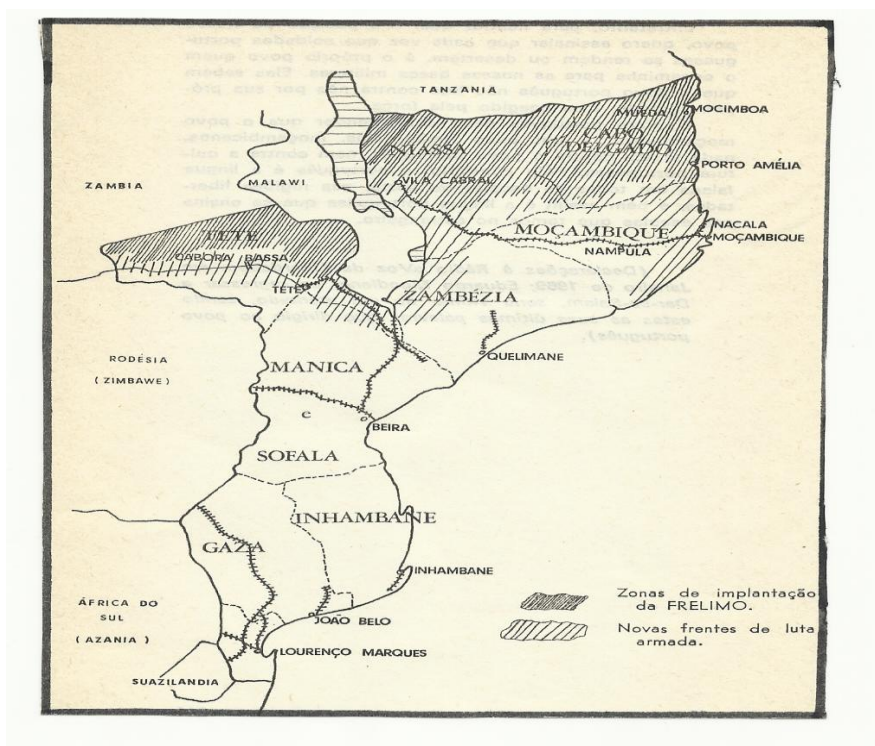


Figura nº 6 – Moçambique – zonas de luta armada (1970): a visão dos defensores da «guerra à guerra»

Fonte: Cadernos de circunstância (1974: 241).

O General sustentava a convicção, em meados de 1973, de que a situação se conservava equilibrada no Niassa, embora reconhecendo um certo recrudescimento da subversão e algumas perturbações sem significado especial em Cabo Delgado. Confirma, no entanto, que a FRELIMO tinha conseguido penetrações no istmo de Tete e nos distritos de Vila Pery e da Beira, circunscritas, mas de grande repercussão psicológica. Confirma também que as tropas portuguesas metropolitanas, apesar do esforço de abatimento, fragmentação e aniquilação que sobre elas se fazia sentir,

revelavam-se, na sua generalidade, consistentes e razoavelmente aptas atestando que a FRELIMO se achava esvaziada (cf. Arriaga 1977: 244-245).

6.5.2. Operação Fronteira e a sua centralidade Nangade

i. Para o General Kaúlza de Arriaga, a outra das suas marcas operacionais, a Operação Fronteira, era um êxito.

Nangade era uma vila-tipo, uma vila que seria a primeira de uma série a estabelecer ao longo do rio Rovuma e que seria, também, o modelo de centenas e centenas de vilas a edificar, com o tempo, em todo o Moçambique. Nangade era uma vila planeada e em execução segundo parâmetros modernos. A sua construção começou pelas infraestruturas básicas – electricidade, água e esgotos – seguiram-se-lhes os arruamentos e os edifícios de interesse comum e, depois, seguir-se-lhe-iam as habitações normalizadas.

Os aldeamentos constituíam a base da promoção do povo moçambicano. Tinham de ser implantados em grande quantidade e depressa, sacrificando-se inicialmente a qualidade à quantidade. Fizeram-se mais de mil, abrangendo aproximadamente um milhão de pessoas. Faltavam ainda uns quatro mil (Arriaga 1977: 209 e 210).

O General observa ainda:

Entretanto, e sobretudo após o 25 de Abril, um outro factor favorável ao inimigo se generalizou e intensificou, tudo acabando por dominar – a política absurda e apóstata que, como disse, desmoralizou, desagregou e destruiu o conjunto das Forças Armadas.

Tal deu lugar à paralisação estratégica e mesmo a desonrosas atitudes de inoperância táctica perante o inimigo.

E tudo se perdeu (Arriaga 1977: 248-249).

ii. A centralidade desta enorme Operação Fronteira foi Nangade, no dizer de Sousa e Castro, e todo o esforço solicitado às tropas de quadrícula ia no propósito de laborar para o bem-estar das populações e da edificação de obras públicas assumidas pela Engenharia Militar.

Para além de todas essas empreitadas, tornava-se prioritária a abertura de uma estrada desde Nangade até ao porto de Palma, a designada «estrada de fronteira», com aproximadamente cento e quatro quilómetros.

Por “absurdo estratégico”, classificação de Sousa e Castro, os materiais que havia necessidade de colocar em Nangade, para desenvolver com êxito a tão propalada operação, eram desembarcados no porto de Palma e transportados de Palma para Nangade. Segundo este militar de Abril, estas localidades estavam ligadas por uma picada permanentemente pejada de minas colocadas pelos guerrilheiros da FRELIMO, sendo necessário operacionalizar fortes escoltas militares, sujeitas a amiudados combates, flagelações e minas, principalmente entre Pundanmar e Nangade.

Sousa e Castro considera este desiderato um erro inqualificável do General Kaúlza de Arriaga e seus conselheiros (cf. Castro 2009: 39-42). Também, deste erro estratégico, vieram a ser vítimas os *Capitães do Fim* que aí prestaram comissões.

iii. Para Giencarlo Coccia, Nangade era como uma «ilha» portuguesa no meio do território controlado pela FRELIMO. O quartel, onde também permaneceram alguns *Capitães do Fim*, “era quase uma fortaleza e estava defendido por canhões de 155 mm que atingiam, com ogivas de 47 kg, a distância de dezoito quilómetros, e alguns «velhos» *Howitzer* de 88 mm” (Coccia 2011: 25).

A pista de aterragem era muito boa. “Ali já tinham aterrado os *C-130* e os *Transall* da Safari sul-africana, transportando armamento «pesado» e outro” (Coccia 2011: 25).

Nangade foi atacado inúmeras vezes. Mais de 150 foguetões de 122 mm haviam fustigado o quartel, sendo o ataque de Janeiro de 1974 o mais doloroso, sob o ponto de vista psicológico, para as tropas aquarteladas. “Ficaram muitas feridas deste ataque” (2011: 26), assegura Coccia. Nessas alturas estiveram presentes *Capitães do Fim*.

6.5.3. O que sobrou do mito Kaúlza de Arriaga: a rebelião dos colonos na cidade da Beira

i. No final da comissão de Kaúlza de Arriaga, a 26 de Julho de 1973, a guerrilha em Moçambique não fora destruída, como o General antecipava perante as câmaras de televisão, em conferência de imprensa em Lisboa, em Março de 1971. Pelo contrário, a FRELIMO tinha alargado os combates às portas das cidades de Tete, de Chimoio e da Beira.

A situação militar tinha-se tornado problemática na província de Tete. A preponderância da aviação portuguesa estava diminuída depois da queda, a 15 de Março de 1973, de um caça da Força Aérea, abatido por um míssil soviético *Strella*⁵³.

ii. A 16 de Janeiro de 1974, o Comando-Chefe das Forças Armadas em Moçambique emana um comunicado, onde se descrevia que um grupo inimigo havia atacado uma propriedade rural, junto da fronteira de Manica, matando a mulher do proprietário. O ataque, à ignorada fazenda de Águas Frescas, foi a gota de água que fez extravasar o copo. Tal ocorrência incentivou à rebelião dos colonos contra o Exército, acusando-o de não ter empenhamento no combate.

No dia seguinte ao ataque à fazenda do Chimoio, um número significativo de colonos, da então cidade de Vila Pery, juntou-se para vilipendiar os oficiais que

⁵³ Além dos mísseis *Strella*, operados por um só homem, a FRELIMO passou a dispor de lança-foguetes de 122 mm, com um alcance de 11 milhas, operados por três homens, com os quais atacaram Mueda e Tete. Os militares haviam recebido treino em Simperopol, na Ucrânia.

prestavam serviço na cidade. Estava em acção o desaforo. Vila Pery ficava relativamente perto da Beira, a apenas cerca de duzentos quilómetros. Por isso era fácil o alarme tocar trombetas. Assim aconteceu. O povo da Beira amotinou-se. Centenas de populares decidem passar a uma fase superior da revolta. Concentram-se frente à messe dos oficiais do Exército Português, no bairro residencial do Macúti, para os insultar. Houve confrontos graves. A insurreição dos colonos da Beira, contra o seu próprio Exército, vai ser um forte pretexto para acelerar a queda do regime (cf. Couto 2011: 23, 113, 177-178, 237).

iii. Dalila Mateus (2004) investigou sobre as informações recolhidas pela PIDE/DGS em Moçambique. Nelas se reconhece, como síntese, que

...no terceiro trimestre e finais de 1973, os centros de actividade da FRELIMO já estavam muito disseminados: Cabo Delgado, no Niassa e em Tete, assim como na Beira e Vila Pery, distritos designados como Frente de Manica e Sofala ou 5ª Frente. Acrescenta ainda que a situação em Cabo Delgado se tinha agravado nos últimos meses (Mateus 2004: 333).

Constata-se, pois, que a situação militar em Moçambique era deveras preocupante para as Forças Armadas e a guerrilha prosseguia a sua caminhada para o Sul.

6.6. A situação global

6.6.1. Da guerra

Na Guiné e em Moçambique, segundo a investigadora Cabrita Mateus, não seria elevado o moral das tropas portuguesas para o combate. Tal situação estaria ligada à difícil situação militar. “Com efeito, na Guiné, a luta de guerrilha entrara na sua quinta e última fase, a da insurreição geral, com métodos de guerra próprios das forças convencionais e com a vitória próxima” (Mateus 2004: 341). Em Moçambique o combate estava numa fase a caminho de uma situação próxima da que se vivia no teatro da Guiné, caso não houvesse alterações estratégicas. Em Angola o enfraquecimento dos movimentos, fruto de divisões internas e de luta entre si próprios, conjugado com alguma habilidade político-militar, como no Leste, por parte das forças portuguesas, mantinha a luta em estado contido, excepto em Cabinda. Tudo poderia mudar, por força das condições internacionais facilitadoras e do estado de consciência de algumas classes de angolanos (cf. Mateus 2004: 418).

6.6.2. Das vulnerabilidades da organização

i. É facto que a indisciplina, nas unidades militares, foi detectada anos antes de mil novecentos e setenta. Quem o afirma é o Marechal Costa Gomes, em entrevista dada a Amaro Bernardo, e ela ficava a dever-se, segundo o entrevistado,

...à repulsa pela guerra colonial, que começou a acentuar-se a partir de 1967; à falta de enquadramento de Oficiais e Sargentos do QP das Unidades que se constituíam; à propaganda política feita, nas universidades, escolas e locais de trabalho, contra a guerra colonial, afectando principalmente os Oficiais e Sargentos do QC (Bernardo 2004: 676).

A constatação da fraca preparação das tropas, e o seu baixo rendimento operacional, começa a ser verificada e escrita antes do início da formação dos *Capitães do Fim*: “Preparação militar deficiente e não adaptada ao ambiente em que se faz a guerra”⁵⁴.

Na nota de 1 de Maio de 1969, de António de Spínola, transcrita por Luís Marinho no livro *Operação mar verde um documento para a história*, refere-se a necessidade da realização da IAO na Província, para elevar o muito precário rendimento operacional das forças combatentes, encarando, com realismo e objectividade, as graves deficiências da instrução dos Comandos e das unidades. A referida nota acentua também a urgência da revisão dos esquemas de instrução, em vigor para as Forças Terrestres, na certeza de que se assim não se proceder nenhuma utilidade terão as dotações de novos tipos de armamento e equipamento e a reorganização das unidades-base de combate (cf. Marinho 2005: 221-226).

ii. O que foi descrito pelo Cap. 100, em Memória Futura (PXII) do QC, são situações que bem se enquadram nas preocupações acima enunciadas. A primeira diz respeito ao IAO – apresenta uma perspectiva bem negativa de como se formava uma Companhia para enfrentar a guerra:

Oficialmente, a minha Companhia não recebeu qualquer IAO. Pronta para embarcar, no final de 73, viu a sua partida adiada (não sei porquê) e seguiu para Portalegre, por quase 3 meses. Em Portalegre, o quartel encontrava-se praticamente desactivado, há vários anos. Encontrámos um ambiente social inesperado e excepcional, de acolhimento generoso e agradável. A partida final das camionetas, para o aeroporto de Lisboa, às 6 da manhã, com as «meninas» a dizerem adeus, foi um episódio memorável. Calhou que, por sorte, acabara de chegar a esse quartel um Tenente, que fizera a comissão em Moçambique (miliciano que «metera o chico»). A sua ajuda desinteressada foi para nós decisiva. Só por ele viemos a conhecer e a treinar as técnicas de desminagem e toda a prática de abertura de itinerários, que nos foi extremamente útil.

A segunda diz respeito ao local de combate. Sujeitos a uma displicente formação, são enviados para o coração da guerra – Mueda, em Moçambique:

⁵⁴ Relatório de Acção Psicológica n.º 14, do EME, período de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1969 (p XIX).

Chegados a Mueda, verificámos que nos cabia substituir uma Companhia que fizera uns 27 meses de comissão, sem sair daquele local. Dos 27, três meses ficaram a dever-se ao atraso de embarque da nossa Companhia. Tinham vivido a ocorrência de muitas baixas e várias substituições de Comandantes de Companhia (chegaram a estar comandados por um Furriel). O estado anímico e disciplinar em que estavam, não permitiu qualquer período de substituição. Valeu a disponibilidade de um Alferes (antes gravemente ferido em combate), que promoveu alguma instrução operacional.

O Capitão termina pondo a nu a crueza de uma formação militar deficiente e desatualizada:

O que mais relembro e comento, não conseguindo encontrar uma explicação para ele, é a perplexidade por, em 72, ao fim de tantos anos de guerra, ser tão deficiente a instrução e o aproveitamento da experiência de quantos já por lá tinham passado. E, mesmo na frente, fui encontrar situações inexplicáveis, de falta de sentido tático e organizativo. Como são questões, que me parece deveriam competir aos militares do Q P, tenho a convicção de que a não adaptação à guerra que se combatia, da Academia Militar e de outras instituições de formação, terá sido muito grave. E só a excepcional capacidade do português de então, de viver com pouco e aprender depressa, permitiu manter, tantos anos, a integridade do território.

Ainda as palavras do Cap. 10 escritas em Memória Futura:

A minha Companhia era formada com rapazes vindos de todo o país, uns ainda muito brutos, nunca tendo visto o mar. Era por vezes difícil pô-los a marchar com coordenação entre braços e pernas, fazer com que adquirissem hábitos higiénicos, dar-lhes uma postura garbosa, etc.. Brutos e parolos! Éramos todos inexperientes nas lides militares, com excepção dos dois Sargentos que tinham feito mais do que uma comissão no ultramar. Eu era «Capitão-proveta» e os meus Alferes também pois eram do curso de furriéis nas Caldas da Rainha. Fomos para a Guiné e desta forma não se podia ganhar a guerra.

iii. Apesar da importância de tudo anteriormente apresentado, David Martelo está convicto que a tipologia de luta constituiu-se, porventura, como o aspecto mais desgastante e deprimente de toda a guerra. A repetição era o vulgo do dia-a-dia. E por isso, a guerrilha tinha de possuir, quase em exclusividade, a “iniciativa e a surpresa”. A “grande parte dos mortos em combate das forças portuguesas, o que era fortemente debilitante, verificava-se nos primeiros instantes do início de fogo ou pelo desmoralizante rebentamento de minas e armadilhas” (Martelo 2001: 37).

No respeitante aos meios de combate, “as Forças Armadas portuguesas jamais conseguiram atingir níveis de qualidade e quantidade próprios para a época em que o conflito decorreu” (Martelo 2001: 37).

Mas o mais preponderante aconteceu. O Exército combatente começou a perder estrutura e organização. O Capitão, Comandante da Companhia, na fase final da guerra, ainda era considerado pelos soldados como um par, na medida em que vivia com eles e participava nos riscos, no isolamento que corrói o corpo e a mente, e nas incomodidades muitas vezes humilhantes. De Major para cima, na Generalidade dos casos, não se

estabelecia qualquer tipo de envolvimento emocional. Tudo o resto veio por acréscimo (cf. Martelo 2001: 39-40).

O Cap. 60, em Memória Futura, corrobora essa análise de David Martelo e endurece-a:

A minha relação com o Comandante e segundo Comandante foi sempre muito má, dado que ambos estavam mais interessados na sua promoção pessoal. O Comandante do Batalhão, apesar de ser a sua terceira comissão, nunca tinha sido operacional. A primeira fê-la como oficial de manutenção/fornecimentos. A segunda como segundo Comandante e a terceira como Comandante. A sua preocupação era obter louvores que lhe permitissem progredir na sua carreira militar. Para ele, as Companhias operacionais eram um bando armado, sem disciplina e onde as regras militares eram desobedecidas.

O Exército combatente partiu por aqui.

6.6.3. Da guerra: ideias resumo

A guerra, no período em análise, teve complexidade crescente na Guiné e em Moçambique. Em Angola foi-se criando a estabilidade, solucionando a guerra no Leste da Província, onde a instabilidade alimentava receios fundados. Na parte Norte do enclave de Cabinda, o MPLA permanecia activo e fustigava as tropas portuguesas. Os *Capitães do Fim* estiveram presentes nos cenários de guerra mais complexos, em número muito significativo e participaram em acções de resolução difícil.

A guerra, “expressão radical das violências” (Pureza e Moura 2005: 49), foi sentida e vivida pelos *Capitães do Fim*. Estava-se na sua parte terminal, onde se patenteava o revés do forte perante o fraco e da força em relação à paciência. O material mais mortífero era pertença do inimigo. O Exército de combate, a que pertenciam, começou a perder estrutura e organização.

Habitaram em locais paradigmáticos da guerra: perigosos, isolados e longínquos⁵⁵.

6.7. O ciclo descolonizador: fragmentos da realidade

6.7.1. ONU e OUA: instrumentos essenciais de descolonização

i. Há quem considere o acesso à independência das colónias, um dos acontecimentos mais importantes da história contemporânea, pois permitiu a entrada desses novos países no palco das relações internacionais, como actores e sujeitos. Se os Estados europeus levaram cinco séculos para erguerem os seus Impérios, pelos

⁵⁵ Basta consultar as publicações CECA, já referidas, que referenciam as unidades combatentes nos três teatros de operações e seus comandantes.

diversos cantos do Mundo, duas décadas foram bastante para os desconjuntar.

Foi na sequência da queda dos Impérios europeus que, em 1975, se desmoronou o mais velho de todos, construído a partir da expansão marítima do séc. XV – o Império Português.

Com alguma justeza histórica, se afirma ser 1960 o ano chave da libertação de África. Acrescenta-se a África Francófona e Anglófona, pois a independência dos territórios da África Lusófona esteve postergada até à década de Setenta.

Quando a Argélia se tornou independente, em 1962, respirou a incerteza de que as Províncias Ultramarinas Portuguesas, e os territórios onde o poder estava nas mãos das minorias brancas, dificilmente seriam libertados de forma pacífica.

Isso foi uma realidade e o conflito tomou a forma de uma guerra de desgaste.

No entanto, foi no seguimento da II Guerra Mundial, mais concretamente com a criação da Organização das Nações Unidas, que se inaugurou o ciclo anti-imperial.

A ONU transformou-se no primordial instrumento de descolonização e elegeu esse objectivo como prioridade da sua actuação. Em 26 de Junho de 1945 fora aprovada a Carta das Nações Unidas, cujo artigo 73º obrigava as potências coloniais a desenvolver nas colónias, “sistemas de auto governo de acordo com as aspirações políticas das populações”.

ii. O pan-africanismo nasceu nos séculos XVIII e XIX, em favor da luta dos negros pela sua libertação, contra a dominação e a exploração dos brancos. Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através das suas proclamações, da sua acção, do seu gesto, e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes.

A OUA também teve um papel importante na descolonização e libertação dos povos das Províncias Ultramarinas Portuguesas. A partir de 1970, esta organização dirigiu a sua actividade diplomática para os países da OTAN, para os países escandinavos, para a Suíça e para o Japão, com o objectivo de com eles discorrer sobre as inquietações da África, fazer apelo à sua solidariedade e provar-lhes o grau de ameaça que tal conjuntura representava para o continente e para a paz mundial. A

OUA esforçou-se, sobretudo, para dissuadir os países de suportarem e armarem, por mais tempo, os regimes coloniais (cf. Kodjo e Chanaiwa 2010: 903-907).

Esta organização, finalmente, exerceu uma intervenção considerável junto dos movimentos de libertação. O reconhecimento oficial de um movimento de libertação, e dos seus dirigentes, pela OUA motivou, quase sempre, o seu reconhecimento internacional. Ela cooperou para o surgimento dos movimentos de libertação das Províncias Ultramarinas Portuguesas, na qualidade de movimentos legítimos e reconhecidos.

O período seguinte, de 1973 a 1975, foi especialmente frutuoso, em referência ao que testemunham os resultados obtidos em todas as Províncias Ultramarinas Portuguesas. A descolonização do Império Português foi um dos seus propósitos derradeiros e tardios (cf. Kodjo e Chanaiwa 2010: 903-907).

6.7.2. Os normativos balizadores da autodeterminação e independência das Províncias Ultramarinas Portuguesas

i. Nos dias que precederam o 25 de Abril de 1975 foram sendo publicados normativos que punham em acção aquele propósito.

No preâmbulo do Decreto-lei nº 203/74, de 15 de Maio, ao definirem-se as competências do primeiro Governo Provisório Português, inclui-se:

Reconhecer o carácter essencialmente político da solução das guerras no ultramar, lançando uma nova política que conduza à paz, garanta a convivência pacífica e permanente de todos os residentes, e criando condições para um debate franco e aberto com vista à definição do futuro do ultramar.

O mesmo diploma aponta ao designado governo, no capítulo 7, relativo a política ultramarina:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é essencialmente política e não militar;
- b) Instituição de um esquema destinado à consciencialização de todas as populações residentes nos respectivos territórios, para que, mediante um debate livre e franco, possam decidir o seu futuro no respeito pelo princípio da autodeterminação sempre em ordem à salvaguarda de uma harmónica e permanente convivência entre os vários grupos étnicos, religiosos e culturais;
- c) Manutenção das operações defensivas no Ultramar destinadas a salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de qualquer cor ou credo, enquanto se mostrar necessário;
- d) Apoio a um acelerado desenvolvimento cultural, social e económico das populações e territórios ultramarinos, com vista à participação activa, social e política de todas as raças e etnias na responsabilidade da gestão pública e de outros aspectos da vida colectiva;
- e) Exploração de todas as vias políticas que possam conduzir à paz efectiva no Ultramar.

Resulta daqui, fundamentalmente, o reconhecimento formal da essencialidade «política e não militar» para a «solução das guerras no Ultramar» e o «respeito pelo princípio da autodeterminação».

Em 19 de Julho, a Lei n.º 6/74 decretada pelo Conselho de Estado, e promulgada pelo Presidente António de Spínola, determinava “a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”.

Decorridos apenas oito dias, a 27 de Julho, a Lei n.º 7/74 veio clarificar definitivamente o processo independentista.

Do exame destes textos, produzidos em catadupa, muito de acordo com a agitação política vivida, ressalta, em primeiro lugar, o repisar da “afirmação axiomática” do princípio de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar, e também a aceitação das independências (cf. Oliveira 1984: 50).

ii. De facto, a aprovação desta legislação produziu efeitos políticos e militares imediatos, nos três territórios onde se travara a guerra, porque Portugal alvoreceu tarde para o problema da descolonização e não se seguiram atempadamente os seus cinco princípios fundamentais.

Portanto, Portugal teve, após o 25 de Abril, uma política de descolonização que acusou a ausência de um planeamento antecipado, como é visível na sequencialidade da precipitada publicação dos normativos anteriores. Admitiu-se, todavia, desenvolver uma estratégia casuística para a transferência do poder, congruente e fiel a princípios essenciais, que se instituíram como grandes propósitos, tais como: o apreço pelas deliberações da ONU, intimando o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência; a rejeição do puro abandono ou de modelos neocoloniais; a preocupação com a defesa dos interesses nacionais (cf. Correia 1994: 40-73).

Essa estratégia global perspectivar-se-ia, ainda de acordo com as leis aprovadas, pela progressiva execução das seguintes tarefas: determinação do enquadramento legal e constitucional, negociações de cessar-fogo, legitimação dos interlocutores para as negociações, entendimento sobre as transferências do Poder e das modalidades dos períodos de transição, e preparo de relações frutuosas de cooperação para o futuro pós-independências (cf. Correia 1994: 40-73).

Para uns, o cumprimento das tarefas não foi concretizado; para outros foi parcialmente alcançado; para alguns foi-o totalmente. Daqui nasce a grande controvérsia sobre a descolonização.

6.7.3. O processo da Guiné: um acordo rumo à independência quase tranquilo

i. Na Guiné, o cessar-fogo implícito durava desde o final de Maio de 1974, entremeado por alguns incidentes. Foi obtido, a maior parte das vezes, entre o Comando local português e o Comandante de zona do PAIGC, ou do bi-grupo que actuava no lugar. Nestas negociações, em que participaram, com êxito, alguns *Capitães do Fim*, tinham-se criado condições para as negociações finais, conducentes à ratificação da independência proclamada em 1973, à delineação da permutação de poderes e à retirada das tropas portuguesas. O acordo final – incluindo os termos do cessar-fogo, data do reconhecimento da independência (10 de Setembro de 1974) e limite da retirada das tropas portuguesas (31 de Outubro de 1974) – seria celebrado em Argel, a 26 de Agosto de 1974 (cf. Martelo 2001: 165).

A acção dos milicianos na Guiné foi indispensável para o estabelecimento da paz, nomeadamente a dos *Capitães do Fim*, como abaixo se pode constatar, já que comandavam a grande maioria das Companhias de quadrícula espalhadas pelo território.

Na sua génese havia estado uma mão-cheia de dirigentes do movimento estudantil da Coimbra de Sessenta e Nove.

ii. A decisão de criar o MAPOS – Movimento Alargado de Praças, Oficiais e Sargentos, em 4 de Maio de 1974 – o designado Movimento para a Paz, foi da sua quase pertença e contribuiu, significativamente, para a resolução rápida do processo de paz na Guiné.

Os objectivos do movimento foram definidos da seguinte forma de acordo com a informação de Celso Cruzeiro:

...lutar pelo cessar-fogo e pela abertura de negociações imediatas com o PAIGC, pressionando o MFA na Guiné e a Junta de Salvação Nacional nesse sentido; tomar conta dos órgãos de radiodifusão e imprensa; lutar pelo livre direito de reunião nos quartéis e promover sessões de esclarecimento político junto dos soldados; estruturar-se organizativamente segundo métodos de direcção colectiva, criando da base ao topo estruturas representativas de soldados, Sargentos e Praças; alargar o movimento a todas as unidades do mato (Cruzeiro 1989: 201).

O MAPOS desenvolveu uma ampla campanha de informação e formação políticas, através de reuniões realizadas em diversas unidades, sob a designação de sessões de esclarecimento. Os jornais de unidade e os boletins informativos proliferaram, albergando no seu seio múltiplos e variados artigos sobre conceitos

políticos e culturais até aí interditos⁵⁶. Neste contexto tiveram acção fundamental alguns *Capitães do Fim*⁵⁷.

Mau grado as limitações de que se revestiu, o MAPOS “desempenhou um papel histórico de grande relevância política”, diz Celso Cruzeiro um dos seus dinamizadores. E acrescenta: “Ele esteve na base da transformação do MFA da Guiné num movimento aberto, democrático e radical” (Cruzeiro 1989: 203). E vai mais longe: “Contribui decisivamente para a politização progressiva, em grau acentuado, do MFA na Guiné e pressionou a estruturação democrática deste, cujo estágio avançado lhe veio a permitir depois impulsionar as próprias estruturas centrais, à escala nacional, daquele movimento militar” (Cruzeiro 1989: 203).

Álvaro Marques

NHAMATEV	1º B. CAV. 8320/72	ALF. JOSÉ MANUEL T. FIGUEIRA	2498
GUIDAGE	CAC 4180/73	CAP. SERRA ALMEIDA	3628
GUILA (PETE) V	1º BART 6522/72	CAP. TELMO A. CARREIRA	2518
S. DOMINGOS	1º BART 6522/72		2908
SEDENGAL	3º " " "		2928
FARIM	3º " 4616/73	CAP. Fernando Fernandes	3138
PIRADA	3º B. CAV. 8323/73	(Hernando)	7618
CANQUELIFA	3º B. CAV. 4076/73		7328
N. LAHEGO	1º B. CAC 4518/73	CAP. FERNANDO FERNANDES	2268
	3º BART 6523/73	(Alf. Santa Clara)	3158
Xitole	2º B. CAC 4616	(Manquim?)	3128
UMBIAJA	C. CAV. 8350/72	ALF. REIS	2728
	" " 8351/72	CAP. VASCO DA GAMA	2738
HAMPATÁ	CART 6250/72		2538
A. FORMOSA	3º B. CAC 4513		7118
EMPADA	C. CAC 3566		2338
DEBANDA	C. CAC 6		0038
CABOXANQUEV	C. CAV. 8352/72	CAP. RUI PEDRO SILVA	2748
OUFAR - CADPI	C. CAC 4740/72	CAP. OSCAR SOARES	2528
DUGALV	2º B. CAC 4610/72	CAP. JOÃO RATO TERRA	2418
MANSOA	3º B. CAC 4612/72		2628
	C. CAC 4641/72		3048
Bigene	C. CAC 3	CAP. António Amador	0048

Figura nº 7 – Uma reunião da secção de contacto do MFA/Guiné. Presença e assinaturas de vários *Capitães do Fim*

Fonte: Fundo de Álvaro Marques. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

A descolonização da Guiné foi tranquila, salvando alguns acontecimentos pontuais menos nobres, que os há sempre em situações tão complexas, como o

⁵⁶ Como exemplos vejam-se Anexos (A IX. 1) e (A IX. 2) de uma Companhia comandada por um *Capitão do Fim*.

⁵⁷ Sobre o assunto é de muito interesse ler o espólio de Álvaro Marques e os documentos 17 e 20 b do espólio de Sousa Pinto, ambos fazendo parte dos fundos do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

abandono imponderado de quartéis por parte das nossas tropas ou quebras de cessar-fogo por parte do PAIGC.

6.7.4. Processo de Angola: controverso e pleno de constrangimentos

i. A descolonização de Angola foi a mais problemática e violenta.

As imensas colunas em Angola, sob protecção militar, para fugir à fúria dos movimentos de libertação em conflito, ficaram célebres por retirarem do interior milhares de colonos. A coluna da Gabela foi a primeira a procurar abrigo na cidade, mas não a única. Algumas, como as saídas de Carmona, Malange e Vila Salazar, após a destruição das cidades, tiveram grandes dimensões, tal como a do Luso; outras eram constituídas por pequenos grupos de carros que se juntavam, evitando o risco de fazerem a viagem sozinhos e poderem ser interceptados, maltratados ou despojados dos haveres transportados⁵⁸.

ii. Entre Maio e Novembro de 1975, o número de portugueses interessados em sair de Angola era tão grande que houve necessidade de criar uma ponte aérea especial. A operação foi um dos maiores salvamentos de civis feitos até então e transportou para Lisboa 173 982 pessoas (Garcia 2011: 19).

Afirma o historiador Douglas Wheeler:

Com a sabedoria que só o tempo traz, podemos afirmar que o facto de o Acordo de Alvor não ter conseguido proporcionar uma transição suave e pacífica da situação colonial para a de um país independente se deveu à impotência de Portugal para fazer cumprir as regras do Acordo, bem como à hostilidade mútua dos partidos nacionalistas africanos e à sua incapacidade de assumir a responsabilidade pela segurança em várias áreas em disputa, incluindo Luanda (2009: 359).

Por outro lado, os movimentos africanos tinham de distribuir as suas energias por três tipos de responsabilidades: “fornecer pessoal para o Governo de Transição; organizar campanhas políticas; assumir funções administrativas, judiciais e policiais” (Wheeler 2009: 359-360). Tudo isto a juntar à dificuldade encontrada pelas Forças Armadas Portuguesas para manter a paz, sendo esta última responsabilidade a que maior risco representou para a exequibilidade do Acordo de Alvor (Wheeler 2009: 359-360).

Aquilo que aconteceu no dia da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, sendo o corolário do já descrito, “foi algo sem precedentes na história da África contemporânea” (Wheeler: 361). Portugal entregou o Poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao “povo de Angola”. À medida que os planos e esperanças

⁵⁸ Leiam-se Anexos (A V. 6), (A VI. 1) e (A VI. 2).

de uma transição pacífica, da autoridade da Província para a independência, se foram frustrando, o derradeiro gesto oficial do último representante de Portugal foi verdadeiramente extraordinário. Quando a guerra civil estava prestes a entrar numa fase nova e atormentada, aconteceu algo nunca visto: o Alto-Comissário e as guarnições militares portuguesas embarcaram em vários navios com destino a Portugal. O País colonizador enjeitou a entrega do poder a qualquer dos movimentos africanos em conflito, oferecendo, em vez disso, a liberdade ao «povo de Angola». Seguiu-se uma guerra civil internacionalizada (cf. Wheeler: 361-362).

O Cap. 82, em Memória Futura (PXII) do QC, é contundente e pensa que “todo o esforço que se fez foi por «água abaixo», e o pouco que restou foi, inexoravelmente, parar às mãos desse democrata exemplar J. E. dos Santos e família”.

De que nos valeu a nós, *Capitães do fim*, tanto denodo, tanto tempo fora das famílias, tanta valentia com os n/ Alferes, furriéis, cabos e soldados milicianos para tão rápida e vergonhosa descolonização! Só espero que a sabedoria da História ponha a nu o que foi esta parte tão vil da nossa vivência e que um dia haja ruas e praças com os nomes dos *Capitães do fim*, e não praças, avenidas, vielas e ruas com otelos e quejandos!

Para assim terminar:

O MFA deu um nó cego aos politiqueiros deste país e acabaram por entregar, cobardemente e sem regalias tangíveis para Portugal, aquela riqueza toda ao MPLA, que já se sabia acabaria por «engolir» os outros dois pretendentes, ajudado pela fraterna URSS e o seu satélite cubano.

iii. O livro *O último adeus português* descreve este acto final e a proclamação de Leonel Cardoso, o Alto-Comissário, quando lia a declaração final: «Proclamo solenemente, com efeito às zero horas de 11 de Novembro de 1975, a independência de Angola e a sua plena soberania» (Fernando 2005: 66-70).

Houve *Capitães do Fim* testemunhas desta última situação e participantes das anteriormente decorrentes como as grandes colunas a caminho de Luanda.

iv. Angola foi palco de acontecimentos tremendos durante a descolonização: uns tendo como actores principais as Forças Armadas Portuguesas em retracção de dispositivo e com problemas disciplinares internos, por vezes graves; outros implicando a sociedade civil angolana, na dúvida de sair e desistir de tudo ou ficar e resistir; também os mais graves conflitos entre movimentos levaram à destruição desenfreada de bens e haveres e a lutas intestinas entre si.

Em 29 de Junho de 1995 o General Silva Cardoso diz ter anotado nos seus apontamentos:

Estou preocupado com as NT principalmente no Norte onde são frequentemente desautorizadas e a sua missão tremendamente dificultada pela acção infeliz de militantes e dirigentes dos ML. Os nossos soldados são por vezes colocados perante a ameaça das armas [...]. Ao que chegámos! Desde sempre tivemos a iniciativa do ataque. Agora fugimos! É doloroso principalmente para quem se sente militar e, acima de tudo, preserva a sua honra no cumprimento do dever e com os efectivos que nos deixaram não podemos cumprir a nossa missão (Cardoso 2009: 632).

v. Descrevem-se, agora, dois casos paradigmáticos que podem desvendar a infernal desconjuntura da situação militar em Angola, durante a última etapa do processo descolonizador. Neles são participantes, e nalguns casos protagonistas, *Capitães do Fim*.

O primeiro diz respeito ao designado *Batalhão descalço*, também conhecido pelo caso do *comboio-mala*, depreciativo, como, por exemplo, *Batalhão da Cueca*. Outros o apelidaram com idênticos nomes humilhantes. Descreve o caso Samuel Chiwale, Comandante do assalto a esse comboio, que transportava o último Batalhão e respectivo material do Exército Português da zona do Luso, juntamente com população que se iria retirar pela via do Huambo. O Comandante conta que planeou assaltar o comboio na Chicala, mas poderia fazê-lo noutras paragens como Cachipoque, Cangumbe, Cangonga, Munhango, Cuemba, até à ponte do rio Cuanza. A UNITA queria retaliar a tropa portuguesa pela parcialidade havida, segundo eles, nos combates do Luso entre MPLA e UNITA, e saquear armas de que tanto precisavam (cf. Chiwale 2008: 202-203).

No dia 24 de Agosto, o *comboio-mala* pôs-se em marcha em direcção a Chicala, onde chegou às 18 horas. “Trazia consigo a maior parte dos efectivos da tropa colonial à excepção dos comunistas que permaneciam ali em socorro das FAPLA” (Chiwale 2008: 203). Também transportava munições, bombas de morteiro 40, 60 e 81 mm, rockets, bazucas, minas anti-pessoal e anti-tanque. “Era mesmo do que precisávamos para inverter a situação da guerra no Leste”, diz Chiwale (2008: 204).

O Comandante da UNITA continua a descrição: “Assim que o comboio accionou os freios, foi completamente cercado. Avancei, resoluto, para o seu interior, abordando o oficial responsável, de quem já não me recordo o nome” (Chiwale 2008: 204).

Acto contínuo o comboio foi tomado e colheu de surpresa Chiwale, face à quantidade surpreendente de material existente. Descreve então o homem da UNITA: “passámos toda a noite a descarregar e às cinco horas da madrugada ordenei que o

comboio partisse. Tinha orientado os meus homens para que se fizesse o mesmo nas outras estações, ou seja, em Cachipoque e Cangumbe a fim de o esvaziar por completo” (Chiwale 2008: 205).

O Comandante da acção penitencia-se por algumas ocorrências, durante o assalto, não terem corrido como esperava. “As coisas no Cangumbe, como acontece frequentemente nestas situações, não correram lá muito bem: alguns dos nossos homens insurgiram-se contra a tropa e os colonos que iam no comboio; agrediram-nos chegando mesmo ao ponto de os despir, o que foi realmente lamentável” (Chiwale 2008: 205).

Pela descrição de Samuel Chiwale, o comboio foi deixando o resto do material em Cangonga, Munhango, Cuemba e assegura mesmo que, ao “atravessar o rio Cuanza, ficou completamente vazio” (Chiwale 2008: 206).

Esta descrição do Comandante das forças da UNITA será alvo do consequente contraditório, na fase empírica, tanto por parte de um dos *Capitães do Fim* participante na operação, como através do relatório de operações elaborado pelo oficial responsável pelo desenvolvimento da acção das tropas portuguesas⁵⁹.

vi. O segundo caso aconteceu em Cabinda. É conhecido por Movimento Militar em Cabinda, também designado por golpe militar, ou por revolta militar. Aconteceu em 2 de Novembro de 1974, teve repercussões nacionais e internacionais, e apresenta-se também, como revelador da turbulência da descolonização de Angola.

O General Silva Cardoso trata este caso com pormenor, já que nele teve de intervir como alto responsável da governação de Angola, num livro da sua autoria sob o título *Angola antologia de uma tragédia* (2009: 443-448). Marcou ainda a sua posição sobre o caso numa entrevista dada a Amaro Bernardo, expressa no livro *Memórias da revolução Portugal 1974-1975* (2004: 262-264; 280-281). Neste mesmo livro estão também expostas as ideias do coronel Manuel Figueiras, sob o título *Esclarecendo o caso de Cabinda* (2004: 282-285).

vii. Interessava analisar documentação sobre quem esteve do outro lado do problema: quem efectuou o golpe e quem nele colaborou. Parte da descrição do acontecimento é efectuada pelo médico Alferes miliciano, na altura, Bento Sampaio (2011: 65-70).

⁵⁹ Leia-se relatório em anexo sob a designação (A VI. 1).

O golpe militar efectuado em Cabinda, apelidado de diversas maneiras, resultou na prisão, pelos revoltosos, do Brigadeiro Themudo Barata e de toda a oficialagem do comando de Sector. Transformou-se na saga do enclave, disputado pelo MPLA e pela FLEC, na altura ressuscitada com a integração dos TE's (Tropas Especiais) que tinham sido desmobilizados ou desertado do nosso Exército.

A suspensão das hostilidades com o MPLA em Cabinda ocorrera, na prática, a partir de 29 de Julho de 1974, data da derradeira acção militar daquele movimento no enclave.

De acordo com Bento Sampaio, “Nos meses de Setembro e Outubro o espírito da generalidade dos oficiais milicianos e dos soldados era o de não quererem grandes chatices com operações militares na mata” (Sampaio 2011: 65). O mesmo oficial dá a entender haver a convicção, por parte da generalidade dos militares, de que a guerra já atingira o seu termo e, brevemente, todos receberiam ordem de partida para o sul, deixando aquela fatia do Maiombe entregue ao *MPLA*. “Naquela região a guerra tinha sido particularmente violenta e não abrandara nos três meses seguintes ao 25 de Abril. O desejo de paz era sentido pela maior parte dos oficiais portugueses, particularmente dos milicianos” (Sampaio 2011: 65).

Bento Sampaio elucida que “Alguns oficiais mais imbuídos do espírito do 25 de Abril actuavam, local e regionalmente, tentando estabelecer pontes de diálogo com elementos do MPLA” (Sampaio 2011: 66). Foi deste esforço o encetar dos primeiros contactos, começando a aparecer no quartel alguns guerrilheiros para confraternizarem com as tropas portuguesas. O próprio autor ter-se-ia deslocado na Companhia do Capitão Duarte, militar do quadro, ao Quissoqui, uma aldeia na mata do Maiombe, para encetar “as primeiras conversações de paz efectiva no terreno, com o Comandante Ndozi, que viria, mais tarde, a ser Vice-Chefe do Estado Maior do Exército de Angola” (Sampaio 2011: 65).

Este ambiente de bom relacionamento fora, na interpretação de Bento Sampaio, fortemente estimulado pelos normativos expressos e proclamados na Metrópole, que reconheciam o direito dos povos das colónias à autodeterminação e independência. O granjeio desta política fazendo caminho para a paz, permitiu a Bento Sampaio e outros militares deslocarem-se “de jipe, por duas vezes, à República Popular do Congo, à cidade mais próxima, Dolisie, e a uma base do MPLA” (Sampaio 2011: 65).

Em Outubro, começou a revelar-se impaciência por parte de alguns oficiais do MPLA “porque não compreendiam porque não havia qualquer manifestação de desactivação dos quartéis da tropa portuguesa” (Sampaio 2011: 65). Bento Sampaio explica que se tinha atingido o impasse e “as diligências feitas junto ao Quartel-General, na cidade de Cabinda, onde pontificava o General Themudo Barata, não tinham dado qualquer resultado prático” (Sampaio 2011: 65). Por outro lado, acrescenta Bento Sampaio,

...havia a suspeita de que a provocação deste impasse estaria relacionado com a suposta vontade do General de fazer crescer militarmente a FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, movimento separatista de Angola, com inclinação a associar-se privilegiadamente a Portugal, duma forma a definir mais tarde, ou mesmo a tornar-se independente (Sampaio 2011: 66).

A conflitualidade da FLEC, segundo o autor, “aumentava o estado de insatisfação do MPLA, confinado às regiões libertadas do Maiombe, sucedendo-se as ameaças de voltarem à luta armada para obterem mais território” (Sampaio 2011: 67).

O mês de Outubro ia passando e Sampaio exprime alguma ansiedade: “aumentava a inquietude dos responsáveis do MPLA e a nossa, oficiais milicianos, pelo impasse criado” (Sampaio 2011: 67). Para além do já descrito, Sampaio explicita uma situação na cidade de Cabinda, fortalecedora de uma tomada de decisão interventiva, dando como certo que “elementos angolanos do Exército Português, com afinidades com o MPLA, começaram a conspirar para desencadear um movimento militar com a participação activa e fundamental dos oficiais milicianos descontentes” (Sampaio 2011: 67).

O *Capitão do Fim*, aquartelado no Belize, assume um papel crucial no desenvolvimento do plano, na perspectiva de Bento Sampaio, com outro Capitão miliciano, também *Capitão do Fim*, alguns Alferes e Furriéis, “em articulação com os elementos da cidade de Cabinda” (Sampaio 2011: 65). O plano iniciou-se. A Sampaio confiaram duas tarefas que desta forma descreve:

A primeira consistia em neutralizar a intervenção da tropa do quartel do Bucozau. Geograficamente, no sentido do sul, Bucozau fica a quarenta quilómetros do Belize. Era necessário fazer com que eles não criassem dificuldades à progressão dos carros do movimento militar. Era o primeiro quartel existente no caminho. A ele seguiam-se, até Cabinda, o Dinge e Lândana. Conversei com o Comandante e obtive dele a certeza de que não criaria dificuldades à progressão das viaturas. A segunda tarefa foi a de entregar documentos importantes, relativos ao movimento conspirativo em curso, a outras pessoas em Luanda. Assim, em 31 de Outubro, fui enviado de avião a Luanda para desempenhar a minha tarefa e é lá que fui surpreendido com o desencadear do movimento militar no dia 2 de Novembro (Sampaio 2011: 67).

A cidade de Cabinda foi tomada transitoriamente e o General Themudo Barata feito prisioneiro juntamente com outros oficiais do comando de Sector.

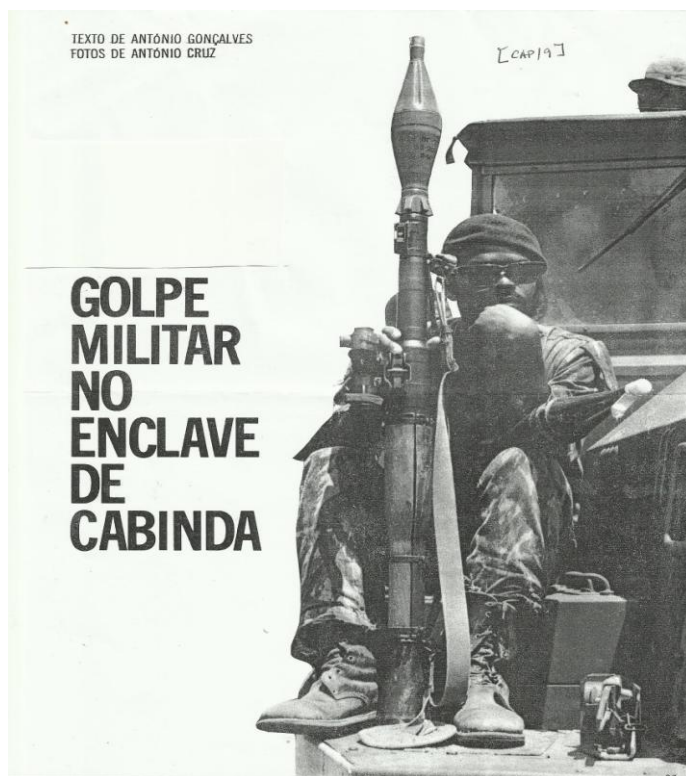


Figura nº 8 – Militar do MPLA, participante no golpe militar de Cabinda

Fonte: Notícias de Angola nº 779 (09.11.1974).

O golpe militar, decisivamente participado por dois *Capitães do Fim*, causou turbulência nacional e internacional.

6.7.5. O processo em Moçambique: impotência na continuação da guerra

i. Coccia (2011) trata no seu livro, *A cauda do escorpião o adeus a Moçambique*⁶⁰, de forma pouco abonatória, o comportamento das nossas tropas face à FRELIMO na última fase da descolonização. Também Amado Couto elucida que “[c]omeçaram a ser criadas, por todas as frentes de combate, situações de cessar-fogo acordadas entre as próprias unidades” (Couto 2011: 338). Foi divulgada uma mensagem “para todos os aquartelamentos habilitando os Comandos a ensaiar condições locais susceptíveis de se conseguir o cessar-fogo na sua zona” (Couto 2011: 339). Para que tal facto surtisse efeito, “sugeria-se uma campanha de panfletos e cartas deixadas no mato convidando à cordialidade. Era o cessar-fogo de facto” (Couto 2011: 339)⁶¹.

Despontava, também segundo o autor,

⁶⁰ Ao longo do livro verifica-se essa perspectiva, que pode ser confirmada, por exemplo nas páginas 102, 120, 198, 199, 232.

⁶¹ Leia-se Couto (2011: 337-343).

...fraqueza de comando perante um avolumar de imposições por parte dos subordinados, abandono de missões cometidas, reuniões descaradas por parte de elementos preponderantes no seio dos aquartelamentos tendentes à recusa ao combate contra um inimigo que todos os dias os mata. Era a conclusão da impotência na continuação de uma guerra (Couto 2011: 339).

Com esta situação, no terreiro militar, urgia aos políticos encontrar alguma forma de entendimento. A FRELIMO forçou-a. Tomou Nametil ou Omar, um emblemático quartel no Norte de Moçambique, enquanto decorriam as conversações em Dar-es-Salam com os representantes do Estado Português.

À situação descrita, veio juntar-se um retraimento do dispositivo militar, feito de uma forma pouco reflectida, muitas vezes a pedido quase compulsivo, outras por iniciativa própria das unidades. O caso de Nangade, onde permaneceram *Capitães do Fim*, apresenta-se ainda hoje, como polémico, dada a importância da praça militar, que faz despontar paixões na *blogosfera* dos antigos combatentes⁶².

ii. Omar, na altura comandada por um *Capitão do Fim*⁶³, despertou o interesse dos historiadores militares. Há publicações onde o acontecimento é descrito com pormenor e mesmo registadas entrevistas de vários intervenientes: Bernardo (2004: 159-160), Castro (2012: 167-178), Coccia (2011: 217-220), Couto (2011: 337-343), Martelo (2001: 171-173).

Como foi mencionado, enquanto conversações políticas, com o propósito de atingir a paz, decorriam em Dar-es Salam a 1 de Agosto 1974, ocorre na Companhia de Omar um incidente profundamente devastador para a parte portuguesa negociadora. Um grupo de guerrilheiros da FRELIMO, utilizando um megafone, lança para o ar palavras crédulas e de paz conseguindo atrair à pista de aviação, para encontro fraterno, o Alferes miliciano que comandava interinamente a unidade. À primeira vista as armas não existiam; era uma missão de paz e conciliação, que fez aproximar outros militares, porventura algo surpresos. No momento em que no interior do quartel já só se encontra o reduzido pessoal de guarda, uma força bem armada, de cerca de cem guerrilheiros, introduz-se no aquartelamento por uma porta das traseiras, dominando com facilidade o pouco pessoal presente. De imediato, uma outra força, silenciosamente emboscada, cerca a Companhia na pista de aviação. Os militares da Companhia são, então,

⁶² Sobre o acontecimento, apresentam-se cinco endereços, dos muitos que existem na *internet*: nangade:macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/06/em-01set74-trop.html; ultramar.terraweb.biz/Esclarecimento_VitorBaiao_nangade.htm; gruposespeciais.blogs.sapo.pt/2915.html; macua.blogs.com/moambique_para_todos/omar_01081974/; www.mbendi.com/place/omar-cabo-delgado-mozambique-325058.

⁶³ Não compareceu à entrevista, em 13 de Outubro de 2011, na Universidade Fernando Pessoa.

conduzidos para a Tanzânia, sendo o acontecimento de imediato transmitido a Dar-es-Salam, ao comité negociador da FRELIMO, a tempo útil de ser utilizado como arma de arremesso perante a delegação portuguesa aí presente.

Apesar da difícil adversidade que constituiu a captura da guarnição de Omar, as conversas de Dar-es-Salam possibilitaram apressar a marcação de uma nova reunião. O documento trazido por Melo Antunes, da capital tanzaniana, teve o aval do Presidente Spínola e da Comissão Nacional de Descolonização. Daqui parte-se para os Acordos de Lusaka, celebrados a 7 de Setembro de 1974, que reconheceram a independência de Moçambique e definiram a transferência de soberania. O acordo formal de cessar-fogo teve efeito a partir de 8 de Setembro de 1974.

No dia 24 de Maio de 1975, Machel regressa a Moçambique. Inicia uma viagem apoteótica que o conduz à capital a 23 de Junho. É recebido por milhares de pessoas. Às zero horas do dia 25 de Junho era hasteada a bandeira da República Popular de Moçambique. Nascia um novo Estado (cf. Martelo 2001: 372).

iii. O Cap. 4 em Memória Futura (PXII) do QC fala do fim do Império em Moçambique, o facto mais marcante da sua vida militar – a retirada de Moçambique. Eis a sua descrição:

As últimas tropas portuguesas abandonaram o território por via marítima às 23 horas de 24 de Junho de 1975, uma hora antes da proclamação da independência. A retirada foi simultânea de três sítios. Desde o meio-dia que permaneciam em Moçambique apenas três Companhias: uma no norte, em Nacala, outra no centro na Beira, e outra no sul em Lourenço Marques. Ao pôr-do-sol cada uma das Companhias arriou a Bandeira Nacional e aguardaram pelas 23 horas, hora a que iniciaram o deslocamento para o respectivo porto. A retirada foi efectuada por via marítima por óbvias razões de segurança. A minha Companhia recebeu a missão de retirada da Beira. De manhã outras seis Companhias tinham embarcado para o navio «Uíge», atracado no Porto da Beira. Duas fragatas da Armada encontravam-se ao largo, na eventualidade de ser necessário apoio de artilharia naval para quem ficou em terra.

Durante o resto do dia, o narrador teve uma estranha sensação de isolamento, que pensa também ter sido sentida por todos os homens. Em discurso directo escreve:

O arriar da Bandeira e a deslocação para o porto, ao longo de avenidas ladeadas por vivendas, onde as famílias portuguesas que lá ficavam vieram todas à porta assistir à passagem da última coluna de tropas portuguesas, foram imagens emotivas para sempre guardadas na minha memória. Assisti em directo e fui protagonista das últimas horas de um Império que tinha durado meio milénio.

Foi, efectivamente, um *Capitão do Fim*.

6.7.6. O pensamento de Melo Antunes

i. Melo Antunes, numa entrevista a Manuela Cruzeiro, responde desta forma aos acontecimentos anteriores:

Em primeiro lugar, essa Companhia de Omar estava numa situação extremamente delicada e difícil, junto à fronteira com a Tanzânia, praticamente isolada, sem grandes possibilidades de informação e de comunicação. E o que lhe chegou foi a notícia de que, com os contactos estabelecidos com a Frelimo, se estava perto de atingir uma situação de desbloqueio das negociações e, portanto, à beira de conseguir o seu objectivo essencial. Não estou a dizer isto para desculpabilizar o procedimento dos elementos dessa Companhia, mas para frisar que esteve longe de ser um comportamento generalizado. Na minha opinião, fundada na observação concreta do que se passou em Moçambique e em Angola e na análise que faço dos acontecimentos no plano militar nessas duas colónias, acho que as tropas portuguesas tiveram, genericamente, um comportamento digno [...]. O que se passou a 1 de Agosto, nesse aquartelamento, poder-se-ia passar em qualquer ponto do país. Havia, da parte do Exército Português, a total falta de vontade de dar mais um tiro e muito menos de continuar uma guerra. Há factos indesmentíveis dessa realidade (Cruzeiro 2005: 108).

ii. Das palavras de Melo Antunes poder-se-ia concluir que a descolonização efectuada foi convivência das Forças Armadas. É porventura, e quiçá ao mesmo tempo, uma convicção irrefutável e uma vulgarização imerecida e infundada.

Mas será possível entender essa descolonização como resultado da actuação e, previsivelmente, responsabilidade de um grupo restrito de pessoas? Só o tempo dará a resposta (Maia 1998: 11-26).

6.8. Enquadramento final: doutrínario e de situação

6.8.1. A Companhia como Exército em miniatura e de serviços mínimos

i. O Coronel Matos Gomes (em 24 de Novembro de 2010) respondeu, como oficial do QP, às questões Q1 e Q2⁶⁴, tal como muitos outros militares experientes e estudiosos da Guerra do Ultramar. Às suas reflexões remete-se o enquadramento final deste capítulo.

Para Matos Gomes, “a função atribuída pelo Exército à Companhia em quadrícula era de tal forma ampla que abrangia todos os aspectos inerentes à guerra e à missão do Exército” [Q1]. A Companhia era “um exército em miniatura, o que tornava muito difícil de ser comandada. O «Capitão da Companhia» era um General em miniatura: devia comandar, administrar e fazer política” [Q1]. Para além de tudo isto, as Companhias tinham as suas missões, embora de carácter generalista, como por exemplo, defender a sua ZA (zona de acção), o que dava aos Capitães a responsabilidade, solitária, de decidir o que fazer, onde fazer, como fazer (cf. Q1).

Estas reflexões levam o depoente a pensar noutras dificuldades para o Capitão, consubstanciadas “na análise da missão geral e adequada à situação”, e a sua “tradução em acções no terreno do resultado da sua análise” [Q1].

⁶⁴ Constantes do Apêndice (Ap I. 1).

ii. Para tornar mais clara e rigorosa a missão dos *Capitães do Fim*, tornava-se acertado, na opinião do Coronel, examinar a sociedade circundante de então e o modo como aceitava e olhava a guerra.

A visão dos portugueses sobre a guerra foi variando entre a ideia de que ir à tropa e fazer a guerra para defender os territórios era um dever e uma fatalidade que calhava aos jovens. Se a visão dominante da sociedade fosse a de que as Forças Armadas cumpriam um dever, então o bom Capitão seria aquele que tivesse levado os seus homens a combater, a impor a ordem [ou a restabelecê-la] pela força – o bom Capitão seria o condecorado, mesmo à custa do sacrifício dos seus homens. Mas, se a visão dominante na sociedade fosse a de a guerra ser uma fatalidade, então o bom Capitão era aquele que tivesse sobrevivido a ela com os seus homens, o Capitão do tipo: No Regresso Vinham Todos [Q1].

No entendimento de Matos Gomes, a última opção venceu, quando foi percebível pela maioria da sociedade que se estava em presença de uma guerra interminável. Os adeptos da não-guerra e da «guerra à guerra» aumentaram. “O bom comando de uma Companhia passou a ser levar e trazer os homens da Companhia, cumprir a comissão de dois anos, não ser ferido, não ser punido” [Q1].

Passou-se, deste modo, de um conjunto alargado e complexo de funções, para o cumprimento de serviços mínimos, nas palavras do Coronel, isto é:

De um conjunto muito alargado de funções, a serem cumpridas pela Companhia, de uma importância nuclear da sua função na condução da guerra – combate, administração e acção psicossocial – em que a sorte da guerra dependeria do bom ou do mau desempenho da Companhia, evolui-se para a missão de serviços mínimos de sobreviver durante dois anos, de ocupar uma zona e fazer como do antecedente, que foi a situação característica dos anos finais da guerra nos três teatros de operações [Q1].

Era preciso, fundamentalmente, não morrer. Regressar.

6.8.2. Da complexidade de funções à complexidade da sobrevivência

i. O depoente explicita, agora, a razão por que as Companhias foram ficando órfãs da tripla missão que lhes estava destinada:

A Companhia ficou, nestes casos de teatros de operações mais exigentes, em inferioridade e incapaz de dar resposta à tripla missão que lhe estava atribuída. Para combater no exterior necessitava de um efectivo que colocava em causa a defesa do quartel e a segurança das populações e, por vezes, mesmo a actividade de sobrevivência [alimentação, segurança]; se se mantinha no interior do quartel, ficava à mercê dos ataques do inimigo e, cada vez menos, capaz de sobreviver [dificuldades em realizar colunas de reabastecimento, p. ex.]. Foi este o dilema de muitos Comandantes de Companhia. Acresce ainda que a ocupação de um ponto, a instalação permanente, a relação com as populações era e foi bem mais atractiva para as tropas, e os seus Comandantes, do que a saída para operações com os riscos e incómodos inerentes [Q1].

Daqui a figuração do “Capitão alcaide do castelo da idade média”, o novo paradigma de Matos Gomes.

Chegamos, mais uma vez, à lassidão, quase inevitável, resultante da quadrícula e da ideia de «ocupação» do terreno e da missão de soberania. Embora em guerra, a quadrícula corresponda a um dispositivo territorial de manutenção da ordem e de exercício de soberania. O Capitão

passou a ser o chefe de uma guarnição, o administrador, o juiz. Era o Capitão alcaide do castelo da idade média e não o guerreiro [Q1].

ii. Matos Gomes começou o seu depoimento por considerar a Companhia “um exército em miniatura” [Q1], mas acabou por “a reduzir a um posto de guarda territorial” [Q1]. Nas suas palavras, construiu-se um Comandante de guarnição e um administrador.

Pode parecer, neste final, que tendo eu começado por considerar a Companhia um exército em miniatura, a unidade fundamental em que assentou o dispositivo militar português em África e a sua acção militar [político-militar] acabei por a reduzir a um posto de guarda territorial. É assim, em boa parte, porque o Exército, e as suas Companhias de caçadores, tiveram durante a guerra que suprir a ausência de uma rede de administração civil dos territórios. A soberania portuguesa, e a administração, foram até ao início da guerra asseguradas por malhas de autoridade e de serviços públicos de muito baixa densidade, que tiveram de ser criadas à pressa e à custa das forças armadas. Estas, ao absorverem as funções de soberania e fornecimento de serviços essenciais [saúde, educação, transporte, comunicações] foram desviadas da sua função principal de combater, crescendo ainda que, combater em guerra de contra-subversão é ganhar as populações, e isso se faz [fazia] proporcionando-lhes bens e serviços, tarefas que, de novo, retiraram capacidades para combater, às unidades de quadrícula [Q1].

Do que foi explicitado se deduz que o Capitão foi mais um Comandante de guarnição e um administrador do que um Comandante de unidade de combate.

6.8.3. Mau desempenho das unidades do Exército em 1973: evidências

Matos Gomes é categórico a afirmar que houve uma má prestação das unidades do Exército em 1973:

O mau desempenho das unidades do Exército, nos Teatros de Operações da Guiné e de Moçambique, evidente em 1973, quando as forças dos movimentos de libertação introduzem as armas anti-aéreas portáteis [mísseis AA – Strela], retirando a única vantagem significativa às forças portuguesas, a supremacia aérea, não se deve, em minha opinião, à juventude, nem à má [ou inadequada] formação dos Comandantes de Companhia CCC, mas sim à má resposta dada pelas estruturas superiores do Exército e ao ambiente político, e social, que rodeava as forças armadas e a sua missão de manter as colónias.

A sociedade, ao percepcionar a guerra como inútil, e/ou injusta, e/ou sem futuro, e destruidora de recursos humanos e materiais, não podia gerar Capitães de complemento [milicianos] motivados, por muito bem escolhidos e muito bem preparados que tivessem sido. [Além de não motivar os quadros de complemento, o ambiente político e social contribuiu até para desmotivar os quadros permanentes, como sabemos].

Ainda quanto ao desempenho destes Capitães, basta verificar que, em circunstâncias de melhor enquadramento e melhor definição de missões, como foi o caso de certas forças especiais, onde eles apenas tinham funções operacionais, o seu rendimento foi bom, ou muito bom [Q2].

O contexto agora descrito foi vivido, como ao longo do capítulo se pode percepcionar, pelos *Capitães do Fim*.

Parte B

Enquadramento metodológico

Conheci Capitães do QP excelentes, vários, leais, competentes. Conheci outros que eram uns incompetentes fanáticos.
[cap. 100]. Em Para Memória Futura.
20.11.2011.

Capítulo VII - O fio condutor: estratégia e procedimentos

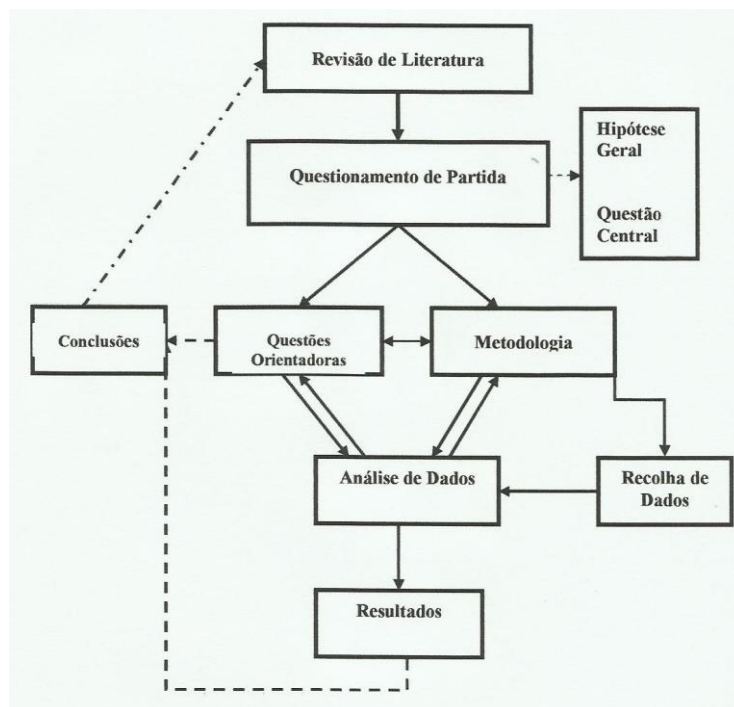
7.1. Estratégia

7.1.1. Traços teóricos

i. Há um fio condutor que facilita estruturar, coerentemente, um trabalho de investigação (cf. Quivy e Campenhoudt 1998: 31). O primeiro passo reside na elaboração da pergunta de partida: “precisa, concisa e unívoca, que possibilite a compreensão clara do que se pretende investigar” (Quivy e Campenhoudt 1998: 32), capaz de exprimir, o mais avisadamente possível, o que se procura saber, elucidar, compreender melhor.

A investigação surge, aos olhos de quem investiga, na rota de um caminhar de ida e volta, que começa e termina na literatura, “já que as conclusões dão evidência para comentar a literatura, discuti-la ou pô-la em causa” (Hill e Hill 2009: 35). Mostra também, de uma forma clara, a senda que deve seguir a sua componente empírica: colher os dados, analisar os dados, interpretar os dados, comunicar os dados.

Quadro nº 10 – O movimento circular de uma investigação



Fonte: Hill e Hill (2009: 35).

O quadro é explícito e mostra como, a partir da literatura, se estabeleceu o questionamento de partida (hipótese geral ou questão central) do trabalho, e como foi necessário definir as suas questões orientadoras (hipóteses decorrentes ou operacionais). As hipóteses são fulcrais, quando se apresentam “como antecipação de uma relação entre elementos constitutivos do corpus, do ponto de vista, sobretudo, da causalidade, da regularidade ou da singularidade entre os mesmos” (Santo 2010: 87).

A escolha dos métodos de investigação mais adequados é fundamental. Aliás os métodos de investigação utilizados, suas técnicas e procedimentos, são fulcrais para que se possa concretizar com êxito o movimento circular.

Deve proceder-se, posteriormente, “à recolha e análise dos dados e à apresentação dos resultados que irão confirmar ou negar o questionamento de partida” (Hill e Hill 2009: 33).

ii. Pode-se percorrer a digressão circular por três fases bem distintas.

A primeira fase, designada de conceptual, destina-se a gerar um quadro de referência bem organizado, a definir os objectivos gerais condutores do processo, a formular as hipóteses progressivamente aperfeiçoadas, até se chegar a uma questão de investigação que possa ser estudada empiricamente. A escolha e formulação do problema de investigação baseiam-se em factos resultantes da observação (do concreto e da teoria).

Após a fase conceptual, segue-se a fase metodológica. Aí é traçado o caminho para a investigação: decide-se a amostra, operacionalizam-se as variáveis, designam-se os métodos e técnicas de colheita e análise dos dados. Uma forte preocupação prende-se com o tamanho da amostra, ou seja, a sua significância. Não é fácil, em Ciências Sociais, definir quantos sujeitos deve possuir uma amostra, para que a mesma seja significativa, mas a representatividade é essencial, porventura a condição mais importante numa investigação (cf. Freixo 2009: 156).

7.1.2. Organização crítica de algumas práticas

i. Está-se, evidentemente, a falar da fase metodológica da investigação, ou seja, escolher o desenho da investigação; decidir a população e a amostra; definir as variáveis; escolher o método de colheita e de análise de dados (cf. Fortin 2009: 38 e 105).

A metodologia pode considerar-se “a organização crítica das práticas de investigação” (Almeida e Pinto 1982: 85).

A literatura afirma existir uma diversidade de estratégias de investigação científica, aceites no pluralismo epistemológico. O processo de investigação em Ciências Sociais é orientado por paradigmas teóricos e específicos. Assim sendo, assomaram dois modelos que o investigador adoptou. Ou seja, os que vigoram em torno do paradigma qualitativo e do paradigma quantitativo⁶⁵. Estes dois paradigmas são distintos. As suas diferenças estão patentes ao nível das técnicas de recolha e de tratamento de dados, do objecto de estudo, do tamanho da população, da visão da realidade que indagam, da relação entre investigador e investigado, e em muitas outras.

ii. Há autores que pretendem fazer uma comparação entre os dois paradigmas, apresentando diversas categorias diferenciadoras, ou seja, as características mais significativas de cada um, contribuindo-se, deste modo, para a percepção da escolha do investigador face ao objecto de estudo. Dessas escolheram-se cinco por parecerem significativas para o trabalho em curso (cf. Michelle Lessard-Hérbert, Gabriel Goyette e Gérard Boutin 2010: 95-107; Serrano 2000: 21-31).

Tabela nº 6 – Paradigma qualitativo e quantitativo: cinco categorias diferenciadoras

Categorias Diferenciadoras	Paradigma Qualitativo	Paradigma Quantitativo
Visão da realidade	Considera o todo: o todo é maior que a soma das partes; o todo é o fenómeno na sua complexidade; a realidade é uma construção social e é múltipla. A realidade é subjectiva.	Fragmentada: a soma das partes forma o todo; as partes são variáveis que podem ser manipuladas; a realidade ainda que singular é generalizável. A realidade é objectiva, verdadeira.
Formulação do problema	Por uma questão central de pesquisa e questões orientadoras.	Por hipóteses e definições de variáveis.
Elementos fundamentais para recolha de dados	Entrevistas de compleição diversa, diários, observações (exploratórias).	Questionários fechados.
Elementos básicos para a análise da informação	Interpretação de palavras, dos seus significados, análise de conteúdo dos discursos dos actores. Análise feita concomitantemente com a recolha de dados.	Escalas, números, testes, estatísticas, análise conduzida após a recolha de todos os dados.
Generalização	Generalização nula ou naturalística. Valoriza o singular e a profundidade da compreensão.	Alto poder de generalização dos resultados.

⁶⁵ Por paradigma entende-se um conjunto “aberto de asserções, conceitos ou proposições logicamente relacionados e que orientam o pensamento e a investigação” (Bogdan e Biklen 1994: 52).

Na abordagem fenomenológica e construtivista, os investigadores tudo fazem para “compreender o significado que os acontecimentos e interações têm para pessoas vulgares, em situações particulares” (Bogdan e Biklen 1994: 53), ou seja, procuram entender o significado das acções desenvolvidas pelos actores, em contextos singulares. A teoria do construtivismo, nesta perspectiva, visa a singularidade e as especificidades de cada indivíduo.

O paradigma qualitativo, fundamentado na fenomenologia, procura entender a realidade social, face às representações e interpretações dos actores, utilizando para isso uma observação naturalista e sem controlo:

Aqueles que são investigados não são vistos como objectos com certas propriedades – atitudes, normas, características comportamentais – que possam ser adequadamente medidas, mas como actores, cujos respectivos quadros de referência necessitam investigação detalhadas antes que as suas acções possam ser devidamente interpretadas e explicadas (Moreira 1994: 94).

Neste tipo de investigação, os dados recolhidos denominam-se por qualitativos, ou seja, são abastados em “pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” (Bogdan e Biklen 1994: 16).

O paradigma quantitativo “procura as causas explicativas dos fenómenos sociais independentemente dos estados subjectivos dos indivíduos, utilizando, nesse sentido, uma medição penetrante e controlada” (Moreira 1994: 93). Considera ampla e representativa o tamanho da sua amostra, permitindo a recolha de dados “sólidos” e repartíveis, “dados ordinais ou de intervalo, que possam ser submetidos a manipulação estatística” (Moreira 1994: 93), para obter um conhecimento construído.

iii. Na presente pesquisa, tendo em consideração a problemática, a pergunta de partida, o contexto empírico e o próprio estilo da investigação, o tipo de abordagem escolhido foi um misto dos dois paradigmas. Os dados recolhidos, pelo investigador, tiveram uma finalidade descritiva e também estatística. As palavras e os números são importantes. “O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, situações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos” (Lüdke e André 1986: 12), mas enreda-se também no rigor matemático da estatística.

Está, pois, esta estratégia de acordo com a opinião de alguns autores, quando afirmam que, apesar do paradigma qualitativo ser diferente do quantitativo, o investigador pode e deve utilizar as metodologias de ambos os paradigmas:

Basta decidir que no existe nada, excepto quizás la tradición, que impida al investigador mezclar y acomodar atributos de los dos paradigmas para lograr la combinación que resulte más adecuada al problema de la investigación y al medio con que se cuenta. No existe razón para que

los investigadores se limiten a uno de los paradigmas cuando pueden obtener lo mejor de ambos (in Serrano 2000:24).

Fica-se, desta forma, com uma contextura investigativa mais sólida, ao arremedo das principais críticas ao método qualitativo e decorrentes da comparação com os métodos quantitativos, feitas por diversos autores, quando, peremptoriamente afirmam que os “quantitativos são mais representativos e confiáveis” e que “a qualitativa não fornece uma base que permita sustentação de generalizações” (Santo 2010: 32).

Para Fiona Devine, enquanto a “investigação quantitativa é usualmente fidedigna, a investigação qualitativa tende para ser válida” (Devine 1995: 146), levando a deduzir que “os resultados dos estudos qualitativos poderiam apenas servir como pontos de partida de investigações quantitativas decorrentes, a partir das quais as generalizações poderiam ser feitas” (Devine 1995: 146). Incluído neste modo de pensamento, Devine chega ao pormenor de estabelecer para os estudos qualitativos, e com referência à técnica da entrevista, 30 ou 40 casos para a considerar credível (Devine 1995: 142). Por outro lado, há limitações técnicas relacionadas com a capacidade dos investigadores. “A experiência tem vindo a demonstrar que um único investigador terá dificuldades em trabalhar mais de trinta entrevistas em profundidade (Guerra 2008: 48).

Assim, este trabalho adopta a estratégia do (entre) cruzamento das duas realidades de investigação. Por um lado serve-se da estatística descritiva, a ser tratada adiante e no lugar adequado, por outro lado utiliza as técnicas referentes aos métodos qualitativos.

iv. Os métodos qualitativos em Ciências Sociais são compostos, essencialmente, pelas técnicas de observação participante e do inquérito por entrevista, nos seus múltiplos tipos (cf. Boni e Quaresma 2005: 68 e 80). Nesta investigação elas vão estar bem presentes. A observação participante implica que o investigador, além de observar o grupo, também participe ou tenha participado nas suas actividades e tenha convivido e integrado o grupo de análise. “Quando o investigador pertence naturalmente ao grupo pode e deve designar-se este tipo de investigação como de participação – observação” (Moreira 1994: 93). Este trabalho apresenta veios deste modelo, já que o investigador foi *Capitão do Fim* e não pode omitir essa situação, ao mesmo tempo que vai ser actor da investigação, pois nela participa com a sua autobiografia militar.

v. Outro tipo de observação importante, que cabe nesta investigação, é a documental. Esta tem, como centralidade, “o *documento* no sentido de objecto de observação capaz de fornecer elementos informativos indirectos à pesquisa em ciências sociais” (Almeida e Pinto 1982: 95). Basta cogitar como foi feito, “na multiplicidade de arquivos públicos e documentos oficiais, centrais ou locais, de origem governamental ou administrativa; imprensa, publicidade, obras literárias; arquivos privados (de organizações ou individuais)” (Almeida e Pinto 1982: 95).

A observação e a análise documental mereceram, pois, especial atenção, remetendo para a recolha e exame, referentes ao campo de investigação, nalguns arquivos militares. A dificuldade de acesso em certos casos, e noutros a falta de documentação pertinente, por diversas circunstâncias, desaparecida ou inacessível, criou obstáculos à decorrência do trabalho. Está hoje provado que alguns dos registos oficiais das guerras foram maltratados, durante a revolução portuguesa de 1974; foram abandonados em África, na fase final da descolonização, ou jazem ainda em arquivos mortos por tratar.

Releve-se o interesse colaborativo demonstrado pela Academia Militar, pelo Arquivo Histórico Militar, pelo Arquivo Geral do Exército, pelo Arquivo do ex-Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, pelo Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, onde foi possível efectivar recolhas documentais significativas. Houve, porém, a possibilidade de recorrer a arquivos particulares, como, por exemplo, o de Pizarat Correia e os de diversos *Capitães do Fim*, para completar algumas lacunas.

Tornou-se particularmente importante, no que concerne à formação e selecção dos *Capitães do Fim* e também aos seus desempenhos e protagonismos, os dados recolhidos no Arquivo Geral do Exército, no Arquivo do ex-Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército e nalgumas histórias de Unidades existentes no Arquivo Histórico Militar. Relativamente aos últimos actos da descolonização, a recolha realizada no Centro de Documentação 25 de Abril.

Dotou-se também esta investigação de informantes privilegiados; o investigador considerou os depoimentos destas pessoas como matéria-prima informativa, sem deixar de ter sempre em atenção que são elaborados através de representações dos próprios, do seu contexto militar e social.

Nesta perspectiva, iniciou-se o estudo fazendo entrevistas informais e exploratórias junto de *Capitães do Fim* e de alguns outros militares do QP, hoje na reserva ou na reforma – uma mais-valia na fase inicial, pois foram um complemento a leituras e a experiências vividas na guerra. Através delas foi possível compreender melhor o nosso contexto empírico, o que vem confirmar a opinião de Quivy e Campenhoudt quando afirmam da sua importância e da sua função principal (1998: 69).

vi. A pesquisa bibliográfica, como técnica de recolha, permitiu conceptualizar, de forma aprofundada e intensiva, a problemática do contexto empírico e do objecto de estudo; foi constante, dado ter-se sempre em mente que qualquer investigação, seja qual for a sua dimensão, “implica a leitura do que outras pessoas já escreveram sobre a área do seu interesse, recolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e redacção das suas conclusões” (Bell e Bell 1997: 51).

7.1.3. Práticas extensivas: Questionário Central e documentos emergentes

i. O inquérito por questionário, onde se combinam perguntas abertas e fechadas e onde o informante teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, constituiu a centralidade da investigação, pois dele emergiram todos os outros instrumentos. Foi construído de forma muito participada e rigorosa, como se verá mais à frente.

Está-se em presença de um questionário minucioso, que se passa a designar por QC da investigação, cuja construção teve o objectivo de obter múltiplos dados da numerosa e geograficamente ampla amostra, embora finita, dos *Capitães do Fim*, dando-lhes também garantias discursivas nas respostas às perguntas abertas.

Mesmo sofrendo críticas, pois todos os instrumentos são parciais, o inquérito por questionário continua a ser muito utilizado em Ciências Sociais. Elas desvanecem-se, se a sua utilização for feita de forma a dele emanarem outros instrumentos que permitam a triangulação de dados. Algumas desvantagens da sua utilização são a percentagem de retorno dos questionários, enviados pelo correio ou outro meio, geralmente pequena, e a devolução tardia, prejudicial ao andamento da pesquisa, como foi o caso. Muitas vezes, há um número grande de perguntas sem respostas. Outra desvantagem é a dificuldade de compreensão da pergunta por parte do respondente (cf. Boni e Quaresma 2005: 74).

ii. Numa fase posterior do trabalho de campo, recorreu-se ainda a um outro inquérito por questionário, emergente do Questionário Central, destinado aos subordinados dos *Capitães do Fim*, com a finalidade de obter o contraditório e enviado

pela *internet* a um conjunto significativo de informantes. Também foi utilizado um inquérito com dois questionamentos abertos, destinado a individualidades militares de reconhecido mérito, hoje na reforma, que tenham tido um elevado conhecimento da guerra ou tivessem contactado com *Capitães do Fim* no anfiteatro do combate.

O inquérito por entrevista foi também utilizado. Teresa Haguette define-a como um “processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (1997: 86). A mesma autora expressa ainda que as entrevistas “são essencialmente dispositivos de implicação de escuta e de reflectividade, funcionando como instâncias através das quais os actores constroem discursivamente a realidade social e a sua própria biografia e experiência” (Haguette 1997: 87).

Foram levadas a cabo entrevistas, referenciadas a um quadro preestabelecido (cf. Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin 2010: 162), constituídas por um conjunto significativo de perguntas abertas e respondidas de forma presencial, por *e-mail* ou por via telefone, a formadores e seleccionadores dos *Capitães do Fim*.

7.1.4. Práticas intensivas do género biográfico

i. Utilizaram-se também histórias de vida. Para Boaventura Sousa Santos, a história de vida transformou-se num instrumento de libertação da pessoa, “na medida em que a sua história, memórias, trajectórias de vida, diferentes formas de estar no mundo, interrogações, inquietações, são elementos muito importantes no campo da investigação” (2000: 51).

Na verdade, nos últimos anos vem-se assistindo, no campo das Ciências Sociais e da literatura, a um redobrado interesse pelas trajectórias individuais das pessoas. O género biográfico fez-se acompanhar por uma significativa revalorização das autobiografias e, consequentemente, por toda a sorte de documentos pessoais, como inestimável fonte histórica. No contexto do quadro referencial da metodologia qualitativa biográfica distinguiu-se a história oral, a biografia, a autobiografia e a história de vida. Cada um desses métodos implica procedimentos próprios independentes. É enorme a riqueza e complexidade da informação assim recolhida, razão pela qual este tipo de estudos são também designados de intensivos, em oposição aos de natureza extensiva que recorrem a técnicas como os questionários estandardizados, destinados a grupos mais ou menos extensos.

Quando se fala de histórias de vida, associa-se a biografia e a autobiografia. A história de vida é a narrativa que cada pessoa faz de si mesmo e da sua realidade vivida. O estudo referente à vida das pessoas pode ajudar a ver a pessoa postada na história do seu tempo, ou seja, permite-nos reconstituir a vida da pessoa, as suas relações pessoais, profissionais, institucionais, conflitos, percepções, e significados. Finalmente, numa perspectiva analítica, as histórias de vida aspiram passar da análise da vida individual à análise da vida social.

A biografia é o escrito da vida de outro. A autobiografia expressa o escrito da própria vida mas, opondo-se à biografia, porque o sujeito vive o papel de actor e autor das suas próprias experiências, sem que haja uma mediação externa de outros intervenientes (cf. Silva et al 2007: 25-35).

A história de vida coloca-se no quadro amplo da história oral, que inclui depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias. Considera-se que toda a história de vida encerra um conjunto de depoimentos e, embora tenha sido quem indaga a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que contar. A história de vida é, geralmente, extraída de uma ou mais entrevistas prolongadas, nas quais a interacção entre pesquisador e pesquisado se dá de forma continua (cf. Paulino 1999: 8).

Pode concluir-se que “histórias de vida são relatos orais, autobiografias, entrevistas em profundidade e outros documentos orais ou testemunhos escritos” (Meneghel 2007: 8), com um ciclo de vida: a gravação da narrativa da história de vida, a transcrição da gravação (5 a 6 horas para transcrever uma hora), a percepção do ponto de saturação (altura em que o pesquisador já não aprende nada), a leitura flutuante (destaque dos pontos relevantes e selecção dos pontos mais marcantes) e a análise temática (explicitação das informações e significados pertinentes nela contidos) (cf. Meneghel 2007: 8).

ii. Recorreu-se pois a uma entrevista especial, uma entrevista em profundidade, na qual constantemente se interagiu com o informante. A sua principal função foi retratar as experiências vivenciadas por 30 *Capitães do Fim*.

Existem dois tipos de histórias de vida. “Uma, a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida; outra, a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado sector da experiência em questão” (Boni e Quaresma 2005: 73). Optou-

se pela última, com o intento de expressar profundamente a vida militar dos entrevistados. A história de vida permite ao *Capitão do Fim* retomar a sua vivência de forma retrospectiva.

As entrevistas foram marcadas com dias de antecedência, por escrito, explicitando desde logo os objectivos da mesma e a mais-valia do contributo de cada um para este estudo.

No início de cada entrevista “informou-se, novamente, com brevidade, o entrevistado do propósito do trabalho e garantiu-se ser tratado confidencialmente o que fosse dito” (Bogdan e Biklen 1994: 135).

Procurou-se assegurar, como pré-requisito para a sua realização, um ambiente adequado, sereno e com boas condições físicas, propício a trabalhos desta natureza. Todos os locais garantiam a não interrupção da entrevista, ou a sua perturbação por motivos externos. As entrevistas foram realizadas no Norte, no Centro e no Sul do País, permitindo facilitar a deslocação dos entrevistados residentes em diversos pontos do território, mas que tinham forte concentração nestas três regiões.

Tentou criar-se um clima agradável, de modo a que os entrevistados não se sentissem constrangidos e pouco à vontade, podendo invalidar a autenticidade da entrevista. O facto de o investigador ter sido um deles facilitaria a interacção.

Apesar dos guiões das entrevistas poderem envolver muitas perguntas, estas eram sempre resultantes das lacunas encontradas nas respostas, dadas pelo entrevistado, ao Questionário Central. Tiveram durações variáveis, oscilando em média entre uma a duas horas, tendo sido todas elas gravadas com autorização do entrevistado e, como já se disse, com garantia de anonimato.

Procurou-se ter uma postura adequada, saber ouvir, dar tempo necessário para a organização das ideias do entrevistado, saber respeitar os seus silêncios, para que o *Capitão do Fim* se conseguisse exprimir com convicção.

As entrevistas passaram-se a formato papel. Tal procedimento, embora representasse uma tarefa árdua e morosa, pareceu trazer vantagens, pois a transcrição possibilitou recuperar grande parte do ambiente, das hesitações perante determinado facto, da força expressiva empregue relativamente a determinada questão, do sentido das respostas e, inclusivamente, do modo como o investigador se fez entender. Obtiveram-se, assim, centenas de páginas manuscritas, 2304 A4, que entranhavam num conjunto de dados inestimáveis e imprescindíveis.

iii. Trabalhou-se também com um conjunto de depoimentos de *Capitães do Fim*, cada um deles contribuindo para a investigação, isolando acontecimentos ou indivíduos, complementando informações e oferecendo os elementos necessários para a construção do contexto social, ao qual a investigação se refere.

A resposta à última pergunta do QC, designada Memória Futura, é ela própria um depoimento que acode como um instrumento de investigação.

Foi também utilizada a autobiografia como instrumento investigativo. As extensas pesquisas efectuadas encontraram cinco autobiografias de *Capitães do Fim*.

7.1.5. Outras práticas: comparativas e de análise

i. O método comparativo aparece muitas vezes como um processo cognitivo, pelo qual nos esforçamos por entender um fenómeno através da acareação de situações. “A comparação está no princípio de todo o conhecimento: é de facto por comparação que o homem adquire os pontos de referência indispensáveis à compreensão do mundo que o rodeia” (Raymond Boudon et al 1990: 44). O primeiro passo sucede pela comparação de situações concretas, “em analisar as diferenças, em procurar os elementos constantes, em estabelecer tipos” (Raymond Boudon et al 1990: 45).

A comparação é um método universal em Ciências Sociais e também “um empreendimento natural do espírito” (Santo 2010: 48). Por esse motivo será utilizado em várias situações ao longo da investigação mas, fundamentalmente, a quando do estudo dos *curricula* que conduzem à formação dos quadros e dos milicianos.

ii. Reflecta-se, agora, no processo de análise de dados, os tais “materiais em bruto que os investigadores recolhem do mundo que se encontram a estudar; são os elementos que formam a base da análise” (Bogdan e Biklen 1994:149). Ou seja, são as provas e as pistas.

Ainda de acordo com o pensamento de Bogdan e Biklen, a análise de dados

...é o processo de busca e de organização sistemática de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou (Bogdan e Biklen 1994: 205).

Assim sendo, ela exige “a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos mais importantes e do que deve ser apreendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros” (Bogdan e Biklen 1994: 205).

A redução dos dados é pois fundamental e implica processos de selecção, de concentração, de simplificação, de abstracção, e de transformação do material compilado, sendo por isso uma operação contínua, “que vai do momento em que é determinado um campo de observação até à fase em que se decide aplicar um sistema de codificação e proceder a resumos” (Lessard-Hébert, Goyette e Boutin 1990: 109).

iii. O tratamento “consiste sobretudo em elaborar condensações e representações” (Lessard-Hébert, Goyette e Boutin 1990: 118) e organizá-las “através da formulação de relações ou de configurações expressas em proposições ou modelos” (Lessard-Hébert, Goyette e Boutin 1990: 122). Neste contexto, torna-se importante a análise de conteúdo, a ser utilizada transversalmente ao longo do estudo, pois, concordando-se com os autores acima citados, ela “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy e Campenhoudt 1998: 227).

A análise de conteúdo adoptada pressupõe instrumentos conceptuais básicos, como o são as categorias. Bogdan e Biklen defendem que as categorias se constituem como “um meio de classificar os dados descritivos” (1994: 221), sendo que determinadas “questões e preocupações de investigação dão origem a determinadas categorias” (Bogdan e Biklen 1994: 221). Ou seja, a análise categorial consiste na identificação das unidades pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo, reduzindo o espaço de atributos, de forma a retirar apenas as variáveis explicativas próprias (cf. Guerra 2008: 85).

Consubstanciando de outra forma, Paula do Espírito Santo apresenta as categorias como sendo “ideias-chave contidas na hipótese ou objectivos que se querem formular” (2010: 84).

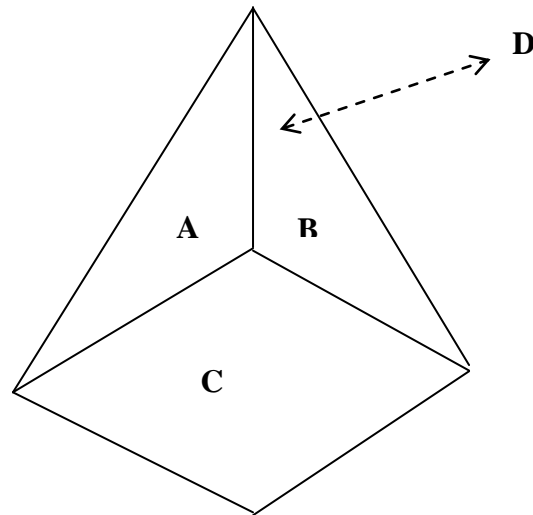
Por fim, a construção de tipologias por semelhança, como forma de reagrupar, por critérios de proximidade de conteúdo, os sujeitos, os fenómenos, as opiniões em agrupamentos restritos (cf. Guerra 2008:78).

7.1.6. Síntese da estratégia

A investigação está alicerçada numa pirâmide de técnicas, com uma arquitectura sólida, que tem postada numa das faces um processo de inquirição por questionário, dirigido a uma população bem abrangente (A); numa outra, a inquirição por entrevista, um conjunto de entrevistas, histórias de vida e autobiografias (B); numa terceira o

recurso a entrevistas e depoimentos de interlocutores privilegiados, a análise documental e comparativa, de conteúdo e bibliográfica (C); a quarta escora na participação – observação (D). Em síntese diremos que ela será predominantemente qualitativa; no entanto, o método quantitativo terá uma representatividade considerável e transversal, sendo um dos pilares da triangulação de dados.

Quadro nº 11 – Pirâmide de técnicas



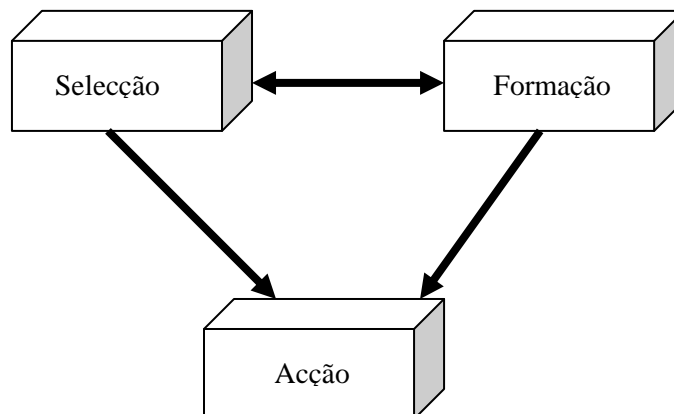
Pretendeu-se, desta forma, alcançar fidelidade e validade para os resultados.

7.2. Os fundamentos e procedimentos

7.2.1. A tríade

A investigação gira em torno de uma tríade, que o quadro abaixo representa.

Quadro nº 12 – A tríade



São três encadeamentos intrinsecamente ligados: a selecção para a formação, a selecção para a acção, e a formação para a acção.

7.2.2. A aclaração dos objectivos e hipóteses

i. Procedeu-se inicialmente à definição dos objectivos operacionalizadores da investigação. São dois:

- Analisar a organização e a adequação da selecção e formação dos *Capitães do Fim*. [A]
- Caracterizar os desempenhos e protagonismos dos *Capitães do Fim*. [B]

Do seu desdobramento erguem-se os doze objectivos gerais que se podem definir desta forma:

- Enquadrar o estudo no contexto da Sociologia Militar e da História Militar. [1]
- Abordar a importância actual da História e da Sociologia Militar. [2]
- Conceptualizar a guerra e a organização militar. [3]
- Caracterizar a guerra subversiva e a contra subversão, as suas estratégias e tácticas. [4]
- Analisar os anos terminais da Guerra do Ultramar (1970-1975) e os processos de sobrevivência de um Exército, quase miliciano, em estado de Nação em Armas, sujeito ao desgaste, à contestação interna e externa, e ao espectro da derrota militar. [5]
- Descrever o fim da Guerra do Ultramar e o processo final de descolonização decorrente. [6]
- Constatar a falência das elites militares intermédias e o despontar dos *Capitães do Fim*. [7]
- Examinar traços de vida, modelos e métodos de selecção e a formação dos *Capitães do Fim*. [8]
- Efectuar um estudo comparativo entre o modelo curricular e respectivos programas de estudo do Curso da Arma de Infantaria da Academia Militar, do ano de 1970, e o modelo formativo dos *Capitães do Fim* de igual ano. [9]

- Descrever os desempenhos dos *Capitães do Fim*, enquanto Comandantes de Companhia de quadrícula ou de intervenção e as consequências para a vida. [10]
- Inventariar protagonismos em combate, na acção psicossocial, na conquista da democracia, no processo de obtenção da paz, na descolonização ou na execução de outras funções. [11]
- Emitir conclusões e averiguar da veracidade das hipóteses formuladas. [12]

ii. Baseado nestes objectivos architectou-se a questão-chave de partida, enunciada, simultaneamente, como objecto de estudo e problema:

- No contexto, quase miliciano, do Exército Português, num clima de forte contestação à Guerra do Ultramar e fraca motivação para lhe dar continuidade, como foram seleccionados e formados os *Capitães do Fim*? Que desempenhos e que protagonismos tiveram nos teatros de Angola, Guiné e Moçambique no comando de Companhias em quadrícula, ou independentes, de intervenção nos anos terminais do conflito?

Daqui brotaram dois outros questionamentos, os designados decorrentes, e considerados facilitadores do processo de indagação a desenvolver:

- Quem eram, que motivações tinham, porquê, quando e como foram seleccionados e formados? Que contributos lhes deu a função para a vida civil e o que fizeram depois da guerra os *Capitães do Fim*?
- Que desempenhos e protagonismos tiveram os *Capitães do Fim* na guerra e na obtenção da democracia e da paz?

Dando voz a estas interrogativas e no propósito de apresentar o que é logicamente necessário sobre um objecto de estudo, elegeram-se [Hip.1] e [Hip.2] as hipóteses operacionais.

- A selecção e a formação dos *Capitães do Fim* foi pouco organizada, inadequada e demasiado acelerada, tendo em consideração as competências exigíveis para o comando de uma Companhia em quadrícula ou independente de intervenção (quando firmadas em ZA's subversivas, de intervenção psicossocial ou com ambientes conflituais complexos). [Hip.1]

- Os *Capitães do Fim* tiveram desempenhos e protagonismos meritórios: alguns na acção contra subversiva e psicossocial; outros nos contributos para a obtenção da paz, democracia, processo de descolonização ou no desempenho de outras funções; muitos revelaram um bom sentido de comando e liderança (legitimada na atitude, na ética e no civismo militar). [Hip.2]

7.2.3. O (entre) cruzar objectivos e hipóteses

i. (Entre) cruzando os objectivos com as respectivas hipóteses possibilita delinear uma tabela enquadradora da investigação.

Tabela nº 7 – O modo de cruzar objectivos e hipóteses da investigação

Hipóteses Operacionais	Objectivos Operacionalizadores	Objectivos Gerais e Contextualizadores
[Hip. 1]	A	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12
[Hip. 2]	B	1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12

Permite também a construção de um documento abrangente, onde este modo de cruzar se materialize. Architectou-se o já falado Questionário Central⁶⁶, com questões abertas e fechadas, constituído por doze dimensões enquadradoras, cada uma delas englobando perguntas congregadoras (P) de diversas variáveis. São elas:

- I – De alguns antecedentes de vida à incorporação no Serviço Militar Obrigatório. [P1-P10]
- II – Da incorporação na EPI (instrução, instrutores, ambiente militar, contestação à Guerra). [P11-P17]
- III – Sobre a selecção e formação para a Função Capitão (inclui 1º e 2º Ciclo COM, estágio e CCC). [P18- P27.1]
- IV – Sobre a formação da Companhia (locais, IAO, sobreposição no primeiro Subsector). [P28-P37]
- V – Incidentes na Companhia (com o IN, de âmbito relacional, logístico [comissão liquidatária] e técnico militar. [P38-P43]

⁶⁶ Veja-se Apêndice (Ap I. 9).

- VI – Substituição na Companhia e desempenho de funções não operacionais. [P44-P45].
- VII – Acidentes na guerra e durante o processo de descolonização. [P46]
- VIII – Dos protagonismos na guerra, na obtenção da paz, na descolonização e na conquista da democracia. [P47-P49.1]
- IX – O reconhecimento pelo trabalho desenvolvido (louvores, notas elogiosas, medalhas, reconhecimento dos subordinados e superiores). [P50-P50.1]
- X – Das consequências da Guerra (nos estudos, na profissão, na família, na saúde). [P51-P54]
- XI – Da vida após a desmobilização (tempo de serviço militar, percurso profissional, social, cultural, político). [P55-P57]
- XII – Memória Futura.

ii. A distribuição das perguntas das doze dimensões enquadradoras pelos questionamentos de partida e pelas hipóteses permitirá retirar as conclusões obtidas através do [QC].

Tabela nº 8 – Perguntas do [QC] – distribuição

Hipóteses e questionamentos	Perguntas do QC
Hipótese Operacional [Hip. 1]	11, 12, 13, 14, 15, 15.1, 15.2, 16, 17, 18, 18.1, 19, 20, 21, 22, 22.1, 22.2, 23, 24, 25, 25.1, 26, 26.1, 27, 27.1, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 35.1, 36, 37, 38, 38.1, 38.2, 38.3, 38.4, 38.5, 38.6, 38.7, 40, 41, 42, 43, 58XII).
Hipótese Operacional [Hip. 2]	35, 35.1, 36, 37, 38.1, 38.2, 38.3, 38.4, 38.5, 38.6, 38.7, 39.1, 39.2, 40, 41, 42, 44, 44.1, 45, 46, 47, 48, 49, 49.1, 50, 50.1, 55, 58XII).
Questionamento Decorrente A	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 15.1, 15.2, 16, 17, 18, 18.1, 19, 20, 21, 22, 22.1, 22.2, 23, 24, 25, 25.1, 26, 26.1, 27, 27.1, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58XII).
Questionamento decorrente B	26, 26.1, 29, 30, 32, 35, 35.1, 36, 37, 38.1, 38.2, 38.3, 38.4, 38.5, 38.6, 38.7, 39, 39.1, 39.2, 40, 41, 42, 44, 44.1, 45, 46, 47, 48, 49, 49.1, 50, 50.1, 58 (XII).

A resposta ao questionamento-chave de partida será obtida a partir dos resultados colhidos em todas as perguntas do QC. As relativas às hipóteses operacionais Hip. 1 e Hip. 2 e aos questionamentos decorrentes A e B, serão apuradas através dos resultados expressos pelas perguntas do QC, que a tabela expressa para cada um deles.

7.3. Instrumentalizar os procedimentos

7.3.1. A procura dos *Capitães do Fim*

i. Por motivo de deficiente organização de arquivos, por perda de documentos ou por falta de tempo e disponibilidade para a sua procura por parte do pessoal da instituição, não foi possível, até à ponta crítica da feitura da investigação, aceder, na Escola Prática de Infantaria (EPI), à listagem dos Cadetes seleccionados para o Curso de Comandantes de Companhia (CCC), em cada turno de instrução do COM de 1970 a 1974. A escola-mãe de todo este processo formativo, apesar da disponibilidade dos interlocutores, inclusive o seu Comandante, nunca deu resposta a esta solicitação para investigação⁶⁷. Depois de muita insistência e troca de correspondência diversa, conseguiu-se ter acesso ao ex-arquivo do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, hoje à responsabilidade do Centro de Psicologia Aplicada do Exército, onde apenas foi possível fazer recolha documental ligada ao campo da selecção⁶⁸. A contribuição da Academia Militar, do Arquivo Histórico Militar, Arquivo Geral do Exército e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, foi prestimosa. Em todos eles foi possível pesquisar documentação importante, mas de todo insuficiente para a procura de mais de quinhentos *Capitães do Fim*⁶⁹.

ii. Foi então necessário recorrer às Ordens do Exército (1ª e 2ª Séries, 1970-1975), onde se deparou com listas de centenas de Aspirantes-a-oficial miliciano saídos da EPI, bem como com diversas listagens de Alferes milicianos em trânsito para Angola, Guiné e Moçambique a fim de frequentarem o estágio de formação e de Tenentes milicianos que regressavam à EPI para frequentar o CCC. Por cruzamentos morosos e análises persistentes destas listagens, foi possível ir criando uma base de dados de *Capitães do Fim* e detectar alguns dos excluídos ao longo do percurso formativo.

Numa segunda fase, essa base de dados foi confrontada com os nomes dos Capitães milicianos, Comandantes de Companhia entre 1971-1975, constantes em fichas de unidades publicadas pelo EME/CECA (2002, 2007, 2008) e na listagem divulgada por Afonso e Gomes (2009).

⁶⁷ Veja-se Apêndice (Ap VI. 4). Após o envio da carta houve troca de telefonemas com o Major Campião e o Comandante da Unidade, sem resultados práticos. Também o Coronel Moraes Silva, em 15 de Agosto de 2010, se empenhou e fez contactos com a Unidade sem resultados. O mesmo aconteceu com o Tenente-coronel José Aparício.

⁶⁸ Vejam-se Apêndices (Ap VI. 2) e (Ap VI. 3).

⁶⁹ Vejam-se, por exemplo, Apêndices (Ap VI. 5), (Ap VI. 6), (Ap VI. 7), (Ap VI. 8) e (Ap VI. 12).

Foi ainda viável recuperar ou confirmar nomes em ordens de transporte, associações de antigos combatentes, nos *blogs* de Batalhões, Companhias ou de índole individual, de *Capitães do Fim* enviados em rendição individual para Angola, Guiné e Moçambique e mobilizados para Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor e Macau. Foi também exequível obter uma listagem dos que já não foram mobilizados, graças ao 25 de Abril.

iii. A localização desses *Capitães do Fim*, passados mais de 40 anos do seu regresso da guerra, não se apresentou como tarefa fácil. Foi um trabalho demorado, cansativo e financeiramente dispendioso. Talvez o tempo seja ainda pouco para fazer história, mas já é muito o tempo para (re) encontrar os protagonistas. A maioria são hoje homens à volta dos setenta anos, alguns um pouco mais, dispersos pelo país e pelo estrangeiro, desempenhando ainda, poucos, as mais diversas actividades profissionais, ou em situação de reforma. Uns estão vivos, outros já faleceram; alguns encontram-se doentes e desgostosos da vida; muitos gozam as venturas de uma vida plena de êxitos e sucessos. Fazê-los participar, alguns deles, nesta investigação não foi tarefa fácil, já que resolveram «enterrar o machado de guerra» e, com relutância, acederam a desenterrá-lo. Foi preciso ser persistente, ousado, urdir e perseguir uma estratégia muito bem delineada.

O primeiro passo permitiu alcançar os seus nomes, o segundo adquirir os seus contactos, depois poder contactá-los e, por último, conseguir a sua participação.

A fase de encontrar os seus contactos, com ética e não procurando caminhos ínvios ou ilegais⁷⁰, foi feita através de múltiplos meios de comunicação: *internet*, redes de telefones fixos e de telemóveis, anúncios em jornais, rádios regionais, redes sociais, *sites* de antigos combatentes, *blogs* de unidades militares e organizações de antigos combatentes, ordens profissionais de médicos⁷¹, engenheiros, psicólogos, advogados, sociólogos e através de antigos combatentes pertencentes a Companhias comandadas por estes Capitães. Outro facilitador da procura foi a recorrência a uma amostragem tipo *snowball*, ou seja, uma amostra premeditada em que o investigador pediu a cada um dos contactados, nomes de outros indivíduos que pudessem vir a ser igualmente inquiridos. É um método muito utilizado quando se pretende chegar a populações pouco numerosas e muito singulares, como é o caso.

⁷⁰ Veja-se Apêndice (Ap IV. 9), (Ap IV. 10) e (Ap IV. 11).

⁷¹ Veja-se Apêndice (Ap IV. 13).

Adquiridos os contactos foi enviado o QC (que já havia sido sujeito, antecipadamente, a três pré-testes). Tinha duas formas de preenchimento, à escolha do inquirido: formato correio electrónico ou em suporte de papel. Este documento, considerado transversal a toda a investigação, possui 60 perguntas, umas abertas outras fechadas, constituindo-se uma quase história de vida militar e contendo as onze dimensões já atrás referenciadas.

7.3.2. As histórias de vida

i. À medida que se foram recebendo os resultados do QC, e se foi aprofundando o conhecimento dos incidentes excepcionais e controversos vividos, foram-se filtrando os Capitães a convidar para as histórias de vida. Importa informar não se ter tratado, simplesmente, de escolher através do inquérito ou das fichas individuais dos Capitães, já elaboradas e numeradas, um conjunto de indivíduos cujas respostas revelassem só protagonismos e desempenhos positivos. Foi preciso encontrar de tudo. Fundamentalmente encontrar informadores que revelassem, no QC, irem assumir a responsabilidade da acção e na acção, sendo capazes de comunicar as suas percepções da realidade, através da experiência testemunhada e vivida.

Também seria importante conseguirem-se bons interlocutores, capazes de verbalizar a sua condição militar e construir uma síntese do palco social e histórico da guerra onde estiveram imbuídos. Foram entendimentos considerados importantes, a forma como se manejou o discurso no QC, na medida em que se ambicionava ter em presença actores capazes de comunicar a racionalidade da sua posição de classe e a lógica inspiradora das suas acções (cf. Guerra 2008: 48).

Constituiu-se, deste modo, um conjunto de 32 interlocutores, em função de seis critérios significantes ou características típicas (cf. Freixo 2009: 184).

ii. As características típicas requeridas para a constituição da amostra de *Capitães do Fim* de tipo selecção racional, estão expressas na tabela que se segue, bem como os Capitães seleccionados para cada uma delas, apresentados com um número correspondente à sua ficha individual.

Tabela nº 9 – As características típicas requeridas para a constituição da amostra

Critérios	Angola	Guiné	Moçambique
Participação em episódios importantes da guerra.	[Cap. 32] [Cap. 73] [Cap. 66] [Cap. 122] [Cap. 121]	[Cap. 46] [Cap. 49] [Cap. 114] [Cap. 115]	[Cap. 98]
Participação em ocorrências marcantes na última fase da descolonização.	[Cap. 19] [Cap. 74] [Cap. 132]	[Cap. 25] [Cap. 39]	
Participação em operações militares célebres, decisoras e de elevado risco.		[Cap. 40] [Cap. 102]	[Cap. 96]
Participação em territórios de guerra subversiva.	[Cap. 59] [Cap. 111]	[Cap. 117] [Cap. 120] [Cap. 130] [Cap. 201]	[Cap. 9] [Cap. 137]
Participação enquanto Capitães mobilizados em rendição individual.	[Cap. 13] [Cap. 35]	[Cap. 7]	
Participação em funções de âmbito civil de alta relevância.		[Cap. 131]	

Pelo que se constata na tabela anterior está-se em presença de seis características típicas (tipos de participação).

iii. Os *Capitães do Fim*, depois de terem sido seleccionados, foram convidados por carta. Primeiro pelo orientador deste trabalho em 20 de Junho de 2011, na perspectiva de que a “história de vida era fundamental para a investigação de doutoramento”⁷²; depois pelo responsável do trabalho em 7 de Julho de 2011, em que se fazia o convite no pressuposto de que “a história de vida militar inferida do Questionário Central havia sido apreciada e uma das 32 escolhidas para o enriquecimento da investigação”; por último, em 25 de Setembro do mesmo ano, o convite formal assinado pelo orientador e doutorando onde se discriminava o local, hora e dia, fazendo saber sobre o que versava a entrevista, sempre conscrita ao título da investigação⁷³. Dos convidados, um não compareceu à entrevista e um outro infelizmente havia falecido. Quatro responderam por *correio electrónico* e um por via postal, por indisponibilidade de deslocação, passando a ser considerados depoentes. Disponibilizaram-se, portanto, noventa e três por cento dos convidados.

⁷² Veja-se carta I (HV).

⁷³ Veja-se Carta II (HV).

As histórias de vida concretizadas por entrevistas centradas, quase exclusivamente, na vida militar dos *Capitães do Fim* e feitas em profundidade, supunham seis objectivos e estavam enquadradas por oito itens, sendo que, de cada um deles poderiam sair várias perguntas em cada entrevista, consoante a oportunidade e a sua natureza⁷⁴.

7.3.3. Autobiografias

i. Houve, nesta investigação, uma enorme perseverança e legitimidade no estudo e utilização de procedimentos intensivos. Este pressuposto legitimará a utilização de cinco autobiografias de *Capitães do Fim*.

Philippe Lejeune dedicou-se a conceptualizar a autobiografia. Denominou-a como “um relato retrospectivo em prosa que alguém faz da sua própria existência, desde que construa a sua centralidade sobre a sua vida individual, em particular sobre a história da sua personalidade” (Lejeune 1975: 14).

Impõe ainda as seguintes condições:

...o texto deve contextualizar um relato; a perspectiva deve ser sobretudo retrospectiva, não excluindo o auto-retrato e outras construções temporais complexas; o tema é a vida individual, onde também devem ter lugar a génese da personalidade, a crónica e a história social. A autobiografia é uma literatura íntima; logo a identidade do autor não suscita dúvidas, por isso, o emprego da primeira pessoa. Escrever uma autobiografia é tentar captar a pessoa do autobiografado na sua totalidade, ou seja, da síntese saber recapitular o instante (Lejeune 1975: 14).

O mesmo autor impõe, ainda, à autobiografia os seguintes traços:

- Pretende comunicar uma verdade;
- É feita para transmitir um universo de valores;
- Pretende comunicar experiências desconhecidas;
- Pretende ser autêntica e não ficcional;
- É uma ficção que ignora sê-lo;
- É uma ficção de segunda zona, pobre, envergonhada e paralisada;
- Inscreve-se no campo do conhecimento histórico;
- É um meio social de comunicação individual.
- É uma comunicação com vários registos: ético, afectivo, referencial.

⁷⁴ Veja-se Apêndice (Ap I. 7).

(cf. Lejeune 2003: 37-54)

ii. A guerra povoa a literatura na maior parte dos seus estilos e géneros. O conflito armado em Portugal jorra na narrativa, no drama, no diário, no poema e, com especial à vontade, no romance. Ela verteu-se, quase sempre, entre a realidade e a ficção, e, recentemente, as biografias e as autobiografias ganham notoriedade.

Da amostra de *Capitães do Fim* em estudo, apenas cinco escreveram a sua autobiografia militar. Podem existir outras, mas este foi o resultado de uma longa e exaustiva busca.

Os autores fizeram Serviço Militar Obrigatório entre Abril de 1970 e Julho de 1975, como Comandantes de uma Companhia operacional, em Angola e Moçambique. Entre os inícios de 1970 e meados de 1974 fizeram a guerra; em 1974-1975 estavam “a entregar quartéis, a deixar cidades, a dobrar bandeiras, a escoltar refugiados, a deixar para trás pessoas, armas, bagagens e, nalguns casos, um grande caos”⁷⁵.

Todos eles vieram libertar-se da sua história, contando-a, tornando-a de todos. Transformaram a memória em palavras. As cinco autobiografias estão escritas de várias formas, já que há várias maneiras de escrever bem: há escrever correctamente e há ser escritor. Mas todas têm o olhar fundo, que procura a verdade, para poderem viver tranquilos, de subsistir, de contar.

Estamos em presença de retratos do dia-a-dia, dados por cinco *Capitães do Fim*.

7.3.4. Depoimentos de oficiais do Quadro Permanente

i. O concerto da estratégia da investigação havia previsto o recurso a militares do QP, contemporâneos dos *Capitães do Fim*, e que, fruto da experiência obtida e dos saberes acumulados, pudessem emitir juízos de valor sobre eles na contextura da organização militar. Esses militares, hoje na reforma, foram sendo contactados durante o ano de 2010, por *correio electrónico* ou carta, e a todos eles se pedia que respondessem a dois questionamentos⁷⁶.

Contactaram-se noventa e oito distintos oficiais⁷⁷, tendo vinte deles declinado o convite apenas por desconhecerem a realidade em questão. Dos setenta e oito restantes,

⁷⁵ De Nogueira Pinto (2008), no prefácio ao livro *Tempo flutuante da golpada de Cabinda ao saque de Dalatando*, escrito pelo *Capitão do Fim* Queiroz Cabral.

⁷⁶ Veja-se Apêndice (Ap I. 1).

⁷⁷ Aqui teve papel preponderante o coronel Ribeiro Soares.

responderam aos questionamentos trinta e um, o que demonstra o poder participativo destes oficiais do QP e o interesse que tiveram em abordar problemáticas relacionadas com a tropa miliciana. Destas respostas foram consideradas com interesse dezoito depoimentos, sendo os restantes apreciados como não respostas, dado em nada contribuírem para se constituírem como contraditório às respostas dos *Capitães do Fim*. Sem se querer desmerecer qualquer um dos contactados, mas por interesse para a investigação, informa-se que nesse grupo inicial estiveram, por exemplo, José Loureiro dos Santos e Ramalho Eanes; o primeiro respondeu dizendo não conhecer a problemática em questão, e o segundo não respondeu.

ii. No âmbito destes contactos foi possível encontrar cinco instrutores a quem foram efectuadas duas entrevistas presenciais, uma via telefone, e três por *correio electrónico*⁷⁸.

iii. Nos fundos, não classificados, do CEPE foram encontrados dez nomes de seleccionadores. Com quatro não foi possível estabelecer contacto. Dos seis contactados, cinco declinaram o convite alegando motivos de sigilo profissional. Apenas um deles anuiu à solicitação⁷⁹.

7.3.5. Os comandados dos *Capitães do Fim*

i. Entre os primeiros meses de 1972 e os finais de 1975 os *Capitães do Fim* comandaram cerca de 114.000 militares de diversas patentes: Alferes, 1^{os} Sargentos, Furriéis, Cabos e Soldados, nos três territórios operacionais de Angola, Guiné e Moçambique. Era importante ouvir estes efectivos para reforçar, ou contraditar, o que foi expresso pelos *Capitães do Fim* no QC e restantes instrumentos utilizados.

Esta numerosa população seria intratável para o investigador, pelo seu tamanho, pela impossibilidade financeira para a sua realização, e por não caber no âmbito de um doutoramento. Por outro lado, haveria uma dificuldade imensa, diremos mesmo impossibilidade, em encontrar todos os seus constituintes. Enfim, uma missão irrealizável para quem investiga de forma solitária, e sem quaisquer outros apoios que não sejam os da sua proveniência. Era pois imprescindível achar uma amostra probabilística, estatisticamente fiável, para realizar o trabalho.

⁷⁸ Veja-se Apêndice (Ap I. 6).

⁷⁹ Veja-se Apêndice (Ap I. 3).

A população previsível de subordinados atingiu o valor de N=114.000 e considerou-se uma estimativa de erro até 5%, como convém em Ciências Sociais. Efectuados os cálculos adequados, através da expressão matemática explicitada em roda-pé⁸⁰, obteve-se o seguinte valor: n=383, com significância e representatividade

ii. Utilizando só a *Internet*, o primeiro passo consistiu em pesquisar, em todos os *blogs* de Companhias comandadas pelos *Capitães do Fim*, correios electrónicos lá existentes dos seus subordinados.

Depois foi, utilizando o mesmo processo, percorrer as associações de antigos combatentes.

A terceira estratégia foi pesquisar, aturadamente, nos dois *blog's* mais completos e vistos da Guerra do Ultramar: Ultramar.Terraweb e Luís Graça & Camaradas da Guiné, tendo, neste último, analisado a Tertúlia do *Blog* e a Lista de Camaradas Tertulianos ex-Combatentes da Guiné⁸¹.

Ainda, por fim, os endereços dos representantes das Companhias (procura de ex-combatentes/listagem) que combateram em Angola, Guiné e Moçambique⁸².

O inquérito por questionário enviado⁸³ combina perguntas abertas e fechadas, dando ao informante, que o desejar, a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão⁸⁴. É anónimo e está elaborado de forma a obter muitas respostas rápidas e precisas. Percepcionou-se algumas desvantagens na sua utilização: a percentagem de retorno poderia ser pequena; a devolução tardia o que prejudicaria o andamento da pesquisa; um número significativo de perguntas sem respostas; dificuldade de compreensão das perguntas por parte do respondente e a dificuldade de

⁸⁰ Sendo a dimensão da população estimada finita, a definição da amostra fez-se pelo seguinte procedimento estatístico:

$$n = \frac{Z^2 pq N}{e^2 (N-1) + Z^2 pq}$$

Onde: n = Tamanho da amostra; Z = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio padrão; p = Percentagem com a qual o fenómeno se verifica; q = Percentagem complementar; N = tamanho da população; e = Erro estimado. Desta forma obteve-se o tamanho da amostra correspondente a 383 indivíduos (Cf. Pocinho 2009: 18).

⁸¹ <http://ultramar.terraweb.biz/> e <http://blogueforanada.blogspot.pt>. (vistos em 05.07.2010 e dias ss.).

⁸² <http://guerracolonial.home.sapo.pt/encontroangola.htm>, (visto em 05.07.2010 e dias ss.).
<http://guerracolonial.home.sapo.pt/encontroamocambique.htm>, (visto em 05.07.2010 e dias ss.).
<http://guerracolonial.home.sapo.pt/encontroguine.htm>, (visto em 05.07.2010 e dias ss.).

⁸³ Veja-se Apêndice (Ap I. 2).

⁸⁴ Veja-se Apêndice (Ap I. 2).

algumas pessoas responderem por escrito. Quanto à formulação das questões, teve-se cuidado na sua elaboração, para não resultarem perguntas ambíguas ou tendenciosas. As perguntas foram construídas tendo em consideração a provável sequência do pensamento do pesquisado.

Apesar destes inconvenientes, não se poderia utilizar outro instrumento de indagação se se quisesse obter a opinião do maior número possível de comandados, como era ambicionado.

iii. Todos estes questionamentos já haviam sido formulados aos *Capitães do Fim* no QC. Estava agora em jogo o cruzamento de dados. Para a elaboração do presente instrumento teve-se, por esse facto, o cuidado de utilizar a técnica do estreitamento conceptual a qual implica “iniciar o questionário com perguntas gerais, chegando pouco a pouco às específicas” (Lakatos e Marconi 1985: 186). Assim, o inquérito apresenta sete questões, havendo em quatro a possibilidade de responder discursivamente. A questão número cinco reveste-se de importância capital, pois tenta comparar os Capitães do Quadro Permanente, em termos de desempenho, com os *Capitães do Fim*.

O inquérito foi estruturado utilizando uma das virtualidades dos programas de texto que possibilitam a criação de áreas exclusivas de preenchimento, facilitadoras do seu completamento pelo respondente, como também a remessa e recepção por correio electrónico.

O inquérito foi distribuído, via correio electrónico, a 383 comandados, em 28 de Novembro de 2010.

Um processo de investigação, que usa a técnica do inquérito, apresenta como desvantagem “a pequena percentagem dos questionários que voltam [...] e o grande número de perguntas sem respostas” (Lakatos e Marconi 1985: 179). Para minorar esse problema, utilizaram-se as orientações de Sierra Bravo (2001: 319) e Bruce Tuckman (2000: 87) para o envio por via tradicional, ou seja, repetir o envio. Assim, enviou-se o inquérito por duas vezes, em dois períodos diferentes, com um intervalo espacial de dois meses.

O primeiro envio, como já referido, foi feito a 28 de Novembro de 2010 e o segundo a 28 de Janeiro de 2012. No primeiro foram recebidos 101 inquéritos e

devolvidos 89 pelo sistema (na maioria das vezes pelo facto das caixas do correio de destino estarem cheias). No segundo foram recebidos 34.

Ao longo dos dois períodos de envio, notou-se que os pedidos de preenchimento subsequentes tiveram menos efeito no inquirido, no sentido de o motivar para o seu preenchimento.

iv. Em termos de percentagens de taxas de retorno de inquéritos Sierra Bravo (2001: 320) e Pamela Alreck (1995: 35) referem taxas entre 30% e 40% como sendo boas taxas de retorno. Opinião semelhante tem David Fox quando em 1987 menciona que poucas vezes o número de inquéritos recolhidos ultrapassa os 50 % e, em particular, na investigação social não é maior do que 30%. Neste estudo obteve-se uma taxa de retorno de 37%, o que corresponde a 135 respondentes (36 Guiné, 40 Moçambique, 59 Angola), a qual, de acordo com as opiniões expressas, se pode considerar dentro das boas expectativas (cf. Pinheiro e Silva 2004: 522-529).

Embora antevendo a existência de uma grande quantidade de “não respostas” nos inquéritos, largamente citadas pelos autores anteriores como previsíveis, aconteceu serem as questões de resposta concisa e fechada todas respondidas, o mesmo não se verificando com as respostas abertas. Na questão dois houve 28,04% de não respostas; na questão cinco 25,25%; na questão seis 14,32%; na questão sete 52,2%.

Constata-se a incidência de “não respostas” nas questões abertas e uma maior percentagem nas questões finais, em particular na questão sete.

Foram calculadas as percentagens obtidas nas questões fechadas, e para as questões abertas foi efectuada uma análise de conteúdo, predominantemente baseada no contributo de Berelson (1952), considerada como uma “técnica de investigação que procura uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (*in* Santo: 2010: 67).

7.4. Construção da amostra e do QC

7.4.1. Construção da amostra para o QC

i. A constituição da amostra está abaixo explicitada. Partiu-se da População Integral (PA) e procedendo a cinco abates; obteve-se aquilo que se decidiu apelidar de “amostra calculada”.

Tabela nº 10 – Amostra calculada

População Integral (PA) ⁸⁵	<i>Capitães do Fim</i> , seleccionados e formados na Escola Prática de Infantaria, para comandar Companhias integradas em batalhões, Companhias independentes, ou para rendição individual, nos teatros de guerra em Angola, Guiné e Moçambique (segundo turno de 1970 a primeiro turno de 1974).	592
Abate à População 1(Ab1) ⁸⁶	<i>Capitães do Fim</i> excluídos ao longo do percurso formativo por inaptidão para a função, ou (re) classificados por motivo de saúde, ferimentos, acidentes em serviço ou deserção.	19
Abate à População 2(Ab2) ⁸⁷	<i>Capitães do Fim</i> que não completaram o percurso formativo, já não foram mobilizados por força do 25 de Abril, ou cujos desempenhos, após esta data, não se enquadram no objecto da investigação.	87
Abate à População 3(Ab3) ⁸⁸	<i>Capitães do Fim</i> mobilizados para Macau, Timor, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.	9
Abate à População 4(Ab4) ⁸⁹	Mortos em combate ou por acidente nos teatros de guerra.	5
Abate à População 5(Ab5) ⁹⁰	Falecidos após a prestação do Serviço Militar Obrigatório até 12.11.2012.	36

Amostra Calculada (AC): PA-(Ab1+Ab2+Ab3+Ab4+Ab5) = 417

A constituição da amostra forjou-se a partir de (AC) procedendo-se a mais dois abates.

O primeiro abate é factual porque não foi possível obter a identificação do Comandante de vinte e três Companhias que, à data, deviam ser com grande probabilidade comandadas por *Capitães do Fim* (Silva 2010:39).

O segundo abate diz respeito a trinta e nove Capitães que, em rendição individual ou por motivo de doença ou ferimentos em combate, foram evacuados para a Metrópole, estiveram a desempenhar funções em estruturas operacionais intermédias do Exército, departamentos de Estado-Maior, e Comando-Chefe ou no comando de Companhias não operacionais.

⁸⁵ Apesar de não existirem listas por curso, e da informação ser quase inexistente, nos diversos arquivos militares e na EPI foi possível obter o número atribuído à população integral através da consulta das ordens do Exército de 1970 a 1975, ordens de transportes e directivas e planos de rendição do mesmo período, relatórios confidenciais de instrução CCC (18 de Fevereiro de 1972, 26 Abril 1972 e 6 de Maio de 1972) pertencentes ao arquivo pessoal do General Pizarat Correia, e através das seguintes notas circulares da 5ª REP: 567/IO de 1 de Março de 1971; 1504/IO de 24 de Maio de 1971; 2292/IO de 22 de Julho de 1971; 2415/IO de 11 de Agosto de 1971; 3843/IO de 19 de Novembro de 1971; 2724/IO de 23 de Agosto de 1972; 3722/IO de 17 de Dezembro de 1970. Também houve a participação, oral ou escrita, dos seguintes Capitães CCC: Abílio Delgado, Benjamim Pereira, Carlos Anayori, Carlos Piçarra, Costa Lima, Ernesto Bruno, José Neves, Leonel Cabrita, Manuel Marabuto e Vasco da Gama.

⁸⁶ Obtida a informação a quando do estabelecimento de contactos telefónicos com os *Capitães do Fim*.

⁸⁷ Dizem respeito, sobretudo, aos 3º e 4º turnos de 1973 e 1º de 1974.

⁸⁸ Arquivo Geral do Exército.

⁸⁹ Silva et al. (2011).

⁹⁰ Obtida a informação a quando do estabelecimento de contactos.

Constituição da Amostra (CA): $AC-(AA1+AA2)=345$

ii. O número calculado constitui-se como o número de *Capitães do Fim*, apurados, a comandar Companhias integradas em batalhões, Companhias independentes, ou em rendição individual, nos teatros de guerra de Angola, Guiné e Moçambique.

O valor acima calculado vai ser sujeito a um Abate, o 2 (AA3), equivalente ao número de *Capitães do Fim* que não foi possível contactar (não encontrados), apesar dos inúmeros procedimentos efectuados, e cifrado em cento e cinco.

Duzentos e quarenta é o número de *Capitães do Fim* a quem foi enviado o QC, via correio electrónico ou via postal⁹¹. Destes, sessenta e sete não responderam apesar de muito instados e incentivados, tendo quase todos, de forma correcta e reflectida, justificado a sua opção⁹². Dos restantes foram contabilizadas cento e quarenta e uma respostas, constituindo 40,86% da (CA) definida. Tendo em conta as características dos questionários postais e a via correio electrónico e considerando os escritos dos autores já apresentados anteriormente, Sierra Bravo, Bruce Tuckman, David Fox e Pamela Alreck e ainda os estudos publicados por Laurence Neuman (1997) e por Luís Cohen e Lawrence Manion (1994), o número de respostas conseguidas é perfeitamente aceitável (*in* Magalhães 2002: 130).

7.4.2. Capitães não respondentes e não encontrados

i. Foram cento e setenta e dois os *Capitães do Fim* que não participaram neste trabalho. Deste número foi possível estabelecer contacto, por telefone, *correio electrónico* ou via postal, com sessenta e sete (38,95%) e a todos eles foi enviado o [QC] juntamente com uma carta explicando os objectivos do trabalho e incentivando à colaboração. Desta porção, vinte e sete não responderam, apesar de instados, e não apresentaram justificação para o facto; onze justificaram a não-resposta por motivo de doença; dezanove por não estarem interessados em reviver factos da sua vida militar; os restantes, por motivos diversos, já explanados anteriormente. Teve-se, no entanto,

⁹¹ Veja-se apêndice (Ap I. 9).

⁹² Porque não responderam: já esqueceram a guerra e não a querem revisitar; temem que haja exposição demasiada e divulgação de dados pessoais; doenças; dificuldade em escrever; falta de disponibilidade para procurar os documentos que lhe permitissem obter os dados para responder ao inquérito; perda de documentos que dêem corpo às suas respostas; pouca disponibilidade temporal, dadas as ocupações de responsabilidade que ainda desempenham; falecimento do próprio ou de algum ente querido.

acesso às profissões que desempenham ou tinham exercido e a outros dados importantes.

Os restantes cento e cinco vieram a tornar-se incontactáveis, apesar das múltiplas estratégias legais encetadas para o conseguir, com meios diversificados: pesquisas aturadas na *internet*, ordens profissionais, organizações e *sites* de ex-combatentes, ex-militares pertencentes às Companhias desses Capitães, Ministério da Defesa, e Arquivo Geral do Exército. Contactou-se o Ministério das Finanças e o Ministério da Segurança Social, tentando obter, de forma lícita, as moradas desses Capitães, caso existissem, mas não foi possível. Não se recorreu a estratégias que pudessem manchar, pela ilicitude, a honestidade deste trabalho⁹³. Concomitantemente, fizeram-se quinhentos e dois telefonemas não atendidos, quatrocentos *e-mails* não respondidos ou reenviados, endereçaram-se cento e setenta e duas cartas para moradas sugeridas, das quais vieram devolvidas cento e nove. A última carta devolvida foi em 13 de Julho de 2013, dois anos após o seu envio, facto que prova a dificuldade desta tarefa. Em conclusão: sessenta e sete consideram-se não respondentes e cento e cinco não encontrados.

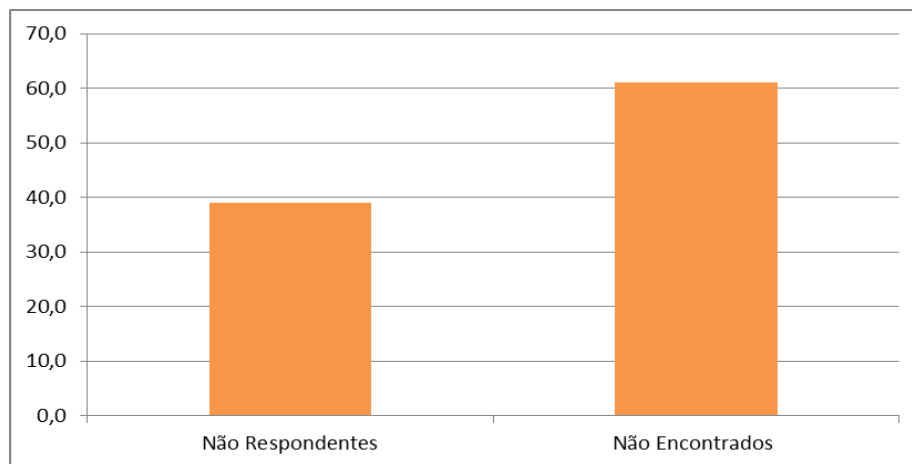


Figura nº 9 – Percentagem de Capitães não respondentes e não encontrados

ii. Foi possível, no entanto, através do cruzamento de informações recolhidas pelos contactos mencionados anteriormente, colher alguma informação destes Capitães e das suas actividades profissionais a explanar mais à frente.

⁹³ Apêndice (Ap VI. 9), (Ap VI. 10) e (Ap VI. 11).

CAPITÃO	Unidade Angola	SÍNTESE DA ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA	FONTES DOCUMENTAIS DE SUPORTE
Nº 239	BCEV832 Unidade mobilizadora: R E 3 <i>Gabriel</i>	16.03.1973 <i>a</i> 12.12.1974 <i>Atribuição ao COTI</i> <i>L. atribuído no sector de Cabinda,</i> <i>N.T.O' (tome operacional).</i> <i>Dutra GABECA</i>	História da Unidade no ANIMA (cópia p. 122 - 3 Div(4 ^o Sec) <i>Alfonso, A. & Gomes, C. de M.</i> "Os Anos da Guerra Colonial" 197... " Matossinho: QuidNovi, 2009. Vários " Resenha Histórico - Militar das Campanhas de Angola (1961-1974) Fichas das Unidades ... Vol (Tomo ...) Lisboa: EMMECECA,
Praça Amizade 1 = 7800-547 Beja 284/313209	<i>E-C</i> <i>I-D, B?</i>	(circulado)	Mis 765080862 239492002 <i>a. Mis Sapo. pt</i> Trança Dente 966023183 239108610 Munkulo 962818376 239721683 H2' m's directo Ativ'
Praça 1 = 7800-547 Beja AMB 6536 MORIM e mulher W na fa finer			

Figura nº 10 – Ficha individual de um Capitão não encontrado

Tudo era apontado em fichas individuais como a que acima se representa.

7.4.3. A construção do QC: pré-inquéritos e pré-testes

i. A determinação da população-alvo do estudo implicou uma reflexão sobre a forma mais eficaz de contacto com os *Capitães do Fim*. Dado o seu número e a sua disseminação, no território nacional e no estrangeiro, começou a adquirir consistência plena a possibilidade de realização de um inquérito por questionário a enviar, via postal ou *Internet*, já que o contacto pessoal com cada um dos Capitães, por exemplo para a realização de entrevistas individuais, se revelaria quase impossível no tempo e nas possibilidades financeiras de quem investiga.

A investigação levada a termo, a nível da literatura disponível, autorizou também concluir tornar-se inevitável construir de raiz tal instrumento de recolha de dados, pois, tanto quanto foi possível indagar, não existia nenhum questionário em Portugal que concedesse ao investigador alicerces e apoios relevantes. Estava-se perante um estudo-piloto, porventura, um caso-piloto.

Para substanciar a geração deste instrumento foram desencadeados alguns procedimentos prévios, muito divulgados pela literatura e amoldados ao caso – piloto. Assim, o primeiro passo fundou-se na arquitectura de um guião, propositadamente muito pouco estruturado, destinado a ser apresentado e discutido numa reunião entre três *Capitães do Fim* e três oficiais do Quadro Permanente, todos eles vivendo na cidade

de Coimbra. Desse guião, discutido durante várias horas, nasceu um instrumento bastante mais longo, e também muito pouco estruturado, que continha questionamentos abertos relacionados com a história de vida militar dos *Capitães do Fim*.

Desta forma foi possível construir a primeira versão provisória do questionário, a partir das reflexões sugeridas na reunião, e dos aperfeiçoamentos posteriormente feitos, que aprimoraram o desenho de um instrumento de recolha de dados consistente com os objectivos do estudo.

Em Setembro de 2010 foram endereçados a trinta e quatro *Capitães do Fim* (os que se tinham detectado até ao momento) a versão provisória do inquérito constituído integralmente por perguntas abertas que, embora por um lado viessem a suscitar dificuldades de análise e classificação, por outro acarretavam riqueza e profundidade de conteúdo, permitindo o seu desdobramento posterior. Escolheu-se, deliberadamente, este último propósito.

Constituíram-se esses documentos como pré-inquéritos, ambicionando explorar elementos significativos: desde questões objectivas, como dados pessoais, até questões subjectivas, como comportamentos, atitudes, motivações⁹⁴.

Pretendia-se que todos estes trinta e quatro inquiridos discorressem sobre a sua vida militar e, da sua narrativa e das suas sugestões, ambicionou-se colher os ensinamentos e os suportes para construir um inquérito dirigido a todos (a população-mãe): equilibrado mas simples sem ser simplista, e de resposta fácil ainda que não redutor.

Efectuada a análise de conteúdo das respostas obtidas (vinte e nove respondentes) e das sugestões recebidas, foi então possível (re) elaborar perguntas com menor ambiguidade, ou eliminar as mais sensíveis – todas aquelas que pediam informação demasiado pessoal, recebidas como não-respostas. O inquérito foi-se tornando muito mais equilibrado, um misto de questionamentos abertos e fechados.

Em seguida, seria da maior importância realizar um pré-teste com, pelo menos, um duplo objectivo: perceber se, realmente, as questões tinham todas cabimento e se, de facto, são plenamente entendidas. Foi por isso apresentado ao designado painel final, constituído pelos onze *Capitães do Fim* que mais sugestões deram para o seu aperfeiçoamento, e por onze personalidades militares de reconhecido mérito (Barão da

⁹⁴ Veja-se Apêndice (Ap I. 8).

Cunha, David Martelo, Hugo Borges, José Aparício, Manuel Bernardo, Marques Júnior, Matos Gomes, Pezarat Correia, Tomé Pinto, Rebocho Vaz, Vasco Lourenço). Vieram a ser propostas pelos *Capitães do Fim* trinta e três alterações, e pelos militares setenta e seis. Muitas delas eram coincidentes, dizendo a maior parte respeito ao formato do questionário, a erros de doutrina militar, à forma como tecnicamente estavam elaborados os questionamentos, e à necessidade de se eliminarem os itens desnecessários.

Existiram também opiniões como estas: “Excelente pela sua visão cronológica e amplitude”, pela “forma como toca todos os pontos da nossa missão”, “completo e entendível”, “muito criterioso, exaustivo e apropriado”, “altamente metódico, assertivo e de fácil leitura e compreensão”, “bastante completo, entendível e equilibrado”, “revela profundos conhecimentos da matéria”.

A versão definitiva do questionário foi obtida através da análise das contribuições recebidas, sendo imprescindível proceder a alguns ajustamentos⁹⁵.

ii. Enviados os questionários, terminou a sua recepção em Novembro de 2011, demorando, por isso, mais de um ano a seu recebimento.

7.4.4. Obtenção e análise de dados do Questionário Central

Foi efectuada a análise de conteúdo a dez questões do QC, todas as que dela necessitavam por serem abertas, e feitas as respectivas categorizações a partir de quatrocentas e cinquenta e sete unidades de registo⁹⁶. As restantes foram tratadas por métodos estatísticos.

Utilizou-se o *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, versão 22, que permite proceder à análise de dados simples e por cruzamento de variáveis.

A análise estatística efectuada, apresenta, para as variáveis de caracterização, tabelas de frequências e figuras ilustrativas das distribuições de valores verificados. A das variáveis inscritas no questionário central, tal o objectivo da investigação, levou a que se definisse desde o início a utilização de tabelas de contingência para a verificação de distribuição de valores entre categorias cruzadas e com elas a medição das associações pelo teste de Qui-quadrado (χ^2).

⁹⁵ Veja-se Apêndice (Ap I. 9).

⁹⁶ Vejam-se alguns exemplos no Apêndice III

Este teste relaciona variáveis qualitativas ou nominais e fornece informação sobre a sua independência e o respectivo grau de associação existente avaliado pelo coeficiente V. de Cramer, cujos valores variam entre 0 e 1 e, quando o grau de associação apresenta um erro estimado, significância, inferior a 5%, significam, no primeiro caso, a ausência de associação ou, no segundo caso, a associação perfeita. Para efeitos de verificação entre as variáveis que cruzamos nos diferentes quadros, considera-se que o V. de Cramer não têm qualquer relevância para valores abaixo de 0,2, é fraco entre 0,2 e 0,3, é forte entre 0,3 e 0,4, e é muito forte acima dos 0,4.

A análise da questão-chave de partida foi realizada a partir dos resultados das respostas a todas as questões do QC. O mesmo procedimento se teve para a hipótese mais alargada e conceptual. A análise aos questionamentos decorrentes A e B e das hipóteses operacionais 1 e 2 foi efectuada, parcelarmente, pelas respostas às questões nelas inclusas, já discriminadas.

7.4.5. Quadro síntese da tática instrumental da investigação

i. A tabela que abaixo se apresenta é representativa da tática instrumental de toda a investigação empírica.

Tabela nº 11 – Quadro síntese da tática instrumental

OBJECTIVO do instrumento	TIPO de instrumento	ORGANIZAÇÃO do instrumento	FORMA(S) de chegar aos agentes informantes
Questionar os <i>Capitães do Fim</i> . Construir histórias de vida.	Inquérito por Questionário designado por Central [QC], a enviar a todos os elementos da amostra. Suporte para a construção das entrevistas destinadas às histórias de vida.	Sessenta questionamentos abertos e fechados, desenhados com base em onze dimensões definidas.	Fichas das unidades; Ordens do Exército; listas telefónicas; <i>sites</i> sociais; <i>sites</i> de unidades militares e de antigos combatentes; sistema «bola de neve» (<i>snow-ball sampling</i>); associações de antigos combatentes; ordens profissionais. (inquéritos enviados aos agentes informantes por via postal e <i>e-mail</i>).

Testemunhar os protagonismos e os desempenhos dos <i>Capitães do Fim</i> , junto de Capitães do QP seus contemporâneos, Comandantes de Batalhão, instrutores, estudiosos de estratégia militar, militares do QP que se evidenciaram na guerra do Ultramar, no seu período descolonizador e no 25 de Abril.	Inquérito por questionário centrado em questionamentos abertos.	Dois questionamentos abertos de desenvolvimento e aprofundamento.	Fichas das unidades; listas telefónicas; <i>sites</i> sociais; <i>sites</i> de unidades militares e de antigos combatentes; sistema «bola de neve» (<i>snow-ball sampling</i>); Associação 25 de Abril. (Enviados aos agentes informantes por via postal e <i>e-mail</i>).
Questionar os subordinados sobre desempenhos e protagonismos dos <i>Capitães do Fim</i> .	Inquérito por questionário centrado em questionamentos abertos e fechados.	Sete questionamentos: três fechados, quatro abertos.	<i>Sites</i> de unidades militares; listas de representantes das unidades na <i>Internet</i> . <i>Snow-ball sampling</i>
Questionar instrutores dos <i>Capitães do Fim</i> sobre o processo formativo a que foram sujeitos.	Entrevistas e depoimentos a instrutores do COM e do CCC.	Organizadas em redor de oito questionamentos abertos feitos via telefone, <i>e-mail</i> ou presencial.	Contactos e nomes detectados nas respostas ao [QC] pelos <i>Capitães do Fim</i> .
Questionar seleccionadores do CEPE sobre o processo de selecção dos <i>Capitães do Fim</i> .	Entrevistas em profundidade a seleccionadores psicotécnicos.	Organizadas em redor de seis questionamentos abertos.	Nomes recolhidos por análise documental nos fundos documentais do ex-CEPE.
Desenvolver a participação - observação.	Análise de conteúdo.	Guia de análise em redor da selecção, formação, desempenhos e protagonismos dos <i>Capitães do Fim</i> .	Pesquisa de autobiografias militares na <i>internet</i> e nos <i>sites</i> de editoras.
Comparar processos formativos.	Análise comparativa.	Guia comparativo curricular dos oficiais QP e OM.	Pesquisa e análise documental na Biblioteca da Academia militar e no Arquivo Histórico Militar.
Conhecer em profundidade as histórias militares de <i>Capitães do Fim</i> .	Histórias de Vida.	Organizadas em redor de oito itens dos quais decorrem questionamentos abertos, variando o seu número e substância, consoante as respostas dadas no [QC].	Escolhidos de acordo com pressupostos significativos a partir do [QC].

Como se constata contém todos os tipos de instrumentos utilizados, os seus objectivos, modos de organização e formas de chegar aos informantes.

Parte C

Apresentação e discussão dos resultados de pesquisa

Alguns militares do quadro, poucos é certo, mas com impacto na opinião publicada, procuram atribuir responsabilidades aos milicianos por alguns dos insucessos da guerra colonial. Tropa mal preparada, indisciplinada, furtando-se à execução de operações, dizem eles. Os Capitães Milicianos são particularmente visados por estes analistas.

Pessoalmente penso que valeria a pena levar avante uma iniciativa com ex-Capitães milicianos para uma reflexão sobre estas questões.

Embora já tenham passado mais de 40 anos sobre aqueles acontecimentos a História merecia que se não deixasse passar sem reparo aquelas injustas observações.

[Cap. 46]. Da História de vida. 12.06.2011.

Capítulo VIII – Selecção e formação: análise da história e dos procedimentos

8.1. O “Exército Miliciano” e o mito da “Nação em Armas”

É a República que visiona o chamado “Exército Miliciano”, substituto do sistema de Exército permanente, baseado no SMO e considerado como a “grande Escola Nacional de Educação” (Camasão 2003: 12). Na realidade, com a sua implementação, “consubstanciada na nova lei do recrutamento militar na sua versão definitiva em 2 de Março de 1911” (Carrilho 1985: 205), foi adoptado o modelo miliciano na organização do Exército. Pretendia-se “abrir as largas portas dos quartéis para por elas entrarem todas as energias necessárias à defesa da Pátria”⁹⁷, no sentido de “reduzir o distanciamento povo-Exército”, como afirma Maria Carrilho (1985: 208). Todo este modelo corporizado vai sofrer grandes rombos na Primeira Guerra Mundial, com o Corpo Expedicionário Português (CEP).

Apesar do final dramático da guerra, a importância e a influência dos oficiais milicianos (OM) (re)ganha algum relevo. Muitos deles, através da Lei da Milícia de 23 de Novembro de 1921, foram autorizados a permanecer nas fileiras do Exército, mediante determinadas condições e com a protecção do maior partido da República, o Partido Democrático. Este desconfiava dos oficiais do QP e contava com a força dos milicianos para fazer frente aos monárquicos. Maria Carrilho explicita as condições referidas:

...terem feito parte do Corpo Expedicionário Português em França, terem participado em qualquer das expedições às colónias no período da Grande Guerra, terem tomado parte nas operações contra os monárquicos em Monsanto, ou no Norte do País, em 1919, desde que por esse motivo tenham sido feridos, louvados ou condecorados, circunstâncias por demais frequentes.

Os oficiais milicianos, nestas condições, passariam a integrar o quadro especial, mas poderiam entrar no quadro permanente no posto «que conquistaram e com a antiguidade dessa promoção», no caso de terem sido promovidos por distinção em campanha e de concluírem um dos cursos da Escola Militar. Pelo mesmo decreto são estabelecidos cursos de aperfeiçoamento «de duração limitada» destinados a habilitar esses oficiais à promoção ao posto seguinte (Carrilho 1985: 242-243).

Esta situação irá criar uma clivagem interna nas Forças Armadas, entre oficiais do QP e OM, “gerando-se aqui e ali fenómenos de defesa corporativa habilmente organizados por chefes militares com projectos próprios ou alheios” (Camasão 2003: 13). Neste contexto, assistir-se-á a afrontas entre duas teses: a do Exército, tendo como objectivo principal fazer a guerra e, como consequência, estar preparado para essa

⁹⁷ Preâmbulo do Decreto-lei de 25 de Maio de 1911 que promulgava a nova reorganização do Exército.

função; a outra, robustecida nos ideais republicanos do “Exército Educador”, da “Nação em Armas” que as leis já focadas evidenciam e profetizam.

Em 28 de Maio de 1926 dá-se o golpe militar sob o comando do General Gomes da Costa porque, para além de múltiplos outros factores, as autoridades republicanas ao tentarem modificar as estruturas existentes da organização militar, alteram as regras de acesso ao corpo profissional de oficiais, permitindo a passagem dos OM ao QP. Apesar da benesse, os OM não ganharam o peso e a importância devida no interior da organização militar e provocaram uma grave divergência interna com os oficiais do QP, o que concorrerá também para o golpe militar.

Com a subida de Salazar ao poder, as Forças Armadas vão subordinar-se ao novo regime político (a partir de 1933). O governo de Salazar irá optar, no entanto, pelo sistema da “Nação Armada” (conceito republicano por excelência), por este ser mais económico.

Ainda assim, devido à redução imposta nos quadros subalternos das diversas armas e serviços, acentua-se a presença de oficiais subalternos milicianos. Verificam-se menos quadros subalternos e mais OM, com o controlo de ambos a pertencer ao Capitão e aos oficiais superiores. Por motivos políticos e económicos, Salazar reduz então o corpo de oficiais do QP e recorre aos OM para assegurar o funcionamento da organização militar.

O projecto de Santos Costa, de 1935, propõe “uma arquitectura do comando assente num núcleo mais pequeno de oficiais profissionais, completado por um forte conjunto de oficiais milicianos, que enquadrariam a grande massa da tropa mobilizada” (Duarte 2010: 82). Esta visão reflecte bem a diferença entre a clássica visão republicana e a visão «costista». “Nenhum questiona o princípio da nação armada, mas tão só o modelo de enquadramento” (Duarte 2010: 82). Para os republicanos mesmo o quadro de Comando devia, de algum modo, ser milicianizado, enquanto para a nova organização a força miliciiana devia ser sempre enquadrada pelos profissionais de carreira que lhe dessem uma organização mais coesa (cf. Duarte 2010: 83-85). A Lei n.º 1960 sobre a organização do Exército e a Lei n.º 1961 sobre o recrutamento e o serviço militar são a base da organização militar portuguesa durante o Estado Novo.

Mas, com o fim da II Grande Guerra e a vitória dos Aliados, volta a agitação aos quartéis. Vai assistir-se a uma série de rebuliços que, tendo causas e alvos diversos,

acabarão todas por perecer perante a força e habilidade de Salazar. Medeiros Ferreira caracteriza os anos entre 1945 e 1961 como o “período das insubordinações falhadas” (cf. Ferreira 1992: 223-254).

A Guerra do Ultramar começou em Março de 1961 em Angola. Em Janeiro de 1963 é a vez da Guiné e, em Setembro de 1964, é aberta a terceira frente de combate desta vez em Moçambique.

A tentativa de passagem dos milicianos da guerra africana ao QP, em 1973, vai provocar uma nova e forte reacção em defesa dos interesses corporativos militares. Freire Antunes interpreta assim as duas realidades:

Em 1926 e em 1974, com resultados opostos, as Forças Armadas foram motivadas por idênticas razões profissionais, económicas e sociais. Os Tenentes de Maio constituíram a força motriz no desenvolvimento do golpe de 1926. Os Tenentes de Maio sentiram-se profundamente prejudicados pela Lei da Milícia de 1921, coroação legislativa da invasão do Exército, após a guerra, por uma multidão de inaptos milicianos. O excesso de quadros retardava as promoções e certos Tenentes esperavam mesmo 20 anos pelos galões de Capitão. Esse bico-de-obra profissional motivou também os Capitães de Abril, meio século depois. O Movimento dos Capitães brotou de uma questão profissional (o ressabiamento com o Decreto 353/73 de 13 de Julho de 1973), que feria com afronto o espírito dos oficiais de carreira, ao encharcar de milicianos o Quadro Permanente. Este descontentamento de índole profissional, sobretudo quando a guerra nas colónias era uma aposta perdida, e mais notória a putrefacção do regime, foi o verdadeiro rastilho do Movimento dos Capitães (Antunes 1977: 19).

Daqui brotou o 25 de Abril.

8.2. A Guerra do Ultramar: milhares de jovens-adultos feitos oficiais milicianos

8.2.1. O desinteresse pela Academia Militar

Portugal mobilizou, durante os treze anos de guerra, uma quantidade alucinante de mancebos, acima e logo abaixo dos 20 anos de idade, que se constituíam como um extraordinário esvaziamento nacional de jovens em idade activa. Em contexto percentual, Portugal tinha mais homens em armas do que qualquer outro país da jurisdição ocidental, exceptuando Israel. A mobilização massiva e continuada, durante anos a fio, provocou desgaste nos jovens da Nação.

Outra das consequências da fadiga jovem, fomentada por esta guerra, foi o seu desinteresse pelas escolas superiores militares. Este desinteresse provocou, a breve trecho, uma falta desesperante de oficiais subalternos (Alferes e Tenentes) e de Capitães que, para o tipo de guerra a desenrolar, eram os elementos essenciais para o êxito ou para a sua continuidade e manutenção. A africanização dos contingentes foi respondendo ao esforço de mobilização que o país já não sustentava, nem a tensão

pública apoiava, mas era preciso arranjar uma terapia rápida para essa falta de Capitães. Foram assim chamados os antigos oficiais subalternos que não tinham sido mobilizados (CPC), e começaram-se a formar Capitães oriundos de Cadetes (CCC) – o caso central deste trabalho.

Simultaneamente foram-se alargando as oportunidades aos jovens milicianos com uma comissão no Ultramar, e acompanhados de boas informações dos superiores hierárquicos, ao poderem ingressar nas escolas superiores militares, mediante certas condições; ou, mesmo não ingressando no ensino formal militar, poderem vir a desempenhar as funções de Capitão. Estas soluções foram sempre mal vistas pelos QP que tinham sido submetidos a selecção de entrada e frequentado normalmente o ensino superior militar. Também para os milicianos, nem uns nem outros eram bem vistos: uns eram apelidados de «chicos» e os outros conhecidos por «terem metido o chico», sendo os primeiros procedentes da Academia Militar.

Diz Maria Carrilho:

A partir de 1965 a afluência de concorrentes sofre uma redução média de 70% do que fora em 1961; o número de admitidos em relação às vagas existentes torna-se realmente diminuto, apesar as eventuais boas-vontades. As causas de exclusão entre os concorrentes que apresentavam os processos em ordem eram de natureza predominantemente física, verificando-se nas provas de aptidão física ou na própria inspecção médica. As provas de natureza cultural representavam afinal o obstáculo mais fácil de superar para o candidato a oficial de carreira - circunstâncias que apontam para a maior valorização do aspecto prático sobre o teórico e para o reforço da componente heróica que volta a sobressair numa guerra de tipo não convencional como era conduzida pelas forças armadas portuguesas em África (Carrilho 1985: 385).

Tabela nº 12 – Anos terminais da guerra: concorrentes à Academia Militar

Anos	Vagas	Concorrentes	Admitidos	Aproveitamento no primeiro ano
1970	400	164	70	40
1971	550	169	103	52
1972	495	162	81	64
1973	88	155	88	51

Fonte: Anuários da Academia Militar: 1970-1973

Analisando a tabela, importará explicar a razão do Estado ter aberto muito menos vagas no ano de 1973. Só se poderá interpretar com a formação crescente de *Capitães do Fim* e com os normativos, publicados nesse ano, que privilegiavam a entrada de OM na Academia Militar, mediante determinadas condições. O Decreto-Lei 353/73, de 13 de Julho de 1973, permitiria “ter rapidamente Capitães disponíveis e beneficiaria cerca de duzentos oficiais oriundos de milicianos” (Alves 2014: 80).

8.2.2. Corpo de OM

i. Falar no Corpo de OM é ter presente um Exército “como lugar de passagem para a maioria dos membros que em cada momento o integram obrigatoriamente” (Lourenço 1975: 22). Jovens incorporados, de diversas proveniências e, muitas vezes, com formação académica elevada, passaram do mundo civil para uma organização que os vai ajustar e refazer, tendo em vista a subordinação a ritos e virtudes militares e o culto de um agrupado de valores tendentes a atingir a congregação do conjunto, ou seja, o chamado «espírito de corpo». Esta estada nas fileiras é para a esmagadora maioria efémera. Terminado o serviço militar obrigatório, podendo incluir a guerra que por imposição são forçados a enfrentar, dá-se o regresso à vida civil.

Os milicianos, apesar de estarem, durante esse período, implicados na instituição militar e nela coabitarem, dificilmente vão reproduzir todo aquele conjunto de comportamentos, valores, crenças e interesses próprios, que são apanágio do corpo de oficiais do QP (já anteriormente referenciados na componente teórica).

No caso dos OM, não é atrevimento dizer-se que se esteve, durante um largo período da guerra, na presença de “um grupo latente ou quase grupo” segundo a definição de Gustav Dahrendorf (*in* Ferreira *et al* 1995: 420-422), quando pretende “colmatar a falta de consciência do grupo” (*in* Ferreira *et al* 1995: 420).

No início da Guerra do Ultramar os OM apresentavam-se, na sua grande maioria, agarrados ao dever exaltado de defender a Pátria. A partir de 1969⁹⁸, fundamentalmente, durante e após as lutas estudantis desse ano e da exuberância e militância dos grupos maoístas, este quase grupo transformou-se, incorporação após incorporação, num grupo de “interesses manifestos” (Camasão 2003: 19) e com motivações de cunho político de oposição ao regime. Apesar de manterem relações sociais temporárias, o que dificulta a criação de um grupo de confiança, os OM foram capazes, em muitas alturas, de defender interesses comuns pela tomada de deliberações conjuntas e estruturação de agitação nos quartéis.

Tem-se assim no Exército, a partir de 1970, um corpo de OM em crescimento, que se elege como um grupo mais activo e minimamente consciencializado de jovens, com preparação superior completa ou quase, embora com pouca margem de manobra,

⁹⁸ A crise académica de 1969 foi o mote originário das incorporações no Exército de inúmeros estudantes universitários com consciência política, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 49099/69, de 4 de Julho, que previa suspender adiamentos para estudo pelo seu mau comportamento político.

devido ao forte controlo político-ideológico a que estava sujeito (cf. Camasão 2003: 19).

Os OM nunca poderiam ser um grupo homogéneo, bastando para tal pensar nas díspares qualificações, origens sociais, influências territoriais, histórias de vida, empenhamento e formação política. As histórias de vida e as autobiografias, mais à frente reproduzidas, confirmam esta constatação. Nelas e no QC reflectem-se, no âmbito de uma caracterização sociodemográfica, heterogeneidades diversas, por exemplo na formação académica, política e profissional.

Em cada incorporação existiam aqueles docilmente obedientes e para quem serem oficiais do Exército era uma promoção social, muitos que eram contra a guerra mas calados sofrendores, e aqueles politicamente mais evoluídos porque intimamente envolvidos nas lutas estudantis. A chegada destes últimos às Forças Armadas preocupou as autoridades, civis e militares, que passaram a considerar as universidades locais de insurreição (cf. Caetano 1974: 168).

Como é óbvio, a consciência de grupo nunca poderia ter uma abrangência muito significativa no seio do corpo dos OM.

ii. Apesar de tudo, os milicianos construíram, em múltiplas circunstâncias, um conjunto solidário, com consciência de grupo que os levaram a tomar decisões corajosas e decisivas, como as relatadas na apresentação de outros dados da investigação, coincidentes, em múltiplas circunstâncias, com outras inventariadas por Álvaro Mateus e Dalila Mateus (2011). Ambos escreveram um livro onde referem alguns actos de insubordinação, passados no seio das Forças Armadas e participados por milicianos, revelando mesmo “que nos anos de 1972 e 1973 se passaram acções em mais de 50 quartéis” (Mateus e Mateus 2011: 71), sendo muitos deles descritos e participados por *Capitães do Fim*. Não admira pois que em 1973, como sublinham os autores, relatórios da PIDE salientem “o estado de espírito dos milicianos de mal a pior, fazendo a guerra de braços caídos” (Mateus e Mateus 2011: 71).

iii. Toda esta perspectiva de contestação político-militar tem o seu sinal introdutório em 1970, ano do início da formação dos *Capitães do Fim*, porventura o ano da transformação de «grupo latente», os milicianos, em constelações de mini grupos de «consciência adquirida» que vão corroendo os menos informados.

O ano de 1970 está eivado de acontecimentos-chave, de âmbito nacional, que ajudam à implementação e desenvolvimento da contestação. Para além dos já focados anteriormente, relacionados com a “não-guerra” e a “guerra à guerra”, outros se podem aludir. Em 26 de Outubro de 1970 ocorre uma acção da ARA (Acção Revolucionária Armada) contra o navio Cunene, fundeado no porto de Lisboa, pronto a partir para África com material de guerra. Em 20 de Novembro de 1970 tem lugar a acção tripla da ARA contra o navio Niassa. Nesse mesmo ano constata-se o colapso na formação de oficiais do QP, sendo que a ruptura se fará sentir em 1972. Em 30 de Novembro de 1970, no Supintrep (Relatórios suplementares de informações) do Estado-Maior do Exército, constata-se uma avaliação negativa do estado de espírito dos militares portugueses, sobretudo dos operacionais. O cansaço físico e psicológico, com indicativos de irreversibilidade e manifestos reflexos na sua actividade operacional, são acentuados.

8.2.3. Contágio político feito por OM aos QP

i. Tem sido bastante difícil aceitar, para muitos, a considerável influência dos milicianos no corpo de oficiais profissionais do Exército, com a sua postura contra a continuação das guerras, e pelo importante «contágio político» feito, fundamentalmente por todos aqueles vindos dos movimentos estudantis onde se contestava a ditadura e a guerra (*Cf. Tunes-espera -em-catio*). Alguns aceitam esta perspectiva. João Tunes, ex-oficial miliciano, reflecte sobre a controvérsia.

Ao proceder à mobilização militar massiva de activistas estudantis politicamente formados e radicalizados, muitas vezes «por castigo» e interrompendo cursos, dando-lhes comando de tropas nos cenários de guerra, colocando-os até em maioria relativa quanto aos oficiais de carreira dentro das unidades militares coloniais, a ditadura cometeu um erro sem alternativa. Uma influência política e ideológica é sempre difícil de medir. Neste caso, há uma evidente penúria de meios para medir o fenómeno desta «contaminação» e o seu grau de importância na queda da ditadura e no fim da guerra colonial⁹⁹.

Continua discorrendo o ex-oficial miliciano, no mesmo sítio da *internet*, quando refere a sua experiência na Guiné:

O fenómeno aqui referido não se verificou de um modo homogéneo, longe disso. Nas três unidades em que estive colocado na Guiné (1969/1971) durante dois anos, vivi três experiências distintas, desde conhecer impenetrabilidades políticas de corpos de oficiais profissionais até ao desinteresse por política de muitos milicianos, passando por efeitos evidentes do desgaste da guerra e da descrença quanto ao seu desfecho em que se conjugava a erosão de sucessivas comissões cumpridas nos vários teatros de guerra e a doutrinação política e ideológica de milicianos politizados pelas lutas estudantis, politização esta que muitas vezes era suportada nos mesmos textos que orientavam a guerrilha inimiga (Mao, Che, Giap, Ho Chi Minh, Cabral).

⁹⁹ João Tunes, escreveu em 18.03.2009 <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/03/18/espera-em-catio/> [visto em 03.03.2010].

Retenho desta experiência inolvidável, o ano de 1970 em que estive colocado num Batalhão de artilharia sedado em Catió (sul da Guiné) e em que tive a percepção clara que a guerra colonial não ia durar muito mais tempo.

Luís Atayde Banazol, um dos revolucionários do 25 de Abril, não tem dúvidas sobre a questão:

Fique-se a saber que os universitários podiam fazer tudo nas universidades, mas na tropa, alto lá. Sabiam que tinham a PIDE à perna. Além disso, de maneira alguma iam em conversas dessas com o nosso Capitão. Doutrinar os nossos Capitães? Quem é que ia nisso. Quem alguma vez frequentou a tropa nestes últimos anos dirá do irrealismo de uma hipótese destas (Banazol 1974:20).

Pezarat Correia, por sua vez, afirma:

Alguns militares têm dado testemunho da influência que o contacto com as camadas de milicianos, mais intenso e prolongada nas comissões ultramarinas, tiveram na formação cívica e ideológica dos «Capitães de Abril». Formação que por vezes resultou do contacto com personalidades distintas e do confronto entre posicionamentos políticos antagónicos. Os milicianos não eram uma camada uniforme, como já foi referido, mas acabavam por exercer maior influência aqueles que eram portadores de ideias novas, os que estavam em condições de contribuir para romper com a rotina da conversa caserneira, de atrair a atenção e as preocupações dos seus camaradas do quadro permanente para os problemas que existiam para lá dos muros dos quartéis (Correia 1994: 134).

Conclui o mesmo autor dizendo que os milicianos estiveram nas hostes do MFA, pontualmente até ao 25 de Abril, de forma limitada no golpe militar, e de modo muito mais alargado no processo revolucionário, com especial significado nas colónias. E essa participação, não em todos os casos, mas em muitos deles, traduziu-se numa colaboração positiva (Correia 1994: 142).

Marcello Caetano igualmente se debruçou sobre a problemática em questão e são dele algumas convicções sobre a permanente “injecção” de estudantes universitários nas Forças Armadas. Parecia não ter dúvidas de que estas

...recebiam a influência das ideias que agitavam as gerações e circulavam nos corredores das escolas. E essas ideias, como já se notou, eram de contestação da ordem social existente e da legitimidade da manutenção do Ultramar Português. Nas salas de oficiais, onde é tradicional a conversa e a discussão, os milicianos doutrinavam (Caetano 1974: 163).

Nogueira Pinto também apresenta opinião sobre o facto em análise e diz que a “catequização” não seria fácil, face à desconfiança mútua:

O miliciano esquerdista há-de ver sempre o oficial do QP (mesmo de «sãos princípios democráticos») como um «chico», a quem intelectualmente despreza, mas disciplinarmente tem que obedecer. No Ultramar as coisas serão diversas; mas não há muito ensejo para catequização. Fala-se mais de mulheres, da vida civil, do regresso e dos problemas concretos do dia-a-dia, que das contradições do imperialismo ou das barbas de Karl Marx. Depois, a massa dos oficiais do QP faz grupo à parte, é vagamente patriota, vagamente liberal, geralmente anticomunista. Não será por aí que as coisas irão longe, pois, por espírito de grupo, o oficial de carreira não escuta o miliciano. E quando começar a conspirar há-de ser com os do seu meio (Pinto 1977: 169).

Lopes Pires, sobre a discussão mantida, não tem dúvida em afirmar ter sido “através dos milicianos, oriundos das crises académicas de 1962 e 1969” (Pires 2012: 26), que os militares foram formando uma correcta consciência política, pois “a quase totalidade não era possuidora de qualquer formação nesse campo” (Pires 2012: 26).

Por último, vejamos como Moura Calheiros aponta o problema. As suas dúvidas e interrogações são alicerçadas nas acções e convicções dos movimentos estudantis, a que assistiu, e cujos protagonistas seriam os futuros quadros milicianos das Forças Armadas. Esta observação fá-lo vacilar sobre a possibilidade de dar continuidade à guerra e de a ganhar.

Seriam aqueles meus colegas da Universidade os futuros Comandantes dos Pelotões e até das Companhias que eu iria encontrar no Ultramar? Não me parecia possível. Mas se não fossem eles, quem seriam?

Em boa verdade, naquele tempo e acerca daquela guerra, eu era um homem dividido.

Por um lado, estava já descrente no seu sucesso.

Mas o facto essencial para a minha descrença assentava na desmotivação que sentia crescer na população de todo o país e, mais ainda, na dinâmica dos movimentos estudantis contra a situação política e contra a guerra (Calheiros 2010: 122-123).

ii. Constatam-se opiniões diversas pelo que é pouco assertivo concluir do grau de influência em análise.

O facto é que da amostra do QC conclui-se haver uma acção significativa de *Capitães do Fim* na luta anti-guerra, na Metrópole e no Ultramar, fundamentalmente na fase última da descolonização¹⁰⁰, tendo doze deles participado activamente no 25 de Abril. Destes apresentam-se três casos significativos:

O Cap. 4 orgulha-se “de ter sido elemento determinante na neutralização” da sua unidade, “considerada IN na Ordem de Operações do MFA”. As suas ligações ao movimento, afirma o Capitão, “datam do C.C.C. em Mafra em Novembro de 1973”.

O Cap. 91 cooperou no 25 de Abril e narrou, de forma sintética, a sua colaboração:

Acampados na serra de Sta. Luzia, em Viana do Castelo, fomos acordados a meio da noite de 24 para 25 de Abril pelo Capitão de Operações (envolvido no MFA) e levados a uma reunião com o Major que nos colocou a par da situação pedindo a nossa colaboração. A minha Companhia ficou em Viana do Castelo, em patrulha pela cidade e apoiando o desarmamento dos agentes da Pide/DGS que estavam na fronteira de Valença. Passados dois ou três dias fomos para o Porto. Tomámos conta do aeroporto de Pedras Rubras em regime de rotação com outras Companhias.

O Cap. 96 participou activamente no movimento do 25 de Abril,

...na noite de 24 para 25, no comando de duas Companhias com alvos bem determinados: Antenas da Rádio Club Português e Ponte de Vila Franca de Xira. Manteve reuniões com

¹⁰⁰ Veja-se Anexo III - Documentos.

elementos do MFA (Otelo Saraiva de Carvalho e Ferreira de Sousa) e participou na organização de um Movimento de Milicianos muito vasto.

8.3. Os Capitães QP: estudo sintético, mas comparativo, do seu percurso formativo

8.3.1. Academia Militar: a sua escola

i. Poder-se-á dizer que, durante os treze anos de guerra, houve vários tipos de Capitães: os do QP oriundos da Academia Militar, os Capitães do QP oriundos de milicianos, os Capitães milicianos que temporariamente se profissionalizaram, os Capitães com CPC (Curso Para Capitães), Capitães com CCC (Curso de Comandantes de Companhia) e Capitães graduados em campanha. Faça-se, pois, um breve estudo comparativo sobre as suas formações, incidindo, fundamentalmente, na formação dos Quadros Permanentes da Arma de Infantaria e nos *Capitães do Fim*.

ii. A Academia Militar, criada pelos Decretos-Lei nº 42.151 e nº 42.152 de 12 de Fevereiro de 1959, em substituição da Escola do Exército, era, em 1960 nos primórdios da Guerra do Ultramar, um estabelecimento de ensino superior destinado a formar oficiais para os QP do Exército e da Força Aérea. A sua missão, “a par da conveniente cultura geral e técnico-científica”¹⁰¹, era inculcar nos alunos “uma sólida educação moral, física e militar, visando em particular o sentido do dever, da honra e da lealdade, o hábito da ordem e da disciplina. Eram preparados como condutores de homens, a quem há-de caber em todas as circunstâncias a honrosa missão de defesa da Pátria”¹⁰².

O começo da Guerra do Ultramar veio inserir, de imediato, alterações substantivas na organização curricular e duração do curso de Infantaria. A Portaria nº 19.444, de 17 de Outubro de 1962, preceituou para esses cursos, iniciados na Academia Militar em 1958-1959, a redução do quarto ano a um trimestre e, por esse facto, tal curso ficou conhecido pelo «curso do 4º ano reduzido». Os cursos iniciados em 1959-1960 e de 1960-1961 foram constrangidos a uma nova reconversão, com o intento de continuar a acudir à guerra. Assim, foram abreviados para três anos, por despacho ministerial, a 3 de Março de 1962. A estrutura curricular veio a comportar abalos significativos, com a supressão de disciplinas de índole social, como Introdução às Ciências Sociais, Psicologia e Pedagogia e Arte de Comandar, e um “abaixamento do nível de educação física e da instrução e educação militar dos alunos” (Borges 2010:33). Os cursos ministrados em “1961/1962 e 1962/1963 continuaram a ter três anos de

¹⁰¹ Veja-se Anuário da Academia Militar (1960-1961: 26).

¹⁰² *Ibidem*.

duração, mas a partir do ano lectivo de 1963/1964 (os cursos) passaram novamente a ter a duração de três anos e um trimestre” (Borges 2010: 34).

Este empreendimento curricular veio a sofrer outro revés quando se abre uma nova frente de combate em Moçambique e os quadros intermédios começam, ameaçadoramente, a escassear para suportar três frentes de combate. A Portaria 21.373 de 3 de Julho de 1965 determinou nova redução na duração dos cursos de Infantaria.

Assim, determinava-se que aos alunos desses cursos, com o 2º período do 3º ano terminado em Junho de 1965, fossem encurtados os períodos de visitas e missões, bem como o de exames e de férias de Verão; também o tirocínio complementar na EPI, com início em meados de Julho, seria reduzido a seis meses de duração. Os alunos que terminassem o 2º ano no ano lectivo de 1964-65 deveriam iniciar o 3º ano logo em meados de Julho de 1965, e passarem ao tirocínio em fins de Março de 1966. No ano de 1967 cessaria a aplicação desta portaria, voltando os cursos de três anos (cf. Borges 2010: 34).

iii. Entre 1960 e 1974 os modelos curriculares dos cursos da Academia Militar, da área de Infantaria, estruturavam-se em redor de três componentes distintas e declaradamente definidas.

A vertente científica incluía a formação científica de base e a formação científica técnico-militar, esta mais aposta à proficiência de cada uma das armas ou serviços. A componente científica de base centrava-se nas matemáticas, no desenho, na física e na química e foi considerada primordial para o curso, pelo que não sofreu alterações indicativas ao longo do período em análise. Era uma dimensão considerada, na opinião de Vieira Borges, “estrutural e intocável, independentemente das maiores ou menores reduções dos cursos” (2010: 37). No seu conjunto, teve uma carga horária que variou entre trinta e nove e trinta e quatro horas semanais.

A componente militar viu aumentada a sua dimensão lectiva, ainda que ligeiramente, ao longo dos anos em apreço. Em qualquer Anuário da Academia Militar poder-se-á constatar que incluía a Formação Militar Geral, constituída pela Instrução Militar Geral (IMG), a Instrução do Corpo de Alunos (ICA) e as Instruções de Tiro (ITI), a Educação Física (com ginástica e desportos como equitação, esgrima e luta, destinada a desenvolver a rusticidade e o desembaraço físico), e a formação

comportamental (ligada ao carácter, sentido do dever da honra e da disciplina, e construída em regime de internato abrangendo todas as actividades dos alunos).

Havia também a exercitação militar, normalmente no campo militar de Santa Margarida, realizada durante os meses de Agosto e Setembro e por um período de cerca de um mês. Esta componente experimental pretendia “desenvolver capacidades ligadas à familiarização com os problemas operacionais” (Borges 2010:38). Inicialmente a ênfase era dada à guerra convencional, mas foi-se evoluindo para a guerra de guerrilha, com professores e instrutores já experientes na guerra em comissões feitas no Ultramar, “a partir do final dos anos sessenta”, como afirma Vieira Borges (2010:38).

Segundo este militar, “apesar do poder discricionário de alguns instrutores, a componente militar só começou efectivamente a introduzir os ensinamentos da guerra subversiva com os novos instrutores já experientes da Guerra, nomeadamente depois dos anos 1966/67 e, muito especialmente, depois de 1970/71” (Borges 2010).

A componente cultural, segundo o mesmo autor, estava centrada nas chamadas actividades circum-escolares.

Por último aborde-se o tirocínio que, surpreendentemente, diversificou entre três e nove meses. Apresentava-se como um período crucial de formação, em que se fundia a teoria com a prática, de forma a aprontar o oficial para a execução das funções de subalterno. Era um período onde também se exercitavam práticas de comando e liderança, fulcrais para quem queria abraçar a carreira das armas (cf. Borges 2010: 39).

iv. A 3 de Novembro de 1970, ano inicial dos cursos dos *Capitães do Fim*, como se tem vindo a referir, foi aprovado o Decreto-Lei 516/70 de 3 de Novembro, considerado, pelo governo de então, o remédio milagroso para fazer regressar a juventude à Academia Militar e à carreira das armas, tentando desta forma suprir a falta de Capitães que já haviam atingido o grau de exaustão. Na tabela abaixo representada apresentam-se alguns dos artigos mais apelativos introduzidos por este normativo.

Artigos do Decreto-Lei n.º 516/70 de 3 de Novembro	Conteúdos Mais Significativos
Artigo 5º	Os cursos de infantaria têm a duração de quatro anos, seguidos de tirocínio. Enquanto se verificarem as exigências que as actuais circunstâncias impõem, a duração deste curso é reduzida a três anos, seguidos do tirocínio, mantendo-se, porém, o mesmo nível de preparação dos futuros oficiais por uma adequada

	intensificação da instrução.
Artigo 8º	O 1º ano pode ser frequentado em regime de externato em qualquer Universidade, sendo os 2º e 3º anos, obrigatoriamente em regime de internato na Academia Militar.
Artigo 38º	São condições de admissão ao concurso para a matrícula no 2º ano, terem menos de 23 anos em 1 de Janeiro do ano de admissão e possuírem as seguintes cadeiras universitárias: Matemáticas Gerais, Física Geral, Geometria Descritiva e Elementos de Geometria Projectiva. Os oficiais milicianos que tenham revelado salientes qualidades de carácter e de aprumo moral, e sejam possuidores de informações relevantes dos seus superiores podem ingressar no 2º ano desde que tenham menos de 28 anos em 1 de Janeiro do ano de admissão e sejam possuidores das cadeiras universitárias atrás mencionadas.
Artigos 56º e 57º	Os alunos da Academia Militar estão isentos do pagamento de propinas e inscrições e recebem o vencimento correspondente ao seu posto no quadro permanente do exército. Os alunos oficiais do quadro permanente são abonados dos vencimentos e gratificações correspondentes aos seus postos.
Artigo 58º	Os Cadetes em regime de internato têm direito a alimentação, alojamento, fardamento e publicações necessárias ao ensino por conta do Estado. Os Aspirantes a oficiais-alunos e Alferes-alunos têm direito a fardamento por Conta do Estado e descontam nos seus vencimentos, em cada mês, a importância correspondente às despesas com alimentação, alojamento e publicações necessárias ao ensino.
Artigo 61º	Para efeitos de hierarquia militar e de vencimentos são Cadetes quando frequentam o 1º ano dos cursos de infantaria, Aspirantes a oficiais-alunos quando em regime de internato na Academia Militar frequentam os 2º e 3º anos, Alferes-alunos durante a frequência do ano do tirocínio; os alunos admitidos como oficiais milicianos têm as patentes que lhes cabem nos quadros de complemento.

Tabela nº 13 – Os artigos mais apelativos do Decreto-Lei 516/70

Fonte: Decreto-Lei nº 516/70.

O mesmo normativo especifica o respectivo plano de estudos¹⁰³, que a tabela nº 14 resume, onde estão incluídas as componentes científica, militar e cultural, ministradas no âmbito de um serviço interno. Este começava a partir do toque de alvorada, às sete horas, e terminava com o toque de silêncio, às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. Estavam incluídos seis tempos de instrução diária, exclusive o sábado durante a manhã com quatro tempos de instrução e de estudo. O corpo docente da Academia Militar era “bastante competente, empenhado e exigente”. (Borges 2010: 43). No entanto, segundo o mesmo autor, a Guerra do Ultramar “mobilizava os professores reduzia a qualidade de ensino e dificultava a sua gestão”¹⁰⁴ (2010: 43).

¹⁰³ O Decreto-lei 516/70 de 3 de Novembro de 1970, que apresenta alterações aos Decretos-Lei nº 42151 e 42152 de Fevereiro de 1959, foi introduzido a partir do ano lectivo de 1970/71. O primeiro curso que o aplicou foi o Curso Neutel de Abreu, como consta do Anuário da Academia Militar 1970-1971.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

Tabela nº 14 – Plano curricular do curso Neutel de Abreu – AM

Plano do Curso Neutel de Abreu	Cadeiras e Componente Militar
1º Ano Comum (34 horas por semana)	I 1ª Matemáticas Gerais 2ª Física Geral 4ª Geometria Descritiva e Elementos de Geometria Projectiva II Cursos e Conferências III Instrução Militar (IMG e ICA) IV Educação Física (Ginástica e Desportos)
2º Ano Infantaria (34 horas por semana)	I 11ª Elementos de Química e Explosivos (Semestral) 21ª Deontologia Militar (Semestral) 23ª Topografia Geral 24ª História e Geografia Militares 27ª Organização Militar, Tática Geral, Logística e Elementos de Estratégia 46ª Motores e Material Automóvel (Semestral) 48ª Teoria Geral de Contabilidade (Semestral) II Cursos e Conferências (Línguas: inglês, francês e alemão; hipologia) III Instrução Militar (IMG e ICA) IV Educação Física (Ginástica e Desportos, Equitação)
3º Ano de Infantaria (34 horas por semana)	I 11ª Elementos de Química e Explosivos (Semestral) 22ª Higiene Militar (Semestral) 25ª Estudos Ultramarinos 28ª Organização, Tática e Serviços de Infantaria 36ª Organização do Terreno. Vias de Comunicação e Destruições (Semestral) 37ª Transmissões e Elementos Electrónica 42ª Armamento Viaturas Blindadas e Tiro II Cursos e Conferências (Línguas: inglês, francês e alemão; criptologia) III Instrução Militar (ITI e ICA) IV Educação Física (Ginástica e Desportos, Esgrima e Luta)

Fonte: Decreto-Lei 516/70.

Para além das significativas mudanças insertas, foi também a partir desse curso que se entranharam alterações de monta nos programas com o objectivo de aproximar a formação da realidade vivida na Guerra do Ultramar.

v. Nos programas das cadeiras da AM entrou tarde a guerra subversiva.

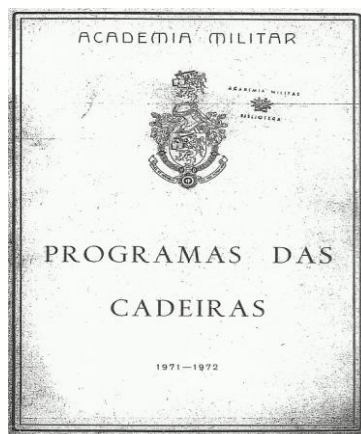


Figura nº 11 – Programas das cadeiras – Academia Militar

Fonte: Fundos da Academia Militar.

No ano lectivo de 1971-1972 pode constatar-se¹⁰⁵ que no programa da 27ª cadeira – Organização Militar, Tática Geral, Logística e Elementos de Estratégia – na sua segunda parte, designada Tática Geral, no capítulo XIV, faz-se referência à guerra subversiva¹⁰⁶. Na mesma 27ª cadeira, e no programa destinado ao 2º ano dos cursos de Infantaria, podem inventariar-se diversos conteúdos importantes para a guerra do Ultramar, inclusive no que se refere à organização das unidades do Ultramar¹⁰⁷. O programa da 28ª cadeira – Organização Tática e Serviços de Infantaria – na sua parte VI é dedicado, de forma intensiva, às operações de contra-guerrilha¹⁰⁸. Ainda no programa da 28ª cadeira e na sua estrutura prática ITI (Instrução Tática de Infantaria), bem como nos seus trabalhos de aplicação, estão configurados um conjunto alargado de treinos e exercícios muito consentâneos com a Guerra do Ultramar. Tais situações podem confirmar-se analisando as ordens de operações¹⁰⁹, os Exercícios de Fogos Reais (Técnicos)¹¹⁰, os Exercícios Táticos de Contra-Guerrilha (Demonstrações)¹¹¹ e as fichas de instrução (ITI)¹¹².

8.3.2. Análise à qualidade destes cursos da AM, dos seus frequentadores e da sua celeridade

É controversa a análise da qualidade destes cursos, dos seus frequentadores e da sua celeridade.

¹⁰⁵ Arquivo da Academia Militar, 29.698-86-d.

¹⁰⁶ Arquivo da Academia Militar, GE/27ª CAD. (71.72), 5-6.

¹⁰⁷ Arquivo da Academia Militar, GE/27ª CAD. (71.72), 1.

¹⁰⁸ Arquivo da Academia Militar, GE/28ª CAD. (71.72), 12-17.

¹⁰⁹ Por exemplo a nº 10. Anuário da Academia Militar (1972-1973: 157, 160).

¹¹⁰ Anuário da Academia Militar (1972-1973: 161).

¹¹¹ Anuário da Academia Militar (1972-1973: 162).

¹¹² Anuário da Academia Militar (1972-1973: 165, 176).

i. Em pesquisas efectuadas no Arquivo Histórico Militar encontrou-se um documento de classificação reservada, designado *As causas da actual situação-2ª parte*, datado de 1972, que faz algumas considerações ligadas ao processo formativo dos QP. Relativamente à cultura geral, considerada “baixa cultura geral”, diz o relatório no seu ponto cinco:

a) Os candidatos à Academia Militar são de algum tempo a esta parte, de inteligência não muito grande e de cultura geral bastante precária e os efeitos de tais deficiências começam já a fazer-se sentir nos postos de Capitão e de Major. Temos de reconhecer - embora nos custe muito ter de o dizer - que presentemente, e com raras excepções, só concorrem à academia militar os jovens que não têm qualidade ou de todo em todo não têm possibilidades económicas para prosseguir em estudos universitários. Parece, salvo melhor opinião, não ser esse o bom caminho, já que é preferível, para o bom nome da instituição, ter pouco mas bom em lugar de muito mas mau!

b) Como consequência do que se acaba de dizer, acontece já hoje que alguns Capitães, e mesmo Majores, são motivo de apreciações pouco lisonjeiras por parte de oficiais do QC - muitos destes de nível cultural e intelectual muito mais elevado.

Sentindo a sua inferioridade, aqueles oficiais do QP procuram manter o prestígio à custa de uma disciplina que já fez a sua época!

Daí alguns desses Capitães e Majores serem conhecidos entre os milicianos pela designação um pouco pejorativa de «CHICOS»!

Ainda no aspecto de cultura - que tem naturalmente reflexo no prestígio da Instituição - podemos acrescentar que os alunos das Universidades não consideram os oficiais do QP dos últimos cursos como possuindo um curso universitário, argumentando que estes nunca frequentaram as Universidades.

São tudo, é certo, problemas de pouca monta, mas são suficientes para corroer, pouco a pouco, o prestígio do Exército além de nos obrigarem a pensar o que serão os Comandos daqui a 10 ou 15 anos!¹¹³

O documento em apreço leva à desconfiança de que se estariam a formar oficiais militaristas¹¹⁴ e “de inteligência não muito grande e de cultura geral bastante precária”.

Por outro lado o documento desenha um perfil que, em certa medida, dá razão a Nogueira Pinto quando este afirma:

...vêm quase todos das famílias camponesas, modestos agricultores medianamente providos, para os quais as despesas da Academia eram acessíveis e para cuja mentalidade o prestígio do oficialato se mantinha como aspiração retardada, porque desde sempre reservada aos filhos dos grandes senhores (Pinto 1976: 95).

Nogueira Pinto também põe em causa o problema da sua vocação e interesse “pela arte militar” ao acrescentar:

...muitos dos que a procuravam não tinham qualquer espécie de vocação ou interesse pela arte militar, mas apenas eram movidos pela necessidade ou pelas aspirações de promoção social que ela proporcionava. Tanto poderiam ter ido para militares como para amanuenses ou artistas de circo. O que procuravam era uma carreira. Que, sem haver guerra, não era das piores, com a vida de guarnição, uma gradual mas certa promoção profissional, os descontos, a reforma. Esta característica será, como veremos mais adiante, muito importante para o entendimento das raízes do 25 de Abril, onde vamos encontrar também uma série de falhados e ressentidos, especialmente à medida que o movimento vai avançando e se radicaliza, deixando vir à

¹¹³ Leia-se página 44 do documento.

¹¹⁴ Sobre o assunto leia-se Correia (1988: 23-37).

superfície uma série de frustrações que terão expressão «ideológica» no marxismo folclórico do M. F. A (Pinto 1976: 96).

O Major General Abílio Afonso¹¹⁵, no seu depoimento feito em 20 de Novembro de 2012, contraria o conteúdo do documento e a dada altura, afirma:

...devo dizer que não concordo com o juízo de valor sobre os quadros oriundos da Academia Militar da época. De facto um número razoável de cursos teve formação acelerada, mas as matérias reduzidas não eram as relacionadas com o tipo de confronto em que estávamos envolvidos; ao contrário, estas passaram a ter notável desenvolvimento. Também os efectivos que entravam na Academia preenchiam as vagas existentes. Admito que pudesse haver um menor grau de exigência nas provas de selecção [Q5].

ii. Um dos depoentes do QP da investigação¹¹⁶ foi o Coronel Aniceto Afonso¹¹⁷, Coronel do Exército, que foi Capitão em teatros de guerra, um membro destacado do 25 de Abril e do MFA, historiador e escritor conceituado sobre assuntos militares.

O Coronel começa por fazer as primeiras considerações, julgadas por ele de relevante interesse, sobre aquilo que apelida de “formação de base”:

Embora os estudos da ameaça, e os conceitos estratégicos de uso das forças armadas, tivessem sofrido uma enorme evolução, nos anos finais da década de 50 do século XX, em face da previsão de uma luta de guerrilhas, nos principais territórios administrados por Portugal em África, a verdade é que a formação dos quadros permanentes do Exército não esteve sujeita à mesma evolução. A mudança não foi considerada suficiente, para alterar um padrão de formação que resultava dos ensinamentos da II Guerra Mundial e da entrada de Portugal na NATO.

A mudança de paradigma foi acontecendo ao longo da primeira metade da década de 60, face ao aumento da ameaça da guerra de guerrilhas, utilizada pelos movimentos emancipalistas, que foram abrindo frentes de combate naqueles territórios – Angola em 1961, Guiné em 1963, e Moçambique em 1964.

Mas a formação dos quadros permanentes, apesar das novas prioridades militares, continuou sem alterações de fundo, mantendo o essencial que vinha de trás. O objectivo das escolas profissionais militares era, e continuava a ser, o de formar quadros para um conflito clássico [Q1].

Aniceto Afonso arremata este seu primeiro ponto, fazendo ainda outras constatações:

Toda a formação específica, que foi sendo ministrada aos quadros permanentes, à medida que se tornou inevitável a sua mobilização para os teatros africanos, acabou por se processar em períodos complementares, que chegou a estender-se a uma parte importante dos tirocínios nas Escolas Práticas.

Ora esta formação, beneficiando embora da anterior preparação militar desses quadros, foi baseada exactamente nos regulamentos, e manuais de formação, dos quadros de complemento (milicianos) que frequentavam as mesmas escolas nos seus respectivos cursos [Q1].

O Coronel vai agora permitir-se fazer uma análise respeitante à formação específica para a “guerra subversiva”, dos QP e OM. Afirmo o depoente:

Pode dizer-se por isso que, no que respeita à formação específica para a “guerra subversiva”, os quadros permanentes e os quadros de complemento vieram a ter uma preparação bastante

¹¹⁵ Veja-se (Ap I. 5).

¹¹⁶ Veja-se (Ap I. 1).

¹¹⁷ Depoimento enviado em 5 de Dezembro de 2010, via correio electrónico.

semelhante, o que lhes permitiu desempenhar funções de responsabilidade semelhante e com resultados comparáveis. Deverá excluir-se desta conclusão o uso técnico de certo tipo de materiais, funções ligadas às unidades de artilharia (baterias) e cavalaria (esquadrões e polícia militar), bem como cargos de maior hierarquia de planeamento e coordenação (estado-maior). Contudo, naquilo que constitui o âmbito desta análise (Comandantes de Companhia, em unidades de caçadores) não pode deixar de se considerar bastante aproximada a preparação dos militares de ambos os quadros [Q1].

Aniceto Afonso pronuncia-se, ainda, sobre a diferença prática no comando de Companhias, por oficiais do quadro permanente ou do quadro de complemento.

Na minha opinião, e do contacto que fui tendo ao longo da minha carreira militar, não foi notória nenhuma diferença prática no comando de Companhias, por oficiais do quadro permanente ou do quadro de complemento. Poderá argumentar-se que os primeiros tinham obrigação de demonstrar maior grau de profissionalismo e de disponibilidade. Sendo um facto, nem sempre assim ocorreu. Muitos oficiais milicianos assumiram as suas funções com um elevado grau de competência e de vontade de cumprir. No caso concreto do Batalhão em que estive integrado em Angola, nunca o Capitão miliciano, Comandante de uma das Companhias, foi considerado diferente, excluído ou preterido para qualquer das missões que iam sendo atribuídas às Companhias. Antes pelo contrário, sempre participou, em igualdade de circunstâncias e com resultados semelhantes, nos planos operacionais do Batalhão [Q2].

Já na qualidade de historiador e estudioso conclui:

O meu conhecimento directo não me permite tirar outras conclusões, mas, do que vim depois a conhecer, através do estudo das campanhas da guerra colonial, nunca detectei que aos oficiais do quadro de complemento fosse atribuído, em conjunto ou especificamente, qualquer menor desempenho das suas funções. A documentação produzida pelos Comandos do Exército em campanha não reflecte qualquer problema específico [Q2].

iii. Todas as reflexões do historiador Aniceto Afonso tornam pertinentes as convicções dos Cap.4 e Cap.49, ditas em Memória Futura, (PXII) do QC.

O primeiro está convicto de que os *Capitães do Fim* “de um modo geral cumpriram a sua missão”. E depois apenas:

Conheci um Batalhão cuja 1ª Companhia era comandada por um Capitão do QP oriundo da Academia Militar e primeiro classificado do seu curso. Embora muito competente no aspecto militar, revelou-se um mau condutor de homens, em Teatro de Operações, e o comando do Batalhão não se coíbia de afirmar que um dos Comandantes de Companhia, oriundo do CCC, era o melhor Comandante de Companhia do Batalhão.

O segundo ao dizer-se um habitual leitor e analista das várias obras sobre a Guerra do Ultramar, reflecte sobre o conteúdo nelas expresso e verifica que “existe principalmente um ponto que deve ser firmemente denunciado como um perfeito embuste”. E acrescenta: “Normalmente diz-se que os Capitães milicianos e os CCC baixaram o nível da capacidade e competência operacional das Companhias. Ora, eu sei, por experiência, que tal não é verdade”. E continua a sua crítica:

Se, como em todos os sectores, há gente capaz e incompetente, os Capitães milicianos também terão os seus exemplos negativos, mas a maioria deu uma lição de capacidade, coragem, voluntariedade e consciência cívica que fará até envergonhar alguns Capitães e Majores e Tenentes-coronéis do quadro permanente. Eu próprio substituí, em Setembro de 1971, um

Capitão do quadro que em toda a comissão nunca saiu de Bajocunda, senão de avião ou numa coluna reforçada. Era publicamente insultado pelos soldados e nunca reagiu.

Mais esmiúça o Cap.49.

Havia de tudo. Depende do prisma. Podiam ter mais conhecimentos militares e administrativo-logísticos, mas se calhar também tinham menos conhecimentos políticos, menos conhecimentos de entendimento de como lidar com as populações, mais dificuldade em articular-se com coisas que estivessem fora das NEP'S. Tinham pouca capacidade de improvisação, porque é preciso pensar que o comando de Companhia de quadrícula não é só de uma força militar, é um comando também de área quase governamental: olhar pelas populações, olhar pelo aspecto sociológico das pessoas ali à volta, também pelos seus soldados, enquadrar aquilo tudo, ou seja, eles eram capazes de ter uma visão mais redutora que a nossa, porque a nossa formação universitária, cá fora, dava-nos outra preparação que eles não tinham. Conheci Capitães do QP excelentes, vários, um deles o meu Comandante de operações: leal e competente. Era um tipo extraordinário também. Conheci outros que eram uns incompetentes e uns desgraçados cobardolas, alguns foram para lá para sobreviver, não porque sentissem vocação, foram para lá quase funcionalmente ou porque as famílias faziam assim ou porque era uma maneira de ter um bom emprego [HV3; P12].

iv. Os cursos de Infantaria da AM, face à coacção da guerra e à falta de Capitães, foram-se tornando intensivos e acelerados. Podia formar-se um oficial do quadro “em dois anos de formação intensiva, mais o tirocínio” e podia ser-se Alferes “três anos após a admissão”, como afirma Vieira Borges (2010: 46). Progressivamente aumentou-se a importância da componente heróica na formação. Fez-se, a partir de 1970/1971, um esforço importante para aproximar e actualizar os programas à realidade da guerra, e releva-se o estágio que Alferes dos últimos cursos fizeram, durante cerca de um ano, nas Companhias operacionais do Ultramar.

Reflectindo finalmente sobre esta problemática, oferece acrescentar que os oficiais do QP possuíam a seu favor, já firmada à saída da Academia Militar, uma similitude de costumes e rituais.

Tornavam-se oficiais formadores e educadores dos futuros oficiais milicianos, sendo agentes reprodutores de uma afinidade de *habitus*, usando a expressão de Bourdieu (1996: 21-22), por, face aos demais, se diferenciarem nas relações de exterioração, ou seja, nas relações civil-militares.

8.4. Formação básica e especializada dos oficiais milicianos

8.4.1. Os COM: sua organização curricular

i. Os jovens que, ao serem alistados no Exército, frequentassem um curso superior ou já o possuísssem¹¹⁸, tinham como destino os cursos de oficiais milicianos das

¹¹⁸ Anos mais tarde era suficiente o 3º ciclo liceal ou equivalente. Posteriormente eram seleccionados do CSM 250 recrutas, por turno, para obviar a falta de futuros oficiais com habilitações adequadas. Em face da falta de concorrentes à AM, foi crescente a necessidade de oficiais milicianos, dando lugar à

diversas armas ou serviços. Estes seriam os futuros Alferes milicianos. Os COM estruturavam-se em dois ciclos, com a duração de onze semanas cada. O primeiro ciclo era ministrado na Escola Prática de Infantaria (EPI), em Mafra, e incluía a instrução básica indispensável a todas as Armas e Serviços. O 2º ciclo funcionava nas várias escolas práticas, ou em centros de instrução, de acordo com a especialidade do instruendo.

Até 1961 foi ministrado apenas um COM por ano mas, a partir daí, iniciou-se uma surpreendente ascensão nas necessidades de formação, já que entre 1966 e 1974 passaram a funcionar quatro turnos anuais. Formaram-se cerca de 2.000 a 2.600 oficiais milicianos por ano, o que acarretava um reforço de oficiais instrutores do QP nas escolas e centros, mas em particular na EPI. Em 1972 atingiu-se o número de 3201 Cadetes do COM, o que implicou o recrutamento, em número elevado, de oficiais milicianos para ministrarem a instrução, rompendo com uma tradição de sempre na EPI¹¹⁹.

O COM para atiradores, que interessa de sobremaneira, foi aprovado em 24 de Junho de 1970 pelo Vice-Chefe do EME. No 1º ciclo dos referidos cursos – e para um total de 450 horas de instrução distribuídas por onze semanas – havia dezoito horas destinadas à preparação psicológica. Nessas dezoito horas estavam incluídas duas horas para tratamento da missão do oficial do Quadro do Complemento (QC) no Exército, disciplina, camaradagem e espírito de corpo, e outras duas horas para enunciar, estudar e exemplificar as virtudes militares. Existia, no final do ciclo, uma semana de campo onde os instruendos tinham possibilidade de pôr no terreno, de uma forma integrada, as aprendizagens efectuadas ao longo do ciclo.

O primeiro volume do *Manual do oficial miliciano*¹²⁰ e o *Manual de educação cívica e militar*¹²¹ foram, durante muitos anos, as «sebentas» dos instruendos, para além de algumas publicações da EPI. Deste primeiro volume ressaltam conteúdos como “organização militar, táctica geral, serviço de campanha, ordem unida, instrução de

LSM/1968 que permitia como habilitação mínima para o CSM o 2º ciclo dos liceus, ou equivalente, (os que revelassem especial capacidade de chefia podiam passar para o 2º Ciclo do COM), e para o COM a habilitação mínima baixaria para o sétimo ano do liceu completo.

¹¹⁹ Veja-se números em 1º vol. de CECA (2008: 320).

¹²⁰ Produzido sob a égide do Estado-Maior do Exército, 1ª Repartição, 1957.

¹²¹ Publicado pelo Estado-Maior do Exército em 1955.

combate (instrução individual do combatente)¹²², tiro, organização do terreno, topografia, informações, transmissões, higiene, escrituração militar”.

No 2º ciclo, também com a duração de 450 horas, distribuídas por onze semanas, destinavam-se dezoito horas à preparação psicológica e existia uma semana de campo com os mesmos propósitos do ciclo anterior. Este ciclo era, para o atirador, o aprofundamento do ciclo anterior generalista, fundamentalmente, na instrução de combate, tiro, topografia e transmissões¹²³.

O Boletim Inquérito (confidencial, modelo 1341 SPEME) informava sobre a avaliação de um Cadete nos 1º e 2º ciclos, através das designadas “informações como instruendo” e provas físicas. Nas primeiras eram apreciadas certas características como “dedicação/interesse, sociabilidade, apresentação/aprumo, espírito de sacrifício, decisão e capacidade física, capacidade de comando, grau de conhecimento militares”. As provas físicas a realizar eram “peso cinco quilos, salto em comprimento, banco Havard (cinco metros), Burpee, cinquenta metros, 2000 metros, cem metros obstáculos, lona ou galho, passagem elevada, flexão de braços, extensão de pernas, extensão de braços, abdominais, paliçada, muro, vala, 10km marcha-corrida”. A classificação era de índole quantitativa e a obtida no final do 2º ciclo representava a antiguidade do oficial miliciano. Enquanto o primeiro ciclo era generalista e servia para todas as especialidades, o segundo ciclo, no caso em apreço de atirador de Infantaria, era muito mais rigoroso e aprofundado, e de observação mais cuidada. As bitolas classificativas eram mais elevadas nas provas físicas, armamento, tiro, orientação, actividades nocturnas e instrução individual do combatente. Tanto no 1º como no 2º ciclo, havia testes semanais para aferir o grau de conhecimentos militares adquiridos.

Formava-se assim um Alferes miliciano, Comandante de pelotão, ao fim de 900 horas, divididas por 22 semanas, com uma média de 41 horas semanais e 8 horas diárias de instrução, repartidas, em geral, por 5 dias por semana, podendo algumas ser nocturnas.

¹²² *Instrução de combate táctica e guerra subversiva* é um conjunto de fichas produzidas pela Direcção da Arma de Infantaria em 1971. Também importante para a instrução foi o guia *O Exército na guerra subversiva*, uma obra em cinco volumes, tendo o primeiro volume, *Generalidades*, sido editado em 1966, pela 3ª Repartição do Ministério do Exército.

¹²³ Durante muitos anos foi seguido o *Manual do oficial miliciano* (2º vol.) do Estado-Maior do Exército, Repartição de Instrução, 1967. Também as *Instruções provisórias para o combate da infantaria* do Ministério do Exército, 1966.

Como se pode constatar nos manuais de instrução, a realidade da guerra ultrapassou a formação, dado que a guerra subversiva só foi introduzida, de uma forma sistemática e organizada, nos manuais para formadores e formandos a partir de 1970 e com a reorganização do curso, tal como aconteceu na Academia Militar.

ii. Foi nestes cursos de COM que se plantou e colheu o alfobre dos *Capitães do Fim* e onde se passaram algumas situações paradigmáticas de resistência e desobediência à autoridade como a que se passa a descrever.

O Cap. 113 foi incorporado em Mafra no dia 11 de Janeiro de 1971.

Descreve o Capitão um episódio trágico ocorrido no desenrolar duma acção de formação militar¹²⁴.

Estaria Abril, particularmente chuvoso nesse ano, já na parte final, quando uma desgraça aconteceu na travessia da lagoa. O exercício não seria mais difícil do que por exemplo andar no pórtico, ainda hoje abomino essa palavra, ou saltar para o galho, mas as chuvas tornaram a lagoa num charco barrento que tornava a travessia mais difícil, sobretudo para os últimos elementos desse pelotão, pois a lama já revolvida, o ter de manter a G3 acima da cabeça e o peso da mochila, tudo isso provocava nos mais temerosos um receio a roçar o medo. Um Cadete atrapalha-se a meio da travessia, um camarada vai em seu auxílio e é puxado para o fundo, um terceiro volta para trás tentando socorrer os outros dois que, na sua aflição o arrastaram também para a morte. Penso que os corpos só foram encontrados por mergulhadores da Marinha. Mas a minha história não termina aqui e o que se passou a seguir constitui, na minha opinião, a maior homenagem que poderíamos prestar aos nossos camaradas mortos, nós Cadetes, simples soldados Cadetes, homens arrancados aos estudos, outros com os cursos já feitos, que de um momento para o outro passaram a ser números de uma máquina sem coração, não fomos Cadetes, fomos Homens. Com o refeitório cheio de algumas centenas de nós preparados para o almoço, em sentido obrigatório como era da praxe, recebemos a ordem talvez do oficial de dia: - SENTAR! Como fez barulho o silêncio que se seguiu! Ninguém, ninguém se mexeu! Impávidos, serenos, comovidos, com os olhos brilhantes, ninguém, ninguém obedeceu! Músculos retesados, firmes no nosso querer e na nossa razão, pêlos eriçados, ninguém, ninguém, nem os «engraxadores» hesitaram. Foi chamado o Comandante Maior. - SENTAR! Trovejou uma voz ainda mais potente, como se a estridência do grito fosse directamente proporcional ao número de riscos amarelos que o ombro suportava. Ninguém, ninguém cumpriu a ordem. - DESTROÇAR! E lá foram os Cadetes, olhando-se com respeito, olhos nos olhos. Não me apercebi de medo em nenhum rosto. O meu íntimo regozijava. Fomos para a sala nº 10, todos, sem excepção para uma reunião espontânea que foi interrompida quando recebemos ordem para ir de fim-de-semana. Seria quarta ou quinta, não me recordo, sei apenas que o rigor muitas vezes despropositado da revista às armas foi substituído pelo deixa andar. Era preciso mandar estes gajos fim-de-semana em passo de corrida. Como foi isto possível? Afinal... Era possível¹²⁵.

A partir deste dia a formação tomaria novos rumos.

8.4.2. Os formadores do COM

i. O Major-General Hugo Borges¹²⁶ foi inquirido¹²⁷ na qualidade de instrutor desses cursos, e as suas declarações aprofundam este desiderato, bem como outros

¹²⁴ Em Memória Futura, [PXII] do QC.

¹²⁵ Veja-se também apêndice (Ap II. 3).

¹²⁶ Resposta enviada por correio electrónico em 23 de Dezembro de 2010.

aspectos da formação no COM, inclusive a proposta que fez de alguns Cadetes para a pré-selecção da especialidade de Comandantes de Companhia. Declarou o Major-General Hugo Borges:

O Primeiro Curso com essa finalidade foi do Segundo Turno COM 1970. Esse COM foi ministrado pelos Oficiais do meu tirocínio de Infantaria, Artur de Paiva, e o desempenho como instrutores contava para efeitos de avaliação. Os instrutores desse Primeiro Ciclo (Segundo Turno COM 70) eram todos do QP; nenhum tinha experiência da Guerra. Quanto ao Segundo Ciclo do COM os instrutores foram Tenentes do QP (do curso anterior ao meu) mas também sem experiência do Ultramar [Q1].

E acrescenta ainda:

Atendendo a que fiz uma comissão no TO da Guiné como Comandante de pelotão de Bi-grupo e Comandante de Companhia operacional, como Tenente Pára-quedista, no Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N° 12 de 1972/74, posso assegurar que para a finalidade operacional no âmbito Técnico-Tático o programa estava bem estruturado e, se aplicado, satisfazia as necessidades.

Os *Capitães do Fim* com quem me cruzei na Guiné queixavam-se que eram incomodados pelas falhas administrativas, mas nada sob a componente operacional, onde se tinha investido na formação e que devia constituir vocação principal [Q7].

Pessoalmente do meu pelotão que tinha, se a memórias não me trai, mais de quarenta Cadetes, indigitei para avaliação psicotécnica onze, e da hierarquia que fiz para mim, de quatro não tinha qualquer dúvida, pese embora ainda tivéssemos muito pouco tempo, menos de 9 semanas.

Desses quatro sei que três foram; um não por ter ficado inapto por razões de saúde.

O que penso ter sido unanimemente privilegiado pelos instrutores, foi a Capacidade de Comando, Liderança, Ascendência, Espírito de missão, Desembaraço mental e físico [Q6].

ii. Outro entrevistado, também na qualidade de instrutor do 1º Ciclo, embora já miliciano fazendo uma grande ruptura com o passado onde todos os formadores eram do QP, foi Beja Santos¹²⁸. Começa por afirmar:

Era do quadro do complemento, era miliciano. Naquela época, e porque estava no terceiro ano de História, fiz um contrato até cinco anos. Eles davam a possibilidade de uma pessoa fazer um contrato até cinco anos em que era obrigatório estar um ano a dar instrução e quatro numa unidade. Lembro-me perfeitamente, como se fosse hoje, que todos os instrutores eram milicianos. O Comandante da Companhia é que era oficial de quadro [Q1].

Sobre os programas e auxiliares de instrução pouco acrescenta ao que já foi escrito, sendo no entanto de reter o seu posicionamento sobre os testes de avaliação:

Portanto o senhor tinha cadernos de tática, havia os manuais de contra guerrilha, que eram cinco livros adaptados de uma edição norte-americana e que as imagens, algumas delas coitadinhas estavam muito mal ataviadas. E, para além desses manuais, havia os livros que eram assim... lembra-se do *stencil*? Esses livros eram todos a *stencil*. Os programas de instrução estavam nos manuais de referência e o resto era prática, era educação física, era... Lembra-se do Vale Escuro, nós não tínhamos um curso sobre o Vale Escuro, nós tínhamos tática, como rastejar, como ver, como se camuflar, como endurecer, no fundo aquilo era uma prova de endurecimento. O resto eram uns dossiers que nós tínhamos sobre as armas e depois tínhamos os tais instrutores que vinham, uns até de Lisboa, dar aulas de acção psicológica [Q4].

A avaliação tinha três níveis. O primeiro era a parte física (ver se tinha aptidões para ser atirador ou não). Era a aptidão física em primeiro lugar – a isso era dado grande relevo – depois as notas, a aquisição de conhecimentos, os testes que se faziam, que eu aldrabava tudo, eu deixava toda a gente copiar ou ia dando as respostas. Traumatizava-me porque uma vez, quando era Cadete,

¹²⁷ Veja-se apêndice (Ap II. 6).

¹²⁸ Entrevista telefónica efectuada em 15 de Novembro de 2010, 21 horas e 45 minutos.

fiquei sem fim-de-semana, e como entendia que isso era uma completa injustiça, deixava toda a gente aldrabar [Q5].

Beja Santos apresenta agora os critérios que usou para indigitar Cadetes para a especialidade de Comandantes de Companhia:

Cada instruendo era notado em função de aptidões para a chefia. Como é que nós apurávamos? Através da ordem unida, como é que o soldado-Cadete se comportava perante a formatura, o tipo de comunicação que conduzia, no fundo isto tinha a ver com uma determinada maturidade para o comando. Mas ouça... nós dávamos, já não me recordo se eram dois ou três nomes por pelotão, de pessoas que eram inequivocamente pessoas que podiam vir a ser Capitães milicianos. Os escolhidos tinham perfil de gente amadurecida, um sentido de responsabilidade. Em primeiro lugar na parte física davam sinais de aptidão, davam sinais de aptidão para o comando, davam sinais de qualidade de comando [Q6].

Depois descreve práticas e formas de conduzir a instrução:

A minha preocupação era preparar as pessoas para a guerra, mas eu era brutal. Eu passei incólume sem levar um processo disciplinar, e eu fazia... eu tinha procedimentos que podiam levar a que o Comandante da unidade me dissesse: «o senhor é uma besta, é um brutamontes»... porque eu fazia o Vale Escuro com bala real e com granadas ofensivas. Aquilo era de estoirar, um barulho ensurdecedor, havia gente que se borrava. De facto eu fazia aquilo tudo em grande escala, em real. E depois puxava por eles. Eu expliquei-lhes o que era a guerra que eu tinha feito e portanto, o que é que se devia fazer: a mina, o não esmorecer, o estar sempre atento, o saber ler os sinais do terreno, o saber respeitar os soldados. Eu falava-lhes exactamente da minha situação, que foi uma situação muito específica; as pessoas olhavam para mim admiradas!... Eu comandeie só tropa africana [Q2].

Apesar dessa brutalidade nunca foi confrontado com actos de insubordinação:

Não vi motivos de insubordinação. Fiz duas recrutas, uma em Setenta e outra no primeiro trimestre de Setenta e Um. Não sei se fui adorado, julgo que não fiquei adorado. Havia gente, de certeza, que tinha uma imagem muito agressiva a meu respeito porque eu era severo. Eu era muito severo e, portanto, deve haver gente que deve ter hoje uma imagem muito desconfortável a meu respeito.

O que as pessoas lhe devem dizer, se já lhe chegou alguma informação a meu respeito, é que eu era muito responsável e muito exigente [Q7].

Conclui-se destas entrevistas, dadas por oficiais do quadro e milicianos, que durante a instrução do Primeiro Ciclo do COM foram observados Cadetes para serem propostos ao CEPE como possíveis *Capitães do Fim* pré-seleccionáveis. Adoptavam, como critérios de indigitação, a capacidade de comando, liderança, ascendência, espírito de missão, desembaraço mental e físico. Também os escolhidos tinham perfil de gente amadurecida e sentido de responsabilidade. Depois, na parte física davam sinais de aptidão.

Também se afirma que, no âmbito técnico-táctico, o programa do Primeiro Ciclo do COM estava bem estruturado e, se aplicado, satisfazia as necessidades. O problema estava na diferença existente entre a letra de lei e as práticas.

Ainda se deduz ter havido, abruptamente, uma invasão de instrutores milicianos com experiência de guerra, contrastando com os do QP que possuíam o *habitus* do

campo mas não experiência de Ultramar. Esta controversa miscelânea poderá ter condicionado a eficiência da formação nas incorporações de 1970 e seguintes. O entrevistado Beja Santos afirma mesmo “que as Forças Armadas se vão auto-decompondo por exaustão”.

Também fica claro que havia instrutores «brutais», sendo alguns milicianos.

8.4.3. Formação complementar

i. Dado o processo formativo inicial começar a manifestar deficiências graves, fundamentalmente ao nível operacional, foi introduzido um novo ciclo, designado IAO (Instrução de Aperfeiçoamento Operacional). Sobre o assunto diz Marcello Caetano: “A instrução operacional na Metrópole era má. Resolveu-se, em Conselho Superior de Defesa Nacional, ministrá-la nas províncias de destino, no próprio ambiente em que os homens deviam actuar, mas isso só pôde ser parcialmente executado na Guiné e em Angola” (Caetano 1974: 173).

O IAO foi uma das formas encontradas de tentar solucionar o problema. Tinha a duração de três semanas e era comumente dada nas unidades territoriais mobilizadoras. Muitas vezes o IAO foi encurtado, ou mesmo não existente, porque as infra-estruturas e zonas para o treino eram limitadas, e também porque havia que preparar o embarque, por vezes urgente. Marcelo Caetano elucida um pouco mais sobre o problema:

Nos relatórios dos Comandantes das regiões militares ultramarinas começaram a aparecer referências pouco abonatórias quanto ao grau de instrução operacional das unidades que iam chegando. Assim, algumas unidades passaram a ter uma fase de aclimação em África, sendo aí dada a segunda parte da IAO.

Alguns centros de instrução passaram a funcionar no Ultramar, em resposta ao crescente recrutamento que aí se verificava e como reconhecimento da necessidade de treinar no ambiente de combate. Mais importante ainda, esta evolução era indicativa do princípio de que sem um treino suficiente de contra-subversão para as tropas destacadas, o conflito iria durar mais tempo e seria mais difícil combater (Caetano 1974: 98).

Este treino operacional passou, mais tarde, a ter quatro semanas, sendo as primeiras e segundas semanas com instrução comum a todos os escalões (Oficiais, Sargentos e Praças) e constituído por tiro, educação física, armamento, higiene, primeiros socorros, acção psicológica, minas e armadilhas e outras especialidades. A terceira semana fazia-se a nível de grupo de combate com as seguintes vertentes fundamentais: deslocação para a zona de estacionamento, instalação e montagem de dispositivo, funcionamento do sistema de segurança, pontos sensíveis e postos militares, protecção de itinerários, colunas, patrulhas, nomadização, golpe de mão, emboscadas e

limpeza de povoação. A quarta semana era a nível de Companhia e compreendia deslocação para o estacionamento, instalação e montagem do dispositivo, funcionamento do sistema de segurança, patrulhas, limpeza de zona, limpeza de povoação, nomadização, golpe de mão, organização e segurança de coluna auto e regresso ao quartel com reacção ao inimigo.

ii. Para completa elucidação descreve-se um IAO ministrado na Guiné, no CMI (Centro Militar de Instrução) do Cumeré.

A primeira fase teve a duração de duas semanas e a instrução incidiu sobre armamento, educação física, tiro, higiene e primeiros socorros, acção psicológica, minas e armadilhas e especialidades. A instrução de condutores e mecânicos decorreu no CMI e esteve a cargo do CICA (Centro de Instrução de Condutores Auto). Outras especialidades houve em que os militares respectivos foram chamados a Bissau para frequentarem estágios directamente relacionados com essas especialidades. Paralelamente a esta instrução efectuaram-se várias palestras, visando especialmente os Sargentos e Oficiais da Companhia, onde foram focados diversos assuntos relativos a procedimentos operacionais, logísticos e administrativos, em vigor na Província.

A segunda fase teve também a duração de duas semanas, sendo a primeira destinada a instrução a nível de grupo de combate e a segunda a nível de Companhia. Esta instrução tinha como principal finalidade aperfeiçoar as técnicas individuais de todos os militares, pondo-os em contacto com situações próximas, o mais possível, de futuras situações de combate que iriam encontrar ao longo da comissão. A Companhia, para estes exercícios, foi instalada junto à estrada que ligava Nhacra ao Cumeré, onde foi levantado um acampamento tipo «bivaque». Esta foi a base para a realização dos diversos exercícios que se estenderam desde patrulhas e emboscadas, a golpes de mão e reacções a um inimigo figurado. Todos estes exercícios foram repetidos na segunda semana, mas agora a nível de dois grupos de combate e Companhia¹²⁹.

¹²⁹ cf. <http://jubas.do.sapo.pt#1> onde o IAO é descrito de forma minuciosa e útil à investigação [visto 05. 08. 2010].

8.5. Capitães em falta: formas de os formar e convocar

8.5.1. Ingresso no QP de oficiais milicianos

i. Também no respeitante à função Capitão do QP o problema agravava-se, de uma forma substancial, ano a ano, e á medida que decorria a guerra. Sobejava o recurso a oficiais milicianos. O governo autorizou que estes pudessem ingressar no QP, através de um curso especial, mais curto do que o curso normal, a efectuar na Academia Militar. Para assentir a tal curso eram obrigados a frequentar um estágio, a realizar em escolas práticas, com informação favorável, e ter permanecido, pelo menos, dois anos no Ultramar. Todos os restantes atributos seriam semelhantes aos exigidos aos Cadetes que ingressavam na Academia Militar. Começou a funcionar, em 1964-1965, o primeiro ano lectivo. Formaram-se no primeiro curso cinquenta e oito oficiais, no segundo que virá a terminar em 1969-1970 vinte e nove, e no terceiro terminando em 1972-1973 quinze.

Pelo Decreto-Lei nº 45.302 de 11 de Outubro de 1963 foi legitimada a criação de um outro curso especial para milicianos, com a duração de dois anos, mas com inserção imediata no segundo ano da A. M., destinado a aproveitar, para os QP do Exército, os oficiais milicianos distinguidos com altas condecorações no Ultramar: Ordem Militar da Torre e Espada, de Valor Militar, Cruz de Guerra e Serviços Distintos com Palma. Só dois oficiais foram admitidos em 1964. O Decreto-Lei 516 de 3 de Novembro de 1970 também previa o ingresso de milicianos, como já atrás foi descrito. Estes cursos foram experiências sem êxito, continuando a persistir grande dificuldade de recrutamento de oficiais milicianos para o QP.

ii. A segunda parte do documento reservado que se tem vindo a referir, consultado no Arquivo Histórico Militar datado de 1972 e intitulado *Causas da actual situação*, no seu ponto 6º explicita:

- a. Este curso foi criado pelo Decreto-Lei 45302 de 11 Out. 63 e destinava-se a aproveitar, para a carreira das armas, os oficiais do QC que revelem em campanha dotes de comando e chefia.
- b. Tal curso não tem tido concorrentes, o que se explica perfeitamente face aos poucos aliciantes que tem presentemente a carreira das armas e, particularmente, à antiguidade que é atribuída aos oficiais milicianos que concorrem à matrícula no curso.
Com efeito, e sem qualquer espécie de exagero, os oficiais do curso especial têm, ao entrar no QP, a mesma antiguidade que um futuro oficial que à data em que eles concorrem à Academia Militar estivesse frequentando o 5º ano do Liceu!
- c. Realmente o oficial do QC, para ingressar no QP por aquela via, tem, além de outros requisitos de fazer o curso de promoção a Capitão na EPI (com a duração de três meses); cumprir uma comissão no ultramar, à qual, se juntarmos o tempo necessário para a constituição da unidade e o IAO podemos atribuir a duração de dois anos e meio; frequentar o curso de 2 anos na AM., ou sejam, no total, cerca de cinco anos perdidos;
Convém não esquecer, ainda, que estes oficiais são sempre colocados à esquerda dos alunos da Academia Militar seus condiscípulos!

d. Face ao exposto parece desnecessário qualquer comentário¹³⁰.

iii. Em jeito de desespero, as autoridades militares, com o pleno acordo do governo de então, decidem a criação de um QEO (Quadro Especial de Oficiais), através do Decreto-Lei nº49.324 de 15 de Outubro de 1969, cujo recrutamento se fazia, tal como todos os outros, entre os oficiais do Exército do Quadro do Complemento (QC) das armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, que tivessem cumprido comissão de serviço no Ultramar e possuíssem “muito boas informações dos Comandos”, de acordo com tal normativo. A criação do QEO permitia, deste modo, a chegada à profissão militar de elementos que não se iniciavam num estabelecimento de ensino superior militar. Também este quadro não se tornou aliciante, como o demonstra o documento militar já referido:

Também não aparecem em número suficiente oficiais do QC a concorrer pois tal quadro parece não lhes dar quaisquer perspectivas. Concorrem unicamente os oficiais do QC que não têm outras possibilidades de singrar na vida civil e portanto de limitadas qualificações.

Além disso, consideram-se oficiais de 2ª escolha e já sabem que têm de fazer grande parte do seu serviço em campanha.

As próprias unidades fazem segregação dos oficiais em três grupos - QP, QEO e QC - e houve mesmo uma unidade - EPI - que fez saber que não via com bom grado a inclusão de oficiais do QEO no seu efectivo¹³¹.

Pode dar-se como exemplo destes oficiais do QEO, o de Eduardo Paulino que foi informante deste trabalho e respondeu desta forma a uma solicitação, como depoente:

Eu, porque fui Voluntário para nova Comissão no Ultramar, para poder ingressar no Quadro Especial de Oficiais, frequentei o Curso para Capitães que aconteceu em Mafra (EPI) em 1971, sob comando do então Major Pizarat Correia.

O fracasso de todas estas decisões governamentais, no sentido de aliciar milicianos a profissionalizarem-se suprimindo a falta de oficiais do QP, leva os decisores à publicação, em 13 de Julho de 1973, do Decreto-Lei nº 353, por motivos impreteríveis. Este normativo criaria um curso intensivo na AM destinado aos oficiais do QEO com o qual poderiam transitar para o QP. O curso em questão previa a frequência de dois semestres lectivos consecutivos, seguidos de um tirocínio de seis meses nas respectivas escolas práticas. Esta situação mostrava-se eivada de injustiças nas promoções, pois permitia ultrapassagens aos militares do QP na ordem dos dezassete cursos. Estava-se perante uma lei que introduzia desigualdades, no respeitante à duração e aos conteúdos de aprendizagem dos cursos e desacatava a antiguidade, um dos mais tradicionais e intocáveis critérios de progressão na carreira dos militares.

¹³⁰ Fundo 7/A, série 8 caixa 24, nº 23: 93-94.

¹³¹ Vejam-se páginas 93 e 94 do documento em citação.

Aquele normativo pretendia solucionar dois problemas: a falta de Capitães do QP e o apego e contentamento dos oficiais oriundos de milicianos. Nem uma coisa nem outra aconteceu.

Foi inaugurado um conflito de uma grande agressividade, entre os dois grupos de oficiais, que ficaram conhecidos por «Espúrios» e «Puros». Os «Puros», assim eram designados os oficiais oriundos de Cadetes da AM, conseguiram que o normativo fosse anulado em 21 de Dezembro de 1973, com a publicação do Decreto-Lei 685/73.

8.5.2. Os «Convocados»

i. Neste contexto, pleno de incidentes e insucessos, inicia-se a saga de outros milicianos. Por despacho do Ministro do Exército, de 9 de Novembro de 1965, veio a determinar-se o que abaixo se apresenta, sob um coro de contestações e desagradados. Tal pode ser constado ao ler as reclamações feitas pelos convocados arquivadas no Arquivo Histórico Militar, e pelos desaforos dos incorporados registados em livros escritos pelos próprios, através das redes sociais ou *blogs*, bem como em entrevista feita a Pezarat Correia, mais tarde um dos Directores do curso.

- a) Que sejam anualmente convocados os oficiais do QC necessários para cobrir um terço das necessidades de mobilização de Capitães das armas de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Administração Militar que estejam nas seguintes condições: tenham menos de 35 anos de idade, não tenham comissões no ultramar, pertençam aos COM de 1956/1957 e cursos mais recentes.
- b) Que após a convocação sejam mandados frequentar um curso de promoção a Capitão (ou equivalente). Sugere-se que o curso seja comum às armas de Inf, Art, Cav visando a preparação de Comandantes de Companhias de caçadores. Curso de 17 semanas a realizar duas vezes por ano na EPI, sendo convocados anualmente 120 oficiais. Os oficiais que não tiverem aproveitamento no curso são nomeados para uma comissão de serviço no Ultramar como subalternos.

É pois fundamentado nesta realidade que escreve Neves da Silva, ex-Capitão miliciano convocado:

Em Julho de 1970, cinco dezenas de cidadãos com idades compreendidas entre os 27 e os 35 anos e com formação académica superior foram convocados pelo Ministério do Exército para se apresentarem em Mafra, na Escola Prática de Infantaria. Todos eles tinham em comum as seguintes particularidades: haviam cumprido já o serviço militar obrigatório, estavam numa fase ascendente das suas carreiras profissionais e eram politicamente contestatários do regime. Sem qualquer prévia avaliação das suas capacidades de comando, a instituição militar ministrou-lhes em quatro meses a formação que considerou necessária para cada um deles, enquanto Comandante de Companhia, se responsabilizar em zonas de guerra pela vida de 165 homens. Na sua essência, foi o recurso a estes Capitães milicianos para colmatar a falta de oficiais do quadro no comando de Companhias, as unidades tácticas por excelência no combate anti-guerrilha, que esteve na génese do 25 de Abril (Silva 2007: 732).

Ferreira Neto foi convocado para um destes Cursos de Capitães Milicianos. Conta o seu caso:

Terminado o meu serviço militar obrigatório em 15 de Fevereiro de 1959, iniciei a minha vida profissional em Novembro. Com a vida estabilizada casei-me em 18 de Agosto de 1960. Entretanto, a 4 de Fevereiro de 1961, os movimentos separatistas nas nossas colónias iniciaram as suas actividades. Como tinha passado à disponibilidade, havia menos de um ano atrás, fiquei na expectativa de ser mobilizado para a guerra. Expectativa que continuou por muitos meses, com o adicional desconforto na minha vida. No entanto, com o passar dos meses esse estado foi-se desvanecendo, até porque, o número de cursos de oficiais milicianos era maior e por consequência a quantidade que se interpunha entre mim e uma possível mobilização tornava-se cada vez mais distante. A consequente probabilidade de ser alistado diminuía a olhos vistos para meu descanso e da restante família. Assim fui progredindo na minha vida profissional e melhoria de proventos do meu trabalho. Para minha surpresa, em Dezembro de 1966 fui convocado para me apresentar em Mafra, como Tenente, para frequentar o Curso de Capitães Milicianos, que se iniciaria em Janeiro do ano seguinte ¹³².

Jorge Picado também narra a sua história:

Apresentámo-nos na EPI em Mafra no dia 25 de Agosto pelas 8H(?), devidamente fardados como constava das normas. A esta distância, sem qualquer elemento de referência, nem sei quantos éramos, mas o sentimento que guardo sobre a disposição, o (des)interesse, a resistência manifestada à execução da preparação militar que nos era ministrada (analisado agora até me parece que era ou foi um contra-senso) e a quezilência para com os instrutores, posso afirmar que era maioritária. Devo confessar que na altura achava toda aquela conversa um tanto ou quanto estranha. Afinal estavam-nos a preparar para comandar soldados numa guerra ou para chefiar uma qualquer repartição administrativa (até uns mapas impressos numas folhas muito compridas me faziam lembrar os existentes nas Repartições de Finanças, que conhecia fruto do meu contacto por ter pertencido à Comissão de Avaliação dos Prédios Rústicos de Ílhavo). Não sei quantos Tenentes do QP nos ministravam outras matérias, incluindo as propriamente militares, desde a ordem unida, passando pela aplicação militar, tácticas, provas de campo, etc. Os últimos dias foram considerados como estágio complementar que constou dumas visitas a outras Forças com quem poderíamos ter de actuar, tais como: Fuzileiros, Força Aérea em Tancos e Operações Especiais em Lamego, onde terminámos no CIOE o estágio complementar do CPC no dia 20 DEZ, data em que garbosamente fomos promovidos automaticamente a Capitães! E era assim que em 118 dias (não úteis), se transformavam simples paisanos (a maioria, pelo menos, sem motivação e naqueles anos já não apoiantes de tal guerra) de 32-33 anos em “brilhantes” Capitães, que eram dados como aptos para comandar tropas numa guerra daquela natureza? Por isso, caros camaradas pergunto. Ainda se admiram de situações menos correctas de certos Comandantes de Companhia? Era assim que queriam ganhar a Guerra?¹³³

Um questionamento pertinente.

8.5.3. Duas opiniões antagónicas sobre «convocados»

O Coronel Vasco Lourenço em depoimento prestado ¹³⁴ diz que foi rendido na Guiné, em 1971, por um destes Capitães milicianos.

Ele pertenceu ao grupo de cidadãos que, tendo prestado o serviço militar, como Aspirante a oficial, no início da década de 1960, sem ter sido mobilizado, foi de novo chamado ao serviço, reincorporado e, depois de uma instrução, na EPI, de quatro meses, graduado em Capitão e mobilizado, como Comandante de uma C.Caç, para a guerra colonial.

Como já tive oportunidade de confessar publicamente, nunca vi ninguém com menos capacidade para essa função de comando!

E, está claro, que não lhe atribuo a ele, qualquer percentagem de responsabilidade. No seu caso pessoal, depois do serviço militar, ingressara na carreira diplomática, fora nomeado para uma comissão como cônsul em Belo Horizonte (Brasil) e, finda a mesma, regressara a Portugal. Fora então chamado a nova prestação do serviço militar e... Como então referi, eram autêntica «carne

¹³² Extrato retirado do *site* de Luís Graça & Camaradas da Guiné: Guiné 63/74.

¹³³ Excerto retirado do *site* de Luís Graça & Camaradas da Guiné: Guiné 63/74, <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.pt/>.

¹³⁴ Veja-se Apêndice (Ap I. 1).

para canhão» e eram bem o exemplo da degradação a que a continuação da guerra levava o Exército Português [Q1].

O Major-General Manuel Monge, também em depoimento prestado, tem uma ideia de grande apreço e até admiração por estes Capitães milicianos a quem eram exigidas, na sua opinião, as competências dum «velho e rodado» Capitão do QP, pois no comando da sua Companhia tinha as mesmas responsabilidades.

Gostaria de escrever umas linhas sobre outros Capitães milicianos, que surgiram antes dos CCC. Comecei a vê-los na minha terceira comissão em África (Guiné 1968/70). Eram mais velhos que os Capitães CCC, normalmente os mais classificados dos cursos, ou de especialidades, que haviam escapado à mobilização, anos antes, como Alferes milicianos. Eram nitidamente mais velhos e, alguns já licenciados e com experiência profissional (juizes, diplomatas, engenheiros...). Vários estiveram e combateram a meu lado. De alguns, guardo recordações muito estreitas, daquelas que só os perigos comuns alicerçam entre os homens.

Estes Capitães tinham uma preparação não muito diferente, ou sequer maior, que os Capitães CCC. Só os diferenciava a idade e experiência de vida e, naturalmente, o modo de selecção e preparação. Os CCC tinham, a seu favor, a juventude e a «escolha» que os distinguia [Q1].

O depoente ao esboçar, agora, considerações de ordem político-militar releva o papel de uns e outros:

Uns e outros tornaram possível prolongar, no tempo, uma guerra que os portugueses de armas na mão bem mereciam, e tudo fizeram para ser possível que os políticos a terminassem de outro modo. Tal não aconteceu. Mas os portugueses, que serviram como militares, especialmente os do contingente, já que os do QP estavam na sua profissão, cumpriram uma missão histórica, que poucos (raros) historiadores, nacionais e estrangeiros, entenderam. Mas isso são contas de um outro rosário... [Q1].

Missão histórica cumprida.

8.6. A última via do desespero de causa: a selecção de *Capitães do Fim*

8.6.1. A constatação da não existência de Capitães QP

i. Numa entrevista de Fernando Rosas a Carlos Fabião este afirma:

...não havia gente, não tinham oficiais como sabe e até fui eu que criei o sistema, criei os oficiais-proveta, os Capitães-proveta, como sabe, um grupo de rapazes que aparece. O Capitão é o posto mais importante na guerra subversiva, o mais desembaraçado de todos era retirado e era feito Capitão ¹³⁵.

É desta forma que Carlos Fabião apresenta os *Capitães do Fim* e com eles a enorme ruptura operada no Exército.

Na realidade, em 1971 e 1972 já não havia novos Capitães para render os que embarcaram em 1969, 1970 e 1971 (Silva 2010: 28). O gráfico seguinte é bem representativo da situação a que se chegou. Nele se reconhece que entre 1970 e 1973

¹³⁵ Esmeralda Serrano, Maria dos Anjos Pinheiro e Adelaide Marques. (Programa da Antena 2, gravado no dia 5 de Fevereiro de 1999). Transcrição: Irineu Batista. *Era uma vez um milénio em tempo de mudança a história do século XX 25 de Abril de 1974, vinte e cinco anos depois de hoje* <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Tc1350> [visto em 22.07.2010].

não existiam Capitães do QP para substituir em campanha outros oficiais da mesma estirpe.

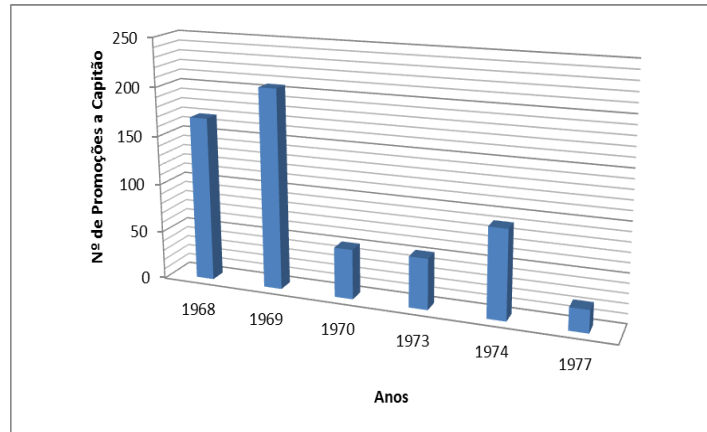


Figura nº 12 – Anos e número de promoções a Capitão

ii. Inicia-se a selecção e a formação dos *Capitães do Fim*, um processo impregnado de originalidade, porventura em desespero de causa, no âmago de um Exército incapaz de produzir as suas elites profissionais. Jovens arrancados aos seus estudos, às suas profissões, ao designado meio civil, iniciaram, os primeiros a partir de 6 Abril de 1970, um período de vida militar que se prolongaria, para os últimos, pelo ano de 1975¹³⁶.

E como esta solução de convocação de emergência ainda não resolvesse a falta de Capitães, muitas vezes solucionava-se «desenrascando», na boa palavra militar. António Ferraz, Presidente da Direcção da Associação Nacional de Combatentes do Ultramar, em *e-mail* enviado a 25 de Fevereiro de 2011, diz o seguinte:

Não fiz o CCC. Ao fim de quatro meses de Alferes em Macomia (Cabo Delgado) fui graduado, ainda com 21 anos, a Capitão miliciano e passei a comandar durante o resto da comissão (22 meses) a 2ª CCAç/BCaç. 20 no Quiterajo, junto à foz do Rio Messalo (Cabo Delgado). A minha especialidade era operações especiais e fui ferido em combate. Informo-o que em Moçambique a par dos Capitães milicianos que fizeram o CCC, muitos Alferes foram graduados como eu. Já não havia tempo para preparar. Escolhiam-se alguns para ocupar as faltas... E que se desenrascassem.

¹³⁶ Nas andanças do Século XIX e XX, já o então ilustre General Gomes Freire de Andrade condenava o carácter “violento, penoso e odioso da obrigação militar, que transforma cidadãos livres em escravos”. Veja-se textos de apoio produzidos pelo Tenente General Vieira Belchior na Universidade Lusíada, em 1999, para tratamento do tema *Recrutamento e mobilização militares*. Leia-se também *Reflecções sobre o systema económico do Exercito* da autoria do Marechal de Campo Marquez de Alorna, [por ordem de S.A.R. o Príncipe Regente Meu Senhor, Livraria Ferin, Lisboa 1902: 9-10.] que é um documento histórico de bastante valia. Nele se apresentam “as dificuldades de recrutamento e o odioso que atinge a organização militar”. Refere “as infinitas violências, que vexam, que fazem odioso o Serviço, que produzem deserção, e muitos outros inconvenientes”. Apresentam-se alternativas para “convidar os Povos a preencher o Exército sem a repugnância, que presentemente se observa, e sem aquele ar de cativo, que faz tanta impressão”.

Casos limite numa guerra já desesperada.

8.6.2. A selecção dos *Capitães do Fim*

i. A selecção dos *Capitães do Fim* iniciava-se, no primeiro ciclo do COM, com o preenchimento de uma Ficha de Requisitos¹³⁷ elaborada pelo CEPE. Todos os soldados-Cadetes, que estavam na disposição de se oferecer como voluntários para a função, deviam postar uma resposta afirmativa na a) da pergunta 61 do designado Boletim Inquérito, considerado confidencial, pelo CEPE Psicotécnicos¹³⁸. Este oferecimento seria oficializado, posteriormente, através do preenchimento e assinatura de um documento de compromisso. No entanto, outros requisitos de selecção decorriam ao longo do primeiro ciclo do COM, como alguns dos já abordados anteriormente nos depoimentos dos instrutores.

O Ministério do Exército, através do Estado-Maior do Exército, 1ª Repartição, Secção de Estudos Gerais, fez publicar a circular Nº. 2982/PG, Pº. 11.0/3 em 24 de Julho de 1970, dirigida ao Senhor Chefe da 5ª. REP./EME e outros, cujo conteúdo dava conta dos passos fundamentais do processo de selecção. O assunto da circular refere “Seleção, Formação e Graduação de Comandantes de Companhia do Quadro de Complemento”, que mereceu despacho ministerial de 20 de Julho de 1970. A selecção, formação e graduação de oficiais do Quadro de Complemento, aqui designados por *Capitães do Fim*, devia obedecer a um conjunto significativo de normas¹³⁹, que se passam a expor.

ii. Relativamente à selecção, durante a primeira semana de instrução do COM, deveria fazer-se a “aplicação da bateria básica e dos testes personalísticos MMPI e 16PFC a todo o contingente incorporado no COM”. Durante as segunda, terceira e quarta semanas decorreriam “sessões de informação e inquérito (abertas a todos os soldados Cadetes sem restrições de ordem escolar)” para a admissão de voluntários a *Capitães do Fim*. No decorrer da quinta semana seria enviada ao CEPE a “relação dos instruendos voluntários e dos propostos pela EPI [observados pelos formadores], para Comandantes de Companhia”. No decorrer da sexta e sétima semanas procedia-se à “pré-selecção dos voluntários e propostos, estendida obrigatoriamente a todos os soldados Cadetes, com o 1º ano completo dum curso superior, se não houver [esse]

¹³⁷ Veja-se Anexo (A I. 5).

¹³⁸ Veja-se Anexo (A I. 6).

¹³⁹ Veja-se Anexo (A I. 1).

voluntários em número suficiente”. Eram também corrigidos os testes personalísticos dos pré-seleccionados e remeter-se-ia à EPI a relação destes. A oitava semana estava destinada à “observação médica detalhada para correcção do perfil médico SIVAGE aos pré-seleccionados”; “provas físicas, executadas segundo o esquema estabelecido [e já anteriormente apresentadas], com as bitolas de classificação corrigidas pela EPI”; obtenção de “informação detalhada sobre os pré-seleccionados” e “atribuição das especialidades aos soldados Cadetes pré-seleccionados”. Durante as nona e décima semanas decorreriam “provas de grupo e de mesa redonda”, “testes laboratoriais” e “entrevista”. Na décima semana teria lugar a “análise dos resultados e selecção final”.

iii. O Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército (CEPE), por meio do seu Centro de Selecção, em 29 de Junho de 1970 enviaria ao Comandante da EPI, através da Nota – Circular N.º 551/CG. Pº. 231.1/70, um anexo A que calendarizava os “trabalhos complementares para a selecção de Comandantes de Companhia” respeitantes ao 3º turno de 1970.

É de supor ter sido a selecção respeitante ao 2º turno, o primeiro em que houve selecção de *Capitães do Fim*, muito improvisada e sem metodologia persistente, dado não se ter encontrado qualquer documento idêntico ao anterior comprovativo do contrário.

Apresenta-se a calendarização do já citado 3º turno do COM, de onde se podem relevar as seguintes conclusões: o aproveitamento de voluntários para a pré-selecção, fossem quais fossem as suas habilitações, era utilizado; a observação em instrução era um dos argumentos de pré-selecção; as provas médicas e físicas tinham exigências adaptadas à função; não havendo voluntários em número suficiente, o 1º ano completo de qualquer curso universitário era exigência mínima de pré-selecção.

Tabela nº 15 – Calendarização dos trabalhos da 1ª Fase de selecção dos Capitães do Fim

PERÍODO			1ª FASE DE SELECÇÃO	
Semana	Data		TRABALHOS	Entidade Responsável
	DE	A		
1ª	06JUL	11JUL	- Aplicação da bateria básica a todos os soldados-Cadetes.	CEPE
2ª	13JUL	18JUL	- Sessões de Informação e Inquérito (aberto a todos os soldados-Cadetes, sem restrições de ordem escolar) para admissão de voluntários. - Envio ao CEPE das declarações de oferecimento (DP/CC).	EPI
3ª	20JUL	25JUL	- Pré-selecção dos voluntários estendida obrigatoriamente a todos os soldados-Cadetes com o 1º ano completo dum Curso Superior, se não houver voluntários em número suficiente para preencher as necessidades indicadas pelo EME.	CEPE
5ª	03AGO	08AGO	- Observação dos pré-seleccionados. (Comportamento em Instrução)	EPI
6ª	10AGO	15AGO		
7ª	17AGO	22AGO		
8ª	24AGO	29AGO	- 1 – Observação médica cuidada (para correcção do perfil “SIVAGE”). - 2 – Provas físicas (executadas segundo o esquema estabelecido do anterior, mas com as bitolas de classificação corrigidas pela EPI). - 3 – Informação detalhada sobre os pré-seleccionados.	
9ª	31AGO	05SET	- Provas de Grupo e Mesa Redonda.	CEPE
10	07SET	12SET	- Análise dos resultados. - Selecção Final.	

Fonte: Fundo do Arquivo Geral do Exército, Nota – Circular N.º 551/CG. Pº. 231.1/70, anexo A (documento produzido conforme o original).

A primazia dada aos voluntários parece que nunca colheu frutos. Para confirmar analise-se a Nota n.º 817/CG. Pº. 231.1/70, enviada pelo Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, em 31 de Outubro de 1970, ao Chefe da 1ª REP (PR/EME), que anexava o quadro que se apresenta.

Tabela nº 16 – Quadro anexo à nota nº 817/CG 31 Out. 70

CLASS.	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	EXISTÊNCIAS		SELECÇÃO-NÁVEIS		NECESSIDADES DE SELECÇÃO	DIF.+
OBRIGATÓRIOS	CURSOS SUPERIORES DIVERSOS:						
	-1º ano.....	118		62			
	-2º ano.....	43		26			
	-3º ano.....	12	255	8	172	50	
	-4º ano.....	5		4			
	-Curso Completo..	77		72			
VOLUNTÁRIOS	DIREITO:						
	-2º ano.....	1		-			
	QUÍMICA (Inst.Industrial):						
	-4º ano.....	1		-			
	7ºANO LICEAL:						
	-alínea b).....	2		1			
	-alínea e).....	3	29	-	6		
	-alínea f).....	11		2			
	-alínea g).....	1		-			
	SEMINÁRIO:						
	-7º ano.....	2		-			
	-8º ano.....	2		-			
	-9º ano.....	1		1			
	-10º ano.....	4		2			
	-11º ano.....	1		-			
TOTAL.....		284		178		50	128

Fonte: Fundo do Arquivo Geral do Exército (conforme o original).

A análise do quadro informa que nesse turno do COM apenas houve vinte e nove voluntários, sendo só dois alunos do ensino superior; todos os outros tinham escolaridade mais baixa, a nível do 7º ano, ou eram ex-seminaristas. Do total apenas foram considerados seleccionáveis seis. Dos obrigados, a maioria possuía o 1º ano completo do ensino superior, mas setenta e sete tinham uma licenciatura, o que não deixa de ser um número considerável¹⁴⁰.

iv. Simões Dias¹⁴¹ foi oficial miliciano no CEPE; era um dos psicotécnicos que observava a aplicação das provas dos primeiros cursos. Foi entrevistado tendo por base o questionário aberto, que constitui o Apêndice (Ap I. 3) deste trabalho. Os

¹⁴⁰ Pesquisas feitas no Arquivo Geral do Exército em Agosto de 2010.

¹⁴¹ Entrevista feita no Café Santa Cruz de Coimbra, no dia 12 de Abril de 2012, pelas 10 horas.

questionamentos colocados tinham como objectivo principal adquirir alguns conhecimentos técnicos sobre a forma de selecção dos *Capitães do Fim*. Jorge Dias começa por esclarecer:

As provas eram de natureza de campo, digamos de gabinete e de campo. E no fundo essas provas tinham um objectivo, eram provas direccionadas para a selecção de líderes. Essas provas estavam a ser observadas por elementos do CEPE, da psicotecnia militar que tomavam notas para selecção. Aqui é que era a verdadeira selecção. Nós procurávamos ver quem tinha capacidades de líder. O que significa que eram provas especiais e havia Cadetes que estavam interessados nestas provas especiais e, então faziam um grande esforço para fazer uma grande prova, muitas vezes berravam, diziam: «faça assim, faça assado...», ninguém os ouvia. Às tantas estava lá um tipo encostado a um pinheiro e dizia: «Eh pá, porque é que vocês não fazem isto?» Toda a gente parava, ouvia o tipo e fazia. Esse era o líder que estava seleccionado [Q4].

Mas havia outro género de provas elucidada Simões Dias:

Um grupo era reunido à beira de uma mesa, num gabinete, e sempre acompanhado pelos observadores das provas; era dado um tema e eles discutiam amplamente o tema entre eles. E aí víamos a preparação cultural, a capacidade de usar a linguagem verbal, a linguagem gestual, a capacidade, mais uma vez, de liderança, aqui uma liderança pela argumentação, pela cultura. Depois desta parte geral, havia uma prova que obrigava cada um deles a tomar a iniciativa, porque havia um conjunto de temas que estavam em cima da mesa virados para baixo, o Cadete era convidado a tirar um tema à sorte e tinha um minuto para pensar no tema e depois dissertar sobre ele. Eram temas que obrigavam a pessoa, não só a mostrar a sua preparação, a forma como problematizava os temas, a forma como os transmitia, até porque aí já não estava em grupo, estava sozinho a falar perante todos os observadores. Esta é que era a verdadeira selecção. De 100 pré-seleccionados no CEPE, por exemplo, fazia-se a selecção dos 35 futuros Comandantes de Companhia [Q1].

Outra questão importante era saber se o processo era fidedigno. Na opinião do entrevistado: “Era feito com muito rigor”[Q4].

Outro assunto muito marcante era conhecer qual o comportamento do CEPE face a um militante político, muito activo, com um discurso anti-guerra do Ultramar, durante a prestação das provas.

O CEPE foi a primeira instituição portuguesa que, para distribuição e selecção de pessoal, não fazia distinção de casados e de uniões de facto. Isto é muito importante, o que significa que nestas provas não se fazia nenhuma espécie de censura de natureza ideológica. O que estava ali em conta era a capacidade de argumentação e a cultura. Uma pessoa, ao fazer, uma intervenção logicamente coerente e bem fundamentada, tudo tinha para ser seleccionada. A mim nunca me aconteceu. Mas aconteceu-me o contrário, alguns deles inábeis de todo, faziam um discurso apologético, o que muitas vezes contribuía para a não selecção, porque aquele discurso era um discurso vazio, não tinha lógica, não tinha coerência... Eu não conheço casos de não selecção por razões ideológicas e não conheço casos de selecção por razões ideológicas. Francamente, não conheço. Estou a falar ao nível destas provas especiais [Q2].

Simões Dias concretiza melhor:

Não, não. Eu não conheço. E porquê? Porque estávamos a seleccionar um homem que depois, em teatro de guerra, apesar das suas convicções, tinha assumido ser Comandante (porque ele também aceitava) de duzentos homens, ou duzentos e cinquenta homens, e tinha que usar a sua cultura, a sua capacidade retórica tudo o que o levou a ser seleccionado em favor daqueles homens de quem ele tinha a vida nas mãos [Q2].

Questionou-se depois Simões Dias sobre os pré-seleccionáveis que tudo faziam para não serem seleccionados, e se, neste caso, os oficiais psicotécnicos tinham alguma intervenção:

É verdade. Porquê? Porque os oficiais aplicadores viam que a capacidade e o raciocínio daquele homem demonstrava ser superior e capaz de desempenhar a função, só que ele estava a boicotar a coisa. E então acontecia que os oficiais do CEPE diziam: «olhe você, ou é Capitão ou Alferes atirador, agora use a sua inteligência para o que quiser e a sua capacidade». Mas não se fazia isto sistematicamente... Só quando se via que um indivíduo tinha muitas capacidades para ser seleccionado e estava a desbaratar aquelas capacidades, a julgar que se safava para ir para não sei o quê. Vamos supor que um indivíduo é engenheiro e vamos ligar isto com o conceito de distribuição e selecção. Vamos supor que esse indivíduo é engenheiro e um belíssimo engenheiro, mas não há especialidade de engenharia naquele turno. Pela distribuição vai para ali e põe-se a armar aos pingarelhos: «ai, eu não quero isto!». Os observadores chamavam-no à parte e diziam-lhe: «você veja lá o que quer...» [pausa] mas isto não é cunha, não, é só abrir os olhos à pessoa e a pessoa usa a informação como quer [Q6].

Portanto, segundo o entrevistado, só faziam o aconselhamento nessas circunstâncias limite...

Sim, não conheço mais nenhuma circunstância. São pessoas que estão a demonstrar uma capacidade brutal nas provas e quando chega à prova individual começam a dizer: «vou estragar isto, porque posso ir para uma especialidade de engenharia, vou arriscar!» Como nós já sabíamos que não havia especialidade de engenharia... Por isso é que eu lhe comecei a falar do problema da distribuição e da selecção. Este senhor que por distribuição vai para oficial atirador tinha hipótese pela selecção de ir para Comandante de Companhia. Ou ele é Comandante de Companhia, ou volta para a distribuição. Havia outros que eram honestos e diziam, convictamente, que não sabiam porque estavam a fazer as provas, segundo eles, não tinham jeito nenhum para aquilo [Q6].

Perguntado sobre a percepção dos desempenhos que poderiam vir a ter estes Capitães, o respondente Simões Dias afirma:

No CEPE isso não foi discutido, mas tinha-se muita consideração por aqueles homens! Eu estive em Angola e pertencia ao Quartel-General porque o departamento de recrutamento e selecção era do Quartel-General. Eu nunca ouvi nenhuma observação desfavorável aos Capitães que vinham dessa selecção. Nunca ouvi nenhum termo de desfavor, nenhuma menorização, no sentido de dizer «esses gajos»... [Q2].

Como síntese o entrevistado considera que o processo era rigoroso e se procurou ver, acima de tudo, a capacidade de liderança. Acrescenta que no CEPE havia muita consideração por esses homens.

v. O processo de selecção dos *Capitães do Fim* possuía sete fases, como já foi dado a conhecer. Pormenorizam-se agora as primeiras cinco¹⁴² dando, a devido tempo, especial realce às duas últimas, designadas por fases finais.

1ª Fase - Aplicação da bateria básica e dos testes personalísticos MMPI e 16PEC a todo o contingente incorporado no COM.

¹⁴² Baseado em documentação de classificação secreta, ao tempo, pertença do fundo CEPE policopiada e não paginada, encontrada durante a realização de pesquisas no seu arquivo em 2011 e 2012.

Para além dos testes personalísticos mencionados, a bateria de testes era normalmente composta por testes e questionários, variando, no entanto, consoante o número de especialidades a apurar em cada turno. Na generalidade a bateria era composta, numa primeira parte, por um questionário de auto-apreciação ¹⁴³, um boletim inquérito ¹⁴⁴, um questionário biográfico ¹⁴⁵ e pelo teste A destinado a medir a rapidez e o acerto com que o indivíduo podia comparar combinações de letras e números. Também mensurava a rapidez e a exactidão na percepção e marcação de letras isoladas, e de combinações numéricas, e avaliava ainda a aptidão administrativa necessária em trabalhos de secretarias (e nos que implicam registos e marcações). Depois vinha o teste I.T.G.–Z, Inventário de Temperamento, que fornecia indicadores bastante precisos relativos a dez dos seus traços (actividade geral, constrangimento, ascendência, sociabilidade, estabilidade emocional, objectividade, benevolência, meditação, relações pessoais, masculinidade). Ainda o teste F1 ligado a certos tipos de aptidões espaciais de atenção, e também o teste M2 que media uma aptidão relativa às profissões mecânicas servindo de base a uma orientação ou selecção de pessoal para profissões ou funções desse ramo. O teste E1 punha à prova uma visão espacial tridimensional, capacidade de importância capital ao nível do Exército. O factor E (espacial) entrava nas zonas de aptidão que englobam, entre outros, os atiradores, os combatentes especiais, mecânicos de todos os ramos e condutores. Por último o Teste G5 que era uma prova de Inteligência Geral, não-verbal.

Provas de outra índole, também se realizavam. Faça-se a sua discriminação. Os exames médicos fundamentais aos membros inferiores (factor I) consistiam na determinação do seu valor físico, ou seja, da capacidade de correr, trepar, rastejar, saltar e nenhum entrave à permanência prolongada na posição de pé. Exames aos membros superiores (factor S) centrados na determinação do seu valor físico: capacidade de levantar pesos de 25 kg, aptidão para conduzir veículos, manipular armas, despender esforços prolongados de tracção e pulsão. A determinação da sensibilidade cromática avaliava-se lendo, ou lendo e corrigindo, os erros dados na leitura dos números que os indivíduos não daltónicos (como os examinadores) liam nas lâminas de Ishiara. No que diz respeito à visão (factor V) eram pesquisadas lesões orgânicas e a acuidade visual. Igualmente na audição (factor A) verificava-se a existência de afecções orgânicas do

¹⁴³ Veja-se Anexo (A I. 3).

¹⁴⁴ Veja-se Anexo (A I. 6).

¹⁴⁵ Veja-se Anexo (A I. 4).

aparelho auditivo, como sejam otites e atestava-se a acuidade auditiva. Quanto à estabilidade emocional (factor E) pretendia-se saber se o indivíduo, embora podendo ter quaisquer antecedentes de instabilidade emocional ou de pequenas perturbações nervosas, manifestava na altura um bom equilíbrio emocional.

Eram ainda realizadas um conjunto de provas psicomotoras. Por exemplo: a sensibilidade cromática ou visão das cores, a visão estereoscópica, a noção das distâncias entre os vários objectos, a consciência da profundidade, a determinação do campo visual, distância inter-pupilar e resistência ao deslumbramento. Também havia lugar a exames de reacciometria que, utilizando o reacciometro T-48, media os tempos da reacção simples. Neste contexto outros exames se realizavam ¹⁴⁶.

Todas as especialidades possuíam uma “ficha de requisitos”, confidencial, onde estavam inscritas as qualificações requeridas, e as cotas mínimas de ordem numérica pretendidas em cada uma delas. Ao nível máximo era atribuída a cota 1, ao mínimo a 5. As qualificações subdividiam-se em quatro grandes grupos: psicológicas (inteligência geral, compreensão verbal, compreensão numérica, visualização espacial, aptidão mecânica, rapidez de percepção, capacidade administrativa); médicas (membros superiores, membros inferiores, visão, audição, aspecto físico geral, estado emocional); psicomotoras (acuidade visual, sensibilidade cromática, campo visual, visão estereoscópica, distância inter-pupilar, resistência ao deslumbramento, acuidade auditiva, coordenação motora, atenção distribuída, tempo de reacção); e personalísticas (apresentação, resistência, agilidade, interesse pela tarefa, interesse prático, espírito de decisão, iniciativa, sentido de responsabilidade, sociabilidade, dinamismo, ascendência, adaptação militar).

2ª Fase - Sessões de informação e inquérito, abertas a todos os Soldados-Cadetes sem restrições de ordem escolar, para admissão de voluntários. Envio ao CEPE das declarações de oferecimento, caso existissem.

3ª Fase - Pré-selecção dos voluntários, estendida obrigatoriamente a todos os Soldados-Cadetes com o 1º ano completo de um curso superior. Seguir-se-ia a correcção e apreciação da bateria de testes, incluindo os personalísticos, dos pré-seleccionados, bem como a análise dos relatórios referentes aos propostos pelos

¹⁴⁶ Baseado em documentação de classificação secreta, ao tempo, pertença do fundo CEPE policopiada e não paginada, encontrada durante a realização de pesquisas no seu arquivo em 2011 e 2012, autorizadas pelo seu comandante Coronel Luís Filipe Cabrita Adrião Monteiro.

instrutores. Finalmente era consumada a elaboração da lista definitiva dos pré-seleccionados e o seu envio à EPI para providenciar a realização das provas da 4ª fase.

4ª Fase - Observação e acompanhamento dos pré-seleccionados (comportamento em instrução); exame médico cuidado (para correcção do perfil “SIVAGE”) e determinação da respectiva categoria; execução de provas físicas, já explicitadas anteriormente neste trabalho, mas com os níveis de classificação corrigidos pela EPI.

5ª Fase - Concentração no CEPE de toda a informação detalhada sobre os pré-seleccionados, sendo a partir daí seleccionado o grupo admitido às provas finais que se constituem como a 6ª e 7ª fases.

vi. As 6ª e 7ª fases merecerão agora um tratamento detalhado dada a sua importância e poder decisório.

O Centro de Estudos Psicotécnicos, em 24 de Março de 1970, enviou a nota nº 436/SP ao Chefe da 1ª Rep./EME (PR) e ao Chefe da 4ª Rep./EME, em que propõe “para a selecção final de Comandantes de Companhia, a partir do 1º Ciclo do COM, submeter os candidatos, na décima semana de instrução, a provas de grupo, na totalidade dos obstáculos que as integram: muralha, muro, torrente, precipício e campo minado”.

Foi ainda considerado fundamental realizar uma entrevista, uma prova de mesa-redonda, uma prova de palestra e uma prova de planeamento.

No espólio do CEPE, em diversos documentos fotocopiados, não classificados e secretos na altura, foram encontrados alguns elementos importantes e caracterizadores destas provas.

Mereceu especial atenção, nesses documentos, o aprofundamento das características feito a uma das provas designada “de situação”, como a Torrente, válido para todas as outras provas da mesma espécie. Diz-se, nesse documento específico, que cada prova do mesmo tipo “destina-se a revelar certas variáveis da personalidade”. Por exemplo, “a prova da Torrente põe em destaque a energia e capacidade de iniciativa, a inteligência prática, a sociabilidade, a liderança e a destreza física” (doc. T CEPE s/d: s/p)¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Documento Torrente do CEPE, não paginado, e onde não foi possível descortinar a data.

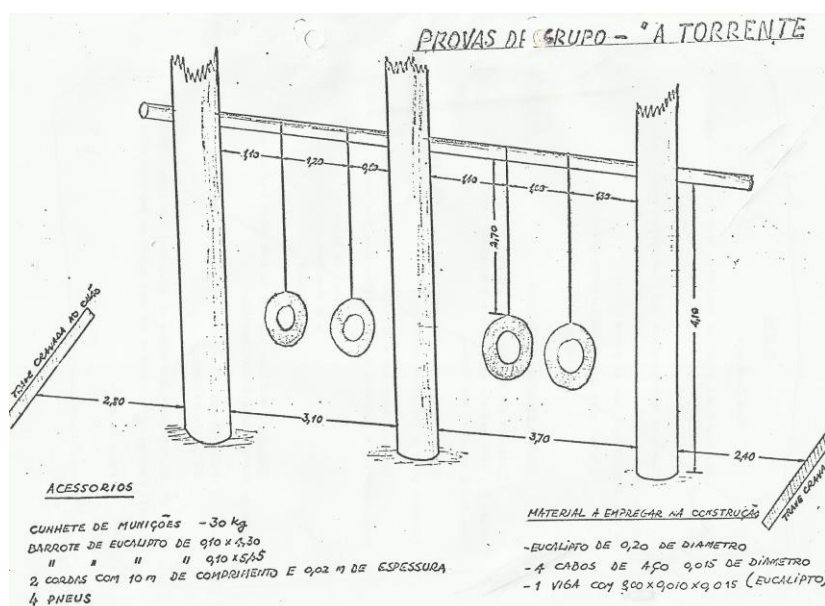


Figura nº 13 – Croqui da torrente

Fonte: Fundos do CEPE (Confidencial Exemplar nº 14, CEPE-Secção Psicotécnica: 6).

Segundo os documentos do arquivo CEPE, a energia e capacidade de iniciativa, como simples variável da personalidade, “é entendida como o somatório da actividade física e verbal que o candidato utiliza para encontrar a solução do problema e o grau de interesse e a persistência que revela na realização dessa tarefa” (doc. T). Durante a discussão entre os membros do grupo, e perante eventuais planos para resolver o problema da Torrente, “a energia e capacidade de iniciativa revelam-se nos indivíduos que propõem várias sugestões, nos que mostram interesse pelas ideias dos outros [e] nos que agem activamente com o grupo, na procura de um plano final de acção” (doc. T). Uma vez iniciada a acção,

...essa variável manifesta-se nos indivíduos que despendem maior esforço físico, mas que voluntariamente se entregam à realização das tarefas mais difíceis ou mais desagradáveis, nos que apresentam soluções para resolver problemas novos que surgem [e] nos que mantêm um alto nível de interesse em levar a resolução do problema até ao fim. O indivíduo com maior energia e capacidade de iniciativa é também aquele que propõe novas ideias quando elas se revelam necessárias e que dirige os outros na sua execução. Por outro lado, o indivíduo com pouca energia e capacidade de iniciativa é aquele que pouco ou nada diz durante a discussão do plano, que desempenha um reduzido papel na realização das tarefas, que faz pouco ou nenhum esforço para cooperar com os outros, e que mostra reduzido interesse pela solução do problema (doc. T).

Ainda segundo o documento CEPE, a inteligência prática revela-se de muitas maneiras na prova da Torrente: “a compreensão pelos indivíduos das exigências gerais do problema; a capacidade de cada um em formular essas exigências; a apreciação das propostas dos outros; a capacidade para compreender certas relações físicas” (doc. T).

Os indivíduos com reduzida inteligência prática, de acordo com o documento em análise, “não revelam nenhuma destas características”. Pelo contrário, “fazem propostas inoportunas ou inadequadas, persistem em ideias inexequíveis, e mostram-se incapazes de executar os planos dos outros com os materiais adequados” (doc. T).

A variável da personalidade, que se designa aí por sociabilidade, “é revelada pelo comportamento de um indivíduo em relação aos seus companheiros” (doc. T). As manifestações positivas típicas de sociabilidade na prova da Torrente, “revelam-se na boa vontade e espontaneidade de um indivíduo no trabalho com o seu grupo, no seu tacto para criticar ou se opor às ideias dos outros, a maneira como aceita as críticas às suas próprias ideias, o seu sentido de humor, calor humano, camaradagem e compreensão pelos outros” (doc. T).

Um indivíduo com elevada sociabilidade, “é em geral um activo participante do grupo, ávido de colaboração, apreciado e respeitado pelos seus companheiros” (doc. T). Entre os índices de sociabilidade contam-se também a maneira pronta e amistosa como o grupo responde a um indivíduo. Há muitas maneiras de uma pessoa mostrar um baixo índice de sociabilidade: “pode afastar-se do grupo e trabalhar sozinho, ou mesmo não fazer nada; pode mostrar-se hostil ou aborrecido, irritável ou cáustico, grosseiro ou com falta de tacto nas suas relações com a equipa”(doc. T).

De todas as variáveis, que a prova da Torrente evidencia, nenhuma é mais interessante de observar, ou mais variada nas suas manifestações, do que a liderança, de acordo com o documento em apreço. Consideram-se, nele, índices deste traço

...a iniciativa e vigor com que orienta os outros na procura da solução do problema; na maneira como organiza o grupo para um eficiente trabalho de equipa; na maneira diplomática como concebe o plano de solução, combinando judiciosamente ideias de várias origens; na destreza com que dirige a execução do plano (doc. T).

O bom líder “é aquele que conquista o respeito dos outros e é seguido por eles, aquele que tem capacidade para organizar as suas ideias num plano, aquele que revela o vigor suficiente para dirigir os seus camaradas na realização da tarefa, com o mínimo de fricção e o máximo de cooperação” (doc. T). Ao contrário, pode ler-se, “o fraco líder será aquele que se contenta em receber ordens dos outros, um indivíduo que não se interessa por dirigir, ou o indivíduo sem vigor na iniciativa”. Há outras “provas de situação” (doc. T), como a Muralha, onde se evidenciam as mesmas variáveis que na prova da Torrente. Assim, é interessante verificar se é o mesmo indivíduo que assume a liderança em ambas as provas, diz o documento.

vii. Enquanto o documento anterior se encontrava pouco estruturado, ainda que valioso e incidindo significativamente na prova da Torrente, foi possível encontrar, após demorada pesquisa, o documento¹⁴⁸ “Confidencial Exemplar nº 14, CEPE-Secção Psicotécnica”¹⁴⁹, que se veio a tornar bastante elucidativo para a compreensão total de todas as provas de grupo.

Na sua introdução pode ler-se que as provas de situação são um complemento precioso dos testes da bateria básica.

Através delas, pretende-se observar o comportamento dos examinandos em situação psico-social o mais aproximada do nível daquela que encontrarão, posteriormente, como graduados, perante a permanente necessidade de vencer obstáculos no terreno ou tomar uma atitude rápida perante outro eventual problema, dos muitos que podem surgir, assim como observar certos factores de intervenção social, relações humanas, actuação intragrupal e capacidade de organização (CEPE nº 14: 1).

Salienta-se na introdução, relativamente às “provas de situação” no seu conjunto serem destinadas a fornecer “elementos que, juntamente com a bateria básica, entrevista e outras provas julgadas adequadas para cada caso de selecção” (CEPE nº 14:1), permitam ter uma “ideia aproximada da aptidão de comando de cada um dos instruendos a elas sujeitos” (CEPE nº 14: 1).

As provas de grupo, ainda segundo o documento em análise, “dividem-se em provas com obstáculos, provas de mesa-redonda e projecto de planeamento” (CEPE nº 14: 2).

Começa-se a análise pelas provas com obstáculos. É de considerar os seus quatro grupos de factores. Eles são, predominantemente, “físicos, motivacionais, activos e gregários” (CEPE nº 14: 2) e, para fazer uma correcta avaliação na concepção do CEPE, há que considerar a sua subdivisão em “sub-factores”. Relativamente aos factores físicos é examinada a resistência (capacidade para suportar esforços físicos, sobretudo prolongados) e a agilidade (mover-se com facilidade e ter desembaraço físico). No respeitante aos factores motivacionais há que ter em conta o interesse pela tarefa (procurar fazer tudo bem feito, trabalhar com prazer e sem desfalecimentos, nunca estar alheado, dar o exemplo, esforçar-se para obter o melhor resultado) e o sentido da responsabilidade (identificação consciente com os objectivos do grupo, adoptar medidas de segurança, prevenir acidentes e evitar dificuldades, recusar soluções

¹⁴⁸ Veja-se Anexo (A I. 7).

¹⁴⁹ Documento confidencial s/d.

demasiado fáceis). Nos factores activos incluem-se “sub-factores”¹⁵⁰ de valor indesmentível: a decisão (julgamento oportuno e rápido, ainda que nem sempre correcto, feito com a intenção firme de o realizar em todas as suas implicações, especialmente valorizável quando ocorrer em situações imprevistas); a iniciativa (capacidade para conceber e propor uma acção, agir mesmo que os outros o não sigam, reagir com rapidez sobretudo a situações imprevistas); o dinamismo (actividade constante, audácia mas não temeridade, levar os outros para a frente, pensar e agir, não desanimar). Quanto aos factores gregários dever-se-á ter em consideração a inteligência prática (capacidade para seleccionar os fins convenientes e os meios eficazes para os alcançar, julgamento adequado de situações concretas, salvação do grupo lançado numa situação inadequada), a sociabilidade (atitude agradável e amigável para com os outros, dando conselhos e aceitando-os, ajudando e fazendo-se ajudar), o ascendente (possuir uma autoridade natural, ser escutado e seguido pelos outros, fazer realizar a sua ideia ou a ideia de outro que ele adopte, tomar a direcção, impor-se, conseguir fazer parar uma acção em curso para se fazer escutar) e a adaptabilidade militar (capacidade para se integrar no meio militar) (cf. CEPE nº 14: 2).

viii. Conhecer a “Síntese das Instruções Gerais de Aplicação” é crucial para se saber como eram postos em jogo os futuros *Capitães do Fim*. Nestas provas, os seleccionáveis são juntos em grupos de oito ou nove e colocados perante o problema da transposição de um determinado obstáculo no terreno. Para cada elemento do grupo “deverá ficar claro que o objectivo da prova é de em conjunto vencer o obstáculo, executando a missão que lhe foi confiada” (cf. CEPE nº 14: 3). O tempo da prova é limitado.

Para tornar tudo mais elucidativo, apresentam-se os croquis das diversas provas, e acrescenta-se o material usual que o grupo tem à sua disposição para vencer cada obstáculo: na muralha (duas cordas, um barrote, um tubo de ferro), na torrente (duas cordas, dois barrotes), no muro (um tubo de ferro, dois barrotes, três cordas), no precipício (um barrote, uma escada, um tubo de ferro, duas cordas). O campo minado raramente foi utilizado na selecção dos *Capitães do Fim*.

¹⁵⁰ Classificação do CEPE.

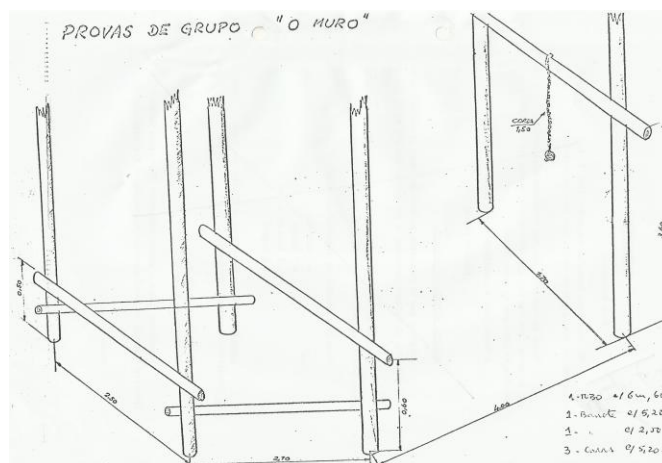


Figura nº 14 – Croqui do muro

Fonte: Fundos do CEPE. (Confidencial Exemplar nº 14, CEPE-Secção Psicotécnica: 7).

Para completo esclarecimento, apresenta-se a conversa que era tida entre o oficial psicotécnico e os seleccionáveis, por exemplo, em relação a uma das provas: o precipício. Em relação às outras provas, o procedimento era semelhante.

Fala o oficial avaliador:

Meus Senhores:

Vão fazer uma prova em conjunto, isto é, todo o grupo deve colaborar na realização da tarefa que lhe for indicada.

Todas as sugestões que vos ocorrerem, respeitantes à solução da prova que vos vai ser apresentada, devem ser formuladas em voz alta de modo que se possa ouvir.

O tempo para a realização desta prova é limitado.

(pequena pausa)

Prestem atenção ao problema:

Imaginem que se encontram perante um fundo precipício limitado por esta plataforma (apontar) e por aquela que ali se vê (apontar).

O vosso objectivo é conseguir que todos transponham o precipício, levando convosco um cunhete de munições (apontar).

Para isso dispõem do seguinte material:

- Um Barrote
- Uma Escada
- Um Tubo de ferro
- Duas Cordas

Atenção: Qualquer objecto ou indivíduo que toque no fundo do precipício é considerado perdido.

Falem em voz alta.

Há limite de tempo.

Perceberam todos o que se pretende? Têm alguma dúvida?

(Repetir parcial ou totalmente as instruções se for necessário.)

Podem começar (CEPE nº 14: 7).

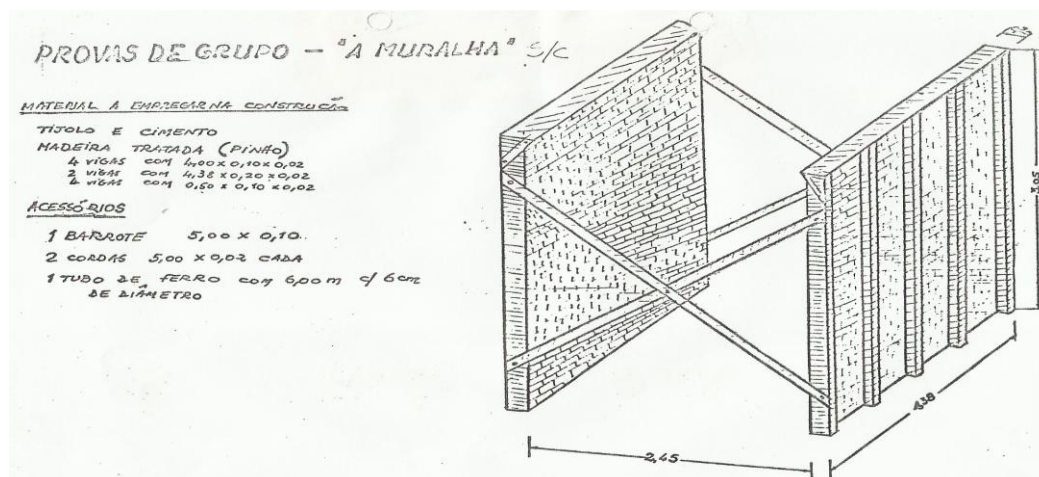


Figura nº 15 – Croqui da muralha

Fonte: Fundos do CEPE. (Confidencial. Exemplar nº 14, CEPE-Secção Psicotécnica: 5)

ix. Aborde-se, agora, a Prova de Mesa Redonda e suas componentes fundamentais. Estas provas “permitiam observar, em relação a cada indivíduo, a sua cultura geral, capacidade de a exprimir e nível de actuação no plano das relações sociais” (CEPE nº 14: 10).

Além disso, cada um dos examinandos é observado enquanto integrado num grupo, o que permite concluir “até que ponto as suas aptidões (detectadas através de testes psicológicos) se conseguem ou não exteriorizar no contacto com os outros indivíduos” (CEPE nº 14: 10). É, segundo o CEPE, “relativamente frequente (e normal) encontrar indivíduos, por exemplo, com uma nota elevada no teste G, mas que quando integrados na dinâmica do grupo, se sentem inibidos e incapazes de se impor” (CEPE nº 14: 10).

No decorrer das provas, o Júri observava, atentamente, a actuação dos indivíduos e deveria classificá-los, tendo em conta quatro grupos de factores: “cultura geral, expositivos, intervenção e sinceridade”(CEPE nº 14: 10).

Para a adequada classificação segundo estes factores, era necessário considerar a sua divisão em “sub-factores”, tal como nos outros casos vistos anteriormente.

No contexto da cultura geral, “a análise dos conhecimentos era fundamental, pelo que era importante observar a escolha do tema e dos assuntos para debater” (CEPE nº 14: 11). Também o era o “modo de os abordar, nível de profundidade, qualidade e

fundamentação dos argumentos invocados, [e] montante de conhecimentos demonstrados” (CEPE nº 14: 11).

O espírito crítico era avaliado tendo em consideração “a capacidade para analisar situações, pessoas ou construções verbais em bases sólidas, poder e saber para argumentar (duma forma precisa e fundamentada) com os outros, [e] nível da apreciação e dos juízos sobre os temas discutidos” (CEPE nº 14: 11).

Os expositivos pressupunham “a observação da capacidade de organização, fundamentalmente a lógica e ordenamento da exposição, esquematização e selecção de ideias” (CEPE nº 14: 11).

A fluência verbal “centrava-se na facilidade em expressar-se. Originalidade, abundância e propriedade do vocabulário, compreensão do mesmo e entoação da voz”(CEPE nº 14: 11).

A objectividade pressupunha: “realismo e incisão na exposição e na discussão dos temas. Encarar de frente o problema, sem especulações ou comentários desnecessários ou deslocados. Encaminhar a discussão para um fim determinado. Compreensão e análise rápida dos problemas” (CEPE nº 14: 11).

Os modos de intervenção subentendiam: “à vontade, ou seja, descontração (não excessiva, nem afectada) na exposição. Comportamento em relação aos colegas do grupo. À vontade (ou falta dele) revelado pelo fâcies, mãos e voz” (CEPE nº 14: 11).

A iniciativa estava plasmada “na coragem, no lançamento de temas ou novas perspectivas de os abordar. Apresentação de ideias originais (desde que fundamentadas), mesmo enfrentando a discordância do grupo” (CEPE nº 14: 11).

A sociabilidade englobava a observação do estilo de contactos com os membros do grupo. Agressividade e persistência em impor as suas ideias, apesar da reacção do grupo. Atitude amigável para a resolução do problema. O ascendente pela imposição (persuasiva, não autoritária) ao grupo, das ideias e dos temas. Aceitação por parte do grupo (cf. CEPE nº 14: 11).

A sinceridade observava-se “pela tentativa (ou ausência dela) para esconder alguma coisa ao grupo da vida passada, das suas ideias e da sua maneira de ser. Dizer certas coisas apenas na expectativa de agradar ao grupo ou ao Júri” (CEPE nº 14: 11).

x. Existiam várias provas de grupo.

A designada “prova nº 1” previa uma apresentação. “Cada elemento do grupo constituído apresentava-se a todos os outros, focando os elementos da sua vida que lhes pareçam[iam] com mais interesse para começarem a dialogar com facilidade” (CEPE nº14: 12).

Depois passava-se ao tema livre, “prova nº2”. Aproveitando o facto de já todos se conhecerem, vão escolher um tema do seu agrado e discuti-lo em conjunto. Podem escolher o que melhor lhes aprouver e têm toda a liberdade para expor as suas ideias e as críticas possíveis, pois, referem os avaliadores, tudo o que for dito é estritamente confidencial e será utilizado apenas com o intuito selectivo (cf. CEPE nº14: 12).

Cada um pode intervir quando lhe parecer conveniente, não precisando para isso de qualquer autorização. A interlocução será entre os pré-seleccionados, que devem alhear-se da presença do Júri.

Concluída esta prova passava-se à “prova nº 3”, designada palestra individual. “Os elementos do grupo, pela ordem já estabelecida, vêm junto do Júri escolher 2 temas, aleatórios e desconhecidos, escritos num pequeno quadrado de papel. Desses dois escolherão o que for mais do seu agrado. Era sempre determinado um tempo para explicitar as ideias de cada qual” (CEPE nº 14: 13).



Figura nº 16 – Análise de uma palestra

Fonte: Arquivo do CEPE.

xi. O projecto de planeamento era uma prova com um misto de individual e de grupo. “Com esta prova pretendia-se avaliar as possibilidades do futuro oficial para resolver problemas de tática militar” (CEPE nº 14: 14).

A prova de projecto de planeamento consistia na “resolução de um problema de tática ou de organização militar e processa-se [processava-se] em duas fases” (CEPE nº 14: 14). A primeira pressupunha “uma exposição escrita” e a segunda “uma discussão em grupo” (CEPE nº 14: 14). Nesta prova estão em análise factores de decisão. No caso concreto da luta armada, ter-se-á que analisar, fundamentalmente, os factores discriminados a seguir. A missão, isto é, o que lhe mandam fazer. “Trata-se de um factor de carácter imperativo, ou seja, obrigatório” (CEPE nº 14: 15). Perante uma missão, terá de considerar todas as tarefas que a constituem. O segundo factor é o inimigo, fundamentalmente, “a sua situação, os meios de que dispõe, as manobras que poderá realizar, as artimanhas e estratégias a que poderá recorrer, contrariando em maior ou menor grau a nossa missão” (CEPE nº 14: 15). O terceiro é o terreno e as suas características (plano ou montanhoso, coberto ou descoberto, etc.) e as condições meteorológicas (chuva, vento, luminosidade, etc.) em que as nossas tropas e as do inimigo actuarão, nuns casos facilitadoras da missão, noutros obstaculizadoras, “permitindo a aproximação, o ataque ou a defesa, uma manobra retardadora ou a retirada”(CEPE nº 14: 15). O quarto, e último, diz respeito aos meios de que se dispõe (pessoal, material, o seu estado físico e moral) para levar a cabo, com êxito, a missão.

O projecto desenvolvia-se individualmente e era, posteriormente, discutido pelo grupo em mesa redonda.

O pré-seleccionável era colocado perante um estudo de caso, supondo-se Comandante da Companhia. Depois, tendo bem presente o pretendido e todos os agentes que vão influenciar a sua decisão, vai elaborar um projecto de planeamento do qual deverá constar, obrigatoriamente, “efectivos a empregar na acção, hora do início do deslocamento, itinerário de aproximação, disposição das forças para a execução da operação, hora do início da operação e instruções especiais a fornecer ao pessoal” (CEPE nº 14: 15). Pretende-se um trabalho preciso, conciso, bem esquematizado, “não sendo necessário justificar as razões das decisões tomadas” (CEPE nº 14: 15). O tempo destinado à realização da prova era de 45 minutos. Seguir-se-ia a discussão dos resultados em grupo.

É importante assinalar que, embora se revele de importância capital, esta prova não foi utilizada, muitas vezes, no processo de selecção (CEPE nº 14: 15).

xii. Todas estas provas de grupo tinham um Júri constituído por um Oficial superior, ou Capitão com o curso de selecção de pessoal e sempre que possível do QP, por um psicólogo militar e por um oficial testador. “Imediatamente após terem terminado as provas e de cada membro do Júri ter completado, separadamente dos outros, o preenchimento da ficha avaliativa, este reunia, a fim de votar as classificações finais” (CEPE nº 14: 15).

Dada a sua relevância junta-se em anexo uma das fichas de observação e classificação¹⁵¹.

8.7. O diversificado processo formativo dos *Capitães do Fim*

8.7.1. O 2º ciclo COM e estágio em campanha

i. Após terem sido sujeitos a esta complexa bateria de testes e provas, os Cadetes seleccionados vão frequentar o 2º ciclo do COM de atiradores, todos juntos num pelotão, bem à parte dos outros Cadetes cujo destino era serem Alferes. Serão comandados, a maior parte das vezes, por um Tenente do QP, sem experiência de guerra, com o programa já descrito anteriormente e com critérios classificativos também já enunciados e traduzidos em termos quantitativos. São, por isso, “agrupados e sujeitos a enquadramento na instrução que seja facilitadora da sua apreciação contínua e directa”¹⁵².

Marques Mendes, um dos Tenentes formadores deste 2º ciclo, o único que acedeu responder ao inquérito enviado, sinteticamente deu a seguinte resposta em 23 de Dezembro de 2010: “Eu fiquei com a convicção de que muitos deles, se bem acompanhados e formados, seriam bons Capitães. Tive muito gosto em dar instrução a estes futuros Capitães, instrução profícua e respeitosa”[Q8].

Os aprovados no curso eram ordenados por ordem classificativa, que ficava a constituir a sua antiguidade. Depois, promovidos a Aspirante-a-oficial-miliciano e, de imediato, graduados em Alferes. Os de classificação mais baixa vão estagiar para a

¹⁵¹ Veja-se Anexo (A I. 8).

¹⁵² Leia-se Nota-circular nº 2325/IO Proº. Nº169/70 do Estado-Maior do Exército/5ª repartição de 14 de Agosto de 1970.

Guiné, os restantes para Angola nos primeiros cursos, e depois também para Moçambique nos últimos.

8.7.2. O estágio em campanha

i. Chegados à Província Ultramarina de destino, são colocados, pelo Comando-Chefe respectivo, nas unidades onde vão fazer um estágio de quatro meses, como adjuntos do Comandante de Companhia. Pretende-se que o estagiário tome contacto com a realidade da guerra e com a realidade organizativa de uma Companhia de combate. No final é-lhe atribuída uma informação qualitativa, baseada em três grupos de itens de resposta fechada e dois de resposta aberta. Esta informação terá de ser abalizada pelo respectivo Comandante de Batalhão e pelo Comando-Chefe que a enviará para a EPI¹⁵³. Apresenta-se, como exemplo, a ficha de avaliação do [Cap. 127] pertencente ao seu arquivo pessoal.

Informação do Estágio na Guiné

QUARTEL EM BACHILE

C. Caç. 16

I

FORÇA DE VONTADE – Bom

BOM SENSO – Muito Bom

ESPÍRITO INICIATIVA – Bom

CONFIANÇA EM SI PRÓPRIO – Muito Bom

APRUMO E APRESENTAÇÃO – Bom

APTIDÃO FÍSICA – Bom

II

ENTUSIASMO PELO CARGO – Regular

LEALDADE – Bom

SENTIDO DO DEVER – Bom

ESPÍRITO DISCIPLINAR – Bom

ESPÍRITO DE EQUIPA E COOPERAÇÃO – Muito bom

MANEIRA COMO TRATA OS SUBORDINADOS – Muito Bom

PODER DE COMANDO – Bom

PRESENÇA DE ESPÍRITO – Bom

III

ESCOLHERIA ESTE OFICIAL PARA TRABALHAR SOB AS SUAS ORDENS?

Sim.

¹⁵³ Nota-circular nº2325/IO Proº. Nº169/70 do Estado-Maior do Exército/5ª repartição de 14 de Agosto de 1970.

ACHOU-O COM APTIDÃO PARA COMANDANTE DE COMPANHIA?

Sim.

IV

O estagiário esteve do antecedente ligado a tarefas dirigentes do ensino oficial secundário.

Revelou uma maturidade, bom senso, espírito de colaboração e chefia notórias em circunstâncias particularmente difíceis, logo após os acontecimentos da C. Caç. 16.

Ótimo colaborador deste comando, granjeou rapidamente o respeito e admiração de todos os graduados.

O Comandante de Companhia

José Maria Teixeira de Gouveia

Capitão de Infantaria

(ficha apresentada e escrita conforme o documento inicial)

ii. O Major-General Abílio Afonso, inquirido em 20 de Novembro de 2012, foi Capitão na Guiné e teve ao seu cuidado formativo um *Capitão do Fim* (Ap I. 5). Interpelado sobre os ensinamentos que lhe proporcionou e em que áreas específicas respondeu da seguinte forma:

Proporcionei-lhe, para leitura, os conteúdos da documentação mais relevante, em uso no CTIG (Comando Territorial Independente da Guiné), necessários ao futuro desempenho do cargo de Comandante de Companhia. O conhecimento das NEP (Normas de Execução Permanente) do CTIG era fundamental, pois mesmo que mais tarde fosse mobilizado para outro território, as NEP deste obedeceriam aos mesmos princípios das que conhecia da Guiné.

Também lhe dei a informação, do que me pareceu mais importante, dos aspectos operacionais (táctica e técnicas), de informações e administrativo-logístico, constantes das publicações correspondentes e complementado com a minha experiência, adquirida até ao momento do seu estágio, apoiada também em anterior estágio meu na Guiné (os QP, como Alferes, fazíamos estágio de um ano nos territórios em guerra).

Transmiti-lhe o que me pareceu essencial sobre a relação com as populações, conhecimento determinante naquele tipo de conflito [Q1].

Seguidamente foi questionado sobre as actividades desenvolvidas pelo estagiário, ao seu cuidado, durante o estágio e sobre as funções que lhe atribuiu. Respondeu da seguinte forma:

Acompanhou, de perto, a minha acção enquanto Comandante de Companhia e, ainda, as actividades dos responsáveis pelas áreas administrativo-logísticas. Também tomou parte em acções de carácter operacional, que pudessem dar-lhe alguma prática dessa realidade essencial. Dei-lhe, ainda, oportunidades de exercitar a acção de comando [Q2].

Foi ainda interrogado sobre o aproveitamento do estagiário e sobre a sua aptidão para a função Capitão. A resposta surgiu: “A preparação não começara nem acabava com a permanência na Companhia. Mas, no que foi possível transmitir-lhe, e pelas suas capacidades e interesse, creio ter assimilado bom contributo para a sua aptidão para as funções” [Q3].

Finalmente foi-lhe perguntado se concordava com este processo formativo acelerado de Capitães, futuros líderes de Companhia (em pleno teatro de guerra).

Não recordo já todo o percurso de formação e qualificações, até serem considerados aptos a comandar Companhia, para campanha com aquelas características. Mas tenho a ideia de que era uma solução aceitável, face à carência e premência de Capitães para os efectivos envolvidos à época. Eu mesmo, como referi, enquanto Alferes QP, tive um estágio em circunstâncias semelhantes – só que de maior duração – e considerei-o um dos melhores passos da minha preparação para, mais tarde, vir a comandar uma Companhia em idêntico ambiente [Q4].

8.7.3. Curso de Comandantes de Companhia

i. Terminado o estágio, com aproveitamento, os Alferes eram graduados em Tenentes e regressavam à EPI, onde iriam frequentar durante dois meses, o Curso de Comandantes de Companhia (CCC), cuja avaliação era de ordem qualitativa: com aproveitamento e sem aproveitamento. Nos considerados aptos variava entre Muito Bom, Bom, Regular e Suficiente.



Figura nº 17 – Fotografia de apresentação dos novos Tenentes regressados do estágio no Ultramar

Fonte: Jornal da EPI: AZIMUTE N.º 80 de 1 de Julho de 1971.

Teve-se acesso a alguns relatórios do curso, pertencentes ao acervo do General Pezarat Correia, que foi seu Director e de cuja organização discordou, tendo mesmo colocado por escrito a sua divergência aos Comandante e segundo Comandante da EPI.

Por exemplo, do relatório de 18 de Fevereiro de 1972, do então Major Pezarat Correia, recolhem-se as seguintes particularidades fundamentais: nenhum dos formandos teve a informação de Bom, vinte e oito foram classificados de Regular e um de Suficiente; o Director adverte que a estrutura da escola de apoio à instrução não está, de maneira nenhuma, orientada para o CCC mas sim, fundamentalmente, para o COM e é, nos elementos a este destinados que, por adaptação, se vai procurar o apoio à

instrução do CCC; considerou inconveniente o período escolar diário de oito horas, “excessivamente longo para conseguir prender a atenção dos instruendos, quando, como frequentemente acontece, todo o período é preenchido com instruções em salas”; relativamente ao corpo de instrutores, embora haja elementos positivos, considera haver aspectos negativos como, por exemplo, o facto de alguns instrutores terem posto inferior a Capitão (excepção dos que já têm experiência do Ultramar) e de não terem experiência da Guerra do Ultramar; também o facto de, para algumas matérias, não se dispor de instrutores em número suficiente é negativo; por fim, apresenta sugestões, propondo que se “proceda a uma revisão geral do programa do CCC”, sugerindo ser o mesmo orientado para um processo de aprendizagem construído à volta dum tema aglutinador, abrangendo “todos os aspectos que se deparam no comando duma Companhia operacional no Ultramar”.

Relativamente ao tema aglutinador ou organizador que, no entendimento de Pezarat Correia, melhoraria a qualidade da aprendizagem, este vem a descrevê-lo no relatório de 13 de Abril de 1972. Diz o Major:

Sente-se que o Curso, no seu aspecto global, carece duma certa objectividade, proveniente das várias matérias estarem demasiado isoladas umas das outras, assumindo excessivamente o aspecto de «cadeiras» dum Curso, e cujo sentido concreto, muitas vezes, foge à percepção dos instruendos, que nunca trabalharam esses assuntos. Pensa-se que se conseguirá atenuar este inconveniente criando-se um “Tema” base para todo o Curso, no qual assentariam todas as matérias que afectam uma Companhia de Caçadores no Ultramar, que assim teriam um elo comum e surgiriam, sucessiva e logicamente, motivadas por factos concretos[Q2]

Há ainda um outro relatório¹⁵⁴ sobre os CCC, datado de 26 de Abril de 1972, onde aparece um único instruendo classificado de Bom. O Director reconhece que não conseguiu fazer deles bons Comandantes de Companhia: “estarão, isso sim, regularmente preparados para poderem comandar uma Companhia”.

Constata-se, que o Director dos cursos, na altura já um homem bem conhecedor da Guerra do Ultramar, é peremptório ao afirmar possuir o curso deficiências de monta na sua organização curricular. Aponta para a estruturação programática, para a distribuição dos tempos lectivos, para a organização do conteúdo, e para carências dos formadores e dos materiais de apoio ao desenvolvimento curricular.

ii. Na entrevista aberta¹⁵⁵ que concedeu em Lisboa, em 1 de Dezembro de 2010, pelas 15 horas e 30 minutos, em sua casa, o General Pezarat Correia foi confrontado

¹⁵⁴ Veja-se Anexo (A I. 2).

¹⁵⁵ Veja-se Apêndice (Ap I. 4).

com vários questionamentos; a todos respondeu, longamente, e de forma reflectida e aprofundada.

A primeira pergunta a ser-lhe dirigida está relacionada com o desempenho de um Capitão, em situação de quadrícula ou intervenção, e as qualidades que essa pessoa deveria possuir para ser um bom Comandante de Companhia, no caso em apreço, um bom Capitão miliciano CCC.

Respigram-se alguns pontos da sua completa resposta:

O ser bom, um bom Capitão, na altura era fundamentalmente ser um Comandante de tropas consciente da situação objectiva que se estava a viver. Esta era a função do Capitão. Porque a maior parte das vezes o Capitão estava isolado com a sua Companhia, portanto tinha muitas vezes que tomar decisões que tornavam o seu poder, quase um poder discricionário. Não podia estar à espera de orientações, de fazer grandes estudos de situações para chegar a decisões; a decisão tinha de ser muito espontânea e portanto o Capitão tinha, fundamentalmente, de ser bem orientado para viver essas situações. Assim, um Capitão miliciano, para além de ser muito novo, no final de contas era um subalterno com três galões em cima, com galões de Capitão e responsabilidades de Comandante de uma Companhia e não de um pelotão. Ele vinha do COM, em que era preparado para comandar um pelotão e, de repente, fazia-se uma extensão da sua preparação para comandar uma Companhia e obviamente que, à partida, era uma homem que estava mal preparado [Q7].

E prossegue o entrevistado:

Ora bem, em que é que devia assentar fundamentalmente a preparação destes Comandantes de Companhia? Tinha de assentar, fundamentalmente, numa preparação técnica, isto é, dar-lhes capacidade técnica para poderem exercer o comando desses homens e, além dessa formação técnica, procurar enquadrar estes instruendos nos ambientes que iam encontrar, nas várias situações, nos teatros de operações onde eventualmente viessem a actuar [Q7].

Dando continuidade à entrevista, o General aborda depois o problema da formação, considerando importante a concentração “na táctica das pequenas unidades, orientada para a contra-guerrilha”. Considera também ser de primordial importâncias as técnicas de Estado-Maior.

Os oficiais iam comandar as Companhias e depois iam-se confrontar, nos teatros de operações, com aquilo a que se chamava de NEP’s – normas de execução permanente – que eram uns documentos elaborados pelos quartéis-generais, até bem feitos, e ajudavam bastante o Comandante da unidade na prática diária. Mas era preciso dar uma preparação mínima: como se consultavam as NEP’s; como se fazia um estudo de situação; quais eram os factores que era preciso analisar no terreno, o inimigo, os nossos meios; como é que se fazia, como é que se tomava uma decisão; quais eram os factores a ter em consideração para a tomada de decisão; como se fazia uma ordem de operações; como se lia a ordem de operações vinda do escalão superior; como é que se elaborava um relatório de operações; como se elaboravam os relatórios de informações; enfim, isto era uma matéria fundamental de que era preciso dar elementos nesta instrução [Q2].

“Depois era preciso caracterizar”, acrescenta ainda Pezarat Correia,

...os teatros de operações, não só como uma leitura político-administrativa daquilo que na altura se chamava as Províncias Ultramarinas, isto é, as Colónias. Também, como é que as tropas se deviam relacionar com as populações civis, como é que se deviam relacionar com as autoridades administrativas, com as autoridades tradicionais. Tudo isto, mas além disso, dar também uns

panoramas sobre as situações concretas que se iam encontrar e que eram bastante diferentes, por exemplo, na Guiné, em Angola, ou Moçambique. Eu lembro-me, por exemplo, que nos meus instruendos causou um certo impacto quando eu falei em áreas libertadas nas mãos do PAIGC, na Guiné, que era um tabu. Na altura não se admitia que houvesse áreas libertadas; nós estávamos a ganhar a guerra em todo o lado e as pessoas ficaram um pouco [pausa]... «então, mas o meu Major está-nos a falar» [pausa]... «eu estou-vos a falar na realidade que vocês vão encontrar, não vos estou aqui a enganar»... [Q 2].

O General falou também, na entrevista, do relacionamento com os *Capitães do Fim* em formação e da tal verdade que tentou transmitir-lhes:

Bom, isso fez com que eu, exactamente pela linguagem de verdade que utilizei com os meus instruendos, tivesse um impacto de muito boa recepção junto deles. Foi uma coisa importante. Eu consegui ter um relacionamento com estes instruendos excelente; ainda hoje tenho provas desse bom relacionamento e isso foi em grande parte consequência, [pausa]... Eu já na altura era um homem politicamente formado, era um homem da oposição ao regime, já tinha participado em várias tentativas de derrube do regime e, por outro lado, era um homem com muita experiência e não tinha quaisquer impeditivos de ordem preconceituosa em falar para os meus instruendos. Na verdade, achava que eles não deviam ir confrontar-se com situações diferentes daquelas que a gente aqui estava a vender [Q7].

Pezarat Correia, a dada altura da entrevista, elucida que tentou consciencializar e não mentalizar:

Outras aulas, eram aulas que eram elaboradas sob o problema da acção psicológica e eu procurei que a acção psicológica fosse uma acção de consciencialização, isto é, dizer aos homens que iam comandar Companhias que tinham de exercer acção psicológica sobre os seus militares, sobre as populações e sobre os inimigos que eles iam encontrar na guerra. Aquilo era uma guerra que, no essencial, era para resistir, não havia ali objectivos para ganhar, objectivos para conquistar. A guerra era fundamentalmente para resistir. Um dos objectivos era trazer o maior número possível dos nossos soldados vivos [pausa]. Parece um pouco contraditório, pois quando se cumpre uma missão arriscam-se baixas [pausa], mas ali a missão fundamental era sobreviver. Não havia objectivos a conquistar a todo o custo, era preciso sobreviver e era preciso, evidentemente, manter uma actividade operacional, porque se nós nos ativéssemos à manutenção do arame farpado nos nossos quartéis, estávamos a dar toda a liberdade de actuação ao inimigo. É a pior defensiva possível. [pausa] Mas era preciso depois, na acção psicológica, em relação às populações, não procurar tratar as populações como objectos, como subordinados, como ocupados [pausa], fazer com que eles fossem soberanos no seu próprio país, ou estávamos a errar completamente. É claro que tudo isto se confrontava com a política, com aquilo que era a política oficial do regime, que era a contrária disto tudo [Q7].

Em função deste aspecto de abordar a formação, este Major, na altura Director do curso, entrou em “conflito aberto”, “em confronto directo com o comando da escola, um confronto insuportável”.

Ora bem, a EPI era, na altura, talvez a unidade mais importante do país. A Escola Prática de Infantaria era fundamentalmente onde se formavam os Cadetes que iam ser oficiais milicianos e depois até Comandantes de Companhia. Ora bem, naquela altura, os cursos de oficiais milicianos, como se deve lembrar, eram uma dor de cabeça para o Comandante da Escola Prática de Infantaria. Ele encarava os oficiais milicianos como grupos subversivos potenciais que lhe iam fazer a vida negra e que fizeram, às vezes [pausa...]. Portanto o Comandante da Escola Prática de Infantaria vivia obcecado pela sua própria carreira, e vivia o pânico de poder ter problemas internos que pudessem por em causa a sua ascensão a General. Assim os Cadetes, os sucessivos COM que passaram pela escola, eram a obsessão da Escola Prática de Infantaria e do comando da escola. Toda a Escola Prática de Infantaria estava preparada para os COM. De maneira que outros cursos, que passavam pela Escola Prática de Infantaria, eram cursos um bocado marginais, eram vistos como marginais. Acontecia que o próprio gabinete de estudos da Escola Prática de Infantaria, um gabinete de estudos com alguma capacidade de planeamento

etc., estava fundamentalmente orientado para apoiar a instrução dos Cadetes do COM e, quando era preciso depois aplicá-los aos cursos de Comandantes de Companhia, eram adaptados; portanto eram extremamente deficientes. A escola estava fundamentalmente preocupada com os Cadetes. Resultado: procuravam que os cursos de Comandantes de Companhia não incomodassem muito [Q2].

Sobre a motivação dos Tenentes milicianos em formação, futuros Capitães, o Director de curso constatou que ela não existia:

Em termos individuais era óbvio que eu me apercebi que não havia motivação nenhuma naqueles jovens para esta função. [pausa] Mas, por outro lado, como eles próprios se aperceberam de que até o próprio Director de curso era crítico em relação à guerra, foi mais fácil porque eu dizia-lhes muito claramente [pausa]: «É pá! Vocês só têm duas soluções: ou desertam e não vão, ou a partir do momento que vão, vocês só têm uma solução, é desempenhar as vossas funções. Porque se vocês não desempenharem, o melhor possível as vossas funções, vocês vão criar problemas para vocês próprios, não só na dificuldade de administrar o pessoal, de controlar o pessoal, mas em combate. Em combate, ou têm uma Companhia que vocês comandam ou arriscam-se a arriscar a vida dos vossos próprios subordinados.[pausa] Portanto, só têm duas soluções: ou desertam e não vão [pausa], é perfeitamente legítimo e compreensível para mim; ou a partir do momento que resolvem ir, nessa altura têm de fazer o melhor possível. É um drama, mas é verdade. Podemos não concordar com a situação de guerra, mas a situação de guerra é uma situação de sobrevivência, portanto a partir do momento que vocês aceitam ir, têm que fazer o melhor possível». E isto foi a mentalização que lhes procurei transmitir e foi compreendida. Eu penso que foi compreendida [Q7].

iii. Poder-se-á acrescentar mais uma informação sobre o processo formativo dos *Capitães do Fim*, colhida agora em pleno campo de peleja, nas terras da Guiné. Quem o transmite é o Major General Hugo Borges, também instrutor¹⁵⁶ em Mafra de alguns desses Capitães. Essa opinião vem ao encontro do que já havia dito Pezarat Correia sobre a sua preparação.

Na minha comissão no TO da Guiné tive oportunidade de apreciar, no terreno, o que era ministrado e o que era necessário, trocando opinião com vários oficiais, particularmente milicianos, sobre o tema.

Não tenho qualquer dúvida de que o modelo de formação técnico/táctica servia. Falhava depois porque a estrutura não se adaptou para, administrativa e logisticamente, lidar com esses recursos – manteve sempre o modelo que supunha ter Companhias com Cmd do QP e Sargentos do QP, o que de todo não sucedia, pois havia Companhias que nem 1º Sargento do QP tinham (de facto) [Q8].

8.7.4. Síntese formativa e análise comparativa de trajectos militares

i. Tendo em consideração tudo o que foi exposto referente às fases de selecção e formação de um *Capitão do Fim*, tenta-se, agora, desenrolar o fio de vida militar completo de um deles, representativo de muitos outros, desnudando um trajecto complexo e longo que comporta a selecção, a formação inicial e complementar e a componente prática no comando de uma Companhia.

¹⁵⁶ Veja-se Apêndice (Ap I. 6).

Tabela nº 17 – Trajecto militar de um Capitão do Fim [Cap. 127]

Actividade (s) Curso (s) Desempenho (s)	Local (ais)de Realização	Duração	Observações Pertinentes
1º Ciclo do Curso de Oficial Miliciano (COM)	Escola Prática de Infantaria (EPI)	De 6 de Julho de 1970 a 24 de Setembro de 1970	Seleccionado para a especialidade de Comandantes de Companhia (CCC)
2º Ciclo do Curso de Oficiais Milicianos (COM), especialidade Comandantes de Companhia (CCC)	Escola Prática de Infantaria (EPI)	De 28 de Setembro de 1970 a 16 de Dezembro de 1970	Considerado apto para a função CCC; promovido a Aspirante-a-oficial miliciano
Estágio na Província da Guiné, como adjunto de dois Comandantes de Companhia do Quadro Permanente	Bachile/Teixeira Pinto/CAOP5/CCaÇ 16	De 4 de Janeiro de 1971 a 5 de Maio de 1971 (Com informação positiva para o desempenho da função Comandante de Companhia)	Graduado em Alferes miliciano a 4 de Janeiro de 1971
Curso de Comandante de Companhia (CCC)	Escola Prática de Infantaria (EPI)	De 17 de Maio de 1971 a 10 de Julho de 1971	Graduado em Tenente miliciano em 14 de Maio de 1971. Classificado de Bom e obtendo o 1º lugar no CCC
Colocação no RC3 de Estremoz. Apresentação em 29 de Julho de 1971	Estremoz/RC3	De 30 de Julho de 1971 a 12 de Setembro de 1971	
Escola de Quadros	Estremoz/RC3	De 13 de Setembro de 1971 a 27 de Setembro de 1971	
Nomeado Comandante do 2º Esquadrão de Instrução da Escola de Recrutas (parte especial)	Estremoz/RC3	De 1 de Outubro de 1971 a 13 de Novembro de 1971	
Escola de Aperfeiçoamento de Quadros	Estremoz/RC3	De 22 a 27 de Novembro de 1971	
IAO (Instrução de Aperfeiçoamento Operacional)	Évora Monte	De 28 de Novembro de 1971 a 16 de Dezembro de 1971	
IAO (2ª Parte)	Sta. Margarida CIM/2º BI	De 7 de Janeiro de 1972 a 13 de Março de 1972	
Embarque de avião para Angola (03.00H)	Lisboa	Em 14 de Março de 1972	Graduado em Capitão em 13 de Março de 1972
Comandante da CCav. 3487	Nas localidades de Belize, Sanga Planície, Miconge, Lândana e fazenda Tabi	De 14 de Maio de 1972 a 29 de Junho de 1974	Louvado pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola
Metrópole	Estremoz/RC3	De 29 de Junho de 1974 a 01 de Agosto de 1974	
Passagem à disponibilidade	Estremoz/RC3	1 de Agosto de 1974	

ii. Face ao conteúdo deste quadro e de tudo o que já foi apresentado, importava contraditar opinião sobre a existência, ou não, de diferenças formativas significativas, entre *Capitães do Fim* e Capitães do QP, formados em tempos próximos, tendo em consideração que os oriundos da Academia Militar também foram contemplados com formação célere, dada a abreviação dos cursos. Um dos respondentes, nestas circunstâncias, foi o já referenciado Major-General Abílio Afonso, que se disponibilizou a fazê-lo em 29 de Novembro de 2012. Eis as suas respostas¹⁵⁷:

Quanto à selecção para CCC e do que percebi, tinham sido sujeitos a critérios rigorosos, pelo que à partida tinham condições indispensáveis de competência. Numa perspectiva de preparação militar, as diferenças mais marcantes eram as resultantes do tempo de formação (os QP com lastro muito maior de doutrina e instrução específicas da subversão/contra-subversão – recebida e também ministrada enquanto instrutores) e da experiência (mais comissões, mais experiência). E isso era muito importante para a capacidade de liderança, fundamental na função de Comandante de Companhia.

Quanto a comportamentos, genericamente, quase tudo era distinto desde o início da formação militar: o ser-se voluntário (QP), ou obrigado (CCC), que resultava como maior ou menor adesão ao cumprimento do serviço militar, agravado com a situação de guerra. É bom ter em conta que os CCC, no geral, eram jovens descontentes, recém-licenciados e em início de carreira profissional abruptamente interrompida; alguns com família constituída também recentemente; e mais politizados, sobretudo pelo ambiente universitário da época. O seu estado de espírito e a sua visão crítica daquela guerra, em muitos casos fundamentada, teria que se reflectir na sua conduta e sobre quem com eles convivia e, especialmente, sobre os seus subordinados.

Claro que não se deve ser simplista nesta visão, porque entre os QP havia cada vez mais casos de contestação assumida; entre os CCC havia muitos casos de defesa do regime. Para a generalidade era um desígnio; cabia cumprir sem fugir às responsabilidades, com dignidade [Q4] e [Q5].

Foi interrogado depois, sobre se lhe causava desconfiança e desconforto ser equiparado, como profissional, a um não profissional com cerca de 14 meses de formação militar, e se este último facto contribuiu, decisivamente, para o agravamento do estado de guerra na Guiné e Moçambique e para o 25 de Abril. Relativamente à primeira parte da pergunta respondeu desta forma:

Era uma situação que admitia como necessidade, porque para os efectivos mobilizados cada vez havia menos Capitães QP e Capitães milicianos de percursos já anteriormente aceites: ter sido subalterno em campanha, ou ter sido chamado de novo às fileiras, após cumprimento normal de serviço como subalterno só na Metrópole.

Admiti com facilidade, talvez porque no meu estágio respeitei e aprendi muito com a experiência dos meus camaradas Alferes milicianos da Companhia, já com forte experiência em acções de intervenção quando eu cheguei. Também porque conheci e respeitei o desempenho, de excelência, de alguns Capitães milicianos. Desde que tivessem o essencial de experiência operacional, sensibilidade para o tipo de luta que se travava, boa capacidade de liderança, sensatez e, ainda, conhecimento e vontade de fiscalização dos procedimentos administrativo-logísticos da Companhia, tinham condições base para cumprir. Por outro lado, não interferia com a carreira dos QP; era uma situação de recurso sem continuidade. E, numa perspectiva de interesse pessoal para os QP, aumentava o tempo de permanência na Metrópole destes até nova comissão.

¹⁵⁷ Veja-se Apêndice (Ap I. 5).

Como nos QP, ou nos milicianos dos percursos anteriormente definidos, havia os mais competentes e os menos competentes; quanto aos «CCC», a probabilidade de menor competência era maior, não pelas capacidades, mas pela preparação menos suficiente [Q6].

Quanto à segunda parte a resposta foi desta forma elaborada:

Não tenho dados que me levem a concluir sobre a hipótese de este grupo de Capitães, por preparação menos suficiente, ter contribuído para o agravamento do estado de guerra nos territórios mencionados. Embora na resposta anterior haja ingredientes suficientes, mais do seu estado de espírito e de ordem comportamental, para dizer que sim. Mas a análise não pode incidir apenas neles. No global toda a preparação já seria menos exigente; para os efectivos também havia oficiais superiores a menos, e Capitães mais antigos eram chamados a ocupar cargos de oficial superior, por exemplo. Na Guiné o armamento do inimigo melhorou e a sua actividade radicalizou-se. Outros factores mais haverá a conjugarem-se, em patamares diversos da estrutura de comando, e até política, para o agravamento do estado da guerra na sua fase final. Claro que, do atrás exposto, grande parte seria contestatária do serviço militar naquelas circunstâncias, desde razões de ordem política até razões exclusivamente pessoais. Assim, constituiriam mais uma componente com efeitos de erosão na situação vigente, consequência da sua desmotivação para o cumprimento de missões atribuídas. O aparecimento de sinais de afronta do regime, certamente que encontraria da Generalidade deles adesão expressiva. Refiro-o no condicional, porque não tive o contacto directo que me permita ser conclusivo. E nisto entronca o poderem ter contribuído, mesmo que indirectamente, para o 25 de Abril [Q6].

Em síntese: o respondente admitiu com facilidade a equiparação em posto com os *Capitães do Fim*, mas não a qualidade dos processos formativos e por consequência a qualificação final para o desempenho do comando de uma Companhia em quadrícula.

Admite que nos QP havia os mais competentes e os menos competentes. Nos CCC o fenómeno repetir-se-ia, mas a probabilidade de menor competência era maior, não pelas capacidades, mas pela preparação menos suficiente.

Por outro lado diz não possuir dados suficientes que lhe permitam afirmar ou presumir da contribuição decisiva dos *Capitães do Fim*, por falta de formação, para o agravamento do estado de guerra. Admite terem contribuído, mesmo que indirectamente, para o 25 de Abril

8.8. Militares do QP: as quatro ideias sobre selecção, formação e comportamentos dos *Capitães do Fim*

No concerto da táctica da investigação ouviram-se neste contexto as opiniões de dez distintos oficiais do QP¹⁵⁸.

8.8.1. Depoimentos

i. O Tenente-General Tomé Pinto foi combatente nos teatros de guerra e desempenhou funções de alta-responsabilidade, integrado no Comando-Chefe de Províncias Ultramarinas. Fez o seu depoimento em 8 de Dezembro de 2010 e nele

¹⁵⁸ Veja-se (Ap I. 6).

considera que, face ao esgotamento de Capitães do QP, havia de tomar soluções. Uma delas foi o desfecho *Capitães do Fim*.

A solução encontrada, foi aquela que exigiu dos Quadros Milicianos elevado grau de patriotismo, de generosidade e de humildade para, em situação de conflito, servirem Portugal. Reconheço esse mérito e merecem o meu respeito, como todos os restantes militares do Serviço Militar Obrigatório, que desviados das suas profissões e sonhos, tiveram orgulho em participar neste esforço nacional a que os políticos não souberam dar um fim digno [Q2].

Está convencido ainda de que “Foi uma situação de excepção e, como tal, deve ser apreciada”. Por outro lado, está convicto de “que a selecção e formação foi válida, e a possível, no tempo disponível face à missão que lhes viria a ser cometida” [Q2].

ii. O Coronel António Taborda, em 29 de Novembro de 2010, comunicou o seu depoimento. Foi oficial com experiência como Capitão nos teatros de guerra africanos, e instrutor de táctica na EPI dos CCC, durante um ano. Na sua última comissão na Guiné, 1973-74, no seu Batalhão, todos os Capitães eram milicianos, excepto ele próprio. O oficial criou uma convicção sobre os *Capitães do Fim*:

Não se pode esperar que um grupo profissional criado à pressa, para suprimir necessidades urgentes, violentamente arrancado à sociedade civil, possa atingir padrões de eficácia e qualidade surpreendentes, salvo raras e honrosas excepções que, pessoalmente, desconheço. O que lhe posso dizer é que, no contacto directo com esses jovens, nunca presenciei qualquer indignidade severa, mas sim lacunas, limitações e fraco poder de combate. Em resumo, o seu comportamento esteve no limiar da dignidade, cumprindo as suas funções, o melhor que puderam e souberam [Q2].

iii. O Coronel David Martelo é um consagrado escritor e historiador sobre o objecto militar; foi Capitão em diversos territórios ultramarinos, Capitão de Abril e do MFA.

Como respondente, em 10 de Dezembro de 2010, o Coronel, começa por certificar que teve, como adjunto durante um estágio, um Alferes do CCC. Lembra-se de lhe ter dito “que tinha pela frente imensas dificuldades e que estávamos perante um recurso que, em si mesmo, era já um indício do esgotamento de meios para cumprir a missão” [Q2]. No entanto, só foi atingido nas suas convicções “sobre a missão de defesa do Ultramar”, ao tomar conhecimento de um Batalhão cujos Comandantes das Companhias operacionais eram três Capitães CCC. Veja-se a sua descrição:

O que mais me atingiu, nas minhas convicções sobre a missão de defesa do Ultramar, foi o ter verificado, entre espantado e horrorizado, que o Batalhão que veio render o meu tinha as três CCaç's comandadas por Capitães do CCC. Nesse momento, percebi que tínhamos perdido a guerra.

Nos breves dias em que decorreu a sobreposição, detectei alguns sinais de ausência de espírito militar na Companhia que vinha render a minha. O Capitão e os Alferes «tratavam-se por tu», o que não era para admirar, depreendendo que eram contemporâneos na EPI. Mas, essa

familiaridade é uma desvantagem que não funciona em lado nenhum. Não funciona no meio civil e é pernicioso no meio militar [Q2].

David Martelo termina o seu depoimento dizendo que na altura discordou da solução *Capitães do Fim* “por a considerar uma solução desesperada” [Q2]. Também não se atreve a alvitrar, o que quer que seja, acerca dos desempenhos e dos protagonismos destes oficiais.

iv. O Tenente-coronel de Infantaria José Aparício respondeu em 5 de Janeiro de 2011. Comandou, como Capitão, Companhias operacionais nos três teatros de guerra, e foi, em Mafra, um atento observador da formação de Capitães milicianos, quando aí colocado. Teve como camaradas vários Capitães milicianos, inclusivamente Capitães CCC. A eles se refere o depoente.

Lidei, por isso, com muitos Capitães milicianos no comando de Companhias, quer em operações a nível de Batalhão e escalão superior, quer com as Companhias vizinhas, nos dispositivos de quadrícula em que me enquadrava.

Sou, por isso, uma das muitas testemunhas do valor, da generosidade e do imenso sacrifício dos meus camaradas Capitães milicianos, com quem convivi com muito prazer em vários cantos do império e que muito fiquei a admirar desde então – ainda hoje são meus Amigos [Q2].

O Tenente-coronel, fruto das suas inúmeras comissões, teve oportunidade de acompanhar a vida militar dos *Capitães do Fim*, e, sobre eles, pode elaborar o seu juízo.

O Exército Português teve uma grande preocupação em preparar, o melhor possível, estes jovens Capitães que passaram, directamente, da vida civil para o comando, em combate, de 150 homens, numa guerra cada vez mais dura e exigente. Porém, com o decorrer dos anos, foram surgindo dificuldades várias, não só nas condições de instrução mas também na quantidade e até na qualidade dos instrutores; em consequência, nos anos finais a qualidade destes cursos de preparação foi-se também deteriorando. Apesar de tudo, mesmo os mais recentemente formados, e em Companhias onde até os Sargentos eram todos milicianos, os seus desempenhos, operacionais e cívicos, foram excelentes em grande maioria [Q2].

Como com eles teve inúmeros contactos, e fez conjuntamente operações militares, foi-lhe possível avaliar os seus desempenhos e protagonismos.

Como atrás já referido, tive pessoalmente muitos contactos com muitos destes *Capitães do Fim*, juízes, arquitectos, engenheiros, advogados, licenciados vários, mas também alguns mais jovens, a meio dos seus cursos profissionais. Fizemos muitas operações juntos, muitas vezes sendo eu o único Capitão do quadro permanente presente. Quando nos encontrávamos discutíamos tudo: a situação militar, as previsões futuras, até política.

Dos que conheci, guardo a melhor recordação; éramos todos Capitães responsáveis pelos homens que nos tinham sido confiados, empenhados em cumprir correctamente as Missões operacionais atribuídas, preocupados com o evoluir da situação, sem vislumbrarmos uma solução.

Muito embora todas as vicissitudes e dificuldades porque passaram, os Capitães do Fim foram, numa grande maioria, excelentes condutores de Homens em situações de combate, e a quem a Pátria muito ficou a dever [Q2].

v. O Coronel João Sena respondeu em 28 de Novembro de 2010. Foi um operacional. Fez cinco comissões no Ultramar. Faz elogios aos Capitães que

combateram em África, do quadro e milicianos, que inclui na categoria de Soldados. Deprecia os oficiais superiores.

Nos treze anos de guerra, foram os SOLDADOS (Capitães, Alferes, Sargentos e praças) quem escreveu uma das maiores Gestas da nossa História, em três teatros de guerra, sofrendo dos tempos, das circunstâncias e dos homens.

Não foi por eles, SOLDADOS, que se perdeu a guerra, como muita gente insinua. Há páginas imortais de valentia, coragem e competência, que muitos Capitães escreveram em África, e das quais não resta memória, porque assim o entendeu quem detinha o poder. Muitas assim ficaram, porque os quadros superiores das Unidades davam mais importância a jogos de guerra, e outros interesses, que saberem o que se passava nas picadas e nas matas onde se combatia.

Encontrei profissionais competentes, com capacidade de comando, valentia e dedicação, como pude verificar que outros, arrancados às suas profissões, comandavam tão bem ou melhor que aqueles que deveriam servir de paradigma [Q1].

O depoente fala também da formação dos quadros, e das tropas, considerando-a deficiente:

Infelizmente, na maior parte do tempo das campanhas, a formação dos quadros, e das tropas, ficou sempre aquém do desejável; uma vez por falta de competência e experiência dos instrutores e as outras restantes porque nas Escolas e Academias se ensinam as guerras já passadas, em condições psicológicas e didáticas por demais deficientes [Q2].

vi. Soares da Cunha respondeu em 27 de Novembro de 2010. É Coronel de Infantaria, reformado, com comissões nos três teatros de guerra no Ultramar. O Coronel opina, dizendo que da sua “experiência em comissões de serviço, nos três Teatros de Operações – Angola, Moçambique e Guiné e, em especial no último” [Q2] – teve conhecimento do comportamento de alguns desses Oficiais. Alguns, afirma o respondente, “revelando-se muito bons nas funções, outros menos bons e outros ainda sem condições para tal desempenho”. Esse mau desempenho, na maioria dos casos, fundamentava-se, conforme disse, “na falta de experiência operacional efectiva, e à menos boa triagem na sua escolha” [Q2].

vii. Manuel Rebocho respondeu em 4 de Outubro de 2010. Foi Sargento Pára-quedista, e doutorou-se em Sociologia Militar pela Universidade de Évora.

Na sua opinião “a formação ministrada a todo o Corpo de Capitães, independentemente do quadro a que pertenciam, era bastante e suficiente para este desempenho, estando a sua diferenciação mais dependente das capacidades que motivavam as atitudes e determinavam as competências” [Q2].

O respondente faz a sinopse: “o desempenho era determinado e diferenciado pelo valor humano e pelas capacidades emocionais e não pela formação e conhecimentos técnicos, que estes eram muito similares” [Q2].

viii. Pires Veloso respondeu em 2 de Novembro de 2010. Era Brigadeiro na reforma, foi combatente no Ultramar e aí desempenhou altos cargos militares. Comandou a Região Militar Norte, no pós-25 de Abril, e nos tempos conturbados do PREC.

O Brigadeiro começa as suas considerações, louvando todo o corpo de milicianos que combateu no Ultramar português. Depois, referindo-se aos oficiais milicianos, na sua opinião “por vezes mal aceites e pouco compreendidos por alguns oficiais do Quadro”, revela que, na sua maioria, “se comportaram, no cumprimento das missões que lhes eram impostas, tantas tão difíceis e arriscadas, com grande sacrifício, com valentia, com patriotismo, a quem a Pátria muito ficou a dever” [Q1].

Referindo-se aos Capitães CCC, afirma que conheceu muitos deles.

Na verdade, tratava-se de jovens que, em determinado momento da vida, terminados ou não os seus estudos, que se preparavam para encetar uma carreira profissional de engenheiros, médicos, comerciantes, etc., e se viram obrigados, de repente, a prestar serviço numa organização militar, para que não tinham a mínima vocação, completamente fora dos seus projectos de vida. Para agravar a situação, o que os esperava era ter que desenvolver uma actividade para que não tinham sido preparados com rigor, quer física, quer psicológica, quer tecnicamente, levando-os por vezes a descontrolar-se, a sentirem-se incapazes de cumprir o que lhes era exigido [Q2].

Houve, no entanto, do conhecimento do depoente, casos excepcionais “pela competência demonstrada no comando das suas tropas”[Q2].

ix. O Coronel Vasco Lourenço respondeu em 2 de Setembro de 2010. Foi um dos Capitães mais célebres do 25 de Abril. Actualmente é Presidente da Associação 25 de Abril. Como depoente verte opinião sobre os Capitães milicianos CCC:

Quanto aos Capitães CCC, penso ter sido a solução encontrada pelo Governo, depois de esgotada a fonte de mobilização dos que haviam feito o serviço militar sem serem mobilizados. Parece-me que a diferença principal para estes Capitães, estava na idade mais avançada de uns em relação aos outros.

Isto porque, apesar dos primeiros já terem uma experiência militar maior, ela verificara-se há tempo suficiente (nove/dez anos) para não surtir qualquer efeito.

Para os novos Capitães, os CCC, optou-se pelo estágio em campanha, que me parece absolutamente insuficiente para a sua formação.

Aliás, esta solução passou também a ser usada para os Alferes do Quadro Permanente, sendo poucos os que, dado ter-se verificado o 25 de Abril, regressaram à guerra como Comandantes de Companhia [Q1].

O depoente tece considerações sobre as soluções de urgência que as guerras improvisam:

Sabemos que as guerras impõem sempre soluções de urgência, de compromisso, pois nunca se está preparado para as necessidades das mesmas.

O exemplo maior foi-nos dado pelos EUA quando decidiram participar na 1.ª Guerra Mundial, a Grande Guerra, e tiveram que formar um enorme contingente, com mobilizações muito urgentes.

No nosso caso, a continuação da guerra, para além do admissível, levou-nos a necessidades imprevistas e a que tivemos de fazer frente com improvisos, criando situações incompreensíveis, se as analisarmos posteriormente, sem considerar os dados de então. Como em tudo na vida...

O facto é que o comando de uma C.Caç, C.Art ou C.Cav, que em situação de quadrícula, na guerra colonial, foi a célula principal de todo o nosso dispositivo, constituiu uma responsabilidade que não deveria ser atribuída a quem não estivesse preparado, nos vários aspectos que essa função requeria [Q2].

O Coronel é muito crítico, pois, à entrega de Companhias de quadrícula nas «mãos» de “Capitães formados à pressa”.

E, se os Capitães profissionais tinham uma formação que, pelo menos teoricamente, os habilitavam ao desempenho dessa função, os Capitães formados à pressa, sem traquejo nem experiência, a que, no caso dos Capitães CCC, se juntava a menor idade e, por isso, menor maturidade, estavam muito menos preparados para assumir a responsabilidade de comandar, em guerra, em operações, um conjunto de cento e sessenta/cento oitenta homens.

É bom ter presente que um Comandante de uma C.Caç, mesmo integrado num Batalhão de caçadores (B.Caç), tinha enormes responsabilidades operacionais, administrativas e de justiça. E quando era uma Companhia independente, a situação, como se compreende, complicava-se mais. Resultado... Talvez fosse interessante estudar a quantidade desses Capitães que, finda a comissão, tiveram que continuar no teatro de operações, à volta com processos de falta de materiais, buracos nas contas, etc., etc. [Q2].

Termina o depoimento com uma ressalva: “O que não significa que alguns não possam ter obtido bons resultados” [Q2].

x. Manuel Monge respondeu em 3 de Junho de 2011. É Major-General, na reforma. Foi Capitão na Guiné em situações de perigosidade máxima, Capitão do 25 de Abril e do MFA.

Escreve sobre os saberes que haviam sido injectados, à pressa, aos *Capitães do Fim*, e está convicto “que os conhecimentos, a formação que lhes foi sendo dada no Exército, foi sendo suficiente enquanto se não chegou a casos limite. Casos limite criados por situações, muito violentas, no final da guerra (nomeadamente na Guiné), e na fase turbulenta e difícil da descolonização” [Q1]. Nestas circunstâncias tornava-se complicado ser líder.

Era difícil, a um jovem Capitão CCC, marcar a diferença, que a nós, militares de carreira, mais velhos, mais fortemente formados, nos era quase natural. Senti que, a estes jovens Capitães, era muito difícil descobrir a atitude mais correcta. O afastamento/distanciamento dos seus jovens camaradas Alferes? Pareceria presunção. A proximidade do tu cá-tu lá? Poderiam perder a liberdade/autoridade de comando. Com os soldados era mais fácil, pela natural escala de distância [Q1].

Manuel Monge teve, sob o seu comando, vários *Capitães do Fim*, numa situação de guerra muito intrincada, por ele comandada.

De Junho de 1973 a Fevereiro de 1974 comandeie o COP 5, no Sul da Guiné-Gadamael Porto. Tive, sob o meu comando, vários Capitães CCC. Eu, Capitão de Cavalaria do QP, fui graduado em Major para exercer esse Comando.

Era uma situação operacional muito difícil. Os «meus» Capitães tiveram um desempenho notável. Depois do desaire de Guilege, «segurámos» a situação em Gadamael, Cameconde e Cacine e, aí, o PAIGC não avançou significativamente mais [Q2].

Pretendeu este oficial juntar mais algumas considerações.

Em muitos casos, nomeadamente na Guiné, que é a situação que conheci com mais pormenor, a maior parte das Companhias viviam no meio das populações. E tinham com estas um relacionamento muito próximo. Era missão da tropa portuguesa, apoiar na saúde, na educação (criando alguns postos escolares), para além da segurança, algo por vezes nebuloso e ambivalente. Aqui, os Capitães CCC eram chamados a exercer, tais como os outros Capitães, funções de administradores civis, e também de juiz, em possíveis litígios criados entre os seus militares e a população civil e até, por vezes, entre a própria população civil.

Como desempenhavam os Capitães CCC esta missão? Julgo que como os demais. Uns melhor, outros pior. Conheço casos de (auto) prestigiados militares do QP, que foram um desastre nas relações com a população! [Q2].

Os Capitães CCC nobilitaram-se, talvez mais que os outros, pois foi-lhes exigido mais, sendo-lhes propiciado menos [Q2].

Por fim, Manuel Monge propõe-se responder à sua auto-questão: “Os *Capitães do Fim*, tiveram pela sua impreparação, juventude ou inabilidade, alguma responsabilidade no Fim da Guerra?”

Há historiadores, analistas, cronistas que procuram explicar o clima do fim da guerra. Cansaço dos Quadros Permanentes, rarefacção do enquadramento (aí entram os Capitães CCC), politização dos quadros mais jovens, influência de ideias anti-guerra trazidas pelos milicianos, diminuição da capacidade dos nossos meios de combate face à melhoria dos meios do adversário (in). E a acção pró-democrática e anti-regime, polarizadas em torno de António de Spínola.

Em consciência, acho que os Capitães CCC, não foram protagonistas à parte dos outros jovens chamados à guerra. Foram *Capitães do Fim* porque chegaram no fim. Se tivessem chegado em 1961 ter-se-iam integrado com o espírito do início da guerra [Q2].

8.8.2. Quatro ideias finais

Pode-se considerar os depoentes divididos por quatro convicções.

Na primeira há discordância da solução *Capitães do Fim* por ser desesperada e de excepção. Há críticos acérrimos à entrega de Companhias de quadrícula nas «mãos» de Capitães formados à pressa.

Na segunda há o convencimento de que a selecção e a formação foram válidas, e as possíveis para o tempo disponível. No entanto, o fraco poder de combate revelado pelos *Capitães do Fim* é atribuído a uma selecção menos cuidada neste campo. O seu comportamento esteve no limiar da dignidade, embora haja conhecimento de casos excepcionais pela competência demonstrada no comando das suas tropas.

Na terceira releva-se que o comportamento era determinado e diferenciado pelo valor humano e pelas capacidades emocionais e não só pela formação e conhecimentos técnicos. Assim, muito embora todas as vicissitudes e dificuldades porque passaram, os

Capitães do Fim, foram, numa grande maioria, excelentes Comandantes de Companhia em quadrícula.

Na quarta, é considerado que, embora os saberes tenham sido injectados à pressa, teriam sido suficientes enquanto não se tivesse chegado a casos limite. Casos limite criados por situações muito violentas no final da guerra (nomeadamente na Guiné), e na fase turbulenta e difícil da descolonização. Mesmo nestes casos é considerado que muitos *Capitães do Fim* tiveram comportamentos notáveis. Há mesmo quem afirme que se nobilitaram, talvez mais que os outros, pois foi-lhes exigido mais sendo-lhes propiciado menos.

Capítulo IX – Questionário Central: análise de resultados

9.1. Tratamento do Questionário Central: resultados obtidos

Este capítulo reporta-se à apresentação dos resultados obtidos através do tratamento feito ao Questionário Central.

9.2. De alguns antecedentes de vida à incorporação no Serviço Militar Obrigatório [I]

Trata-se de conhecer e caracterizar alguns elementos do percurso de vida dos actores da amostra desde o nascimento à entrada no SMO.

9.2.1 Locais de nascimento dos *Capitães do Fim*

Os *Capitães do Fim* nasceram em localidades disseminadas por todo o Continente, passando por Açores, Madeira, antigas Províncias Ultramarinas: Angola, Guiné, Índia e Moçambique. Os locais de nascimento são maioritariamente rurais, 63% situados no Portugal mais interior, periférico e pobre.

Por outro lado Coimbra, Lisboa e Porto e seus concelhos limítrofes agregados, considerados predominantemente urbanos, foram os espaços onde se concentraram nascimentos, 35,6% dos *Capitães do Fim*, o que à partida lhes privilegiaram o acesso à universidade¹⁵⁹.

9.2.2. Escolaridade e profissões dos pais dos *Capitães do Fim*

Veja-se, na figura número 18, a escolaridade possuída pelos pais e mães dos *Capitães do Fim*. A escolaridade predominante é a instrução primária: 53, 2% para a mãe e 43,2% para o pai. Surge, seguidamente, a escolaridade secundária: 30,2% para o pai e 25,2% para a mãe. O ensino superior apresenta um valor baixo de 18,7% para o pai. Para o mesmo progenitor, a situação de sem instrução representa 4, 3%. No entanto as mães estão muito aquém e além daqueles valores: com o ensino superior são 7,2% e 11,5 % sem qualquer escolaridade. Na amostra ressalta de imediato, como era apanágio da época, ser a escolaridade do pai superior à da mãe. No entanto, há outros aspectos merecedores de nota: o elevado analfabetismo existente em ambos os sexos, ainda que inferior ao da época que se cifrava em 44,04% com maior expressão nas mulheres (Nogueira 1996: 115), e a percentagem elevada de sujeitos apenas possuidores da escolaridade mínima. É de realçar ainda a percentagem, significativa para os anos

¹⁵⁹ Veja-se Apêndice III (Tabelas 10 e 11).

Quarenta, de entes masculinos e femininos possuidores do ensino secundário e de indivíduos masculinos possuidores do ensino superior, facto que se vai reflectir na empregabilidade e no tipo de lugares a desempenhar.

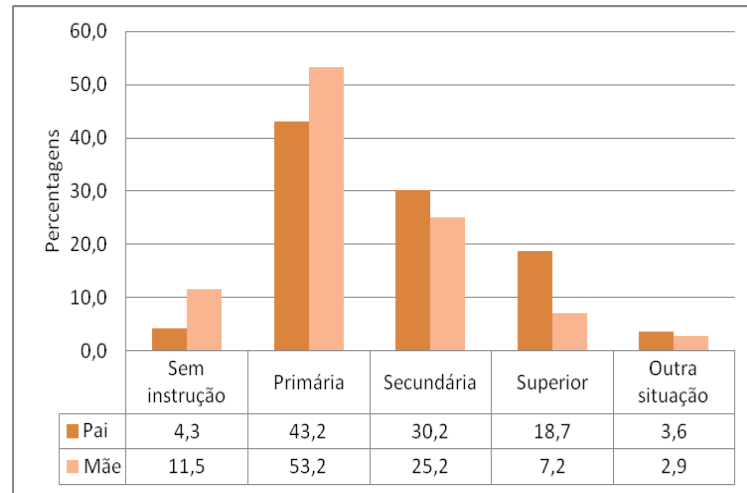


Figura nº 18 – A Escolaridade dos pais e das mães dos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [I. P3].

Está-se em presença de *Capitães do Fim* com origens sociais, culturais e económicas muito diversas, mas filhos, maioritariamente, sob o ponto de vista instrutivo, de camadas populacionais não muito privilegiadas.

Como bem explicita a tabela número 18, a profissão dos pais e das mães estão intrinsecamente imbricadas com as escolaridades anteriormente apresentadas e com o estatuto social que os géneros possuíam e desempenhavam na sociedade. Não admira, pois, que só os pais fossem quadros superiores da administração pública e as mães licenciadas os suplantassem nas profissões intelectuais e científicas, como seria no caso de professora do liceu, por exemplo. Do outro lado da análise, não se estranha que as mulheres fossem em percentagem elevada trabalhadoras não classificadas e agricultoras. Desponta já, ainda que em percentagem pouco significativa, a sua concorrência com os homens à frente de pequenas empresas e no desempenho de profissões de nível intermédio, fruto da sua escolaridade secundária.

Tabela nº 18 – Profissões dos pais e das mães de acordo com a classificação nacional de profissões

Profissões	Pai	Mãe
Quadros superiores da administração pública.	7,8	0,0
Directores e gerentes de pequenas empresas.	8,5	6,4
Especialistas das profissões intelectuais e científicas.	0,7	1,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio.	6,4	5,7
Pessoal administrativo e similares.	64,5	0,7
Pessoal dos serviços e vendedores.	0,7	0,0
Agricultores e pessoal da agricultura e pescas.	1,4	8,5
Operários, artífices e trabalhadores similares.	0,7	0,7
Trabalhadores não classificados.	0,0	64,5
Total (n=).	131	129

Fonte: Inquérito [I. P4].

Outra percentagem significativa para os pais (64,5%) é a do seu desempenho como pessoal administrativo e similares, o que se pode justificar pela obtenção do ensino secundário, facilitador de colocações como empregados da banca, finanças, de escritório, aprovisionamento e planeamento, serviços de contabilidade, operadores de equipamento, caixas e bilheteiras, cobradores, etc.

9.2.3. Data de nascimento e entrada no SMO dos *Capitães do Fim*

A partir das datas de nascimento dos *Capitães do Fim* interessa calcular as idades à entrada para o SMO. Poder-se-á afirmar que existiram Capitães com pouco mais de 20 anos, os mais novos de sempre do Exército Português, e alguns outros com 27 anos. A figura número 19 é bem elucidativa das idades à entrada, predizendo uma média de 25,16 anos (para um desvio padrão de 1,359). Desmistifica-se, assim, aquela frase irónica de Carlos Fabião numa entrevista a Fernando Rosas, já após o 25 de Abril e também já atrás devidamente referenciada, em que se afirmava referindo-se aos *Capitães do Fim*, com alguma ironia: “aqueles rapazes...”.

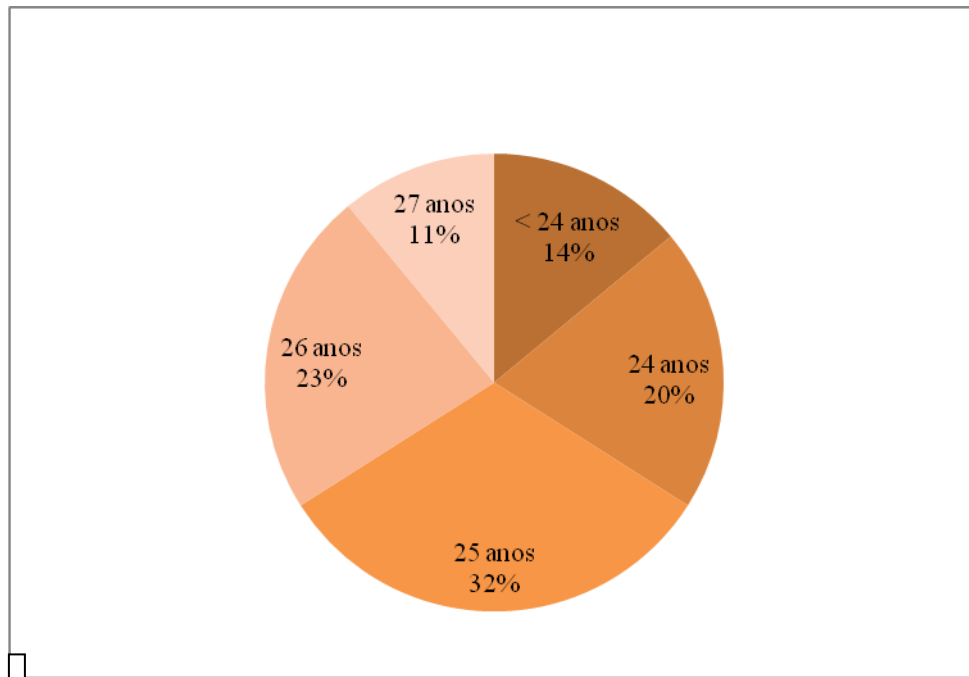


Figura nº 19 – A idade dos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [I. P2].

O coronel Matos Gomes, em depoimento prestado em 24 de Novembro de 2010 para este trabalho, afirma que se foram criando “argumentos pouco consistentes” sobre os *Capitães do Fim*. Na sua óptica “Estes Capitães tinham idades entre os 24 e os 26/28 anos. [Há casos excepcionais de Capitães com 23]. Esta era a idade em que muitos Capitães dos QP, oriundos da Academia Militar, eram promovidos a Capitão e comandavam Companhias. Não há, pois uma «questão de idade»”. O Coronel não andou muito longe dos resultados obtidos na amostra.

9.2.4. Habilitações académicas dos *Capitães do Fim* no acto da sua incorporação

Para fazer parte do corpo de oficiais milicianos e entrar directamente na Escola Prática de Infantaria, EPI, havia que possuir, ao tempo, como habilitações académicas mínimas o sétimo ano do liceu ou equivalente. As habilitações dos que foram *Capitães do Fim* eram muito diversas.

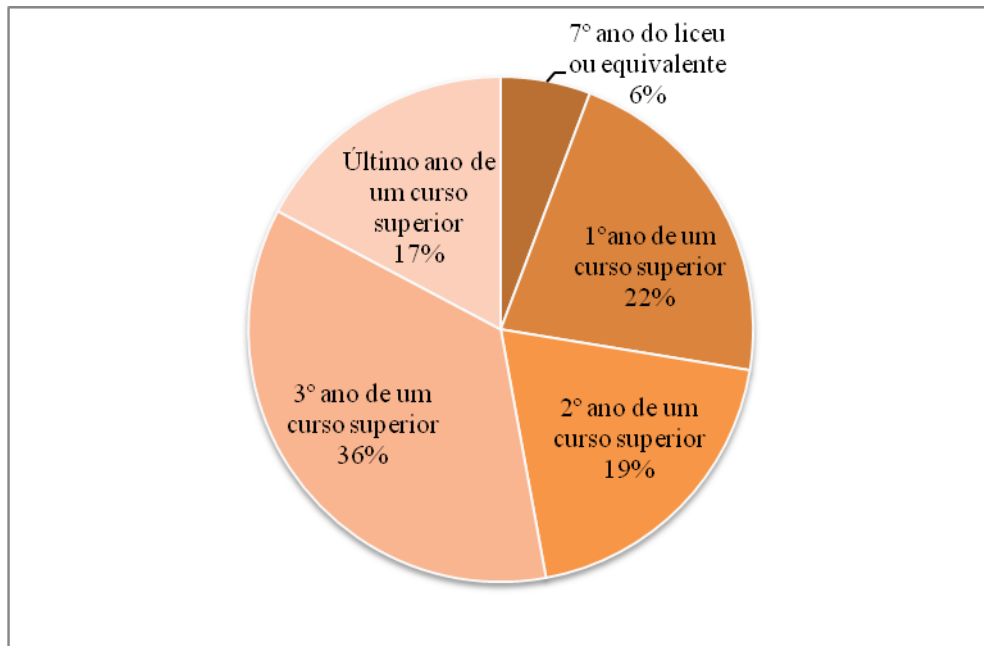


Figura nº 20 – Frequência universitária dos Capitães do Fim no acto da sua incorporação

Fonte: Inquérito [I. P5].

Com o sétimo ano do liceu ou equivalente apenas 6% foram Capitães. A maior percentagem eram estudantes universitários: com o primeiro ano de um curso 22%, com o segundo ano 19%, com o terceiro ano 36% e 17% no último ano.

Fazendo agora o estudo integral das habilitações constata-se a predominância das licenciaturas com 33%, sendo de destacar nestas a preponderância avassaladora das engenharias com 66%, seguida da de direito com 14% e 8% para as letras.

As licenciaturas na área das Ciências, apresentadas na figura número 21, vêm reforçar a ideia de que 70% dos *Capitães do Fim* licenciados possuía todas as cadeiras centrais da componente científica do primeiro ano do curso de Infantaria da Academia Militar.

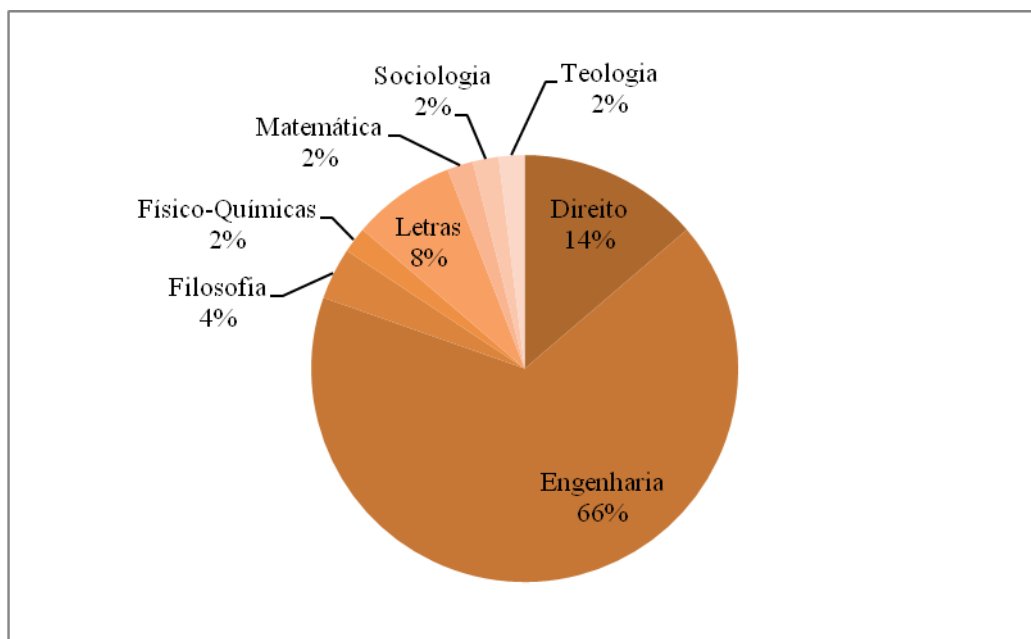


Figura nº 21 – As licenciaturas dos *Capitães do Fim* à data da incorporação

Fonte: Inquérito [I. P5].

Desmistifica-se, assim, a ideia eventualmente formada de que os *Capitães do Fim* possuíam baixas escolaridades.

Afirma o Coronel Matos Gomes no depoimento atrás referido: “não me parece que os Capitães CCC tenham tido mau desempenho no comando das Companhias por uma questão de idade [nem juventude, nem veterania] quando comparados com os Capitães QP, nem falta de habilitações académicas para o desempenho do cargo” [Q2].

9.2.5. Agregado familiar e profissões já desenvolvidas

Quanto ao estado civil dos *Capitães do Fim*, 70% eram solteiros e 30% casados [I. P6]; destes 83% não tinham filhos e 17% já eram pais. Para os que tinham filhos, 71% tinham um, 25% dois e apenas um (4%) tinha três filhos [I. P7].

Face às elevadas habilitações atrás apresentadas e ao estatuto familiar seria legítimo perguntar se alguns dos *Capitães do Fim*, ao ingressarem no SMO, já desenvolviam alguma profissão, ou actividade complementar à situação de estudante universitário, ou actividade profissional condizente com a sua licenciatura. Na realidade, 48% dos respondentes já possuíam emprego na altura da incorporação e 52% não exercia qualquer profissão, o que delega, a todos aqueles, competências acrescidas adquiridas na vida profissional.

Da sub amostra dos que exerciam alguma profissão 33% eram professores. Este número não é de estranhar, dado o alargamento da escolaridade obrigatória efectivado na altura, através da Reforma Veiga Simão, acarretando uma falta de professores em diversas áreas. As vagas existentes, em muitos casos, eram ocupadas por estudantes universitários à espera do ingresso no serviço militar.

Exerciam a profissão de engenharia 13% dos incorporados, profissão prestigiada devido à industrialização iniciada nas épocas Sessenta - Setenta.

A tabela número 19 apresenta a listagem numérica e percentual das actividades desenvolvidas de acordo com a Classificação Nacional de Profissões,

Tabela nº 19 – Profissões desenvolvidas antes do ingresso no SMO

Profissões antes do ingresso	n=	Percentagem
Directores e gerentes de pequenas empresas	2	3,0
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	42	63,0
Pessoal de serviços e vendedores	1	1,0
Técnicos e profissionais de nível intermédio	22	33,0
Total	67	100,0

Fonte: Inquérito [I. P8].

A tabela destaca o exercício de profissões intelectuais e científicas.

9.2.6. Actividades desenvolvidas de contestação à Guerra do Ultramar

O tempo de formação universitária dos *Capitães do Fim* foi simultânea com as grandes movimentações académicas de 1969 e anos seguintes. Estas agitações, criadoras nas universidades e nas associações de estudantes de uma forte consciencialização política, fundamentalmente mobilizada pelo Partido Comunista Português e por diversos movimentos maoístas, iniciaram uma forte contestação à Guerra do Ultramar. Dada a eventual infiltração de perturbação nos quartéis, era pois necessário saber se, durante os tempos de estudante, os *Capitães do Fim*, da amostra, teriam sido elementos activos de algum movimento associativo que condenasse a guerra – a não-guerra e a «guerra à guerra». Pela amostra, verifica-se que 29% durante os tempos de estudante foram elementos activos de contestação à guerra, e 71% não [I. P9].

Embora estando perante um grupo pouco activo, uma minoria esteve associada a essas agitações, tendo-o feito de diversas maneiras, como a figura número 22 atesta.

Destacam-se 79,5 % de participantes em manifestações, 41% aliciando colegas para a causa da contestação à Guerra e 35, 9% intervindo em assembleias de escola.

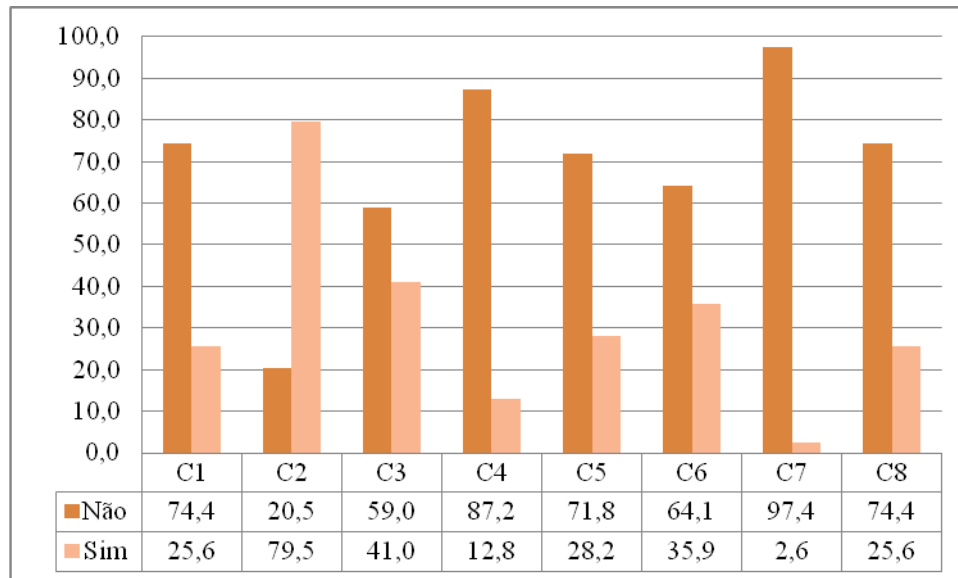


Figura nº 22 – Modos de participação e intervenção dos Capitães do Fim

Legenda:

- C1 - Escrevendo artigos ou panfletos
- C2 - Participando em manifestações
- C3 - Aliciando colegas para a causa da contestação à guerra
- C4 - Incentivando à deserção
- C5 - Esclarecendo colegas prestes a entrar no serviço militar
- C6 - Intervindo em assembleias de escola
- C7 - Não participava em actividades contra a guerra
- C8 - Outra(s) situação(ões)

Fonte: Inquérito [I. P10].

Na amostra há dirigentes da Associação Académica de Coimbra e do Conselho de Repúblicas, participantes activos na revolta estudantil de 1969. Existem também intervenientes no movimento da Capela do Rato de 1972, um participante nas listas da oposição nas eleições de 1969 e um preso pela PIDE devido a actividades desenvolvidas contra a guerra¹⁶⁰.

9.3. Da incorporação na EPI (instrução, instrutores, ambiente, contestação à guerra) [II]

Pretende-se conhecer alguns dados significativos reportados à incorporação e às vivências na EPI, estando neles contidos o ambiente, a instrução, os instrutores, e modos de contestação ao *status*, se os houve, coabitados pelos Soldados-Cadete, mais tarde *Capitães do Fim*.

¹⁶⁰ Apêndice III (unidades de registo 1 e 2).

9.3.1. Da incorporação dos *Capitães do Fim* e dos seus instrutores na EPI

A figura 23 configura os meses dos quatro turnos anuais de incorporação na EPI dos Soldados-Cadetes de onde seriam escolhidos os futuros *Capitães do Fim*. Torna-se evidente que os mesmos tinham a sua realização nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.

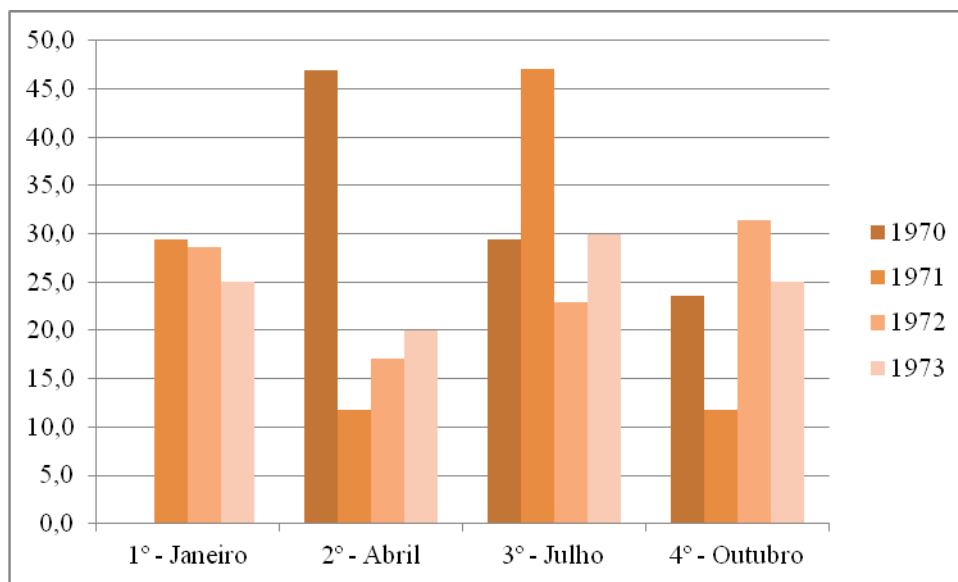


Figura nº 23 – Turnos de incorporação dos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [II. P11.1].

Na figura estão representados os turnos dos anos de 1970 a 1973. Como aí se constata, as incorporações de Abril de 1970, Julho de 1971 e Outubro de 1972 são as de maior representatividade da amostra.

Como é conhecido, ao serem incorporados, os *Capitães do Fim* foram sujeitos a formação e, consequentemente, tiveram os seus formadores. Seria importante conhecer, de forma adjectiva, que atitudes, competências e valores¹⁶¹ atribuem aos seus instrutores dos 1º e 2º ciclos do COM [II. P12].

Relativamente ao 1º ciclo de instrução as atitudes foram discriminadas pelos respondentes de duas maneiras: umas vezes bem formuladas, outras de percepção difusa, observando que “nas Ciências Sociais, o termo designa «uma orientação das condutas ou dos juízos, quando estes apresentam uma certa coerência e uma certa estabilidade»” (Boudon et al. 1990: 21-22).

¹⁶¹ Veja-se Apêndice III: tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Importa realçar que 64,5% dos *Capitães do Fim* não quiseram, não souberam ou foi-lhes indiferente enfrentar este questionamento. Pode tal traduzir-se na percepção de que as memórias sobre os seus formadores já são exíguas e esquecidas, ou as pretendem olvidar.

A análise de conteúdo efectuada permite destacar atitudes “ligadas à disciplina”, “à firmeza”, de “militarismo castrense”, e “compreensão”. Muitas outras entram no campo do desagradável, como por exemplo, o chamamento de «verdadeiro totó».

Quanto às competências (Lapa 2011: 33-35), cujo conceito foi escalpelado no campo teórico, sofrem das vicissitudes das atitudes.

Anota-se em primeiro lugar o aumento para 66% do número das não respostas. Depois vêm as competências indefinidas, que pouco significam: boas, elevadas, razoáveis, reduzidas. Todas as outras se distribuem por um largo espectro, desde o “jeito para conduzir homens” até ao de considerar o instrutor um “agente de desmotivação”.

São, por último, analisados os valores – “a expressão de princípios gerais, de orientações fundamentais e primeiramente de preferências e crenças colectivas” (Boudon et al 1990: 249). Aumentou para 71,6% o número dos que não quiseram ou não souberam responder. Continua a existir um vasto campo de escolhas que passam, por exemplo, por “ser portador de ética militar” e, no campo das menos favoráveis, “ser mau condutor de homens”.

Constata-se, no conjunto, uma percentagem muito elevada - 67,4%, de não respostas. Quatro circunstâncias podem estar em presença: ou se desconhece os conceitos; ou houve imensa dificuldade em responder aos questionamentos; ou existe um desinteresse elevado em falar dos instrutores; ou, ainda, nada de significativo foi observado neles.

Apesar de tudo, as respostas da minoria dos respondentes, interpretadas como favoráveis, apresentam os seguintes valores: para as atitudes 58,0%, para as competências 64,5% e para os valores 72,5%, o que significa uma média percentual de 65%. Conclui-se que a sub amostra de respondentes analisa, nas três componentes, favoravelmente os seus formadores [II. P12].

Relativamente ao 2º ciclo do COM, os procedimentos foram idênticos ao do ciclo anterior. O número das não respostas continua muito elevado e atinge 66% para as atitudes, 68,8% para as competências e 73,3% para os valores. As respostas constituem-

se num espectro largo, diversificado, por vezes contraditório. Basta atentar nas seguintes frases: “frontal e respeitoso”, “orientador”, “disciplinador”, “bom estratega militar”, “coragem e liderança”, que confrontam “prepotência e sem carácter”, “prepotência e arrogância”, “irrelevante” e “fascizantes”.

Continua a verificar-se uma percentagem muito elevada de não respostas, superior à verificada em média no 1º ciclo. As respostas interpretadas e depois traduzidas em termos matemáticos exprimem: para as atitudes 46,8% de respostas elogiosas, para as competências 45,45% e para os valores 61,5%, o que se traduz numa média percentual de 51,28%. Conclui-se que os respondentes da sub amostra analisam, nas três componentes, favoravelmente os seus formadores, embora com um valor inferior aos do 1º ciclo.

Sendo o 1º ciclo generalista, comum a todas as especialidades, na altura muitas vezes com instrutores milicianos, como já foi afirmado anteriormente, é provável que a sua brandura militar dê origem a opiniões mais afáveis. O 2º ciclo é especializado, destinado a formar Capitães, sendo genuíno que os oficiais educadores, sempre Tenentes do QP, tentem aplicar o rigor das práticas militares, por vezes a “roçar o militarismo”, como alguns exprimem.

Na tentativa de dar uma arrumação lógica à desarrumação pronunciada, ordenaram-se todas as palavras ou frases em três categorias: uma que incorpora a ética militar (as atitudes, os valores e os comportamentos do bom militar, vulgarmente designada por atitude militar); outra que ultrapassa a ética militar, é de cariz fascizante e que se designa por militarismo; e, por último, a respeitante à formação dos instrutores, na lógica de que muitos deles faziam o seu tirocínio muito novos sem qualquer «teoria da prática», e outros, mais experientes, cuja vivência nunca havia ultrapassado os muros da EPI. Em qualquer caso nem uns nem outros possuíam experiência de guerra.

A frequência respeitante ao número de respostas dadas que se integram em cada uma das categorias e a conseqüente percentagem está expressa na tabela que abaixo se apresenta.

Tabela nº 20 – As três categorias referentes aos instrutores do 1º e 2º ciclos do COM [II. P12]

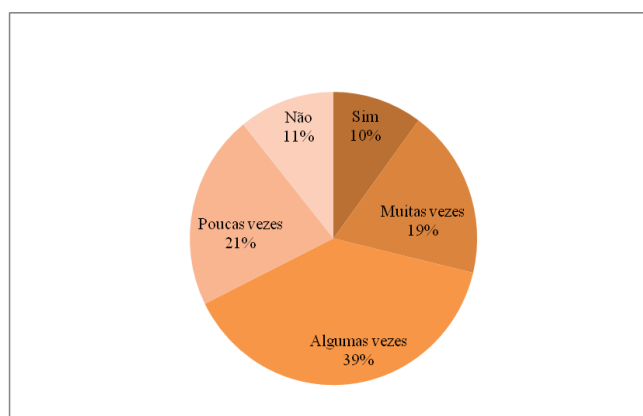
Categorias	Atitudes (%)	Competências (%)	Valores (%)
Na atitude militar	57,6	72,4	57,6
No militarismo	23,2	6,9	16,5
Na impreparação para a função de instrutor	19,2	20,7	25,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito [II. P12].

Constata-se que a sub amostra de formandos, numa percentagem significativa, conformam os formadores na atitude militar, o que vem reforçar os resultados abonatórios expressos anteriormente. O militarismo assume uma percentagem a não desprezar no que respeita às atitudes. A impreparação para ser instrutor apresenta-se numa situação idêntica, fundamentalmente, nos valores requeridos para tal desempenho.

9.3.2. Conteúdos programáticos transmitidos na formação

i. Analise-se agora os conteúdos programáticos, de índole prática e teórica, transmitidos pelos instrutores e a sua adaptação à Guerra do Ultramar. Na amostra, tendo em consideração as alternativas postas à consideração dos respondentes, uma cifra de 10% responde da sua adaptação e 11% não os considera ajustados. No entanto, a resposta mais dada é “algumas vezes” com 39%, seguida de “poucas vezes” com 21%, e de “muitas vezes” com 19% [II. P13]. A grande divisão de apreciações pode querer significar que os formadores, por não conhecerem a guerra *in loco*, dela faziam uma interpretação mais teórica do que real, tal como a haviam aprendido na escola militar frequentada. Pode também estar em causa um deficiente planeamento efectuado pela EPI e uma falta de coordenação entre formadores.

**Figura nº 24 – Adaptação dos conteúdos programáticos à Guerra do Ultramar**

Fonte: Inquérito [II. P13]

Embora todas as condicionalidades, os resultados traduzem que apenas 30% dos inquiridos a considerou válida para a Guerra a enfrentar.

Apesar dos constrangimentos assinalados, pretende-se conhecer as aprendizagens, úteis e necessárias para a Guerra, que foram transmitidas aos formandos. Das inquiridas os futuros Capitães destacam: em primeiro lugar “a preparação física, para ultrapassar obstáculos e percorrer longas distâncias”; em segundo lugar, “armamento e tiro”; em terceiro “a resistência e sacrifício às adversidades físico - naturais”. Só depois são referidas as “técnicas e táticas de contra-guerrilha”, de importância capital na Guerra do Ultramar.

Estas e todas as outras estão bem discriminadas e valoradas na figura que se segue.

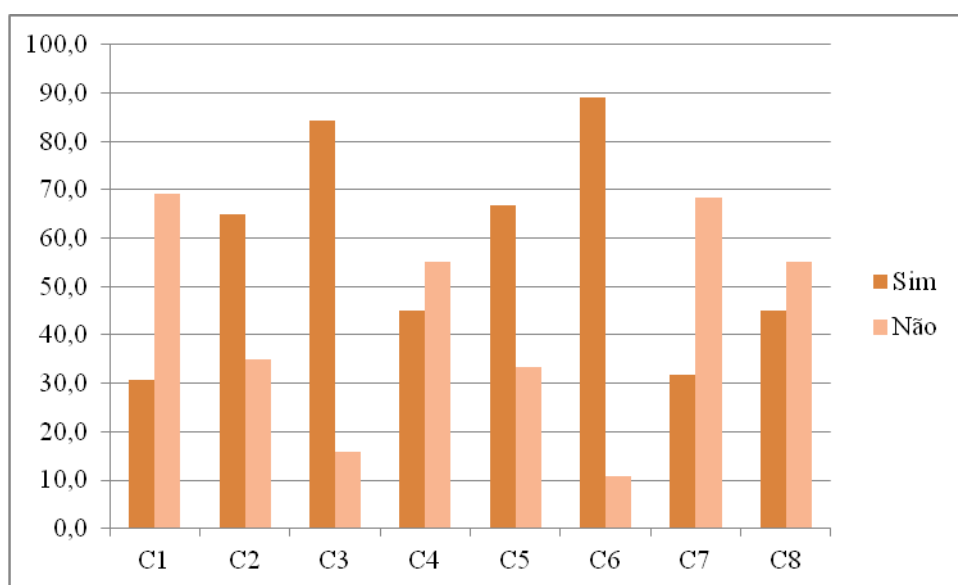


Figura nº 25 - Aprendizagens transmitidas úteis e necessárias à Guerra do Ultramar

Legenda:

- C1 - Acção psicológica e psicossocial
- C2 - Técnicas e táticas de contra-guerrilha
- C3 - Armamento e tiro
- C4 - Logística e NEP'S
- C5 - De resistência e sacrifício às adversidades físico - naturais
- C6 - Preparação física para ultrapassar obstáculos e percorrer longas distâncias
- C7 - Preparação para comandar homens em estado de guerra
- C8 - Atitude, ética e civismo militar

Fonte: Inquérito [II. P14].

Intriga e preocupa que, numa formação de futuros Capitães, a preparação para “comandar homens em estado de Guerra”, “a acção psicológica e psicossocial” e a “atitude, ética e civismo militar” estejam colocadas em tão baixo grau. Torna-se pois

claro que se executou a parte heróica da formação e se descurou quase tudo o que dizia respeito à arte de comandar com ética e civismo militar e às formas de exercer a acção psicológica e psicossocial junto das populações.

O Coronel Matos Gomes (2010) é de opinião que a instrução ministrada aos *Capitães do Fim* foi condicionada pela falta de organização do Exército e da sua incapacidade de adaptar as missões das suas unidades ao evoluir da situação.

Teoricamente, o tempo de instrução era suficiente para preparar um Capitão de uma unidade de escalão de Companhia, desde que se tratasse de uma unidade integrada num Batalhão. Os ingleses tiveram, e têm, este tipo de oficiais, que eles designam por *temporary* e que, no Exército, podem chegar a Major [que é o posto de comando da Companhia]. O que acontece é que, formar Capitães com este sistema, implica [implicaria] ter reorganizado o Exército. A Companhia deveria ter sido reclassificada como uma unidade essencialmente táctica, operacional, subordinada para efeitos administrativos a um Batalhão. O Capitão da Companhia deveria ter um adjunto administrativo [um Sargento-ajudante profissional] e eventualmente, um adjunto para assuntos civis [se a missão o justificasse]. É evidente que a formação era exígua para um Capitão que fosse deixado isolado, sem apoio de um *staff* mínimo, a desempenhar as múltiplas tarefas exigidas ao comando de uma Companhia independente – realizar operações, ocupar território, administrar a Companhia, exercer a disciplina. Mas esta foi uma questão de falta de organização do Exército, de incapacidade do Exército adaptar as missões das suas unidades ao evoluir da situação. Não tinha a ver com a especificidade da formação dos CCC [Q2].

Conclui-se que a chefia do Exército, durante a guerra, não adequou a instrução dos seus quadros às missões que lhes atribuíu, como se pode constatar pelo resultado do inquérito, “e esta conclusão é tão válida para os quadros de complemento, onde se incluem os CCC, como para os quadros permanentes”, diz Matos Gomes [Q2].

9.3.3. Procedimentos individuais ou colectivos contra a guerra

Sendo os tempos de incorporação dos *Capitães do Fim* tidos como incertos, relativamente ao ganhar da Guerra, notando-se já algum cansaço social pela sua continuidade e fazendo-se sentir a contestação, fundamentalmente, nos meios universitários de onde provinham, era importante conhecer se os *Capitães do Fim* teriam sido confrontados, durante a sua permanência na EPI, directa ou indirectamente, com procedimentos individuais ou colectivos indicadores desse mal-estar. Houve 40,6% de inquiridos a responder de forma afirmativa, menos de metade dos formandos. Para esta sub amostra, o procedimento mais referido é “o desprendimento ou desmotivação pelo processo de aprendizagem” apontado por 66%. Seguem-se a “resistência à instrução” e “a contestação à Guerra do Ultramar”, por mais de 30%. Depois aparece a “revolta após ferimentos ou mortes de Cadetes durante a instrução”, assinalada por perto de 20%. A “insubordinação” é por 8% indicada. A figura abaixo apresentada é bem representativa desses posicionamentos.

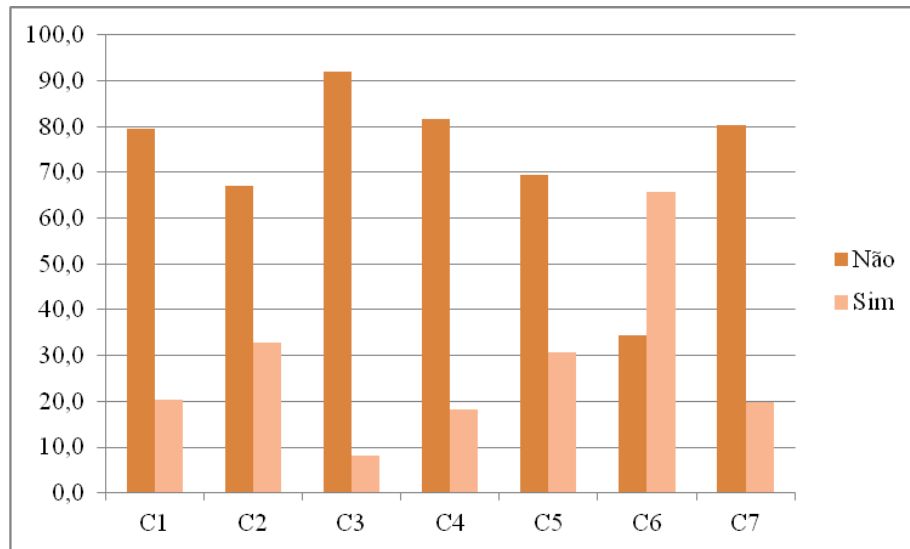


Figura nº 26 – Procedimentos contra a guerra

Legenda:

C1 - Revolta após ferimentos ou mortes de Cadetes durante a instrução
C2 - Resistência à instrução
C3 - Insubordinação
C4 - Desafios à autoridade
C5 - Contestação à Guerra de África
C6 - Desprendimento ou desmotivação pelo processo de aprendizagem
C7 - Deserções

Fonte: Inquérito [II. P15].

Uma significativa maioria de respondentes ao questionamento anterior, 80%, desenvolveram e justificaram o seu posicionamento [II. P15.1.], como lhes era solicitado. Houve necessidade de fazer o seu estudo por análise de conteúdo. Apresentam-se as unidades de registo depois de feita a respectiva categorização:

- Baixas médicas forjadas, desmotivação e refutação a exercícios físicos mais violentos e de maior perigosidade, desprendimento deliberado, alegação de cansaço, faltas de atenção ao instrutor e à instrução.
- Revolta pela morte de um Cadete com um tiro de pistola Walter, numa semana de campo, com recusa a prosseguir os exercícios finais.
- Revolta e provocação da autoridade após o ferimento de um Cadete na carreira de tiro, aquando da explosão de um petardo.
- Levantamentos de rancho por dois motivos: na sequência do incidente da morte de três Cadetes em instrução, e devido à fraca qualidade da comida.
- Rejeição do uso da boina e da efectivação da continência nos dias subsequentes às trágicas mortes.

- Crítica em relação à falta de nível cultural e académico de instrutores.
- Resistência passiva a toda a espécie de militarismo.
- Reuniões de Cadetes PS (politicamente suspeitos) nas fichas da PIDE nas camaratas e em casa de um instrutor ligado ao M F A.
- Distribuição anónima de panfletos, escrita de frases nas paredes contra a guerra, destruição de vitrinas no dia da afixação de especialidades, cânticos do Zeca Afonso aquando da visita oficial do Ministro do Exército.
- Juramento de Bandeira revolucionário: ouviram-se frases contestatárias e as vozes do juramento eram sumidas.
- Prisão de dois Cadetes por desafio à autoridade.
- Seis deserções.
- Passagem de um Cadete a soldado raso por ser do P C P.
- Existência de contestação política e à Guerra em conversas grupais, pequena mas perceptível.

Pediu-se, posteriormente, aos respondentes que, se acaso tivessem sido protagonistas de algum dos acontecimentos anteriormente apresentados, não deixassem de os anotar [II.P15.2.]. Assim o fizeram 18%, uma minoria, que se considerou promotora das seguintes acções:

- Na “ reacção à formatura na parada Leste em dias de chuva ” [Cap. 34].
- Na “ desmobilização de um almoço de confraternização do pelotão de instrução por hostilidade à instituição e por ser organizado a partir da iniciativa do instrutor ” [Cap. 39].
- Num “ levantamento de rancho ” [Cap. 130].
- Na “ apresentação ao instrutor de um conjunto de reivindicações. Os níveis de exigência abrandaram ” [Cap. 40].
- Na “ recusa de realizar uma instrução nocturna, junto da lagoa, porque as condições de visibilidade eram nulas e havia risco de afogamento ” [Cap. 49].

- No “boicote aos exercícios finais dada a arrogância do instrutor do 2º Ciclo. Todo o pelotão aviltou os exercícios fundamentais, de tal maneira, que o Tenente chorou, incapaz de conter esta contestação” [Cap. 77].
- No “incentivo a cantos contra a guerra e na distribuição de panfletos” [Cap. 87].
- Na “organização de reuniões de contestação clara à Guerra colonial, sobretudo com colegas. Esporadicamente com superiores imediatos” [Cap. 91].
- No “envolvimento no 16 de Março de 1974 dentro de Mafra” [Cap. 124].
- Na “atitude de braços cruzados tomada pelo pelotão, aquando da morte de um Cadete na semana de campo, que alastrou a todas as Companhias de instrução, sendo que foram inúteis as negociações havidas ao mais alto nível de comando, a fim de os exercícios serem retomados” [Cap. 92].
- Na “organização da forte contestação simbolizada com faixa preta no braço aquando da imposição dos galões de Aspirante pelo Ministro do Exército” [Cap. 94].
- Na “insubordinação no refeitório quando cerca de 1200 (?) Cadetes se mantiveram em sentido, não obedecendo à ordem de sentar para almoçar. Após várias ordens não obedecidas foi dada ordem de destroçar e todos mandados para casa” [Cap. 109].
- No “Juramento de Bandeira mais contestatário em que quase não se ouviram as respostas dos Cadetes aos pressupostos de juramento, facto que deixou muito incomodadas as autoridades militares” [Cap. 127].

Como estudo complementar efectuaram-se cruzamentos entre as perguntas P5, P9 e P10, na tentativa de esclarecer se as ligações aos movimentos associativos universitários e a participação em actividades contra a guerra cresciam com as habilitações académicas.

Foi efectuado o trabalho de que a tabela 21 é representativa tendo como auxiliar o V. Cramer.

Tabela nº 21 – Cruzamento entre P5, P9 e P10

Categorias	Estudantes do Ensino Superior		Diplomados				
	Não	Sim	Não	Sim	n=	p=	V. Cramer
Durante os tempos de estudante...							
Sendo elemento activo de algum movimento associativo que contestasse a Guerra de África	65,4	34,6	79,2	20,8	134	>05	-
Escrevendo artigos ou panfletos	82,1	17,9	50,0	50,0	38	0,048	0,321
Participando em manifestações	17,9	82,1	20,0	80,0	38	>05	-
Aliciando colegas para a causa da contestação à guerra	50,0	50,0	80,0	20,0	38	>05	-
Incentivando à deserção	82,1	17,9	100	0,0	38	>05	-
Esclarecendo colegas prestes a entrar no serviço militar	71,4	28,6	80,0	20,0	38	>05	-
Intervindo em assembleias de escola	53,6	43,4	90,0	10,0	38	0,044	0,333
Participando em actividades contra a guerra	96,4	3,6	100	0,0	38	>05	-

Fonte: Inquérito [c. P5, P9 e P10].

Numa descrição genérica dos valores do quadro sobressai para os dois grupos a dominância da categoria de “não” participação nas diversas actividades. É de sublinhar que, mesmo assim, os mesmos valores fazem ressaltar que um número significativo de respondentes esteve associado à contestação. Nunca descem abaixo dos 17% para aqueles que se encontravam a estudar no ensino superior, embora, para os licenciados, as categorias de resposta “Incentivando à deserção” e “Participando em actividades contra a guerra” não revelem qualquer adesão o que, em nosso entendimento, era expectável face a um regime repressor que perseguia os activistas no acesso e na manutenção do emprego.

Mais: no caso da variável “participando em manifestações” a adesão, não rotulável e feita em massa, é muitíssimo expressiva para as duas categorias em análise de estudantes e de diplomados o que deve ser salientado.

As variáveis em que a distribuição dicotómica de respostas mais se faz sentir pela diferença a favor da “não” participação parecem estar associadas a manifestação públicas explícitas o que, também era expectável, para ambas as situações se traduz em diferenças de representação estatisticamente significativas ($p < ,05$) com considerável grau de intensidade (V. Cramer $> ,300$).

Estes valores, com excepção das manifestações, parecem confirmar a baixa participação dos respondentes na contestação à guerra.

9.3.4. Sentimentos despertados pelo primeiro dia na EPI e pelo último no final da especialidade

Pelo facto de os *Capitães do Fim* estarem sujeitos a um primeiro período formativo de seis meses na EPI, seria importante analisar, e confrontar, os sentimentos despertados no dia de entrada nessa escola com o dia da saída, altura em que termina o estágio formativo. Convém saber que não ter sentimentos é “não revelar sensibilidade perante um facto ou situação” (Boudon et al 1990: 385), o que não seria o caso. Há demonstração de sentimentos nesses dois estádios – entrada, saída – já que eles expressam, sempre, um conjunto de exteriorizações resultantes de um “estado psicológico e suas manifestações, resultantes das pulsões de afecto ou aversão” (Boudon et al 1990: 385).

Foram listados todos os sentimentos associados ao primeiro dia na EPI [II.P16], sendo o mais referido a “expectativa”. Outros, no entanto, se realçam: “ansiedade”, “apreensão”, “curiosidade”, “estranheza”, “frustração”, “medo”, “preocupação”, “receio”, “revolta”, e “tristeza”. Há ainda alguns bastante significativos, embora menos escolhidos, como “vazio interior”, “claustrofobia”, “revolta grande”, “fantochada”, “cárcere”, “humilhação”, “imenso vazio”, “náusea” e “perda de liberdade”. Também há quem pense vir cumprir “um dever cívico obrigatório”. Conclusão: os *Capitães do Fim*, pelos sentimentos expressos, e salvo raras excepções, não exprimiram exaltação pela entrada numa escola de formação militar, que os destinava, à partida, para o desempenho das funções de subalterno na Guerra do Ultramar. Ao contrário, são manifestados sentimentos de angústia pelo constrangimento da falta de liberdade e de pouca ou nenhuma motivação para a função de Oficial miliciano das Forças Armadas. Há mesmo um que se diz «nu no deserto».

Fazendo agora uma análise categorial rigorosa baseada na listagem de todas as respostas, obtêm-se os resultados que a tabela expressa.

Tabela nº 22 – Categorias de sentimentos à entrada na EPI-início do 1º Ciclo COM

Sentimentos	Percentagens	n=	
		Positivas	Negativas
Aventura	4,2	6	-
Cepticismo	9,2	-	13
Curiosidade	15,0	21	-
Cumprimento de um dever cívico	2,8	4	-
Expectativa	11,0	15	-
Inquietude	12,0	-	17
Perda de liberdade	9,2	-	13

Sentimentos	Percentagens	n=	
	Total	Positivas	Negativas
Resignação	8,5	12	-
Revolta	12,0	-	17
Tristeza	16,0	-	22
Total (n=)	140	58	82
		Percentagens globais	
		41,4	58,6

Fonte: Inquérito [II. P16].

A análise do quadro expressa a tristeza, a curiosidade e a inquietude, como as três categorias eleitas. A primeira e a última poderão ter sido obstaculizadoras do processo formativo. Do quadro também ressalta existirem, à partida e na globalidade, um conjunto significativo de sentimentos negativos à consecução da instrução.

No último dia, no final da especialidade do 2º ciclo COM [II. P 17], o “alívio” é o sentimento maioritariamente expresso e também o “fim de algo”, mesmo sabendo que iriam continuar a sua formação para Capitão. São ainda apresentados, significativamente: “passo seguinte”, “receio”, “medo”, “alívio e receio”, “alívio e apreensão”, “angústia”, “expectativa”, “fim do princípio”. E ainda “indiferença”.

Este último sentimento, e muitos outros listados, podem dar a ideia da pouca convicção com que se encarava o posto futuro, de tão elevada responsabilidade. No entanto, há também quem se sinta preparado para a guerra, afirmando-se “física e psicologicamente pronto”.

Não se registam grandes motivações para o desempenho de funções militares importantes.

Procedendo a uma análise categorial rigorosa, como se fez anteriormente, fundamentada na listagem de todas as respostas, obtêm-se os resultados que se expressam na tabela seguinte.

Tabela nº23 – Categorias de sentimentos à saída da EPI - final do 2º ciclo COM

Sentimentos	Percentagens	n=	
	Total	Positivas	Negativas
Alívio	24,5	-	26
Dever cumprido	12,2	13	-
Determinação	2,0	3	-
Expectativa	6,6	7	-
Libertação	3,7	-	4
Receio quanto ao futuro	32,0	-	34
Resignação	8,4	9	-
Revolta	10,6	-	10
Total (n =)	106	32	74
		Percentagens globais	
		30,2	69,8

Fonte: Inquérito [II. P16].

Ter “receio quanto ao futuro”, sentir “alívio” e “dever cumprido” são as três variáveis eleitas, podendo a última converter-se em facilitador do processo formativo que falta percorrer.

O quadro é bem representativo da percentagem elevada de sentimentos negativos à saída do 2º ciclo COM, muito superior aos da entrada. Pode-se concluir que a formação não se assumiu como factor de motivação para um bom desempenho no serviço militar. Por arrastamento para a função Capitão¹⁶².

9.4. Sobre a selecção e a formação para a função Capitão [III]

Aborda-se neste módulo os procedimentos de selecção para Capitão e o processo formativo que inclui o estágio e o CCC.

9.4.1. Sobre a selecção para se ser *Capitão do Fim*

É de importância capital conhecer se os Capitães do Fim abraçaram a função de forma voluntária ou se para tal foram obrigados. Dos *Capitães do Fim*, constituintes da amostra, 17% ingressaram no processo formativo como voluntários e, como é óbvio, 83% foram obrigados a aceitar esse posto [III. P18]. Desde já se conclui que a esmagadora maioria foi obrigada a integrar a função.

Na sub amostra dos obrigados ao desempenho da função, 44,3% respondem desconhecer o motivo por que foram seleccionados, 18,3% declaram ter sido por já possuírem uma licenciatura, 14,8% indicam ter sido escolha do instrutor do 1º ciclo do COM, 11% estão convictos que foi por ocuparem os primeiros lugares da seriação

¹⁶² Apêndice III, tabelas 7 e 8.

psicotécnica, 5,2% por terem mais idade, 4% pelas competências já adquiridas na vida civil e 2,6% por possuírem as habilitações académicas mínimas exigidas – 1º ano de um curso universitário.

É estranho este conhecimento fraccionado e superficial dos modos de selecção. É lacuna grave a forma como se comunicava na instituição militar. Mas surpreendente a indiferença com que os Soldados-Cadetes, futuros *Capitães do Fim*, permaneciam desinformados (55%) sobre factos que condicionariam a sua vida militar futura.

Pretendeu-se conhecer algumas das disposições para o voluntariado utilizando o cruzamento entre questões do QC.

Por cruzamento entre as questões P2 e P18, concluiu-se que a idade influenciou a predisposição para se ser voluntário.

Tabela nº 24 – O voluntariado e a idade

	Voluntariado para o exercício da função Capitão			
Idade	Não	Sim	n=	p=
Menor ou igual a 24 anos	74,4	25,6	139	> 0,05
25 ou mais anos	86,5	13,5		

Fonte: Inquérito [c. P2, P18].

A tabela é indicativa de que a propensão é superior para as idades extremas, embora maior para os de menos de 24 anos, seguidos dos que tinham mais de 25 anos.

Conheça-se, agora, a relação existente entre os anos de frequência de ensino superior e a opção pelo voluntariado para o exercício da função Capitão, pelo cruzamento entre os questionamentos P5 e P18.

Tabela nº. 25 – O voluntariado e a escolaridade universitária

	Voluntariado para o exercício da função Capitão				
Escolaridade	Não	Sim	n=	p=	V. Cramer
1º ano do curso superior	55,6	44,4	81	<0,05	0,367
2º ano do curso superior	82,4	17,6			
3º ano do curso superior	83,9	16,1			
Último ano do curso superior	100,0	0,0			

Fonte: Inquérito [c. P5, P18].

Pela análise da Tabela 25, constata-se a tendência para existir uma distribuição inversa entre categorias, ou seja, a propensão para o voluntariado é mais expressiva nos casos de menor escolaridade.

Por último associou-se a opção de voluntariado com a ocupação ou profissão desenvolvida antes do ingresso no SMO, ou seja, desenvolveu-se um cruzamento entre P8 e P18.

Tabela nº 26 – O voluntariado e o desenvolvimento de uma ocupação ou profissão

Escolaridade	Ocupação ou profissão na altura de decidir pela participação		n=	p=
	Não	Sim		
Não	77,5	22,5	138	>0,05
Sim	88,1	11,9		

Fonte: Inquérito [c. P8, P18].

Da tabela 26 deduz-se a tendência para uma distribuição inversa entre categorias: ter tido uma ocupação ou profissão prenuncia uma menor predisposição para o voluntariado.

Pode tirar-se a conclusão de que para esta amostra a menor idade, ou idades muito elevadas, as baixas escolaridades e o não desempenho de qualquer ocupação ou profissão antes do ingresso no SMO, proporcionaram o voluntariado.

Quer tivesse sido por obrigação quer por voluntariado, no momento em que souberam da sua selecção, um turbilhão de sentimentos deve ter afrontado estes futuros Capitães.

A figura que se segue é elucidativa.

O sentimento mais assinalado, por 33%, é a “decepção”. No entanto, 28% encararam o facto com naturalidade. Depois aparecem um conjunto de outras situações, sendo de realçar: “o receio” com 22% e com 19% a “revolta”. É assinalado por 15% “A conquista de uma situação vantajosa relativamente aos Alferes atiradores”. A percepção de não terem adquirido competências para tais desempenhos é escolhida por 12%. “A motivação para o desempenho” é assinalada por 9% e o “entusiasmo” de vir a ocupar tal cargo é registado por 4%.

Se forem analisadas as respostas pelo prisma do “não” a figura torna-se bem conclusiva: não existe entusiasmo, motivação para o desempenho e há a percepção de que não se adquirirá competências para tal desempenho.

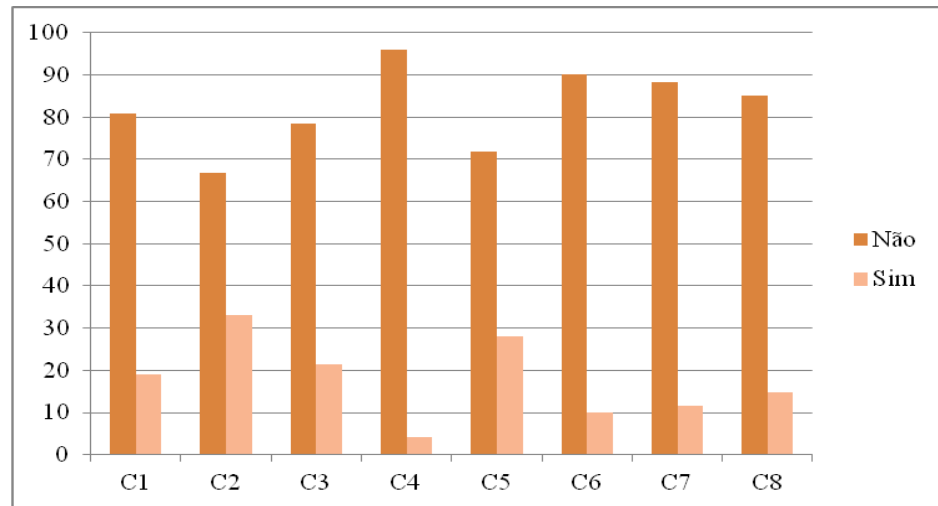


Figura nº 27 – Sentimentos expressos no acto de selecção para Capitão

Legenda:

C1 - Revolta

C2 - Decepção

C3 - Receio

C4 - Entusiasmo

C5 - Encarei com naturalidade

C6 - Motivação para o desempenho

C7 - Percepção de que não adquiriria competências para tais desempenhos

C8 - A conquista de uma situação vantajosa relativamente aos Alferes atiradores

Fonte: Inquérito [III. P19].

A conjugação dos resultados anteriores revelariam preocupações para quem tivesse a incumbência de formar para o combate futuros Comandantes de mais de 150 homens. Não se vislumbra motivação e inspiração propensas a desempenhos entusiastas e a protagonismos.

O ser casado e ter filhos também não predispõe ao desempenho da função Capitão e a figura 28 disso é elucidativa.

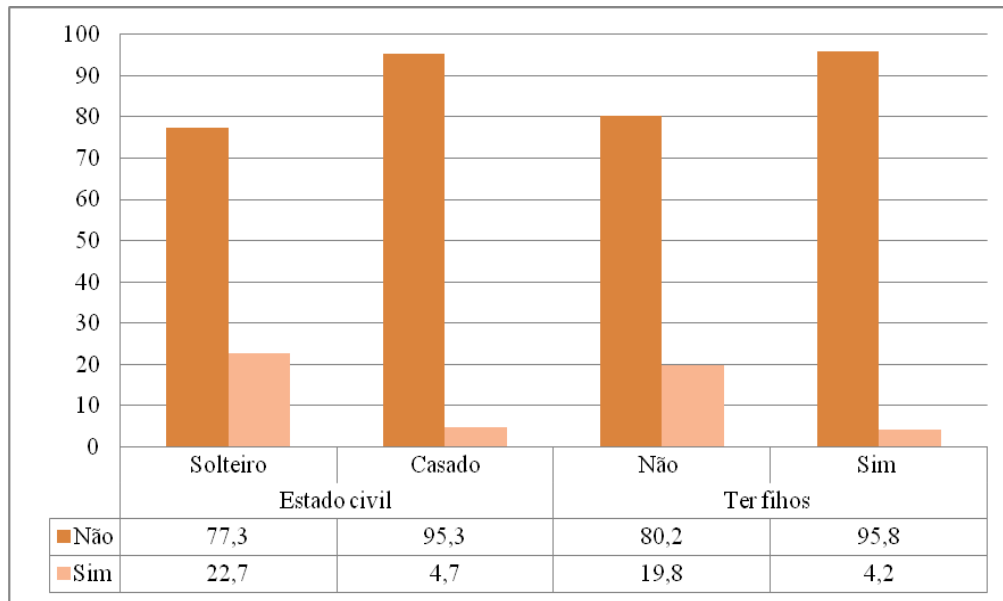


Figura 28 – Predisposição segundo a condição familiar e os descendentes

Fonte: Inquérito [c. P6, P7, P18, P19].

A condição familiar e os descendentes, como se apurou cruzando P6 e P7 com P18 e P19 e a figura bem representa, constituem-se também complicadores de um bom desempenho.

9.4.2. Sobre a formação especializada para se ser *Capitão do Fim*

Após o ciclo formativo de seis meses na EPI, a continuidade do processo realizar-se-ia numa das ex-Províncias Ultramarinas sob a forma de um estágio de quatro meses, com o posto de Alferes, e na qualidade de adjuntos dos Comandantes de Companhia do local onde fossem colocados. Constatou-se que 66% estagiaram em Angola, 28% na Guiné e 6% em Moçambique [III. P20].

Da amostra, 48% classificam a ZA da Companhia onde estagiaram como de intermédia subversão, 25% de fraca subversão, 24% de forte subversão e apenas 3% como zona pacificada. Significa o facto de que cerca de um quarto dos estagiários enfrentaram situações de guerra muito difíceis, com contactos com o IN de forte intensidade [III. P21].

Participaram em operações de vários tipos. As operações mais assinaladas são patrulhas de reconhecimento por 87%, escoltas por 73%, e 62% menciona seguranças imediatas. Em emboscadas caíram 39%, batidas são referidas por 35%, e 22% mencionam assaltos a acampamentos. Menos falados são os golpes de mão, apenas por

12%, e nas “grandes operações que a história da guerra evidencia” só 1,5% participou [III. P22].

A figura que abaixo se apresenta é bem esclarecedora do que acaba de ser dito.

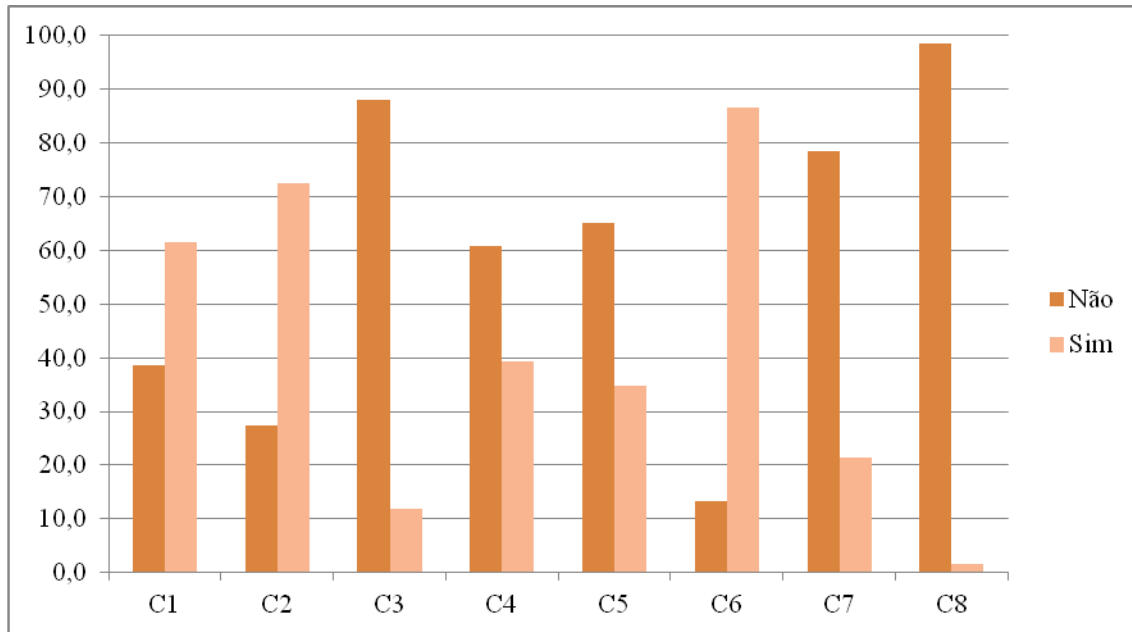


Figura nº 29 – Acções realizadas em estágio

Legenda:

- C1 - Seguranças imediatas
- C2 - Escoltas
- C3 - Golpes de mão
- C4 - Emboscadas
- C5 - Batidas
- C6 - Patrulhas de Reconhecimento
- C7 - Assaltos a acampamentos
- C8 - Grandes operações que a História da Guerra evidencia

Fonte: Inquérito [III. P22].

Na execução destas acções 43% tiveram contacto com o IN e 57% não [III. P22.1]. Na sub amostra, um elemento indica ferimento grave originando deficiência, outro refere ferimento grave sem consequências de deficiência e outro alude ferimento ligeiro sem necessidade de evacuação. Portanto, os ferimentos surgiram em muito poucos casos, mas é episódio a realçar o número elevado de estagiários em contacto directo com o IN, quase metade, o que sob o ponto de vista formativo é de todo relevante [III. P22.2].

Para além das actividades operacionais, era conveniente conhecer outras actividades desenvolvidas pelos futuros Capitães, proporcionadoras de diferentes aprendizagens, necessárias à sua função.

A aprendizagem de comando é assinalada por 79% dos respondentes, surgindo depois com 53% actividades de serviço de secretaria e logística. A elaboração de relatórios é referida por 50%, e por 44% o planeamento de operações. Actividades intrínsecas ao bem-estar dos subordinados por 43% são sinalizadas. A importante acção psicossocial é nomeada apenas por 38% e, por 28%, a formação em comunicações. Outras são expostas apenas por 7%, como por exemplo: comando de GE's e TE's, criação de escolas, contactos com movimentos de libertação, elaboração de processos contra a PIDE e serviço no Tribunal de Tete.

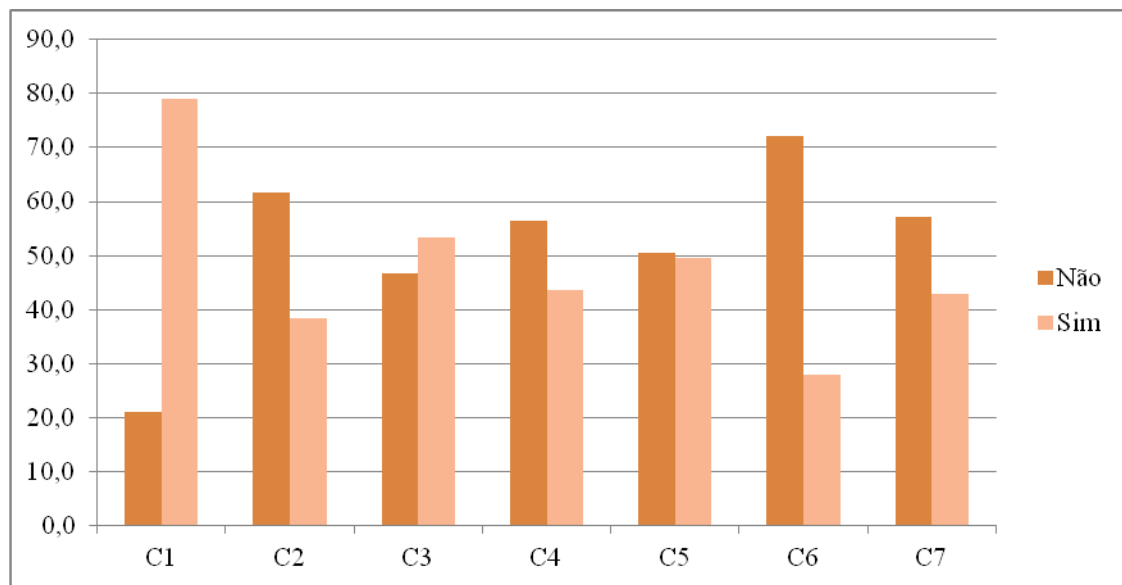


Figura nº 30 – Outras actividades proporcionadoras de distintas aprendizagens necessárias à função

Legenda:

- C1 - De comando
- C2 - De Acção Psicossocial
- C3 - De serviço de secretaria e logística
- C4 - Planeamento de Operações
- C5 - Elaboração de Relatórios
- C6 - De Comunicações
- C7 - De bem-estar dos subordinados

Fonte: Inquérito [III. P23].

Assinala-se na figura, pela negativa, a quase paridade entre o “sim” e o “não” na categoria C3, sendo esta fundamental para o comando de uma Companhia em situação de quadrícula.

De outro modo, as categorias de actividades que a figura apresenta expressam o leque de conhecimentos que deveria possuir um Comandante de Companhia naquela situação. Ressalta-se, pela positiva, a ênfase dada às acções de comando em contraponto ao que havia sido feito na EPI, na fase formativa anterior.

Saiba-se agora a que quadro pertencia o Capitão, Comandante de Companhia, coordenador dos respectivos estágios: 62% indicam ser do QP, 27% do QC e 11% do QEO. Repare-se que os Capitães milicianos já tomaram parte neste processo em número significativo, embora a grande maioria pertencesse ao QP [III. P24].

Podem conhecer-se também as três centralidades do processo de aprendizagem.

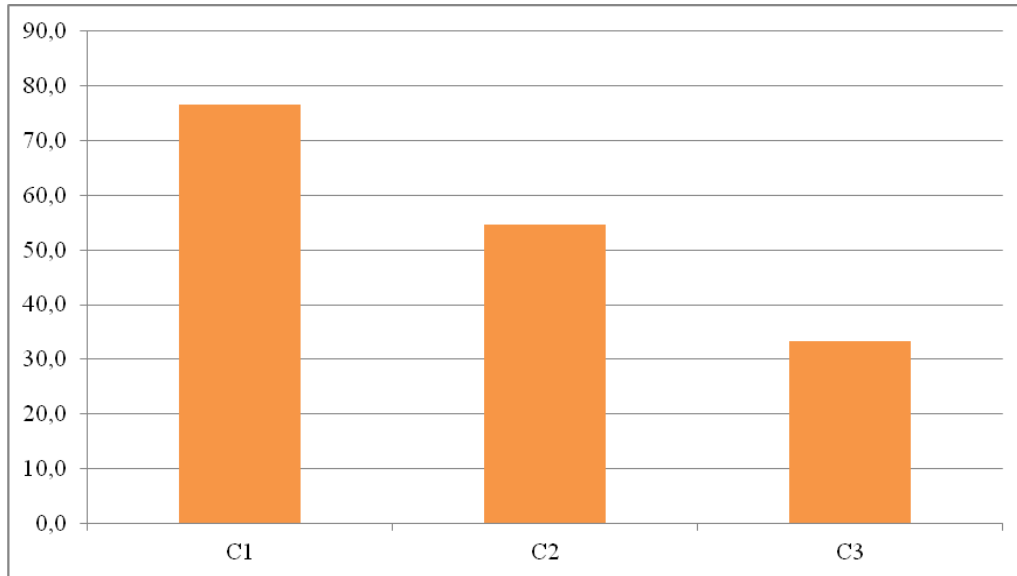


Figura nº 31 – As três centralidades do processo de aprendizagem

Legenda:

- C1 - Aprendeu com um Capitão competente e experiente
- C2 - Aprendeu com um Capitão preocupado com a sua formação
- C3 - Aprendeu com as vivências e a realidade da guerra

Fonte: Inquérito [III. P25.1].

A maioria dos futuros Capitães consideraram C1 e C2 como as categorias mais importantes para a sua formação. De facto a aprendizagem esteve centrada na competência e experiência do formador e no contacto com a realidade.

Neste contexto formativo interessava então entender a importância de tal estágio para o resto do percurso militar destes futuros *Capitães do Fim*. Da amostra, 88% consideraram ter sido o estágio importante [III. P25], o que releva o anteriormente dito sobre a «teoria da prática» em contexto real. Não admira que sublinhem quatro formas de aprender como as mais valiosas: aprender com as vivências e a realidade da guerra, aprender familiarizando-se com todas as vertentes do funcionamento de uma Companhia, aprender fazendo com a cooperação de vários elementos da Companhia, e aprender comandando homens em situações difíceis e adversas.

Face à importância atribuída ao estágio pelos *Capitães do Fim*, importava saber se, no seu final, o Comandante de Companhia formador havia reconhecido e valorizado o trabalho do estagiário. Dos respondentes, 50% consideram ter o Comandante de Companhia reconhecido e valorizado o trabalho. A mesma percentagem considera que não [III. P26].

É de realçar e estranhar o facto de metade dos respondentes ter declarado que o seu trabalho não foi valorizado nem reconhecido. Por esse facto pretendeu-se conhecer, na sub amostra dos que receberam reconhecimento e valorização do trabalho, a forma como foi feito. Das categorias de análise que constituem a questão [III. 26.1] apenas duas foram referidas enquanto elementos de avaliação: a avaliação qualitativa elevada, atribuída pelo Capitão formador a 36% dos formandos, enquanto a 57% foram dirigidos elogios e incentivos públicos. Foram formalizados louvores a 7% dos formandos.

A análise dos resultados da amostra deixa a convicção de que uma avaliação qualitativa de Bom, formulada nos moldes expostos no capítulo anterior, foi atribuída apenas a cerca de 40% dos formandos.

Depois de regressarem do estágio, os futuros *Capitães do Fim*, agora Tenentes, frequentaram um Curso de Comandantes de Companhia, CCC, na EPI. Seria de todo vantajoso saber como classificaram esse curso, dada a sua considerável importância para desempenhos futuros. A figura que abaixo se apresenta é bem informativa. Demonstra que os formandos estão divididos quanto à forma como dele fazem a sua apreciação: 55, 2% avaliam-no de forma positiva e os restantes de forma negativa, chegando mesmo 13, 8 % a dizer que “não se aprendeu nada”.

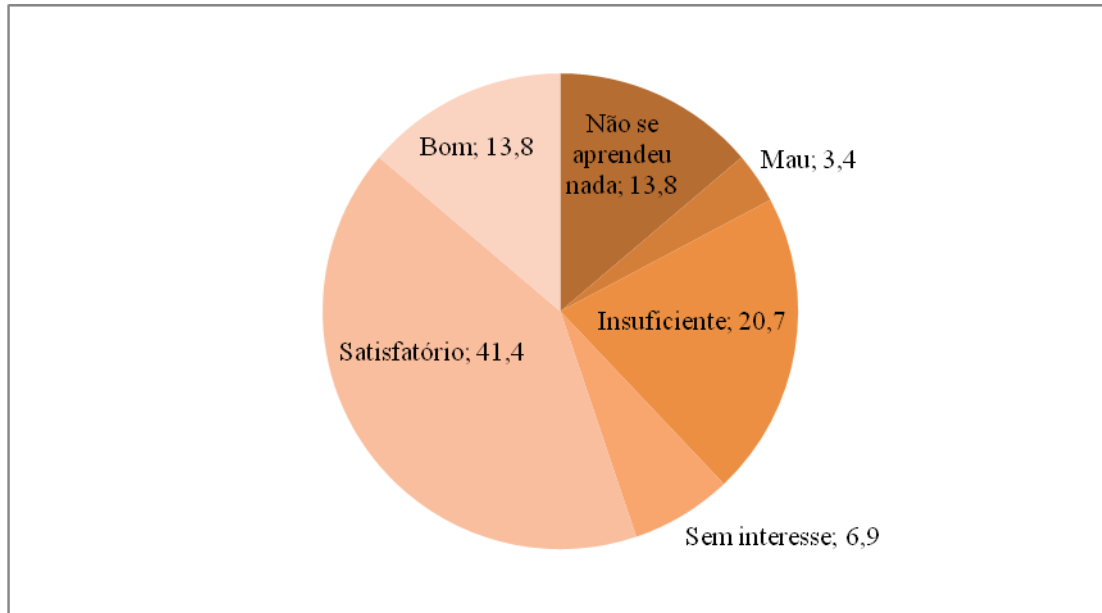


Figura nº 32 – Classificação atribuída pelos Capitães do Fim ao CCC

Fonte: Inquérito [III. P27].

Face aos resultados tão divididos e pouco abonatórios, aliás de acordo com as opiniões já expressas anteriormente por um Director do curso, solicitou-se aos inquiridos que fizessem referência até três ensinamentos relevantes proporcionados pelo CCC. Na verdade 51% não responde, o que pode querer significar falta de interesse pelo curso e esquecimento das actividades desenvolvidas, dada a sua pouca atractividade. Para os outros respondentes houve ensinamentos nas áreas de administração/técnicas administrativas/normas administrativas para 15%, logística militar para 14%, disciplina para 9%, táctica militar para 6%, e 5% para comando/comando de homens/comando operacional [III. P27.1].

Retira-se destes resultados as lacunas evidentes na arte de comandar e na táctica militar, fundamentais para o comando operacional de uma Companhia.

É também de destacar, tal como aconteceu no estágio, que a avaliação qualitativa dos formandos raramente atingiu o Bom, como foi comprovado no capítulo anterior por consulta de relatórios de avaliação. Dá-se a entender que os formadores não se pretendem comprometer com uma classificação elevada dada a desconfiança no desempenho futuro destes formandos, ou que a maioria dos formandos não atinge esse padrão por inabilidade para a “coisa” militar ou por desinteresse.

9.5. Sobre a formação e instrução da Companhia [IV]

Reflicta-se agora acerca da formação e instrução da Companhia que seguiria os *Capitães do Fim* por terras do Ultramar e também dos locais de intervenção havidos.

9.5.1. Formação, instrução e embarque

Após a conclusão do CCC, cada *Capitão do Fim* partia para uma unidade mobilizadora a fim de formar a sua Companhia que, estando pronta, partiria para o Ultramar integrada num Batalhão. O *Capitão do Fim* também poderia partir solitário, em rendição individual ou numa Companhia independente.

Da amostra, 34,5% foram mobilizados para Angola, 31,0% para a Guiné e 34,5% para Moçambique. Ainda 13% foram em rendição individual, sabendo-se que a percentagem maior se destinou à Guiné.

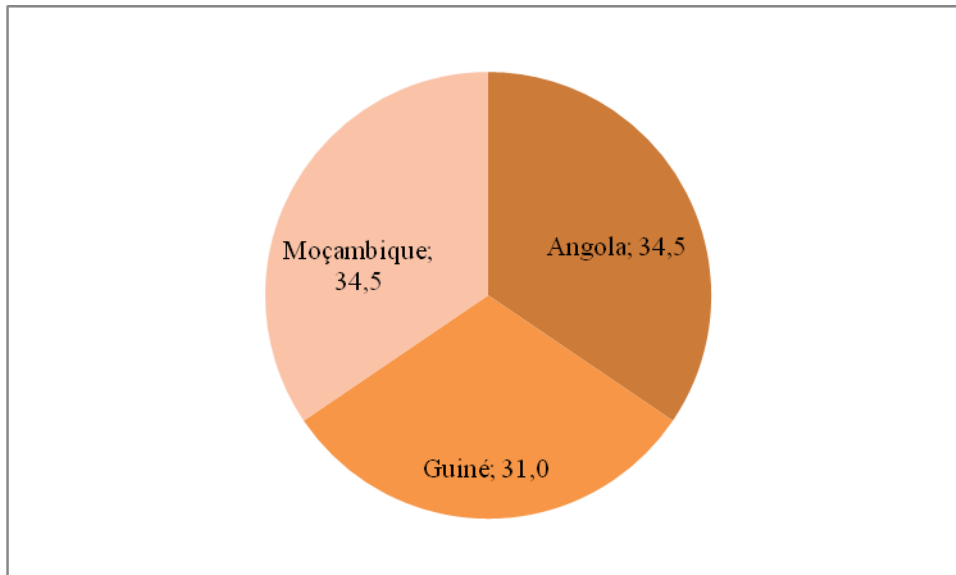


Figura nº 33 – Província Ultramarina de mobilização dos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [IV. P28].

Na sub amostra dos que não foram em rendição individual, 77% formaram uma Companhia integrada em Batalhão e 23% formaram uma Companhia independente [IV. P29]. Os embarques verificaram-se entre 16 de Setembro de 1971 e 20 de Julho de 1975. Constata-se pois que, contra a legislação vigente já atrás pronunciada, nem todos foram integrados em batalhões.

Neste contexto, e dada a pouca preparação militar destes novos Comandantes de Companhia, era fundamental saber o tipo de tratamento, enquadramento e apoio que

lhês era dado pelos Comandos de Batalhão, e pelos Comandos das unidades mobilizadoras, durante a fase de formação da Companhia. Podemos concluir, relativamente à amostra, que para alguns foram facilitadores da sua integração, eram por eles tratados com respeito, davam apoio permanente à formação e à instrução das suas Companhias, ensinavam-nos e aconselhavam-nos a ter atitudes de civismo e de ética militar. Para outros tinham atitudes e comportamentos militaristas, ou alheavam-se em demasia, da instrução e formação das suas Companhias.

Na figura nº 34 estão representadas as três categorias mais representativas. A divisão entre C1 e C2 é bem evidente. Perto de 60% foram facilitadores da sua integração. Um pouco mais de 50% alheou-se em demasia da instrução e formação das suas Companhias.

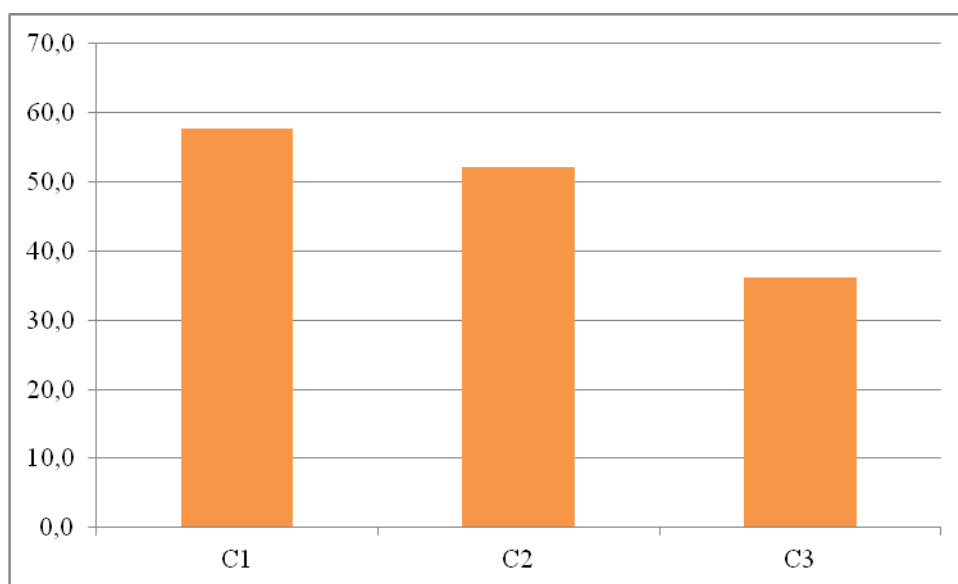


Figura nº 34 – Tratamento, enquadramento e apoio dado pelos Comandos

Legenda:

C1-Foram facilitadores da sua integração

C2- Alheavam-se em demasia da instrução e formação das suas Companhias

C3- Eram por eles tratados com respeito

Fonte: Inquérito [IV. P31].

É factual que esta divisão é prenunciadora do cansaço e desmotivação que reinava nas Forças Armadas, já anteriormente retratado. O desinteresse pela guerra atinge os QP de posto para além de Capitão.

Quanto ao tratamento a que eram sujeitos por parte desses Comandos, constata-se, também pela figura, que quase 40% dos *Capitães do Fim* considera ter sido por eles tratados com respeito.

Depois de formadas e instruídas as Companhias, efectuava-se o embarque para a guerra, havendo apenas a alternativa de efectuar o IAO na Província Ultramarina ou na Metrópole.

Na sub amostra dos que não foram em rendição individual, 19,5% embarcaram em 1971, 30,9% em 1972, 19,5% em 1973, 26% em 1974 e 4% embarcaram já em 1975.

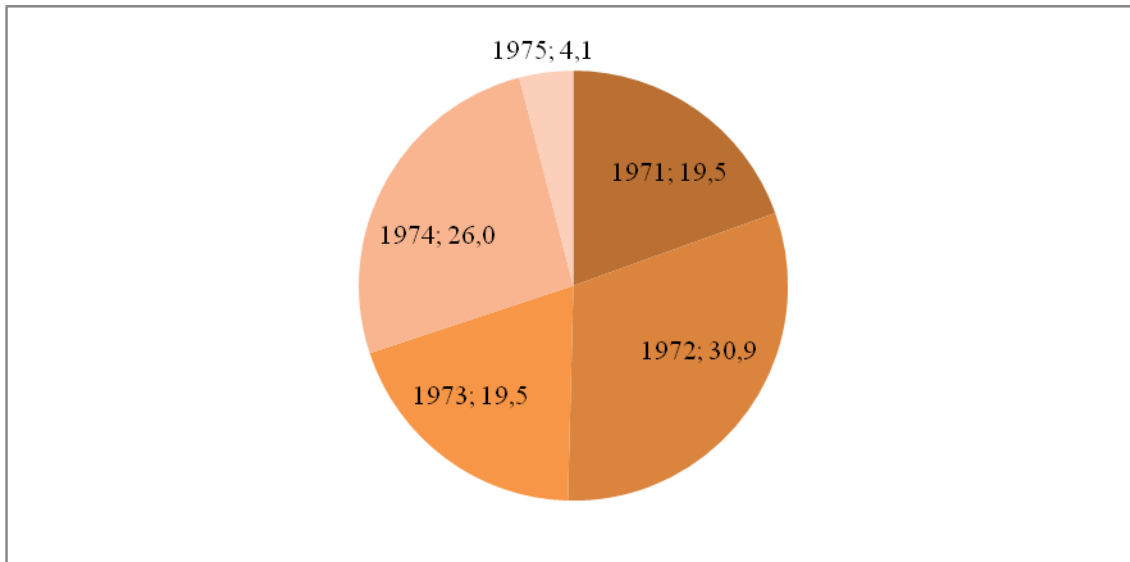


Figura nº 35 – O ano de embarque dos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [IV. P32].

Está-se em presença de um número significativo de Capitães embarcados após o 25 de Abril ou em pleno acto de descolonização.

Relativamente ao IAO, 48,3% realizaram-no na Metrópole, 38,3% numa Província Ultramarina e 13,3% não o chegaram a realizar. Atente-se no número significativo de Companhias que o fizeram na Província Ultramarina, na tentativa de aproximar o processo formativo da realidade da guerra. Esta perspectiva estava de acordo com as preocupações formuladas por Marcello Caetano, António de Spínola e outras altas patentes militares, atrás abundantemente referidas e que pretendiam remediar, segundo eles, uma preparação altamente deficitária trazida da Metrópole.

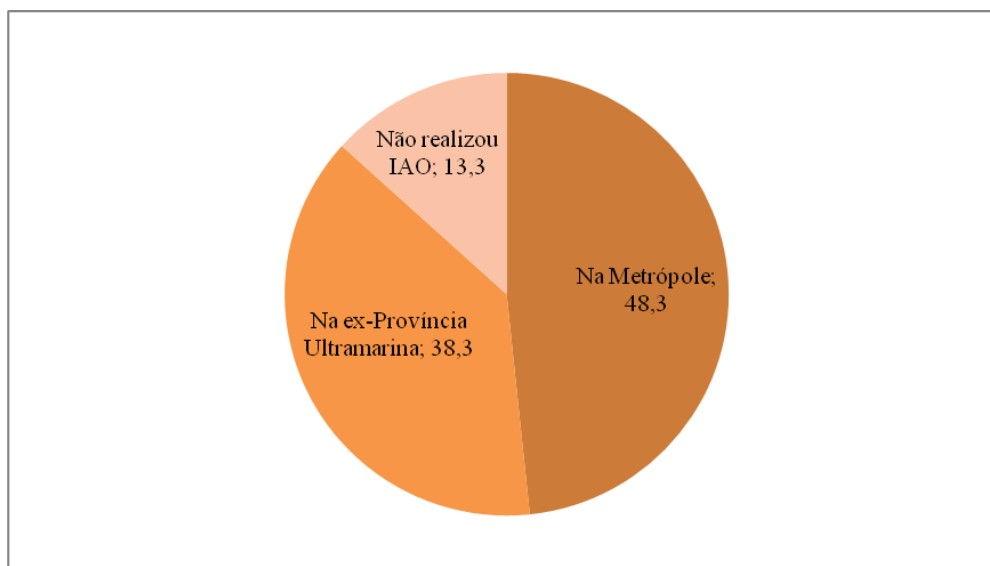


Figura nº 36 – IAO na Metrópole e nas Províncias Ultramarinas

Fonte: Inquérito [IV. P33].

Entretanto, em contra ciclo, constata-se que ainda existiu um número significativo de unidades que não o fizeram, o que vem contrariar todas as preocupações anteriores.

Dos que efectuaram o IAO na Metrópole, quase atingem 25% os que o realizaram em Santa Margarida, seguindo-se os restantes locais de efectivação listados na figura número nº 37 que se apresenta.

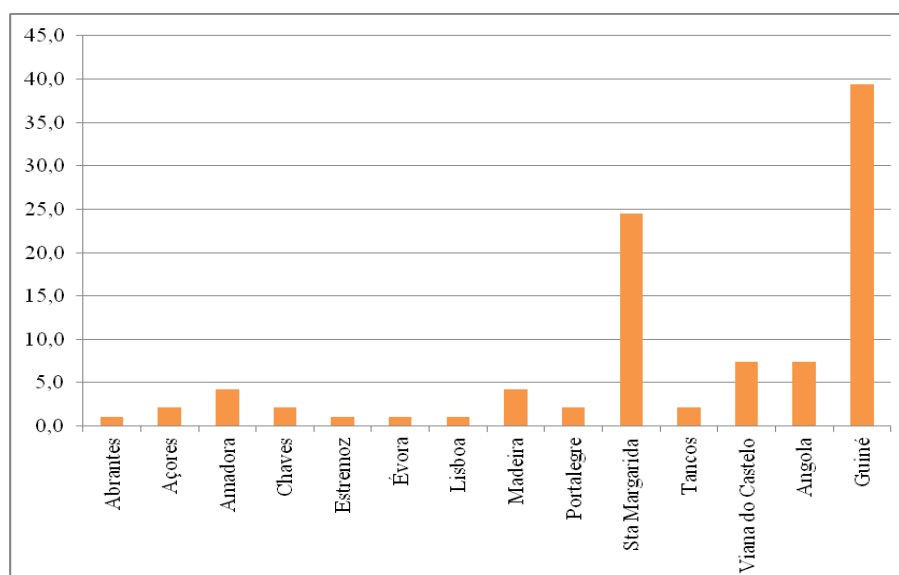


Figura nº 37 – Locais de realização do IAO

Fonte: Inquérito [IV. P33].

No respeitante às Províncias Ultramarinas é surpreendente o número de IAO's realizados na Guiné, numa tentativa de dar operacionalidade às tropas que chegavam, dada a impetuosidade militar sempre crescente do PAIGC.

Faltava conhecer os factores de interesse atribuídos pelos *Capitães do Fim*.

Para conseguir esse desiderato, e apresentá-lo de forma clara e rigorosa, construíram-se duas figuras representativas.

A primeira que se segue, figura nº 38, tem em consideração as escolhas de cada uma das possibilidades da questão em apreço face à amostra de participantes. Ou seja, para todos esses respondentes apresenta-nos a percentagem de escolhas para cada uma das opções. Está-se perante uma representação em que há a escolha de todas as categorias e dos seus níveis de importância.

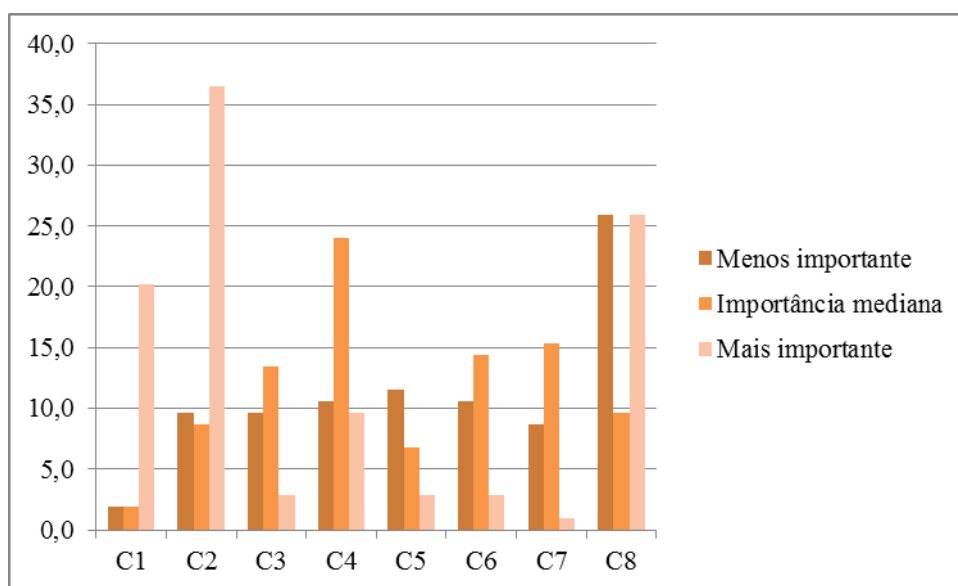


Figura nº 38 – Factores e níveis de importância do IAO

Legenda:

- C1 - Treino operacional em contexto real
- C2 - Treino operacional em contexto simulado
- C3 - Treino intensivo com armas de fogo
- C4 - Adaptação ao clima e às condições do terreno
- C5 - Adaptação à guerra de guerrilha
- C6 - Aperfeiçoamento de táticas
- C7 - Apuro da condição física
- C8 - O cimentar do espírito de corpo da Companhia

Fonte: Inquérito [IV. P34].

A figura permite obter um leque variado de leituras. No entanto, possibilita fazer ressaltar como mais importantes na categoria C2 o “Treino operacional em contexto simulado”, na C8 “O cimentar do espírito de corpo da Companhia”, e em C1 o “Treino operacional em contexto real”. Existe uma enorme dispersão nas respostas, só

justificável pela também enorme dispersão de locais onde o IAO foi realizado, com características locais bem diversas. O tipo de instrução realizada também deve ter influído nos resultados.

Na figura que se segue procede-se somente à escolha da categoria “Mais importante”.

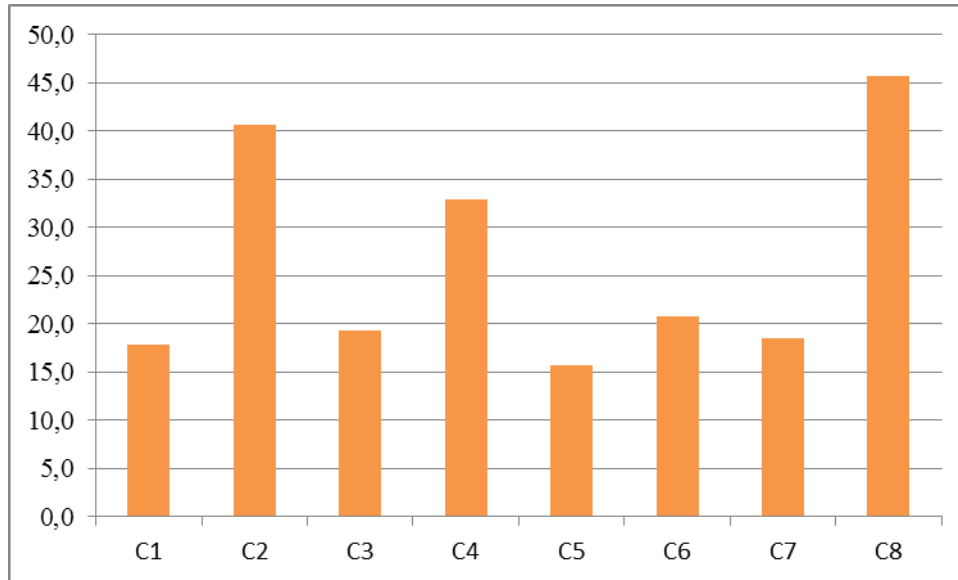


Figura nº 39 – Factores de importância do IAO

Legenda:

- C1 - Treino operacional em contexto real
- C2 - Treino operacional em contexto simulado
- C3 - Treino intensivo com armas de fogo
- C4 - Adaptação ao clima e às condições do terreno
- C5 - Adaptação à guerra de guerrilha
- C6 - Aperfeiçoamento de táticas
- C7 - Apuro da condição física
- C8 - O cimentar do espírito de corpo da Companhia

Fonte: Inquérito [IV. P34].

A leitura desta figura manifesta que no IAO foi mais importante a C8, “o cimentar do espírito de corpo da Companhia”, logo seguida de C2, “treino operacional em contexto simulado”, e de C4, a “adaptação ao clima e às condições do terreno”.

A análise cruzada dos resultados representados nas duas figuras permite afirmar que C2 e C8, apesar das contingências já referidas, foram para os *Capitães do Fim* os factores mais proeminentes do IAO.

9.5.2. Zonas de acção dos *Capitães do Fim*

Os *Capitães do Fim* integrados em Batalhões, ou no comando de Companhias independentes, intervieram em zonas de elevado risco nas três Províncias Ultramarinas.

As listagens de localidades indicam zonas de acção, ou Sub-Sectores, onde se realizaram as intervenções mais duras.

Estiveram também constrangidos a enorme mobilidade. A situação mais frequente, que corresponde a 35% dos respondentes, foi terem sido responsáveis por duas ZA's. Por uma foram 21%, e 19% por três. Percorreram quatro zonas de acção 14%, estiveram em cinco 6% e os restantes 6% percorreram mais de cinco [IV. P35] e [IV. P35.1].

Quando mobilizados em rendição individual, houve Capitães que chegaram a comandar quatro Companhias e, nestas circunstâncias, foram responsáveis por quatro ou mais ZA's. A situação mais frequente, para 44% deles, consistiu em terem sido responsáveis por duas, por uma foram 38%, três 13% e os restantes 6% percorreram quatro [IV. P36].

Foram 155 o total de ZA's percorridas em Angola, 161 na Guiné e 82 em Moçambique, pela amostra de *Capitães do Fim*¹⁶³.

Conclui-se que, nas três Províncias Ultramarinas, a responsabilidade dos *Capitães do Fim* recaiu em 398 ZA's, significando este número, na amostra, uma média de 2,8 ZA's por Capitão.

Ainda neste quadro, importava conhecer as razões que levaram os *Capitães do Fim*, mobilizados em rendição individual, a substituir outros Comandantes de Companhia. O motivo assinalado por 44% foi a doença do substituído. Seguiu-se o fim da comissão do revezado por 38%, a transferência indicada por 19%, e 6,3% aludem motivos disciplinares. Devido a ferimentos 6,3%, por morte 6,3% e também 6,3% por desempenho de outras funções superiores [IV. 27].

9.6. No comando da(s) Companhia(s) em teatro de guerra [V] [VI] [VII]

O módulo (V) do inquérito pretende escarpelizar o desempenho dos *Capitães do Fim* no comando da(s) Companhia(s), em cenário de guerra.

9.6.1. Actividade operacional e acção psicossocial, modos de vida, incidentes com o IN

Comece-se por conhecer o número de homens sob o comando de cada *Capitão do Fim*, em pleno teatro de guerra, apesar da sua curta experiência militar. A figura é

¹⁶³ Veja-se Apêndice III, tabelas 13, 14 e 15.

bem explícita sobre isso e dela ressalta que 33,8% *Capitães do Fim* comandaram efectivos muito para além do que estava determinado.

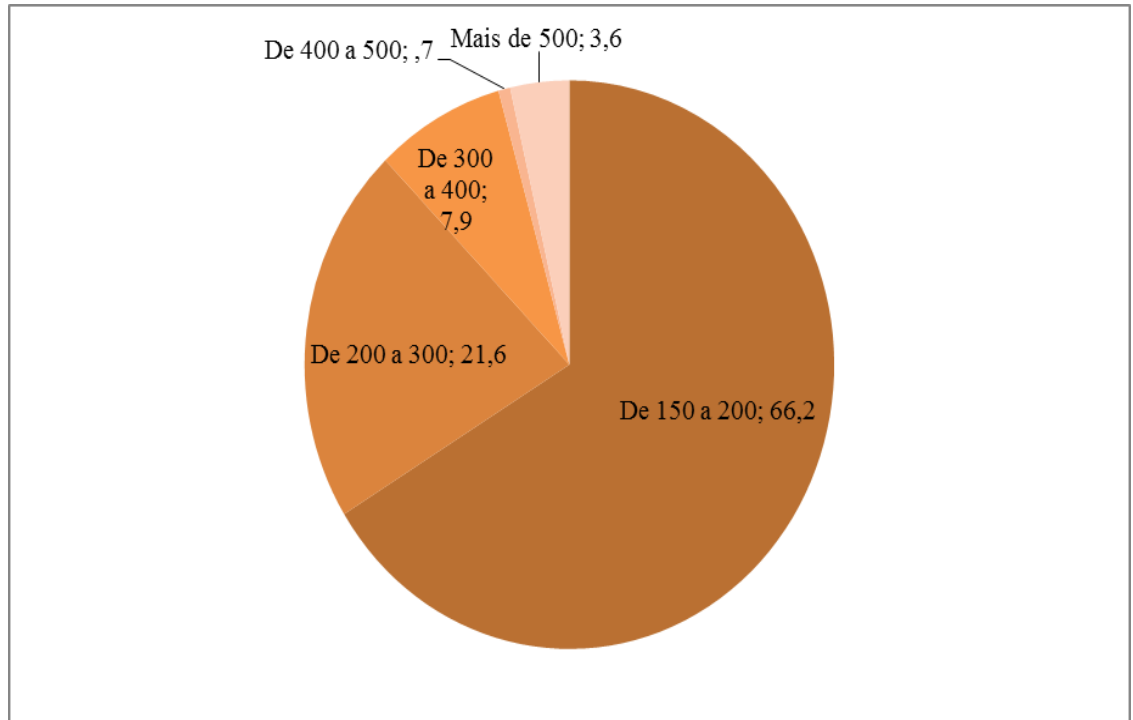


Figura nº 40 – Número de homens comandados em teatro de guerra pelos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [V. P38.1].

A maioria, 66,2%, comandou o número de homens que a orgânica determinava. Para os restantes foi abusiva a determinação superior dada, sujeitando-se a hierarquia a consequências com preço elevado.

De acordo com a amostra, 66,2% dos *Capitães do Fim* permaneceram, durante a comissão, em locais onde eles e os homens por eles comandados estiveram expostos a riscos elevados. Houve 21,6% sujeitos a um risco médio.

A figura abaixo apresenta ainda outros valores. De entre eles destaca-se a percentagem mínima de 0,7%, daqueles que não tiveram qualquer incidente com o IN.

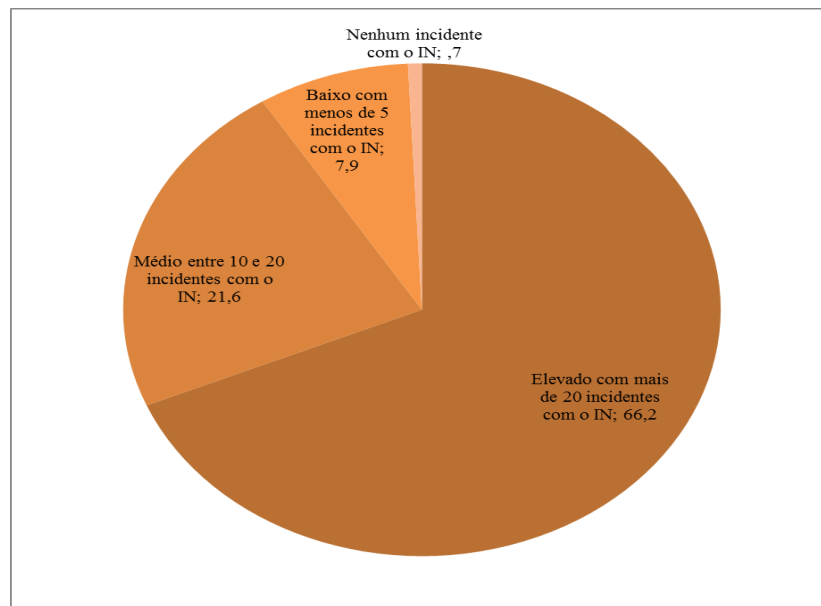


Figura nº 41 – Categorização dos riscos a que os *Capitães do Fim* e seus homens estiveram expostos

Fonte: Inquérito [V. P38.2].

Constata-se pois que, pelo menos, mais de metade esteve sujeita a riscos de monta.

Todos os colocados em zonas de risco elevado desenvolveram intensa e diversificada actividade operacional.

Nessa sub amostra o tipo de actividade operacional mais assinalada, por 88%, foi patrulhamentos e nomadizações, com risco de contacto com o IN. Seguem-se as categorias C1, C4 e C5 por ordem decrescente de importância.

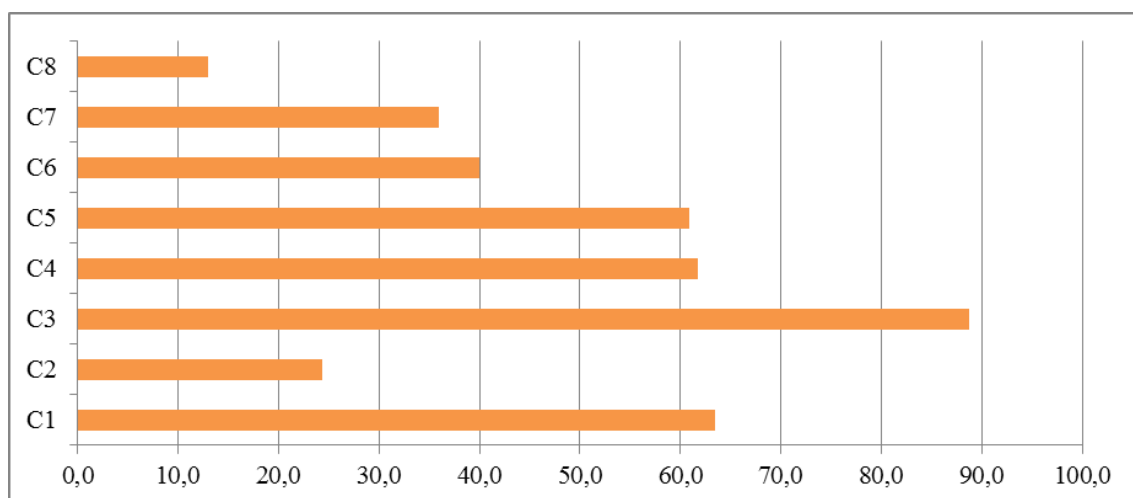


Figura nº 42 – Tipos de actividade operacional dos *Capitães do Fim* expostos a risco elevado

Legenda:

- C1 - Defesa do aquartelamento e resposta a ataques esporádicos
- C2 - Defesa do aquartelamento e resposta a ataques violentos e sistemáticos
- C3 - Patrulhamentos e nomadizações com risco de contacto com o IN
- C4 - Escoltas perigosas
- C5 - Emboscadas em corredores de infiltração IN
- C6 - Segurança com risco a itinerários e a grandes obras
- C7 - Assaltos a bases IN
- C8 - Participação em grandes e históricas operações

Fonte: Inquérito [V. P38.3].

Cerca de pouco mais de 10% alude à participação em “grandes e históricas operações”. Dizem ter participado em vinte e oito dessas grandes operações, destacando-se: Grande Empresa, Balanço Final, Caminho Aberto, Cavalgada Maravilhosa, Empresa Titânica, Falconada, Fígaro, Lilás H, Mandioca, Operação à Base Beira, Operação à Base Chivungo, Safira Encarnada, Saturno 5, Reconquista do Massabi, Agurela Rubra, Desafio Poderoso, Estrela Telúrica, Fingido, Leopardo 3, Libertar, Lingote BIH, Nangare, Armadura Real, Bombeiro, Escolta, Limpar, Lograr BIH e Pelópidas.

Passa-se agora à análise da actividade operacional dos Capitães expostos a risco intermédio.

A figura nº 43 apresenta C2, C3 e C1 como sendo as categorias mais representativas.

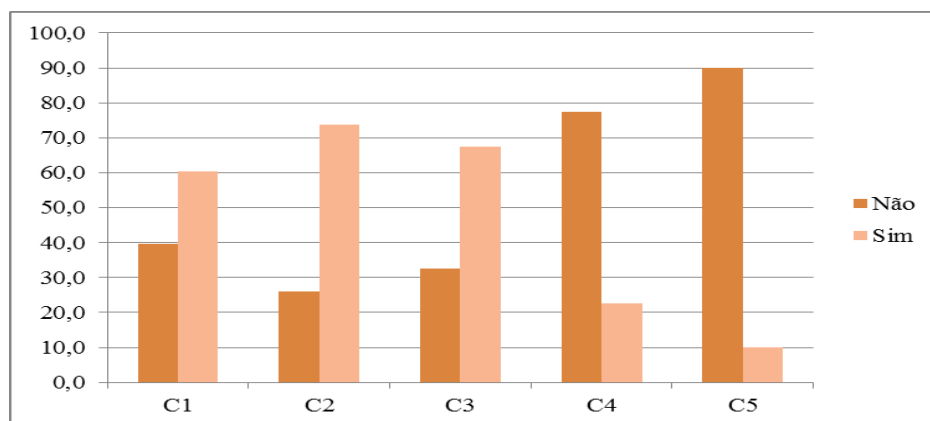


Figura nº43 – Tipos de actividade operacional dos Capitães do Fim expostos a risco intermédio

Legenda:

- C1 - Ataques a aquartelamentos
- C2 - Rebentamento/ detecção de minas
- C3 - Emboscadas
- C4 - Ataques e saques a populações
- C5 - Outros

Fonte: Inquérito [V. P38.4].

Verifica-se a sua sujeição ao flagelo das minas, a emboscadas e a ataques aos aquartelamentos. A figura elucida também a representatividade dos actos que menos aconteceram. Para muitos, mais de 70%, ataques aos aquartelamentos e emboscadas não existiram. O valor quase residual e não exemplificado atribuído a C5, leva a pensar para esta categoria em episódios de guerra subversiva de pequena monta.

Expostos que estão os tipos de operações efectuadas contra o IN, seria indispensável conhecer os êxitos obtidos, se acaso os houve.

A figura nº 44 é bem clara. Nela se pode constatar que o êxito operacional mais marcado é a captura de armas, seguido da apreensão de outro material. Fazer prisioneiros e causar mortos ao IN têm um valor semelhante e vêm logo a seguir em termos valorativos.

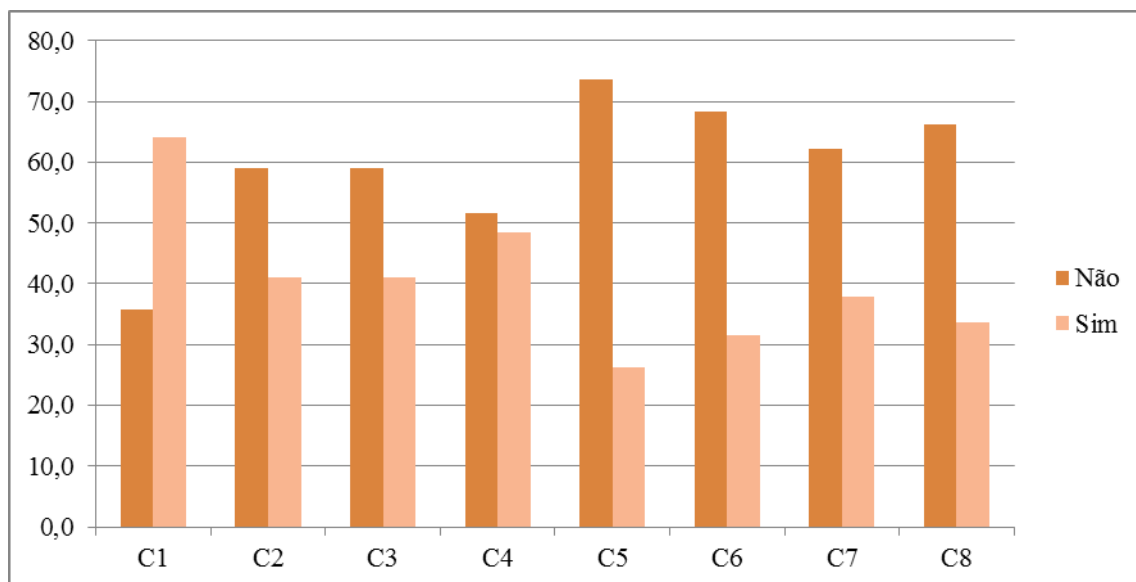


Figura nº 44 – Êxitos obtidos face ao inimigo pelos *Capitães do Fim*

Legenda:

- C1 - Captura de armas
- C2 - Fazer prisioneiros
- C3 - Fazer mortos
- C4 - Captura de outro material
- C5 - Apresentação de guerrilheiros
- C6 - Apresentação de população
- C7 - Destruição de acampamentos
- C8 - Destruição de lavras

Fonte: Inquérito [V. P38.5].

Analisando a figura pelo lado das não realizações constatar-se-á que as categorias C5, C6, C8 e C7 são as mais representativas. Os motivos para a escolha podem estar relacionados com uma acção psicossocial pouco conseguida, ou com a

pouca eficiência da estratégia e tática militar adoptadas. Significam esses factos que muitas das operações encetadas não entraram no coração da guerrilha e não o destroçaram.

As Companhias em situação de quadrícula desenvolviam, além da guerra, uma acção fundamental – a acção psicossocial. Era importante saber se ela foi realizada, e em que vertentes, em prol das populações locais.

Como a figura nº 45 atesta, a acção mais assinalada foi o “apoio médico-sanitário”, por 85%, seguida do “apoio ao desenvolvimento sócio-económico” por 64%, e por 52% “apoio à educação e à alfabetização”. Logo depois, assomam por ordem crescente percentual o “reordenamento da população” e a “construção de aldeamentos”. Outras actividades são assinaladas por 10% especificando-se aí, essencialmente, factos ligados à descolonização, como seja a segurança das populações.

Por fim, cerca de 20% referem não haver populações em seu redor e por isso não poderem actuar nesta componente.

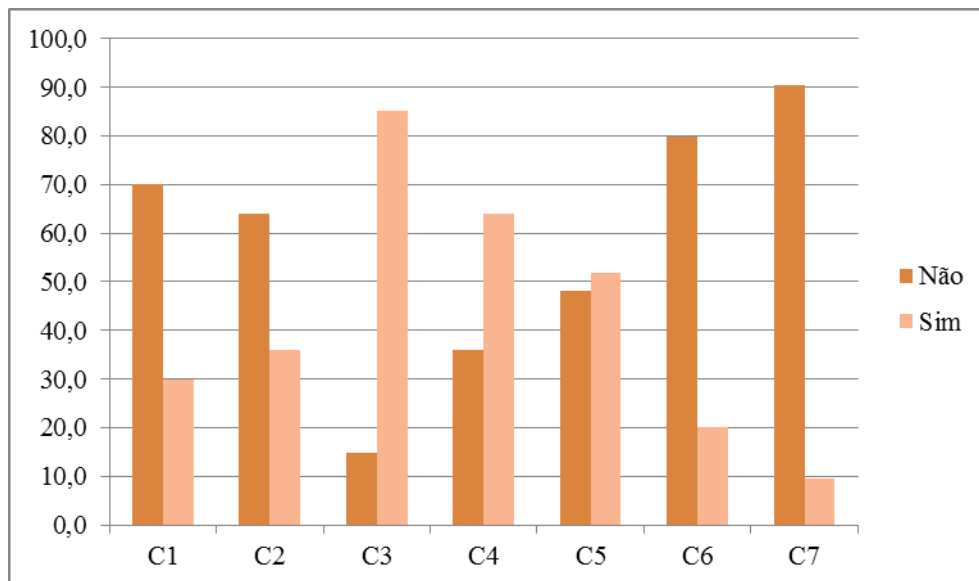


Figura nº 45 – Tipos de acção psicossocial desenvolvida

Legenda:

- C1- Construção de aldeamentos
- C2 - Reordenamento da população
- C3 - Apoio médico-sanitário
- C4 - Apoio ao desenvolvimento socioeconómico
- C5 - Apoio à educação e à alfabetização
- C6 - Não havia populações em redor
- C7 - Outros

Fonte: Inquérito [V. P38.6].

A figura também é clara no campo das não efectivações e as categorias C6, C1, C2 são delas bem expressivas. O facto de não haver população torna-as a todas irrealizáveis. No entanto, torna-se claro que a “construção de aldeamentos” e “o reordenamento da população” foi participado por menor número de Capitães.

Procurou-se, por último, ficar a saber como coabitaram os *Capitães do Fim* e os seus homens, e quais as condições de vida nos seus aquartelamentos.

A figura nº 46 é conclusiva. A categoria C2 quase atinge os 50%, situação que corresponde a viver num quartel “edificado com condições de vida e defesa satisfatórias”. Os restantes moram em condições de vida e de defesa péssimas. No extremo de sobrevivência, encontram-se 10% que habitaram “em tendas, com condições de vida e de defesa degradantes”. Um grupo de 11% indica terem coabitado “no meio da população, em condições de vida e defesa precárias”. Apenas 1% responde que, embora vivendo em circunstâncias péssimas, elas foram progredindo positivamente, pois “houve um permanente empenho em melhorar as condições”.

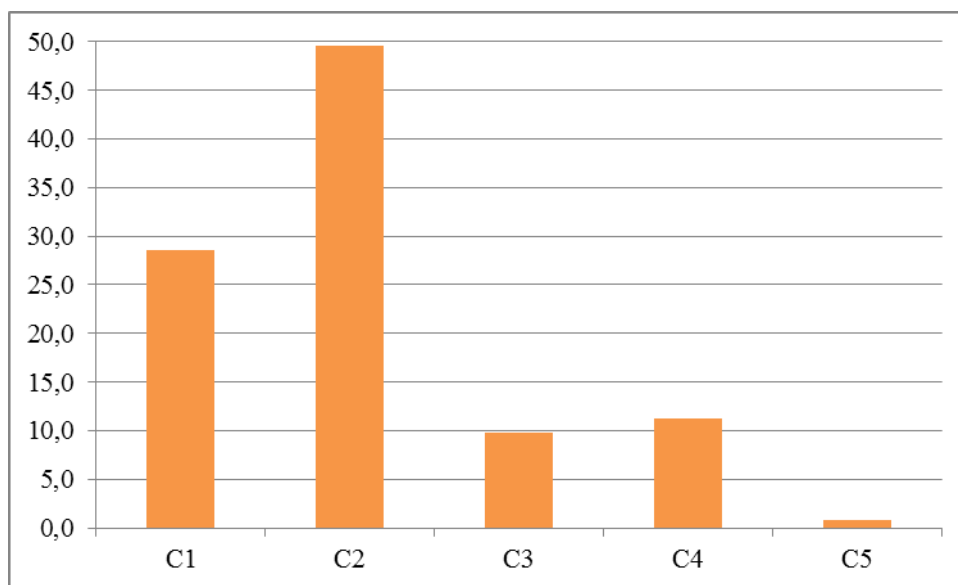


Figura nº 46 – Caracterização das condições de vida nos quartéis

Legenda:

- C1 - Edificado (s) com condições de vida e de defesa péssimas
- C2 - Edificado (s) com condições de vida e defesa satisfatórias
- C3 - Em tendas com condições de vida e de defesa degradantes
- C4 - Meio da população com condições de vida e defesa precárias
- C5 - Houve um permanente empenho em melhorar as condições

Fonte: Inquérito [V. P38.7].

Conclui-se, pois, que mais de 50% das Companhias da amostra comandadas por *Capitães do Fim* possuíam condições de vida nos quartéis “precárias”, “péssimas” e “degradantes”.

9.6.2. Relacionamento dos *Capitães do Fim* com subordinados e superiores hierárquicos

Era importante saber, nestas condições de vida, como se processou o relacionamento dos *Capitães do Fim* com os seus subordinados.

Dada a complexidade da pergunta P 39.1 construíram-se, através da base de dados e com o programa SPSS, três figuras cujas leituras comparativas permitissem emitir respostas rigorosas. A primeira figura, a nº 47, é representativa da percentagem de respondentes, face ao total de indivíduos da amostra, que aprecia cada uma das categorias da relação com os subordinados.

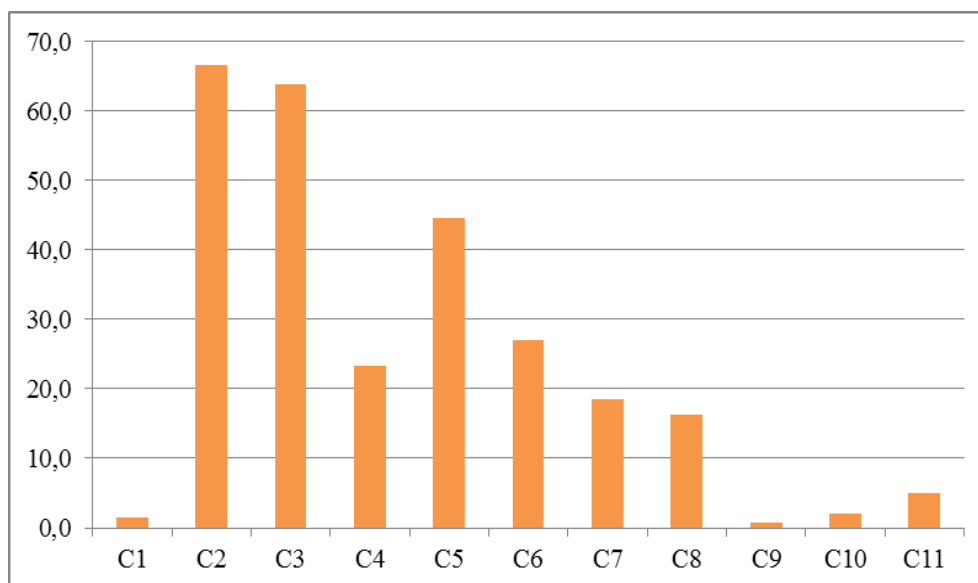


Figura nº 47 – Tipos de relacionamento dos *Capitães do Fim* com os subordinados

Legenda:

- C1 - Permissivo e reprodutor da indisciplina
- C2 - Humano e tolerante
- C3 - Exigente no cumprimento das ordens
- C4 - Baseado no “Efeito de Tribo” - à chegada vimos todos
- C5 - Baseado em atitude, ética e civismo militar
- C6 - De ajuda e de solidariedade
- C7 - Alicerçado pelo saber estar com eles nos momentos difíceis
- C8 - Acorado no exemplo: acompanhei-o nas operações mais perigosas
- C9 - Conflituoso
- C10 - De desconfiança nas suas competências
- C11 - Outro

Fonte: Inquérito [V. P39.1].

Como é possível constatar as categorias C2, C3 e C5 prevalecem percentualmente, ou seja, prenunciam um relacionamento “humano e tolerante”,

“exigente no cumprimento de ordens”, mas agindo sempre no campo da “atitude, ética e civismo militar”.

Constrói-se de seguida a figura que classifica as categorias pela sua importância. É visível que as categorias C1 e C9 são das expressas as de menor importância, C3, C4 e C6, de importância mediana, e C3 e C10 as de maior importância, sendo que C3 se repete nas duas últimas situações, o que a torna muito mais consistente.

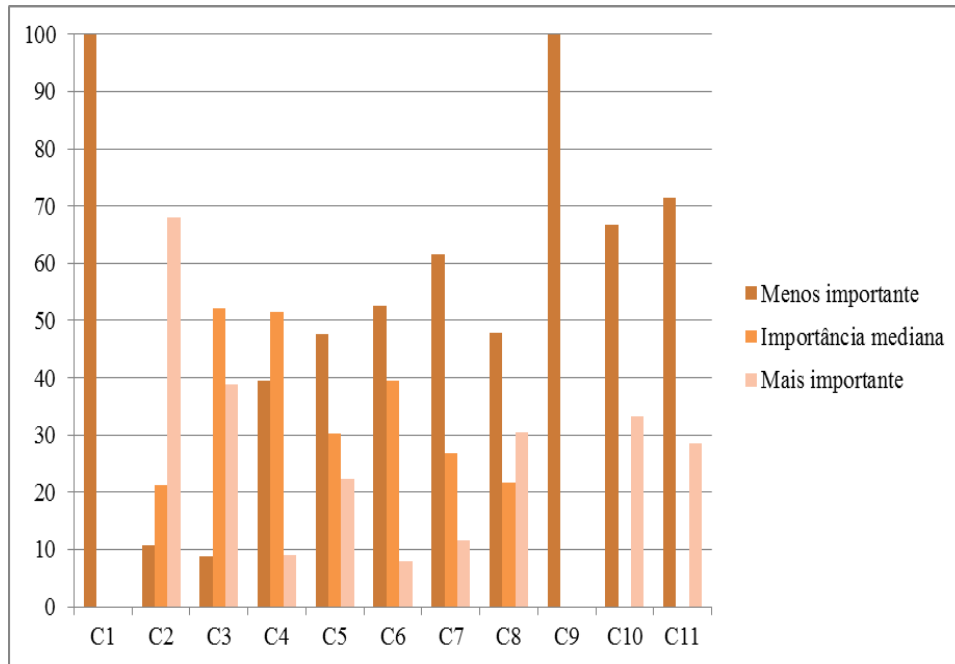


Figura nº 48 – Tipos de relacionamento dos Capitães do Fim com os subordinados

Legenda:

- C1 - Permissivo e reprodutor da indisciplina
- C2 - Humano e tolerante
- C3 - Exigente no cumprimento das ordens
- C4 - Baseado no “Efeito de Tribo” - à chegada vimos todos
- C5 - Baseado em atitude, ética e civismo militar
- C6 - De ajuda e de solidariedade
- C7 - Alicerçado pelo saber estar com eles nos momentos difíceis
- C8 - Ancorado no exemplo: acompanhei-o nas operações mais perigosas
- C9 - Conflituoso
- C10 - De desconfiança nas suas competências
- C11 - Outro

Fonte: Inquérito [V. P39.1].

Assim sendo se conclui que os Capitães evitam a conflituosidade e a permissividade no respeitante à indisciplina. Cultivam o «Efeito de Tribo» na perspectiva de que é importante chegar ao local de partida sem mortos. Como consequência dão valor à interajuda e à solidariedade. No entanto, a exigência no cumprimento de ordens supera todas as outras categorias.

Constrói-se por último uma terceira figura, a nº 49, que apenas considera as respostas dadas na categoria “mais importante”. Pode-se constatar que as três categorias C1, C2 e C8 estão em destaque.

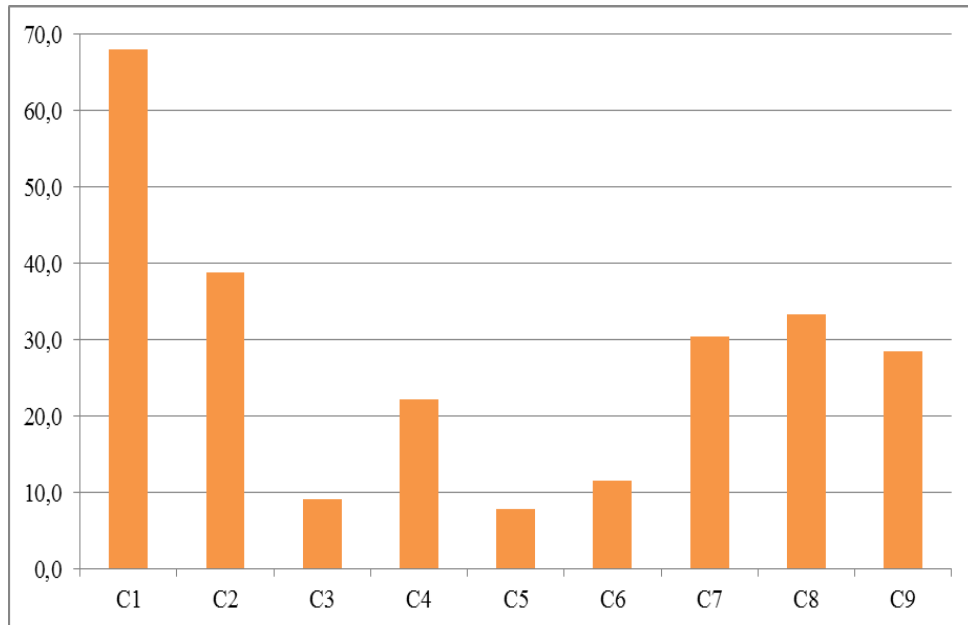


Figura nº49 – Tipos de relacionamento dos *Capitães do Fim* com os subordinados

Legenda:

- C1 - Humano e tolerante
- C2 - Exigente no cumprimento das ordens
- C3 - Baseado no “Efeito de Tribo” - à chegada vimos todos
- C4 - Baseado em atitude, ética e civismo militar
- C5 - De ajuda e de solidariedade
- C6 - Alicerçado pelo saber estar com eles nos momentos difíceis
- C7 - Acorado no exemplo: acompanhei-o nas operações mais perigosas
- C8 - De desconfiança nas suas competências
- C9 - Outro

Fonte: Inquérito [V. P39.1].

Pode concluir-se pela figura terem sido “humano e tolerante” e “exigente no cumprimento das ordens” as condutas mais relevantes. Depois aparece o relacionamento baseado em “atitude, ética e civismo militar”, e ainda “de ajuda e de solidariedade” e “baseado no «efeito de tribo» – à chegada vimos todos”. Há que ter em consideração uma postura negativa relevante: “de desconfiança nas suas competências”, ou seja, alguns *Capitães do Fim* sentiam-se pouco seguros relativamente às suas competências e às dos seus subordinados.

A categoria C9 não é residual e, por esse facto, comporta outras condutas privilegiadamente de cariz afectivo: “a Companhia foi a minha família”, “houve uma camaradagem respeitosa”, “dei o exemplo”, por isso “fui o oficial que mais operações fez” e “tentei ser o irmão, confidente”.

Em síntese: exige-se o cumprimento das ordens, mas no contexto relacional é-se humano e tolerante. Ajuda-se e é-se solidário fazendo tudo para preservar a vida dos subordinados. A atitude de ser militar está presente, mas a ética e o civismo regulam a aplicabilidade das normas.

Pelos resultados, o *Capitão do Fim* pensa que foi excelente no papel de Comandante. Ao mesmo tempo pai, amigo, confidente, guerreiro, mas também intransigente. Foi capaz de gerir os medos, sem esconder o seu próprio medo. Cultivou a imagem de que só estando juntos, e actuando em conjunto, conseguiam todos sobreviver. Considera-se um líder. Ele é que dá o exemplo e vai à frente, mas só até onde sabe e pode.

Numa lógica sequencial seria importante querer conhecer o tipo de relacionamento dos *Capitães do Fim* com os seus superiores hierárquicos. Para se alcançar tal desiderato optou-se por uma estratégia semelhante à que foi considerada para os subordinados.

Construiu-se para tal a figura nº 50 representativa da percentagem de respondentes, face ao total de indivíduos da amostra, que aprecia cada uma das categorias da relação com os superiores hierárquicos.

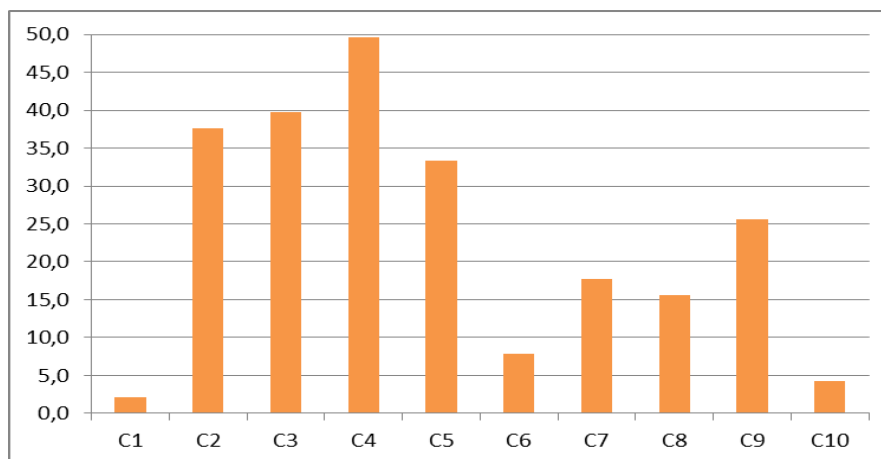


Figura nº 50 – Tipos de relacionamento dos *Capitães do Fim* com os superiores hierárquicos

Legenda:

- C1 - Permissivo e reprodutor da indisciplina
- C2 - Humano e tolerante
- C3 - Exigente no cumprimento das ordens
- C4 - Baseado em atitude, ética e civismo militar
- C5 - De ajuda e de solidariedade
- C6 - Agressivo
- C7 - Conflituoso
- C8 - De desconfiança permanente nas minhas competências
- C9 - Muito hierárquico e distante
- C10 - Outro(s)

Fonte: Inquérito [V. P39.2].

É verificável que as categorias C4, C3, C2 e C5, por ordem decrescente percentual, são as predominantes.

Constrói-se de seguida uma segunda figura que categoriza as categorias pela sua importância.

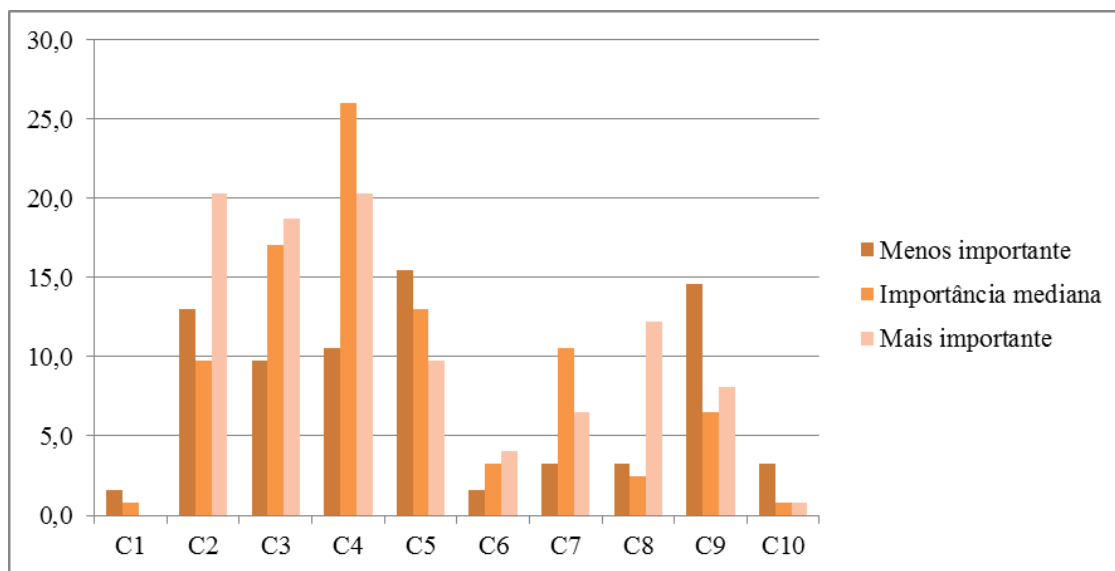


Figura nº 51 – Relacionamento dos *Capitães do Fim* com os superiores hierárquicos

Legenda:

- C1 - Permissivo e reprodutor da indisciplina
- C2 - Humano e tolerante
- C3 - Exigente no cumprimento das ordens
- C4 - Baseado em atitude, ética e civismo militar
- C5 - De ajuda e de solidariedade
- C6 - Agressivo
- C7 - Conflituoso
- C8 - De desconfiança permanente nas minhas competências
- C9 - Muito hierárquico e distante
- C10 - Outro(s)

Fonte: Inquérito [V. P39.2].

As categorias C4, C2, C3, C8 são as mais importantes por ordem decrescente percentual. As de importância média são C4, C3, C5, C7 pela mesma ordem. As C5, C9, C2, C4 são as de menor importância.

Fazendo o cruzamento, como no caso anterior, consegue-se alcançar a arrumação C3, C4, C8, C7 por ordem de importância.

A importância e a ordem das duas primeiras condutas é a seguinte: “exigente no cumprimento das ordens” e “baseada em atitude, ética e civismo militar”. Constatase que as outras duas são algo depreciativas para um líder: “de desconfiança permanente nas competências do subordinado” e “conflituosidade”.

A grande diferença expressa do relacionamento entre Capitães e subordinados e Capitães e superiores hierárquicos está na importância dada às duas primeiras condutas. Nos primeiros mais virada para a humanidade e a tolerância, nos últimos vincadamente para a atitude militar. Similarmente, entre os primeiros não se constata tantas posturas depreciativas como nos segundos.

Também é verificável existirem, para todas as categorias, valores percentuais baixos relativamente aos relacionamentos entre Capitães e superiores, e muito mais baixos do que os dos Capitães em relação aos subordinados. Pode-se, desta forma, afirmar serem os relacionamentos mais difíceis entre aqueles do que entre Capitães e os subordinados.

Nestes contextos relacionais importaria saber se os *Capitães do Fim* estiveram a contas com incidentes disciplinares graves quer com os subordinados quer com os Comandos. Na amostra, 29% viram-se a contas com incidentes disciplinares graves [V. P40], um número bastante significativo numa organização militar, facto que pode estar ligado aos acontecimentos verificados nas unidades após 25 de Abril. Os restantes respondem negativamente. Verificam-se nove não respostas, correspondentes a 6,4% da amostra.

Dos 38 elementos envolvidos em incidentes disciplinares graves, seis não relatam qual o opositor. Os restantes trinta e dois respondem e dizem com quem. Dos mais referidos, 25% são “com soldados”, seguindo-se 15,6% com “um soldado”. Com “recurso a processos disciplinares” resolveram-se 12,5% dos casos. Foram registados 9,4% com o Comandante de Batalhão. Também é indicada conflituosidade com Alferes, Furriéis, 1^{os} Sargentos, Comandante de Sector e PIDE/DGS. Nesta minoria é significativo o número de incidentes disciplinares com Soldados, seus subordinados, apesar das condutas que os *Capitães do Fim* dizem ter tido.

9.6.3. Gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia

Conheçam-se agora as dificuldades sentidas pelos Capitães na gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia, dada a incipiente formação que lhes foi ministrada nestas áreas.

Constata-se que 29% dos Capitães da amostra tiveram dificuldades na gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia e todos os restantes respondem negativamente [V. P41]. Foram verificadas doze não respostas.

Dos trinta e sete elementos com dificuldades na gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia, doze não explicitam as causas; para os restantes vinte e cinco há diversos motivos. Para 48% dos Capitães, o principal prende-se com os “reabastecimentos”, a “pouca experiência” foi decisiva para 16%, “incompatibilidades com o 1º Sargento” foi para 12% primordial, “a sua falta” causou a 8% redobradas preocupações e “a descolonização” causou a 8% graves embaraços. Pelo relatado, o problema maior prendeu-se com o aprovisionamento da Companhia nos seus mais diversos sectores. O facto poderá estar ligado à inabilidade do Capitão ou às dificuldades existentes, por motivos da Guerra, em fazer chegar os reabastecimentos às Companhias mais isoladas. Como uma percentagem significativa de Capitães esteve nestas circunstâncias, é muito provável a viabilização desta segunda hipótese. Todos os outros factores referidos são significativos, embora seja de relevar a ligação da inexperiência do Capitão à falta de 1º Sargento, situação verificada e que poderia ter levado ao colapso de qualquer Companhia.

Apesar de tudo 71% dizem não ter tido dificuldades, o que ultrapassa muitas das expectativas formadas nos depoimentos, para este trabalho, de oficiais do QP.

Tendo em consideração o espectro formativo acelerado a que estiveram sujeitos, fica-se muito para além do que seria de esperar.

Ainda no mesmo campo procurou-se saber se enfrentaram problemas na Comissão Liquidatária.

Na amostra 11% não tiveram Comissão Liquidatária, 80% não tiveram problemas com a mesma e os restantes 9% tiveram dificuldades. Houve dez não respostas. Dos doze elementos com problemas na Comissão Liquidatária, dois não descrevem as dificuldades; para os restantes dez os problemas estão centrados em faltas

de material, principalmente viaturas e armas, mas é prevalecente em 30% a complexidade da rede burocrática em que se viram metidos [V. P42].

Os Capitães da amostra, na sua significativa maioria, passaram incólumes neste processo burocrático e conseguiram resolver todos os problemas na transmissão de testemunho. O número elevado dos que não tiveram problemas também deita por terra as mesmas baixas expectativas do ponto anterior.

9.6.4. Substituição na Companhia e desempenho de outras funções não operacionais

Face à actividade operacional desenvolvida e aos perigos enfrentados, seria coreal a interrogação sobre a permanência do Capitão na Companhia durante a comissão completa. E a pergunta a fazer seria: estiveram até ao final da comissão, ou foram substituídos por motivos imperiosos?

Na amostra, 19% foram substituídos no comando da Companhia tendo os restantes 81% respondido negativamente [VI. P44].

Os vinte e sete elementos substituídos apresentam diversos motivos. Em primeiro lugar, respondido por 29,6%, aparecem os designados como “outros” que possui um valor elevado e não residual. Referem-se, fundamentalmente, ao período final da descolonização, aparecendo: “a chegada à Companhia e ela já não existia”, “exercer o cargo de Comandante de Batalhão”, ter sido “oficial de operações”, o “regresso à metrópole para exercer outras funções com apenas dois meses de Ultramar”, “deserção”, “exercer a função de Delegado do Procurador da República ou outros cargos civis”.

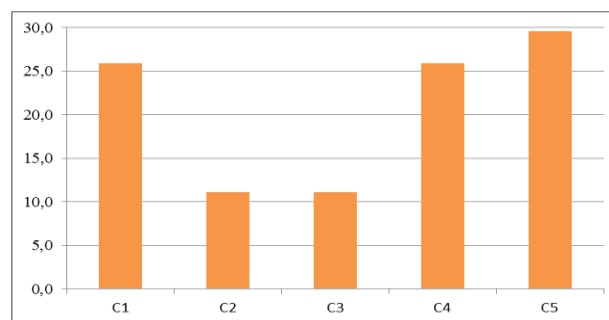


Figura nº 52 – Motivos de substituição no comando da Companhia

Legenda:

- C1 - Doença
- C2 - Ferimento em combate
- C3 - Motivos disciplinares
- C4 - Transferência para outra Companhia
- C5 - Outro(s)

Fonte: Inquérito [VI. P44.1].

Seguem-se os acima assinalados na figura, por ordem de grandeza: motivos de “doença” e “transferência para outra Companhia”, “ferimentos em combate” e “motivos disciplinares”.

A alguns Capitães, durante a comissão, foram atribuídas outras funções para além das de Comandante de Companhia operacional, em regime de acumulação ou em tempo parcial da comissão. Da amostra, 28% estiveram nestas circunstâncias, o que se revela um número significativo; os restantes 72% respondem negativamente [VI. P45].

Dos trinta e oito elementos que exerceram, durante a comissão, outras funções para além da de Comandante de Companhia Operacional, quatro não explicaram quais. Para os restantes trinta e quatro, as mais significativas foram: oficial de operações, a mais referida, oficial na 4ª Rep. de Nampula, Comandante de CCS, oficial no Depósito Geral de Adidos, oficial no COPLAD, oficial de justiça, juiz no Tribunal Militar de Luanda, professor, Director escolar, funções nas estruturas do MFA, oficial no Serviço de Material, oficial no Planeamento de Transportes, adjunto do Comandante de operações de Cabo Delgado.

9.6.5. As dificuldades tidas e a formação recebida

No final da comissão e face às experiências vividas qual a conclusão tirada pelos *Capitães do Fim* relativamente ao processo formativo que lhes foi ministrado? Teria sido suficiente ou insuficiente para resolver os problemas com que se foram deparando? Da amostra, 61%, concluíram ter sido o processo formativo ministrado exíguo para o desempenho das missões que lhes foram confiadas; os restantes 39% respondem negativamente. Houve dez não respostas [V. P43].

Dos oitenta elementos que concluíram pela insuficiência do processo formativo, dezoito não indicam as áreas; para os restantes sessenta e dois Capitães as mais significativas são: «todas» as imprescindíveis à função para 41,9%, logística e administração para 14,5%, e 9,7% para a administração.

A grande maioria concluiu que não foram apetrechados com os instrumentos formativos adequados ao desempenho da função. A importância dada a «todas» é significativa e reveladora das insuficiências apontadas.

9.6.6. Acidentes na guerra e durante os actos finais do processo de descolonização

Perfila-se agora conhecer, alicerçado na memória dos respondentes, o número de acidentes tidos pelas suas Companhias, na guerra e nos actos finais do processo de descolonização.

Na amostra, dos que preencheram o quadrado respectivo VII. P46, cinquenta e dois respondentes indicam cento e sessenta e cinco mortos em combate.

No respeitante a feridos graves em combate, houve cinquenta e três Capitães que declararam trezentos e trinta acidentados naquelas circunstâncias.

Relativamente ao número de desaparecidos em combate e/ou desertores para o IN, nove Capitães apontam o número de cinquenta e dois, sendo que um deles teve quarenta desertores na sua Companhia.

No estabelecimento da ordem pública ou da segurança durante a descolonização, são referidos, por dois Capitães, dois mortos. Nas mesmas circunstâncias e quanto ao número de feridos graves, sete Capitães indicam um total de onze feridos.

Relativamente ao número de mortos em acidentes com armas de fogo ou viação, trinta e três Capitães indicam cinquenta e oito mortos. Noutros acidentes, dezanove Capitães indicam trinta mortos.

Há pois, no total, 596 acidentados, entre os quais 255 mortos e 341 feridos graves.

Consta-se a existência, em média, de 1,80 mortos e 3,27 feridos graves por cada Capitão da amostra.

A leitura da figura seguinte patenteia três valores importantes: F1, M1 e M3.

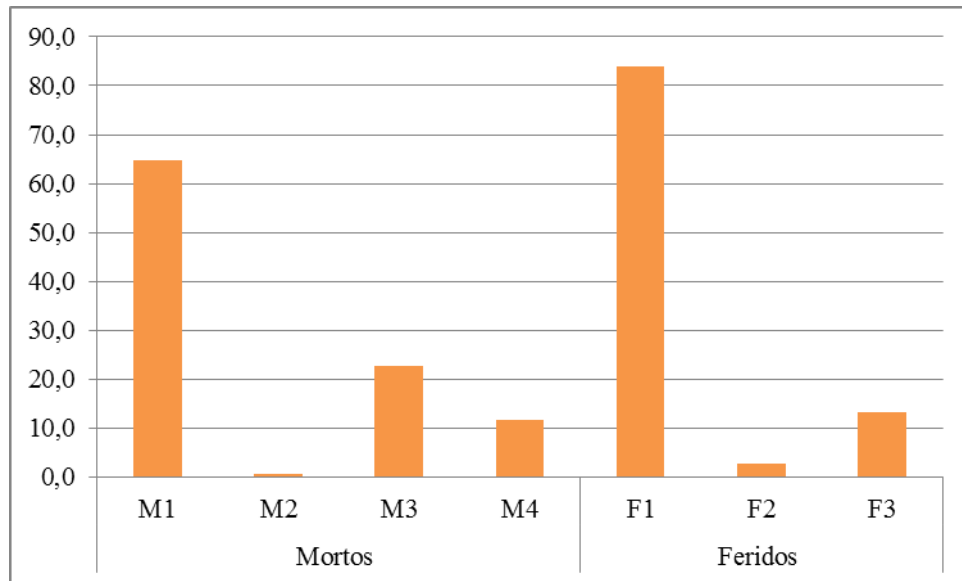


Figura nº 53 – Mortos e feridos graves

Legenda:

M1 - Número de mortos em combate

M2 - Número de mortos no estabelecimento da ordem pública ou da segurança durante a descolonização

M3 - Número de mortos em acidentes com armas de fogo ou viação

M4 - Número de mortos noutros acidentes

F1 - Número de feridos graves em combate

F2 - Número de feridos graves no estabelecimento da ordem pública ou da segurança durante a descolonização

Fonte: Inquérito [VII. P46].

A representação mostra bem ter sido em combate que houve os números mais significativos de mortos e feridos graves, ficando para terceiro plano o número de mortos em acidentes com armas de fogo ou viação. Tal condição contraria, para a amostra, a visão de que não foi em combate que houve o maior número de acidentados e reforça a convicção de que os *Capitães do Fim* estiveram em zonas de elevada perigosidade e contactos amiúde com o IN.

9.7. Protagonismos na guerra, na conquista da democracia, na obtenção da paz, nos actos finais da descolonização [VIII]

Aos que responderam afirmativamente, em qualquer das situações expressas no título, pediu-se para descreverem e aprofundarem essa participação em XII¹⁶⁴ – Para Memória Futura. No entanto era importante conhecer a abrangência percentual, a qualidade e forma das intervenções, nas três últimas situações, já que a primeira havia sido anteriormente escalpelizada.

¹⁶⁴ Veja-se, em Apêndice V, os dezanove depoimentos finais.

9.7.1. No 25 de Abril e no MFA

Começou-se pelo 25 de Abril. Questionam-se os Capitães sobre a sua participação no 25 de Abril, a título individual ou com a sua Companhia, enquanto permaneceram na Metrópole em período formativo e/ou a aguardar embarque.

Verifica-se um número elevado, oitenta e quatro, de não respostas, que correspondem a 59,6% da amostra. Dos restantes, 23%, dizem ter participado activamente no 25 de Abril, a título individual ou com a sua Companhia, e os outros 77% respondem negativamente [VIII. P47].

Da amostra constata-se, pois, que apenas um número muito reduzido de *Capitães do Fim* teve participação activa no 25 de Abril.

Questiona-se, seguidamente, se foi elemento activo do Movimento das Forças Armadas, na Metrópole ou na ex-Província Ultramarina onde combateu. Na amostra 15% respondem afirmativamente e os restantes 85% dizem não ter participado. Verificam-se 21 não respostas, que correspondem a 14,9% da amostra [VIII. P48]. É claro que houve uma diminuta participação dos *Capitães do Fim* no MFA.

9.7.2. Participação no processo de descolonização

Interrogam-se ainda os informantes sobre a relevância do papel tido no processo final de descolonização.

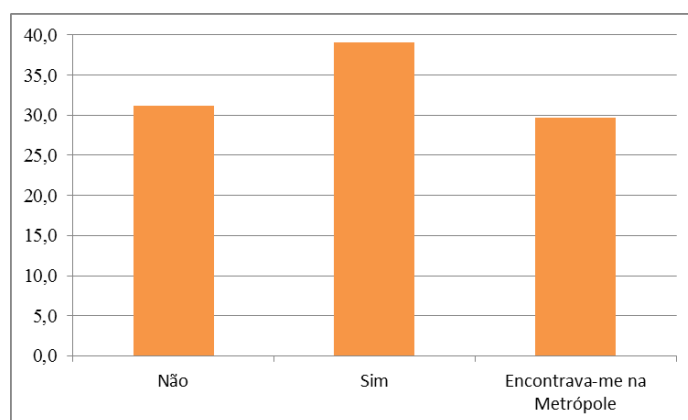


Figura nº 54 – O papel tido no processo final de descolonização

Fonte: Inquérito [VIII. P49].

Da amostra em análise, 39% considera ter tido papel relevante, 31% responde negativamente, e 30% diz já se encontrar na Metrópole aquando do seu

desenvolvimento¹⁶⁵. Verificam-se três não respostas, que correspondem a 2,1% da amostra.

Pedi-se aos que tiveram papel preponderante, para classificar a sua participação, através da importância relativa de cada categoria verificável.

Para conseguir tal pretensão obtiveram-se, em primeiro lugar, as respostas referentes a cada categoria dadas pelo total de respondentes que consideraram ter tido um papel proeminente na descolonização. A figura 55 assinala esta circunstância.

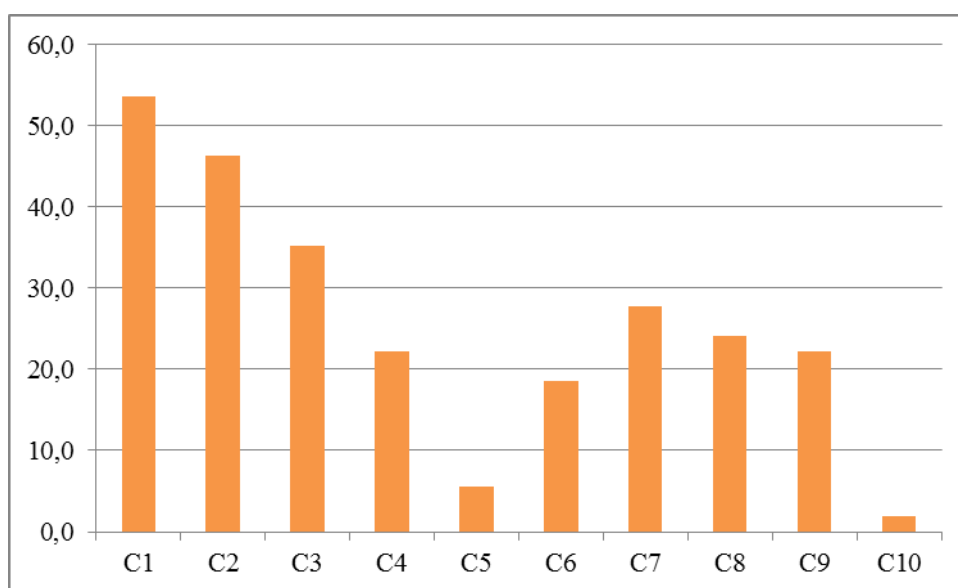


Figura nº 55 – As respostas referentes a cada categoria da descolonização

Legenda:

- C1 - Pelas negociações profícuas, sem cedências humilhantes, com o IN, para a obtenção da paz, na sua ZA
- C2 - Pela dignidade e rigor da entrega dos aquartelamentos aos movimentos de libertação
- C3 - Pela participação numa retracção atempada, regulada e organizada do dispositivo militar
- C4 - Na mediação entre movimentos de libertação com vista ao seu entendimento
- C5 - Na regulação das movimentações dos movimentos de libertação
- C6 - Na defesa de instalações estratégicas
- C7 - Na protecção e apoio incondicional à população civil
- C8 - No restabelecimento da ordem pública
- C9 - Pela participação em episódios marcantes que fizeram história na atribulada descolonização
- C10 - Outro(s)

Fonte: Inquérito [VIII. P49].

Como pode verificar-se C1, C2, C3 e C7 são as categorias mais representativas.

Constrói-se de seguida uma outra figura que categoriza as categorias pela sua importância. É visível que as categorias C8, C3 e C6 são, das expressas, as de menor importância; de importância mediana são C2, C7, C4, C5, C1 e C9; as de maior importância são as C5 e C10.

¹⁶⁵ Veja-se Anexo III.

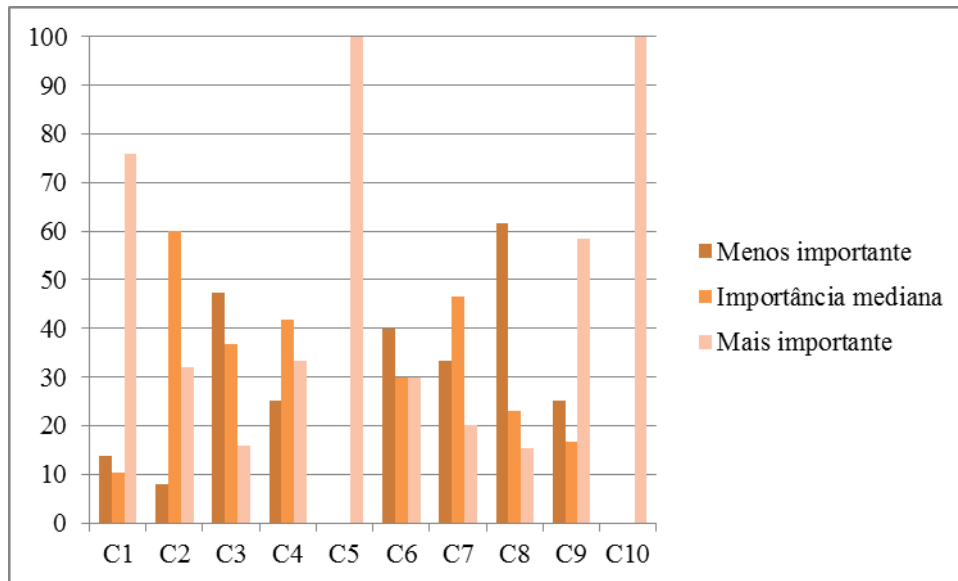


Figura nº 56 – Importância da participação na descolonização

Legenda:

- C1 - Pelas negociações profícuas, sem cedências humilhantes, com o IN, para a obtenção da paz, na sua ZA
- C2 - Pela dignidade e rigor da entrega dos aquartelamentos aos movimentos de libertação
- C3 - Pela participação numa retracção atempada, regulada e organizada do dispositivo militar
- C4 - Na mediação entre movimentos de libertação com vista ao seu entendimento
- C5 - Na regulação das movimentações dos movimentos de libertação
- C6 - Na defesa de instalações estratégicas
- C7 - Na protecção e apoio incondicional à população civil
- C8 - No restabelecimento da ordem pública
- C9 - Pela participação em episódios marcantes que fizeram história na atribulada descolonização
- C10 - Outro(s)

Fonte: Inquérito [VIII. P49.1].

Por cruzamento entre as categorias das duas figuras pode concluir-se da maior importância dada a quatro opções: “pelas negociações profícuas, sem cedências humilhantes, com o IN, para a obtenção da paz, na sua ZA”, “pela dignidade e rigor da entrega dos aquartelamentos aos movimentos de libertação”, “pela participação numa retracção atempada, regulada e organizada do dispositivo militar” e “na protecção e apoio incondicional à população civil”.

9.8. Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido [IX]

No módulo [IX] inquiriram-se os respondentes sobre o reconhecimento do mérito do trabalho, como Capitão, durante a comissão.

9.8.1. As formas de reconhecimento de mérito

Na amostra em tratamento, 50% considera o seu trabalho com reconhecimento de mérito e os restantes 50% respondem negativamente. Verificam-se nove não respostas, que correspondem a 6,4% da amostra [IX. P50].

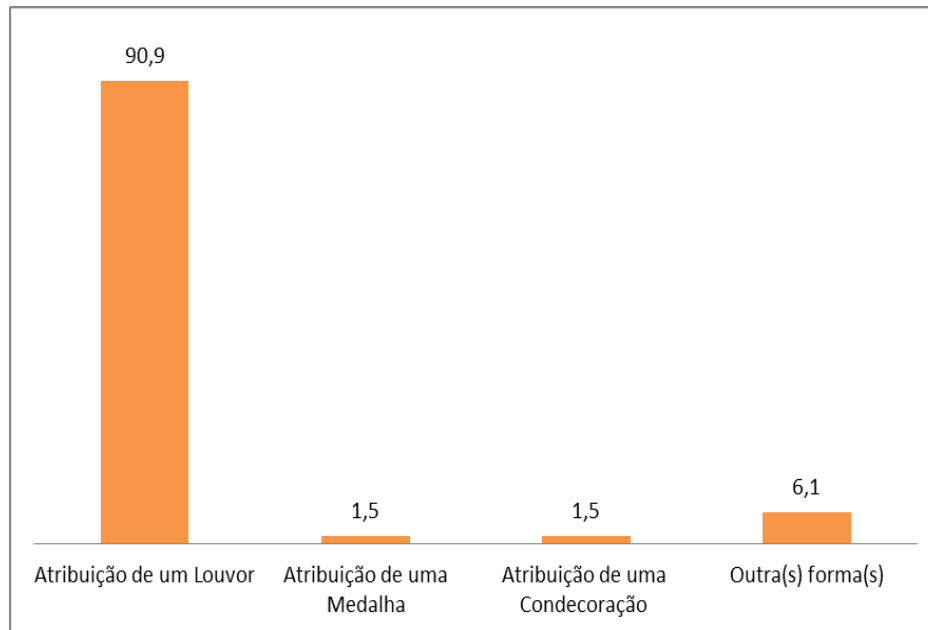


Figura nº 57 – Formas de reconhecimento de mérito

Fonte: Inquérito [IX. P50.1].

Dos sessenta e seis elementos da amostra, com respostas afirmativas à questão anterior, 91% assinala “a atribuição de um louvor”, 6% “outras formas”, e dois elementos assinalam a atribuição de uma medalha e de uma condecoração, respectivamente, uma Cruz de Guerra de 3ª classe e uma Medalha de Valor Militar com Palma. Há também quem afirme: “a minha Companhia foi apanhada pela descolonização rápida e desordenada, o que não deu tempo a atribuição de «honrarias»”.

Por análise de conteúdo, foi possível obter a qualidade dos louvores atribuídos a sessenta *Capitães do Fim* que o declararam:

- Louvor dado pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas – 18 (30%)
- Louvor dado pelo Comandante de Sector – 7 (1%)
- Louvor dado pelo Comandante de Batalhão – 35 (69%).

Constata-se que 30 % de *Capitães do Fim*, do universo dos louvados, foram-no pela entidade máxima militar da Província Ultramarina onde actuaram, o que é importante para a qualificação dos seus desempenhos.

9.9. Das consequências da guerra [X]

O módulo [X] do inquérito pretende inteirar-se das consequências da guerra nos estudos e na vida profissional, na saúde e no enriquecimento humano e profissional dos Capitães do Fim.

9.9.1. Nos estudos e na vida profissional

A guerra teve consequências na vida dos Capitães do Fim.

Na amostra, 65% considera ter sido a participação na guerra gravosa para a continuidade dos seus estudos. Os restantes 35% respondem negativamente. Verificam-se trinta e sete não respostas, que correspondem a 26,2% da amostra [X. P51].

Aos que responderam afirmativamente indagou-se a razão, tendo-se verificado cinquenta e quatro depoimentos. Analisado o seu conteúdo, com o auxílio de unidades de registo primeiro e categorizando depois, concluiu-se por uma elevada saturação nas respostas. Apesar disso, foi possível apresentar discriminações. Apresenta-se o resultado, por ordem decrescente de importância, assente nas palavras dos respondentes.

- Interrupção do curso e dificuldade em recomeçar – 26 (48%);
- Atraso de alguns anos na conclusão do curso – 8 (15%);
- Reatamento impossível – 7 (13%);
- Quebra de ritmo e hábito de estudo, só superados com persistência e um enorme esforço – 3 (5%);
- Distanciamento relativamente aos estudos – 3 (5%);
- Limitado e desmotivado – 2 (4%);
- Necessidade de (re)adaptação ao ambiente académico – 2 (4%);
- Não conclusão de licenciatura acarretou acrescidos problemas económicos, emocionais, psicológicos e familiares – 2 (4%);
- Doutoramento perdido – 1 (2%).

Em síntese, as respostas obtidas revelam ter tido o serviço militar repercussões graves na continuidade dos estudos para os *Capitães do Fim*. Motivos diversos houve: a inadaptabilidade ao ambiente universitário e a desmotivação provocada por anos de interregno, passados junto ao trombo dos canhões e no mato agreste. Há quebras de ritmo e hábitos de estudo, porque a atenção dispersa por outras diásporas. Existem problemas emocionais e psicológicos a interferirem na abstracção, só superados quando

há persistência e um enorme esforço, mas inacessíveis àqueles que já os tinham ofertado à floresta inexpugnável. Uns reataram os estudos, outros não. Uns obtiveram a sua licenciatura. Outros, que já a possuíam, não conseguiram prosseguir estudos mais elevados. O doutoramento esvaiu-se.

Questionou-se depois a possibilidade de o serviço militar ter tido repercussões negativas na procura, ou na continuidade, da carreira profissional dos *Capitães do Fim*. Consideram-se 63% prejudicados, mas os restantes 37% respondem negativamente. Verificam-se 13 não respostas, correspondendo a 9,2% da amostra [X. P52].

Aos que responderam sim pediu-se a justificação da opção tomada. Verificaram-se 58 respostas, sendo a sua análise efectuada seguindo o processo da questão anterior. A saturação de respostas foi superior ao caso antecedente. Apesar disso, foi possível fazer quatro destrições com equivalência de importância.

- Retardou ou interrompeu o início de carreira e a vida profissional;
- Privação de opções e expectativas profissionais;
- Entrada no mercado de trabalho comprometida;
- Perda de carreiras profissionais ou académicas.

Em síntese, a amostra e as respostas respectivas revelam que o serviço militar teve repercussões graves no início, ou na retoma, da vida profissional dos *Capitães do Fim*. Retardou-a, ou interrompeu-a, com custos pessoais, familiares e sociais elevados. Houve perdas irreversíveis de carreiras profissionais e académicas. As opções, na altura do regresso, eram minguadas e as expectativas de integrar uma carreira de sucesso esbateram-se para alguns.

9.9.2. Na saúde

No contexto da saúde, formulou-se a seguinte questão aos *Capitães do Fim* abrangidos pela amostra: acha que a Guerra lhe acarretou problemas de saúde e instabilidade emocional que prejudicaram os seus relacionamentos familiares, na profissão e com os amigos? [X. P54]

Verificam-se dezoito não respostas correspondentes a 12,8% da amostra; 36% responde afirmativamente e os restantes 64% negativamente.

Foi solicitada justificação a todos os que responderam sim, tendo-se verificado trinta e sete reacções, examinadas de acordo com os princípios que vêm sendo enunciados.

São patentes, nos indivíduos da amostra, alguns problemas de saúde, sendo de realçar os cardíacos, os dos membros inferiores incluindo amputações, problemas renais, gástricos, e de audição devido ao ruído dos rebentamentos. A instabilidade emocional revela-se pelo *stress* pós-traumático, sensibilidade aos ruídos, fácil irritabilidade, agressividade, acentuadas incompatibilidades familiares que, no extremo, levam ao divórcio. Há frases paradigmáticas escritas pelos inquiridos e ilustrativas destas problemáticas: “durante anos, ruídos violentos assustavam-me”, “enervo-me com facilidade” e “tornei-me agressivo e tristemente triste”.

Em síntese, a amostra e as respostas dadas revelam que o serviço militar contribuiu para criar e/ou agravar problemas emocionais e de saúde nesta sub amostra de *Capitães do Fim*¹⁶⁶.

9.9.3. No enriquecimento humano e profissional

Apesar de todos os contratemplos, era fundamental conhecer se o exercício da função Capitão resultou, de algum modo, benéfico para o enriquecimento humano e profissional dos *Capitães do Fim*¹⁶⁷. Na amostra 71% considera o efeito positivo e os restantes 29% respondem negativamente. Verificam-se nove não respostas, que correspondem a 6,4% da amostra [X. P53].

Aos que responderam afirmativamente, a esmagadora maioria, foi solicitada uma justificação pela opção tomada. Verificaram-se noventa e três respostas para examinar, utilizando análise de conteúdo e os procedimentos anteriores, sendo o resultado o seguinte, por ordem decrescente de número de preferências:

- Experiência de relações humanas em ambiente de risco e tensão excepcionais – 25 (27%).
- Prática de comando e chefia de homens em situações adversas – 20 (22%).
- Competências e capacidades de liderança perante situações difíceis – 17 (18%).
- Laboratório humano: melhor conhecimento do homem e da história – 16 (17%).
- Formação humana, enriquecimento cultural e sociológico – 15 (16%).

¹⁶⁶ Veja-se Apêndice IV, unidade de registo 4.

¹⁶⁷ Veja-se Apêndice IV, unidade de registo 3.

Em síntese, a amostra e as respostas revelam ter o serviço militar contribuído para o enriquecimento humano e profissional dos *Capitães do Fim*. As cinco premissas de síntese relevam as relações humanas, a liderança, o comando, o melhor conhecimento do homem e da história, o enriquecimento cultural e sociológico, tudo aprendido naquele “laboratório” que foi a guerra. Naqueles lugares inóspitos, plenos de perigosidade e de solidão sofrida, muitos aprenderam a vida e para a vida. As frases seguintes dizem muito do que se enunciou:

“Formei-me muito no que diz respeito a comandar e a relacionar-me com o poder e os poderosos.”

“Melhorou a minha autoconfiança e deu-me experiência no domínio da gestão e condução de homens.”

“Reforçou o meu poder de liderança e deu-me maturidade.”

“Ajudou-me a confiar na capacidade dos outros.”

“Experiência humana única.”

“Passei a encarar os obstáculos da vida com mais confiança.”

“Tornei-me adulto resistente a todas as dificuldades.”

“Foi uma aprendizagem humana sem limites.”

9.10. A passagem à disponibilidade e a vida civil pós-guerra [XI]

Para terminar interessa conhecer algo da vida destes indivíduos, após a sua passagem à disponibilidade – traços do seu percurso profissional, social, cultural e político.

9.10.1. Da passagem à disponibilidade: traços do momento

Perguntou-se aos inquiridos a duração do seu serviço militar obrigatório. As respostas mais apuradas situam-se entre quarenta e um e cinquenta meses. As respostas que comportam números de meses mais baixos entre dezoito e trinta meses dizem respeito a *Capitães do Fim* com baixas em serviço, ou comissões curtas após o 25 de Abril e ao tempo do período final da descolonização das Províncias Ultramarinas.

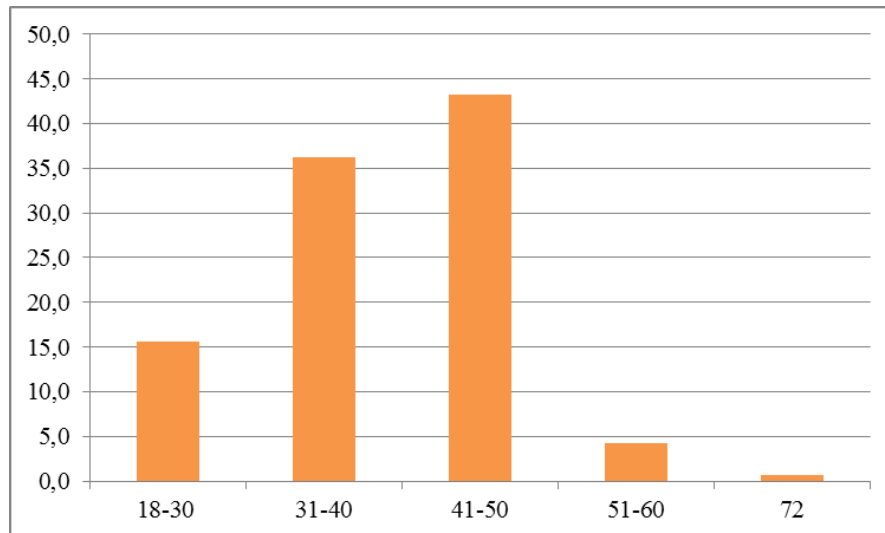


Figura nº 58 – Duração do SMO dos *Capitães do Fim*

Fonte: Inquérito [XI. P55].

Constata-se da figura que, para a grande maioria dos *Capitães do Fim*, o SMO foi longo e, por tudo o que foi descrito ao longo do capítulo, complicado sob o ponto de vista pessoal e militar.

Tendo em consideração este argumento, foi pedido aos *Capitães do Fim* para reproduzirem, numa palavra ou num conjunto de até três palavras, o que sentiram no dia em que passaram à disponibilidade¹⁶⁸.

Feita a análise de conteúdo e categorial às respostas e tendo em consideração que vinte e quatro dos respondentes não colaborou, conseguiu-se a síntese expressa na tabela.

Tabela nº 27 – Categorias intervenientes na percepção dos sentimentos na passagem à disponibilidade

Categorias	Nº de respostas	%	Positivas	Negativas
Um imenso alívio	48	33,80		x
A liberdade que volta	22	15,53		x
O retorno à vida	17	11,97		x
Uma enorme felicidade	16	11,26		x
O dever e a missão cumprida	14	9,85	x	
O pesadelo que finda	13	9,15		x
A tristeza pelo que se deixou e pelo acontecido	12	8,44		x

Fonte: Inquérito [XI. P56].

¹⁶⁸ Veja-se Apêndice III, tabela 9.

Das categorias expressas apenas uma é expressão de sentimentos positivos relativamente ao serviço militar: “O dever e a missão cumprida”. Os sentimentos de todos aqueles que no final têm a convicção de que saem com a obrigação e o mandato consumado. No entanto, os que se expressam maioritariamente e falam num “imenso alívio”, na “liberdade que volta” e “no retorno à vida” são bem representativos de quem quer agarrar a vida fora da vida militar.

9.10.2. Percursos profissionais ao longo da vida

Aos respondentes foi também solicitado para descreverem, sucintamente, a sua situação profissional actual e os percursos profissionais calcorreados ao longo da vida, acentuando os que lhes foram mais satisfatórios [XI. P57].

Uma panóplia de actividades profissionais se desenhou nessas respostas. As de médico, advogado, engenheiro, professor, magistrado, empresário, administrador de empresa pública ou privada, quadros superiores da administração pública portuguesa ou da comunidade europeia. Há também quem tenha ocupado cargos políticos.

Dada a diversidade das respostas, utilizou-se a Classificação Nacional das Profissões (o conjunto de todas as profissões existentes em Portugal e da sua respectiva descrição funcional, apresentando-se agregadas por grupos profissionais), para tornar actual e mais disciplinada a sua descrição.

Os *Capitães do Fim* foram ou ainda são:

- Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa – 23,42%;
- Directores e gerentes de pequenas empresas – 18,11%;
- Especialistas das profissões intelectuais e científicas – 44,54%;
- Técnicos e profissionais de nível intermédio – 4,70%;
- Profissionais de nível intermédio de ensino – 1,80 %;
- Outros técnicos e profissionais de nível intermédio – 6,53%;
- Empregados de recepção, caixas, bilheteiras e similares – 0,90%;
- Detectados na área política, um ministro, cinco deputados, cinco secretários de estado, quatro autarcas, um governador civil.

Solicitados, ainda através da pergunta XI. P57 do QC, cento e trinta e quatro *Capitães do Fim* da amostra apresentaram uma síntese da sua história de vida

profissional. Surgem umas mais buriladas, outras nem tanto, documentos que, pelo seu conteúdo e diversidade, tem um interesse investigativo enorme. Por isso, e dado o espaço ocupado, serão apresentados como Apêndices deste trabalho¹⁶⁹. Como exemplo, aqui se apresenta a do [Cap.61].

Até aos 22 anos estudei humanidades, filosofia, psicologia e teologia com a intenção de ser sacerdote católico. Aos 22 anos desejei seguir a vida de padre operário. Trabalhei dois anos em cultura de cogumelos e movimentos de jovens pró cristãos. O bispo pretendeu que eu regressasse aos estudos teológicos e me ordenasse. Propus ser padre operário mas o bispo discordou. Então “despedi-me” e matriculei-me em direito. Os ventos revolucionários não me deixaram findar o 1º ano e levaram-me a Mafra. Em contacto com os militares, e amizade que criei com o médico da Companhia no estágio em Angola, decidi estudar medicina. Como não tinha dinheiro, nem quem me financiasse o curso, angariei dinheiro na guerra (poupando) e fiz o curso de medicina – medicina geral e familiar – trabalho em que me tenho realizado plenamente.

Um trecho de vida plena de diversidade, tendo por permeio o SMO.

9.11. Depoimentos para Memória Futura [XII]

O bloco XII do QC da investigação é constituído por duas páginas A4, com linhas, e tem por designação: “Para Memória Futura”. Está encimado por frases mobilizadoras em ordem ao seu preenchimento pelos *Capitães do Fim*, a saber: “Esta página é sua. É uma página em branco que quererá transformar em memória futura. Poderá também, se assim o desejar, anexar documentos. Um dia a história agradecerá”.

9.11.1. Contextualização

Procurou-se enfatizar uma ideia de futuro, fazendo perdurar no tempo acontecimentos que ainda é possível recordar hoje, para encontrar amanhã.

Obtiveram-se sessenta e oito «memórias futuras», correspondentes a 48% da amostra, embora apenas trinta e uma (45,5%) tenham sido aproveitadas. As restantes foram consideradas não válidas, ou de informação irrelevante, pois quase só faziam anuência à utilidade do trabalho em curso, envio de congratulações, votos de boa sorte e incentivos à sua conclusão, e ainda outras estavam imperceptíveis por doença grave de quem as escreveu.

Esteve-se em presença de uma repetição de descrições referentes ao período final da descolonização e aos acidentes mortais acontecidos com Cadetes na EPI. Houve pois que seleccionar evitando a saturação da informação.

Feita a análise de conteúdo adequada foi possível enquadrar os depoimentos aproveitados em três grandes categorias: narrativas, desempenhos e protagonismos na, e

¹⁶⁹ Apêndice III, tabela 12, e Apêndice IV, unidade de registo 5.

da, vida militar. De cada uma destas categorias seleccionaram-se, finalmente, dezanove Memórias Futuras, as que mais se enquadravam no objecto da investigação e, como tal, permitiriam o seu aproveitamento em contexto, sempre que necessário, ao longo do corpo do texto da investigação. Para a sua melhor análise e arrumação dividiram-se os depoimentos nos seguintes grupos temáticos: “Os últimos actos do Império”, “Ocorrências de âmbito militar a merecer evidência”, “Acontecimentos de boicote à guerra, participação no 25 de Abril e iniciativas estabelecidas com os movimentos de libertação para início de conversações conducentes à obtenção do cessar-fogo e da paz”. Por último, “Factos comprovativos de uma organização militar difusa e inoperante e já parca em recursos competentes”.

As memórias retratam a participação política desenvolvida de diversos modos contra a guerra, e asseveram o cumprimento da missão por parte dos *Capitães do Fim*, apesar de existir um relacionamento difícil com os actores permanentes da instituição militar. Expressam também a convicção de que aquela, naquele tempo, já se apresentava difusa, inoperante e parca em recursos competentes. Relatam acontecimentos reveladores de uma formação militar ministrada de forma medíocre e situações ridículas, paradigmáticas do comando então exercido por oficiais superiores.

As memórias retratam também o fim do Império¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Apêndice V.

Capítulo X – Resultados da pesquisa sobre os *Capitães do Fim* não respondentes ou não encontrados

10.1. Locais e modos de acção e intervenção dos *Capitães do Fim*

10.1.1. Acção e intervenção

Estes *Capitães do Fim* começaram a ser mobilizados em finais de 1971 (9%), continuando durante os anos de 1972 (26%), 1973 (33%), 1974 (29%) e 1975 (3%). O apogeu de mobilização foi atingido nos anos de 1973 e 1974, pelo que a maioria deles participou nos anos derradeiros do conflito e nos actos finais da descolonização.

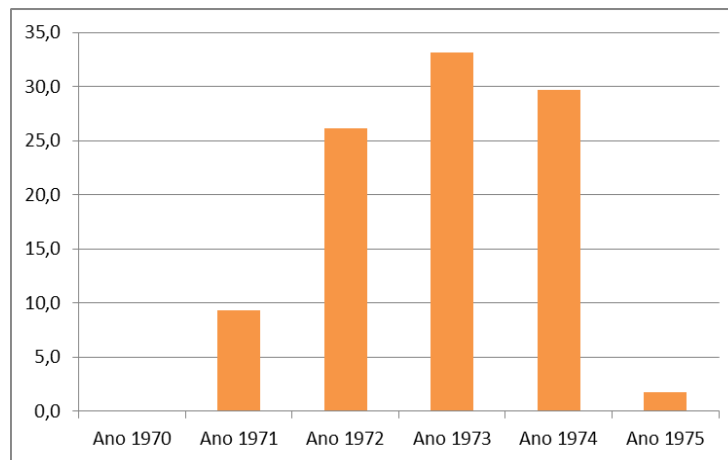


Figura nº 59 – Anos de mobilização dos Capitães não respondentes e não encontrados

Foi possível detectar nas fichas das unidades militares produzidas pelo CECA/EME, já anteriormente referenciadas, que para Angola partiram 44%, para a Guiné 22 % e para Moçambique 34 %. Nestes territórios comandaram 172 Companhias operacionais, umas integradas em batalhões, outras independentes oriundas da ex-Metrópole, outras ainda Companhias de nativos conscritos das próprias ex-Províncias Ultramarinas. Das Companhias 85,38% estiveram nos centros de combate mais difíceis, tendo vivido, sobretudo em Angola, na fase terminal da descolonização, momentos complexos na retracção do dispositivo militar e na protecção das populações. Tiveram 273 mortos em combate e, por acidentes diversos, uma média de 1,58 por Companhia¹⁷¹.

Ao consultar as fichas das unidades CECA/EME foi possível compor uma síntese da actividade operacional das Companhias sob o comando destes Capitães, em

¹⁷¹ Valores calculados pelo autor a partir das fichas das unidades CECA/EME: 2008; CECA/EME (*Mortos em Campanha 2001*, Tomos I e II e III: 2008) e <http://terraweb.bis>. [visto em 24.02.2014].

cada uma das ex-Províncias Ultramarinas, construindo-se para o efeito fichas individuais descritivas¹⁷² como demonstra a imagem abaixo.

Unidade 2-11-11 11-12 + 1-1-11

CAPITÃO	Unidade	SÍNTESE DA ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA	FONTES DOCUMENTAIS DE SUPORTE
Nº 92	Moçambique		
239 437 502 91744 568 Unidades de defesa O. Militar Com	CCM 3422 Beac 3868 Unidade mobilizadora: FIIS Tomar 3423 CCA M. 5-11 22003 9ca	Em 1974 a 4.ª Div. 7.ª. Desembarcou em Moçambique 2.ª Div. desta a 1.ª Div. de F.ª. Operacional foi activada no B.º 1115 e passou ao P.º Análise de 2.ª po. 1.ª. Div. de Independente Em 1.ª. Div. de Reforço: 1.ª. Div. de F.ª. Operacional em 1.ª. Div. de T.º 1115 Desembarcou e Vila P.º de Análise M. 5-11 J. 1.ª. Div. Contacto? 965540718	História da Unidade no AHM (caixa n.º 601 - 2.ª Div. de F.ª. Operacional) Afonso, A. & Gomes, C. de M. "Os Anos da Guerra Colonial" 197 - Matosinhos: QuidNovi, 2009 Vários. "Resenha Histórico - Militar das Campanhas de África (1961-1974) Fichas das Unidades (Vol. 1/2000) J.º Lisboa: EMEC/CECA
	PSO 1115 239826329 Beac 3868 917023687 J.º 1.ª. Div. de F.ª. Operacional 253283338 Manoel Filipe de Matos 252612011 atemp. 1.ª. Div. de F.ª. Operacional		Tem 1.ª. Div. de F.ª. Operacional Beac 3868 http://ultramarina Ternavet. 27/06/2009 Domingo Guimarães Lopes - htm Com. 1.ª. Div. de F.ª. Operacional H.º 1.ª. Div. de F.ª. Operacional F.ª. Operacional At.º 1.ª. Div. de F.ª. Operacional Intern. 1.ª. Div. de F.ª. Operacional L.º 1.ª. Div. de F.ª. Operacional
	A Companhia 67/1115 (1115)		

Figura nº 60 – Fichas individuais descritivas

Em Angola as acções das Companhias centraram-se, fundamentalmente, nos seguintes desempenhos: vigilância de fronteiras, e apoio persistente na acção social e sanitária às populações e instalações agrícolas em laboração. No entanto, também houve em muitas zonas, como por exemplo na região Norte de Cabinda e Centro e Leste da Província, uma intensa actividade inimiga: flagelações e ataques a aquartelamentos, emboscadas, minas nos itinerários, armadilhas. Houve participação em operações importantes com baixas para o inimigo, destruição dos seus acampamentos e, por fim, captura de armamento. Tiveram ainda actividade decisiva na Operação Madeira.

Nos actos finais de descolonização cooperaram nos entendimentos com os movimentos de libertação e retracção do dispositivo, à medida que eram extintos destacamentos e guarnições. Após o cessar-fogo, houve necessidade de se fazer face a roubos, assaltos, incêndios e depredações, bem como à organização e defesa de colunas com centenas de viaturas transportando milhares de desalojados e bens, como a última, saída da ZMN. Na parte final, e a mais problemática da descolonização, muitas Companhias foram intervenção e reserva do COTI 2, com vista à defesa e protecção de instalações e populações na cidade. Também, com o intuito de manutenção da ordem

¹⁷² Veja-se Apêndice (Ap II. 1).

pública, outras estiveram adidas ao Sector C do COPLAD e SubSector D do COPLAD em Luanda. A manutenção da ordem pública e a segurança de instalações fizeram-se igualmente noutros locais: em Sá da Bandeira e no Comando Territorial de Nova Lisboa, em colaboração com forças emancipalistas. Nos meses terminais de 1974 e 1975, grande parte das Companhias permaneceu em Luanda, umas mais tempo, outras menos, desenvolvendo as mais diversas actividades, essencialmente de defesa, policiamento e segurança¹⁷³.

Na Guiné destaca-se a intervenção e reserva do CAOP1, CAOP2, COP3, COP4, COP7; patrulhamentos e vigilância da fronteira, actuação sobre a linha de infiltração de Sitató, reforço de contra penetração nas linhas de penetração de Canja, Sano, Sambuíá e Cossé; reconhecimentos ofensivos e acções sobre grupos inimigos, especialmente orientadas para a contra penetração no corredor de Guebambol; e ainda protecção aos trabalhos de estrada, como por exemplo, a segurança da asfaltagem da estrada Piche-Boruntuma. Muitos tiveram a seu cargo a execução de trabalhos de reordenamento, promoção socioeconómica das populações e organização do seu sistema de autodefesa. Patrulhamentos, emboscadas, escoltas a colunas, segurança de itinerários e populações, acções de reacção às imensas flagelações e ataques a aquartelamentos e aldeamentos, fizeram quase todos. Muitos foram os que tiveram contactos sangrentos com o inimigo aquando da participação em operações históricas nas imediações de Guidage e Gadamael, e na protecção e escoltas no itinerário Binta – Guidage. Estabeleceram os primeiros contactos com o PAIGC para alcançar o cessar-fogo e desactivaram e entregaram quartéis a este movimento de libertação. Em Bissau colaboraram na manutenção da ordem pública após o cessar-fogo, integraram o COMBIS, reforçaram guarnições de Bissau com o objectivo de preservar a segurança e protecção das instalações e populações¹⁷⁴.

Em Moçambique o esforço centrou-se principalmente na abertura de itinerários, destruição de grande quantidade de engenhos explosivos, realização de colunas logísticas, emboscadas, patrulhamentos, nomadizações, batidas, golpes de mão, assim como na destruição e ataques a acampamentos inimigos, obstaculização das suas linhas de infiltração e captura de material. Foram desenvolvidas acções de outro tipo, por exemplo: segurança ao comboio com cargas críticas para Cabora Bassa e à barragem;

¹⁷³ Cf. EME/CECA 2008: 152-199; 235-250; 287-299; 407-431; 474-487; 516-525; 622-625; 662-631.

¹⁷⁴ Cf. EME/CECA 2002: 152-197; 234-250; 286-299; 406-430; 474-489; 516-525; 622-624; 630-633; 662-665.

protecção a linhas de transmissão de energia eléctrica e de trabalhos de empresas na construção de diversas estradas; escoltas a viaturas civis provenientes do Malawi e operações com incidência na fronteira deste País; patrulhamentos na estrada internacional Beira-Rodésia e caminho-de-ferro Beira-Rodésia; escoltas a comboios e protecção a reparações na linha férrea. Por outro lado, foi feita da mesma forma acção psicossocial: contacto com as populações, acção médico-sanitária e psicológica e protecção e construção de aldeamentos. As Companhias permaneceram em quadrícula, em zonas de subversão violenta, sujeitas a intensa actividade inimiga, como flagelações e ataques a aquartelamentos, emboscadas, minas nos itinerários e armadilhas. Foram intervenção e reserva no Sector A, no Sector B, no ZOT, no CTC/Av e COFI, assim como tomaram parte na Operação Fronteira.

Na fase terminal da guerra e nos actos finais da descolonização estabeleceram contactos com a FRELIMO para alcançar o cessar-fogo, participaram na extinção e entrega de aquartelamentos e na retracção do dispositivo militar, enquanto nos grandes centros populacionais, como Lourenço Marques, cooperaram na manutenção da ordem pública. Tiveram ainda outras funções, como a de polícia por exemplo, tendo igualmente a missão de guardar o material e bagagens à espera de embarque, segurança a reservatórios de combustível da Munhava, proteger as antenas de rádio, como as do Rádio Club de Moçambique, funções de polícia militar e segurança do aeroporto de Nampula. Efectuaram também patrulhamentos conjuntos com a FRELIMO¹⁷⁵.

10.1.2. Locais de intervenção

Apresentam-se seguidamente as tabelas nºs 28, 29 e 30 que representam a distribuição territorial das Unidades desses *Capitães do Fim* em Angola, Guiné e Moçambique. Nelas se explicitam também o número de vezes (n) que essas zonas estiveram entregues à sua responsabilidade.

Tabela nº 28 – ZA's dos Capitães do Fim em Angola

ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n
A. Viçosa	2	Canbambe	1	Gabela	1	M. Zombo	1	R.Nengo	1
A. Chicapa	1	Canga	1	G. Coutinho	2	Marimba	1	S. Bandeira	1
A. Zara	1	Cangombe	3	G. Freire	2	Massabi	1	Sacassange	4
Ambriz	3	Carmona	2	G.M. Machado	1	Massau	1	S.Planície	2
Balacende	1	Cassamba	2	H. Carvalho	2	Moçamedes	1	S. Cruz	1

¹⁷⁵ Cf. EME/CECA 2009 : 156 - 177; 183- 196; 226 - 295; 331 - 336; 351 - 373; 409 - 423.

ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n
Barraca	1	Cavungo	1	Landana	1	Mucaba	1	S. Eulália	1
Batassano	1	Caxito	1	Lifune-Tari	1	Mucusso	2	S. Pombo	2
Beira Baixa	1	Cazage	2	Luacano	1	N'tó	1	S. Pinto	2
Bela Vista	2	Cazombo	1	Luanda	25	Nharea	1	Songo	2
Benguela	2	Chimacongo	1	Lucapa	1	Noqui	1	Tchivovo	2
Bolongongo	2	Chimbila	1	Lucunga	1	N. Lisboa	5	T. Sousa	1
Bom Jesus	1	C.Canavale	1	Lufico	1	P. de Eça	2	Tomboco	1
Buela	1	Dinge	1	Luma Cassai	1	P.R.Zádi	1	Toto	1
C. da Velha	1	Dondo	1	L.-Bungo	1	Quela	1	Úcua	1
Cabinda	1	D. Bragança	1	Luso	3	Quibala	2	V. do Loge	2
Cacolo	1	F. Madureira	1	Lutembo	1	Quibaxe	2	V. Alegre	1
Calambata	2	F.M. Fernanda	1	Luvo	1	Quicabo	2	Zala	5
Calunda	1	F.S. Isabel	2	Luvuei	1	Quicua	2	Zemba	3
Camabatela	1	F. Tabi	2	Madimba	1	Quipedro	1		
Camaquenso	3	F. Tentativa	2	Malange	1	Quixico	1		
Camaxilo	1	F. República	1	Mamarrosa	2	Quiximba	1		N=173

Como se constata, o número de zonas de acção que estiveram à sua responsabilidade foi de 173 nesta Província Ultramarina.

Tabela nº 29 – ZA's dos Capitães do Fim na Guiné

ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n
Afia	1	Bula	2	Catió	3	Fulacunda	1	N. Lamego	2
A. Formosa	4	Buruntuma	1	Chugué	1	Fatim	1	Olossato	1
Bachile	1	Cabedul	1	Colibuia	1	Gadamael	3	Pete	1
Bajocunda	1	Cabuca	1	Columba	1	Ganjauará	1	Piche	3
Banbadinca	2	Cacheu	1	Cufar	1	Ilondé	1	Pirada	1
Barro	1	Cacine	1	Cumbijã	2	Inquida	1	Porto Gole	1
Biambi	1	Cafal	1	Cuntima	1	Jemberém	1	Rio Polum	1
Bianga	1	Camabajá	2	Dugal	2	Jolmete	2	Saltinho	2
Bigene	1	Cancolim	1	Dunane	1	Madina	2	Siracunda	1
Binta	1	Canjadude	1	Empada	1	Mampatá	1	Tite	2
Bissau	1	Cajambari	2	Encheia	2	Mansoa	1	Xime	3
Bissorã	1	Canquelifá	3	Fá Mandinga	1	Massambo	1	Xitole	1
Bissum	1	Cansamba	1	Fanhe	1	Massambo	1		N=89

Na Guiné o número de ZA totalizou oitenta e nove.

Tabela nº 30 – ZA's dos *Capitães do Fim* em Moçambique

ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n	ZA's	n
A. Eanes	2	Chitengo	1	Macomia	2	Mongué	1	P. Amélia	3
Bandece	1	Chiuleze	1	Magoé Novo	2	Montepuez	1	Pundanhar	2
Báué	1	Diacá	3	Malapísia	1	Mueda	2	Quelimane	1
Beira	3	Dondo	2	Mandié	1	Muembe	1	Sagal	2
Bene	1	Errego	1	Manhiça	1	Mufa	1	Serra Mapé	1
Cademera	1	Estima	1	Maniamba	1	Mussacama	1	Sitate	1
Canda	1	Fúdeze	1	Marara	1	Nacarôa	1	Songo	1
Candulo	1	Goba	1	Maringué	1	Nacuca	1	Tambara	1
Cantina Dias	1	Guro	1	Maroeira	1	Namaacha	1	Tchirodzi	3
Canxixe	2	Honde	1	Marromeu	1	Namapa	1	Temangau	2
Casula	2	Inhaminga	1	Mataca	2	Namialo	3	Tete	3
Chai	3	João Belo	1	Matundo	1	Nampula	3	Unango	2
Changara	1	L. Marques	3	Mauguide	1	Nangade	1	V. Cabral	1
Chemba	2	Lumbo	1	Maxixe	1	Nangalolo	1	V. Fontes	1
Chiboeia	2	Lunho	1	Mazoi	2	Nazombe	1	V. Gouveia	1
Chindorilho	1	Lussamhando	1	Mecumbura	1	Negomano	1	V. Andrade	1
Chinhande	1	M'Panze	1	Milange	1	N. Freixo	2	V. Pery	2
Chipera	2	Machava	1	Moatize	1	Nura	1	Vinanculos	1
Chiramba	1	Machanga	1	Mocimboa	4	Omar	1	Zóbuè	1
									N= 135

Por fim, em Moçambique 135 ZA's, sendo 397 o total nas três províncias. Fazendo o somatório com as da amostra tratada no capítulo anterior, atinge-se o elevado valor de 782 ZA's.

As três tabelas comprovam, do mesmo modo que as anteriores referentes à amostra já o haviam demonstrado, que estes *Capitães do Fim* desenvolveram a sua acção nas zonas mais difíceis e problemáticas de Angola, Guiné e Moçambique. Demonstram também que eles participaram em número elevado na parte final do processo de descolonização, bastando atentar no número de Companhias presentes em Luanda.

10.2. Casos paradigmáticos de intervenção e acção

Através das fichas de unidades EME/CECA foram escolhidos vinte e cinco casos (14,1% da amostra dos não respondentes e dos não encontrados): os que enfrentaram as situações mais complicadas de gerir, quer na guerra quer nos

acontecimentos terminais da descolonização, tentando descortinar os desempenhos e protagonismos tidos por estes actores nestas situações tão difíceis de contornar. Tais factos foram também investigados nas histórias das suas unidades, pertença dos fundos do Arquivo Histórico Militar¹⁷⁶.

10.2.1. Em Angola

i. O Cap. 248 comandou uma Companhia, integrada num Batalhão, com a particularidade de todos os Comandantes das Companhias operacionais serem *Capitães do Fim*. Embarcou em 20 de Julho de 1973 para Angola e foi responsável pelo Subsector de Cavungo. Pertenceu a um Batalhão que entre 22 de Junho de 1974 e 22 de Agosto de 1974, período onde foi acordado o cessar-fogo no saliente do Cazombo com o MPLA (em 15 de Outubro de 1974 foi acordado com a FLNA), esteve sujeito a inúmeros contactos com o inimigo, com consequências gravosas para as Companhias. Em 22 de Junho de 1974, e durante cinquenta minutos, foi flagelada Lumbala Nova com mísseis 122mm e outras armas; em 8 de Julho de 1974 desencadeou-se uma emboscada a doze quilómetros de Jimbe, levada a cabo por um grupo de sessenta elementos, durante trinta minutos, cujas consequências foram seis feridos graves, dos quais um veio a falecer, e outros ligeiros. O inimigo capturou ainda cinco armas G3, uma FN, um morteiro 60, quatro emissores receptores TR-28 e incendiou uma Berliet. Em 27 de Julho de 1974, um grupo do ELNA, com cerca de quarenta elementos, emboscou as duas primeiras viaturas Berliet da escolta do MVL de Lumbala - Teixeira de Sousa, provocando cinco mortos, dez feridos, assim como danos em viaturas e armamento¹⁷⁷.

Apesar destes desaires, ocorridos após o 25 de Abril de 1974, foram louvados dois *Capitães do Fim*, estando excluído o Capitão em análise, embora não haja registo na história da Unidade de menções que desacreditem o seu desempenho, nem haja sinais de protagonismos¹⁷⁸. Pode considerar-se o desempenho na acção de liderança situado num patamar de satisfação mínimo e na zona do cumprimento da missão terá sido

¹⁷⁶ Elementos recolhidos nos seguintes fundos do Arquivo Histórico Militar: 2ª Div. caixa nº105, nº3; 2ª Div. caixa 105, nº1; 2ª Div. caixa nº 105, nº 2; 2ª Div. caixa nº 86, nº44; fichas das unidades de Angola publicação do EME, múltiplas vezes já referida.

¹⁷⁷ Leia-se Anexo (A V. 4)

¹⁷⁸ Cf. Fundo 2ª Div. caixa nº 105, nº 3 do Arquivo Histórico Militar [Cap. II/Fasc.X-pág.7; Cap. II/Fasc.XI-pág.5; Cap. II/Fasc.XI-pág.9; Cap. II/Fasc.XII-pág.6; Cap. II/Fasc.XIII-pág.5; Cap. II/Fasc.XIV-pág.5].

atingido o limite mínimo, isto é o sucesso mínimo esperado. Uma liderança transaccional.

ii. O Cap. 251 fez parte de um Batalhão, em que além de todos os Capitães serem *Capitães do Fim*, tinha outras Companhias aderentes e tropas especiais TE's e Fiéis. Partiu da ex-Metrópole em 31 de Julho de 1973 e ficou instalado em Cabeça Velha, tendo os outros Capitães permanecido em Lufico e M'Pala. A zona do Batalhão era essencialmente de passagem de grupos inimigos, em trânsito de e para o Congo. Uma das sub-unidades, que não a sua, em 24 de Fevereiro de 1974, foi emboscada quando fazia protecção à coluna de MVL Tomboco-S. Salvador, com consequências graves: seis mortos, dois feridos graves, seis feridos ligeiros e dois prisioneiros, um dos quais foi recuperado em 27 de Fevereiro de 1974.

Em Julho de 1974 foi interceptado um numeroso grupo inimigo, a quem as NT causaram muitas baixas e apreensão de armas e munições.

Houve entendimento para o cessar-fogo com o inimigo a partir de 28 de Setembro de 1974. Posteriormente deu-se a retracção do dispositivo e a Unidade assumiu o Subsector C do COPLAD em Luanda, com o objectivo de manutenção da ordem pública.

O Capitão em análise foi substituído por motivo de doença e os outros dois Capitães foram louvados, sendo que não há descrições na história da unidade que desacreditem o seu desempenho, nem sinais de protagonismos¹⁷⁹. Pode considerar-se o desempenho na acção de liderança num patamar de satisfação mínimo e na zona do cumprimento da missão terá sido atingido o limite mínimo, isto é o sucesso mínimo esperado. Uma liderança transaccional.

iii. O Cap. 269 embarcou em 13 de Janeiro de 1974 e a sua Companhia fez parte de um Batalhão, cujas Companhias operacionais foram comandadas por três *Capitães do Fim*. Foi colocado numa zona de enorme perigosidade: Sanga Planície e Miconge.

A partir de 17 de Fevereiro de 1974, o MPLA levou a cabo um número significativo de acções violentas, sendo de destacar: a 24 de Março um ataque ao Miconge, com a utilização de trinta a quarenta granadas de foguetão 122mm, sem consequências para as NT; a 25 de Março de 1974 uma emboscada na Serra Muabi, com

¹⁷⁹ Cf. Fundo 2ª Div, caixa nº 105, nº1 do Arquivo Histórico Militar [CAP. II PAG 12; CAP. II PAG 13; CAP. II PAG 41; CAP. II PAG 42; CAP. II PAG 43].

três mortos e quinze feridos, dos quais cinco graves e dez ligeiros, sendo ao mesmo tempo flagelado o quartel do Caio Guembo, enquanto outros grupos do MPLA realizavam acções de menor importância e faziam deflagrar uma cratera em toda a largura da estrada. Na mesma data é fortemente emboscado um grupo de combate, perto da povoação das Bitinas que causou um morto, e verifica-se um novo ataque ao destacamento do Miconge, com vinte e cinco granadas de foguetão 122mm, sem consequências para as NT.

No dia 26 de Março de 1974 um grupo numeroso do MPLA emboscou o MVL no itinerário Belize-Serra do Muabi, tendo feito quatro mortos e quatro feridos e imobilizando quatro Unimog's e duas Berliet's; no dia 27 de Março de 1974 o IN atacou, com vinte granadas de foguetão 122mm, os quartéis velho e novo de Sanga Planície, causando dois feridos ligeiros. Posteriormente, no dia 25 de Julho de 1974, foi realizada uma violenta acção a cinco quilómetros do Belize, entre Belize e Mongo Conde, com graves consequências para as nossas tropas. Ao fim de sete meses o Batalhão rodou para Dingo, Massabi e Tchivovo.

Na noite de 9 para 10 de Novembro de 1974 um numeroso grupo da FLEC, do qual faziam parte os grupos TE 107 e 103 que haviam desertado, tomou o morro de Sala Benje, sobranceiro ao Massabi, onde estava um grupo de combate de uma das Companhias comandadas por *Capitães do Fim*. Causaram às nossas tropas dois mortos e aprisionaram parte da guarnição (seis civis e sete polícias), que retiveram como reféns. Exigiam igualmente às autoridades portuguesas o reconhecimento armado e a independência de Cabinda, ameaçando exercer retaliações sobre os reféns e destruir o aquartelamento do Massabi. A situação arrastou-se durante quase uma semana, porém, na noite de 14 para 15 de Novembro de 1974, a Companhia sediada em Massabi é retirada do aquartelamento ameaçado, de acordo com um plano determinado. De 15 para 16 de Novembro é executada uma operação por dois grupos de combate de Comandos e os elementos da FLEC retiram para RPC. Diz-se na história da Unidade:

Este período de intensa agitação ideológica e operacional, e de profundas modificações no seio das forças armadas do Sector de Cabinda, veio abalar o estado moral dos militares. É durante este mês que se vai verificar o saneamento do comando interino do Batalhão (a quando do saneamento do comando Sector de Cabinda) e o caso Massabi que vai incidir sobre a Companhia já bastante desgastada física e moralmente pela guerra mantida até Agosto de 1974 com o MPLA, criando um clima de grande tensão emocional entre os elementos do Batalhão¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Cf. Fundo 2ª Div. caixa nº 105, nº 2 do Arquivo Histórico Militar [relatório de situação Fls 1 de 3 Fls, Fls 2 de 3 Fls, Fls 3 de 3 Fls.].

O Capitão em referência foi substituído, desconhecendo-se as causas, e não se conhecem louvores aos outros *Capitães do Fim*. Sabe-se que todos estiveram debaixo de um afrontamento militar complexo e continuado, provocado pelo MPLA, com repercussões graves nos homens das Companhias. É descrita agitação ideológica e a quebra normal do fio de comando. Sobre os desempenhos nada se assinala que possa merecer ou desmerecer a acção desenvolvida. Provavelmente, desempenhos num patamar de satisfação mínima. Pode ter havido protagonismos, embora contra o poder instituído¹⁸¹.

iv. O Cap. 292 fez parte de um Batalhão que participou activamente e com perigo nas acções terminais da descolonização de Angola e na retracção do dispositivo militar. Embarcou em 4 de Junho de 1974 e saiu de Luanda em 11 de Setembro de 1975. Estacionou na fazenda Santa Isabel, em Carmona, e em Luanda. Em 15 de Outubro de 1974 foi obtido o cessar-fogo na sua zona de acção e em Julho de 1975 foi confrontado com graves incidentes em Carmona,

onde diariamente se verificaram factos que contrariavam a chamada neutralidade activa, os quais retiravam toda e qualquer espécie de autoridade às NT, dando ainda ocasião a que se fosse permanente alvo da crítica das populações brancas, as quais se sentem[iam] marginalizadas e sem receberem quaisquer apoios ou segurança daqueles que, ainda são[eram], como afirmam, os legítimos representantes da Autoridade Portuguesa¹⁸².

Na História da Unidade pode ainda ler-se:

Havia assim que se encontrar uma opção para os dias futuros. Ficar em Carmona, com o total descrédito das NT e perigosamente alvo das queixas e ataques da FNLA, nomeadamente reivindicando os desequilíbrios doutros locais; ou, sair, antecipando um regresso a Luanda, num salvar de face e tentando evitar males futuros¹⁸³.

Foi decidido pelas autoridades a retracção do Batalhão, montando para tal uma vigorosa operação. Pela sua importância registem-se as partes mais significativas da sua descrição, incluída na História da Unidade e com os códigos linguísticos muito próprios da instituição militar¹⁸⁴.

Foi o renascer da esperança para essa gente, foi o acreditar na missão das NT; efectivamente, não fora tal determinação e todos ficariam. Assim, só uma pequena parte de camionistas não conseguiu resolver o seu problema.

Reorganizada a coluna, agora com cerca de 700 viaturas, retomou a marcha às 18H00, para às 19H00 atravessar o controlo de Camabatela e incorporar mais uns tantos civis. Cerca das 20H30 à entrada de Samba Caju parou-se a coluna para pernoitar.

¹⁸¹ Cf. Fundo 2ª Div. caixa nº 105, nº 2 do Arquivo Histórico Militar [relatório de situação Fls.14 de 28 Fls; relatório de situação Fls 1 de 3 Fls, Fls 2 de 3 Fls, Fls 3 de 3 Fls].

¹⁸² Cf. Fundo 2ª Div. caixa nº 86, nº 44 Arquivo Histórico Militar [relatório de operações Julho de 1975, Cap II, pág. 26, pág 28, pág 29, pág 30; Cap III, pág 17, pág 30].

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Leia-se Apêndice (A VI. 2).

A guerra psicológica travada no Negage fora esgotante para os nervos, mas estavam vencidas as primeiras grandes dificuldades. Retomada a marcha em 050630 Ago, às 07H30 atingiu-se o controlo de Samba Caju, onde surgiram novas dificuldades, novamente torneadas, mas que conduziram a que só às 8H30 se retomasse a marcha. Atingida Vila Flor às 11H00, mais viaturas se juntam, e, prosseguindo a marcha, entrou-se em “terra de ninguém”, até que cerca das 13H00 se fez nova paragem, para juntar todas as viaturas e refazer a coluna.

Feito o reconhecimento aéreo, em que um heli foi alvejado, contactou-se via terrestre o MPLA cerca das 13H30. Reiniciada a marcha, atravessou-se Lucala às 14H00, onde se abandonou uma viatura, depois, Salazar às 16H00, cidade que levou a atravessar cerca de 4 horas, dado terem que resolver-se inúmeras avarias. Novo abandono de uma viatura, retomar da marcha incorporando na testa da coluna 1 CCPara que se encontrava de reserva no CTSAL. Depois, passagem às 23H00 no Dondo e, em 060100 Ago, nova interrupção de marcha, que às 07H00 e a 174 km de Luanda, foi retomada.

Às 10H20, foi a coluna sobrevoada por 2 aviões Fiat e um heli com uma reportagem da BBC, para passar Catete às 11H00 e começar a chegar ao Grafanil às 12H00, aqui com o tempo de escoamento de 45 minutos.

Terminou assim em 061245 Ago. o movimento do Bcav de Carmona para Luanda, nos 570 km de itinerário e no tempo de 58H45, trazendo consigo cerca de 700 a 800 viaturas.

Terminou assim a odisseia de milhares de civis que, à chegada a Luanda, choravam por se sentirem salvos¹⁸⁵.

Segundo a opinião do redactor deste relatório, “teria sido a missão mais difícil do Bcav, mas também aquela em que bem demonstrou o seu «querer e saber querer» conduzindo uma operação que forçosamente terá de ser um pilar bem marcante da sua história”¹⁸⁶.

Posteriormente, a Unidade ficaria em Luanda a cumprir missões de unidade de reserva da RMA¹⁸⁷.

Todos os *Capitães do Fim* deste Batalhão foram louvados. O Cap. 292 participou nesta operação. O Batalhão tem bibliografia electrónica de interesse¹⁸⁸.

Pelo descrito, pode considerar-se que o Capitão teve meritório desempenho e algum protagonismo no desenvolvimento da enorme coluna militar que desembocou em Luanda¹⁸⁹. No que respeita ao nível do desempenho da acção de liderança, deve encontrar-se num patamar de satisfação intermédia (eficácia média), no qual, para além do cumprimento da missão, existiu também uma eficiência na gestão dos recursos. Cumpru pelo menos um dos argumentos conceptuais de bom desempenho.

v. Os Cap. 303, que haveria de morrer em Luanda no dia 4 de Fevereiro de 1975 no cumprimento de missão militar, e Cap. 304 pertenceram a um Batalhão cooperante

¹⁸⁵ Cf. Fundo 2ª Div. caixa nº 86, nº 44 Arquivo Histórico Militar [relatório de operações Julho de 1975, Cap II, pág. 26, pág 28, pág 29, pág 30; Cap III, pág 17, pág 30].

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ <http://cavaleirosdonorte.blogspot.com/> [visto em 05.07.2010].

¹⁸⁹ Cf. Fundo 2ª Div. caixa nº 86, nº 44 do Arquivo Histórico Militar.

nos últimos actos da descolonização de Angola. Os três Capitães Comandantes das suas Companhias operacionais eram *Capitães do Fim*.

Estes Capitães embarcaram, respectivamente, em 22 de Abril de 1974 e 24 de Abril de 1974 e estiveram sediados em Zala, Luanda, Bela Vista e Malange. Este Batalhão, que possui bastante bibliografia electrónica na Internet¹⁹⁰, está intimamente ligado aos graves episódios de Malange¹⁹¹, como consta do “Relatório dos incidentes que levaram ao abandono do quartel de Malange - LM 80”. Do documento mencionado, ressalvam-se alguns excertos, como por exemplo, na página seis pode ler-se: “n) Pelas 050630 Ago. 75 com todo o pessoal do Batalhão formado foi arreada a Bandeira Nacional no quartel das N. T. em Malange, tendo em seguida iniciado o movimento de regresso a Luanda”. Das páginas seis e sete é de realçar o ponto cinco denominado “Das consequências das confrontações da cidade de Malange”, por se revestir de interesse fundamental para a compreensão do regresso do Batalhão a Luanda:

A cidade, abandonada por toda a população branca e preta que trabalhava ou vivia na área do asfalto, foi saqueada primeiro pelo ELNA e depois pelo povo apresentando-se os edifícios esvaziados de todo o seu conteúdo que foi pilhado ou destruído na sua quase totalidade.

Morte de milhares de pessoas na sua maioria africana que, mantendo-se insepultados ainda quando o Batalhão abandonou a cidade, constituíam perigo de peste eminente (o B. Art. apenas conseguiu enterrar em vala comum de cerca de 100 metros, cobrir de cal viva ou queimar no local em que se encontravam umas escassas centenas de mortos).

Abandono do Distrito de Malanje por todos os comerciantes que se abasteciam na cidade, e que reabasteciam esta, além da quase totalidade dos europeus e pessoal africano do sul que trabalhavam no Distrito (só pessoal em meios de transporte auto que passou pelo Quartel das N. T. em Malanje ultrapassou os 6000 havendo milhares de africanos que a pé se dirigiam ao sul).

Destruição total das estruturas administrativas oficiais do Distrito pela retirada dos últimos funcionários e técnicos que ainda se encontravam na cidade, e pelo quase total abandono dos funcionários administrativos do interior.

Destruição das estruturas policiais do Distrito pela fuga da quase totalidade do pessoal do Comando Distrital do C. P. A. (ficaram em Malanje voluntariamente apenas 30 elementos policiais dali naturais que, em suas casas, desesperadamente pedem vencimento e instrução) e da maioria dos Postos Policiais do interior.

Destruição das estruturas judiciais pelo abandono e fuga dos últimos funcionários do Tribunal.

Destruição da frota rodoviária do Distrito pela fuga para o sul de milhares de viaturas (controladas pelas N. T. 3000, mas no Mussende, até ao dia 05 Ago. 75 haviam sido contadas mais de 4000, sendo mais de metade viaturas mistas ou de carga).

Desorganização do Serviço Hospitalar da cidade pelo abandono de todos os médicos e pela maioria dos enfermeiros especializados.

Desorganização dos C. T. T. da cidade, e por consequência do Distrito, pela fuga da quase totalidade dos seus funcionários.

Destruição das redes de T.S.F. que ligavam todo o Distrito (A.A. e CPA) pelo abandono dos seus operadores.^{6,7}¹⁹².

¹⁹⁰ <http://guerreirosdapaz.fotosblogue.com/98231/Ex-Capitao-Miliciano-Ramiro-Pinheiro/> [visto em 05.07.2010].

¹⁹¹ Fundo do Centro de Documentação 25 de Abril Confidencial nº 442-Pº 09.00, exemplar nº 2, AGO75, LM 80, relatório dos incidentes que levaram ao abandono de Malange, pág 9 de 9 págs.

¹⁹² *Ibidem*.

Relativamente às tropas portuguesas e ao seu processo de evacuação, os Comandos militares apresentam a situação do momento, justificam o abandono antecipado do quartel e fazem no seu final conjecturas de ordem política:

Abandono antecipado do Quartel de Malanje, de cerca de 7 dias sobre a data prevista, a fim de fugir do flagelo da peste decidido pelo Ex^{mo}. Comandante de Sector com o conhecimento da RMA.

Abandono de material diverso, nomeadamente de aquartelamento, cuja discriminação é feita em anexo.

Forte traumatismo psíquico em todo o pessoal militar que, verificando ser-lhe impossível evitar a destruição da vida da cidade e do Distrito, perante o drama de milhares de refugiados, constatou que em última análise ou por impotência, ou por falta de realismo na previsão dos acontecimentos, o Governo Português é incapaz de conduzir o processo de descolonização em Angola, antes se deixa arrastar pelos acontecimentos.

Tal facto causou a perda de confiança na capacidade de acção dos chefes da Revolução Portuguesa¹⁹³.

Os Capitães tiveram concerteza um óptimo desempenho no sentido de minorar o caos em que foram envolvidos¹⁹⁴, por isso foram louvados.

Para o Capitão em apreço, o seu desempenho na acção de liderança encontra-se supostamente situado num patamar de satisfação elevado, onde para além do cumprimento da missão, existe eficiência na gestão dos recursos. Cumpriu pelo menos um dos argumentos conceptuais de bom desempenho. Porventura uma liderança transformacional.

10.2.2. Na Guiné

i. O Cap. 51 foi um dos três Capitães que passaram por uma Companhia independente mobilizada para a Guiné. Embarcou em 27 de Dezembro de 1972 e a 7 de Fevereiro de 1973 partiu para Gadamael, onde assumiu a responsabilidade do Subsector e foi integrado no dispositivo de COP5. Em 19 de Julho de 1973 assume a responsabilidade do Subsector de Tite. Já em 31 de Agosto de 1973 regressa à ex-Metrópole.

Este Capitão esteve em Gadamael até 30 de Junho de 1973, teve quatro mortos e trinta e dois feridos graves, participou numa actividade operacional muito perigosa e enfrentou numerosos combates com o PAIGC. Entre 25 e 27 de Maio houve contactos em Ganturé, Lanoi e Bricama Velha; em 31 de Maio e 1 de Junho houve uma flagelação vigorosa ao aquartelamento ao longo de várias horas, sendo que na noite de 2 para 3 do mesmo mês foi sujeito a um ataque com precisão do inimigo, que teve como

¹⁹³ *Ibidem*.

¹⁹⁴ Veja-se o Anexo (A V. 6).

consequências a destruição de instalações vitais. Também participou em colunas de reabastecimentos a Guilege. Entre 1 e 31 de Julho foi substituído por um Capitão do QEO, também ele, por sua vez, posteriormente rendido¹⁹⁵.

Nada foi encontrado na História da Unidade que possa assegurar da qualidade do desempenho deste Capitão. No entanto, o Major-General Manuel Monge, seu Comandante, assegura no depoimento que ele teve um bom desempenho, porventura protagonismos, pelo menos no campo inerente à preservação da auto-estima dos seus homens, de modo a poderem manter-se na luta. Uma coisa é certa: foi ferido em combate e participou nos mais duros embates da Guerra do Ultramar. Cumpre, face à realidade, os dois argumentos conceptuais de bom desempenho. Relativamente ao desempenho da acção de liderança, esta encontra-se num patamar de satisfação elevada existindo, para além do cumprimento da missão, uma alta eficiência na gestão dos recursos.

ii. O Cap. 75 embarcou para a Guiné em 31 de Dezembro de 1973 ao Comando de uma Companhia independente. A 9 de Fevereiro seguiu para Jemberém onde assumiu a responsabilidade do Subsector, embora integrado no dispositivo do COP5. Posteriormente, a 4 de Junho de 1974, na sequência de fortes e frequentes flagelações, a Companhia foi evacuada para Cacine, tendo depois uns dias mais tarde, 11 de Junho de 1974, seguido para Bolama.

Para se ter ideia da intensidade e frequência dos ataques do PAIGC em Jemberém anote-se esta sequência de guerra impressionante: em 14 de Fevereiro o aquartelamento foi flagelado cerca de dezasseis minutos; em 22 de Fevereiro deu-se uma emboscada na estrada Cadique-Jemberém; em 25 de Fevereiro o aquartelamento foi atacado durante três horas, o que consequentemente causou inúmeras destruições; porém uns dias mais tarde, a 27 de Fevereiro, houve novo ataque ao aquartelamento também com destruições significativas, tendo nesse mesmo dia sido accionada uma mina na estrada Jemberém-Camecote. Em 28 de Fevereiro e 1 de Março foram levantadas minas na mesma estrada e a 5 e 12 de Março houve nova flagelação ao aquartelamento. Deu-se novamente um ataque ao aquartelamento, a 15 de Março, que durou cinco horas, tendo gerado destruições várias e em que o inimigo chega ao arame farpado, sendo repellido com baixas. Dias mais tarde, em 21, 24 e 25 de Março, dão-se novos ataques.

¹⁹⁵ Cf. História da unidade, fundo caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. Arquivo Histórico Militar.

A 29 de Março ocorre uma emboscada em Madina do Cantanhez, que causou dois mortos ao PAIGC. No dia seguinte deu-se nova flagelação e a 31 de Março sucede nova emboscada em Madina do Cantanhez, com feridos. Em 2 de Abril deu-se um ataque de doze minutos ao aquartelamento, mas a 7 de Abril o ataque foi mais longo (duas horas), com duzentos elementos inimigos junto ao arame, não havendo baixas na Companhia, mas baixas elevadas no PAIGC. A 10 e 17 de Abril nova flagelação ao aquartelamento e a 21 de Abril ocorre uma emboscada entre Jemberém e Camecote, tendo como resultado três feridos entre as nossas tropas e baixas do lado do inimigo.

Durante o mês de Maio os ataques ao aquartelamento continuaram (dias 1, 2, 6, 9, 13), tendo o do dia 24 a duração de cinquenta minutos e no dia 27 vinte e cinco minutos. No dia 13 de Maio houve rebentamento do pontão de acesso ao porto de Camecote e no dia seguinte foi accionada uma mina anti-carro junto ao pontão.

Em 2 de Junho de 1974, o Capitão-Tenente Comandante do COP5 foi a Bissau conferenciar e receber ordens para poder retirar a Companhia antes do ataque previsto para o dia seguinte. A intenção era ser um ataque em força ao aquartelamento, com emprego das armas mais potentes e, na sua fase final, com a intenção de ir ao assalto. Contudo, soube-se posteriormente do cancelamento do ataque referido, pelo que a retirada do pessoal, e a maior parte do material, foi efectuada durante dois a três dias. No transbordo, a efectuar obrigatoriamente de noite, houve um morto, o terceiro da Companhia. No dia 11 de Junho, a Companhia embarcou de Cacine para Bolama, onde a sua acção foi realizar patrulhamentos pela ilha¹⁹⁶.

Tal como no caso do Capitão anterior, nada foi encontrado que possa assegurar da qualidade do seu desempenho. No entanto, há a memória e a história, que nos demonstram que foi sujeito a uma impressionante pressão por parte do PAIGC. Este movimento utilizava um poder de fogo com o qual o Capitão não podia competir e, apesar disso, apenas teve três mortos. Admitem-se problemas disciplinares no termo da estadia em Jemberém e o seu abandono parece não ter sido o mais exemplar.

O desempenho na acção de liderança encontra-se supostamente situado num patamar de satisfação mínima. Tentou cumprir a missão que lhe fora confiada.

iii. O Cap. 66 embarcou para a Guiné em 22 de Setembro de 1973 e de Bissau partiu para Pirada. Relativamente ao seu serviço, focou-se sobretudo na execução de

¹⁹⁶ Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 129-2ª Div./4ª Sec do Arquivo Histórico Militar.

trabalhos de reordenamento e promoção socioeconómica das populações e organizou igualmente o seu sistema de autodefesa. A sua Companhia esteve sujeita a uma forte actividade operacional, cujo intuito era evitar a infiltração de grupos do PAIGC, dada a proximidade da fronteira. Sofreu vários ataques ao aquartelamento, sendo de destacar o de 13 de Abril, com foguetões 122mm, e várias emboscadas foram feitas à sua Companhia.

A 29 de Maio de 1974 foi realizado um encontro entre o Comandante de Batalhão, a que pertencia a sua Companhia, e Quemo Mané do PAIGC, em território senegalês (a cinquenta metros da fronteira) na tentativa de obter o cessar-fogo. Em 23 de Junho, e na sequência da acção anterior, realiza-se em Pirada uma festa de confraternização entre tropas da Companhia, a população e guerrilheiros. Em 27 de Agosto desactiva e entrega o aquartelamento.

Do seu Batalhão faziam parte três *Capitães do Fim*, tendo sido um deles evacuado. As suas Companhias estavam sediadas em Bajocunda, Piche e Copá e este último chegou a ser extinto, após ter sido sujeito a vinte ataques entre Fevereiro de 1974 e 30 de Abril de 1974, tendo gerado controvérsia a saída dos soldados para Canquelifá e Pirada¹⁹⁷. No final, a sua Companhia foi para Bissau onde fez guarda ao palácio do encarregado do Governo.

Este Capitão esteve colocado numa zona de enorme dificuldade militar, interveio no intrincado problema de Copá e levou também a cabo uma acção psicossocial equilibrada, da mesma maneira que conduziu com prudência o problema de cessar-fogo. Tudo isto exigia bons desempenhos e, porventura, protagonismos¹⁹⁸. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho¹⁹⁹.

iv. O Cap. 29 embarcou para a Guiné em 17 de Junho de 1972 e assumiu a responsabilidade do Subsector de Encheia. Pertenceu a um Batalhão com as restantes Companhias operacionais comandadas por *Capitães do Fim* e situadas em Bissum, com dois pelotões destacados, respectivamente, em Cafal e Biambe. O Batalhão esteve sujeito a forte actividade operacional, com inúmeros contactos com o PAIGC, a quem causou baixas e capturou bastante material de guerra. Realizou operações importantes

¹⁹⁷ O caso Copá tem vasta literatura electrónica na *Internet*.

¹⁹⁸ Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 129-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

¹⁹⁹ Este Capitão foi posteriormente contactado e recuperado para as histórias de vida.

como a Safira Encarnada e Desafio Poderoso. Executou inúmeros trabalhos em reordenamentos, onde praticou promoção socioeconómica.

A participação nas actividades mencionadas, na sua globalidade, poderá predizer desempenhos meritórios²⁰⁰. Desempenho na acção de liderança num patamar de satisfação intermédio onde, para além do cumprimento da missão, existiu eficiência na gestão dos recursos.

v. O Cap. 54 foi o terceiro Capitão a assumir o comando de uma Companhia embarcada para a Guiné, em 5 de Outubro de 1972, tendo estado inicialmente sediada em Mansoa, com destacamentos em Infandre e Braia. Posteriormente foi retirada ao Batalhão e passou a ser Companhia de intervenção. Em 18 de Junho é atribuída como reforço ao COP5 e parte para Gadamael, “na época quente”, onde se manteve até 13 de Julho de 1973. Regressa a Mansoa e é colocada sob a dependência do COT9, passando a ser sua Companhia de intervenção.

Esta exerceu uma forte actividade operacional em Choquemone, Ponta Matar, Ponta Ponhate, Maqué, Queré, Cubonge, Sara e Changelana, o que conduziu a vários contactos com o inimigo e baixas. Foi considerada uma óptima Companhia, tendo feito um trabalho árduo, com mais de 50% dos seus efectivos inoperacionais²⁰¹.

Comandar, em rendição individual, uma Companhia neste estado, exaurido física e psicologicamente por força do muito trabalho efectuado, não deve ser tarefa fácil. Só por isto, o seu desempenho tem de ser considerado elevado, tendo muito provavelmente existido protagonismo²⁰². O seu desempenho na acção de liderança encontra-se num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta), no qual para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

vi. O Cap. 23 embarcou para a Guiné em 22 de Março de 1972 e a 24 de Março assumiu a responsabilidade do complicado Subsector de Canquelifá, tendo um pelotão destacado em Dunane. A sua Companhia foi sujeita a actividade operacional intensa e diversificada, desde vigilância de fronteira à defesa e segurança dos aquartelamentos e aldeamentos, e foi alvo de fortes e consecutivos ataques a Canquelifá. Em Março de

²⁰⁰ Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

²⁰¹ Veja-se o Anexo (A IV. 1).

²⁰² Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

1974 suportou sete flagelações violentas com foguetes 122mm, canhões sem recuo e morteiros 120. Alguns ataques foram efectivados com mais de 100 foguetes e 150 “canhoadas” e, por vezes, o pessoal foi intoxicado com o fumo. Foi alvo também de minas anticarro e emboscadas.

Pertenceu a um Batalhão cujas outras Companhias passaram por Buruntuma e Piche. O Batalhão teve 14 baixas, entre elas dois Alferes. Tinha dois *Capitães do Fim* no início da comissão, tendo sido mais tarde um dos Capitães não CCC evacuado e substituído por um *Capitão do Fim*.

Foi atribuída uma Cruz de Guerra a este Capitão pelo seu elevado desempenho e protagonismos²⁰³. A zona do cumprimento da missão tem tendência para o sucesso absoluto e o respectivo desempenho na acção de liderança pode situar-se num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta). Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

vii. O Cap. 71 foi Comandante de uma Companhia independente. Embarcou em 29 de Dezembro de 1973 e seguiu em 9 de Fevereiro de 1974 para Gadamael, onde permaneceu como reforço da guarnição local, com vista a intensificar a actividade em Sangonhá, Lamoí, Gadamael-fronteira e protecção às populações. Em 2 de Junho de 1974 assume a responsabilidade do Subsector Gadamael e em Julho de 1974 foi transferido para Cufar.

Esta Companhia esteve sujeita a fortes flagelações em Gadamael em 15, 16, 18, 19, 26 de Fevereiro, em 2, 3, 4, 6, 15, 16, 25 de Março e 7 de Abril. A 12 de Julho fez a transmissão de Gadamael ao PAIGC e a 7 de Setembro desactivou e entregou o quartel de Cufar.

A Companhia foi louvada pelo COP5. Neste contexto de guerra aberta supõe-se da parte do Capitão desempenhos elevados e protagonismo²⁰⁴.

A zona do cumprimento da missão tem tendência para o sucesso absoluto, estando o desempenho na acção de liderança num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta). Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

²⁰³ Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 104-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

²⁰⁴ Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

viii. O Cap. 57 embarcou a 6 de Julho de 1973 e após o IAO, já na Guiné, parte para Cumbijã. Em 24 de Outubro foi deslocado para Bissau e depois para Ilondé, sendo que a 29 de Janeiro de 1974 foi reforçar o COP3, instalando-se em Binta, com a finalidade de proteger o itinerário Binta-Guidage. Em 24 de Abril de 1974 a Companhia deslocou-se para Farim, a fim de colaborar na segurança e protecção de itinerários e escoltas a colunas, então alvo de forte pressão inimiga. O regresso a Ilondé dá-se a 6 de Julho de 1974 e depois a Bissau, a fim de colaborar na segurança e protecção das instalações e populações²⁰⁵.

O Capitão foi louvado pelo COP 3, o que pressupõe desempenhos elevados e protagonismo em zona de tamanha perigosidade²⁰⁶. A zona do cumprimento da missão tem tendência para o sucesso absoluto, estando o desempenho na acção de liderança num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta). Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

xix. O Cap. 58 embarca em 6 de Julho 1973. Realiza o IAO na Guiné e parte para Aldeia Formosa, com dois pelotões destacados em Mampatá. A Companhia por ele comandada foi força de intervenção e mandada para Colibuia; porém, em Outubro de 1973 foi deslocada para Ilondé, onde realizou operações em Ponta Matar e Culonge, tal como escoltas a colunas de reabastecimentos a Farim e Guidage. Dez de Abril de 1974 foi a data em que se deslocou para Canquelifá, como reforço à guarnição local, chegando a ser responsável pelo Subsector. Em 13 de Junho de 1974 recolhe a Ilondé e depois a Bissau, a fim de colaborar na segurança e protecção das instalações e população.

Um Capitão e uma Companhia colocados em territórios tão adversos e sujeitos a intervenções tão perigosas pressupõem, só por isso, crédito de desempenhos favoráveis²⁰⁷. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

x. O Cap. 55 embarcou em 16 de Março de 1973, mas foi revezado por motivo de doença. O substituto, também CCC [Cap. 55 A], ido em rendição individual, esteve em Aldeia Formosa a fazer segurança aos trabalhos da estrada Mampatá-Nhacobá, teve funções de intervenção e veio a instalar-se em Cumbijã. Desenvolveu actividade

²⁰⁵ Veja-se em anexo (A IV. 2) a “apreciação geral do comportamento geral de uma Companhia”.

²⁰⁶ Cf. História da Unidade, fundo caixa nº 113-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

²⁰⁷ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade, fundo caixa nº 113-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

operacional intensa e diversificada: vigilância de fronteira, exercícios de contra penetração, defesa de populações e promoção socioeconómica. Foi uma Companhia com alguns êxitos, tendo capturado material ao PAIGC. Terminou a comissão em Nhala, onde se manteve até à desactivação e entrega do quartel ao PAIGC, em 2 de Setembro de 1974.

Não existem informações negativas exaradas sobre os dois Capitães, pelo que devem ter tido desempenhos satisfatórios²⁰⁸. Relativamente ao espaço de desempenho conjectura-se a sua situação entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso intermédio, e o desempenho na acção de liderança num patamar de satisfação mínimo a que corresponde o cumprimento da missão (eficácia ou liderança eficaz).

xi. O Cap. 48 pertenceu a um Batalhão em que todos os Capitães operacionais eram *Capitães do Fim*. Acabaram por ser cinco, já que dois deles foram evacuados para o Hospital Militar de Lisboa. Cada uma destas Companhias teve três mortos e alguns feridos.

A Companhia do Capitão em análise assumiu o comando do Subsector de Cuntima, em Fevereiro de 1973, tendo destacado um grupo de combate para o Subsector de Canjambari, em 29 de Março de 1973. Desenvolveu uma intensa actividade operacional, especialmente no âmbito da contra penetração no corredor de Sitató: escoltas, patrulhamentos, picagem, protecção de itinerários, defesa do aquartelamento e da povoação. Sempre que o inimigo flagelou o seu quartel reagiu com rapidez e acerto neutralizando as suas intenções, e as minas implantadas pelo inimigo foram, na quase totalidade, detectadas. É de salientar, diz o seu Comandante,

...a maneira sensata como conduziu a acção psicológica sobre as populações, tanto locais como as da República do Senegal que ali se deslocavam para receber assistência médica, e ainda a maneira como recebia as autoridades senegalesas que visitavam aquele aquartelamento, o que contribuiu para que este comando e o Comando-Chefe estivessem a par dos movimentos do PAIGC junto da fronteira Norte²⁰⁹.

Considera o Comandante de Batalhão que o [Cap. 48] “demonstrou ser um oficial de excepcionais qualidades, de fino trato, ponderado e sensato nas relações de comando”²¹⁰.

²⁰⁸ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade, fundo caixa nº 113-2ª.Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

²⁰⁹ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade - apreciação dos comandantes de companhia - fundo caixa nº 113-2ª Div./4ª Sec. do Arquivo Histórico Militar.

²¹⁰ *Ibidem*.

Em face do exposto, considera-se que o Capitão teve desempenhos de relevo e protagonismo na forma como geria a procura de informações.

Desempenho na acção de liderança num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta) pois, para além do cumprimento da missão, existiu uma máxima eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

10.2.3. Em Moçambique

i. O Cap. 92 embarcou em 4 de Dezembro de 1972. A sua Companhia pertenceu a um Batalhão mas, posteriormente, tornou-se independente. Esteve em zonas de grande perigosidade e intensa actividade operacional, tais como Mocimboa da Praia, Pundahar e Vila Paiva de Andrade, tendo como consequência um número elevado de baixas. Existem publicações em papel e electrónicas sobre esta Companhia e Batalhão de que fez parte²¹¹.

Este Capitão esteve sujeito a uma forte pressão psicológica, com o desempenho possível em circunstâncias tão adversas²¹². Teoricamente o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo, a que corresponde o cumprimento da missão (eficácia ou liderança eficaz).

ii. A Companhia do Cap. 94, que embarcou em 9 de Janeiro de 1972, esteve adstrita a um Batalhão, mas foi-lhe retirada e tornou-se independente. Esteve colocado em zonas de forte subversão e intensa actividade operacional durante vinte e seis meses. Sagal, Diaca, Chindorilho e Mueda foram locais por onde a Companhia passou. Os seus homens destruíram uma grande quantidade de engenhos explosivos, que causaram baixas no decorrer de colunas logísticas.

Este Capitão realizou operações de relevância, como golpes de mão, com destruição de acampamentos e baixas ao inimigo; porém teve trinta e um feridos em combate, incluindo ele próprio, o que conduziu à sua substituição. Vinte louvores foram atribuídos à Companhia, a maioria a nível de Comando de Sector²¹³.

Ter passado pelos lugares acima mencionados, a relevância e os resultados das operações feitas, o número de louvores atribuídos aos seus homens, assim como o grave

²¹¹ <http://ultramar.terraweb.biz> [visto em 24.02.2014].

²¹² Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade fundo 2/7. caixa 89/5. do Arquivo Histórico Militar.

²¹³ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade fundo 2/7. caixa 67/3. do Arquivo Histórico Militar.

ferimento em combate, são motivos suficientes para considerar este Capitão um líder e um protagonista.

Teoricamente o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta). Construiu-se também, no campo teórico, a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho e também de protagonismo.

iii. O Cap. 101 embarcou em 9 de Fevereiro de 1972 e, posteriormente, passou aos serviços auxiliares por motivo de doença. Foi colocado na 2ª Rep/QG/RMM, tendo sido substituído por um dos seus Alferes, que foi graduado em Capitão.

Esta Companhia esteve colocada em Mataka, onde executou diversas operações, tais como escoltas, abertura de itinerários, nomadizações, emboscadas e acção médico-sanitária junto das populações. Este Capitão teve uma prestação digna de nota enquanto se manteve à frente da Companhia. Sofreu um morto e três feridos. O Batalhão a que esteve adstrito tinha dois *Capitães do Fim* e foi agraciado com 3 cruzeiros de guerra - uma distinguiu um Capitão.

Não foi encontrada qualquer nota que relevasse desempenhos menos positivos deste Capitão, enquanto comandou a Companhia. Cumpru a missão que estava atribuída - espaço de desempenho de sucesso mínimo.

iv. O Cap. 143 embarcou em 23 de Agosto de 1973 e foi colocado em Negomano, tendo participado activamente na Operação Fronteira. No final da comissão foi transferido para Nacarua.

O Batalhão onde esteve incorporado tinha, no comando das suas três Companhias operacionais, três *Capitães do Fim*. Capturou material de guerra ao IN e realizou vários assaltos heliembarcados a acampamentos da FRELIMO. A Companhia de um deles foi louvada colectivamente pelo Comandante da Região Militar de Moçambique, em 5 de Setembro de 1974, pelo “seu forte espírito de corpo”, “pelo estoicismo a toda a prova” e “pela decidida actuação do seu comando”²¹⁴.

Não foi encontrada qualquer nota que relevasse desempenhos menos positivos deste Capitão e que desmerecesse o comportamento operacional do Batalhão²¹⁵.

²¹⁴ Veja-se Anexo (A IV. 3).

²¹⁵ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade fundo 2/7 caixa 116/3 do Arquivo Histórico Militar. Consultado o exemplar 07 do relatório da acção nº 2/74 de 30 de Fev. 74.

Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

v. Os Cap. 120, 121, 121A pertenceram a uma Companhia independente, unidade onde todos os Capitães eram CCC. A Companhia embarcou em 6 de Agosto de 1972 e foi colocada em Chipera, com um destacamento a nível de pelotão em Chiboeia. Em 21 de Setembro de 1972 montou base em Camembere para defender a barragem de Cabora Bassa, tendo mais tarde regressado a Chipera onde veio a desenvolver uma forte actividade operacional e a ter inúmeros êxitos. Abriu os itinerários Chicoa-Chipera e Chipera-Chicoa-Machesso-Chipera, e realizou ainda diversas operações de grande risco, com contactos com o IN, tendo destruído diversos destacamentos e meios de vida do adversário.

O primeiro Comandante da Companhia foi morto numa emboscada em 25 de Agosto de 1972, sendo substituído pelo novo Comandante de Companhia muito considerado pela lucidez da sua actuação. Posteriormente, este também é substituído por motivo de baixa médica. A Companhia, que tem diversa literatura electrónica na *Internet*, teve vinte e três feridos e muitos louvores que foram atribuídos a diversos níveis hierárquicos²¹⁶.

Deste modo, acerca destes Capitães pode dizer-se que tiveram desempenhos elevados²¹⁷. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

vi. O Cap. 112 Comandante de uma Companhia independente embarcou em 28 de Maio de 1972 e foi colocado em Mocimboa da Praia. Todavia, outros locais de grande perigosidade foram conhecidos por esta Companhia, nos quais desenvolveu forte actividade: Diaca, Antadora, Nambude. Nestes lugares esteve sujeita a forte pressão IN, tendo sofrido baixas, destruiu uma grande quantidade de engenhos explosivos, fez inúmeras escoltas a colunas logísticas e deu protecção a trabalhos em itinerários como o de Mocimboa da Praia-Diaca.

Mais tarde foi transferida para Maringué, com um pelotão destacado em Zaia, onde sofreu emboscadas e realizou operações com resultados: destruiu acampamentos e bases IN, aniquilou a base Muoródzi com cerca de 250 palhotas, desbaratou três

²¹⁶ Veja-se Anexo (A V. 2)

²¹⁷ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade fundo 2/7 caixa 71/9 do Arquivo Histórico Militar.

aldeamentos na região de Magude, num total de trinta e oito palhotas e ainda capturou material. No entanto, houve consequências para a Companhia: seis mortos e vinte e seis feridos graves em combate; um morto e oito feridos por acidentes e noventa militares evacuados por doença, incluindo o Capitão.

Esta é uma Companhia muito divulgada na *Internet*²¹⁸ e, tendo em conta a história da unidade e os resultados obtidos em campanha, deve considerar-se o seu Capitão líder e protagonista²¹⁹. No que respeita ao desempenho na acção de liderança, encontra-se num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta) onde, para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho e protagonismo.

vii. Três Capitães CCC, Cap. 139 A, B, C, que faziam parte de um Batalhão destinado ao Distrito de Cabo Delgado, região de elevada actividade IN, embarcam em 22 de Julho de 1973²²⁰.

Este Batalhão foi envolto em forte polémica e é amplamente mencionado em *blogs* e escritos de antigos combatentes²²¹, devido à entrega do aquartelamento de Nangade à FRELIMO a 1 de Setembro de 1974.

Para se ter uma ideia da actuação deste Batalhão, de 1 de Março a 30 de Abril de 1974, leiam-se os relatórios de actividades incertos na História da Unidade²²². Verificar-se-á a forte actividade operacional a que estavam sujeitas as Companhias localizadas em Pundanmar, Nangade e Muidine²²³. Durante este período ressaltam a efectivação das colunas logísticas entre Palma e Nangade, com accionamento de minas durante os seis dias da sua realização. Numa dessas colunas, por exemplo, houve duas emboscadas, assim como o accionamento e levantamento de minas anti-carro e anti-pessoal. As minas repetiam-se sistematicamente nos itinerários. Em 2 de Abril, um grupo de

²¹⁸ <http://ultramar.terraweb.biz>.

²¹⁹ Cf. Ficha da Unidade, História da Unidade fundo 2/7 caixa 66/1 do Arquivo Histórico Militar.

²²⁰ Um destes Capitães foi posteriormente localizado e recuperado para as histórias de vida.

²²¹ Vejam-se, por exemplo, http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/06/em-01set74-trop.html?cid=6 (visto em 29-03-2009); <http://www.lusaatenas.com/contactos.php> (visto na mesma data); http://ultramar.terraweb.biz/Esclarecimento_VitorBaião_Nangade.htm (visto na mesma data); http://ultramar.terraweb.biz/2010_06_05BCac5013_73-htm (visto na mesma data). Também para o polémico caso de Omar veja-se http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/omar_01081974/ (visto na mesma data).

²²² Veja-se Anexo (A V. 2).

²²³ Veja-se a História da Unidade [folhas 21 a 37] que constitui o fundo 2/7/68/2 do Arquivo Histórico Militar.

trezentos a quatrocentos elementos flagelou Nangade com cento e cinquenta granadas de foguetão 122, durante uma hora e trinta e cinco minutos. Ao mesmo tempo flagelou a captação de águas com morteiros 82. No entanto, não houve baixas, mas houve instalações e centros vitais militares muito danificados²²⁴.

Em 23 de Agosto apresentaram-se em Nangade dois emissários da FRELIMO, tendo aí pernoitado; dois dias depois apareceram noventa e cinco elementos da mesma organização. Em 26 de Agosto saíram de Nangade dois elementos da FRELIMO e os restantes no dia seguinte²²⁵. Estas permanências poderão querer significar que o abandono de Nangade seria um facto.

A primeira coluna, destinada a evacuar pessoal e material de Nangade (Operação Evereste 5), foi realizada por vários grupos de combate de diversas sub-unidades. Fez-se ao terreno a 20 de Agosto, tendo sofrido uma emboscada da qual resultaram dois mortos e dois feridos para as NT e levou seis dias a chegar ao destino. A evacuação do restante material e pessoal, ainda em Nangade, fez-se à viagem, que durou quatro dias, em 30 de Agosto. Uma viatura da coluna accionou uma mina anti-pessoal e não houve contacto IN.

O relatório da acção de abandono nº 1/74 refere-se à retirada do Batalhão, tendo como referência uma mensagem de 31 Ago 74 da 3ª Rep/QG/RMM. Nas actividades preparatórias alega-se ter sido contactada a FRELIMO para receber as instalações de Nangade e os materiais lá deixados, conforme instruções recebidas do COM SEC “B”. A evacuação de Nangade ficou completa em 1 de Setembro de 1974, tendo chegado o último escalão a Palma em 2 de Setembro de 1974. Perto de Muridine, as NT sofreram uma emboscada com dois mortos e dois feridos²²⁶. A FRELIMO tomou Omar a 1 de Agosto de 1974 e Nangade, a praça-forte do Norte, a 1 de Setembro do mesmo ano. Os acordos de Lusaka realizaram-se a 7 de Setembro.

Os relatórios referem que desapareceu muito material, tendo-se algum danificado bastante e outro de monta deixado em Nangade²²⁷. Os documentos X e W do anexo (A V. 2.) apresentam, respectivamente, uma relação de géneros em armazém e outra de munições em paiol, que ficaram em Nangade por impossibilidade de transporte.

²²⁴ Veja-se Anexo (A V. 1)

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ Veja-se Anexo (A V. 2).

²²⁷ Cf. História da Unidade. Relatório de acção nº 1/74, exemplar nº 9, 2 OUT 74.

Não foram encontrados elementos na História da Unidade que possam classificar os desempenhos e os protagonismos destes Capitães. Tal como se fez anteriormente em casos semelhantes, pode dizer-se que, perante uma formação tão reduzida e diante de decisões a tomar tão complexas, é de aceitar possíveis desempenhos positivos²²⁸. Teoricamente o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo.

10.3. Algumas profissões desempenhadas por estes Capitães do Fim

Estes ex-Capitães desenvolveram diversas actividades relevantes, tendo sido possível saber as profissões de 60% deles. Verifica-se que 36% foram engenheiros e 6% economistas; 8% desempenharam funções como quadros superiores da administração pública; 10% administraram empresas e 9% dedicaram-se à advocacia; 7% exerceram medicina, e professores do ensino superior existiram na mesma percentagem; 5% dedicaram-se à carreira de professor do ensino secundário e 3% foram juízes. Além destas existiram ainda outras profissões, expressas na figura que se segue, tal qual foram pesquisadas ou transmitidas pelos informantes, institucionais ou individuais, como resposta à pergunta: “Sabe qual é ou foi a profissão dele?”

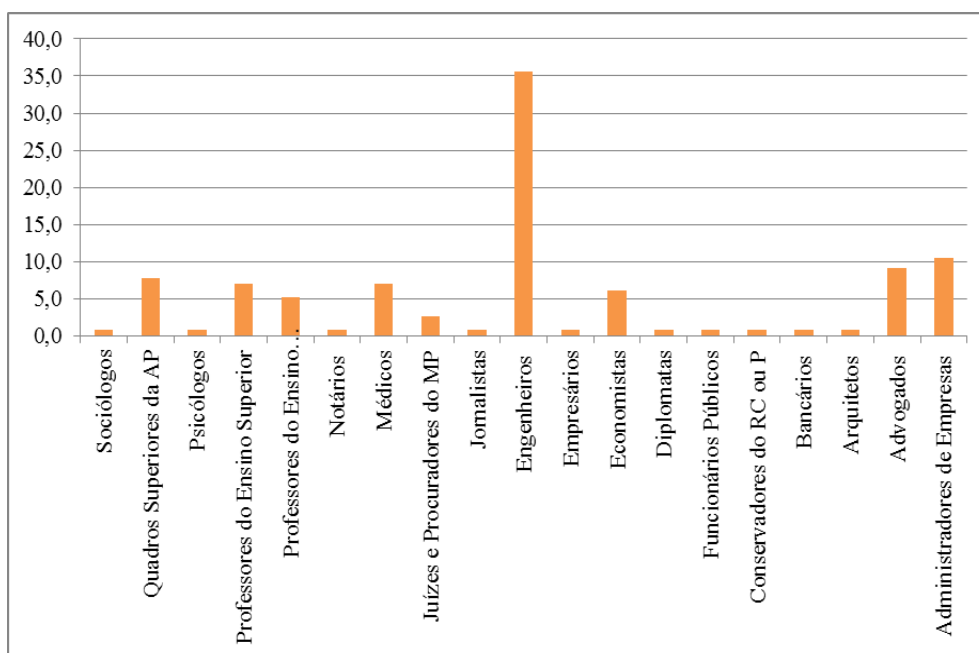


Figura nº 61 – Profissões dos Capitães do Fim

²²⁸ Cf. Ficha e História da Unidade que constitui o fundo 2/7/68/2 do Arquivo Histórico Militar.

Tentando fazer o enquadramento na actual Classificação Nacional de Profissões, poder-se-á afirmar que, maioritariamente, foram “especialistas das profissões intelectuais e científicas”, seguindo-se “quadros superiores da administração pública” e “dirigentes e quadros superiores de empresa”. Só uma minoria, pouco representativa, incluiu “técnicos e profissionais de nível intermédio”. É significativo o número de *Capitães do Fim* que desempenhou cargos políticos. Verifica-se que estes resultados acompanham, muito de perto, os obtidos aquando da análise da amostra adstrita ao [QC].

10.4. Considerações finais

i. Os *Capitães do Fim*, em análise neste capítulo, embarcaram em maior número para os três cenários de guerra nos anos de 1973 e 1974. Neste contexto, não admira que tenham participado na árdua luta do fim da guerra, nos problemas de cessar-fogo e na desactivação e retracção do dispositivo militar. Observaram os actos finais antes das independências, as desavenças inter movimentos de libertação, o desespero dos desalojados e a destruição de cidades.

ii. Na fase mais ingrata da guerra percorreram os lugares mais perigosos e desempenharam as missões mais arriscadas.

iii. Na refrega dura morreram dois Capitães, houve 3 feridos em combate e 8 evacuados por doença. Há 16 Capitães com desempenhos meritórios. Destes, 8 foram louvados e 1 recebeu uma Cruz de Guerra de 3ª classe. Quatro Companhias foram agraciadas na globalidade.

iv. Os restantes tiveram desempenhos positivos. Não foi encontrada qualquer nota, nas histórias das unidades compulsadas, que relevasse Comandos menos dignos. Apenas num Batalhão, é descrita agitação ideológica e quebra normal do fio de comando nas Companhias.

No que respeita ao desempenho na acção de liderança, 60% encontra-se num patamar de satisfação elevado onde, para além do cumprimento da missão, existiu uma boa eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho e protagonismo. Lideranças transformacionais.

Para os restantes 40%, o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo, que corresponde ao cumprimento da missão. Espaço de desempenho no sucesso mínimo esperado. Lideranças transaccionais.

Capítulo XI – Pontos marcantes de cinco (Auto)biografias

11.1. Cinco (auto)biografias militares

11.1.1. Apresentação

i. Da população de *Capitães do Fim* em estudo, apenas cinco escreveram a sua autobiografia militar. Podem existir outras, mas este foi o resultado de uma longa e exaustiva busca.

Os autores fizeram Serviço Militar Obrigatório entre Abril de 1970 e Julho de 1975, como Comandantes de uma Companhia operacional em Angola e Moçambique. Apanharam, por isso, como o seu próprio nome revela, com os anos do fim – os cinco últimos anos do Império Português, iniciado em Ceuta em 1415 e encerrado em Angola em 11 de Novembro de 1975, dia da sua Independência. Entre os finais de 1970 e meados de 1974 fizeram a guerra; em 1974-1975 estavam “a entregar quartéis, a abandonar cidades, a dobrar bandeiras, a escoltar refugiados, a deixar para trás pessoas, armas, bagagens e um grande caos” (Pinto 2008: 11).

Todos eles vieram libertar-se da sua história, contando-a, tornando-a de todos. Transformaram a memória em palavras. Por tais ocorrências as autobiografias se tornaram importante para este trabalho.

As narrativas destes cinco *Capitães do Fim* são o rosto da guerra traiçoeira e permanente em Mueda e Candulo, das emboscadas e ataques a aquartelamentos em Sanga Planície e Miconge, do isolamento em N'Riquinha que magoa por dentro, nas terras do fim do mundo, da paz que se negocia em segredo nos matagais de Cangumbe com a UNITA, dos últimos tiros e dos últimos combates em Cabinda, Malange, N'Dalatando, Massabi e Pangamongo. Dos saques perpetrados, e das debandadas, quando se aproxima o Fim, na recta final do Império.

ii. Utilizaram-se as componentes de um modelo interactivo de análise de dados (Albarelló et al 1995:124): recolha dos dados, redução de dados, organização/apresentação dos dados (*data display*) e sua interpretação.

iii. A análise de conteúdo das cinco autobiografias está plasmada e focalizada nos pontos relevantes que marcam o objecto de estudo: a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos *Capitães do Fim*, embora se descrevam, sinteticamente, outros detalhes, como a vida antes e após o serviço militar e a tomada da

consciência política, por exemplo, já que quem escreve uma autobiografia tenta aprisionar a sua pessoa na íntegra e recapitula, a cada momento, a síntese da sua vida.

11.2. Autobiografia [AB1]

11.2.1.O antes e o após o Serviço Militar Obrigatório

É autor o Cap.123. Era filho de ferroviário e nasceu em Tunes em 1948. Em Faro concluiu o sétimo ano do Liceu, dividindo as práticas escolares com a prática do futebol, em representação do Sporting Club Farense. Terminado o Serviço Militar Obrigatório, de cerca de três anos e nove meses, recomeçou os seus estudos licenciando-se pela Faculdade de Motricidade Humana. Foi professor, treinador de várias modalidades desportivas e escritor.

11.2.2. A selecção e a formação

i. O autor, com o sétimo ano terminado e uma tentativa de admissão a uma Universidade de Lisboa, entrou na EPI em 6 de Abril de 1970 [cf. AB1: 26].

O seu primeiro instrutor, neste estabelecimento militar formador, foi um Aspirante do QP: “Um garboso militar de estatura média e pose elegante, magro, não devendo pesar mais de cinquenta e cinco quilos, que viria a revelar-se mais de actos que de palavras, como afinal é apanágio do militar” [AB1: 38]. Logo no primeiro contacto apressou-se a ditar, ao autor e seus companheiros, as primeiras regras, incontestáveis e em tom autoritário. Denotou também algum nervosismo.

Para o Cadete-autor, o discurso proferido teria sido dispensável, porque ele “não estava ali para outra coisa senão para cumprir a tropa o melhor que sabia” [AB1: 39]. Confessa que teve na caserna, lugar propício ao desabafo e à contestação, “verdadeiro anfiteatro de múltiplas representações” [AB1: 48], o espaço para angariar a consciência política que lhe faltava adquirir, “ouvindo e aprendendo coisas” [AB1: 48].

Grande parte dos camaradas que me acompanhavam tinha formação universitária, a verdadeira e única escola de formação política de cariz subversivo da altura. Muitos mesmo já com cursos terminados e preparados para o exercício da profissão, pela qual tinham optado. Entre outros, médicos, advogados, engenheiros e professores.

O cumprimento do serviço militar era uma encruzilhada de repercussões desconhecidas. Alguns acabavam mesmo por dar o Salto dias antes de serem enviados para África, o que originou na altura o aparecimento de duas versões: uma que dizia que o faziam por convicção política e uma outra, situacionista, que o faziam por medo. Sempre achei as duas bastante razoáveis, não diminuindo quem entendia não se achar capaz de matar ou morrer quando o sentido da vida é viver e repartir o que de bom ela tem, ou a razão se sobrepunha ao cumprimento de duvidosos deveres que a consciência elevava a outros níveis de convicção, quer fossem políticas, sociais ou humanas [AB1: 48].

Fala depois dos três meses de duração do primeiro ciclo do COM, de “algum sofrimento” [AB1: 50], pois “Toda a preparação para a guerra era intensiva” [AB1: 50]. Era necessário formar célere: “A autoridade militar e a necessidade de formar bem e depressa faziam o resto” [AB1: 50]. Acrescenta ainda:

O treino físico foi doloroso e os prémios suplementares a aplicar por quebras daqueles que não resistiam, claramente por falta de condição física, eram por vezes desumanos. Os princípios que instituíam o regime militar daquela altura tinham naturalmente a ver com fundamentos ancestrais de autoritarismo puro, e eram exercidos frequentemente sem regras nem princípios e destituídos de quaisquer bases de racionalidade, que no caso encontravam algum apoio na necessidade de formar militares para a guerra, num curto espaço de tempo [AB1: 51].

De acordo com o pensamento do autor não “era apenas esta inconsequência de relação entre comando e subordinado que molestava o ambiente militar” [AB1: 51]. Também eram “Os princípios do treino físico de preparação para a guerra que não obedeciam a nenhum critério científico de competência” [AB1: 51]. E mais acrescenta:

A ideia dominante era exercitar física e psicologicamente até à exaustão, quase até cair para o lado, que era um objectivo de ufanía perseguido com frequência, procurando moldar um carácter e um corpo nessa base de destruição de resistências de ordem física, que condicionassem outras de ordem moral e racional.

Uma preparação que pouco tinha a ver com a realidade de guerra e de guerrilha em que estávamos envolvidos. Os ensinamentos, que cerca de dez anos de luta armada já consumidos tinham proporcionado, revertiam muito pouco, ou quase nada, para a preparação daqueles que a iam iniciar [AB1: 51-52].

ii. Na parte final do período de três meses, já descrito, o designado primeiro ciclo da formação, “um dia, na formatura da tarde, às catorze horas, na torreira do Sol dos primeiros dias de Junho, batido a pino no asfalto da parada” [AB1: 55], o Aspirante informa o pelotão do Cadete-autor que ia haver um curso de Comandantes de Companhia, tendo-lhe sido solicitado que seleccionasse dez pessoas para prestarem provas. O Cadete-autor foi um dos dez escolhidos:

De imediato os seleccionados, cerca de oitenta no total das Companhias, foram conduzidos a uma enorme sala onde dois militares nos aguardavam. Em poucas palavras explicaram-nos que tínhamos à nossa frente dois questionários cujas respostas, de escolha múltipla (tipo americano), se circunscreviam à marcação com uma cruz no quadrado que correspondia à nossa resposta. Num outro apenas tínhamos que assinalar o sim ou o não. O que primeiro ressaltava daqueles testes era o seu tamanho. Páginas e páginas a que se juntava a regra de um tempo limite curto, pelo que as respostas deveriam ser rápidas. Depressa perceberíamos que se tratava de um teste de avaliação psicológica. Várias perguntas eram sub-repticiamente repetidas ao longo das cerca de quinhentas que compunham a prova, pelo que qualquer tentativa de ludibriar o teste era facilmente detectada e as consequências de variado tom e aplicadas a médio prazo. O tempo constituía-se também num factor de avaliação porque os que não conseguiam acabá-lo dentro do tempo limite, permitiam a dedução de que havia sido gasto demasiado tempo na formulação da resposta, no sentido de dar ao resultado do teste uma determinada feição elaborada [AB1: 56].

No dia seguinte, todos foram submetidos a nova bateria de testes e, nos dias subsequentes, “As provas foram-se sucedendo e os candidatos sendo eliminados” [AB1: 57], considerando que, uma delas, se constituía “numa conversa a sós com um

psicólogo, não identificado como tal, onde éramos bombardeados com variadíssimas perguntas. Uma espécie de entrevista” [AB1: 57].

iii. A primeira parada da manhã do 2º ciclo do COM, para mais três meses de formação na especialidade de atirador, tirou todas as dúvidas ao Cadete-autor de vir a ser, no futuro, *Capitão do Fim*. Havia sido seleccionados 43 para aquelas funções [cf. AB1: 63]. Desabafa o autor: “Que as coisas iam tão mal é que desconhecíamos” [AB1: 64]. “Éramos pois os primeiros, as cobaias de fabricar «capitãezinhos de chumbo» para a guerra, marionetas de interesses políticos e outros que colocavam de parte o direito à vida e ao futuro de milhares de jovens, que não precisavam de armas para reconstruir um país, sem dele sair” [AB1: 71].

Os seleccionados constituíram-se em dois grupos de combate, “ambos com um Tenente a comandar” [AB1: 71], a afrontar todos os outros Cadetes não seleccionados, “que continuavam com Aspirantes” [AB1: 71]. Os Tenentes-formadores eram “Gente escolhida a dedo” [AB1:71], nas palavras do autor:

Pouco ortodoxismo, militarismo na relação quanto bastasse e, acima de tudo, gente já experimentada em África. Verdadeiros exemplos de como deveria ser a tropa, embora raros, porque não me lembram de muitos mais.

Em relação aos três meses anteriores operava-se ali algo de muito diferente.

Havia, por outro lado, uma clara deferência para connosco, um tratamento de proximidade que todos apreciámos, em oposição ao que ocorrera no período anterior, permitindo-nos mesmo indagar junto do nosso Tenente se aquele esboço de aventura tinha pernas para andar, ou se andávamos ali a fazer de conta. A resposta era invariavelmente pouco convincente, embora afirmativa [AB1: 71].

iv. Na madrugada de meados de Outubro de 1970, o autor já Alferes, está no aeroporto internacional de Lisboa rumo a Luanda. Tinha vinte e dois anos:

Para trás, quinze dias no posto de Aspirante, numa azáfama asfixiante de correrias por entre papelada, fardamentos, ajudas de custo, vacinas, orientações, desorientações que reorientavam as orientações anteriores, passagem de avião e por fim a graduação no posto de Alferes (a contar no preciso momento em que se punha o pé no avião). Tudo muito célere porque não havia tempo a perder. Quinze dias de Aspirante e os próximos quatro meses arvorado em Alferes. Seguir-se-ia o posto de Tenente, mas naquela altura ninguém sabia ainda por quanto tempo. A pressa era tanta que se tivesse que ser por uma semana não deveria haver problema. O importante era a guerra que não podia esperar. Num determinado dia muito próximo, uma mão cheia de «capitãezinhos de chumbo» haveria de estar pronta para serem atirados à fogueira, que já ardia havia cerca de dez anos. [AB1: 77].

Não levava qualquer outro endereço além de Luanda. Apenas sabia que acarretava um envelope tamanho A4, que possuía o fardo de ser secreto e inviolável. Nada mais quanto à incumbência que lhe destinavam. Na realidade, era “Tudo secreto, muito secreto” [AB1: 78].

No aeroporto em Luanda também não havia ninguém para o receber e elucidar. “O único destino conhecido terminava ali. O resto, um vazio imenso” [AB1: 82].

Também nunca chegou a entender “o significado daquela ausência de orientação, daquele abandono dos intérpretes duma experiência tão arriscada quanto inédita” [AB1: 82]. Hoje acredita numa desorganização organizada:

Tradicionalmente dizia-se que a tropa era a desorganização mais bem organizada que se conhecia. A hipótese de desorganização parece-me hoje a mais plausível. Aquele era o primeiro curso, a primeira fornada atirada ao ferro e ao fogo da guerra, e, tanto quanto se sabe hoje, a decisão de levar por diante aquela aventura não colheu, nem de perto, nem de longe, a unanimidade dos conselheiros militares que sobre ela se debruçaram. É pois de admitir que não tivesse havido tempo para uma programação mais consistente, pelo menos relativamente àquele primeiro curso, pioneiro da última faceta da guerra colonial e ponto de partida para o seu fim [AB1: 83].

Após desinquietos desenvolvimentos, a notícia da vinda do autor terá finalmente chegado ao Quartel-General (QG) que, quatro a cinco dias depois lhe fez aparecer nas mãos a guia de marcha para o mato. Segundo ele, “a emoção era grande” [AB1: 84]. Destino, Mucondo, Dembos, no Norte de Angola.

O autor-estagiário descreve, desta forma, o seu primeiro lugar de guerra:

O aquartelamento do Mucondo era uma antiga missão adaptada às necessidades da guerra, situado no cimo duma pequena elevação de terreno, a mais alta da zona. Havia uma construção central, a única em alvenaria, que foi rodeada de pré-fabricados meio toscos e já envelhecidos pelo uso, adaptados às necessidades duma Companhia de Cavalaria, empenhada numa guerra de guerrilha, e que se dispersavam sem muita ordem pelo espaço do aquartelamento [AB1: 96].

Sôfrego por aprender, tinha o desejo de abarcar tudo. O formador era Capitão, oficial de Cavalaria do Quadro Permanente, Comandante da Companhia de Mucondo. Esteve sempre em permanente observação e foram-lhe sendo atribuídas responsabilidades cada vez mais complexas:

Comandar colunas de reabastecimento até S^{ta} Eulália, ou de autênticos comboios de viaturas civis de transporte de madeira e café pela estrada de Carmona. Idas até Quibaxe para comprar géneros e materiais necessários que a tropa não fornecia, fazer protecção aos trabalhadores na capinagem das plantações de café e mais um sem número de actividades que nos ocupavam todo o tempo em que a Companhia não se encontrava em actividade operacional no mato. As operações no mato, essas viriam depois [AB1: 101].

O estagiário, por outro lado, foi-se inteirando do funcionamento interno da Companhia, da sua organização militar e administrativa e o Capitão-formador deu-lhe os conselhos que eram fruto do seu saber e experiência. “A minha passagem por ali tinha por objectivo de formação conhecer aquela realidade e continuar a aprender os mil e um fundamentos de uma organização militar em campanha” [AB1:134].

O autor, segundo conta, aprendeu bastante com o seu formador porque soube colocar-se no seu lugar e foi capaz de conjecturar os cenários possíveis com os quais se podia confrontar, considerando a sua condição de oficial miliciano. Um dos conselhos auferidos foi o da necessidade imperativa de manter sempre presente a hierarquia de comando, dando-lhe a marca pessoal que julgasse conveniente. A circunstância de todos os oficiais serem milicianos não deveria constituir motivo para renunciar a essa regra, sob pena de perda de autoridade que desarticulava toda a restante cadeia de comando. A questão, para o autor, era saber como lidar com a imperiosa necessidade de impor ordens e, ao mesmo tempo, manter uma afinidade espontânea com camaradas que as cumpriam.

v. Terminado o estágio, com aproveitamento, o autor regressa à EPI para frequentar o Curso de Comandantes de Companhia (CCC). É recebido “com muita pompa e bastante circunstância” [AB1: 141] e logo promovido ao posto de Tenente:

Com quatro meses de Alferes, somos graduados no posto de Tenente, o que vai gerar uma onda de conflitos no quartel, alguns com história. Prenúncios de um descontentamento crescente que haveria de culminar na madrugada do 25 de Abril.

Nos corredores do quartel sentem-se já alguns sinais de desagrado. O nosso Aspirante do primeiro ciclo, futuro oficial do quadro permanente, que nos tinha infernizado os primeiros três meses de tropa, era agora nosso subalterno por via da graduação a que nos tinham conduzido. Por brincadeira, sempre que o encontrávamos na messe, prometíamos vingar-nos, caso a continência não saísse rápida e bem definida [AB1: 142].

E escreve, ainda, o agora autor-Tenente:

Alguns profissionais da guerra, mais preocupados com a ostentação da farda e a dignidade dos galões alardeados com garbo e conseguidos com tantos sacrifícios, entendem que o inimigo – o erro político que os apoquentam – somos nós, os «capitãezinhos de chumbo», inventados para lhes salvar a honra e a face. E vai de arremeterem contra adversários congeminações nas cabeças ocas de uns quantos, incapazes de distinguirem os verdadeiros obreiros da irresponsabilidade e do desvario que por ali ia germinando. Foram guerras e emboscadas de corredor por continências mal definidas; saídas do quartel com conflitos provocatórios à porta de armas; instrução militar dada por um Tenente do quadro que decidiu que era no corpo que nos devia marcar para aliviar o seu descontentamento de ver ostentados nos nossos ombros os mesmos galões que tanto sacrifício lhe tinha custado a ele [AB1: 142].

O autor conta, como exemplo, dessa desaforada situação criada, o seguinte episódio passado com um instrutor do CCC, Tenente do QP:

Logo no primeiro dia, dispostos em círculo, o nosso Tenente, num grito de guerra arrebatado que ecoou pelas redondezas, berrou: “Rastejar até mim!” Ninguém se mexeu... O Tenente nem queria acreditar. Habitado a ser obedecido sem ser sequer questionado, enfureceu-se de uma forma inusitada e ameaçadora. Repetiu a ordem em tom ainda mais ameaçador, enquanto nós olhávamos uns para os outros num crescendo de força e razão que íamos sentindo possuir, para mais, depois da forma pomposa e lisonjeadora como fôramos recebidos na sessão solene ocorrida dias antes. Choveram ameaças de «porradas» colectivas a estalar por todos os cantos por incumprimento de ordens. Conversas é que o Tenente não queria. Ali a questão era obedecer, fosse qual fosse a ordem das questões e das razões.

A instrução acabou ali mesmo, cerca de dez minutos depois de não chegar a começar, e regressámos ao quartel em grande velocidade, onde o nosso Tenente foi apresentar queixa e o

mínimo que se esperava era que fôssemos todos deportados, presos ou algo assim do género por tão grande desaforo, para mais um atrevimento por parte de quadros que tomava tudo bem mais melindroso. Uma espécie de sublevação de oficiais tão inaudita quanto inesperada. Foi imediatamente substituído.

Assevera-se que quase lhes pediram desculpa, tudo porque sobrevinha uma outra ordem de razões:

É que fôramos efectivamente transformados na coqueluche do comando da Escola Prática, que apoiava sem reservas a ideia daquele curso, segundo viemos mais tarde a apurar. É que quarenta e dois Tenentes davam para formar catorze batalhões. Era uma matéria-prima já testada que não podia ser perdida nem molestada assim sem mais nem menos [AB1: 143].

vi. É opinião do autor, que o primeiro curso CCC vogou na mais completa anarquia. Paradigmático desta desordem, o caso de um estágio programado para quinze dias no quartel dos Rangers em Lamego. Atente-se à descrição do acontecimento:

Estivemos lá quinze minutos, o tempo necessário para obter a guia de marcha e regressar a Mafra. Nunca chegámos a entender o que é que se passou, nem ninguém nos deu explicações. E em Mafra vamos passar cerca de seis meses com a instrução a incidir primordialmente nos aspectos de administração militar (uma autêntica loucura formal e documental para todos nós) e rudimentos de acção psicológica [AB1: 144].

11.2.3. Desempenhos e protagonismos

i. O autor formou Batalhão em Évora nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1971 e a sua Companhia, segundo conta, tinha uma particularidade: os quatro Alferes eram todos mais velhos que o Comandante de Companhia. Segundo informação colhida, o autor e outro companheiro do curso eram dados como os Capitães mais jovens, de todos os tempos, do Exército Português.

Para este jovem, agora já promovido a Capitão, a sua guerra a sério iria começar em 12 de Setembro de 1971. É o próprio que o reitera:

A minha verdadeira guerra vai começar. «capitãozinho proveta», fabricado no tempo recorde de doze meses e vinte e dois dias, vinte e três anos completados a meio do percurso de fabrico, apumado, cumpridor, despolitizado, desportista e algarvio (uma raça em vias de extinção por via do turismo) [AB1: 149].

ii. O Capitão-autor e a sua Companhia são colocados em N'Riquinha, no Leste profundo de Angola. A sua soberania não se limitava somente àquele lugar.

Tinha ainda que se desdobrar para um destacamento colocado no Rivungo, a 120 km de distância (sete horas de viagem sempre em picada de areia), onde se instalavam cerca de quarenta homens. O Rivungo ficava na fronteira com a Zâmbia, separado apenas pelo rio Cuando, cujo curso médio teria vinte a trinta metros de largura [AB1: 160].

O isolamento de N'ríquinha era total, a partir das quatro horas da tarde. “Eram quinze horas de um silêncio total, de um isolamento de tudo” [AB1: 160]. Assim esteve, ele e os seus homens, “dezoito meses e meio, ficando a constituir-se num recorde de permanência num dos maiores buracos de Angola” [AB1: 160].

A área da responsabilidade da Companhia era “maior que o Algarve e com uma configuração semelhante, trocando a imensidão do oceano Atlântico pelo serpentejar preguiçoso do rio Cuando” [AB1: 164]. O legado da Companhia anterior, deixado ao Capitão-autor, foi, nas suas palavras, “miserável e significativo por vir duma autoridade militar profissional” [AB1: 164].

O Capitão teve que (re)construir tudo, (re)arrumar tudo, utilizando soluções bem arriscadas e inovadoras, lutando contra o poder rotineiro instituído e “contra o deixa andar” [AB1: 166].

A Companhia desenvolveu actividade operacional intensa, com objectivos bem definidos e determinados. A generalidade das operações tinha, por principal objectivo, procurar encontrar vestígios da passagem do inimigo e deixar os seus próprios sinais, no intuito de desmotivar a sua acomodação na zona, pois ninguém gosta de ter o inimigo à porta. Pretendia-se dar a entender que a tropa estava activa. Ao longo dos dezoito meses e meio de permanência ali, a Companhia iria efectuar “um total de cerca de 210 operações” [AB1: 176].

Pelo livro autobiográfico do Capitão, perpassa a preocupação tida com a parte administrativa da sua Companhia, e confessa ter havido longas noites de sono mal dormidas, em que se sentia manietado por aquela máquina infernal, com a qual jamais se entendeu.

A administração duma Companhia no mato era a tarefa mais absurda e complexa que se possa imaginar. Uma Companhia movimentava somas elevadas todos os dias. O 1º Sargento era um autêntico economista que geria os dinheiros e os consumos de 160 militares em tudo o que tivesse a ver com alimentação, consumos, combustíveis, vencimentos, materiais, etc. No entanto, era o Capitão o responsável por eventuais erros do 1º Sargento. Este apenas respondia perante o Capitão.

A instituição militar nunca primou pela simplicidade, coerência e eficácia da sua máquina administrativa. Tudo ali era complexo e no seio desta complexidade havia campo de manobra para toda a espécie de artifícios, qualquer que seja o sentido que lhe queiramos dar. As histórias que ainda hoje se contam de desvios de importâncias elevadas, ou por vezes apenas má gestão dos dinheiros e recursos, dormiam comigo [AB1: 204].

O autor “tinha perfeita consciência que era um zero” [AB1: 205], mas as suas palavras inteiras, ao mesmo tempo convictas e ingénuas, conquistaram o seu 1º Sargento, que viria a transformar-se no seu braço direito: “a ele lhe devo uma boa parte dos êxitos que ocorreram naqueles vinte e seis meses e meio de comissão” [AB1: 205].

iii. O Capitão-autor entusiasma pela forma como (auto)descreve a sua saída daquele lugar do fim do mundo. Está plasmado, nestas palavras escorreitas, a sua maior

obra, o seu protagonismo. Servir o povo devia ser o desígnio de qualquer um, mesmo em tempo de guerra. O Kimbo reconheceu:

Um Kimbo inteiro veio despedir-se da tropa que chegou um dia para fazer a guerra, com armas que matam, e acabou por se consumir noutras batalhas tão indesejáveis e perversas quanto aquela. Uma luta pela dignidade da vida dos que nada tinham e uma autêntica guerra contra o isolamento e as agruras duma fome ignóbil de comunidade perdida nos confins de África. A coluna já se forma lá fora do aquartelamento iniciando preguiçosa uma caminhada de serpente, marcada por nuvens de poeira que se vão elevar nos céus assinalando a sua passagem. A picada segue inicialmente a linha da pista de aviação em direcção a Mavinga, correndo paralela ao quartel e ao Kimbo [AB1: 266].

Prossegue o autor a descrição de uma abalada magoada:

Agitam-se lenços, braços e gritos. Uns quantos não resistem e correm até junto da picada. Crianças, adolescentes e mulheres, algumas com crianças às costas. O movimento das viaturas induz-lhes o acompanhamento destas. Correm. Num impulso contagiante, mais gente vem descendo por entre tufos de capim seco que saltam com destreza. Já há uma pequena multidão que corre paralela à coluna acenando e gritando palavras que continuo sem entender o significado mas que desta vez dispensei tradução. Alguns correm apenas e nada dizem, nada fazem. Apenas querem correr e ficar mais um pouco junto de nós. Uma derradeira companhia, um último momento de uma despedida que já levava dias. Apenas o prolongar um pouco mais da agonia do fim de uma amizade fraterna que a proximidade confortava e induzia um pouco mais de segurança, bem-estar e protecção [AB1: 266].

Por fim, a derradeira partida, que sobreleva o entendimento:

Centenas de metros percorridos e quase ninguém desiste. Corações ao alto, corações ofegantes, corações que persistem numa corrida sem fim nem proveito. Uma corrida quase suicida de ir até ao fim, de ir até cair.

Mando acelerar e deixo de olhar. Fecho os olhos naufragados numa comoção que transcende aquilo que se espera de um Comandante de guerra. Esqueceram-se que um militar nasce militar, não se fabrica por conveniência. Sinto que aceleramos e deixo passar mais uns metros seguro de não ver mais aquela espécie de loucura, de suicídio colectivo, um mar de baleias que dão à costa e se matam com um sorriso de prazer inexplicável recusando voltar atrás, que nos sobreleva o entendimento ou nos desvirtua a propalada razão e superioridade humana. [AB: 266].

Desta forma, agradecida pelo povo de Angola, termina a sua comissão que foi também agraciada pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.

11.3. Autobiografia [AB2]

11.3.1. O antes e o após o Serviço Militar

i. O Cap.127 nasceu em Coimbra no ano de 1943. Licenciou-se em Ciências Físico-Químicas e já exercia a profissão de professor do ensino técnico secundário, e do ensino liceal, quando foi chamado a cumprir o Serviço Militar Obrigatório – quatro anos e dois meses. Era casado e tinha uma filha. Após o seu regresso à vida civil, foi professor do ensino secundário e superior e desempenhou cargos de elevada responsabilidade no subsistema de Educação de Adultos. É Mestre em Educação. Possui várias obras publicadas, tanto no campo da investigação em educação, como ficção e poesia.

11.3.2. A selecção e formação

i. O autor construiu esta autobiografia de guerra, revertendo do seu diário de bordo, quase na íntegra, as palavras elaboradas ao longo de mais de quatro anos em que foi obrigado a permanecer na instituição militar.

Como por encanto deixei de ser professor de Física e Química, para me transformar (por magia alquímica?) em formador e condutor de homens de guerra. De Cadete em Mafra a Comandante operacional de mais de 500 homens, em pleno teatro de guerra, foi uma utopia que se tornou realizável [AB2: 11].

O autor pouco fala do seu processo formativo militar e, quando o faz, é de forma contundente, o que leva a pensar ter sido a situação de Cadete na EPI, iniciada a 6 de Julho de 1970, para si deveras dolorosa e traumatizante. Com uma profissão, com convicções políticas bem arreigadas, casado e com uma filha, e carregando 27 anos de idade, foi difícil a sua adaptação ao serviço militar.

Ainda sinto hoje, passados tantos anos, a amargura de ver-me fardado pela primeira vez, carregando a tabuleta com o número mecanográfico.

Ali estava, no meio dos claustros do Convento de Mafra, hirtito, de verde vestido, e com a convicção de que havia perdido, definitivamente, a liberdade.

Continuo (des)aconchegado e triste, quando recorro aos discursos delirantes que se proferiam para Cadete ouvir, as revistas inopinadas à caserna, as formaturas para tudo e para nada, a instrução sem horários, as marchas nocturnas imprevistas, as marchas finais onde se dormia a andar, os *crosses* até à exaustão física, as pistas de obstáculos que me transformavam em chimpanzé adestrado, os circuitos de lama e merda, o pavor do *slide* do Lizandro ou do tanque da Tapada e os testes ridículos das cruzinhas que me fizeram “lerpar” um fim-de-semana.

A primeira vez que me distribuíram uma G3, senti-me sem alma, a participar na mística da Guerra Colonial. Foi uma estranha sensação que misturava o ostracismo que se sente pela guerra, com a aceitação, ainda que crítica e reflexiva, das formas mais grotescas da instrução, do ridículo do discurso militar sempre repetido, das frases feitas de autoritarismo repugnante.

Sentia que esse discurso e as práticas dos instrutores me iam corroendo por dentro. Tinha a sensação de que todas as coisas miudinhas, pequeninas e sofridas que aconteciam naquele Convento, começavam a cheirar ao ácido da guerra a sério e eu começava a sentir-me vencido pelo cansaço de muitos meses de nada, mas peregrino sem fé da condição militar [AB2: 12].

ii. Dos seus instrutores, o autor guarda recordações pouco abonatórias. Salvam-se o Tenente Instrutor do segundo ciclo do COM e o Capitão do Quadro Permanente responsável pelo seu estágio, iniciado em 1 de Janeiro de 1971, no Bachile.

É que eu conheci a guerra no Bachile, um pseudo aquartelamento bem perto de Teixeira Pinto, na Guiné, e bem junto à área libertada do PAIGC, a Coboiana. Era ali que estava sedeadada a CCaÇ 16. Na realidade, viajei do Convento para o Bachile, para fazer um estágio para frequência do curso de Comandantes de Companhia, ali onde passava o tempo sem passar e onde se enfiava a vida no buraco de uma agulha.

No Bachile, pela primeira vez, contactei com a guerra a sério e com a pobreza das pobresas: tanta gente que tinha fome e para quem o tempo não era tempo; gente que quase não tinha terra onde pisar, nem liberdade para viver; gente de olhos negros, tão tristes como as noites da Guiné; gente que vivia em sanzalas cercadas de arame farpado; gente que sofria de tudo; gente cujo mundo se circunscrevia a palhotas de miséria e analfabetismo, erguidas ao alto pelos paus, adobe, capim seco e zinco que os benfeitores de Bissau ofereciam; gente que misturava a doença e a fome com o seu manjar dos deuses, o vinho de palma, (re)temperador de tudo ou quase tudo; gente que por entre suores sem sal, esteiras e roupas esfarrapadas, entretém a desgraça fazendo filhos [AB2: 13].

O então autor-Alferes contactou com as gentes dos reordenamentos, alfabetizou, fez operações pelas bolanhas e sentiu os arrepios de medos das noites da Guiné:

Foi também aqui que senti o cheiro da guerra e passei dezenas de noites mal dormidas nas valas do quartel. Eram locais onde se multiplicavam os dias, as horas, os minutos, os segundos, sempre em vão, já que a maldita máquina do tempo que me acompanhava, teimava em permanecer sempre parada e igual.

Foi também aqui que aprendi a cultivar o silêncio, nas progressões em fila indiana pelas bolanhas sem fim. Por vezes caía, andava às apalpadelas, enrodilhavam-se nas pernas lianas provocadoras, mas era proibido dizer nada. Podia-se despertar os deuses da guerra que dormitavam empurrados pelo calor escaldante.

Mais para a noite, aprendi a deitar-me ao lado de outros companheiros e ali ficava bem junto a eles, porque o frio apertava. Era altura de contemplar o céu impenetrável e pouco protector. Ficava de súbito mais sozinho e mais pequeno. Sentia-me perdido diante da escuridão e do perigo eminente. O companheiro da ilhargá era uma sombra na escuridão. Só pelo tacto e pelo tiritar, se ficava a saber que realmente existia. Sacudia-o e perguntava-lhe as horas, numa indispensável necessidade de me sentir junto.

As noites no mato na Guiné eram arrepios de medos [AB2: 13].

iii. Quatro meses depois, já Tenente, e após uma curta passagem novamente pela EPI, para realizar o CCC, onde a organização não imperou e as aprendizagens se apresentaram ingénuas e incipientes, mas em que alcançou o primeiro lugar classificativo, segue a caminho de Estremoz e do Regimento de Cavalaria 3; aí conheceu os soldados com quem iria constituir a sua Companhia.

11.3.3. Desempenhos e protagonismos

i. O processo formativo da Unidade do Tenente-autor, e a primeira e segunda partes do IAO, realizaram-se, respectivamente, em Estremoz e Santa Margarida tendo sido estrategicamente importante.

Deambulámos durante várias semanas pelas terras de Estremoz, Évora Monte e Santa Margarida, debaixo do calor tórrido do Alentejo e da chuva torrencial da beira Tejo. Era preciso criar cenários parecidos com os que se iriam encontrar nas terras do fim do mundo.

Foram dias muito duros para todos.

Simulavam-se emboscadas, batidas, cercos e golpes de mão, de acordo com os mais recentes manuais de guerra subversiva. Treinavam-se os tiros e as pontarias da G3, da bazuca, do morteiro 60.

Experimentámos a nossa capacidade de sofrimento perante as adversidades do tempo e do terreno. Eram *crosses* e mais *crosses*. Semanas de campo [AB2: 17].

ii. Após um voo de cerca de oito horas, num Boing da Força Aérea, adquirido pelo Estado, “para se chegar mais rápido ao destino da guerra” [AB2: 20], o Capitão-autor e a sua Companhia alcançaram Luanda em Março de 1972. Eis o bafo inebriante do cheiro africano.

Passado uns dias o autor “agarrou na trouxa e nos seus homens e partiu à descoberta do Maiombe” (AB2: 26), tendo a deslocação para Cabinda demorado dois dias a bordo de uma LDG da Armada. Chegado ao Belize, em pleno Maiombe, foi necessário aprender a viver com a mata.

Pude constatar que a natureza forte, impenetrável e exuberante da mata do Maiombe vai dificultar e tornar penosa a minha guerra. O Maiombe é como o mar do sargaço, não tem pontos cardeais. No Maiombe sofre-se com o clima, o terreno, a mata. Há temperaturas elevadas, amplitudes térmicas consideráveis, e humidade alta com uma média anual de cerca de 83%. A sua penetração é muito dolorosa. É extenuante e moroso progredir mais de 100 ou 150 metros por hora, quando se tem de abrir caminho à catanada na época das chuvas [AB2: 35].

Outra aprendizagem feita pelo autor e seus homens, esta de alto risco, foi a execução de colunas entre Belize e Miconge: conhecer os pontos mais perigosos, saber onde apeiar e fazer fogo de reconhecimento. Eis uma descrição do Capitão-autor:

A coluna arranca do Belize e, à medida que nos aproximamos de Sanga depois de ter atravessado a serra do Muábi e o Caio Guembo, o aspecto é cada vez mais assustador. As viaturas avançam agora a um ritmo certo, devagar, regularmente distanciadas umas das outras. Vê-se claramente o primeiro *unimogue*, aí vai ele a subir, vira agora à direita e depois à esquerda. Vamos bem armados. Granadas diversas, dilagramas, bazucas, morteiros 60, metralhadoras Breda. Fazem-se vários percursos apeados.

Chegamos a Sanga e um suspiro largo invade a coluna. Entramos e sentimo-nos sem esperança, dadas as condições do aquartelamento. Como podem viver aqueles homens naquelas condições desumanas! As casernas, a cozinha, o refeitório, são pocilgas para porcos, não para homens viverem. Partimos para o Miconge, um destacamento isolado, junto à fronteira com a RPC. Inicia-se a caminhada e começo a sentir a boca seca e o coração a bater com grande intensidade. O roncar dos *unimogues* e das *berliets* parecem música de Bach, ouvida em silêncio absoluto. Ninguém fala, todos olham para a berma. Olho para os *unimogues* e reparo que os meus homens estão sentados, quatro de cada lado, as armas aperradas, os rostos tensos.

Chegámos ao Miconge sem novidade. Um salto para lá do arame farpado já é Congo, e dois passos mais além fica a base de Kimongo do MPLA. No Miconge, damos os Bons Dias ao inimigo. Aqui se é Português e Congolês. Aqui se está tão longe de casa e tão perto dum caixão. Aqui se tem a sensação de nunca estar em segurança. Aqui se bebe a vida por um copo de cerveja. Aqui os homens atiram-se para o chão no momento certo, um reflexo mil vezes treinado. Aqui as G3, as bazucas, os morteiros estão sempre apontadas. Aqui os dedos estão sempre nos gatilhos e as mãos bem agarradas às coronhas. Aqui o coração bate, bate. Aqui a garganta aperta, sufoca, sem respirar. Aqui se vive e não vive! [AB2: 33-35].

iii. O inimigo do autor, e dos seus homens, foi sempre o MPLA. No entanto, durante o ano de 1972, viveu no Belize um falso sossego, apesar da intensa acção psicossocial que era necessário levar a cabo nas inúmeras comunidades, embrenhadas no coração do Maiombe, e de ter sob o seu comando três grupos TE para ajudar a esquadrinhar a mata cerrada na procura de indícios do IN.

Em 25 de Janeiro de 1973, teve a primeira emboscada com alguns ferimentos ligeiros. Perante este acontecimento tirou ilações e resolveu que a sua Companhia, a partir desse dia, “seria diferente” e implacável:

Pouca gente sabia deste compromisso, mas todos conheciam a minha assumida predilecção pelo lema “Os Diferentes”.

Diferentes em quê? Diferentes no rigor que, a partir de agora, se iria impor aos processos de guerra. Exigi muito mais disciplina. Comecei a fiscalizar as saídas para a mata e o armamento que cada grupo transportava. “Armados até aos dentes”, era a divisa. Exigi procedimentos rigorosos para as colunas entre Belize e Miconge. Os Cavaleiros faziam parte do percurso a pé, faziam explorações laterais e reconhecimentos pelo fogo, sentavam-se nos *unimogues* no tablado inferior para poderem abrigar-se mais facilmente em caso de emboscada. Mandeí construir protecções para as metralhadoras pesadas a instalar nos *unimogues*. Afiancei que os meus Cavaleiros não morreriam em combate, principalmente em emboscadas [AB2: 74].

iv. Durante o mês de Abril de 1973 a Companhia do autor segue para Sanga e Miconge os grandes “buracos” de Cabinda.

O aquartelamento ficava num fundão rodeado de montes por todos os lados. Muitas vezes me perguntei quem teria sido o arquitecto deste desterro. É um local extremamente isolado, onde tudo o que existe é mato e as degradadas instalações militares onde se instala a Companhia. Um pouco mais abaixo, fica a sanzala. O aspecto do aquartelamento é execrável, indescritível.

O designado meu «gabinete» era um remendo de madeira, por detrás do meu quarto, onde haviam sido abertos uns buracos parecidos com janelas, protegidos por rede mosquiteira, que ajudava a manter longe da minha pele os mosquitos malvados do Maiombe. Dessas aberturas, vejo a mata, vislumbro as valas de protecção com os lugares que já todos conhecem, miro os morteiros 60 e 81, já em posição estratégica, e os obuses. Tudo o mais é arame farpado que pouco cerca, já que cercados estamos nós por esses montes à volta, que nos transformam em seres tão vulneráveis.

No Miconge está instalado um grupo de combate também com grupos de artilharia e morteiros. O Miconge é o santuário de Cabinda, o último ponto que é português, num território já congolês. Aí se vive e não vive, vegeta-se. Vive-se como bichos, sem condições [AB2: 79].

Nos primeiros dias o autor tentou dar novas faces a estes pardieiros, implementar novas metodologias de contra guerrilha, adaptadas ao meio ambiente da sua área de quadrícula, sensibilizar os altos Comandos para as precárias condições de vida dos soldados e reivindicar alguns equipamentos indispensáveis:

Servi-me da minha posição de «capitãozinho de aviário», feito à pressa e agora desmamado, pois fora da alçada do Batalhão, e transformei essa teia de ingenuidades num relatório de situação, crítico e reflexivo, envolvendo todos os responsáveis do teatro de guerra. Isto é, em vez de enviado o relatório directamente para o Comandante de Batalhão, como estava normativizado, foi remetido para o Quartel General de Luanda, com conhecimento ao Brigadeiro Comandante de Sector, às várias repartições Sectoriais de Luanda e ao Comandante de Batalhão. Esse relatório, descritivo e crítico da situação, tinha várias frases-chave ao longo do seu corpo de texto e, uma final, de desresponsabilização por ocorrências gravosas que viessem a acontecer, ao nível da saúde e ao nível operacional, face às precariedades e debilidades descritas [AB2: 84].

Quinze dias chegaram para que o senhor Comandante Militar e Governador de Cabinda, Brigadeiro Pinheiro, viesse verificar *in loco* a situação, e resolvesse de imediato muitos problemas.

v. Entre Sanga Planície e Miconge a guerra era dura e contavam-se já mais de uma dúzia de emboscadas, sem mortos mas com alguns feridos.

O autor descreve uma dessas emboscadas, havidas entre Sanga - Miconge, onde foi protagonista:

O percurso foi efectuado a pé, com as precauções do costume, pois tem sido hábito do MPLA emboscar colunas de recolha de feridos ou de apoio aos aquartelamentos atacados. Seguíamos tensos e em silêncio; sabíamos que a probabilidade de sermos emboscados era grande. Todos tinham os olhos nas bermas da estrada e na mata que as afaga. Ao chegar ao local designado por Matsanga, e estando a primeira viatura muito perto do aqueduto do rio Chinguissa, redobrou-se a atenção. Progredia-se pé ante pé, com o dedo trémulo no gatilho, sempre pronto para o uso a que já nos fomos habituando. Espreitávamos tudo, tentando descortinar algo que se mexesse e nos ameaçasse. Daí a instantes ouviu-se um estrondo junto à primeira viatura. Depois, uma rajada e, logo após, de um lado e outro da estrada, e numa extensão que nos parecia não ter fim, tiros, muitos tiros, uns que cantam outros que costumam e as granadas de RPG2 e de morteiro que

silvam, por cima das nossas cabeças. Agora, são granadas de mão que nos enchem os olhos de pó e nos tiram a visão. Um tiroteio incrível que nos põe surdos e nos adormece a alma.

Mergulho num pedaço de tronco que encontro à mão e tento perceber o que se passa. Nesta guerra não é possível perceber nada. Não vejo quem dispara, não descortino o inimigo. Vejo apenas passarem por cima da minha cabeça, balas e mais balas.

Decorriam 5 minutos deste inferno em chamas, quando se ouviu o deflagrar de uma forte carga explosiva que destruiu o viaduto sobre o rio Chinguissa e abriu uma cratera de 7 metros de diâmetro. Estava obstruído, por completo, o itinerário de ligação a Miconge. Pela minha cabeça passaram, à velocidade da luz, as hipóteses mais extravagantes. Tive medo. Vi o fantasma da morte em meu redor [AB2: 111].

vi. O Miconge esteve, por diversas vezes, a ferro e fogo, sujeito a ataques maciços e de duração prolongada, por parte do MPLA, utilizando morteiros 82, canhões sem recuo e mísseis. Segundo o autor “Os danos causados no aquartelamento foram enormes, mas não houve mortos da sua Companhia, apenas feridos” [AB2: 115].

Eis a descrição que o Capitão faz do resultado de um desses ataques:

Chego à porta do aquartelamento e encontro um cenário dantesco. Um espectáculo de destruição, como nunca tinha observado. São chapas de zinco pelo chão, casernas destelhadas, edifícios sem paredes ou parte delas perfuradas por tiros e granadas. Soldados com mãos atadas e pés entapados, fardas rasgadas. Casernas onde o caos impera.

Malas abertas, semidestruídas, com cartas íntimas das mães e namoradas espalhadas pelo chão, que ainda não houve tempo ou vontade para recolher e guardar.

O posto de rádio foi destruído e as comunicações assim estão mais difíceis, aumentando a insegurança e o isolamento.

Mas olhem para eles! Estão firmes como rochas estes Cavaleiros, e eu pergunto-me onde vão buscar estes homens esta força, esta coragem!... [AB2: 114].

vii. “A alegria de um adeus sofrido” [AB2: 155] é assim que o Capitão-autor classifica o último dia da sua permanência em Sanga. A despedida de que foi alvo por parte da população e que ele bem descreve, pode querer significar que foi desenvolvida, pela sua Companhia, uma acção psicossocial determinante e solidária:

À porta de armas há um mar de gente. O soba, as TE e as suas famílias, mulheres e homens de idade, alguns apoiados nas muletas improvisadas que as árvores da sua terra lhes oferecem. São velhos e velhas que tantas vezes rumaram à enfermaria do quartel, transformando-a num autêntico hospital onde, sob a orientação do Furriel Cunha, se operaram curas milagrosas.

Era uma multidão de mulheres com os filhos ao colo e abacaxis nas mãos; raparigas adolescentes que foram lavadeiras dos Cavaleiros ou, vá-se lá saber, se mais alguma coisa; miúdos, muitos miúdos, os que todos os dias faziam quarto de sentinela à porta de armas com as suas latas vazias, à espera que lhes fosse permitido acercarem-se da cozinha para receberem os restos das refeições; miúdos, muitos miúdos, a quem se davam lápis, canetas e livros, para que, pelo menos, não ficassem analfabetos; miúdos, todos os miúdos, que corriam atrás do *jeep* quando se distribuía o jornal Muanza pela sanzala do Bulu.

As viaturas põem-se em movimento, perante os olhares tristes dos soldados que ficam.

A primeira viatura faz-se à porta de armas e toda aquela pequena multidão, estática, não deixa passar a coluna. Aproximo-me e sou envolvido por todos aqueles bons homens e mulheres, como que querendo dar-me o abraço de todos, um abraço solidário e último. As mulheres querem à viva força que eu leve os abacaxis e um dos TE oferece-me a sua faca de mato, que ainda hoje guardo religiosamente. São manifestações de ternura que jamais esquecerei, manifestações que me deixaram sem palavras, sem acção para fazer o que quer que fosse ou dizer o que devia ser dito: “*prometam-me que vão fazer deste alto Maiombe, uma terra de liberdade, de igualdade, de fraternidade*”.

Não disse, mas alguns deles entenderam pelos meus olhos, o que lhes queria dizer e o que desejava para todos eles.

Afastam-se para deixar passar as viaturas e os Cavaleiros, ataviados nos seus camuflados desbotados pelo suor e pela guerra, levantam as G3 como se tivessem conquistado o mundo. Toda aquela multidão retribui com o derradeiro adeus, acenando e gritando, enquanto os miúdos se preparam para iniciar a correria atrás das viaturas, tal como faziam atrás do *jeep* do “capitan”. Fazemos o percurso com todas as medidas de segurança, afastamo-nos cada vez mais de Sanga e do Miconge, acenamos ao grupo de combate que faz a protecção ao itinerário, lá para as bandas da Serra Muabi, e eu ainda penso naquela gente que, porventura, jamais tornarei a ver. Parece-me ter a cabeça desorganizada, desarrumada pelo “cacimbo”, já que sinto remorsos de me ter vindo embora, de não ter esperado mais uns minutos, de não me ter despedido, um a um, de todos eles. De não ter dito umas palavras...

Tenho remorsos da pobreza em que os deixei. Olho para um e para o outro lado da estrada e só vejo riqueza. Falo de riqueza e, afinal, deixei à porta do quartel tanta pobreza [AB2: 155-157].

viii. A Companhia do autor fica primeiro em “Lândana para esquecer a guerra” [AB2: 158]; posteriormente deixa Cabinda e fica perto de Luanda, na Fazenda Tabi, à espera de embarque, depois de quase vinte e sete meses de comissão. A 23 de Maio de 1974, começa o deslocamento do pessoal para o Grafanil. A Companhia parte. O autor fica, já que tem de liquidar as contas com a tropa.

11.3.4. As últimas palavras sobre a circunstância da guerra e do seu fim

i. Enquanto fazia a comissão liquidatária em Luanda, e percorria as diversas repartições, agora já no pós-25 de Abril, o autor foi conhecendo de perto, “os verdadeiros burocratas da guerra, que da guerra diziam saber tudo, mas que na prática nada sabiam” [AB2: 142]. Eram os verdadeiros espaldares do Exército profissional, enquanto no terreno prevalecia um modelo militar quase miliciano ou civilista, o que veio propiciar, na opinião do autor, o rápido e descontrolado fim da guerra.

É óbvio que não refuto, em teoria, a ideia de dificilmente substituir, com eficácia, um Capitão profissional. Aliás, não se ganha nenhuma guerra com «Capitães de aviário», como não se perde nenhuma guerra, como alguns querem fazer crer, por culpa dos mesmos Capitães. A guerra já estava perdida a quando da sua vinda, por isso, quem a perdeu foram os seus profissionais. E sejamos bem claros: os heróis da guerra são os soldados, os Alferes e os furriéis milicianos, embora não se escamoteie a importância estratégica dos Capitães do quadro.

Por outro lado, à medida que vou reflectindo sobre a realidade e o tempo vai passando, vejo que a cadeia de comando se começava a distorcer, tornar difusa, enfim a desmornar-se. As operações importantes, as decisões importantes, eram da Companhia. A Companhia era o centro vital da guerra, o seu fulcro. Assim o Capitão tornou-se o senhor da guerra. O “Capitão profeta” era o senhor da guerra a partir de meados de 1972! [AB2: 143].

“Eu fui um dos senhores da guerra!” [AB: 123], diz o autor.

ii. No dia 29 de Junho de 1974 o Capitão-autor parte para Lisboa. Em 1 de Agosto de 1974, passou à disponibilidade no Regimento de Cavalaria de Estremoz. Foram mil quinhentos e dezasseis dias e duas horas de guerra, agraciado pelo Comando Chefe das Forças Armadas de Angola, com proposta para o Ministro de Exército que o 25 de Abril esqueceu.

11.4. Autobiografia [AB3]

11.4.1. O antes e o após o Serviço Militar Obrigatório

O Capitão Cap. 242 cursou a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e o Instituto Superior Técnico de 1967 a 1971, onde se licenciou em Engenharia Química. Aí frequentava os meios onde “Persistia um sentimento de forte contestação ao regime e à guerra colonial” [AB3: 19]. Mais tarde, seria levado a constatar que, nos últimos anos do conflito, “A maior parte dos Capitães que instruíram e comandaram as Companhias mobilizadas para a guerra não passaram pela Academia Militar. Eles foram formados neste conturbado ambiente universitário” [AB3: 20]. Cumpriu o Serviço Militar obrigatório em cerca de três anos e seis meses. Após ter cumprido o serviço militar, foi professor, escritor e dirigente associativo.

11.4.2. Selecção e formação na EPI e em Angola

i. O autor deixa a universidade e ingressa de imediato na EPI, já engenheiro. O dia 17 de Julho de 1971 foi uma das datas que marcaram a sua vida:

Seria, obviamente, um soldado raso. Oficialmente era, tal como os outros, um recruta. Fui integrado no 2.º pelotão da 6ª Companhia de Instrução com o nº 46. Não senti grandes dificuldades em acompanhar o programa previsto para a fase da recruta. Abrangia matérias muito variadas: ordem unida, preparação física, corridas de obstáculos, estudo do armamento e alguma preparação psicológica [AB3: 26].

A semana de campo marcou o autor:

Um treino específico visando a familiarização com a actividade fundamental na guerra do ultramar: patrulhamentos apeados, longas caminhadas, habituação a ração de combate diária, privação de sono por longos períodos, às vezes noites inteiras, montar e desmontar as tendas, racionar a água quando era escassa. Para o efeito dotaram-nos da autonomia básica necessária. Foram-nos distribuídos panos de tenda, um cobertor, rações de combate, cartuchos de munições sem balas – munições de pólvora seca – e outros acessórios como um cantil e um bernal. No decurso das operações, estava previsto assaltos pela calada noite a alvos militares – supostamente acampamentos do inimigo, defendidos por soldados da guarnição do quartel comandados por um Furriel [AB3: 30].

A regularidade do desenvolvimento da instrução foi interrompida por um acontecimento de índole política. “Foi o caso do aparecimento de umas tarjetas no bar dos Cadetes. Esses papelinhos continham uma mensagem de condenação da guerra colonial e apelavam à deserção, rejeitando a participação numa guerra desnecessária e injusta” [AB3: 26].

ii. Nas últimas semanas do primeiro ciclo do COM, “muitos Cadetes foram surpreendidos com a realização de exercícios que já não estavam previstos no programa”. Conta o autor:

Tratava-se de um conjunto numeroso de instruendos, onde eu estava incluído, que teriam sido sugeridos pelos Comandantes das Companhias de instrução. Ninguém nos deu qualquer informação acerca do objectivo destes exercícios. Inicialmente pensei que seria uma forma de preparação para a semana final no campo. Contudo, ao aperceber-me que a sua realização não implicava praticamente nenhum esforço físico tive que procurar outra justificação. Tais exercícios eram, no fundo, um desafio à nossa capacidade para ultrapassar obstáculos e à nossa imaginação para resolver problemas. O mais curioso é que essa tarefa não era colocada a nível individual mas sim colectivo. Era pedido a um grupo de oito a dez instruendos que resolvessem, em conjunto, determinado problema colocado no terreno [AB3: 27].

O autor descreve depois, pormenorizadamente, o desafio colocado que “era a improvisação de uma ponte entre as margens de uma ribeira” [AB3: 28]. O grupo contava apenas com “um pneu de camião suspenso de uma estrutura a meio da ribeira e meia dúzia de troncos não muito grossos com cerca de dez metros de comprimento, capazes de ligar as margens ao pneu” [AB3: 28].

Alguns pormenores despertavam a atenção:

Todos os participantes em cada exercício estavam identificados com um dorsal numerado previamente distribuído. Além disso, havia três Majores a observar o desempenho dos instruendos, armados de esferográfica e bloco de notas. Era evidente que toda a estrutura estava montada para se proceder a uma selecção [AB: 28].

Na convicção de que “em 1971 a grande fonte de recrutamento para futuros Comandantes de Companhia residia nos Cadetes incorporados após a conclusão dos respectivos cursos superiores e havendo testes colectivos com apreciação do desempenho individual” [AB3: 29], tudo se pronunciava no sentido de uma selecção para futuros Capitães. O autor, depois de muito reflectir, resolveu empenhar-se nas provas de selecção.

Quando chegou a vez do meu grupo distribuíram-nos os dorsais identificativos e esclareceram-nos acerca da natureza da nossa missão.

Já estava consciente de que a construção da referida ponte não era o objectivo fundamental, mas apenas um meio de exibirmos, ou não, os comportamentos e atitudes que os Majores consideravam relevantes para o fim em causa. Suspeitei que estaria sobretudo em jogo o espírito de iniciativa, atitudes de liderança e, eventualmente, capacidade de comando. Por isso, já tinha elaborado um plano para iniciar o lançamento da ponte. Mal foi dada a ordem de arranque, aproveitei alguma surpresa e indecisão inicial por parte dos meus colegas e fui o primeiro a entrar em acção. Propus rapidamente o meu plano, mobilizei sucessivamente três ou quatro colegas para executar as tarefas, ia dando as orientações adequadas, aqui e ali dava uma ajuda e alguns minutos depois metade da ponte estava lançada. Entretanto, outros participantes começaram a intervir e dar sugestões. Quando me convenci de que já tinha feito o suficiente passei para segundo plano, deixando que outros colegas entrassem em cena [AB3: 29].

Quando os resultados foram afixados, verificou-se que cinquenta e quatro Cadetes tinham sido seleccionados para comandar uma Companhia. O autor era um deles.

iii. Primeiros dias de Outubro. Os futuros Capitães milicianos foram distribuídos por dois pelotões comandados por Tenentes da Academia Militar [AB3: 33].

Com este tipo de comando dava a ideia que queriam “proporcionar uma preparação especial” [AB3: 33].

A instrução assumia vários domínios. A preparação física incluía corridas de resistência, longas caminhadas transportando pesadas barras metálicas e exercícios de rapel junto à foz do rio Lisandro. Na preparação técnica estudávamos a estrutura e funcionalidade das armas ligeiras e pesadas, desde a G3 às metralhadoras Drevse e Madsen. As respectivas lições estavam gravadas e eram por nós seguidas em monitores de televisão sem a intervenção de um instrutor. Simultaneamente adquiríamos conhecimentos acerca das operações militares ofensivas e defensivas. Esta área excluía os modelos clássicos das últimas guerras mundiais. Os instrutores já estavam familiarizados com as novas tácticas adaptadas à luta anti-guerrilha. Estas incluíam patrulhamentos apeados em fila simples ou dupla, conforme as características do terreno e dos itinerários. Treinávamos ainda a reacção às emboscadas, quer nos patrulhamentos apeados quer nas deslocações em viaturas. A resposta podia incluir manobras de envolvimento do inimigo, acompanhadas de elevado poder de fogo. A emboscada era a táctica mais frequentemente utilizada pela guerrilha por ser uma operação simples, com elevada probabilidade de eficácia e pode concretizar-se com um reduzido número de guerrilheiros.

Treinávamos também cercos, batidas e assaltos a objectivos ocupados pelo inimigo. Tomámos conhecimento das técnicas de orientação nocturna e diurna, familiarizando-nos com a utilização da bússola e das coordenadas geográficas.

De vez em quando participávamos em operações classificadas de «muito secretas». Metiam-nos em viaturas com a carroçaria completamente vedada por toldos e andávamos por ali às voltas sem sabermos para onde nos levavam. Ao fim de algum tempo largavam-nos no meio de um pinhal para dar início aos exercícios. A preparação física era cada vez mais exigente. Frequentemente eram-nos impostas demoradas marchas, geralmente ao longo da estrada Mafra - Ericeira, carregando nas costas as já referidas barras metálicas.

A aprendizagem teórica era periodicamente avaliada por meio de testes escritos [AB3: 34].

O Cadete-autor revela que, conforme o tempo escoava, a disposição era para se sentir “cada vez mais profissional e menos miliciano” [AB3: 36]. Sem dúvida que a instrução estava a atingir os seus objectivos.

Estava quase a ser oficial miliciano. Haviam passado já quase três meses de instrução e, para que isso acontecesse, faltava a semana de campo.

O nosso Comandante de pelotão avisou-nos que a referida semana iria ser dura. De qualquer modo, já tivera uma experiência semelhante no final da recruta e sentia-me preparado para o que desse e viesse.

Depois de armados e equipados o nosso pelotão saiu por volta da meia-noite. Doze horas depois chegávamos à zona onde iriam decorrer as actividades da semana. Situava-se nas proximidades da serra de Montejunto, a cerca de quarenta quilómetros do quartel. A caminhada prolongara-se por toda a noite, com pequenas pausas para descansar e comer alguma coisa. Estávamos exaustos e não era caso para menos.

Ao longo das últimas horas de marcha alguns colegas já cambaleavam de cansaço e sono, isto é, dormitavam na forma sendo um deles o nosso Tenente. Era Dezembro, o frio apertava. Os dias iam passando com a realização das actividades previstas. A comida era a ração de combate que nunca faltava [AB3: 36].

iv. Regressado ao quartel, foi promovido ao posto de Aspirante-a-oficial miliciano, por volta do dia 18 de Dezembro. No dia 29 ou 30, do mesmo mês, fizeram-no Alferes miliciano. Daqui para a frente iria frequentar o curso de Comandante de Companhia que, na sua ideia, se dividia em duas etapas.

A primeira integrava um estágio numa zona operacional a 100 % (zona de intensa actividade da guerrilha) em qualquer uma das colónias. Na segunda etapa teríamos um curso de formação no domínio das funções específicas associadas ao comando de uma Companhia. Este curso decorria também na Escola Prática de Infantaria. A primeira etapa era cumprida no posto de Alferes e a segunda no posto de Tenente [AB3: 42].

No dia 31 de Dezembro partiu para Mepala, no norte de Angola. “Tratava-se de um quartel isolado no meio da mata. Na realidade situava-se nas proximidades de uma antiga sanzala abandonada chamada Mepala Antigo, cuja população ou fugiu devido à guerra ou foi deslocalizada” [AB3: 48].

O Capitão, seu formador, preferia que ele permanecesse perto, a fazer-lhe Companhia, “mas geralmente não fazia nada” [AB3: 51]. Cerca de um mês antes de terminar o estágio foi, enfim, indigitado a entrar numa operação.

Depois do retorno à Metrópole, regressou à EPI e, no dia 8 de Maio de 1972, foi promovido a Tenente miliciano o que iniciava o último período de formação, “abrangendo conhecimentos específicos indispensáveis para o comando de uma Companhia. Tais conhecimentos diziam respeito ao planeamento e execução da actividade operacional, rudimentos de justiça militar, administração, orçamentos, logística” [AB3:59].

O Director do curso foi o então Major Pezarat Correia, cujo discurso de encerramento ficou bem gravado na memória do autor e, como ele afirma, foi um “farol” que o norteou “ao longo do difícil e tortuoso percurso militar” [AB3: 62]. A sua mensagem de despedida pode condensar-se nas seguintes palavras: “na missão que vos será confiada vocês vão ser Capitães, vão ser Comandantes de homens, vão ser combatentes, serão fonte de decisões que vão afectar o dia-a-dia de muita gente, mas nunca se esqueçam que antes de tudo são Homens e vão lidar com Homens” [AB3: 62]. Estas foram palavras que ansiosamente esperava ouvir e que interiorizou para sempre.

O meu espírito crítico, a valorização das minhas convicções e dos meus ideais estavam a ser esmagados por esta máquina trituradora. A mensagem de despedida do Major Pezarat Correia, com toda a autoridade que o cargo de Director do curso lhe conferia, veio legitimar a possibilidade de uma atitude diferente. Restaurou a minha abalada convicção de que era não só justo mas desejável, mesmo na guerra, temperar a nossa conduta e as nossas decisões com a dose de humanismo viável em cada situação. Sem prejuízo, obviamente, do instinto natural e primordial que nos obriga a matar para sobreviver [AB3: 62].

Com este saboroso final, em inícios de Julho de 1972, findou este estágio de formação, “aliás muito bem estruturado e administrado” [AB3: 63] de acordo com a opinião do autor.

11.4.3. Desempenhos e protagonismos

i. No final do mês de Julho de 1972, o Tenente-autor foi convocado para se apresentar no Regimento de Artilharia Ligeira, em Penafiel, para iniciar a formação na especialidade da sua Companhia. Pretendia-se, neste contexto formativo, dotar as Companhias, “nos planos individual e colectivo, de um bom nível de desempenho nos domínios da preparação física, da preparação militar e da autoconfiança” [AB3: 73].

A questão relacional revelava-se igualmente importante:

Pretendíamos também otimizar a relação do Comandante com os seus homens, nem que para isso fosse necessário actuar um pouco à revelia das normas e procedimentos institucionais. Pretendíamos adoptar um estilo mais miliciano e menos profissional, exercendo o comando com grande proximidade dos homens, nos termos da mensagem do Major Pezarat Correia. Desejávamos conquistar a confiança e até a amizade dos soldados, sem o menor prejuízo da exigência, rigor, disciplina e prontidão nas ordens a cumprir e missões a desempenhar. Por outro lado considerávamos importante instalar entre os elementos de cada Companhia um espírito de amizade, camaradagem, união e solidariedade nos bons e maus momentos. Com esta finalidade tencionávamos criar um emblema e um lema que apelasse a estes ideais e reflectisse o espírito de corpo e união que deveria reinar entre os soldados [AB3: 73].

“Quanto a nós”, diz o Tenente-autor, “devíamos ser exigentes no treino físico e nas tácticas militares” [AB3: 73]. Devíamos também dar o exemplo, “seguindo à frente na travessia de charcos, rastejar nas lamas e outras situações afins, em vez de mandar fazer e ficar a ver. Por último, zelariámos pelo bem-estar de todos os elementos, assumindo a sua defesa contra terceiros, sempre que a razão estivesse do seu lado” [AB3: 73].

Após três meses de instrução realizou-se uma semana de campo, na região de Évora. “Foi à base de exercícios com fogo real e intenso” e “Procurávamos situações que reproduzissem o melhor possível a realidade que iríamos encontrar na guerra” [AB3: 76], no Leste de Angola, e particularmente em Cangumbe, onde o MPLA se mantinha muito activo.

ii. Chegado a Luanda, com a sua Companhia, o autor sofreu uma grande decepção, pois foi informado, via superior, de que não seguiria com os seus homens para Cangumbe, “por motivos que nunca viria a conhecer na vida”, sendo substituído por um Capitão do Quadro Permanente.

Quanto ao Major interlocutor, “notando a minha irritação e nervosismo por esta súbita alteração e pensando que isso era devido à incerteza quanto ao meu futuro, apressou-se a tranquilizar-me: «Mas não se preocupe; arranjar-lhe-emos um lugar aqui em Luanda na guerra do ar condicionado.»” [AB3: 92].

O informante não entendeu a preocupação do Capitão-autor. Não estava em causa a sua colocação posterior, mas sim o futuro da Companhia que havia construído e que não queria abandonar. Aliás a Companhia, como conta, retribuiu-lhe essa demonstração solidária com uma “resposta unânime e radical”: “Com o Capitão que nos trouxe de Portugal vamos para onde nos queiram enviar. Sem ele não saímos daqui para lado nenhum.” [AB3: 93]. E houve até alguém que comentou: “E digam lá a esses gajos que já temos as armas distribuídas...” [AB3: 94].

Na primeira oportunidade comuniquei esta reacção ao Major. Notei que não gostou do que ouviu, mas não detectei qualquer perturbação. Disse-me para aguardar instruções. Mais tarde seria convocado. Alguns dias depois apresentei-me de novo para receber as instruções finais. Para minha surpresa deram-me ordem para avançar com a Companhia para Cangumbe. Ao mesmo tempo fui informado de que a minha substituição teria lugar logo que o pessoal estivesse instalado [AB3: 94].

iii. Na sua autobiografia o autor explicita, de forma sucinta, a situação político-militar, à época, no Leste de Angola e a importância do Capitão de Cangumbe:

Naquela época, Abril de 1973, operavam no Leste de Angola os três movimentos de libertação: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). O comando da Zona Militar Leste (ZML) havia estabelecido com a UNITA um acordo informal de não-agressão mútua e de cooperação. Segundo este acordo, as nossas tropas não atacavam os respectivos guerrilheiros e estes não atacavam as nossas tropas. Para viabilizar este objectivo foi atribuída à UNITA uma vasta zona de implantação e acção centrada no Lunguebungo, um caudaloso afluente do rio Zambeze que corre a cerca de 100 quilómetros a sul de Cangumbe. As fronteiras desta zona estavam bem delineadas e não podiam ser atravessadas, quer pelas nossas tropas quer pelos guerrilheiros da UNITA, a não ser em perseguição do inimigo. As populações residentes nessa área eram controladas por este movimento e não podiam ser molestadas pelas nossas tropas.

A gestão deste acordo, classificado como muito secreto, era bastante sensível e atreito a violações e confusões. Exigia, por isso, uma permanente articulação entre o comando da ZML e a direcção da UNITA. O Capitão residente em Cangumbe era o elo de ligação entre as partes. Dada a importância estratégica deste acordo os altos Comandos militares não estariam inclinados, à partida, a confiar essa missão a um Capitão miliciano. Entendiam que um oficial do quadro permanente estaria melhor preparado para enfrentar a delicadeza da situação. Da minha parte isto era apenas conjecturas, já que ninguém me justificou a planeada substituição [AB3: 99-100].

Era inegável a importância do Capitão de Cangumbe pois, a partir de finais de 1972, a relação entre o Exército Português e a UNITA passou a regular-se por um acordo tácito, com 8 cláusulas. A actuação contínua e conjugada das nossas forças e da UNITA, ao longo de 1972, reduziu drasticamente a actividade militar do MPLA e da FNLA. O acordo tinha como base de sustentação e pano de fundo a possibilidade, reiterada por Savimbi, da integração da população e guerrilheiros na comunidade nacional e no Exército Português [AB3: 120-121]. Atente-se nos seguintes oito pontos do acordo firmado:

- A UNITA atacaria os acampamentos e os grupos do MPLA e FNLA numa área bem definida, impedindo a sua penetração e ocupação do terreno.
- A UNITA não atacaria sob pretexto algum as tropas portuguesas onde quer que se encontrassem, assim como as populações sob seu controlo e o caminho-de-ferro de Benguela.
- A UNITA teria uma área de implantação, influência e actuação dos seus guerrilheiros, com limites e fronteiras definidos com rigor. Esta área coincidia, grosso modo, com a zona que aquele movimento já ocupava.
- A UNITA e os seus guerrilheiros não podiam sair dessa área, excepto na perseguição de combatentes dos outros movimentos. Neste caso deviam informar com a maior urgência os militares portugueses.
- A UNITA devia ser informada, já que reciprocamente, as tropas portuguesas estavam impedidas de penetrar na sua zona, de situações inadiáveis de perseguição ao inimigo.
- A UNITA sempre que tivesse conhecimento da existência de acampamentos do inimigo, temporários ou permanentes, fora da sua zona de acção devia informar do facto as autoridades militares portuguesas, que desencadeariam o respectivo ataque. Na situação oposta seria aquele movimento a ser informado para resolver o problema.
- A UNITA, sempre que das suas acções resultasse a captura de guerrilheiros ou armamento, deveria adoptar o procedimento seguinte: os prisioneiros e as armas seriam entregues aos militares portugueses, normalmente via Cangumbe. Aos prisioneiros, depois de interrogados pelas autoridades militares e pela PIDE/DGS, seria dado o destino que os portugueses entendessem. Quanto às armas capturadas, depois de estudadas e analisadas, seriam devolvidas à procedência pelo mesmo canal.
- A UNITA tinha das autoridades portuguesas o compromisso de prestar apoio social e económico à população residente na área da sua implantação, nomeadamente: fornecimento de material escolar e vestuário para as crianças; possibilidade de construção de escolas; apoio na agricultura, fornecendo sementes e outros materiais a fim de diversificar as espécies cultivadas; assistência médico – sanitária; fornecimento de medicamentos e vacinas; possibilidade de evacuação em caso de doentes com gravidade. Para o efeito foi ponderada a construção de uma pista para aviões de pequeno porte na zona da UNITA [cf. AB3: 120-121].

iv. O autor acabou por ter um papel relevante no desenvolvimento e intermediação deste acordo:

Soube então que tudo se processava no âmbito da chamada Operação Madeira e confirmaram o meu papel: intermediário entre o comando da ZML e a direcção da UNITA. Para efeitos de contra-guerrilha informaram-me que os meus inimigos eram a FNLA e o MPLA. Fui advertido de que a citada operação era classificada de muito secreta e que não devia revelar a terceiros qualquer informação com ela relacionada, em particular ao Comandante do Batalhão onde me iria apresentar.

Tudo o que dissesse respeito à Operação Madeira só podia ser tratado directamente no comando da ZML, normalmente com o Tenente-coronel Passos Ramos.

Para me convencerem da necessidade e importância de manter secreto este acordo fui obrigado a fazer um juramento em como não divulgaria, fora do comando da ZML, qualquer assunto relacionado com aquela operação. Por último tomei conhecimento de que estava em preparação a minha apresentação ao presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, identificado pelo nome de código «Mais Velho» (MV). O respectivo encontro estava já a ser mediado pelos madeireiros²²⁹ [AB3: 120-121].

Neste contexto, e investido nestas funções, o autor fez várias negociações com elementos da UNITA no interior da mata densa. Reveste-se de importância capital e

²²⁹ Alguns elementos da população branca, que se dedicavam à exploração de madeiras, como acontecia na Chicala e em Cangumbe, eram conhecidos por «madeireiros» e vieram a ter relações privilegiadas com a UNITA.

simbólica o seu encontro com Savimbi, em 20 de Outubro de 1973, expresso em relatório que consta da sua autobiografia [AB3: 188-195].

Em Janeiro de 1974 o acordo é rasgado, e o autor foi confrontado com forte actividade operacional da UNITA.

No pós-25 de Abril, teve ainda oportunidade de assinar o acordo de paz com a UNITA, em 14 de Junho de 1974.

v. No dia 18 de Dezembro de 1974, a Companhia regressou à Metrópole:

Sei que me esforçara sempre para que tudo corresse o melhor possível. Apenas um soldado fora evacuado para a metrópole com elevado grau de incapacidade em consequência de um acidente. Nos restantes casos as lesões físicas foram de pequena gravidade. Também não me parecia haver sérias razões para o aparecimento de lesões traumáticas relevantes, embora, com o tempo, elas pudessem manifestar-se. O pessoal foi convenientemente preparado e adaptou-se bem às condições em que decorriam as missões a desempenhar [AB3: 259].

Faltava ainda o chamado «desquite» para que o autor desse por terminada a sua missão, o que aconteceu no dia 11 de Janeiro de 1975, “um dos dias inesquecíveis” da vida do Capitão [AB3: 261].

11.5. Autobiografia [AB4]

11.5.1. O antes e o após o Serviço Militar

i. O Cap. 84 nasceu no Concelho de Braga, frequentou a Faculdade de Direito e ingressou, com o terceiro ano daquele curso, na EPI em Mafra, aos vinte e cinco anos, para cumprir o Serviço Militar Obrigatório de três anos e seis meses. Após o serviço militar foi professor do ensino secundário, funcionário superior do Ministério da Cultura e do Teatro D. Maria II e também advogado.

11.5.2. Selecção e formação na EPI e em Angola

i. O autor entrou em Mafra, em Janeiro de 1972, para levar a cabo o primeiro ciclo de formação:

A recruta dos futuros oficiais designados nesta altura por Cadetes do primeiro ciclo, desenvolvia-se, principalmente, através de aulas técnicas, físicas, organização, manejo de armas, etc. Desde manhã cedo, até ao fim da tarde, e de vez enquanto à noite, os responsáveis pela instrução militar procuravam mantê-los o mais ocupados possível. Nesta fase pretendia-se familiarizar o homem com a disciplina militar. Formaturas por tudo e por nada, marchar, marchar, até se conseguir uma cadência de passo e um alinhamento harmoniosos; utilização de linguagem própria; montar e desmontar armas, com videotapes a emprestar o tom da modernização que a nível técnico era necessário, etc. [AB4: 9].

O autor teve a percepção de que a planificação formativa estava imbuída de uma enorme preocupação em manter os Cadetes ocupados, e cansados, desde bem cedo até ao fim da tarde, pelo menos.

A maioria dos rapazes que transpunham os portões de Mafra para aí iniciarem o serviço militar não resistia muito tempo a esta máquina. Pelo menos, aparentemente, o mundo que os rodeava não entrava naquele convento de imponentes pedras e altos muros. De um modo geral, a informação do que se passava na sociedade mal lhes chegava. E depois, com aquele cansaço, o importante era descansar e estudar o necessário para obter notas que lhes permitisse a deslocação à terra no fim-de-semana [AB4: 10].

Alguns, embora poucos na opinião do autor, disseminados pelos diversos pelotões das Companhias de instrução, fruto da experiência que haviam adquirido no movimento associativo estudantil, tentavam apaziguar aquele estado de alienação que, cada vez mais, ia tomando conta da grande maioria dos Cadetes.

As exigências da instrução militar, por um lado, e o tipo de vida nova, ligada a estas exigências, por outro, isolava estes elementos mais conscientes, coarctando-lhes a possibilidade de encontrar em conjunto uma forma de luta que pudesse dar continuidade à contestação da guerra que vinham fazendo quando estudantes [AB4: 10].

Apesar de todas estas contrariedades, conta o autor, sempre havia alguma maneira de minar o sistema implantado, ainda que de forma tímida, por exemplo: contestando em permanência o tipo de alimentação ministrada, atrasos propositados às formaturas, evitar as grandes caminhadas, e tentando despistar os apertados controlos montados. Os intervalos da instrução, apesar de curtos, eram bons momentos de contestação àquela vida, como o eram as conversas nos cafés e restaurantes, no final do dia de instrução, onde circulava muita propaganda produzida pelo movimento associativo das universidades.

Ao fim de três meses de vida próxima, naquele convento, os Cadetes eram distribuídos pelas inúmeras especialidades militares que iriam frequentar, em diversos quartéis dispersos por todo o país, perdendo-se alguma da unidade conquistada. Afirmou o autor:

Esta separação, quando começavam a conhecer-se melhor, afectava em especial os mais conscientes politicamente que, desenvolvendo contactos e conhecimentos, difíceis mas seguros, viam com esta separação frustrarem-se os seus planos de agitação no interior daquele quartel, de vital importância para os intentos daqueles que teimavam em prosseguir a guerra contra os povos africanos. Sim, Mafra estava transformada numa fábrica gigantesca de «chefes» militares que iriam executar com os soldados e furriéis, as tarefas mais arriscadas e odiosas que o Governo lhes impunha, para que toda uma classe possidente pudesse permanecer intocável, inclusive para os seus filhos, para quem o serviço militar seria uma passagem por alguma secretaria [AB4: 10].

Na realidade, todos os Cadetes sabiam que, no final desta recruta de três meses, ser-lhes-ia outorgada uma especialidade. Um desejo, praticamente comum possuído por

todos, era escapar à especialidade de atirador, pois desta saía a “carne para canhão”, parafraseando o autor.

Muitos tentavam o reconhecimento médico de uma possível incapacidade física, para não serem escolhidos para atiradores, recorrendo aos hospitais; outros, através da instrução e testes tentavam evitar essa escolha; alguns recorriam a familiares ou amigos para que estes intercedessem junto dos Comandantes no mesmo sentido. Um reduzido grupo sabia desde logo que não seria atirador, ou devido à sua específica formação profissional, caso dos médicos, ou devido à evidência de determinada doença ou deformação física, ou ainda, pelo «poder» de um familiar que sabiam poder influir de acordo com os seus desejos. Nomeadamente, os filhos e outros familiares dos políticos ligados ao poder, pese uma ou outra excepção, eram poupados a uma especialidade que os levasse à guerra, sem que tal os impedisse de cantar loas à pátria portuguesa de «aquém e além-mar» [AB4: 9].

ii. O Cadete-autor, agora já do segundo ciclo do COM, é um dos cinquenta que chega a Mafra para frequentar a especialidade de atirador, embora já seleccionado no ciclo anterior para o curso de Capitães. À chegada uma circunstância deixou-o perplexo:

Para colmatar as necessidades de oficiais, recorrer-se-ia a uma selecção daqueles que frequentaram o primeiro ciclo, recruta, no curso de Sargentos milicianos das Caldas da Rainha. Desta forma foram recrutados mais de duas centenas daquele conjunto de jovens para frequentarem em Mafra o segundo ciclo, especialidade, como candidatos a oficiais. Os futuros oficiais atiradores iriam agora sair deste conjunto seleccionado para Mafra [AB4: 13].

Aos olhos do autor da autobiografia, e para todos os outros que em Mafra fizeram o primeiro ciclo e, principalmente, para “os mais conscientes, os chamados «associativos», não passou despercebido o novo tipo de oficial que o exército estava a formar para o futuro” [AB4: 13]. A separação social entre os dois tipos de Cadetes atiradores do segundo ciclo “era propositadamente alimentada” [AB4: 14] e iria agudizar-se à medida que o curso avançava.

A origem de classe, o grau de informação e a própria utilização distinta, que a organização militar fazia de uns e de outros, demarcou negativamente o grande número de Cadetes, apelidados de «caldeus», dos «doutores e engenheiros» dos cursos de Capitães. Nas formaturas, nas entradas ou saídas do quartel, os «caldeus» aceitavam a aparente superioridade dos outros. Estes, em regra, utilizavam-se desta situação. A origem social, na sua grande maioria, mais humilde, agravada pelas habilitações académicas, mais modestas, colocava os «caldeus» numa situação marginal que os Comandos utilizavam a favor de um maior empenhamento nas exigências militares [AB4: 14].

Do lote de atiradores que frequentavam o segundo ciclo de Mafra iriam sair os futuros oficiais, para conduzir soldados na guerra: Comandantes de Companhia (Capitães) e os respectivos Alferes. Aqui, na formação destes quadros, “tudo era feito para que uns e outros viessem a assumir o lugar que lhes seria distribuído no seio do exército, de acordo com a disciplina hierárquica” [AB4: 14].

iii. A última fase da especialidade, no pelotão dos Cadetes destinados ao curso de Capitães, “revestiu-se de certa emotividade” [AB4: 17], afirma o autor, “pois os últimos quinze classificados na lista em que cerca de quarenta Cadetes iam ser

escalonados, teriam como destino a Guiné. Todos procuravam evitar esta «sorte» [AB4: 17], que “lançava por terra os elos de solidariedade criados entre estes rapazes, quando se tratava de dar resposta a certas tentativas da hierarquia em impor regras obsoletas” [AB4: 17].

O autor, menos de um mês após o fim desta especialidade, embarcou para Angola já graduado em Alferes.

iv. Fez o seu estágio no Luando, que desta forma descreve:

Os primeiros dias, logo mostraram uma zona onde a luta armada era de facto algo distante, quase desaparecida daquelas paragens. Junto ao aquartelamento, um outro, constituído por palhotas, onde os G.E.'s viviam com mulheres e filhos. Do outro lado, um pouco mais acima, ficava um aquartelamento de Flechas, enquadrados pela D.G.S. (ex-Pide), completamente independente, ao contrário dos G.E.'s, que estavam subordinados ao comando da tropa normal. Por uma rua, aliás a única, de uns cem metros, de terra batida, chegava-se ao aldeamento, para onde haviam sido deslocadas as populações daquela área, quando a guerra se desencadeou, alguns anos atrás [AB4: 29].

A integração do autor foi rápida. “As relações com o Comandante daquela Companhia, muito informais, permitiram-lhe começar a perceber um pouco da «mecânica guerreira»” [AB4: 29]. A primeira constatação do estagiário foi certificar-se de que muitas vertentes da vida da Companhia não passavam, na prática, pela tutela próxima do Capitão. “O 1º Sargento, responsável pela estrutura administrativa e financeira, era detentor de uma parcela bastante significativa do poder de uma Companhia” [AB4: 29]. Diz, desassombradamente, o autor:

A estrutura administrativa, com incidência nas questões ligadas à alimentação e aos materiais, estava montada para que o Sargento tudo controlasse. É neste domínio que as possibilidades de utilização dos meios financeiros atribuídos são maiores, conforme a comida é melhor ou pior, logo se fala da responsabilidade do Furriel vagomestre e do 1º Sargento, como querendo poupar à conta da barriga dos soldados. Poupar para quê?! No que dizia respeito aos materiais, as «habilidades» para justificar a aquisição de peças de viaturas, combustível, etc. etc. e até material de guerra, havia transformado a guerra num florescente negócio para alguns [AB4: 31].

Acima de tudo, este período permitiu ao estagiário fazer uma constatação: do ponto de vista administrativo e, em particular, financeiro, a condução de uma Companhia militar assemelhava-se muito à gestão de uma qualquer empresa.

Foi-lhe também possível comprovar como a vida no quartel, “para homens com quase doze meses de mato, começava a tornar-se saturante” [AB4: 33], e entrevistou “o que era a guerra, mesmo sem tiros” [AB4: 33]. Tentou observar o máximo, circunstância facilitada pela abertura do Comandante de Companhia, que tudo lhe mostrou e explicou, “de tal forma, que se gerou entre ambos uma simpatia que iria

facilitar a estadia daquele e ajudaria também a melhorar as relações entre o comando e os restantes graduados” [AB4: 33].

O Alferes estagiário tentou embrenhar-se nos “segredos da guerra colonial” [AB4: 34] e “na engrenagem daquela Companhia” [AB4: 34].

No final do estágio, o Capitão-formador ajudou-o a clarificar as dúvidas e as ambiguidades:

Apontando para o mapa fixado numa das paredes do respectivo gabinete, indicou-lhe duas zonas, dentro da sua jurisdição militar, uma indicava o território cuja segurança cabia à Companhia dos Diamantes da Lunda, na qual era interdito entrar, mesmo que de militares se tratasse, e uma outra, também devidamente assinalada e demarcada, reconhecida como território sob controlo da UNITA. Quer uma, quer outra, facilitavam a vida das Companhias militares que estacionavam nestas paragens, nomeadamente, porque inviabilizavam a passagem dos guerrilheiros do MPLA, a verdadeira força que combatia no Leste as forças portuguesas [AB4: 34].

v. O Alferes-autor deixou Angola e, agora regressado a Mafra, iria frequentar o Curso de Comandantes de Companhia, já com a patente de Tenente. Um acontecimento o surpreendeu:

Aos antigos Cadetes, agora regressados como oficiais, haviam juntado cerca de 70 homens, que foram chamados a frequentar este curso de Comandantes de Companhia, depois de haverem, há alguns anos atrás, cumprido o respectivo serviço militar, mas sem terem «ido à guerra». Arrancados aos empregos, e às famílias, que a maioria havia já constituído, apresentavam grandes dificuldades de adaptação, neste seu regresso «à tropa». A maioria trabalhava na função pública e noutros serviços. Naturalmente mais velhos que os outros, recém-chegados do estágio. A curiosidade de uns, o «à vontade» de outros, e a consciência de que todos estavam na «guerra», rapidamente os aproximaram, constituindo um grupo, embora heterogéneo, com certos interesses capazes de os juntar [AB4: 37].

Todo este enorme grupo iria iniciar uma última fase de formação, acelerada, para comandar cerca de cento e cinquenta homens em África. “Não havia dúvida, a ascensão dos chamados «milicianos» aos lugares intermédios da direcção da guerra, começava a fazer-se sentir. E de que maneira....” [AB4:37]. A acrescentar a tudo isto, e na opinião do Tenente-autor, o aspecto formativo ficava muito aquém daquilo que a função Capitão exigia: “As aulas tornavam-se cada vez mais fastidiosas. Um número significativo de estagiários faltava com frequência, tal era o desinteresse pelo curso. De uma forma ou de outra, a esmagadora maioria sentia-se contrariada com o rumo que as suas vidas estavam a tomar” [AB4: 37].

Tudo se constituiu numa amálgama de “palestras, «briefings», mapas, administração, conferências, visitas a quartéis, filmes, enfim, havia que formar Capitães, rápida e eficientemente, pois a Academia Militar era cada vez mais repudiada pelos jovens de então” [AB4: 37].

11.5.3. Desempenhos e protagonismos

i. Em Santa Margarida, entre os milhares de homens ali estacionados, preparava-se o Batalhão de Cavalaria a que o autor pertencia, na qualidade de Comandante de uma das Companhias, e cujo destino era Moçambique, em Cabo Delgado, lá bem no Norte, mais precisamente Omar. A cerca de dois meses da partida, deu-se a deserção de dois Alferes, de um Tenente e a impossibilidade de partida do autor – “vítima de um desastre de viação” [AB4: 47] – por se encontrar hospitalizado. Uma vez recuperado, foi mobilizado em regime de rendição individual.

Quando do embarque em Lisboa, nos primeiros dias de um Outubro qualquer, não conhecia ainda o meu destino, pois fora mobilizado em «rendição individual», isto é, iria ocupar o lugar de um outro, que deixara ou fora obrigado a deixar o comando de uma Companhia [AB4: 5].

Passou pela cidade da Beira, primeira escala para aqueles que teriam de fazer a guerra em Moçambique, e veio a saber ser o seu destino o comando de uma Companhia de Artilharia, que mais tarde viria a alcunhar de «tropa macaca». O Capitão-autor rumou em seguida a Nampula, “sede militar da máquina guerreira” [AB4: 5], e conheceu o local preciso do desenvolvimento da sua guerra e o número preciso da sua nova Companhia.

Foi o espanto de quem recebe uma notícia não esperada. “Fiquei prostrado. O nome Mueda assustara-me. Já em Portugal o ouvira pronunciar como sendo o centro da guerra em Moçambique e onde o número de baixas atingia os valores mais elevados de todas as frentes em que o Exército Português se metera.” [AB4: 5]

O Capitão «cheça», depois de fazer «transbordo» em Porto Amélia, como ele diz “uma espécie de paraíso, próximo do «inferno»” [AB4: 7], chega a Mueda que descreve assim:

A cidadela de Mueda, cercada de arame, situava-se no planalto dos Macondes, com cerca de duas mil almas, sendo umas mil e quinhentas de militares e as restantes de mulheres, crianças e velhos, a população civil fixada no aldeamento que outrora fora constituída por milhares de indivíduos, que o início da luta armada fez deslocar para a vizinha Tanzânia.

Com duas aberturas, devidamente controladas, com uma segunda fiada de arame farpado em toda a volta, mais de 20 postos de vigilância junto à 1ª fiada, ali se situava uma das maiores frentes da luta em terras africanas. Os aquartelamentos situados mais para Norte, encravados nas zonas da Frelimo, como Mocimboa do Rovuma, Nangololo, Omar, Sagal e alguns mais, dependiam logisticamente de Mueda [AB4: 7].

A Companhia de «tropa macaca», assim designada pelo autor, e agora por si comandada, “era formada por um conjunto de rapazes, transformados em heróis, tais os feitos que lhes eram atribuídos e os sacrifícios que suportavam. Todos os militares estacionados em Mueda deviam um pouco da sua segurança àqueles soldados. Eram

eles, e pouco mais, que saíam do arame farpado, procurando estancar a aproximação dos guerrilheiros” [AB4: 8].

A «Companhia macaca» estava a finalizar a sua comissão de serviço e fazia por existir. Alguns dos seus elementos já haviam caído nas picadas das tormentas. Outros, ainda que vivos, estavam mortos “física e psicologicamente” [AB4: 11]. Alguns regressaram mais cedo ao conforto do lar, tão desconfortados, crivados de estilhaços e balas. Caberia a este Capitão, principiante da guerra do Norte, ser o quarto Comandante desta Companhia. O Comandante originário, também *Capitão Proveta* fora ferido. “Dos seus substitutos, o agora substituído encontrava-se instalado na sala de operações. Era dele que emanavam as ordens para a realização das operações. Desde cedo se haveriam de incompatibilizar, o substituído e o substituto.” [AB4: 11].

Dos oficiais Alferes que haviam constituído a Companhia, já nenhum permanecia. Alguns Furriéis e Soldados seguiram o mesmo caminho. “Uns em combate, principalmente por efeito das minas colocadas nas picadas, outros por doença, foram deixando Mueda e reduzindo o número de militares operacionais desta Companhia” [AB4: 11]. Eis uma Companhia já sem corpo, desagregada do original.

A baptizada «Companhia macaca» era, agora, um mar revolto, que cabia ao Capitão-autor apaziguar “para poder prosseguir a actividade guerreira desenvolvida até aqui e que tão famosa, pelo menos no Norte de Moçambique, se tornara” [AB4: 12].

As ideias que o novo Comandante trazia de forma a ter na mão os homens que ia comandar, não se ajustavam à realidade vivida naquela guerra. Teve de ser ele a integrar-se na dinâmica existente, apesar dos esforços contrários que, de início tentou, influenciado pelas directrizes superiores e pela «lavagem» que lhe haviam já feito, com as passagens por Mafra, Angola e Santa Margarida. Com a subida de posto, periódica desde que entrara na tropa, com os correspondentes privilégios, o cerco apertava-se, e nem todos, mesmo de entre os mais conscientes, conseguiam por vezes, aperceber-se a tempo, do estado de submissão a que chegaram em relação à máquina colonial. Foi a realidade vivida em Mueda, com as suas contradições, produzidas no seio de um dia-a-dia em que se vivia permanentemente ameaçado pelos ataques da FRELIMO, que o novo Comandante da «Companhia macaca» haveria de aprender, melhor, descobrir, o seu verdadeiro lugar no «puzzle» montado no Norte de Moçambique para defender a «civilização ocidental». E depressa aprendeu... [cf. AB4: 13].

ii. Eram permanentes os pedidos de intervenção feitos à «Companhia macaca», muitas vezes sem condições humanas e materiais para os cumprir. Por outro lado, a forma como superiores hierárquicos do autor se referiam aos homens constituintes da «Companhia macaca», com desprezo e muita desconsideração, por quem tanto dera já de si, com graves situações de guerra vividas, foram aproximando o Capitão dos soldados, tornando-os a todos numa autêntica família que procurava «remar» no mesmo sentido [AB4: 20]. Neste contexto, “os soldados assumiam com rara consciência, uma corajosa oposição à utilização que deles se vinha fazendo” e “as relações existentes entre o Capitão e os Comandos superiores agudizaram-se” [AB4: 20].

Uma das operações de risco e de «inferno», que só descritas se pode acreditar nelas, realizadas ao longo da comissão pela designada «Companhia macaca», foram colunas de abastecimento, “em viaturas, vindas de Nampula e Porto Amélia, e que competia depois aos operacionais estacionados em Mueda conduzir até próximo da fronteira, lá no Norte, em Mocimboa do Rovuma, onde estacionavam duas Companhias” [AB4: 20].

O Capitão-autor apresenta alguns traços e constatações de uma destas colunas por ele comandada e que descreve assim:

Noite cerrada, já o Comandante da coluna, com mais alguns graduados estabelecia os últimos preparativos para que, antes do sol nascer, a coluna se pusesse em marcha. Mais de cinquenta viaturas, entre civis e militares, viatura rebenta minas, reboques, “catrapilas”, armas pesadas, dois carros de combate, um granadeiro e um auto metralhadora, ambos da última guerra mundial, toneladas de abastecimentos vários, desde alimentos a munições, tudo enquadrado por cerca de duas centenas de militares, eis a coluna.

Motores a roncar, soldados a subir para as viaturas, distribuição de homens pela longa fila que se preparava para deixar Mueda. Muitos foram aqueles que se levantaram para dizer adeus aos que partiam. Em Mueda, este “adeus” gravava-se na cabeça dos que ficavam. Estas colunas viviam sempre na memória dos que nelas participavam e também na daqueles que em Mueda, hora a hora, iam tomando conhecimento dos percalços que a picada lhes reservava, minas, ataques, avarias, etc. [AB4: 21].

A coluna parte e não se sabe como regressa, nem quando:

O carro «granadeiro», utilizado durante a II Guerra Mundial, servia como instalações do comando da coluna, que seguia logo após as duas berliets adaptadas a rebenta-minas. Um pouco à frente, a marcha passa a ser mais lenta e mais cautelosa. O primeiro grupo de picadores, constituído por mais de duas dezenas de homens, em duas filas, «apalpa» o terreno por onde passarão os rodados das viaturas. Na frente, os dois ancinhos para detecção de armadilhas, seguidos dos dois detectores electrónicos de minas, e depois os picadores, uns picando à frente, outros ao lado direito e outros ainda à esquerda; entre estes homens, outros seguiam, somente a fazer segurança de G3 apontada. Desde os primeiros quilómetros que o Comandante da coluna se juntara a este grupo, depois de ter estado a observá-lo de cima do rebenta minas que seguia logo atrás.

Pequenas paragens impostas pelo detector ou pela pica ou mesmo pelo simples olhar do mais experiente naquela tarefa, não passaram de falsos alarmes. Pelo caminho iam sendo deixados homens, que se responsabilizariam pela segurança à picada, de modo a impedir que a Frelimo

preparasse com armadilhas a picada que ia sendo deixada para trás para que o regresso se fizesse sem picar [AB4: 22].

Lá foi andando, tolhida de dificuldades, imprevistos e medos, a coluna comandada pelo Capitão-autor. Depois das dezasseis horas, e de acordo com os regulamentos, não se deveria prosseguir a marcha.

A escuridão apareceu rapidamente, e como uma gigantesca manta, toda a coluna, no maior dos silêncios procurou um canto para comer qualquer coisa, ao mesmo tempo que combinavam entre si a forma de manter a segurança, especialmente ao cair da noite e ao nascer do sol, momentos propícios ao desencadeamento de ataques que as tropas portuguesas tão bem conheciam dos hábitos da Frelimo. Em pouco tempo, extenuados, enrolados nos cobertores, ao lado das viaturas, e alguns debaixo delas, o ressonar de muitos não se distinguiu do chilrear dos pássaros que noite e dia acompanhavam a coluna através da mata [AB4: 25].

Mas ainda sobravam outras dificuldades, difíceis de ultrapassar, até chegar ao destino: “A dificuldade maior no restante percurso respeitaria a uma parte da picada, que se estendia por alguns quilómetros de areal. As viaturas civis tiveram de ser rebocadas uma a uma pelo «catapillar», sob um sol escaldante que desorientava os menos experientes” [AB4: 25]. Depois de algumas horas a coluna chegaria ao destino e “significava para os que a esperavam, já há meses, a cerveja, as batatas, o arroz, e dezenas de outros produtos, uns essenciais, outros a marcar a presença da dita civilização” [AB4: 25].

Depois era o merecido e não mais perigoso regresso.

iii. De acordo com a opinião do autor, “a guerra conhecia uma nova faceta; tratava-se da utilização, pela 1ª vez, dos mísseis «terra-terra» e para os quais a tropa portuguesa não possuía meios técnicos de contra ataque” [AB4: 54]. Os ataques sucediam-se em Cabo Delgado. Sentia-se que a vez de Mueda estava a avizinhar-se. E chegou. Um ataque de grande envergadura com a devastação de meios humanos e materiais.

Após o ataque, escreve o autor, “Todos pensavam deixar Mueda” [AB4: 54], até “os ditos superiores hierárquicos mais responsáveis” [AB4: 54]. Também “Os incidentes entre soldados, e mesmo, embora de forma mais discreta, entre os oficiais, eram o sintoma da tensão crescente que se instalava entre os militares. Aqueles que podiam recorrer à baixa médica, com consulta em Nampula, não hesitavam em fazê-lo” [AB4: 54].

Os soldados, autêntica «carne para canhão», na expressão do nosso Capitão-autor, “tinham de se aguentar, caso dos militares da «Companhia macaca», já

mentalizados para cumprir alguns meses mais de comissão, para além dos estipulados vinte e quatro meses; era o chamado «mata-bicho» [AB4: 53].

Esta Companhia martirizada sofreu cinquenta e oito baixas, de entre as quais: um desaparecido, cinquenta e dois feridos, dezasseis dos quais graves, e cinco mortos.

Mas o dia da retirada chegou. A Companhia deixou Mueda. Dela só restava o seu último Comandante, o autor, aguardando o desfecho de um processo disciplinar, instaurado por ter confraternizado com os seus homens na hora da despedida, e por estes, em sinal de rebeldia e apoio, se revoltaram contra a decisão, mostrando-se solidários com o seu Comandante. Nos primeiros dias de Abril de 1974, o ex-Capitão da «Companhia macaca» conseguiu a tão esperada guia de marcha para se apresentar no novo destino, melhor, no novo buraco, que sabia situar-se algures na região do Niassa [cf. AB4: 59].

iv. Dois ou três dias após o 1º de Maio de 1974, o autor “aterrou na pista que servia o aquartelamento do Candulo” [AB4: 63], dando-se conta de que todo o pessoal olhava o novo Comandante com um misto de curiosidade, tensão e receio. O Capitão observou e não lhe foi difícil verificar o “desleixo da apresentação dos soldados, o desmazelo do sistema de segurança, sintoma de que ninguém parecia levar a sério a existência de uma guerra em Moçambique” [AB4: 64]. O quartel era ainda frequentado, segundo o autor, “por GE’s que tinham o seu *modus vivendi* junto ao aquartelamento” [AB4: 64].

Portanto, uma das minhas primeiras preocupações foi, simultaneamente, introduzir regras de funcionamento interno, a que na gíria militar se chama disciplina, e recuperar os abrigos e demais suportes de defesa. Esta preocupação teria de ser implementada com cuidado, face aos hábitos instalados, já que se tratava de tropa recrutada no território, esmagadoramente constituída por naturais de Moçambique, pretos, amarelos e brancos, limitando-se os metropolitanos, ao novo Capitão, ao Alferes médico, ao Sargento, responsável pela secretaria e consequente actividade administrativa, a dois furriéis e um ou outro soldado [AB4: 64].

No plano operacional, segundo o nosso Capitão, “viviam-se o período das conversações entre a Frelimo e o Movimento das Forças Armadas, com vista à solução desta guerra” [AB4: 65]. As instruções, superiormente emanadas de Nampula, “instruíam os Comandantes de Companhia para prepararem o pessoal para o fim da actividade operacional e limitarem-se a pequenas acções próximas dos aquartelamentos” [AB4: 65]. Pressupunha o autor que a “guerra se aproximava do seu epílogo, e Moçambique seria a breve trecho um Estado independente” [AB4: 65].

As operações militares tinham, quase somente, o intuito “de manter os militares ocupados” [AB4: 65]. Os próprios “responsáveis maiores pela guerra” sugeriam que “dever-se-ia continuar, pelo menos, a fazer de conta, como diz o povo” [AB4: 65].

O Capitão aproveitou as instruções recebidas para lançar um conjunto de actividades, com o envolvimento de todos os militares, preparando-os para um futuro incerto onde “nada mais poderia voltar a ser como antes” [AB4: 65]. Estava pois, em desenvolvimento, “o processo de descolonização, passe a palavra, dentro da própria unidade militar” [AB4: 65].

O autor tentou ter toda a gente ocupada dentro do aquartelamento, quer no melhoramento das instalações e dos meios de segurança, quer na alfabetização dos que não eram detentores da escolaridade obrigatória, para além do desenvolvimento de diversas actividades recreativas. As normas de segurança eram rigorosamente acatadas e treinadas sob pena de sanções aos incumpridores.

Deduz-se, da descrição do Capitão, ser preciso estar prevenido e “a par das conversações que se iam desenvolvendo entre o MFA/Governo de Portugal e a Frelimo, com vista à solução da guerra” [AB4: 69]. Sabia o autor que “lá no Norte, a luta parecia não ter sido estancada; mais precisamente em Omar, a Frelimo havia tomado o aquartelamento aí instalado e feito prisioneiros os respectivos militares” [AB4: 69].

E, inesperadamente, a 18 de Agosto de 1974, foi a vez do aquartelamento do Candulo ser fortemente atacado, percebendo o autor terem razão de ser as suas preocupações, em termos de segurança, e que “o ataque em marcha era idêntico àquele que havia sofrido em Mueda em Janeiro, isto é, a Frelimo apostava num forte bombardeamento com mísseis” [AB4: 69].

v. Debandada, é desta forma que o Capitão-autor classifica a parte terminal da sua comissão.

Os ataques sofridos pelos aquartelamentos do Niassa, num momento em que se realizavam já avançados contactos entre a Frelimo e o Movimento das Forças Armadas, criavam nos militares portugueses muita insegurança. As instruções superiores recebidas pelos Comandantes de Companhia, continuavam a apontar para uma atitude defensiva e expectante, apesar do avanço que os guerrilheiros vinham protagonizando no terreno.

Toda esta situação provocava grande instabilidade no seio dos militares. Sentia-se que algo de mais grave estava para acontecer. As minhas sugestões, no sentido de melhor se reorganizar a defesa contra o surto de ataques da Frelimo, enviadas para Vila Cabral, onde se situava o comando da guerra no Niassa, não eram atendidas. Então, face à situação vivida na zona, e perante a perspectiva de novos ataques, passei a contactar directamente com o comando-chefe da guerra em Moçambique, instalado em Nampula, à revelia dos canais burocráticos instituídos [AB4: 72].

Iniciaram-se deserções, algumas movimentações clandestinas preocupantes de Furriéis, e o pessoal aquartelado no destacamento de Chamba abandonou-o. O autor desta autobiografia, como não recebia respostas conclusivas dos seus superiores hierárquicos, decidiu deslocar-se à sede do seu comando, em Vila Cabral, aproveitando a passagem de uma pequena avioneta, com vista a conhecer da real situação da «guerra». O Comandante do Sector transmitiu-lhe que “também aguardava ordens para accionar o abandono ou entrega à Frelimo dos aquartelamentos sob o seu comando, mas mais não lhe poderia comunicar para além de quanto já sabia, isto é, a todo o momento deveria preparar-se para abandonar o Candulo e instalar-se em Belém” [AB4: 73].

Um atraso imprevisto por impedimento de transporte para viagem de regresso do Capitão, e dificuldades nas transmissões, deram força ao abandono das instalações de Candulo por parte da sua Companhia, tendo-se-lhe associado os militares do Chiúlezi e de Mecula que também abandonaram os seus quartéis.

Para mim tudo começava a fazer sentido, recordando quando havia tomado conhecimento sobre as manobras levadas a cabo pelos furriéis dos três aquartelamentos. Não restavam dúvidas que se tratava de um abandono concertado. O pretexto que certamente procuravam foi-lhes dado pela minha ida, tão repentinamente, a Vila Cabral, e não ter regressado no próprio dia, como havia prometido [AB4: 75].

O autor foi ao encontro dos militares em fuga e ficou a conhecer os propósitos da coluna:

A coluna era comandada por um Alferes, que me informou, que os furriéis das três Companhias da zona haviam, no dia anterior, decidido abandonar os respectivos quartéis, convencendo os demais militares, nomeadamente os soldados, de que estava iminente um grande ataque da Frelimo. Os militares do Chiúlezi aproveitaram a ausência do seu Comandante de Companhia, como, aliás, percebe-se agora, aconteceu com a minha. O objectivo no imediato, diziam eles, seria juntarem-se, mais à frente, às outras duas Companhias que sabiam ter abandonado na noite anterior os respectivos aquartelamentos [AB4: 75].

O autor foi ao encontro da coluna, integrou-se nela e decidiu retomar a marcha em direcção a Marrupa.

A coluna, agora, devidamente organizada e enquadrada sob o meu comando e dos restantes graduados, Alferes e furriéis, quer da minha Companhia, quer do Chiúlezi, seguia até um cruzamento da picada, umas dezenas de quilómetros adiante, onde estava previsto, segundo os furriéis, juntar os militares que haviam abandonado o aquartelamento de Mecula [AB4: 75].

No local combinado já se encontrava a Companhia de Mecula. Nem o Comandante de Companhia, nem qualquer Alferes se encontrava com os homens de Mecula. “Montado num jipe apresentou-se um Furriel que dizia ser o graduado responsável pelos soldados em debandada” [AB4: 75]. O autor ficou responsável por toda a coluna e seguiram a caminho de Marrupa.

vi. A Companhia do Capitão iria estacionar em Belém, onde receberia instruções para estabelecer contactos com a FRELIMO.

A reunião não poderia ter corrido melhor, quer pela adesão, de há muito, aos ideais de libertação, pela minha parte, quer pela aceitação que os graduados foram adquirindo da inevitável independência do território, sob a égide da Frelimo, já que todos eles eram naturais de Moçambique, embora brancos. [AB4: 78].

Posteriormente, “entregou instalações ao poder emergente” [AB4: 78]. Em Outubro de 1974, a Companhia realizou a última coluna. Foi a ligação Belém-Nampula.

Em Nampula, no centro “mais burocrático que operacional da guerra” [AB4: 79], acabaria por ficar o autor desta autobiografia “com vista ao cumprimento das formalidades em vigor para a entrega da Companhia, com a agravante de que sendo esta uma unidade de Moçambique, seria para desactivar totalmente, fazendo caducar toda e qualquer actividade” [AB4: 79].

Arrastou-se por mais de dois meses o cumprimento das exigências para a entrega de toda a documentação.

Depois, o nosso Capitão entrou no “avião que o haveria de levar para Portugal, dizendo um adeus definitivo à guerra” [AB4: 79].

O autor termina a sua autobiografia com uma frase: “Nunca mais!”

11.6. Autobiografia [AB5]

11.6.1. O antes e o após o Serviço Militar

i. O Cap.63 nasceu no Concelho do Porto e cursou Sociologia. Quando foi chamado a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, em Outubro de 1972, já era licenciado, tinha 25 anos de idade, era casado e tinha dois filhos. Embarcou para Angola após o 25 de Abril e regressou à beira da independência daquela Província. Após o cumprimento do serviço militar, de cerca de três anos, foi Director de recursos humanos e membro da Fundação Eça de Queiroz.

11.6.2. Selecção e formação

i. Em 1972 o autor entrou na EPI e sobre a formação que lhe foi ministrada é contundente:

E naquele gigantesco e antigo mosteiro com corredores do tamanho de ruas aonde entravam camionetas e que tinham nomes de batalhas célebres como La Couture ou La Lys e que havia sido construído para homens passarem a vida a rezar, ensinavam-se homens a matar. Ensinava-se mal, cansada e desencantadamente. Talvez só eu ainda acreditasse no quinto império [AB5: 55].

ii. Foi seleccionado para frequentar o 10º curso de Capitães CCC, acontecimento de que não fala, e frequentou o estágio, a partir do mês de Abril de 1973, em Angola. O autor, para além dos inúmeros acontecimentos que descreve, continua a ser desassombrado para com os seus formadores:

Em 73 estive quatro meses em tirocínio para Comandante de Companhia numa miserável aldeia no coração dos Dembos. Fui adjunto de um Capitão que comandava uma Companhia de GE's - Grupos Especiais -, que quer dizer que eram de incorporação local, isto é, eram pretos. Todos os soldados eram pretos de Angola e os furriéis eram todos brancos menos um que era o único que lia algum livro enquanto ouvia com devoção Jorge Ben. Foi ele que me fez um coração tatuado no braço ao som da guitarra mágica do brasileiro. Só havia um Alferes branco da Metrópole. O Capitão era o tipo menos interessante que eu conheci em toda a minha vida. O desgraçado já tinha cumprido três anos de tropa na Metrópole e tinha sido chamado para uma comissão em Angola [AB5: 17].

Continua o autor a falar do seu formador e também dos outros constituintes da Companhia:

Nunca percebi bem o que ele fazia na vida civil embora tenha uma vaga ideia de que era professor. A sua missão era exclusivamente deixar passar o tempo e não fazer absolutamente nada. Nunca o vi com a G3 quanto mais dar um tiro. Para isso estavam lá os Alferes, furriéis e soldados de Angola e eles que defendessem a sua terra se quisessem. Mas não, excluindo o Alferes que era da Metrópole, nunca lhes vi qualquer interesse em defender a própria terra onde tinham nascido. Por esses, às vezes penso que tiveram a descolonização que mereceram [AB5: 18].

11.6.3. Desempenhos e protagonismos

i. O autor dispensa-se falar do seu curso CCC e avança com a narrativa para os sítios onde permaneceu com a sua Companhia: Cambambe, Luanda, Pangamongo e Vila Salazar.

A Companhia do Capitão-autor depois de Luanda aquartelou em Pangamongo e também reforçou a cidade de Cabinda. Diz o Capitão: “Em fins de Outubro de 74 recebi ordem para ir do quartel em Pangamongo – onde estava destacado desde Agosto – para a cidade de Cabinda com dois grupos de combate para reforçar as unidades locais” [AB5: 41].

Entretanto o autor também refere ter recebido, por essas alturas, alguns dos primeiros elementos do MPLA, saídos da mata, salientando que o mítico Comandante Ndozi, por diversas vezes, esteve no seu quartel:

Era um homem inteligente e educado que tinha estudado e aprendido bem toda a cartilha comunista. A qualquer pergunta que eu fazia sobre como é que iam resolver este ou aquele assunto, esta ou aquela situação respondia invariavelmente cheio de segurança: «O povo é que vai decidir». Perguntei-lhe também o que queria dizer Ndozi e disse-me que queria dizer *Sonho*. Achei apropriado, ele estava realmente a ver o seu sonho de liberdade e independência a realizar-se [AB5: 41].

O autor viveu a comissão em plena fase final da descolonização e a ordem em Cabinda era fazer operações conjuntas com o MPLA. O Capitão, no entanto, assumia a sua relutância em desenvolvê-las:

Em Outubro tinha sido obrigado a fazer operações conjuntas com unidades do MPLA. Nem queria acreditar quando o meu Comandante de Batalhão depois de me ter mandado comparecer em Batassano, que era onde estava sediado o Batalhão de Artilharia a que eu pertencia, me disse que tinha de fazer uma operação em conjunto com o MPLA para busca de armas e indícios de actividade da FLEC, Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. Disse-lhe de imediato que não contasse comigo; que não fazia operações com quem nos combateu durante anos. Em suma, estava a recusar-me a obedecer a uma ordem do meu Comandante [AB5: 42].

Valeu, para o seu convencimento, segundo conta, o segundo Comandante que também estava presente.

ii. O Capitão-autor também teve intervenção nos tempos conturbados de Cabinda e não tinha dúvidas de que o Comandante do Sector e Governador de Cabinda desde 1972, o Brigadeiro Themudo Barata, “estava altamente comprometido com a FLEC” [AB5: 44]. Na hora que se vivia “só se reconhecia legitimidade a quem tivesse lutado pela liberdade com armas nas mãos” [AB5: 44]. Nesse contexto a FLEC, palavras do Capitão, “tentava de qualquer modo recuperar o tempo perdido” [AB5: 44]. Fruto destes posicionamentos antagónicos o desvario percorria Cabinda. Conta o autor:

Dirigi-me ao comando do Sector e fui levado ao gabinete do Brigadeiro Themudo Barata que estava claramente nervoso e angustiado com aquele surto de sublevação que percorria a sua cidade. Todas as promessas eventualmente feitas à FLEC não as podia cumprir e esta estava a pôr a cidade em pé de guerra enquanto o MPLA já tinha começado a confraternizar com as nossas tropas e inclusive - foi o meu caso - feito patrulhas conjuntas. O Brigadeiro informou-me que nesse momento uma multidão vinda dos muceques, para os lados do aeroporto, ameaçava invadir e saquear a cidade [AB5: 45].

O nosso Capitão prometeu resolver a situação agitada:

«Eu resolvo isso num instante, meu Brigadeiro». Hesitante e temeroso o Brigadeiro perguntou-me: «Como? Mas como? Que vai fazer?». «Eu resolvo depois de verificar a situação no local. Estive dois meses em Luanda e de ajuntamentos e multidões já tenho experiência. Eu resolvo a questão», respondi. Resignado e aliviado, embora visivelmente perturbado, o Brigadeiro disse: «Está bem, vá lá Capitão» [AB5: 45].

Encaminhou-se, com os seus dois grupos de combate, para o local da amotinação, onde já se encontravam outros militares.

A umas centenas de metros, milhares de cabindas, a mando da FLEC, com armas de fogo e catanas, ameaçavam e insultavam-nos ululantemente. Tinham cortado a estrada e pretendiam avançar. Não esperei nem um minuto, peguei na G3 e fiz uma rajada por cima, bem por cima daquela malta toda. Desapareceram num relampejar [AB5: 46].

iii. No dia seguinte tudo aparentava serenidade, mas os boatos varriam a cidade, sendo um deles o relativo a uma Companhia do Belize que viria a caminho de Cabinda juntamente com o MPLA.

No dia seguinte, 2 de Novembro, uma Companhia vinda de Caio Guembo à qual se juntou uma Companhia do BCAÇ 4519 conjuntamente com cerca de vinte ou trinta elementos do MPLA entraram calmamente na cidade, ocuparam o posto emissor, as instalações do aeroporto e cercaram o edifício do comando do Sector tendo aprisionado o Brigadeiro Themudo Barata e dois ou três oficiais seus colaboradores directos. A delegação da FLEC foi incendiada. Não foi disparado um único tiro.

Os meus soldados estavam no quartel dos Gorilas do Maiombe e eu estava na messe quando alguém me veio dizer o que tinha acontecido. Para lá me dirigi e encontrei realmente soldados portugueses e elementos do MPLA cercando o edifício. Encontrei os Capitães milicianos Cunha e Castro que conhecia pois tinham feito comigo o curso de Comandantes de Companhia em Mafra e que tinham vindo do Belize com os gajos do MPLA, numa espécie de 25 de Abril mas em Cabinda. Na sua descida tinham passado por Buco Zau sem qualquer oposição [AB5: 50].

Já depois do pôr-do-sol o Capitão-autor diz ter entrado no edifício do comando de Sector tendo ido verificar onde estava o seu Comandante.

Encontrei-o juntamente com mais dois ou três oficiais numa pequena sala mal iluminada guardados à vista por um homem do MPLA de *kalache* apontada para eles. Assentados em cadeiras de madeira não disseram uma palavra. Envergonhado e perplexo, disse ao homem do MPLA que saísse da sala e ficasse lá fora. E depois saí eu sem conseguir dizer fosse o que fosse. O Brigadeiro estaria destróçado, mas não na sua integridade [AB5: 50].

iv. Em Março de 1975 o autor da autobiografia já estava com a sua Companhia em Vila Salazar.

Um dia todos os oficiais foram convocados para uma reunião nas instalações do comando de Sector. Representantes do MFA tinham vindo de Luanda e “o ambiente era tenso e todos esperávamos alguma revelação ou informação especial” [AB5: 69]. Por outro lado “Alguns oficiais do quadro começaram logo a virar a agulha pois andavam todos acagaçados com os saneamentos que tinham havido e que continuava a haver nas suas fileiras” [AB5: 69].

O Capitão conta pormenores da reunião:

Quando tudo estava pronto, o primeiro-Tenente da marinha começou a falar. A diatribe revolucionária era um autêntico cocktail estalinista/guevarista/gonçalvista/cunhalista. O sacana era isto mesmo: um sacana de merda que nem devia ter aprendido que não se cospe contra o vento. Povo/MFA; MFA/Povo; camponeses/soldados/marinheiros; direitos revolucionários; capitalistas/latifundiários/exploradores. E essa verborreia toda que era tudo menos liberdade. Tudo isto servido por uma voz e um porte medíocres e sem qualquer nível [AB5: 70].

E conclui:

E o marinheiro de águas turvas rematou o seu papaguear panfletário: «E agora, quem não estiver de acordo com o programa de governo levante-se e abandone esta sala!». O silêncio escorreu com a intimidatória ameaça social fascista. Um segundo, dois segundos e acabei por me levantar como um réu à espera da condenação e perguntei: «Posso saber o que me acontece se sair desta sala?». Os cochichos na mesa entre aqueles oficiais foram intensos. Não estavam a contar com isto. Por fim, o ignóbil marinheiro disse: «O senhor Capitão – esta do senhor é mesmo da marinha – é miliciano e isto não se aplica aos milicianos». Miseráveis. Noventa e cinco por cento dos oficiais que ali estavam eram milicianos e agora vinham com aquela escapatória para o que lhes estava a escapar. Assentei-me aliviado e revoltado simultaneamente. Para comandar uma Companhia servia, para discordar do programa do governo já não contava [AB5: 71].

v. Em Abril de 1975 a indisciplina minava as Companhias.

A Companhia estacionada em Cambambe era um dos casos. Para aí havia enviado o Comandante de Batalhão o Capitão-autor, na tentativa de por cobro a alguns actos de indisciplina.

Passado uns tempos, o destino do nosso Capitão era novamente Vila Salazar e com urgência. “O heli com o motor a trabalhar e as enormes hélices a girarem a toda a velocidade” [AB5: 83], esperavam-no. Motivo: a sua Companhia não obedecia às ordens dadas pelo Comandante de Batalhão.

Aquilo que eu deveria considerar como uma indisciplina inaceitável dos meus homens deixou-me satisfeito. «É assim mesmo! Só me obedecem a mim» disse para mim mesmo num orgulho ciumento de chefe de bando de salteadores ou de piratas. Naqueles tempos volúveis e flutuantes o RDM – Regulamento de Disciplina Militar – não servia para nada. Toda a estrutura que o suportava tinha sido radicalmente posta em causa com o próprio 25 de Abril. A liderança que instintivamente tinha adoptado tinha sido a de chefe de bando. Desde o primeiro dia exerci a autoridade apenas com duas coisas simples. Primeira: nunca mandar fazer nada que também não fosse capaz de fazer; segunda: castigo implacável à primeira falta. Não foi preciso mais nada [AB5: 84].

O Capitão-autor diz que chegou e mandou reunir a Companhia:

Mandeí reunir a Companhia e ao fim de dez minutos tinha-os formados diante de mim. Já não os via há quase um mês. Pela primeira vez mostrei alguma transparência e disse-lhes: «Já tinha saudades vossas. É preciso ir buscar uns civis à cidade e só quero voluntários para irem comigo. Estão dois unimogs ao pé da porta de armas e saio com quem lá estiver dentro de dez minutos». Dirigi-me calmamente para o unimog da frente que tinha o pára-brisas com dois buracos de bala e esperei pelo condutor. Em menos de dez minutos os dois unimogs estavam cheios e arrancámos para a cidade desfeita, violada e saqueada até para além das nascentes da obscenidade [AB5: 91].

vi. Em Julho de 1975 e “Depois de quinze dias de combates e três de saque, Vila Salazar estava exausta” [AB5: 109].

De acordo com a narração do autor, “Só a farmácia foi poupada à voragem de séculos de ganância e inveja reprimida. De resto, em todas as casas comerciais só ficaram as prateleiras vazias como bocas escancaradas de surpresa” [AB5: 109]. A história oficial do Batalhão, a que pertencia o autor, relata “a autêntica orgia” [AB5: 109] que foi o saque de Vila Salazar.

As confrontações e o refúgio da população:

Em 12, 13, 14 e 15 Julho de 75 deram-se em Dalatando confrontações generalizadas ELNA/FAPLA (Exército de Libertação Nacional de Angola da FNLA e Frente Armada Popular de Libertação de Angola do MPLA), a população refugiou-se em massa no Quartel, conseguindo ser poupada ao conflito. A partir do terceiro dia, começou a sua evacuação em direcção ao sul. Entretanto houve que providenciar a alimentação e alojamento das populações refugiadas no Quartel, e que a situação instável e insegura existente na cidade não permitia que recolhessem às suas casas. Conseguiu-se que ninguém dormisse ao relento, tendo sido fornecida alimentação, nomeadamente leite em pó para as crianças e rações de combate para os adultos. Nesses dias muitos vieram oferecer à tropa géneros e animais que possuíam nas suas explorações, enquanto

alguns comerciantes pediam que lhes salvassem as coisas mesmo que se tratasse de estabelecimentos já saqueados o que foi manifestamente impossível. No entanto muitas coisas se salvaram ainda que com algum risco da vida das pessoas [AB5: 116].

O saque:

A partir do terceiro dia de combate as FAPLA iniciaram o saque da parte comercial da cidade. No dia seguinte as FAPLA já senhoras da situação chamaram as famílias e começou o saque organizado. As portas eram arrombadas a tiros de “Kalash” (armas novas), montavam segurança, não fosse aparecer algum elemento perturbador e as famílias esvaziavam os recheios dos estabelecimentos comerciais. Logo de seguida aproximou-se o povo das Sanzalas vizinhas e da área suburbana, e o saque começou a tornar-se extensivo às habitações. Eram constantes os tiros e as ruas foram inundadas por toda a espécie de lixo e objectos partidos. Em breve a situação fugiu do controlo do MPLA e a cidade foi totalmente saqueada. O complexo escolar foi assaltado, as portas arrombadas e os arquivos com os seus conteúdos espalhados no chão. Os cofres foram arrombados a tiro e picareta dentre outros materiais [AB5: 117].

E acrescenta o autor: “Criou-se uma comissão militar das NT para enterrar os mortos, pois começava-se a sentir em toda a cidade um certo cheiro putrefacto” [AB5: 117].

vii. O Capitão segue, depois dos acontecimentos fatídicos referidos, para Luanda, em Setembro de 1975, e assiste à “debandada” final [AB5: 121].

Luanda estava em estado puro de desespero. Milhares e milhares de angolanos de todas as cores como um caleidoscópio com quinhentos anos de encantamento levantavam voo vestidos de saudade futura. Uma atlântica ponte de lágrimas, de medo e de angústia foi construída com a forma de mil aviões. Nessa ponte de dor afogámos toda a nossa vergonha e empenhámos todo o nosso orgulho. Antes de partirem já lhes tínhamos queimado as naus. Ninguém foi e foram todos. E fomos todos.

Se o mar deixasse, se não fosse um amante ciumento, talvez a baía de Luanda – com marginal, palmeiras e tudo – também fosse naquela ponte aérea para o Puto [AB5: 121].

Depois a sua Companhia entra no navio Niassa, rumo a Portugal:

Entrei a bordo do Niassa. Em seguida, despedi-me de cada um dos meus soldados sem qualquer emoção, quase como quem os manda embora porque estava melhor sozinho. E ficava, pois se acabava a responsabilidade pela vida deles que desde o primeiro minuto senti. Talvez por isso tenha sido tão exigente numa altura em que ser exigente era ser fascista. Não sei. Talvez seja feito ou desfeito. Não sei nem me interessa agora [AB5:124].

O autor ainda ficou em Luanda. O processo que o levava a ficar era a bem conhecida comissão liquidatária.

Se não estivesse muito cansado e vazio de qualquer brio em mim teria certamente rido à gargalhada com aqueles gajos filhos de uma comissão liquidatária que nunca tinham saído do ar condicionado mas que tinham a posse dos carimbos. Era verdadeiramente absurda esta imensa inércia que levava a cumprir estes procedimentos quando dentro de um mês se iria deixar para trás milhares de barris de petróleo por dia; milhões e milhões de dólares em diamantes; milhares de toneladas de café e algodão por ano e um território catorze vezes maior do que Portugal, imensamente rico. É que, agora, faltavam seis contos no balanço final. Saquei a carteira do bolso, abria-a e tirei seis mil angolares que lhe entreguei dizendo-lhe para resolver o assunto [AB5: 127].

Estava em evidência a burocracia da tropa entranhada pelo absurdo.

11.7. Considerações finais

i. Dos cinco Capitães-autores 60% são licenciados e têm uma idade média de 25 anos. Os modos da sua selecção e rigor são, por 80%, desconhecidos. A formação que lhes foi ministrada é, por 80%, considerada de menor qualidade.

ii. Todos os cinco *Capitães do Fim* autores tiveram desempenhos positivos. Não foi encontrada qualquer nota, nas autobiografias, que relevasse Comandos menos dignos.

No que respeita ao desempenho na acção de liderança, 60% encontra-se num patamar de satisfação elevado, onde para além do cumprimento da missão, existiu uma boa eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se no campo teórico a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho e protagonismo. Lideranças transformacionais.

Para 20%, o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo, que corresponde ao cumprimento da missão. Espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso intermédio. Lideranças transaccionais.

Para os restantes 20% é de ter em consideração as dificuldades encontradas e as decisões a tomar de complexidade elevada. Teoricamente o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo, espaço de desempenho situado no sucesso mínimo esperado. Lideranças transaccionais.

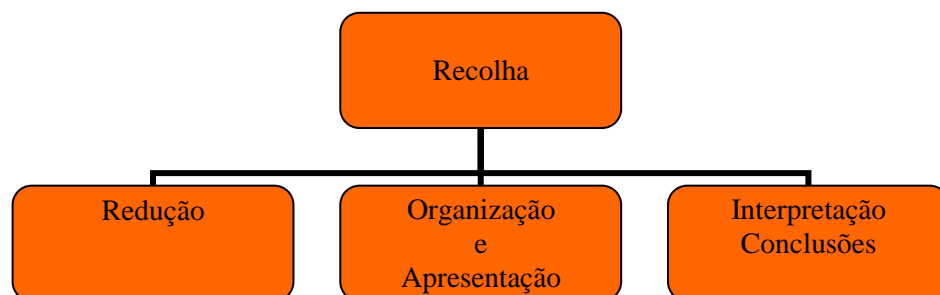
Capítulo XII – Trinta *Capitães do Fim*: Estudo de histórias de vida e de depoimentos

12. Critérios utilizados e apresentação dos procedimentos

A apresentação das histórias de vida (HV) dos *Capitães do Fim* cumpre os critérios já anteriormente definidos e contempla o número de Capitães seleccionados para cada um deles.

Explora também todas as componentes de um modelo interactivo de análise de dados. A grelha de análise deriva de questões práticas: as dos actores implicados no objecto da investigação e em redor da sua selecção, formação, desempenhos e protagonismos. A redução de dados²³⁰, como “processo de selecção, de focagem e simplificação” (Albarelho et al 1995: 124), foi fundamental. A organização e a apresentação também, até ao momento em que já não é possível desmembrar mais a história, sob pena de se perder o holístico de uma riqueza imensurável de detalhes históricos e sociológicos.

Quadro nº 13 – Componentes do modelo interactivo de análise de dados



Fonte: Albarelho et al 1995: 124.

No final do tratamento de cada critério, que engloba um conjunto de Capitães, são postadas as interpretações e conclusões, sempre centralidades do objecto de estudo. No termo integral, serão assestadas as conclusões de todos os critérios.

Iniciar-se-á a exposição pelos dez Capitães participantes em **episódios importantes da guerra**.

²³⁰ Veja-se anexo XI-Três histórias de vida - transcrição de gravações.

12.1. O Capitão que prendeu o seu Comandante de Batalhão – História de vida [HV1]

12.1.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 32²³¹ nasceu em 26 de Fevereiro de 1945, na freguesia de Pico de Regalados, no Concelho de Vila Verde, distrito de Braga. O seu pai possuía a instrução primária e era comerciante. A mãe era doméstica e possuía a instrução secundária. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão era licenciado em Engenharia Mecânica e já desempenhava actividade profissional. Era casado e tinha um filho. Entrou para a tropa em Julho de 1972. Embarcou para Angola em 5 de Janeiro de 1974 e, em 9 de Maio de 1975, deixou Angola rumo à Metrópole.

Antes de ingressar no serviço militar foi dirigente associativo da Associação Académica de Coimbra, onde já se discutia muito a Guerra do Ultramar e havia debates sobre “se devíamos ir à guerra ou se devíamos fugir”.

Eu sempre fui daqueles que dizia que a mudança das coisas tinha que se combater por dentro. Havia muitas outras discussões, mais políticas, mas a guerra estava sempre presente e nós estávamos com o cutelo na cabeça. Desertar, fugir, ir para a Europa, ou até para a Argélia... mas fundamentalmente era para a Europa, e normalmente quem tinha mais dinheiro fugia para os países, para esses bons países, diga-se de passagem. A fuga era influenciada também por isso. Fui para a guerra engenheiro, casado e com uma filha [HV1; P1].

Depois da tropa sentiu alguma instabilidade emocional.

Não deixei de fazer o que fazia. Agora passei a ter pânico aos ajuntamentos, dos grandes ajuntamentos e dos estampidos. Ai isso passei... Por exemplo se houvesse um tiro agora, era capaz de me meter debaixo da mesa. Já me aconteceu, porque há aqui (aponta para o coração) um salto e o meu coração vai lá para os cento e tal. Passado um bocado estou na mesma [HV1; P13].

12.1.2. A selecção.

Fez tudo para não ir para essas funções e afirma mesmo que “toda a gente queria fugir do curso de Capitães milicianos. Primeiro porque éramos atiradores, depois íamos sempre para sítios absolutamente desgraçados. Íamos para a frente de batalha para os sítios piores” [HV1; P3].

Como é que nós éramos seleccionados? O que eu posso dizer é o seguinte: é que as pessoas eram seleccionadas, sei lá porquê! Eu não sei, gostava de saber como é que foram seleccionadas. Não sei os critérios. Eles ou tinham a sorte de acertar ou então tinham problemas; é evidente que tinham problemas. Eu vi Companhias em Cabinda, após o 25 de Abril, muito descomandadas, porventura no meu Batalhão. De mim não podem dizer isso. Eu, como Comandante de Companhia, tive um óptimo desempenho. Comparando com os do quadro, por exemplo, o meu Comandante de operações não o queria nem para limpar retretes, bem para isso talvez fosse bom. Era um indivíduo completamente desequilibrado – era um tipo instável. Era um facínora, não

²³¹ [Entrevista em 21 de Outubro de 2011, 10h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

tinha sentimentos nenhuns, pelo menos não os manifestava, tanto assim que ninguém podia vê-lo [HV1; P14].

12.1.3. A formação.

Dela disse já nada se lembrar.

Já não me lembro. Não me disseram nada, ninguém me marcou. Para mim a tropa é uma coisa que é para esquecer, portanto ninguém me marcou, não aprendi nada. Aprendi com os amigos, conheci novos amigos e criei grandes amizades em todo o processo. Em termos de instrução, em termos de tropa, em termos de oficiais do quadro permanente, tudo me diz pouco. Eram indivíduos absolutamente incultos. Os valores para eles era safarem a vida deles, porque eles não faziam nada, pelo menos aqueles que eu conheci. Em termos de tropa não faziam nada, estavam nos quartéis e acabou; diga-se quartéis e sede de Batalhão. O primeiro dia na EPI despertou-me um sentimento de revolta – vou ter que aturar estes gajos durante uns tempos. E é por isso que eu não tenho recordações nenhuma daquilo. Só recordo os maus momentos. Bons momentos lá dentro, não tive. Agora cá fora tive grandes momentos, na Ericeira, em Mafra, aí tive grandes momentos com amigos [HV1; P2].

Do seu estágio lembra-se que foi colocado em Mussuma, Gago Coutinho, Angola, a dez quilómetros da Zâmbia, em situação de grande sofrimento. “Era um sítio absolutamente isolado de tudo e de todos.” Recorda-se das falhas de reabastecimentos, “em que durante um mês se comia todos os dias sardinhas e salsichas com massa, porque no fim já não havia arroz, nem batatas, nada” [HV1; P4].

12.1.4. Desempenhos

i. A partida para a guerra foi muito difícil para o Capitão, que nunca pensou defrontar o que encontrou. Teve “o azar de efectivamente passar mal e muito mal. E tinha a esperança de ter uma tropa fácil” [HV1; P7] em Cabinda.

Teve vários e graves incidentes com o inimigo.

Caí numa das piores emboscadas que aconteceram em Angola, em 1974, antes do 25 de Abril. Os dias vinte e cinco e vinte e seis de Março foram para esquecer. Tive seis feridos graves, três mortos, mais três desaparecidos. Desses desaparecidos, dois ficámos praticamente com a certeza que tinham sido mortos, e houve um terceiro que efectivamente foi retido pelo inimigo e só depois regressou passado um ano. Houve também dois civis mortos. Nessa altura estava no Belize e tive um pressentimento que as coisas estavam no fio da navalha. No dia anterior, vinte e quatro, tinha havido um ataque ao Miconge, com foguetões 122 e uma emboscada, lá para os lados de Sanga Planície. Foi necessário reforçar Sanga Planície com um grupo de combate. Foram quatro unimogues, um grupo de combate reforçado. Aconteceu no alto da Serra do Muabi, uma emboscada terrível: o MPLA fez explodir dinamite sobre a estrada, de tal maneira que ficou cortada. Abriu-se uma cratera brutal. Passei lá a noite. No dia seguinte, andamos à procura das pessoas desaparecidas. Um Sargento, por exemplo, saltou para a estrada e, pelo meio da mata, lá conseguiu fugir e apareceu dois dias depois no quartel do Belize. Quando estávamos para regressar, deu-se um ataque ao MVL no dia vinte e seis. Descemos, eram para aí dois ou três quilómetros. Vi uma coisa dantesca, jamais me esqueço disso. Para já mortos, nem me recordei quantos eram, (dois ou três ou doze ou treze...). Tive inúmeros contactos de guerra com o MPLA. Também fui transferido para o Caioquembo para aguentar a situação [HV1; P7].

Em Cabinda o Capitão esteve no Belize, no Caio Guembo e no Dinge. Comandou grupos de TE's no Belize e no Dinge.

Segundo o entrevistado, os “TE’s aderiram todos praticamente à FLEC. Desertaram. Recebiam armas, tinham viaturas novas. Atacaram o Massabi” [HV1; P10]. O próprio testemunha que aterraram no enclave de Cabinda aviões com armas para a FLEC.

ii. O Capitão considera que teve bons desempenhos.

Eu sou disciplinado. Tomei uma decisão: tenho de proteger os meus homens, os meus homens que vieram comigo têm de ir embora outra vez. Infelizmente ficaram lá bastantes e alguns deles que já eram meus grandes amigos. Na minha Companhia havia ordem, havia regras, toda a gente sabia o que tinha de fazer. E hoje, felizmente continuo com eles e eles adoram-me. São pessoas que me adoram, e eu em alguns deles cheguei... Chamava-os lá a uma salinha e dizia: «O que é que tu queres? Tu fizeste isto e isto e isto, e agora o que te vou fazer? Vou-te mandar para outro sítio, vais sofrer mais, não vais estar com os teus amigos.» E houve alguns a que eu cheguei «a roupa ao pelo». Eram miúdos de vinte anos, eu tinha vinte e sete na altura. Eu era bastante mais velho do que eles e portanto, enfim, apliquei alguns exercícios físicos com as minhas mãos, mas eles ainda hoje me falam nisso. Dizem-me: «Ó Capitão, boas chapadas que o Senhor me deu» [HV1;P15]²³².

12.1.5. Protagonismos

i. O entrevistado prendeu o seu Comandante de Batalhão e assumiu o comando.

Eu sabia que havia qualquer coisa em Cabinda, mas não sabia o quê, e nessa altura houve um Furriel que me veio dizer: «Capitão o Batalhão tal mais o MPLA vão para Cabinda e eles vão tomar conta daquilo, para ver se acabam com aquela pouca vergonha dos TE’s andarem para lá a enxovalhar a tropa portuguesa». Às tantas, sou chamado ao rádio para falar com o Capitão Hermínio Martinho, que me disse: «É pá nós tomamos conta do Comando de Sector e eu estou-te a transmitir uma mensagem para que prendas o Comandante e o 2º Comandante do teu Batalhão, que os metas numa coluna e os mandes aqui para Cabinda». Quando ia a sair vejo o pessoal todo do Batalhão fardado, de armas na mão a cercar a messe de oficiais. Eu perante isto, a primeira coisa que fiz fui falar com os militares: «Vocês não fazem rigorosamente nada e eu não quero ninguém aqui à volta». E efectivamente, não sei se saíram todos, é natural que tenham ficado meia dúzia deles, mas desapareceram. Estavam todos impecavelmente fardados. Essa imagem tenho-a. Perante isto mandei organizar uma coluna e depois fui aos dois e disse: «Recebi ordens do comando de Sector para fazer isto assim e assim, de maneira que os senhores vão para Cabinda, o Alferes tal e o Alferes tal vão lá levá-los; não vos acontece nada mal, mas recolham as vossas coisas e vão para Cabinda». E eles foram, não ofereceram resistência nenhuma. Assumi o comando do Batalhão porque era o mais graduado. O poder não podia cair na rua e, devo dizer, com uma disciplina férrea. Eu era disciplinador, nessa altura a disciplina passou a ser maior [HV1; P8].

ii. O Capitão afirma que na detenção dos Comandos teve protagonismo [HV1; P15], mas foi sujeito a um auto de corpo delito [HV1; P12].

Passado uns tempos puseram-me um avião à disposição para ir para Luanda para ser ouvido. Estive lá e fui ouvido durante uns dois dias, já não sei por quem, para saber o que se tinha passado. E eu lá contei a minha história e aí é que soube que tinha um auto de corpo delito. Fui ouvido outra vez, também lá em Luanda, para esclarecer qualquer coisa, antes da comissão liquidatária, e pronto vim-me embora. Quando vim para Portugal uma ocasião sou chamado ao Quartel-General, em Belém. Disseram-me: «Não se pode ausentar, tem um auto de corpo delito». O facto é que eu tinha um documento, que ainda hoje guardo religiosamente, (é dos poucos que eu guardo) em como passei à disponibilidade. E era isso que eu usava, e por acaso serviu sempre. Até que um dia – a minha vida profissional aqui não andava nem desandava –

²³² <http://www.batalhao4913.com/> [visto em 20.10. 2011].

resolvi ir para o estrangeiro trabalhar. Fui para o Médio Oriente e, entretanto, aqui em casa recebia convocações para ser ouvido. Diziam que eu não estava, que só podia passado uns tempos, que eu vinha cá de mês e meio a mês e meio... Fui ouvido mais uma ou duas vezes. Andava sempre cheio de medo, porque embora tivesse um documento que me livrava da tropa, podiam-me barrar o caminho para o estrangeiro. Mas na altura também a confusão era grande, toda a gente mandava, toda a gente fazia o que queria. No entanto, eu quando chegava ao aeroporto dizia: «É desta vez que vou dentro» [HV1; P11].

12.2. O Capitão do Chão Felupe – História de vida [HV2]

12.2.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 46²³³ nasceu em 9 de Setembro de 1943, em Faro, na Freguesia de S. Pedro, Concelho de Faro, Distrito de Faro. Seu pai possuía habilitações académicas de nível superior e trabalhava como engenheiro agrónomo. A mãe era doméstica e possuía habilitações de nível secundário. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão era licenciado em Engenharia Electrotécnica e desenvolvia actividade profissional na União Eléctrica Portuguesa. Era casado e tinha um filho. Entrou para a tropa em Julho de 1971. Embarcou para a Guiné em 6 de Dezembro de 1972 e, em 3 de Setembro de 1974, deixou a Província rumo à Metrópole.

ii. O Capitão regressou ao sítio onde havia feito a guerra em 1998. Atravessou a fronteira do Senegal e chegou a Suzana, à noite, num dia em que lhe pareceu ouvir os batuques. “Eles viram e ouviram as viaturas, e sabiam mais ou menos que um dia iria lá. Quando desembarco aparece-me aquela gente toda, foi uma coisa, uma emoção diabólica. «Capitão, Capitão...», chamavam e tocavam-me.”

O Capitão descreve, com emoção, alguns episódios do seu regresso aos sítios da guerra, mas também aos lugares onde se fizeram amizades únicas e, ainda hoje, para ele, inexplicáveis:

Começou a vir a população de todos os lados; a expedição estava de boca aberta. À noite assistimos ao ronco, à festa do fanado, com os miúdos, os tambores e os saíotes de palha. Fomos recebidos!...[pausa, emoção]. Saímos para dormir numa missão católica de padres italianos, que eu bem conhecia. No dia seguinte saí muito cedo porque sabia que havia mercado em Suzana. Fui ao mercado, onde não circula dinheiro, é troca por troca, pote de arroz por uma galinha... As mulheres (é um mercado de mulheres praticamente) começaram a reconhecer-me... aquilo foi uma coisa, foi outro contacto social indescritível. Todas contentes mexiam-me, tocavam-me, e diziam «mas é mesmo!...» [HV2; P10].

A “partida foi dolorosa outra vez...”, nas palavras do respondente. Os afectos brotam em cada sinal ou movimento de tal maneira que alguns elementos do ex- Pelotão 60 vieram no dia seguinte ao seu encontro com as *t-shirts* que usavam, com a Bandeira Portuguesa, e alguns mostraram-lhe a passagem à disponibilidade, com a sua assinatura,

²³³ [Entrevista em 8 de Novembro de 2011, 14h. Lisboa – ISCSP].

e perguntando: «quando é que vocês voltam?» – “portanto a noção de país para aquela gente continua a ser muito vaga” [HV2; P10].

Acrescenta o Capitão, muito emocionado: “O quartel estava praticamente na mesma, as instalações precárias, com a chapa ondulada, mas estavam lá. Andei à vontade por ali. Fomos a Varela, dormimos em Varela. E um dia, se se proporcionar, hei-de lá voltar” [HV2; P10].

12.2.2. Selecção e formação

Foi considerado de menor importância pelo entrevistado face à riqueza da restante vida militar.

12.2.3. Desempenhos

i. O entrevistado ficou responsável pela zona operacional de Suzana, no famoso Chão Felupe. “Para além da Companhia tinha sob o meu comando o pelotão de caçadores nativos, Pelotão 60, uma Companhia de milícias nativos e população armada em 23 tabancas da área de Suzana, com cerca de 1000 armas, G3 e Mauser, distribuídas” [HV2; P2].

ii. O enquadramento social das populações, no tempo do General Spínola, era um vector extremamente importante em relação à acção das Companhias.

Eu conduzi a Companhia no sentido de haver uma grande interacção positiva com a população. E consegui. Nós tínhamos os programas definidos, nos quais se incluía os reordenamentos. Tive um programa de reordenamento bastante extenso, fizemos para cima de quatrocentas casas, à vontade, abrimos... Tínhamos a parte de abertura de poços, fizemos cerca de vinte poços e seis escolas. A parte de acção social, do ponto de vista físico, foi isto: os reordenamentos, os poços e as escolas. Do ponto de vista humanitário foi muito, muito, muito. Dávamos apoio sanitário às populações: ou as populações acorriam a Suzana, ou nós periodicamente íamos às populações prestar assistência médica. Queriam todos ser medicados. Às vezes alguns não tinham absolutamente nada e nós dávamos-lhes vitaminas porque eles gostavam. Era uma zona com grande incidência de doenças, nomeadamente a doença do sono e a tuberculose. Dávamos também apoio logístico. Já era normal eles virem ao quartel pedir para transportar utensílios domésticos e coisas do género quando queriam mudar de sítio, ou quando queriam levar materiais que eram pesados. Nós, sempre que era possível, facilitávamos esse transporte [HV2; P3].

iii. O entrevistado diz ter tido “Uma boa aceitação junto do mundo Felupe, uma etnia muito especial, gente com um orgulho muito grande, com uma personalidade muito vincada, com costumes ancestrais, praticamente únicos em toda a Guiné” [HV2; P3].

Integrei-me, praticamente dava-me com eles «tu cá, tu lá». Eu ia assistir às cerimónias deles. Praticamente era o único branco, eu mais um intérprete, o cabo Agostinho do Pelotão 60... Ia comigo, como intérprete. Eu vi cenas do mundo Felupe, que estou convencido mais nenhum branco viu. Bebi alguns cálices amargos, bebi o vinho de palma servido em caveiras e passadas

de boca em boca por todos os chefes, alguns com doenças... A acção psicológica era um foro pessoal, que era dar-me bem com as populações, perceber os seus problemas. Era uma acção diária, constante, de tal forma cimentada na confiança que eles atravessavam o quartel – o quartel era um espaço aberto, praticamente – tinham uma rua a meio, por onde eles entravam e saíam [HV2; P4].

iv. O Capitão entrevistado diz ter aprendido imensas histórias dos Felupes:

Acabei por aprender um bocado a língua. Assisti a casamentos, funerais, às festas todas, ao fanado. Ao fanado, estou convencido que fui o único branco que assistiu, já que os meus antecessores, nas histórias que me contavam nunca o referiram. Eram antropófagos. Eles tinham esse passado antropófago. Depois, com o contacto com os militares, foi-se desvanecendo, as coisas foram evoluindo. Outro aspecto característico, do seu orgulho em relação ao inimigo, era cortarem-lhes a cabeça à catanada; comigo não houve nenhuma cena dessas, nem eu, em certa medida, podia permitir, mas com a Companhia anterior houve. Nos funerais era possível ver as caveiras daqueles inimigos a quem eles tinham cortado a cabeça em vida [HV2; P5].

v. Os Felupe, como etnia muito aguerrida, foram sempre o braço direito do entrevistado na defesa do território contra o PAIGC:

Eles eram a minha segurança próxima. Sofri muitos ataques à distância, o mais próximo que tive foi a três quilómetros. No entanto, houve um ataque violento, no dia 27 de Julho de 1972, em que eu percebi, para além da sua violência, a sua relativa proximidade. Sentia que os canhões sem recuo do PAIGC já estavam relativamente próximos. E, então aí, abri fogo com tudo o que tinha. Nesse momento, o Pelotão 60 diz-me: «Capitão pare de fazer fogo, porque a gente agora sai.». Saíram para fazer batida, para ver se havia aproximação. E, mesmo em ataques à distância, a própria população estava em prontidão e armados; e os que não estavam armados com arma tinham arco e flecha, de que eram exímios atiradores. Saíram para a mata, para fazer a batida à zona do quartel. Eu tinha 8000 Felupes à volta e, praticamente, era uma zona estanque. Por isso é que eu sofria ataques à distância, porque qualquer tentativa do PAIGC entrar ali era altamente arriscada. Os Felupes desembestavam por ali adiante... [HV2; P6].

12.2.4. Protagonismos

i. O relacionamento com os Felupes, população integrada no território militar, foi exemplar. De tal forma, que a segurança militar do Capitão e Companhia esteve sempre garantida, fruto dessa inter intimidade.

ii. Também esse pressuposto foi facilitador do estabelecimento do primeiro encontro e das várias conversas preparatórias com o PAIGC, e posteriores contactos deste movimento com a população. Fizeram vários comícios. “Os Felupes estavam um bocado atónitos em relação àquilo tudo.” Eu expliquei-lhes: “Acabou a guerra, são precisos todos para reconstruir a Guiné, o que é preciso é paz. Eles conheciam perfeitamente o PAIGC e várias vezes me disseram: «Não, não, a gente quer é as tropas que estão cá» [HV2; P7].

iii. A entrega do quartel ao PAIGC foi efectuada em três dias.

Quando foi essa entrega veio um grupo do PAIGC para a cerimónia e eu fiz a cerimónia com um pelotão. Houve um Furriel que arriou a Bandeira Portuguesa. Nós fizemos o apresentar armas à bandeira do PAIGC e eles não. Estavam alheios àquilo, era malta muito moída e senti que algum racismo transparecia dos olhares, sei lá «quem vê olhos, não vê corações», mas sentia-se um ódio carregado. Na entrega houve um ou outro problema logístico menor. No fundo eu passei as

coisas ao PAIGC como se passasse a outra Companhia. Eles assinaram aquilo com que ficaram. Em Bissau passou-se a mesma coisa. Em Bissau aquilo estava um bocado caótico, porque foi um bocado, não chamo debandada, mas foi uma saída muito precipitada. [HV2; P8].

iv. Sentiu-se, durante a entrevista, que o Capitão sofreu o dia da despedida. Fala comovido:

Dizer àquela gente, que estivemos lá 500 anos e que de repente nos vamos embora, segunda-feira, é complicado!... Fui de tabanca em tabanca, falar, explicar, que tinha havido paz, que a guerra tinha acabado. Os Felupes não têm noção de país, é um conceito étnico. A Guiné-Bissau para eles não existia. A entrega de armas foi complicada. A disciplina, exigia-se, mas... entregar 1000 armas... [pausa]. Ao Pelotão 60, e às milícias que tinham dado o corpo ao manifesto, é difícil explicar-lhes... [pausa], mas podia dizer-lhes que se quisessem vir, vinham. O único consolo para eles foi terem recebido vencimentos até ao fim do ano. O 1º Sargento foi a Bissau e vinha com sacos de plástico cheios de notas e aquilo foi entregue, vários contos de reis a cada um; isso apaziguou-os um bocado. Entregaram a arma. Estavam com apreensão. A população, quando viu arrear a Bandeira Portuguesa, ficou em sentido e, quando hastearam a do PAIGC, os Felupes estavam atónitos. Depois eu tive a imagem de ver a população, praticamente toda, à margem de todo o porto a despedir-se – eu até me emociono um bocado [o Capitão pára de falar...está muito emocionado], porque ao fim de 500 anos, eu senti que aquilo podia ter sido muito mais cadenciado... E, portanto, essa parte foi a mais sentimental – deixar aquela população assim tão rapidamente! Dizerem, evacue Suzana no dia tantos de tal... e o resto?... [HV2; P9].

12.3. O Capitão voluntário de Bajocunda – História de vida [HV3]

12.3.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 49²³⁴ nasceu em 29 de Setembro de 1949, na Freguesia de Campanhã, Concelho do Porto, Distrito do Porto. Seu pai era licenciado e industrial. A mãe era doméstica e tinha o ensino secundário. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão, possuía o 1º ano de Direito na Universidade de Coimbra. Não trabalhava nem era casado. Entrou para a tropa em 6 de Abril de 1970. Embarcou para a Guiné em 25 de Setembro de 1971 e, em 15 de Dezembro de 1973, deixou Bissau rumo à Metrópole. Viveu a crise académica de 1969, em Coimbra, e foi um dos seus militantes.

Depois do regresso o Capitão debateu-se com vários problemas:

Sim, bastantes, durante uns anos. Eu caí aqui e quatro meses depois vem o 25 de Abril. A festa que foi! Eu era um bocado ligado à LUAR, e fizemos montes de coisas. Atirámos ao ar o consulado de Espanha, quando o Franco enforcou os gajos. Mais tarde conheci a minha mulher, depois de muitas turbulências, estive seis meses em França, depois vim, casei, nasceu a minha filha em 1977, as coisas ficaram melhores. Quando tinha os meus trinta anos, apanhei uma depressão estive um ano que o que me apetecia era estar debaixo de uma pedra. Fui tratado por um médico impecável, um psiquiatra. Não tinha vontade de nada, a minha mulher dizia às irmãs: «Está apaixonado por uma gaja», «Não era nada, não me apetecia nada». Ao fim de um ano, acordei, soube-me bem ver o dia, olhei para as pessoas, e aquilo passou! [HV3; P13].

O Capitão, bastante emocionado, refere também que “era um homem extremamente calmo” e hoje é “um gajo muito reactivo” [HV3; P13].

²³⁴ [14 de Outubro 2011, 14h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

Acabou por terminar o curso. Primeiro estive a trabalhar em regime de *part-time* em várias empresas, depois foi para o contencioso do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, “e foi aí que lhe deu o «clic» de acabar o curso... mas já tinham passado uns anos largos, dez ou doze” [HV3; P14]. Matriculou-se como voluntário e, em seis anos, acabou a licenciatura. Posteriormente estabeleceu-se, tem um escritório e lamenta ter chegado tão tarde à advocacia.

“Neste momento estou tranquilo” [HV3; P15], afirma o Capitão.

12.3.2. A selecção do Capitão

O curso do entrevistado foi o primeiro curso de Capitães CCC; em seu redor, “havia muitas dúvidas” e “os próprios mentores não sabiam o que haviam de fazer”. Então “dizia-se que nós íamos lá para fora quatro meses, para uma zona operacional, mas sem responsabilidades e depois vínhamos dar formação”. Com esta solução libertavam-se os formadores do quadro para irem para o Ultramar, “porque eles é que eram competentes para andar no mato. Foi esta história que circulou e muitos fomos nisso” [HV3; P3].

O Capitão diz que houve um engodo.

Fui voluntário. A maior parte não. Nós éramos muitos, éramos para aí 400 e ficámos só trinta e nove no fim. Eu penso que não fui seleccionado só por ter sido voluntário, mas também. Sei que deitei a cruzinha, mas não sei mais nada, não sei os critérios, nunca ninguém me disse porque fui seleccionado [HV3; P3].

O entrevistado afirma que, nos processos de selecção, houve coisas inimagináveis:

Há um rapaz com o quinto ano do liceu que foi para as Caldas da Rainha para o curso de Furriel miliciano. Como era um homem de Trás-os-Montes, muito hábil a disparar, habituado a andar à caça e a andar a pé, pela sua capacidade física foi proposto para o COM e do COM vai parar a Capitão. Ele é a promoção mais vertiginosa do Exército Português, porque começou como cabo miliciano e acabou como Capitão miliciano graduado. Teve depois muitos problemas... [HV3; P4].

12.3.3. A formação do Capitão

i. “Fiquei espantado!”, refere o entrevistado acerca dos seus formadores.

De um modo geral tinham muita qualidade. Fui parar à Companhia do Vítor Alves (Capitão de Abril). Passaram-se coisas interessantes que denotam o carácter dessas pessoas. Numa formatura para almoço, há um companheiro meu, que estava ao meu lado, que trouxe um livro do Che Guevara e passou-mo na formatura. Quem estava à frente dessa formatura, era um Capitão a quem a gente chamava de «Xicalhão». O gajo viu o livro e diz: «Sim senhor, diário de Che Guevara, guerrilha, o seu Comandante de Companhia logo vai falar consigo» [HV3; P1].

O Vítor Alves chamou-o ao gabinete, estava com o livro à frente e diz:

«Com que então você anda a ler coisas destas». [...] «Você sabe que na formatura tem que estar com um certo respeito pelas normas, e não pode andar a passar livros aos colegas. Olhe o senhor vai ficar sem fim-de-semana, aproveite para ler o livro». O «Xicalhão», que tinha metido o «Xico», viu aquilo e ficou todo indignado e o Vítor Alves mandou-o também ler o livro [HV3; P1].

ii. Fez o estágio em Angola, Muxaluando, na zona dos Dembos. Diz o respondente que “o Capitão que lá estava, era um tipo espectacular, diziam que o gajo era maricas, não sei se era ou não. O gajo ao fim do dia, desfardava-se e vestia-se à civil, ia para o bar, como se estivesse numa cidade!”. Depois “convidava-nos para tomar um café, tinha uma conversa muito elegante, ouvia música, um Senhor, o gajo! Detestava a «merda» da farda, o gajo! Dizia: «Você só vai nas funções operacionais se quiser ir». Eu retorquia: «Mas eu quero ir!»; «Veja lá...» dizia ele” [HV3; P5].

iii. O Capitão veio depois fazer o CCC a Mafra que, na sua opinião, “foi atribulado. Não se sabia muito bem o que se ia fazer. Disseram-nos que íamos fazer uma espécie de treino nos Fuzileiros, nos Pára-quedistas e nos Comandos. Acabaram por ser visitas!”.

Apesar de tudo o entrevistado continua bem impressionado:

Eu lembro-me por exemplo do Carlos Fabião que nos falava abertamente do que era a guerrilha, do que era a contra guerrilha, falava-nos das histórias de vida dos tipos que estavam no comando dos movimentos em Angola, Moçambique e na Guiné. Falou muito de Amílcar Cabral e na obra dele, sem nenhum preconceito. Dentro da tropa, aquela gente a falar de marxismo para mim foi uma admiração, já que acabava de ver o que era a repressão na faculdade... Fiquei muito admirado e bem impressionado [HV3; P5].

12.3.4. Desempenhos

i. O Capitão foi para a Guiné “para uma zona complicada”, e tudo lhe “correu muito bem”. Foi para Bajocunda. “Viveu em abrigos, à volta do arame farpado, de cimento armado, nove a dez homens por cada abrigo.” Passava mal, comia mal, “não havia batatas, não havia comida, comíamos arroz com estilhaços de manhã e à noite. Havia população à volta. Tinha também dois destacamentos, Tabassi e Copá” [HV3; P6].

Investir na população “foi o seu lema...”. Diz ter-se envolvido muito neste campo:

Foi uma das coisas em que eu investi muito. Trabalhos de reordenamento, sistemas de autodefesa, promoção socioeconómica. Penso eu que foi um trabalho aturado que resultou, porque aquilo era uma zona complicada e eu só tive, em vinte e sete meses, quatro ataques, uma emboscada e algumas tentativas de emboscada [HV3; P7].

ii. Descreveu um acontecimento interessante, que era o recurso às populações do Senegal na angariação de vacas para a alimentação da sua Companhia!

Eu também usava algumas coisas que me resolviam os problemas. Por exemplo, faltavam-nos vacas. Posso confessar que, muitas vezes, entrei no Senegal, fui às tabancas. Cercava aquilo de manhã e não deixava sair ninguém. Entrava lá dentro e mandava chamar o chefe da tabanca. Falava em fula que aprendi. Dizia ao soba «Nós queremos comprar vaca e a gente paga bem». Depois acabávamos a ver os doentes. O médico e o enfermeiro iam fazer o tratamento àquela gente toda, um bocado de acção psicológica. Depois pagava a vaca bem paga, dávamos tabaco. No fim eles diziam: «Enterrem tudo para quando eles vierem cá não verem nada.» E conseguia trazer vacas para cá, porque às vezes não havia vacas na Guiné. Conclusão, até isso fazia, como proximidade [HV3; P8].

O Capitão fala, ainda, de outras “coisas significativas”, feitas por si à população do Senegal e da Guiné:

Cheguei a ser chamado para participar num ronco, numa tabanca do Senegal. Um dia veio um sujeito muito atrapalhado dizer que tinha a mulher grávida e estava muito mal. E eu fui com o pelotão do Alferes Sequeira ao Senegal. Fomos até lá, levámos o Furriel enfermeiro, depois pedimos uma evacuação para junto da fronteira. O Furriel enfermeiro tinha o sétimo ano, percebia daquilo, disse que ela ia morrer se não fosse tratada. Consegui que viesse um helicóptero buscar a mulherzinha, não ao Senegal, mas um bocadinho antes da fronteira; levou a mulherzinha para Bissau, depois soube que ela se safou e o filho também, e isso caiu muito bem na população. Havia muito respeito pela população. Em função disso, nós conseguimos captar muita população, que tinha fugido para o Senegal, devido a esse tipo de tratamento às pessoas. Tínhamos quatro escolas, em cada um dos destacamentos, que não tinham tropa branca, mas as escolas funcionavam da 1ª à 4ª classe. Eu fiquei sem quatro furriéis porque eram todos professores primários, iam lá dar aulas. Portanto no aspecto social fizemos, todos, um belo trabalho. Até consegui que um chefe religioso fosse a Meca. Penso que foi isso que me safou [HV3; P9].

iii. As relações com os seus Comandantes é que foram complicadas. Tudo “aquilo era maluco” [HV3; P11], diz o Capitão.

No Batalhão teve choques com o 2º Comandante que, referindo-se à Companhia do nosso entrevistado, dizia para outros: “Vocês não sejam como aqueles gajos, aquilo é tudo maluco desde o Capitão ao último soldado” [HV3; P11].

É verdade que nós tínhamos coisas engraçadas, fora das regras militares, que os irritavam. Um dia resolvi rapar o cabelo, e rapei o cabelo à Santo António. Tenho fotos. Quando me apresentei ao gajo, tirei o «kiko» e ele perguntou-me: «Ó Mendes, teve algum problema na cabeça?», «Não. Olhei para a nota de 20\$00, achei giro e fiz isto.» Ele ficava doido. Houve soldados que raparam o cabelo como se usa hoje, com aquelas cristas [HV3; P11].

Face a tamanha rebeldia as consequências foram imediatas. A Companhia não rodou para um lugar melhor. “Fiquei lá os 27 meses” [HV3; P11] – palavras do Capitão.

Apesar de toda a incompatibilidade verificada, de forma imprevista e incompreensível, o nosso entrevistado foi convidado a ingressar nos quadros do Exército:

Quando saiu legislação que nos permitia entrar no quadro, o meu Comandante, chamou-me ao Batalhão e disse: «Ó Mendes saiu agora uma lei... você frequenta lá aquilo não sei quanto tempo, é promovido ao quadro, você tem condições para isto. Você tem capacidade. É um homem cumpridor, rijo, gosta de comandar, você devia ir, aproveite.» E apresentou-me um papelinho. Eu disse: «Meu Comandante, vou pensar.» Nesse dia sentei os meus Alferes todos, mandei vir uma garrafa de whisky, rasguei o papel e peguei-lhe fogo. Depois disse-lhe: «Meu

Comandante desculpe, quero acabar o meu curso de direito, não estou para isso.» «É uma pena para si, é uma boa carreira», retorquiu o meu Comandante [HV3; P12].

iv. E, finalmente quanto ao seu desempenho, o que tinha a dizer o Capitão:

Com alguns erros, bastantes erros. No aspecto militar talvez não, mas no aspecto de condução das pessoas fui por vezes exagerado. Tenho de agradecer a um homem que muitas vezes me emendou. Eu tinha um Alferes, um homem com 27 anos. Quando entrou para a tropa eu tinha vinte e ele tinha vinte e sete. Era o Alferes mais velho. Tínhamos algumas discussões, era um homem que sabia dar-me a volta. Às vezes eu chateado com um soldado qualquer, resolvia o problema à bofetada, os gajos tinham medo de entrar na secretaria. Cometi erros, muitos erros, por ser mais novo, por não conhecer a vida [HV3; P16].

12.3.5. Protagonismos

“Não, penso que não. Protagonismo não” [HV3; P17], respondeu o Capitão peremptório. “Cumprí aquilo que devia, não em relação à Pátria, não em relação ao colonialismo, mas em relação à minha consciência. Se tive protagonismo foi relativamente a mim próprio” [HV3; P17].

12.4. Um Capitão em Muié: fazer a guerra do lado das pessoas – História de vida [HV4]

12.4.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 66²³⁵ nasceu em 13 de Fevereiro de 1946, na Freguesia de Gulpilhares, Concelho de Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto. Seu pai possuía o curso comercial e tinha a profissão de carteiro. A mãe era comerciante e tinha o ensino primário. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão, licenciado em Filologia Românica, era professor do ensino secundário. Entrou para a tropa em Janeiro de 1972. Embarcou para Angola em 14 de Novembro de 1973 e, em 24 de Março de 1975, deixou Luanda rumo à Metrópole [HV4;P1].

Não se considera “um traumatizado de guerra” [HV4; P13]. Sempre “recordo [a] histórias com final feliz” [HV4; P13].

12.4.2. Selecção e formação

Não sabe porque foi seleccionado. Nunca ninguém lhe disse, mas presume que foi por já ter 26 anos, “provavelmente porque tinha uma formação académica de nível superior, e depois porque tinha alguma experiência como dirigente associativo [HV4; P2]. O Capitão não pretendeu falar nos aspectos formativos.

²³⁵ [20 de Outubro de 2011, 14h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

12.4.3. Desempenhos

i. O Capitão começa por afirmar que “Aprendeu a conviver com filhos de muita mãe” [HV4; P3].

Numa Companhia, a gente vai daqui com os que leva de cá, que já os conhece mais ou menos. Já os formou. Mas depois chega lá e recebe um grupo, logo em Luanda, de cor, que são integrados na Companhia. Como se isso não bastasse, ainda vamos recebendo, a conta-gotas, gente que é escoraçada porque tem mau feitio, cometeu crimes, tem que ser punida; e então a punição maior que achavam que deviam dar a essa gente era mandá-los para o mato. De repente, eu que tinha uma Companhia mais ou menos feita à minha imagem e semelhança, tinha de aguentar gente cadastrada, que andava por lá há muitos anos, que não regressava cá, à chamada Metrópole, e nós tínhamos de tomar conta deles e éramos responsáveis por eles. Quando eu refiro «filhos de muita mãe» quero dizer que na verdade há gente do Norte, do Centro e do Sul, mas eu queria também associar esses casos, gente difícil, de trato muito difícil [HV4; P3].

E para melhor concretizar a frase proferida, que tem significado neste contexto, o entrevistado substantia com um exemplo.

Recordo-me de um desses casos, que a mulher me pedia por tudo que o trouxesse de volta, porque era casada e tinha filhos e o homem andava para lá aí há cinco ou seis anos e não havia maneira de vir embora. Eu prometi à Senhora, sem ele nunca saber, que ia tomar isso a peito, e eu recordo que o trouxe de vez para o aconchego da mulher e dos filhos [faz uma grande pausa]. Viver juntos, tantos homens e tanta gente de formação tão diferente, não era fácil... [HV4; P3].

ii. O Capitão e a sua Companhia foram colocados no Muié que se situava “nas terras do fim do mundo numa zona arenosa, pobre, despida de vegetação, seca, que tinha dois kimbos, cada um tinha o seu soba, uma gente pacífica, uma gente pobre que se valia muito da presença da tropa para suprir as necessidades fundamentais” [HV4; P4].

O MPLA e a UNITA eram os inimigos do respondente e ainda hoje está convencido de ter conseguido evitar grandes conflitos, “porque estabeleceu um relacionamento fraternal e amigável com aquela gente, com a população; apoiava muito nas necessidades básicas, apoiava crianças” [HV4; P5].

A sua mulher “mandava roupa e brinquedos e essas coisas calavam fundo... [pausa] fazíamos as operações que os superiores mandavam, mas nunca tivemos nenhum contacto” [HV4; P5]. No entanto o Capitão teve quatro mortos, “daqueles acidentes que acontecem, uma viatura que virou ao passar uma ponte. A ponte era mesmo à medida e o rodado saiu ... afundou-se. A viatura vinha carregada e caiu tudo em cima deles e perderam-se quatro homens aí, pouco tempo depois de ter chegado” [HV4; P5]. Também “apanhou um guerrilheiro da UNITA que depois se revelou um amigo” [HV4; P5].

O Capitão fez sempre a guerra “do lado das pessoas... mas estando as crianças sempre primeiro” [HV4; P6]. As histórias, por ele contadas na entrevista, revelam a sua sensibilidade extrema, mesmo em pleno campo de guerra, pelo que se descreve aqui uma delas.

O Mussole foi uma dessas crianças. O Máquina foi outra e tem uma história interessante, porque as crianças precisam de afectos de carinho, e demais coisas... E aquele miúdo, que eu não conhecia, com uns olhos lindos, um dia apareceu-me a vender um ovo, que eles vendiam tudo, para ganhar uns tostões. Eu comprei o ovo e passados dez minutos ele veio e trouxe outro ovo. E eu mandava para a cozinha, para estrelar. Até que ao terceiro ovo vieram dizer-me que eram ovos chocos. E eu, por curiosidade, mandei seguir o miúdo. E o sacana ia buscar ovos a uma galinha que os estava a chocar. Claro que eu achei tanta graça àquilo, que nunca me passou pela cabeça pedir-lhe o dinheiro de volta ou fazer queixa... Já tinha o Mussole que fazia parte da nossa guarnição, almoçava lá no quartel connosco, depois apareceu este Máquina a fazer Companhia ao outro. E acabei por ter dois filhos. Eu tinha um filho que não conhecia, e provavelmente por isso eu projectava neles a falta do meu primeiro filho, que eu estava ansioso por conhecer. Pedia todos os dias a Deus que não me deixasse morrer sem ver o meu filho. E esses miúdos foram tratados... Eu não podia tratá-los todos assim, embora todos fossem buscar os restos das refeições, faziam lá uma fila, todos os dias. Nunca se deitava comida fora. A miúda Chipango aparece mais tarde, ela via por ali os outros dois, começou a chegar-se, e a minha mulher daqui mandava roupa e brinquedos, e eu não resisti também à doçura, ao encanto daquela criança tão pequenina. Comiam à minha mesa, aprenderam as boas maneiras de comer e lavavam a roupa comigo no rio – eu lavava a minha roupa interior e eles eram obrigados a ir comigo lavar a roupa. E, curiosamente, as mães, que a gente pensa que têm muitos filhos e vivem despreocupadas não é verdade. Se eles dormiam lá e não avisavam, no dia seguinte lá estavam elas a saber dos filhos. Durante muitos anos, e ainda hoje, penso muito no Máquina e no Mussole, mais que na Chipanga, esta foi menos tempo. Mas penso que se eles forem vivos hão-de com certeza ter uma belíssima recordação do tempo que viveram comigo. Eu dava escola aos miúdos, punha a tropa a ensinar-lhes a ler e escrever [HV4; P5].

O Capitão [fazendo um longo silêncio] acrescenta: “Agora olhando para trás, acho que uma das razões do nosso sossego, foi pensarmos nas pessoas. Estas guerras fazem-se do lado das pessoas...” [HV4; P5].

iii. O episódio seguinte mostra o reverso da moeda, o quanto era difícil o relacionamento entre Comandantes de Companhia e Comandantes de Batalhão:

O telegrama dizia (o meu filho ainda tem esse telegrama): “Tudo bem, menino”. Foi uma alegria imensa, paguei cerveja àquela gente toda... Eu pedi a Luanda que me deixassem ir ver o meu filho – era o meu primeiro filho, contei a história. E de Luanda por acaso responderam-me, com simpatia, com compreensão e disponibilizaram-se para me garantir um transporte militar. E eu fiquei todo contente. Só que quem me autorizava a sair era o meu Comandante de Batalhão, o Coronel, e o diabo do homem achou que não era altura oportuna de sair dali... Uma pessoa ter uma viagem gratuita, ter o privilégio de ir ver o primeiro filho... Eu na altura dizia que, se ele estivesse perto de mim, dava-lhe um tiro. Não se faz uma coisa destas, era uma viagem rápida, ir num dia e voltar passado dois ou três dias – só ir ver o filho e voltar. E não me deixou [HV4; P8].

iv. O Capitão conta que o 25 de Abril “lá foi chegando a conta-gotas, notícias pouco precisas”. Nas vésperas desse dia, “uma emboscada da UNITA causa dezassete

mortos a uma Companhia do Batalhão” [HV4; P9], que não a dele. Pela tragédia que ela representa, o Capitão (muito emocionado) conta o sucedido²³⁶.

Eles já estavam emboscados quando a coluna passou; a progressão era lenta porque o terreno é arenoso e, em tempo de chuva, a coisa complica-se ainda mais, anda-se muito devagar, e eles tiveram tempo de apoiar as armas e esperar pelo regresso. Normalmente, numa emboscada, mandam uma morteirada, uma bazucada contra uma viatura e depois fogem, não esperam pela reacção; ali foram muito felizes, por azar nosso e imprudência da nossa tropa, a maior parte dos homens vinha na viatura da frente e não na de trás. Portanto eles foram felizes, acertaram na viatura, os homens ficaram estonteados. Os que puderam saltaram para o chão, e eles, que normalmente fugiriam, viram o que estava a acontecer, e então foi fácil... Desceram à picada e mataram os nossos homens com as nossas próprias armas. Roubaram tudo, a roupa, tudo. Deitaram fogo à viatura, alguns soldados foram apanhados pelo fogo e pareciam rojões. Um Alferes, que vinha cá à Metrópole para casar, e foi despedir-se da tropa dele que estava no tal destacamento... Foi a última viagem que ele fez. Só escaparam com vida dois homens que vinham na viatura de trás. Um levou um tiro, mas conseguiu pegar noutro às costas, ou vir às costas de outro, não sei bem... A população usava estas boleias. Só uma mulher se salvou. Só se salvaram esses dois soldados e esta mulher. De resto mataram, cortaram sexos, navalharam, escreveram UNITA, levaram fardas, armas, tudo [HV4; P 9].

Pouco tempo depois, foram-se estabelecendo relacionamentos com os movimentos de libertação. “O primeiro foi a UNITA, e eu acabei por ter de receber, no meu quartel, gente que participou nesse massacre. Eles próprios vieram contar como tudo se tinha passado. Nós tínhamos ordens para os receber em paz” [HV4; P10].

v. O Capitão também participou nos actos finais da descolonização. Descreve que, a pouco e pouco, “foi-se despovoando a zona, porque a tropa começou a vir embora e não era substituída, e eu, que devia ter quatro grupos de combate, a certa altura só tinha dois” [HV4; P10]. Por outro lado, diz o Capitão, “mandaram-me recolher as armas aos GE’s. Estiveram ao nosso serviço e depois ficaram entregues à sua sorte. Tive de cumprir, mas não estava de acordo – doeu-me muito. Foi um momento muito doloroso o desarmamento” [HV4; P10].

O caos foi-se instalando e o entrevistado chegou a dizer ao seu Comandante de Batalhão que, ou aquilo tomava um rumo certo, ou ia com a sua tropa, a pé, ter com ele.

Eles eram mais do que eu. A UNITA e o MPLA acabaram por ter mais homens instalados no terreno à volta do quartel do que eu. E ali era zona de influência da UNITA e do MPLA e eu, que devia ser o árbitro, porque de repente podiam entrar em guerra também, eu não tinha força suficiente para me impor a eles. Eu recordo de ter falado e ter escrito ao Comandante de Batalhão que estava ali e não tinha força para me impor a eles. Tanto mais que eles começaram a fazer exigências e nós não tínhamos instruções para responder. Recordo-me que a UNITA vinha requisitar, em nome da República de Angola, viaturas militares, para irem buscar o povo, a população, a família, à fronteira para os trazer de volta para a Sanzala. E eu não podia fazer isso. Vinham requisitar sacos de farinha para dar de comer àquela gente e eu o mais que fazia era dar de comer a dez ou quinze ou vinte todos os dias, mas não podia, nem tinha instruções nem disponibilidade de material para dar resposta a esses pedidos. Punham um papel qualquer, assinado Comandante disto e daquilo e vinham fazer exigências e nós vivíamos assim nesta

²³⁶ Veja-se Apêndice (A V. 5).

situação. Ninguém nos dava instruções precisas. Aquela parte final foi terrível, foi tremenda [HV4; P10].

Quando veio embora, “o quartel ficou para lá entregue a ninguém” [HV4; P11]. O Capitão “sabia que a guerra entre eles ia começar, como começou” [HV4; P11]. Transportou consigo todo o material; “só ficou lá uma viatura, um unimogue, para eles poderem deslocar-se, de resto trouxemos tudo. Nós fizemos a deslocação a pé, em direcção ao Luso... [pausa, emocionado] [HV4; P11]. Apesar de todas estas confusões, e contrariedades, não, não posso dizer que tivesse grandes problemas na comissão liquidatária” [HV4; P12].

vi. Foi perguntado ao Capitão o que achava dos seus desempenhos. Desta forma sintetizou a resposta:

Pela parte que me toca, nós temos consciência daquilo que fazemos, e fazendo uma análise, uma apreciação do trabalho feito, acho que, em termos de organização militar, cumpri aquilo que estava estabelecido; nunca me furtei a nenhuma actividade, mandava os relatórios que eram precisos, tentei gerir a vida do dia-a-dia de acordo com as normas, e portanto tenho a consciência de ter feito aquilo que me era exigido. Estou de consciência tranquila. Não me recusei a isto ou àquilo, procurava também... Conversava muito com os homens, agradecia a colaboração que davam, tinha assim um certo dom para estabelecer este diálogo, portanto em relação à tropa, aos meus subordinados, nunca tive um problema disciplinar, nunca tive levantamento de rancho. Nunca tive nenhum afrontamento, dava uma vez uma chapada num ou noutro, em vez de lhe dar uns castigos, eles com os copos, com a bebedeira faziam coisas que não deviam e mais valia dar uma bofetada e aquilo ficava sanado, e ao outro dia vinham agradecer.

Fizemos a captura de muito material: minas anti carro, anti pessoal, kalashnikov. Fiz um figurão, porque tratei bem um prisioneiro capturado à UNITA [HV4; P14].

12.4.4. Protagonismos

Diz que não teve.

Não, não tive. O protagonismo que eu tive na guerra é aquele que eu tenho no dia-a-dia, que é uma boa relação com as pessoas, porque eu procuro sempre que as pessoas com quem lido gostem de lidar comigo, e que se amanhã eu não estiver, tenham saudades minhas. Portanto nunca me senti um protagonista da guerra ²³⁷ [HV4; P15].

12.5. O Capitão do inferno de Caio Guembo – História de vida [HV5]

12.5.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 73²³⁸ nasceu em 4 de Setembro de 1947, na freguesia de São Pedro, no Concelho de Ponta Delgada, Açores. Seu pai possuía a instrução secundária e era comerciante. A mãe era doméstica e tinha a instrução primária. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o segundo ano de um curso superior, adquirido com uma bolsa de estudo, e já havia desempenhado a actividade de professor do ensino primário.

²³⁷ <http://batcacadores4517.blogspot.com/> [visto em 20.10.2011].

²³⁸ [21 de Novembro de 2011, 11h. Coimbra, Café Santa Cruz].

Era solteiro. Entrou para a tropa em Julho de 1972. Embarcou rumo a Angola em 7 de Janeiro de 1974 e, em 9 de Maio de 1975, deixou Angola rumo à Metrópole [HV5; P1].

O entrevistado teve vontade de desertar: “Bom, posso dizer que eu só fui para a guerra porque não tive meios, minimamente capazes, para me assegurarem um futuro no exterior” [HV5; P3]. No regresso à vida civil, o grave problema que o condicionava foi debelado:

Tive o problema que já tinha na altura, que era precisamente o álcool, mas pronto depois casei, comecei a constituir família. Depois o médico chamou-me à atenção: «Você estudou medicina, sabe onde é que isso vai parar, está na sua mão, resolva o que quer fazer, decida». E eu deixei de beber. Só voltei agora a beber um copo de vinho ao jantar, não mais do que isso. Mas na altura o pequeno-almoço era feito com Whisky [HV5; P13].

12.5.2. A selecção

A explicação que deram ao entrevistado, para ser seleccionado, “é que tinha 24 anos e tinha formação superior. Mais nada” [HV5; P5]. Para ele foi uma decepção, quando teve a notícia de ir para CCC. E acrescenta: “Eu devo ter sido dos piores alunos que passou por Mafra!” [HV5; P5]. De facto, havia coisas que não lhe interessavam absolutamente nada e “não as estudava, não queria saber daquilo” [HV5; P5]. Concretiza melhor: “Havia os testes ao fim de semana e eu tinha negativa. Vinha um Capitão: «Você teve negativa, você fica cá dentro.»; «Olha a grande coisa, para onde é que eu vou, para os Açores?» [HV5; P5].

12.5.3. A formação

i. A formação para o respondente não teve grandes atractivos, já que, para ele, a tropa era “a coisa pior que existe” [HV5; P4].

Eu detesto tropa, militares, a maneira como eles reagem, aquela cadeia de comando, aquilo é tudo hipocrisia. Mandam-se as ordens, dão-se conselhos morais e fazem o contrário. Eu nunca comentei isso, mas ia registando. Ainda hoje continuo com muitas reservas contra a tropa em si e, de um modo geral, contra as forças de autoridade [HV5; P4].

ii. O Capitão foi fazer o estágio para a Guiné. Foi-lhe “difícil psicologicamente porque a Guiné era um tabu. Quem ia para a Guiné nunca sabia se voltava e depois na Guiné não havia zonas propriamente boas, nem Bissau estava seguro” [HV5; P6]. Foi para Canjadude e, durante a sua estada, segundo conta, só teve “um ataque de morteiros 120 que destruiu a cozinha. A população estava toda concentrada ali e a Companhia era uma unidade africana, só os quadros eram da Metrópole” [HV5; P6].

Aprendeu todos os aspectos de funcionamento da Unidade; houve um determinado tipo de coisas importantes. Acabou por perceber como aquilo funcionava [HV5; P6].

Quanto ao curso CCC as únicas coisas úteis que aprendeu no curso “foram as relativas à parte administrativa” [HV5; P7].

12.5.4. Desempenhos

i. Quanto ao nível da formação da Companhia, o Capitão afirma que, dentro do pedido, fez o melhor que podia e sabia. E desabafa: “É verdade que na altura tinha um problema com o álcool. Eu bebia muito, mas não quer dizer que estivesse sempre grosso. No entanto tenho a consciência de que fiz o que podia” [HV5; P8].

A formação do Batalhão foi para o entrevistado um desencanto e os quadros que o comandavam também:

No meu Batalhão os Capitães eram todos CCC. O nosso Comandante de Batalhão nunca existiu, existia um segundo Comandante, que na altura era Major, mas depois foi promovido a Tenente-coronel, que era um homem com uma cultura razoável, mas género *playboy*. E é com este que eu começo a ver que eles dizem uma coisa e fazem outra. A partir daí, depois chego a outras conclusões, mas isso não vem ao caso. O meu relacionamento com esse Major foi sempre mau, no entanto eu respeitava-o, ele era o Comandante interino da unidade. Era uma pessoa muito difícil de tratar, absolutamente imprevisível [HV5; P8].

Para comprovar a dificuldade de relacionamento, e a imprevisibilidade, conta um episódio passado com esse oficial, já em pleno teatro de guerra, em Cabinda:

Veja-se este caso. Nós estamos em Cabinda há dois meses e o homem manda uma mensagem de rádio a dizer: «Olhe, nós mandamos quatro prostitutas por aí acima.» Ele manda vir prostitutas de Luanda ou de Cabinda, parece que até eram de Luanda, para vir para o Miconge. Pensei para comigo: «Este gajo é doido, completamente varrido, se tem necessidade de mulheres, ó pá que vá a Luanda, mas não as mande para aqui destabilizar as tropas». E depois dizia que «aquilo era uma rebaldaria». Pois era. Com os exemplos que ele dava, quem podia ter mão naquilo? [HV5; P8].

ii. O Capitão teve uma comissão amargurada no enclave de Cabinda.

Tive muitos problemas. Tive muitas dúvidas quanto à lealdade dos TE's que tinha lá na zona, mas o Comandante de Sector e por interposta pessoa, o Comandante de Batalhão, tinha uma grande feizada naquele Comandante dos TE's. A conclusão vem depois do 25 de Abril. A mesclagem da minha Companhia desertou (ficaram um ou dois), cerca de quarenta. Deixaram as armas mas levaram as culatras para mostrar que estavam de boa vontade e que tinham inutilizado a arma. Os TE's desertaram também, com as armas e tudo [HV5; P9].

Para além dos problemas descritos, teve de enfrentar uma actividade intensa do MPLA, que provocou imensas baixas e fustigou, de forma dramática, o seu aquartelamento em Caio Guembo. Uma delas foi o ataque ao MVL que já atrás foi descrito por outro Capitão.

Antes deste acontecimento, já a Companhia do entrevistado havia tido outro contacto, com resultados graves: “Um Alferes acabou por levar um tiro no ventre, teve de extrair o baço, e um outro militar ficou sem uma perna” [HV5; P10]. No dia 26 de Abril de 1974, “na noite de vinte e cinco para vinte e seis sofreu uma emboscada e teve treze feridos” [HV5; P10].

O ataque do MPLA a Caio Guembo foi dos acontecimentos mais violentos, vindo a ter interferência na vida militar futura do entrevistado.

Em 30 de Maio de 1974 o MPLA faz um ataque violento ao aquartelamento de Caio Guembo, com destruição de instalações, mortes e feridos, entre eles dois Alferes. O quartel, no que respeita a instalações, estava praticamente destruído, a Companhia ficou muito reduzida de pessoal e foi-lhe exigida a mesma operacionalidade. Põem para lá uma unidade de canhões sem recuo, uma unidade de não sei o quê, puseram para lá montes de unidades. Começou a haver divisão de comando, cada unidade leva o seu comando, torna-se pouco operacional. Nessa altura digo, basta! Comunico ao comando que quero ser ouvido, nas operações conjuntas programadas. Esta posição está na origem do processo disciplinar que me vêm a instaurar, bem como o facto de não estar garantida, por mim, a segurança do quartel em 30 de Maio [HV5; P11].

iii. O Capitão foi punido “porque não tinha feito um plano de segurança para o aquartelamento” [HV5; P12]. Vai para Luanda e apresenta-se no Forte. Refere: “onde estive oito dias detido” [HV5; P12]. Já no final do ano, recebe uma ordem para se apresentar no Quartel-General, onde lhe é dada guia de marcha para Vila Salazar, a fim de substituir um Capitão falecido num acidente de viação [HV5; P12].

iv. O Capitão entrevistado foi confrontado com o desempenho que teve no comando da sua Companhia.

Não sei, tenho muitas dúvidas. A responsabilidade primeira é de quem me mandou tomar conta de tantas vidas. Eu se soubesse o que sei hoje, mesmo continuando a não concordar com a guerra, ter-me-ia esforçado muitíssimo mais na formação, teria procurado ter formação própria adequada para que tivesse outro tipo de desempenho. Depois, a gente olha para trás e nunca é possível saber como teria sido, mas eu acho que poderia ter sido de outra maneira [HV5; P13].

12.5.5. Protagonismos

Na sua opinião inexistentes.

12.6. O Capitão guerrilheiro de Nambude – História de vida [HV6]

12.6.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 98²³⁹ nasceu em 4 de Abril de 1949, na Freguesia de Avelanoso, Concelho de Vimioso, Distrito de Bragança. Seu pai possuía a instrução primária e era agricultor. A mãe, analfabeta, também era agricultora. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o segundo ano de um curso superior e desenvolvia actividade

²³⁹ [08 de Novembro de 2011, 18h. Lisboa, ISCSP].

profissional. Era solteiro. Entrou para a tropa em Abril de 1970. Embarcou para Moçambique em 4 de Dezembro de 1971 e regressou à Metrópole em Abril de 1974.

Depois da guerra voltou ao emprego na Câmara Municipal, de que era funcionário de baixa categoria, mas o seu objectivo era acabar o curso e depois seguir uma carreira, o que conseguiu em 1976. Primeiro foi professor e depois bancário. Nesta profissão se manteve e subiu a pulso. O mesmo que fez quando era Comandante de Companhia. Posteriormente foi convidado para o banco BANIF, primeiro como Director-geral e depois como administrador [HV6; P9].

12.6.2 Selecção

Desconhece-se os modos de selecção e as razões porque foi seleccionado para Capitão.

12.6.3. Formação

i. Integrou o primeiro curso de *Capitães do Fim*, onde se confrontou com muitos problemas organizativos e formativos. Na altura tinha feito 21 anos, era dos mais novos, e o seu processo de incorporação foi estranho porque andava em Economia, nunca tinha reprovado e tinha direito a adiamentos; contudo foi chamado para a tropa. Foi seleccionado para Capitão, obteve uma elevada classificação no COM e foi fazer o estágio perto de Nambuangongo, Fazenda Maria Fernanda, em Angola. Participou em inúmeras operações, inclusive helitransportadas, e teve contactos com o inimigo. O Capitão afirma que, sob o ponto de vista operacional, foi bom: “Foi bom para mim e depois também foi bom porque o Capitão, de facto, era um profissional a sério que me ensinou muita coisa e os próprios Alferes que lá estavam acolheram-me muito bem. Daí, depois regressei” [HV6; P1].

ii. Veio para Mafra, fazer o CCC, um bocado à deriva.

Eu penso que muitos de nós estávamos convencidos de que aquilo não era para levar a sério. Nós tínhamos sido graduados em Tenentes e o nosso grupo era muito diversificado: desde advogados, pessoas licenciadas, a indivíduos já com mais experiência e havia outros «miúdos», como eu. O curso dá-me ideia que ia sendo improvisado. Muitos manuais daqueles de guerrilha psicológica, penso que muito de administração, que era o que nós tínhamos mais receio na altura. A certa altura dizem-nos que íamos passar uma semana em Santa Margarida, uma semana em Lamego e outra semana nos Fuzileiros. Fomos para Lamego e no dia seguinte mandaram-nos embora, pois não estava previsto. Desorganização [HV6; P2].

12.6.4. Desempenhos

i. Foi mobilizado para Angola, mas pediu para trocar para Moçambique porque tinha uns irmãos nessa província. Foi para Tomar formar a Companhia e, à medida que

o tempo passava, foi-se apercebendo de já ter adquirido alguma maturidade. Trabalhara desde pequeno, pois o pai havia falecido muito cedo e era preciso arranjar sustento. Apesar de ser muito novo, constatou ter já experiência e múltiplas vivências, por ter passado muito. Era um jovem que tinha estado fora de casa, e era auto-suficiente há muitos anos. Também tinha passado pelo Sanatório do Otão entre os sete e os oito anos. “Comecei a sentir que tinha a sorte de ter quatro Aspirantes muito opostos de mim, pessoas da sociedade, sendo eu um tosko de Trás-os-Montes. Houve empatia e criou-se um grupo muito coeso” [HV6; P3].

ii. O Capitão foi no Príncipe Perfeito. Depois seguiu para Mocimboa da Praia e dali foi, em coluna, para Nambude.

Nambude era um buraco, uma antiga missão. Não havia qualquer população, as casernas até eram meio enterradas. Íamos substituir uma Companhia que também já lá estava há muito tempo e, logo no caminho, rebentaram duas ou três minas. Eu disse para os meus Alferes: «Isto aqui é para sobreviver». Tratei de impor uma disciplina de forma a manter sempre os soldados ocupados, permanentemente ocupados, e sempre a convencê-los a ter uma horta por causa dos legumes e a manter aquilo sempre muito limpinho. Uma lata de cerveja no chão equivalia a um reforço na área onde a lata fosse encontrada. Havia rãguebi e futebol [HV6; P 4].

iii. O Capitão, para dar o exemplo, ia às operações e “resolveu seguir a tática da FRELIMO: bater e fugir. Atacava-se logo de manhã, batia-se, fugia-se” [HV6; P5]. Utilizava sempre o sistema de andar no mato e de não fazer colunas, “porque em Moçambique, principalmente ali no Norte, morria-se na picada, não se morria nas emboscadas” [HV6; P5]. Adoptou o lema: se havia coluna assaltava-se uma base.

Conseguí fazer isso durante um ano. Ali próximo havia muitas bases, Inhambane, por exemplo, e tinha ali também muitas machambas, que era para se abastecerem. Nós íamos mesmo ao local deles. Daí que a Companhia ganhou nome, porque capturava guerrilheiros. Tivemos bastantes sucessos nestas operações. Tínhamos também uma coisa boa: os soldados tinham uma grande inter-relação com os guerrilheiros que apanhavam. Depois iam-se descaindo. Os soldados comiam com eles e sabiam coisas. Nunca me fugiu nenhum prisioneiro. Durante o dia andavam à vontade. No primeiro dia ainda estavam no abrigo presos, depois começavam a andar por ali... Lembro-me do Moassi que dizia que o Comandante da base lhe tinha roubado um rádio e então ele queria ir buscar o rádio [pausa, emoção] [HV6; P5].

Continua a descrição:

Eu fui falar com o Comandante de Batalhão para assaltar a base de Inhambane. «Não pode ser, você é maluco, os Fuzileiros, estiveram lá e vieram embora». Lá o convenci, e então mandaram um grupo de GE para tomar conta do meu quartel, para eu ir com dois pelotões. E fomos assaltar a base, entrámos e demos cabo daquilo. Passado um bocado aparece um rádio a tocar... Apanhei o tocador e disse-lhe: «Ou arranjás armas, ou já não saís daqui». Porque não tínhamos capturado nada, encontrámos palhotas muito limpinhas, escola, tudo, mas já tudo abandonado. Não se podia estar ali muito tempo... lá se conseguiu descobrir um pequeno paiol com granadas e capturámos bastante material e papéis, um dos quais seria do actual Guébuza. E conseguimos. Houve até um Furriel que ficou sem o tacão de uma bota, com uma bala, mas não sofremos nada e demos cabo da base [HV6; P5].

iv. Face aos elevados desempenhos, o Comandante Pires Veloso nomeou o Capitão para adjunto de operações e informações do Comando de Sector.

Recompensou-me pelo esforço que tinha feito e fui para Porto Amélia, para o comando de Sector para adjunto de operações e informações. Eu até fiquei um pouco admirado, já que a minha vocação não era para estar no ar condicionado. A minha Companhia também estava para rodar, já tinha 18 meses e até já estava mais ou menos determinado que iria ali para Inhambane, Xibuto, já para um sítio de férias. Eu não queria sair da Companhia e a Companhia também não queria que eu saísse. Em Porto Amélia trabalhei muito ligado com o Comandante Pires Veloso [HV6; P 6].

12.6.5. Protagonismos

Este Capitão foi condecorado por elevados protagonismos nos teatros de guerra de Moçambique. Foi-lhe atribuída a Medalha de Prata de Valor Militar com Palma. À sua Companhia foi outorgada a Medalha de Ouro de Serviços Distintos com Palma. Os quatro Alferes da Companhia foram agraciados com a Medalha de Cruz de Guerra de Primeira Classe. Houve outras condecorações elevadas concedidas a elementos da Companhia [HV6; P7].

Eu penso que foi muito da situação de, eu próprio ter, durante um ano, comandado todas as operações na linha da frente, embora tivesse uma equipa de quatro Alferes muito boa e todos muito unidos. Nós tínhamos uma atitude muito pró-activa. Também pela organização do quartel, da ocupação dada aos soldados. Do elevado espírito de corpo. Nunca tive problemas disciplinares com nenhum dos meus subordinados [HV6; P8].

Sobre a sua condecoração o entrevistado explica:

[pausa, emoção, orgulho] A minha condecoração é revolucionária, dada pelo Eanes e pelo Garcia dos Santos, e é-me atribuída na ordem do Exército de 1976. Penso que as últimas condecorações que são atribuídas, acho que é a minha e a do Jaime Neves. Na altura o DN fez uma publicação – Os Últimos Heróis do Império – em que eu sou o último que lá apareço. Num dos livros do Pires Veloso, *Vice-Rei do Norte*, aparece lá um capítulo e tem uma parte onde faz referência à minha Companhia, à minha actividade e à organização na Companhia. Eu penso que terá sido tudo isso que deve ter pesado [HV6; P8].

Um Capitão com elevados protagonismos, sem dúvida.

12.7. O Capitão de Cobumba – Depoimento [D1]

12.7.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 114²⁴⁰ nasceu em 9 de Outubro de 1946, na Freguesia de Fânzeres, Concelho de Gondomar, Porto. Seu pai teve a formação académica correspondente ao antigo Ciclo Preparatório. Trabalhou como responsável de manutenção mecânica de uma grande empresa de acabamentos de tecidos – Calandra do Bonfim – Porto.

Antes da incorporação em Mafra, no COM, o Capitão esteve “em Luanda a fazer os estágios do Curso de Engenheiro Técnico de Química do Instituto Industrial do Porto

²⁴⁰ [Depoimento em 08.12.2010, via postal].

(segundo designação ao tempo, hoje Instituto Superior de Engenharia do Porto)” [D1; P1]. Fez estágio “de Química Analítica nos Serviços de Geologia e Minas de Angola” [D1; P1] e também “estágio de Química Industrial na Refinaria Petrangol” [D1; P1]. Os estágios tiveram a duração de três meses cada e “por conta do então Ministério do Ultramar” [D1; P1], que remunerou mensalidades e viagens. Chegado a Lisboa, o Capitão seguiu “directamente para Maфра já com alguns dias de atraso à incorporação militar, mas tinha avisado previamente que tal atraso iria acontecer, porque estava a concluir os estágios por conta do Ministério do Ultramar” [D1; P1]. À altura da incorporação o Capitão era solteiro, e “a entrada na EPI não lhe despertou sentimentos especiais” [D1; P2].

Diz não ter tido vivências de contestação à guerra. No entanto, afirma o seguinte: “referi muitas vezes, que fiz a vida militar por não ser corajoso suficiente para desertar. Qual era a vida de um desertor? E até quando viveria refractário? Preferi enfrentar a guerra colonial, e não pus quaisquer obstáculos” [D1; P4].

A sua comissão durou 45 meses [D1; P10].

Reiniciou a sua vida profissional em Junho de 1974, e indica: “numa empresa de transformação na Industria de Plásticos, onde estive quatro anos”. Depois candidatou-se, em 1978, à Companhia Nacional de Petroquímica, onde se manteve até à data da reforma.

A parte profissional mais gratificante foram os últimos quinze anos em que exerceu “actividade técnica junto dos clientes de Portugal e de vários países, mesmo em continentes diferentes” [D1; P11].

12.7.2. A selecção

No que respeita à selecção para *Capitão do Fim*, recorda-se de ter sido submetido a uma “prova oral”, em que foi ouvido por um júri de três altas patentes militares, acerca de um tema sorteado, sobre o qual depois dissertou perante esse júri.

A mim calhou-me o tema «comunicação social». Disse meia dúzia de coisas muito pobres. Se fosse um exame académico chumbava de certeza, mas aqui, e para o efeito, fui aprovado. Creio que a ideia seria avaliar-nos «psicologicamente» e assim, como me manifestei «ignorante», fui aprovado. Ou seja, eu não era rapaz para me meter em «revolucionarites» [D1; P5].

12.7.3. A formação

Recorda apenas o seu Comandante de pelotão, formador do 1º Ciclo, “uma pessoa bem formada e bom formador” [D1; P6]. Foi este instrutor que o informou estar

a pensar indigitá-lo para o CCC. Perguntou-lhe como é que encarava isso. O Capitão comunicou “que aceitava” [D1; P6].

Os quatro meses de estágio foram realizados no Leste de Angola, em Lucusse, numa Companhia de atiradores de Infantaria, como adjunto do Comandante da Companhia, um Capitão do QP.

O respondente diz que ficou “com umas ideias muito rudimentares” [D1; P7] no estágio e, quanto ao CCC em Mafra, afirma que “foi pobre” [D1; P7]. Na sua concepção, “foi um curso «intensivo» exíguo para assimilar todas as matérias e especialmente a administração militar”. Classifica-o “de insuficiente” [D1; P7].

12.7.4. Desempenhos

i. Foi mobilizado para a Guiné e integrado num Batalhão de Artilharia, com três CCC no comando de Companhias operacionais. Nunca sentiu “animosidade” da parte dos seus superiores do Batalhão, “eram boa gente e pareciam tão deslocados” [D1; P8] como ele. Embarcou em véspera de Natal de 1971. Foi de barco. Chegando à Guiné, realizou o IAO em Bolama. Esteve em sobreposição em Mansambo com uma Companhia comandada por um Capitão QP.

O Capitão aponta as operações em que mais se envolveu com a sua Companhia: “protecção às colunas de reabastecimento entre Bambadinca e Xitole”; participação “numa operação gigantesca, com desembarque no Corubal, com a protecção «assustadora» dos aviões bombardeando à nossa frente com Napalme, para limpar a zona e trajecto”; “desmatação entre Mansambo e as povoações de Massamã e Candamã”; “desmantelamento de um aquartelamento IN, na zona do Biro” [D1; P8].

ii. A Companhia do Capitão foi depois transferida para o Leste, para Cobumba, “que era uma área classificada pelo PAIGC de Libertada e sem tropas portuguesas” [D1; P8], segundo um relato de um jornalista sueco, que visitou a área sob a protecção do PAIGC. Este acontecimento veio a “irritar”, palavra do Capitão, o General Spínola “que contra atacou e deslocou para a área a minha Companhia” [D1; P8]. Em Cobumba, “as populações eram constituídas pelos familiares dos guerrilheiros do PAIGC, existia uma relação muito fria com a tropa e a situação militar era muito complicada” [D1; P8]. Os reabastecimentos eram difíceis, feitos por LDG, e sempre condicionados pelas marés.

Mesmo em combate, não houve mortos na sua Companhia, “mas morreram dois, um Furriel e um soldado, num acidente com uma mina anti-carro. Um outro Furriel morreu esmagado por uma viatura contra uma parede, já em Bissau” [D1; P8].

iii. O depoente conheceu vários Capitães do QP, manteve com eles cordiais relações e pôde, também, conhecer os seus desempenhos.

Dos contactos que tive com os Capitães do Q. P., fiquei com a impressão que eram mais seguros do que eu, pois estavam mais enquadrados e melhor preparados e tinham mais experiência, que afinal era a sua profissão. Pareciam mais frios e mais racionais e sobretudo tinham mais comissões pela frente e parecia que psicologicamente estavam mais mentalizados, não estavam tão contrariados. A acrescentar a tudo isso, acho que a nossa formação foi muito deficiente, porque muito acelerada [D1; P9].

No entanto, na sua opinião, havia algumas excepções de incapacidade até de honrar a palavra dada. Por esse facto dá relevo a um episódio passado durante uma visita do Comandante do COP4 à sua Companhia. O oficial em questão interpelou-o, dizendo “que a Companhia não apresentava acções e contactos significativos com o IN, que deveria activar mais a Companhia, já que os soldados deveriam estar preparados psicologicamente para morrer, se necessário fosse”, – tudo dito assim, a frio [D1; P9]. O Capitão retorquiu: “meu Comandante, uma palavra sua vale mais que um discurso meu. O pessoal está todo aqui, vou mandar chamá-los todos e o Senhor transmitir-lhe-á essas palavras” [D1; P9]. Resposta: “não, não é assunto urgente...” [D1; P9]²⁴¹.

12.7.5. Protagonismos

Não assinalados.

12.8. O último Capitão de Jemberém – História de vida [HV7]

12.8.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 115²⁴² nasceu em 17 de Maio de 1945, na Freguesia de Vila de Rei, Concelho de Vila de Rei, Distrito de Castelo Branco. Seu pai teve a formação académica correspondente ao ensino secundário e era funcionário público na Direcção Geral de Contribuições e Impostos. A mãe era doméstica e fez a instrução primária. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão possuía o curso de Engenharia Civil, era casado, sem filhos e já desenvolvia actividade correspondente à sua licenciatura. Fez dois anos muito atribulados de serviço militar. Depois de sair fez duas juras, sendo a segunda “nunca aceitar qualquer trabalho para tropas”. Teve uma

²⁴¹ http://ponte_dosfulas.flogspot.com/2008/06/encontro-anual-do-bart6-3873.html [visto em 10.10.2009].

²⁴² [07.11.2011, 14h. Lisboa, ISCSP].

actividade profissional notável e diversificada, após o serviço militar, passando pelas melhores empresas nacionais e internacionais.

12.8.2. A selecção

O entrevistado diligenciou por todos os meios não ser Capitão. Tentou arranjar “uma comissão civil, precisamente para aproveitar as capacidades técnicas que possuía e valeu-se de vários conhecimentos” [HV7; P2]. Segundo diz, “Conduziu o processo burocrático com empenho e na parte final e decisiva do procedimento mandaram-no falar com um Capitão, cuja resposta foi: «Nós técnicos, não precisamos, temos lá muitos no Ultramar. Nós precisamos é de carne para canhão!»” [HV7, P2]. O Capitão afirma ainda: “O meu Comandante de pelotão em Mafra foi um dos tipos que me indicou. A maneira como ele falava: “você é que tem um físico bom para Capitão, assim alto, não sei que mais... deu-me a entender isso” [HV7; P3].

12.8.3. A formação

O entrevistado começa por falar do seu primeiro dia, em Mafra, e depois retrata outros episódios da sua formação:

O primeiro dia foi um dia que eu nunca mais esqueço. Mandarem despir um tipo completamente! A mensagem é para perceber: tu deixas de ser uma pessoa e passas a ser um número; acabou, a partir de agora não és o Dr. nem o Eng.º, não és nada, és um número. E era assim que nos tratavam. Eu fiz coisas, hoje recordo isto com uma certa piada (ri-se)... Eu apanhei cinco dias de suspensão, fui apanhado a copiar num teste. Mas eu não ligava nenhuma aos testes, eu e mais três. Éramos quatro que, praticamente íamos e vínhamos todos os dias para Lisboa. Ao golpe. Um tipo, aos vinte e um anos, atura muita coisa. Um tipo com vinte e seis - vinte e sete anos, licenciado, eu tinha trabalhado num sítio onde havia uma série de engenheiros e arquitectos, que além de serem bons técnicos, eram tipos intelectualmente válidos, já não atura uma organização que era aquilo que nós sabemos – uma desgraça [HV7; P4].

O Capitão foi fazer o estágio para a Guiné.

Fui para a Guiné e apresentei-me em Aldeia Formosa. Vou-me apresentar ao Comandante de Batalhão, que era um tipo incrível e o gajo perguntou-me o que é que eu fazia. Ele era Tenente-Coronel, tinha metido o «Chico». Eu disse: «sou Engenheiro Civil, aconteceu isto, assim, assim... », e diz-me ele: «Eu também andei na Faculdade de Ciências.». Como quem diz, tu não estás a falar para qualquer um! [HV7; P4].

O Comandante de Batalhão mandou-o para a morte várias vezes e, sobre isso, diz o nosso respondente: “Bem esse tipo mandou-me para a morte várias vezes e depois coincidiu com uma fase que eu nunca vou esquecer, nem lhe posso perdoar. Foi na altura em que soube que ia ser pai” [HV7, P4].

O estágio foi realizado na Companhia do Cumbijã. Um estágio duro, onde lhe foi possível observar as grandes arbitrariedades da guerra:

Tinha sido uma zona abandonada que reocupámos. A seguir dizem-nos para ir ocupar Nhacobá. Andámos em operações comandadas por quem? Eram três Companhias, deviam ter no comando um Tenente-Coronel. Não, era um Alferes, o mais antigo da Companhia onde eu estive, com mais duas Companhias do Batalhão, é que fomos ocupar Nhacobá. Chegámos lá e havia ordens rigorosas para não fazer mal à população e há uma cena que eu também nunca mais esqueço. Vemos ao longe uma série de tipos muçulmanos, com cabazes na cabeça, vão andando... «Ninguém faz fogo, temos que cativar as populações!» diz alguém. Os tipos calmamente tiraram do cabaz metralhadoras e atiram sobre nós. Não aconteceu nada por um milagre [HV7; P4].

Viu coisas incríveis e deu-se conta da hipocrisia dos Comandos:

Houve um Alferes que apanhou com estilhaços nas carótidas, por acaso foi logo evacuado e safou-se, embora ficasse rouco. Toda a gente pensou que era eu. Não me aconteceu rigorosamente nada, mas vi muita gente morrer. Quando me vim embora, ao fim dos quatro meses, esse Tenente-Coronel vem despedir-se de mim ao avião e diz-me assim: «olhe, você deve ter má impressão a meu respeito, mas eu não sou tão mau quanto você pensa, isto é aqui na tropa, na vida civil sou completamente diferente.» O estágio não teve qualquer interesse para mim. Eu fui contrariado. A minha profissão era engenharia civil. Tropa não me dizia nada, não me interessava nada [HV7; P4].

Depois do estágio houve um regresso a Mafra para fazer o CCC.

O tipo que me estava a dar o curso era um pateta, um Tenente da Academia, ou já Capitão na altura, era um pobre diabo. O tipo ensinava-nos coisas e eu dizia: «desculpe lá não é nada assim, eu já estive na guerra, isso é só teoria...» [HV7; P4].

12.8.4. Desempenhos

i. Foi sempre difícil, ao entrevistado, “lidar com tipos perfeitamente mentecaptos” [HV7; P7].

Eu tive problemas, estive uma vez para ser preso na Guiné, por desobediência ao meu Comandante de Batalhão. Estávamos em Bolama, a fazer o IAO e já muito cansados, depois de estar a fazer tiro, etc. regressámos mais cedo. Em vez de ser às onze horas, como estava estipulado, foi às oito. O Comandante viu toda a gente a regressar, perguntou-me a razão e disse-me que as ordens eram para se cumprir e portanto, deixava de comandar a Companhia, e a partir desse momento estava sob prisão. No dia seguinte iria alguém buscar-me e levar-me sob prisão para Bissau. Hoje, digo que era a minha sorte, mas não foi [HV7; P7].

Perguntou-se ao Capitão sobre os acontecimentos posteriores:

Ah, ele manda formar a Companhia sob comando do Alferes mais antigo, que era de operações especiais. A minha Companhia tinha sido formada em Penafiel e quase todos os subordinados eram transmontanos, que são tipos muito rijos, muito duros. Aperceberam-se que eu não estava a comandar a Companhia e sabiam, todos eles, o que se tinha passado no dia anterior. Um tipo sai da formatura, pega numa faca e aponta a faca ao Comandante do Batalhão e diz: «Olhe, se o nosso Capitão vai naquele avião, eu vou matá-lo», mas com um olhar esgazeado. Ele borrou-se de medo, e eu já não fui preso. Ele perdeu a autoridade, porque entretanto houve repercussões noutras Companhias. Passado uns dias há um avião que o vem buscar para Bissau... E um belo dia de manhã, eram para aí umas sete horas, sou acordado por um Capitão dos Comandos que me manda chamar os outros Capitães e diz: «olha vocês...eu já sei que há para aqui uma subversão, vocês estão todos cercados por Comandos, juizinho!»

Contamos o que se tinha passado. A resposta veio, célere, do nosso interlocutor: “eu já calculava que o problema era do comando de Batalhão” [HV7; P8].

ii. Depois destes episódios, a Companhia seguiu para Jemberém.

Eu acabei por ir para um dos piores sítios da Guiné, que era Jemberém. Era um lugar terrível, e estive uma segunda vez para ser preso. Era um autêntico buraco. Os soldados dormiam debaixo de terra. À saída da munição inimiga, nós tínhamos que ir logo para o abrigo – feito para seis pessoas, às vezes estávamos lá dez. Estavam lá estacionadas duas Companhias.

Aquilo era uma coisa horrível. A água nem sequer servia para tomar banho. Geralmente tomávamos banho quando chovia. Quando criaram o aquartelamento, nem sequer fizeram uma desmatção da floresta. Ou seja, nós tínhamos duas idas de arame farpado e a floresta tocava na camada exterior do arame farpado. Se quisessem atacar-nos a tiro, era tiro ao alvo. Nós não conseguíamos ir ao comando do Batalhão que eram para aí uns treze quilómetros. As emboscadas eram constantes. A nossa ida tinha que ser pelo rio [HV7; P9].

Havia ataques sistemáticos: “Eu tive que desarmar os meus soldados, senão matavam-se uns aos outros. Diziam: «o que estamos aqui a fazer? Já foi o 25 de Abril!»... aquela desmotivação... desespero” [HV7; P11]. Foi um período muito difícil, “com muitos problemas disciplinares e outros. Quebravam-se sistematicamente os canais de comando” [HV7; P12].

Perante a grave situação criada, o respondente vem a receber “uma comunicação criptada, às três horas da manhã com ordem para abandonar!” [HV7; P13].

Exactamente. Eu, na altura, vejo uma data de tipos a olhar para mim, era o mais graduado e tive de tomar uma decisão. Certa ou errada, tinha de tomar uma – a indecisão é a pior coisa que pode acontecer. Vamos evacuar isto, vamos levar as munições todas, porque isto vai ser pilhado, não podemos deixar armas e o resto; as provisões ficam, a cantina fica. As munições, vamos levar tudo, o que não conseguirmos levar, vamos rebentar.

Depois veio um pelotão de Fuzileiros para nos dar protecção. Às quatro horas da manhã, abandonámos o quartel, por uma picada até ao rio, mais ou menos dois quilómetros a pé, onde nos aguardavam umas lanchas de desembarque. Entretanto houve um saque ao depósito de géneros, à cantina – garrafas de brandy, whisky, foi tudo saqueado. E, como as coisas aconteceram assim, houve inclusivamente um tipo, não era da minha Companhia, era da outra Companhia, que estava tão bêbedo, que ao entrar na lancha escorregou, caiu, desapareceu completamente. Nunca mais se ouviu falar dele. Fomos para Cacine [HV7; P14].

O Capitão é peremptório, a afirmar que houve muitos outros lugares, da Guiné, onde se repetiram cenários de abandono semelhantes: “Completamente. Havia aquela desmotivação, perguntava-se o que estamos aqui a fazer – ninguém está para arriscar a vida. As pessoas pura e simplesmente punham as armas de parte” [HV7; P18].

iii. Em Cacine o Capitão recebe uma mensagem para se apresentar em Bissau a fim de depor em auto de averiguações²⁴³.

Fui ouvido por um Major que era o encarregado de averiguações. Na realidade aquilo havia sido uma bandalheira... só que, entretanto, felizmente ou infelizmente (talvez felizmente para mim) passou a haver situações muito mais gravosas. Eu tinha tido um prejuízo talvez aí de 2000 contos e houve Companhias de intendência que chegaram aos 10000 contos. O meu caso acabou por ser posto de parte, abafado. O castigo foi tirarem-me o comando da Companhia [HV7; P14].

²⁴³ Em 2 e 3 de Junho, na sequência de fortes e frequentes ataques ao aquartelamento, a Companhia foi evacuada para Cacine e veio a ser desactivada, por despacho de 7 de Junho de 1974 do CTIG, por insubordinação na desocupação do aquartelamento de Jemberém.

O Capitão passou a desempenhar novas funções: “Fui colocado no CAOP, em Nova Lamego. As funções no CAOP foram de oficial de operações, mas aquilo era uma fantochada qualquer”. Nestas funções fez a entrega de vários aquartelamentos ao PAIGC, por exemplo Bafatá [HV7; P16].

O Capitão considera que o seu desempenho não foi bom.

Não considero bom, talvez por não ter tido vocação [HV8; P20].

12.8.5. Protagonismos

Não existiram de acordo com o Capitão.

Porventura, ao longo do discurso deste Capitão, poder-se-ão vislumbrar alguns protagonismos. No entanto, para alguns eles ferem os normativos da instituição militar, mas para outros são actos de postura revolucionária.

12.9. Capitão em Bessa Monteiro – História de vida [HV8]

12.9.1 Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 121²⁴⁴ nasceu em 14 de Agosto de 1944, na freguesia de S. Pedro do Sul, no Concelho de S. Pedro do Sul, Distrito de Viseu. Seu pai era médico. A mãe era doméstica e possuía a instrução secundária. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão estava no terceiro ano de um curso superior e já desempenhava actividade profissional. Era solteiro. Entrou para a tropa em Julho de 1970. Embarcou rumo a Angola em 8 de Abril de 1972, no comando de uma Companhia independente, e em 29 de Maio de 1974 deixou Angola rumo à Metrópole.

Eu estava praticamente com 30 anos. Fui ao Instituto Superior Técnico, inscrevi-me nessa altura em Engenharia Civil. Iniciam-se as aulas. Começo a olhar para um lado e para o outro e vejo uma coisa diabólica: os meus colegas podiam ser meus filhos, o professor podia ser, vá lá, meu filho, e um ou outro puto que andava lá podia ser meu neto. Por um lado não tinha dinheiro, por outro lado era velho. Ainda encontrei outro obstáculo: há quatro ou cinco anos que não pegava num livro, portanto os meus conhecimentos foram-se todos embora. Praticamente teria de agarrar no curso de princípio. Eu tinha de me inscrever no primeiro ano. Não era capaz, como muitos, de me formar de outra maneira. Andaram por lá, fizeram aquelas molhadinhas do apto e não apto e saíram em pouco tempo com uma licenciatura. Eu não sou desses. Eu precisava mesmo de saber as matérias e eu já não as sabia, portanto tudo aquilo para mim não servia. Voltei a ser desenhador [HV8; P16].

²⁴⁴ [21 de Novembro 2011, 10h. Coimbra, Café Santa Cruz].

12.9.2. Selecção

O Capitão não se ofereceu como voluntário para o curso de Capitães e não faz ideia nenhuma porque foi escolhido. Tem a percepção de que nenhum dos seleccionados “ia cair naquele vespeiro” [HV8; P4].

Foi uma revolta para o nosso entrevistado.

Caiu-me aquela bomba dos Capitães. Eu não estava preparado para imaginar uma coisa daquelas, se calhar ninguém estava. Porque eu não queria uma situação destas, de maneira nenhuma, nem estava mentalmente preparado para ela. Não faço ideia porque estes Capitães teriam sido seleccionados. Eu estou convencido que um dos critérios de selecção foi a capacidade mental, um coeficiente de inteligência ligeiramente acima da média. Para mim continua a ser um mistério, uma coisa opaca [HV8; P4].

12.9.3. Formação

Quando entrou em Mafra, o Capitão já tinha “consciência política” [HV8; P2]. Considerava-se um indivíduo medianamente culto, preocupado em aprender mais qualquer coisa, tendo já antes lido, por prazer, Kant, Hengel... Dizia-se pois “um indivíduo com uma certa formação” [HV8; P2]. A escola de Coimbra também foi muito importante para ele.

A entrada na EPI despertou-me uma sensação de horror. Nós entrámos por uma porta da frente, junto do torreão sul e havia uma rede de camuflagem. Eu quando vi aquela escuridão, passou-me tudo pela cabeça, mas tudo de negativo. Fiquei com a ideia de que ia entrar num campo de concentração. O que me custou mais, em Mafra, no primeiro dia [muitos risos!] foi aprender a apertar as botas. Foi talvez meia hora para cada uma. Foi de arrepiar, acaba por ser caricato, mas foi a coisa mais ridícula... [HV8; P3]

Do aspecto formativo, o estágio foi a única coisa importante para o Capitão. “Aprendeu que as hierarquias estavam muito esbatidas [pausa]” [HV8; P5]. E acrescenta: “Não digo que entrássemos no tu cá tu lá, mas era muito mais íntimo, o contacto, talvez até porque todos soubéssemos que a nossa vida dependia sempre de quem estivesse ao lado” [HV8; P5].

Releva também as suas relações com o Comandante de Companhia do QP, de quem foi adjunto. Eram magníficas.

É difícil dizer o que é que eles, os do quadro, tinham a mais do que eu, porque digamos aquele, esse Capitão, o dos quatro meses do estágio, era um indivíduo absolutamente espectacular. Era um indivíduo que sofria, porque tinha a mulher muito doente e até parece que a Senhora acabou por morrer. Era um indivíduo sofrido à boa maneira deles, era um indivíduo que bebia muito, mas também era do género de que eu gosto, directo. Ele tinha problemas a resolver, ele resolvia-os, não engonhava, não andava ali a dar voltinhas. Tinha uma coisa com que eu discordava, mas que no fundo, até naquelas circunstâncias, acho que tinha uma certa lógica. Ele preferia resolver os problemas com dois pares de estalos. Aprendi muito com este Capitão em todas as áreas de comando de uma Companhia [HV8; P5].

Regressou do estágio e foi para Mafra fazer o CCC. A esse respeito afirma:

Não aprendi lá nada. Talvez aperfeiçoar aquela questão do modelo A e do modelo A1, lá da contabilidade, porque realmente aprendemos a fazer aquilo. Agora o curso, acho que não tinha grande interesse, mas nesse aspecto da contabilidade, o indivíduo que nos deu esse curso acho que era bom. De resto, o curso era mau. Depois verifiquei que o curso tinha ali um buraco, um poço fundo em que praticamente ninguém tocou que foi a questão da justiça. A justiça era fundamental e nós, no fundo, não aprendemos nada. Nem sequer nos deram, que eu saiba, ou se deram deitei fora, umas normas, uma minuta, para quando houvesse acidentes disto e daquilo, faça assim, faça assado, nem isso [HV8; P6].

12.9.4. Desempenhos

i. O Capitão foi colocado no RAL3, em Évora, para formar a sua Companhia independente. Aí manteve um relacionamento “espectacular” [HV8; P7] com o comando e com os subordinados, que foi subvertido “quando me pregaram com quarenta e tal indivíduos de recrutamento local, portanto isto quebrou muito o tal espírito, o que eu tinha imaginado e que ia daqui” [HV8; P7]. Aqueles indivíduos, no fundo, “tinham uma linha de pensamento perfeitamente divergente. Foi andar sempre ali com uns meninos ao colo, sempre a olhar para aquelas caras, e não saber o que elas queriam dizer” [HV8; P7].

O respondente foi colocado em Bessa Monteiro que “era uma zona nevrálgica, era uma zona de passagem dos guerrilheiros, daquelas colunas de abastecimento que vinham do Norte” [HV8; P8]. Segundo o Capitão “havia várias linhas por onde grupos de trezentos indivíduos, devidamente enquadrados, passavam para fazer o reabastecimento do QG da FNLA” [HV8; P8].

De repente, conta o Capitão, “a guerrilha junto a Bessa Monteiro desapareceu” [HV8; P8], após o acontecimento que ele descreve.

Estávamos ali há coisa de um mês e, de repente, tenho a enfermaria cheia de gente que diz ter diarreia, vômitos, dores de cabeça. O médico afirmava não haver razão para tal. Tratava-se de um grupo de aderentes da guerrilha que estava na zona e viera buscar medicamentos. O que eu fiz não é muito correcto, mas eu disse ao enfermeiro: «Dá-lhes os medicamentos, mas vais dizendo a um e a outro que sabes muito bem para onde vão os medicamentos. Agora também não dás as quantidades que eles pedem.» A minha guerra em Bessa Monteiro ficou ganha quando dei os medicamentos. Quando dava os restos da comida, quando se davam os restos das pacaças que se matavam. A população civil era da ordem das quinhentas pessoas, velhos, crianças, mulheres, mas não rapazes novos, porque esses estavam na guerrilha [HV8; P8].

ii. Ao contrário do que tinha acontecido em Évora, as relações do Capitão com o Comando eram péssimas. “Era terrível, muito complicado. O meu Comandante, ao qual fiquei adido, era terrível, pela prepotência, pela incompetência, não sabia lidar com as pessoas. Era a antítese daquilo que eu tinha aprendido com os indivíduos de artilharia” [HV8; P9].

Apesar de todo esse litígio, convidaram-no para continuar na tropa. Respondeu: “Não pense nisso, eu quero é ir-me embora. Prefiro passar fome lá fora, aliás já sei o que isso é, do que continuar convosco com a vossa fartura. Isso disse eu, a esse Senhor” [HV8; P12].

O entrevistado afirma que o seu desempenho “andava lá no meio” [HV8; P14]. E confirma: “Eu tenho um louvor porque, efectivamente, cumpri. Comandei de uma maneira racional, sempre a puxar pela cabeça. Foi o que me norteou. Nada de puxar pelos galões. Sempre com o coração e o raciocínio em acção” [HV8; P14].

12.9.5. Protagonismos

“Não tive protagonismos na guerra, cumpri, dentro do que pude, as ordens que me deram” [HV8; P13].

Aqueles quatro anos foram um horror com ligeiras aberturas, mas sempre com o céu nublado. Quando acabou foi o fim do pesadelo, mas aquilo foi sempre tudo negativo para mim, eu nunca tive jeito para aquilo. Aquilo para mim era difícil, porque eu não me via numa situação daquelas. Eu via-me era a falar com as pessoas, era a conversar. «É pá, temos de fazer aquilo, fazer isto, eu dou o exemplo, vamos comportar-nos aqui como deve ser porque temos de ir embora.» Aliás, eu falhei o meu objectivo que era irmos os cento e sessenta e cinco e regressarmos os cento e sessenta e cinco. Não foi possível, infelizmente. Morreram cinco indivíduos, o que é uma barbaridade. Aquilo sempre foi difícil para mim, porque eu não me via a dar aquelas ordens, a ser mau, a ser bruto, a fazer os autos, a dar porrada! Eu nunca me senti nesse papel. Foi a liberdade, depois do pesadelo acabado [HV8; P15].

Conclui o Capitão, desta forma, a entrevista.

12.10. O Capitão de Quiende e Zau-Évua – Depoimento [D2]

12.10.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 122²⁴⁵ nasceu em S. João da Madeira, Distrito de Aveiro, em 30 de Junho de 1946. Seu pai era empreiteiro, especialista em betão armado e “fez-se por ele mesmo” [D2; P1]. A mãe “era doméstica e tinha o equivalente ao segundo ano escolar” [D2; P1].

Quando foi chamado para Mafra, para o 3º turno de 1970, “tinha praticamente acabado o curso de Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico” [D2; P1] e “aliás foi três semanas atrasado para Mafra para completar as últimas três cadeiras” [D2; P1].

Era solteiro e, na sua opinião, “livre como um passarinho” [D2; P1].

Sobre o seu serviço militar, considera que demorou demasiado tempo e sempre longe de casa – Angola, Madeira (quase onze meses) e novamente Angola. Como foi

²⁴⁵ [Depoimento enviado em 28.12.2010, via correio electrónico].

incorporado, segundo afirma, “no 3º turno, que começava em Julho de 1970, e desmobilizado em meados de Setembro de 1974, dará mais ou menos quatro anos e três meses” [D2; P9].

O Capitão sente-se prejudicado na carreira profissional; “para além de ter perdido, provavelmente, mais de 4 anos dos melhores anos da vida”. E acrescenta: “Quando cá cheguei isto era uma bagunçada e, só em finais de 1975, deu mostras de se querer emendar os erros praticados” [D2; P9].

Comecei, em 1975, por ser Director comercial de uma empresa de confecções, que à data empregava cerca de 750 trabalhadores e, em 1984, criei a minha própria empresa que, na horinha certa – antes desta nova bagunçada – vendi a uns espanhóis. Isto foi em 1994, mas ainda fiquei lá, como gerente, até meados de 1997, mas depois chateei-me saí e passado pouco tempo meti a reforma [D2; P9].

À data da entrevista já está reformado.

12.10.2. A formação

O primeiro dia na EPI “foi de horror e revolta” [D2; P2]. O último “foi um alívio” [D2; P1], muito embora soubesse que estava a dias de ir para o estágio.

Lembra-se muito bem dos seus instrutores. A seu respeito, diz o Capitão: “O do 1º ciclo era Tenente miliciano, meteu o «Chico» – indicou os Cadetes com mais habilitações para o curso de Capitães – tirando isso, bom homem” [D2; P2]. Relativamente ao do 2º ciclo, o respondente afirma que “era Tenente do QP, esse excelente como profissional, como homem e amigo” [D2; P2]. E acrescenta mais: “Para mim quer um, quer outro, foram óptimos. Aprendi muito com ambos, em especial a teoria. Exercícios físicos, fiz poucos, pois convenci-os que tinha platina num joelho, o que deu para me «baldar» a quase tudo” [D2; P2].

Também se referiu ao seu estágio, que foi efectuado em “Angola, com um Capitão do QEO, em duas zonas, N’riquinha e Rivungo, sítio designado por «cu» de Angola” [D2; P3].

Durante o estágio, esteve quase dois meses a comandar o destacamento de Rivungo, “onde tinha muita gente por quem era responsável: um pelotão reforçado, uma sanzala com mais de 3000 pessoas, gajos da DGS, com duas Companhias de pretos – raça bosquímanos, em vias de extinção, canibais e que falavam aos estalidos com a língua” [D2; P3].

12.10.3. Desempenhos

i. O Capitão foi mobilizado para Angola. Formou uma Companhia independente. Embarcou para aquela Província Ultramarina de avião, no dia 1 de Abril de 1972, cerca de uma hora da manhã, e partindo de Figo Maduro. O IAO, “Pseudo - IAO” [D2; P4], como lhe chama, foi feito na Madeira. O respondente, em Angola, comandou duas Companhias ao mesmo tempo:

O meu primeiro e único subsector foi S. Salvador do Congo, com a Companhia sediada no Quiende, Norte de Angola. Posteriormente, em meados de Setembro, entregaram-me uma segunda Companhia – tropa de Angola – sediada em Zau-Évua. Porque tinha uma enorme zona de acção, e numa região complicada, passei a depender, quase exclusivamente, da Zona Militar Norte. Fui render, no Quiende, uma Companhia da Metrópole, cujo Capitão era do quadro e, quando por acréscimo, recebi Zau-Évua foi de um Capitão Miliciano, o único naquela Companhia, originário da metrópole, e, por sinal, um «baldas», pois faltava à carga quase tudo que deveria existir. Posteriormente, já em Julho de 1974, a Companhia que nos foi render era comandada por um Capitão do quadro [D2; P5].

As condições de vida e de defesa, à chegada, eram poucas ou nenhuma [D2; P5], na opinião do Capitão. Por sua iniciativa, foram realizados inúmeros melhoramentos, desde o reforço de abrigos até ao arranjo de casernas – muitas obras iniciadas, outras de reparação e manutenção.

A actividade operacional era “muito intensa” [D2; P5]. Neste contexto, o Capitão comandou uma acção de limpeza, na qual recolheu cerca de 120 armas.

Trouxemos mais de uma centena de metralhadoras, a maioria Kalashnikov, minas anti-carro e anti-pessoal, dois morteiros e uma enorme quantidade de munições. Dessas munições, muitas tinham a marca de fabrico nosso, Braço de Prata, o que, apesar de já me terem dito, mesmo assim não dava para acreditar! [D2; P5].

ii. O Capitão diz nunca ter tido qualquer problema, quer com superiores, quer com subordinados, “salvo com um Furriel enfermeiro que, sendo «bandalho», foi o único, de toda a Companhia, que levou uma «porrada» «oficial». Face ao seu teor, subiu ao Ministro do Exército e, além de prisão – 8 meses de forte – levou não sei quantos meses a mais de comissão” [D2; P6]. De resto só teve mais dois problemas:

Acabei com as messes logo que a Companhia, que rendi, acabou a sobreposição. Não concordando, a classe de Sargentos fez-me um levantamento de rancho ao jantar do primeiro dia; Mas que eu resolvi, dizendo que o que comiam os soldados comia o Capitão, logo todos. E, quem não aceitasse, às seis da manhã tinha à sua disposição uma coluna e ia embora. Mas ninguém foi, claro!

A outra desavença foi com o 1º Sargento que não sabia nada de nada. Foi de imediato encostado, nada fazia, mas também pouco ou nada chateava [D2; P6].

iii. Sobre o serviço logístico-administrativo, como não tinha 1º Sargento, foi ao longo do tempo aprendendo a fazer tudo – o que não considerou muito difícil. Depois, “era chato e dava muito trabalho fazer aqueles mapas todos obrigatórios, uns

semanalmente, outros mensalmente, mas deu-me muito traquejo e, principalmente forçou-me a ter tudo sempre sobre controlo” [D2; P7].

Na liquidatária, o Capitão não teve qualquer problema: “apesar de ter recebido a Companhia de Zau Évua sem nada, tive tempo para justificar tudo. Salvo, já agora refiro porque é interessante, uma Berliette, um Unimogue e um Gerador, material de que não assinei a recepção e cujo Capitão miliciano, passados quase dois anos, ainda estava em Luanda para resolver o assunto” [D2; P7].

Dos Capitães do QP que conheceu, destaca Melo Antunes:

No Ultramar não conheci nenhum Capitão do Quadro, salvo o que rendi, o outro a quem passei a Companhia, já em Junho de 1974 (fim da comissão) e o «lendário» Capitão Melo Antunes, o responsável operacional da Zona, e de quem me tornei muito amigo. Salvo motivos de força maior, ia todas as terças-feiras almoçar com ele e ficávamos toda a tarde na conversa, até ao regresso da coluna ao Quiende. Foi das pessoas mais inteligentes que me foi dado conhecer e então a falar era o máximo dos máximos: tinha conhecimentos de tudo e falava de tudo, com profundidade, sabedoria e vastos conhecimentos. Era um prazer ouvi-lo [D2; P7].

Segundo o Capitão, poucos QP existiriam daquela estirpe.

12.10.4. Protagonismos

Os protagonismos do Capitão estão plasmados na forma exemplar como comandou duas Companhias, mesmo sem 1º Sargento. E, também, nos resultados operacionais obtidos, factos que vieram a ser reconhecidos pelos louvores atribuídos, um pelo Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola, e outro pelo Ministro do Exército²⁴⁶.

12.11. Considerações sobre os dez *Capitães do Fim* relevantes para o objecto de estudo

Está-se perante um grupo de dez Capitães com uma média de idades de vinte e cinco anos, possuindo, a quando do ingresso no serviço militar, o mais novo vinte e um anos e o mais velho vinte e sete. Habilitados com uma licenciatura eram sete e seis já exerciam actividade profissional. Um deles ofereceu-se como voluntário. A maior parte pensa que foi seleccionado por ter mais idade e maiores habilitações. A maioria deles, principalmente os engenheiros, tentou furtar-se à selecção para Capitão. Por isso, a motivação para a função era baixa. A formação, para quase todos, significou pouco em termos de aprendizagens significativas, excepto o estágio que, para grande parte, teve expressivo apreço pelas aprendizagens propiciadas nos teatros de guerra. Três deles haviam sido dirigentes associativos empenhados na época de 1969. A tropa foi um

²⁴⁶ <http://kiende.blogs.sapo.pt> [visto em 05.07.2010].

empecilho profissional, fundamentalmente, para os engenheiros e causou perturbações sociais e de saúde de monta para dois deles.

O espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso absoluto apresenta a seguinte distribuição: dois Capitães na zona de sucesso mínimo e um na zona de sucesso absoluto, encontrando-se os restantes sete em zonas intermédias do espaço de desempenho.

Num patamar de satisfação mínimo, correspondente ao cumprimento da missão (eficácia ou liderança eficaz), considera-se situarem-se quatro Capitães. Num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta) onde, para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos, podem classificar-se outros quatro Capitães. Dois estão abaixo do patamar de satisfação mínimo.

Considera-se que 40% construíram, no campo teórico, os dois argumentos conceptuais de bom desempenho.

Seguem-se cinco participações em **ocorrências marcantes na última fase da descolonização**.

12.12. O Capitão do golpe de Cabinda – História de vida [HV9]

12.12.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 19²⁴⁷ nasceu em 18 de Setembro de 1947, na freguesia de Marvila, no Concelho de Santarém, Distrito de Santarém. Seu pai possuía instrução de nível superior e era professor do ensino secundário. A mãe era empresária e possuía instrução de nível secundário. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão estava no último ano de um curso superior e desempenhava a actividade de revisor tipográfico. Era solteiro. Entrou para a tropa em Outubro de 1972. Embarcou rumo a Angola em 3 de Maio de 1974 e, em 10 de Agosto de 1975 deixou Angola rumo à Metrópole.

Não gosta de falar da tropa. “Não é custar, não gosto, mas não sinto insónias, nem nada. Foi um tempo, de que não gostei” [HV9; P16].

Para além disso, a tropa prejudicou a vida do Capitão.

Eu tinha trabalhado antes. Comecei a trabalhar com 22 anos, mas não na minha profissão. Fui revisor tipográfico no Diário de Notícias, na Verbo e em várias coisas. Mercado de trabalho a sério, como economista, foi com 29 de anos, porque em Fevereiro de 1976 eu acabei o curso. A saída que eu tinha era ser professor, mas eu lembrava-me do meu pai ser professor. Eu recusei

²⁴⁷ [27 de Outubro de 2011, 14h30. Lisboa, ISCSP].

sempre, não quis ir para o ensino. E, em 1978, tive essa hipótese de ir para Moçambique e fui [HV9; P16].

12.12.2. Selecção

No final do 1º ciclo, o entrevistado foi convocado para fazer testes psicotécnicos em Oeiras. Estava lá um oficial que lhe disse: «O Senhor fale aí sobre um assunto qualquer.» O Capitão perguntou: «Posso falar à vontade?». O outro retorquiu: «Pode falar.» Então o Capitão fez “um manifesto anti colonial” [HV9; P4]. «O Senhor acabou?», perguntou o oficial. «Acabei». «Pode sair», retorquiu o oficial. “Para minha surpresa, passado dias, tinha sido seleccionado CCC” [HV9; P4].

12.12.3. Formação

Em Mafra o Capitão sentiu-se “encarcerado, foi o mesmo que estar preso. Tenho um ódio, um asco àquela instituição...”. [A fisionomia revela, ainda hoje, isso mesmo...] [HV9; P2].

O Capitão diz que “Fazia o menos possível, não tomava iniciativa de nada, só fazia o que era obrigado em termos de exercícios físicos, nunca nenhum amigo meu me viu fardado, nunca ninguém das minhas relações, à excepção da minha mãe, me viu fardado” [HV9; P2]. O nosso entrevistado fez uma rejeição total à formação. E assegura: “Se não houvesse o 25 de Abril eu, possivelmente, teria saído do País. Já tinha contactos. Como veio o 25 de Abril, a descolonização era uma questão de tempo; aguentei e acho que era mais importante eu manter-me no activo do que ir para fora” [HV9; P2]. Afirma ter-se movimentado bem politicamente, “não como militante de cartão ou inscrito”, mas porque “conhecia uma data de gente ligada ao PC e ao MRPP” [HV9; P2].

Eu nunca li um manual militar. Recusei-me, nunca estudei nada, passei completamente a leste de toda a instrução. Fazia aquilo que era obrigado a fazer. Perdi um fim-de-semana porque, efectivamente, não consegui copiar. De resto vim todos os fins-de-semana a casa, mesmo no curso de Capitães. Por uma questão de princípio, recusei-me sempre a ler qualquer coisa. Não quero saber disto. Eu não dei importância nenhuma a tudo o que era de escrita militar tanto de ordem administrativa, como de ordem operacional ou ordem militar. Não li nada [HV9; P3].

O entrevistado diz ainda que “Havia uma solidariedade grande naquele curso” [HV9; P3], que o estágio pouco significado teve e que não aprendeu nada no CCC. “Aquilo que nos foi ministrado não me interessava, nem olhava para aquilo; olhava para o relógio para que o tempo passasse e poder sair dali” [HV9; P5].

12.12.4. Desempenhos

i. O Capitão soube do 25 de Abril para aí uma semana antes. As informações que recebia eram via Pessoa, outro *Capitão do Fim*.

A minha Companhia e a do Cunha, outro *Capitão do Fim*, estavam predestinadas a fazer uma operação de 24 para 25 de Abril. Estávamos em Santa Margarida. Para surpresa nossa, ao meio-dia fomos chamados ao Comando e viemos para casa. Fomos oferecer o Comando das duas Companhias ao Ferreira Duarte, que era oficial de operações do Batalhão. Ele sabia que nós estávamos envolvidos. A minha Companhia foi a primeira a embarcar. Eu tinha contactos com o MRPP e foi feito um boicote ao embarque. Um dos que estava lá era o Durão Barroso. Ficaram cá alguns soldados meus, que aproveitaram a situação para não ir, mas passado uma semana apareceram lá. Não houve qualquer desertor [HV9; P6].

ii. O Capitão seguiu para Cabinda²⁴⁸, e ficou sediado no Tchivovo, como Companhia operacional de intervenção. Fazia os patrulhamentos à volta do quartel e depois, nos finais de Maio de 1974, recebeu uma primeira indicação para sair com a Companhia, numa operação. Recusou. “Fizemos um manifesto pacifista e não fomos” [HV9; P7].

Depois apareceu lá um coronel, que me levou para Luanda. Estive detido, para aí quinze dias, no quartel dos Comandos em Luanda, onde tinha reuniões com o Pezarat Correia e um outro fulano que era do MFA. Tudo circulava entre o quarto e a messe. Entretanto, em Luanda, estabeleci os meus contactos com o MPLA. Tinha contactos com pessoas que tinham ligação ao MPLA [HV9; P7].

O Capitão regressou a Cabinda e foi, com a sua Companhia, de castigo para Belize. Como argumento, para não fazer operações no Belize, “disse que a Companhia não estava apetrechada em termos técnicos e físicos, para fazer operações no mato em zona de alta perigosidade” [HV9; P7]. Entretanto, o entrevistado tinha informações de negociações, já havidas com o PAIGC na Guiné, portanto ali era uma questão de tempo. Para ganhar tempo tiveram instrução.

O Capitão assim falou aos seus subordinados: “Nós temos que ganhar tempo, e, quanto mais tempo nós ganharmos, mais isto se vai resolver” [HV9; P7].

Foi destacado um grupo de Comandos para o Belize, para dar instrução, quinze ou vinte dias. “Ao fim desse tempo fizemos uma primeira operação com os Comandos, à volta do Maiombe, depois fiz mais duas, já sozinho com o meu pessoal. Mas aí não saímos. Ficámos num sítio, fazíamos a segurança à volta e os relatórios eram forjados” [HV9; P7].

iii. Foi produzida, na Companhia, uma cassette sob o título “Soldados recusam-se a combater”, que foi passada na rádio do MPLA. O Capitão conseguiu “enviá-la para

²⁴⁸ Veja-se Anexo VII.

Lisboa, para um fulano que trabalhava na Rádio Renascença. Foi aí passada e, depois, também chegou ao MPLA” [HV9; P8].

Houve negociações e contactos com o MPLA, através do médico do Batalhão e de outras pessoas. “Eles começaram a aparecer e a falar connosco” [HV9; P9]. Diz o Capitão, que foi uma vez a Dolizi, uma cidade da R.P.C. “Fui com o médico e com um Alferes. O Sampaio, que era o médico, estava ligado ao PC, antes do 25 de Abril. Fomos à civil, na ambulância do médico, e não houve problema nenhum. Fomos visitar um aquartelamento do MPLA” [HV9; P9].

iv. O Capitão foi um dos principais responsáveis por aquilo que designa de Operação Cabinda (A VII. 2).

Eu, quando chego a Angola, no dia quatro de Maio, parece que o 25 de Abril não tinha acontecido. Eu tinha estado lá, um ano antes, no estágio e constatei: «Isto é exactamente a mesma coisa, não aconteceu nada em Portugal». As pessoas queriam-se manter, como se nada tivesse acontecido. O Comando de Sector, encabeçado pelo Themudo Barata, era um grupo de pessoas, penso, tudo anti 25 de Abril. E a partir de certa altura, suponho que em Agosto ou Setembro, é dada uma certa ênfase à FLEC, no sentido de contrabalançar a preponderância que o MPLA tinha em Cabinda [HV9; P11].

Os TE's tomaram partido pela FLEC.

Eu também tive vários TE debaixo da minha alçada, mas depois abalaram todos, cento e sessenta ou cento e setenta homens. Tenho a convicção de que tudo foi incentivado pelo próprio Comando de Sector, no sentido de arranjar mais uma força que contrabalançasse a influência que o MPLA tinha, e chegou-se a um ponto que, em Cabinda (cidade), a própria FLEC já fazia controlo de pessoas, população. Entretanto, chega-me aos ouvidos também alguma insatisfação, da parte do MPLA, pelo que se estava a passar e ameaçavam recomeçar a luta [HV9; P11].

O entrevistado, juntamente com o *Capitão do Fim* Cunha e com o Alferes Gomes da Silva, angolano sedado em Cabinda, idealizaram uma operação. Contactaram o MPLA para fazer uma operação conjunta, mas subordinados ao seu Comando. Fizeram alguns contactos com as NT, entre o Belize e Cabinda, já que existia outro aquartelamento no Buco Zau cujo Tenente-Coronel lhes parecia uma pessoa mais receptiva a novas ideias. Diz o Capitão: “Fomos convidá-lo para, depois do golpe, ele assumir o Comando de Sector. Ele disse que sim, com uma condição: o Batalhão dele não iria tomar qualquer parte activa, nem contra nem a favor” [HV9; P11].

No dia 2 de Novembro de 1974, de madrugada, iniciou-se a operação em direcção a Cabinda [A VII. 1].

Na operação, tínhamos uma ordem de ocupação de seis ou sete postos-chave, que tomámos rapidamente, e do Comando não tivemos qualquer reacção. Foram presos os Comandos do Sector. Entretanto chamámos esse Tenente-Coronel do Buco Zau, para assumir o poder, e nós viemos embora. À noite, veio um avião de Luanda que procedeu à ida daquela gente toda. O

Themudo Barata esteve guardado por um Cabo, não entrou ninguém do MPLA no Comando de Sector [HV9; P11].

v. O Capitão nunca teve problemas disciplinares com os subordinados, mas esteve na alçada da disciplina militar, pois veio a receber uma notificação, em 1976, sendo o processo arquivado em 1983 (A VII. 4):

Nunca tive problemas disciplinares com os meus subordinados, não puni ninguém e dei-me sempre bem. Uma relação franca, directa, nunca foi posta em causa a minha autoridade, aquilo que eu queria que eles fizessem, eles faziam, sem me impor, sem berrar. Estive com aquela gente desde Janeiro de 74 até Agosto de 75, portanto foi praticamente vinte meses, não houve necessidade de instalar qualquer processo disciplinar, com conversa foi tudo resolvido e nunca tive casos de indisciplina [HV9; P11].

12.12.5. Protagonismos

O Capitão considera que teve.

Eu acho que tenho algum espírito de liderança e, na minha vida profissional, sempre estive com muita gente à minha volta, a liderar, e nunca tive problemas de liderança. Até ir para a tropa, isto não é por vaidade, não tinha ainda experiência de liderança, mas penso que era qualquer qualidade inata. Depois, na minha vida profissional, fui sempre Director geral, administrador, sempre com muita gente à minha volta e, em Moçambique, cheguei a ter um complexo industrial com 3000 pessoas. Acho que nunca me custou liderar ou chefiar. Nunca pela força, pela coacção. Suave, *soft*, consegui levar a água ao meu moinho. Qualidade ou defeito não sei o que é [HV9; P17].

No entanto interroga-se sobre os acontecimentos: “É evidente que se eu soubesse o que aconteceu depois, teria feito tudo isto? Não tinha feito”. Diz ele que “estamos perante uma cambada, uma camarilha” [desilusão] [HV9; P9].

12.13. O Capitão polícia e desactivador de quartéis – História de vida [HV10]

12.13.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 25²⁴⁹ nasceu em 21 de Setembro de 1945, na Freguesia de Alcântara, Concelho de Lisboa. Seu pai teve a formação académica correspondente ao ensino secundário e era empregado de uma agência de viagens. A mãe era doméstica e fez a instrução primária. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão possuía o terceiro ano de um curso superior, era casado e pai de três filhos, e desenvolvia a actividade de guia-intérprete “há uma data de anos” [HV10; P1].

Foi incorporado no 4º turno do COM de 1972 e fez 28 meses de tropa [HV10; P1].

Inquirido sobre se havia continuado a desenvolver a mesma actividade, o Capitão respondeu:

²⁴⁹ [07.11.2011, 18h. Lisboa, ISCSP].

Nessa altura não foi fácil porque, em 1975, o turismo estava um bocado pela rua da amargura. Ainda fiz umas viagens em 1975, depois surgiu a oportunidade de ir para uma escola hoteleira – a Escola Hoteleira de Faro e estive lá três anos. Entretanto, o turismo já tinha arrebicado e saí de lá e voltei para guia. Fui fazendo viagens e tal, fui alargando os meus horizontes e indo cada vez mais longe. Depois comecei a certa altura a pensar: «eu não vou querer ser guia a minha vida toda, há-de haver uma altura em que eu me vou faltar, porque isto puxa muito pelo pêlo». E apareceu um curso que achei interessante, que era de Restauro de Documentos, e é isso que eu faço agora. Estou a acabar, porque entretanto estou reformado, mas como me comprometi este ano a fazer um determinado trabalho... [HV10; P10].

12.13.2. Formação

i. Durante a instrução, em Maфра, a sua esperança “foi de que, até ao fim do 2º ciclo, porque falava uma série de línguas e já era dos mais velhos e tinha filhos” [HV10; P2], o “enfiassem nas telecomunicações, ou coisa parecida. Era mais saudável do que ser atirador” [HV10; P2]. Acabou por se “lixar” e foi “para a formação de Alferes e não de Capitães” [HV10; P2]. Resolveram que “não servia para Capitão” [HV10; P2]. Foi pré-seleccionado, mas não foi seleccionado, por culpa própria, porque começou a dizer coisas tais como: “eu sou um solitário, não funciono particularmente bem a comandar gente... as jogadas que um gajo faz pensando que está a ser esperto, e lixa-se...” [HV10; P2].

Começou então a pensar, “já borrei a pintura, porque, apesar de tudo, um Capitão lixa-se tanto como um Alferes, mas ganha mais, portanto tratei de ir dar a volta à coisa...” [ri-se] [HV10; P2]. No fim do 1º ciclo, o Capitão foi “fazer o curso para Alferes” [HV10; P2], mas entretanto meteu uma cunha e foi (re)integrado no curso de Capitães, seguindo para estágio na Guiné.

ii. Indagado sobre como havia decorrido o estágio e se aprendeu alguma coisa, durante o mesmo, com o Capitão miliciano da Companhia onde esteve sedado, proferiu:

Era Capitão miliciano, mas não era um Senhor. O gajo nunca fez o mínimo esforço para me ensinar fosse o que fosse [pausa] passava o dia praticamente bêbado, então à noite aquilo era... Era um gajo de uma covardia aflitiva. O meu estágio também não valeu grande coisa. Eles não tinham, que eu me lembre, 1º Sargento, acho que não havia. Havia um Alferes e fui aprendendo algumas coisas, que me foram caindo em cima, mas nada de sério. Nunca andei a comandar homens [HV10; P3].

Regressou e fez o CCC em Maфра; questionado sobre as aprendizagens aí obtidas, replica que “é difícil de responder” [HV10; P4]. Como “não estava muito interessado naquilo, acabou por não ter interesse nenhum” [HV10; P4].

12.13.3. Desempenhos

i. Em 11 de Abril partiu para a Guiné, e aconteceu o 25 de Abril, enquanto fazia o IAO no Cumeré. Depois foi colocado em Piche.

Foi inquirido sobre contactos e relacionamentos com o PAIGC.

Tive uma cena engraçadíssima, isto logo no princípio. Fomos destacados para Piche, que não era dos sítios mais simpáticos, mas como nessa altura já tinha acabado a guerra propriamente dita... Houve uma vez que fui com um pelotão da minha Companhia ter com um pelotão do PAIGC e, no meio daquela coisa, de repente tinha os meus «taratas» a tirar fotografias com os RPG, e com as «Kalaches» na mão e os terroristas contentíssimos e tudo a alinhar com uma enorme descontração!... Aquilo era absolutamente impensado, tanto dum lado como do outro, não havia consciência do que estavam a fazer. Foi uma coisa que me fez muita confusão [HV10; P6].

O Capitão teve vários encontros com os guerrilheiros: “Sim, sim. Apareciam de vez em quando; houve uma noite em que tínhamos não sei quantos lá a jantar. Apareciam, principalmente ao nível de Comandos, de vez em quando apareciam” [HV10; P7].

ii. Depois recebeu ordens para desactivar vários aquartelamentos: “É preciso imaginar o que é empacotar a tralha de uma Companhia numa noite!...” [HV10; P7]. Foi uma vida de burocracia: “Bem... a minha vida nessa altura era secretaria, secretaria, secretaria...” [HV10; P7]. E o Capitão continua:

Cheguei a ter tralha de muitas Companhias à minha responsabilidade e não sei para quê... As instruções eram: «o Capitão faz os papéis, depois entrega nas várias repartições, a malta carimba e deixa para aí o material!». Era a irresponsabilidade institucionalizada. Os nossos burocratas da guerra, não tinham capacidade para receber aquela «merda» toda, nem sabiam o que lhe haviam de fazer. Eu deixei o material, não sei o que lhe aconteceu, nem quero saber [HV10; P7].

A guerra do Capitão foi de «papel», e também de polícia:

Foi isso. Começou a haver em Bissau arruaças muito sérias e roubos nas lojas comerciais. A minha Companhia exercia funções policiais. A minha arma preferida, nesse período, era um porrete, um pau incenso, uma madeira rija como um raio! Escolhi um porrete jeitosinho, cortei-o, ajeitei-o, descasquei-o. A G3 ficava no jipe e eu exercia a autoridade com o porrete... [HV10; P8].

“Assim acabou a guerra! ”, desabafa o Capitão.

12.14. O Capitão de Caboxanque: a cultura e a guerra – História de vida [HV11]

12.14.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 39²⁵⁰ nasceu em 16 de Novembro de 1946, na freguesia de S. João Baptista, no Concelho de Tomar, Distrito de Santarém. Seu pai tinha a instrução secundária e era secretário de finanças. A mãe possuía instrução superior e era

²⁵⁰ [9 de Novembro 2011, 14h. Lisboa, ISCSP]

doméstica. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão, era licenciado em Engenharia Electrotécnica e já desempenhava actividade profissional. Era casado. Entrou para a tropa em Abril de 1972. Embarcou rumo à Guiné, no comando de uma Companhia independente, em 29 de Outubro de 1973 e, em, 13 de Setembro de 1974 deixou a Guiné rumo à Metrópole.

12.14.2. Formação

i. Logo à entrada na EPI, o Capitão foi surpreendido pelo comportamento do seu instrutor, que se apresenta dizendo ser irresponsável: «Tenham cuidado comigo que eu às vezes passo-me». Diz o entrevistado que “ele tentou, nitidamente, assustar as pessoas, revelando uma coisa que ele tinha, e outros tinham..., que era um grande receio de estar à frente daquela malta, vinda das universidades, que potenciava já uma vontade de contestação” [HV11; P2]. Explica melhor: “O afirmar-se, «sou irresponsável, têm de ter cuidado comigo, ou se portam bem ou eu passo-me e faço asneiras», dá logo uma ideia desse ambiente, não compreensivo, ou não cordial, entre as duas partes. Portanto, na relação havia alguma tensão. Repito, havia um sentimento que não era de confiança” [HV11; P2].

ii. O Capitão afirma que no estágio, a nível de relacionamento com os Soldados e com a população, aprendeu. Também aprendeu sobre o modo de reagir com a guerra: “Eu não fazia ideia como reagir, em termos militares, em situação de guerra. Eu reagi de uma maneira que nunca pensei que reagisse. Eu reagi muito calmamente. Portanto, relacionei-me bem com a guerra de uma forma que me surpreendeu um bocado. Admito.” [HV11; P4]. Quanto ao CCC:

No CCC, em termos de táctica militar, de relacionamento com a população, acção psicossocial, etc., houve informações que eu recebi e que não tinha. Já o aprender a mexer nas armas era corriqueiro e não tinha significado. Deparei-me com intervenções de oficiais, no mínimo surpreendentes. A formação política era perfeitamente absurda, mesmo um sujeito, disposto a dar razão ao regime e à guerra colonial, ficava perfeitamente espantado (depois de vir de um ambiente universitário) com o nível de primarismo que aquela gente tinha [HV11; P5].

iii. Durante a vida militar o respondente conheceu alguns oficiais do QP muito iguais aos que teve como formadores.

Para ser Comandante de Companhia, tem de se gostar do relacionamento com os homens e, ao mesmo tempo, criar um clima de autoridade. Autoridade não significa autoritarismo. Depois, para além da autoridade é preciso ter conhecimentos técnicos, em termos de acção psicossocial, de relação com as populações, em termos operacionais, e acho que, a esse nível, a nossa formação era muito pequena. Os do quadro, nomeadamente os mais novos, eram muito verdes, muito mais ingénuos do que eu. Eram de uma candura! Por outro lado, sentia pouco respeito pelos meus Comandantes, porque não os considerava. Eles assumiam a guerra e não a sabiam

fazer em condições. Havia níveis de incompetência elevados, estavam desanimados, desiludidos com a guerra, estavam tudo [HV11; P8].

“Foi por aqui que acabou a guerra”, acrescenta o Capitão.

12.14.3. Desempenhos

i. O Capitão formou Companhia num quartel “onde havia quatro Capitães milicianos; dois eram abertamente de direita, mas todos tratavam ostensivamente mal o Comandante de Batalhão, os Comandos” [HV11; P6].

O Capitão apanhou aquela fase dos “finais de setenta e três, em que havia todas as movimentações prévias ao 25 de Abril, e em que os *Capitães do Fim* eram quase todos licenciados. Havia um sentimento de revolta muito grande com os Comandos” [HV11; P6].

Eu ficava de oficial de dia e havia uma comida que era uma desgraça. Eu dizia para arranjam uns bifés, vinha o Sargento a dizer que não podia ser. Dizia: «Não pedi para estar aqui, deram-me como função tomar conta do quartel durante o fim-de-semana, o pessoal que cá está vai comer decentemente». Eles cumpriram, que remédio tinham, depois fui chamado ao Comandante de Batalhão. Pus logo as coisas nestes termos: «As pessoas estavam a ser mal alimentadas, mal servidas, estou aqui obrigado, ao menos que estejamos com o mínimo de dignidade» [HV11; P6].

ii. O Capitão foi para a Guiné, onde percorreu vários sítios: Caboxanque, Cadique, Bochenam e Safim. Saiu de Bissau, para o mato, “com a sua Companhia numa lancha que ia carregada com bidons de gasolina e caixotes de munições” e todos iam “em cima daquilo. Bastava um tiro vindo das margens e ia tudo pelos ares” [HV11; P7].

O Capitão conta que, em Cufar, uma dessas lanchas, carregadas de munições e gasolinas, atracou no porto, na maré cheia; ora o PAIGC tinha minado por baixo – tinham prendido as minas no fundo do rio. Quando a maré baixou, a lancha accionou as minas. “Durante 15 dias a gente passava pelos braços do rio e havia corpos a boiar, de africanos que estavam a descarregar aquilo. De facto, havia fragilidades da nossa parte, e foi isso que eu senti muito” [HV11; P7].

O Capitão afirma que “no aquartelamento de Caboxanque, em cerca de seis meses, teve catorze ataques com artilharia” [HV11; P7]. Ele tentava responder, mas os nossos morteiros tinham menos alcance que os canhões sem recuo deles. “Era só para fazer barulho. A gente respondia para fazer barulho” [HV11; P7].

Apesar da guerra, em Caboxanque, a Companhia tinha um grupo de teatro coordenado pelo Victor Norte Ribeiro, que era cabo enfermeiro, e um jornal designado

a *Raposa*²⁵¹. Acrescenta: “não acredito que houvesse muitas Companhias que tivessem um jornalzinho e um grupo de teatro em situações tão difíceis” [HV11; P10].

iii. Por sentir já tanta fraqueza do nosso lado, é que, numa das operações, o Capitão experimentou um grande dilema: ir ou não ir ao local. Mas pensou: “estou-me a meter nesta guerra a sério!” Resistiu à tentação, “porque a vontade era pegar nas tropas e ir lá, sabia onde eles estavam, e é difícil resistir a não ir lá...” [pausa] E acrescenta: “Eu não fui lá porque tive receio de haver mortes” [HV11; P7]. Depois o Capitão pensou: “Estou a meter-me nisto demasiado a sério e foi uma coisa que nunca pensei fazer...” [HV11; P7].

Ir ao local, era desdizer uma promessa que o Capitão havia feito aos seus soldados, em Estremoz: “o meu principal objectivo, como Capitão, é que todos voltem” [HV11; P7]. E voltaram. “Em termos militares, na altura, custou-me”, afirma o Capitão. Acrescentando: “eu tenho a certeza que, se passasse ao ataque, tinha possibilidades de fazer alguma coisa, e andava só a servir de alvo, que era uma situação muito desagradável” [HV11; P7].

iv. De 24 para 25 de Abril o Capitão partiu de Lisboa para Bissau, pois tinha vindo a Lisboa, nessa altura, passar dez dias. “Tinha uns contactos ténues com o movimento e, quando cheguei lá, é que soube que era naquela noite. Depois, já em Bissau, participei na detenção do General Bettencourt Rodrigues, que fomos meter no avião para a Ilha do Sal” [HV11; P9].

Ouvi, nas telecomunicações, o Bettencourt na noite de vinte e quatro para vinte e cinco a perguntar ao chefe da PIDE: «Que unidades é que a gente tem do nosso lado?». E o da PIDE respondeu: «Que eu saiba, nenhuma». Portanto, isto dá um bocado a ideia da situação. Toda a gente estava numa de se vir embora. Quando os spinolistas começaram a ir fazer sessões, junto das unidades, sobre possibilidades de um referendo e depois perguntavam à assembleia: «têm alguma dúvida?», os soldados perguntavam: «quando é que a gente vai embora?». Criou-se, rapidamente, um clima em que os soldados só queriam era vir embora; portanto, para os terroristas, era o ideal. O referendo foi inviabilizado porque as tropas queriam vir-se embora [HV11; P10].

Em Setembro de 1974 procedeu-se à desactivação de Caboxanque.

A ordem foi sair. Entreguei ao PAIGC. Não houve uma entrega oficial. Houve uma passagem, houve a ida de comando do PAIGC ao local onde eu estava, almoçámos juntos, houve ronco, houve assim umas coisas, e depois nós dissemos que íamos sair num determinado dia e saímos. Não houve nada combinado, mas não houve atrito [HV11; P12].

Os guerrilheiros estiveram no quartel e “estavam surpresos”, palavras do Capitão. «Estamos aqui a comer com vocês... o Amílcar disse-nos, vocês ainda hão-de

²⁵¹ Veja-se Anexo IX.

estar à mesma mesa com os portugueses, mas a gente não acreditava e agora estamos aqui.», diziam eles. Diz o Capitão, que “depois saíram da unidade e foram lá para o Comando deles. Pediram *caliente* (aguardente) para cortar o frio” [HV11; P12].

Na opinião do Capitão a posição dos chefes era bem diferente.

Os chefes, por outro lado, não queriam mostrar que precisavam de nós, os portugueses. Portanto, relativamente às coisas que a gente lá deixava nos quartéis, a posição deles era de menosprezo, faziam de contas que aquilo não valia nada. Ainda estava a guerra muito presente e eles mantinham uma posição de orgulho, de prepotência de certo modo [HV11; P12].

v. Antes de embarcar para a Metrópole, foi dada à Companhia do Capitão a missão de defender e controlar, a entrada norte de Bissau. Aí se fiscalizava a deslocação das NT, dos elementos do PAIGC e das populações. Profere o Capitão: “A certa altura, tivemos problemas com a população. Os gajos, impossíveis de aturar, insultavam as tropas. Era a população que nos tinha apoiado, mas que queria mostrar ao PAIGC que estavam do lado deles. As barreiras eram muito dificilmente mantidas, por nós, por causa da contestação e do insulto” [HV11; P11].

vi. O Capitão recorda um episódio que comprova a desagregação a que o Exército havia chegado na Guiné.

Chovia torrencialmente, como chove em África e um Batalhão, que estava fora da zona de Bissau, tinha o embarque para a Metrópole marcado para um determinado dia. O embarque foi adiado e eles, como forma de protesto, abandonaram os locais rumo a Bissau, para vir para o barco. No caminho estava eu, a defender a zona norte de Bissau. Deram-me ordem para guardar o caminho por onde eles passavam. Nós estávamos lá e chegam eles, completamente encharcados, e com três horas de chuva torrencial em cima e não agimos com violência, quiseram passar e passaram. Mas o mais característico é que o Comandante do Batalhão estava lá no sítio onde eu estava. E lembro-me dele dizer para os soldados: «Vocês dão cabo da minha carreira militar!» E um dos soldados replica-lhe: «Eu estou-me cagando para a tua carreira militar». Este exemplo é paradigmático [HV11; P12].

vii. A Companhia chegou a Portugal e foi desmobilizada no barco

Cantavam canções do Zeca Afonso, com toda a força, porque os soldados da minha Companhia, e as outras que vieram, desembarcaram a cantar: «Canta, camarada, canta». E coisas assim. Aliás, quando entraram no barco, em Bissau, começaram por ocupar a sala de oficiais. Ocuparam, é um bocado exagerado, foram para lá. Depois disseram-lhes para sair e lentamente foram saindo. Mas não aceitavam aquelas desigualdades. Também tinham combinado vir a cantar, quando desembarcassem, e aí desmobilizaram-nos à entrada do porto e, quando desceram, vinham à civil [HV11; P13].

12.14.4. Protagonismos

O Capitão diz ter tido “um pequeno protagonismo que é desconhecido” [HV11; P14]. Considera que os seus grandes objectivos, sobreviver ele e os seus soldados, foram alcançados, com saber e sorte. E termina: “Voltámos todos como Companhia e, em situação difícil, manteve-se coerente e disciplinada. Já nas outras Companhias a

disciplina tinha-se rompido, e nós mantivemo-nos com funcionamento digno” [HV11; P14].

12.15. Cessar-fogo em Angola: Capitão primeiro protagonista – História de vida [HV12]

12.15.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 74²⁵² nasceu em 14 de Junho de 1948, na Freguesia de Atei, Concelho de Mondim de Basto, Distrito de Vila Real. Seu pai fez a instrução primária e era agricultor. A mãe era doméstica e tinha as mesmas habilitações escolares do pai. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o terceiro ano de Teologia e o bacharelato em Filosofia. Não trabalhava nem era casado. Entrou para a tropa em Julho de 1971. Embarcou, para Angola, em 12 de Fevereiro de 1974 e regressou em 17 de Maio de 1975. Foi um militante anti-guerra.

Aos 42 anos teve um AVC, continuou a trabalhar, foi professor e hoje está aposentado.

Entretanto, uma filha perguntou-lhe: «Ó Pai, tu não disseste que tiveste um louvor?» «Tive.» «É que esse louvor dá direito a dispensa de propinas.» O Capitão entregou a cópia do louvor, que entretanto conseguiu arranjar, e a filha deixou de pagar propinas enquanto estudou. “Foi a única coisa que me restou da guerra, desabafa o Capitão” [HV12; P13].

12.15.2. Selecção

O Capitão, estudante do Seminário, a partir de determinada altura, convenceu-se de que não teria vocação para ser padre. Assistiu ao regresso do exílio de D. António Ferreira Gomes e aquilo mexeu com ele. “Apelava muito à justiça e à igualdade que estavam inscritas na JUC [pausa]. Sei que em Mafra ainda recebi alguns cadernos. Tive que rasgar o colchão e metê-los lá, porque se éramos apanhados!...” [HV12; P2].

Enquanto estudava Teologia, no Porto, foi “colocado como catequista de um grupo de jovens, hoje médicos e engenheiros, ali na Ribeira, na Igreja de São Nicolau – freguesia de São Nicolau, onde havia muita miséria” [HV12; P2].

Tudo aquilo começou a mexer comigo e a apelar-me para outros sentimentos. Entretanto aparece um tal padre Mário da Lixa que era do revirinho. Eu assisti ao julgamento dele no qual D. António foi testemunha. Cheguei a levar algumas cacetadas e correr à frente dos canhões de água. Aliás o Seminário Maior do Porto, que frequentei, era uma instituição contestatária. Tudo

²⁵² [14 de Outubro de 2011, 16h. Porto, Universidade Fernando Pessoa]

isto começou a formar um pouco a minha personalidade. E daqui é que resultou o meu sentimento anti-colonização e anti-guerra. Eu estive sempre muito próximo de acontecimentos revolucionários da altura, tal como a JUC. [HV12; P2].

Por tudo o que foi descrito, o Capitão “sentiu uma grande revolta ao ser seleccionado para Capitão, porque não se sentia preparado para aquilo” [HV12; P5].

12.15.3. Formação

i. Quando “entrei em Mafra senti-me ninguém, no meio de tudo aquilo, uma pessoa não era ninguém... tirar a foto para o BI (também mexeu muito comigo)... Éramos impessoais” [HV12; P3]. O Capitão “sentiu que aquilo era, não é bem uma exploração, mas era jogar muito baixo com a maneira de ser das pessoas”. Deixaram-no desarmado. “De resto, uma pessoa, estudante e sem dinheiro como eu, que cai ali, é quase tratado como uma coisa, está nas mãos deles” [HV12; P3].

Os instrutores, diz o Capitão, “também contribuíram para que fosse tratado como uma «coisa». Desculpei-os porque, se calhar, eles também eram fruto do regime” [HV12; P4].

ii. O Capitão fez o estágio em Guilege, na Guiné.

Sim, no corredor da morte. Vivia-se à base do tiroteio, do ataque, às vezes mais do que uma vez durante a noite. Fomos estagiar para lá dois. Passávamos o dia no quartel, mas nós gostávamos mais de dormir fora do quartel do que no quartel. Fora do quartel só se tivéssemos a infelicidade de eles darem connosco. Dentro do quartel era ataques todas as noites; chegavam a vir ao arame farpado. E a sorte é que possuíamos uma anti-aérea de quatro canos. De manhã havia corpos traçados do outro lado, e era deste modo que acabavam por não entrar dentro do arame – era assim! [HV12; P6].

Sobre a guerra de Guilege observa: “a G3 era para esquecer, a G3 era para quando saía do arame farpado, dentro do arame farpado a minha defesa era a vala. Quando ouvia o som do tiro, a sair de lá, ia para a vala” [HV12; P6]. As primeiras noites do Capitão foram passadas em branco.

Quando os outros iam para o buraco nós íamos também. Era uma loucura de fogo e a gente no buraquinho, à espera que aquilo acabasse. Fazíamos patrulhamentos à volta do quartel e íamos às populações. Os reabastecimentos vinham por rio. Tínhamos que atravessar locais muito perigosos e então os bombardeiros, que estavam em Bissau, levantavam e faziam o patrulhamento da picada, quando a gente saía do quartel. Depois de carregar os reabastecimentos, regressava-se e os aviões voltavam a fazer o mesmo. Foi num desses patrulhamentos que abateram o primeiro avião Fiat. A guerra virou, deixámos de ter a supremacia da aviação. Senti no Guilege muita perturbação psicológica. A guerra ali era a sério [HV12; P6].

O Capitão [emocionado] diz ainda: “Quando me vi no avião, virado ao Oceano Atlântico, no fim do estágio, dei Graças a Deus” [HV12; P8].

12.15.4. Desempenhos

i. O Capitão foi para Quivuenga, em Angola e teve poucos apoios na Companhia: “O único apoio que eu tive foi de um Alferes que frequentava Direito. Dos quatro Comandantes de pelotão, os outros tinham todos vindo do curso de Sargentos. Se eu era impreparado, então eles nem se fala” [HV12; P9].

Não havia quartel e vivia-se em tendas de campanha, em Quivuenga. O Capitão resolveu começar a construir as casernas.

Tínhamos de ir buscar areia ao rio e eu decidi, um dia, mandar dois grupos de combate, um para fazer protecção e outro para ir ao rio. A protecção era por causa da FNLA e dos jacarés, e os outros iam retirar a areia para cima da viatura. Na ida, o rapazinho que ia ao lado do condutor, foi pelos ares, com uma mina anti-carro. Ora aquilo não estava programado superiormente. Fui eu que programei, embora para benefício de nós todos. Para mim foi uma desolação [HV12; P9].

ii. As mensagens, urgentes e confidenciais que chegavam a Quivuenga, davam conta de que o quartel iria ser atacado, com armas pesadas, a partir de Mucaba. Dizia-se, também, que havia entrado armamento, após o 25 de Abril, e que eles estariam por ali perto²⁵³.

Bem, então pego e escrevo uma carta ao Comandante da zona da FNLA a convidá-lo para uma conversa. E ele respondeu. E, uma célebre noite apraza comigo vir ao meu quartel. Aceitei. Ele veio ao meu quartel. Viu-o empenhado em acabar com a guerra. Dizia: «tropa portuguesa afinal não é má», no meio dos copos claro, «eu tenho é que comunicar isto aos meus Comandantes, mas não sei como hei-de ir, eu não tenho viaturas». Eu caio na asneira e empresto uma viatura para o levar à fronteira, ao Congo. Turras e portugueses, inimigos, tudo misturado em cima da viatura, tudo misturado [risos].

A viatura regressou, sem problemas nenhuns, e eles continuavam a ir ao quartel e sem fazer guerra. Era a paz combinada [HV12; P10].

Conta o Capitão que, de madrugada, no regresso da viatura: “um heli dá conta daquela miscelânea militar, tira fotos e eu tenho uma mensagem, urgente, para me apresentar no comando de Sector” [HV12; P10]. O Capitão apresenta-se ao General Altino de Magalhães, que lhe mostra as fotografias e pergunta: «O que é isto?» E o Capitão responde: «Não concordo com a guerra, acho que é injusta». Responde o General: «Vá para o seu quartel que vai levar uma grande porrada» [HV12; P10].

iii. Entretanto, passado algum tempo, o Capitão voltou a receber outra mensagem para ir ao Quartel-General. Apresentou-se e mandaram-no para uma sala cheia de Capitães. O General começou a prelecção. «Recebi ordens para encontrar a paz. É a primeira vez, não há experiência. No entanto está aqui uma pessoa que já tentou, com certeza não o devia ter feito, mas já se adiantou... faz favor venha para aqui

²⁵³ A propósito veja-se Anexo III.

e explique aos seus colegas o que se passou» [HV12; P10]. O Capitão explicou. Havia sido o primeiro Capitão a estabelecer a paz com o inimigo em Angola.

iv. Questionado sobre os seus desempenhos, respondeu:

Não considero mau de todo. Acho que consegui fazer daqueles moços, que foram comigo, alguma coisa, apesar da rebeldia deles e da minha ingenuidade, e apesar de alguns já terem estado na tutoria, terem sido presos, consegui que eles fossem alguém na vida. Os «Kibuengas» ainda hoje são conhecidos. Há um militar meu, que tem um filho engenheiro, que trabalha numa Companhia angolana. Já foi a Quivuenga e lembrou-se de perguntar aos habitantes locais se se lembravam dos «Kibuengas» e a população disse: «Kibuengas é gente fixe» [HV12; P14].

Na guerra não se esquece quem bem faz.

12.15.5. Protagonismos

i. Havia sido o primeiro Capitão a estabelecer a paz com o inimigo em Angola.

ii. Antes de regressar à Metrópole, o Comandante de Batalhão chamou o Capitão e disse-lhe: «Capitão queria-lhe dizer que não vai levar nenhuma porrada, você vai ter um louvor. O seu é individual e o da Companhia é colectivo» [HV12; P12].

Certo dia, já perto do embarque, o seu 1º Sargento diz-lhe: «Ó Capitão tem aqui o seu louvor». E eu disse: «Queime-o...». Estava muito revoltado com tudo o que via em meu redor. «Queime isso que eu não quero saber disso para nada.» E ele queimou [HV12; P12].

12.16. O Capitão do último Batalhão do Leste – História de vida [HV13]

12.16.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 132²⁵⁴ nasceu em 24 de Julho de 1947, na freguesia de Molelos, no Concelho de Tondela, Distrito de Viseu. Seu pai possuía a instrução primária e era agricultor. A mãe era doméstica e agricultora e possuía a 3ª classe. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão, estava no último ano de um curso superior, e não desempenhava qualquer actividade. Era solteiro. Entrou para a tropa em Julho de 1973. Embarcou, rumo a Angola, em 12 de Abril de 1975 e, em 28 de Outubro de 1975 deixou Angola rumo à Metrópole.

O Capitão afirma que a influência desse período, hoje não o afecta minimamente, “apesar de, às vezes, haver cicatrizes que ficam e a gente nem dá por elas” [HV13; P15].

²⁵⁴ [13 de Outubro de 2013, 15 h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

12.16.2. Selecção

Durante muitos anos, o Capitão nunca fez ideia da razão porque foi seleccionado para Comandante de Companhia. Ele tenta recordar alguns dos testes de selecção realizados e afirma que deu sempre uma “barraca desgraçada” [HV13; P3].

Hoje diz saber, mais ou menos, porque é que foi.

E eu interroguei-me, muitas vezes, porquê eu? Nem tenho espírito nenhum de comando, sou um indivíduo até introvertido, sou muito introspectivo. Nunca me mostrei dos mais afoitos, nunca, pelo menos intencionalmente, quis mostrar quaisquer qualidades de chefia. Porquê eu? Mas olhava para muitos dos outros e também me interrogava, achava-os iguais, ou alguns ainda piores do que eu. E portanto não me pareceu haver nenhuma lógica baseada em qualidades intrínsecas de comando. Achei que essa lógica estava, de alguma forma, subentendida nos pressupostos que, na prática, não se aplicavam. E eu chego à conclusão que era muito pelas habilitações académicas. Hoje, é a razão por que eu fui para o Curso de Comandantes de Companhia e mais nenhuma [HV13; P3].

12.16.3. Formação

i. O Capitão, no primeiro dia que passou na EPI, diz ter sentido grande tristeza, e lembra-se como se fosse hoje. Mas, principalmente, quando se viu com a farda vestida, uma farda mal-amanhada e um barrete na cabeça, quando se viu naquela figura, chorou [parece comovido].

Não sei porquê vieram-me as lágrimas aos olhos. Mas qual é o meu papel no meio disto; o que é que eu estou aqui a fazer – perguntava-me. Uma pessoa que é desenraizado da família, da namorada, vê-se naquela situação, sabe que vai ter pela frente muitos meses, anos de uma vida completamente diferente, que, para o estabelecimento de uma vida futura com alguma estabilidade, é um entrave de alguns anos. É um interregno de alguns anos na nossa vida. Quando começaram estas ideias a aflorar-me à mente, chorei, chorei mesmo, não tenho vergonha de dizer [HV13; P2].

Isso foi no primeiro dia, “depois uma pessoa vai-se habituando, aos poucos, vai vendo que não vale a pena estar com mariquices” [HV13; P3]. No fundo, diz o Capitão, “estamos ali, também de certa maneira, a jogar um jogo” [HV13; P3].

ii. Na formação realça, pela negativa, o seu CCC.

Aquilo foi uma bandalheira completa. Eu estava em Moçambique quando foi o 25 de Abril, estava a fazer estágio em Macomia e Mocimboa da Praia. E eu vim em Maio, portanto na altura já havia um grande reboiço aqui no Continente. Já nos quartéis a disciplina tinha ido à viola, já a soldadesca fazia o que queria e lhe apetecia, portanto já se tinha quebrado a cadeia de comando, e nós chegámos a Mafra e encontrámos tudo preparado para o curso de Tenentes decorrer da mesma forma que acontecia com os cursos anteriores; era o mesmo tipo de instrução, ainda virada para guerra de guerrilha, para formação de futuros Comandantes de Companhia a comandar Companhias operacionais, cujo objectivo era a luta anti-guerrilha. Houve uma série de indivíduos, do meu curso, que contestaram aquele tipo de formação. «Isso agora já não tem interesse nenhum», diziam [HV13; P4].

Os formadores viram-se impotentes “para nos vender o peixe, como ele tinha sido até então, e desistiram” [HV13; P4].

Depois, nem aulas de logística nem administração, nada. Eu já não me lembro do meu curso de Tenentes. Nós contestámos o curso e não nos arranjaram nada de novo. Lembro-me perfeitamente, eu ia e vinha para Lisboa, com outros colegas de curso; íamos dormir a Lisboa e, às vezes, nem íamos às aulas. E outras vezes íamos e não íamos lá fazer nada. Íamos almoçar a Mafra. O que ainda continuou a haver, eu lembro-me, tenho uma vaga ideia, era certas aulas com armamento. Fui em branco, fui comandar uma Companhia, perfeitamente em branco, em muitos aspectos [HV13; P4].

12.16.4. Desempenhos

i. O Capitão foi para os Açores formar uma Companhia independente, mobilizada para o Leste de Angola, mais especificamente para o Luso. Na sua ideia “tinha uma Companhia impecável” [HV13; P5]. Conta o entrevistado que um dia foi lá o General Altino de Magalhães e disse-lhe: «tem aqui uma Companhia, uma bela Companhia, sim senhor, dou-lhe os meus parabéns» [HV13; P5]. Entretanto o Capitão recebeu a notícia de que a Companhia estava desmobilizada. Então tudo se desmorona e vai para Angola com outra Unidade.

Aquilo, depois em África, só visto. Aquilo foram seis meses perfeitamente alucinantes. A primeira coisa que reparo é que um militar me tinha roubado a máquina e o despertador, pois era quem estava encarregado de fazer as cargas e descargas no aeroporto. O primeiro contacto foi com ladrões militares! Depois do aeroporto fomos conduzidos a um quartel no Grafanil. Chegámos ao quartel, que nos estava destinado, e aquilo parecia que tinha passado por ali um daqueles tufões, que a gente vê na América... Em vez de uma casa fica só um monte de escombros. Chegámos ao quartel e encontrámos um monte de destroços; portanto os últimos que lá estiveram, a sua preocupação foi destruir tudo. Então, pura e simplesmente, não tínhamos colchões, equipamento de cozinha, nada para lá poder pernoitar [HV13; P5].

Segundo conta o Capitão, a viagem para o Luso foi também muito atribulada e deprimente, feita em duas levadas, com um acidente pelo caminho de que resultaram cinco mortos.

Mas lá chegámos, finalmente, ao Luso, à cidade. A minha missão não sabia qual era. Para já não levávamos Comandante de Batalhão. O Comandante de Batalhão era o segundo Comandante, era um Major que não valia um caracol, um emproado, cheio de vaidade, que era desprezado até pelos Capitães do quadro da CCS. Não gostavam nada dele, de modo que não sabíamos bem o que é que estávamos ali a fazer. Sabíamos que seríamos a última tropa que passaria por aquele local; no fundo fomos fechar a porta [HV13; P6].

Era sabido estarem estacionados numa zona que tinha sido o centro cerebral de uma guerra irregular, e não convencional, estendida por todo o Leste, e agora exibida como um conjunto de destroços.

A zona Leste tinha sido uma zona forte de guerrilha que estava cheia de quartéis; montes de quartéis, uns semi-abandonados, outros entregues aos movimentos, outros ainda nos pertenciam. Mas não estava lá ninguém, mas tinham de estar ao nosso encargo e portanto andávamos ali assim um bocadito meio vendidos [HV13; P6].

ii. O Batalhão do Capitão era, assim, o último Batalhão do Leste, com 500 homens, para guarnecer uma extensão territorial imensa, “para controlar e para fazer a

passagem de testemunho de Portugal para os movimentos de libertação” [HV13; P7]. Pretendia-se organizar um Exército comum.

Teoricamente um Exército comum teria que ser formado com elementos vindos dos três movimentos. Ainda se tentou fazer isso, ainda se fizeram algumas patrulhas conjuntas, até no comboio, que ainda circulava na linha de Benguela, mas começámos logo a notar que aquilo ia dar em nada. Os movimentos não estavam à procura de nenhum compromisso que fosse duradouro; não estavam interessados. O MPLA tinha muito armamento, fornecido por toda a gente – russos, cubanos, sei lá que mais. A FNLA, no leste, não tinha praticamente seguidores; havia lá uma Companhia, ou um Batalhão, mas aquilo, muitos deles até dava a impressão de que eram mercenários congolezes, uma espécie de Batalhão de pé descalço. Muitos deles até andavam descalços, alguns até trocavam a arma por uns tostões – aquilo não tinha base de apoio. Agora a UNITA tinha uma grande base de apoio no Leste, mas tinha um problema: tinha base de apoio mas não tinha armas. O MPLA tinha uma grande base de apoio e estava bem armado [HV13; P7].

Face a esta conjuntura, pelo menos ali no Leste, o Capitão perguntava-se qual seria o interesse do MPLA em arranjar uma situação qualquer de compromisso, pois eles sabiam que, quando quisessem, expulsavam os outros. “E começaram pela FNLA, ainda lá estávamos. Em determinado dia, às seis horas da manhã, bum, bum, dois dias de guerra até que a FNLA foi obrigada a retirar” [HV13; P7].

A seguir, o conflito, entre os outros dois contendores, iria rebentar. Relata:

Nós, para a UNITA, éramos aquele favo de mel de que o urso está sempre à espreita, só que estão muitas vespas ainda, e ele tem receio de lá ir. Portanto, volta que não volta, a UNITA tentava, diplomaticamente, conseguir a cedência de armas, porque nós tínhamos muitas armas, para além do nosso armamento. Foi-nos entregue tudo em caixotes, mas sabíamos que havia bazucas, metralhadoras pesadas, muitas munições, etc. E aquilo era uma tentação para a UNITA, que precisava de armas. Tinha homens, mas não tinha armas, e estavam convencidos que éramos nós que fornecíamos armas ao MPLA, quando fomos totalmente isentos relativamente aos três [HV13; P7].

O Capitão explica que tinham um quartel, “onde funcionava a CCS, que estava um bocado isolado, onde existia uma perfeita anarquia. Sem comando, estava em auto gestão, praticamente” [HV13; P7]. Diz que os movimentos sabiam disso. A UNITA, aproveitando a circunstância, “fez um ataque ao quartel da CCS e levou uma série de armas, um bocado obsoletas, mas levaram uma série de armamento. Foi o primeiro acto hostil da UNITA” [HV13; P7]. Na altura “ainda não havia Comandante de Batalhão, ainda era o tal Major, que não valia nada” [HV13; P7], assegura o Capitão.

iii . O Comandante, finalmente, chegou e logo recebeu ordem de evacuação.

Mandaram-nos fazer a evacuação, por comboio, e sabia-se muito bem que a UNITA andava de olho no nosso armamento. Quando a UNITA tivesse uma oportunidade para isso, era capaz de nos cair em cima, para capturar aquele armamento – não só o nosso armamento pessoal, mas todo aquele armamento que estava à nossa guarda e que era muita coisa. Eu digo, sinceramente, não sei o que estava dentro dos caixotes, mas eram muitos caixotes, muitos, e portanto ele (o Comandante) pediu a Luanda que a evacuação fosse feita por terra, que viessem reforços especiais, com apoio aéreo. Isso foi recusado por Luanda. «Vocês vêm para Nova Lisboa mas de comboio.» E nós então, na altura apazada, lá tivemos que desmontar as nossas tralhas e meter

aquilo no comboio. Deu-nos um trabalho enorme, andámos dias a meter as coisas nos vagões. A população, quando vê que nós estamos para retirar, quer vir connosco, não quer ficar sozinha. Portanto tínhamos que meter no comboio as tralhas, muitas tralhas, caixotes. Também já tinha saído uma Companhia, com uma série de viaturas por terra, com civis e tarecos de civis [HV13; P8].

O Capitão respondente conta em seguida: “depois de estarmos com a tralha toda metida no comboio, para partir, e depois da 2ª Companhia já ter arrancado por terra, eclode a guerra entre a UNITA e o MPLA. E nós no meio, já todos dentro do comboio” [HV13; P8]. E acrescenta ainda o nosso interlocutor: “era quase um Batalhão inteiro dentro do comboio, na estação e já alguma população, mas o grosso desta veio depois” [HV13; P8]. Na opinião do entrevistado, “rebenta uma guerra tremenda. Uma balbúrdia desgraçada, uma confusão. Passados dois dias, o MPLA empurrou a UNITA para fora da cidade” [HV13; P8].

iv. E, finalmente arrancaram. “Onde é que a UNITA se vai concentrar?” Perguntava-se, na altura, o Capitão, prevendo o que se iria passar.

Chegámos à primeira estação e eles lá estavam concentrados – a UNITA. Tinham rolos nos carris e era noite como breu; portanto não pudemos reagir, de maneira nenhuma. Fôramos emboscados. Tinham lá uns milhares de homens. Houve conversações entre o nosso Comandante, que era o Tenente-Coronel, com um General da UNITA. Eles queriam as nossas armas, o nosso armamento e nós estávamos perfeitamente inoperacionais, cercados, no escuro profundo. O que tivemos que fazer? Entregar as nossas armas. Entretanto soa o alarme de que o MPLA vinha a caminho. Deixaram-nos ir (eram 600 km de território controlado pela UNITA, incluindo Nova Lisboa) [HV13; P9].

Continua o Capitão fazendo a narrativa:

Em cada estação tínhamos de parar e éramos novamente revistados; tudo o que não tinha sido roubado, de armamento, na estação anterior era roubado na seguinte. Chegámos sem uma única arma a Nova Lisboa. Não, o fardamento não levaram. Isso é depois o empolamento das coisas. Um ou outro ficou sem as botas. É mentira que tivéssemos chegado nus ou só em cuecas a Nova Lisboa. É uma perfeita mentira. Agora vi um a pedir as botas a um soldado e eu aconselhei: «dá-lhe as botas», para evitar problemas. Porque nós estávamos perfeitamente à mercê deles. Nós não estávamos em posição de levantar cabelo. Nenhum soldado chegou nu, eventualmente um ou outro, não com as botas originais mas com outras botas que alguém lhe emprestou. Nós levávamos fardamento e esse foi roubado, agora o do pessoal, o que ia vestido não. Foi considerado o Batalhão do pé descalço, porque houve um ou outro caso de pessoas que ficaram sem botas, mas um caso perfeitamente esporádico [HV13; P9]²⁵⁵.

v. O Capitão chegou a Nova Lisboa, “depois daquela macacada no comboio”, como ele lhe chama. Depois veio a ter outros problemas: “os militares não queriam voltar a pegar em armas e passou a haver casos de droga. Naquela terra havia liamba” [HV13; P10].

Interroga-se, então, o Capitão: “Mas o que estivemos a fazer em Nova Lisboa? Pouco” [HV13; P10].

²⁵⁵ Veja-se (A VI. 1).

Aquele período em Nova Lisboa!... O que é que estivemos lá a fazer? A dar apoio à ponte aérea. Mas nós não estávamos a apoiar nada, porque já tinha havido um acordo com a UNITA. A UNITA dominava aquilo, desde o Luso a Nova Lisboa, aquilo era tudo território controlado pela UNITA. Nós fazíamos, basicamente, segurança ao aeroporto, para que a evacuação dos retornados se fizesse dentro de uma certa naturalidade. Mas nós não mandávamos grande coisa. A protecção era efectuada em conjunto com a UNITA – isso já tinha sido negociado por alguém. E havia situações que eram, às vezes, muito complicadas, porque eles não queriam deixar embarcar pessoas de cor. «Tu não és português, tu és de cá.», diziam eles. E havia casos de brancos que eram casados com mulheres escuras, e vice-versa, e com filhos. E queriam separá-los [HV13; P10].

Após a ponte aérea o Capitão foi para Luanda: “O que é que eu fazia em Luanda? Não fazia nada. Estava à espera que nos mandassem embora. No fundo não fiz nada. O que estivemos a fazer em Luanda? [HV13; P11]. A arranjar confusões e metidos em confusões, pois tive dois subordinados mortos por atropelamento” [HV13; P13].

12.16.5. Protagonismos

O Capitão não aborda os seus protagonismos, mas fala nos protagonismos das Forças Armadas, em geral e dos seus quadros, nessa época atribulada que viveu em Angola.

Fala primeiro nos Capitães do QP, das suas obrigações e conduta ética.

Conheci alguns. O Capitão que estava mobilizado para comandar a minha Companhia, era um Capitão do quadro; portanto eu fui substituir um Capitão do quadro, que nunca apareceu na Companhia. Aquilo era uma época em que os indivíduos do quadro arranjavam sempre uma maneira de se baldar às suas obrigações. A Companhia que fui render no Luso e que passou o espólio para a minha, era comandada por um Capitão do quadro que era um escroque. Vim encontrá-lo, novamente em Luanda e no seu Batalhão reinava a anarquia total. Foram os seus militares que atropelaram dois militares da minha Companhia e, desta forma, os mataram. Esse «filho da puta», que era o Comandante da Companhia deles, em determinada altura, veio falar comigo: «É pá sabes a gente está para ir embora, já ninguém lhes pode devolver a vida, não é melhor acabar com o processo de averiguações?». Portanto um indivíduo, do quadro, veio-me propor para esquecer aquilo, porque já não havia nada a fazer! [HV13; P12].

Depois aborda o comportamento das Forças Armadas, e dos seus militares, nessa fase terminal da descolonização.

A descolonização podia ter sido feita de outra maneira. Podia e devia. Eu amaldiçoei muitas vezes os militares portugueses. Nunca disse que a culpa foi dos civis, dos políticos, do Mário Soares, ou do Cunhal ou do Almeida Santos, etc., como ainda hoje dizem os retornados. Foi culpa dos militares, dos grandes responsáveis e dos pequenos. A tropa portuguesa devia ter permanecido lá toda, e em força, e dessa forma fazia-se uma descolonização exemplar. Conseguíamos preparar uma tropa conjunta, se calhar uma tropa angolana, porque nós é que impúnhamos as regras. Quem quisesse abandonar, abandonava, calmamente, eventualmente tínhamos conseguido negociar uma transição noutros termos, em que ficassem salvaguardados os interesses das pessoas que lá estavam, e tudo teria corrido pelo melhor. Agora assim. A primeira coisa que a tropa que lá estava fez, foi reivindicar vir para casa. E deixaram-nos vir! Ainda por cima, quando vieram embora, nem se preocuparam com os que podiam ir para lá a seguir [HV13; P14].

Palavras desassombradas do Capitão.

12.17. Considerações relevantes para o objecto de estudo

Está-se perante um grupo de cinco Capitães com uma média de idades de 25 anos possuindo, a quando do ingresso no serviço militar, o mais novo vinte e quatro anos e o mais velho vinte e sete. Habilitados com uma licenciatura era um e outro com um bacharelato. Dois frequentavam o último ano de uma licenciatura e um o terceiro ano. Três já exerciam actividade profissional. Um ofereceu-se como voluntário. Para os restantes a selecção para Capitão foi uma surpresa ou não fazem ideia do motivo. A maior parte tentou furtar-se à selecção para Capitão e um deles sentiu revolta por ter sido escolhido. A formação, para a grande maioria, não representou quase nada em termos de aprendizagens significativas, excepto o estágio que, para dois, teve significado pelas aprendizagens propiciadas nos teatros de guerra. Um deles esteve em Guilege, na Guiné, onde a guerra era mais intensa. Dois deles eram activistas anti coloniais e ligados a organizações políticas e sociais interventivas. A tropa foi um empecilho profissional e académico para todos. Há quem não goste de falar da tropa e dos tropas.

O espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso absoluto apresenta a seguinte distribuição: um Capitão na zona de sucesso mínimo e um na zona de sucesso absoluto, encontrando-se os restantes três em zonas intermédias desse espaço.

Num patamar de satisfação mínimo, a que corresponde o cumprimento da missão (eficácia ou liderança eficaz), pode considerar-se situarem-se dois Capitães. Num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta) onde, para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos, podem classificar-se outros dois Capitães. O quinto Capitão está num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta) no cumprimento de uma missão e gestão de recursos contra a autoridade então imperante. Na perspectiva desta, está abaixo do patamar de satisfação mínimo.

Pode-se desta forma sintetizar: 40% foram Capitães protagonistas, 40% cumpriram a missão e 20% situaram-se abaixo do seu cumprimento.

Observe-se, de seguida, a participação de três Capitães em **operações militares célebres, decisoras e de elevado risco.**

12.18. O Capitão da operação Grande Empresa – História de vida [HV14]

12.18.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 40²⁵⁶ nasceu em 5 de Março de 1947, no Lobito, Província Ultramarina de Angola. Seu pai possuía instrução de nível secundário e era comerciante e industrial. A mãe possuía a instrução primária e era doméstica. Quando foi incorporado, na EPI, o Capitão possuía o terceiro ano de um curso superior e desenvolvia actividade profissional, como analista de sistemas. Era solteiro. Entrou para a tropa em Abril de 1971. Embarcou para Guiné em 4 de Novembro de 1972, no comando de uma Companhia independente, e regressou à Metrópole em 21 de Novembro de 1974.

Está-se em presença de Capitão politicamente preparado, quando ingressa na EPI. No seu tempo de tropa “corria uma teoria que dizia que o Spínola preferia oficiais de esquerda, inclusive aqueles que estavam considerados como politicamente suspeitos, porque seriam os que melhor se adaptariam à política que ele pretendia seguir na Guiné, relativamente às populações” [HV14; P2]. O Capitão não sabe se é verdade, “mas corria” [HV14; P2]. Desenvolve:

Estudantes universitários, que saíram da luta de 69 em Coimbra, foram para a Guiné, uma leva deles, nos quais eu me incluía, tal como o Barros Moura e o Celso Cruzeiro, que era da minha República, o «Palácio da Loucura», e muitos outros. Eu tinha sido transferido de Lisboa para Coimbra e pertencia a um organismo que era conspirativo, onde se organizava a luta. Nesse organismo estariam representadas todas as faculdades. Tinha consciência política. A minha posição em relação à guerra era de contestação [HV14; P2].

Depois da greve estudantil de 1969, o Capitão esteve em França, ponderando a possibilidade de ficar por lá. Decidiu voltar.

Integrei a RIA (reunião de inter associações de Lisboa) e fui da direcção de outras associações de estudantes. Fui estudar informática para o ISPA. Eu equacionei sair de Portugal, mas, no fundo, eu não queria prescindir de viver no meu país. E, por outro lado, havia na altura uma orientação política, uma alteração de orientação política, relativamente à malta de esquerda, com posições bem definidas. Durante algum tempo a palavra de ordem era desertar e, a partir de determinada altura, era, se possível, e sendo útil, ficar e tentar fazer algum trabalho político. Há um partido que, claramente dá essa indicação e eu fui chamado um bocado por aí. Mas não sabia que ia parar a Capitão, na altura estava a pensar ser Alferes [HV14; P2].

12.18.2. Selecção

Do ponto de vista físico, o respondente “não tinha jeito para fingir que era coxo” [HV14; P2]. Havia praticado voleibol e natação. “Fisicamente fazia tudo”, assegura. “Tentei subverter os psicotécnicos, de acordo com os conhecimentos que já tinha do

²⁵⁶ [9 de Novembro de 2011, 18h. Lisboa, ISCSP].

ISPA. Tentei queixar-me de uma otite, nada deu” [HV14; P2]. Não sabe, pois, quais foram os critérios que presidiram à sua escolha.

12.18.3. Formação

i. A morte dos Cadetes em Mafra²⁵⁷, na opinião do Capitão, “criou um outro estado de espírito. Mafra, não voltou a ser igual” [HV14; P3]. O entrevistado assegura que “havia jovens instrutores sem experiência, em lado nenhum, nem conheciam África. Eles podiam saber coisas técnicas, relacionadas com armamento, tiro, resistência física, exercícios, mas depois, daquilo que era relevante, nada...” [pausa] [HV14; P3]. Após os graves acontecimentos, das palavras do Capitão retira-se que ficaram hesitantes e com medo. E acrescenta: “Aquela malta não tinha consciência nenhuma do que andava a fazer” [HV14; P3]. E conclui: “Aliás desconheciam as concepções diferenciadoras das estratégias dos três Generais mais importantes dessa geração: o Spínola, Costa Gomes e Kaulza. Os instrutores jovens não tinham consciência destas problemáticas” [HV14; P3].

ii. O Capitão fez o estágio em Zemba-Mucondo e regressou a Mafra para fazer o CCC. O Director do curso era o Major Pezarat Correia e, de facto, “ele tinha uma forma diferente de lidar connosco” [HV14; P4]. Diz o entrevistado que “um dia distribuiu um livrinho vermelho, de Mao Tsé Tung, sobre a guerra subversiva. Esse, e outro livro do General vietnamita Jiap” [HV14; P4]. Para o Capitão, e seus colegas, “foi uma surpresa, um tipo militar distribuir uma coisa considerada completamente subversiva. Mas ele dizia: «É para vocês, têm de conhecer isto, que é para entender a guerra de guerrilha»” [HV14; P4]. O nosso interlocutor ficou com uma boa ideia dele.

12.18.4. Desempenhos

i. O Capitão chegou à Guiné e foi fazer o IAO no Cumeré. Após a sua conclusão, disseram-lhe para ir visitar todas as repartições e fazer a requisição de equipamento completo para a Companhia. Logo, nessa altura, ficou claro para o Capitão de que não ia substituir nenhuma Companhia, “porque senão não tinha de levar os tarefas atrás” [HV14; P5]. Saiu de Bissau, numa LDG, com a maior parte do pessoal. Pouco ficou em Bissau; o resto foi depois de avião, mas a maior parte foi com ele na LDG com tudo, “viaturas, tudo, tendas” [HV14; P5]. Foi para Cufar, muito perto de Caboxanque, onde não tinha alojamento. Deram-lhe uma missão para ludibriar o

²⁵⁷ Veja-se (A II. 3).

PAIGC – convencer este movimento, de que o empenho era a construção da estrada entre Cufar e Catió.

A minha Companhia participou logo, desde o início da sua estadia em Cufar, naquilo que era a construção da estrada de Cufar para Catió. Isto era uma manobra de diversão, relativamente à operação Grande Empresa, ou seja, para ser possível movimentar todo o equipamento que era preciso mobilizar, sem dar nas vistas. E, sem passar pela cabeça do PAIGC que ia haver uma recuperação do Cantanhez, eles criaram esta manobra de diversão e eu estive cerca de um mês, mês e pouco com estas tarefas. Ao fim desse mês, inicia-se a operação Grande Empresa, mas eu só sou envolvido, só sou deslocado para Caboxanque, oito dias depois da operação se ter iniciado [HV14; P5].

ii. O grande objectivo da operação, diz o Capitão, “era reocupar a zona do Cantanhez, já que o PAIGC a considerava zona libertada, com influência total sobre as populações e lugar de visitas de organizações internacionais” [HV14; P6]. Havia também a componente económica. O Cantanhez era a zona mais rica de arroz da Guiné.

Haveria pois que subtrair as populações à influência do PAIGC e reocupar Caboxanque, Cadique e Cafine. As primeiras acções operacionais foram acções militares típicas, para fazer retirar o PAIGC e inutilizar as suas bases. Mas as primeiras operações que eu fiz, foram inseridas no campo da acção psicossocial, foi uma tentativa de convencer as populações a regressar. E teve sucesso. A população aderiu à ideia, regressou a Caboxanque [HV14; P6].

Durante sete meses, o Capitão e a Companhia viveram em tendas. No início nem havia arame farpado. “O perímetro defensivo de Caboxanque tinha entre 5 a 6 km e a minha Companhia ocupava uma meia-lua, portanto cerca de três quilómetros; a outra Companhia tinha a outra meia-lua. Os Pára-quedistas estavam no meio e encontravam-se lá em permanência” [HV14; P6]. Em Caboxanque estiveram, quase durante sete meses, sempre, três Companhias operacionais: Cavalaria, Infantaria e de Pára-quedistas.

Entre os soldados das três Companhias a relação era boa. Eu tinha uma grande amizade com o Capitão Cordeiro, Pára-quedista; na altura tínhamos conversas muito interessantes sobre a guerra e o seu sentido. Eu tinha lá as cassetes todas do Zeca Afonso, ele ouvia também e gostava; era Açoriano. Nas operações iniciais saíam, em conjunto, um grupo de Pára-quedistas com um grupo de combate de Cavalaria. O nosso pessoal sentiu que o verdadeiro treino operacional foi aí. Isso foi inestimável para o comportamento da Companhia, no futuro, do ponto de vista da cautela que tinham de ter, e duma certa disciplina (nós nunca tivemos uma mina pisada, aqueles percalços que todas as Companhias têm). Muito se aprendeu com os Pára-quedistas, do seu modo paciente do ponto de vista estrito daquela guerra, da forma de progredir, da disciplina à noite. Os «páras» deram uma espécie de treino operacional à minha Companhia [HV14; P6].

O Capitão viu a população de Caboxanque crescer ao longo do tempo. Afirma mesmo que, “a partir de certa altura, o entreposto comercial, que estava a funcionar em Caboxanque, era o segundo mais importante da Guiné” [HV14; P6].

O entrevistado passou lá a comissão toda: “Ao fim de sete meses, a dormir em valas e tendas, fomos fazendo casas em adobe. Fomos flagelados com frequência. Uma das vezes tive dois mortos, foram resultado da flagelação de 8 de Março de 74” [HV14; P6].

iii. Foi o Capitão interpelado sobre a condição disciplinar da sua Companhia, face à situação de guerra difícil que teve de enfrentar, durante uma comissão inteira.

Os problemas existentes numa situação de guerra, desconforto e isolamento permanente. Por exemplo: nós andávamos a comer bacalhau desidratado, aquilo era palha, dias a fio, porque não havia mais nada... Às vezes eu mandava distribuir uma ração de combate, ao menos variava. Houve malta que fez lá os vinte e quatro meses sem vir a Lisboa. Eu tentava arranjar um pretexto para eles irem a Bissau. Mesmo que eles não tivessem dinheiro, a gente arranjava maneira de eles irem uns dias a Bissau, sempre desanuviavam, saiam fora daquele ambiente... [pausa] porque na guerra é preciso uma válvula de escape... [pausa] senão rebenta. Sempre tive a noção de que estávamos debaixo de um *stress* muito grande e que, de um momento para o outro, aquilo podia explodir. Passei o 25 de Abril em Caboxanque [HV14; P7].

iv. O Capitão participou no “secretariado do MFA, com o Barros Moura” [HV14; P10] e, em Caboxanque, conseguiu contactos com o PAIGC, através dos «homens grandes» das aldeias e do esclarecimento das populações. Em Cadique também. Diz o Capitão: “eles não queriam que nós saíssemos, não queriam operações. E nós dizíamos: «Está bem, mas como é que vocês nos garantem que também não saem? Tem de haver um pacto de confiança»” [HV14; P8]. Em Bissau, de acordo com o entrevistado, ele e o Barros Moura tiveram contactos, de natureza política, com um representante do PAIGC, que lhes assegurou: “tem de haver cedências; vocês têm mesmo de deixar de sair, e nós tomamos conta do nosso pessoal”. Acabou por correr dessa maneira, afirma o Capitão, “com mais ou menos problemas” [HV14; P8].

O interlocutor acabou por não entregar Caboxanque, pois foi substituído por uma Companhia que não conseguiu saber “qual foi” [HV14; P9].

v. O Capitão concorda que os bons Comandos serão sempre importantes, para se levar a bom porto tarefas, tão complexas, como as que teve de enfrentar.

Se me perguntarem, se o Moura Calheiros e o Araújo e Sá foram bons militares, do ponto de vista do Comando daquela operação, tenho de considerar que foram. Mas o Spínola, quando mandou fazer aquilo, fez bem? Duvido. Nunca ninguém me explicou qual a utilidade de mandar homens morrerem ali, num buraco que não tinha interesse nenhum; a estrada não tinha interesse nenhum. Eu fiz parte de um CAOP, tudo aquilo fazia parte de um CAOP, cujo Comando nunca vi, nunca tive nenhum contacto, nunca me apareceu lá. Foi uma coisa que os soldados comentavam muito. Independentemente da opinião que tinham sobre o Spínola, umas coisas boas, outras más, mas, até o Spínola sair da Guiné, o acompanhamento que era feito, era muito directo; sentia-se a sua presença, sentiam-se um bocado reconfortados por um tipo, que está no ar condicionado, ir lá aterrar. A partir do momento em que o Spínola vem embora e entra um novo Comandante-Chefe, as coisas alteraram-se radicalmente. Spínola também tinha fraquezas... penso que lidou com um grupo que o utilizou, que utilizou a sua força, no pior sentido e esse grupo foi o que trabalhou para ter galões e para ter condecorações. Mesmo a malta de Bissau, aquele pessoal que nós chamávamos do «ar condicionado», a maior parte da malta, que ideia tinham da guerra? Só conheciam a guerra à distância! [HV14; P9].

Spínola o bem e o mal amado, sugerem as palavras do Capitão.

12.18.5. Protagonismos

i. O Capitão tem dificuldade em pronunciar-se sobre isso.

Quer dizer, eu fazia o melhor possível, mas de que ponto de vista? Do ponto de vista humano, acho que foi muito bom, do ponto de vista de preocupação com as pessoas, quer com os soldados, quer com a população, não tenho dúvidas nenhuma, sempre uma grande preocupação. Havia sempre uma grande preocupação humana. Do ponto de vista político, não estava de acordo com aquela guerra. Também não fui chamado a um desempenho militar elevado. Só estive sujeito a situações destas quando fui para Cadique, durante um mês. Aí sofremos uma emboscada violentíssima e, em Bedanda, onde o PAIGC atacou a 31 de Março de 1974 com duas viaturas. E, só não entrou, porque uma das viaturas caiu dentro de um buraco e partiu umas das lagartas [HV14; P11].

ii. O entrevistado diz que podia tentar arranjar uma explicação razoável, para seu engrandecimento, sobre o porquê do PAIGC não ter desenvolvido acções muito violentas na sua área. Responde simplesmente: “porque eles tinham interesse na zona comercial e nas populações. Entre Caboxanque e uma série de aldeias, muito mais pequenas, havia um comércio intensíssimo. O que quer que eles fizessem ali teria repercussões e eles provavelmente não queriam” [HV14; P11].

iii. O Capitão não deixa, no entanto, de salientar a generosidade e abnegação dos seus homens através de um episódio.

Havia quem não acreditasse que estávamos em determinada aldeia. Um Senhor Major, que substituiu o Moura Calheiros, quando os Pára-quedistas se foram embora, chegou a pedir-me para eu fazer a vertical ao helicóptero, de tal forma estava desconfiado de que nós não estávamos no sítio que ele tinha determinado. Levei-o à vertical e depois convidei-o a descer – «Estão tomadas todas as medidas para que o helicóptero desça», disse eu. E, mais tarde, ele perguntou-me: «O Senhor convidou-me a descer, porquê?». «Olhe, porque o General Spínola desceu». O General Spínola visitou-nos [HV14; P11].

O mito de Spínola.

12.19. O Capitão que Spínola enganou – História de vida [HV15]

12.19.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 102²⁵⁸ nasceu em 2 de Janeiro de 1946, na Freguesia de Silves, Concelho do Fundão, Distrito de Castelo Branco. Seu pai era analfabeto, mas foi-se auto formando até obter a instrução primária. Começou a trabalhar aos oito anos, emigrou para a Venezuela e veio a desempenhar inúmeras profissões. A mãe era doméstica e fez a instrução primária. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o segundo ano do curso de Engenharia Mecânica. Não trabalhava nem era casado. Entrou para a tropa em 6 de Outubro de 1970. Embarcou para a Guiné em 27 de Março de 1972, no comando de uma Companhia independente. Na Universidade participou no

²⁵⁸ [07.11.2011, 16h. Lisboa, ISCSP]

movimento associativo “contra a guerra colonial” e esteve à beira de fugir com dois colegas. O pai pediu-lhe para não ir [HV15; P1].

12.19.2. Selecção

No primeiro dia em que entrou em Mafra, olhou para as janelas, viu umas grades e pensou: “estou numa prisão, tenho é de sobreviver”. No início do 1º ciclo foi castigado, teve fins-de-semana cortados, não estudava, mas depois pensou: “Eh pá, isto não é sobrevivência, ficar aqui fechado!” Mudou de estratégia e um dia é chamado à inspecção médica, já no fim da recruta, e perguntou: “p’ra que é isto?” E o médico respondeu: “é para Operações Especiais”. “Onde me fui meter!”, pensou o Capitão. Ficou calado e nervoso. Quando chegou a sua vez, o médico disse: “olhe lá, já não vai para Operações Especiais, vai para o curso de Capitães”. E eu perguntei: “mas eu posso não ir?” E ele: “não, tem de ir, está na lista tem que seguir”. “Tá bem, pronto, sempre é melhor do que ir para Operações Especiais” [HV15; P2].

12.19.3. Formação

No 2º ciclo “levou aquilo muito a sério” [HV15; P2], porque sabia que os primeiros dezoito iriam tirar estágio a Angola e os outros iriam parar à Guiné. Foi seleccionado para Angola.

Quando fui para Angola, fomos ao QG, onde ficámos instalados – só lá ficámos quarenta e oito horas – tivemos mais um dia porque fomos recebidos pelo Comandante militar, na altura o Costa Gomes. Disseram-me, nessa altura, para onde eu ia tirar o estágio – o Leste de Angola. No dia seguinte, meteram-me na Companhia de aviação civil de Angola e fui de Luanda para o Luso. Do Luso para Gago Coutinho, fomos em coluna militar. Aquilo eram mais de cem viaturas e uma grande confusão. Levei dois dias a chegar [HV15; P3].

Foi para uma Companhia de um Capitão que “estava apanhado” [HV15; P3]. Dizia ele: “Aqui não há nada. Mandam-no para aqui tirar o estágio, mas aqui não há nada. Na Guiné aquilo é que era!”. “Mas o gajo era mesmo tarado” [HV15; P3], na ideia do entrevistado. “Era do quadro, estava na última comissão, a pensar na promoção a Major, é natural! O gajo ia para a tabanca, às meninas. E chamava-me: «ó Alferes, venha comigo, vamos a uma festazita ali na tabanca, faz-me Companhia!»” [HV15; P3].

O Comandante de Batalhão, apercebendo-se que ele ensinava pouco, dizia-lhe: “veja lá se dá algumas noções aqui ao nosso Alferes, que ele vai ter responsabilidades muito sérias; faça uma operação a nível de Companhia, para este senhor saber” [HV15; P4].

A operação realizou-se, mas o Capitão da Companhia, seu formador, “perdeu metade dos efectivos. Perderam-se na mata cerrada e tiveram muita dificuldade em regressar. O grave problema foi abafado e o estágio acabou com este mau exemplo” [HV15; P4].

O futuro Capitão regressou do seu estágio, veio tirar o CCC a Mafra “onde aprendeu pouco” [HV15; P4], e foi mobilizado para a Guiné no comando de uma Companhia independente.

12.19.4. Desempenhos

i. Quando chegou à Guiné, a Companhia do Capitão, e todas as outras que haviam desembarcado, foram apresentadas ao General Spínola.

A parada cheia de homens, às nove horas, um calor tórrido! Eu não tinha experiência nenhuma daquelas coisas; um Capitão é que me disse que o General gostava de tudo impecável, boina de lado... E tudo correria bem. Eu falei com os Alferes e dei-lhes estas instruções, que eram para cumprir. Eu fui muito duro com os Alferes e com os Sargentos; eu proibia que houvesse confraternizações entre os Alferes e os furriéis. Proibia! No princípio os Alferes não conviviam comigo, até na messe! Mas depois, a guerra juntou-nos. Preparei a Companhia, disse que ninguém se mexia e assim foi. O General Spínola passou a revista, ele era um vaidoso do caraças – o gajo passa por nós a olhar de alto a baixo. A minha Companhia foi a única em que não caiu um soldado, nenhum desmaiou na parada com o calor [HV15; P5].

No final da parada, os Comandantes de Companhia e Batalhão foram chamados à tribuna de honra. O Spínola olha para o Capitão e disse: «gostei da sua Companhia, bem ataviados, muito bem, sim senhor, e já falamos daqui a pouco mais!» [HV15; P6].

Na messe dos oficiais, Spínola distribuiu os lugares para onde se ia, cabendo ao Capitão o Olossato, que assim caracterizou:

Um lugar com muitos problemas. Morreu lá um Capitão; zona perigosa, uma das defesas avançadas de Bissau, e está constantemente a ser sempre atacado. É tão má esta zona, que as Companhias que vão para lá, só lá ficam um ano, se tiverem bons resultados. Se o Senhor Capitão tiver resultados óptimos, eu dou-lhe a minha palavra de honra, em como vem, aqui para Bissau, ao fim de um ano... Mantenha-me os itinerários todos limpos; que não haja problema nenhum! [HV15; P6].

O Capitão reuniu, de imediato, com os Alferes e Sargentos, contou-lhes o que ouviu, e disse mais: “quando eu der uma ordem a um Alferes para ele ir a um sítio qualquer, ele tem que ir, porque eu já lá fui!”. Esta foi a “filosofia” [HV15; P7] do Capitão.

ii. Logo na recepção à Companhia, o PAIGC fez um ataque fortíssimo ao quartel.

No último dia da sobreposição, com a Companhia que fomos render, o PAIGC fez um ataque ao quartel, fortíssimo! O inimigo fez um ataque com RPG7, RPG2, morteiros 80, morteiros 60, só não utilizaram o foguetão e o canhão sem recuo, que só conheci mais tarde. Um ataque fortíssimo, mesmo no arame. Depois começaram os morteiros deles a bater na nossa zona, e eu vejo alguém a atirar-se para a vala, e eu também me atiro. Este braço [aponta para o braço] foi o último a entrar na vala, apanhou um estilhaço. Ia-me cortando os dedos; eu levanto-me mas não senti nada. O ataque parou. Não durou mais que doze minutos. Aquilo foi em Maio. Em Agosto tive mais um ataque de setenta e cinco minutos [HV15; P8].

O Capitão diz ter sido ferido com estilhaços. Foi à enfermaria, onde lhe foi dito que tinha de ser evacuado, porque havia o perigo de ficar sem os dedos. “Fui para Bissau. Coseram-me, reconstruíram-me os dedos, ligaram-me e depois fiquei a fazer o tratamento adequado” [HV15; P9].

No Olossato o Capitão imprimiu uma disciplina rígida, e o soldado “foi sempre o seu grande aliado” [HV15; P9]. Graças a esse procedimento foram levantadas muitas minas e houve poucos mortos em combate.

Um Furriel ganhou um prémio; foi ele que apanhou mais minas na Guiné! Fizeram-se inúmeras operações de elevado risco. Apesar da actividade operacional intensa, de alta perigosidade, dos contactos diversos com o inimigo, houve apenas um morto em combate, dois feridos graves e vários ligeiros; e dois mortos em acidentes com armas de fogo.

Nunca tive a Companhia junta, porque no Olossato tinha apenas três grupos de combate. A três quilómetros havia um rio e junto tinha um destacamento, chamado Maké, onde permanecia um grupo de combate que ficava lá quinze dias e depois era rendido por outro [HV15; P10].

A Companhia do Capitão, na sua opinião, “era considerada uma boa Companhia” [HV15; P10], e bem treinada.

Eu tinha a tropa tão bem exercitada que, quando havia um ataque ao quartel, e eram só armas ligeiras, ninguém respondia – isto no Olossato. Era um silêncio absoluto. Disciplina de fogo. Toda a malta nas valas, eles, tá, tá, tá... não havia uma resposta nossa. Soubemos, por informações da PIDE, que os gajos tinham receio... [HV15; P10].

12.19.5. Protagonismos

i. “Havíamos rodado para Quinhámel”, diz o Capitão. O Spínola havia cumprido a promessa.

Estávamos acerca de um mês nesse local, quando recebo uma mensagem do Comando-Chefe para me apresentar no QG. Cheguei, e o Tenente-Coronel Firmino Miguel disse-me: «o nosso General vai dar-lhe umas ordens no *briefing* que vai realizar-se a seguir ». Lá vinha o gajo, todo vaidoso, sai do carro e já lá estavam os Brigadeiros todos. E o Firmino Miguel chega-se e diz: «Ó meu General, está aqui o Capitão Martinho... ». O General olha para mim e diz: «Você sabe que a Pátria está num momento crucial, temos que dar tudo o que temos para salvar a pátria». E eu cá para mim, mas que discurso é este? Continua o General: «eu dei-lhe a minha palavra que estaria um ano no Olossato e que viria para Bissau. Hoje eu tenho de quebrar essa palavra [HV15; P12].

Quebrada a palavra, a “ordem do General veio lesta e eu pressenti o pior” [HV15; P12], afirma o Capitão:

A sua Companhia foi estudada, e é aquela que melhor está preparada, principalmente para o levantamento das minas, e também em comportamento positivo debaixo de fogo... E, portanto,

dou-lhe três dias para sair de Quinhámel e apresentar-se em Binta, pois a sua missão vai ser a picagem e desminagem da picada de Binta para Guidage. Em Guidage ficam dois grupos de combate seus, e os outros dois grupos vão para Bigene. O Senhor fica em Guidage, com os dois grupos, e comanda a outra Companhia, que lá está, de africanos. O Capitão Salgueiro Maia, que está lá a dar reforço, vai-se embora. Tem três dias. Tudo o que precisar peça... Eu quis dar-lhe as ordens à frente deles, para saber que pode contar com eles. Estamos entendidos?

O que é que eu havia de dizer? [o ex-Capitão encolhe os ombros] [HV15; P12].

ii. Foi complicado mobilizar os homens para tamanha e perigosa tarefa... Metade da Companhia foi dar baixa ao Hospital de Bissau, dizendo que estavam doentes. O Capitão não vacilou. Foi, segundo conta, ao Hospital de Bissau, falar com o Director e disse-lhe: “Chame, por favor, os médicos que quero falar com eles... Vieram e contei o sucedido. Os médicos disseram: «Deixe isso connosco»” [HV15; P13]. Acrescenta o entrevistado: “Até doentes iam nas Berliets, deitados em camas... fui determinado” [HV15; P13].

Começamos a picar o itinerário Binta-Guidage, para que o Salgueiro Maia pudesse sair de Guidage. Depois veio então o Salgueiro Maia, para baixo, com outro Capitão. Eu estive com ele aí uma hora, talvez nem isso, já não me lembro bem... «Sabe que há muito descontentamento nosso», diz-me ele. “Eu sei que há”, disse eu. Replica ele: «isto não se resolve com a guerra, nós ficamos cá todos... eu chego lá, à Metrópole e arrebento com esta merda toda». Eu matutei de imediato: «este gajo está apanhado. Está bem, está bem, os Capitães do quadro estarem descontentes, e chegar à Metrópole e dar cabo disto tudo...». Vendo o meu cepticismo repetiu: «Garanto-te pá, tem de ser, não há outra maneira». E pronto, o gajo lá se foi embora, com a Companhia dele e eu parti para Guidage. Cheguei, o quartel estava todo arrasado; foi um tormento viver ali.

Mais tarde fui para Bigene [HV15; P13].

iii. O Capitão termina a entrevista [entristecido e muito, muito, emocionado]: “Andei por Bigene, Binta, Guidage, Olossato... muita guerra, tanta guerra, vida difícil para mim e para os meus soldados, para quê? Nem ao menos reconhecidos somos!” [HV15; P13].

12.20. Tenente de Abril, Capitão da paz – História de vida [HV16]

12.20.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 96²⁵⁹ nasceu em 4 de Fevereiro de 1945, em Lisboa, na Freguesia de S. Sebastião da Pedreira, Concelho de Lisboa, Distrito de Lisboa. Seu pai possuía habilitações académicas de nível superior e trabalhava no Banco de Portugal. A mãe era doméstica e possuía o Curso Superior de Música. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão era licenciado em Agronomia e desenvolvia actividade profissional no Gabinete de Planeamento do Ministério da Educação. Era casado. Entrou para a tropa em Outubro de 1972. Embarcou para Moçambique em 5 de Maio de 1974 e, em 10 de Abril

²⁵⁹ [08 de Novembro 2011, 16h. Lisboa, ISCSP].

de 1975 deixou Moçambique rumo à Metrópole. Teve “uma vida profissional rica e cheia” [HV16; P 18]. Desempenhou cargos de chefia nos “Ministério da Educação e Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Europeia e muitos outros” [HV16; P18]. Ao trabalho da Comissão Europeia, “prestou serviço em Madagáscar, Burundi, República Dominicana, Timor, Congo Brazzaville onde, em Fevereiro de 2010, terminou a sua carreira de relações exteriores da Comissão Europeia” [HV16; P18].

12.20.2. Selecção

O Capitão não se ofereceu. A sua teoria foi sempre esta: não sobressair e deixar que as coisas corram. Teve formação cristã, portanto, para ele “Deus lá saberá, depois, onde o há-de pôr”.

Acho que fui para Capitão pela minha entrevista. Naquele tempo já tinha uma boa formação moral, académica e cultural. Saiu-me um tema sobre o conflito entre Israel e os Árabes. Era um assunto que eu conhecia. Falei normalmente, tentei não falar de mais, nem de menos, mas agradou... vi logo que, com a minha idade, nessa altura tinha vinte e sete anos, ia ser chamado para o curso de Capitão. Quando recebi a notícia, não me fez massa. Aceitei [HV16; P4].

12.20.3. Formação

A entrada em Mafra “não fez grande massa” [HV16; P2] ao Capitão. Havia praticado judo, desporto que ajudou muito, tal como ele diz: “poucas pessoas sabem como ajudou o meu espírito, a disposição e a preparação física” [HV16; P2].

No entanto, o entrevistado assegura que, durante a sua formação, se criticava muito o serviço militar, os instrutores e as chefias.

Nessa altura, alguns Alferes, que davam instrução, nem sabiam falar bem português, aplicavam mal os verbos... a maior parte dos do meu pelotão eram licenciados e também alguns já a fazerem pós-graduações, portanto pessoas com uma formação académica de um nível razoável. Éramos muito críticos em relação à estrutura militar profissional, quanto à maneira de se expressar, maneira de ser... havia muitas conversas entre nós: «mas porquê? para quê esta guerra?» [HV16; P3].

O Capitão saiu de Mafra e foi fazer o seu estágio para Angola, em Quimaria.

Este período formativo, para ele, “foi e não foi” [HV16; P5]. Diz que, pelo menos, conheceu África e teve aquele primeiro choque com África. Apresenta o Capitão miliciano, que era o seu formador, como um indivíduo com a mesma idade que ele, com pouca formação académica... bebia um bocado... O estágio decorreu no arame farpado, num sítio muito isolado. Diz o Capitão: “tive sorte, muita sorte, nas colunas que fiz, nunca tive emboscadas... nunca tive contacto com o inimigo” [HV16; P5]. Por vontade própria, “teve o cuidado de ver como é que aquilo funcionava” [HV16; P5].

Regressou a Mafra, para o CCC. “Aquilo foi um bocado organizado em redor da contabilidade, dos relatórios a fazer, da gestão em geral, da organização da Companhia, de formas de comandar. Sem estudar muito, fui o melhor aluno desse curso de dois meses” [HV16; P6].

12.20.4. Desempenhos

i. A formação da sua Companhia passou por Santa Margarida e por lá existiam muitos Tenentes milicianos, mobilizados com as suas Companhias para as três Províncias do Ultramar. “Alguns desses eram pessoas muito politizadas. Tinham contactos com a estrutura do MFA, inclusive com Otelo Saraiva de Carvalho. Diziam-me que algo estava para acontecer. Um deles, um dia, perguntou-me se podia contar comigo, e eu disse que sim e, a pouco e pouco, fui-me preparando para o dia D” [HV16; P7].

ii. Uns tempos antes do 25 de Abril, o tal Tenente disse ao entrevistado que tinha estado com o Otelo e outros camaradas, numa reunião e que havia um problema quanto aos meios de comunicação. Perguntou-lhe se estaria disponível para dar uma ajuda, já que havia feito programas de rádio na Emissora Nacional, entre 1968 e 1970. O Capitão disse que sim.

Marcámos um encontro com o Otelo, no Café Califa, encontro esse que foi um bocado sinistro, porque eu estava com o Luís Pessoa e estava um tipo ao fundo que nos observava... E estávamos com medo de estar sob vigilância da PIDE, o que não se veio a verificar porque era outro Capitão que se ia juntar a nós. Reunimos os quatro: o Otelo, o Capitão de quem agora não me lembro o nome, o Luís Pessoa e eu. Estivemos a falar sobre os meios de comunicação social, tudo apontado em guardanapos de papel. Combinámos ir à Emissora Nacional, com o tal Capitão que se juntou a nós, fazer um reconhecimento e fomos. Lembro-me da Maria Leonor, locutora na altura, e a mais antiga de todas, ter olhado para mim e dizer: «Olá, estás bom? Desconfio que venhas aqui fazer malandrice!». Eu fiquei um bocadinho aflito, porque percebi que ela ficou desconfiada da minha presença ali, uma vez que fomos para a central ver os fios de ligação... E pronto, fizemos uma visita técnica, acabou por correr bem [HV16; P8].

Na antevéspera do 25 de Abril, o entrevistado foi avisado da missão que iria ter: impedir a saída dos tanques de Santa Margarida. A coisa não correu mal, na sua opinião, “pois bloquearam aquela coisa, embora tivesse havido tentativas de saída” [HV16; P9].

Após o 25 de Abril, o Capitão foi para Moçambique. À partida, deu “uma entrevista para o telejornal, onde afirmou que o espírito com que iam era o de avançar para a independência” [HV16; P9]. Diz o Capitão que havia “uma grande manifestação

do MRPP, no aeroporto, com os célebres cartazes: “nem mais um soldado para as colónias”²⁶⁰, de que resultou a deserção de um Alferes”[HV16; P9].

Foi também problemática a chegada do Capitão a Moçambique, onde o consideraram *persona non grata*, “por causa das ideias avançadas que vendeu a alguns oficiais” [HV16; P10]. Era mal recebido na messe de oficiais da Beira, que teve de abandonar, “embora, mais tarde, a ela tivesse regressado já reabilitado... havia uma grande resistência à independência em Moçambique” [HV16; P10].

iii. Antes de partir para Moçambique, o Capitão teve uma reunião, na Cova da Moura e aí “falou-se da possibilidade de contactar, discretamente, os movimentos para ver o que eles pensavam” [HV16; P11]. Então, a primeira preocupação do entrevistado foi contactar a FRELIMO.

Arranjei um intermediário, que eu sabia estar em contacto com a FRELIMO. Organizei uma grande festa na minha Companhia, chamei o povo e sabia que seguramente havia gente da FRELIMO que vinha à festa. E fiz um discurso no sentido do «somos irmãos, temos de avançar juntos no progresso de Moçambique, a guerra tem de acabar!». Fui ouvido e, através de um irmão desse intermediário, consigo marcar um encontro com a FRELIMO. Fui para o mato, e avisei a minha Companhia: se eu não chegasse à noite, iam à minha procura. Fui sozinho, no jipe da minha Companhia e não avisei a hierarquia. Fi-lo completamente só, uma coisa discreta; só avisei a Companhia. Tinha chegado apenas há dois meses. Cheguei, com muita dificuldade, ao sítio onde estava o meu intermediário, que dizia estar com muitas dores nas costas, que eram as dores que tinha quando havia emboscadas. Não estava ninguém e voltei para trás. E, quando retirámos, vem um tipo a correr, pé descalço, que disse: «venham que eles estão à vossa espera» [HV16; P11].

Segundo conta o Capitão, foi até uma aldeiazinha, com várias cabanas, onde estavam cinco tipos, com *Kalachenikov*, e um Comandante à sua espera. A conversa foi muito difícil, porque se apercebeu que eles desejavam-no como refém, para fazer pressão com o Governo Português, em futuras negociações.

Eu não gostei nada. Repeti, vezes sem conta, que estava ali de boa vontade e, ao fim de uma hora, lá consegui falar sobre futuros encontros... Deixaram-me sair e disseram-me: «agora, se tiver uma emboscada, não somos nós». Eu pensei que eles iam mesmo organizar uma emboscada para me eliminar. Voltei para a Companhia, com medo de ser emboscado, mas tive a sorte de haver população, que entretanto pediu boleia. Trouxe doze pessoas, que estavam sob controlo deles. A minha tropa já vinha a caminho, à minha procura. Tive depois muitos contactos com a FRELIMO [HV16; P11].

Desta forma terminou o primeiro contacto.

12.20.5. Protagonismos

i. Passado uns tempos, o Capitão avisou a hierarquia dos contactos existentes. Foi chamado à Beira e, a partir daí, houve vários encontros, a nível de escalão superior. “A FRELIMO tinha a convicção de que eu estava de boa-fé, até porque tratava bem as

²⁶⁰ Veja-se Anexo (A II. 1).

populações. Vieram mais duas ou três vezes e foi combinado, por fim, um grande encontro para se elaborar um documento formal sobre a paz” [HV16; P12].

O Capitão diz terem passado pela sua Companhia várias pessoas; “uns com título de cônsules, embaixadores”, mas ele estava convicto de serem mais especialistas em informação. A *ORTF* – Televisão Oficial Francesa – fez uma reportagem com ele e com a FRELIMO. Há também uma grande reportagem, da revista italiana *Corriera Della Sera*, que fala dele e desse encontro. Pensa que a *BBC* também passou lá. Tem a certeza de que as informações, cedidas pelos Rodesianos, a seu respeito, deram a volta ao mundo [HV16; P13]²⁶¹.

ii. O Capitão esteve sedado, com a sua Companhia, na Estação de Caminho-de-ferro do Chiluvo, a doze quilómetros do cruzamento que ia para Lourenço Marques. O quartel era constituído pela estação e casas adstritas [HV16; P15]. Estava na região mais a sul da guerra, embora estivesse no seu centro [HV16; P16].

Chiluvo²⁶² foi a região onde se realizaram as primeiras negociações oficiais, com a FRELIMO, a que o Capitão não assistiu. “Vieram Generais, tudo foi feito em minha casa e eu não fui autorizado a assistir. Porquê? Porque era miliciano. Fica para a história” [HV16; P14].

O Capitão teve duas repreensões agravadas: uma em Santa Margarida e outra na Beira. “Os da Beira, o Estado-Maior, olhavam para mim com inveja, porque tomei a iniciativa, porque não foram os militares do quadro que fizeram!... [HV16; P17].

12.21. Considerações relevantes para o objecto de estudo

Está-se perante um grupo de três Capitães com uma média de idades de vinte e cinco anos possuindo, a quando do ingresso no serviço militar, os dois mais novos vinte e quatro anos e o mais velho vinte e sete. Habilitado com uma licenciatura era apenas um. Os outros dois frequentavam os segundo e terceiro anos de uma universidade. Dois deles já exerciam actividade profissional. Na opinião de dois Capitães a sua selecção deveu-se ao seu desembaraço físico, e para o outro foi pelo seu elevado nível cultural. A formação para todos significou pouco em termos de aprendizagens significativas e nem o estágio teve relevância formativa. Como diz um deles, “a formação foi e não foi”.

²⁶¹ Vejam-se Anexos (A III. 8), (A III. 9) e (A III. 10).

²⁶² Vejam-se Anexos (A III. 7) e (A III. 11).

Todos se consideraram universitários activistas contra a guerra. Um deles foi dirigente destacado na crise académica de 1969. Dois deles estiveram às portas da deserção.

Dois dos Capitães são uns revoltados pelo esquecimento a que foram votados e por aquilo que se diz sobre o seu desempenho.

O espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso absoluto encontra-se concentrado, para todos, na zona de sucesso absoluto.

Todos, sem dúvida, estão colocados num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta), onde, para além do cumprimento da missão, existiu uma máxima eficiência na gestão dos recursos.

Construíram-se, no campo teórico, os dois argumentos conceptuais de bom desempenho. Considera-se que os três Capitães manifestaram saberes e práticas, em ambos, de elevado grau. Foram três protagonistas da guerra do Ultramar. Lideranças transformacionais.

Pode-se desta forma sintetizar: 100% foram Capitães protagonistas.

Veja-se, agora, como foi a participação de oito Capitães em **territórios de intensa guerra subversiva**.

12.22. Um Capitão de Nangade – História de vida [HV17]

12.22.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 9²⁶³ nasceu em 13 de Fevereiro de 1945, na Freguesia de Penamacor, Concelho de Penamacor, Distrito de Castelo Branco. O pai possuía, como habilitações académicas, a instrução primária e era agricultor. A mãe era doméstica e possuía também o ensino primário. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão era licenciado em Filosofia e desenvolvia a actividade profissional de professor do ensino secundário. Era casado e tinha um filho. Entrou para a tropa em Outubro de 1971. Embarcou para Moçambique em 26 de Julho de 1973 e, em 24 de Novembro de 1974 deixou Moçambique rumo à Metrópole.

Não teve problemas graves de saúde ou de ansiedade. Não pensa muito na guerra e não tem nostalgia nenhuma [HV17; P21].

²⁶³ [20 Outubro 2011, 16h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

12.22.2. Selecção

Quando foi seleccionado, o Capitão sentiu “um sentimento de desespero, e uma certa inércia, porque não podia fazer nada” [HV17; P2]. Diz não se ter oferecido, como voluntário, e que “não tinha qualidades excepcionais” [HV17; P2]. Sentiu-se apreensivo, pois não se estava a ver a comandar homens, no contexto de uma Companhia. Depois pensou: “não é preciso preparação nenhuma para fazer guerra!” [HV17; P4].

12.22.3. Formação

O entrevistado pouco disse. Expressou a raiva que sentiu, no primeiro dia em Mafra, quando se viu “sozinho ali, numa situação que não podia controlar” [HV17; P3]. Aquela raiva de se “sentir enxovalhado e pisado na instrução” [HV17; P3]. Teve “a sensação de estar preso” [HV17; P3]. Os instrutores foram pessoas que não lhe disseram nada. “Faz de conta que foram pedras, que encontrámos no caminho, e que passámos por elas” [HV17; P3].

Depois foi fazer um estágio na Guiné, em Bachile. O Capitão formador era do QP. Naqueles quatro meses não houve uma acção programada. “O Capitão deixou-me lá estar. Não tive um programa para cumprir” [HV17; P6].

Logo de seguida regressou a Mafra para fazer o CCC. “Foram umas noçõesinhas de estratégia militar, mais alguma coisa de manutenção e administração; mais sobre isso” [HV17; P7]. Não aprendeu “nada de prático, que tivesse a ver com uma situação de guerra” [HV17; P7].

12.22.4. Desempenhos

i. O Capitão foi para Nangade, em Moçambique, com a sua Companhia. Refere que havia um aldeamento em construção, umas centenas largas de africanos, em outros dois aldeamentos separados, porque uns eram macuas outros macondes, tudo rodeado de arame farpado. A missão da Companhia do Capitão era guardar os aldeamentos, fazer protecção às obras e a todo o aquartelamento.

Tinham também um destacamento, conhecido pelas «águas», no local de captação da água. Na opinião do Capitão, “era o pior sítio que havia. Aquilo era um buraco. Quando se queria castigar algum homem, dizia-se: «Vais para as águas – vais

para lá oito dias». Os ratos passavam por cima dos homens durante toda a noite” [HV17; P9].

ii. No início de 1974 intensificou-se a guerra. A FRELIMO começou a utilizar mísseis terra - ar. Segundo conta o Capitão, “por esse motivo, chegaram a não ter abastecimento” [HV17; P10]. O entrevistado lembra-se de um fornecimento, feito a altas horas da noite, que, para se efectivar, teve de se sinalizar “a pista com garrafas com petróleo e uns trapinhos. O avião veio, desceu, deixou o que tinha a deixar e foi-se embora. Era só arroz e ervilhas” [HV17; P10].

No dia 2 de Abril de 1974 deu-se a pior coisa que o Capitão já vira.

Eles montaram uma rampa de mísseis, aí a umas duas léguas do quartel e do aldeamento, e apontaram à messe de oficiais. Eu estava a fazer a barba e, de repente, pareceu-me ouvir passar um avião a jacto. Daí a umas fracções de segundos rebentou um míssil, ali ao lado. E depois tive mais dois ou três à volta da messe de oficiais. Caíram cerca de noventa mísseis dentro da área dos aldeamentos. Por acaso não tiveram grande impacto. Depois veio a aviação de Porto Amélia, que bombardeou as rampas de lançamento [HV17; P10].

Logo a seguir veio o 25 de Abril.

Nós estávamos escaldados do ataque e dissemos: isto é a nossa libertação! Por outro lado, havia entre os militares alguns militantes do PCP, daqueles que eram castigados. Começou a haver uns comícios. Os furriéis milicianos e outros, à noite, faziam comícios numa das casernas. Em consequência o Comandante de Batalhão foi saneado e teve que se vir embora; puseram-no a andar. Eu, nessa altura, não estava lá, tinha vindo de férias. Depois ficou o segundo Comandante a tomar conta daquilo. Entretanto já tinham lá aparecido uns elementos da FRELIMO, de bandeira branca nas mãos, isto na sequência de umas conversações havidas com o oficial de operações do Batalhão. Não estava nada preto no branco, e os militares estavam sempre com medo. Havia uma indecisão enorme. Atacamos ou não atacamos; ou eles atacam ou deixam de atacar... Ainda tivemos uma flagelação, em 10 de Junho, com um canhão sem recuo, colocado no fundo da pista. Depois, não sei o que é que se passou a seguir – estava de férias como já afirmei. Entretanto receberam ordens para dismantelar aquilo tudo e abandonar o aquartelamento. Não sei quem deu as ordens! Não se sabe! Não foi bem um abandono. Eles pegaram nas coisas e foram-se embora. Mas eu não sei essa parte. Não se sabe, ao certo, quem deu a voz de comando para saírem de lá... Forçados, talvez; a FRELIMO é capaz de ter dado algum prazo, ou qualquer coisa. Não sei se deram se não deram; deixaram lá quase tudo, que não era fácil de transportar, e foram-se embora [HV17; P11].

O Capitão afirma que o acontecimento dava-se, mais cedo ou mais tarde: “os oficiais do QP já lá não estavam a fazer guerra nenhuma” [HV17; P17].

E conclui:

Eles não estavam interessados, nem exigiam muito de nós. Eu estava na sede do Batalhão, e via que eles não exigiam muito de nós, nem fiscalizavam; era o deixar correr. Nós estávamos ali a passar o tempo, pura e simplesmente. Não estávamos empenhados em nada, que tivesse a ver com um desfecho vitorioso. Não havia hipótese nenhuma. Tinha já passado o tempo do Nó Górdio... quando lá chegámos aquilo estava pior, mais dominado do que se calhar antes. Já não se passava em alguns locais, ou, se se passava, era com muitos custos humanos e materiais. Portanto aquilo como guerra, como situação militar, tinha de acabar, mas não sabíamos como. Os Comandos também já não estavam interessados naquilo. O que interessava era passar aquele tempo; fazer a comissão [HV17; P17].

iii. O Capitão e a sua Companhia foram, posteriormente, para Lourenço Marques, onde veio a integrar as forças mistas de polícia com a FRELIMO. Fez protecção à Rádio Club de Moçambique e guarda a prisioneiros políticos [HV17; P14]. Enquanto esteve com estas funções, foi presa a conhecida Joana Simeão, com quem o Capitão conversou e a quem ofereceu livros [HV17; P15].

iv. Interrogado sobre se teve papel relevante na descolonização, o Capitão responde que foi “um figurante discreto” [HV17; P16].

Quanto a desempenhos considera-os satisfatórios e explica: “o que esperava era sobreviver, viver seguro e dar uma possibilidade de sobrevivência a todos aqueles homens que iam comigo”. Por esse facto, o Capitão poucas operações concluiu.

Operações militares, daquelas de ir três ou quatro dias para muito longe, não fazíamos. Ficávamos mais perto. Eu quando saía tinha de avisar a artilharia para não bombardear o local onde permanecíamos. Dávamos as coordenadas aos artilheiros e dizíamos: «nós vamos estar aqui neste local; cuidado! Mas não íamos longe. Às vezes programavam uma operação de três dias: «você vão até lá, devem encontrar lá qualquer coisa ...você vão, seguem este trilho...». Mas nós não íamos lá e, mesmo os oficiais superiores, já sabiam [HV17; P18]²⁶⁴.

12.23. Capitão Comandante do Comando Operacional da Mucaba – História de vida [HV18]

12.23.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 59²⁶⁵ nasceu em 21 de Agosto de 1949, na Freguesia de Ermezinde, Concelho de Valongo, Distrito do Porto. Seu pai era licenciado e tinha a profissão de Director financeiro. A mãe era doméstica e possuía o ensino secundário. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o primeiro ano de Engenharia Civil do Instituto Industrial do Porto. Não trabalhava, nem era casado. Entrou para a tropa a 6 de Abril de 1970. Embarcou para Angola em 17 de Novembro de 1971 e, em 2 de Março de 1974 deixou Luanda rumo à Metrópole. Frequentou o primeiro ano da Academia Militar. Saiu. Por isso não lhe deram adiamento para continuar os estudos [HV18; P2].

Depois de regressar do Ultramar, aconteceram-lhe episódios interessantes, muito ligados à guerra.

O primeiro foi no monte de Santa Justa. Eu e a minha mulher fomos dar uma volta, no fim de almoço, recém casadíssimos; há um pássaro, devia ter sido um corvo, que levanta no meio daquele silêncio e eu, instintivamente, agarrei na minha mulher e atirei-a ao chão. Outra vez lá em casa, abriram uma garrafa de champanhe, eu estava completamente distraído e atirei-me para debaixo da mesa. Eram reflexos da guerra [HV18; P5].

²⁶⁴ <http://bc5013.iimdo.com/> [visto em 05.07.2010].

²⁶⁵ [14 de Outubro de 2011, 18h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

Depois, tudo passou. A vida profissional pelos quatro cantos do mundo e o trabalho em empresas bem conhecidas a nível mundial ajudou.

12.23.2. Selecção

O Capitão não se ofereceu para o curso de Capitães. Pensava para consigo: “Então eu saí da Academia e vou-me agora oferecer?” Um dia, teve acesso à lista dos pré - seleccionados e estava lá o seu nome.

E começou a pensar: “se tenho de ir como Alferes, e se posso, eventualmente, ir como Capitão, onde ganho muito mais, então vamos lá fazer os testes e vamos até ao fim”. E fez “aquela bateria massiva de testes coordenada pelo Major Fabião” [HV18; P4].

12.23.3. Formação

Para o Capitão, Mafra “não custou nada”. Estava habituado ao exercício físico na Academia Militar e gostava. Além disso os instrutores que apanhou na EPI, alguns deles, assistiram ao seu julgamento de praxe, na Academia Militar, portanto o ambiente não lhe foi minimamente chocante, porque já tinha um bocado dessa cultura [HV18; P3].

No entanto eu via lá oficiais do quadro, agora em condições de formação de futuros oficiais do Exército, que tratavam os Cadetes abaixo de cão; por amor de Deus, acho que essa gente foi para a Academia para sublimar problemas de família, e outros, e sentiam-se desta forma mais importantes [HV18; P3].

12.23.4. Desempenhos

Depois de fazer o estágio, e o CCC, o Capitão foi mobilizado para Angola com a sua Companhia. A Serra da Mucaba foi o seu lugar paradigmático.

Na realidade foi aí que fiz muitas operações de quatro dias, com a minha Companhia. Bem calcorreei essa serra. A partir de uma certa altura, a situação agravou-se, com a implantação de minas e o ataque a viaturas civis. Então o Comando do Sector resolve criar o COPEM (Comando Operacional da Mucaba), e eu sou chamado a Carmona, onde estava o General Altino de Magalhães. Olha para mim e diz: «O Senhor é que é o jovem Capitão Santos? Já ouvi falar de si... Você foi escolhido para comandar o COPEM». Ficaram, sob as minhas ordens, três Companhias, sendo duas de GE, para além de dar todo o apoio às tropas especiais, que por lá passavam, a fazer operações [HV18; P5].

12.23.5. Protagonismos

“Como foi possível um «Capitão de proveta» ser empossado em lugar de tamanha responsabilidade?” Interroga-se o Capitão... que [fazendo uma grande pausa], assim termina.

12.24. Capitão Comandante de Cabo-verdianos – História de vida [HV19]

12.24.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 111²⁶⁶ nasceu em 30 de Julho de 1945, na Freguesia de Pangim-Novo, em Goa. A escolaridade dos seus pais era a secundária. O pai era 1º Sargento do Exército e a sua mãe professora do ensino primário. Quando foi incorporado, na EPI, o Capitão, possuía o segundo ano de um curso superior e era professor. Era casado. Entrou para a tropa em 6 de Abril de 1970. Embarcou rumo a Angola em 14 de Dezembro de 1971 e, em 23 de Março de 1974 deixou a Província Ultramarina rumo à Metrópole.

O regresso do Capitão foi atormentado.

A tropa foi muito gravosa para a continuação dos meus estudos; espiritualmente as coisas nunca mais se esquecem. Eu sofri muito, porque depois não me apetecia continuar. Apetecia-me trabalhar e foi aquilo que fiz, até porque eu tinha uma família, que acabou por se desfazer muitos anos depois, em 1990. Eu acho que a minha separação está muito ligada à guerra colonial. Até pela auto solidão que a gente às vezes pratica. A gente fica num casulo fechado, e não sai durante muitos meses do casulo; não havia diálogo, foi muito difícil. Eu vim da tropa uma pessoa completamente diferente, abissalmente diferente. Humanamente, aprendi muito – as boas e más qualidades humanas; mas psicologicamente arrasou-me completamente [HV19; P16]. Quando saí disse: «Até, que enfim.». Mas depois, vim encontrar uma vida muito difícil, muito complicada, com muitos altos e baixos, que se arrastou até hoje. Sem dúvida! [HV19; P17].

Por causa da guerra, uma vida atormentada.

12.24.2. Selecção

O Capitão diz ter frequentado normalmente o 1º ciclo do COM. Na mudança para o 2º ciclo fez provas para Capitão. É isto de que se recorda: “não sei se foi aleatório, se não foi; não sei se foi para toda a gente, não me recordo” [HV19; P3].

Sabe que teve de frequentar o 2º Ciclo do COM, num grupo à parte dos que viriam a ser Alferes. Seguiram um curso que se “requeria completamente diferente daquilo que seria um COM normal, mas a experiência de quem comandou o grupo não era muita e não estava muito à vontade na formação em guerras de guerrilhas” [HV19; P3]. E depois... [pausa] “Depois houve uns que ficaram, outros que saíram, outros que não quiseram ficar” [HV19; P3]. E explica:

Sim. Foram eliminados vários desse grupo, alguns porque não quiseram, porque fizeram de tudo, inclusive alguns sendo detidos... Estou a lembrar-me de um indivíduo, que tinha estado em França (arquitectura ou coisa assim do género) e recusou pura e simplesmente. Não ia e não fazia. Lembro-me de alguns que faziam resistência passiva, clara, para não entrar num esquema daqueles. Porque todos nós tínhamos muitas dúvidas daquilo que poderíamos aprender numa instrução acelerada de três meses, ou seis meses, ou nove meses ou mesmo que

²⁶⁶ [10 de Dezembro 2011, 10 h. Coimbra, Café Santa Cruz].

fosse um ano. Porque não era fácil aprender num ano o que os outros oficiais do quadro levaram três anos a aprender. Não há dúvida que a nossa preparação já era, talvez, um bocadinho acima de quem entrava para a Academia Militar, na medida em que já tínhamos frequência universitária. Alguns de nós já trabalhavam, já tínhamos experiência de vida, mas muita gente, ou melhor, a maior parte de nós, tinha muitas dúvidas da capacidade para estar à frente de uma Companhia. E nunca ninguém tinha ouvido falar numa circunstância destas, porque fomos todos apanhados de surpresa, todos sem excepção. [HV19; P4].

Finaliza o Capitão: “É claro que eu transmito estas ideias com lapsos de memória de há quarenta anos.”

12.24.3. Formação

i. O primeiro dia na EPI, para o entrevistado, “foi autêntico horror” [HV19; P2]. Ele já tinha uma família, já trabalhava, já gostava de traçar o seu caminho.

E, de repente, vejo-me colocado numa situação da qual eu não gosto, objectivamente, e da qual não sabia absolutamente nada. Portanto senti-me pequenino, sozinho no meio de mil pessoas, a maior parte delas que eu não conhecia. Senti como que uma parede entre mim e o exterior: a minha vida, a minha família, os meus pais, o meu meio, os meus amigos. Aquilo foi como que uma barreira de pedra. E, sobretudo, senti uma falta ainda maior, porque, quer queiram quer não queiram, a gente tinha a nossa própria liberdade, não seria como hoje, mas era uma liberdade que a gente construía. Mas aquilo fechou-me completamente e senti-me um «zero». Havia qualquer coisa de errado no meio daquilo tudo. E o vazio foi tão grande: a nível intelectual, emocional e humano! [HV19; P2].

O Capitão analisa depois o seu instrutor do 2º ciclo do COM, que tinha para aí vinte e um, ou vinte e dois anos. Evidentemente “se calhar ele teria menos experiência do exterior, da sociedade civil, como hoje se diz, do que eu e os outros tínhamos na altura” [HV19; P9]. Portanto, na opinião do entrevistado, “houve ali como que um impacto negativo entre nós, os que fomos escolhidos, até porque havia advogados, arquitectos, licenciados em germânicas, em românicas e havia gente já com bastante experiência de vida” [HV19; P9].

ii. O Capitão foi fazer estágio para Madureira, em Angola, “zona terrivelmente complicada. Talvez, a nível de guerra de guerrilha, a mais complicada de Angola; ficava entre Nambuangongo e Zala” [HV19; P6]. Foi encontrar “gente completamente destroçada. Pessoas psicologicamente arrasadas e fisicamente debilitadas” [HV19; P6].

Deparou-se com uma Companhia independente, no alto do morro, com dezasseis meses de comissão – “tudo na retranca, sem ninguém a querer fazer alguma coisa. Faziam as voltinhas à volta. Aquilo era comandado por um Capitão do quadro, que estava pura e simplesmente a marimbar-se” [HV19; P6]. Ele tinha a convicção de que “a guerra não se ganhava desta forma; sabia que estava a passar tempo para o problema ser resolvido politicamente” [HV19; P6]. Mesmo neste quadro, o Capitão acabou por aprender.

As poucas operações que fiz difíceis, complicadas, foram as operações a nível de Companhia, Batalhão, ou Sector, porque era obrigatório ir lá ao sítio. Nestas operações eu aprendi exactamente aquilo que era guerrilha pura, como é que se fazia com guias, como o Zacarias, talvez um dos mais conhecidos de Angola, e que me ensinou muita coisa. Além desse ex-guerrilheiro, encontrei um 1º Sargento que me orientou na parte administrativa da Companhia e isso foi realmente muito importante para mim [HV19; P6].

iii. Regressou a Mafra, para fazer o CCC, e deparou-se com um verdadeiro estado de sítio.

Os adversários eram os antigos instrutores do seu curso.

Eu lembro-me perfeitamente. Quando regressei a Mafra, com os galões de Tenente, eles ainda eram Aspirantes ou tinham passado a Alferes. «Então eu estive três anos na Academia e agora estes tipos vêm para aqui e, ao fim de dez meses, são Tenentes?», diziam eles. Houve revolta, ao princípio, claramente. Na minha opinião, o que vi foi isso e, nitidamente, alguma inveja de se verem inferiores aos seus instruendos. Na sala de oficiais, em Mafra, eu vi coisas absolutamente incríveis. Alguns colegas meus a dirigirem-se a eles neste tom: «Meu Alferes, faz favor, bata a pala.» Isto é incrível! Eu não sei, mas se me puser do outro lado... a revolta que eu sentiria numa situação dessas! A vingança... Quer queiram quer não a revolta era latente... Muitos deles, já Tenentes, participaram no 25 de Abril! [HV19; P7].

O Capitão fala no CCC propriamente dito.

Aprendi zero. Houve contendas permanentes entre instrutores e instruendos. Levou-se, para o interior do curso, as quezílias do exterior já contadas. Quanto ao exercício físico, então houve uma guerra permanente, por vezes com desobediência ao instrutor. O resto do curso foi construído em cima de ordens, contra-ordens e algumas desobediências graves. Houve várias reprovações neste curso e não foram nem uma nem duas, mas várias. Eu ainda não consegui perceber porquê. Nunca percebi. Também nunca aprofundi muito a questão, mas penso que, por falta de capacidade, não me parece. Até porque as pessoas eram licenciadas ou bacharéis. Parece-me muito mais a resistência passiva deles e arranjar maneira para não ir. Acabaram por ir, mas como Alferes ou Tenentes. E alguns, com estes postos, até comandaram Companhias! [HV19; P8].

12.24.4. Desempenhos

O entrevistado afirma que a formação da sua Companhia tem uma história terrível.

Encontro, à minha frente, uma Companhia de cabo-verdianos que queriam voltar para Cabo Verde, até porque foram trazidos, dizendo-lhes: «Vão fazer a recruta lá e depois voltam aqui para Cabo Verde». Ou seja, enganaram as pessoas. Encontrava-me à frente de pessoas que, a única coisa em que pensavam era voltar para Cabo Verde. Ia ter de lhes dizer, como disse: «Estamos mobilizados para Angola». Não é fácil. Mas, por surpreendente que pareça, nunca tive nenhum problema com cabo-verdianos, e, na Companhia, não tive problemas com ninguém. Mas com os cabo-verdianos eu estava receoso, com aquilo que poderia acontecer, mas não. Fui para Zala, onde estive três anos. E levei os cabo-verdianos todos [HV19; P9].

A comissão do Capitão, em termos administrativo-logístico e disciplinar, correu bem. Não teve nenhum problema dessa ordem com a ajuda, sempre presente, do 1º Sargento. Relativamente aos cabo-verdianos, o entrevistado refere: “só tenho que dizer o melhor, tanto na parte disciplinar, como na parte humana, como na parte operacional” [HV19; P10]. Por estranho que pareça, diz o Capitão, eles eram, quando saiu de Zala,

“verdadeiros guerrilheiros e verdadeiros conhecedores da guerra de guerrilha” [HV19; P10].

A Companhia teve muito incidentes com o inimigo e, infelizmente, mortes: sete mortes e três feridos muito graves. O sofrimento foi grande e a actividade operacional da Companhia era de dezoito dias por mês, num sítio onde só se podia sair a nível de dois grupos de combate [HV19; P11].

Não foi fácil. Foi uma zona muito difícil. Tive também sorte nalgumas situações, nalgumas operações, que correram francamente bem. Tive sempre a cautela, quando fazia prisioneiros, de trazê-los para a Companhia e nunca os matar. Capturei muitas armas, desde RPGs a Kalashnikov, e muitas pessoas. Eu capturei para aí cento e tal pessoas e, com a sua participação, fiz um aldeamento. Fugiram dois ou três, mas todo o resto ficou [HV19; P10].

O Capitão considera a sua acção meritória.

12.24.5. Protagonismos

Para além dos êxitos obtidos na actividade operacional, o Capitão foi nomeado presidente da Junta de Recrutamento em Malange, onde lhe disseram quando foi empossado: “É tudo para apurar, coxos, tudo”. Reagiu veementemente e não cumpriu as ordens [HV19; P13].

O Capitão pensa que teve algum protagonismo, “apesar de ter tido um Comandante de Batalhão com quem teve pegadas muito grandes, que nem as coordenadas sabia ler no mapa” [HV19; P14]. Quanto à actividade operacional, estava “completamente a leste, não tinha a mínima noção do que se fazia numa guerra de guerrilhas, era completamente incompetente” [HV19; P14].

O Capitão foi louvado pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola.

12.25. O «Capitão puto» de Guilege – Depoimento [D3]

12.25.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 117²⁶⁷ nasceu em 29 de Janeiro de 1949, numa aldeia chamada Vergão, Freguesia e Concelho de Proença-a-Nova, Distrito de Castelo Branco. O pai era agricultor e a mãe doméstica.

Foi incorporado em Mafra no 2º turno (Abril) de 1970. Era muito novo, solteiro e sem filhos.

Tinha terminado, em Outubro de 1969, o sétimo ano no Liceu de Portalegre e, como não tinha possibilidades económicas para continuar para a Universidade, ofereci-me para o Serviço

²⁶⁷ [Depoimento enviado em 30.12.2010, via correio electrónico].

Militar, o que aconteceu em Abril de 1970. Entretanto, no final de 1969, tive conhecimento de que, para entrar no COM, era necessário estar matriculado na Universidade e, como não tinha feito exame de aptidão, havia um curso no ISPA, cuja entrada não exigia esse exame e dava equivalência para efeitos de tropa; pelo que *comprei* a matrícula. Paguei um trimestre de propinas, *comprei* o certificado de matrícula e, nos últimos dias de 1969, entreguei-o no DRM de Castelo Branco [D3; P1].

Esteve na guerra três anos, oito meses e quinze dias, o que lhe “acarretou problemas de saúde, a nível da audição, por causa dos rebentamentos” [D3; P14]. Em processo posterior, foi-lhe “atribuída, pelo Hospital Militar, uma desvalorização de 5%” [D3; P14]. Toda a sua carreira profissional foi na Banca.

12.25.2. Selecção

Ofereceu-se para o CCC, porque não queria ir para os Comandos, para onde já estava indigitado. Lembra-se de ter realizado vários exames psicotécnicos e, depois de seleccionado, ter ficado integrado num pelotão especial, tendo em vista um 2º ciclo do COM mais exigente. Não recorda quantos foram seleccionados, “mas seriam cerca de quarenta” [D3; P3].

12.25.3. Formação

O primeiro dia de Mafra viveu-o com um misto de novidade e ansiedade. Quando saiu, tudo, já tudo era diferente – uma fusão de angústia e alívio.

Os seus instrutores pertenciam ao QP, “mas ainda não tinham qualquer experiência de guerra no Ultramar” [D3; P2], “cultivavam o militarismo castrense, que aprenderam na sua formação militar” [D3; P2], e ministravam “ensinamentos de guerra subversiva, mas muito teóricos” [D3; P2].

O estágio foi realizado em Angola, na Região do Luso (Leste), Batalhão de Gago Coutinho.

No dia em que cheguei ao Batalhão, a Companhia de estágio iniciou a coluna de três dias para Chiume, junto ao rio Quando, que era destacamento de um pelotão, e passou a ser sede de Companhia. Não conheci nenhum Capitão na Companhia; parece que estava com baixa. A Companhia foi sempre comandada por um Alferes. Era uma zona de intensa actividade, por estar perto da fronteira. Durante o estágio, estava cinco dias no quartel e cinco dias no mato. Tive contacto com o inimigo, logo na primeira saída. Fomos emboscados.

Particpei numa operação importante, em Ninda, sede de outra Companhia do Batalhão. Fomos transportados em helicópteros da África do Sul para a zona de actuação, onde permanecemos cinco dias [D3; P4].

O estágio foi útil para este depoente.

Foi importante, porque perdi o medo logo na primeira saída. Também aprendi que era bem mais importante não termos baixas do nosso lado, do que causar baixas no inimigo. Aprendi a forma de nos defendermos.

Apercebi-me como os altos Comandos viviam a guerra, sem estar expostos, e como os Capitães do quadro se poupavam. Não tive conhecimento de reprovações no estágio [D3; P5].

Seguiu-se o CCC em Mafra.

O CCC, em Mafra, era ministrado por Tenentes do Quadro, que nunca tinham ido ao Ultramar. Nós também éramos Tenentes, mas todos tínhamos experiência de combate, pois todos fomos para zonas quentes. Eles tinham a teoria, nós a prática. Só nos interessava aprender Administração Militar, que era o nosso fraco, mas eles também nada sabiam para nos ensinar. [D3; P6].

“O curso foi muito insuficiente”, palavras do Capitão

12.25.4. Desempenhos

i. Foi mobilizado, para a Província da Guiné, no comando de uma Companhia independente. Embarcou em Lisboa em 25 de Setembro de 1971. Fez a viagem para a Guiné de barco. Realizou o IAO na Guiné e no Cumeré, nos arredores de Bissau. Foi colocado em Guilege, no Sul da Guiné, junto à fronteira.

No quartel as casernas eram subterrâneas, à prova do morteiro 120 perfurante. Toda a população vivia dentro do arame farpado. O efectivo era a minha Companhia e um pelotão de Artilharia. Tinha três peças de artilharia, obuses 11,4. Com a população eram cerca de 700 pessoas dentro do aquartelamento. A actividade operacional resumia-se a patrulhas diurnas, dia sim, dia não, com efectivo de dois grupos de combate. Ou seja, metade da Companhia e colunas de reabastecimento, de Gadamael até Guilege, sendo que, na época das chuvas, estávamos isolados por via terrestre; não havia reabastecimento. Tivemos, num ano, dois contactos com o IN, na mata (emboscadas) e trinta ataques ao aquartelamento, com armas pesadas, sendo que o primeiro se verificou no dia da nossa chegada e, uma das emboscadas, na sobreposição. Como estávamos a sete quilómetros da fronteira, junto ao célebre corredor de Guilege, a nossa missão era servir de tampão à entrada de reabastecimentos para o PAIGC, via Sul (Guiné Conakry). A população vivia dos serviços prestados às tropas, não havia qualquer actividade agrícola devido à perigosidade da zona e só se deslocava nas nossas colunas [D3; P7].

Em Guilege “as condições de vida eram precárias e difíceis, devido ao isolamento durante seis meses, pois os abastecimentos de géneros para esse período, devido ao clima, depressa se deterioravam” [D3; P8]. Por outro lado, “devido à perigosidade que se respirava, obrigava a um permanente *stress*, pois não havia mobilidade” [D3; P8]. No entanto, “as condições de defesa satisfaziam, tínhamos boa artilharia e bom apoio aéreo, quando necessário” [D3; P8]. O Capitão chegou a ter “um ataque ao aquartelamento, com armas pesadas, que durou uma hora” [D3; P10].

ii. Diz ter tido sempre “bom relacionamento com os subordinados, embora fosse o mais novo dos oficiais e Sargentos” [D3; P8]. O 1º Sargento “quis tomar-lhe o pulso, mas não levou a melhor e entrou na linha” [D3; P8]. Os superiores tratavam-no “com respeito e admiração” [D3; P8]. Pela sua idade “era conhecido pelo *Capitão Puto*, pois tinha apenas vinte e dois anos” [D3; P8]. Na sua opinião, esteve “um ano no pior quartel da Guiné”. E esclarece: “Individual e colectivamente, tive vários louvores” [D3; P8].

O depoente diz também não ter tido “grande dificuldade na gestão logística; distribuía tarefas e exigia responsabilidades” [D3; P9]. Na gestão administrativa teve “algumas dificuldades iniciais, provocadas pelo 1º Sargento, mas que foram ultrapassadas” [D3; P9]. Nunca permitiu “vigarices ou aldrabices” [D3; P9]. Não teve problemas com a comissão liquidatária, pois “todas as faltas foram justificadas nos ataques ao quartel ou quando havia contactos com o IN” [D3; P9].

Na parte técnico-militar, o seu “planeamento operacional, agressividade e intensa actividade, impunham respeito, até ao IN. Atacava para não ser atacado” [D3; P10].

12.25.5. Protagonismos

No seu depoimento, e dado o seu desempenho, o Capitão quis vincar a sua posição face aos Capitães do QP que conheceu. Eis a sua perspectiva:

Na primeira comissão do Ultramar eram piores que nós, em todos os sentidos, porque só tinham teoria, não tinham prática. Operacionalmente estavam pior que nós e administrativamente também não estavam melhor; alguns tiveram graves problemas na Comissão Liquidatária. Eram mais poupados; não eram colocados nas zonas piores [D3; P10].

A Companhia deste Capitão teve dois mortos em combate, ambos em minas ou armadilhas, nossas ou do IN. Feridos em combate teve vários, que o Capitão não consegue quantificar, incluindo ele próprio. Recebeu um louvor do Comandante do Batalhão. A Companhia recebeu um louvor colectivo, no final da comissão, dado pelo Governador da Guiné [D3; P13].

12.26. O revoltado Capitão de M’pozo e Tomboco – Depoimento [D4]

12.26.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 120 D²⁶⁸ nasceu em Matosinhos, a 7 de Março de 1948. O pai era técnico oficial de contas e comerciante grossista, e a mãe doméstica. Quando foi incorporado era solteiro e estudante no terceiro ano da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Participou em todas as manifestações contra a guerra. A este propósito diz o Capitão: «leveí muita porrada da polícia» [D4; P1].

Esteve na tropa de Janeiro de 1972 a Abril de 1975. Regressou em situação de “instabilidade emocional” [D4; P14] e, “quanto ao relacionamento social, só alguns anos depois as coisas se compuseram” [D4; P14].

²⁶⁸ [Depoimento enviado em 20.12.2010, via correio electrónico.

ii. Decidiu sair de Lisboa, “por causa do ambiente «revolucionário», incompatível com o seu estado de espírito e impossibilidade de se relacionar normalmente” [D4; P14]. Fez a transferência para Coimbra, onde acabou o bacharelato, e veio a dedicar-se ao ensino secundário, como professor de História e Português.

No depoimento desabafa: “Os meus mortos estavam «muito frescos». Aliás ainda hoje...” [D4; P14].

Foi professor por pouco tempo; iniciou-se nos “negócios com o estrangeiro, no ramo têxtil, conjuntamente com outras actividades ligadas ao comércio desportivo e de automóveis” [D4; P14].

12.26.2. Formação

i. Frequentou o 1º turno do COM, com início em Janeiro de 1972, e os seus “instrutores procuravam estabelecer pontos de relacionamento; o ambiente era distendido e cooperante” [D4; P3]. No 2º ciclo falava-se “abertamente sobre o conflito, da sua desnecessidade e das suas implicações, para cada um, e para o presente e futuro do País. Havia também quem defendesse a situação, se bem que o ambiente fosse, maioritariamente, do «contra em versão *soft*»! O interesse era cumprir o serviço militar e sair para poder continuar a vida!” [D4; P5].

Sobre aprendizagem, pouco tem o depoente a dizer, “para além das regras, inerentes à condição militar, e aos exercícios indispensáveis ao desempenho, mínimo, em situações de combate” [D4; P4].

ii. Foi fazer estágio para a Guiné, numa Companhia sedeadada em Suzana. O Capitão pertencia ao QEO. Havia “pouca subversão na zona, por causa da etnia dominante, os Felupes, claramente anti-PAIGC. Fazia-se muita acção psicológica. Os contactos com o IN foram à distância, através dos bombardeamentos que fazia à povoação de S. Domingos” [D4; P6].

Para o depoente o estágio foi importante, “pois o Comandante era altamente disciplinador, através do exemplo, conseguindo ter uma Companhia operacional de alto nível. O pessoal respeitava-o muitíssimo por isso” [D4; P7]. Esta experiência preparou-o para o que veio a enfrentar posteriormente.

Regressou a Mafra e veio frequentar o CCC. Sobre o curso, francamente, não sabe o que há-de responder. De facto o Capitão “acha que o curso não teve qualquer

relevância, exceptuando um ou outro tema, mais prático, que forneceu conhecimentos suplementares, nomeadamente sobre armamento” [D4; P8].

12.26.3. Desempenhos

i. Foi mobilizado com destino a Angola para onde partiu em 30 de Julho de 1973, de avião, após ter realizado o IAO na Amadora. Foi destinado ao Sub-Sector Nóqui, sendo a sobreposição, de 7 a 15 de Agosto, efectuada com uma Companhia sedeadada no M’Poso, comandada por um Capitão do QP. Afirmo o depoente que, no pouco tempo de convívio que tiveram, falaram abertamente sobre a guerra. E acrescenta: “recordo que era frontalmente contra; mais tarde fez parte das forças que actuaram no 25 de Abril” [D4; P9].

O Capitão expõe a actividade operacional dura e o isolamento da Companhia:

As condições de vida eram muito duras, não havia população civil e o isolamento provocava grande desgaste no pessoal.

Era uma zona escolhida pelo IN, para infiltrar tropas e logística, aproveitando todas as oportunidades para colocar minas anti-carro e obrigando a picagens diárias. Mas, apesar das precauções, provocando baixas [D4; P10].

ii. Refere ainda que de 7 de Agosto de 1973 até ao abandono do aquartelamento de M’pozo (7 de Dezembro de 1974), e a chegada a Luanda (17 de Dezembro 1974), para integrar o COTI 2 (Comando Operacional de Tropas de Intervenção), teve vários acidentes de guerra, havendo três que o transformaram num homem revoltado: uma emboscada a um grupo de combate, destacado para protecção do MVL, no Tomboco, em 24 de Fevereiro de 1974, com sete mortos, entre os quais um Furriel miliciano; em 24 Abril de 1974, um morto por afogamento e, em 14 de Agosto de 1974, uma mina anti-carro que provocou três feridos graves, nove feridos ligeiros e um prisioneiro de guerra [D4; P11].

iii. O Capitão foi louvado em 8 de Janeiro 1975, pelo Comandante do Batalhão.

12.27. Um Capitão que depois foi Coronel – História de vida [HV20]

12.27.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 130²⁶⁹ nasceu em 28 de Outubro de 1945, na Freguesia de Arrabal, Concelho de Leiria, Distrito de Leiria. Seu pai possuía, como habilitações académicas, a terceira classe da instrução primária e era trabalhador industrial. A mãe era doméstica e possuía as mesmas habilitações. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria,

²⁶⁹ [24 de Novembro de 2011, pelas 15h. Leiria, Café Estádio].

o Capitão possuía o sétimo ano dos liceus e já trabalhava. Não era casado nem tinha filhos. Entrou para a tropa em Janeiro de 1971. Embarcou, rumo a Bissau, em 27 de Junho de 1972 e, em 24 de Agosto de 1974 deixou a Guiné rumo à Metrópole [HV20; P1].

Antes de ingressar no SMO prestava serviço numa instituição religiosa, ligada à Saúde – Ordem Hospitalar São João de Deus – no Telhal, dedicada ao tratamento de doentes mentais. O Capitão entrou nessa instituição “por dificuldades económicas” [HV20; P2]. Era a sua única alternativa de estudar: “tirei a alínea F do sétimo ano, com vista a seguir uma área específica da saúde” [HV20; P2].

Quase a terminar a comissão, o entrevistado concorreu para a GNR, através de um concurso aberto em 1973.

Eu recebi, no Ultramar, a divulgação da abertura do concurso e, naturalmente, ponderei [pausa] ... «bem não tenho emprego ainda, não sei o que será a minha vida quando for daqui, vou concorrer». Meti os papéis. Já depois do 25 de Abril, recebi a indicação de que deveria ir prestar provas. Alguns Alferes diziam-me: «Tu vais para a GNR, uma força de repressão, onde te vais meter!» E eu dizia: «Para já, ir lá é criar uma possibilidade de entrar ou não; além do mais é uma maneira de estar quinze dias com a família, portanto eu vou». E vim, naturalmente. Recebi a indicação de ter ficado apto, praticamente no final da comissão e depois ingressei na GNR [HV20; P13].

Terminou a sua carreira como Coronel Chefe do Estado-Maior da Brigada de Trânsito, em Lisboa. Sentiu-se realizado [HV20; P13].

12.27.2. Selecção

O Capitão não tem ideia da razão porque foi seleccionado. Apenas induz que o “factor idade tenha tido influência, tinha vinte e cinco anos, a par, naturalmente, dos psicotécnicos não terem contrariado essa selecção” [HV20; P4].

Aceitou bem. “Se eu tenho de ir, então mais vale ir como Capitão do que como Alferes” [HV20; P4]. Diz terem sido seleccionados cerca de trinta, era um pelotão.

12.27.3. Formação

Na EPI, passar de “uma vida em comunidade, para uma vida sem comunidade, foi-me doloroso” [HV20; P3], alega o entrevistado, que acrescenta: “senti na pele o afastamento das pessoas... [pausa] Era uma formação saturante, não tanto pela parte física, mas pelo *stress* em que se traduzia, no «quanto mais depressa acabarmos isto melhor»” [HV20; P3].

Seguiu-se um estágio em Angola e em Massau. O Capitão considera que foi útil, “mas não importante” [HV20; P5]. Adaptou-se ao ambiente, foi ver como se vivia em teatro de operações. “Só por isso” [HV20; P 5], acrescenta.

Regressou a Mafra, onde frequentou o CCC de dois meses.

Deparou-se com uma carga horária muito intensiva, de manhã à noite. Na sua opinião, houve vertentes importantes que foram apresentadas. “Para além da parte militar da guerra subversiva, fundamentalmente a administração da justiça e, também, a administração propriamente dita, que serviram para iniciar o cargo de Comandante de Companhia” [HV20; P6].

12.27.4. Desempenhos

i. No comando de uma Companhia independente, percorreu diversos sítios da Guiné: Aldeia Formosa, Mampatá, Culibuia.

Primeiro foi para Mampatá, perto de Aldeia Formosa. Aí passava-se uma vivência curiosa e digna de ser descrita:

Em Mampatá o aquartelamento era na aldeia africana, a tabanca. Era constituída só por casas de africanos, com a sua construção típica, e, como instalação militar, apenas existia, na altura em que eu fui para lá, uma enfermaria, uma cozinha, o depósito de géneros, uma cantina e mais nada. O alojamento das praças, sobretudo, era nas casas dos africanos... aliás, curiosamente, naquela altura, existia uma situação muito caricata. Pagava-se renda ao dono da casa. Portanto, os militares estavam na guerra e tinham de pagar renda, para poderem ter alojamento. Depois a situação resolveu-se com a atribuição de um subsídio [HV20; P7].

Face à interessante organização militar, incorporada na população, importava saber como se reunia o pessoal e como reagiriam em caso de ataque.

Nós tínhamos um corneteiro. Aquela povoação da Guiné dispunha-se em círculo, à volta da qual havia as trincheiras, como é norma em tempo de guerra. Esse círculo teria um diâmetro, talvez, de quinhentos metros, não mais. O que significa que não estávamos assim tão distantes uns dos outros. Os soldados sabiam que lugares haviam de ocupar, fazíamos treino. Em caso de ataque, cada um conhecia qual a posição que ia ocupar. Normalmente estavam distribuídos a toda a volta da tabanca, por pelotão [HV20; P8].

Por outro lado, parece ter existido uma integração positiva da Companhia com a população. Diz o Capitão: “Muito grande. E, a prova disso, é que eu tenho vários militares que já se deslocaram à Guiné em missões humanitárias; e os ex-combatentes conheceram ainda os populares e os populares conheceram os militares. Havia uma acção psicossocial permanente” [HV20; P11].

A Companhia teve vários contactos directos, a nível de pelotão, com o inimigo. As suas principais actividades, durante a comissão, desenvolveram-se em torno da protecção à engenharia, na construção de duas estradas. Em Colibuia trabalhou na

construção de um aquartelamento e nos trabalhos de reordenamento das populações [HV20; P8].

Logo após o dia 25 de Abril de 1974, houve a preocupação de antecipar todo o processo de pacificação. “Estiveram elementos do PAIGC, por diversas vezes, no nosso aquartelamento. Nunca mais houve nenhum problema com o PAIGC. Iam à tabanca, estavam lá connosco, sem nenhum problema. Eles vinham sempre desarmados” [HV20; P12].

ii. Interrogou-se o Capitão sobre os seus desempenhos e como os classificaria.

Começa por nos elucidar de que para além dos cento e cinquenta homens da Companhia, ainda teve, à sua responsabilidade, uma Companhia de milícias e um pelotão de africanos.

Depois considera o seu desempenho positivo, por diversos motivos. Primeiro pelo carácter humanista do seu comando: “Eu sempre dizia aos homens que, antes de ver em cada homem um militar, eu via primeiro um homem. Isto fazia parte, se calhar, da minha formação humanista. Eu nunca tratei nenhum homem por tu; soldado, Furriel, eu tratava toda a gente com deferência” [HV20; P14]. Segundo pela execução operacional positiva: “Eu não defraudei, sob o ponto de vista operacional; desempenhei a minha função de Comandante, à minha maneira, com alguma democracia, claramente, mas também sempre me dei bem com ela” [HV20; P14]. E acrescenta ainda: “Porque quando há respeito e quando o exemplo vem de cima, as preocupações em baixo não existem. Os meus maiores defensores foram sempre os meus homens, razão porque eu considero que foi uma missão conseguida” [HV20; P14].

12.27.5. Protagonismos

O Capitão diz que nunca pretendeu ter protagonismos. “Sempre desempenhei o meu trabalho sem querer receber alguma coisa em troca, por parte de ninguém, inclusivamente não andei à procura de louvores, nem pouco mais ou menos” [HV20; P15]. Acha que “era amigo das pessoas e as pessoas eram suas amigas” [HV20; P15]. Portanto, os seus protagonismos “centraram-se na amizade” [HV20; P15].

12.28. O Capitão de Nova Coimbra – História de vida [HV21]

12.28.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 137²⁷⁰ nasceu em 12 de Outubro de 1946, na freguesia de S. João de Ver, do Concelho de Vila Nova da Feira, Distrito de Aveiro. Seu pai possuía a instrução primária e era agricultor e pequeno comerciante. A mãe era doméstica, agricultora e possuía também a instrução primária. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o terceiro ano de um curso superior e não desempenhava qualquer actividade. Era solteiro. Entrou para a tropa em Julho de 1971. Embarcou rumo a Moçambique em 11 de Março de 1973 e, em 8 de Novembro de 1974 deixou Moçambique rumo à Metrópole.

Aprendeu na tropa a viver em grupo, situações complicadas e, também, a dar sempre o exemplo e a impor-se pelo comportamento. É um humanista. Guarda da guerra a dimensão humana. “É a mais importante” [HV21; P14], o resto não lhe interessa.

ii. Depois da tropa o Capitão teve uma vida magoada.

Tinha uma namorada que se aguentou dois ou três anos, depois... Nem uma namorada tinha... Tentei estudar. Na Faculdade de Economia não conhecia ninguém. Tinha perdido o pé à Matemática, porque foram quarenta e três meses sem olhar para ela. Por muito bom que tivesse sido a Matemáticas Gerais e a Cálculo Infinitesimal, tinha ido tudo por água abaixo. Ia para a faculdade às oito horas da manhã e saía à meia-noite. Fiz tudo intensivamente. Concluí a licenciatura em Julho de 1976. Praticamente foi o ano de 1975 e metade de 1976, para fazer o quarto e o quinto anos e uma cadeira que tinha para trás. Que difícil foi isto! [pausa]. Eu já com trinta anos e ainda andava ali à deriva à espera de ter um papel para depois arranjar um emprego [HV21; P8].

Diz o Capitão, referindo-se ao período pós conclusão do curso: “concorri para tudo o que fosse economia, finanças, até bancos, empresas, tudo. Também à Polícia Judiciária. Não arranjei nada” [HV21; P9]. Entretanto casou e, a partir daí, desenvolveu “actividade comercial e industrial muito ligada à óptica”. Foi gerente e Director administrativo [HV21; P9].

Entretanto os pesadelos da contenda continuam vivos, existem.

Quando cheguei aí à volta dos meus cinquenta anos, comecei a ter problemas de sono, ou seja, mais ou menos noite sim, noite não, eu via-me a fazer operações, conforme as que fiz em África. Mas não era viver nenhuma das operações que fiz. Eu inventava-as e entrava em pesadelo, nem que me abanassem eu virava-me para o outro lado e engatava outra vez na mesma cena. Tinha de me levantar, ia para a varanda, bebia um copo de água, fumava um cigarro, acordava completamente e, só depois podia voltar para a cama. Pus o problema ao médico, deu-me um medicamento para estabilizar o sono e estabilizou; continuo a tomar a medicação e esses

²⁷⁰ [13 de Outubro 2011, 14h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

problemas ruins atenuaram. Mas, se a família ou o meio em que se vive não for compreensivo... [pausa] isto está cá dentro no meio de todos nós... [HV21; P13].

“Está muito cá dentro, no âmago”, diz o Capitão.

12.28.2. Selecção

i. Pouco sabe da sua selecção para Capitão. Apenas relembra que o Comandante de pelotão do 1º ciclo foi quem o indicou “como tendo qualidades suficientes para ser seleccionado” [HV21; P4]. Foi prestar “umas provas, com mais alguns” [HV21; P4], e foi escolhido.

12.28.3. Formação

i. O entrevistado teve uma boa experiência com os seus instrutores do 1º ciclo do COM. O seu “Comandante de pelotão era engenheiro químico e extraordinário a lidar com seres humanos” [HV21; P2]. Um dia, segundo conta o Capitão, “recusou-se a fazer o serviço de oficial de dia, aos fins-de-semana. Foi detido, esteve uns dias encerrado num quarto, e, todo o pelotão no fim da instrução, ia ter com ele em acção solidária” [HV21; P2].

O entrevistado quis ainda destacar, relativamente a esta fase de instrução, o facto de, no Juramento de Bandeira, ninguém dizer «juro». “Não se ouvia a palavra, foi uma barraca total” [HV21; P2].

Já no que respeita ao 2º ciclo, o respondente não pode dizer a mesma coisa.

Sei que tive um Alferes do quadro que de humano não tinha nada. Eu acho que aqueles homens da Academia lidavam com os números que lhe punham à frente e pronto. Se eu aprendi a comandar homens? Não me ensinaram a comandar homens. Não recebi formação nenhuma dessas. *Endurance*, é que era preciso, acontecesse o que acontecesse, daí para a frente... mais nada [HV21; P2].

Na semana de campo, que o entrevistado fez na Serra de Montejunto, morreu um Cadete. Ele explica.

Fizemos um deslocamento para a Serra do Montejunto e um Cadete foi-se abaixo com uma ruptura numa virilha. Eu fiquei para trás, juntamente com outro camarada, a auxiliá-lo até chegar ao local. Chegámos lá à tardinha e foi montado o perímetro de segurança. O instrutor decidiu que os dois homens a entrar de sentinela, à noite, era eu e o tal Cadete. A certa altura ele chega à minha beira e diz: «é pá, eu vou ali atrás daquele barraco fazer as necessidades». Ouço um tiro. O tiro foi disparado por um Cabo miliciano que servia de inimigo, com uma arma Walter que tinha bala real e atingiu-o nas costas. Ficou-me nos braços. Foi um choque tremendo para todos. Recusámo-nos a continuar a semana de campo e foi-nos prometido que iríamos todos ao funeral, que era em Lisboa, no Alto de S. João. Colocaram a viatura na parada, para o meu grupo e os outros, irem ao funeral. Só o meu grupo entrou numa viatura, os restantes ficaram retidos na EPI. Mandaram-nos a todos para casa, não havia forma de sustentar a situação... [HV21; P3].

ii. Quanto à preparação recebida, o entrevistado assegura não ter sido suficiente, para cumprir as missões que lhe estavam destinadas. E acrescenta: “Ou um indivíduo tinha, dentro de si, características suficientes para se desenrascar, e, se fosse sensato, desenrascava-se mesmo, ou não tinha; e depois, melhor ou pior, ia-se levando” [HV21; P15]. E o Capitão pergunta-se: “Alguém me ensinou a comandar homens? Não. O que me ensinaram? Foi a dar ordem unida” [HV21; P15].

O Capitão diz também: “aprendi a aprender a partir da minha experiência de vida” [HV21; P11].

12.28.4. Desempenhos

i. O Capitão, depois de concluir o estágio e o CCC, ambos de má memória, foi mobilizado para Nova Coimbra, em Moçambique. Estacionou num aquartelamento, “que não era um quartel, aquilo era um acampamento. Aquilo era um inferno” [HV21; P5]. O Capitão diz ter realizado mais de vinte operações, com três grupos de combate.

A subversão atingia extrema violência, com a implantação de engenhos nos itinerários, flagelações, emboscadas, sabotagem de pontes e pontões. Ao fim de algum tempo, comecei a não aceitar tanta ração de combate seguida e então vomitava. Fui evacuado de uma operação, passei por Vila Cabral, Nampula e Lourenço Marques. Regressei e comecei outra vez a fazer operações. Fiz o que pude. Nós íamos sempre à procura deles e eles andavam à nossa procura [HV21; P5].

O aquartelamento do entrevistado foi também alvo de ataques, com «foguetes 122», mesmo depois do 25 de Abril. Nas operações que realizava, o Capitão deixava “panfletos tentando entrar em diálogo com eles. O recado que nos deixavam era «Spínola igual a Caetano»” [HV21; P5].

ii. O entrevistado diz ter sido “alvo de uma proposta de louvor, dirigida à Região Militar, que não deixou publicar” [HV21; P6]. Entendeu o Capitão que não necessitava, no seu currículo, de louvores dados por militares.

O papel que eu desempenhei, não foi o papel de um homem que vai para a guerra, com determinação: temos de ganhar a guerra, matar o inimigo, destruir aquilo tudo. O meu papel não era esse. Antes de embarcar, eu disse aos meus soldados: «É pá, vocês têm a oportunidade de se porem além fronteiras...». A partir daí, vamos ter que ir e regressar todos. Vamos cumprir as missões que nos forem confiadas e, o que for possível fazer, fazemos [HV21; P6].

E, a seguir, pergunta-se o Capitão: “Como é que um miliciano podia encarar o fazer de uma guerra, para a qual os homens, começando pelos soldados, não tinham, muitos deles, aptidão física para tanto?” O próprio Capitão tinha rótulas de platina.

Como subordinados, tinha epiléticos, alguns «zés ninguéns» que não podiam com a mochila para quatro dias, munições e armas... Ao fim de três ou quatro operações eu tive de os começar a encostar. Também, não fazia sentido levar um militar epilético para uma operação. Só me ia dar

trabalho. Tive de os pôr numa machamba. Os furriéis tinham habilitações mínimas; se lhes mandasse ler umas coordenadas eles não sabiam, tiveram de aprender lá. Os oficiais tinham habilitações entre o quinto ano e sétimo ano do Liceu. Se os mandasse fazer um auto eles não sabiam, tinha de ser eu a fazê-lo; e o que é que eu tinha aprendido em termos de justiça? Pouco ou nada [HV21; P6].

E, quanto a meios, o entrevistado interroga-se e dá exemplos: “Rações de combate não faltavam, uma garrafinha de cerveja não havia! Cada vez se comia menos, e era sempre a encolher” [HV21; P6]. Constata também “que a via hierárquica já não funcionava, para obter o mínimo de subsistência, para resolver as coisas, era preciso ultrapassá-la. Nestas circunstâncias, manter o moral da tropa em cima é complicado” [HV21; P6]. Apesar de tudo, o Capitão não teve grandes problemas disciplinares.

iii. “Caminhava-se para o fim” [HV21; P6], assevera o entrevistado. “Não existiam meios materiais, os quadros minguavam ou eram incompetentes” [HV21; P6].

Apresenta dois exemplos concretos:

O oficial de operações do meu Batalhão era um Alferes licenciado em engenharia. Era ele que planeava, ao nível do Batalhão, as operações que fazíamos. A nível de Comando de Sector, era um Tenente-Coronel. Um dia, numa reunião, depois de dissertar para ali uma quantidade de coisas, tratou de atribuir uma missão à minha Companhia. Foi para o mapa e apontou: «ali um dia, dali a ali dois dias, dali ali três dias». E eu interpelei-o e disse: “Comandante não tem um unígon na ponta do dedo?” Acabou a reunião [HV21; P6].

12.28.5. Protagonismos

O Capitão não os vislumbra. “Não, não vejo. Eu fiz aquilo que tinha que fazer, para salvar a pele e a dos meus homens também. Não tive protagonismos e nem os procurei. Procurei ir e voltar” [HV21; P12].

12.29. Capitão do conhecido Batalhão Banazol – Depoimento [D5]

12.29.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 201²⁷¹ nasceu em Lourenço Marques em 1945. Concluiu o curso de Engenharia Electrotécnica, em Abril de 1971, e foi incorporado na vida militar em Abril de 1972. De Abril de 1972 a Setembro de 1974 vão vinte e nove meses de tropa, “sendo treze meses na Guiné contando com o estágio” [D5; P10].

Foi desmobilizado ainda em plena exaltação do 25 de Abril e, só cerca de um ano depois “surtiu uma resposta de emprego, em Évora, num hospital acabado de construir e que tinha no quadro uma vaga de engenheiro!” [D5; P11]. Posteriormente, trabalhou na empresa Regisconta, de computadores, e na Marconi (Companhia

²⁷¹ [Depoimento enviado via *e-mail* em 11.09.2011].

Portuguesa Rádio Marconi) onde chefiou o centro de comunicações, via satélite, na Madeira.

12.29.2. Selecção

O Capitão recorda-se, durante a recruta, de fazer testes para apurar o perfil com vista à especialidade CCC: “Começámos a ser sujeitos a testes psicotécnicos e a testes de aptidão física” [D5; P2]. Nessa altura, o depoente achou que era injusto ir para a especialidade de Capitão, e foi “com outros camaradas, Cadetes, à Ordem dos Engenheiros falar com o Bastonário, apresentar queixa e pedir-lhe que interviesse. Não deu em nada” [D5; P2].

No final da recruta, o Capitão foi fazer o 2º ciclo, agora chamado especialidade. A sua foi de Infantaria, com vista ao CCC, e foi parar a um pelotão com novos camaradas, alguns já seus conhecidos do Técnico. Na sua perspectiva:

Penso que eram escolhidos rapazes com mais de vinte e seis anos de idade, com algum desenvolvimento mental, pelos estudos e pela vivência, com perfil psicológico capaz de ultrapassar contrariedades repentinas. Com capacidade de resistir a frustrações, com algum espírito de corpo para manter o grupo unido. Com alguma aceitação de hierarquia (pelo menos uma aceitação em serviço), alguma capacidade para aproximação aos elementos do seu grupo, diga-se, Companhia, por forma a manter o indispensável relacionamento humano; ter noção de gastos e de reservas, ser capaz de aproximação à população nativa, etc. [D5; P8].

O depoente notou que “a habilidade militar, propriamente dita, era posta em segundo lugar, atribuindo-se prioridade à capacidade de controlo global do empreendimento (ter uma Companhia em teatro operacional de guerra) e continua a achar que seria o que mais preocupava o Estado-Maior” [D5; P8]. Na verdade, e ainda segundo a sua opinião, “a parte militar poderia ser comandada à distância, reservando-se para si algumas manobras locais e autónomas mas bem conhecidas (como pequenas acções na periferia do aquartelamento, colunas de abastecimento e respectiva segurança e escolta, reacção a ataques das forças IN)” [D5; P8].

Desta forma, e ainda na concepção do depoente, na formação do futuro Capitão teria sido dada “preparação militar suficiente para a manutenção táctica da Companhia, mas terá sido dada formação insuficiente noutros aspectos, que não militares propriamente ditos, importantes para a gestão equilibrada da estrutura da Companhia”[D5; P8].

12.29.3. Formação

i. Em Abril de 1972, como já foi dito, o futuro Capitão deu entrada no quartel, em Mafra, para fazer o COM. Nesse turno de recrutas, os Comandos dos pelotões de instrução foram atribuídos a Alferes, acabados de sair da Academia militar. Eram mais novos que a maioria dos constituintes do pelotão do depoente, quase todos já licenciados nos diversos cursos. Segundo o formando: “custava-nos ouvir voz de comando e de repreensão por parte de um «garoto», que sentíamos estar a fazer-se de forte e de muito sabedor da matéria; claro, sabia mais das artes militares, mas nada de guerra para a qual teríamos de ir” [D5; P2].

ii. Em Setembro embarca, em Figo Maduro, de avião para Bissau onde vai realizar o estágio. “Fui colocado em Canjadude, onde sedeava a CCAÇ 5 africana e enquadrada por oficiais e Sargentos europeus. Era a Companhia dos «gatos pretos», uma tropa negra que, paradoxalmente me deixou tranquilo, pois eram bons guerreiros” [D5; P4].

Canjadude, na descrição do depoente,

...tinha um quartel com uma casa para os serviços administrativos, um pequeno barracão para as refeições da tropa branca, valas em zig zag, bunkers semi-subterrâneos para alojamentos, latrinas exteriores, e a aldeia indígena ao lado, cheia de enormes mangueiras que abrigavam o povoado [D5; P4].

E foi ali que passou cerca de quatro meses, incluindo o Natal de 1972, em estágio no teatro operacional de guerra; sendo seu “patrono” o Capitão do quadro daquela unidade, da arma de Cavalaria, que já fazia a segunda comissão de serviço. Aquele ensinou, pela descrição do estagiário, as coisas fundamentais inerentes à gestão equilibrada de uma Companhia em quadrícula. Teve também oportunidade de observar o suficiente para não cair nos mesmos erros.

Participei numa pequena operação de vigilância periférica ao quartel, juntamente com um dos Alferes, que se limitou a estacionar lá perto e debaixo de árvores, não se ralando nada com a minha presença. Claro que nada disse ao Capitão, mas aquilo deixou-me mal impressionado (se calhar, fizeram-me isso mais tarde, quando fui Capitão) [D5; P4].

O Capitão também fez pesquisa etnográfica, junto da etnia Mandinga, perguntando “pelos usos e costumes, depois de ir ganhando amizade com alguns elementos locais nativos, incluindo o chefe da tabanca (chefe da aldeia ou «régulo»)” [D5; P4]. O nosso depoente “descobria uma África nativa, cheia de histórias místicas e ingénuas, com rituais como o «fanado», masculino e feminino” [D5; P4]. Um ponto a valorizá-lo, com vista à acção psicossocial, junto das populações.

Terminado o estágio, seguiu-se o curso CCC em Mafra. Esta parte foi mais teórica, segundo a sua ideia, “havendo o tratamento de algumas táticas militares, procedimentos administrativos e noções no âmbito do regulamento de disciplina militar” [D5; P5].

12.29.4. Desempenhos

O Capitão foi colocado, em Maio de 1973, no CICA 5 em Lagos, numa Companhia de instrução, onde ficou “a conhecer o famoso manual da administração militar”. Fez “dois ou três juramentos de bandeira”, sugeriu e coordenou novas estratégias de aprendizagem para os recrutas, facto esse que teve o reconhecimento do comando “com a atribuição de um louvor” [D5; P6].

Em Setembro deu entrada no RI 16, em Évora, para formar Companhia, integrado no Batalhão sob o comando do conhecido Tenente-Coronel Banazol, sendo os outros Comandantes das Companhias operacionais também de formação CCC e, por coincidência, todos engenheiros como ele. O Batalhão foi mobilizado para a Guiné, e realizou o IAO no Cumeré, a poucos quilómetros de Bissau.

No final do programa, a sua Companhia recebeu ordens para se deslocar para Farim, deixando o Batalhão onde inicialmente esteve integrada. Foi sujeita a uma actividade perigosa e intensa, num círculo territorial, englobando Jumbémbém, Nema, Lamel, Canjambari, Farim, com fortes ataques do PAIGC, emboscadas e rebentamentos de minas.

O Capitão resume, desta forma, a actividade atrás mencionada.

A guerra teve um cenário de maior intensidade, em fins de Abril e Maio de 1974, presumindo-se que o PAIGC pressionava as autoridades portuguesas a decidirem-se, rapidamente, na descolonização daquele território, até porque tinham armazenado uma grande provisão de material de guerra! Constava que estava prevista uma forte pressão bélica para essa época seca. Mas, a vivência em campanha era sempre desagradável, embora com momentos de descanso. O pior momento terá sido no ataque ao quartel, em Jumbémbém, em Fevereiro 1974, com fogo desenvolvido em três fases: uma primeira com morteiros de longo alcance (creio que com calibre 80); uma segunda fase com forte ataque de roquetes e metralhadoras junto ao arame; e uma terceira fase, novamente com os morteiros de longo alcance, nitidamente a permitir da primeira vez uma grande aproximação ao quartel, e depois, durante a segunda morteirada, uma retirada sossegada. Era já noite e foi um baptismo de fogo, deixando-nos traumatizados e, a partir dali, incapazes de dormir antes da madrugada. Claro que o ataque com foguetões e as minas na picada nos puseram os nervos a vibrar... Devo acrescentar que, em Maio de 1974, tendo ainda ficado em Jumbémbém o pelotão que estava destacado em Canjambari (aquartelamento entretanto desactivado), coube a este grupo de combate (da minha Companhia) fazer a segurança da picada desde Jumbémbém à ponte do Lamel. E foi então que, na picagem, rebentou uma mina, (cegou o rapaz que eu viria a visitar em Lisboa no Hospital Militar) e uma fortíssima emboscada caiu sobre a nossa tropa, tendo sido morto um dos soldados [D5; P10].

12.29.5. Protagonismos.

Ao longo da descrição que o depoente tem estado a fazer, encontra-se, de certo modo, realçado “algum protagonismo de um jovem Capitão que estava ainda com pouco tempo de comissão” [D5; P11]. A Companhia tinha sido desviada do Batalhão, logo de início, funcionando tal como uma Companhia independente. “Era uma obrigação entendida pela hierarquia e pelo poder político” [D5; P11]. Era importante desmembrar o Batalhão do revolucionário Banazol.

Para além da guerra, o Capitão depoente teve oportunidade de participar em encontros tácticos, com os oficiais do PAIGC, na picada onde antes era caminho de minas e desactivar alguns quartéis.

Devo mencionar que os nossos soldados estavam emocionados com o fim da guerra e davam abraços aos soldados do IN; a capacidade de confraternização dos portugueses estava ali bem patente! Também fui de Berliet ao tristemente famoso Guidage. Percorri em silêncio a célebre zona de emboscadas, na picada ente Binta e Guidage. Parecia-me ainda cheirar o fumo do rescaldo, buracos, troncos queimados, uma paisagem tenebrosa. Guidage era um simples aquartelamento de sobrevivência militar, já não me lembro, mas acho que só lá estava um grupo de combate, meio assustado, mas com espírito de serviço... Dias depois, fui com o Major Morna, de helicóptero (o heli) a Binta, para entrega da unidade ao PAIGC, com um arriar da bandeira portuguesa e um arribar da bandeira do PAIGC... Depois, foi a retirada de Cuntima, de Jumbémbém e de Farim [D5; P11].

Este Capitão percorreu zonas míticas da guerra na Guiné.

12.30. Considerações relevantes para o objecto de estudo

Está-se perante um grupo de oito Capitães, com uma média de idades de vinte e quatro anos, possuindo, a quando do ingresso no serviço militar, o mais novo vinte e um anos e o mais velho vinte e seis. Licenciados eram dois. Dois frequentavam o terceiro ano, um o segundo ano e um outro o primeiro ano de uma universidade. Dois possuíam apenas o sétimo ano do liceu. Três deles já exerciam actividade profissional. Um ofereceu-se como voluntário. Para dois dos restantes, a selecção para Capitão foi um desespero e uma injustiça. Para os restantes seis um acatamento com naturalidade. A formação, para a grande maioria, foi vida magoada e pouco se traduziu em termos de aprendizagens significativas. Formação para o desempenho mínimo em situações de combate. Para seis destes Capitães o estágio teve significado pelas aprendizagens propiciadas em diversificados teatros de guerra.

Também, para três deles, o CCC revelou vertentes formativas importantes. Para os restantes cinco não teve qualquer relevância.

Depois do serviço militar um deles teve problemas graves de saúde; para outro foi um regresso atormentado, sobre o ponto de vista psíquico, que se reflectiu, com gravidade, na vida familiar e na vida estudantil; para mais dois foi a instabilidade emocional a revelar-se, bem como a dificuldade de relacionamento social. Por último, ainda há dois casos mais: um de insucesso no recomeço dos estudos e outro que encontrou dificuldades extremas em encontrar emprego, apesar de ser licenciado.

O espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso absoluto apresenta a seguinte distribuição: um Capitão na zona de sucesso mínimo e três na zona de sucesso absoluto, encontrando-se os restantes quatro em zonas intermédias.

Num patamar de satisfação mínimo, a que corresponde o cumprimento da missão (eficácia ou liderança eficaz), pode considerar-se situarem-se quatro Capitães. Num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta), onde, para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos, podem classificar-se quatro Capitães.

Como já é sabido construíram-se, no campo teórico, dois argumentos conceptuais de bom desempenho. Considera-se que três Capitães os atingiram e manifestaram saberes e práticas com elevado grau, o que pressupõe a existência de protagonismos.

Pode-se desta forma sintetizar: 38% foram, com probabilidade elevada, Capitães protagonistas, 50% cumpriram a missão e 12% situaram-se num patamar de satisfação mínimo.

Segue-se a apresentação da participação de três Capitães **mobilizados em rendição individual**.

12.31. Capitão para Geba – História de vida [HV22]

12.31.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 7²⁷² nasceu em 11 de Maio de 1945, na freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no Concelho de Ourém, Distrito de Santarém. Seu pai possuía a instrução secundária e era bancário. A mãe era doméstica e possuía a quarta classe. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, o Capitão estava no quarto ano de um curso superior e já desempenhava actividade profissional. Era solteiro. Entrou

²⁷² [27 Outubro de 2011, 16h. Lisboa, ISCSP].

para a tropa em Julho de 1971. Embarcou, rumo à Guiné, em 5 de Outubro de 1972 e, em Agosto de 1974, deixou essa província rumo à Metrópole.

ii. Para o Capitão a tropa não foi o quadro mais importante da sua vida. Este foi, sim, a sua actividade profissional. No entanto, na tropa aprendeu muito.

Eu valorizo muito a minha carreira profissional. Penso que foi uma carreira com êxito e foi gratificante. A actividade docente universitária é uma actividade interessante. É um desafio, exige uma aprendizagem diária. Agora, não vou também dizer que o meu percurso militar não teve qualquer importância. Teve porque, particularmente, condicionou muito as minhas actividades a jusante. Também usei, no meu relacionamento pessoal com os meus amigos, como com a minha família, muita aprendizagem que eu trouxe da tropa, particularmente num aspecto, que para mim é fundamental: tentar dar o verdadeiro valor... valorizar correctamente as situações. Isso é uma coisa que se aprendia na tropa, porque não tínhamos outra alternativa; tínhamos mesmo que as avaliar e tomar decisões, com base no valor que cada situação tinha. Eu penso que isso foi das coisas mais importantes. Mas houve outras: a disciplina, o meu perfeccionismo, eu querer fazer as coisas, tudo muito organizadinho. Isto também resulta muito da dificuldade que tive, durante os dois anos que estive na Guiné, por não ter apoio administrativo. Tinha de ser eu a preocupar-me com os pormenores todos e, muitas vezes, eu não sabia, eu nem sequer sabia; eu tinha que gerir administrativamente a Companhia e nem sequer sabia fazer um balanço – sabia lá fazer isso!... Nunca tinha aprendido, não era nada da minha área. Trouxe benefícios, que eu depois usei ao longo do resto da minha vida e ainda hoje uso, é verdade [HV22; P15].

Querendo dar realce ao explicitado, no final do questionamento anterior, conta um episódio, passado na sua vida profissional, para reforçar a ideia da importância das aprendizagens adquiridas, no comando da sua Companhia.

Uma vez, numa avaliação anual, o meu chefe na SOREFAME, já eu era Director ou chefe de departamento, perguntou-me o que é que eu achava necessário para melhorar o meu desempenho. E eu disse-lhe: «Formação». «Formação? Mas você é o chefe, sabe tudo». «Não sei não, eu tenho subordinados que sabem mais do que eu, em certas matérias». «Então, desculpe lá, diga-me qual é o segredo do seu sucesso». «Olhe o segredo do meu sucesso é levar as pessoas a fazerem aquilo que eu quero, quando elas estão convencidas de que estão a fazer aquilo que elas querem». E isto consegue-se trabalhando em grupo, em equipa, e isso foi uma coisa que eu aprendi na tropa. A outra coisa muito importante, que eu aprendi na tropa, foi atribuir o devido valor às situações. Nós na tropa passávamos por situações tão difíceis, no Ultramar, que aprendíamos a reconhecer que havia outras que não tinham valor nenhum. Não valia a pena estar a sobrevalorizar uma coisa que não tinha importância. Podia ser uma coisa que, momentaneamente nos afectasse muito, mas verdadeiramente, no aspecto global, não valia nada. Julgo que isso foi uma ferramenta muito útil durante a minha carreira profissional [HV22; P11].

iii. O retomar da vida cá fora foi difícil e o Capitão fez várias tentativas, em vão, para arranjar emprego.

E aí tomei a decisão: eu vou só estudar, até porque tinha poupado o dinheiro que tinha ganho em África. Como estava muito empenhado e também beneficiando de alguma abertura que a Universidade tinha dado, na altura, alguma facilidade, por exemplo: de fazer exames quando queria, ao abrigo da Lei Militar; fiz num semestre em vez de cinco cadeiras do currículo, onze!... Acabei por ter uma média muito alta porque, é uma característica minha, eu sou muito perfeccionista; eu quando ia para um exame, tinha a certeza absoluta que estava bem preparado. Estava eu mesmo a acabar o curso, nos últimos dois ou três meses, no Verão, abriu um concurso para assistente no Técnico e os meus colegas é que me chamaram a atenção. E eu disse-lhes: «Deus me livre, estou farto do Técnico, eu no dia em que acabar o curso nunca mais cá entro». Coisas que a gente diz! Fez trinta e cinco anos no dia 6 de Outubro e eu ainda hoje lá estou. Lá me convenceram a candidatar-me. E fui escolhido. No mesmo dia em que acabei o curso fui

contratado. E comecei a leccionar no Técnico. Tive perspectivas de uma carreira académica interessante porque já tinha conseguido uma bolsa para ir fazer o doutoramento a França. Entretanto convidaram-me para a SOREFAME e fiquei como professor convidado no Técnico. Muito mais tarde também fui professor no ISEL [HV22; P16].

12.31.2. Selecção

O Capitão respondente não sabe porque foi seleccionado. Julga que foi por causa dos resultados dos testes psicotécnicos e também da sua idade. “Eu já não era muito novo. Quando fui para a tropa já tinha vinte e seis anos. Tinha alguma maturidade e isso pode ter pesado. Mais do que isso, honestamente, não sei” [HV22; P2]. Afirma que nunca foi voluntário para nada. Nunca fez nada para dar nas vistas, nem se esforçou. E diz mais: “quando acabei por saber que tinha sido seleccionado, foi-me praticamente indiferente. Não me deu grande preocupação, mas também não me deu grande alegria” [HV22; P2].

12.31.3. Formação

O entrevistado quis falar da qualidade da sua formação, que considera globalmente fraca, com carências na área administrativa. “Efectivamente eu não tinha nenhuma preparação, não era da área de economia, era da área de engenharia; eu não tinha preparação nenhuma para gerir uma Companhia” [HV22; P4]. Ainda assim, “considera que houve alguns aspectos interessantes na formação, na área da contra-guerrilha, da guerra subversiva e de acção psicológica, aí sim” [HV22; P4]. Depois, instigado, falou também sobre a fraca formação dos formadores do curso, “com dificuldades em preparar-nos, para aquilo que nos ia aparecer no terreno e o que íamos enfrentar” [HV22; P5].

12.31.4. Desempenhos

Pretendeu dar ênfase à mobilização para a Guiné, em rendição individual.

Saí de Mafra e fui colocado no Regimento da Infantaria, na Serra da Carregueira, onde se dava instrução básica. Acabei por participar pouco nessa instrução. Fui colocado num departamento a que chamavam de Serviços Técnicos, que eu nunca cheguei muito bem a perceber o que é que lá se fazia. Mas enfim... Verdadeiramente estive lá a passar tempo, até ser mobilizado. Fui mobilizado para a Guiné, no dia 5 de Outubro de 1972. Tinha sido requisitado para ir substituir o Capitão de Guileje. Do que me livre... Entretanto acabei por ir parar a Geba, substituir um «Capitão Proveta», muito conceituado, que morreu de cancro [HV22; P6].

O respondente falou da Companhia que encontrou, dizendo que “era uma Companhia muitíssimo bem preparada. Os oficiais e os Sargentos eram indivíduos muito bons, muito empenhados”. Por ser a melhor Companhia do Batalhão, foi colocada em Geba, que era o sítio mais perigoso. Diz o Capitão: “Fazia fronteira com uma zona

que era uma espécie de santuário do PAIGC, a mata do Morés, uma zona de infiltração do lado do Senegal. Acontece que, por uma questão de estratégia do PAIGC, ou pela competência da Companhia, a infiltração diminuiu” [HV22; P7].

A certa altura da entrevista, releva que comandou cerca de 400 homens. “Eram o pessoal da Companhia da Metrópole e depois tinha muita milícia. Portanto tropa que fazia a protecção das povoações, a tal tropa negra local, que dependia, quer operacionalmente, quer logisticamente, de mim” [HV22; P8].

Falou-se, sobre o seu desempenho global no comando da Companhia. Assim replica:

Depende do ponto de partida com que a minha estadia, no Ultramar, era encarada. Se me perguntarem se, em termos estritamente militares, num quadro de guerra, eu tive uma acção muito preponderante, no sentido de ganhar a guerra? (e julgo que era para isso que a gente ia para lá...) Honestamente não. Agora, onde eu acho que o meu empenhamento foi forte, foi no apoio que eu dei aos militares, que estavam sob o meu comando, e, também, no que me foi possível fazer junto da população, que era muito carente e tinha dificuldades de toda a ordem. Eu, aí, julgo que tive um papel muitíssimo importante, dando apoio, quer logístico, quer sanitário, enfim fiz o que de um modo geral a tropa fazia lá. E portanto, nesse aspecto, julgo que tive um desempenho positivo. Eu não sei se tinha capacidade, se tinha preparação, para ter uma acção militar muito relevante!... Também, efectivamente, não tive oportunidade, porque era uma zona calma. Mas também não tinha empenhamento para isso. Agora, naturalmente, se tivesse que fazer faria. Mas não era uma coisa que me empolgasse. Quanto ao ajudar, quer os meus subordinados, quer a população, isso sim; isso foi efectivamente o meu empenhamento e, aí, penso que cumpri [HV22; P13].

12.31.5. Protagonismos

O grande orgulho do Capitão, foi trazer para a Metrópole todos os seus homens e ter sido útil às populações locais – “estão aqui estes 150 ou 160 homens e eu quero-os levar todos. E trouxe” [HV22; P12]. O Capitão quis ainda realçar ter herdado uma Companhia sem 1º Sargento e, por essa circunstância, ter tido uma comissão liquidatária trabalhosa, mas conseguida. O respondente afirma ter-se confrontado com problemas administrativo-logísticos de monta. “Quando lá cheguei não havia 1º Sargento, porque tinha morrido, tal como o Capitão, também por doença” [HV22; P12].

12.32. O Capitão do Fim que viveu o fim - História de vida [HV23]

12.32.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

i. O Cap. 13²⁷³ nasceu em 18 de Setembro de 1949, na Freguesia de Foz do Douro, Concelho de Porto, Distrito de Porto. Seu pai possuía habilitações académicas de nível secundário e trabalhava no escritório de uma empresa multinacional. A mãe era

²⁷³ [8 de Novembro de 2011, 10h. Lisboa, ISCSP].

farmacêutica e possuía o Curso Superior de Farmácia. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão possuía o segundo ano de um curso superior e não desenvolvia actividade profissional. Era solteiro. Entrou para a tropa em Outubro de 1973. Embarcou, em rendição individual, para Angola, em Dezembro de 1974 e, regressou à Metrópole no dia da independência da Província [HV23; P1].

ii. O entrevistado estava a estudar em Lisboa, e vivia numa residência universitária, na Rua Nova de S. Mamede, ao pé do Largo do Rato. “Tinha formação cristã, católica de família” [HV23; P2]. A vinda para Lisboa, estudar, “foi uma mais-valia, porque foi naquela fase em que se passa à idade adulta, está-se sozinho e tem que se desenvencilhar na vida. Foi uma experiência fantástica, muito positiva, e sempre ligada às actividades da Igreja Católica” [HV23; P2]. Ali, perto da sua residência, o Capitão tinha conhecimento da existência do grupo de reflexão, em torno da Capela do Rato; “havia encontros de cidadãos, de reflexão, sobre a atitude dos portugueses face à guerra em África” e participou em muitas dessas discussões. “Estou-me a lembrar do Nuno Teotónio Pereira; era uma das pessoas que muito animava esses debates, umas vezes era na Capela do Rato, outras vezes era na Igreja da Nossa Senhora da Conceição, ali ao pé da Alexandre Herculano” [HV23; P2].

Em dado momento, conta o entrevistado, houve a substituição do Cardeal Patriarca e foi entendimento do grupo dar as boas-vindas ao novo prelado. Para o efeito foi redigido um documento, numa página A4, em que se manifestava a grande preocupação sobre a guerra em África e onde se citava que o conflito passaria por uma solução política e não pela solução armada.

Tentou-se arranjar uma pessoa que fosse o porta-voz e eu, ingenuamente, ofereci-me, com a mesma naturalidade com que discutia os assuntos, um pouco *naïf*, à época,... eram vinte e poucos anos na altura e portanto acontece que li o papel. Depois, no final, alguém se aproximou, hoje à distância presumo que possa ter sido um membro da polícia política e disse: «Ah, é muito interessante e gostava de ler». Eu dei-lhe o papel, que tinha na mão e fiquei sem ele dactilografado. Na semana seguinte reunimos, novamente, na Capela do Rato, falou-se do episódio, como é que tinha corrido, que a mensagem tinha passado e ainda bem, e depois dei nota do papel: que o tinha dado a alguém, que não identifiquei no momento. Levei um raspanete das outras pessoas: «não devias ter feito isso». O certo é que isto acontece em meados do ano, talvez em Abril ou Maio, e eu, em Outubro, já estava convocado para Mafra e não tive o adiamento que normalmente teria. Estou profundamente convencido de que a minha ida para o serviço militar decorreu desse episódio [HV23; P2].

O Capitão assumiu que tinha de fazer o serviço militar, embora a primeira reacção quando foi convocado, fosse: «Eu não vou para a guerra!». Um dia, há uma conversa em sua casa, viu a sua mãe chorar e a dizer: «Nunca faças isso, nós temos o

dever de cumprir...etc.». A partir daí “assumi, com naturalidade, que ia para a guerra” [HV23; P3].

12.32.2. Formação

i. “Havia, em Mafra, contestação à guerra” [HV23; P4], afirma o entrevistado. Foi integrado num pelotão, com pessoas altamente politizadas, fazendo campanha contra a guerra, e que, mais tarde, depois do 25 de Abril, se vem a ter conhecimento serem militantes activos do PCP. Por exemplo, conta o entrevistado, houve um acidente na tapada de Mafra. “Um Cadete levou um tiro, uma bala transviada. À hora da refeição houve uma contestação enorme das pessoas, não querendo almoçar, e a razão invocada era: «nós não estamos aqui para fazer a guerra, estamos aqui para fazer a paz»” [HV23; P4].

O Capitão não tem dúvidas: “Vivia-se muito aquele ambiente, muito português, do nacional «porreirismo», de não entrar em conflito para que as coisas corressem depressa e não levantar ondas. Às vezes, era preciso situações de ruptura para por os pontos nos *is*” [HV23; P4].

ii. Apanhou, em Mafra, a intentona de 16 de Março de 1974, das Caldas da Rainha. Estava na semana de campo do 2º ciclo de formação. “Íamos a caminho do local de instrução e fomos mandados todos, à pressa, para casa” [HV23; P5].

Logo de seguida veio a ordem para o entrevistado seguir para o estágio, em Moçambique. Embarcou no princípio de Abril, e foi colocado no distrito de Tete, num sítio chamado Sabando, que “era um aquartelamento no meio do nada, umas barracas feitas em chapa, e com umas cubatas à volta. Controlava-se ali a população indígena e estava-se na periferia da barragem de Cabora Bassa” [HV23; P5]. A missão era “manter a via de acesso à barragem, sem minas e controlar grupos da FRELIMO, locais, activos, que houvesse ali” [HV23; P5].

O 25 de Abril dá-se durante o estágio do entrevistado e o Comandante de Companhia, seu formador, foi ferido e evacuado.

Eu fui fazer estágio com alguém que não estava lá – foi uma situação um bocado atípica. Então lidava, mais ou menos directamente, com os Alferes; havia um que assumiu o comando da Companhia, mas depois, também à boa maneira típica portuguesa de não criar problemas, ia dizendo: «tu é que és o adjunto do Capitão, tu é que és...». Eu retorquia: «não, eu não vou assumir coisa nenhuma, eu estou aqui para aprender!» [HV23; P6].

iii. Houve contactos, com a FRELIMO, durante o estágio do Capitão. A pessoa que fazia a ligação era a mais erudita lá do sítio – o professor primário.

E, então, um dia combinou-se um encontro, junto à escola primária, fora do quartel. E assim foi. E lá fui, com o Alferes, e não levámos a arma, não levávamos nada; isto é de uma inconsciência total! Levávamos soldados atrás, que estavam de atalaia, para ver o que se passava. Veio um da FRELIMO, que devia trazer, também, os seguranças dele! Lá se conversou. Portanto combinou-se, mais ou menos, uma estratégia local, um pacto de não agressão, digamos assim. E a coisa funcionou durante uns tempos, duas ou três semanas [HV23; P7].

Segundo as informações do entrevistado, o acordo foi “quebrado pela FRELIMO, de uma forma covarde” [HV23; P8]. Fizeram um ataque ao quartel, ao fim da tarde, num Domingo, “em que o pessoal estava um bocadinho com os copos, porque havia cerveja na cantina, durante a tarde, e portanto a capacidade de resposta era muito limitada. Chegaram ao arame farpado, «quase a agarrar à mão»” [HV23; P8].

Mais tarde, “fez-se o almoço da paz, já depois desse ataque covarde e a guerra terminou” [HV23; P9].

12.32.3. Desempenhos

i. Após ter efectuado o CCC, o Capitão é colocado em Viseu, onde participa em diversas acções do MFA, acções públicas de esclarecimento à população. Participou também nas campanhas de dinamização [HV23; P10].

Entretanto é mobilizado, em rendição individual, para Angola, e para uma Companhia estacionada em Luvaca que, no período de uma semana, é deslocada para S. Salvador [HV23; P11].

Explica o entrevistado como depois se dá a retracção do dispositivo: “as tropas que estão em Carmona regressam a Luanda, as que estão nos outros quartéis também, e, a dado momento, recebi um documento que dizia: «Você fica a ter as funções de Comandante da Região Militar Norte»” [HV23; P13].

O Capitão teve, à sua disposição, uma avioneta em que podia fazer as viagens para Luanda, etc. [HV23; P13].

Logo que os seus soldados terminaram a comissão, regressou a Luanda e ficou ligado ao QG, esperando colocação noutra serviço. “A entrega de equipamento e material foi perfeitamente pacífica, não houve problema nenhum. Entreguei as instalações à autoridade civil local e o quartel deixou de ter actividade militar” [HV23; P13].

ii. O Capitão respondente esteve, posteriormente, colocado no Comando Operacional de Luanda, “num Sector ligado à ponte aérea e portanto havia todo um trabalho de contacto directo com os portugueses que estavam a abandonar o território de

Angola” [HV23; P14]. Explica que procurava “tratar, de forma humana, as situações trágicas que se iam deparando. As pessoas agradeciam. Era o desespero” [HV23; P14].

O desespero tem facetas impressionantes, e ele viveu-as:

No aeroporto entregavam-me as chaves do carro e os documentos. «Isto agora é seu, isto agora vai ficar aqui abandonado, faça o que quiser deles.» Eu, na altura, em Luanda, tinha três viaturas oferecidas; até vir guardei-as. Deixei-as, com a chave na ignição, com os documentos no portaluvas e com o depósito atestado, para quem ficasse com elas, porque depois ficaram lá abandonadas. Esta foi uma faceta curiosa desse relacionamento [HV23; P14].

Nessa fase, o Capitão fez algumas viagens a Lisboa, porque acontecia um fenómeno que não é muito relatado.

A União Soviética, através do MPLA, estava a apoiar a ponte aérea. Havia um anticomunismo primário de muitos retornados e então o aeroporto estava cheio de gente para regressar a Lisboa, porque se recusavam a entrar nos aviões que eram comunistas. Havia aviões, com trezentos lugares, que não vinham cheios. E eu arranjava licença de fim-de-semana e vinha a Lisboa encontrar-me com a minha namorada, que é hoje a minha mulher, e depois, no Domingo à noite, regressava nos aviões que estavam vazios. É uma experiência única e irrepetível, como eu digo [HV23; P14].

Por fim, o Capitão esteve nas comunicações dos serviços do COPLAD. “No célebre caso da Vila Alice, quem deu a ordem foi o Comandante, mas quem transmitiu as ordens de saída das nossas tropas fui eu” [HV23; P14].

12.32.4. Protagonismos

i. O Capitão assistiu à Independência de Angola e produziu documentos de grande valor memorial.

Filmei a cena, fotografei, tenho um registo que acho único. A RTP, quando foi a comemoração dos 30 anos da independência de Angola, fez um documentário. Houve uma jornalista que andou a fazer pesquisa e, não sei como nem porquê, descobriu-me; alguém lhe disse que andava um maluquinho sempre de câmara fotográfica, raramente levava arma, e que devia ter alguma coisa. Ela chegou ao contacto comigo e eu passei-lhe toda a informação, que deu uma grande percentagem, 75% a 80%, da reportagem que a RTP passou. Foram imagens que colhi na altura. Foi curioso porque ela, nessa reportagem, entrevistou um soldado que içou a bandeira e a dobrou e, sem ele saber, estava a ser filmado. Trinta anos depois vê-se a entrevista com ele. Essas imagens, que eu acho que são documentos históricos únicos, estão neste momento no Arquivo da Cinemateca Nacional e da RTP. Eu fiquei com um suporte digital dos filmes, que eram em super 8, e que exigem condições de arquivo específicas, que a cinemateca tem. Enfim, espero que isso seja útil para as próximas gerações [HV23; P15].

ii. O Capitão fez parte do último grupo de tropas que abandonou Angola. Foi, literalmente, um dos *Capitães do Fim*. A saída considera-a tristonha e um bocadinho vergonhosa.

Soldados fardados, embriagados, com a G3 às costas, eram muitos; isso revela uma falta de apurmo, que não é compatível com uma sociedade organizada, como são as FA. Partimos de Angola, após as vinte e quatro horas do dia da independência, em Novembro de 1975, na noite de dez para onze e chegámos a Lisboa dia 23 de Novembro. Eu acho que saímos de Angola de uma maneira um bocadinho vergonhosa. Às onze horas faz-se o arrear da bandeira, as pessoas almoçam e depois vêm para o embarque, que era feito só à meia-noite; mas, calmamente, as

tropas vão entrando nos navios e tudo corre com a normalidade planeada. Cai a noite, as NT já estão desmobilizadas e já estão dentro dos navios [HV23; P16].

O MPLA despede-se da tropa aos tiros, é como se fosse o adeus à vilanagem:

O MPLA começa, da baía do Litoral, aos tiros para os barcos, onde estavam as tropas portuguesas. O comando militar deu ordens para se apagarem as luzes dos navios. Os navios saem do porto da base militar. Ficámos ao largo das águas territoriais, à espera da meia-noite, e, a essa hora, viemos embora. Foi uma saída tristonha e degradante para as NT.. Eu tenho isso tudo fotografado e acho que não há outras fotografias disso. Eu peguei na minha câmara fotográfica e fiz uma exposição, de não sei quantos segundos; tenho duas fotos em que se vê o contorno das cabeças dos nossos soldados no navio. Ao fundo, Luanda toda iluminada, e as tracejantes a passar por cima das nossas cabeças. É uma coisa única [HV23; P16].

O Capitão regressou no navio Niassa. Trazia, no porão, muitas Chaimites, muito material bélico que não ficou em Angola e veio de reforço para Portugal. “No cais de Alcântara, as tropas da Ajuda pretendiam esse armamento” [HV23; P16]. Viviam-se um período revolucionário aceso. “O navio não encostava enquanto não houvesse ordem; as chefias militares estavam a decidir o que havia, ou não, de se fazer. Ainda estivemos ali de seca umas horas” [HV23; P16]. Logo a seguir “dá-se o 25 de Novembro e, dia 27 do mesmo mês, sou passado à disponibilidade” [HV23; P16].

12.33. O Capitão do Grafanil – História de vida [HV24]

12.33.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 35²⁷⁴ nasceu em 8 de Outubro de 1947, na Província da Guiné. Seu pai possuía a instrução secundária e era Director dos CTT, em Moçambique. A mãe possuía as mesmas habilitações e era telefonista. Quando foi incorporado na EPI, o Capitão era licenciado em Engenharia Electrotécnica e desempenhava a actividade de professor. Era casado. Entrou para a tropa em Julho de 1973.

Após a desmobilização, “foi complicadíssimo arranjar emprego”. Mas, por fim, lá conseguiu: “Fui professor, Director de serviços de uma câmara municipal, e quadro superior da EDP” [HV24; P13].

12.33.2. Formação

De todos os períodos formativos, o entrevistado realça apenas o seu estágio, em Angola, Nanbuangongo, “tal a balbúrdia que se passava em Mafra” [HV24; P3].

O Capitão da Companhia também era miliciano, mas, sob o ponto de vista operacional, o entrevistado aprendeu muito com ele. “Quando havia operações iam

²⁷⁴ [21 de Outubro de 2011, 16h. Porto, Universidade Fernando Pessoa].

sempre dois pelotões, o Comandante de Companhia e eu ao lado dele, para ver a actuação que ele tinha” [HV24; P3].

12.33.3. Desempenhos

i. O Capitão foi mobilizado para Angola, em rendição individual. Chegado a Luanda, colocaram-no no Grafanil. Foi nomeado Comandante da CCS do Grafanil. «Vida muito complicada...», diz o Capitão.

Eu fiz a liquidatória do Grafanil! Ainda tive lá os elementos dos movimentos de libertação, na altura em que se falava do exército conjunto. Havia cenas do outro mundo. Os da FNLA vinham dizer-me: «Comandante, esta noite dizem que nos vêm matar todos»; dizia eu: «Mas matam todos como?» «É que eles não morrem, a gente dá tiros e eles não morrem.» Repliquei: «Trás cá um fulano do MPLA e nós vamos ver se ele morre, ou não, se lhe dermos um tiro». Lá iam mais calmos [HV24; P5].

O entrevistado lidava com os Comandantes dos movimentos de libertação e “tentava fazer um bocado de *psique*”, como afirma. “Jogava um bocado com as palavras e nunca tive problemas directos com eles. Entre eles a tensão era enorme e estavam sempre a perguntar: «Capitão, eles hoje vão atacar». «Não atacam nada.», dizia-lhes eu” [HV24; P8].

O Grafanil era uma “casa de loucos” [HV24; P7] e o Capitão, com reduzida experiência militar, teve de gerir tamanha empresa.

O Grafanil recebia pessoal que vinha do Continente; eu recebi a primeira leva dos SUV. Nós já éramos pessoas desleixadas, mas a primeira vez que me apareceram os gajos dos SUV, pus as mãos na cabeça! Barba, cabelos! Eu disse para comigo: «Isto são militares? Olha são militares, são!»

Era um lugar de entrada e saída de tropa.

Tive problemas disciplinares gravíssimos. Mal escurecia era um tiroteio que era demais. Praticamente não havia militares do quadro. Recebia também as unidades que vinham para embarque. Chegavam ali, para depois seguir. Recebi a última coluna que veio do Sul, comandada por um Coronel; o Senhor, quando chegou ao Grafanil, chorava copiosamente à minha frente. «Tive de deixar tanta gente, a coluna já não aguentava, não tinha hipótese de dar cobertura.» O Grafanil era o pouso de quem chegasse ou partisse. Era uma casa de malucos [HV24; P7].

ii. O entrevistado afirma que “houve, de facto, um tempo de desvario em que as nossas tropas, completamente desmotivadas, não queriam saber daquilo para nada. Estavam mais a pensar em vir embora do que no resto; isto repercutia-se na gestão do Grafanil” [HV24; P10]. Também o MPLA, depois de afastar os outros movimentos, começou a desrespeitar as nossas tropas.

As NT iam para qualquer café, pediam uma cerveja, e, se iam fardados os gajos não serviam. Depois entravam os gajos do movimento, iam fardados e havia cerveja para toda a gente. Aquilo, de vez em quando, degenerava em pancadaria. O controlo estava a perder-se e o MPLA perdeu o respeito às NT. Foi preciso o episódio da Vila Alice para relançar a credibilidade das NT. As NT que estavam na merda, psicologicamente, quando aquilo aconteceu ganharam força. Quando se ouvia «Vão sair as NT», se havia tiroteio, nalgum lado, aquilo parava imediatamente. Chegaram

à conclusão de que nós não estávamos tão fracos como eles pensavam. Foi o que valeu. Havia uma situação que já se estava a tornar incontrolável [HV24; P10].

Também a população branca, na parte final da descolonização, hostilizou o Exército, na opinião do entrevistado. “Eu tenho um episódio, passado comigo, por isso é que eu deixei de andar fardado. Vinha fardado, mandei parar um táxi. O gajo parou, chamou-me nomes, seu filho disto, vai pró não sei quantos, o que estás aí a fazer?... E, a partir daí, disse: «Passo a não andar fardado para evitar cenas deste tipo»” [HV24; P10].

12.33.4. Protagonismos

O entrevistado diz que teve uma missão difícil, no meio daquela anarquia, mas resolveu.

Eu julgo que, em princípio, deve-se a características intrínsecas minhas. A aprendizagem militar pouco ou nada me deu. Uns principiozitos de disciplina, mas eu já tinha mais ou menos a ideia de como se conquista. Primeiro porque também dei aulas, antes do 25 de Abril, numa escola técnica, onde tinha bastantes alunos difíceis e consegui resolver os problemas. E julgo que foi, essencialmente, o bom senso que me ajudou a ultrapassar os obstáculos. Aquilo que me deram na tropa pouco ou nada foi [HV24; P11].

E pormenoriza:

Quando cheguei ao Grafanil mandei formar a CCS. Apareceram os Alferes. Eu disse: «Têm uma hora para as tropas estarem reunidas na parada, se tiverem que os ir acordar, vão; eu vou sair e vou fazer de conta que não houve parada, e daqui a uma hora volto.» E, de facto, passado uma hora estaria o grosso da Companhia. Os Alferes cheios de medo avisaram-me: «Faltam dois ou três, estão na camarata a dormir, dizem que não vêm.» Disse a um dos Alferes para me acompanhar à camarata e não estive com meias medidas: peguei na cama onde eles estavam e virei aquilo ao contrário. «Imediatamente para a formatura.» Julgo que isso teve um efeito fundamental. Entenderam que eu não estava ali para fazer figura de corpo presente. A partir daí deixei de ter grandes problemas. E houve formaturas [HV24; P12].

“Também foi preciso ter coragem e não mostrar medo!...”, concluiu o Capitão.

12.34. Considerações relevantes para o objecto de estudo

Está-se perante um grupo de três Capitães, com uma média de idades de vinte e cinco anos, possuindo, a quando do ingresso no serviço militar, o mais novo vinte e quatro anos e o mais velho vinte e seis. Habilitado com licenciatura era só um. Os dois restantes frequentavam o quarto ano e o segundo ano de um curso universitário. Dois dos Capitães desconhecem porque foram seleccionados, sendo, para o outro, a idade o motivo. A formação pouco significou em termos de aprendizagens significativas; na globalidade é classificada de fraca. Para todos estes Capitães o estágio teve significado, pelas aprendizagens propiciadas em diversificados teatros de guerra.

Um dos Capitães fez parte de grupos de reflexão contra a guerra e pertenceu às Campanhas de Dinamização do MFA. Esteve para desertar.

Depois do serviço militar todos encontraram dificuldades extremas para arranjar emprego.

Analisando a zona do cumprimento da missão, o espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso absoluto, os três Capitães distribuem-se, com grande probabilidade, no espaço de sucesso absoluto.

Os três Capitães estão situados num patamar de satisfação máximo (eficácia absoluta), onde, para além do cumprimento da missão, existe uma máxima eficiência na gestão dos recursos.

Considera-se que os três Capitães, 100% portanto, tiveram um bom desempenho, teoricamente já caracterizado.

Finalmente, repare-se na participação de um Capitão em **funções de âmbito civil de alta relevância**.

12.35. Capitão do Fim: Procurador-Geral da República na Guiné – História de vida [HV25]

12.35.1. Trechos de vida antes e após o Serviço Militar Obrigatório

O Cap. 131]²⁷⁵ nasceu em 4 de Abril de 1946, no Concelho de Lisboa, Distrito de Lisboa. Seu pai possuía habilitações académicas de nível superior e era inspector superior do Ministério do Ultramar. A mãe era doméstica e possuía habilitações de nível secundário. Quando foi incorporado na EPI, possuía a licenciatura em Direito e desempenhava o cargo de Delegado Procurador da República. Era casado e tinha uma filha. Entrou para a tropa em Julho de 1971. Embarcou, rumo a Bissau, em 6 de Dezembro de 1972 e, em 14 de Outubro de 1974 deixou a Guiné rumo à Metrópole.

O entrevistado acha que foi um privilegiado.

Melhor tropa que a minha... até porque tive a sorte, além do mais, de nos quatro meses de estágio em que estive no Pelundo, não ter tido qualquer contacto com o IN. Portanto, efectivamente, não tenho nenhuma experiência de guerra, de espécie alguma. Sou um privilegiado. Tive lá a minha mulher, tive lá a minha filha; a minha mulher deu aulas no liceu, foi Directora do Magistério Primário, portanto foi até uma fase muito produtiva, em termos económicos, para o casal. Quando vim embora, tive de montar a minha casa e, realmente foi muito fácil para nós comprar casa e mobilar a casa, porque ganhámos muito dinheiro na Guiné [HV25; P16].

²⁷⁵ [13 de Fevereiro de 2012, 16h. Coimbra, em casa do entrevistador].

12.35.2. A selecção do Capitão

Não faz ideia nenhuma porque foi seleccionado. Não fez nada por isso, ou melhor, fez “alguma coisa para não ir para atirador de Infantaria, houve umas mexidas, umas cunhas, para não ir para atirador de Infantaria, mas isso falhou” [HV25; P6].

12.35.3. Formação

i. O respondente considera-se uma “pessoa muito facilmente adaptável” [HV25; P2]. Por isso afirma que não foi “um inadaptado na tropa”, adaptou-se bem e encarou aquilo com uma certa naturalidade, embora discordando da política seguida.

Não concordava. Tinha a percepção de que aquilo não podia conduzir a nada de bom. Neste contexto, ainda cheguei a ser chateado pelo Comandante da EPI, uma das vezes que andou ali pelo meio dos pelotões a passear na parada e a perguntar a cada um porque é que estava ali. E eu disse que estava ali por ser obrigado, não por convicção, e ele achou chato que um licenciado em Direito, magistrado, lhe desse aquela resposta. Mas enfim, achou chato, mas não passou disso [HV25; P2].

Até aos instrutores se adaptou bem, embora saiba definir os seus perfis e observar as diferenças.

O do 1º ciclo era um *bon vivant* de Lisboa, Alferes miliciano, nas palavras do entrevistado; “enfim dava a instrução, mas era tipicamente um paisano” [HV25; P3]. O do 2º ciclo era Alferes do quadro, “militarista, um gajo chato com a questão do atavio, da limpeza da arma... era aquilo a que se chamava, vulgarmente, um «xico»” [HV25; P3].

ii. Sentiu que havia desprendimento e desmotivação pela aprendizagem e apresenta o seu caso. “Para mim, topografia, por exemplo, era um bicho-de-sete-cabeças, uma desgraça de ordem técnico-científica; não percebia nada, tinha muita dificuldade em entender aquilo – eu sou o paradigma da pessoa que não tem o mínimo sentido de orientação” [HV25; P4]. Nunca aprendeu, nem se esforçou muito para tal, sendo um conteúdo fulcral para a função Capitão. No estágio, na Guiné, “já era conhecido por não saber por onde andava” [HV25; P4]. Reconhecia o Capitão que, naquela altura, já se sentia uma forte desmotivação para aprender e agir. “O meu pai, nessa altura, era Chefe de Gabinete do Ministro do Ultramar, Silva Cunha, e eu mandei uma carta, em mão, ao meu Pai, a dizer-lhe que, do meu ponto de vista, tudo quanto estava de Tenente-Coronel para baixo era contra a guerra...” [HV25; P4].

iii. O entrevistado ficou defraudado por ser atirador e depois seguir para o CCC. “Tinha a aspiração de ir para os serviços jurídicos, para os serviços de justiça, tinha essa

aspiração. Um magistrado, com perto de três anos de carreira, certamente iria para os serviços de justiça. Foi um choque muito grande, quando fui para o CCC” [HV25; P5].

O entrevistado foi para a Guiné estagiar e acha que aprendeu. “Eu achava que isso era útil, para quem ia comandar uma Companhia, ter estado no terreno, ter estado na Guiné, ter conhecido uma Companhia operacional por dentro, no próprio ambiente operacional” [HV25; P7]. O Capitão formador desse estágio era do quadro, “era um tipo que não era «xico», militarista. Era um tipo normal, aceitável, um bocadinho básico intelectualmente, mas um tipo perfeitamente aceitável” [HV25; P7].

Regressado do estágio, o Capitão foi para Mafra frequentar o CCC, chefiado por Pezarat Correia, “por quem ficou com uma enormíssima admiração, que se mantém até hoje”. Sobre o que aprendeu, pouco se lembra. Recorda-se mais dos colegas que teve, das pessoas; por exemplo do Ferreira do Amaral, que foi ministro, de alguns colegas com quem se deu particularmente bem e de quem ficou amigo [HV25; P8].

12.35.4. Desempenhos

i. O entrevistado, como já é sabido, foi realizar os quatro meses de estágio à Guiné, ao Pelundo.

Nessa altura, acasos da vida, tive a sorte do Ministro do Ultramar, Silva Cunha, ir à Guiné tentar convencer, e nessa altura conseguiu, o General Spínola a prolongar o mandato, que acabava em Maio de setenta e dois, salvo erro; isto passou-se aí por Fevereiro de 1972. O meu pai foi com ele e, em conversas de gabinete e de palácios, o General Spínola ficou a saber que o meu pai tinha um filho na Guiné, mostrando-se bastante agastado com ele, por nada lhe ter sido comunicado. Recebi um rádio, na Companhia, a dizer para me apresentar em Bissau. Apresentei-me no palácio, e ele, General Spínola, disse-me: «Olhe, eu não o convido para vir jantar ao palácio, porque são jantares de cerimónia, protocolares; mas almoçar, enquanto cá estiver o seu pai, o senhor vem cá almoçar sempre» [HV25; P8].

O Capitão regressou à Metrópole, fez o CCC e foi mobilizado para Angola. Logo que soube telefonou ao seu pai a dizer: «É uma chatice, agora vou para Angola, tenho impressão que se fosse para a Guiné, se calhar era capaz de ter uma solução mais agradável para mim». O pai do entrevistado telefonou para o colega do Exército que lhe disse: «Se você pedisse para o seu filho ir para Cabo Verde, ou Macau, ou não sei quê, se calhar era difícil, agora para a Guiné? É já, troca-se já!» [HV25; P8]

ii. Formou Companhia rumo à Guiné e a Farim, integrado num Batalhão. Iniciou o IAO no Cumeré.

O General Spínola, quando foi receber o Batalhão, não sabia que eu ia lá, mas eu tinha esperança que no beberete, que havia no fim, ele me reconhecesse. Eu pensei que ele me conhecesse, porque ainda fomos ao palácio vários dias seguidos, tomar conhecimento da zona operacional, e fui na expectativa de ele me dar uma palavra. Ele não me identificou e eu fiquei aflito. «Fiz por

vir para a Guiné a contar com ele, que ele me desse algum apoio e ele agora, o tipo não me conhece e eu estou lixado... fiz uma troca, em vez de ir para Angola vim para aqui e agora estou lixado.», pensava para os meus botões [HV25; P9].

O Capitão, aflito, ligou para Bissau e entrou em contacto com o Secretário-Geral da Província, contando o sucedido. Passados dois ou três dias, o Batalhão recebeu um rádio a dar ordens para se apresentar em Bissau.

Foi um momento inesquecível para mim, aquele momento, porque eu fui fardado e estive à espera para falar com o General Spínola. Quando chegou a minha vez, mandaram-me entrar e, quando eu entrei, ele olhou para mim e diz-me: «É pá mas afinal você é Capitão»; «Pois sou meu General», respondo. «Ó diabo, isso é que é pior, julgava que você era Alferes, você vem a comandar uma Companhia», diz Spínola. E, passado este primeiro impacto, agarrou numa folha de papel, começou a pedir-me elementos, nome completo, número mecanográfico etc., e começou a fazer o despacho à minha frente: que me nomeava para o lugar de Delegado de Procurador da República, por se encontrar vago, e, como Comandante-Chefe, a determinar que eu fosse substituído no comando da minha Companhia. Foi dos momentos mais emocionantes da minha vida [HV25; P9].

Delegado Procurador da República da Guiné eram as funções normais de um Magistrado do Ministério Público, só que abarcava a Província toda. Na Guiné havia uma única comarca, a comarca de Bissau, que abrangia o território todo.

Isso significa que eu nunca trabalhei tanto na vida. Também era o consultor jurídico do Governo da Província e um membro efectivo do Conselho de Governo. E também fazia parte do conselho de não sei quê, talvez Conselho Directivo do Serviço de Obras Públicas, do Conselho Directivo dos CTT, por inerência de funções. O Delegado do Procurador da República tinha assento nestas instituições. Eu acho até que me falta alguma, mas não me lembro. O que para mim, por um lado dava muito trabalho, ocupava muito tempo, por outro lado tinha uma coisa aliciante: é que tudo isto era remunerado. Enfim tinha esse lado positivo [HV25; P10].

iii. Este lugar deu oportunidade, ao entrevistado, de contactar pessoas que foram muito importantes, na situação antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril. Também teve consciência da eclosão do 25 de Abril.

Estava-se à espera. Tinha a noção absoluta, plena, de que aquilo se dava! Eu sabia que havia muita gente do quadro envolvida. Eu já nem falo no Barros Moura, nem no Celso Cruzeiro. Não tinha dúvidas nenhuma de que aquilo era mais dia, menos dia; falava-se: «É pá é amanhã, é depois, é para semana é mais dia, menos dia». Andava tudo aflito com medo que aquilo falhasse, que houvesse qualquer falha. Depois do 25 de Abril, durante uns meses largos, só via gente na televisão, que tinha conhecido na Guiné [HV25; P12].

Depois veio a descolonização.

12.35.5. Protagonismos

O Capitão acompanhou os últimos actos de descolonização da Guiné.

A entidade mais elevada que ficou lá até ao fim, no âmbito dos serviços da justiça, foi o respondente e, portanto, protagonizou a transferência dos poderes de justiça do Estado Português para o Estado da Guiné-Bissau. As pessoas com quem lidou, na área da justiça, representantes do PAIGC, nomeadamente o Dr. Fidelis Cabral

Almada, que era quem ia assumir as funções de secretário, eram de um trato surpreendente²⁷⁶.

Eu verifiquei, por experiência própria, que realmente assim era, porquê? Porque eles deixaram-me ficar até ao último dia, eu não tive uma única quebra de prerrogativa. Eu tinha direito a casa da função e eles diziam: «Ó Senhor Doutor!... Não senhor, o senhor fica aqui até ao último minuto, o senhor fica com a casa.» Eu quis entregar o carro da função: «Não senhor, o senhor fica com o carro até ao último segundo.» Eu tive um tratamento VIP, da parte das chefias do PAIGC, ligadas à justiça [HV25; P13].

A transmissão de poderes, nos serviços da justiça, foi excelente [HV25; P14].

Fiquei até ao último dia na Guiné. Até ao último dia. Eu fechei a porta... [HV25; P15].

12.35.6. Considerações relevantes para o objecto de estudo

Está-se perante um Capitão com vinte e cinco anos de idade, a quando do ingresso no serviço militar. Exercia actividade profissional antes da entrada – era Delegado do Procurador da República. Relativamente à selecção para Capitão, não faz a mínima ideia porque foi escolhido, referindo ter tido um grande choque quando foi preferido. Na formação sentiu forte desmotivação para aprender e agir. O estágio foi o único sítio onde aprendeu.

Por influência directa do General Spínola, deixou a sua Companhia para exercer o cargo de Delegado Procurador da República da Guiné.

Após o serviço militar não encontrou qualquer dificuldade de reintegração, antes pelo contrário, sentiu-se um privilegiado.

Apresenta-se na zona de sucesso absoluto e num patamar de satisfação máximo, no âmbito da sua função específica.

Considera-se possuir os argumentos conceptuais de bom desempenho, no âmbito da função executada.

12.36. Apreciações finais indispensáveis ao objecto de estudo

i. Dos 30 Capitães 40% são licenciados e têm uma idade média de 25 anos. Os modos da sua selecção e rigor são por 70%, desconhecidos. A formação que lhes foi ministrada é, por 80%, considerada de menor qualidade, embora o estágio seja por 20% apreciado muito positivamente. Há um número muito considerável de Capitães participantes na «guerra à guerra » de diversos modos e em distintas organizações.

²⁷⁶ Veja-se Anexo (A III. 13).

ii. Todos os trinta *Capitães do Fim* tiveram desempenhos positivos, embora 22% se encontrem situados um pouco abaixo da satisfação mínima. Não foi encontrada qualquer nota, nas histórias de vida, que relevasse Comandos menos dignos.

No respeitante ao desempenho na acção de liderança, 24% encontra-se num patamar de satisfação elevado, onde, para além do cumprimento da missão, existiu uma boa eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se, no campo teórico, a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho. Lideranças transformacionais.

O protagonismo é assumido por 24% e as lideranças transformacionais também.

Para 30%, o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo, que corresponde ao cumprimento da missão. Espaço de desempenho entre o sucesso mínimo esperado e o sucesso intermédio. Lideranças transaccionais.

Capítulo XIII – O contraditório dos comandados

13. Para obter o contraditório dos comandados

Este capítulo foi construído para legitimar a voz dos subordinados dos *Capitães do Fim* na investigação e obter contraditório. O procedimento metodológico encetado já foi abordada em capítulo próprio.

13.1. Introdução

Pediu-se a todos os subordinados constituintes da amostra que respondessem a um inquérito por questionário com sete questões. Uma combinação de perguntas abertas e fechadas²⁷⁷, que possibilita ao informante, que o desejar, discorrer sobre o tema em questão. É anónimo e os respondentes são sinalizados por S1, S2, ..., Sn.

13.2. As respostas e a sua análise

i. A primeira pergunta do inquérito²⁷⁸, designada por Q1.P1, procurava indagar os sentimentos dos comandados face aos decisores.

As categorias de respostas enunciadas resultaram da base de apoio preliminar que adveio do QC em que os *Capitães do Fim* aludem às formas de relacionamento institucional e não institucional que mantiveram com os seus subordinados, aos quais, neste contexto, foi dada a possibilidade de fazerem o contraditório e, por ele, se conhecer que, globalmente, existem posições muito próximas quanto a entendimentos e socializações.

Os resultados revelam que as opções de resposta dos subordinados vão no sentido de evidenciar aspectos positivos e desvalorizar outros menos positivos: é assim, em exemplos, com a maior escolha pelo lado positivo das categorias, “Tolerante, mas exigente no cumprimento de ordens” 52,38%, “Humano” 42,85%, ou de “Ajuda e solidariedade” 38,09%; no extremo, com a menor escolha do lado negativo das categorias, “Baseado no medo” sem qualquer expressão numérica, “Reprodutor da indisciplina” 2,30%, ou com “Recurso a processos disciplinares” 7,14%.

²⁷⁷ Veja-se (Ap I. 2).

²⁷⁸ Veja-se (Ap I. 2).

Tabela nº 31 – O relacionamento do Capitão com os subordinados

Opções Escolhidas	Respostas (%)
Cimentado na verdade	35,71
Humano	42,85
Tolerante, mas exigente no cumprimento das ordens	52,38
De ajuda e solidariedade	38,09
Alicerçado pelo saber estar com eles nos momentos difíceis	26,61
Ancorado no exemplo: acompanhou-os nas operações mais perigosas	28,57
Agressivo	11,90
Conflituoso	16,66
De desconfiança	11,90
Com recurso a processos disciplinares	7,14
Reprodutor da indisciplina	2,30
Baseado no medo	0,00

ii. Questionados depois, em Q2.P2, acerca da indisciplina que, eventualmente, teria havido na Companhia, sob o mandato de um *Capitão do Fim*, a grande maioria dos respondentes, 64,91%, afirma que tais factos não se verificaram e 35,09% atesta que eles aconteceram. Destes, só uma minoria concretiza os factos 7,05% na questão Q2.P2a.

Tabela nº 32 – Os incidentes disciplinares havidos

Opções Escolhidas	Respostas (%)
Sim	35,09
Não	64,91
Se sim com quem e de que tipo	7,05
Não Respostas	28,04

O respondente S1 especifica desta forma um incidente disciplinar e a forma como foi debelado:

Houve-os com autóctones que, na sua ausência de férias, «tomaram» o aquartelamento de assalto. Inicialmente eram quatro, mas ganhando adeptos face à fraqueza do 2º Comandante. Vindo de férias, resolveu o problema rapidamente e à sua maneira. Se não fosse a sua coragem, relativamente à sublevação relatada, teríamos problemas muito graves sob o ponto de vista disciplinar. Reuniu a Companhia, chamou os quatro cabecilhas e, na frente de todos, um a um, despachou-os com um valente enxerto de pancada e, num par de minutos, estava tudo a funcionar como um relógio «suíço» [S1].

Os respondentes S2, S3 e S4 fazem considerações sobre a forma como o Capitão teve, em diversas circunstâncias, de impor a ordem com “atitudes que, na altura, poderiam ser consideradas autoritárias” e “exorbitantes das suas competências e funções”.

O respondente S5 afirma peremptoriamente: “Recordo-me de um incidente, com um Furriel que foi castigado e com um soldado que esbofeteou. Os motivos que estiveram na origem pareceram-me fúteis”.

Outros três subordinados, S6, S7 e S8, atestam que, em algumas situações, foi o próprio Capitão o “gerador de conflitos graves”, e o S9 declara que “perto do final da comissão, o Capitão envolveu-se com um 1º Cabo, chegando a vias de facto”.

Por fim, outros quatro comandados, S10, S11, S12 e S13, vêm afiançar que houve incidentes graves durante os dois anos passados no teatro de operações.

iii. Os subordinados foram também interpelados, na questão Q3.P3, sobre as dificuldades tidas pelo seu Capitão na gestão logística e técnico-militar da Companhia. Há a percepção de que elas não existiram para 63,58% dos respondentes.

iv. O questionamento Q4.P4 refere-se, concretamente, às competências tidas pelo Capitão para “resolver situações complexas de âmbito operacional”. Neste contexto os comandados apresentam bastantes dúvidas, se é que as tinham, pois as suas respostas estão acentuadamente divididas. Cerca de metade dos inquiridos, 54,5%, considera que o Capitão “possuía as competências desejáveis”; no entanto, 25,01%, pensam que não as possuía e 20,49% estão convictos de que “muitas vezes” não as puseram à prova.

Tabela nº 33 – Falta de competências específicas para solucionar situações complexas de âmbito operacional

Opções Escolhidas	Respostas (%)
Sim	25,01
Não	54,50
Não postas em prática	20,49

v. Inquiridos os comandados, na questão Q5.P5, sobre a preparação do seu Capitão para cumprir as missões que lhe foram confiadas no decorrer da comissão, 64,97% respondem que o acharam preparado. Os restantes consideraram que não, tendo 9,48% destes especificado as áreas de impreparação em Q5.P5.a.

Tabela nº 34 – Os Capitães do Fim tinham má preparação para o desempenho das missões que lhes foram confiadas?

Opções Escolhidas	Respostas (%)
Sim	35,03
Não	64,97
Nalgumas áreas	9,48
Não respostas	25,25

Os respondentes S14, S15, S16, S17 e S18 reconhecem-lhe uma preparação adequada, só nalgumas áreas que não especificam. O S19 e o S20 consideraram-na

insuficiente para o comando de uma Companhia. Os S21, S22, S23, S 24, S25, S29, S30 e S31 admitem uma capacidade escassa, do seu Capitão, no desempenho operacional. Os S26, S27, S28, S32, S33 e S34 depararam com um Capitão incapaz de gerir a Companhia nos aspectos logísticos e administrativos. Os S29, S30 e S31 só lhes vislumbraram preparação para um bom desempenho operacional.

vi. Aos respondentes foi pedido que fizessem uma comparação de desempenhos, entre *Capitães do Fim* e Capitães QP, desde que os tivessem tido como Comandantes de Companhia. O questionamento a responder, Q6.P6, apresentava-se da seguinte forma: “Os Capitães do QP, que conheceu, pareceram-lhe muito melhor preparados do que os *Capitães do Fim* para enfrentar as vicissitudes inerentes ao comando de uma Companhia?”

Tabela nº 35 – Os Capitães QP melhor preparados do que os *Capitães do Fim*?

Opções Escolhidas	Respostas (%)
Sim	23,80
Não	23,80
Sim, se já tivessem feito, pelo menos, uma comissão	9,50
Não sei responder	42,90
Se sim fundamentalmente porque...	9,48
Não respostas	14,32

Quase metade dos inquiridos, 42,90%, não souberam responder, porventura por os Capitães QP já rarearem, na altura, no Comando de Companhias, e portanto nunca os terem tido como Comandantes. Entre o sim e o não dividiram-se as opiniões, 23,80% para cada opção, e obteve-se um empate surpreendente. Para 9,50% o sim está condicionado pelo exercício de pelo menos uma comissão por parte dos QP, condição de que os *Capitães do Fim* não usufruíam. Há também 9,48% de respondentes que justificam a opção sim pelos Capitães do QP, na resposta à questão Q6.P6a.

Vejam-se as diversas argumentações. Do S35: “Sim para os que já tinham experiência no contacto com o inimigo e no mato, o que lhes dava uma tarimba diferente, quer a nível humano, quer a nível militar. Nunca percebi porque é que, nas zonas mais complicadas, não havia militares do QP, excepto um 1º Sargento”.

O S36 justifica o sim com o «militarismo» de um dos Capitães que teve: “A única diferença, que posso referir, é que o Capitão do quadro era mais «militarista» pois era um jovem acabado de sair da Academia Militar. Tirando isso, eram ambos boas pessoas e bons militares, ainda hoje nos encontramos nos nossos encontros anuais”.

Para os S37, S38, S39, S40 e S41 a única diferença era de que os do QP “exageravam bastante na disciplina” e “tinham melhor a Companhia na mão”.

Para os S42 e S43 “os oficiais de carreira tinham uma formação de base técnico-táctica mais sólida”.

S42 diz que o Capitão QP “era um bom Comandante, no sentido estritamente militar, mas, no aspecto de humanidade e compreensão, era uma pessoa insensível aos problemas dos restantes militares, o que fez com que o «pessoal» não nutrisse nenhuma simpatia por ele”.

Os S43, S44 e S45 afirmam o seguinte pela ordem respectiva. O primeiro: “Sim, fundamentalmente, porque seriam mais velhos, já tinham pelo menos duas comissões, formação adequada e, num dos casos, era naturalmente um líder”. O segundo: “Davam mais segurança, com ele o pessoal sentia-se mais à vontade, com menos medo de enfrentar as situações de perigo”. O último: “Já tinha feito comissões o que dava mais «confiança» num terreno que já conhecia, neste caso particular, Angola”.

Por fim, o S46 afirma, radicalizando um sentimento de rejeição: “Do QP nem vê-los. Daí o Cancioneiro do Niassa!!!”

vii. A divisão igual de opiniões entre *Capitães do Fim* e Capitães QP, que os subordinados vieram a plasmar nas suas respostas, estão de acordo com as formuladas pelo Coronel Matos Gomes, e incertas em depoimento²⁷⁹ para este trabalho já referenciado, quando afirma: “Nas situações vividas, julgo que o desempenho dos Capitães CCC sofreu das mesmas dificuldades e limitações do Comando das Companhias por parte dos Capitães com outras origens e formações, Quadros Permanentes da Academia Militar, do QEO e Capitães milicianos voluntários”.

13. 3. Desempenhos e protagonismos

i Foi, por último, colocado aos subordinados dos *Capitães do Fim*, um questionamento aberto designado por Q7.P7a: “Teve oportunidade, durante a sua comissão, de conhecer bem o seu Capitão. Que desempenhos e protagonismos lhe atribui?”

Responderam 47, 4% ao questionamento. A análise percentual revela estar-se em presença de uma quantidade muito significativa de não respondentes, o que invalida

²⁷⁹ Em 24 de Novembro de 2010.

um tratamento mais fino da questão.

Quanto aos respondentes, constata-se que as suas respostas são múltiplas e de conteúdo diversificado. Algumas são meras opiniões, outras relevam atitudes, muitas traços de personalidade e de carácter.

ii. Começa-se pelas que são abonatórias para os *Capitães do Fim*.

Os subordinados S47, S48 e S49 dizem que “era boa pessoa e bom militar”; os S50 e S51 consideram-no “uma pessoa compreensiva”; os S52, S53 e S54 afirmam que “defendeu sempre os seus homens e quis o melhor para eles”; o S55 considera-o “um homem rigoroso mas, ao mesmo tempo, humano”. O S56 tinha-o como “um irmão mais velho”; o S57 acha que “em certas alturas foi o nosso pai”; foi “rigoroso e humano”, acrescenta o S58.

O S59 escreve desta forma sobre o Capitão:

O Capitão da minha Companhia era uma pessoa humana, compreensiva, conhecedora da realidade da guerra, visto que teve um estágio na Guiné, acompanhou-nos em diversas operações das mais complicadas como as de heli-assalto ou em que envolvia situações de mais de dois grupos de combate.

O S60 reconhece-lhe humanismo e rigor: “Um humanismo extremo na ligação com os militares da Companhia e com os naturais. Um rigor e uma justiça notáveis na análise e resolução dos problemas”.

O S61 aprecia a pessoa nos aspectos sociais e culturais:

Tenho o maior apreço pelo Capitão. Pessoa que, além de muito bem conceituada no aspecto social, aliava uma experiência considerável, em termos culturais e de vida. Para muitos dos elementos da Companhia do Batalhão, sem qualquer exagero, era um irmão mais velho. Além disso, como bom alentejano, era um «bonacheirão» em horas de alegre convívio junto de um bom petisco, mas devidamente respeitador da máxima da cavalaria: «conhaque é conhaque, serviço é serviço».

O S62 admirava a sua voz de comando: “a sua voz de comando fazia-se ouvir”.

Quanto aos respondentes S63, S64, S65 e S66 todos prezam a liderança do seu Capitão. Neste contexto, escreve S64: “Dentro das suas competências, sempre se pautou por ser, além de líder, muito humano para com os seus homens, em todos os momentos, e alguns bem difíceis, proporcionando também aos habitantes locais, por onde passava, a sua disponibilidade e ajuda”.

Para S67 e S68 a sua juventude não foi obstáculo. Diz o S68: “procurou ultrapassar, o melhor que soube, as dificuldades resultantes da sua juventude e falta de tarimba para as coisas da guerra”.

O subordinado S69 releva as missões de paz que o Capitão empreendeu e a convicção que tinha na defesa dos seus homens:

Recusa em avançar, durante a madrugada, a ajudar outra Companhia que estava a ser atacada, porque sabia que, durante a viagem, os seus soldados seriam atacados, pois seria uma caminhada no escuro para o suicídio. Toda a Companhia foi castigada e fomos obrigados a ir ocupar um lugar muito perigoso. Note-se que, depois desta troca, nunca mais houve ataques do inimigo dadas as missões de paz a que nos propusemos.

O respondente S70 considera o seu Capitão “muito humano e bastante conhecedor de que aquela guerra não era nossa”. Nesta mesma perspectiva vão também as palavras dos S71 e S72.

“Um Capitão companheiro”, assim o descrevem S76, S77, S78 e S79. Escreve também o S80: “Abnegado e sempre companheiro”.

O Capitão “Era responsável”, diz S81. O S82 especifica melhor:

Era responsável e exigia o mesmo dos seus subordinados. Ia ao mato, nas patrulhas mais perigosas, talvez para dar o exemplo aos outros oficiais. Era o Capitão mais novo do Exército Português, sabendo sempre separar aquilo que se costuma chamar de «conhaque» do que é «trabalho», em suma soube ser um bom chefe.

Para S83 teve um “Enorme espírito de comando” e S84 acrescenta: “Conseguiu o primeiro encontro com o MPLA «antes da paz ser selada no Lucusse».”

iii. Apresentam-se, agora, as considerações menos abonatórias sobre os *Capitães do Fim*.

O S73 atribui ao seu Capitão “uma boa qualidade de chefia no âmbito operacional, organização de patrulhas, bom profissional em artilharia, arma muito utilizada no quartel. No âmbito logístico acha que era como os outros, sabia pouco”.

E dando voz a este último entendimento, escreve S74:

A minha Companhia teve a sorte de contar com um 1º Sargento competente, honesto e muito dedicado. O desconhecimento das questões administrativas foi anulado pelo saber do 1º. Sei hoje que pouco, ou nada, o Capitão sabia do assunto, mas creio que ninguém o notou.

O S75 anota as mesmas carências.

Os S85, S86 e S87 não abonam positivamente a favor do Capitão. O mesmo faz o S88 que diz concretamente: “Receoso, não arriscando em saídas para o mato, não dando desta forma maior incentivo psicológico aos militares”.

Os respondentes S89, S90 e S91 desdenham do Capitão e o S92, na mesma linha, diz que o Capitão “tentou sempre ser o bom rapaz, e nada mais”.

Os S93 e S94 consideram que o Capitão foi responsável por mortos, feridos e

desaparecidos, indo mais longe o S95:

Responsável e culpado por uma das maiores tragédias operacionais que se deram. Foi dos responsáveis pela ideia que se veio a demonstrar criminosa. Prepotente e fanfarrão, fez demonstrações de completa irresponsabilidade, teve atitudes levianas, que levaram a que decorressem autos contra si.

Os S96 e S97 não dão boa nota do seu Capitão. O S96 afirma mesmo que “No teatro de guerra, em que estávamos inseridos, o Capitão do QP que tivemos já tinha experiência de combate, o que não aconteceu com o Capitão miliciano que foi um desastre”.

O S98 afiança e desabafa: “Algumas vezes senti que o inimigo parecia estar dentro do nosso grupo. A perseguição e a má-fé, associadas à arrogância e prepotência, ...oh meu Capitão, tantas vezes lhe chamei f... da p... até a dormir acordava para lhe chamar f... da p...”.

O S99 diz que logo que chegou ao mato começou “a odiar o Capitão pela sua prepotência” e o S100 declara que “No fim de seis meses de comissão tínhamos dois mortos e oitenta e três feridos (em cento e vinte homens). Na altura tentámos pôr uns patins ao Capitão...”.

O S101 expressa “que os desempenhos foram tão maus que se dispensa a fazer comentários...”, enquanto o S102 afirma com desdém: “Eu e os restantes graduados da CCaç. talvez não sejamos as pessoas indicadas para abonar, favoravelmente, o percurso desse sr. Capitão, enquanto Comandante!...”.

13.4. Considerações relevantes para o objecto de estudo

Foi feito o contraditório com os subordinados.

Da análise das respostas empreende-se que 83% se manifestam agradados com os desempenhos do seu *Capitão do Fim*. Sobressaem todos aqueles que denotam cariz afectivo e de bom senso, mas também são apreciados os que implicam a liderança, o espírito de comando e o exemplo dado, nas operações de grande perigosidade, e nas acções de paz empreendidas para defender os seus homens. Há em termos comparativos, nas respostas dadas, equivalência ao nível do desempenho entre *Capitães do Fim* e Capitães QP, só sendo por estes ultrapassados quando já possuem experiência adquirida ao longo de comissões efectuadas.

Parte D

Conclusões

Não fomos uma mancha na instituição;
mas a nossa abnegação e capacidade
de fazer o mesmo (e por vezes melhor)
que os profissionais da guerra,
não colhe como medalha da instituição militar,
antes uma circunstância histórica que
convirá apagar dos canhenhos de glória dos militares.
[Cap. 186]. Do correio electrónico, 4 de Março 2010.

1. Este é um trabalho longo, rigoroso e feito com a exaltação que o conteúdo merece, havendo a convicção de ser único, quer pelo seu objecto de estudo, quer pelos actores principais nele intervenientes: os *Capitães do Fim*.

Inicialmente, importa salientar o ainda reduzido contributo que a Sociologia Militar, em Portugal, tem consagrado à compreensão dos fenómenos sociais envolvendo as Forças Armadas, nas suas principais áreas de estudo e reflexão: a profissão, a organização militar e as relações civil-militares. Parece importante começar a dar-lhe o pertinente relevo, em relação ao presente e ao futuro, dado o contexto de globalização vivido, e as novas guerras por ela criadas que invadem um mundo impreparado para lhes dar luta.

As guerras não são mais as mesmas. Na geração actual os antagonistas não são os Estados, mas sim os grupos que combatem e morrem sem dó por uma ideologia, por uma causa, ou pela conquista de espaços de acção ou tecnologias onde possam desenvolver os seus intentos. Em vez de confrontação militar formal, o mundo vem assistindo a uma série de guerras irregulares, tais como o terrorismo, a guerrilha, a insurreição, os movimentos de resistência, os conflitos assimétricos e a sabotagem. São ainda alguns dos exemplos: ataque à rede de computadores, contrafacção e distribuição de droga, actividade criminal transnacional, financiamento ilícito ou pirataria.

O espectro apresentado colhe um amplo espaço para a implantação da Sociologia Militar, que pode começar, por exemplo, por querer saber alguns dos porquês ou antídotos sociais conducentes à disseminação ou à limitação destas guerras irregulares.

Na investigação, antecedendo o seu argumentário empírico, escarpelizaram-se matérias e conceitos imprescindíveis à análise dos resultados obtidos, pondo ao seu serviço a «teoria da prática» e a «prática da teoria», que enforma os paradigmas de análise qualitativa, predominantemente, e de análise quantitativa também.

Deste “jogo de forças” sobressai, como contributo relevante da investigação, a amplitude numérica e substantiva dos depoimentos, nas várias versões adoptadas, que poderão constituir material importantíssimo a considerar muito para além do probatório com dimensão heurística sobre um passado que deverá suportar um futuro de investigação sobre História Militar Contemporânea. Houve por isso, a pensar no futuro, um investimento fundamental na recolha de informações que outros poderão porventura

utilizar e ampliar. Depoimentos que, num contrabando de fronteira entre a Sociologia e História, sincretizam uma das poucas exigências de “salvar o passado”, isto é, ou como fizemos, eram agora recolhidos ou partiriam, como acontecerá sobremaneira com os protagonistas.

Importante se tornou o estudo sobre a instituição militar e a sua adaptação à Guerra do Ultramar, focando a dificuldade tida, na sua parte final e decisiva, em se ajustar à nova realidade da acção subversiva, cada vez mais violenta e preparada dos movimentos de libertação, principalmente na Guiné e em Moçambique.

A instalação na instituição da componente logístico-administrativa, na sua versão mais burocrática, que criou um poder quase inultrapassável, foi também explanada no enquadramento teórico e suficientemente exposta em depoimentos. O operacional e o heróico encontravam assim cada vez mais dificuldades para se impor no teatro de guerra, numa altura em que imperava no seio das Forças Armadas o cansaço militar e a saturação dos quadros da Guerra. A pouca motivação e uma pressão social já bem sentida de «guerra à guerra» vieram ao de cima num Exército quase miliciano.

2. A abordagem da temática da Guerra, e das guerras nas suas facetas diversas, foi ainda preocupação do estudo. Por isso, Clausewitz, Jomini, Maquiavel, Tzu, e muitos outros aparecem referidos, com o intuito de ajudar a perceber a ligação entre o político e a estratégia, e a constatação crescente do poder e da decisão do primeiro em relação à última. Referiu-se igualmente a subordinação das tácticas de combate à estratégia pois, sendo esta possuidora de um campo conceptual, transforma a guerra numa arte.

Mereceram a profundidade necessária os modelos político-militares da guerra revolucionária e subversiva que os *Capitães do Fim* enfrentaram. Neste contexto, aprofundaram-se as artes que os Estados entenderam mais apropriadas para contrariar esse tipo de guerras, adoptando medidas contra revolucionárias e contra subversivas. Com este leque de guerras irregulares soçobraram grandes impérios, como o belga, o francês, o holandês, inglês e, por último, o português. O tipo de guerra irregular de baixa intensidade, longa, que desgasta o forte e dá alento e tempo de organização ao fraco, era a que punha o adversário em acção. Na liderança estiveram homens que não tinham formação militar: Agostinho Neto era médico, Amílcar Cabral agrónomo, Giap professor, Samora Machel enfermeiro.

Para Portugal esta nova guerra iniciou-se em 15 de Março de 1961, em Angola, e alargou-se à Guiné e a Moçambique. Foi uma guerra longa de 13 anos. Se num primeiro momento a Nação se ergueu, e, num assomo de patriotismo a apoiou vindo partir os seus jovens na perspectiva do cumprimento de uma obrigação, a fadiga social, a que sempre conduz uma guerra duradoura, foi marginalizando essa disponibilidade, a que acresceu um quadro internacional cada vez mais desfavorável e uma certa ilusão que o desejo de manutenção do Império Português fez permanecer para além da realidade, militar e política, desfavorável nos teatros de operações.

As lutas estudantis, desenvolvidas a partir de 1962 e culminando com a crise académica de 1969, cujo objectivo era, no início, a procura de liberdade e de melhor escola, foram aos poucos assumindo a «guerra à guerra» e são o paradigma de uma crescente indisponibilidade jovem.

As associações das grandes universidades de então começam a desenvolver actividades nesse sentido, com o auxílio do Partido Comunista Português e, mais adiante, com a participação de diversos grupos nomeadamente maoístas. A sua actuação ultrapassa os muros da universidade, desencadeando-se acções de sensibilização no exterior, ao mesmo tempo que outras organizações, como a Acção Revolucionária Armada, as Brigadas Revolucionárias e a Liga de Unidade e Acção Revolucionária, desencadeiam acções violentas contra interesses militares.

3. É nesta efervescência política que, em Abril de 1970, se inicia a formação de *Capitães do Fim* na Escola Prática de Infantaria; a grande maioria assistiu a estes fenómenos na universidade e uma minoria foi protagonista deles. Nada jamais seria como dantes nesta escola formadora de oficiais milicianos, quer em termos de empenho no processo formativo, quer em termos motivadores para se abraçar o Serviço Militar Obrigatório como oficial miliciano.

Concomitantemente, a necessidade de formar Capitães do Quadro Permanente torna-se imperiosa. Os candidatos à Academia Militar rareiam, em quantidade e qualidade. Quando há recrutamento, a maioria é oriunda da periferia territorial à procura de um emprego estável, ainda com algum prestígio e que atribui certa ascendência social.

Fica explícito que em 1970 se inicia o colapso do modelo vigente na formação de oficiais do Quadro Permanente, fazendo-se sentir a ruptura em 1972.

Concluiu-se que os cursos de Infantaria da Academia Militar, face à coacção da guerra e à falta de Capitães, foram-se tornando intensivos e acelerados. Podia formar-se um oficial do quadro apenas em dois anos de formação intensiva mais o tirocínio, e podia ser-se Alferes três anos após a admissão. Progressivamente aumentou-se a importância da componente heróica na formação.

Tornou-se claro que, na maior parte do tempo das campanhas, a formação dos quadros e das tropas ficou sempre aquém do desejável, por falta de competência e de experiência dos instrutores, ou porque nas Escolas e Academias se ensinavam as guerras já passadas, em condições psicológicas e didácticas por demais desajustadas.

Provou-se ter a realidade da Guerra ultrapassado a formação, dado que a Guerra subversiva só foi inserida, de uma forma sistemática e organizada, nos manuais para formadores e formandos, a partir de 1970, quer na Escola Prática de Infantaria quer na Academia Militar. Mesmo fazendo esta mudança, o processo formativo inicial na Metrópole manifestava deficiências graves, fundamentalmente ao nível operacional. Para obviar a lacuna foi introduzido um novo ciclo, designado Instrução de Aperfeiçoamento Operacional que, muitas vezes, era ministrado na Província Ultramarina.

Em concomitância e de forma conjecturável, o Estado-Maior do Exército, em 30 de Novembro de 1970, faz uma avaliação negativa do estado de espírito dos militares portugueses, sobretudo dos operacionais. O cansaço físico e psicológico, com indicativos de irreversibilidade e manifestos reflexos na sua actividade operacional, são acentuados.

4. A importância do Capitão nessa Guerra era fulcral, já que o território em luta estava quadriculado. Cada Companhia ocupava a sua Zona de Acção, quadrícula, possuindo a jurisdição militar e civil em áreas de forte subversão, que incluía o controlo da população e a acção psicossocial sobre a mesma, levadas a efeito para impedir o inimigo de exercer sobre ela doutrinação ou aliciamento.

O Capitão isolado era, ao mesmo tempo, o estratega e o tático, embora também tivesse a seu cargo a complexa gestão administrativo-logística da Companhia, assim como os seus homens, os seus subordinados, cerca de cento e sessenta. Uns eram oriundos da Metrópole, outros do recrutamento local, já que a africanização das tropas

era um facto. O Capitão tinha de estar preparado para governar a sua «fortaleza» e fazer a sua defesa próxima e remota.

5. A partir de 1970 constata-se que os movimentos de libertação se haviam apetrechado com material de combate muito mais evoluído e que a sua organização de guerrilha, fundamentalmente na Guiné e em Moçambique, se tornava mais eficaz. Do nosso lado poucas inovações se verificaram. As Forças Armadas não se equiparam e não se souberam adaptar à realidade maioritária dos Capitães milicianos, a quem deveria ter sido retirada a gestão administrativa e logística da Companhia, como se fazia nas tropas especiais de intervenção, e deixá-los soltos apenas para o comando operacional. Também os Batalhões e os seus Comandos estavam cada vez mais distantes destes Capitães, pois os oficiais superiores começavam a denotar fadiga e encontravam-se progressivamente menos motivados para a contenda.

Os *Capitães do Fim* foram o remedeio encontrado, numa altura em que salvar a vida já era o primeiro objectivo da guerra. Exceptuando as forças especiais, a tropa dita normal não tinha condições nem físicas, nem humanas, nem de formação de base para enfrentar, longe do seu «forte», grupos inimigos bem armados. Para além de tudo isto, aos *Capitães do Fim*, «provetas» por alcunha e natureza, aprontaram «Companhias provetas»: com Alferes «provetas» oriundos de Sargentos, Furriéis «provetas» provenientes de Cabos, 1ºs Sargentos já, nalguns casos, também «provetas» ou inexistentes.

Em 1973, quando as forças dos movimentos de libertação introduzem as armas antiaéreas portáteis (mísseis AA-strela) e adquirem supremacia aérea, as Companhias dos *Capitães do Fim* vêem-se privadas do seu grande alento; sempre que estavam em dificuldade, perdiam energia, remetendo-se ao seu reduto e à sua segurança próxima. Apesar de tudo não feneceram, pese as não respostas das estruturas superiores do Exército e do ambiente político-social que rodeava as Forças Armadas na sua missão de manter as Províncias Ultramarinas.

6. A Guerra, no período em análise, teve complexidade crescente na Guiné e em Moçambique. Em Angola foi-se criando equilíbrio, solucionando a contenda no Leste da Província, onde a instabilidade alimentava receios fundados. Na parte Norte, no enclave de Cabinda, o MPLA permanecia activo e fustigava as tropas portuguesas. No Centro a guerrilha actuava esporadicamente, criando instabilidade.

Os *Capitães do Fim* estiveram maioritariamente presentes nos cenários de Guerra mais complexos e participaram em acções de resolução difícil nos finais da descolonização. Observaram o Exército de combate, a que pertenciam, perder estrutura e organização. Era o revés do forte perante o fraco e da força em relação à paciência.

7. O trato teórico de comando e liderança foi indispensável, pois lidava-se com actores cuja responsabilidade era de fazer e mandar fazer a guerra.

Tratou-se o comando no seu entendimento tridimensional, definido pelas inter-relações entre competência (física, intelectual, emocional e interpessoal), autoridade (enquanto posição de comando investida pelo estatuto legal, mas incluindo também a autoridade baseada nos atributos pessoais), e responsabilidade (obrigações impostas pelo canal de comando ou pelas necessidades organizacionais).

Estudaram-se três conceitos de liderança: a transformacional, a transaccional e a *laissez-faire*. Chegou-se à conclusão teórica de que os líderes transformacionais não se limitam a reagir à ordem ou às normas; reflectem sobre a acção, e na acção, de modo a ir mais além. Não procuram apenas alcançar o desempenho esperado. São capazes de convencer os subordinados a alcançar elevados níveis de desempenho, bem como altos níveis morais e éticos.

Os processos transformacionais e transaccionais não são antagónicos mas sim complementares. Porém, a liderança transaccional, e o respectivo comando, é associada a níveis mais baixos de desempenho, em particular quando se faz uso da sua forma passiva.

Finalmente, a liderança *laissez-faire* é uma não liderança e uma forma de não comando; abarca todo o género de pessoas que declinam abraçar uma posição e tomar decisões. Enfim, é propiciadora de um mau desempenho.

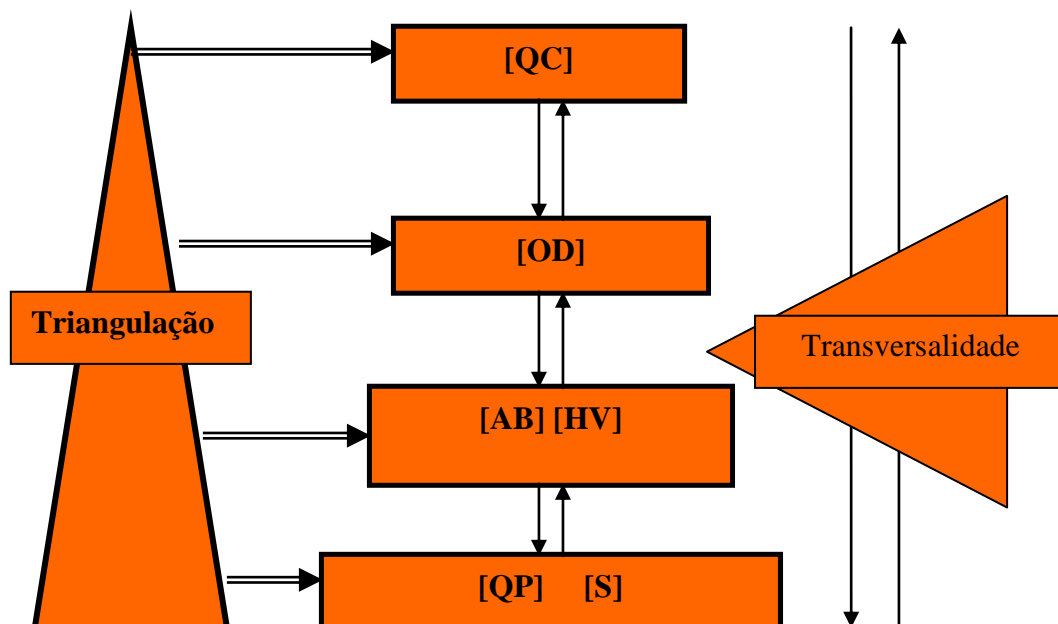
A partir destes tipos de liderança, sobejamente expressos, por diversas formas, em depoimentos, foi-nos possível construir o argumento conceptual de bom desempenho de um Capitão no comando de uma Companhia de Quadrícula na Guerra do Ultramar, em redor de dois pressupostos registados por *n* questões: espírito de liderança e espírito de comando. O primeiro diz respeito ao impor-se pelo seu valor humano para o interior (traçando normas e práticas de segurança, disciplina e solidariedade) e para o exterior (influenciando o meio, e exercendo acção socioeconómica e cultural sobre as populações). Já o espírito de comando consiste em

impor-se pelo exemplo na guerra (desempenho tático que incute confiança) e na paz (possuir os saberes institucionais relativos a uma Companhia que contribuam para o bem-estar dos subordinados).

Com base no que se entendeu por espírito de liderança e espírito de comando, fomos capazes de classificar o desempenho de um Capitão, consoante ele manifeste saberes e práticas em ambos, apenas num deles, em nenhum, ou nos dois, condição que, em elevado grau, pressupõe ser protagonista. Este processo classificatório, certamente discutível, resultou do que a investigação, de início, problematizou e, bem assim, do vazio que sobre esta matéria se manteve durante todo o tempo de Guerra do Ultramar. É que nunca houve, naquela conjuntura, qualquer processo de avaliação sistemático, estratégico e organizado para oficiais além da dimensão casuística da atribuição de louvores, de medalhas ou de demais distinções.

8. As respostas finais foram obtidas através da utilização de procedimentos metodológicos de análise quantitativa e qualitativa. A análise transversal dos dados recolhidos, a decorrente dos contraditórios e da triangulação permitiram obter as respostas.

Quadro nº 14 – Contraditório, transversalidade e triangulação



Legenda:

[QC] - Questionário Central

[OD] - Observação e análise documental

[AB] - Autobiografias

[HV] - Histórias de vida

[QP] - Oficiais do Quadro Permanente de reconhecido mérito (inclui formadores e seleccionadores)

[S] - Subordinados

8.1. O QC e OD deram contribuições substantivas à validade ou negação das hipóteses formuladas e aos questionamentos decorrentes. Relevam-se deles as seguintes conclusões:

- A média de idades dos *Capitães do Fim* à entrada no Serviço Militar Obrigatório situa-se nos 25 anos. A maioria esmagadora havia frequentado ou frequentava o ensino universitário.

Concluiu-se pela longa duração do seu serviço militar, entre 41 e 50 meses, sendo os mandatos que comportam menos tempo, entre 18 e 30 meses, respeitantes a *Capitães do Fim* com baixas em serviço, ou comissões curtas após o 25 de Abril e durante o período final da descolonização das Províncias Ultramarinas.

Feito o estudo integral das habilitações, constata-se que 33% eram licenciados, sendo de destacar a supremacia avassaladora das licenciaturas em Engenharia com 66%, seguindo-se as de Direito com 14% e as de Letras com 8%. Exerciam já a profissão de engenheiro 13% dos incorporados.

- A todos os Cadetes ingressados na Escola Prática de Infantaria foi dada a possibilidade de se oferecerem voluntariamente para Capitão. Apenas 17% o fizeram, tendo uma percentagem significativa destes sido rejeitada no processo de selecção. Desde já se conclui ter sido obrigatória a integração, na função, de uma esmagadora maioria. No momento em que souberam da sua selecção foram afrontados por uma onda de sentimentos, sendo a «decepção» o mais assinalado – por 33%. A análise a todas as respostas torna-se bem conclusiva: não existe entusiasmo e motivação para tal desempenho e há a percepção de que não se adquirirão competências ajustadas ao seu cumprimento.
- A análise e observação documental assegura que os *Capitães do Fim* foram usualmente escolhidos em nome duma certa qualificação académica, com um número significativo de licenciados, e através de um processo de selecção variado, complexo e rigoroso, admitindo-se um trabalho competente na execução das práticas pelos seleccionadores.
- O processo de selecção dos *Capitães do Fim* considera-se fidedigno no seu modelo teórico e procurou aferir, acima de tudo, a capacidade de liderança. As designadas provas de grupo, divididas em provas com obstáculos, provas de

mesa redonda e projecto de planeamento, seriam fundamentais, de acordo com os ensinamentos teóricos, para aferir de tal capacidade.

- Na observação em instrução, os formadores afirmaram que adoptavam como critérios de indigitação, para uma pré-selecção, a capacidade de comando, liderança, espírito de missão e desembaraço mental e físico. Também certificaram terem os escolhidos perfil de gente amadurecida, com sentido de responsabilidade, e fisicamente darem sinais de aptidão.
- A primeira parte do processo formativo dos *Capitães do Fim* realizou-se na Escola Prática de Infantaria durante seis meses e dele se apresenta um quadro pouco propício a uma boa aprendizagem, onde impera para 66% o «desprendimento ou desmotivação» pelo acto de aprender. Seguem-se, como obstaculizadores formativos, a “resistência à instrução” e “a contestação à Guerra do Ultramar”, sendo que só 18%, uma minoria, se considerou promotor e incentivador destas acções.

Por outro lado, considerando a componente programática, os resultados traduzem que apenas 30% dos inquiridos considerou a formação válida para enfrentar a Guerra. No final da comissão, e após as experiências vividas, os *Capitães do Fim* concluíram ter sido insuficiente o processo formativo que lhes foi ministrado, para resolver os problemas com os quais se foram deparando, tendo 61% concluído da exiguidade do mesmo.

O que acaba de ser apresentado corrobora a percentagem elevada de sentimentos negativos à saída desta formação, muito superior aos da entrada. Pode concluir-se que a formação não se assumiu como factor de motivação para um bom desempenho no serviço militar e, por arrastamento, para a função Capitão.

- Após este ciclo, a continuidade do processo realizar-se-ia numa das ex-Províncias Ultramarinas, sob a forma de um estágio de 4 meses, em pleno teatro de operações. Da amostra, 88% consideraram que o estágio foi importante, sublinhando, fundamentalmente, as aprendizagens com as vivências e a realidade da Guerra e a familiarização com todas as vertentes do funcionamento de uma Companhia.
- Após o regresso do estágio, os futuros *Capitães do Fim* frequentaram o Curso de Comandantes de Companhia. Verifica-se estarem divididos quanto à forma

como dele fazem a sua apreciação: 55,2% avaliam-no de forma positiva e os restantes de forma negativa, chegando mesmo 13,8 % destes a dizer que “não se aprendeu nada”.

- Perante uma formação tão limitada, tornava-se fundamental um enquadramento e apoio ministrado pelos Comandos de Batalhão e pelos Comandos das unidades mobilizadoras, durante a fase de formação da Companhia. Os resultados dizem que mais de 50% se alhearam da instrução e da formação.
- Para obviar a instrução deficiente da Companhia, efectuava-se a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional na Província Ultramarina ou na Metrópole. Consideravam os *Capitães do Fim* ser importante, para o cimentar do espírito de corpo da Companhia, o treino operacional em contexto simulado e a adaptação ao clima e às condições do terreno.
- Durante a comissão 66,2% dos *Capitães do Fim* estiveram expostos a riscos muito elevados. Verifica-se a sua sujeição ao flagelo das minas, a emboscadas e a ataques aos aquartelamentos que provocaram, em média, por Companhia, 2 mortos e 3 feridos graves em combate.

Também se concluiu que mais de 50% das suas Companhias possuíam condições de vida nos quartéis «precárias», «péssimas» e «degradantes».

Os seus êxitos de guerra mais marcantes foram a captura de armas e de outro material, causar mortos ao inimigo e fazer prisioneiros.

As Companhias em situação de quadrícula desenvolviam, além da Guerra, uma tarefa fundamental – a acção psicossocial junto das populações, onde participaram 85% das Companhias dos Capitães.

- A gestão logística, administrativa e técnico-militar de uma Companhia era complexa. Sabe-se que a formação recebida pelos *Capitães do Fim* nestes contextos foi incipiente, mas, ainda assim, contra todas as expectativas, concluiu-se que só 29% dos Capitães tiveram dificuldades neste campo. Na Comissão Liquidatória 80% não tiveram problemas, sendo que a significativa maioria passou incólume neste processo burocrático e conseguiu resolver todos os problemas na passagem de testemunho.

- Concluiu-se que 8% dos *Capitães do Fim* teve participação activa no 25 de Abril e 15% pertenceram ao MFA, na Metrópole ou na ex-Província Ultramarina. Tanto num caso como noutro constata-se uma diminuta intervenção.

Outro tanto não se verificou quanto à descolonização, pois 39% considera ter tido papel relevante, fundamentalmente em quatro situações: (i) pelas negociações profícuas, sem cedências humilhantes, com o IN para a obtenção da paz, na sua ZA; (ii) pela dignidade e rigor da entrega dos aquartelamentos aos movimentos de libertação; (iii) pela participação numa retracção atempada, regulada e organizada do dispositivo militar; e (iv) na protecção e apoio incondicional à população civil.

- A maioria dos *Capitães do Fim* mostra-se convicta de que teve comportamento meritório no papel de Comandante de Companhia. Exigiram no cumprimento das ordens mas, no contexto relacional, foram humanos e tolerantes. Ajudaram e foram solidários, fazendo tudo para preservar a vida dos subordinados. A atitude de ser militar esteve presente, mas a ética e o civismo regularam a aplicabilidade das normas. Foram, ao mesmo tempo, pai, amigo, confidente, guerreiro, mas também exigentes. Foram capazes de gerir os medos, sem esconder o seu próprio medo. Cultivaram a imagem de que só estando juntos, e actuando em conjunto, conseguiriam todos sobreviver.
- Da amostra 50% considera o seu trabalho com reconhecimento de mérito. Dos *Capitães do Fim* que respondem afirmativamente, 91% assinala a atribuição de um louvor, quatro elementos assinalam a atribuição de uma medalha e de uma alta condecoração, respectivamente três Cruz de Guerra de 3ª classe e uma Medalha de Valor Militar com Palma. Conclui-se também que 30% de *Capitães do Fim*, do universo dos louvados, foram-no pela entidade máxima militar da Província Ultramarina onde actuaram, o que se torna importante para a qualificação dos seus desempenhos.
- Para os *Capitães do Fim*, o dia em que passaram à disponibilidade foi de um «imenso alívio», a «liberdade que volta» e o «retorno à vida», bem representativos de quem quer agarrar a existência na vida civil e desamarrar a tropa.

- O trabalho empírico permite ainda concluir que a Guerra teve consequências na vida pós-tropa dos *Capitães do Fim*. Na amostra em estudo, 65% considera ter sido a sua participação gravosa para a continuidade dos estudos e 63% diz ter tido repercussões negativas na procura ou na continuidade da carreira profissional. Na saúde, com expressão significativa que deverá merecer atenção para investigação futura, 36% responde que teve complicações devido ao serviço militar.

Apesar de todos os contratempos enunciados, concluíram que o exercício da função Capitão foi benéfico para o seu enriquecimento humano e profissional.

- Vieram estes Capitães a exercer elevados cargos, como quadros superiores da administração pública ou de empresas privadas e foram, em grande número, especialistas das profissões intelectuais e científicas. Existiram na área da política, ministros, secretários de estado, deputados, autarcas e um governador civil.
- Outros *Capitães do Fim* que não quiseram ser participantes ou não foram encontrados, para fazer parte da amostra, mereceram também estudo aturado através de OD.
- Os *Capitães do Fim*, em análise, embarcaram em maior número para os três cenários de Guerra nos anos de 1973 e 1974. Apanharam a fase mais ingrata da Guerra, na Guiné e em Moçambique, onde percorreram os lugares mais perigosos e desempenharam as missões mais arriscadas; por tais circunstâncias morreram dois Capitães e houve três feridos graves em combate.
- No que concerne ao desempenho na acção de liderança, 60% encontra-se num patamar de satisfação elevado onde, para além do cumprimento da missão, existiu uma boa eficiência na gestão dos recursos. Construiu-se, no campo teórico, a existência dos dois argumentos conceptuais de bom desempenho e protagonismo tradutores da vigência do que a literatura apelida de lideranças transformacionais.

Para os restantes 40%, o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo, que corresponde ao cumprimento da missão. Espaço de desempenho no sucesso mínimo esperado, correspondente ao que a literatura apelida de lideranças transaccionais.

- Os resultados apresentados vêm confirmar o que foi expresso pelo QC no respeitante aos desempenhos e protagonismos dos *Capitães do Fim* e, em certo sentido, a pertinência da abordagem metodológica seguida que, confrontando instrumentos, permitiu obter coincidências e, por elas, reforço de conhecimento sobre todas estas matérias. É de salientar que o valor de desempenho na acção de liderança é mais elevado pela observação documental do que o predito no QC. Nada acrescenta, de novo, à selecção e formação dos mesmos actores.

8.2. Tomem-se agora em apreço as apreciações finais efectuadas relativamente às HV.

- Dos 30 Capitães analisados 40% são licenciados e têm uma idade média de 25 anos. O grau de rigor da sua selecção é, por 70%, desconhecido. A formação que lhes foi ministrada é, por 80%, considerada de menor qualidade, embora o estágio seja por 20% apreciado muito positivamente. Há um número muito considerável de Capitães participantes na «guerra à guerra», de diversos modos e em distintas organizações. Todos os dados apresentados estão, aqui também, em harmonia com os referidos no QC e OD.
- Os 30 *Capitães do Fim* tiveram desempenhos positivos, sendo que 22% se encontram situados um pouco abaixo da satisfação mínima, embora não se descortine qualquer nota, nas HV, que releve comandos menos dignos.

Apresentando os restantes dados de uma forma simplificada, pode afirmar-se que 24% se encontra num patamar de satisfação elevado, o protagonismo é assumido por 24%, e para 30% o desempenho da acção de liderança situa-se num patamar de satisfação mínimo correspondente ao cumprimento da missão.

- Os dados apresentados, desta forma discriminada, não são discordantes com os apresentados em QC e OD.

8.3. Por relação às análises finais efectuadas relativamente às AB constatou-se que:

- Dos Capitães-autores 60% são licenciados e têm uma idade média de 25 anos. Os modos da sua selecção e rigor da mesma são, por 80%, desconhecidos. A formação que lhes foi ministrada é, por 80%, considerada de menor qualidade. Comparativamente a QC, OD e HV a idade média mantém-se, o número de

licenciados aumenta significativamente e o pensamento em relação à formação é mais negativo do que nos casos anteriores.

- No respeitante ao desempenho na acção de liderança, 60% situa-se num patamar de satisfação elevado, onde os argumentos conceptuais de bom desempenho e protagonismo podem coexistir. Para 20% houve o cumprimento da missão, encontrando-se os restantes num patamar de satisfação mínimo. Relativamente a QC, OD e HV, em AB aumenta significativamente o patamar de satisfação elevado e o patamar de satisfação mínimo.

8.4. A análise conjunta de QC, OD, HV e AB revela que a grande maioria dos *Capitães do Fim* desconhece os modos e o rigor da sua selecção. Quanto à formação que lhes foi ofertada, quer nos aspectos organizacionais, metodológicos e de conteúdo, é considerada largamente impreparatória para a função Capitão. As amostras em conjunto revelam que os bons desempenhos são, inequivocamente, cerca de 50%, incluindo nestes os de patamar de satisfação elevado (protagonismos). Para 30% houve o cumprimento da missão e 20% estiveram no patamar de satisfação mínimo, incluindo nestes os que não atingiram esse limiar, já que não foram detectados comportamentos indignificantes na acção militar.

Face a estes comportamentos meritórios, e tendo em conta a má qualidade expressa da formação, é de considerar, aliás como a OD efectuada comprova, que a organização científica da selecção, e a sua postura em acção, apurou os melhores à disposição.

9. Sobre o primeiro contraditório feito a QC, OD, HV e AB pelos subordinados, S, dos *Capitães do Fim*, com instrumentos de índole exclusivamente quantitativa:

9.1. Conclui-se que 83% se manifestam agradados com o seu Capitão. Prevalecem os motivos de ordem afectiva, mas também são apreciadas a liderança, o espírito de comando e o exemplo dado nas operações de grande perigosidade e nas acções de paz empreendidas para os defender.

No campo da liderança militar, e relativamente à Companhia que interessa para análise destes resultados, os subordinados expressam as quatro categorias de conhecimento tácito classificativas de um bom Capitão. Do mesmo modo, explanam os dois pressupostos a partir dos quais é possível construir o argumento conceptual de bom desempenho de um Capitão no comando de uma Companhia de Quadrícula.

De tudo se conclui que a grande maioria dos *Capitães do Fim* exigiu o cumprimento das ordens, mas também foi humano e tolerante. Ajudou e foi solidário, fazendo tudo para preservar a vida dos subordinados. A atitude de ser militar verificou-se, mas a ética e o civismo regularam a aplicabilidade das normas.

Esteve presente o Capitão de bom senso, factor determinante para conseguir manter a disciplina, e nunca deixar enfraquecer os laços que permitem a uma organização militar ser como tal.

9.2. Conclui-se que este contraditório coincide nas posições expressas pelos S e antes evidenciadas em QC, OD, HV e AB.

10. Faça-se agora o segundo contraditório, QP, cujos resultados foram obtidos com instrumentos de índole predominantemente qualitativa; depoimentos formulados por oficiais do QP considerados de elevada craveira, forjada na estratégia e na tática militares, na guerra, no campo político-militar, e como sociólogos e historiadores militares. Segue-se o substancial dos depoimentos QP.

10.1. Os *Capitães do Fim* foram sujeitos a diversas críticas e rotulagens pejorativas, evidenciadas ao longo do texto, designadamente por não possuírem: (i) maturidade para o desempenho do posto (idade e, por vezes, formação académica); (ii) o tempo suficiente de instrução para os preparar para o cargo; (iii) o não reconhecimento por parte dos subordinados da necessária e indispensável autoridade.

Tais entendimentos não coincidem, porém, com a posição de um consagrado militar da Guerra da Guiné, que os rejeita, considerando-os pouco consistentes e dizendo ainda que, para além dos atributos de base de que dispunham estes homens, a selecção feita pelo CEPE permitiu escolher os que tinham melhores aptidões de comando.

Este depoimento em nada contradiz QC, OD, HV, AB e S.

10.2. Existe a convicção, nalguns destes consagrados depoentes militares, de que os recursos formativos humanos e materiais, postos à disposição dos *Capitães do Fim*, ficaram muito aquém do desejado. Apenas no aspecto técnico-tático, tática das pequenas unidades orientada para a contra-guerrilha, segundo um instrutor houve um investimento considerado positivo, já que a todos foi proporcionado um estágio, ainda que curto, em pleno teatro de guerra.

Estes depoimentos em nada contradizem QC, OD, HV e AB.

10.3. Um Director do Curso de Comandantes de Companhia reconhece que não conseguiu fazer dos *Capitães do Fim* bons Comandantes de Companhia; estariam, na sua opinião, regularmente preparados para poderem comandar. Defendia, igualmente, não haver motivação nenhuma naqueles jovens para esta função. Na sua opinião, tiveram uma formação demasiado acelerada, deficiente e muito pouco estruturada.

Este depoimento em nada contradiz QC, OD, HV e AB, no respeitante à formação e à motivação. No que se refere à preparação a prática ultrapassou a expectativa e, nesse campo, existe contradição.

10.4. Afirmar um outro oficial QP que grande parte dos *Capitães do Fim* seria contestatária do serviço militar, naquelas circunstâncias, pois coexistiam fortes razões de ordem política e exclusivamente pessoais. E nisto entronca o poderem ter contribuído, mesmo que indirectamente, para o 25 de Abril.

Este depoimento em nada contradiz QC, OD, HV e AB.

10.5. Prova-se, afirma um QP, que apenas estiveram nas hostes do MFA pontualmente até ao 25 de Abril, de forma limitada no golpe militar com doze participações activas, e de modo muito mais alargado em todo o processo decorrente, com especial significado nas Províncias Ultramarinas na luta anti-guerra e na obtenção da paz, fundamentalmente na fase última da descolonização.

Este depoimento em nada contradiz QC, OD, HV e AB.

11. Os restantes depoentes QP, pelo seu elevado número, foram divididos em seis grandes grupos quando tratam a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos *Capitães do Fim*. Esta dispersão grupal atesta quão diversas são as convicções sobre a problemática.

11.1. Para o primeiro grupo, há discordância na solução *Capitães do Fim* por ser desesperada e de excepção. Há críticos acérrimos à entrega de Companhias de Quadricula nas «mãos» de Capitães formados à pressa.

Esta convicção em nada contradiz QC, OD, HV e AB.

11.2. Para o segundo grupo, há a convicção de que a selecção e a formação foram válidas, e as possíveis, para o tempo disponível. No entanto, o fraco poder de

combate, revelado pelos *Capitães do Fim*, é atribuído a uma formação menos cuidada neste campo. Para todos os elementos deste grupo, o seu comportamento esteve no limiar da dignidade, embora tenham conhecimento de casos excepcionais pela competência demonstrada no comando das suas tropas.

Esta convicção contradiz QC, OD, HV, AB e S. Foram ultrapassadas as expectativas do grupo.

11.3. Para o terceiro grupo, o comportamento era determinado e diferenciado pelo valor humano e pelas capacidades emocionais, e não só pela formação e conhecimentos técnicos. Assim, muito embora todas as vicissitudes e dificuldades pelas quais passaram, os *Capitães do Fim*, na opinião destes, foram, numa grande maioria, excelentes Comandantes de Companhia em quadrícula.

Esta convicção em nada contradiz QC, OD, HV, AB e S.

11.4. Para o quarto grupo, embora os saberes adquiridos pelos *Capitães do Fim* lhes tenham sido injectados à pressa, teriam sido suficientes enquanto não se tivesse chegado a casos limite. Estes foram criados por situações muito violentas no final da guerra (nomeadamente na Guiné) e na fase turbulenta e difícil da descolonização. Mesmo nestes casos, é considerado que muitos *Capitães do Fim* tiveram comportamentos notáveis. Há mesmo quem afirme que se nobilitaram, talvez mais que os outros, pois foi-lhes exigido mais, sendo-lhes propiciado menos.

Esta convicção em nada contradiz QC, OD, HV e AB.

11.5. Para o quinto grupo, as novas funções, de guarnição e soberania, preceituavam renovadas qualidades, necessárias ao Capitão novo que muitos dos *Capitães do Fim* foram. As qualidades do Capitão seriam assim as adequadas a estas funções de guarnição e soberania. A primeira qualidade deste Capitão deveria ser o bom senso.

Esta convicção em nada contradiz QC, OD, HV, AB e S.

11.6. Por fim, o sexto grupo propõe-se responder à auto-questão: «Os *Capitães do Fim* tiveram, pela sua impreparação, juventude ou inabilidade, alguma responsabilidade no Fim da Guerra?».

Em consciência, o grupo acha que os *Capitães do Fim* não foram protagonistas à parte dos outros jovens chamados à guerra. Foram *Capitães do Fim* porque chegaram

no fim. Se tivessem chegado em 1961 ter-se-iam integrado com o espírito do início da Guerra.

Esta convicção em nada contradiz QC, OD, HV e AB.

11.7. Os QP não apresentam contraditórios significativos que possam contrariar os resultados finais da investigação.

12. Da triangulação de todos os dados apresentados, e dos seus contraditórios, obtêm-se respostas para os questionamentos designados, decorrentes da questão-chave de partida:

- O primeiro, já sobejamente respondido, «Quem eram, que motivações tinham, porquê, quando e como foram seleccionados e formados, que contributos lhes deu a função para a vida civil e o que fizeram depois da guerra os *Capitães do Fim*?», obteve posições concordantes dos diversos intervenientes informantes.

- O segundo, ainda não sujeito a síntese final, «Que desempenhos e protagonismos tiveram os *Capitães do Fim* na guerra e na obtenção da democracia e da paz?», permitiu demonstrar que os *Capitães do Fim* andaram nos piores sítios da Guerra e no processo final de descolonização. Os bons desempenhos são, inequivocamente, cerca de 50%, incluindo nestes os de patamar de satisfação elevado (protagonismos). Para 30% houve o cumprimento da missão e 20% estiveram no patamar de satisfação mínimo, incluindo-se nestes os que não atingiram esse limiar. Na subamostra dos bons desempenhos, 8% fizeram-no na obtenção da democracia e 35% na contribuição para a paz. Conclui-se assim que, aqui também, se obtiveram respostas coincidentes, nos diversos instrumentos de recolha de informações, às questões decorrentes.

13. Verificar-se-á, agora, se existem objecções que façam não responder integralmente às hipóteses operacionais, ou seja, se houve algo que não ficou provado.

Relativamente à hipótese Hip.1 existe uma objecção que não foi integralmente provada e diz respeito à selecção dos *Capitães do Fim*. Não foi possível concluir se a contextura teórica, bem urdida, organizada e cientificamente balizada, teve aplicabilidade adequada e, assim sendo, se a selecção foi a mais eficaz. Todos os outros pontos nela contidos foram atestados.

Provou-se assim que a formação dos *Capitães do Fim* foi pouco organizada, inadequada e demasiado acelerada, tendo em consideração as competências exigíveis

para o Comando de uma Companhia em quadrícula ou independente de intervenção (quando firmadas em ZA's subversivas, de intervenção psicossocial ou com ambientes conflituais complexos).

Relativamente à hipótese Hip.2 é verificável na totalidade em todos os seus propósitos, havendo alguns em que as coincidências se sobrepõem em absoluto, como, por exemplo, o atribuído pelos subordinados, no contraditório, ao sentido de comando e liderança (legitimada na atitude, na ética e no civismo militar dos *Capitães do Fim*).

Provou-se assim que os *Capitães do Fim* tiveram desempenhos e protagonismos meritórios: alguns na acção contra subversiva e psicossocial; outros nos contributos para a obtenção da paz, democracia, processo descolonizador ou no desempenho de outras funções; muitos revelaram um bom sentido de comando e liderança (legitimada na atitude, na ética e no civismo militar).

Resta analisar a questão-chave de partida, enunciada simultaneamente como objecto de estudo e problema, e verificar se algum dos propósitos que ela encerra ficou por responder ou provar.

Depois de traçadas as principais conclusões, pode dizer-se que, na generalidade da confrontação com os dados empíricos, resultou a confirmação da hipótese central, tendo-se obtido as respostas que enformam a sua interrogativa: “No contexto, quase miliciano, do Exército Português, num clima de forte contestação à Guerra do Ultramar e fraca motivação para lhe dar continuidade, como foram seleccionados e formados os *Capitães do Fim*, que desempenhos e que protagonismos tiveram nos teatros de Angola, Guiné e Moçambique no comando de companhias em quadrícula, ou independentes de intervenção nos anos terminais do conflito?”

14. Há plena consciência da vastidão, da complexidade e dos desafios futuros que o assunto merece à investigação. Sem haver pretensiosismo, abraçou-se o desafio, com a consciência de se tratar de um tema inédito, e reconhecendo ser um dos maiores contributos, apresentado por este trabalho, o facto de ter procurado e entrevistado indivíduos de idade já avançada, que outros não terão, eventualmente, oportunidade de efectivar.

Este estudo, pela sua abrangência e pelas paixões que desperta, não está finalizado. Mas traduziu-se numa abnegada pesquisa exaustiva, que utilizou a triangulação e o contraditório, numa lógica de complementaridade das técnicas de

investigação qualitativas com as técnicas de investigação quantitativas, implicando a vasta dimensão do material recolhido uma esforço de codificação nem sempre, admite-se, agradável à leitura corrente. Obrigou à procura de centenas dos seus actores dispersos pelo País e mesmo, nalguns casos, pelo estrangeiro, sendo que as conclusões apresentadas deverão ser ampliadas com outras investigações dentro da mesma temática. Restou, ainda, um espólio de enorme valor, fundamentalmente o das histórias de vida, a doar, se tal valia for considerada, a uma instituição de investigação que continue o desafio de estudar o Portugal da história recente que é, afinal de contas, chave para a compreensão do Portugal da história futura.

Bibliografia

1. Obras de consulta ou integradas no enquadramento teórico

Abreu, António Graça. 2007. *Diário da Guiné – lama, sangue e água pura*. Lisboa: Guerra e Paz Editores.

Abreu, Pio. 2006. Entrevista concedida a Maria Manuela Cruzeiro, em 16 e 29 de Janeiro de 2005. In *Anos inquietos - vozes do movimento estudantil em Coimbra [1961-1974]*, Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano, 174-175-176-181-182. Porto: Edições Afrontamento.

Academia de Ciências de Lisboa. 2001. *Dicionário de língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.

Accornero, Guya. 2009. Efervescência estudantil, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974). Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Histórica. Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.

Afonso, Aniceto Henrique. 2007. O soldado é um persuasor. *Referencial, Boletim da Associação 25 de Abril*. N.º 86, Janeiro – Junho: 15-16.

Afonso, Aniceto Henrique. 2008. *Grande guerra, Angola, Moçambique e Flandres, 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.

Afonso, Aniceto Henrique. 2009. *O meu avô africano*. Alfragide: Casa das Letras.

Afonso, Aniceto Henrique e Braz da Costa. 1985. Subsídios para a caracterização sociológica do movimento dos Capitães (exército). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 15/16/17, Maio, Coimbra, Centro de Estudos Sociais: 110.

Afonso, Aniceto Henrique e Carlos Matos Gomes. 2009. *Os anos da guerra colonial*. Vol. 1-16. Matosinhos: QuidNovi.

Afonso, Aniceto Henrique e Carlos Matos Gomes. 2009 (coord.). *Guerra colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.

Afonso, Aniceto Henrique e Carlos Matos Gomes. 2010. *Portugal e a grande guerra*. Matosinhos: QuidNovi.

Afonso, Maria João Rosado de Sousa. 2007. Paradigmas diferencial e sistémico de investigação da inteligência humana. Dissertação de doutoramento. Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Aguiar, Luís. 1978. *A chamada «descolonização». Julgamento dos responsáveis*. Lisboa e Braga: Editorial Intervenção.

Albarello, Luc et al. 2005. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Alexandre, Valentim. 1995. A África no imaginário político português (séculos XIX e XX). Revista *Penélope*, tema – *O imaginário do império*. Publicação quadrimestral. N.º 15. Lisboa, Edições Cosmos: 40-41-49-50.

Almeida, Fernando Benjamim. 2011. *Angola o conflito na frente leste*. Lisboa: Âncora Editora.

Almeida, Diniz. 1976. *Ascensão, apogeu e queda do M. F. A..* Iº Vol. Lisboa: Edições Sociais.

Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto. 1982. *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença.

Alreck, Pamela. 2004. *Survey research handbook*. New York: McGraw Hill Education.

Alves, Armando Luizello. 1977. *A tropa (também há quem lhe chame o exército)*. Lisboa: Delfos.

Alves, Artur Pita. 2014. Celebrações de Abril. *O referencial*. Revista da Associação 25 de Abril. N.º 113/Janeiro - Junho: 78-86.

Alves, Lopes. 1992. O fenómeno subversivo e contra-subversivo. *Revista militar*. N.º 3: 139-171.

Amorim, Amílcar. 1995. *Introdução às Ciências Sociais*. Aveiro: Estante Editora.

Antunes, José Freire. 1977. Tenentes de Outubro, Capitães de Abril. Revista *Vida Mundial*. N.º 926 de 10 de Fevereiro: 19

- Antunes, José Freire. 1995. *A guerra de África*. Vol. 1, 2. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Araújo, Orestes. 1959. *Sociologia da guerra*. Rio de Janeiro: SE.
- Aron, Raymond. 1983. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editorial Galimard.
- Aron, Raymond. 2009. *Clausewitz*. Lisboa: Esfera do caos.
- Artur, Faria. 2008. Contributo do PAIGC para o 25 de Abril. *Referencial, boletim da Associação 25 de Abril*. N.º90, Abril-Junho: 31-33.
- Avelar, Ana Paula Menino. 2002. Guerra colonial que memória de uma expansão? In *A guerra do ultramar: realidade e ficção*. Livro de actas do II congresso internacional sobre a Guerra Colonial, Org. Rui de Azevedo Teixeira, 24-25-26. Lisboa: Notícias Editorial, com o apoio da Universidade Aberta, da Câmara Municipal do Seixal e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Azeredo, Carlos. 2004. *Trabalhos e dias de um soldado do império*. Porto: Edições Civilização.
- AA. VV. 1974. (Reedição de uma publicação clandestina, policopiada.) *Colonialismo e lutas de libertação – 7 cadernos (Cadernos de circunstância) sobre a guerra colonial: 156-206-242-246-247-249-250-251-252-317*. Porto: Edições Afrontamento.
- Balsemão, Francisco Pinto. 2000. A evolução da opinião pública durante as campanhas de África. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 75-76-77. Lisboa: Edições Atenas.
- Baltazar, Maria da Saudade. 2005. *As forças armadas portuguesas. Desafios numa sociedade em mudança*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Banazol, Luís Ataíde. 1974. *A origem do movimento das forças armadas*. Lisboa: Prelo Documentos.
- Baquer, Miguel Angel Alonso. 1988. El militar en la sociedad democrática. *Revista Española de Defensa*. N.º 71.
- Barata, Manuel Themudo. 2003. *Nova história militar de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

Barata, Manuel Themudo, Nuno Severiano Teixeira e João Gouveia Monteiro. 1992. História militar de Portugal. Estado da questão. *Actas do III colóquio e dia da história militar I* organizado pela Comissão Portuguesa de História Militar em Lisboa.

Barbeta, Pedro Alberto. 2007. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC.

Barbosa, Pelágio de Sousa. 1950. *Leis da organização do exército e do recrutamento e serviço militar (Anotações e legislação complementar, devidamente actualizadas, às leis n.ºs 1960 e 1961 de 1 de Setembro de 1937 e lei n.º 2034, de 18 de Julho de 1949)*. Porto: Edição do autor.

Barracclough, Geoffrey. 1980. *A história*, 2º Vol. Lisboa: Livraria Bertrand.

Beaufre, André. 1972. *La guerre revolutionnaire les formes nouvelles de la guerre*. Paris: Fayard.

Beaufre, André. 1985. *Introduction à la stratégie*. Paris: Economica.

Bebiano, Rui. 2005. Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo. *Revista portuguesa de história*. Tomo 37. Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 83-84-85-87-92.

Belchior, Vieira. 1999. *Recrutamento e mobilização militares*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Bell, Judith. 1997. *Como realizar um projecto de investigação*. 1ª Edição. Lisboa: Gradiva.

Bernardo, Manuel Amaro. 1996. *Marcello e Spínola – a ruptura. As forças armadas e a imprensa na queda do Estado Novo – 1973-1974*. Lisboa: Ed. Estampa.

Bernardo, Manuel Amaro. 2004. *Memórias da revolução. Portugal 1974-1975*. Lisboa: Prefácio.

Bickman, Leonard. 1980. *Recogida de datos II. Métodos de observación*. Madrid: RIALP.

Bogdan, Robert e Sari Biklen. 1994. *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

- Boni, Valdete e Sílvia Jurema Quaresma. 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Em tese*. Vol. 2, N.º1 (3). Janeiro – Julho.
- Borges, João Jorge Botelho Vieira. 2007. Nação, estado e instituição militar: um testemunho. *Revista Militar*. N.º 2471: 2-4.
- Borges, João Jorge Botelho Vieira. 2010. A formação de oficiais 1960-1974. In *A academia militar e guerra de África*, coord. José Manuel Cardoso Lourenço et al., Academia Militar, 33-39-41-43-44-46-47-48-55-56. Lisboa: Prefácio – Edição de livros e revistas, L^{da}.
- Bottomore, Pom. 1974. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Boudon, Raymond et al. 1990. *Diccionário de sociologia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bourdieu, Pierre. 1980. *Le sens pratique*. Paris: Les éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. 1984. *Question de sociologie*. Paris: Les éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *Razões práticas sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *Sociologie d'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre. 2000. *A profissão de sociólogo preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre. 2007. *A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Bouthoul, Gaston. 1951. *La guerre et la lutte armée et sanglante entre groupements organisés*. Paris: Payot.
- Bouthoul, Gaston. 1962. *Le phénomène Guerre*. Paris.: Peut Bibliothèque.
- Bouthoul, Gaston. 1964. *A guerra*. (traduzido de *la guerre* por Geraldo Gerson de Sousa). Rio de Janeiro: Difusão europeia do livro.
- Bouthoul, Gaston. 1974. *La paix*. Paris: Presses universitaires de France.
- Bouthoul, Gaston. 1980. *O desafio da guerra*. Lisboa: Biblioteca do Exército.

- Bouthoul, Gaston. 1991. *Traité de polémologie sociologies des guerres*. 5ª Edição. Paris: Payot.
- Bouthoul, Gaston, René Carrère et Jean-Louis Annequin. 1979. Guerres et civilisations. *Cahier n° 14 de la Fondation pour les études de défense national – Institut français de polémologie*: 1-192.
- Brandão, José. 2008. *Cronologia da guerra colonial, Angola – Guiné – Moçambique, 1961-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Brandão, Pedro Ramos. 2004. *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.
- Braudel, Fernand. 1990. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bravo, Sierra. 2001. *Técnicas de investigación social: teoría y ejercicios*. Madrid: Paraninfo – Thomson learning.
- Cabral, Afonso Eça de Queirós. 2008. *Tempo flutuante da golpada de Cabinda ao saque de Dalatando*. Lisboa: Diel.
- Cabrita, Pedro. 2003. *Capitães do vento*. Lisboa: Roma Editora.
- Caetano, Marcello. 1974. *Depoimento*. Rio de Janeiro e São Paulo: Distribuidora Record.
- Caforio, Guiseppe e Marina Nuciari. 1998. *The officer profession: ideal - type; the sociologie of the military*. Northampton: Eduard Elgar Publishing.
- Calheiros, José Moura. 2010. *A última missão*. Lisboa: Editora Caminhos Romanos.
- Câmara, João Bettencourt. 2008. Honra e Ciências Sociais. Comunicação escrita. (pol.) ISCSP/UTL.
- Camasão, Pedro Miguel Martins. 2003. Os milicianos na guerra colonial (1969-1974): acção colectiva e dinâmicas de oposição. Trabalho de licenciatura em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Canêlhas, José Luís Almiro. 2000. Guerra psicológica – acção psicológica. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 311- 316. Lisboa: Edições Atenas.
- Cann, John, 2005. *Contra – subversão em África. Como os portugueses fizeram a guerra em África – 1961-1974*. 2ª Edição. Lisboa: Prefácio.

- Cardina, Miguel. 2009. *Guerra à guerra violência e anti colonialismo nas oposições ao Estado Novo*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais – laboratório associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Cardoso, António Silva. 2009. *Angola anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Cardoso, Norberto do Vale. 2011. *A mão de Judas: representações da guerra colonial em António Lobo Antunes*. Lisboa: Texto Editores L^{da}.
- Cardoso, Pedro Alexandre. 2000. A manobra psicológica no teatro de operações da Guiné de 1968 a 1973. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 329-341-342. Lisboa: Edições Atenas.
- Cardoso, Rui. 2013. Ensaio. Revista *Actual do Expresso* nº 32 de 06/04.
- Cardoso, Silva. 2004. Entrevista concedida a Manuel Amaro Bernardo. In *Memórias da revolução – Portugal 1974-1975*, Manuel Amaro Bernardo, 262-263-264-280-281. Lisboa: Prefácio.
- Carmo, Hermano e Manuela Malheiro Ferreira. 1998. *Metodologias da investigação: guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carneiro, António Soares. 2000. As transformações operadas nas Forças Armadas para responder às exigências do conflito em África. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 91-94. Lisboa: Edições Atenas.
- Carreiras, Helena. 1997. *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Carrilho, Maria. 1978. Principais tendências na sociologia militar literatura e selecção bibliográfica. *Nação e Defesa*. Nº 7. Instituto da Defesa Nacional.
- Carrilho, Maria. 1985. *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX – para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Carrilho, Maria. 1988. Relações Cívicas – Militares. *Nação e Defesa*. Nº 48: Instituto da Defesa Nacional.

- Carrilho, Maria. 1994. *Democracia e defesa – sociedade, política e forças armadas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Carvalho, José Eduardo. 2009. *Metodologia do trabalho científico*. Lisboa: Escolar Editora.
- Carvalho, Otelio Saraiva. 1997. *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Carvalho, Otelio Saraiva. 2011. *O dia inicial – 25 de Abril hora a hora*. Carnaxide: Editora Objectiva.
- Castro, Nuno. 2012. *Heróis do ultramar – histórias de bravura nos campos de batalha da guerra colonial*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Castro, Sousa. 2009. *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*. 3ª Ed. Lisboa: Editora Guerra & Paz.
- Catarino, Manuel e Miriam Assor. 2010. *Spínola senhor da guerra*. Lisboa: Presslivre, Imprensa Livre AS.
- Chanaiwa, David e Edem Kodjo. 2010. *Pan-africanismo e libertação*. Capítulo 25 do volume VIII – África desde 1935. História geral da África. Ali Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO.
- Chaves, Maximino. 2005. *Andanças, tribulações e reflexões em tempo de guerra*. Coimbra: Edições Minerva.
- Chiwale, Samuel. 2011. *Cruzei-me com a História. Autobiografia*. 2ª Edição. Porto: Sextante Editora.
- Chomsky, Noam. 1997. *Media Controle. The spectacular achievements of propaganda*. New York: Open Media.
- Círculo de Leitores. 2007. *Dicionário honaiss de sinónimos e antónimos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Clausewitz, Carl Von. 1976. *Da guerra*. Lisboa: Perspectivas e realidades.
- Clausewitz, Carl Von. 1984. *On war*. Princeton: University press.
- Clausewitz, Carl Von. 2005. *Teoria do combate*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Clausewitz, Carl Von. 2007. *Da natureza da guerra*. Lisboa: Coisas de Ler.

- Cleved, Martin Van. 1998. *La transformation de la guerre*. Paris: Editions du Rocher.
- Cobra, Jorge Filipe Oliveira Gonçalves. 2005. Militares contratados: vivência e reinserção. Tese de doutoramento. Universidade aberta. Lisboa.
- Cobra, Jorge Filipe Oliveira Gonçalves. 2012. *Sociologia militar*. Lisboa: Diário de Bordo.
- Coccia, Giancarlo. 2011. *A cauda do escorpião, o adeus a Moçambique*. Lisboa: Vertente.
- Coimbra, Maria Assumpta. 2010. *(Des) humano demasiado (des) humano. O homem na era digital uma reflexão com Pierre Lévy*. Porto: Edições afrontamento.
- Correia, Pedro Pezarat. 1988. Centuriões ou pretorianos? *Cadernos O Jornal*, Março. Lisboa.
- Correia, Pedro Pezarat. 1994 a. *Questionar Abril*. Lisboa: Caminho.
- Correia, Pedro Pezarat. 1994 b. A descolonização. In *Portugal 20 anos de democracia*. António Reis (coord.), 40-73. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Correia, Pedro Pezarat. 2000. A participação local no desenvolvimento das campanhas – o recrutamento africano. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 147-148-149. Lisboa: Edições Atenas.
- Correia, Pedro Pezarat. 2002. *Manual de geopolítica e geoestratégia: conceitos, teorias e doutrinas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Correia, Pedro Pezarat. 2004. *Manual de geopolítica e geoestratégia: conceitos, teorias e doutrinas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Correia, Pedro Pezarat. 2005. Estudo introdutório e notas. In *Teoria do combate*. Carl Von Clausewitz, 9-13. Lisboa: Edições Sílabo.
- Correia, Pedro Pezarat. 2010. Evolução do pensamento estratégico, revolução nos assuntos militares. In *Revista do Instituto de Estudos Superiores Militares*, 33-64. Lisboa: Edições Atenas.
- Corvo, João Andrade. 1883. *Estudos sobre as províncias ultramarinas*. Volume 1. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Costa, António Firmino. 1989. A pesquisa de terreno em sociologia. In *Metodologia das ciências sociais*, Santos Silva e Madureira Pinto, (org). Porto: Edições Afrontamento.

Costa, Manuel Vasques Braz. 1984. Forças armadas e sociologia. *Nação e Defesa*. Nº 31, Instituto da Defesa Nacional.

Costa, Pereira. 1969. *Março/ Abril 1961 um mês de terrorismo, Angola*. Lisboa: Editorial Polis.

Couto, Abel Cabral. 1988. *Elementos de estratégia (apontamentos para um curso)*. Volumes I e II. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Couto, Abel Cabral. 2010. O militar português e a guerra. In *A academia militar e guerra de África*, coord. José Manuel Cardoso Lourenço et al., Academia Militar, 112. Lisboa: Prefácio – Edição de livros e revistas, L^{da}.

Couto, Abel Cabral. 2011. *O fim do império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.

Couto, Fernando Amado. 2011. *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.

Crespo, Manuel Pereira. 1977. *Porque perdemos a guerra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Cruzeiro, Celso. 1989. *Coimbra, 1969 – a crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*. Porto: Edições Afrontamento.

Cruzeiro, Maria Manuela. 2005. *Melo Antunes – o sonhador pragmático*. 3^a Ed. Cruz Quebrada: Notícias Editorial.

Cruzeiro, Maria Manuela e Rui Bebiano. 2006. *Anos inquietos – vozes do movimento estudantil em Coimbra [1961-1974]*. Porto: Edições Afrontamento.

Cunha, Luz et al. 1977. *África – a vitória traída. Quatro generais escrevem*. (Luz Cunha; Kaúlza de Arriaga; Bettencourt Rodrigues; Silvino Silvério Marques). Braga: Intervenção.

Cunha, Manuel Barão. 1975. *Radiografia militar*. Lisboa: Editorial O Século.

Devine, Fiona. 1995. Qualitative methods. In *Theory and methods in political science*, ed. David Marsh, Gerry Stoker, 137-153. Reino Unido: St. Martin's Press.

Dixon, Norman. 1977. *A psicologia da incompetência dos militares*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Dominicé, Pierre. 2006. *A formação de adultos confrontada pelo imperativo biográfico*. Vol. 32. N.º 2. São Paulo: Educação e Pesquisa.

Duarte, António Paulo. 2010. *A Política de defesa nacional – 1919-1958*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Dubost, Jean. 1983. Les critères de la recherche-action. *POUR*. N° 90, Juin-Juillet: 17-21.

Egreija, João Imaginário Nunes, Manuel de Sousa Menezes e Orlando Rodrigues da Costa. 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Elias, Norbert. 1994. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Elias, Norbert. 1997. *Os alemães: a luta pelo poder e evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Elliot, John. 1991. *El cambio educativo desde la investigación-acción*. Madrid: Ediciones Morata.

EME. 1966. *Dados estatísticos*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 1988. *Resenha histórico – militar das campanhas de África. Enquadramento Geral*. 1º Volume. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 1989. *Resenha histórico – militar das campanhas de África. Dispositivo das nossas forças Angola*. 2º Volume. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 1989. *Resenha histórico – militar das campanhas de África. Dispositivo das nossas forças Guiné*. 3º Volume. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 1989. *Resenha histórico – militar das campanhas de África. Dispositivo das nossas forças Moçambique*. 4º Volume. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961- 1974). 1990. *Subsídios para o estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 2002. *Fichas das unidades Guiné*. 7º Volume. Tomo II. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 2008. *Fichas das unidades Angola*. Livro 1. Tomo I. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 2009. *Fichas das unidades Moçambique*. Livro 1. Tomo III. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME/CECA (1961-1974). 2009. *Fichas das unidades Moçambique*. Livro 2. Tomo III. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Escola Central de Sargentos. 1943. *Leis nºs 1960 e 1961 de 1 de Setembro de 1937 e decretos - leis nºs 28.401, 28.402 e 28.404 de 31 de Dezembro de 1937, apontamentos da 5ª disciplina da Escola Central de Sargentos*. Aveiro: Tipografia Minerva Central.

Estado-Maior do Exército. 1957. *Manual do oficial miliciano, parte geral*. 1º Vol. Lisboa: Estado-Maior do Exército – 1ª Repartição.

Estado-Maior do Exército. 1969. *O caso da Guiné*. Cadernos Militares 5. Lisboa: Estado-Maior do Exército: 5.

Estado-Maior do Exército. 1969. *O caso de Angola*. Cadernos Militares 6. Lisboa: Estado-Maior do Exército: 4-9-23.

Estado-Maior do Exército. 2002. *Fichas das unidades – Guiné*. Vol. VII, Tomo II. Lisboa: Estado-Maior do Exército: 529 a 538.

Estado-Maior do Exército. 2008. *Fichas das unidades Angola*. Vol. VII, Tomo I. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. 2009. *Fichas das unidades Moçambique*. Vol. VII, Tomo III. Lisboa: Estado-Maior do Exército: 333 a 402.

Esteves, Jorge Gaspar. 2007. Análise da tendência institucional/ocupacional dos oficiais da Guarda Nacional Republicana. *Revista Nação e Defesa*. N.º 116. 3ª Série: 117-130.

- Esteves, Jorge Gaspar e Fernando Cardoso de Sousa. 2010. Comparação da orientação institucional/ocupacional dos oficiais do exército e da G. N. R. *Revista Nação e Defesa*. N.º 125. 4ª Série: 81-102.
- Faria, Telmo. 2000. *Debaixo de fogo! Salazar e as forças armadas (1935-41)*. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.
- Fernando, Emídio. 2005. *O último adeus português*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro.
- Fernando, Emídio. 2012. *Jonas Savimbi – biografia. No lado errado da história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ferrarotti, Franco. 1986. *Sociologia*. Lisboa: Teorema.
- Ferrarotti, Franco. 1991. Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Nº 9. Lisboa, CIES – ISCTE: 171-177.
- Ferreira, Carvalho, et al.. 1995. *Sociologia*. Lisboa: Editora McGraw Hill.
- Ferreira, João José Brandão. 1984. A capacidade de comando e liderança como fulcro de toda a actividade militar. *Revista Militar*, 2/3: 101-152.
- Ferreira, João José Brandão. 2003. *A inserção das forças armadas na sociedade*.^{1ª} Edição. Lisboa: Hugien.
- Ferreira, João José Brandão. 2005. A colonização portuguesa no século XIX à luz da estratégia. *Revista Militar*. Nº 2439. Abril: 293-349.
- Ferreira, João José Brandão. 2009. *Em nome da pátria. Portugal, o ultramar e a guerra justa*. Livros d’hoje. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ferreira, José Medeiros. 1992. *O comportamento político dos militares – forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ferreira, José Medeiros. 2006. Os militares e a evolução política interna (1974-1982). In *Os militares e a democracia*, Nuno Severiano Teixeira (Coord.), 48-58-59. Lisboa: Edições Colibri.
- Figueiras, Manuel. 2004. Esclarecendo o caso de Cabinda. In *Memórias da revolução. Portugal 1974-1975*, Manuel Amaro Bernardo, 282-285. Lisboa: Prefácio.
- Figueiredo, Fidelino. 1915. *O espírito histórico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Fleury, Maria Teresa Leme e Afonso Fleury. 2001. Construindo o conceito de competência. Edição especial da *Revista RAC*: 193.

Fonseca, Maria de Lurdes. 2002. *O alto oficialato do Exército Português oriundo da Academia Militar – origem social e mérito académico como preditores dos percursos de carreira (1910-1974)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia (pol.). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa.

Fonseca, Maria de Lurdes. 2008. *Os militares e a primeira república*. Tese de Doutoramento (pol.). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Fonseca, Maria de Lurdes. 2009. Sociologia militar, serviço militar voluntário e reintegração sócio - profissional dos ex - militares voluntários. Apresentada no *XIII Encontro Nacional de Sociologia da Indústria, das Organizações e do Trabalho*. Lisboa.

Fortin, Marie-Fabienne. 2009. *O processo de investigação: da concepção à realização*, 5ª Ed.. Loures: Lusociência.

Fox, David. 1987. *El proceso de investigacion en educacion*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

Freixo, Manuel João Vaz. 2009. *Metodologia científica fundamentos métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fuller, Jim e Jeanne Farrington. 2001. *Da formação ao aperfeiçoamento do desempenho*. Coimbra: Quarteto.

Garcês, Ana Paula. 2009. *Os grandes mestres da estratégia estudos sobre o poder da guerra e da paz*. Coimbra: Almedina.

Garcia, Francisco Proença. 2010. *Da guerra e da estratégia a nova polemologia*. Lisboa: Prefácio.

Garcia, Rita. 2011. *S. O. S. Angola. Os dias da ponte aérea*. Alfragide: Oficina do Livro.

Gaston, Pineau e Jean-Louis le Grant. 1993. *Les histoires de vie*. Paris: Press Universitaire de France.

- Gavidia, Walter Mauricio Arévalo. 2006. La aplicación de la sociología militar ante las amenazas y otros problemas estratégicos emergentes de la sociedad democrática de El Salvador. Tesis de master. Universidad del Salvador, Buenos Aires – Argentina, Colegio Interamericano de defensa, Washington D. C., Estados Unidos.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon. 1997. *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giap, Vo Nguyen. 1972. *Guerra do povo, exército do povo*. Lisboa: Ulmeiro.
- Giddens, Anthony. 1975. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giddens, Anthony. 2009. *Sociologia*. 7ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goldenber, Mirian. 1997. *A arte de pesquisar – como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record.
- Goleman, Daniel e Annie McKee. 2002. *Os novos líderes, a inteligência emocional nas organizações*. Lisboa: Gradiva.
- Gomes, Carlos de Matos. 2010. O teatro de operações de Moçambique. In *A academia militar e guerra de África*, coord. José Manuel Cardoso Lourenço et al., Academia Militar, 150-153-154-155-158-159. Lisboa: Prefácio – Edição de livros e revistas, L^{da}.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso. 2009. Guerra colonial – teorias e práticas da contra-subversão. *Revista de História das Ideias – A Guerra*. Volume 30. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 445-446-447-448-450-451-452.
- Goyette, Gabriel e Michelle Lessard-Hébert. 1987. *La recherche-action, ses fonctions, ses fondements et son instrumentation*. Quebec: Presses de l'Université du Quebec.
- Guerra, Isabel Carvalho. 2008. *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia Editora L^{da}.
- Guerra, João Paulo. 1996. *Descolonização portuguesa/o regresso das caravelas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Guerreiro, António. 2011. O sociólogo dominante. *Revista Actual*, Jornal Expresso, 14 de Maio.
- Haguette, Maria Teresa Frota. 1997. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5^a Edição. Petrópolis: Editora Vozes L^{da}.
- Hébert-Lessard, Michelle, Gabriel Goyette e Gérald Boutin. 2010. *Investigação qualitativa fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, Manuela Magalhães e Andrew Hill. 2009. *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hobsbawm, Eric. 1977. *A era das revoluções: Europa: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Huntington, Samuel Phillips. 1985. *La mentalidad militar. El realismo conservador de la ética de los militares profesionales*, in Bañón y Olmeda. *La institución militar en el estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Huntington, Samuel Phillips. 1996. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Janowitz, Morris. 1960. *The professional soldier: A social and political portrait*. New York: Free Press.
- Janowitz, Morris. 1967. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD.
- Janowitz, Morris. 1985. *La organización interna de la institución militar in Bañón y Olmeda, la institución militar en el estado contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial.
- Janowitz, Morris. 1990. *El soldado profesional*. Madrid: Ministerio da Defesa.
- Javeau, Claude. 1998. *Lições de sociologia*. Oeiras: Celta Editora.
- Jomini, Antoine-Henri. 2009. *Compêndio da arte da guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Josso, Marie-Christine. 2002. *Experiências de vida e formação*. Lisboa: EDUCA.
- Jung, Emerson José. 2010. *Caderno de estatística II*. Santa Cruz do Sul: Faculdade Dom Alberto.

- Keegan, John. 1993. *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Keegan, John. 1995. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das letras.
- Keegan, John. 2009. *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Kerlinger, Fred. 1980. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. S. Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Knox, Mac Gregor e Williamson Murray. 2001. *The dynamics of military revolution 1300-2050*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lakatos, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. 1985. *Fundamentos de metodologia científica*. S. Paulo: Editora Atlas.
- Lakatos, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi. 1996. *Técnicas de pesquisa*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.
- Lang, Kurt. 1972. *Military institutions and the Sociology of war*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Lapa, Teresa Teixeira. 2011. Diagnóstico de necessidades de competências. *Revista Formar*. Nº 76 e 77: 33-34-35.
- Laqueur, Walter. 1984. *Guerrilla. A historical and critical study*. London: Westdiew Press.
- Lara, António de Sousa. 2011. *Subversão e guerra-fria*. Lisboa: ISCSP.
- Lasswell, Harold. 1941. The Garrison State. *American Journal of Sociology*. Nº 46: 455-468.
- Le Boterf, Gui. 2005. *Construir as competências individuais e colectivas resposta a 80 questões*. Porto: Edições Asa.
- Leal, Cunha. 1961. *Coisas do tempo presente o colonialismo dos anti colonialistas*. Lisboa: Edição do Autor.
- Leal, Fernando D' Eça. 2011. A conspiração do silêncio no Século XXI? *Revista Militar*. Agosto, Setembro: 1113-1148.
- Leite, Carolina. 1999. Conto e histórias de vida nas Ciências Sociais. *Cadernos do noroeste*. Braga: 219-228.
- Lejeune, Philipp. 1975. *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil.

- Lejeune, Philipp. 2003. Definir autobiografia. In *Autobiografia auto – representação*. Org. de Paula Morão, 38-54. Coimbra: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lévy-Strauss, Claude. 1952. *Raça e história*. Porto: Editorial Presença.
- Liddell, Hart. 1982. *As grandes guerras da história*. 3ª Edição. São Paulo: IBRASA.
- Lourenço, Eduardo. 1975. *Os militares e o poder*. Lisboa: Arcádia.
- Lourenço, Vasco. 1994. *No regresso vinham todos*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Lourenço, Vasco. 2009. *Do interior da revolução*. Lisboa: Âncora Editora.
- Lucas, Maria Manuela. 1993. Organização do império. In *História de Portugal*, Volume V, J. Mattoso (Dir.), 309-310. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Lüdke, Menga e André Marli. 1986. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária L^{da}.
- Luz, José Manuel de Jesus Rosado. 2012. Entrevista concedida a Joana Pontes. In *A hora da liberdade. O 25 de Abril pelos protagonistas*, Joana Pontes, Rodrigo de Sousa e Castro e Aniceto Afonso, 78-81. Lisboa: Bizâncio.
- Macedo, Hélder 2002. A guerra colonial: experiência, imaginação e memória. In *A guerra do ultramar: realidade e ficção*. [Livro de actas do II congresso internacional sobre a guerra colonial.], org. Rui de Azevedo Teixeira, 129-132. Lisboa: Notícias Editorial, com o apoio de Universidade Aberta, Câmara Municipal do Seixal e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Madaíl, Elmano. 2011. A sublevação. Características da sublevação. *Domingo, revista do Jornal de Notícias*, 30 de Janeiro: 46-47.
- Magalhães, Altino. 2004. Entrevista concedida a Manuel Amaro Bernardo. In *Memórias da revolução. Portugal 1974-1975*, Manuel Amaro Bernardo, 179. Lisboa: Prefácio.
- Magalhães, Olga. 2002. *Concepções de história e de ensino da história. Um estudo no Alentejo*. Lisboa: Edições Colibri e Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora.

Maia, Rui Leandro Alves da Costa. 1998. A descolonização portuguesa: um balanço crítico. In *Pós – colonialismo e identidade*, Ed. Victor Pereira da Rosa e Susan Castilho, 11-26. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Maia, Rui Leandro Alves da Costa. 2000. Espaços de vivência e diferentes concepções do tempo: um discurso sobre a sociologia e a história. *Revista Antropológicas* nº4. Porto: 40-59.

Maia, Rui Leandro Alves da Costa. 2010. *O inquérito – alguns aspectos a considerar* (pol.). Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Maia, Salgueiro. 1997. *Capitão de Abril – histórias da guerra do ultramar e do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias.

Mancuso, Armanda Pinheiro. 2007. Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas – os casos do exército e da marinha. Dissertação de doutoramento. Universidade Federal de São Carlos.

Mancuso, Armanda Pinheiro. 2008. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural. *Revista História em reflexão*. Volume II. N.º4. Julho – Dezembro: 1-22.

Marechal de Campo Marquês de Alorna. 1902. *Reflecções sobre o systema económico do exército*. Lisboa: Livraria Ferin.

Marinho, António Luís. 2005. *Operação mar verde – um documento para a História*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Maroco, João. 2007. *Análise estatística com utilização do SPSS*. 3ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Marques, Isabel Pestana. 2008. *Das trincheiras, com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na primeira guerra mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Martelo, David. 1997. *O Exército Português na fronteira do futuro*. Mem Martins: Publicações Europa – América.

Martelo, David. 2001. *1974-Cessar fogo em África*. Mem Martins: Publicações Europa – América.

Martelo, David. 2002. Populações brancas e tropas metropolitanas – um relacionamento destoante. In *A guerra do ultramar: realidade e ficção*. [Livro de

actas do II congresso internacional sobre a guerra colonial.], org. Rui de Azevedo Teixeira, 45-46-47-48-49-50. Lisboa: Notícias Editorial, com o apoio de: Universidade Aberta, Câmara Municipal do Seixal e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Märtin, Doris e Karin Boeck. 1997. *O que é a inteligência emocional*. Lisboa: Pergaminho.

Martinho, Fernando. 2006. Entrevista concedida a Maria Manuela Cruzeiro, em 20 de Julho de 2004. In *Anos inquietos – vozes do movimento estudantil em Coimbra [1961-1974]*, Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebian, 89-90-96. Porto: Edições Afrontamento.

Martins Jorge. 2012. 1.^a Companhia do Batalhão de cavalaria 8421 – Moçambique 1973-1974. In *Heróis do ultramar – histórias de bravura nos campos de batalha da guerra colonial*, Nuno Castro, 167-178. Alfragide: Oficina do Livro.

Martins, Raul François Ribeiro Carneiro. 1979. Estudos do contexto social da formação militar. *Nação e Defesa*, Nº 12. Outubro - Dezembro. Lisboa: Instituto da Defesa Militar: 111-126.

Mateus, Álvaro e Dalila Cabrita Mateus. 2011. *Angola 61 – guerra colonial: causas e consequências – o 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Lisboa: Texto Editora.

Mateus, Dalila Cabrita. 2004. *A PIDE/DGS na guerra colonial 1961 – 1974*. 2.^a Edição. Lisboa: Terramar.

Melo, João de. (Org.). 1990. *Os anos da guerra (1961 1975) os portugueses em África – crónica ficção e história*. Vol. 1 e 2. Lisboa: Circulo de Leitores.

Mendes, José Manuel. 1978. *Ombro arma!* Mem Martins: Publicações Europa – América.

Mendonça, Manuela (coord.). 2006. *Batalhas da história de Portugal. Guerra de África – Guiné – 1963-1974*. Vol. 21. Texto principal: Fernando Policarpo. Textos complementares: QuidNovi. Matosinhos: QuidNovi.

Mendonça, Manuela (coord.). 2006. *Batalhas da história de Portugal. Guerra de África – Angola – 1961-1974*. Vol. 22. Texto principal: Rui de Azevedo Teixeira. Textos complementares: QuidNovi. Matosinhos: QuidNovi.

- Meneghel, Stela Nazareth. 2007. Histórias de vida – notas e reflexões de pesquisa. *Athenea digital*. Ôtoño. Nº 012. Vale do Rio dos Sinos: 118
- Meneses, Filipe Ribeiro de. 2009. *Salazar*. Vol. 7. Alfragide: Dom Quixote.
- Mills, Charles Wright. 1956. *The power elite*. New York: Oxford University Press.
- Mills, Charles Wright. 1959. *De sociological imagination*. New York: Oxford NNIBE press.
- Mills, Charles Wright. 1982. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Mills, Charles Wright. n. d. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Monge, Manuel Soares. 2004. Entrevista concedida a Manuel Amaro Bernardo. In *Memórias da revolução. Portugal 1974-1975*, Manuel Amaro Bernardo, 559. Lisboa: Prefácio.
- Monge, Manuel Soares. 2010. O teatro de operações da Guiné. In *A academia militar e guerra de África*, coord. José Manuel Cardoso Lourenço et al., Academia Militar, 179-180-181-182-183-185-186. Lisboa: Prefácio – Edição de livros e revistas, L^{da}.
- Monteiro, Amaro. 1993. *O islão, o poder e a guerra (Moçambique 1964 - 1974)*. Porto: Universidade Portucalense.
- Monteiro, Isilda Braga da Costa. 2004. O exército e a sociedade na segunda metade do século XIX – reflexões para um estudo. In *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Ribeiro da Silva et al. (Orgs.), 755-760. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Monteiro, João Gouveia. 2009. A guerra. *Revista de história das ideias*. Instituto de História e teoria das ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Volume 30. Coimbra: 7-10.
- Morais, Eugénio Vinci. 2008. Tradução e notas: A arte da guerra de Nicolau Maquiavel. e-book - L&PM Pocket: www.lpm.com.br.
- Moreira, Adriano. 1979. *Ciência política*. Amadora: Livraria Bertrand.

- Moreira, Adriano. 2000. Enquadramento político – estratégico das campanhas de África. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 28. Lisboa: Edições Atenas.
- Moreira, Adriano. 2001. A natureza das forças armadas e a reforma do ensino militar. *Nação e Defesa*. Nº 98. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional: 73-84.
- Moreira, Adriano. 2009. A privatização da guerra. *Revista de História das Ideias*. Vol. 30. Temática A Guerra. n. p.. Instituto de história e teoria das ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Moreira, Carlos Diogo. 1994. *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, Carlos e Ana Gonçalves de Azevedo. 2008. *Metodologia científica. Contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Mosca, Caetano e Gaston Bouthol. 1956. *História das doutrinas políticas*. Rio de Janeiro: IAEM.
- Moskos, Charles. 1971. *Armed forces and American society: convergence or divergence? Public opinion and the military establishment*. Beverly Hills: Sage publications.
- Moskos, Charles. 1973. The emergent military – civil, traditional or plural. *Political and Sociological Review*. Nº 16: 255 a 280.
- Moskos, Charles. 1975. *Peace soldiers*. Chicago: University of Chicago Press.
- Moskos, Charles. 1978. From institution to occupation: trends in military organization. *Armed forces and society*: 41-50.
- Moskos, Charles. 1986. Institutional and occupational trends in the armed forces. *Armed forces and society*. Vol. 12.
- Moskos, Charles. 1986. *The marketplace all volunteer force*. New York: Pergamon – Brassey's.
- Moskos, Charles. 1988. *Institutional and occupational trends in Armed Forces. The military more than a job*. Chicago: Frank Ed.

- Moskos, Charles. 1988. Institutional/occupational trends in Armed Forces: an update. *Armed Forces & Society*. Vol 12 (3): 377-382.
- Moskos, Charles, e Frank Wood. 1991. *Lo militar; más que una profesión*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Moura, José Castelo Branco. 2011. Memória dos primórdios da guerra colonial. *Referencial, Boletim da Associação 25 de Abril*. N.º 101-102, Janeiro – Junho: 34-35.
- Muraise, Eric. 1964. *Introduction à l'histoire militaire*. Paris: Charles Lavauzelle.
- Nogueira, António Inácio Correia. 2004. *Cavaleiros do Maiombe*. Coimbra: Edição do Autor.
- Nunes, Adérito Sedas. 2001. *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Nunes, António Lopes Pires. 2009. A guerra no leste de Angola (1966-74) – vitória militar das forças armadas portuguesas sobre a guerrilha, em Angola. *Revista de história das ideias – a guerra*. Volume 30. Instituto de história e teoria das ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 459-460-461-465-466-467.
- Nunes, António Lopes Pires. 2010. O teatro de operações de Angola. In *A academia militar e guerra de África*, coord. José Manuel Cardoso Lourenço et al., Academia Militar, 121-122-124-132-133-136-137-138-140. Lisboa: Prefácio – Edição de livros e revistas L^{da}.
- Oliveira, Barradas. 1984. *Quando os cravos murcham – meio milhão de mortos – a vergonha da descolonização*. Vol. II. Lisboa: Fernando Pereira Editor.
- Oliveira, Hermes de Araújo. 1960. *Guerra revolucionária*. Lisboa: Academia Militar.
- Oliveira, Ramires. 1993-1995. *História do Exército Português*. 3 Volumes. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Orestes, Araújo. 1959. *Sociologia da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Pacheco, Carlos. 2010. *As virtudes pouco civilizatórias de Portugal em África – o lado obscuro da colonização portuguesa*. Lisboa: Nova Veja.

- Paço, António Simões (coord.). 2008. *Os anos de Salazar, 1926–1932. A ascensão de Salazar*. Livro1. Lisboa: Centro Editor PDA.
- Pardal, Luís e Eugénia Soares Lopes. 2011. *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal editores.
- Pareto, Vilfredo. 1991. *The rise and fall of elites: an application of theoretical sociology*. n.p.. Transaction publishers.
- Paulino, Maria Ângela Silveira. 1999. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço social em revista, londrina*. Volume 2, nº1, Jul./Dez: 8.
- Pélissier, René e Douglas Wheeler. 2009. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Pereira, Fernando Jasmins. 1973. *O desafio ultramarino e as argumentações negativas*. Lisboa: Serviços Gráficos da Companhia Nacional Editora.
- Pereira, José Pacheco. 2005. *Álvaro Cunhal uma biografia política. O prisioneiro (1949 – 1960)*. Volume3. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pereira, José Pacheco. 2013. *As armas de papel*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pestana, Maria Helena e João Nuno Gajeiro. 2008. *Análise de dados para ciências sociais – a complementaridade do SPSS*. 5ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pina, Miguel e Cunha Arménio Rego. 2007. Ideias antigas, novos conceitos «o retorno é o movimento do TAO»: uma abordagem dialéctica da eficácia organizacional. *Revista Psicologia, Comportamento Organizacional, organização de Maria José Chambel*. Vol. XXI, N.º 1: 107-131.
- Pineau, Gaston e Jean-Louis Le Grand. 2002. *Les histoires de vie: que sais-je?* Paris: PUF.
- Pinheiro, Ana e Bento Silva. 2004. A estruturação do processo de recolha de dados on line. In *Actas X conferência internacional. Avaliação psicológica: formas e contextos*. Coordenadores: Carla Machado, Leandro Almeida Miguel Gonçalves e Vera Ramalho, 522-529. Braga: Psiquilíbrios.
- Pinheiro, António. 1985. *Contributos da sociologia para o exercício do comando*, (pol). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

- Pinheiro, Joaquim Franco. 1963. Subversão e contra – subversão. *Estudos de ciências políticas e sociais*. N.º62. Centro de estudos políticos e sociais – Junta de Investigação do Ultramar: 17.
- Pinillos, Jaime. 2007. Eclosión de la sociología militar. *Revista da Universidade Militar Nueva Granada*. Julho – Dezembro: 94 a 103.
- Pinto, Jaime Nogueira. 1976. *Portugal – os anos do fim. A revolução que veio de dentro*. Lisboa: Sociedade de Publicações Economia & Finanças, L^{da}.
- Pinto, Jaime Nogueira. 1977. *Portugal – os anos do fim: de Goa ao largo do Carmo*. Volume II. Lisboa: Sociedade de Publicações Economia & Finanças, L^{da}.
- Pinto, José Madureira, e Virgílio Borges Pereira (Orgs.). 2007. *Pierre Bourdieu, a teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pires, Nuno Fisher Lopes. 2004. Entrevista concedida a Manuel Amaro Bernardo. In *Memórias da revolução. Portugal 1974-1975*, Manuel Amaro Bernardo, 113-115-116. Lisboa: Prefácio.
- Pires, Nuno Fisher Lopes. 2012. Militares e política. *Referencial, Boletim da Associação 25 de Abril*. N.º 107, Julho – Setembro: 26.
- Pocinho, Margarida. 2009. *Estatística. Teoria e exercícios passo-a-passo*. Vol. 1. Coimbra: Instituto Miguel Torga.
- Poirier, Jean et al. 1995. *Histórias de vida. Teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Pureza, José Manuel e Tatiana Moura. 2005. Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum. *Revista Portuguesa de História*. Tomo 37. Faculdade de letras, Instituto de História Económica e Social: 49.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhout. 1998. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, Rui. 1993. A segunda fundação (1890-1926). In *História de Portugal*, Volume VI, J. Mattoso (Dir.), 586-587. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rebocho, Manuel Godinho. 2009. *Elites militares e a guerra de África*. Lisboa: Roma Editora.

Ribeiro, António Silva. 2009. *O essencial ao processo estratégico teoria geral da estratégia*. Coimbra: Almedina.

Ribeiro, Manuela. 1995. As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº 44: 125-141.

Rocher, Guy. 1977. *Sociologia geral*. Livro 5. 2º Ed. Lisboa: Editorial Presença.

Rodrigues, Joaquim Chito. 2000. Concepção e desenvolvimento da estratégia operacional face à eclosão da conflitualidade nas ex-colónias portuguesas. A mudança de um esforço estratégico em Angola. In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, 116-117, Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa: Edições Atenas.

Rosa, Luís. 2009. *Memória dos dias sem fim, o amor, o sentir e a crueza da guerra colonial de África*. Lisboa: Editorial Presença.

Rosado, David Manuel Pascoal. 2009. *Pupilos do Exército: uma interpretação sociológica*. Amadora: MailTec.

Rosas, Fernando. 1993. O Estado Novo (1926-1974). In *História de Portugal*, J. Mattoso (Dir.), 485-486-548. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosinha, António José Palma Esteves. 2009. Conhecimento tácito em contexto militar (incursões na promoção do desenvolvimento de competências de comando). Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Rosinha, António José Palma Esteves e Abreu R. T. 2003. Intervenção psicológica na academia militar: do diagnóstico a um modelo integrado. *Revista Procelium*. N.º 4: 247-257.

Rudio, Franz Victor. 1986. *Introdução ao projecto de pesquisa científica*. Petrópolis: Editorial Vozes.

Rumney, Jay e Josephe Maier. 1959. *Manual de sociologia*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar.

Russel, Bertrand. 1977. *História da filosofia ocidental*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional

- Ryan, Joseph. 2010. Samul Stouffer and the American soldier. *Journal of historical biography* 7: 100-137.
- Sampaio, José Manuel Bento. 2011. *Sal da vida – estórias de um médico andarilho por África e Timor Leste*. Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- Sanches, Marcos Guimarães. 2010. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. *Revista brasileira de história militar*. Ano 1 – N.º1: 5-8-210.
- Santo, Gabriel Augusto do Espírito. 2007. Nação, estado e instituição militar. *Revista Militar*. N.º 2471: 1-30.
- Santo, Paula Espírito. 2010. *Introdução à metodologia das ciências sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, Boaventura de Sousa. 2000. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, José Alberto Loureiro. 1979. *Apontamentos de história para militares*. Lisboa: IAEM
- Santos, José Alberto Loureiro. 1983. *Incursões no domínio da estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, José Alberto Loureiro. 2006. Os militares na democratização de Portugal. In *Os militares e a democracia*, Nuno Severiano Teixeira (Coord.), 10-11. Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, José Rodrigues. 2006. Modelos de análise da profissão militar. Crítica dos principais modelos e proposta de um modelo a três dimensões para a análise das profissões militares. Apresentada no Seminário Arts de la guerre e interprétations de la vie civile, Université de Paris I Sorbonne.
- Santos, José Rodrigues. 2010. *O anjo branco*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, Mário Beja. 2008. *Diário da Guiné 1968-1969*. Camarate: Círculo de Leitores.
- Sarkesian, Sam Charles. 1972. *The military industrial complex: a reassessment*. Beverly Hills: Sage Publications.

- Schneidman, Witney. 2005. *Confronto em África. Washington e a queda do império colonial português*. Lisboa: Tribuna.
- Segal, David. 1984. Institutional and occupational models of the Army in the career force. *Journal of political and military sociology*. Vol. 12.
- Segal, David. 1990. *The sociology program in a professional school setting: the United States Military Academy*. US Army Research Institute.
- Segal, David. 1993. *Organizational designs for the future Army*. US Army Research Institute.
- Selvagem, Carlos. 2006. *Portugal militar compêndio de história militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Sequeira, Luís. 1999. O “valor” do factor humano no exército numa perspectiva de eficácia. *Boletim nº 50 do Instituto de Altos Estudos Militares*: 9-27.
- Serrano, Gloria Perez (coord). 1994. *Investigación qualitativa. Retos e interrogantes*. Madrid: La Muralla.
- Serrano, Gloria Perez (coord). 2000. *Modelos de investigación cualitativa en educación social y animación sociocultural: aplicaciones prácticas*. Madrid: S. A. de Ediciones.
- Shils, Edward. 1962. *The military in the political development of the New States*. Princeton: University Press.
- Shy, John e Thomas Collier. 1986. Revolutionary war. In *Makers of modern strategy*. Peter Paret: 815-863. Princeton: Princeton University Press.
- Silva, Aline Pacheco. 2007. Conte-me a sua história: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico: estudos em psicologia*. Volume 1; Nº1: 25-35.
- Silva, António Carlos Morais. 2010. *Guerra de África (1960-1975) comando de Companhias de combate*. 2ª Versão, pol.
- Silva, Augusto Santos. 1986. Uma visão global sobre as ciências sociais. In *Metodologia das ciências sociais*. 8ª Edição, Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), 44. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.). 1986. *Metodologia das ciências sociais*. 8ª Edição. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, Carlos Eduardo Viegas. 2003. A transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo sobre a actualidade do paradigma de Clausewitz. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos.

Silva, Paulo et al. 2011. *Guerra colonial, a história na primeira pessoa*. Colecção de 16 volumes. Vila do Conde: Edições QuidNovi.

Silva, Rui Neves. 2007. *Milicianos os peões das nicas*. Lisboa: Prefácio.

Silveira, Nuno Roque. 2007. *Um outro lado da guerra*. Lisboa: Edições Colibri.

Soares, Mário. 2000. A descolonização e a solução do conflito nas ex-colónias portuguesas. (Texto obtido por transcrição do registo magnético e sem revisão do autor.) In *Estudos sobre as campanhas de África – [1961-1974]*, Instituto de Altos Estudos Militares, 239-251. Lisboa: Edições Atenas.

Sousa, Cardoso. 1993. Análise da tendência institucional – ocupacional dos oficiais do Exército Português. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Lisboa.

Stouffer, Samuel Andrew, et al. 1949. *The American Soldier*. Princeton: Princeton University Press.

Teixeira, Nuno Severiano. (Coord.). 1998. *Portugal e a guerra – história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Instituto de História Contemporânea de Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Edições Colibri.

Teixeira, Nuno Severiano e Manuel Themudo Barata. 2003. *A nova história militar de Portugal*. 5 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores.

Teixeira, Rui de Azevedo. 2001. *A guerra na literatura*. Lisboa: Veja.

Telo, António José. 1991. *Portugal na segunda guerra mundial (1941-1945). Volume II*. Lisboa: Vega.

Telo, António José. 2002. Reflexões sobre a revolução militar em curso. *Revista Nação e Defesa*. N.º 103: 211-249.

Telo, António José. 2005. O papel dos militares nas grandes mudanças em Portugal – uma perspectiva de conjunto. *Revista Nação e Defesa*. S. 3. N.º 112: 103-136.

- Tenreiro, Mário Paulo. 1986. O direito na instituição militar. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.º 21: 121-137.
- Thiry-Cherques, Hermano Roberto. 2006. Pierre Bordieu: a teoria na prática. *RAP*. 40 (1) Jan./Fev.: 27-55.
- Trinquier, Roger. 1968. *Guerre, subversion, révolution*. Paris: Robert Lafont.
- Tuckman, Bruce Wayne. 2000. *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tung, Mao Tse. 1972. *Seis artigos militares do presidente Mao Tse Tung*. Pequim: Edições em língua estrangeira.
- Tzu, Sun. 1994. *A arte da guerra*. Mem Martins: Publicações Europa – América.
- Vala, Jorge. 1990. A análise de conteúdo. In. *Metodologia das ciências sociais*, Almeida J. e Pinto, J. (Orgs.), 101-107. Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, Monteiro, Velasco Martins e Luís Sequeira. 1999. O comando e a chefia militar e os desafios da sociedade moderna. *Boletim nº 50 do Instituto de Altos Estudos Militares*: 29-40.
- Vaz, Nuno Mira. 2001. A profissão militar um modelo à procura de sustentação. *Revista Nação e Defesa*. N.º 98. 2ª Série: 49-72.
- Vaz, Nuno Mira. 2002. «Civilinização» das forças armadas nas sociedades demoliberais. Lisboa: Editora Cosmos e Instituto de Defesa Nacional.
- Vieira, Guilherme Belchior. 1993. *Apontamentos de Sociologia Militar*. Lisboa: IAEM.
- Vieira, Guilherme Belchior. 2002. *Manual de liderança militar*. Academia Militar. Estado-Maior do Exército. Lisboa: Edições Atena L^{da}.
- Vieira, Ricardo. 1999. *Histórias de vida e identidades*. Porto: Edições Afrontamento.
- Villalobos, José Luís. 2011. Reflexões sobre a descolonização de Angola. *Referencial, Boletim da Associação 25 de Abril*. N.º 103/104, Dezembro: 38-39-40-41.
- Weber, Max. 1995. *Metodologia das ciências sociais*. S. Paulo: n.p.

Wheeler, Douglas e René Pélissier. 2009. *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-china.

Wood, Frank. 1988. *At the cutting edge of institutional an occupational trends*. New York: Pergamon Brassey's.

Wright, Quincy. 1965. *A study of war*. Chicago: The University of Chicago Press.

2. Revistas militares compulsadas (1970-1975)

Almanaque do Exército

Azimuth

Nação e defesa

Proelium

Revista de ciências militares

Revista do Exército

Revista militar

3. Bibliografia digital

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/06/em-01set74-trop.html?cid=6... [visto em 29-03-2009].

<http://www.lusaatenas.comcontactos.php> [visto em 29-03-2009].

http://ultramar.terraweb.biz/Esclarecimento_VitorBaião_Nangade.htm [visto em 29-03-2009].

<http://terraweb.biz/> [visto em 24-02-2014].

http://ultramar.terraweb.biz/2010_06_05BCac5013_73-htm [visto em 29-03-2009].

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/06/em-01set74-trop.html?cid=6... [visto em 29-03-2009].

<http://www.lusaatenas.comcontactos.php> [visto em 29-03-2009].

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/omar_01081974/ [visto em 29-03-2009].

<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=103> [visto em 11-01-2010].

<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1141> [visto em 10-02-2010].

<http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/03/18/espera-em-catio/> [visto em 03.03.2010].

http://wapedia.mobi/pt/Prov%C3%Adncias_ultramarinas [visto em 16-04-2010].

<http://ultramar.terraweb.biz/> [visto em 05-07-2010].

<http://blogueforanada.blogspot.pt>. [visto em 05-07-2010].

<http://guerracolonial.home.sapo.pt/encontroangola.htm>. [visto em 05-07-2010].

<http://guerracolonial.home.sapo.pt/encontromocambique.htm> [visto em 05-07-2010].

<http://guerracolonial.home.sapo.pt/encontroguine.htm> [visto em 05-07-2010].

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Tc1350> [visto em 22-07-2010].

<http://cavaleirosdonorte.blospot.com/> [visto em 05.07.2010 e 22-07-2010].

<http://guerreirosdapaz.fotosblogue.com/98231/Ex-Capitao-Miliciano-Ramiro-Pinheiro/> [visto em 05.07.2010 e 22-07-2010].

<http://jubas.do.sapo.pt#1> [visto em 05.08.2010].

<http://www.webartigos.com/articles/6907/1/Sociologia-E-Historia/pagina1.html#ixzz193Ohin7E> [visto em 12-11-2010].

<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos> [visto em 21.12.2010].

http://wapedia.mobi/pt/Prov%C3%Adncias_ultramarinas [visto em 10-12-2011].

<http://www.priberan.pt> [visto em 17. 12. 2011].

<http://www.lideranca.aaldeia.net/competencia.htm> [visto em 02-01-2012].

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th16>, [visto em 17-03.2012].

<http://www.bat-cac4521.com/index.html>[visto em 20-07.2012].

<http://www.batalhao4913.com/> [visto em 20.10.2011].

<http://www.batcacadores4517.blogspot.com/> [visto em 20.10.2011].

<http://kiende.blogs.sapo.pt> [visto em 05.07.2010].

<http://bc5013.iimdo.com> [visto em 19.10.2011].

www.cphm.pt [visto em 09.12.2009].

seguritas.blogs.sapo.pt/3095.html [visto em 14.09.2014].

<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos> [visto em 21.12.2010].

4. Vídeos visionados

Diário de Notícias: *Guerra Colonial*, Lisboa, 1997.

Diário de Notícias: *Angola Guerra Colonial*, Lisboa, 1998.

Diário de Notícias: *Guerra Colonial*, Lisboa, 1998.

Diário de Notícias: *Guerra Colonial de Guilege a Gadamael o Corredor da Morte*, Lisboa, 1998.

Diário de Notícias: *Moçambique Guerra Colonial*, Lisboa, 1998.

5. Espólios e Fundos

Academia Militar

Anuários de 1970-1971, 1971-1972, 1972-1973, 1973-1974.

Arquivo da Academia Militar, 29.698-86-d.

Arquivo da Academia Militar, GE/27ª CAD. (71.72), 1.

Arquivo da Academia Militar, GE/27ª CAD. (71.72), 5-6.

Arquivo da Academia Militar, GE/28ª CAD. (71.72), 12-17.

Arquivo Geral do Exército

234/ SP do CEP

435/ SP do CEP

551/CG do CEPE

817/CG do CEP

2980/IO do EME

2982/ PG do EME

Arquivo Histórico Militar

Caixa 24, nº 23 7/A, série 8. Caixa nº 66-2ª Div./7ª Sec. [2/7/66/1]. Caixa nº 67-2ª Div./7ª Sec. [2/7/67/4]. Caixa nº 68, nº 2-2ª Div./7ª Sec. [2/7/68/2]. Caixa nº 68, nº 2-2ª Div./7ª Sec. [2/7/68/2]. Caixa nº 69-2ª Div./7ª Sec. [2/7/67/3]. Caixa nº 71-2ª

Div./7ª Sec. Caixa nº 71-2ª Div./7ª Sec. [2/7/71/9]. 2ª Div caixa nº 86 nº44. Caixa nº 86-2ª Div./2ª Sec. [2/2/86/44]. Caixa nº 89-2ª Div./7ª Sec. Caixa nº 89-2ª Div./7ª Sec. [2/7/89/5]. Caixa nº 96-2ª Div./2ª Sec. [2/2/96/4]. Caixa nº 99, nº 1-2ª Div./7ª Sec. [2/7/116/3]. Caixa nº 104-2ª Div./4ª Sec. 2ª Div Caixa 105 nº1. 2ª Div Caixa nº 105 nº 2. Caixa nº 105-2ª Div./2ª Sec. [2/2/105/1]. Caixa nº 105-2ª Div./2ª Sec. [2/2/105/2]. Caixa nº 105-2ª Div./2ª Sec. [2/2/105/3]. 2ª Div Caixa nº105, nº3. Caixa nº 113-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 113-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 113-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 114-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 116-2ª Div./4ª Sec. Caixa nº 129-2ª Div./4ª Sec. 7/A-Série 8-Caixa 24-Número 23. 2/7/66/1. 2/7/67/4. 2/7/68/2. 2/7/116/3. FO-6 Caixa 661/68/77/88. FO-7 Caixa 17/23. FO-7 Caixa 26/14/15. FO-7 Caixa 814/26. SR-1 Caixa 533. SR-3 Caixa 536. SR-3 Caixa 537. SR-3 Caixa 660. SR-3 Caixa 661. SR-6 Caixa 474. SR-8 Caixa 17. SR-10 Caixa 26. SR-29 Caixa 814. SR-48 Caixa 388.

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

Confidencial nº 442-Pº 09.00, exemplar nº 2, AGO75, LM 80, relatório dos incidentes que levaram ao abandono de Malange, pág. 9 de 9 págs.

Espólio de Álvaro Marques.

Espólio de Sousa Pinto documentos 17 e 20 b.

Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército

(documentos não classificados CEPE)

Boletim inquérito.

Ficha de observação e classificação.

Ficha de requisitos.

Questionário de auto-apreciação.

Questionário biográfico.

Provas de grupo exemplar nº 14.

Direcção Geral de Segurança

IAN-TT, PIDE-DGS, SC-CI (2) -14643-7722, Folha 151.

Espólio Pezarat Correia

Documentos diversos.

Índice Onomástico

A

Abreu, Pio: 96
Accornero, Guya: 81, 82
Afonso, Aniceto: 26, 179, 180
Afonso, Aniceto e Matos Gomes: 25, 92
Aguiar, Luís: 4
Albarelo, Luc: 325, 366
Almeida, Benjamim: 100, 101
Almeida, Diniz: 26
Almeida, João e Madureira Pinto: 129, 132
Alreck, Pamela: 153, 155
Alves, Pita: 166
Amorim, Amílcar: 1
Antunes, Freire: 25, 165
Aron, Raymond: 15, 38, 49
Arriaga, Kaúlza: 102, 103

B

Baltazar, Saudade: 16, 18, 20, 65
Barata, Themudo: 27, 28, 118, 119
Beaufre, André: 48, 50
Bebiano, Rui: 84
Bell, Judith: 133
Bernardo, Amaro: 26, 78, 106, 117, 121
Bogdan, Robert e Sari Biklen: 129, 130, 136, 137
Boni, Valdete e Jurema Quaresma: 131, 133
Borges, Vieira: 55, 56, 173, 174, 176
Bottomore, Pom: 70
Boudon, Raymond: 137, 239
Bouthoul, Gaston: 41, 42, 43
Bouthoul, Gaston, René Carrère e Jean-Louis Annequin: 15

Bravo, Sierra: 152, 153, 155

C

Caetano, Marcello: 3, 4, 168, 170, 187

Caforio, Guiseppe e Marina Nuciari: 75

Calheiros, Moura: 26, 85, 87, 88, 89, 93, 94, 171

Câmara, Bettencourt: 43

Camasão, Pedro: 168

Cann, John: 86, 87

Cardina, Miguel: 81, 82, 83, 84

Cardoso, Silva: 26, 115, 116, 117

Cardoso, Rui: 84

Carreiras, Helena: 16

Carrilho, Maria: 16, 18, 65, 163, 166

Carvalho, Saraiva de: 26, 85, 86

Castro, Nuno: 121

Castro, Sousa: 26, 103

Chanaiwa, David e Edem Kodjo: 100, 110

Chiwale, Samuel: 101, 116, 117

Chomsky, Noam: 50

Clausewitz, Carl Von: 22, 25, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 43, 49

Cobra, Jorge: 14, 15, 65, 66, 67, 69

Coccia, Giancarlo: 104, 121

Coimbra, Assumpta: 39, 40

Correia, Pizarat: 16, 26, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 55, 89, 111, 170

Costa, Braz: 20

Couto, Cabral: 48, 49, 50, 89, 105, 120, 121

Cruzeiro, Celso: 112, 113

Cruzeiro, Manuela: 123

Cunha, Barão: 27

D

Devine, Fiona: 131

Duarte, Paulo: 25, 164

E

Esteves, Gaspar: 65, 67

F

Fernando, Emídio: 100, 115
Ferreira, Brandão: 2, 27, 55
Ferreira, Medeiros: 25, 165
Fleury, Teresa e Afonso Fleury: 7
Fonseca, Lurdes: 21, 60, 61, 62, 65
Fortin, Marie-Fabienne: 128
Fox, David: 153, 155
Freixo, Vaz: 128, 146

G

Garcia, Proença: 40, 44, 48, 49, 50, 51, 52
Garcia, Rita: 114
Gavidia, Arévalo: 13
Giap, Vo Nguyen: 48, 49
Giddens, Anthony: 70
Gomes, Matos: 101, 123, 124, 125
Gomes, Matos e Aniceto Afonso: 25, 26, 92
Guerra, Isabel: 131, 138, 146

H

Haguette, Teresa: 134
Hébert-Lessard, Michelle, Gabriel Goyette e Gérald Boutin: 129, 134, 138
Hill, Manuela e Andrew Hill: 127, 128
Hobsbawm, Eric: 41
Huntington, Samuel: 14, 15, 60, 61, 66

J

Janowitz, Morris: 13, 14, 15, 23, 60, 61, 66
Jomini, Antoine-Henri: 31, 35, 36

K

Keegan, John: 22, 25, 42
Knox, MacGregor e Williamson Murray: 37, 38

L

Lakatos, Eva e Marina Marconi: 152
Lang, Kurt: 15
Laqueur, Walter: 49
Lara, Sousa: 40, 51

Lasswell, Harold: 14

Le Boterf, Gui: 75

Lejeune, Philipp: 148

Lourenço, Eduardo: 167

Lourenço, Vasco: 26, 192

Lüdke, Menga e André Marli: 130

M

Maia, Rui: 123

Mancuso, Armanda: 23

Marinho, António: 106

Martelo, David.: 26, 76, 107, 108, 112, 121, 122

Mateus, Álvaro e Dalila Mateus: 168

Mateus, Dalila: 95, 96, 97, 105

Meneghel, Stela: 135

Meneses, Filipe: 95, 96, 97

Mills, Wright: 15, 70

Monge, Manuel: 91, 94, 193

Monteiro, Amaro: 50

Monteiro, Isilda: 22

Monteiro, Gouveia: 24

Morais, Eugénio: 31

Moreira, Adriano: 16

Moreira, Carlos: 130, 131

Moskos, Charles: 14, 15, 18, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70

N

Nunes, Sedas: 1

Nunes, Pires: 98, 99

O

Oliveira, Barradas de: 111

Oliveira, Hermes de: 47, 48

P

Pareto, Vilfredo: 15, 70

Paulino, Ângela: 135

Pereira, Pacheco: 84

Pina, Miguel e Arménio Rego: 6

Pinheiro, Ana e Bento Silva: 153

Pinheiro, António: 16, 18

Pinheiro, Franco: 51, 52, 53

Pinillos, Jaime: 13, 14, 15

Pinto, Nogueira: 25, 170, 178, 325

Pires, Lopes: 171

Pureza, José l e Tatiana Moura: 108

Q

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhout: 127, 133, 138

R

Rebocho, Godinho: 16, 78, 79, 80, 89

Rocher, Guy: 70

Rodrigues, Bettencourt: 94, 95

Rosado, David: 16

Rosas, Fernando: 3

Rosinha, Esteves: 16, 71, 72, 73, 74, 75

Russel, Bertrand: 43

Ryan, Joseph: 14

S

Sampaio, Bento: 117, 118, 119

Sanches, Marcos: 22, 28

Santo, Paula: 128, 131, 137, 153

Santos, Boaventura: 134

Santos, Loureiro dos: 16, 42, 45

Santos, Rodrigues dos: 62, 63, 64

Sarkesian, Sam: 14

Schneidman, Witney: 90, 91

Segal, David: 15

Selvagem, Carlos: 25

Sequeira, Luís: 55, 72, 73, 74

Serrano, Gloria: 129, 131

Shils, Edward: 13

Sly, John e Thomas Collier: 49

Silva, Morais: 193

Silva, Santos e Madureira Pinto: 135

Silva, Viegas: 31, 32, 33, 39

Silva, Neves da: 6, 191

T

Teixeira, Severiano: 28

Telo, José: 37, 55

Tenreiro, Paulo: 56, 57, 58, 59, 60

Tuckman, Bruce: 152, 155

Tung, Mao Tse: 50, 82

Tzu, Sun: 25, 30, 36

V

Valente, Monteiro, Velasco Martins e Luís Sequeira: 70, 72, 73, 74

Vaz, Mira: 60, 61, 65

W

Wheeler, Douglas e René Pélissier: 98, 114, 115

Wood, Frank: 15

António Inácio Correia Nogueira

Capitães do Fim

Volume II

Apêndices e Anexos

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2015

António Inácio Correia Nogueira

Capitães do Fim

Volume II

Apêndices e Anexos

Tese apresentada à Universidade
Fernando Pessoa, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de
Doutor em Ciências Sociais, sob a
orientação do Prof. Doutor Rui
Leandro Alves da Costa Maia.

Índice de Apêndices e Anexos

Apêndice I - Instrumentos de recolha de dados	6
Apêndice II - Ficha de Capitão	44
Apêndice III - Algumas tabelas e unidades de registo do [QC]	46
Apêndice IV - Cinco unidades de registo	67
Apêndice V - «Para memória futura»: os dezanove depoimentos finais	81
Apêndice VI - Exemplares de correspondência trocada com algumas instituições	90
Anexo I - Selecção e formação de <i>Capitães do Fim</i> - Documentos	109
Anexo II - A «guerra à guerra» - Documentos	133
Anexo III - Contribuições de <i>Capitães do Fim</i> para o cessar fogo e obtenção da paz - Documentos	140
Anexo IV - Apreciação do comportamento de companhias comandadas por <i>Capitães do Fim</i> - Documentos	159
Anexo V - Operações militares - Documentos	163
Anexo VI - As grandes colunas de Angola - Documentos	189
Anexo VII - Golpe militar em Cabinda - Documentos	203
Anexo VIII - Três dos depoimentos de oficiais do Quadro Permanente	209
Anexo IX - Uma Companhia de um <i>Capitão do Fim</i> , também cultural apesar da guerra	217
Anexo X - Quatro panfletos de Acção Psicológica	220
Anexo XI - Três das histórias de vida - transcrição das gravações	225

Apêndice I – Instrumentos de recolha de dados

Solicitação de depoimentos a oficiais do Quadro Permanente (Ap I. 1)

António Inácio Correia Nogueira

Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ªA

3000 -107 Coimbra

telm.919262179

e-mail: inacionogueira@ netcabo.pt

Enquanto ainda é tempo de desamarrotar as memórias de antanho!

Exmo. Senhor

Dirige-se-lhe António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra Colonial, na qualidade de Comandante da C.Cav. 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ªA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação (doutoramento) na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados **CCC**. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (**EPI**), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do **QC** (Quadro do Complemento) na **EPI**, com o 1º Ciclo do **COM** (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército.²⁸⁰ Dos aprovados eram escolhidos²⁸¹ cerca de 35 que formavam um pelotão especial no 2º Ciclo do **COM**. No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função Comandante de Companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirantes a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do **QP** (Quadro Permanente)²⁸². No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(**CCC**), depois de graduados em tenente. Findo este curso, os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí formavam a sua própria companhia, que instruíam. Por fim realizavam o **IAO**²⁸³ e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique. Apelidei-os de *Capitães do Fim*.

Pretendo fazer história sociológica sobre os seus desempenhos e protagonismos na Guerra de África, quer a um nível macrossociológico quer microssociológico.

Na argumentação metodológica, a certa altura, escrevo:

²⁸⁰ Ao longo dos quatro anos foram utilizadas várias formas de pré-selecção; esta foi uma das *nuances*; houve inclusive o recurso a voluntários.

²⁸¹ Número que foi variando consoante as necessidades, atingindo num turno o número de sessenta.

²⁸² Perto do 25 de Abril muitos fizeram este estágio como adjuntos de Capitães Milicianos.

²⁸³ Em muitas circunstâncias o **IAO** foi realizado no Ultramar.

“As explicações dadas pelos Capitães do Fim sobre os seus desempenhos e protagonismos, quer a um nível macrossociológico quer microsociológico, têm que ser contraditadas e cruzadas com outros testemunhos: capitães do quadro permanente seus contemporâneos, comandantes de batalhão, instrutores, estudiosos de estratégia militar, militares do quadro permanente que se evidenciaram na Guerra de África, no período descolonizador e no 25 de Abril. Em determinadas situações limite socorrer-nos-emos de militares seus subordinados.”

O Senhor é um conhecedor dos teatros de guerra e destes actores. Seria uma subida honra, para mim, poder contar com a sua douda colaboração nesse contraditório.

Neste contexto, muito agradecido ficaria se estivesse na disposição (apesar dos seus múltiplos afazeres), de me responder aos seguintes questionamentos:

Q1. O que considerava(à época) ser o bom desempenho de um Capitão no comando de uma Companhia de Artilharia, Cavalaria ou Infantaria na Guerra de África e em situação de quadrícula ou intervenção subordinada a um Batalhão ou a outra estrutura intermédia de comando? Que conhecimentos, capacidades, atitudes, competências, deveria possuir o seu comandante?

Q2. Teve oportunidade, durante a(s) sua(s) comissão(ões) de conhecer, de discutir e de reflectir sobre a formação e a actuação destes *Capitães do Fim*. Que desempenhos e protagonismos lhes atribui?

Mui grato lhe ficaria se viesse a ter a sua preciosa ajuda. Antecipadamente, Obrigado.

Aqui vão os meus respeitosos cumprimentos.

Coimbra, 28 de Novembro de 2010

António Inácio Correia Nogueira

Inquérito por Questionário aos subordinados dos *Capitães do Fim* (Ap I. 2)

António Inácio Correia Nogueira

Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ªA

3000 -107 Coimbra

telm.919262179

e-mail: inacionogueira@ netcabo.pt

Enquanto ainda é tempo de desamarrotar as memórias de antanho!

Exmo Senhor

Dirige-se-lhe António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra Colonial, na qualidade de Comandante da C.Cav. 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ªA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação (doutoramento) na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados **CCC**. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (**EPI**), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do **QC** (Quadro do Complemento) na **EPI**, com o 1º Ciclo do **COM** (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército.²⁸⁴ Dos aprovados eram escolhidos²⁸⁵ cerca de 35 que formavam um pelotão especial no 2º Ciclo do **COM**. No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função Comandante de Companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirante a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e, partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do **QP** (Quadro Permanente)²⁸⁶. No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(**CCC**), depois de graduados em tenentes. Findo este curso, os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí formavam a sua própria companhia, que instruíam. Por fim realizavam o **IAO**²⁸⁷ e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique. Apelidei-os de *Capitães do Fim*.

Pretendo fazer história sociológica sobre os seus desempenhos e protagonismos na Guerra de África, quer a um nível macrosociológico quer microsociológico.

Na argumentação metodológica, a certa altura, escrevo:

“As explicações dadas pelos Capitães do Fim sobre os seus desempenhos e protagonismos, quer a um nível macrosociológico quer microsociológico, têm que ser

²⁸⁴ Ao longo dos quatro anos foram utilizadas várias formas de pré-selecção; esta foi uma das *nuances*; houve inclusive o recurso a voluntários.

²⁸⁵ Número que foi variando consoante as necessidades, atingindo o número de sessenta nalguns turnos.

²⁸⁶ Perto do 25 de Abril muitos fizeram este estágio como adjuntos de Capitães Milicianos.

²⁸⁷ Em muitas circunstâncias o **IAO** foi realizado no Ultramar.

contraditadas e cruzadas com outros testemunhos: capitães do quadro permanente seus contemporâneos, comandantes de batalhão, instrutores, estudiosos de estratégia militar, militares do quadro permanente que se evidenciaram na Guerra de África, no período descolonizador e no 25 de Abril. Socorrer-nos-emos, também, de militares seus subordinados.”

O Senhor foi subordinado de um destes Capitães. Seria uma subida honra, para mim, poder contar com a sua doura colaboração nesse contraditório.

Neste contexto, muito agradecido ficaria se estivesse na disposição (apesar dos seus múltiplos afazeres), de me responder aos seguintes questionamentos:

Q1.P1. O relacionamento do seu Capitão com os subordinados foi [escolha as opções que melhor o representem]:

Cimentado na verdade ☐

Humano ☐

Tolerante, mas exigente no cumprimento das ordens ☐

De ajuda e solidariedade ☐

Alicerçado pelo saber estar com eles nos momentos difíceis ☐

Ancorado no exemplo: acompanhou-os nas operações mais perigosas ☐

Agressivo ☐

Conflituoso ☐

De desconfiança ☐

Com recurso a processos disciplinares ☐

Reprodutor da indisciplina ☐

Baseado no medo ☐

Q2.P2. O seu Capitão viu-se a contas com incidentes disciplinares graves?

Sim ☐

Não ☐

Q2.P2.a. Se Sim, com quem e de que tipo:

Q3.P3. Sentiu que o seu Capitão teve dificuldades na gestão logística, administrativa e técnico - militar da Companhia?

Sim ☐

Não ☐

Q4.P4. Sentiu que o seu Capitão tinha falta de competências específicas quando teve que resolver situações complexas de âmbito operacional?

Sim ☐

Não ☐

Muitas vezes ☐

Q5.P5. Sentiu que o seu Capitão estava mal preparado para o desempenho das missões que lhe foram confiadas?

Sim ☐

Não ☐

Q5.P5.a. Se Sim, em que áreas:

Q6.P6. Os Capitães do Quadro Permanente, que conheceu, pareceram-lhe muito melhor preparados para enfrentar as vicissitudes inerentes ao comando de uma companhia?

Sim ☐

Sim, se já tivessem feito, pelo menos, uma comissão ☐

Não ☐

Não sei responder ☐

Q6.Q6.a. Se Sim, fundamentalmente, porque

Q7.P7.a. Teve oportunidade, durante a sua comissão, de conhecer bem o seu Capitão. Que desempenhos e protagonismos lhe atribui?

Mui grato lhe ficaria se viesse a ter a sua preciosa ajuda. Antecipadamente, Obrigado.

Aqui vão os meus respeitosos cumprimentos.

Coimbra, 28 de Novembro de 2010

António Inácio Correia Nogueira

OBS:

► Envie-me a sua resposta via *e-mail*

Entrevista a um seleccionador do CEPE, oficial psicotécnico (Ap I. 3)

1. O CEPE era de facto uma instituição credível, sustentada por processos e conceitos científicos actualizados e adaptados à Guerra de África?
2. Era uma instituição permeável a influências externas? Quais as principais maneiras de quebrar a confidencialidade e subverter resultados?
3. Os meios humanos do CEPE estavam preparados para tamanha tarefa? Tinham experiência de vida e formação adequada para observar correctamente, emitir opinião abalizada sobre comportamentos, atitudes, competências? Como se sentia enquanto observador e avaliador?
4. Os processos selectivos de emergência eram cuidadosamente preparados sob o ponto de vista organizacional e científico? Tinham-se em conta todas as implicações que acarretaria uma mudança drástica de funções que sempre exigiria competências acrescidas?
5. Participou nalgum destes processos (CCC ou CSM)? Como decorriam e se processavam?
6. Quer evidenciar (narrar) algum episódio que denote a fragilidade dos processos enunciados em 5) ou o seu rigor organizativo?

Entrevista ao director do CCC (Ap I. 4)

Questões.

1ª. O que considerava (à época) ser o bom desempenho de um Capitão no comando de uma Companhia de Artilharia, Cavalaria ou Infantaria, na Guerra de África e em situação de quadrícula ou intervenção, subordinada a um Batalhão ou a outra estrutura intermédia de comando? Que conhecimentos, capacidades, atitudes, competências, deveria possuir o seu comandante?

2ª. O Curso de Comandantes de Companhia (CCC) que objectivos perseguia e que conteúdos programáticos de índole prática e teórica o sustentavam (exemplos: educação cívica e militar, funcionamento da máquina militar portuguesa e sua organização, pensamento estratégico, armamento, disciplina militar, cadeia logística, gestão administrativa, natureza da guerra de guerrilhas, compreensão das estratégias e contra estratégias, as tácticas de contra guerrilha, etc.)?

3ª. Que espaços temporais lhes estavam destinados?

4ª. Que manuais de referência e que directivas de instrução os suportavam?

5ª. O que era privilegiado no contexto da avaliação?

6ª. Reprovou algum tenente do CCC, dando informação de que não servia para a função Capitão?

7ª. Teve oportunidade, como responsável pelo CCC, de conhecer, de discutir e de reflectir sobre a formação destes capitães. Achava-os capacitados para o comando de uma Companhia de Artilharia, Cavalaria ou Infantaria, na Guerra de África, em situação de quadrícula ou intervenção? Que conhecimentos, capacidades, atitudes, competências deveriam ter? Que desempenhos e protagonismos lhes atribui?

8ª. Foi confrontado, durante a sua permanência em Mafra, directa ou indirectamente, com procedimentos individuais ou colectivos de insubordinação, resistência à instrução, contestação à Guerra de África e desprendimento/desmotivação pelo processo de aprendizagem por parte de Tenentes CCC? Se a resposta for afirmativa, por favor, refira-os.

Questionamentos efectuados a um Capitão formador de estágios em campanha (Ap I. 5)

1. Que ensinamentos proporcionou ao seu estagiário e em que áreas específicas?
2. Que actividades desenvolveu durante o estágio, o candidato a Capitão, e que funções lhe atribuiu?
3. Considerou-o apto para as funções Capitão? Porquê?
4. Concordava com este processo formativo acelerado de capitães, futuros líderes de Companhia (em pleno teatro de guerra)?
5. Existiam diferenças significativas ao nível de atitudes, capacidades, comportamentos e competências, entre estes capitães milicianos e os do quadro, oriundos da Academia Militar (ao tempo também com formação acelerada e outras lacunas formativas, dada a abreviação dos cursos, sua pouca atractividade, diminuta procura e frequência)?
6. Causava-lhe desconfiança e desconforto ser equiparado, como profissional, a um não profissional, com cerca de 14 meses de formação militar? Este facto contribuiu, decisivamente, para o agravamento do estado de guerra na Guiné e Moçambique? Também concorreu para o 25 de Abril?

Entrevista a instrutores do Quadro Permanente e de Milicianos da EPI (Ap I. 6)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
e-mail: inacionogueira@netcabo.pt

Enquanto ainda é tempo de desamarrotar as memórias de antanho!

Exmo Senhor

Dirige-se a Vª Eª António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra do Ultramar, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados CCC. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (EPI), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do **QC** (Quadro do Complemento) na **EPI**, com o 1º Ciclo do COM (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército. Dos aprovados, eram escolhidos cerca de 35 que formavam um pelotão especial no 2º Ciclo do COM.²⁸⁸ No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função Comandante de Companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirante a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do **QP** (Quadro Permanente). No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(CCC), depois de graduados em tenente. Findo este curso, os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí comandavam uma companhia de recrutas, depois formavam a sua própria companhia, que instruam. Por fim realizavam o **IAO** e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique. Apelidei-os de Capitães do Fim.

Na argumentação metodológica, a certa altura, escrevo:

“As explicações dadas pelos Capitães do Fim sobre os seus desempenhos e protagonismos, quer a um nível macrossociológico quer microsociológico, têm que ser contraditadas e cruzadas com outros testemunhos: capitães do quadro permanente seus contemporâneos, comandantes de batalhão, instrutores, estudiosos de estratégia militar, militares do quadro permanente que se evidenciaram na Guerra de África, no período

²⁸⁸ Ao longo dos quatro anos foram utilizadas várias formas de selecção, inclusive o recurso a voluntários.

descolonizador e no 25 de Abril. Em determinadas situações limite socorrer-nos-emos de militares seus subordinados.”

Tive conhecimento de que foi um prestigiado instrutor do COM. Seria uma subida honra, para mim, poder contar com a sua douta colaboração nesse contraditório.

Proponho-lhe, pois, que me responda aos Questionamentos que abaixo discrimino [referidos ao período temporal entre 1970 e 1974]:

Apresento a V^a E^a respeitosos cumprimentos.

Coimbra, 5 de Outubro de 2010

António Inácio Correia Nogueira

Questionamentos:

- 1º. Maioritariamente, a que quadro (complemento ou permanente) pertenciam os instrutores do **COM** e que experiência de guerra possuíam? Os comandantes de Companhia de Instrução tinham Comissões no Ultramar?
- 2º. Os programas de instrução do **COM** (1º e 2º ciclos) que objectivos perseguiram e que conteúdos programáticos de índole prática e teórica os sustentavam (exemplos: aplicação militar, educação cívica e militar, funcionamento da máquina militar portuguesa e sua organização, pensamento estratégico, armamento, disciplina militar, cadeia logística, natureza da guerra de guerrilhas, compreensão das estratégias e contra estratégias, as tácticas de contra guerrilha, etc).
- 3º. Que espaços temporais lhes estavam destinados?
- 4º. Que manuais de referencia e que directivas de instrução os suportavam?
- 5º. O que era privilegiado no contexto da avaliação?
- 6º. Como instrutor do 1º ciclo foi confrontado com processos de observação de cadetes destinados ao Curso de Capitães? Se a resposta for afirmativa indique o que era determinante nessa observação (Exemplos: espírito de liderança e comando, capacidade física, etc.,.)
- 7º. Foi confrontado, durante a sua permanência em Mafra, directa ou indirectamente, com procedimentos individuais ou colectivos de insubordinação, resistência à instrução, contestação à Guerra de África e desprendimento/desmotivação pelo processo de aprendizagem por parte de cadetes? E de oficiais? Se a resposta for afirmativa, por favor, refira-os.

Só para Oficiais do Q.P.

8º. Teve oportunidade, como instrutor do quadro permanente, de conhecer, de discutir e de reflectir sobre a formação destes capitães. Achava-os capacitados para o comando de uma Companhia de Artilharia, Cavalaria ou Infantaria na Guerra de África em situação de quadrícula ou intervenção? Que conhecimentos, capacidades, atitudes, competências deveriam ter? Que desempenhos e protagonismos hoje lhes atribui?

História de Vida (HV) – Guião de entrevista (Ap I. 7)

Objectivos:

Implicar e empenhar os actores na investigação (legitimar a entrevista).

Aprofundar ou completar dados do Questionário Central.

Identificar dados biográficos, competências adquiridas antes do ingresso no serviço militar e motivações para o seu cumprimento.

Analisar os processos de selecção e de formação para a função Capitão.

Fundamentar os desempenhos.

Aprofundar protagonismos.

Narrar percursos de vida após passagem à disponibilidade.

Ponto de Partidas dos Questionamentos	Problemáticas	Objectivos
Legitimação da história de vida	Exposição dos seus objectivos e da conduta ética do entrevistador.	Informar o entrevistado sobre os objectivos da história de vida; criar um ambiente de confiança e empatia com o entrevistado, sublinhando as condutas éticas implícitas na feitura do trabalho e a relevância, para o êxito do mesmo, da sua colaboração.
Biografia	Dados identificativos do entrevistado.	Recolher informações sobre a identificação do entrevistado e família; conhecer modos e locais de vida.
Antecedendo o ingresso	Vida e experiências do entrevistado antes do ingresso no serviço militar.	Descobrir competências adquiridas antes do ingresso no serviço militar; identificar motivações ou resistências para o cumprimento do serviço militar.
A passagem da vida civil para a vida militar	A adaptação a uma nova realidade vivencial e relacional.	Conhecer os modos e dificuldades de adaptação a uma nova forma de vida e convívios; descobrir os factores que obstaculizavam ou facilitavam a integração na instituição militar.
A selecção para a função Capitão	Os métodos e instrumentos utilizados para a selecção dos capitães.	Discutir o papel da selecção e o perfil profissional requerido; analisar os métodos e os instrumentos utilizados (observação dirigida, testes psicotécnicos, aplicação física e aplicação militar).
A formação e a identificação das necessidades de formação	Estrutura e organização da formação.	Identificar competências e conhecimentos adquiridos, metodologias, recursos postos à disposição, tempos, espaços, perfil dos formadores, valor e eficácia da formação, incidentes e contestação na formação.
Desempenhos na execução das tarefas e funções profissionais	Execução de tarefas.	Conhecer os desempenhos profissionais na guerra e noutras situações inerentes à função; analisar as tarefas desenvolvidas a nível da acção em combate, gestão de conflitos, comando de equipas, auto controle, motivação, influência, persuasão, comunicação...
Os protagonismos	Elevado nível de função e desempenho das tarefas inerentes ou participação em incidentes marcantes da guerra ou da obtenção da paz.	Aprofundar os protagonismos no exercício da função; narrar os acontecimentos mais significativos; verificar se houve reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.
Duração e vida após o serviço militar	A duração, as consequências da guerra e o que foi a vida após a desmobilização.	Contabilizar a duração do serviço militar; descobrir as vertentes de vida em que a guerra foi mais gravosa; falar sobre a situação profissional actual e sobre os percursos profissionais ao longo da vida.

Carta 1 (HV) enviada aos entrevistados



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

Exmo. Senhor

A sua História de Vida é fundamental para o aprofundamento da investigação de doutoramento de António Inácio Correia Nogueira, sob minha orientação, na Universidade Fernando Pessoa.

Neste pressuposto, muito grato lhe ficaria se viesse a obter a sua disponibilidade para a concessão de uma entrevista.

Porto, 20 de Junho de 2011

O Orientador

Prof. Doutor Rui Leandro Maia



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

NIPC: 501 017 682 - Reg. Comercial n.º 26 Conservatória do Registo Comercial do Porto

REITORIA - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T. +351 22 507 1300 - F. +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt
[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde] R. Carlos Da Maia, 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T. +351 22 507 4630 - F. +351 22 507 4637 - R. Delfim Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal
T. +351 22 509 6371 - geral.asaude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Bertiandos - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T. +351 258 741 026 - F. +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt

Carta 2 (HV) enviada aos entrevistados



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

Exmo Senhor ex-Capitão Miliciano

A Universidade Fernando Pessoa, o Prof. Doutor Rui Leandro Maia e o Doutorando António Inácio Correia Nogueira, respectivamente, instituição acolhedora de uma investigação em Sociologia Militar, professor orientador e investigador responsável pela sua execução, têm a honra de convidar V.^a Ex.^a para uma entrevista em profundidade, centrada intensivamente nos questionamentos do inquérito a que teve a amabilidade de responder, a realizar no Centro de Administração e Políticas Públicas, entidade do ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, sito na Rua Almerindo Lessa 1300-663 Lisboa, no dia ____ de ____ de 2011 pelas ____ horas.

A entrevista versará a temática da Guerra Colonial e ficará circunscrita ao título que enforma a investigação: *"Os Anos Terminais da Guerra de África e os Capitães do Fim: Selecção, Formação, Desempenhos e Protagonismos dos Actores em Contextura de um Exército Quase-Miliciano"*.

Na impossibilidade de V.^a Ex.^a poder estar presente, solicita-se o contacto urgente com António Inácio Correia Nogueira para que se possa estudar uma situação alternativa que, de todo, não nos dispense do benefício da obtenção do seu importante testemunho.

Apresentamos respeitosos cumprimentos,

Porto, 13 de Outubro de 2011

O Professor Orientador

Prof. Doutor Rui Leandro Maia

O Doutorando

Mestre António Inácio Correia Nogueira

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2.^aA
3000 -107 Coimbra
telm. 919262179
Tel:239822125
e-mail: inacionogueira@netcabo.pt

Observação Importante: Se achar pertinente, faça-se acompanhar por documentos que possam valorizar o conteúdo da entrevista.



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

1000 - 100 010 000 - Reg. Comércio nº 26.123/2004 do Registo Comercial de Porto
183101014 - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça D. de Abril, 348 - 4249-004 Porto-Portugal - T. +351 22 507 1300 - F. +351 22 550 8259 - geral@ufp.pt
[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde] R. Carlos Da Maia, 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T. +351 22 507 4630 - F. +351 22 507 4637 - R. Delfim Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal
T. +351 22 509 6371 - geral.asaude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garida - R. Conde de Bertiandos - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T. +351 258 741 026 - F. +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt

E-mail 1 (HV) enviado para o ISCSP para cativação de espaços para as entrevistas

Dr.s Jorge Piteira Martins /Soelan Tavares/Carolina Barata

Boa tarde.

De Acordo com as conversas anteriormente mantidas entre o Dr. Jorge Piteira Martins e o Prof. Rui Leandro Maia (e a confirmação de datas já efectuadas), sou então a enviar-lhe(s) formalmente a cativação do espaço para a realização das entrevistas de acordo com o horário combinado:

Capitão	Dia	Hora
1	27 de Outubro	14h-30min
2	27 de Outubro	16H-30min
3	7 de Novembro	14h
4	7de Novembro	1 6h
5	7 de Novembro	18h
6	11 de Novembro	10h-30min
7	11 de Novembro	14h
8	11 de Novembro	16h
9	11 de Novembro	18h
10	12 de Novembro	14h
11	12 de Novembro	16h
12	12 de Novembro	18h

Envio mui respeitosos cumprimentos

Coimbra, 25 de Outubro de 2011

O Responsável pelas entrevistas

António Inácio Correia Nogueira

**Pré-teste (PT) destinado à concepção do Questionário Central [QC] e
Histórias de Vida (HV) [Ap I. 8]**

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
Telm. 919262179
Email: inacionogueira@ netcabo.pt



Enquanto ainda é tempo de desamarrotar as memórias de antanho!

Estimado Ex-Capitão

Dirige-se-lhe António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação (doutoramento) na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados CCC (oriundos de cadetes, com o Curso de Comandantes de Companhia). No contexto investigativo apelido-os de *Capitães do Fim*.

Eu sei que foi um desses capitães. Então peço-lhe que reflecta e responda ao documento pré-teste que lhe endereço. Grato lhe ficaria se a reflexão viesse a contemplar os pontos 1 e 2.

1) Gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre a organização, conteúdo e representatividade deste documento.

2) Faça os reparos que achar consequentes e acrescente os questionamentos que considerar em falta.

Muito reconhecido e agradecido fico se fizer a sua devolução até ao dia ____/____/____.

Até breve.

Cordiais saudações.

Coimbra, ____de _____de _____

António Inácio Correia Nogueira

Blocos Do Pré-teste		Questões a Responder
Dos Antecedentes de Vida à Incorporação no Serviço Militar Obrigatório	I	<p>1) Qual a profissão e habilitações literárias dos seus pais?</p> <p>2) Onde nasceu e em que data?</p> <p>3) Quando foi incorporado em Mafra o que fazia? Estudava ou já trabalhava? Se estudava refira a instituição, o curso e o ano que frequentava; se já laborava explicita a actividade profissional exercida.</p> <p>4) A quando da incorporação era casado ou solteiro? Tinha filhos? Quantos e com que idade?</p> <p>5) Que sentimentos lhe despertou o primeiro dia de Mafra? E o último?</p>
Da Incorporação na EPI (instrução, instrutores, ambiente, contestação à guerra)	II	<p>1) Em que turno e ano foi incorporado em Mafra?</p> <p>2) Ainda se lembra do nome dos seus instrutores do 1º e 2º ciclos? Se ainda se recorda refira-os. Pertenciam ao quadro permanente ou de milicianos?</p> <p>3) Eram verdadeiros formadores e condutores de homens ou apenas cultivavam o militarismo castrense?</p> <p>4) Que aprendizagens úteis para a guerra lhe proporcionaram os programas de instrução do COM (1º e 2º ciclos)? Os conteúdos programáticos, de índole prática e teórica, estavam adaptados à Guerra de África?</p> <p>5) Foi confrontado, durante a sua permanência em Mafra, directa ou indirectamente, com procedimentos individuais ou colectivos de insubordinação, resistência à instrução, contestação à Guerra de África e desprendimento/desmotivação pelo processo de aprendizagem por parte de cadetes? E de oficiais instrutores? Se a resposta for afirmativa, por favor, refira-os. Se foi protagonista de algum deles não deixe de o discriminar.</p>
Sobre a Selecção e Formação Para a Função Capitão(inclui 2º Ciclo COM, estágio e curso de comandantes de companhia)	III	<p>1) Conhece o motivo por que foi seleccionado para a função Capitão? Foi obrigado ou ofereceu-se como voluntário? Que provas de selecção teve de realizar? Quantos cadetes foram escolhidos, para a função, na sua incorporação?</p> <p>2) Onde realizou o estágio de 4 meses? O Capitão que superintendia era do quadro ou miliciano? Esta experiência foi realizada em zona de forte subversão? Onde? Teve contactos com o inimigo? Participou nalguma operação importante?</p> <p>3) Este estágio foi importante para o resto do seu percurso militar? O que aprendeu fundamentalmente? Tem conhecimento de algum camarada ter reprovado neste estágio?</p> <p>4) O Curso de Comandantes de Companhia em Mafra que ensinamentos lhe forneceu? Como classificaria este curso: Mau, Insuficiente, Satisfatório, Bom ou Muito Bom.</p> <p>5) Tem conhecimento de que algum camarada tenha reprovado neste curso? Quantos? Sabe o motivo?</p>
Sobre a Formação da Companhia (locais, IAO, sobreposição no primeiro Sub-Sector)	IV	<p>1) Para que Província Ultramarina foi mobilizado? Qual a unidade mobilizadora? Comandou Companhia Independente ou Companhia integrada em Batalhão? Como se chamava e que lema tinha?</p> <p>2) Quantos Capitães do Fim existiam na unidade mobilizadora? E no seu Batalhão? Como eram tratados pelos superiores: auxiliados e formados, face á sua frágil formação, ou permanentemente despeitados?</p> <p>3) Em que data embarcou em Lisboa? Foi de barco ou de avião? Onde realizou o IAO? Qual foi o seu primeiro Sub-sector e com quem fez sobreposição?</p>
Do Desempenho no Comando da Companhia em Zona Operacional (actividade operacional,	V	<p>1) Faça uma resenha das actividades operacionais da Companhia, do grau de perigosidade a que esteve exposta, dos incidentes principais com o IN, da acção psicossocial desenvolvida.</p> <p>2) Fale-nos do relacionamento com subordinados e superiores e de incidentes profissionais graves que tenham existido.</p> <p>3) Refira-se às condições de vida e condições de defesa dos</p>

incidentes com o IN, de âmbito relacional, logístico [comissão liquidatária] e técnico-militar)		<p>aquartelamentos.</p> <p>4) Resenhe as dificuldades sentidas na gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia.</p> <p>5) Enumere os problemas que teve na Comissão Liquidatária.</p> <p>6) Sentiu falta de competências específicas para resolver as situações complexas ? Quais e em que áreas?</p> <p>7) Os Capitães do Quadro Permanente que conheceu pareceram-lhe mais bem preparados para enfrentar as vicissitudes de um teatro de guerra subversiva? Fundamentalmente em que áreas?</p> <p>8) Chegou à conclusão de que o processo formativo que lhe foi ministrado foi insuficiente para o desempenho das missões que lhe foram confiadas?</p>
Substituição e Desempenho de Funções não Operacionais	VI	<p>1) Foi substituído no comando da Companhia? Por que motivo? Doença? Ferimentos em Combate? Motivos disciplinares? Outros?</p> <p>2) Desempenhou outras funções não operacionais? Quais e onde?</p>
Acidentes na Guerra (mortos da Companhia, e feridos graves)	VII	<p>1) Quantos mortos em combate teve a sua Companhia? E feridos?</p> <p>2) E por motivo de acidente com arma de fogo? E desastre de viação?</p> <p>3) Quantos foram evacuados por motivo de doença grave?</p>
Dos Protagonismos na Guerra, na Obtenção da Paz, na Descolonização e na Conquista da Democracia	VIII	<p>1) Considera que teve papel relevante no processo de descolonização, nomeadamente, nos contactos com o inimigo para a obtenção da paz, na entrega dos aquartelamentos, na retracção do dispositivo, na mediação entre movimentos de libertação, na defesa de instalações estratégicas e protecção da população civil? Se acha que sim, descreva esse protagonismo.</p> <p>2) Foi elemento activo no Movimento das Forças Armadas da Província onde combateu? Que papel desempenhou e qual o seu empenhamento.</p> <p>3) Participou activamente no 25 de Abril a título individual ou com a sua Companhia? Descreva essa intervenção.</p> <p>4) Foi elemento activo contra a guerra, no movimento estudantil?</p> <p>5) Durante a prestação do serviço militar foi incisivo na contestação à guerra e desenvolveu práticas conscientizadoras junto de oficiais do quadro permanente?</p>
O Reconhecimento pelo Trabalho Desenvolvido (louvores, notas elogiosas, medalhas, reconhecimento dos subordinados e superiores)	IX	<p>1) Se recebeu louvores, notas elogiosas, medalhas ou reconhecimento público, por parte de subordinados ou superiores, refira-os aqui.</p>
Das Consequências da Guerra (na profissão, na família, na saúde)	X	<p>1) Considera que a participação na guerra foi gravosa para a continuidade dos seus estudos? Teve repercussões perniciosas na sua carreira profissional? Por que motivos?</p> <p>2) Acha que a guerra lhe acarretou problemas de saúde e instabilidade emocional que prejudicou os seus relacionamentos familiares? Ou outros? Discrimine-os.</p>
Da Vida Após a Desmobilização(tem po de serviço militar, percurso profissional, social, político)	XI	<p>1) Quanto tempo durou o seu serviço militar obrigatório?</p> <p>2) Descreva-nos, sucintamente, a sua situação profissional actual, e os percursos profissionais que calcorreou, acentuando os que mais o satisfizeram.</p>

QUESTINÁRIO CENTRAL [QC] (Ap I. 9)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
Telm. 919262179
Email: inacionogueira@ netcabo.pt

Cap nº _____



Estimado
Ex - Capitão

Dirige-se-lhe António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação (doutoramento) na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados **CCC** (oriundos de cadetes, com o Curso de Comandantes de Companhia). No contexto investigativo apelido-os de **Capitães do Fim**.

Eu sei que foi um desses capitães. Contribua para a história sociológica de todos.

Peço a sua empenhada colaboração no preenchimento e na devolução do inquérito sociológico que envio em anexo. Constitui-se como um dos instrumentos que compaginam as teias desta investigação.

Muito reconhecido e agradecido fico se fizer a sua devolução até ao dia ____/____/____.

Até breve.

Cordiais saudações.

Coimbra, ____ de _____ de _____

António Inácio Correia Nogueira



Enquanto ainda é tempo de desamarrotar as memórias de antanho

I - DE ALGUNS ANTECEDENTES DE VIDA À INCORPORAÇÃO NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

1. Onde nasceu?

Local.

Freguesia.

Concelho.

Distrito.

2. A data do seu nascimento: _____ (dia) _____ (mês) _____ (ano)

3. A escolaridade dos seus pais (coloque um x nos quadrados correspondentes às situações dos seus pais):

	Pai	Mãe
Sem instrução	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Primária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Secundária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra situação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Os seus pais que profissões ou que ocupações tiveram?

Pai

Mãe

5. Quando foi incorporado na Escola Prática de Infantaria, EPI, que habilitações académicas possuía?

(coloque um x no quadrado correspondente à sua situação):

7º ano do liceu ou equivalente ☐

1º ano de um curso superior ☐

2º ano de um curso superior ☐

3º ano de um curso superior ☐

Último ano de um curso superior ☐

Bacharelato ☐ Em quê?

Licenciatura ☐ Em quê?

Outra situação ☐ Qual?

6. Qual era, nessa altura, o seu estado civil?

Solteiro ☐

Casado ☐

Outra situação ☐ Qual?

7. E tinha filhos?

Sim ☐ Quantos? _____ filhos.

Não ☐

8. Já desenvolvia alguma ocupação ou profissão quando foi incorporado na EPI?

Sim ☐ Qual?

Não ☐

9. Durante os tempos de estudante, foi elemento activo de algum movimento associativo que contestasse a Guerra de África?

Sim ☐ Passe à questão 10.

Não ☐ Passe à questão 11.

10. Assinale as actividades a que esteve associado em relação à Guerra de África:

Escrevendo artigos ou panfletos ☐

Participando em manifestações ☐

Aliciando colegas para a causa da contestação à guerra ☐

Incentivando à deserção ☐

Esclarecendo colegas prestes a entrar no serviço militar ☐

Intervindo em assembleias de escola ☐

Não participava em actividades contra a guerra ☐

Outra(s) situação(ões) ☐ Qual(ais)?

II – DA INCORPORAÇÃO NA EPI (INSTRUÇÃO, INSTRUTORES, AMBIENTE, CONTESTAÇÃO À GUERRA)

11. Em que ano foi incorporado na EPI?

1970 ☐

1971 ☐

1972 ☐

1973 ☐

1974 ☐

11.1. E em que turno?

1º - Janeiro ☐

2º - Abril ☐

3º - Julho ☐

4º - Outubro ☐

12. Descreva, adjectivando, que atitudes, competências e valores lhe revelaram os seus instrutores? (Se deixar algum quadrado em branco, consideramos que nada de

relevante existe nesse campo; se deixar o quadro em branco consideramos que nada de significativo foi observado).

	Atitudes	Competências	Valores
1º Ciclo			
2º Ciclo			

13. Os conteúdos programáticos, de índole prática e teórica, pelos instrutores transmitidos, estavam adaptados à Guerra de África?

- Sim ☐
- Muitas vezes ☐
- Algumas vezes ☐
- Poucas Vezes ☐
- Não ☐ Passe à questão 15

14. Assinale as aprendizagens úteis que lhe foram proporcionadas:

	Sim	Não
Ação psicológica e psicossocial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicas e táticas de contra-guerrilha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Armamento e tiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Logística e NEP'S	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De resistência e sacrifício às adversidades físico-naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preparação física para ultrapassar obstáculos e percorrer longas distâncias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preparação para comandar homens em estado de guerra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atitude, ética e civismo militar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quais		

15. Foi confrontado, durante a sua permanência na EPI, directa ou indirectamente, com procedimentos individuais ou colectivos de:

	Sim	Não
Revolta após ferimentos ou mortes de cadetes durante a instrução	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resistência à instrução	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Insubordinação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desafios à autoridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contestação à Guerra de África	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Desprendimento ou desmotivação pelo processo de aprendizagem ☐ ☐
Deserções ☐ ☐

15.1. Se respondeu Sim, por favor, discrimine-os:

15.2. Se foi protagonista de algum deles não deixe de o(s) descrever:

16. Que sentimento(s) lhe despertou o 1º dia na EPI? (exprima-o(s) com uma palavra ou, em alternativa, com um conjunto de até três palavras)?

17. E o último dia, no final da Especialidade, 2º Ciclo COM? (exprima-o(s) com uma palavra ou, em alternativa, com um conjunto de até três palavras)?

**III - SOBRE A SELECÇÃO E FORMAÇÃO PARA A FUNÇÃO CAPITÃO
(INCLUI 2º CICLO COM ESTÁGIO E CURSO DE COMANDANTES DE
COMPANHIA)**

18. No acto da realização dos testes psicotécnicos para atribuição de especialidades militares, no início do 1º Ciclo do COM, declarou, no espaço a isso destinado, ser voluntário para a função capitão?

Sim ☐ Passe à questão 20.

Não ☐

18.1. Se respondeu Não sabe qual o motivo porque foi escolhido para realizar as provas específicas de selecção?

Por escolha do instrutor do 1º Ciclo do COM ☐

Por possuir as habilitações académicas mínimas exigidas ☐

Por ocupar os primeiros lugares da seriação psicotécnica para atirador ☐

Por ter mais idade ☐

Por já possuir uma licenciatura ☐

Pelas influências que tiveram as competências adquiridas na vida civil ☐

Desconheço o motivo ☐

19. Que espécie de sentimentos o afrontaram quando soube que tinha sido seleccionado para ser Capitão?

Revolta ☐

Decepção ☐

Receio ☐

- Entusiasmo ☐
- Encarei com naturalidade ☐
- Motivação para o desempenho ☐
- Percepção de que não adquiriria competências para tais desempenhos ☐
- A conquista de uma situação vantajosa relativamente aos alferes atiradores ☐

20. Em que ex-Província Ultramarina realizou o Estágio de 4 meses?

Província	Companhia	ZA
Angola		
Guiné		
Moçambique		

21. Como Classifica a ZA da Companhia, onde estagiou, quanto à violência da subversão?

- Forte subversão ☐
- Intermédia subversão ☐
- Fraca subversão ☐
- Zona pacificada ☐

22. Indique em quais dos seguintes tipos de operações participou? (pode assinalar mais do que uma opção)

- Seguranças imediatas ☐
- Escoltas ☐
- Golpes de mão ☐
- Emboscadas ☐
- Batidas ☐
- Patrulhas de reconhecimento ☐
- Assaltos a acampamentos ☐
- Grandes operações que a História da Guerra evidencia ☐
- Quais os seus nomes?

22.1. Nalguma destas operações teve contacto com o IN?

Sim ☐

Não ☐ Passe à questão 23.

22.2. Foi alvo de algum ferimento:

- Grave que deixou deficiência ☐
- Grave que não deixou deficiência ☐
- Ligeiro embora tendo sido evacuado ☐

Ligeiro que não necessitou de evacuação ☐

Não foi ferido ☐

23. Que outras aprendizagens ou actividades desenvolveu durante o Estágio?

De comando ☐

De Acção Psicossocial ☐

De serviço de secretaria e logística ☐

Planeamento de Operações ☐

Elaboração de Relatórios ☐

De comunicações ☐

De bem-estar dos subordinados ☐

Outras significativas ☐

Quais?

24. O Capitão Comandante de Companhia de quem foi adjunto no Estágio era:

Do Quadro Permanente ☐

Do Quadro Especial de Oficiais ☐

Do Quadro de Milicianos ☐

25. Este Estágio foi importante para o resto do seu percurso militar?

Sim ☐

Não ☐ Passe à questão 26.

25.1. Assinale as 3 alternativas mais relevantes, identificando-as, nos respectivos quadrados, com numeração de 1 a 3, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante:

Aprendeu com um Capitão competente e experiente ☐

Aprendeu com um Capitão preocupado com a sua formação ☐

Aprendeu com as vivências e a realidade da guerra ☐

Aprendeu fazendo com a cooperação de vários elementos da Companhia ☐

Aprendeu familiarizando-se com todas as vertentes do funcionamento de uma Companhia ☐

Aprendeu comandando homens em situações difíceis e adversas ☐

Aprendeu a conhecer a ZA ☐

Aprendeu no contacto com as populações ☐

26. No final do Estágio o Comandante de Companhia reconheceu e valorizou o seu trabalho?

Sim ☐

Não ☐ Passe à questão 27.

26.1. Assinale as alternativas colocando uma cruz nos locais adequados:

- Através de um louvor ☐
- Através de uma avaliação qualitativa elevada atribuída pelo Capitão ☐
- Através de elogios e incentivos públicos ☐
- Através de outras formas ☐
- Quais?

27. Depois de vir do Estágio frequentou o Curso de Comandantes de Companhia, CCC, na EPI. Classifique esse curso:

- Não se aprendeu nada ☐
- Mau ☐
- Insuficiente ☐
- Sem interesse ☐
- Satisfatório ☐
- Bom ☐
- Muito Bom ☐

27.1. Refira até três ensinamentos relevantes que o CCC lhe tenha proporcionado no contexto administrativo-logístico e tático-operacional:

IV – SOBRE A FORMAÇÃO DA COMPANHIA (LOCAIS, IAO, SOBREPOSIÇÃO NA PRIMEIRA ZA)

28. Para que ex-Província Ultramarina foi mobilizado?

- Angola ☐
- Guiné ☐
- Moçambique ☐

29. Foi em rendição individual?

- Não ☐
- Sim ☐ Passe à questão 36.

30. Que tipo de Companhia formou? (nos espaços a isso destinados escreva o nome da Companhia ou do Batalhão e a sua divisa)

Tipo	Nome da Companhia ou da Companhia/Batalhão	Divisa
Independente		
Integrada em Batalhão		

31. Qual o tratamento dado pelos comandos de Batalhão e da Unidade Mobilizadora aos capitães CCC durante a fase de formação da Companhia? (assinale as

3 alternativas mais relevantes, identificando-as, nos respectivos quadrados, com numeração de 1 a 3, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante)

- Foram facilitadores da sua integração ☐
- Davam apoio permanente à formação e à instrução das suas companhias ☐
- Alheavam-se em demasia da instrução e formação das suas companhias ☐
- Tinham atitudes e comportamentos militaristas ☐
- Eram por eles despeitados e rigidamente repreendidos ☐
- Eram por eles tratados com respeito ☐
- Tudo faziam para disciplinar e relevar a sua função ☐
- Ensinavam-nos e aconselhavam-nos a ter atitudes de civismo e de ética militar ☐

32. Em que data embarcou para a ex-Província Ultramarina? (preencha os espaços)

- ___/___/ 1971
- ___/___/ 1972
- ___/___/ 1973
- ___/___/ 1974
- ___/___/ 1975

33. Onde realizou o IAO?

- Na Metrópole ☐ Onde?
- Na ex-Província Ultramarina ☐ Onde?
- Não realizou IAO ☐ Passe à questão 35.

34. O IAO foi importante porque permitiu realizar à Companhia: (assinale as 3 alternativas mais relevantes, identificando-as, nos respectivos quadrados, com numeração de 1 a 3, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante)

- Treino operacional em contexto real ☐
- Treino operacional em contexto simulado ☐
- Treino intensivo com armas de fogo ☐
- Adaptação ao clima e às condições do terreno ☐
- Adaptação à guerra de guerrilha ☐
- Aperfeiçoamento de táticas ☐
- Apuro da condição física ☐
- O cimentar do espírito de corpo da companhia ☐

35. Qual foi a primeira ZA da sua responsabilidade?

35.1. Que outras percorreu ao longo da comissão?

agora passe à questão 38.

36. Na situação de rendição individual enumere, no quadro seguinte, a(s) companhia(s) que comandou e a (s) ZA's por que foi responsável:

Companhia(s)	ZA's

37. Na situação de rendição individual assinale o(s) o(s) motivo(s) que o levaram a substituir o(s) comandante(s) de companhia:

- Por motivo da promoção a major ☐
- Por motivo disciplinar ☐
- Por transferência ☐
- Por motivo de doença ☐
- Por motivo de ferimentos ☐
- Por motivo de morte ☐
- Por terminar a comissão ☐
- Por motivos de desempenho de outras funções superiores ☐

V - DO DESEMPENHO NO COMANDO DA(S) COMPANHIA(S) EM TEATRO DE GUERRA (COMANDO E ACTIVIDADE OPERACIONAL, INCIDENTES COM O IN, DE ÂMBITO RELACIONAL, LOGÍSTICO [COMISSÃO LIQUIDATÁRIA] E TÉCNICO-MILITAR)

Se foi mobilizado para as ex-Províncias Ultramarinas após os acordos de cessar-fogo estabelecidos com os movimentos de libertação e numa fase adiantada da descolonização → passe à questão 39.

38. As questões que se seguem pretendem enquadrar a(s) actividade(s) operacional(ais) da(s) Companhia(s) sob o seu comando (assinale em todas elas, e no quadrado a isso destinados, as opções adequadas ao seu caso):

38.1. Número de homens que comandou em pleno teatro de guerra (inclui tropas especiais, tipo milícias, TE's, etc):

- De 150 a 200 ☐
- De 200 a 300 ☐
- De 300 a 400 ☐
- De 400 a 500 ☐
- Mais de 500 ☐

38.2. Risco/perigosidade a que esteve exposto com os seus homens:

- Elevado com mais de 20 incidentes com o IN ☐
- Médio entre 10 e 20 incidentes com o IN ☐
- Baixo com menos de 5 incidentes com o IN ☐

Nenhum incidente com o IN

☐ Passe à questão 38.6.

38.3. Tipo de actividade operacional por si desenvolvida:

Defesa do aquartelamento e resposta a ataques esporádicos ☐

Defesa do aquartelamento e resposta a ataques violentos e sistemáticos ☐

Patrulhamentos e nomadizações com risco de contacto com o IN ☐

Escoltas perigosas ☐

Emboscadas em corredores de infiltração IN ☐

Segurança com risco a itinerários e a grandes obras ☐

Assaltos a bases IN ☐

Participação em grandes e históricas operações ☐

Nomes de 3 dessas operações:

38.4. Incidentes principais ocorrido(s) na(s) sua(s) companhia(s) com o IN:

	Sim	Não
Ataques a aquartelamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rebentamento/ detecção de minas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Emboscadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ataques e saques a populações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Quais?

38.5. Êxitos operacionais que a sua(s) companhia(s) tive(ram) perante o IN:

	Sim	Não
Captura de armas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer prisioneiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer mortos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Captura de outro material	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apresentação de guerrilheiros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apresentação de população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Destruição de acampamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Destruição de lavras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quais?		

38.6. Acção psicossocial desenvolvida pela(s) sua(s) companhia(s) em prol das populações locais:

	Sim	Não
Construção de aldeamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reordenamento da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio médico-sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio ao desenvolvimento socioeconómico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio à educação e à alfabetização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não havia populações em redor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quais?		

38.7. Refira-se às condições de vida no(s) seu(s) aquartelamento(s):

- ☐ Aquartelamento (s) edificado (s) com condições de vida e de defesa péssimas ☐
- ☐ Aquartelamento (s) edificado (s) com condições de vida e de defesa satisfatória ☐
- ☐ Aquartelamento em tendas com condições de vida e de defesa degradantes ☐
- ☐ Aquartelamento (s) no meio da população com condições de vida e de defesa precárias ☐
- ☐ Houve um permanente empenho em melhorar as condições ☐
- ☐ Outras ☐
- Quais?

39. Vamos agora tratar, nas questões que abaixo se discriminam, dos seus relacionamentos com subordinados e com superiores e dos incidentes profissionais graves que tenham existido na(s) sua(s) Companhia(s) (assinale em todas elas, e, no quadrado a isso destinado, as opções adequadas ao seu caso).

39.1. O seu relacionamento com os subordinados foi (assinale as 3 alternativas mais relevantes, identificando-as, nos respectivos quadrados, com numeração de 1 a 3, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante):

Permissivo e reprodutor da indisciplina	<input type="checkbox"/>
Humano e Tolerante	<input type="checkbox"/>
Exigente no cumprimento das ordens	<input type="checkbox"/>
Baseado no “Efeito de Tribo” – <i>À chegada vimos Todos</i>	<input type="checkbox"/>
Baseado em atitude, ética e civismo militar	<input type="checkbox"/>

- De ajuda e de solidariedade ☐
- Alicerçado pelo saber estar com eles nos momentos difíceis ☐
- Ancorado no exemplo: acompanhei-os nas operações mais perigosas ☐
- Agressivo ☐
- Conflituoso ☐
- De desconfiança nas suas competências ☐
- Militarista ☐
- Outro(s) ☐
- Explique

39.2. O seu relacionamento com os superiores foi (assinale as 3 alternativas mais relevantes, identificando-as, nos respectivos quadrados, com numeração de 1 a 3, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante):

- Permissivo e reprodutor da indisciplina ☐
- Humano e Tolerante ☐
- Exigente no cumprimento das ordens ☐
- Baseado em atitude, ética e civismo militar ☐
- De ajuda e de solidariedade ☐
- Agressivo ☐
- Conflituoso ☐
- De desconfiança permanente nas minhas competências ☐
- Muito hierárquico e distante ☐
- Outro(s) ☐
- Explique

40. Viu-se a contas com incidentes disciplinares graves?

Sim ☐ Com quem e de que tipo?

Não ☐

41. Teve dificuldades na gestão logística, administrativa e técnico-militar da Companhia?

Sim ☐ Explícite-as

Não ☐

42. Teve problemas na Comissão Liquidatória?

Sim ☐ Descreva-os

Não ☐

Não tive Comissão Liquidatória ☐

43. Chegou à conclusão de que o processo formativo que lhe foi ministrado foi insuficiente para o desempenho das missões que lhe foram confiadas?

Sim ☐ Em que áreas?

Não ☐

VI – SUBSTITUIÇÃO NA COMPANHIA E DESEMPENHO DE FUNÇÕES NÃO OPERACIONAIS

44. Foi substituído no comando da(s) companhia(s)?

Sim ☐

Não ☐ Passe à questão 45.

44.1. E por que motivo(s)?

Doença ☐

Ferimento em Combate ☐

Motivos disciplinares ☐

Transferência para outra companhia ☐

Incompetência para o exercício das funções ☐

Outro(s) ☐

Explique

45. Desempenhou, durante a comissão, outras funções para além da de comandante de companhia operacional?

Sim ☐ Explique

Não ☐

VII – ACIDENTES NA GUERRA E DURANTE O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

46. Preencha, por favor, o quadro abaixo discriminado referente à(s) companhia(s) que comandou. Se não sabe responder a um campo ou a mais, coloque um x na linha para o efeito destinada:

	Nº de mortos em combate	Nº de feridos graves em combate	Nº de desaparecidos em combate e/ou desertores para o IN	Nº de mortos no estabelecimento da ordem pública ou da segurança durante a descolonização	Nº de feridos graves no estabelecimento da ordem pública ou da segurança durante a descolonização	Nº de mortos em acidentes com armas de fogo ou viação	Nº de mortos noutros acidentes
Nº							
Não sabe							

VIII – DOS PROTAGONISMOS NA GUERRA, NA OBTENÇÃO DA PAZ, NA DESCOLONIZAÇÃO E NA CONQUISTA DA DEMOCRACIA

47. Estando na Metrópole ainda em período formativo e/ou a aguardar embarque participou, activamente, no 25 de Abril a título individual ou com a sua Companhia?

Sim ☐ Descreva essa participação em XII.

Não ☐

48. Foi elemento activo do Movimento das Forças Armadas na Metrópole ou na ex-Província Ultramarina onde combateu?

Sim ☐ Descreva essa participação em XII.

Não ☐

49. Considera que teve papel relevante no processo final de descolonização?

Sim ☐

Não ☐ Passe à questão 50.

A quando da sua implementação já me encontrava na Metrópole ☐ Passe à questão 50.

49.1. Refira-o através das seguintes opções (assinale as 3 alternativas mais relevantes, identificando-as, nos respectivos quadrados, com numeração de 1 a 3, sendo 1 a mais importante e 3 a menos importante):

Pelas negociações profícuas, sem cedências humilhantes, com o IN, para a obtenção da paz, na sua ZA ☐

Pela dignidade e rigor da entrega dos aquartelamentos aos movimentos de libertação ☐

Pela participação numa retracção atempada, regulada e organizada do dispositivo militar ☐

Na mediação entre movimentos de libertação com vista ao seu entendimento ☐

Na regulação das movimentações dos movimentos de libertação ☐

Na defesa de instalações estratégicas ☐

Na protecção e apoio incondicional à população civil ☐

No restabelecimento da ordem pública ☐

Pela participação em episódios marcantes que fizeram história na atribulada descolonização ☐

Outro(s) ☐ Pode descrevê-los em XII.

IX – O RECONHECIMENTO PELO TRABALHO DESENVOLVIDO(LOUVORES, NOTAS ELOGIOSAS, MEDALHAS, RECONHECIMENTO DOS SUBORDINADOS E SUPERIORES)

50. O seu trabalho durante a comissão, como capitão, teve reconhecimento de mérito?

Sim ☐

Não ☐ Passe à questão 51.

50.1. Indique de que forma:

Atribuição de uma condecoração ☐ Qual?

Atribuição de uma medalha ☐ Qual

Atribuição de um Louvor ☐ Por quem?

Outra(s) forma(s) ☐ Qual ou quais?

BLOCO X - DAS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA (NA PROFISSÃO, NA FAMÍLIA, NA SAÚDE)

51. Considera que a participação na Guerra foi gravosa para a continuidade dos seus estudos? (se já havia terminado o curso passe à pergunta seguinte)

Sim ☐ Porquê?

Não ☐

52. O serviço militar teve repercussões negativas na procura ou na continuidade da sua carreira profissional?

Sim ☐ Porquê?

Não ☐

53. O exercício da função capitão resultou de algum modo benéfica para o seu enriquecimento humano e profissional?

Sim ☐ Porquê?

Não ☐

54. Acha que a Guerra lhe acarretou problemas de saúde e instabilidade emocional que prejudicaram os seus relacionamentos familiares, na profissão e com os amigos?

Sim ☐ Explique

Não ☐

XI - DA VIDA APÓS A DESMOBILIZAÇÃO (TEMPO DE SERVIÇO MILITAR, PERCURSO PROFISSIONAL, SOCIAL, CULTURAL, POLÍTICO)

55. Quanto tempo durou o seu serviço militar obrigatório?

56. Apresente numa palavra, ou num conjunto de até três palavras, o que sentiu no dia em que passou à disponibilidade.

57. Descreva, sucintamente, a sua situação profissional actual, e os percursos profissionais que calcorreou, ao longo da vida, acentuando os que mais o satisfizeram.

XII – ESTA PÁGINA É SUA. É UMA PÁGINA EM BRANCO QUE QUERERÁ TRANSFORMAR EM MEMÓRIA FUTURA.

PODERÁ TAMBÉM, SE ASSIM O DESEJAR, ANEXAR DOCUMENTOS. UM DIA A HISTÓRIA AGRADECERÁ.

OBRIGADO POR TER RESPONDIDO

Carta anexa ao Questionário Central [QC]

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000-107 Coimbra
telm. 919262179
e-mail: inacionogueira@netcabo.pt

Enquanto ainda é tempo de desamarrotar as memórias de antanho!

Estimado ex-camarada

Dirige-se-lhe António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra do Ultramar, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação (doutoramento) na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados **CCC**. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (EPI), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens (como eu e como o) iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do **QC** (Quadro do Complemento) na **EPI**, com o 1º Ciclo do **COM** (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores, que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército.²⁸⁹ Dos aprovados, eram escolhidos²⁹⁰ cerca de 35 que formavam um pelotão especial, no 2º Ciclo do **COM**. No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função Comandante de Companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirante a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e, partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do **QP** (Quadro Permanente)²⁹¹. No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados

²⁸⁹ Ao longo dos quatro anos foram utilizadas várias formas de pré-selecção; esta foi uma das *nuances*; houve inclusive o recurso a voluntários.

²⁹⁰ Número que foi variando consoante as necessidades, atingindo o número de sessenta nalguns turnos.

²⁹¹ Perto do 25 de Abril muitos fizeram este estágio como adjuntos de Capitães Milicianos.

regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(CCC), depois de graduados em tenente. Findo este curso, os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí formavam a sua própria companhia, que instruía. Por fim realizavam o **IAO**²⁹² e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique. Apelidei-os de Capitães do Fim.

O foi um desses capitães e eu um outro.

Pretendo fazer história sociológica sobre nós todos: sobre os desempenhos e protagonismos na Guerra de África, quer a um nível macrossociológico quer microssociológico.

Peço pois a sua empenhada colaboração no preenchimento e devolução do questionário que se envia em anexo.

Muito agradecido fico.

Até breve.

Cordiais saudações.

Coimbra, 20 de Novembro de 2010

António Inácio Correia Nogueira

²⁹² Em muitas circunstâncias o **IAO** foi realizado no Ultramar.

Apêndice II – Ficha de Capitão

Ficha de Capitão (FC) [Ap II. 1]

CAPITÃO Nº _____	UNIDADE <i>Angola</i>	SÍNTESE DA ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA	FONTES DOCUMENTAIS DE SUPORTE
	<p data-bbox="475 421 483 443">/</p> <p data-bbox="395 481 560 539">Unidade mobilizadora:</p>		<p data-bbox="930 421 1321 479">História da Unidade no AHM (caixa nº _____ -2ª Div/4ªSec)</p> <p data-bbox="885 510 1366 633">Afonso, A. & Gomes, C. de M. “Os Anos da Guerra Colonial 197__ : _____” Matosinhos: QuidNovi, 2009</p> <p data-bbox="898 665 1356 813">Vários. “ Resenha Histórico – Militar das Campanhas de África (1961-1974) Fichas das Unidades _____ (__Vol /Tomo _____)”. Lisboa: EME/CECA, _____</p>

Apêndice III – Algumas tabelas e unidades de registo do Questionário Central [QC]

Tabelas

**Tabela nº 1 – Atitudes expressas relativas ao instrutor do 1º Ciclo COM [QC.
P₁₂]**

Frequência Percentagem			Frequência Percentagem		
não respondeu	91	64,5	firmeza	2	1,4
acessível	1	,7	fracas	1	,7
arrogância	1	,7	frontal e respeitoso	1	,7
bom relacionamento	1	,7	honestas	1	,7
bom trato	1	,7	irrelevantes	1	,7
brio militar	1	,7	merda	1	,7
camaradagem	1	,7	militarismo castrense	2	1,4
capacidade sofrimento	1	,7	militaristas	1	,7
colaborante	1	,7	nada de relevante	1	,7
compreensão	1	,7	normais	1	,7
compreensão, camarada	1	,7	obediência sem questionar	1	,7
correctas	3	2,1	orientador, disciplinador	1	,7
cumplicidade na balda	1	,7	perfeito tóto	1	,7
cumpridor RDM	1	,7	prepotência	1	,7
cumprimento de ordens	1	,7	respeito	1	,7
demasiado jovem	1	,7	respeito hierarquias	1	,7
demasiado militar	1	,7	respeito, solidariedade	1	,7
desinteresse	1	,7	saber ouvir	1	,7
disciplina	4	2,8	típicas de alferes do QP	1	,7
disciplina, obediência	1	,7	tolerância	1	,7
exigente	1	,7	tratamento democrático	1	,7
exigente, militar	1	,7	Total	141	100,0

**Tabela nº 2 – Competências expressas relativas ao instrutor do 1º Ciclo
COM [QC. P₁₂]**

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
não respondeu	93	66,0	jeito para conduzir homens	1	,7
agente de desmotivação	1	,7	liderança	1	,7
aptidão militar	1	,7	manejo de armas	2	1,4
boas	2	1,4	merda	1	,7
bom atirador	1	,7	militar a sério	1	,7
bom formador	1	,7	militares	2	1,4
bons conhecimentos	1	,7	militares de guerrilha	1	,7
competente, zatopoc	1	,7	nada de relevante	1	,7
conhecimento local guerra	1	,7	organização militar	1	,7
correctas	1	,7	poucas	1	,7
desfasado da realidade	1	,7	preocupações formativas	1	,7
elevadas	2	1,4	preparação física	3	2,1
esforçado	1	,7	razoáveis	2	1,4
espírito de corpo, disciplina	1	,7	reduzidas	2	1,4
espírito militar	1	,7	resistência física, armamento	1	,7
excelente	1	,7	saber fazer	1	,7
experiência	1	,7	significativas	1	,7
fora da realidade	1	,7	sim	1	,7
formador satisfatório	1	,7	suficientes	1	,7
fracas	1	,7	teoria da guerra	1	,7
irrelevantes	1	,7	Total	141	100,0

**Tabela nº 3 – Valores expressos relativos ao instrutor do 1º Ciclo COM
[QC. P₁₂]**

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
não respondeu	101	71,6	humildade	1	,7
10	1	,7	integridade	1	,7
8 em 10	1	,7	irrelevantes	1	,7
básicas	1	,7	justo	1	,7
bom militar	1	,7	lealdade	2	1,4
bons	1	,7	mau condutor de homens	1	,7
camaradagem	2	1,4	medo	1	,7
companheirismo	2	1,4	merda	1	,7
compreensivo	1	,7	militares	1	,7
confiança	1	,7	muito humano	1	,7
defesa da Pátria	1	,7	nada de relevante	1	,7
ética	1	,7	obediência à hierarquia	1	,7
ética militar	1	,7	os normais num militar	1	,7
honestas	1	,7	poucos	2	1,4
honra, patriotismo	1	,7	sentido de missão	1	,7
humano	2	1,4	seriedade	1	,7
humano, honesto	1	,7	sinceridade	1	,7
humano, calmo, educado	1	,7	união lealdade, entreaajuda	1	,7
Total				141	100,0

**Tabela nº4 – Atitudes expressas relativas ao instrutor do 2º Ciclo COM
[QC. P12]**

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
não respondeu	94	66,7	inveja do nosso posto	1	,7
militarão, contestação	1	,7	irrelevantes	1	,7
acessível	1	,7	mandante	1	,7
audácia	1	,7	merda	1	,7
autoridade	1	,7	militares	1	,7
bom relacionamento	1	,7	militarismo castrense	2	1,4
brio militar	1	,7	militarista	1	,7
capacidade sofrimento	1	,7	militarista chico	1	,7
coerência	1	,7	nada de relevante	1	,7
correctas	2	1,4	normais	1	,7
cumpridor rdm	1	,7	objectivas	1	,7
de ética militar	1	,7	ordem	1	,7
de militar do quadro	1	,7	orientador, disciplinador	1	,7
decisão	1	,7	partilha	1	,7
disciplina	1	,7	prepotência, arrogância	1	,7
disciplina militar	1	,7	prepotência, sem carácter	1	,7
dizia preparação o seguro	1	,7	razoável	1	,7
empenho	1	,7	respeito hierarquias	1	,7
exigência	2	1,4	revolta	1	,7
exigente e humano	1	,7	rude	1	,7
firmes	1	,7	saber dar ordens	1	,7
fracas	1	,7	sobriedade	1	,7
frontal e respeitoso	1	,7	Total	141	100,0

**Tabela nº 5 – Competências expressas relativas ao instrutor do 2º Ciclo
COM [QC. P₁₂]**

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
não respondeu	97	68,8	jeito de formador	1	,7
aptidão militar	1	,7	liderança	1	,7
boas	1	,7	liderar pelo exemplo	1	,7
bom estratega militar	1	,7	manejo de armas	1	,7
bom formador	1	,7	médias	1	,7
bons conhecimentos	1	,7	merda	1	,7
capacidade física	1	,7	militar a sério	1	,7
comando	3	2,1	militares	2	1,4
competente	1	,7	nada de relevante	1	,7
competente, liderança	1	,7	ótimo formador	1	,7
dar o exemplo	1	,7	preparação física	1	,7
de comando	1	,7	razoáveis	3	2,1
disciplina, prep. física	1	,7	resistência física, armas	1	,7
elevadas	2	1,4	saber guerra subversiva	1	,7
ética militar	1	,7	saber ser chefe	1	,7
excelente	1	,7	significativas	1	,7
fora da realidade	2	1,4	suficientes	2	1,4
formador excelente	1	,7	teóricas	1	,7
irrelevantes	1	,7	Total	141	100,0

**Tabela nº 6 – Valores expressos relativos ao instrutor do 2º Ciclo COM
[QC. P₁₂]**

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
não respondeu	102	72,3	intolerância	1	,7
12	1	,7	irrelevantes	1	,7
8 em 10	1	,7	justo	1	,7
bom militar	1	,7	lealdade	1	,7
bons	1	,7	merda	1	,7
camaradagem	2	1,4	nada de relevante	1	,7
cívicos, aceitação contest.	1	,7	noção da política	1	,7
competente mas receoso	1	,7	normais de militar	1	,7
condutor de homens	1	,7	obediência hierarquia	1	,7
coragem, liderança	1	,7	obrigatoriedade	1	,7
cumprimento do dever	1	,7	patriotismo, integridade	1	,7
defesa da Pátria	1	,7	poucos	2	1,4
desleixado	1	,7	respeito, espírito de grupo	1	,7
disciplina, camaradagem	1	,7	seriedade	1	,7
espírito de sacrifício	1	,7	servir e não ser servido	1	,7
honestidade	2	1,4	solidariedade, militares	1	,7
humano	1	,7	um pouco fascizantes	1	,7
humano, calmo, educado	1	,7	verdade	1	,7
humildade	1	,7	Total	141	100,0

Tabela nº 7 – Sentimentos associados ao primeiro dia na EPI [QC. P₁₆]

	N	%		N	%
Não respondeu	24	17,0	Frustração	2	1,4
Angústia	1	,7	Fui encarcerado	1	,7
Angústia e desafio	1	,7	Futuro uma incógnita	1	,7
Angústia, expectativa	1	,7	Grande tristeza	1	,7
Angústia, solidão	1	,7	Horror	1	,7
Ansiedade	2	1,4	Humilhação	1	,7
Ansiedade e novidade	1	,7	Imenso vazio	1	,7
Ansiedade, curiosidade,	1	,7	Incerteza quanto ao futuro	1	,7
Ansiedade, expectativa, contrariedade	1	,7	Indignação pelo tratamento	1	,7
Apreensão	4	2,8	Ingénuo, curiosidade	1	,7
Apreensão, expectativa	1	,7	Insegurança e impotência	1	,7
Aventura	1	,7	Medo	2	1,4
Beco sem saída	1	,7	Mudança, desafio, adaptabilidade	1	,7
Claustrofobia	1	,7	Naturalidade	1	,7
Claustrofobia e revolta	1	,7	Náusea e revolta	1	,7
Com finalidades políticas	1	,7	Nenhum	2	1,4
Constrangimento	1	,7	Nova experiência	1	,7
Constrangimento da liberdade	1	,7	Nova vida	1	,7
Cumprir um dever	1	,7	Novidade estranha	1	,7
Curiosidade	3	2,1	Nu no deserto	1	,7
Curiosidade e estranheza	1	,7	Obrigação	1	,7
Curiosidade e nervosismo	1	,7	Perda de liberdade	1	,7
Decepção	1	,7	Perplexidade	1	,7
Defraudado	1	,7	Preocupação	2	1,4
Desamparo, abandono, perda	1	,7	Provinciano esmagado	1	,7
Desânimo	1	,7	Quanto tempo ainda	1	,7
Desânimo, revolta, intimidação	1	,7	Raiva, impotência, ansiedade	1	,7
Desconforto	1	,7	Receio	2	1,4
Descrença	1	,7	Revolta	3	2,1
Desespero	1	,7	Revolta e desespero	1	,7
Desnorte	1	,7	Revolta grande	1	,7
Desrespeito e decepção	2	1,4	Revolta pela humilhação	1	,7
Dever cívico obrigatório	1	,7	Salto no escuro	1	,7
Dificuldade de adaptação	1	,7	Só	1	,7
Dúvida	1	,7	Sobreviver na prisão	1	,7

Capitães do Fim

Estou lixado	1	,7	Solidão e tristeza	1	,7
Estranheza	3	2,1	Surpresa, frustração, desequilíbrio	1	,7
Estranheza e desespero	1	,7	Tempo perdido	1	,7
Estranheza, curiosidade e gosto	1	,7	Total resignação	1	,7
Estranheza, não identificação	1	,7	Tristeza	3	2,1
Expectativa	11	7,8	Tristeza e ansiedade	1	,7
Expectativa e angústia	1	,7	Tristeza, desconfiança	1	,7
Expectativa, cautela, restrição	1	,7	Uma nova experiência	1	,7
Fantochada	1	,7	Vazio interior, frustração	1	,7
Frio e desumano	1	,7	Vida em comum	1	,7
			Total	141	100,0

Tabela nº 8 – Sentimentos associados ao final do 2º Ciclo na EPI [QC. P₁₇]

	N	%		N	%
Não respondeu	24	17,0	Fisicamente pronto	1	,7
1ª etapa conseguida	1	,7	Futuro incerto	1	,7
A seguir Guiné	1	,7	Incerteza	1	,7
Acabou a tortura	1	,7	Incerteza no futuro	1	,7
Alegria	2	1,4	Indiferença	2	1,4
Alguma pena	1	,7	Insegurança	1	,7
Alívio	12	8,5	Liberdade controlada	1	,7
Alívio e apreensão	3	2,1	Libertação	1	,7
Alívio e curiosidade	1	,7	Libertação, apreensão	1	,7
Alívio e expectativa	1	,7	Mal menor	1	,7
Alívio e inquietação	1	,7	Medo	2	1,4
Alívio e receio	2	1,4	Medo e responsabilidade	1	,7
Alívio e responsabilidade	1	,7	Medo, receio, Guiné	1	,7
Alívio expectante. Apreensão	1	,7	Não recorde	1	,7
Alívio, angústia	1	,7	Nenhum	1	,7
Alívio, apreensão, insegurança	1	,7	Passo seguinte	2	1,4
Alívio, contestação, ansiedade	1	,7	Perplexidade	1	,7
Alívio, incerteza	1	,7	Preocupação	1	,7
Alívio, satisfação	1	,7	Preocupação e ansiedade	1	,7
Angústia	2	1,4	Preocupação, receio	1	,7
Angústia e alívio	1	,7	Preparado psico e fisicamente	1	,7
Ansiedade	2	1,4	Quando acaba isto?	1	,7
Ansiedade, expectativa	2	1,4	Que faço aqui?	1	,7
Apreensão	3	2,1	Raiva e medo	1	,7
Camaradagem responsável	1	,7	Receio	2	1,4
Carne para canhão	2	1,4	Regresso a casa	1	,7
Conformado	1	,7	Resignação e realismo	1	,7
Confusão	1	,7	Responsabilidade	1	,7
Defraudado	1	,7	Revolta ser CCC	1	,7
Desertar	1	,7	Revolta, medo	1	,7
Destino fatal guerra	1	,7	Satisfação dever cumprido	1	,7
Determinação	1	,7	Satisfação e alívio	1	,7
Dever cumprido	1	,7	Satisfação por terminar	1	,7
E agora?	1	,7	Satisfação, apreensão	1	,7
Esperança no regresso	1	,7	Satisfeito pelo êxito	1	,7

Capitães do Fim

Esta está feita!	1	,7	Saturação	1	,7
Estágio em Angola	1	,7	Sem tempo	1	,7
Expectativa	5	3,5	Sobrevivência	1	,7
Expectativa, adrenalina, receio	1	,7	Surpresa 1º classificado	1	,7
Fim ainda não	1	,7	Temor	1	,7
Fim da etapa	1	,7	Ter que voltar!	1	,7
Fim de fase	1	,7	Triste	1	,7
Fim do martírio	1	,7	Tudo acabe rápido	1	,7
Fim do princípio	1	,7	Vou p'ra guerra	1	,7
Finalmente	1	,7	Total	141	100,0

Tabela nº 9 – O que sentiram os Capitães no dia da passagem à disponibilidade [QC. P₅₆]

	N	%		N	%
Não respondem	24	17,0	Extrema felicidade	1	,7
Acabou o pesadelo	1	,7	Felicidade	1	,7
Aceitei com naturalidade	1	,7	Felicidade, alívio, saudade (das pessoas)	1	,7
Agora começar	1	,7	Fim	1	,7
Alegria	2	1,4	Fim d'um ciclo	1	,7
Alegria e algum vazio	1	,7	Fim do pesadelo	1	,7
Alegria imensa	1	,7	Fim do suplício	1	,7
Alegria, alívio, liberdade	1	,7	Finalmente livre	2	1,4
Alegria, tristeza, preocupação	1	,7	Futilidade, estranheza e libertação	1	,7
Alívio - vontade de esquecer	1	,7	Grande alívio. Descompressão	1	,7
Alívio	22	15,6	Imensa alegria	1	,7
Alívio dever cumprido	2	1,4	Insegurança	1	,7
Alívio e liberdade	1	,7	Liberdade	5	3,5
Alívio e missão cumprida	1	,7	Liberdade, alívio, satisfação	1	,7
Alívio e paz	1	,7	Liberdade, nostalgia de locais	1	,7
Alívio e tristeza (mortes)	1	,7	Livre	3	2,1
Alívio, alegria, satisfação	1	,7	Missão cumprida	5	3,5
Alívio, paz, realização pessoal	1	,7	Nada	2	1,4
Alívio, responsabilidade	1	,7	Naturalidade e alívio	1	,7
Alívio, satisfação	1	,7	Nova vida!	1	,7
Alívio, segurança e liberdade	1	,7	O pesadelo acabou!	1	,7
Ansiedade, insegurança	1	,7	Orgulho	1	,7
Até que enfim!	5	3,5	Paz de espírito pelo dever cumprido	1	,7
Aterrei num país diferente	1	,7	Prejudicado	1	,7
Conforto	1	,7	Pronto p'ra vida	1	,7
Contributo problema colonial	1	,7	Que virá a seguir?	1	,7
Descompressão, alívio	1	,7	Regressar à vida	1	,7
Descompressão, alegria, saudade	1	,7	Regresso à liberdade	1	,7
Descomprimido	1	,7	Regresso às origens	1	,7
Desejo de viver	1	,7	Renascer	1	,7
Desemprego, abandono, confusão	1	,7	Satisfação	1	,7
Desilusão, indignação	1	,7	Satisfação dever cumprido	1	,7
Dever cumprido	2	1,4	Satisfação e alívio	1	,7
Dever cumprido e tristeza (descolonização)	1	,7	Satisfação e nostalgia	1	,7
Enfim a vida!	1	,7	Seguir em frente	1	,7

Capitães do Fim

Enfim livre e vivo	1	,7	Tempo que passou	1	,7
Enfim! Livre	1	,7	Tropa nunca mais	2	1,4
Euforia	1	,7	Um grande alívio	1	,7
Expectativa no futuro	1	,7	Total	141	100,0

Tabela nº 10 – Locais de nascimento dos Capitães do Fim [QC. P₁]

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
Não respondeu	20	14,2	Macieira-a-velha	1	,7
Albergue	1	,7	Mariz	1	,7
Alcântara	1	,7	Matozinhos	1	,7
Aljezur	1	,7	Meás	1	,7
Alvites	1	,7	Mira	1	,7
Ameixoeira	1	,7	Miragaia	1	,7
Anjos	1	,7	Miuzela	1	,7
Armadouro	1	,7	Moimenta da Beira	1	,7
Arrabal	1	,7	Molelos	2	1,4
Avanca	1	,7	Montenegro	1	,7
Avelanoso	1	,7	Odemira	1	,7
Barreiro	1	,7	Olhão	1	,7
Bormela	1	,7	Oliveira de Azemeis	1	,7
Buarcos	1	,7	P. do Castelo	1	,7
C. De Azóia	1	,7	P.Delgada	1	,7
C.Branco	1	,7	Panjim-Novo	1	,7
Caldas da Rainha	1	,7	Pêgo de Abrantes	1	,7
Calheta	1	,7	Penamacor	1	,7
Calvos	1	,7	Pombal	1	,7
Cantanhede	1	,7	Ponte da Barca	1	,7
Cedofeita	2	1,4	Porto	2	1,4
Chaveira	1	,7	Quinta da Cova	1	,7
Chiqueda	1	,7	Ribeiro	1	,7
Cidelo	1	,7	Rio Tinto	1	,7
Cima	1	,7	S. Pedro	1	,7
Coimbra	5	3,5	S.João da Madeira	1	,7
Conceição	1	,7	S.Pedro do Sul	1	,7
Crespos	1	,7	S.Roque do Faial	1	,7
Ermesinde	1	,7	S.S. da Pedreira	1	,7
Estarreja	1	,7	Sacavém	1	,7
Estremoz	1	,7	Sandomil	1	,7
Évora	1	,7	Santa Eulália	1	,7
F.dos Vinhos	1	,7	Santa Isabel	1	,7
Fanzeres	1	,7	Santa Luzia	1	,7
Farrobo	1	,7	Santarém	1	,7
Foz do Douro	1	,7	Santo Ovídeo	1	,7
Freixianda	1	,7	Seia	1	,7
Funchal	1	,7	Sendim	1	,7
Guarda	1	,7	Silvares	1	,7
Guia	1	,7	Telhada	1	,7
Guiné	1	,7	Tomar	1	,7
Gulpilhares	1	,7	Unhais da Serra	1	,7
Ilha S. Miguel	1	,7	V.Real Sto António	1	,7
L.Marques	2	1,4	Vale	1	,7
Lagoa do Furadouro	1	,7	Vale de Frades	1	,7
Lisboa	11	7,8	Valongo	1	,7
Lobito/Angola	1	,7	Vergão	1	,7
Loulé	1	,7	Vila	1	,7
Lousa	1	,7	Vila de Rei	2	1,4
Luanda	1	,7	Vila fernando	1	,7
Lugar da Ponte	1	,7	Vila Real	1	,7
Lugar de Paçô	1	,7	Total	141	100,0

Tabela nº 11 – Freguesias de nascimento dos Capitães do Fim [QC. P₁]

	Frequência	Percentagem		Frequência	Percentagem
Não respondeu	23	16,3	Palhaça	1	,7
Alcântara	1	,7	Pêgo de Abrantes	1	,7
Aljezur	1	,7	Penamacor	1	,7
Aljubarrota	1	,7	Pico de Regalados	1	,7
Alvites	1	,7	Pombal	1	,7
Anjos	1	,7	Ponte da Barca	1	,7
Arrabal	1	,7	Proença-a-Nova	1	,7
Atei	1	,7	Rio Tinto	1	,7
Avanca	1	,7	Rossas	1	,7
Avelanoso	1	,7	S. Jorge Arroios	1	,7
Baltar	1	,7	S. Pedro	1	,7
Beduido	1	,7	S.Clemente	1	,7
Buarcos	1	,7	S.Dinis	1	,7
C.Branco	1	,7	S.João Baptista	1	,7
Cabril	1	,7	S.João da Madeira	1	,7
Caldas da Rainha	1	,7	S.João da Pedreira	3	2,1
Campanhã	1	,7	S.João de Ver	1	,7
Cantanhede	1	,7	S.Jorge	1	,7
Cardigos	1	,7	S.Jorge de Arroios	2	1,4
Carreiras	1	,7	S.José	1	,7
Cedofeita	3	2,1	S.Pedro	1	,7
Conceição	1	,7	S.Pedro do Sul	1	,7
Crespos	1	,7	S.Roque do Faial	1	,7
Ermesinde	1	,7	S.S da Pedreira	2	1,4
Estreito	1	,7	S.Salvador	1	,7
F.dos Vinhos	1	,7	S.Sebastião	1	,7
Fanzeres	1	,7	Sacavém	1	,7
Fânzeres	1	,7	Samuel	1	,7
Foz do Douro	1	,7	Sandomil	1	,7
Freixianda	1	,7	Santa Cruz	1	,7
Goa	1	,7	Santa Isabel	2	1,4
Gondifelos	1	,7	Santa Luzia	1	,7
Guia	1	,7	Santo André	1	,7
Guiné	1	,7	Santo António	1	,7
Insua	1	,7	Sé	2	1,4
L.Marques	2	1,4	Sé Nova	2	1,4
Lamas de Mouro	1	,7	Seia	1	,7
Lousa	1	,7	Selho S. Jorge	1	,7
Luanda	1	,7	Sendim	1	,7
Macieira de Cambra	1	,7	Silvares	1	,7
Mafamude	1	,7	Socorro	1	,7
Marvila	1	,7	Sta Cruz	1	,7
Matozinhos	1	,7	Sto António Olivais	1	,7
Mira	1	,7	Sto Estevão	1	,7
Miragaia	1	,7	Unhais-o-velho	1	,7
Moimenta da Beira	1	,7	Unhais da Serra	1	,7
Molelos	2	1,4	V.Real Sto António	1	,7
Mosteiro de Fráguas	1	,7	Vale de Frades	1	,7
Muizela	1	,7	Valongo	1	,7
N ^a S ^a das Misericórdias	1	,7	Vila de Rei	2	1,4
Novelas	1	,7	Vila Fernando	1	,7
Olhão	1	,7	Vila Nova de Gaia	1	,7
Oliveira de Azemeis	1	,7	Vilar de Andorinho	1	,7
Paião	1	,7	Total	141	100,0

Tabela nº 12 – Situação profissional dos *Capitães do Fim* após SMO [QC. P56]

Profissões	Nº	%	Profissões	Nº	%
Não respondem	5	3,5	Engenheiro serviços florestais	1	,7
Administrador de empresa têxtil	1	,7	Engenheiro serviços municipais	1	,7
Administrador de empresas públicas; deputado; ministro	1	,7	Engenheiro silvicultor; empresário	2	1,4
Administrador empresas têxteis e cerâmica	1	,7	Engenheiro SOREFAME e professor universitário	1	,7
Administrador gestor empresas; professor doutor	1	,7	Engenheiro; professor; formador	1	,7
Administrador provedor instituições	1	,7	Engenheiro	2	1,4
Administrador de empresas	1	,7	Engenheiro civil	1	,7
Administrador de laboratório farmacêutico	1	,7	Engenheiro doutor	1	,7
Advogado e serviço público (governador civil)	1	,7	Gerente bancário	2	1,4
Advocacia; direcção recursos humanos	1	,7	Gerente bancário	1	,7
Advogado	9	6,4	Guia - interprete e restaurador de documentos	1	,7
Advogado; serviço público (presidente da Caixa Previdência Setúbal)	1	,7	Técnico da INAPA; professor	1	,7
Advogado; jornalista; director associativo	1	,7	Investigador UP	1	,7
Advogado; professor; técnico principal do teatro D. Maria	1	,7	Juiz conselheiro	2	1,4
Altos cargos empresas e políticos	1	,7	Magistrado judicial	1	,7
Professor ensino superior	1	,7	Medicina dentária	1	,7
Arquitecto	1	,7	Médico	6	4,3
Banca administrador banca	1	,7	Médico	1	,7
Bancário	2	1,4	Médico veterinário; político; presidente instituto público	1	,7
Conservador registo predial	1	,7	Percursos nacional e internacional; presidente Avon	1	,7
Consultor sénior	1	,7	Presidente área escolar, delegado escolar; professor	1	,7
Coronel GNR	1	,7	Professor; altos cargos administrativos; político	1	,7
Delegado procurador da República	1	,7	Professor catedrático	1	,7
Desenhador gabinete técnico	1	,7	Professor e advogado	1	,7
Professor educação física	1	,7	Professor educação física; escritor	1	,7

Dir geral empresas públicas; serviço público (deputado e governante)	1	,7	Professor; engenheiro; administrador de empresas	1	,7
Direcção EDP	1	,7	Professor; engenheiro indústria química	1	,7
Director Administrador de empresas; professor ensino secundário	1	,7	Professor engenheiro projectos; director regional; autarca	1	,7
Director comercial empresa têxtil	1	,7	Professor ensino secundário	2	1,4
Director de multinacional	1	,7	Professor ensino secundário	3	2,1
Director de produção; consultor	1	,7	Professor ensino secundário; director escolas	1	,7
Director de uma companhia Inglesa	1	,7	Professor ensino secundário; cargos gestão	1	,7
Director fabril	1	,7	Professor ensino secundário; croupier; empresário	1	,7
Director industrial; autarca	1	,7	Professor ensino universitário; doutor	1	,7
Advogado; profissional exportação	1	,7	Professor ensino secundário	1	,7
Doutor; administrador hospitalar; autarca; escritor	1	,7	Professor ensino secundário; economista de empresas	1	,7
Economia; Administrador grupo empresas	1	,7	Professor; escritor; técnico superior do Ministério da Educação	1	,7
Economia; professor; director	1	,7	Professor ensino secundário e superior; acção polivalente diversa; deputado	1	,7
Economista	1	,7	Professor ensino secundário e superior; consultor empresa EDP	1	,7
Economista e empresário	1	,7	Professor/director de Educação Regional do Centro; director escolas	1	,7
Acessor EDP (centrais hidroeléctricas)	1	,7	Professor	1	,7
Acessor EDP (centrais hidroeléctricas) e professor	1	,7	Professor chefe de vendas auto	1	,7
Empresário	6	4,3	Professor e advogado	1	,7
Empresário agrícola	1	,7	Professor escola profissional	1	,7
Empresário de projecto e director obras	1	,7	Quadro superior/administrador EDP	1	,7
Empresário hotel; técnico laboratório	1	,7	Quadro superior MADRP e autarca	1	,7
Empresário e professor ensino secundário	1	,7	Reformado	1	,7
Engenheiro, director de empresas multinacionais	1	,7	Secretário estado pescas	1	,7
Engenheiro chefe Marconi General Eléctric	1	,7	Sociólogo; bancário; consultor; auditor	1	,7
Engenheiro civil e empresário	1	,7	Sociólogo; director recursos humanos	1	,7

Capitães do Fim

Engenheiro director de comércio internacional	1	,7	Técnico superior arqueologia; professor universitário	1	,7
Engenheiro e empresário	1	,7	Técnico superior industria petroquímica	1	,7
Engenheiro empresa pública; professor universitário	1	,7	Técnico cerâmica; reformado invalidez	1	,7
Engenheiro mecânico	1	,7	Técnico superior de ministérios e da Comissão Europeia	1	,7
Engenheiro ministério agricultura e pescas	1	,7	Topógrafo	1	,7
Engenheiro; professor universitário; administrador grande empresa	1	,7	Total	141	100,0

Tabela nº 13 – Z'As de Angola [QC. P₃₅, 35.1]

Z'As	n	Z'As	n	ZAs	n
Angola					
Aldeia Viçosa	1	F. República	1	Mussuma	1
Alto Cuíto	1	F. Tabi	1	Muxima	1
Ambriz	1	F. Madureira	3	Nacala	1
Ambrizete	1	F. Tentativa	1	Nambuanguongo	2
Batassano	1	Gago Coutinho	2	N'Riquinha	1
Beira Baixa	1	General Freire	2	N'Tó	1
Belize	5	H. Carvalho	3	Pangamongo	2
Bessa Monteiro	2	Landan	2	Quibala	2
Bolongongo	1	Luanda	16	Quibaxe	1
Buela	2	Luandinga	1	Quicabo	1
Buongongo	1	Lucunga	1	Quiende	1
Cabinda	2	Lucusse	3	Quimaria	2
Caio Guembo	3	Lumbala	1	Quipedro	1
Calomboloca	1	Lunda	1	Quivuenga	1
Camabatela	1	Lungué-Bungo	1	Quixico	2
Camaquenzo	2	Luquembo	1	Quiximba	1
Cambambe	4	Luso	1	Sanga Planície	3
Canga	1	Luvaca	3	Sangamongo	1
Cangamba	1	Luvuei	1	Santa Eulália	1
Cazombo	1	Mabubas	2	São Salvador	4
Catete	1	Malange	1	Serpa Pinto	2
Caxito	1	Mamarrosa	1	Songo	2
Chimacongo	1	Maquela do Zombo	1	Subantando	2
Chimbete	1	Maria Fernanda	1	T.de Sousa	1
Chimbila	1	Marimba	2	Tchivovo	2
Colonato Vale do Loge	1	Massabi	1	Tomboco	1
Cuito Canavale	1	M'Pala	1	Uaque	1
Dala	1	M'Pozo	1	Vila Salazar	3
Dinge	2	Muié	3	Zala	4
F. Costa	1	Mussenga	1	Zemba	1
				N=155	

Tabela nº 14 – Z'As da Guiné [QC. P₃₅, 35.1]

Z'As	n	Z'As	n	Z'As	n
Guiné					
Aldeia Formosa	2	Canquelifá	1	Jolmete	2
Anambé	1	Carenque	2	Jugudul	2
Bachile	1	Catió	1	Jumbembém	3
Bafatá	5	Canquelifá	1	Mampatá	1
Bajocunda	1	Chugué	2	Mareué	1
Bajope	1	Chulame	1	Nansambo	1
Bambadinca	2	Churobrique	1	Nema	2
Barro	3	Colibuia	1	Nhacobá	1
Bassarel	3	Columba	1	Nhacra	1
Bedanda	1	Contuboel	1	Nhamate	3
Biambi	1	Copá	1	Nova Lamego	6
Bigene	1	Cufar	3	Nova Sintra	1
Binar	2	Cumbijã	1	Olossato	1
Binta	4	Cumeré	3	P. São Vicente	1
Bissau	7	Dugal	1	Paúnça	1
Bissum	1	Dulombi	1	Petabe	1
Blequisse	1	Empada	1	Piche	3
Bolama	1	Enxalé	1	Pirada	1
Boruntuma	1	Farim	2	Polibaque	1
Brá	2	Gadamael	1	Quinhamel	1
Buba	3	Galomaro	2	Rossum	1
Caboxanque	4	Geba	2	S.Domingos	2
Cacheu	1	Guidage	3	Safim	2
Cacine	4	Guilege	1	Saltinho	1
Cadique	4	Ilondé	1	Susana	2
Cafal	1	Ingoré	1	Tite	1
Cafine	2	Inquida	1	Xime	1
Cajambari	1	Jabadá	1	Xitole	1
Cancolim	2	Jemberém	4	N=161	

Tabela nº 15 – Z'As de Moçambique [QC. P₃₅, 35.1]

Z'As	n	Z'As	n	Z'As	n
Moçambique					
Antadora	1	Marrupa	1	Nangololo	1
Beira	3	Massangulo	2	Negomano	1
Bene	1	Maúá	1	Nova Coimbra	1
Chibuto	2	Mecula	1	Nova Viseu	1
Chingué	2	Mecumbura	1	Nura	1
Chiringa	2	Metangula	1	Omar	2
Daque	1	Milange	1	P. Amélia	4
Diacá	1	Mocimboa do Rovuma	1	P. Mahone	2
Dôa	1	Montepuez	1	Pauíla	1
Estima	2	Muanza	2	Pundanhar	1
Fingoé	1	Mueda	5	Sagal	1
Fúdeze	1	Muidine	1	Tete	3
Gondola	1	Muirite	1	Uncanha	1
Gorongosa	1	Muze	1	Vila Pery	2
Inchope	1	Namapa	1	Vilanculos	1
L. Marques	3	Nambude	2	Vuende	1
Lione	1	Nametil	1	Zumbo	1
Machipanda	1	Nampula	1	N=82	
Manga	1	Nancatari	2		
Manica	1	Nangade	2		

Apêndice IV – Cinco unidades de registo

P	Capitão	Unidade de Registo I
15.1 [QC]	4	Resistência à instrução por parte de um cadete, por sinal meu contrerrâneo, resistência esta que teve como consequência ter reprovado o curso (2º ciclo). Repetiu o ciclo no turno seguinte sob ameaça de que se persistisse na atitude seria mobilizado para a Guiné com soldado básico.
	6	Na sequência de uma morte de um cadete por acidente com arma, forçou-se a interrupção dos exercícios.
	7	Resultantes da morte de um cadete durante a semana de campo (1º ciclo) motivada pelo disparo de uma pistola por parte de um instrutor (furriel miliciano) e da morte por afogamento de alguns cadetes numa lagoa da Tapada, durante a instrução, ocorrida pouco antes da minha incorporação.
	10	A Juventude Portuguesa vivia a insatisfação de participar numa guerra.
	13	Recordo que durante o 1º ciclo houve um cadete que faleceu com um tiro na cabeça em exercício. No dia seguinte o pelotão <u>não</u> compareceu na parada. No refeitório a qualidade da comida era fraca e por duas vezes só um número reduzido de cadetes é que comeu. Nos exercícios na Tapada de Mafra, havia desprendimento e nos exercícios no exterior em que o pelotão corria até à foz do rio Lizandro (Ericeira) alguns ficavam pelo caminho a descansar numa taberna e retomavam o pelotão no regresso ao quartel.
	14	Revolta pela morte de um cadete durante a instrução no 1º ciclo.
	15	Tínhamos a noção de que a guerra iria acabar, mas não sabíamos quando. Desmotivação motivada pelo fim evidente da guerra estúpida.
	17	Contestação à forte componente Física.
	18	Resistência passiva e crítica em relação à falta de nível cultural e académico dos instrutores. Também a inutilidade de manter as colónias deixava um certo sentimento de desprezo.
	19	Alheamento total sobre aquilo que nos era ministrado. Resistência passiva a toda a espécie de militarismo. Nunca estudei ou li qualquer manual militar.
	20	Ocorreu burburinho aquando da morte de cadetes no rio Lizandro e outro com bala simulada. Fuga para o estrangeiro de amigos que desertaram. Um amigo meu perfeitamente identificado avisou-me que se ia embora, e foi, quando foi mobilizado.
	24	A maioria dos cadetes do meu 2º ciclo estava inscrito, como eu, como P S (politicamente suspeito) nas fichas da Pide. O nosso primeiro instrutor estava ligado ao M F A e, em casa dele, foi-nos avisando do que poderia vir a suceder – e sucedeu! [Turno 3º/ T de 1973]
	28	Presenciei a morte de um cadete por erro de um furriel.
	32	Baixas médicas, desprendimento, alegação de cansaço, faltas de atenção.
	33	No fim da semana de campo do 2º ciclo recusa do pelotão do curso de capitães em caminhar por mais tempo e acampar ao ar livre após uma semana de intensa chuva e frio. Contestação satisfeita.
	34(dos revolucionários de 1969)	Distribuição anónima de panfletos, autocolantes contestatários, resistência à instrução (atrasos nas marchas, conversas no corredor e bar de contestação, destruição de vitrinas no dia da afixação de especialidade, deitar para o pré).
	39	Desinteresse e mesmo resistência passiva em relação à instrução com menosprezo pelos instrutores que nalguns casos se revelavam “intimidados” por essa não disfarçada hostilidade.
	40	Num exercício realizado durante a instrução morreram 3 cadetes. Na sequência deste incidente houve uma recusa ao rancho, recusa do uso da boina e da realização da continência. Realizaram-se reuniões nas camaratas. Nesse dia o comando enviou-nos a todos para casa. [1971/ Abril ?]
	43	Morte de cadete na instrução.
	46	Quando da visita oficial do ministro surgiram cânticos do Zeca Afonso. Quando do Juramento de Bandeira ouviram-se frases contestatárias e as vozes do juramento

		eram poucas.
	47	Pouco empenho dos formandos nas acções de formação e treino. Um cadete desertou, sem se saber do seu paradeiro.
	49	Cadetes que se negaram a realizar certos exercícios físicos; colegas que contestaram punições; cadetes que não executaram ordens ou instruções dadas pelos superiores hierárquicos; cadetes que desertaram.
	51	Morte de instruendos seguida de levantamento de rancho.
	59	Revolta e desafio à autoridade após o ferimento de um cadete na carreira de tiro a quando da explosão de um petardo e um outro numa instrução nocturna
	61	Dois companheiros contestaram e desafiaram a autoridade pelo que foram presos. Um desertou e fugiu para a Holanda. Um outro foi recambiado para a zona de guerra a 100% e não promovido. Pensei nisso quando fiz o estágio em Angola mas não o efectivei. Joguei no jogo da sorte/azar e tive sorte.
	62	Desmotivação durante o 1º ciclo. Deserção no 2º ciclo. Um cadete fugiu para o estrangeiro e levou a G3.
	63	No 2º ciclo vários camaradas contestavam a guerra de África (muito em privado). Estes mesmos faziam o mínimo possível.
	70	Um colega accionou uma granada de mão tendo ficado sem uma mão. Revolta e resistência à instrução.
	73	O pelotão de instrução dos médicos recusou-se a formar e a fazer ordem unida. Este mesmo pelotão desafiou a autoridade de instrução o que foi mediado pelo comandante e passaram a ter instrução isoladamente. Eu próprio reprovei na maioria das provas e dois colegas desertaram.
	74	Falta de interesse e contestação à guerra.
	77	No turno anterior (Julho 71) tinha havido um incidente grave na instrução com a morte de três cadetes. A resistência a certo tipo e local para instrução continuou no nosso turno, reconhecendo-se o receio por parte do comando da E P I.
	79	Irreconhecível por doença dificuldade de escrita.
	80	Resistência à instrução, desafio à autoridade desprendimento e desmotivação atitudes visíveis no 2º ciclo por manifesta incapacidade do comandante do pelotão em se fazer respeitar.
	81	Desafio contestação no regresso de uma instrução nocturna à forma como se pretendia distribuir o pequeno almoço.
	82	Havia contestação. Pequena mas perceptível. Vi passar um cadete a soldado raso por ser do P C P e apregoar esse facto. Foi-me indiferente.
	84	Recusa de determinados exercícios, atendendo à sua perigosidade. A aprendizagem só era aceite sob pena de retaliação, por exemplo fim de semana à 6ª feira ou então seria ao Sábado.
	87	Um colega instruendo foi morto durante um exercício pelo tiro de um instrutor.
	88	Mal estar pelo ferimento de um cadete após o lançamento de uma granada.
	89	Revolta geral das companhias de instrução resultante da morte de 3 cadetes durante a instrução na travessia das lagoas, por afogamento nas mesmas, em condições que poderiam ter sido salvos.
	90	Um companheiro da companhia desertou levando a arma consigo. Posteriormente foi-a devolvendo peça a peça, por correio.
	92	No fim do primeiro dia da marcha final, um cadete do meu pelotão foi morto (1971) com um tiro de walter, por um cabo miliciano que fazia de I N durante a marcha final. Todo o pelotão reagiu recusando-se a prosseguir os exercícios finais.
	93	Distribuição de panfletos contra a guerra e pixagens em paredes.
	94	Idem morte de cadete pelo cabo miliciano. Contestava não em Associações ou outros movimentos mas através do «canto» com as cantigas de intervenção e procurando que os jovens não desertassem mas que mudassem as mentalidade dos quadros do exército por dentro.
	95	Suspensão da semana de campo por morte de um cadete (revolta).
	96	As que estão assinaladas em cap 15.
	99	Morte de cadete.
	100	Contestação à guerra de África – Em conversas particulares criticavam-se vários aspectos da posição portuguesa. Desprendimento e desmotivação pelo processo de

		aprendizagem por ser óbvio que a instrução era desadequadíssima. Deserção no início do 2º ciclo. Foi muito comentada a deserção de um cadete, filho de família rica, no final do 2º ciclo anterior.
	101	De uma forma geral as pessoas que estavam no meu pelotão (70 Julho) não se sentiam nada interessadas pelo que estavam ali a fazer já que o que queriam era cumprir o mais rapidamente possível aquela obrigação cívica e começar ou recomeçar as suas actividades profissionais e também de uma forma geral o que ali aprendiam pouco lhes servia quer para o seu futuro próximo quer mais afastado.
	102	Houve panfletos contra a guerra lançados nas instalações e casas de banho; nos jantares na Ericeira no 2º ciclo comentava-se os aspectos negativos desta guerra.
	103	Continuação por alguns das atitudes já tomadas na Universidade.
	105	Mortes lagoa e levantamento de rancho.
	109	Mortes de cadetes lagoa e levantamento de rancho.
	110	Casos individuais de desmotivação por parte de alguns cadetes.
	113	Resposta de insubordinação à morte dos cadetes.
	115	Torna-se difícil para um Soldado Cadete com licenciatura e com princípios de civilidade aceitar os dogmas e métodos impostos durante a instrução militar. A contestação era latente para qualquer instruendo que frequentava meios universitários e já conhecera outros países onde existiram colónias que acabaram por serem independentes, porque os políticos tiveram outra visão de futuro, com pragmatismo, tendo encontrado os ventos de mudança que sopravam desde o fim da 2ª Guerra Mundial.
	117	Desinteresse individual, por razões de estratégia pessoal para poder mudar de situação, para obter especialidades menos perigosas.
	120	Atitudes de “deixar andar” e o cumprimento mínimo indispensável das exigências castrenses.
	124	Levantamento de rancho como reacção à morte de um cadete no túnel de penetração (1973/ 4º turno).
	130	Revolta dos cadetes após a morte por afogamento de 3 cadetes na lagoa da Tapada de Mafra.

P	Capitão	Unidade de Registo 2
15.2 [QC]	10	Eu não tinha gosto em saber que ia para uma guerra, mas sentia necessidade de me preparar.
	13	Participei nos actos, referidos em 15.1..
	19	Os testes que tive que fazer foram sempre copiados. Como uma vez não consegui copiar, tive negativa e fiquei sem fim – de – semana.
	28	Presenciei a morte de um cadete por erro de um furriel.
	32	Tentativa de obter má classificação no 1º ciclo.
	33	Participei nesta contestação.
	34	Reacção à formatura na parada leste em dias de chuva.
	39	Desmobilização de um almoço de confraternização da companhia de instrução por hostilidade à instituição e ser organizado a partir da iniciativa do instrutor.
	40	No regresso cada pelotão apresentou ao seu instrutor as suas reivindicações. Os níveis de exigência abrandaram.
	43	Levantamento de rancho.
	49	Numa situação de instrução nocturna, junto da lagoa recusámo-nos a avançar porque as condições de visibilidade eram nulas e arriscávamo-nos a afogar-nos.
	51	Participei.
	57	Resistência à instrução.
	59	Participação na contestação.
	73	Não se tratou propriamente de um incidente mas de uma posição em que só se fazia aquilo que tinha mesmo que ser, e residindo nos Açores o fim de semana não tinha significado.
	77	Dada a arrogância do instrutor do 2º ciclo todo o pelotão, pelo menos nos exercícios finais, abandonou em “emboscadas” e “golpes de mão” etc., de maneira que o tenente até chorou e finalmente teve o nosso consolo e perdão até final.

	81	Assumi a contestação no final da instrução nocturna. Em nome do grupo, atirando a arma como desagravo para a frente do oficial de dia no refeitório. Não houve consequências por intervenção do meu comandante de pelotão.
	84	Recusa de um exercício nocturno, no lago.
	87	Cantava contra a guerra e distribuí panfletos contra a guerra.
	91	Contestava claramente a guerra colonial, sobretudo com colegas. Esporadicamente com superiores imediatos.
	92	A atitude tomada pelo pelotão alastrou a todas as companhias, sendo que foram inúteis as negociações havidas ao mais alto nível de comando, a fim de os exercícios serem retomados.
	94	Forte contestação faixa preta no braço a quando a imposição dos galões de aspirante pelo ministro do Exército ou chefe do Estado Maior do Exército.
	96	Protagonista de um pouco de todas as que foram assinaladas em 15: resistência instrução, desafio à autoridade, contestação à guerra desprendimento desmotivação pelo processo de aprendizagem.
	99	No primeiro dia da semana de campo da especialidade (1971 Nov/Dez) já no local para pernoitar foi montada a segurança em que eu e outro camarada entrámos de serviço de sentinela quando o cadete <u>Castro</u> me informou que se ia afastar para satisfazer as necessidades fisiológicas e a cerca de 15 metros de ao virar da esquina de uma casa velha foi surpreendido pelo «inimigo» um cabo miliciano que empunhando a walter provavelmente para assustar dispara sobre o cadete Castro que acabou por morrer nos meus braços.
	102	Houve duas deserções quando partimos para os estágios em Angola e Guiné.
	109	Estava no refeitório e fui um dos cerca de 1200 (?) cadetes que se mantiveram em sentido, não obedecendo à ordem de sentar para almoçar. Após várias ordens não obedecidas foi dado ordem de destroçar e mandados para casa com passaporte de fim de semana.
	124	Algum envolvimento no 16 de Março dentro de Mafra estava na semana de campo.
	127	No Juramento de Bandeira quase não se ouviram as respostas dos cadetes aos pressupostos de juramento, o que deixou muito incomodadas as autoridades militares.
	130	Participação num levantamento de rancho.

P	Capitão	Unidade de Registo 3
53 [QC]	4	Adquiri espírito de liderança.
	5	Na gestão e relacionamento com sub – alternos e superiores.
	6	Experiência de comando de homens.
	7	Solidariedade, liderança, trabalho em equipa, avaliação da real importância das situações.
	8	Vivências ricas sob o ponto de vista humano + como actuar perante comportamentos de grupo + conhecimento de novas gentes e novas terras.
	9	Enriquecimento humano nas relações de amizade, espírito de equipa e solidariedade em tempos difíceis.
	10	Penso que terá contribuído para maior maturidade.
	12	Disciplina e horários.
	13	Permitiu conhecer novas realidades e outras culturas, e ensinou a ser mais tolerante.
	14	Criei uma relação muito forte com todos os elementos que compunham a Companhia.
	15	O conhecer as pessoas em tempo de guerra: os medos, as bravuras, a lealdade, a amizade, África, etc..
	16	Pelo contacto humano muito diversificado em ambiente de risco e tensão excepcionais.
	17	Experiência de relações humanas riquíssima.
	18	Reagir em situações difíceis – comando de homens – preparação física – ver o mundo de outra forma (mais humana e realista).
	19	Liderança de pessoas.
	20	Na adversidade conhecemo-nos melhor, e testamos as nossas capacidades.
	21	De tudo se pode tirar partido positivo – Aprende-se sempre qualquer coisa.
	22	Conhecimento dos homens.
	23	No comando de homens.
	24	Apesar de ter respondido <u>Não</u> , disse:

		Facilitou-me assumir posições de chefia e de controle.
	25	Todas as experiências nos enriquecem de alguma forma; trouxe-me novas formas de encarar muitas coisas.
	27	Mais experiência, mais conhecimentos e mais autoconfiança.
	28	Porque aprendi com os subordinados e superiores e pelo espírito de grupo da Companhia.
	29	Foi enriquecedor o convívio e a criação de amizades que perduram até hoje. O sentimento de só nos termos uns aos outros também foi muito forte.
	30	Formação humana, enriquecimento cultural e sociológico.
	31	Vivências diferentes.
	32	Gestão de pessoas e humanização.
	33	Experiência na condução de homens e na gestão administrativa.
	34	Enriquecimento humano, experiência de comando de pessoas, desenvolvimento de competências várias.
	35	Pelo conhecimento que me permitiu adquirir como coordenador de homens e actividades.
	36	Contacto com realidades muito diferentes daquelas a que estava habituado. (Ex – seminarista e estudante universitário incipiente.)
	39	Formei-me muito no que diz respeito “a comandar” e a relacionar-me com o poder e com os poderosos.
	43	Conhecimento comportamento humano em situações críticas e adversas.
	44	Humanizar contactos.
	45	Aprendi o “perceber” a mente humana, no que ela tem de mais gratificante.
	46	Laboratório humano. Relevo de genuínas qualidades humanas dos homens. Experiências de privações diversas. Noção do perigo de vida. Equilíbrio emocional da Companhia. Óptimo relacionamento com a população local, da qual recebi exemplos de vida e sabedoria relevantes.
	47	Trabalho em equipa, liderança, solidariedade, empatia.
	48	Vivências pessoais diversificadas.
	49	Dotou-me de uma experiência muito útil no comando de homens e em situações de grande dificuldade; testou as minhas capacidades de liderança e reacções perante o perigo de arriscar a vida ou a integridade física.
	51	Enriquecimento humano com as pop. e os militares.
	52	Reforçou o meu poder de liderança e deu-me maturidade.
	53	Experiência. Amadurecimento. (Em termos humanos.)
	54	Relacionamento com pessoas de diferentes camadas sociais e apuramento de condição de chefia.
	55	Disciplina, ordem e gerir pessoal.
	59	Aprendi a lidar sob grande tensão.
	60	Deu-me uma forma mais positiva de relacionamento com os meus colegas de trabalho. Ajudou-me a confiar nas capacidades dos outros e a trabalhar melhor em equipa. Ajudou-me, igualmente a aplicar a regra “serviço é serviço e cognac é cognac” que na minha vida profissional foi muito valiosa.
	61	Disciplina pessoal, conhecimento humano, psicologia de massas.
	62	As duras e perigosas vivências na guerra promoveram laços de grandes amizades entre todos.
	63	No exercício da liderança e melhor conhecimento da grandeza e da baixeza dos homens.
	64	Melhorou a minha autoconfiança e deu-me experiência no domínio da gestão e condução de homens.
	65	Tive que trabalhar com feitios muito diferentes e culturas, e adaptar-me a elas.
	66	Aprendi a conviver com “filhos de muita mãe” e a gerir conflitos.
	67	A conhecer a natureza humana e espírito de grupo bem como capacidade de sofrimento.
	68	Porque me deu um melhor sentido de responsabilidade.
	69	Criou laços de grande amizade que se mantêm ao longo dos tempos.
	70	Experiência de comando de homens e controlo emocional.
	74	Amadurecimento e experiência no comando de Homens.
	76	Responsabilidade – Solidariedade – Amizade – Desenvoltura – “Desenrascanço”.
	77	Sempre enriqueceu a minha formação humana por mais traumatizante que tenha sido.
	78	Enriquecimento humano e experiência em situações difíceis.
	80	Ganhei experiência em gestão e comando do pessoal.

81	Relacionamento entre pessoas em situação difícil é muito enriquecedor e gerador de solidariedade.
83	Maior resistência e compreensão perante situações difíceis.
84	Ajudou a melhor conhecer o “homem”.
85	Responsabilidade, liderança, disciplina.
86	A capacidade adquirida no relacionamento com grupo tão vasto ajudou-me em situações profissionais futuras.
87	Viver com as dificuldades grandes e perigosas da vida.
89	Apurou-me o sentido de responsabilidade, espírito de grupo e de sacrifício.
90	Na liderança e compreensão humana.
91	Experiência humana única.
92	Permitiu-me conhecer melhor o homem e as suas vivências em novas situações.
93	Melhor conhecimento do Homem e da História.
94	Pelo exercício de algumas competências, experiência de relações humanas, e estatuto pessoal.
95	Comando de homens em condições adversas.
96	Liderança, coordenação de actividades e calma perante situações difíceis.
97	Amadurecimento; responsabilização; sentimento de dever cumprido.
98	Comando; logística; organização (?).
99	Aprendi a lidar com o ser Humano e a dar importância ao espírito de corpo.
100	Passei a encarar os obstáculos da vida com mais confiança.
101	Vivi experiências muito específicas e sem dúvida enriquecedoras quanto a desembaraço relacionamento com pessoas etc..
102	As situações gravíssimas porque passei deram-me outro conhecimento dos problemas humanos e políticos da sociedade e dos interesses que estão subjacentes aos políticos e gestores num país pobre e com tantas necessidades como o nosso.
103	Responsabilidade e capacidade decisória.
104	Relações humanas.
105	Aprendi a respeitar e compreender os problemas das pessoas com quem convivemos.
109	Deu-me domínio da liderança de pessoas e situações críticas, que me foram úteis na carreira desenvolvida na Indústria e nas diversas situações de relações internacionais.
110	Tornei-me adulto resistente a todas as dificuldades.
114	Competências de chefia.
117	Capacidade de liderança.
120	Pelo conhecimento de uma outra realidade e a descoberta de novas capacidades.
127	Desenvolveu-me as competências de liderança.
130	Foi uma aprendizagem humana sem limites.
132	Cumpri missões e estabeleci relacionamentos que me permitiram um melhor conhecimento das misérias e grandezas da alma humana.
134	Adquiri competências de chefia.
143	Experiência adquirida no contacto e no comando de pessoas; organização de equipas; decisões em momentos difíceis.

P	Capitão	Unidade de Registo 4
54 [QC]	14	Alguns problemas de saúde e também alguma instabilidade emocional.
	16	Tive problemas físicos com operação ao joelho direito em Nampula (Março 1974) com sequelas.
	20	Estou reformado por
	21	Pouco. Sensibilidade emocional sem prejudicar (<u>muito</u>) relacionamento profissional e com amigos.
	27	Stress pós traumático
	28	No regresso (?) ; no fundo tive que casar novamente com a mesma mulher o que teve piada.
	30	A guerra tem sempre efeitos negativos que se diluem ou não no tempo.
	32	Instabilidade emocional em presença de ruídos intensos – estampidos – tiros – etc..

	49	Algumas situações de descontrolo em que reajo de forma violenta, mas apenas para com estranhos; nunca para com a família ou pessoas chegadas.
	51	De incidência nervosa e psíquica.
	52	Fundamentalmente na (?)
	59	Durante anos, ruídos violentos assustavam-me.
	63	Apesar de assinalar <u>Não</u> , diz: (Excepto no 1º ano após a desmobilização).
	65	Tive uns anos que era muito explosivo. Demorou a acalmar, mas felizmente passou.
	71	Instabilidade emocional.
	74	Do foro psicológico e cardíaco.
	76	Problemas gástricos – stress – fácil irritabilidade.
	80	Alteração do sistema emocional.
	82	Alguns momentos de desespero pelo tempo a mais que estive naquele “buraco”.
	83	Stress.
	87	Fui ferido por estilhaços numa perna.
	89	Enervo-me com facilidade.
	93	Apesar de ter respondido <u>Não</u> , explicou: Aparentemente. Fiz “black out”.
	94	Saúde. Não verificados na altura, mas posteriores.
	98	Agravamento de doença anterior.
	102	VIDE XII
	105	Agravamento de sequelas relacionadas com hipertensão que levou a amputação do membro inf. esq. e 2 <i>bypasses</i> no dº.
	110	Problema crónico de alta tensão arterial, algum desequilíbrio psicológico.
	111	Divórcio.
	113	Instabilidade emocional.
	115	Prejuízos a nível pessoal, familiar e profissional.
	116	Sequelas no membro superior direito.
	117	Surdez devido aos rebentamentos.
	118	Saúde – rins fragilizados.
	120	Só durante algum tempo, até a adaptação à vida normal ser possível.
	127	Tornei-me agressivo e tristemente triste.
	128	(?)

P	Capitão	Unidade de Registo 5
57 [QC]	4	Estou reformado. Fui gestor de uma empresa da família até aos 40 anos. Abandonei a empresa para assumir de forma plena a missão de ensinar como professor do ensino secundário.
	5	Quadro superior do M A D R P – vários lugares de alta direcção no M A D R P. Autarca em vários lugares.
	6	Actual – reformado. Vida prof. – Docente (?) Faculdade (?) Eng; Quadro superior/administrador da (?).
	7	Actualmente aposentado da Segurança Social e Professor na Universidade Técnica de Lisboa (IST) e no Instituto Politécnico de Lisboa (ISEL). Percurso profissional – Engenharia numa unidade fabril da área da metalomecânica (SOREFAME) de 1977 a 2004 e Professor Universitário desde 1976.
	8	Reformado após uma vida profissional como docente – Ens. Sec. + Ens. Sup.. Exercício de cidadania (funções políticas: Pres. Ass. Municipal da Covilhã + Dep. A. R. 7ª e 8ª leg.(s)) + candidato a presidente da câmara da Covilhã.
	9	Aposentado, fui professor durante mais de 30 anos, tendo exercido a profissão com muito gosto e desempenhado função de Presidente de Conselho Executivo durante 6 anos.
	10	1975 (4 anos depois da minha formatura...) ingressei no Hospital de Évora como Engº chefe dos serviços de instalações e equipamento; 1978 fui para Lisboa para a General Electric Portuguesa, chefiar serviços de pós – venda de equipamento médico – hospitalar; 1979 na Regisconta Madeira; 1981 fui para a Marconi (Madeira) chefiar o serviço de comunicação por satélite; 1996 implementei um serviço comercial na Marconi (Funchal); 2000 passei à reforma!

	11	Professor.
	12	Sou reformado dos serviços florestais.
	13	Actualmente desempenho funções de Técnico Superior (arqueólogo) na Administração Pública e sou docente convidado numa Universidade, em regime de acumulação. Como percurso profissional dediquei-me à investigação e à protecção do Património Cultural, tendo desempenhado cargos de chefia e direcção superior durante 23 anos. Estou convidado para ser nomeado para novo cargo de direcção, aguardando-se pela evolução da situação política do país, cargo que deverei assumir após eleições de 5 de Junho.
	14	Ser professor e poder contribuir para formar jovens para o futuro baseando-me nos conhecimentos e experiências vividas ao longo de quase 4 anos a lidar com homens em situações nem sempre as mais agradáveis.
	15	Estou reformado embora trabalhe em 3 actividades. Fui engenheiro, professor e formador.
	16	Contribuição para a organização do sector eléctrico nacional com a constituição da E D P, com a passagem pela direcção da Distribuição Centro da E D P (1986/90) a gestão da Hidro Rumo (construtora da barragem de Foz Coa...) a passagem pelo governo de António Guterres (Sec. Estado Indústria e Energia e Sec. Estado da Defesa Nacional). Actualmente Director Geral da E D P tendo sido entre 2001 e 2010 Presidente do conselho de administração da R E N (que foi considerada pela “World Finance Award” a melhor empresa Portuguesa da época).
	17	Quando terminei a guerra acabei a licenciatura de Engenharia Silvicultor que me permitiu ter uma vida profissional plena no campo (...) tendo-me reformado há três anos.
	18	Actualmente: reformado. 71 a 78 – Min. Educação. 78 – 82 – Min. Comércio (cargo de chefia). 82/83 – Min. Neg. Estrangeiros. 83/89 – Min. Agricultura. 1989 a 2010 - Serviço de Relações Exteriores da Comissão Europeia: (Madagascar (4 anos), Burundi (4 anos), Guiné – Bissau (3 anos), Rep. Dominicana e Cuba (4 anos), Bruxelas (3anos), Timor e Congo Braz. (2 anos).
	19	Reformado. Durante 27 anos fui Quadro Superior de um grupo económico Português, com origem em Moçambique, tendo desempenhado funções de administrador, gerente e director – geral em diversas empresas sedeadas tanto em Portugal como em Moçambique.
	20	Fui professor do Ensino Secundário – Liceu Portimão e Faro. Fui <i>croupier</i> nos casinos do Algarve durante 25 anos. Sou mediador de seguros há 31 anos. Na situação de reforma das duas primeiras actividades. Tenho uma Mediadora Seguros chamada “Cais do farol – Mediação Seguros L ^{da} ”.
	21	Reforma de profissão de arquitecto c/ gabinete próprio mas continuo a trabalhar em regime individual.
	22	Administrador de laboratórios farmacêuticos.
	23	Trabalhei como prospector de vendas numa (...) de construção civil e em paralelo terminei o curso de Eng ^a Civil. Trabalhei para diversos empreiteiros e em 1988 formei a minha firma de construção civil, que se mantém em actividade.
	24	Aposentado. Professor do Ensino Secundário; 15 anos na Direcção de Escolas; 9 anos Director do Centro de Formação de Professores.
	25	Actualmente estou reformado. Trabalhei em Turismo (guia – intérprete, correio de turismo) mais de 30 anos. Desde 1981 dediquei-me ao restauro de documentos gráficos. Ambas as actividades, quase antagónicas, me deram enorme satisfação e a esperança de ter feito algo de construtivo na minha vida.
	26	Actualmente aposentado, toda a vida fui professor.
	27	Professor do Ensino Secundário aposentado.
	28	Investigação científica na F M U P. Professor provisório Ensino Secundário 1 ano (?). Reformado.
	29	Engenheiro de projectos, Director de Comércio Internacional, Trader.
	30	A vida profissional como Professor (primeiro) e como advogado a partir de 1981 preencheu toda a minha pessoa.
	31	Director de filial de multinacional.

32	- Reformado – Provedor – SCMVC – Director/Administrador – Port Gás EDP Gás; Director/Administrador Partex; Director – PDO Oman; CGhefe departamento – Gasco – Abudhabi; Chefe dep – Estaleiros Viana Castelo; Assistente – Inst. Sup. Eng ^a Coimbra. Todas me satisfizeram.
34	Técnico bancário reformado, consultor, auditor, formador, licenciado em sociologia.
35	Aulas no Ensino Superior e consultadoria a empresas da especialidade. Fui professor do ensino básico e secundário. Chefe de serviços de electricidade e águas da Câmara de Arcos de Valdevez. Chefia de departamentos da E. D. P.
36	Actualmente estou reformado. Trabalhei na Caixa Geral de Depósitos chegando a Chefe de Secção.
37	Desempenho de elevados cargos políticos quer a nível do Governo quer na Assembleia da República. Gestor de Empresas Públicas.
38	Médico.
39	Reformado há um ano de professor do ensino secundário, tendo exercido vários anos funções na Direcção da minha escola, num trabalho positivo nitidamente influenciado pelo que aprendi no meu serviço militar.
40	1 – Actividade política a tempo inteiro de 1974 a 1982. 2 – Após 1981 Eleito autárquico, Director Executivo de uma Cooperativa. 3 – 1989/90 chefe de gabinete na CML até 1992. 4 – Director Executivo Associação Privada. 5 – Presidente do Conselho de Administração de uma empresa pública Municipal 95/98. 6 – Presidente do Conselho de Administração de uma empresa privada. 7 – Mantive sempre a minha função de consultor informático. Até hoje.
43	Licenciatura em Medicina. Pós – graduação em Medicina Legal e Social. Pós – graduação em Peritagem Médico Legal Avaliação Desenvolvimento Corporal. Curso Superior Medicina Legal.
44	Médico.
45	Reformado. O meu percurso foi sempre à “Mecânica”; Termodinâmica e Hidráulica, sem realce digno de nota.
46	Actualmente em situação de reforma por limite de idade. Sempre ao serviço da EDP (Sub – Director/ Director com participações em Marrocos e Cabo Verde) sempre pela EDP. Satisfação por ter contribuído para a realização de várias infra estruturas técnicas de serviço público.
47	Advocacia e Direcção de Recursos Humanos.
49	Após a desmobilização, efectuei um percurso de descanso, primeiramente, ao mesmo tempo que trabalhava em “part – time”; voltei ao curso de direito que finalizei já com um emprego a tempo inteiro. Casei, tive com a minha mulher uma filha e enveredei, até hoje, pela carreira de advogado.G
50	
51	Sou aposentado. Fiz carreira na A P e como docente do Ensino Particular e Cooperativo.
52	Fiz a minha vida como professor de Ed (...) desporto. Tive uma carreira de (...) Andebol como depois na Esgrima (...) aposentado, mas continuo como (...).
53	Nada mais a referir: Delegado do Procurador da República; serviço militar; advocacia a tempo inteiro; vida social interventiva sem protagonismos excessivos.
54	Administrador de Empresa, dando continuidade à actividade industrial do ramo têxtil iniciada pelo Pai em 1933.
55	Reformado.
57	Juiz. Notário.
59	Reformado – Tive uma carreira muito rica e bastante interessante. - Enviarei por mail um C V, para sua análise.
60	Após o 25 de Abril fui trabalhar para Inglaterra. Na Companhia para onde fui alcancei o lugar de Director e membro do Conselho de Direcção. Nessa posição tive o prazer e privilégio de viajar pelo mundo. Fui responsável por uma divisão operacional com 30 membros/ pessoal ingleses que nos receberam de braços abertos.
61	Até aos 22 anos estudei humanidades, filosofia, psicologia, e teologia com a intenção

		de ser sacerdote católico. Aos 22 anos desejei seguir a vida de padre operário. Trabalhei 2 anos em cultura de cogumelos e movimentos de jovens pró cristãos. O bispo pretendeu que eu regressasse aos estudos teológicos e me ordenasse. Propus ser padre operário mas o bispo discordou. Então, “despedi-me” e matriculei-me em Direito. Os ventos revolucionários não me deixaram findar o 1º ano e levaram-me a Mafra. Em contacto com os militares e amizade que criei com o médico da Companhia, no estágio em Angola, decidi estudar medicina. Como não tinha dinheiro nem quem me financiasse o curso, angariei dinheiro na guerra (poupando) e fiz o curso de medicina – medicina geral e familiar – trabalho em que me tenho realizado plenamente.
	62	Actualmente sou reformado. Após a guerra fui trabalhador do Estado (apenas 1 ano). Saí – ingressei em duas empresas de construção civil (2 + 2 anos). Concorri aos CTT – instalações e equipamento na RAM. Também sou profissional por conta própria.
	63	Activamente estou reformado (há um ano). - Praticamente toda a vida profissional foi a de Director de Recursos Humanos.
	64	Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra (1976/1979). Director industrial na metalúrgica Progresso (?) SA (1980 até à data). Deputado da Assembleia da República (VIII legislatura). Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra (1983/1986).
	65	Reformado/ Três anos professor/ Até à reforma trabalhei nos automóveis como chefe de vendas.
	66	Após a passagem à disponibilidade, fiz o estágio para professor efectivo do Ensino Secundário, na actual Escola António Sérgio (V. N. de Gaia), onde permaneci ininterruptamente até me aposentar, em 2006, ao completar 60 anos.
	67	Hoje sou director da Escola Secundária, é o final da carreira de professor. Como economista ajudei empresas a evoluir no tempo. Até hoje fiz sempre o que quis em consciência.
	68	Sou licenciado em Medicina Veterinária, vivo actualmente nos Açores desde 1976, onde estive ligado aos laticínios durante 20 anos e agora estou ligado ao Governo Regional dos Açores como Presidente de um Instituto Público ligado à agricultura.
	69	Sendo já magistrado a quando da incorporação, dei continuidade à minha vida profissional, passando de Delegado do Procurador da República a Juiz de Direito, depois a Juiz Desembargador e em Março de 2003, a Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, onde, com satisfação, me encontro ainda.
	70	Actualmente estou reformado com actividades diversas de Gestão de Empresas. Fui técnico e director e administrador de empresas.
	71	Empresário.
	72	Reformado; após alguns anos de trabalho em diversas empresas e ramos de actividade, <u>nunca larguei o ensino</u> ; quase 30 anos depois de ter entrado na EPI consegui fazer o doutoramento que ficara adiado.
	73	Voltei á situação de professor primário, mas com o novo Portugal pós 25 de Abril por falta de candidaturas fui nomeado delegado escolar, seguidamente coordenador de ASE, Subdirector Escolar, Director Escolar, Presidente do Conselho Directivo da Área Escolar de Ponta Delgada e por fim, novamente professor de uma turma na escola da Mãe de Deus – P. Delgada.
	74	Aposentado do Ensino Secundário e Preparatório.
	75	Empresário.
	76	Advogado em escritório individual, com avenças de grandes empresas nacionais de que me orgulho.
	77	Estou há 33 anos a exercer advocacia em Setúbal.
	78	Advogado no activo.
	79	Fui delegado do procurador da República na comarca de Alcácer do Sal, Barreiro, Alenquer, Albufeira e Loulé, curador de menores no tribunal central de menores de Lisboa, juiz de instrução criminal de Coimbra e de Faro, juiz nas comarcas de Silves e Faro, juiz do tribunal colectivo de circulo e judicial de Faro. Juiz desembargador no Tribunal da Relação de Coimbra e Lisboa. Juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 2007.
	80	Já estou aposentado. Na minha vida profissional considero como relevantes a minha actividade como professor de matemática (3 anos); explicador de matemática (20

		anos); director de projecto de construção, instalação, arranque e director de produção de uma fábrica (4 anos); director de qualidade, de produção e de operações de uma fábrica de produtos alimentares líder de mercado (17anos); gerente e consultor de uma empresa própria de consultoria em gestão industrial (6 anos).
	81	Aposentado como Director Regional de Educação do Centro. Desempenhei todas as funções possíveis na carreira docente com excepção de inspector.
	82	Estou reformado. Passei pela chefia como director ou administrador – delegado de algumas empresas (têxteis e cerâmica).
	83	Administrativo de Hotelaria; Empresário do ramo de Hotelaria; Técnico de Laboratório da Construção Civil.
	84	Professor Ens. Sec.; Funç. Público (Ministério Cultura e Teatro N. D. Maria); Advogado.
	85	Tive uma carreira profissional no âmbito da minha formação académica em multinacionais desde técnico até cargos directivos nessas companhias.
	86	Presentemente estou reformado. Gostei de tudo o que fiz profissionalmente. Fui professor, fui engenheiro (projecto e acompanhamento de obras), fui director regional e fui autarca.
	87	Sou advogado em Lisboa há 32 anos. Realizei-me profissionalmente. Sou casado e tenho uma filha.
	88	Professor aposentado.
	89	Uma fase de muita luta para arranjar o 1º emprego (Maio de 74 a Fevereiro de 1975). Fevº/75 – Ingresso na Banca. Carreira muito trabalhosa, muito sacrifício e aposta. Hoje na reforma, desde Dezº 97, e com carreira de 28 anos de serviço, grande parte como subgerente e gerente. Sinto-me realizado e dever cumprido.
	90	Estou reformado da EDP onde trabalhei durante 42 anos nas áreas de projecto, construção e exploração de Centrais Hidroeléctricas, tendo terminado como Assessor da Direcção da Produção Hidráulica. Actualmente faço acessória na área da produção de energia e dou aulas numa univ. Sénior.
	91	Professor do liceu, Engenheiro Químico, Director Técnico, Administrador de empresas, do grupo económico a que pertencia, em Angola. Experiência humana e profissional muito boa na última actividade referida. Actualmente reformado.
	92	Terminado o serviço militar, após breve descanso, retomei os estudos como voluntário, casei, terminei o curso de Direito, ao mesmo tempo que dava aulas no ensino secundário. Trabalhei como docente 4 anos e 325 dias. Há mais de 30 anos que advogo. Sou advogado com muito orgulho.
	93	Estou reformado. Apoiei o associativismo no sector das pescas, em especial o cooperativismo, primeiro, através da Secretaria de Estado das Pescas com o Dr. Mário Ruivo e depois na D. G. das Pescas. Seguidamente fiz análise de imprensa económica no M. das Finanças.
	94	Empresa Inapa – Trabalho de relações humanas na Secção de Pessoal. Exército – As relações humanas com os soldados, furiéis e superiores. Ensino – Uma vida profissional a lidar com os jovens.
	95	Fiz a minha carreira profissional na EDP começando como responsável de central hidroeléctrica, depois responsável de grupo de centrais, chefe de todas as centrais da bacia do Douro, responsável da área de investimento de todas as centrais hídricas da EDP e agora, a um ano da reforma, assessor.
	96	Professor Doutorado do Ensino Superior. Administrador e Gestor de Empresas.
	97	Reformado e a exercer a minha actividade de advocacia ininterrupta desde 1975.
	98	Actual – Administrador de grupo financeiro. Anterior - evolução na Banca (desde a base ao topo da hierarquia).
	99	Reformado.
	100	2 anos assistente universitário 26 anos engenheiro de uma grande empresa industrial actualmente pré – reformado, exercendo consultadoria
	101	Neste momento estou reformado. Passei por várias situações mas estive sempre em posições de comando e terminei construindo uma companhia que entretanto vendi e que quando de lá saí tinha 300 empregados.
	102	Estou na pré – reforma há 10 anos; sempre fui exigente com os meus superiores

		hierárquicos e defendi os meus subordinados. Subi na carreira administrativa até Gerente; não entrei na direcção (faltou-me o cartão dos partidos)!!! Mas eles são necessários.
	103	Eng. Civil – O L (?). Assessor nos S. M. C. R. área de águas e saneamento. Actualmente aposentado e com prof. Liberal.
	104	Reformado. Director Fabril.
	105	Sou reformado por invalidez. Sempre estive ligado à cerâmica.
	107	Empresário.
	108	Empresário Agrícola.
	109	Reformado activo, como consultor. Fui professor 3 anos e supervisor na Indústria Química durante 30 anos. Tive uma carreira profissional sempre em ascensão. Socialmente sou reconhecido como um bom cidadão, sendo ouvido e respeitado. Tenho um casamento de 40 anos estável e feliz, e duas filhas maravilhosas. Penso muitas vezes que a experiência militar no ultramar, pode ter sido um factor positivo, apesar de me ter afectado a licenciatura em Eng ^a .
	110	Alto nível de <i>management</i> a nível internacional, sobretudo com Avon Cosméticos (Presidente Avon em Portugal, Itália, França, VP Europa do Sul, Presidente Europa...).
	111	Professor.
	112	Engenheiro Civil como empresário de projectos e director de obras.
	113	Professor do Ensino Superior: Instituto Miguel Torga, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Economista no sector privado.
	114	Técnico Superior em empresa de Indústria de Plásticos, Companhia Nacional de Petroquímica onde prestei serviços em vários países.
	115	Voltei a exercer a minha profissão, partindo em desvantagem, na reintegração na vida civil, em relação a colegas que desempenharam, durante o SOM, funções de acordo com a sua profissão, mas procurando recuperar o tempo perdido, embora sem esquecer a tremenda injustiça de que fui alvo, da qual nunca fui nem serei ressarcido.
	116	Deficiente das forças armadas. Engenheiro silvicultor profissão liberal empresário.
	117	Deficiente F. A. Reformado desde Dezembro 2004. Toda a carreira profissional foi na Banca.
	118	Doutor em Administração Hospitalar, Vereador, Presidente de Assembleia Municipal nas áreas social e cultural Associação Comercial e Industrial de Vila Real Vice – presidente de Câmara. Escritor.
	119	Advogado. Presidente da Caixa de Previdência de Setúbal. Sou advogado em Setúbal desde o fim da guerra. Na profissão trabalhei em todo o país, desde Montalegre a Tavira e Lagos e até Madeira e Açores. Estou reformado, mas a trabalhar, desde 1.1.2010. De 30.XII.1974 a Abril de 1977 fui Presidente da CA da Caixa de Previdência de Setúbal e procedi à separação dos Serviços de Saúde. Fui também presidente da CA dos Serviços de Saúde do D. De Setúbal de 1975 a 1977. Praticamente iniciei a advocacia em 1977, mas fui jurista dos Serviços de Saúde durante quase 30 anos. A advocacia foi o meu modo de vida. Com muitas vitórias e muitas derrotas, mas levando sempre as questões até ao fim. Muitos recursos para o STJ e até para o Constitucional. Consegui muitas decisões inovadoras e essa foi a minha maior satisfação.
	120	Preparo a reforma. Fui professor e sócio gerente de firmas ligadas a desporto, têxteis e automóveis.
	121	Estou reformado. Durante a vida fui desenhador.
	122	Director Comercial de uma grande empresa Têxtil.
	123	Professor de Educação Física. Curso de Treinador de Futebol e Voleibol. Licenciado em Educação Física. Escritor. Formação Académica: Licenciado em Educação Física em 1978. Outras habilitações: Curso de Treinador de Futebol pela F. P. F.; Curso de treinador de Voleibol pela F. P. V. Actividade Profissional: Professor de Educação Física. Breve resumo do percurso de vida. Local de nascimento, arredores de Tunes, em 1948, (um centro ferroviário que cresceu no entroncamento da linha do Barreiro com o troço que liga Vila Real de Santo

		<p>António a Lagos).</p> <p>Filho de ferroviário, à semelhança de 90% da população, aí cresceu e completou o ensino primário. Em Faro concluiu o 7º ano do Liceu, dividindo as actividades escolares com a prática de futebol, que praticou no Sporting Clube Farense durante seis anos, dando corpo a uma inclinação para as actividades desportivas, que viria a abraçar mais tarde.</p> <p>Um simples mas afiado expediente burocrático do regime da altura impediu-o de ingressar na Universidade. Porque a guerra estava primeiro (numa altura em que esta já agonizava, prenunciando o 25 de Abril de 1974) foi incorporado em Mafra em Abril de 1970, vindo a ser arvorado Capitão Miliciano com 23 anos de idade. Comandou a Companhia de Caçadores 3441 em Angola, contabilizando 1400 dias de serviço militar, uma saga relatado no livro “Capitães do Vento” (Roma Editora) e complementada num outro trabalho, “O Último Inferno” (Prefácio Editora).</p> <p>Regressado de África em 15 de Janeiro de 1974 procurou recuperar o tempo perdido na guerra, tentando ingressar na Universidade. O 25 de Abril e o PREC da altura adiaram mais uma vez este intento, que viria apenas a concretizar-se em Dezembro de 1974.</p> <p>Em 1978 terminou o curso do INEF, hoje Faculdade de Motricidade Humana.</p>
	126	Médico.
	127	Fui professor do ensino Superior e Secundário. Desempenhei elevados cargos de gestão em instituições educativas.
	128	Topógrafo desenhador, explicador de matemática.
	129	Dediquei-me ao Serviço Público até à aposentação em Janeiro/2010.
	130	<p>Ingressei na GNR. Prestei serviço numa unidade operacional e sobretudo na Brigada de Trânsito onde fui chefe de Estado Maior. Reformei-me como coronel da GNR.</p> <p>Ainda na Guiné, concorri à GNR, num concurso aberto na altura.</p> <p>Ingressei em finais de 1974.</p> <p>Embora tenha servido o País como Capitão graduado, entrei na GNR como Alferes, percorrendo os escalões até ao posto de Coronel.</p> <p>Desempenhei funções de Instrução e sobretudo operacionais. Comandei os diversos escalões existentes, consoante o posto que tinha.</p> <p>Prestei serviço numa Unidade Operacional e sobretudo na Brigada de Trânsito onde terminei como Chefe de Estado Maior.</p>
	131	<p>Magistrado do Ministério Público; notário; conservador; advogado. Depois de aposentado e na actualidade, jurista do Conselho Disciplinar da Ordem dos Notários.</p> <p>Do que mais gostei foi da Magistratura que abandonei para poder estabilizar geograficamente e não obrigar Mulher e Filhos a andarem pelo País além, por minha causa.</p>
	132	<p>Professor do Ensino Superior já aposentado.</p> <p>Doutor em Engenharia Agrícola – Universidade de Trás – os – Montes e Alto Douro.</p>
	133	Funcionário Superior de Empresa Pública e Professor do Ensino Superior.
	134	Advogado.
	138	Médico.
	140	Empresário.
	141	Chefe de Divisão do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas.
	142	Conservador do Registo Predial.
	143	<ul style="list-style-type: none"> - Sou Administrador na Fundação AFID Diferença. - Fui Provedor da Casa Pia de Lisboa durante 17 anos. - Participei em várias reuniões da comissão de direitos para a juventude em Estrasburgo. - Fiz o curso de Defesa Nacional em 91/92. - Fui presidente da A. A. C. D. N. durante um mandato.

Apêndice V – «Para memória futura»: os dezanove depoimentos finais

1. Os últimos actos do Império

O [Cap. 4] fala disso mesmo, do facto mais marcante da sua vida militar - a retirada de Moçambique. Eis a sua descrição:

As últimas tropas portuguesas abandonaram o território por via marítima às 23 horas de 24 de Junho de 1975, uma hora antes da proclamação da independência. A retirada foi simultânea de três sítios. Desde o meio - dia que permaneciam em Moçambique apenas três companhias: uma no norte, em Nacala, outra no centro na Beira, e outra no sul em Lourenço Marques. Ao pôr-do-sol cada uma das companhias arriou a Bandeira Nacional e aguardaram pelas 23 horas, hora a que iniciaram o deslocamento para o respectivo porto. A retirada foi efectuada por via marítima por óbvias razões de segurança. A minha companhia recebeu a missão de retirada da Beira. De manhã outras seis companhias tinham embarcado para o navio «Uíge», atracado no Porto da Beira. Duas fragatas da Armada encontravam-se ao largo, na eventualidade de ser necessário apoio de artilharia naval para quem ficou em terra.

Durante o resto do dia, o narrador teve uma estranha sensação de isolamento, que pensa também ter sido sentida por todos os homens. Em discurso directo escreve:

O arriar da Bandeira e a deslocação para o porto, ao longo de avenidas ladeadas por vivendas, onde as famílias portuguesas que lá ficavam vieram todas à porta assistir à passagem da última coluna de tropas portuguesas, foram imagens emotivas para sempre guardadas na minha memória. Assisti em directo e fui protagonista das últimas horas de um Império que tinha durado meio milénio.

2. Ocorrências de âmbito militar a merecer evidência

O [Cap. 113] viveu um episódio, ocorrido durante a sua vida militar, que permanece por ser eterno na sua memória, embora já longínqua. O Capitão foi incorporado em Mafra, no dia 11 de Janeiro de 1971, tendo feito a recruta no quarto pelotão da 1ª Companhia, pelotão comandado, segundo diz, “por um homem de elevada educação e cultura, sempre preocupado em transmitir aos instruendos o que a sua experiência de combatente na Guiné lhe ensinara: o então alferes Mário Beja Santos”. Descreve o Capitão, um episódio trágico ocorrido no desenrolar duma acção de formação militar.

Estaria Abril, particularmente chuvoso nesse ano, já na parte final, quando uma desgraça aconteceu na travessia da lagoa. O exercício não seria mais difícil do que por exemplo andar no pórtico, ainda hoje abomino essa palavra, ou saltar para o galho, mas as chuvas tornaram a lagoa num charco barrento que tornava a travessia mais difícil, sobretudo para os últimos elementos desse pelotão, pois a lama já revolvida, o ter de manter a G3 acima da cabeça e o peso da mochila, tudo isso provocava nos mais temerosos um receio a roçar o medo. Um cadete atropalha-se a meio da travessia, um camarada vai em seu auxílio e é puxado para o fundo, um terceiro volta para trás tentando socorrer os outros dois que, na sua aflição o arrastaram também para a morte. Penso que os corpos só foram encontrados por mergulhadores da Marinha. Mas a minha história não termina aqui e o que se passou a seguir constitui, na minha opinião, a maior homenagem que poderíamos prestar aos nossos camaradas mortos, nós cadetes, simples soldados cadetes, homens arrancados aos estudos, outros com os cursos já feitos, que de um momento para o outro passaram a ser números de uma máquina sem coração, não fomos cadetes, fomos Homens. Com o refeitório cheio de algumas centenas de nós preparados para o almoço, em sentido obrigatório como era da praxe, recebemos a ordem talvez do oficial de dia: - SENTAR! Como fez barulho o silêncio que se seguiu! Ninguém, ninguém se mexeu! Impávidos, serenos, comovidos, com os olhos brilhantes, ninguém, ninguém obedeceu! Músculos retesados, firmes

no nosso querer e na nossa razão, pêlos eriçados, ninguém, ninguém, nem os «engraxadores» hesitaram. Foi chamado o Comandante Maior. - SENTAR! Trovejou uma voz ainda mais potente, como se a estridência do grito fosse directamente proporcional ao número de riscos amarelos que o ombro suportava. Ninguém, ninguém cumpriu a ordem. - DESTROÇAR! E lá foram os cadetes, olhando-se com respeito, olhos nos olhos. Não me apercebi de medo em nenhum rosto. O meu íntimo regozijava. Fomos para a sala nº 10, todos, sem excepção para uma reunião espontânea que foi interrompida quando recebemos ordem para ir de fim - de - semana. Seria quarta ou quinta, não me recordo, sei apenas que o rigor muitas vezes despropositado da revista às armas, foi substituído pelo deixa andar. Era preciso mandar estes gajos para fim - de - semana em passo de corrida. Como foi isto possível? Afinal... era possível.²⁹³

O [Cap. 60], tece considerações duras sobre as suas relações com os comandante e segundo comandante de Batalhão:

A minha relação com o comandante e segundo comandante foi sempre muito má, dado que ambos estavam mais interessados na sua promoção pessoal. O comandante do Batalhão, apesar de ser a sua terceira comissão, nunca tinha sido operacional. A primeira fê-la como oficial de manutenção/fornecimentos. A segunda como segundo comandante e a terceira como comandante. A sua preocupação era obter louvores que lhe permitissem progredir na sua carreira militar. Para ele, as companhias operacionais eram um bando armado, sem disciplina e onde as regras militares eram desobedecidas.

Narra depois, em consequência, uma série de “picardias” que manteve, em permanência, com o comandante. Uma delas, teve como centralidade o 1º sargento da sua Companhia. Assim descreve o Capitão o acontecimento:

A situação mais delicada que eu tive de lidar relacionou-se com o primeiro sargento da minha companhia. Ele podia ser meu pai, tal a diferença de idades entre nós. Ele começou a ter problemas com o casamento e veio-me pedir conselhos. Eu tinha 24/25 anos, solteiro e dificilmente poderia aconselhar alguém com problemas matrimoniais. A seu pedido dei-lhe licença de 5 dias para ir a Luanda ver a mulher e tentar solucionar os problemas. Todavia, o que eu não sabia, é que a mulher estava em Lisboa e ele veio a Portugal e levou a mulher e a filha para Luanda, um pouco à força. Quando descobri isto prometi a mim mesmo não cometer o mesmo erro e quando ele me pediu mais 5 dias de licença para ir a Luanda eu neguei-lhe o pedido. Ele foi de imediato falar com o comandante do Batalhão que lhe deu a licença sem me consultar. Durante a sua estadia em Luanda o 1º sargento matou a mulher em frente da filha. Quando as notícias chegaram ao Batalhão fui chamado ao Comandante que me perguntou por que não impedi o sargento de ir a Luanda ao que eu lhe disse que foi ele que tinha dado a licença sem me ter consultado. Eu tinha recusado essa licença.

Muitas outras desavenças aconteceram. De entre elas ressalta a solidariedade observada pela sua Companhia, quando o comandante o ameaçou com uma punição por “ter defendido os interesses dos seus soldados”, fazendo-o vacilar no propósito. Também teve problemas quando resistiu aos “sacos azuis”, não pactuando com o comandante e segundo comandante.

3. Acontecimentos intrinsecamente ligados ao boicote à guerra, a participação no 25 de Abril e as inúmeras iniciativas estabelecidas com os movimentos de libertação para início de conversações conducentes à obtenção do cessar-fogo e da paz

²⁹³ Veja-se também apêndice A II. 3.

O [Cap. 4] diz-se participante no 25 de Abril e orgulha-se “de ter sido elemento determinante na neutralização” da sua unidade, “considerada IN na Ordem de Operações do MFA”. As suas ligações ao movimento, afirma o Capitão, “datam do C.C.C. em Mafra em Novembro de 1973”. Em Moçambique, e depois em Lisboa onde fez a Comissão Liquidatária, já que saiu de Moçambique no dia da independência, foi elemento bastante activo na contestação ao PREC, no seio da família militar.

O [Cap. 20] assegura que sempre modelou a sua vida e comportamento pessoal “por valores de ética e liberdade”. Como estudante diz ter participado em lutas estudantis e assistido a comícios de oposição a Salazar. E acrescenta:

Devia estar referenciado como opositor ao regime porque no exercício da comissão em Moçambique andaram sempre atrás de mim. Fizeram, inclusivamente, queixa do meu comportamento ao comando do sector F. Fui alvo de um auto de corpo de delito por vias disso.

Os [Cap. 80] e [Cap. 81] estão ligados à intervenção político-militar. O primeiro, “por altura do 16/3/1974”, aderiu ao movimento do 25 de Abril e ficou “a aguardar a definição da missão” que lhe seria atribuída. O segundo participou “sobretudo em reuniões com oficiais até Capitão na fase imediatamente anterior ao 25 de Abril na Guiné”.

O [Cap. 91] cooperou no 25 de Abril e narrou, de forma sintética, a sua colaboração:

Acampados na serra de Sta. Luzia, em Viana do Castelo, fomos acordados a meio da noite de 24 para 25 de Abril pelo Capitão de Operações (envolvido no MFA) e levados a uma reunião com o Major que nos colocou a par da situação pedindo a nossa colaboração. A minha Companhia ficou em Viana do Castelo, em patrulha pela cidade e apoiando o desarmamento dos agentes da Pide/DGS que estavam na fronteira de Valença. Passados dois ou três dias fomos para o Porto. Tomámos conta do aeroporto de Pedras Rubras em regime de rotação com outras Companhias.

O [Cap. 93] esteve ligado ao grupo designado por «católicos progressistas». Descreve que esteve para desertar e “com um pé para ir para a Holanda via Castelo de Vide, Marvão. “Acabou por ir para Zalala no Huíje, uma fazenda de café da empresa RIMAGA”. Nesta zona, altamente flagelada em 1961, o Capitão interessou-se pela exploração do café, em especial pelas condições de trabalho dos bailundos.

Estudei, recolhi documentação, em especial fotográfica. Esta companhia onde fiquei, tinha soldados amantes de fotografia. Então recolhi o máximo de fotos, algumas delas já ampliadas, e trouxe-as para a metrópole. Todo este acervo foi estupendamente aproveitado pelo comité Angola, Guiné e Moçambique de Amesterdão, para onde seguiu, para montar uma campanha de boicote à importação de café de Angola, que teve imenso impacto na Europa.

Afirma ter participado “numa corrente de boicote à guerra colonial partindo de dentro, razão porque continuou «ligado à máquina de guerra»”. Este modelo de actuação foi por ele desenvolvido, quer na Madeira onde formou a sua Companhia, quer

depois em Moçambique onde apanhou o antes e o depois 25 de Abril. Aí se deu conta da presença de um “movimento das Forças Armadas muito titubeante e incipiente – amador” e de movimentações para “consumar uma independência «branca”. E diz mais o Capitão:

Valeu uma certa sociedade civil já bastante desperta, como sejam os universitários e intelectuais e também uma corrente forte de católicos (caso Bispo de Nampula D. Manuel Vieira Pinto e o caso de algumas congregações religiosas que denunciaram massacres perpetrados pelas NT).

O [Cap. 94] faz conjecturas de ordem político-militar e não tem dúvidas: “O vinte e cinco de Abril deve-se aos milicianos”. Ele próprio “ajudou a abalar a organização militar”. E discrimina a sua participação na acção: “Aquando da instrução pelo «minar» da estrutura militar e da mudança de mentalidade dos jovens militares da Academia e dos colegas que não tinham a consciência política da «situação. ”

E acrescenta ainda o Capitão: “De «Dentro» é que se fazem as revoluções e não na «Deserção».”

O [Cap. 96] participou activamente no movimento do 25 de Abril “na noite de 24/25 no comando de duas companhias com alvos bem determinados: Antenas do Rádio Club Português e Ponte de Vila Franca de Xira. Manteve reuniões com elementos do MFA (Otelo Saraiva de Carvalho e Ferreira de Sousa) e participou na organização de um Movimento de Milicianos muito vasto.”. O Capitão teve também intervenções de monta, em Moçambique, na fase final da descolonização:

Sobretudo em Moçambique na zona de Manica (fronteira com a antiga Rodésia). Acordo de Paz com a Frelimo em Agosto/74 – Recepção da Frelimo em Manica. Organização da população (branca e preta) etc, etc. E em Lourenço Marques na zona de Benfica em conjunto com a Frelimo para organizar e pacificar a população.

O [Cap. 118], à época do 25 de Abril, participou em “algumas acções de busca a personalidades do antigo regime (em vão)”.

O [Cap. 51] estabeleceu inúmeras conversações com o PAIGC conducentes à obtenção do cessar fogo.²⁹⁴

O [Cap. 78] foi “o primeiro oficial do exército Português a estabelecer conversações de Paz em Angola com o MPLA, com acordo local de paz e mais tarde ao nível da Região Militar”.

²⁹⁴ Documentos do espólio deste Capitão, respeitantes ao assunto, podem consultar-se no Centro de Documentação 25 de Abril. Alguns deles constituem-se anexos deste trabalho. (A III. 1; A III. 2; A III. 3; A III. 4 e A III. 5).

4. Factos comprovativos de uma organização militar difusa e inoperante e já parca em recursos competentes

O [Cap. 10] foi incorporado em 1972, casou-se em 1973, foi mobilizado em 1974, nasceu-lhe uma filha em 1974, e passou à disponibilidade em 1974. “No meu pelotão de 1º ciclo de recruta”, diz o Capitão, “éramos todos formados com um curso superior”.

Como engenheiro electrotécnico eu esperava ter uma colocação inerente à minha formação. Foi desgostoso saber que iria continuar na Infantaria já com vista a comandar uma companhia de atiradores, na tropa macaca... A minha companhia era formada com rapazes vindos de todo o país, uns ainda muito brutos, nunca tendo visto o mar. Era por vezes difícil pô-los a marchar com coordenação entre braços e pernas, fazer com que adquirissem hábitos higiénicos, dar-lhes uma postura garbosa, etc.. Brutos e parolos! Éramos todos inexperientes nas lides militares, com excepção dos dois sargentos que tinham feito mais do que uma comissão no ultramar. A companhia foi mobilizada para a Guiné, e a formação inicial do Batalhão havia sido em Évora no «16». O comandante era um conhecido oficial revolucionário que um dia reuniu os capitães para lhes dizer que algo se passava nas estruturas militares e que podia precisar deles.

O capitão avança na exposição, descreve um pouco da guerra e revela:

Eu era «capitão proveta» e os meus alferes também e desta forma não se podia ganhar a guerra. Os meus alferes eram do curso de furriéis nas Caldas da Rainha. Na Guiné tivemos muitas emoções de guerra quer bélicas quer psicológicas. Um furriel morreu na caserna, no treino operacional. Ou suicídio ou acidente com arma de fogo, o que é certo é que ele andava perturbado e eu já tinha tido uma conversa paternal para o acalmar. Um soldado morreu numa mina anti – carro, juntamente com um milícia africano. Um soldado ficou cego numa mina na picagem da picada. Noutras acções alguns ficaram ligeiramente feridos. Não houve suficiente tempo para criarmos laços de amizade e camaradagem. Eu sempre incuti nos meus homens que ninguém estava ali com alegria mas tínhamos de ter regras, cumprir a segurança, vencer medos, ser disciplinados. Passei à reserva em Set. 1974 e só 9 meses depois é que consegui arranjar trabalho... Felizmente a juventude tem muita força de espírito e tudo se arranjou.

O [Cap. 100] descreve situações “caricatas” da guerra, que subdivide em três notas. A primeira diz respeito ao IAO - apresenta uma perspectiva bem negativa de como se formava uma companhia para enfrentar a guerra:

Oficialmente, a minha companhia não recebeu qualquer IAO. Pronta para embarcar, no final de 73, viu a sua partida adiada (não sei porquê) e seguiu para Portalegre, por quase 3 meses. Em Portalegre, o quartel encontrava-se praticamente desactivado, há vários anos. Encontrámos um ambiente social inesperado e excepcional, de acolhimento generoso e agradável. A partida final das camionetas, para o aeroporto de Lisboa, às 6 da manhã, com as «meninas» a dizerem adeus, foi um episódio memorável. Calhou que, por sorte, acabara de chegar a esse quartel um tenente, que fizera a comissão em Moçambique (miliciano que «metera o chico»). A sua ajuda desinteressada foi para nós decisiva. Só por ele viemos a conhecer e a treinar as técnicas de desminagem e toda a prática de abertura de itinerários, que nos foi extremamente útil.

Sujeitos a uma displicente formação, são enviados para o coração da guerra – Mueda, em Moçambique:

Chegados a Mueda, verificámos que nos cabia substituir uma companhia que fizera uns 27 meses de comissão, sem sair daquele local. Dos 27, três meses ficaram a dever-se ao atraso de embarque da nossa companhia. Tinham vivido a ocorrência de muitas baixas e várias substituições de comandantes de companhia (chegaram a estar comandados por um furriel). O estado anímico e disciplinar em que estavam, não permitiu qualquer período de substituição.

Valeu a disponibilidade de um alferes (antes gravemente ferido em combate), que promoveu alguma instrução operacional.

Considera difusa e inoperante a organização militar em pleno 25 de Abril. Por esse facto é sua convicção que a história “dos verdadeiros *Capitães do Fim*” está por fazer

Está por fazer a história, ou eu não conheço a sua publicação, dos verdadeiros *Capitães do Fim*. Aqueles que estando na frente, nos dias do 25 de Abril, tiveram que aguentar uma situação em que se continuava a ser atacado, registando feridos e mortos, enquanto, ao mesmo tempo, se iam recebendo jornais de Lisboa, com fotografias de um carnaval com cartazes de apoio aos movimentos de libertação. E depois, ainda, foi pedido a esses mesmos militares, que tinham visto os seus companheiros morrer, que bem convivessem com os ex-inimigos, que encolhessem os ombros perante as dúvidas das populações, que anteriormente tinham defendido e que suportassem a arrogância dos vencedores. O silêncio sobre este tema, vai ao ponto de, uma editora de referência pôr nas livrarias uma suposta cronologia da guerra, que termina no dia 25 de Abril de 1974!!!.

O Capitão termina pondo a nu a crueza de uma formação militar deficiente e desactualizada:

O que mais relembro e comento, não conseguindo encontrar uma explicação para ele, é a perplexidade por, em 72, ao fim de tantos anos de guerra, ser tão deficiente a instrução e o aproveitamento da experiência de quantos já por lá tinham passado. E, mesmo na frente, fui encontrar situações inexplicáveis, de falta de sentido táctico e organizativo. Como são questões, que me parece deveriam competir aos militares do Q P, tenho a convicção de que a não adaptação à guerra que se combatia, da Academia Militar e de outras instituições de formação, terá sido muito grave. E só a excepcional capacidade do português de então, de viver com pouco e aprender depressa, permitiu manter, tantos anos, a integridade do território.

5. O cumprimento da missão apesar do relacionamento difícil com a instituição militar

O [Cap.4] centra sua convicção sobre os *Capitães do Fim*. Conclui “que de um modo geral cumpriram a sua missão”. Para logo acrescentar e comparar:

Conheci um Batalhão cuja 1ª Companhia era comandada por um capitão do QP oriundo da Academia Militar e primeiro classificado do seu curso. Embora muito competente no aspecto militar, revelou-se um mau condutor de homens, em Teatro de Operações, e o comando do Batalhão não se coibia de afirmar que um dos comandantes de companhia, oriundo do CCC, era o melhor comandante de Companhia do Batalhão.

E termina, dizendo: “sinto orgulho em ter sido um Capitão CCC”.

O [Cap. 49] diz-se um habitual leitor e analista das várias obras sobre a guerra colonial. Ao reflectir sobre o conteúdo nelas expresso verifica que “existe principalmente um ponto que deve ser firmemente denunciado como um perfeito embuste”. E acrescenta: “Normalmente diz-se que os capitães milicianos e os CCC baixaram o nível da capacidade e competência operacional das companhias. Ora, eu sei, por experiência, que tal não é verdade”. E continua a sua análise sempre contundente:

Se, como em todos os sectores, há gente capaz e incompetente, os capitães milicianos também terão os seus exemplos negativos, mas a maioria deu uma lição de capacidade, coragem, voluntariedade e consciência cívica que fará até envergonhar alguns capitães e majores e

tenentes coronéis do quadro permanente. Eu próprio substituí, em Setembro de 1971, um capitão do quadro que em toda a comissão nunca saiu de Bajocunda, senão de avião ou numa coluna reforçada. Era publicamente insultado pelos soldados e nunca reagiu.

O [Cap. 115] manteve um relacionamento difícil com a instituição militar.

A tropa foi para mim muito traumatizante e de grande injustiça. Ao longo da vida, constatei que na minha relação com a instituição militar, houve uma grande contradição. Aos 10 anos não fui admitido no Colégio Militar. Após 16 anos, aos 26 anos, sem saber porquê, fui seleccionado para Comandante de Companhia de Infantaria, apesar da licenciatura e experiência profissional de mais de 2 anos como Engenheiro.

E mais elucida:

Durante o período em que permaneci no T. O., corri riscos de vida elevadíssimos, impensáveis quando entrei para a E. P. I. Por sorte ou por milagre, nunca fui ferido nem morri, apesar de ter tido vários tipos de ataques com diferente tipo de armamento e de ter visto vários jovens na flor da vida tombar em combate.

Por fim, desvenda as juras que fez quando passou à disponibilidade:

No dia em que passei à disponibilidade, jurei duas coisas: Nunca votar em militares para a Presidência da República, o que afinal quebrei uma vez, ao votar no General. Ramalho Eanes contra o Soares Carneiro. Nunca mais ter qualquer contacto, de qualquer ordem, com a instituição militar, mesmo que a troco de quaisquer eventuais condições milionárias.

O Capitão nunca mais voltou a Mafra.

O [Cap. 82] Pensa que “todo o esforço que se fez durante, pelo menos em duas décadas, foi por «água abaixo», e o pouco que restou foi, inexoravelmente, parar às mãos desse democrata exemplar J. E. dos Santos e família”. Acha-se uma pessoa “frontal em todos os capítulos da vida” e, por esse facto, teve muita dificuldade em “lidar, por perto, com os capitães do princípio e do meio (mais tarde maiores, coronéis, etc.)”, chegando a correr o “risco de levar uma ou mais «porradas» dessa gente!”. Queixa-se de que “andou para trás 49 meses”, perdeu muito da sua família, atrasou, “significativamente, excelentes situações de trabalho” e ganhou “na altura uma melancolia imensa que ainda, hoje, com 68 anos está latente, de uma maneira algo dolorosa, várias vezes ao ano...”.

E, desassombradamente, esgrime: “No que me foi dado observar, os Cap. Mil. tinham muito mais disposição para sair para o «mato» do que os do quadro (muito achacados por sequelas de uma ou outra comissão...!). Como em tudo haviam excepções, mas muito esparsas”. E continua:

De que nos valeu a nós, *Capitães do fim*, tanto denodo, tanto tempo fora das famílias, tanta valentia com os n/ alferes, furriéis, cabos e soldados milicianos para tão rápida e vergonhosa descolonização!! Só espero que a sabedoria da História ponha a nu o que foi esta parte tão vil da nossa vivência e que um dia hajam ruas e praças com os nomes dos Capitães do fim, e não praças, avenidas, vielas e ruas com otelos e quejandos!!!

Para assim terminar:

O MFA deu um nó cego aos politiquinhos deste país e acabaram por entregar, cobardemente e sem regalias tangíveis para Portugal, aquela riqueza toda ao MPLA, que já se sabia acabaria por «engolir» os outros dois pretendentes, ajudado pela fraterna URSS e sua satélite cubana.

Apêndice VI – Exemplares de correspondência trocada com algumas instituições

Repartição de Documentação e Bibliotecas (Ap VI. 1)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
Tel:239822125
e-mail: inacionogueira@netcabo.pt

Exmo Senhor Tenente Coronel Brás das Neves
Digno Chefe de Repartição de Documentação e Bibliotecas
Palácio do Lavradio
Campo de Santa Clara
1149-059
Lisboa

Dirige-se a Vª Eª António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação na Área da Sociologia Militar.

Para consecução deste trabalho necessito de fazer 10 entrevistas de aprofundamento a ex-Capitães Milicianos que intervieram, decisivamente, nos cenários de guerra em Angola, Guiné e Moçambique e que residem na área metropolitana de Lisboa (Veja-se ANEXO A e B).

Para o efeito necessitava de utilizar uma pequena sala, durante três dias, silenciosa para que os barulhos não venham a interferir na qualidade das gravações.

Neste contexto, mui grato ficaria a Vª Eª se me viesse a disponibilizar tal espaço (três dias) na segunda quinzena de Outubro

Reconhecido lhe ficarei.

Envio a Vª Eª respeitosos cumprimentos

Coimbra, 10 de Setembro de 2011

António Inácio Correia Nogueira

Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Ap VI. 2)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
tel:239822125
e-mail: inacionogueira netcabo.pt
Blog:
<http://mitoseritos.blogs.sapo.pt>

Para o Com.

Exmo Senhor Comandante
Do
Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Lisboa

Está em fase de desenvolvimento um projecto de investigação no âmbito da Sociologia Militar, de que sou responsável, e que tem como centralidade o processo histórico de «milicianização» do Exército.

O projecto em apreço inclui, ainda, um «estudo de caso» referente aos Capitães Milicianos formados na EPI ao abrigo de um Despacho do Ministro do Exército de 20 de Julho de 1970. O então Centro Psicotécnico do Exército, de que a actual instituição que Vª Eª comanda emana, foi responsável pela selecção desses oficiais milicianos, e, um dos seus responsáveis, o então Major Carlos Fabião, o seu mentor

Face ao exposto, mui grato ficaria a Vª Eª se me viesse a autorizar proceder a uma pesquisa nos arquivos mortos dessa instituição militar, com vista a compulsar documentação que me elucide sobre os processos de selecção desses oficiais.

Pede Deferimento

Coimbra, 6 de Fevereiro de 2010

António Inácio Correia Nogueira
Portador do BI 515689
Arq. Coimbra

Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Ap VI. 3)



S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
CENTRO DE PSICOLOGIA APLICADA DO EXÉRCITO

Para: Ex.mo Sr António Inácio Correia
Nogueira

C/C: R. Cidade de Halle, L 19-21, 2º A
3000 – 107 COIMBRA

06.05.2010 0542

V/Referência:

N/Referência:

Nº

P.º 90.225

Data:

Assunto: PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Ref: S/Ofício de 06 de Fevereiro de 2010

Ex.mo Sr António Nogueira,

Na sequência do seu pedido referente à obtenção de dados sobre Capitães Milicianos formados em 1970, informamos que terminada a classificação e selecção de arquivo, só se encontra neste Centro de Psicologia aplicada do Exército, documentação de selecções dessa natureza a partir de 1972.

Desconhecemos se desde a data da criação deste Órgão 1961, tenha sido já enviado para o Arquivo Geral do Exército, documentação até 1971, mas quase garantidamente que não, porque não existe qualquer certificado de entrega. Sugerimos que contacte a Escola Prática de Infantaria, pois pelo que sabemos nesses períodos as selecções eram efectuadas sob a responsabilidade directa das Escolas Práticas ou Centros de Instrução e nessa altura o então Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército apenas dava apoio fazendo apresentar alguns psicólogos para complementar a selecção e recrutamento na área técnica da avaliação psicológica, presumindo-se que toda a parte documental ficasse sob a guarda dessas Unidade, nesse caso pretendido pelo Sr António Nogueira, a EPI.

O DIRECTOR

LUIS FILIPE CABRITA ADRIÃO MONTEIRO
CORONEL DE INFANTARIA

A. Nogueira

Centro de Psicologia Aplicada do Exército
Praça do Comércio
1100-148 Lisboa
E-Mail: cpae@mail.exercito.pt

Telefone civil: 213 260 608
Telefone militar: 410 002

Fax civil: 213 260 640
Fax militar 410 040

Escola Prática de Infantaria (Ap VI. 4)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
tel:239822125
e-mail: inacionogueira netcabo.pt
Blog:
<http://mitoseritos.blogs.sapo.pt>

António Inácio
Correia Nogueira

Exmo Senhor Comandante
Da
Escola Prática de Infantaria

Mafra

Está em fase de desenvolvimento um projecto de investigação no âmbito da Sociologia Militar, de que sou responsável, e que tem como centralidade o processo histórico de «milicianização» do Exército. O projecto em apreço inclui, ainda, um «estudo de caso» referente aos Capitães Milicianos formados na EPI ao abrigo de um Despacho do Ministro do Exército de 20 de Julho de 1970.

Face ao exposto, mui grato ficaria a Vª Eª se me viesse a autorizar pesquisar os arquivos mortos dessa instituição militar, nomeadamente os seguintes documentos:

- Ordens de serviço de 1 de Junho de 1970 a 31 de Dezembro de 1975;
- Documentos relacionados com o processo formativo dos referidos capitães milicianos.

Pede Deferimento

Coimbra, 6 de Fevereiro de 2010

António Inácio Correia Nogueira
Portador do BI 515689
Arq. Coimbra

Academia Militar (Ap VI. 5)

Exmo Senhor Comandante
Da Academia Militar
Lisboa

Dirige-se a V^a E^a António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2^oA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados CCC. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (EPI), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do QC (Quadro do Complemento) na EPI, com o 1^o Ciclo do COM (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército. Dos aprovados eram escolhidos cerca de 35 que formavam um pelotão especial no 2^o Ciclo do COM. No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função comandante de companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirante a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e, partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do QP (Quadro Permanente). No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(CCC), depois de graduados em tenente. Findo este curso, os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí comandavam uma companhia de recrutas, depois formavam a sua própria companhia, que instruíam. Por fim realizavam o IAO e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique.

No contexto da investigação necessito de constituir vários «modelos de referência», estando um deles ligado à formação dos oficiais do QP que essa prestigiosa Academia levou a efeito a partir de 1970. Necessitaria, pois, de consultar, caso viesse a

obter a douda autorização de V^a E^a, o currículo formativo então em vigor e os programas das disciplinas mais intrinsecamente ligadas à formação militar e respectiva carga horária (de um dos anos entre 1970 e 1974).

Mui grato ficaria a V^a E^a se viesse a ter a sua preciosa ajuda.

Aguardo resposta, e caso haja disponibilidade, sugiro a marcação do dia ou dias em que poderei fazer a pesquisa.


Apresento a V^a E^a cordiais saudações.

Coimbra, 26 de Julho de 2010

António Inácio Correia Nogueira

Academia Militar (Ap VI. 6)

*de Manuais
e
os of. celtas*


S. R.
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
213186900
ACADEMIA MILITAR
Gabinete de Apoio ao Comando

Para: Exmo. Senhor
António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2.º A
3000-107 COIMBRA

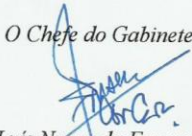
Info:

V/ Referência: V/ Carta, de 26JUL10.	N/ Referência: N.º 564/GAC/10 P.º 1.3.32. Data: 27JUL10
---	--

Assunto: **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA DE DOCUMENTAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR NO ÂMBITO DE PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO**

1. Correspondendo ao pedido formulado através da carta em referência, encarrega-me o Exmo. Tenente-General Comandante da Academia Militar de informar que está V. Ex.ª autorizada a consultar na AM todos os documentos de que necessitar para o V. projecto de investigação.
2. Considerando que, em Agosto, a generalidade do Corpo Docente e dos restantes Oficiais da Academia Militar se encontra de licença, permita-me sugerir o reatamento dos contactos no início de Setembro, por forma a viabilizar o agendamento das datas mais convenientes para a pesquisa que V. Ex.ª se encontra presentemente, a conduzir.
3. Por se entender ainda, que poderá ser útil à investigação em apreço, mais me encarrega o Exmo. Comandante de junto remeter a V. Ex.ª 01 (um) exemplar da obra "A Academia Militar e a Guerra de África".
4. O POC para o assunto em epígrafe é o Major Bruno Lopes, Chefe da Secção de Informação Interna, Relações Públicas, Acção Cultural e Assistência Religiosa (SIIRPAC). Tel. Civ.: 213186907. Tlm: 913740388. E-mail: lopes.baam@mail.exercito.pt.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete

Luís Nunes da Fonseca
COR Cav.ª

*→ Mobilidade
→ e trabalho para de estudo
blau*

Rua Gomes Freire, 1150-244 LISBOA
Fax Militar – 415611; Fax Civil – 213186911; Telefone Militar – 415606/7/13 Telefone Civil – 213186906/07/13
E-mail – am.siirpac@mail.exercito.pt; <http://www.academiamilitar.pt>

Arquivo Geral do Exército (Ap VI. 7)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
e-mail: inacionogueira netcabo.pt

Exmo Senhor Director
Arquivo Geral do Exército
Largo de Chelas (Antigo Convento)
1949-010 Lisboa

Dirige-se a Vª Eª António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados CCC. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (EPI), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do QC (Quadro do Complemento) na EPI, com o 1º Ciclo do COM (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército. Dos aprovados eram escolhidos cerca de 35 que formavam um pelotão especial no 2º Ciclo do COM. No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função comandante de companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirante a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e, partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do QP(Quadro Permanente). No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(CCC), depois de graduados em tenente. Findo este curso, os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí comandavam uma companhia de

recrutas, depois formavam a sua própria companhia, que instruíam. Por fim realizavam o IAO e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique.

Todas as informações recolhidas em vários departamentos do Exército e do Estado Maior relevam a importância que três entidades tiveram neste processo: Direcção da Arma de Infantaria, Escola Prática de Infantaria e Psicotécnicos do Exército. As duas primeiras sugerem consultas no Arquivo Geral do Exército; a última recolhe, neste momento, algum material útil à investigação.

Neste contexto, pesquisei via Internet os acervos referentes à Direcção da Arma de Infantaria, existentes no Arquivo que V^a E^a dirige, e neles vim encontrar conteúdos que me podem vir a interessar, tais como: “*documentos diversos relativos a instrução nomeadamente cursos, testes, métodos, meios, planos, fichas de instrução colectiva, documentos dos gabinetes dos inspectores...*”. Também no da Escola Prática de Infantaria sobressaem “*assuntos psicotécnicos da instrução(...) programas de instrução e avaliação (1964-1977)*”.

Mui grato ficaria a V^a E^a se viesse a ter a sua preciosa ajuda.

Aguardo resposta, e caso haja disponibilidade, sugiro a marcação do dia ou dias em que poderei fazer a pesquisa.

Apresento a V^a E^a cordiais saudações.

Coimbra, 1 de Junho de 2010

António Inácio Correia Nogueira

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (Ap VI. 9)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
e-mail: inacionogueira netcabo.pt

Exmo Senhor Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes
Apartado nº 24048
1250-997 Lisboa

Dirige-se a Vª Eª António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav. 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados CCC. Os oficiais em apreço, com a sua instrução firmada na Escola Prática de Infantaria (EPI), tiveram vida curta, já que o processo formativo teve início em Abril de 1970 e terminou pouco depois do 25 de Abril de 1974. A vida militar destes jovens iniciava-se, tal qual a de qualquer outro oficial do QC (Quadro do Complemento) na EPI, com o 1º Ciclo do COM (Curso de Oficiais Milicianos). No seu decorrer todos os instruendos eram observados pelos seus instrutores que seleccionavam os mais capazes em cada pelotão. Estes pré-seleccionados eram, posteriormente, sujeitos a uma complexa bateria de testes e outras provas de aptidão física e intelectual por parte dos Serviços Psicotécnicos do Exército. Dos aprovados eram escolhidos cerca de 35 que formavam um pelotão especial no 2º Ciclo do COM. No final desta etapa eram considerados aptos ou não aptos para a função Comandante de Companhia. Os aptos, depois de promovidos a Aspirante a Oficial Miliciano, eram graduados em Alferes Miliciano, e, partiam para um teatro de guerra, Angola ou Guiné (mais tarde, também, Moçambique), onde realizavam um estágio em campanha como adjuntos de um capitão do QP(Quadro Permanente). No final eram classificados segundo uma escala de itens bem complexa, e os aprovados regressavam a Mafra, onde iniciavam o Curso de Comandantes de Companhia(CCC), depois de graduados em tenente. Findo este curso,

os aprovados eram colocados numa unidade mobilizadora. Aí comandavam uma companhia de recrutas, depois formavam a sua própria companhia, que instruía. Por fim realizavam o IAO e partiam para um dos teatros de guerra em Angola, Guiné ou Moçambique.

Neste contexto, é imperiosa a constituição de uma amostra significativa e fidedigna destes ex-militares, já quase todos na Reforma.

Face ao exposto, venho junto de V^a E^a solicitar o empenho para que me seja permitido obter os seus actuais contactos, sem os quais não será possível viabilizar um trabalho que é visto por vários responsáveis militares de especial relevância.

Mui grato ficaria a V^a E^a se viesse a ter a sua preciosa ajuda.

Aguardo resposta, e caso haja disponibilidade, sugiro a marcação do dia ou dias em que poderei fazer a pesquisa.

Apresento a V^a E^a cordiais saudações.

Coimbra, 10 de Agosto de 2010

António Inácio Correia Nogueira

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (Ap VI. 10)

Exmo Senhor Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes
Apartado nº 24048
1250-997 Lisboa

Estimado ex-companheiro

Há uns tempos atrás enviei-te um Inquérito por Questionário que se constituiu como um dos instrumentos transversais de investigação quantitativa a utilizar num Doutoramento em Sociologia Militar. Como já sabes, pretende-se, com esta e com outras ferramentas de investigação qualitativa, fazer a história sociológica dos capitães CCC, que nós fomos. Até ao presente momento, ainda não recebi a tua resposta Gostava que viesses a participar, pois a tua contribuição tornará a amostra mais fidedigna e significativa, com vista à obtenção da verdade. O Doutoramento está a ser feito, e assumido por mim, apesar dos meus 68 anos, no desígnio de poder trabalhar com estratégias científicas adequadas à procura da verdade, já que se pretende, no final do trabalho, a sua publicação em livro.

Caso entendas não dar o teu contributo, facto que aceitarei sem reticências , muito grato te ficaria se me pudesses explicitar (via e-mail) a razão dessa decisão.

Um abraço reconhecido


Coimbra, 27 de Abril de 2011

António Inácio Correia Nogueira

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (Ap VI. 11)

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DIRECÇÃO-GERAL DE PESSOAL E RECRUTAMENTO MILITAR DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AOS ANTIGOS COMBATENTES	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">Exm.º Senhor</div> ANTÓNIO INÁCIO CORREIA NOGUEIRA Rua Cidade de Halle, Lote 19-21, 2º A	
Sua referência	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">3000-107 Coimbra</div> Nossa referência 9. 1.1. DSAAC / P.º 26515 Ofício nº 12048 de 19 de Agosto de 2010
ASSUNTO: APLICAÇÃO DA LEI N.º 9/2002, DE 11 DE FEVEREIRO, ALARGADO O SEU ÂMBITO DE APLICAÇÃO ATRAVÉS DA LEI N.º 21/2004, DE 5 DE JUNHO, REGULAMENTADAS PELA LEI N.º 3/2009, DE 13 DE JANEIRO.	
<p>Na sequência da carta que V. Ex.ª dirigiu a estes Serviços, cuja leitura mereceu a melhor atenção e compreensão face ao seu teor, cumpre-nos informar V. Ex.ª, que esta Direcção de Serviços apenas se pronuncia no âmbito de aplicação da Lei n.º 3/2009, de 13 de Janeiro, não sendo detentora do detalhe de informação que V. Ex.ª pretende, para além do facto dos <u>dados em causa estarem sujeitos a protecção</u>.</p> <p>De qualquer forma e atendendo à finalidade subjacente ao pedido sugere-se o eventual contacto com as entidades associativas que prosseguem fins de apoio aos antigos e ex combatentes</p>	
Com os melhores cumprimentos	
O Director-Geral  Alberto Rodrigues Coelho	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div style="width: 45%;"><small>if</small> Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes Rua Braamcamp 90 Apartado nº. 24048 1250-997 Lisboa Linha Azul: 808 20 13 81 Fax: 21 361 69 89 E-mail: antigos.combatentes@defesa.pt</div><div style="width: 45%; text-align: right;"><small>Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar Av. Ilha da Madeira, n.º 1 1400-204 Lisboa Site: www.mdn.gov.pt</small></div></div>	

Direcção de História e Cultura Militar (Ap VI. 12)


MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
DIRECÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR

PARA:

Exmo. Senhor:
António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2º A
3000-107 Coimbra

Nota Nº 332/RDB/10, Proc. 405.5, de 15 de Outubro de 2010.

Refª: S/carta de 17 de Agosto de 2010

Assunto: INFORMAÇÃO

Exmo. Sr. António Inácio Correia Nogueira.

Em resposta à sua carta em referência, encarrega-me o Major-General Director da DHCM de informar V.Exa. que foi localizada alguma documentação no Arquivo Histórico Militar a qual, embora não constituindo fundo privativo das 1ª e 5ª Repartições do EME, contém vários documentos originários daquelas Repartições, que se consideram susceptíveis de representarem algum interesse para o projecto que se encontra a desenvolver. Assim, sugere-se ao Senhor António Inácio Correia Nogueira uma visita à sala de leitura do AHM para pesquisar e consultar a documentação. Como informação adicional, esclarece-se que o horário da sala de leitura do AHM foi recentemente alterado, sendo agora diferente daquele que foi indicado no e-mail de 3 de Setembro de 2010, do AHM, passando a ser o seguinte:

Leitura

2ª a 6ª feira, das 10H00 às 12H15 e das 13H45 às 16H45

Requisições de documentos e reproduções

2ª a 6ª feira, das 10H00 às 12H00 e das 13H45 às 16H00

O AHM encerra para almoço entre as 12H30 as 13H30.

EXERCITO PORTUGUÊS VCME DHCM	Continuação (Folha 2) da Nota Nº 332/RDB/10.
<p>Mais me encarrega o Major-General Director da DHCM de sugerir a consulta da obra "Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)", nomeadamente os seus volumes V – Condecorações Militares Atribuídas e VII – Fichas das Unidades, nos quais poderá recolher informações sobre condecorações e cargos desempenhados, encontrando-se disponíveis para consulta na Biblioteca do Exército (Largo do Outeirinho da Amendoeira, 1100-368 Lisboa).</p> <p>O volume V – Condecorações Militares Atribuídas, é composto por 8 tomos, a que correspondem 8 livros:</p> <p>Tomo I – Torre e Espada e Valor Militar;</p> <p>Tomo II – Cruz da Guerra (1962/65);</p> <p>Tomo III – Cruz de Guerra (1966);</p> <p>Tomo IV – Cruz da Guerra (1967);</p> <p>Tomo V – Cruz da Guerra (1968/69);</p> <p>Tomo VI – Cruz de Guerra (1970/71);</p> <p>Tomo VII – Cruz de Guerra (1972/73);</p> <p>Tomo VIII – Cruz de Guerra (1974/80).</p> <p>O volume VII – Fichas das Unidades, é composto por 3 tomos a que correspondem 4 livros:</p> <p>Tomo I – Angola;</p> <p>Tomo II – Guiné;</p> <p>Tomo III – Moçambique:</p> <ul style="list-style-type: none">- Livro 1;- Livro 2. <p>Na eventualidade de preferir adquirir alguns dos livros, poderá efectuar a sua compra na Direcção de História e Cultura Militar, (Campo de Santa Clara, 1149-059 Lisboa), ao preço de 11 euros para os livros do volume V e tomo II do volume VII e de 15 euros para os livros dos tomos I e III do volume VII.</p> <p>Com os melhores cumprimentos, <i>M. J. Freire da Silva</i></p> <p>O Subdirector</p> <p><i>M. J. Freire da Silva</i></p> <p>Mário Jorge Freire da Silva Cor Inf</p>	
<p><small>☒ Campo de Santa Clara, 1149-059 LISBOA</small></p> <p><small>☎ Civ – 218 815 700; ☎ Mil – 423</small></p>	

Secção Norte da Ordem dos Médicos (Ap VI. 13)

António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L 19-21, 2ºA
3000 -107 Coimbra
telm.919262179
e-mail: inacionogueira@netcabo.pt

Exmo Senhor Bastonário
da
Secção Norte da Ordem dos Médicos
Rua Delfim Maia, 405
4200-256 Porto

Dirige-se a Vª Eª António Inácio Correia Nogueira, ex-combatente da Guerra de África, na qualidade de Comandante da C.Cav 3487, residente em Coimbra, Rua Cidade de Halle, Lotes 19-21, 2ºA, 3000-107, e a desenvolver um projecto de investigação na Universidade Fernando Pessoa do Porto, que tem como centralidade de estudo a selecção, a formação, os desempenhos e os protagonismos dos capitães milicianos designados CCC. O Senhor Dr. Francisco Manuel Lima Miranda, médico de Medicina Geral e Familiar e membro dessa prestigiada instituição, também foi desses capitães milicianos e a quem tenho necessidade de fazer chegar documentação militar. Como desconheço a sua morada, mui grato ficaria a VªEª se lhe fizesse chegar a carta que envio em anexo, já selada, e na qual VªEª mandaria acrescentar a respectiva morada.

Ficar-lhe-ia muito reconhecido se viesse a ter a sua preciosa ajuda.

Apresento a Vª Eª cordiais saudações.

Coimbra, 10 de Abril de 2011

António Inácio Correia Nogueira

Secção Sul da Ordem dos Médicos (Ap VI. 14)



ORDEM DOS MÉDICOS
SECÇÃO REGIONAL DO SUL

Exmo. Senhor
António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, Lote 19-21, 2º A
3000-107 COIMBRA

Sua refª

Sua comunicação

Nossa refª nº

991

Data 11. ABR 2011

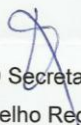
Assunto: **Pedido de envio de correspondência**

Exmo. Senhor,

Acusamos a recepção da sua carta do dia 23.03.2011, sobre o assunto acima mencionado que nos mereceu a melhor atenção.

Cumpre-nos informar, que conforme solicitado, procedemos ao encaminhamento das suas cartas para os Drs. Joaquim Manuel Guerreiro Dias e José Carlos dos Santos França e Silva.

Com os melhores cumprimentos,


Pel'O Secretariado
Conselho Regional do Sul
Luísa Rodrigues

/CV

Av. Almirante Gago Coutinho, 151 – 1749-084 LISBOA / Telefone 21 842 71 00 Fax: 21 842 71701 / E-mail: omsul@omsul.com

Anexo I – Selecção e formação de *Capitães do Fim* - Documentos

7876

S.R.
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
1.ª. REPARTIÇÃO
SECÇÃO DE ESTUDOS GERAIS

Nº. 2982 /PG
Pº. 11.0/3
Lisboa, EME, 24 de Julho de 1970

AO SENHOR

CHEFE DA 5.ª. REP./EME	N/EDIFICIO
CHEFE DO E.M. DA R.M.ANGOLA	SPM 1326
CHEFE DO E.M. DO CTI GUINÉ	SPM 0068
DIRECTOR DO C.E.P.E.	CAXIAS
COMANDANTE DA E.P.I.	MAFRA
COMANDANTE DA E.P.E.	TANCOS
COMANDANTE DA E.P.A.M.	LISBOA
CHEFE DA REP. GAB./CEME	N/EDIFICIO
CHEFE DA 3.ª. REP./EME	N/EDIFICIO
CHEFE DA 4.ª. REP./EME	N/EDIFICIO
CHEFE DA REP. OFICIAIS/DSP/ME.	LISBOA
CHEFE DA REP. RECRUTAMENTO/ DSP./M.E.	LISBOA
CHEFE DA REP. EST. GERAIS E DE PLANEAMENTO DA INSTRUÇÃO DA DAI.	LISBOA
CHEFE DA REP. EST. GERAIS E DE PLANEAMENTO DA INSTRUÇÃO DA DAE.	LISBOA
CHEFE DA REP. ORGANIZAÇÃO E MO- BILIZAÇÃO DA DSI.	LISBOA

PARA CONHECIMENTO

Assunto: SELECÇÃO, FORMAÇÃO E GRADUAÇÃO DE COMANDANTES DE COMPANHIA DO QUADRO DE COMPLEMENTO.

Comunico a V. Ex.ª. que, por despacho ministerial de 20JUL70, foi determinado que a selecção, formação e graduação de oficiais do Quadro de Complemento, destinadas a Comandantes de Companhia, deve obedecer às seguintes normas:

1. SELECÇÃO

a. 1.ª. Semana

Aplicação da bateria básica e dos testes personalísticos MMPI e 16 PFC a todo o contingente incorporado no CCM.

.../... 2.

Uw

b. 2ª./3ª./4ª. Semanas

Sessões de informação e inquérito (abertos a todos os soldados cadetes sem restrições de ordem escolar) para a admissão de voluntários para Comandantes de Companhia.

c. 5ª. Semana

Envio ao CEPE da relação dos instruendos voluntários e dos propostos pela EPI, para Comandantes de Companhia.

d. 6ª./7ª. Semanas

- Pré-selecção dos voluntários e propostos, estendida obrigatoriamente a todos os soldados cadetes com o 1º. ano completo dum curso superior se não houver voluntários em número suficiente.
- Correção dos testes personalísticos dos pré-seleccionados.
- Envio à EPI da relação dos pré-seleccionados.

e. 8ª. Semana

- Observação médica detalhada para correção do perfil médico SIVAGE, aos pré-seleccionados.
- Provas físicas, executadas segundo o esquema estabelecido, com as bitolas de classificação corrigidas pela EPI.
- Informação detalhada sobre os pré-seleccionados.
- Atribuição das especialidades aos soldados cadetes pré-seleccionados.

f. 9ª./10ª. Semanas

- Provas de grupo e de mesa redonda
- Testes laboratoriais
- Entrevista

g. 11ª. Semana

- Análise dos resultados e selecção final.

2. FORMAÇÃO

a. COM

.../...

.../... 3.

1º.Ciclo: na EPI

2º.Ciclo: nas Escolas Práticas (EPI, EPE e EPAM, conforme os casos).

b. Estágio em ANGOLA e GUINÉ como adjuntos dos Comandantes de Companhia durante 4 meses.

c. Curso de Comandantes de Companhia nas respectivas Escolas Práticas (EPI, EPE e EPAM, conforme os casos) com a duração de 2 meses, se obtiverem boas informações dos Comandantes da RM ANGOLA e CTI GUINÉ, findo o estágio.

3. GRADUAÇÕES

a. Alferes - data de embarque para o estágio em ANGOLA e GUINÉ.

b. Tenente - data de início do curso de Comandantes de Companhia.

c. Capitão - data de embarque para o Ultramar da sua unidade.

4. QUANTITATIVOS

a. Os quantitativos de Comandantes de Companhia a formar em cada Turno do COM, serão indicados pela 1ª. REP./EME.

b. Serão formados Comandantes de Companhia com base nos seguintes turnos do COM.

(1) Atirador de Infantaria
Em todos os turnos

(2) Construções Engenheiro
1º. e 2º. turno

(3) Intendência
2º. Turno.

c. Especialidades a formar

(1) Atirador de Infantaria para as unidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria.

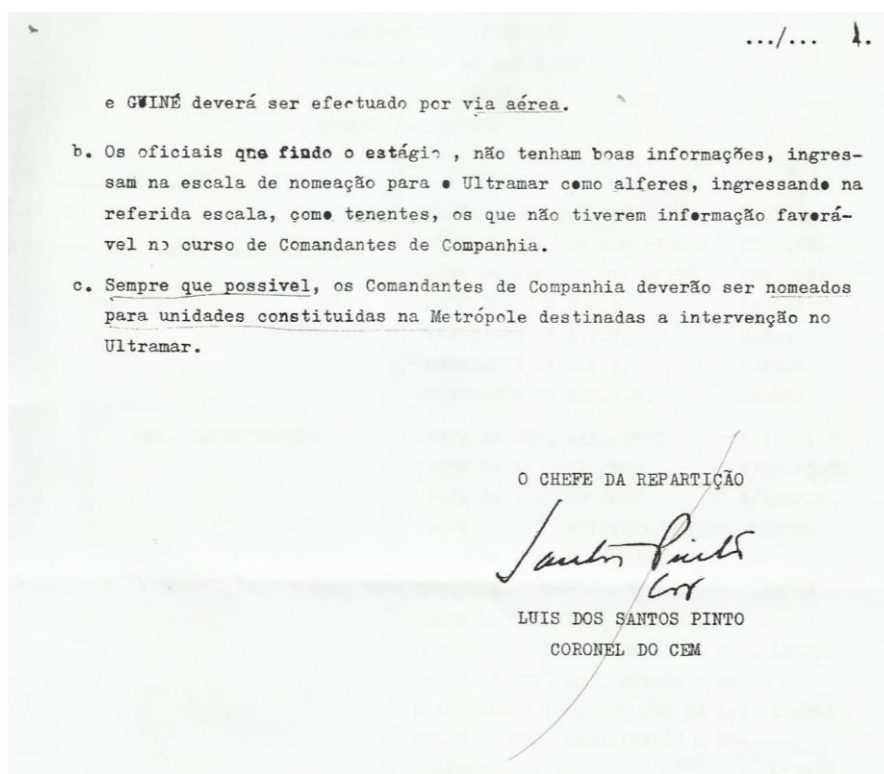
(2) Construções Engenheiro para as unidades de Engenharia.

(3) Intendência para as unidades do Serviço de Intendência.

5. DIVERSOS

a. O transporte de ida e volta dos oficiais para o estágio em ANGOLA e

.../...



[Fundo do Arquivo Geral do Exército]

Relatório de um CCC (A I. 2)

ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA	
RELATÓRIO	
C.C.C. XXXXXXXXXX	

1. FREQUÊNCIA

O Turno a que respeita este Relatório, era composto apenas por 20 instruendos, todos oriundos do C.O.M.

Constituíram sempre uma única Turma.

2. APROVEITAMENTO

Todos os instruendos tiveram aproveitamento e foram considerados "Aptos" face às provas prestadas, tendo-se apurado as seguintes classificações finais:

BOM -----	1 instruendos
REGULAR -----	18 "
SUFICIENTE -----	1 "

3. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

3.1. Considerações Gerais

O Curso seguiu o mesmo Programa geral da 2ª parte do anterior (aquela que é aplicável aos oriundos do C.O.M.) sofrendo apenas alguns ajustamentos, face à alteração do número de horas disponíveis.

No aspecto específico de cada matéria, porém, procedeu-se a algumas alterações, não muito significativas, quase todas correspondendo a propostas dos respectivos instrutores, as quais foram analisadas e se concluiu resultarem vantajosas.

Também a sequência das matérias foi alterada, com vista a conferir-se-lhe uma maior coerência, o que se julga ter-se conseguido.

3.2. Estruturas da E.P.I.

O extraordinariamente reduzido volume do Curso (pelo oposto do anterior) e o facto deste não compreender instruendos convocados (a quem

...///...

Mod. 114/68 — E. P. I. — 8961

ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA

RELATÓRIO

...///...

exclusivamente se aplicavam algumas das deficiências apontadas no anterior Relatório) esteve muito mais de acordo com as possibilidades da estrutura escolar, eliminando assim o desequilíbrio anteriormente apontado. Muitas lacunas puderam assim desaparecer por si, do que, aliado a algumas correcções processadas dentro do âmbito da própria Direcção do Curso, se julga ter resultado alguma melhoria para a estrutura existente.

Mesmo assim, registo a impossibilidade que o Batalhão Escolar teve, em geral, de poder fornecer tropas para as instruções de Tática, que tiveram de limitar-se, quase na totalidade, a ser tratadas em salas. Apenas uma vez se pôde praticar o Tema com tropas, por coincidir com a semana em que o C.O.M. esteve em exercícios finais.

3.3. Corpo de Instrutores

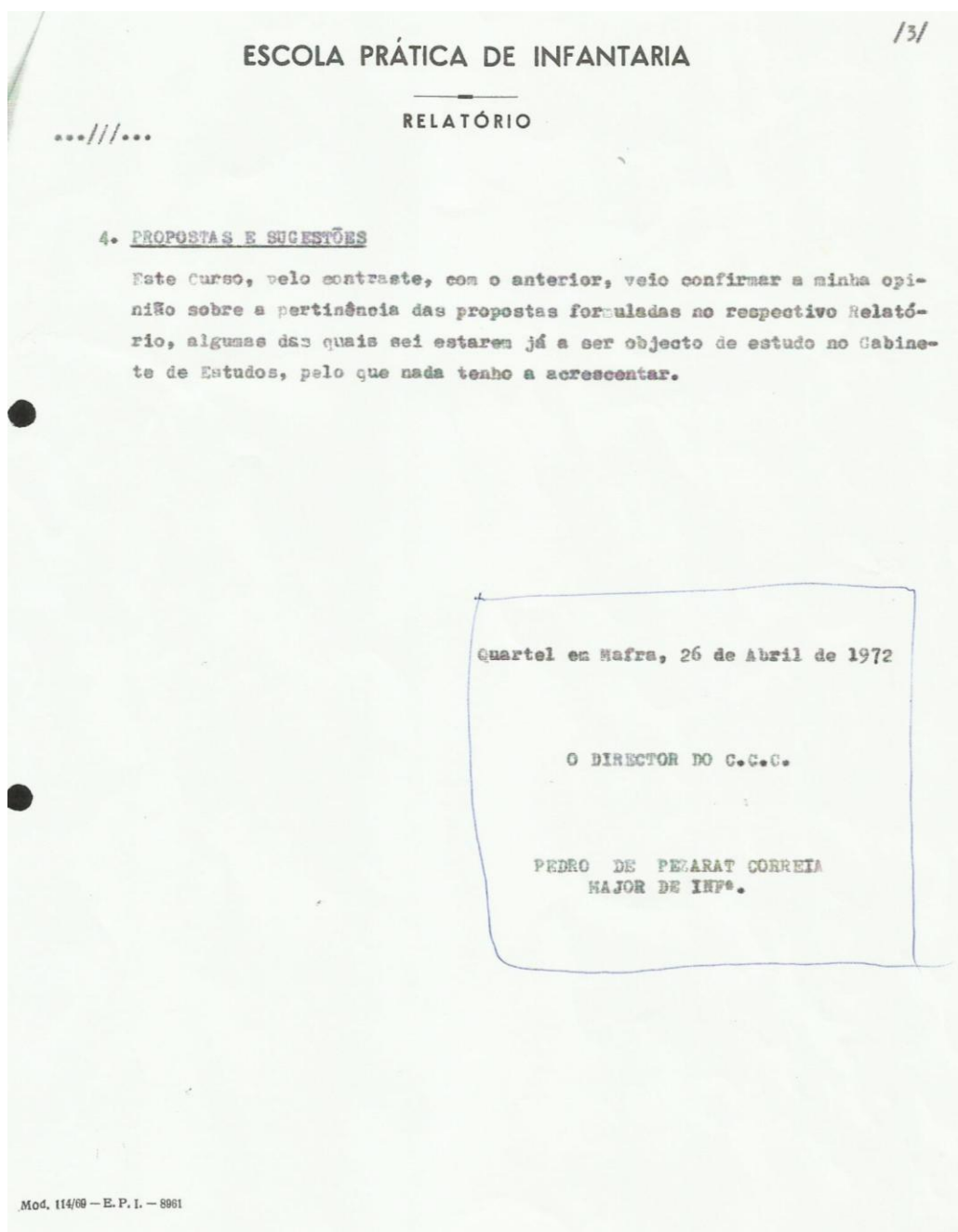
Foi quase o mesmo do Curso anterior e, dado que os instruendos eram 1/5 dos anteriores, é evidente que o seu rendimento foi muito maior. Duma maneira geral e com raras excepções, os instrutores são de muito bom nível e à altura dum Curso desta natureza.

3.4. Corpo de Instruendos

Este Curso, como é natural, foi muito homogéneo, na motivação, mentalidade, interesse e preparação anterior. Resultou por isso um Curso "fácil" e em que se presume ter atingido o máximo rendimento possível, dentro dos condicionalismos existentes. Além de, a transmissão dos conhecimentos a tão reduzido número de instruendos ser simples, estes sentem-se permanentemente objecto de observação directa e pessoal, o que os obriga a uma muito maior aplicação. Mesmo assim, sinto que não pude cumprir com o despacho do Exm^o. Comandante ao anterior Relatório, fazendo deles bons Comandantes de Companhia.

Estarão, isso sim, regularmente preparados para poderem comandar uma Companhia.

Julgo ainda que a ideia com que se ficou sobre o valor de cada um deles, estará muito perto da realidade.



[Espólio do General Pedro de Pezarat Correia]

Questionário de auto -apreciação (A I. 3)

QUESTIONÁRIO DE AUTO-APRECIAÇÃO

JUNTA RECRUTAMENTO N.º N.º RECENSEAMENTO

NOME

Este questionário é CONFIDENCIAL e destina-se fundamentalmente a fins de SELECÇÃO.
Ele não será comunicado a quaisquer outras pessoas, que não aquelas que estejam directamente ligadas à Selecção.

ATENÇÃO

Este questionário ajudará o oficial seleccionador a melhor conhecer as vossas possibilidades de emprego, tendo em conta os resultados obtidos nos vários testes que já fizestes ou ireis fazer.

Reflecti antes de responder. Não vos subestimeis mas também não vos sobrevalorizeis nas vossas possibilidades.

Na medida em que as necessidades das Forças Armadas o permitam vós ireis contribuir para a vossa orientação com vista à prestação do serviço militar.

QUESTÃO «A»

Eis uma lista das principais actividades que existem nas Forças Armadas (Exército, Força Aérea e Marinha); para cada uma delas vos perguntaremos em que medida vós estíeis ter possibilidades de as desempenhar.

— Se pensais que podeis desempenhar com sucesso essa actividade, colocai uma cruz na casa 1 «SIM».

— Se não tendes a certeza de poder desempenhar essa actividade colocai uma cruz na casa 2 «NÃO SEI».

— Se tendes a certeza que não podereis desempenhar essa actividade colocai uma cruz na casa 3 «NÃO».

1. Manusear explosivos, procedendo a montagem de cargas e desmontagem de sistemas armadilhados.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

2. Aprender a servir uma arma pesada (Peção de Artilharia, um morteiro de Infantaria, por exemplo) e executar fogo com ela.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

3. Aprender a utilizar material de transmissão de mensagens.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

4. Ser apontador de armas pesadas ou calculador de elementos de tiro para essas armas fazerem fogo.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

5. Suportar a vida a bordo de um submarino.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

6. Aprender a pilotar aeronaves (helicópteros, aviões ligeiros).

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

7. Suportar a vida a bordo de um navio da Marinha de Guerra.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

8. Servir em unidades especialmente treinadas para executarem missões especiais que exigem esforços físicos, coragem e sacrifício.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

9. Colaborar na manutenção da ordem pública servindo em Unidades que obrigam a frequentes contactos com pessoas e a regularização de trânsito de colunas militares.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

10. Servir em Unidades de Pára-quedistas e aprender a saltar de pára-quedas.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

11. Conduzir máquinas de terraplenagem, tractores e outras máquinas de construção civil.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

12. Pilotar um carro de combate e utilizar as suas armas e instrumentos de bordo.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

13. Conduzir um veículo automóvel militar, ligeiro ou pesado.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

14. Exercer uma actividade de mecânico de viaturas automóveis.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

15. Executar trabalhos de mecânica geral (arranjo de armamento, torres de carros de combate, por exemplo) e proceder a trabalhos da sua manutenção e conservação.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

16. Desempanar material eléctrico e proceder à montagem de instalações eléctricas.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

17. Desempanar material electrónico (postos de rádio por exemplo) e proceder a trabalhos da sua manutenção.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

18. Aprender o alfabeto «MORSE» e ser um operado radiotelegrafista militar.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

19. Aprender a utilizar sistemas de codificação e descodificação.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

20. Colaborar na construção de obras executando trabalhos de construção civil.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

21. Trabalhar em equipas militares de manutenção e conservação de armamento e equipamento.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

22. Trabalhar numa Repartição a uma secretária manuseando documentos, fazendo escrituração de várias ordens e executando relatórios de diversa natureza.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

23. Trabalhar num Hospital ou no Posto de Socorros de uma Unidade ou junto das tropas, colaborando no tratamento de feridos e doentes.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

24. Trabalhar numa Secção executando trabalhos de contabilidade e ou mecanografia.

SIM ☐ — 1

NÃO SEI ☐ — 2

NÃO ☐ — 3

QUESTÃO «B»

Dentro das 24 actividades, numeradas de 1 a 24, que são citadas na questão «A», qual é, na sua maneira de ver, aquela na qual as possibilidades de sucesso são maiores.

INDICAI AQUI O NÚMERO

Qual aquela em que as possibilidades de sucesso são mais fracas.

INDICAI AQUI O NÚMERO

QUESTÃO «C»

— Se tendes conhecimentos especiais, técnicos ou de línguas, podereis ser indicados para especialidades nas Forças Armadas em que se possa tirar rendimento desses mesmos conhecimentos.

Assim se tendes bastantes conhecimentos de:

- Electricidade;
- Electrónica;
- Mecânica Geral;
- Mecânica Auto;
- Enfermagem (Primeiros Socorros);
- Línguas Estrangeiras (Francês, Inglês e Alemão);
- Cozinha, Padaria, Magarefe e Cortador.

O quadro abaixo indicará os testes a que podereis ser submetidos. Escolhidos os correspondentes com a vossa profissão ou conhecimento, indicai com uma cruz o teste a que desejais ser submetido.

Profissão, conhecimentos ou actividades, cursos ou estágios	Indicação do Teste	Teste Escolhido
Profissional de enfermagem, frequência de cursos de primeiros socorros, cruz vermelha ou bombeiros	Questionário de Enfermagem (Q. E.)	
Praticante ou ajudante de farmácia, de analista de laboratório químico ou química industrial.	Questionário de Farmácia (Q. F.)	
Mecânicos electricistas profissionais (incluindo auxiliares ou ajudantes) mecânicos, electricistas, serralheiros mecânicos (com conhecimentos de electricidade).	Questionário Técnico de Electricista Frio (Q. T. E. F.)	
Mecânicos electricistas profissionais (incluindo auxiliares ou ajudantes) serralheiros mecânicos (com conhecimentos de electricidade) mecânicos electricistas.	Questionário para Mecânico Electricista (Q. M. E.)	
Mecânico rádio montador profissional (incluindo auxiliares ou ajudantes), mecânico de TSF, radioelectricistas, cursos de rádio por correspondência, frequência de cursos do ramo eléctrico das Escolas Industriais.	Questionário Técnico de Rádio (Q. T. R.)	
Profissional (mecânico auto, bate-chapas, serralheiro mecânico), motorista profissional, frequência de cursos de serralheiro mecânico e electromecânica.	Questionário Técnico de Mecânico Auto (Q. M. A.)	
Electricista ou mecânico electricista auto de qualquer tipo de motores, elevadores, centrais, viaturas auto (ligeiras ou pesadas) provenientes de Escolas Industriais (ramo eléctrico) mecânicos de qualquer tipo de viaturas que saibam muito de electricidade.	Questionário de Mecânico Electricista Auto (Q. M. E. A.)	
Conhecimentos de línguas estrangeiras (Francês, Inglês e Alemão).	Questionário de Línguas: FRANCÊS (Q. FR.)	
	INGLÊS (Q. ING.)	
	ALEMÃO (Q. AL.)	

Além dos testes escritos atrás indicados poderá ser submetido a perguntas se tiver conhecimento de:		Teste Escolhido
— COZINHA	Questionário de Cozinha (COZ)	
— PADARIA	Questionário de Padaria (PAD)	
— ABATE DE ANIMAIS	Magarefe (MAG)	
— CORTADOR DE CARNES	Cortador (COR)	

[Fundo do CEPE]

Questionário biográfico (A I. 4)

CENTRO DE ESTUDOS PSICOTÉCNICOS DO EXÉRCITO
LABORATÓRIO PSICOTÉCNICO

QUESTIONÁRIO BIOGRÁFICO

Responda às perguntas abaixo expostas com letra bem legível e sempre que encontre um retângulo como este ☐ escreva SIM ou NÃO.
 Seja conciso nas respostas.
 Estas informações são confidenciais e destinam-se a fins meramente psicotécnicos.

1 — Nome
 Posto N.º Arma Unidade
 Especialidade

2 — Idade anos. Data de nascimento / / Estado
 Quais são as suas habilitações literárias?
 Que profissão exerceu na sua vida civil?

3 — Sofre de ataques nervosos? ☐ Quais? Epiléticos? ☐ Histéricos? ☐ Ou outros?
 Mas já sofreu de ataques nervosos? ☐ Quais?
 Tem alguma doença ou anomalia na vista? ☐ Qual?
 Desde então nota qualquer deficiência de visão? ☐ Usa óculos? ☐ Para ver ao longe? ☐
 Para ver ao perto? ☐ Para ver ao longe e ao perto? ☐ Indique a graduação dos seus óculos em dioptrias: O. D. O. E.
 Sofre de alguma doença nos ouvidos? ☐ Qual?
 Mas já teve alguma doença nos ouvidos? ☐ Qual?
 Desde então, nota surdez? ☐ Em que ouvido?
 Tem frequentemente dores de cabeça? ☐ E vertigens (tonturas)? ☐ Enjoa facilmente? ☐
 Tem alguma deficiência nos membros superiores? ☐ Qual?
 Tem alguma deficiência nos membros inferiores? ☐ Qual?
 Devido às deficiências nos braços ou pernas, necessita usar membros artificiais (Apar. de prótese)? ☐
 Mencione outras doenças que se lembre ter tido desde pequeno, como por exemplo: Sarampo, Escarlatina, Anginas, Tosse Convulsa, Varíola, Varicela, Rubéola, Papeira, Meningite, Reumatismo, Asma, Doenças Cardíacas, Doenças Renais, Doenças do Fígado, Doenças Pulmonares, etc.:

4 — Costuma beber vinho? ☐ Só às refeições? ☐ E fora delas? ☐ Que quantidade, aproximadamente, bebe por dia? Costuma ingerir outras bebidas (bebidas brancas, cerveja, café, etc.)? ☐
 Qual a quantidade de cada uma delas, bebe por dia?
 Fuma? ☐ Cigarros? ☐ Cachimbo? ☐ Muito (mais de 20 cigarros ou 10 cachimbadas por dia)? ☐ Pouco? ☐

CONFIDENCIAL

5 — Tem carta civil de condução? ☐ De que tipo (ligeiros, pesados, moto, etc.)? _____
Qual o número dela? _____ É nacional ou estrangeira? _____
Onde foi tirada? _____ A carta já lhe foi apreendida? ☐ Quantas vezes? _____
Porquê? _____
Qual a data da última apreensão? _____ E a data das anteriores apreensões? _____
Se já possuiu carta civil de condução e actualmente não tem, qual o motivo? _____

6 — Em caso negativo em relação às perguntas do parágrafo 5: Já teve instrução de condução? ☐
Sabe guiar? ☐ Em que tipo de viatura (ligeira, pesada, moto)? _____

7 — Que carta militar de condução pretende: Carta verde? (só serve para viaturas militares) ☐
Carta de lista branca? (dá para viaturas militares e civis) ☐

8 — Tem conhecimentos TEÓRICOS de mecânica (Particularmente de viaturas auto)? ☐ e PRÁTICOS? ☐

9 — Já teve algum acidente indo a guiar? ☐ Quantos? _____ A que o(s) atribui? _____
A culpa foi sua? ☐ No(s) acidente(s) houve desastres pessoais? ☐ Quais? _____
No caso de no(s) acidente(s) se ter verificado ferimentos graves ou morte de alguém, seja explícito sobre o assunto: _____
E danos materiais? ☐ Quais? _____

10 — Tem ou teve, devido a este(s) acidente(s) de responder em tribunal? ☐ Quando (se não se lembrar da data exacta, responda aproximadamente em dias, meses ou anos)? _____
Deste(s) julgamento(s) resultou para si qualquer pena? ☐ Qual? _____

11 — Outros esclarecimentos que julgue oportunos: _____

ASSINATURA _____

CONFIDENCIAL

SPEME — Mod. 1146

[Fundo do CEPE]

Ficha de requisitos (A I. 5)

CONTINGENTE		C E P E		CONFIDENCIAL		FICHA DE REQUISITOS		Ex. XXXXXX	
ZA	FE	Nº de Código	ESPECIALIDADE:		PRECEDÊNCIA:	ARMA ou SERV.		%SAE	
		XXXX	AT. INFANTARIA			INFANTARIA		NÃO	
FINALIDADE E OPERAÇÕES QUE EXECUTA:					REGRAS E DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA:				
Preparar Comandantes de Secção de Atiradores, de modo a torná-los aptos a:					Manter absoluta disciplina na Secção de Atiradores.				
a. Instruir e comandar Secções de Atiradores em todos os tipos de guerra.					Conhecer bem todo o armamento e fiscalizar o cumprimento das normas.				
b. Realizarem missões de grande dureza física (grandes deslocamentos a pé; esforços físicos prolongados; todo o tipo de privações; frequentes situações de isolamento) em qualquer tipo de terreno e de clima.					Observar, nos fogos reais, todas as normas de segurança.				
c. Utilizarem com eficiência todo o pessoal sob o seu comando.					Em situação de combate obedecer sem ser visto e manobra o seu pessoal no terreno de acordo com a técnica mais conveniente.				
d. Saberem tirar o melhor partido do meio ambiente em que actuarem.					Criar um bom espírito de equipe entre o seu pessoal e mantê-lo atento em todas as situações.				
e. Conservarem uma grande força anímica em todas as situações.									
					INSTRUMENTOS DE TRABALHO:				
					Equipamento de campanha				
					Pés, picaretas, machados.				
					Armamento individual:				
					- Espingarda automática				
					- Metralhadora ligeira				
					- Granadas de mão				
					- Facas de mão e punhais				
					Armamento colectivo:				
					- Morteiro 61 cm				
					- Lança-granadas foguete				
INSTRUÇÃO-MATÉRIA DA ESPECIAL.					HORAS				
					DIA NOITE				
a. MATERIAL (Armamento)					28	2			
b. TOPOGRAFIA					15	5	CIRCUNSTÂNCIAS DE EXECUÇÃO:		
c. TÁCTICA							Trabalho ao ar livre, sujeito a acidentes pessoais e a grandes deslocamentos a pé que exigem esforço físico prolongado.		
1. Instrução individual do combatente					20	6	Ruidoso; exposto a poeiras e lama, intempéries, gases, fumos e trepidações.		
2. Instrução de combate					25	6	Submetido por vezes a situações de isolamento e normalmente a grandes tensões psicológicas.		
3. Guerra Subversiva					132	36			
							CONDICIONAMENTOS ESPECIAIS:		
							Não considerar esta especialidade como destino dos que não servem para mais nenhuma.		

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: 5º. ano liceal ou equivalente.		HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS: Qualquer	
INST. MÚSICAIS: ---	TRAT. ANIMAIS: ---	CURSOS PROFISSIONAIS:	
DESPORTOS: Caça Natação Luta Judo	IDIOMAS: ---	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Topografia Rádio	
Q. PSICOLÓGICAS	Q. MÉDICAS	Q. PSICO-MOTORAS	Q. PERSONALÍSTICAS
G-Intelig. Geral 3	S-Memb. Super. 3	Acuidade Visual 2	Apresentação 3
V-Comp. Verbal 3	I-Memb. Infer. 2	Sensib. Cromática 2	Resistência 3
N-Comp. Numérica 4	V-Visão 3	Campo Visual 3	Agilidade 3
E-Viz. Espacial 3	A-Audição 2	Vis. Estereoscópica 3	Int. pela tarefa 3
M-Apt. Mecânica 3	G-Asp. Ffs. Geral 2	Dist. Inter-pupila 2	Int. Prática 3
F-Rap. Percepção 3	E-Est. Emocional 2	Resist. Deslumb. 3	Esp. Decisão 3
A-Cap. Administ. 4	CATEG. MÉDICA 4	Acuid. Auditiva 2	Iniciativa 3
N.G.		Coord. Motora 3	Sent. Responsab. 3
OBSERVAÇÕES:		Aten. Distribuída 2	Sociabilidade 3
DE PREFERÊNCIA INDIVÍDUOS:		Tempo de Reacção 2	Dinamismo 3
- Bem constituídos fisicamente (desportistas ou homens habituados a trabalhos duros e prolongados).		CONDICIONAMENTOS: Ascendência 3	
- Sociáveis, perseverantes, decididos, desembaraçados.		Alt. Máxima ---	Adept. Militar 3
- Dotados de forte personalidade, auto-domínio e boa estabilidade emocional.		Alt. Mínima 1,60	Q.A.S. 3
EVITAR OS INDIVÍDUOS:		Ser gago NÃO	Q.P.N.P. .. Ausência de tendências.
- Fracos e diminuídos fisicamente;		Ser daltónico NÃO	
- Emocionalmente instáveis;		Usar óculos SIM	APTIDÃO P/COMANDO
- Habitados a vida sedentária;		Def. dicção NÃO	MR PG PP
- Indecisos e pouco desembaraçados.		Def. audição NÃO	3 3 ..
		Def. mãos SIM	QUEST. SOCIOMET.:
		Def. pés NÃO	

[Fundo do CEPE]

Boletim inquérito (A I. 6)

UNIDADE	CONFIDENCIAL	N.º IDENTIFICAÇÃO
---------	---------------------	-------------------

TURNO	COM	S.	R.	
° / 19	CSM			
	C.G.			

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CENTRO DE ESTUDOS PSICOTÉCNICOS
BOLETIM INQUÉRITO

LEI DO SERVIÇO MILITAR: LEI N.º 2135 DE 11/7/68

Artigo 59.º — «Cometem o crime de desobediência os indivíduos que, sem motivo justificado, faltam às provas de classificação e selecção, complementar ou de reclassificação para que forem convocados».

Artigo 60.º — «Aquele que, durante as provas a que se refere o artigo anterior, se recusar a cumprir as ordens legítimas da autoridade militar ou as cumprir com a intenção de falsear os resultados das provas a que for submetido incorre na pena de crime de desobediência qualificada, ficando ainda, quando for caso disso, sujeito à prestação de serviço militar efectivo em regime disciplinar especial».

Artigo 61.º — 1: «Aquele que, por meio de fraude ou falsidade, se subtrair ou fizer subtrair outrem às obrigações de serviço militar ou conseguir para si ou para outrem nas provas a que se refere o artigo 59.º resultado diferente do que lhe devia competir será punido com prisão de três meses a um ano».

3: «A aceitação ou uso de influências para obtenção ilícita dos fins referidos no n.º 1 deste artigo é punível com metade das penas previstas nos números anteriores».

O QUE VAI ESCREVER É CONFIDENCIAL E DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE PARA ATRIBUIÇÃO DE ESPECIALIDADES MILITARES. ESCLARECE-SE QUE NÃO RESPONDER OU RESPONDER MAL A QUALQUER DAS PERGUNTAS PODERÁ DAR ORIGEM A UMA MÁ APRECIACÃO QUE VAI INFLUENCIAR A SUA ESPECIALIDADE. LEIA COM ATENÇÃO TODAS AS PERGUNTAS E INDICAÇÕES. ESCREVA COM LETRA BEM LEGÍVEL.

SEMPRE QUE ENCONTRE UMA PALAVRA INSCRITA NUM RECTÂNGULO COMO SOLTEIRO MARQUE UMA X NA PARTE EM BRANCO DA RESPOSTA QUE LHE INTERESSA

(EXEMPLO: É VOLUNTÁRIO PARA O SERVIÇO MILITAR? SIM NÃO)

EM CASO POSITIVO MARQUE O SIM X EM CASO NEGATIVO MARQUE O NÃO X.

NOME COMPLETO:

DATA DE NASCIMENTO: de de

A — HABILITAÇÕES ESCOLARES

1 — Qual a última classe ou ano que frequentou ou frequenta num estabelecimento de ensino?

De que grau? De que ramo (ciclo preparatório, liceal, comercial, industrial, agrícola, artístico, enfermagem, serviço social, eclesiástico, normal, superior, etc.)? De que curso?

Se for do curso complementar dos liceus indique a alínea: Diurno ou nocturno? Em que ano? 19..... Em que localidade?

Qual o estabelecimento de ensino?

É o último ano ou classe do curso? SIM NÃO

Completo com aproveitamento esse ano ou classe? SIM NÃO

2 — Se respondeu não, qual é o ano ou classe que tem completo? De que grau de ensino?

De que ramo de ensino? De que curso?

Diurno ou nocturno? Em que ano? 19... Em que localidade?

Qual o estabelecimento de ensino?

Do ano ou anos incompletos diga quais as disciplinas ou cadeiras em que já obteve aprovação:

Ano escolar incompleto	Disciplinas ou cadeiras em que obteve aprovação

3 — Deixou de estudar antes de ter completado qualquer curso? SIM NÃO se respondeu sim, indique os motivos porque o fez?

Teve alguma dificuldade nos estudos que já fez? SIM NÃO Se respondeu sim, de que natureza e a que atribui essa dificuldade?

4 — Com a aprovação do último ano de estudos terminou a parte escolar de algum curso? SIM NÃO Que curso?

De que ramo de ensino? Em que estabelecimento de ensino?

Em que data? Tem documento comprovativo? SIM NÃO

Qual a média escolar obtida

- 5 — O curso que frequentou além da parte escolar, necessita de outros trabalhos complementares para obtenção do diploma, carta de curso ou certificado de completamento do curso? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Se respondeu sim, indique:

Trabalhos complementares que realizou ou realiza para conclusão do seu curso	Onde os realizou	Data da realização	Marque um X com aproveitam.		Classificação obtida
			SIM	NÃO	
1:	1:	de .../.../ 19...			
		a .../.../ 19...			
2:	2:	de .../.../ 19...			
		a .../.../ 19...			
3:	3:	de .../.../ 19...			
		a .../.../ 19...			

É ou foi necessário fazer relatórios? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Entregou-os? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Estão aprovados? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Com a aprovação dos trabalhos complementares conclui o seu curso? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Data da conclusão?/...../..... Possui documento comprovativo? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Classificação constante nesse documento?

- 6 — Além do curso que referiu, frequentou ou completou outros cursos ou especializações? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Se respondeu sim, diga quais Em que estabelecimento de ensino? Durante quanto tempo? Em que ano? 19..... Foi-lhe passado diploma, carta de curso ou certificado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐

7 — Indique os estabelecimentos de ensino, que frequentou, além dos do ensino primário:

Ramo	Curso	Estabelecimento de ensino	Ano(s) civil(is) em que frequentou

- 8 — Outras indicações sobre as suas habilitações escolares que julgue útil informar:

B — HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS

- 9 — Qual a sua profissão actual? Diga o que fazia no seu trabalho Quais as ferramentas, instrumentos ou máquinas que mais usava? Há quanto tempo fazia esse trabalho? anos meses. Quanto ganhava por mês? Diga o nome da firma ou organismo onde trabalhava: Localidade Trabalhava sozinho ou fazia parte de um grupo?

- 10 — Já teve outras profissões, ou fez outro trabalho antes? ☐ SIM ☐ NÃO ☐

Profissão ou trabalho anteriores	Durante quanto tempo trabalhou	Firma ou organismo	Localidade	Quanto ganhava por mês

Da profissão ou trabalho anterior indicado e que teve durante mais tempo, responda ao seguinte:

Diga o que fazia nesse trabalho:

Quais as ferramentas, instrumentos ou máquinas que mais usava?

Trabalhava sozinho ou fazia parte de um grupo?

- 11 — Teve pessoas sob as suas ordens em qualquer das profissões ou trabalhos que indicou? ☐ SIM ☐ NÃO ☐

Se respondeu sim, diga em quais

Durante quanto tempo? Quantas pessoas?

- 12 — Tem qualquer documento que confirme alguma ou algumas das profissões ou trabalhos que indicou? ☐ SIM ☐

☐ NÃO ☐ Passado por quem? Em que data?/19.....

Que profissão ou trabalho comprova?

13 — Está inscrito em alguma ordem ou sindicato? ☐ SIM ☐ NÃO Qual?
Carteira profissional n.º Data/...../.....

14 — Quais os cursos, estágios ou diplomas profissionais extra-escolares que tem:

Nome do curso ou estágio	Firma ou organismo onde foi tirado	Marque um X					Tem diploma ou certificado	
		Teórico	Prático	Completo	Incompleto	SIM	NÃO	

Se tem diploma(s) diga quem o(s) passou e que cursos ou estágios comprovam:

15 — Outras indicações sobre as suas habilitações profissionais que julgue útil informar:

C — CONHECIMENTOS DIVERSOS

16 — Marque com um X os conhecimentos que possui

Conhecimentos	Mui	Reg	Conhecimentos	Mui	Reg	Conhecimentos	Mui	Reg
Geral			Fotografia			Organização Hotel		
Rádio ou T.V.			Técnica Cine ou T.V.			Cozinha		
Electricista			Técnica de som			Andar a cavalo		
Electricista Auto			Farmácia			Morse		
Frio e Ar Cond.			Enfermagem			M. Const. ou Terrapl.		
Instrumentos			Primeiros Socorros			Tractor		
Equip. Mat. Escrit.			Bombeiros			Pesados		
Electricidade Geral			Tratamento Cães Cav.			Ligeiros		
Electrónica			Téc. Organ. e Gestão			Motos		
Rádioamador			Contabilidade			Barco a Motor		
Desenho Const. Téc.			Mecanografia			Aeronaves		

17 — Onde e como aprendeu os conhecimentos marcados com X no Muito?

18 — Se tem algum dos documentos a seguir indicados, indique os elementos que se pedem:

Carta de:	N.º	Entidade que a passou	Data/emissão	Marq. um X	
				Amad.	Prof.
MOTO			/ / 19		
LIGEIOS			/ / 19		
PESADOS			/ / 19		
TRACTOR			/ / 19		
BREVET DE PILOTO			/ / 19		
MOTORISTA MARÍTIMO			/ / 19		

19 — Se souber alguma língua estrangeira ou idioma nativo, indique-a (o)

Línguas estrangeiras ou idiomas nativos	Marque um X		
	Ler	Escrever	Falar
	Mui	Reg	Mui

20 — Onde e como aprendeu os conhecimentos marcados com X no Muito?

21 — Outras informações ou conhecimentos que julgue que deva indicar:

D — IDENTIFICAÇÃO E ANTECEDENTES

22 — Localidade onde nasceu Concelho Distrito
Localidade onde mora Concelho Distrito

23 — Qual o seu estado civil: ☐ solteiro ☐ viúvo ☐ separado judicialmente ☐ casado ☐ divorciado ☐ outra situação

24 — Tem filhos? ☐ SIM ☐ NÃO Quantos? Idades

25 — Diga com quem vivia antes da incorporação

26 — Quantas irmãs tem? E irmãos? Quantos mais velhos que você?

27 — PREENCHA O QUADRO QUE SE SEGUE:

	Idade	Que estudos fez	Profissão ou trabalho que exerce	Quanto ganha por mês
MULHER OU PESSOA COM QUEM VIVE				
PAI				
MÃE				
IRMÃOS (Só os que tenham mais de 12 anos)				

- 28 — Além do que ganha na sua profissão tem outros rendimentos? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais?
- A sua mulher tem outros rendimentos além do ordenado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais?
- Os seus pais têm outros rendimentos além do ordenado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais?
- 29 — Já viveu afastado da família? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Durante quanto tempo? A partir de que idade? anos. Porquê?
- 30 — Quem o criou e com quem viveu até aos 16 anos?
- 31 — Os seus pais auxiliaram-no nos estudos? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ 32 — Com que idade se empregou pela 1.^a vez? anos. 33 — Já teve algum acidente indo a guiar um veículo motorizado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- Se respondeu sim, o que deu origem ao acidente?
- Foi considerado culpado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ e condenado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐

34 — Outras informações que julgue oportunas:

E — ESTADO FÍSICO

- 35 — Considera-se um indivíduo ☐ Saudável ☐ doente ☐ 36 — Tem algum defeito físico ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- Se respondeu sim, diga qual Em que parte do corpo?
- Desde que idade? anos. Qual a causa (doença ou acidente)?
- 37 — Teve ou tem alguma doença que o prejudique? ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- Se respondeu sim, qual?
- Está curado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Está em tratamento? ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- 38 — Teve alguma fractura? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Em que região do corpo?
- 39 — Foi operado? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Indique o tipo de operação ou o órgão operado:
- 40 — Usa óculos para corrigir a vista? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Se respondeu sim, desde que idade? anos. Se souber, diga a graduação do olho direito E a do olho esquerdo
- 41 — Distingue facilmente as cores? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ 42 — Ouve bem ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Se disse não, qual o ouvido que considera doente? Desde que idade tem essa deficiência? anos. Porquê?
- 43 — Considera-se um indivíduo ☐ Calmo ☐ nervoso ☐ Já teve algum ataque? ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- Se respondeu sim, diga se foi necessário chamar o médico ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Que tratamentos ou exames fez?
- 44 — Emociona-se com facilidade? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ 45 — Teve dificuldades físicas ao praticar desporto? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Se respondeu sim, diga se conseguiu vencê-las ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Como?

46 —

Em comparação com os indivíduos da sua idade como se considera em:	MARQUE UM X			
	Velocidade	Agilidade	Resistência	Força
ACIMA DO NORMAL				
NORMAL				
ABAIXO DO NORMAL				

47 — Outras indicações sobre o seu estado físico que julgue útil informar:

F — ACTIVIDADES EXTRAPROFISSIONAIS E DE RECREIO

- 48 — Que desportos pratica?
Se deixou de praticar algum desporto, diga qual
Porquê?
- 49 — Sabe tocar algum instrumento musical? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais?
- 50 — Lê regularmente algum jornal, revista ou outras publicações relacionadas com a sua profissão? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais? Lê regularmente jornais, revistas ou outras publicações ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais?
- 51 — Já colaborou em jornais ou outras publicações ou publicou algum trabalho? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Em que publicação? De que natureza?
- 52 — Já participou em grupos de estudo, conferências ou seminários? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quais?
- 53 — Colaborou nas actividades de algum clube ou grupo cultural, recreativo ou desportivo? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Que espécie de colaboração?
- 54 — Em que países ou territórios ultramarinos já esteve? Que meio de transporte utilizou? Qual o motivo porque lá esteve?
- 55 — Outras informações que julgue oportunas?

G — SITUAÇÃO MILITAR

- 56 — É voluntário para o serviço militar? ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- 57 — Teve pai ou irmão falecido em combate no Ultramar? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ E ferido? ☐ SIM ☐ NÃO ☐
- 58 — Tem algum irmão mais velho a prestar serviço militar obrigatório? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Onde?
- 59 — Tem alguma das pessoas, a seguir indicadas, a seu exclusivo encargo? (*mulher, pais, avós, filhos, irmãos, sobrinhos com menos de 16 anos, ou a pessoa que o criou*) ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quem? Porquê?
- 60 — Já prestou provas de classificação psicotécnica no Exército? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Quando?/...../..... Onde? Já lhe foi atribuída alguma especialidade militar? ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Qual?
- 61 — Deseja oferecer-se voluntariamente para:
a) Operações Especiais ou Comandos?
b) Para o Curso de Capitães? (Só para instruendos do COM)

Indique por ordem decrescente as especialidades, do presente turno, que mais gostaria de ter no serviço militar.	ESPECIALIDADES
	1.
	2.
	3.

- 63 — Outras informações que julgue oportunas:

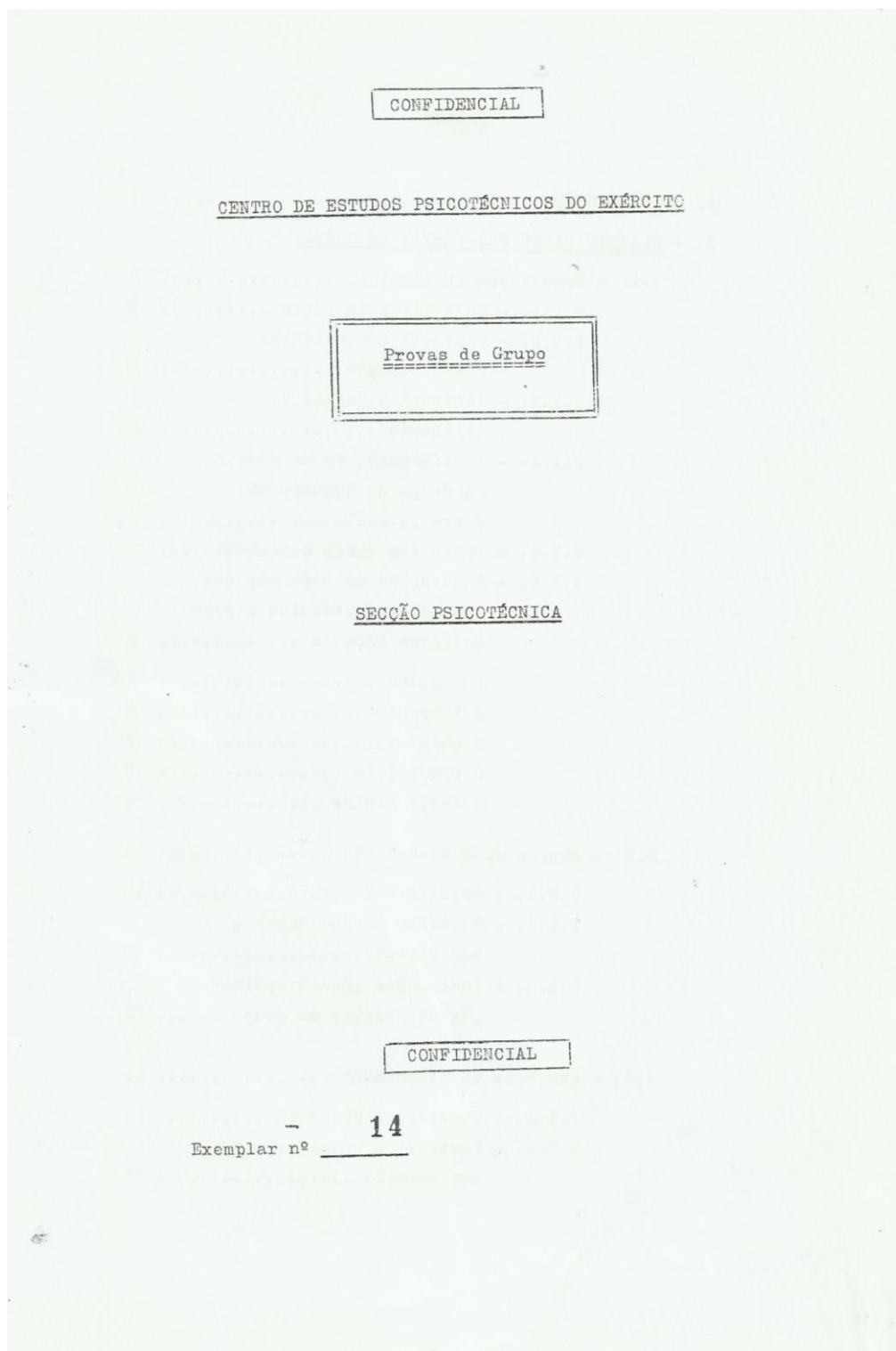
..... de de 19.....

ASSINATURA

NOME

N.º DE IDENTIFICAÇÃO

Provas de grupo (A I. 7)



[Fundo do CEPE]

ÍNDICE

1. - <u>INTRODUÇÃO</u>	1
2. - <u>CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS DE GRUPO</u>	
2.1. - Provas com Obstáculos	2
2.1.1. - Objectivos da prova	2
2.1.2. - Factores a considerar e sua cotação	2
2.1.3. - Instruções Gerais de Aplicação	3
2.1.4. - A eliminação de um membro do grupo no decurso da prova	4
2.1.5. - Prova com chefe designado	4
2.1.6. - Instruções de cada uma das provas de Obstáculos e res- pectivos croquis	4
A muralha	5
A torrente	6
O muro	7
O precipício	8
O campo minado	9
2.2. - Provas de Mesa-Redonda	10
2.2.1. - Objectivo da prova.....	10
2.2.2. - Factores a considerar e sua cotação.....	10
2.2.3. - Instruções para a aplica- ção das provas de grupo	12
2.3. - Projecto de Planeamento	14
2.3.1. - Objectivos da prova	14
2.3.2. - Factores a considerar e sua cotação	15

[Fundo do CEPE]

Ficha de observação e classificação (A I. 8)

Unidade _____ Data ____/____/19____		CENTRO DE ESTUDOS PSICOTÉCNICOS DO EXERCITO FICHA DE OBSERVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVAS DE OBSTÁCULOS E DE MESA-REDONDA										Rubrica _____	
Grupo: _____													
R.*	N.º Mec.	Nome	Idade	C. Global		R.*	N.º Mec.	Nome	Idade	C. Global			
				PO	MR					PO	MR		
1						5							
2						6							
3						7							
4						8							

Prova de obstáculos							Prova de mesa-redonda								
Mal	Apreciação em factores:	Bem	Escala de classificação					Mal	Apreciação em factores de:	Bem	Escala de classificação				
			5	4	3	2	1				5	4	3	2	1
	FÍSICOS (resistência, agilidade, poder)								CULTURA GERAL (conhecimentos, espírito crítico)						
	MOTIVACIONAIS (interesse pela tarefa, sentido das responsabilidades)								EXPOSIÇÃO (capac. de organiz., fluência verbal, objectividade)						
	ACTIVOS (decisão, iniciativa, dinamismo)								INTERVENÇÃO (â-vontade, iniciativa, sociabilidade, ascendente)						
	GREGÁRIOS (intel. prática, sociabil. ascend. adpt. militar)								SINCERIDADE (capacidade de auto-análise)						
== OBSERVAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DO GRUPO ==							== OBSERVAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DO GRUPO ==								
a) Chefes espontâneos							a) Apresentação								
b) Chefes designados							b) Tema livre								
c) Executantes							c) Palestra								
d) Valor do grupo							d) Valor do grupo								

Mod. VI-05-1 CONFIDENCIAL SPEME — Mod. 1019

[Fundo do CEPE]

Anexo II – A «Guerra à Guerra» – Documentos

Recusa aos embarques (A II. 1)

FERNANDO M. COSTA



TODOS À MANIFESTAÇÃO DOS SOLDADOS DO R.P.M. PELA RE- CUSA COLECTIVA AO EMBARQUE 2 FEIRA 1 SETEMBRO 19,30 H BELEM PRESIDENCIA DA REPUBLICA

(CONVOCAÇÃO PELOS SOLDADOS E MILICIANOS DAS CPMs 8243 e 8246)

CAMARADAS:

Antes do 25 de Abril a guerra Imperial Imperialista perpetrada pela camarilha Marcelista ao serviço do Imperialismo Norte-Americano, para esmagar a justa luta dos Povos das Colónias teve da parte do Povo Português a devida resposta, fazendo avançar a Revolução. Com tudo a substituição da camarilha Marcelista por novas camarilhas, em nada modificou o papel de agente do Imperialismo, do Governo Português, a não ser da sua subtilidade e na capacidade que ele teve em pouco tempo, transformar a Guerra Colonial em Guerra Neo-Colonial, já não só ao serviço do Imperialismo Norte-Americano mas tam-

Um Grupo de Anti-Colonialistas
Moradores do Bairro dos ANJOS

NEM MAIS UM EMBARQUE, REGRESSO DOS SOLDADOS!
GUERRA DO POVO A GUERRA COLONIAL!
OS SOLDADOS SÃO FILHOS DO POVO!
O POVO VENCERÁ!

Rem ao serviço do Social-Imperialismo Revisionista Soviético.
E de novo a bandeira Anti-Colonial se levanta e a justa luta dos solda-
dos do R.P.M. pela recusa aos embarques é o melhor exemplo de que o Povo
já perdeu as ilusões e se prepara para avançar na GRANDE VIA DA REVOLUÇÃO
DEMOCRÁTICA E POPULAR, transformando a guerra Colonial numa guerra do POVO.
Unindo-se assim à luta dos OPERÁRIOS e CAMPESES e de todos os Explorados,
AVANÇANDO NA TOMADA DO PODER.

Não vamos à Guerra» (A II. 2)

NÃO VAMOS A GUERRA

206

1. [1974]

Nós, jovens estudantes e trabalhadores, perante a continuação da guerra colonial e da exploração dos povos das colónias, vimo-nos forçados a tomar uma atitude pública face ao problema da nossa colaboração nessa situação.

Considerando que:

1) As guerras coloniais duram há mais de 13 anos, com o fim de manter a opressão dos povos das colónias.

2) As lutas de libertação (a guerrilha é só um dos seus aspectos), são o resultado da aspiração dos africanos à reconquista da independência, em condições que lhes permitam acabar com a opressão económica, política e cultural, de que são alvo há séculos.

3) Os movimentos de libertação de Angola, de Moçambique, da Guiné e Cabo Verde são os únicos legítimos representantes dos povos dessas colónias. São-no porque, ao longo de mais de 13 anos de combate heróico, foram a única força que se opôs consequentemente à exploração do povo e à opressão militar do colonialismo português.

Estes movimentos de libertação, apesar das atrocidades, massacres, bombardeamentos e destruições, executados pelo colonialismo português, com apoio da NATO, de todos os países imperialistas e dos Estados racistas da África do Sul e da Rodésia, conseguiram grandes vitórias militares, ao mesmo tempo que se implantaram no seio dos seus povos.

Nas zonas libertadas o povo organiza-se democraticamente, constrói escolas e hospitais, criando assim uma sociedade nova, uma sociedade gerida pelo povo trabalhador em luta, que é a maior condenação do colonialismo.

4) Perante esta realidade, a única solução política que respeita a aspiração justa dos povos africanos é a independência total, sob direcção das organizações que de facto os representam.

5) Esta solução irá prejudicar apenas os interesses dos que (brancos ou negros) pretendem manter o povo dominado e explorado, aqueles que há longos anos se alimentam do sofrimento e do trabalho do povo.

6) O povo trabalhador português só tem a ganhar com a independência das colónias que abrirá um futuro de colaboração fraterna com os povos africanos ao contrário da actual situação de sofrimento e luta.

Considerando ainda que, neste momento:

1) Continuam a existir nas colónias interesses e grupos humanos que vivem da exploração impiedosa do povo: os trabalhadores assalariados recebem salários miseráveis (15 a 20 escudos por dia), enquanto uma minoria de patrões que os exploram vive na opulência; os camponeses pobres, foram expropriados das melhores terras e são obrigados a vender as suas produções a preços que mal lhes dá para sobreviver; as riquezas minerais estão na mão de grandes grupos imperialistas (americanos, ingleses, alemães, ...) e nada aproveitam ao povo.

Para além de explorarem impiedosamente o povo os ricos capitalistas e as for-

2.

ças que os apoiam, reprimem violentamente a cultura dos trabalhadores e a suas lutas por uma vida melhor.

2) Os movimentos de libertação são as únicas organizações que têm lutado com o povo trabalhador africano, contra a exploração. Os vários "grupos políticos" que agora surgem nas colónias e em Portugal a dizer que é preciso "discutir livremente a autodeterminação do ultramar", não são mais do que os representantes dos exploradores que agora tentam aparecer como "cordeiros", quando continuam a ser verdadeiros "lobos".

Os povos trabalhadores das colónias em luta não têm ilusões, nem estão interessados em "discussões sobre a autodeterminação" com os representantes dos ricos que os exploram. O que eles querem é a independência completa sob governo das suas organizações, porque sabem que só assim se abrirão perspectivas de uma vida melhor em que as relações de exploração poderão ser destruídas.

Por tudo isto, os movimentos de libertação não podem abrandar a sua luta, enquanto não lhes forem dadas garantias de que a situação vai mudar e, por isso exigem a abertura de negociações em base no reconhecimento da independência acompanhadas de um real cessar fogo. Se isto não acontecer é certo que a luta continuará e não irá abrandar, mas tornar-se-á ainda mais dura.

3) Existem boas condições para fazer parar a guerra e abrir negociações com vista à independência, porque este é o desejo generalizado do povo trabalhador português, dos jovens portugueses, de um grande sector das forças armadas e dos povos das colónias.

4) As forças capitalistas e racistas da África do sul, da Rodésia e de certos sectores de "colonos" brancos de Angola e Moçambique, podem tentar lançar operações de repressão dos povos das colónias, tentando contrariar a evolução para uma independência favorável ao povo. Este é um perigo real.

É possível combatê-lo com base na força dos povos africanos em luta, caso sejam apoiados por outros povos e em particular pelo povo português.

No entanto, a presença e reforço das tropas portuguesas nas colónias (verdadeiros exércitos de ocupação) e a actual política de timidas promessas de discussão e autodeterminação, não só não afastam esse perigo como o reforçam a médio prazo. Isto porque: por um lado, continua-se a dar cobertura às manobras e organização dos sectores reaccionários, que sem a presença massiva do exército português, não se poderiam mexer com tanta facilidade; por outro lado, alimenta-se a convicção nesses sectores de que as situações de exploração podem permanecer e, por fim, o tempo aliado àqueles dois factos e à incerteza reinante é o convite aberto à preparação de alternativas para a actual situação que permitam manter a dominação do povo.

5) A recusa de participação na guerra colonial, não implica a recusa de incorporação, mas sim a não aceitação de envolvimento no conflito.

COMPROMETEMO-NOS PUBLICA E COLETIVAMENTE A :

NÃO ACEITAR O NOSSO EMBARQUE PARA AS COLÓNIAS, CONTRIBUINDO ASSIM PARA QUE SEJAM ABERTAS NEGOCIAÇÕES COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO (PAIGC, MPLA, FRELIMO), COM VISTA À INDEPENDÊNCIA DOS POVOS DAS COLÓNIAS, ACOMPANHADAS POR UM REAL CESSAR FOGO.

3.

A nessa acção é grave. Sabemos isso, mas pensamos que é uma tomada de posição necessária face à continuação da guerra colonial.

VIVA A LUTA DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS DAS COLÓNIAS

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

CONTRA A EXPLORAÇÃO E PELA PAZ

(Esta declaração só deve ser assinada por jovens que já estejam incorporados, ou que, não o estando ainda, já "deram o nome" para esse efeito.

As assinaturas devem ser bem legíveis.

A acompanhar o nome, devem ser referidos o nº do bilhete de identidade respectivo e a situação militar do declarante.

Esta declaração só poderá ser divulgada depois de recolher mais de 500 adesões

Não assinar sem pensar bem no significado e consequências desta acção.



VOLTAR

Mortes em Mafra (A II. 3)

17-4-77
ANA M. CARRIÇO

A MORTE DE QUATRO CADETES EM MAFRA

1. Na manhã de 4 de Junho, cerca das 10.30 horas, na Tapada de Mafra, um grupo de 18 cadetes, comandados pelo comandante de pelotão Alferes em tirocínio DARIO SOBRAL, durante uma aula de tática, foi conduzido a uma lagoa de cerca de 30 metros de diâmetro, onde lhe foi ordenado por aquele oficial, que fizesse a sua travessia. Não se assegurou o referido oficial, previamente, das condições de segurança que a mesma oferecia. Chovia torrencialmente.

A lagoa tinha uma profundidade de 3m na zona de maior declive, com fundo de lodo, plantas aquáticas e linos, como se verificou posteriormente. A 5 ou 6m da margem de que partiram não havia pé. Os movimentos de natação eram dificultados pelas plantas aquáticas. Os 10 dianteiros começaram a pedir auxílio. Alguns destes conseguiram alcançar dificilmente a margem com a ajuda dos colegas e do próprio alferes. Lutando até à exaustão e sem qualquer meio que servisse para auxiliar os indivíduos em perigo, quatro dos cadetes foram deixados à sua sorte.

Entretanto, outros soldados que se encontravam a cavalo e a quem foi pedido insistentemente que se metessem à água, recusaram-se a fazê-lo, deslocando-se ao quarel a pedir socorro. Apesar de todos os esforços, 4 jovens pereceram.

2. A leitura deste acontecimento, sem outros elementos, poderia levar a crer que se estaria uma vez mais em presença dum acidente fortuito que podia não ter assumido esta gravidade, apesar dos donodados esforços dos camaradas.

No entanto, torna-se importante dar a conhecer certos antecedentes que ajudarão a uma melhor compreensão deste facto.

Apesar dos sucessivos "acidentes" que têm decorrido ao longo destes anos nos cursos de instrução de oficiais milicianos, quase todos sem esclarecimento correcto, pouco ou nada se tem adiantado no sentido de assegurar o respeito pelas vidas dos jovens que os têm frequentado. Neste caso interessa destacar que o oficial é um indivíduo com uma mentalidade que lhe permite afirmar, logo no início do ciclo, que em quase todas as outras incorporações tem sido habitual morrerem dois ou três instruídos e que esperava que nesta acontecesse o mesmo, e que, a verificar-se tal facto, que o fosse no seu pelotão. Este acontecimento não vem, pois, isolado.

Quando, em exercício de tática, há semanas, o alferes Sobral atingiu com estilhaços de bala real um instruído, provocando-lhe ferimentos na face, no pescoço e cegueira de um olho. Os camaradas protestaram pela irresponsabilidade verificada neste facto. Na sequência do mesmo exercício, o mesmo alferes ameaçou, interrogativamente, "se era preciso fazer mais sangue".

3. Será um indivíduo com estes antecedentes e este procedimento um responsável a quem se entreguem trinta jovens? E se assim não é, como conceber que os superiores hierárquicos, em especial o comandante de instrução, tenha permitido que um tal indivíduo permanecesse no seu posto?

E como conceber que os responsáveis por centenas de homens possam admitir, em locais destinados à instrução militar, condições onde periguen e se arriscam vidas humanas, como se viu?

Será que há valores, por mais altos que sejam, que se sobreponham aos valores de uma vida humana ?

4. A esta pergunta responderam os cadetes na sua totalidade e de uma forma inequívoca, quer não comparecendo ao alhoço, quer reunindo imediatamente numa sala tomada para o efeito, onde discutiram as "implicações deste dramático caso", desrespeitando as sucessivas ordens de capitães-comandantes de companhia e do comandante de instrução no sentido de se calarem, abandonarem a sala e escutarem as informações que os superiores tinham para dar.

E nisto não pode ser esquecido o caso do "SS" tenente Rebelo, que, após o afogamento dos cadetes, e quando a companhia se encontrava reunida numa caserna, fez a chamada para verificação da identidade dos mortos, com uma frieza e desumanidade que qualquer caixeiro não teria para fazer o inventário da sua mercadoria.

Nem os gritos que os cadetes revoltados pronunciavam de ASSASSINOS puderam abafar a bestialidade deste "senhor" oficial.

Não podemos calar a interrogação que se nos põe à consciência de homens e de cidadãos: que valores há que possam justificar o risco de uma vida ? Sofrem e morrem os cidadãos mais jovens deste país. Porquê ? A quem aproveita a sua morte ?



Anexo III – Contribuições de *Capitães do Fim* para o cessar fogo e obtenção da paz – Documentos

Carta dirigida por um *Capitão do Fim* aos comandos do PAIGC no Quinara
(A III. 1)

JABADÁ, 25 DE MAIO DE 1974

J. P. BAPTISTA DIAS
GUERRA COLONIAL
GUINÉ / 8

aos
COMANDOS DO PAIGC NO QUINARA.
=====

O Comando e os militares de JABADÁ saudam todos os combatentes do PAIGC felicitando-os pelas vitórias alcançadas e desejando ao seu glorioso partido uma vitória completa e total.

Solidarizados e identificados com o Movimento das Forças Armadas portuguesas que há um mês derrubou o regime facista e colonialista de Tomás e Marcello Caetano o qual impôs uma guerra injusta e cruel aos povos da Guiné, de Angola e Moçambique, obrigando os mais conscientes filhos destes povos a recorrer à luta revolucionária armada;

- Aguardamos ansiosamente que os Governos da GUINÉ-BISSAU e de Portugal encontrem rapidamente uma solução justa que ponha termo à guerra;

- Que se estabeleçam rapidamente as condições para que o Governo da GUINÉ-BISSAU possa tomar conta do poder e se dê início à retirada do Exército Português.

Tomos a consciência que o Exército português realizava uma Guerra injusta servindo de instrumento de opressão dos povos da Guiné, Angola e Moçambique, ao imperialismo e ao colonialismo.

No dia em a grande maioria dos militares ~~se~~ tomou consciência de que o exército era outra coisa senão um instrumento do colonialismo e ele mesmo vítima, ele próprio chamou a si a iniciativa de derrubar o governo facista.

Ao longo de dois anos o maior esforço deste Comando e de todos os militares não foi no sentido de fazer a guerra, mas desencadear as condições propícias ao cessar ~~logo~~ da mesma e à construção da paz.

Por isso nos sentimos hoje imensamente satisfeitos com a evolução favorável da situação e felizes pela contribuição do nosso modesto esforço.

Desejamos ardentemente regressar ao seio das nossas famílias. Mas enquanto aqui permanecermos (esperamos que seja por pouco tempo) gostaríamos de colaborar no sentido de assegurar as condições para a paz total e definitiva entre todos os filhos da Guiné.

Dar-nos-ia imensa satisfação poder contactar com algum representante do partido no Quinara para pessoalmente manifestarmos ao PAIGC o nosso apoio pela vossa luta e transmitirmos cordiais felicitações pelas vitórias alcançadas.

Seria também oportunidade excelente para se iniciar e desmantelamento de barreiras que surgiram entre o povo no decorrer desta tão longa luta.

- Estamos autorizados a informar que foram dadas ordens a todos os aquartelamentos no sentido de serem levantados todos os campos de minas no Quinara;

- Que estamos ao dispor para colaborar com os camaradas do PAIGC em tudo e que nos for possível, nomeadamente apoio em alimentação se necessário. Sobre tudo há especial interesse na troca de fazendas por arroz. Para este efeito sugerimos que inicialmente fossem utilizados elementos de população por exemplo, de FLA-QUE CIBE para informar este Comando com propostas concretas sobre a maneira de estabelecer contacto e qual entraria imediatamente em ligação.

VIVA O POVO DA GUINÉ INDEPENDENTE E LIVRE

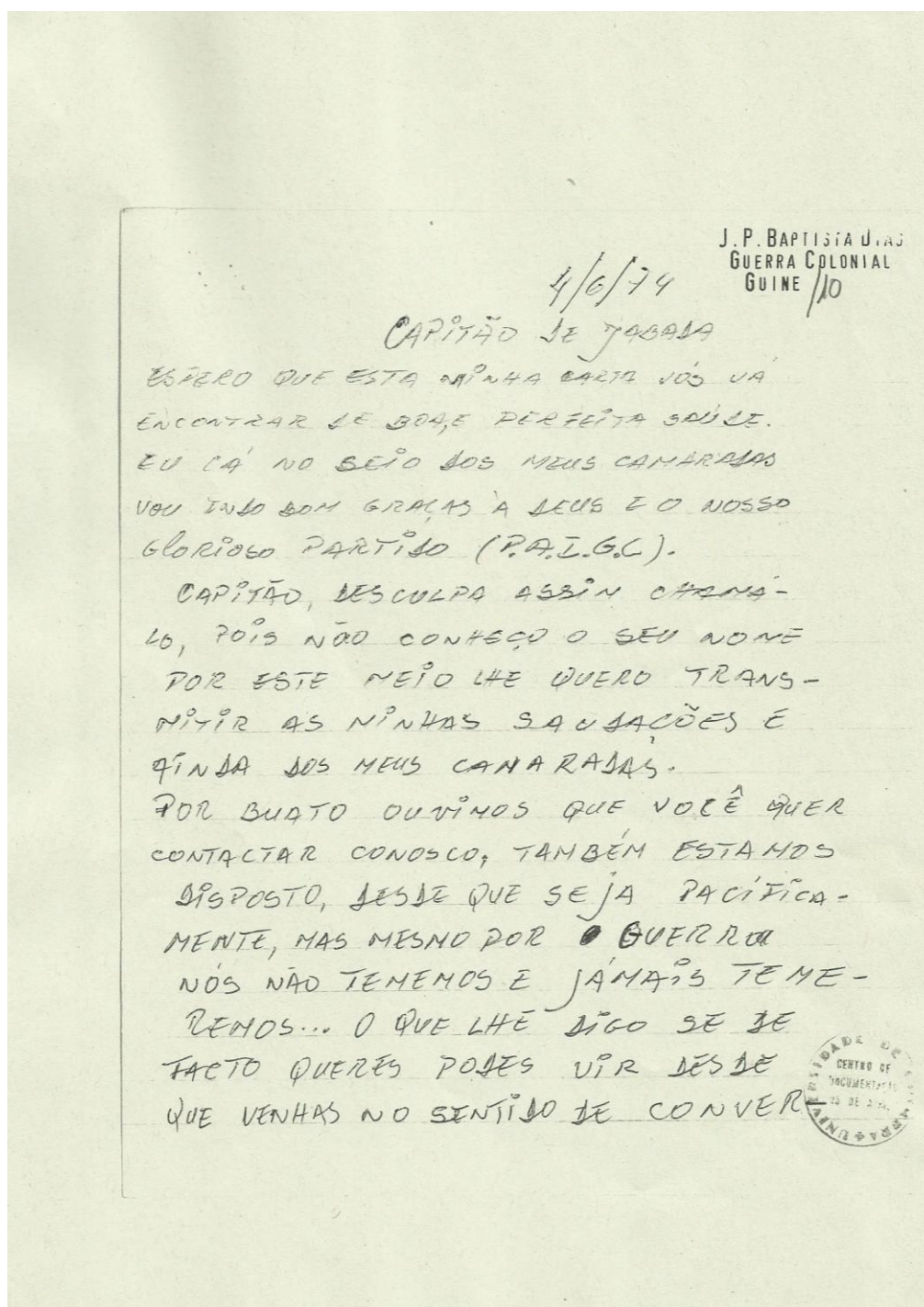
VIVA O P. A. I. G. C.

Com as mais calorosas saudações a todos os camaradas.

COMANDO MILITAR DE JABADÁ



Carta do PAIGC ao Capitão do Fim de Jabadá (A III. 2)



SAMOS PACIFICAMENTE E
DE FRANCA FRATERNIDADE.

NÃO PENSES OUTRA COISA DE
ASNEIRA POIS PODERIA SER
MAL, NÃO É AMEAÇA MAS SIM
A SEVERTÊNCIA.

TENHA CONFIANÇA E VENHA
SEM ARMA. COM ARMA^{NA} NÃO
SERIA SINAL QUE VENS COM A
IDEIA DA GUERRA.

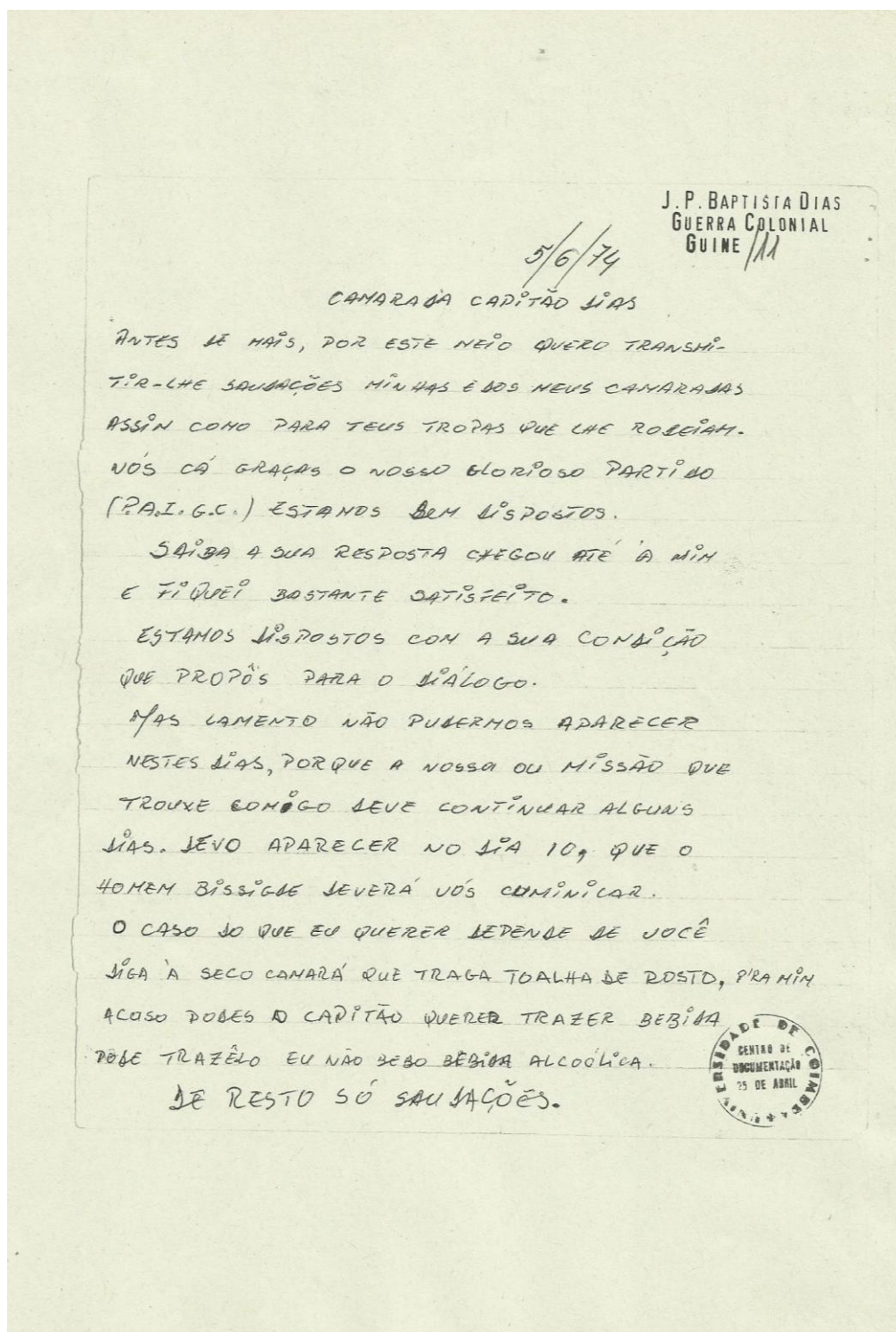
DEVES VIR COM TANTA QUANTO
TOS QUIZERES MAS SEM
ARMA. O SECO CAMARÁ
TAMBÉM SE QUIZER PODE VIR
PORQUE É MEU TIO... TEM
UMA OPORTUNIDADE DE SER
OU PODER VOLTAR ~~NO~~ NO SEIO
DO NOSSO POVO, QUE NEM CRIME
NEM FORÇA OU TRAIÇÃO PODE-
RÁ TRAVAR A SUA MARCHA PARA
A LIBERDADE

JE HOJE É TUJO, SEU:
INFAMARA MANE
VIVA FORÇAS ANTIFASCIS-
TA E ANTI-COLONIAL.
VIVA O P.A.I.G.C.
VIVA O POVO PORTUGUÊS
E O POVO DE GUINÉ E C. VERDE
QUE COMBATEM O INIMIGO
COMUM O FASCISMO.
LEVES INDICAR O LOCAL
DO NOSSO ENCONTRO DE-
PRESSA.

ADEUS ATÉ
BREVE.



Carta dirigida pelo Comandante Mané do PAIGC a um Capitão do Fim (A III. 3)



SOU: O COMANSANTE INFAMARA MANÉ
VIVA POVO DE GUINÉ E CABO VERDE
LIVRE VIVA O POVO PORTUGUÊS
VIVA FORÇAS PROGRESSISTAS E ANANTES DA PAZ
ABAIXO TRAILORES, CAMALEÕES E OPORTUNISTAS.
DESCULPA MAS ONTEM VEIO ALGUNS MILÍCIAS
CA NÃO SEI SE É CAÇA, NÓS TINHAMOS POSSÍBIL-
IDADE DE APANHÁ-LOS A MÃO NAS PORQUE...
ELES FICARAM A FAZER TIROS POR UM
POUCO ACERTARIAM NUMA MULHER CAMPONESA
ESPERO QUE OS AVISE NÓS NÃO QUEREMOS NADA
DE PRONCAS, PORQUE TANTO NÓS COMO VOCÊS SABEM
BEM O MOMENTO HISTÓRICO QUE ATRAVESSAMOS
DE RESTO MEUS ABRACOS PARA TODOS
QUE LHE RODEIAM E DOS MEUS CAMARA-
DAS. ATÉ NO DIA 10. DACIÊNCIA
TENHO QUE ACABAR A MISSÃO-

ESPERO
QUE SAIBA CON-
PREENDER CON-
CÔES O ENLUDE
ACABOU SO TRAZIA
UM (1)
MINHAS
SOLUÇÕES

SOU O MANÉ

Carta do PAIGC para o Comando de Mansôa (A III. 4)

SENHOR COMANDANTE DO COMANDO DE AGRUPAMENTO OPERACIONAL Nº 1 (MANSÔA)

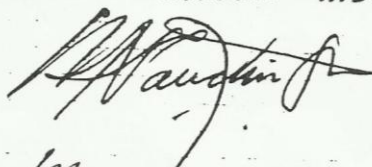
EM VERTUDE DE DEBATE
PROponho-TE O SEGUINTE:

1º) PEDIMOS UM ENCONTRO COM VOCÊ, PARA O DIA 12-6-74
PELAS 10H00

2º) O LOCAL DE ENCONTRO SERÁ NA ZONA COMARÊNDIA
NA ESTRADA ENTRE ENTRONCAMENTO DE BISSA - PORTO-62
3º) PARA TRATARMOS ASSUNTOS DO INTERESSE DAS NIAS
FORÇAS

4º) ESPERAMOS A RESPOSTA HOJE JUNTO COM O GRUPO

PELO COMANDANTE DO CORPO DE EXÉ 1999/70
DA REGIÃO MILITAR NHACRA-MORES



MANUEL NA N'DINGNA

MENTEM 10-6-74



Discurso de Seco Camará dirigido à Companhia ALA ARRIBA,
comandada por um Capitão do Fim (A III. 5)

J. P. BAPTISTA, D.
GUERRA COLONIAL
GUINÉ

Na hora da partida da Companhia "ALA ARRIBA" quero dizer algumas palavras. Ficámos muito contentes com a Companhia porque o seu trabalho foi mesmo para ajudar o povo de Jabadá e de Quinara.

Não esqueceremos a paciência ALA ARRIBA, porque é preciso muita paciência e boa vontade para passar guias mesmo em horas de descanso; transportar palha, arroz e blocos a qualquer hora; concertar bombas de água que a população estragava porque não sabia trabalhar com elas...

Não esqueceremos os esforços de Comandante da Companhia para que houvesse barco que transportasse a Bissau todos os que quisessem ir ao choro de important, Homem Grande e que era SANAMARO DOMA MANÉ.

Não esqueceremos os esforços de todos os militares para que em pouco tempo se construíssem as tabancas novas.

Não esqueceremos os condutores que muitas vezes trabalharam para o POVO sem descanso.

Não esqueceremos a boa vontade com que os soldados cumpriam as ordens que lhe eram dadas para ajudar a população.

Não esqueceremos o que fizeram pela nossa instrução e se mais não fizeram a 3ª ou a 4ª classe ou aprenderam mais qualquer coisa a culpa não foi dos ALA - ARRIBAS, porque nestes nunca parou a sua vontade.

Não esqueceremos a presença da Companhia nas nossas cerimónias e a cela ou açúcar que nos dava mostrando muito respeito pela nossa religião e compreensão dos nossos costumes.

Não esqueceremos a maneira como tratava a população que vinha a JABADÁ e os parentes que nos visitavam.

Não esqueceremos os avisos de Comandante da Companhia para que nas operações não houvesse roubos ou estragos. Assim as operações eram sobretudo de amizade e cumprimentos.

Não esqueceremos a atitude de Comandante da Companhia que devolveu todos os livros de PAIGC que se trouxeram da Operação ao BOJOL, porque isso era rouba instrução ao POVO DA GUINÉ.

Fei através das acções a confirmarem as palavras que ALA ARRIBA fez em cada AFRICANO um amigo. Não há dúvida que quiseram só o BEM DO POVO.

Podem ter a certeza que durante toda a nossa vida vos lembraremos.

Se algum de vós quiser voltar será recebido como amigo!

BOA VIAGEM ! MUITO E MUITO OBRIGADO.

PALAVRAS DE SECO CAMARÁ

ALFERES DE 2ª LINHA

(Discurso no dia da saída de 1º CART DE JABADÁ)



Carta do Capitão do Fim de Quivuenga dirigida à FRELIMO (A III. 6)

[cap 74]

Amigos

QUEM VÓS FALA É O CAPITÃO COMAN-
DANTE DA COMPANHIA DE QUIVUENGA.
Não estando nós todos interessados
em que a guerra continue, mas antes
pelo contrario seguimos o exemplo de
Guiné e Moçambique e continuamos
Amigos grande queria convidar-vos
a dar as mãos e deixarmos a guerra.
Estou disposto a conversar convosco
e estabelecer uma paz a nível local.
A guerra não nos interessa, apaciguem
e vamos resolver.
Como esmolas ficos esperando que
digam.

O COMANDANTE COMPANHIA
DE QUIVUENGA

Whiveios
espe

[Espólio do Cap. 74]

Carta de Johane Jehova da FRELIMO dirigida ao Capitão do Fim de Chiluvo (A III. 7)

Aos 24 de Agosto de 1974

Exm^o. Senhor Capitão
Miguel Amaio
CHILUVO

[CAP 18]

V. Senhoria:

Boa saúde lhe desejo, junto dos demais seus colegas, amigos e família. Eu em companhia dos demais Cd^{as}. ao meu lado, vamos sempre rijos e ténperos como ferro de aço.

Recebi as informações a propósito dos contactos que tem se realizado com o Cd^a. Vicente, contactos esses que mostraram um alto espírito e compreensão da sua pessoa; de mais a mais, o próprio Cd^a. disse-nos ainda que a vinda dele foi com um Soldado condutor do carro de que viera, foi mais ainda um facto de que o Senhor Capitão, tem a máxima confiança com os Cd^{as}. da FRELIMO, reconhece de que a FRELIMO, quem bem se procede com ela nunca foi digna de mal tratá-lo.

- Além desses contactos eu já tenho contactado com o Vosso Capitão em V. Péry, estou certo de que para si não é coisa oculta alguma. Por isso terá de nos compreender de correia até aos sapatos.

- Comunicamos de que aí vem esse grupo que terá de transportá-lo para onde eles pretenderem. Conforme o nosso de acordo como devem trabalhar, ele vem com fim de poderem defenderem bandidos que estão surgindo nesta zona. Sem outra concepção, que é para melhor controlarmos e combatermos o inimigo, que nos cria desconfiança no ambiente que no rodeia.

Finalizando desejamos-lhe sucessos nas tarefas que o povo lhe confia, neste ambiente em benefício dele.

Dos seus amigos da luta pela liberdade
Johane Jehova
Chefe das Operações do Sector

[Espólio do Cap. 96]

A revista *Corrieu Della Sera*, nº 41 de 1974, faz referências elogiosas a um *Capitão do Fim* (A III. 8)

I trenta ufficiali del 25 aprile

Anche adesso che la guerra è finita?

« Anche adesso — risponde un sergente — Adesso temono i mercenari bianchi. »

« L'abbiamo visto una settimana fa — mi aveva spiegato un tenente giovane giovane — dalle parti di Manica, su, vicino alla Rhodesia. » « Ieri era qui » mi aveva detto uno del Frelimo sbucato di corsa da dietro una siepe di bambù. « Se lo vediamo lo avvertiamo », aggiungevano tutti. Uno in tuta color sabbia, fucile d'assalto Galachnikof in spalla, era stato più preciso: « Il capitano Raimondo Amado del distaccamento di Monte Xiluve è in contatto con lui. Provi — mi dice, — Monte Xiluve è a centoventi chilometri a ovest di Beira, in piena foresta, sulla strada che porta al confine rhodesiano ». Il capitano Amado, ventisette anni, una certa somiglianza con Alain Delon, non è un ufficiale qualunque dell'esercito portoghese. E' uno dei trenta giovani ufficiali che hanno fatto il colpo di stato a Lisbona il 25 aprile, mandati dal generale Spínola in Mozambico per porre fine a una guerra coloniale che il Portogallo non riusciva più a sostenere. Il capitano Amado, ex disk-jockey alla TV di Lisbona, il 25 aprile ha personalmente occupato la stazione radio conoscendo tutti i meandri del palazzo. Adesso il capitano è qui a Xiluve con ottantatré uomini (43 sono neri e temono la vendetta del Frelimo perché hanno collaborato) per controllare la strada che viene dalla Rhodesia.

[Espólio do Cap. 96]

A revista *Corrieu Della*, nº 41 de 1974 Sera referencia conversações de um *Capitão do Fim* com a FRELIMO (A III. 9)

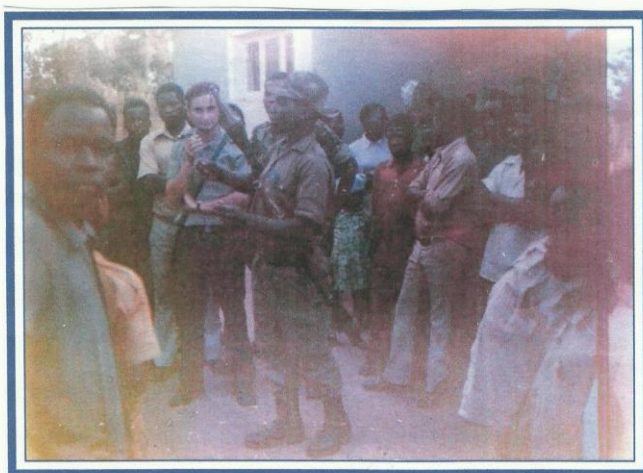
Ma è qui a Xiluve anche perché il suo distaccamento è in realtà un centro d'appoggio per gli uomini del Frelimo che dipendono da Cara Alegre. Chiusa la guerra adesso i due eserciti collaborano. Amado è inoltre l'uomo nuovo di una politica più aperta che i portoghesi hanno inaugurato da pochi mesi.

Cara Alegre, l'uomo nuovo del Mozambico in mano al Frelimo, si serve della nafta che il capitano Amado gli fa avere, mangia con le provviste del distaccamento, comunica con i suoi superiori politici del Frelimo con la radio del capitano Amado. Ed è Amado a dirmi per quale sentiero inoltrarci per incontrare Cara Alegre. Da Xiluve a nord verso Tete e la strada subito sale verso il massiccio della Gorongosa, diritta, nuovissima finché diventa un sentiero di terra battuta dalle parti di Villa Paiva. E' il sentiero che porta verso i contrafforti del massiccio della Gorongosa, verso la base segreta del Frelimo.

« Arrivato al fiume, cerchi del comandante Tigre, oppure di Juan o anche del comandante Alfonso Mario. Solo loro possono portarlo da Cara Alegre. Buona fortuna », mi dice. Juan lo incontro poco dopo Villa Paiva. Sale in macchina, chiacchiera, dice che prima di sera dovrebbe vedere Cara Alegre.

[Espólio do Cap. 96]

Convívio de um *Capitão do Fim* com Comandante da FRELIMO (A III. 10)



[Espólio do Cap. 96]

A casa de um *Capitão do Fim* em Chiluvo, onde se realizaram as primeiras negociações com a FRELIMO (A III. 11)



[Espólio do Cap. 96]

Carta do Comandante Violela a um Capitão do Fim (A III. 12)

[CAP 74]

Exército de libertação
nacional de Angola
E.L.N.A.

Lusitã, 21/9/74

Caro capitão.

Recebi a vossa carta de dia 20/9/74 na qual vos dá saudações na parte do cdt Violela-Violela.


Senhor capitão, nós não lutamos contra uns brancos, ou contra um português, mas o que nós queremos é a abolição de trabalhos forçados; contra tudo, oprimidos, e a execução da nossa luta nacional e internacionalmente.

O nosso processo do povo Angolano, é a independência e a liberdade total; o meio da paz em nível internacional.

Se se diz exemplo de curso e Moçambique, problema que foi resolvido por canal de negociação; e será em qual dia para nossa pátria mãe Angola?

Neste caso Senhor capitão deve estar consciente de ajudar os vossos líderes na ideia e na luta de problema Angolano.


Por hoje terminou
o cdt Violela-Violela.



[Espólio do Cap. 74]

Acta de entrega e transmissão de poderes entre um *Capitão do Fim* e Fidélis Cabral de Almada do PAIGC (A III. 13)

[CAP 131]

S.  R.

REPÚBLICA PORTUGUESA [CAP] 131
PROVÍNCIA DA GUINÉ

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUINÉ
TELEFONE, 2819

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Assuntos
Civis do Governo Português

Do tempo o Ten. Car. Carlos Falcão, que veio a tomar-se muito conhecido, no P.R.E.C.

B i s s a u

SUA REFERÊNCIA
ASSUNTO: —

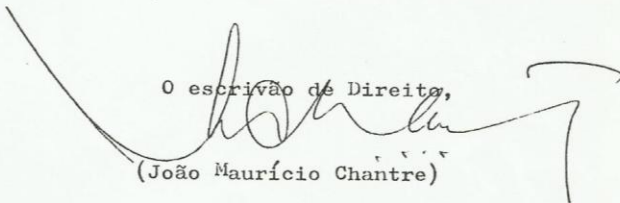
SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA
1/74
Extra

CAIXA POSTAL, 17 — BISSAU-GUINÉ
12.Outº.1974

Em cumprimento à circular de 27 de Agosto de 1974, junto tenho a honra de remeter a V.Excia. dois exemplares da acta e documentos respectivos da entrega e transmissão de poderes do Tribunal Judicial, Delegação da Procuradoria da República e Arquivo do Registo Criminal, que hoje teve lugar entre o Governo Português e o Governo da República da Guiné-Bissau.

Apresento a V.Excia. os meus melhores cumprimentos.

O escrivão de Direito,

(João Maurício Chantre)

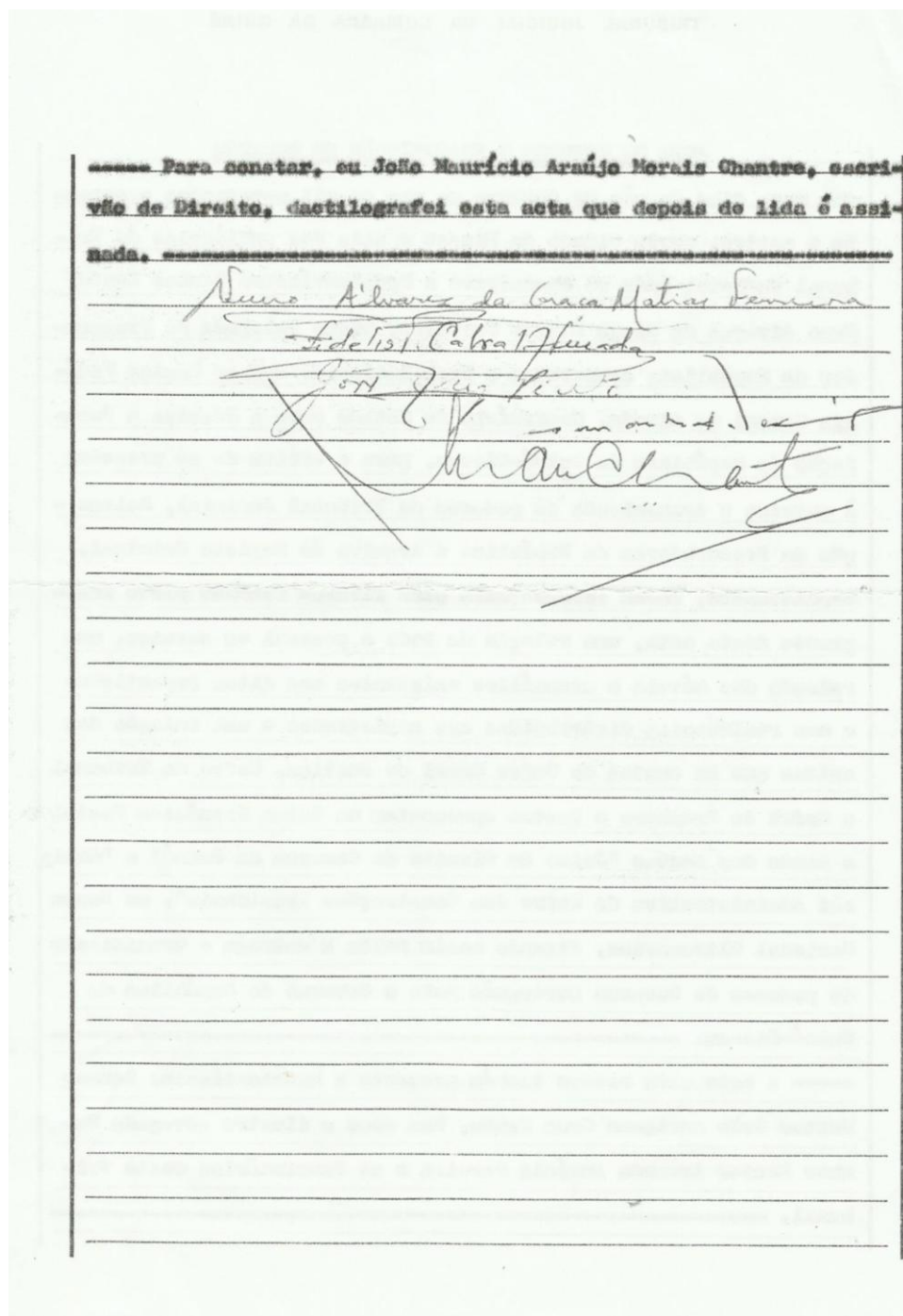
S.  R.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUINÉ

ACTA DE ENTREGA E TRANSMISSÃO DE PODERES

Aos doze dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, nesta cidade de Bissau e sala das audiências do Tribunal Judicial onde se encontrava o Excelentíssimo Senhor Doutor Nuno Alvares da Graça Matias Ferreira, Digno Delegado do Procurador da República, compareceu o Excelentíssimo Senhor Doutor Fidélis Cabral de Almada, Comissário de Estado para a Justiça e População da República da Guiné-Bissau, para o efeito de se proceder à entrega e transmissão de poderes do Tribunal Judicial, Delegação da Procuradoria da República e Arquivo do Registo Criminal. Seguidamente, foram apresentados para ficarem fazendo parte integrante desta acta, uma relação de todo o pessoal em serviço, uma relação dos móveis e utensílios existentes nas ditas repartições e nas residências distribuídas aos magistrados e uma relação dos saldos que as contas de Cofre Geral de Justiça, Cofre do Tribunal e Cofre de Preparos e Custas apresentam na Caixa Económica Postal e ainda das contas "Juízo de Direito da Comarca da Guiné" e "Comissão Administrativa do Cofre das Construções Prisionais", no Banco Nacional Ultramarino, ficando assim feita a entrega e transmissão de poderes do Governo português para o Governo da República da Guiné-Bissau.

A este acto esteve também presente o Excelentíssimo Senhor Doutor João Aurigema Cruz Pinto, bem como o ilustre advogado Senhor Doutor Armando António Pereira e os funcionários deste Tribunal.



[Espólio do Cap. 131]

Anexo IV – Apreciação do comportamento de Companhias comandadas por
Capitães do Fim - Documentos

Juízo ampliativo da actividade de uma Companhia (A IV. 1)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONFIDENCIAL
 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EXEMPLAR Nº. 02
 COT-9
 MANSOA
 11MAI74
 PHY04

JUIZO AMPLIATIVO SOBRE A ACTIVIDADE DA 3ª./B.CAÇ.4612/72 COMPANHIA DE INTERVENÇÃO DO COT-9

1. Esta Companhia foi retirada ao B.CAÇ.4612 para ser colocada em GADAMAEL e foi substituída pela C.CAÇ.4641 acabada de chegar da Metrópole. Entretanto com a colocação da 3ª.Cª. COMANDOS que ao tempo estava dada ao COT-1 e em seguida ao COT-9 como Companhia de intervenção, em Bissau, foi a 3ª.B.CAÇ.4612 atribuída como força de intervenção do COT-9. Está portanto nessa situação desde.

2. Desde a sua vinda da Metrópole enquadrada no B.CAÇ.4612 esta Companhia para além do período que esteve sem Comandante, conheceu 3 Comandantes da Companhia. A sua estadia em GADAMAEL na época quente daquela guarnição provocou bastante a Companhia. Mais tarde num contacto tido no CHOQUEMONE também provocou uma certa quebra no seu estado moral. Recentemente morreu um Furiel por accionamento de uma mina o que provocou nova e profunda quebra.

3. Durante os meses em que estava na situação de intervenção desempenhou acções e operações nas ZA dos 3 Batalhões que este Comando integrava, especialmente em CHOQUEMONE, PONTA MATAR e PONTA PONHATE; MAQUE, QUERÉ; CUBONGE e SARA. Ultimamente e com a abertura dos trabalhos da construção da estrada JUCUDOL-BANBADINCA passou a executar acção no CHANGALANA quer em prolongamento e reforço da actividade relacionada com a segurança afastada da estrada e quando necessário e possível no CUBONGE. Mensalmente é dada de reforço a um dos outros Batalhões para permitir execução de acções ou operações com outro nível e profundidade.

4. Nesta altura a Companhia tem cerca de 20 meses de comissão e a sua capacidade de reacção é fraca. Os seus efectivos em Officiais e Sargentos estão reduzidos a 50% e em Praças a 70%, percentagens mais baixas de todas as Unidades que este Comando integrava. Nesta altura já não se fazem substituições pelo que não se admite o seu reacompletamento. Pode contudo vir a ser empregada em acções cujo esforço não seja demasiado devendo ser-lhe dado o conveniente descanso.

5. A Companhia não merece um parágrafo até agora.

DISTRIBUIÇÃO

Exemplar nº. 1. SECCAO ARQUIVO

2. REP. OPER

3. REP. CTIG

4. REP. JUSTICA

5. REP. CTIG

REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES

ENTRADA Nº. 2764

SAIDA

DATA 24.11.1974

PROCESSO 33.84.10.4

SECCAO ARQUIVO

REP. OPER

REP. CTIG

REP. JUSTICA

REP. CTIG

O COMANDANTE

PEDRO HENRIQUES

TEN. COR. INF. Comand. Chefe das Forças Armadas

DA

UIN

QUARTEL GENERAL


ENTRADA 12A MAI 74

Nº 3369/89C

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Apreciação geral do comportamento de uma Companhia (A IV. 2)

EX. Nº _____
BCAQ 4512/72
FARIM
31AGO74



APRECIACÃO DO COMPORTAMENTO GERAL DA 1ª/BCAQ 4512

Refª: - NEP OP-PRO 32 ACOPU

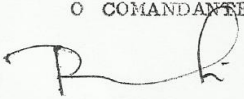
A 1ª/BCAQ 4512 permaneceu no Sector 02 desde 08FEV73 a 10JUN73, tendo nesta data assumido a responsabilidade do Sub-Sector de BINTA em que passou a depender do COP 3. Durante a sua permanência no Sector 02 (Sub-Sector de Farim) (NEMA) desenvolveu intensa actividade operacional, especialmente na contra-penetração do corredor de LAMEL, escoltas a colunas e acções em que tomou parte, algumas em conjunto com a CCAQ 14 no Sub-Sector do K 3, na acção "CASCABELE" realizada em 27/28JAN73, na fase de sobreposição, demonstrou boa conduta no combate. Durante o período em que permaneceu no Sub-Sector de Farim, teve destacado um Gr COMB no Sub-Sector de BINTA, que desempenhou grande actividade especialmente na recolha de cibos, em que se deslocava para onde o In era bastante activo especialmente na implantação de minas A/C e A/P (SANSANCUTOTO) que foram detectadas e levantadas quase na totalidade.

É de salientar a acção do Gr COMB que tomou parte na escolta à coluna de reabastecimento a GUIDAGE em 08/09MAI73, em conjunto com Gr COMB da CCAQ 14 sob o Comando do Alferes Milº FERNANDO MONTEIRO MATIAS (1ª/BCAQ 4512), o qual depois de uma viatura ter accionado uma mina A/C, seguida de emboscada por numeroso Grupo In, se bateu até ao limite das suas possibilidades para garantir a integridade da carga que a coluna transportava.

Esta CCAQ passou a depender do COP 3 no Sub-Sector de BINTA desde 10JUL73 a 22JUL74, tendo-se conhecido da sua acção na protecção à Engenharia na construção da estrada BINTA-GUIDAGE.

O Comandante desta CCAQ é o Capitão Milº FRANCISCO S. OLIVEIRA.

O COMANDANTE



RAMIRO MORNA DO NASCIMENTO
MAJOR DE INFª.

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Proposta de louvor de uma Companhia (A IV. 3)

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE

QUARTEL GENERAL

3ª. REPARTIÇÃO



PROPOSTA DE LOUVOR (SUGESTÃO)

Proponho para louvor colectivo, nos termos do Artº69 e 107 do R.D.M., a 3ª.CCav/BCav 8421, porque, no seu todo, constitui uma completa Sub-Unidade vincadamente ca valaira.

Devido à decidida actuação do seu Comando, com um forte espirito de corpo, com um estoicismo a toda a prova, esta Companhia, não obstante a actividade operacional em que obteve apreciáveis êxitos em inúmeras operações de heli-assalto ou a pé, conseguiu erguer no NAZOMBE, partindo praticamente do nada, um aquartelamento com as melhores condições de campanha, e também nas melhores condições higiénicas e de comodidade.

Este notável esforço muito moralizou a Companhia e foi causa fundamental para uma actuação dinâmica numa área e num local de actividade operacional muito intensa e forte pressão do In.

Perante as circunstâncias da nova situação militar no T.O. de Moçambique, foi decidido superiormente o desguarnecimento militar do local; pois a 3ª.CCav/BCav 8421, com o mesmo espirito de corpo e com uma exata noção dos seus deveres perante as decisões superiores, teve que, com o novo suor, enfrentar briosamente uma nova si tuação, destruir completamente as suas ~~aperfeitas~~ organizações do terreno, que representavam cerca de um ano de trabalho.

NAZOMBE, pelo esforço dispendido, pela coesão e ânimo demonstrado face às ~~unúmeras~~ dificuldades, será um marco que fortalecerá para sempre o elo desses soldados de PORTUGAL.

N.11 - 3ªREP - 05SET74

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Anexo V - Operações Militares - Documentos

**Ataque a Nangade em 22 de Abril de 1974 onde estava aquartelado um
Capitão do Fim (A V. 1)**

<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">RESERVADO</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">BATALHÃO DE CAÇADORES 5013</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">FORÇA A. A. M.</div>	<p>EXEMPLAR Nº 4 SUB SEC "BND" BCAÇ 5013 NANGADE 5ABR74</p>
<p><u>RELATÓRIO DA ACÇÃO IN DESENCADEADA SOBRE</u> <u>NANGADE NO DIA 02ABR74</u></p>	
<p><u>SITUAÇÃO</u></p> <p>Notícias recebidas do COM SEC "B" e 2ª REP/QG informavam ser intenção do IN desencadear uma acção de força sobre NANGADE com armas de todos os tipos incluindo Foguetões 122, canhões S/R, Morteiros 82, Met. A.A., etc. Era também sua intenção efectuar um golpe de mão à captação de águas. As informações indicavam como data provável o dia 30 de Março.</p>	
<p><u>DESENVOLVER DOS ACONTECIMENTOS</u></p> <p>A.. Face à intenção do IN e dos meios disponíveis para defesa do Posto de captação de águas e de NANGADE, decidi que se fizesse a par da defesa imediata uma defesa afastada. Esta foi considerada sobre os dois possíveis eixos de aproximação do IN, a saber: Picada do VIETNAME que liga NANGADE e MUEDA, e o Rio LUNIQUE.</p> <p>Nesta conformidade foram lançadas as seguintes operações:</p> <ol style="list-style-type: none">1- Golpe de Mão sobre a Base NAMAGATA (3942,5,1126) com dois grupos de GE a qual teve início em 27MAR74.2- Patrulhamentos e emboscadas no itinerário NANGADE - MUIDINE por um GCOMB/2ª CCAÇ desde 28 de Março até 31 de Março.3- Patrulhamento e emboscada na região de coord. (3943,5,1110,5) por um GCOMB PARAS desde 31 Março até 02ABR74. <p>B. Na defesa imediata de NANGADE foi determinado que a partir das 04H00 todo o pessoal estaria nos postos de combate e trincheiras acordado até às 06H00. Estas medidas foram iniciadas em 28 Março.</p> <p>C. Apesar da acção IN não se ter desenrolado no dia 30 como previsto, as medidas de segurança tomadas mantiveram-se nos dias seguintes. No dia 2 de Abril depois de distribuída a 1ª Refeição e o pessoal pelos diferentes serviços, a vida normal da Unidade começou. Pelas 08H15 foi o aquartelamento e o Aldeamento novo alvejado com os primeiros foguetões 122. Imediatamente saí do meu gabinete e tomei conhecimento do que se passava, dispondo o pessoal da 2ª CCAÇ, de modo a garantir a defesa do seu sector. Em seguida dirigi-me para o meu P.C. onde orientei o fogo da artilharia, única arma possível de utilizar dada a distância em que se encontrava o IN. A acção IN desenrolou-se até às 09H50 utilizando 6 (seis) rampas de foguetes divididas em 2 bases situadas a OESTE e NOROESTE do Mamelão e a uma distância aproximada de 7.000m. Estas armas alvejaram o aquartelamento e o Aldeamento Novo, enquanto se viam rebentamentos de granadas de Morteiro numa tentativa de atingirem o Posto da Captação da Água.</p> <p style="text-align: right;">Continua.....////.....</p>	
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">RESERVADO</div>	

RESERVADO

Continuação.....////.....

As origens dos Mort. não foi possível contudo localizá-las.
O IN utilizou entre 120 a 150 foguetões e um número não controlado de granadas de Morteiro.

- D. Na batida e reconhecimento das Bases de fogos IN verificou-se que o mesmo tinha as rampas de lançamento defendidas por trincheiras que se estendiam por 100m aproximadamente, camufladas e com a profundidade de 60cm.
Que a base de fogos a Noroeste tinha 4 rampas de foguetões protegidas por trincheiras e 3 Morteiros de 82, e a base a Oeste tinha 2 rampas de foguetões e 2 Morteiros 82. além das trincheiras, na extensão de 50m.
Que o número de pessoal utilizado na operação deveria andar à volta de 300 a 400 pessoas, dadas as zonas de capim acamado abaixo de umas 50 árvores e pelo potencial de fogo desencadeado.

CONCLUSÕES

1. Verificou-se que o IN teve todo o cuidado de não molestar o aldeamento civil velho onde não caiu um único foguetão.
2. Verificou-se ter perfeito conhecimento da localização dos órgãos vitais da defesa - Posto Rádio, Artilharia e Morteiros pois foram as zonas que ele mais procurou atingir e onde aplicou pelo menos 50 foguetões.
3. Dada a precisão do tiro IN é de admitir ter aparelhos de localização das bocas de fogo, dada a justesa com que alvejou as mesmas, estando somente à vista desarmada, uma peça de artilharia 8,8.
4. Tentou flagelar o Posto de guarda à Captação de Água com Morteiro de 82, dado que a distancia a que se encontrava não permitia o seu uso para NANGADE.
5. Tentou destruir as instalações já construídas da Operação Fronteira, não tendo conseguido por falta de regulação de tiro pois a maioria dos foguetões caíram curtos ou muito compridos.

PREJUÍZOS SOFRIDOS E MUNIÇÕES CONSUMIDAS

1. Devido ao rebentamento dos foguetões verificaram-se danos materiais:
 - Edifício da messe de oficiais
 - Edifício do Centro de Transmissões
 - Edifício do Hospital Civil
 - Edifício duma loja no Aldeamento Novo
 - Grandes extensões de arame farpado da rede de segurança, destruídas
 - Grandes extensões de fio eléctrico quer no aldeamento velho quer no novo, bem como fio telefónico destruídos
 - Destruidos 3 (três) petromax do Centro de Transmissões pelo desmoronamento de paredes.
 - Destruido um rádio transistor marca GRUNDING.
 - Rasgadas 6 toalhas da messe que estavam no estendal.
 - Os géneros que compunham a 2ª Refeição, por se terem queimado, dado já estarem nos caldeiros.
 - 1 Antena laminar E/R ONKYO TCR
 - 1 Antena laminar E/R ONKYO TELECONSA
 - 1 Antena vertical AVP-1 238
 - Comutador de carregador bat. Nº 1267

Continua.....////.....

DESCONTO

RESERVADO DESCLASSIFICADO
POR ORDEM DE
POSTO _____ NOME _____
LISBOA, A. N. N. _____ Continuação....///....

2. MUNIÇÕES CONSUMIDAS
Obus 14 25
" 8,8 190

CONDUTA E ACÇÃO DO PESSOAL

Estando o pessoal já prevenido de uma possível acção IN áquela hora, mas depois de passados 4 dias de expectativa e já aplicado em actividades da vida normal da Unidade, era natural que houvesse qualquer precipitação. Nada disso se verificou, tendo o pessoal prontamente pegado nas armas e corrido para os seus lugares onde permaneceram prontos a actuar caso fosse necessário.

[Há que realçar o comportamento do pessoal da artilharia que, mesmo sentindo-se alvejado em particular pelo IN, não deixou de actuar conforme as indicações do Comando, sendo notória a acção da guarnição da peça 8,8 que estava à vista desarmada e não se receava dos tiros IN.]

O COMANDANTE

Carlos de Figueiredo Delfino
CARLOS DE FIGUEIREDO DELFINO
TEN. CORONEL DE INF.

DISTRIBUIÇÃO

EXEMPLAR Nº	1 e 2	- ARQUIVO
"	" 3 a 6	- COM SEC "B"
"	" 7	- COM SEC "B/AV"
"	" 8	- BCAV 8421
"	" 9	- BCAÇ 4213
"	" 10	- BCAV 8422
"	" 11	- BCAÇ 14
"	" 12	- BCAÇ 15
"	" 13	- BCAÇ 4812
"	" 14	- CCS/BCAÇ 5013
"	" 15	- 1ª CCAÇ/BCAÇ 5013
"	" 16	- 2ª CCAÇ/BCAÇ 5013
"	" 17	- 3ª CCAÇ/BCAÇ 5013
"	" 18	- 2ª CCAÇ/BCAÇ 14
"	" 19	- 4ª BTR/GAC 6
"	" 20	- Cª ENGª 9146

RESERVADO DESCLASSIFICADO

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Abandono de Nangade e outras operações- participação de companhias de Capitães do Fim (A V. 2)

Folha -24-

II - ACTIVIDADES NA RMM, NO PERIODO DE:

01 DE ABRIL 1974 A 30 DE ABRIL 1974

OP. GABINETE 1 - Realizada por 1 grupo de combate da 3ª CCAQ/5013 para a patrulha Fixa Mandimba (3955.1059,7). Teve início em 01ABR74. Pelas 05 horas e durou 3 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.

OP. GABELA 9 - Realizada por 1 grupo de combate da 2ª CCAQ/5013 com guardas rurais para a região do rio Lunique (3947.1104). Teve início em 01ABR74 pelas 14 horas e a duração de 3 dias. Não houve contactos com o IN.

- Em 020615BABR74 - Grupo IN estimado em 300 a 400 elementos flagelou NANGADE de Oeste e Noroeste com aproximadamente 150 granadas de foguetão 122 durante 01h35. O IN utilizou 2 bases de fogos. Numa delas possuía 4 rampas de foguetão 122 protegidas por trincheiras e 3 morteiros 82. A base a Oeste tinha 2 rampas de 122 e 2 morteiros 82. Ao mesmo tempo flagelou a captação de águas com morteiro 82 com um número não estimado de granadas. O IN retirou na direcção da Base Beira. Das duas flagelações não resultaram feridos para as NT, causando unicamente prejuízos materiais. O IN sofreu 20 mortos confirmados e um número elevado de feridos.

OP. GABAROLA 2 - Realizada por 1 grupo de combate da 1ª CCAQ/5013 nas margens do Rio Rovuma. Iniciou-se em 04ABR74 pelas 05 horas e teve a duração de 3 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.

OP. GAJEIRO 2 - Realizada por 1 grupo de combate da 1ª Companhia de Paraquedistas do BCP 32, para a região do rio Litinguinhas (3936.1103). Iniciou-se em 04ABR74 pelas 07 horas e teve a duração de 3 dias. Durante a operação na região de coord, (3936.1102) foi encontrada uma base de fogos utilizada pelo IN no ataque a NANGADE em 02ABR74. Mais á frente, ainda na mesma região foi encontrado um local de impacto de uma granada de Fiat, onde se encontravam cerca de 20 cadáveres smi-enterrados. Foi ainda encontrada uma rampa metálica, provavelmente do aparelho de pontaria de foguetão 122.

P. GABINETE 2 - Realizada por 2 grupos de combate da 3ª CCAQ/5013 com Comandante de Companhia para a Base Namunda (3956.1101). Iniciou-se em 05ABR74 pelas 05 horas e durou 3 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.

OP. GALHO 1 - Realizada por 1 grupo de combate da 2ª CCAQ/14 próximo de PALMA num raio de 8 a 12 Km. Teve início em 05ABR74 pelas 05 horas e durou 2 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.

OP. GABELA 4 - Realizada por 1 grupo de combate da 2ª CCAQ/5013 com guardas rurais para fiscalização de campo de minas. Iniciou-se em 06ABR74 pelas 05 horas e durou 3 dias. Não houve contactos com o IN.

OP. GALHO 2 - Realizada por 1 grupo de combate da 2ª CCAQ/14 próximo de PALMA num raio de 8 a 12 Km. Teve início em 06ABR74 pelas 05 horas e durou 2 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.

OP. GABAROLA 3 - Realizada por 1 grupo de combate da 1ª CCAQ/5013 para a região da Namioa. Iniciou-se em 07ABR74 pelas 05 horas e teve a duração de 3 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.

OP. GABINETE 3 - Realizada por 1 grupo de combate da 3ª CCAQ/5013 nos trilhos de acesso ao campo de minas. Iniciou-se em 08ABR74 pelas 05h30 e teve a duração de 3 dias. Não houve contactos com o IN.

Continuação.....////////.....

Folha -33-

Continua.....//////.....

- OP. BABEL 6 - Realizada por 1 grupo de combate da 1^aCCAQ/5013 para a região do cruzamento da NHICA. Iniciou-se em 21JUN74 pelas 05 horas e durou 3 dias. As NT não tiveram contactos com o IN.
- OP. BADALAR 5 - Realizada pelo GE 205 para a linha de Infiltração de PORTO AMELIA. Iniciou-se em 27JUN74 pelas 05 horas e durou 3 dias. Durante a operação em 27JUN74, um elemento do grupo accionou uma armadilha composta de granada de mão defensiva, m/TTS/125/50, na região (3936.1104). No mesmo dia detectaram e destruíram 2 outras, compostas por granada de mão defensiva m/F.1 na região (3938.1103,5).
- OP. PAPAIA 3 - Coluna logística realizada por vários grupos de combate das diversas Subunidades do Sub-Sector e com o itinerário PALMA - NANGADE. Iniciou-se em 27JUN74 e durou 6 dias. A coluna fez-se dentro do prazo previsto, tendo no entanto os vários grupos de picagem encontrado dificuldades, nomeadamente em minas e fornilhos accionados, o que causou alguns feridos. A coluna saiu de PALMA em 270500BJUN74 tendo atingido PUNDANHAR sem qualquer incidente. Em 280915B quando grupo da 3^aCCAQ/5013 fazia a picagem detectou e destruiu uma mina A/C na região de coord, (3956,2.1053,3). O mesmo grupo às 10H15 accionou um fornilho na região de coord, (3958,2.1055,7) que causou 1 ferido grave e 2 ligeiros. A coluna veio a chegar a MUIDINE sem encontrar qualquer obstáculo. Em 29 quando grupo da 2^aCCAQ/5013 fazia a picagem detectou e destruiu 4 minas A/P na região de coord, (3943,1.1053). No mesmo dia na região (3943,3.1102,8) a coluna accionou 3 minas A/P que causou danos em 2 viaturas e na carga de uma. A coluna veio a chegar a NANGADE sem qualquer outro incidente, donde saiu em 300715B terminando em PALMA. No regresso nada houve a assinalar.
- Em 27JUN74 - O grupo IN colocou 1 mina A/P nas machambas a NE de NANGADE, que foi detectada por 1 milícia que fazia protecção às populações.
- Na noite de 28/29JUN74 grupo IN queimou 10 barcos existentes no lago NANGADE e pertencentes á população desta vila.

Folha -37

Continuação//////.....

- OP. EVERESTE 4 - Coluna destinada a evacuar pessoal e material de NANGADE. Realizada por vários grupos de combate das diversas Subunidades do Sub-Sector e com o itinerário PALMA - NANGADE. Teve início em 20AGO74 pelas 06h30 e durou 6 dias. Durante esta operação em 201130B registou-se um acidente com um tractor do qual resultou a morte de um soldado. Em 230950B um grupo inimigo emboscou a coluna na região (3951,2.1055,5) causando 2 mortos e 2 feridos graves às NT. A coluna veio a chegar a PALMA em 230130B.
- Em 231230BAGO74 - Apresentou-se em NANGADE 2 emissários da Frelimo portadores de uma carta para o Comandante do BATALHÃO tendo pernoitado em NANGADE, e seguindo aos seus destinos em 240830B.
- Em 251700BAGO74 - Apresentaram-se em NANGADE 95 elementos da Frelimo onde pernoitaram. Com esses elementos apresentou-se o Furriel AMADO BENTO que havia sido capturado em OLUMBI.
- Em 261700BAGO74 - Saíram de NANGADE 5 elementos da Frelimo, tendo os restantes saído em 270530BAGO74.
- Em 28AGO74 - 5 elementos da Frelimo contactaram com a 1^aCCAQ/BCAQ/5013 em PUNDANHAR a fim de informarem que iam levantar minas na região da Namioa. Informaram tambem que voltavam no dia 31AGO74 para fazer banja com a população.
- OP. EVERESTE 5 - Coluna destinada a evacuar o restante pessoal e material que se encontrava em NANGADE. Realizada por vários grupos de combate das diversas Subunidades do Sub-Sector, e com o itinerário PALMA - NANGADE. Teve início em 30AGO74 pelas 06 horas e durou 4 dias. Durante a operação em 020700B ao Km 5 de PUNDANHAR, uma viatura da coluna accionou uma mina A/P que lhe causou a destruição do pneu. Não houve contactos com o IN.

ANEXO "X" AO RELATÓRIO DE AÇÃO Nº 01/74
BAT. CAÇ Nº. 5013

C.C.S.

RELAÇÃO DOS GÊNEROS EM ARMAZÉM QUE FICARAM NO ESTACIONAMENTO DE NANGADE
 POR IMPOSSIBILIDADE DE TRANSPORTE.

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES	V. UNIT.	V. TOTAL	OBS:
Açucar	1.300 Kgs	8\$10	10.530\$00	
Açucar	1.890 Kgs	8\$10	15.309\$00	
Açucar	305 Kgs	5\$20	1.586\$00	
Arroz	3.000 Kgs	13\$10	39.300\$00	
Arroz	1.907 Kgs	8\$30	15.828\$10	
Atum	426 Latas	96\$50	41.109\$00	
Azeite	637 Litros	38\$00	24.206\$00	
Azeitonas	54 Kgs	20\$80	1.123\$20	
Bacalhau liof	11,2 Kgs	120\$00	1.344\$00	
Banha	1.318 Kgs	15\$30	20.165\$40	
Café	207 Latas	46\$30	9.584\$10	
Caril	33 Latas	6\$50	214\$50	
Cenoura emlat	140 Latas	10\$00	1.400\$00	
Cebola liof	14,4 Kgs	70\$20	1.010\$90	
Cenoura liof	33 Kgs	56\$20	1.854\$60	
Colorau	80 Latas	35\$10	2.808\$00	
Compota de fruta	87 Latas	11\$40	991\$80	
Dobrada	253 Kgs	165\$70	41.922\$10	
Ervilhas	99 Latas	13\$90	1.376\$10	
Farinha	6.400 Kgs	8\$25	52.800\$00	
Favas	156 Latas	9\$70	1.319\$20	
Feijão manteiga	446 Kgs	11\$10	5.172\$60	
Feijão branco	135 Kgs	11\$10	1.498\$50	
Feijão frade	305 Kgs	16\$60	5.063\$00	
Feijão verde emlat	105 Latas	13\$10	1.375\$50	
Fianbre	376 Latas	82\$10	30.869\$60	
Fruta em calda	261 Latas	15\$70	4.097\$70	
Grão de bico	600 Kgs	25\$00	15.000\$00	
Leite em pó	24 Kgs	25\$90	621\$60	
Leite condensado	3.223 Latas	7\$00	22.561\$00	
Leverina	512 Latas	36\$00	18.432\$00	
Louro	30 Kgs	10\$70	321\$00	
Manteiga	316 Latas	21\$80	6.888\$80	
Massa	600 Kgs	13\$30	7.980\$00	
Óleo	1.600 Litros	15\$60	24.960\$00	
Rações de combate	1.500 Caixas	43\$00	64.500\$00	
Sal	2.000 Kgs	1\$10	2.200\$00	
Selada de fruta	501 Latas	17\$90	8.967\$90	
Sopas liof	125,7 Kgs	55\$40	6.963\$80	
Tomate enlatado	140 Latas	13\$20	1.848\$00	
Vinagre	176 Litros	7\$10	1.256\$70	
Vinho	246 Litos	12\$10	2.964\$50	
TOTAL:			519.324\$20	

IMPORTA ESTA RELAÇÃO EM QUINHENTOS E DEZANOVE MIL, TREZENTOS E VINTE E QUATRO
 ESCUDOS E VINTE CENTAVOS.

Quartel em S.P.M. 0394, 2 de Outubro de 1974

O COMANDANTE

Fernando Augusto Castilho P. Ferro
 M.J. DE INF.

DESCLASSIFICADO
 POR INDECISÃO
 POSTO
 LÍBDA. A.M.N.

ANEXO "W" AO RELATÓRIO DE AÇÃO Nº 01/74
BATALHÃO DE CAÇADORES Nº 5013

C.C.S.

RELAÇÃO DE MUNIÇÕES EM PAIOL, QUE FICARAM NO ESTACIONAMENTO DE NANGADE
POR IMPOSSIBILIDADE DE TRANSPORTE:

BA1.03-GM DEF.....	150
BA2.03-GM OF.....	220
BB3.01-GM LAC.....	20
-GM FUMO.....	210
-GM ARMADILHA.....	20
BC1.03-DILG.....	20
BC1.04-G.ESP.A/P 60mm.....	30
C1.02-GE MORT.6.....	10
C2.07 -GF MORT.8.....	20
C2.12 -GE MORT.8.....	200
E2.01 -G.L.FOG.A/C 8,9.....	45
GB1.08-CART. LUM/CANETA.....	470
-MINAS A/P DE SOPRO.....	613
-MINAS DE SOPRO E FRAGMENTAÇÃO.....	150
-MINAS A/P DE SALTO E FRAG.	60
-PETARDOS CILINDRICOS DE TNT DE Loog.....	60

ARTIFÍCIOS:

ADAPTADORES DE ESCORVAMENTO.....	300
ARAME DE TROPEÇAR (rolos de 25 metros).....	50
COEDÃO DETONANTE (m).....	50
CORDÃO LENTO (MEADAS DE 5mts).....	1
DISPARADORES DE DESCOMPRESSÃO.....	9
DISPARADORES DE PRESSÃO.....	15
LIGADORES DE DERIVAÇÃO p/CORDÃO DET.....	55

Quartel em S.P.M. 0394 2 de Outubro de 1974

O COMANDANTE INF

FERNANDO AUGUSTO CASTILHO P. FERRO
MAJOR DE INF

DESCLASSIFICADO
POR ORDEM DE:
CONFIDENCIAL

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Cap. II/Pág. 4

REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE CAÇADORES Nº.4241

HISTÓRIA DA UNIDADE

(Período de 07 de Novembro a 07 de Dezembro de 1972)



CAPÍTULO II - ACTIVIDADE NA RMM

No dia 08 de Novembro, passou a exercer as funções de Comandante de Companhia, o Sr. Ten. Milº. de Infª. Francisco Manuel L.M. de Andrade.

Em 09 e 13 de Novembro, são iniciadas operações respectivamente para as Serras Chicâmoa e Medezipa. Cada uma delas teve a duração de três dias e, no decorrer da primeira, foram referenciados vestígios e machambas na zona da Chicâmoa.

Em 14 do mesmo mês, foi lançada, na região da Chiboeia, uma operação de três dias que terminou sem resultados. Entre 16 e 19 decorreu, junto ao Rio Nhimbe, a Norte da Serra Camembere, uma operação durante a qual as nossas forças são flageladas com morteiro 82 sem consequências. Durante esta acção são destruídas três palhotas.

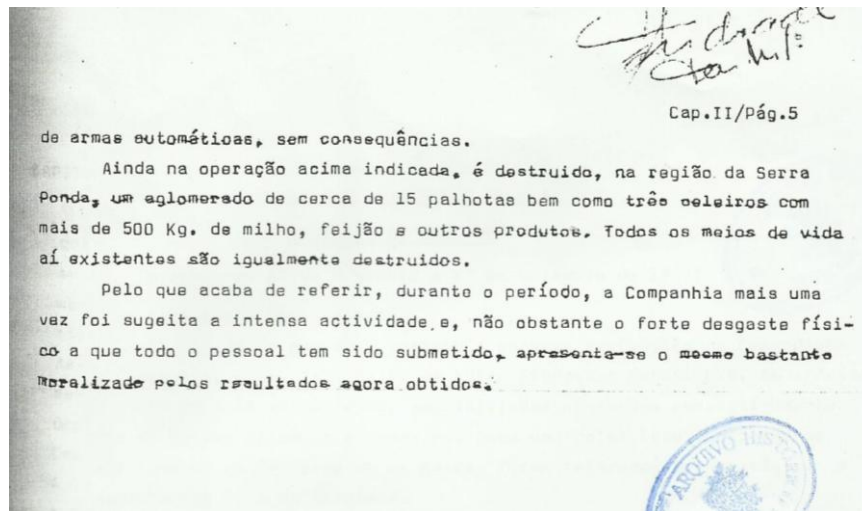
Entre 20 e 29 de Novembro, forças da Companhia são empenhadas na abertura do itinerário Chicoa-Chipera e, novamente Chipera-Chicoa-Machesso-Chipera.

No mesmo dia 20, é iniciada uma operação durante a qual, na região do Monte Chitosi, é destruído um aglomerado de 15 palhotas que, pela sua disposição, aparentava tratar-se de um Destacamento inimigo. São ainda destruídos dois celeiros, contendo mais de 500 Kg. de milho, feijão e amendoim. Além do já citado, destruíram-se variados meios de vida e encontrou-se um bloco de apontamentos e dois bilhetes-mensagem. No decorrer da acção as nossas forças são flageladas à distância com armas automáticas, sem consequências.

Em 28 de Novembro, no decorrer de uma operação de quatro dias, na região Norte da Serra Avalangara, explorando informações obtidas junto de um elemento capturado, pela mesma força, na manhã daquele dia, são recuperadas um total de 22 pessoas pertencentes a população controlada pelo inimigo. São ainda capturados dois canhangulos, destruídos meios de vida e seis palhotas.

No dia 02 de Dezembro, é estabelecida, por uma força de três grupos de combate, uma base táctica na picada Chiputi-Rio Nhimbe. Na deslocação para a mesma, é detectado e destruído um forninho composto por vários Kgs. de trotil reforçado com granadas de mão defensivas.

Durante a operação, as nossas forças, numa emboscada, recuperaram sete pessoas, pertencentes a população controlada pelo inimigo. No decorrer da acção, as nossas forças são flageladas por duas vezes, com rajadas



Actividade operacional e desenvolvimentos para a obtenção da paz em Cazombo, Calunda, Cavungo e Lumbala, onde permaneceram Capitães do Fim (A V. 4)

2182 10-100
Nº 3
no 3/1973
Cacadores. 4212

CRICO MILITAR

CAP. II/FASC. X-pág. 7
H.U./B. CAÇ. 4212/73

ram a OP. "DEMO 306", que constou de patrulha-
a região dos rios LUAMBO, CUOLA, LUTE e CALEM-
ias e terminou sem resultados.

- 1GC/FE iniciou a AC. "CINEMA/DERIVA 15", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região dos rios CHIMANO e CAULA, com duração de 6 dias e terminou sem resultados.
- 2GA/DFE 6, iniciaram a OP. "DELFIM 318 IE", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região dos MORROS DE CASSOMBO, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.
- 1GC/DEST. CAIANDA/CART. 3515, iniciou empenhamento na OP. "DAMÁSIO 18", protecção aos trabalhos da JAEA, no arranjo da picada CAIANDA-JIMBE.
- Esteve em CAZOMBO, o Chefe da Secção de Forças Auxiliares da ZML, acompanhado por um Adjunto, para tratar de assuntos de serviço.

18JUN74

- Foi realizada na Sede do Batalhão, uma reunião de Comandantes de Companhia do Sub-Sector.
- O 2º Comandante do Batalhão, deslocou-se à CALUNDA, para fazer inspecção administrativa à 2ª CCAÇ.
- O Capelão do Batalhão, deslocou-se ao CAVUNGO, para prestar assistência religiosa aos militares e a elementos da população, por um período de 2 dias.

19JUN74

- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUETO 42", que constou de patrulhamentos, na região dos rios LONGONHO e MUSSELA, com duração de 4 dias e terminou sem resultados.

20JUN74

- 1GC/FLECHAS/JIMBE, iniciou a AC. "ELITE/DAMASCO 17", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região da margem direita do R. ZAMBEZE, desde a povoação de JIMBE até ao R. CHAMBA, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.

21JUN74

- 2GC/TIGRE/FIEIS, iniciaram a OP. "DROP 3", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região dos rios LUTE, MÚNUA e LUNACHE, com duração de 6 dias e terminou sem resultados.
- 2GC/TIGRE/FIEIS, iniciaram a OP. "DESBASTE 7", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região dos rios LUXIMBA, LUFUIGE e CALUPEMBA e MORROS CAMALEGE, com duração de 6 dias. Durante a operação foram encontrados vestígios e um trilho, de um grupo de 10 elementos In.
- O GE 301, iniciou a AC. "DANTE 26", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região dos rios UOLO e LUANGAGE, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.

22JUN74

- Grupo In não estimado, flagelou durante 50 minutos, a partir de 3 bases de fogo, os aquartelamentos da 1ª CCAÇ (LUMBALA NOVA) e da CCAÇ. 4149 (LUMBALA VELHA), com Mísseis 122mm, Morteiro 82mm, Morteiro 60mm, Lança Granadas Foguete RPG-7, Metralhadoras Ligeiras, e Espingardas Automáticas Como consequências, apenas houve a registar a queda de 1 Alferes, quando orientava o seu grupo de combate para a reacção, que lhe provocou uma lesão num pé.
- 1 EQ/FLECHAS/JIMBE, que andava a fazer um patrulhamento, encontrou 1 Esp. SIMONOV abandonada à cerca de 3 meses.



CAP. II/FASC. XI -pág. 5
H.U./B. CAÇ. 4212/73

- 2GC/1ª CCAÇ, renderam os 2GC/CCAÇ. 4149 empenhados na escolta ao MVL semanal LUMBALA-TEIXEIRA DE SOUSA-LUMBALA (OP. "DESPETAR")

07JUL74

- 2GC/CCAÇ. 4149, iniciaram a OP. "DUCHE 14", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região da picada do MARCO 1 e dos rios CASOMBO e LUMBALA, com duração de 4 dias e terminou sem resultados.
- Realizou-se em CAZOMBO, uma reunião de informação e esclarecimento político, a que estiveram presentes a Comissão local do M.F.A., o Adjunto do Administrador, Delegados e alguns Professores primários e cerca de 150 jovens de CAZOMBO e arredores.
- O Médico do Batalhão, deslocou-se à CALUNDA, para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

08JUL74

- Uma viatura BERLIET, empenhada na OP. "DAMÁSIO 18", quando executava uma deslocação ao JIMBE, foi emboscada a cerca de 12 Km desta povoação, por um grupo In estimado em 60 elementos, que actuou com Morteiro 60, Lança Granadas Foguete, Metralhadora ligeira e Espingardas Automáticas, durante cerca de 30 minutos, provocando 6 feridos graves (1 Of), um dos quais veio a falecer, 4 feridos ligeiros (1 Of), a captura de 5 armas G-3, 1 arma FN, 1 Morteiro 60, 4 Emissores/Receptores TR-28, 1 Emissor/Receptor MARCONI, 1 antena dipolo, danos à BERLIET, que foi incendiada, danos em armamento, danos num grupo de carga PROTOM e noutro material diverso e o extravió de material diverso. Na reacção, foram capturadas ao In 2 Granadas de mão e 2 de L.G.F.
- Realizou-se em CAZOMBO, uma reunião de informação e esclarecimento político, a que estiveram presentes o 2º Comandante do Batalhão, o Administrador, a Comissão local do M.F.A., um delegado dos professores primários e todos os comerciantes do CAZOMBO.

09JUL74

- 1GC/1ª CCAÇ, iniciou a AC. "DÉBITO 40", que constou de protecção descontinua e picagem, ao longo do itinerário LUMBALA-CHILOMBO, com duração de 4 dias e terminou sem resultados.
- 2GC/LEAIS, iniciaram a OP. "DIÁLOGO 36", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região do R. LUIZAVO e da picada CHIBUICA, com duração de 7 dias e terminou sem resultados.
- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUETO 44", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região da LAGOA CHIUOSO, com duração de 4 dias e terminou sem resultados.
- 2GA/DME 6, iniciaram a OP. "DELFTIM 319/IE", que constou de patrulhamento fluvial do R. LUENA, desde CHILOMBO até ao R. MAVUNDA e patrulhamentos apeados e emboscadas nas suas margens, com duração de 5 dias. Durante a operação foi detectada e afundada uma canoa.
- 1GC/3ª CCAÇ, cessou reforço temporário à Sede do Batalhão.
- Realizou-se em CAZOMBO, no Quimbo SACAMOENGO, uma reunião de informação e esclarecimento político, a que estiveram presentes a Comissão local do M.F.A., o Adjunto do Administrador, um delegado dos professores primários e a população do Quimbo.
- O Médico do Batalhão, deslocou-se à CAIANDA e ao JIMBE, para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

10JUL74

- 1GC/CCAÇ. 5044, iniciou a AC. "DAMÃO 300", que constou de patrulhamento de reconhecimento, à região dos rios CAMBULO e GUENENE, com duração de 2 dias e terminou sem resultados.



CAP. II/FASC. XI -pág.9
H.U./B.CAÇ.4212/73

- O GE 302, iniciou a AC."DIAMANTE 67", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região da nascente do R.MACONDO e seu curso até ao R.CHISSAMBA, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.
- 1GC/CCAÇ.5044, iniciou a AC."DAMÃO 61", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região fronteiriça com o ZAIRE, desde CAIANDA até à nascente do R.LUACHE e margem direita do R.LUACHE até ao R.CAIANDA, com duração de 4 dias e terminou sem resultados
- Realizou-se no LUNACHE, uma reunião de informação e esclarecimento político, em que estiveram presentes a Comissão do M.F.A. de CAZOMBO, o Adjunto do Administrador, um delegado dos Professores primários e a população do LUNACHE.
- 1 GC (REF)/DEST.JIMBE/CCAÇ.5044, iniciou a AC."DANAR 31", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região dos rios MURILEGE e ZAMBEZE, com duração de 4 dias. Durante a acção, foram ouvidos tiros de arma automática, que se supõe terem sido dirigidos ao grupo de combate, pelo que o mesmo reagiu com Esp.Aut.G-3, Metralhadora ligeira e Morteiro 60, sem resultados. Em toda a região percorrida, foram encontrados vestígios recentes de presença de grupo In, estimado em cerca de 50 elementos.

27JUL74

- Um grupo do ELNA, estimado em cerca de 40 elementos, emboscou as duas primeiras viaturas (BERLIET'S) da escolta ao MVL LUMBALA-TEIXEIRA DE SOUSA, a cerca de 8 Kms da última localidade, actuando com Armas Automáticas, Metralhadora ligeira, Morteiro 60 e Lança ROCKET'S, tendo provocado 5 mortos e 10 feridos as NT, 1 morto e 1 ferido em elementos civis, danos numa das viaturas, em armamento e material diverso e o extraviu de material diverso. Na reacção, as NT provocaram ao In vários feridos e a captura de vários carregadores de KALASHNIKOV com munições, 3 Granadas de ROCKET, e 4 Granadas de Morteiro 60.

COMENTÁRIO: As baixas sofridas, foram consequência da deflagração de 1 Granada de ROCKET que caiu em plena viatura logo no início da flagelação, apanhando as NT de surpresa. O In, tentou por várias vezes o assalto à primeira viatura, não o conseguindo devido à forte reacção do pessoal da segunda viatura que estava em condições.

- O Médico do Batalhão, deslocou-se ao CAVUNGO, para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

28JUL74

- 1GC/1ªCCAÇ, iniciou a AC."DÉBITO 44", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região dos rios LUTE, MUNUA, LUFUIGE e NHAMBOMA, com duração de 4 dias e terminou sem resultados.
- O Médico do Batalhão, deslocou-se ao MASSIBI para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

30JUL74

- 1GC/EDGRE/FIEIS + 1GC/CCAÇ.4149, em reforço temporário à Sede do Batalhão, iniciaram reforço à OP."DESPERTAR"(Escolta ao MVL semanal LUMBALA-TEIXEIRA DE SOUSA-LUMBALA), para recuperarem a viatura danificada na emboscada do dia 27 e reforçarem a próxima escolta ao MVL, no regresso a LUMBALA.
- Realizou-se na Sede do Batalhão, uma reunião dos Comandantes de Companhia do Sub-Sector.

31JUL74

- Uma viatura, duma coluna da CCAÇ.5044 que se deslocava da CAIANDA ao CAVUNGO, teve um acidente de viação de que resultaram 1 ferido grave, que veio a falecer e 4 feridos ligeiros.

CAP. II/PASC. XII-pág. 6
H.U./B.CAÇ. 4212/73

- 2GC/TIGRE/FIEIS, iniciaram a OP. "DEMO 10", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região dos rios LUAMBO, CUOLA, LUTE e CALEMBA, com duração de 8 dias e terminou sem resultados.

14AGO74

- 1GC/1ª CCAÇ, iniciou a AC. "DÉBITO 47", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região dos rios LUXIMBA, CAJILA e CABANDA, com duração de 4 dias e terminou sem resultados.
- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUNA 11", que constou de patrulhamento e picagem ao longo do itinerário LUMBALA-CHILOMBO, com duração de 3 dias e terminou sem resultados.

15AGO74

- O GE 303, iniciou a AC. "DRAMA 29", que constou de patrulhamentos e emboscadas, na região ao longo do R. MUAGO, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.

17AGO74

- 2GC/TIGRE/FIEIS, terminaram a OP. "DAMÁSIO 18", protecção aos trabalhos da JAEB no arranjo da picada CAVUNGO-CAMA FÁ FUA-CAIANDA-JIMBE.

19AGO74

- O GE 302, iniciou a AC. "DIABO 343", que constou de patrulhamentos, na região entre os rios CHIFUA e LUPEU, com duração de 3 dias e terminou sem resultados.
- O Médico do Batalhão, deslocou-se ao JIMBE, para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

20AGO74

- 2GC/TIGRE/FIEIS, iniciaram a OP. "DROP 7", que constou de patrulhamentos ofensivos e emboscadas, na região dos rios LUNACHE, MUNUA e LUTE, com duração de 8 dias e terminou sem resultados.

21AGO74

- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUNA 12", que constou de patrulhamento e picagem, ao longo do itinerário LUMBALA-CHILOMBO, com duração de 3 dias e terminou sem resultados.
- O Médico do Batalhão, deslocou-se à CAIANDA para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

22AGO74

- Um grupo de 5 elementos do MPLA, facção A.NETO, constituído pelo Comandante "ORLOG", responsável pela parte militar do Saliente de CAZOMBO, pelo Comandante de Esquadrão "SER FIEL", por 2 Comissários Políticos e por 1 outro oficial, todos da Base de KALOMBO, efectuaram conversações em LUMBALA NOVA, com o Comandante Interino do Batalhão, a que estiveram presentes mais 4 oficiais das NT. Neste encontro, foi acordado o cessar de hostilidades, no Saliente de CAZOMBO, o que aliás disseram os elementos do MPLA já terem posto em prática após o histórico discurso do Presidente da República Portuguesa, General Spínola, do dia 27JUL74, em que reconheceu o direito à Independência dos Territórios Ultramarinos. O grupo do MPLA, que era constituído ao todo por 40 elementos, permaneceu na LUMBALA 3 dias, durante os quais conviveram intimamente com os militares da 1ª CCAÇ, tendo-lhes sido fornecido inclusivamente comida e dormida.

23AGO74

- 2GC/TIGRE/FIEIS, alternando em períodos de 15 dias com 2GC/LEAIS, iniciaram a OP. "DAMÁSIO 306", que constou de protecção aos trabalhos da JAEB, no arranjo da picada CALUNDA-LÓVUA, com duração indeterminada.

CAP. II/FASC. XIII-pág. 5
E. U. /E. CAÇ. 4212/73

Chefe de Secção "NJAMBA" e pela Enfermeira "ISABEL".

Disseram, já ter procedido a desminagem de todas as picadas e trilhos da área de sua responsabilidade.

No final, houve confraternização, entre as NT e os referidos elementos.

Era pretensão deste grupo, contactar com o Comandante da Companhia em CAIANDA pelo que retiraram para a ZÂMBIA para pernoitar, ficando de regressar no dia seguinte.

- 1GC/3ª CCAÇ, passou a reforçar a escolta ao MVL semanal LUMBALA-TEIXEIRA DE SOUSA-LUMBALA (OP. "DESPERTAR").
- O Comandante Interino do Batalhão, deslocou-se ao CAVUNGO para visita.

16SET74

- O grupo do MPLA, que havia estado no JIMBE, no dia anterior, voltou a contactar o Destacamento com intenção de obter autorização e transporte para se deslocarem à CAIANDA para contactar com o Comandante de Companhia. Foi acordado deslocar 15 elementos, que foram escoltados por NT e FLECHAS. Chegadas a CAIANDA, houve uma refeição durante a qual expuseram o seu ideário: LUTA CONTRA COLONIALISMO, NEO-COLONIALISMO, IMPERIALISMO, RACISMO, TRIBALISMO, ACEITAÇÃO DE BRANCOS PARA FUTURO DE ANGOLA.
- No final, houve confraternização entre os referidos elementos as NT e a população a quem disseram para respeitar as NT, por já terem sido elas a defendê-los e exortaram-a a trabalhar mais e a mandar as crianças à escola.
- Realizou-se em CAZOMBO, no Quimbo CHAVUMA, uma reunião de informação e esclarecimento a que estiveram presentes o Oficial de Acção Psicológica do Batalhão, o Adjunto do Administrador, um Interpretre e bastante população.
- O Médico do Batalhão, deslocou-se à CAIANDA para prestar assistência sanitária a militares e a elementos da população.

17SET74

- O GE 303, iniciou a AC. "DRAMA 32", que constou de patrulhamento ao longo do R. MUACO, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.
- 2GC/TIGRE/FIEIS, iniciaram a OP. "DEMO 14", que constou de patrulhamentos na região dos rios LUAMBO, CUOLA, LUTE e CALEMBA, para protecção ao itinerário LUMBALA-LUNACHE, com duração de 7 dias e terminou sem resultados.
- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUETO 54", que constou de patrulhamento de reconhecimento ao longo da picada SOUSSALO, com duração de 2 dias e terminou sem resultados.
- Realizou-se em CAZOMBO, no Quimbo CHIPOIA, uma reunião de informação e esclarecimento político a que estiveram presentes o Oficial de Acção Psicológica do Batalhão, o Adjunto do Administrador, um Interpretre e bastante população.

18SET74

- Na LUMBALA NOVA, foi efectuado um contacto para conversações, entre o 2º Comandante do Batalhão e uma delegação do MPLA, constituída por 15 elementos e chefiada pelo Comissário Político "LIBERDADE POVO ANGOLA" e um Oficial de Operações duma Coluna da Base de KALOMPO.
- Realizou-se em CAZOMBO, no Quimbo S. BENTO, uma reunião de informação e esclarecimento político, a que estiveram presentes, o Oficial de Acção Psicológica do Batalhão, o Adjunto do Administrador, um interpretre e bastante população.

11OUT74

- Foram realizadas reuniões de esclarecimento, em todas as Sub-Unidades do Batalhão, sobre a situação política do momento e o papel a desempenhar pelo M.F.A.

12OUT74

- 2GC/TIGRE/FIEIS, iniciaram a OP. "DEMO 19", que constou de patrulhamentos na região dos rios LUAMBO, CUOLA, LUTE e CALEMBU, para protecção ao itinerário LUMBALA-LUNACHE, com duração de 6 dias e terminou sem resultados.
- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUETO 58", que constou de patrulhamento de reconhecimento, ao longo da margem esquerda do R. ZAMBEZE, para Sul de CHILOMBO, com duração de 2 dias e terminou sem resultados.
- Os dois elementos da UNITA, que se encontravam em CAZOMBO, partiram para TEIXEIRA DE SOUSA.

14OUT74

- Foi estabelecido contacto rádio entre a Sede do Batalhão e o Estado Maior do MPLA, em que estes indicavam que a sua delegação para conversações oficiais com o Governo Português sobre a cessar de hostilidades, seria constituída pelo Presidente AGOSTINHO NETO, pelos Membros do Conselho Supremo da Defesa CARREIRA e TONHA, pelo Membro do Bureau Político LOPES LUDY, pelo Membro do Estado Maior PAULO SILVA e outros acompanhantes, pediam a constituição da delegação do Governo Português e propunham o dia 21OUT74 para sua realização.
- 1GC/CCAÇ. 4149, iniciou a AC. "DUETO 59", que constou de patrulhamento de reconhecimento, ao longo da picada SOUSSALO, com duração de 3 dias e terminou sem resultados.

15OUT74

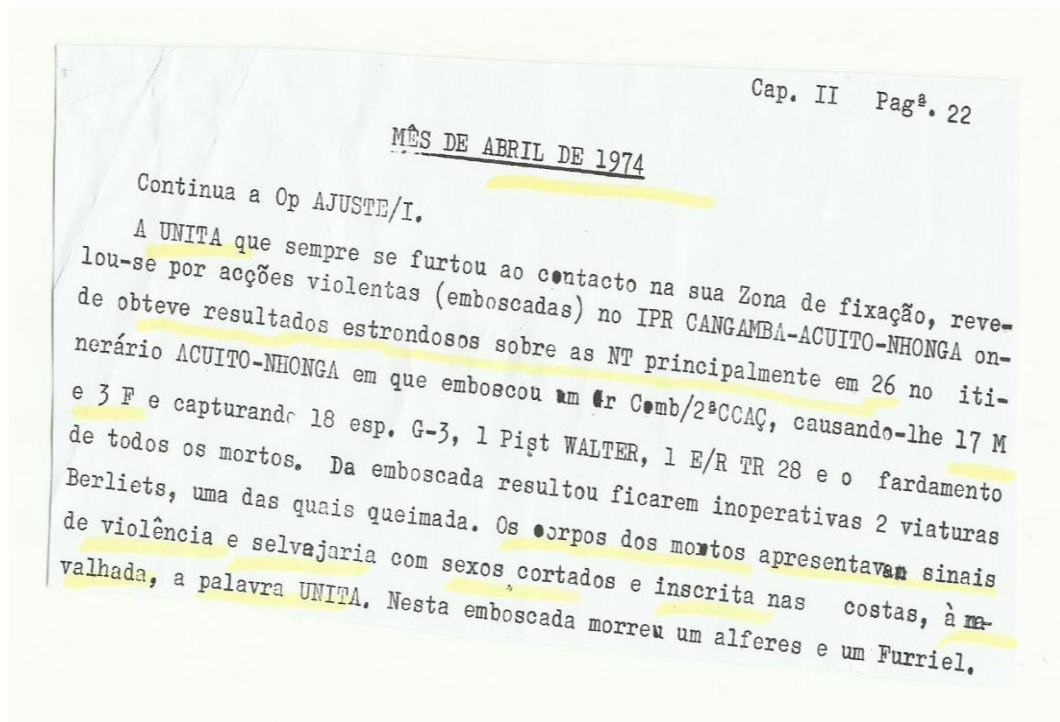
- Por acordo em KINSHASA, entre uma delegação do Governo Português e outra da FNLA, foram suspensas a partir desta data, todas as acções de hostilidades com a FNLA.
- Um elemento da população de LUMBALA, contactou amistosamente na região do R. LUENA, com um grupo de 2 elementos do MPLA armados e 18 elementos da população refugiada na ZÂMBIA, que se dedicavam à pesca e caça, ficando a pescar e a caçar juntos.
- O GE 303, iniciou a AC. "DRAMA 35", que constou de patrulhamentos, na região do R. MUACO, com duração de 5 dias e terminou sem resultados.

16OUT74

- Foi estabelecido um contacto rádio entre a Sede do Batalhão e o Estado Maior do MPLA, em que se indicou que a constituição da delegação Portuguesa às conversações oficiais sobre o cessar de hostilidades seria a seguinte: Comodoro LEONEL CARDOSO Membro da Junta Governativa de ANGOLA que presidiria, Brigadeiro MACEDO Comandante da ZML, Major EMILIO SILVA Membro da Junta Governativa de ANGOLA, Dr. AUGUSTO ALMEIDA Ministro Sem Pasta do Governo de ANGOLA, Eng. PERES AMARAL Ministro da Agricultura de ANGOLA, Major PEZZARAT CORREIA Membro do Gabinete do M.F.A. e Major MANO SOARES Oficial do Estado Maior da ZML. Foram ainda indicados como alternativas para o local de encontro, o troço de picada entre os rios CHISSAMBA e LUXIMBA, no itinerário LUMBALA-CARIPANDE e o troço LUCUSSE-MAVUNDA, no itinerário LUMBALA-LUCUSSE.

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

**A grande emboscada da UNITA a uma Companhia de um Capitão do Fim
(A V. 5)**



[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Abandono do quartel de Malanje onde estavam *Capitães do Fim* (A V. 6)

ANTHONY BELD

CONFIDENCIAL

N.º 442-8.º 09.00
Em _____ de _____ de 1975

Exemplar n.º 2
B.ART. 6323/73
LUANDA
0908000AG075
LM 80

RELATÓRIO DOS INCIDENTES QUE LEVARAM AO ABANDONO DO QUARTEL DE MALANJE

1. **FINALIDADE**
Condensar num único documento todos os factos, mensagens e comunicados relativos aos incidentes de MALANJE e à vida do B.ART. 6323/73 de 24JUL75 a 08AGO75 de modo a que, sobre ele, possam ser dados os despachos extraordinários que a situação de emergência vivida exigem.

2. **ANTECEDENTES**
Em 21JUL75 haviam seguido em serviço para LUANDA o Comandante de Sector e Governador do Distrito, Sr. Coronel BASTOS PINTO, e o Comandante do B.ART. 6323/73 (Sr. Tenente Coronel MACHADO DA SILVA). O primeiro para participar na Assembleia do MPA e o segundo para resolver problemas urgentes do regresso do Batalhão a PORTUGAL pelo que ficou encarregado do Governo e a Comandar de facto o Batalhão o Major JORGE VIEIRA DE BARROS E BASTOS.
Em MALANJE a situação entre os M.L. vinha-se deteriorando especialmente pelas sucessivas quebras dos acordos que, a nível local, os três M.L. iam cometendo e a que as N.T. eram incapazes de pôr cobro por falta de poder dissuasor; assim, a actuação das N.T. resumia-se a uma acção mediadora entre todos e a denunciar as "quebras de acordo" que se iam verificando, deslocando-se aos locais de conflito acompanhadas pelos responsáveis dos M.L. para evitar o alastramento dos mesmos.
Embora estejamos convictos de que foram as declarações generalizadas de guerra feitas, ou aceites pelos Presidentes da FNLA e MPLA que estiveram na origem das confrontações, efectivamente o pretexto da sua deflagração em MALANJE deve-se aos incidentes de CACULAMA com início em 22JUL75 que passamos a descrever:
Em 21JUL75, após as confrontações havidas no Distrito de LUANDA entre o MPLA e a FNLA criou-se em XÁ-MUTEBA uma forte tensão entre os M.L. que levou a FNLA a "receber" todas as armas do Posto Policial local. Em 22JUL75 foi acordado que uma Força Mista das N.T. e F.L. se deslocassem a XÁ-MUTEBA acompanhando um Cmdt. da FNLA para tratar da devolução das armas ao C.P.A.. Quando a Força pelas 221530JUL75 passava por CACULAMA encontrou forte tensão entre o MPLA e a FNLA aparentemente causada pelo incidente de 21JUL75 em XÁ-MUTEBA e tendo por causa próxima a prisão de um suposto militante do MPLA preso num bar pela FNLA por ofensa pública ao seu Presidente. O Sr. Alferes SOUSA, comandante da Força, conseguiu sanar o incidente fazendo libertar o preso e pediu aos Cmdt's locais dos M.L. que se abstivessem de quaisquer actos belicistas até ao seu regresso de XÁ-MUTEBA. Pelas 222200JUL75 quando a Força regressava de XÁ-MUTEBA a MALANJE, transportando consigo diversas dezenas de feragidos dos acontecimentos de LUANDA, encontrou em CACULAMA forte tiroteio que começara pelas 222000JUL75; tentou então o Alferes SOUSA acalmar a FNLA enquanto o Furriel CARVALHO se deslocou para o MPLA com a mesma finalidade mas este teve que seguir para MALANJE sob pressão de insultos e ameaças de tiros que o MPLA lhe dirigiu deixando junto à FNLA as Forças que se encontravam com o Alferes SOUSA. Em 23JUL75 como as confrontações em CACULAMA se mantivessem o Alferes SOUSA retirou para o QUELA e dali foi retirado para MALANJE por MONTALEGRE, BELÓ HORIZONTE, BRITO GODINS, COTA, LOMBE - MALANJE.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM 80 (B.ART. 6323/73)

PÁG. 2 de 9 PÁGS.

No próprio dia 23JUL75 procedeu-se no Quartel das N.T. a uma reunião com os dirigentes do MPLA (Políticos) e FNLA (Políticos e Militares) no sentido de abrir o itinerário em CACULAMA; foram feitos vários protestos de que se iam ali acabar as confrontações mas tanto o Delegado do MPLA (Cmdt. CANHANGULO) como o Delegado da FNLA (Cmdt. MOYO) se recusaram a ir a CACULAMA no dia 23JUL75 propondo-se seguir para ali em 24JUL75 de manhã o que também não aconteceu por falta do Delegado do MPLA. Na manhã de 24JUL75 o Cmdt. EVA-DI (1º coordenador do MPLA no Distrito), visitou o quartel das N.T. informando que ia "pôr a cidade a fogo e arrasar tudo" porque o Cmdt. MOVIMENTO que ele mandara ir a CACULAMA abrir o itinerário se encontrava gravemente ferido (viria a morrer na tarde desse dia) por ter caído numa emboscada da UNITA na área de CAMBONDO e porque a FNLA tinha morto nesse dia, afogado no rio, dois militantes do MPLA que prenderam na véspera e que negara tê-lo feito. Procurou o Comando acalmar a exaltação mas ...

3. DOS ACONTECIMENTOS EM MALANJE

- a) Pelas 241500JUL75 o Quartel da FNLA da CATEPA foi flagelado por tiros de armas automáticas vindos de uma base do MPLA da área da Vila Matilde. A pouco e pouco o tiroteio generalizou-se a todos os arredores da cidade sendo utilizadas armas automáticas, pesadas e morteiros. Em 242100JUL75 reventou forte tiroteio no CACUSO que se manteve durante dois dias até extinção da FNLA.
- b) Pelas 250015JUL75 por iniciativa das N.T. conseguiu-se uma conferência telefónica em que participou o Cmdt. ZEFERINO (pela FNLA), o Cmdt. CANHANGULO (pelo MPLA), Engº. CATALAIO (pela UNITA) e o Major BARROS E BASTOS (pelas N.T.) em que foi acordado realizar uma reunião no Quartel das N.T. em 250700JUL75, depois dos Comds conseguirem controlar o pessoal disperso. Pelas 250600JUL75 o tiroteio intensificou-se informando pelas 250800JUL75 o MPLA que não consegue contactar os seus Destacamentos pelo que a reunião programada não se realiza. O tiroteio manteve-se intenso todo o dia abrandando pelas 251900JUL75 parecendo que a FNLA domina em toda a cidade e o MPLA abandona posições. Em 250930JUL75 a FNLA desarma o C.P.A. levando armas e munições, tendo os elementos do C.P.A. refugiado-se no Quartel das N.T. acompanhados por muito pessoal civil. Mais tarde a UNITA retira as viaturas restantes que se encontravam no Comando Distrital do C.P.A.. Ao fim do dia encontravam-se no Quartel das N.T. cerca de 300 refugiados na sua maioria elementos Africanos afectos ao MPLA e europeus que desejam seguir para o Sul via terrestre. As bombas de combustível (gasóleo e gasolina) não voltam mais a funcionar.
- c) Durante a noite de 25JUL75 para 26JUL75 houve tiroteio esporádico durante toda a noite intensificando-se a partir das 260200JUL75 tendo-se generalizado a toda a cidade com utilização de armas pesadas acalmando cerca das 261830JUL75. Pelas 260930JUL75 conseguiu-se nova conversação telefónica entre o Cmdt. ZEFERINO (FNLA), o Cmdt. CANHANGULO (MPLA), o Engº. CATALAIO (UNITA) e Major BARROS E BASTOS tendo sido marcada uma reunião para as 261200JUL75 no Quartel das N.T.. Pelas 261245JUL75 compareceu apenas a FNLA e a UNITA não se conseguindo contactar com os dirigentes do MPLA. Feito a apela rádio aos dirigentes do MPLA estes informaram pelas 261600JUL75 que não podiam aceitar o cessar-fogo. Pelas 262130JUL75 aparentemente a cidade era dominada pela FNLA. Encontravam-se já refugiadas no Quartel das N.T. cerca de 800 pessoas das quais 200 tinham transporte próprio e pretendiam seguir para o sul.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM 80 (B.ART. 6323/73)

PÁG. 3 de 9 PÁGS.

O número total de feridos graves e mortos na cidade devia então já ultrapassar os mil.

- d) Na noite de 26JUL75 para 27JUL75 verificou-se nova intensificação de tiroteio abrandando pela madrugada. Pelas 22h00JUL75 estabelecido contacto telefónico do Major BARROS E BASTOS com o Cmdt. CANHANGULO (MPLA) e iniciativa deste e combinado contacto pessoal com o Cmdt. EVA-01 (MPLA) que se realizou pelas 27h00JUL75 com a presença do Capitão CURTO; posteriormente realizou-se uma conferência telefónica entre o Cmdt. ZÉFERINO (FNLA), Cmdt. CANHANGULO (MPLA) e Major BARROS E BASTOS em que é combinada uma trégua de 24h para as N.T. levantarem mortos e feridos e repararem os sistemas de água e luz da cidade bem como permitir o abastecimento das N.T. via aérea. Apenas se conseguiram levantar os mortos na cidade - asfalto porquanto quando as ambulâncias penetraram nos bairros limítrofes foram atiradas e impedidas de cumprirem ali a sua função. Pelas 27h45JUL75 aterraram no aeroporto doze aviões NORD que levaram mantimentos para as N.T. e refugiados tendo a segurança da pista sido garantida pelo MPLA com a concordância dos restantes M.L. e o transporte e recolha garantidos pelas N.T.. Contudo pelas 27h45JUL75 balas perdidas caíram no aeroporto tendo uma das aeronaves sido atingida e um tripulante sido ligeiramente ferido. Durante todo o dia manteve-se o tiroteio generalizado de armas ligeiras e pesadas tendo abrandado cerca das 27h00JUL75. Os refugiados no Quartel aumentaram para cerca de 1.500. Os três M.L. opõem-se à saída dos refugiados para o sul, por considerarem um crime político o abandono da cidade. As N.T. com a anuência dos danos, recolhem combustível nas entidades partidárias especialmente dos depósitos da COTONANG.
- e) Durante o dia 28JUL75 manteve-se a trégua generalizada havendo apenas tiroteio esporádico. Pelas 28h15JUL75 a FNLA e o MPLA concordam com a evacuação para o sul dos refugiados que na altura se encontravam no Quartel das N.T. e suas imediações desde que essa evacuação se fizesse sob a exclusiva responsabilidade e iniciativa do EXERCITO PORTUGUÊS. O MPLA aconselha o itinerário MALANJE - SALAZAR - DONDO mas o Comando do Batalhão pelas conversas havidas pensa que se trata de hipotecar as N.T. contra a FNLA na luta que ao tempo está travada em LUCALA com o MPLA pelo que não aceita esse itinerário e pede às 28h15JUL75 reforços em pessoal para fazer essa evacuação via ponte da CUANZA. Pelas 28h16JUL75 a UNITA abandonou a cidade tendo-se dirigido à ponte da CUANZA com todos os seus militares (cerca de 200), funcionários civis e suas famílias. Pelas 28h18JUL75 a população europeia em pânico devido aos roubos praticados pelos ELNA e aos boatos de que o poder popular invadiria a cidade refugiou-se no Quartel das N.T.. A cidade fica sem telefones por abandono dos funcionários que desde o início das confrontações eram apoiados por pessoal das N.T.. Pelas 28h30JUL75 calculam-se em 6.000 o número de refugiados dentro dos muros do Quartel das N.T., havendo um grande número nas suas imediações. As N.T. continuaram durante todo o dia sob tiros esporádicos e recolha de generos e combustíveis cedidos gratuitamente pelos civis refugiados no Quartel. Continuaram ainda os levantamentos possíveis de cadáveres.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM 80 (B-ART. 6323/73)

PÁG. 4 de 9 PÁGS.

- f) Na noite de 28/29JUL75 verifica-se tiroteio durante toda a noite por vezes muito intenso com utilização de armas pesadas; durante o dia apenas há tiros esporádicos. Em 291100JUL75 obtido acordo do MPLA e depois da FNLA para evacuar os civis da cidade via PONTE DO CUANZA. Pelas 291400JUL75 seguiu para MUSSENDE uma coluna de 180 viaturas, na sua maioria transportando mulheres e crianças, escoltada por tropas do Batalhão, num incidente ocorrido com um "controle popular" na área de CANGANDALA, chocam duas viaturas ficando gravemente feridos dois civis evacuados e os N.T. viram-se obrigados a abrir fogo tendo abatido 4 elementos armados; um dos civis feridos veio mais tarde a falecer na enfermaria do Quartel. Na tarde de 29JUL75 iniciou-se o saque generalizado no centro da cidade por elementos do ELNA que inutilizam a aparelhagem do Rádio Club de MALANJE. Em 291430JUL75 chegaram a MALANJE via Helio o Governador do Distrito Cero-nel BASTOS PINTO e o Comendante do B-ART. 6323/73 Tenente Coronel MACHADO DA SILVA.
- g) Durante o dia 30JUL75 apenas se verificaram tiros esporádicos. Continuou o saque no centro da cidade pelo ELNA e dos seus arredores pelo povo a que as FAPLA aparentemente se opõem. Pelas 301000JUL75 seguiram para MUSSENDE escoltadas por tropas do Batalhão 400 viaturas. Pelas 301200JUL75 chegou a MALANJE a Companhia/BCAV. 8325 que trouxe consigo combustível e rações de combate. Pelas 301300JUL75 seguiram para a PONTE DO CUANZA 600 viaturas escoltadas por tropas do B-CAV. 8325. Pelas 301500JUL75 seguiram para a PONTE DO CUANZA 800 viaturas escoltadas por tropas do B-CAV. 8325. Pelas 301600JUL75 seguiram para a PONTE DO CUANZA mais 600 viaturas escoltadas por tropas do Batalhão. Durante o dia entregaram-se no Quartel das N.T. 10 elementos das FAPLA que foram desarmados e seguiram para o sul numa das colunas de evacuados. Entregaram também as suas armas (duas G-3 e uma MAUSER) no Quartel das N.T. três elementos europeus que haviam sido armados pela FNLA e que desarmados seguem para o sul. Após as evacuações feitas permaneceram ainda no Quartel cerca de 800 refugiados que pretendem seguir para a LUNDA e CARMONA, além de um grupo que quer seguir para NOVA LISBOA mas que aguarda os familiares retidos em QUELA. Muitos combatentes do ELNA se integram nas colunas de viaturas que seguiram para o sul, sem que tivessem ido ao Quartel das N.T. pela que não foram identificados.
- h) Na noite de 30/31JUL75 verificaram-se tiros esporádicos com utilização de armas pesadas; durante o dia 31JUL75 apenas se verificaram tiros esporádicos de armas ligeiras. Seguiram para o sul cerca de 300 viaturas escoltadas pela Companhia/BCAV. 8325 que regressou a NOVA LISBOA. Pelas 312200JUL75 encontram-se no Quartel das N.T. cerca de 500 refugiados na maioria chegados na tarde do próprio dia. As 311600JUL75 falta a água na cidade. Consta-se que a Companhia Integrada 411, praticamente está desmembrada e apenas reduzida a uns 30 elementos oriundos da FNLA e uns 10 oriundos do MPLA tendo todos os outros desertado. Pelas 312200JUL75 os cinco Médicos (três militares e dois civis) existentes em MALANJE informam do perigo eminente do aparecimento de peste na cidade e são pedidas pelo Comando cerca das 312300JUL75 directivas à RMA.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM 80 (B.ART. 6323/73)

PÁG. 5 de 9 PÁGS.

- 17) Em 11/04/75 intensifica-se o tiroteio continuando a cidade sem água. Se com grande perigo conseguem as N.T. passar entre os contentores e por as bombas a funcionar por secas horas. A água imediatamente desaparece dos depósitos devido às inúmeras fugas por torneiras deixadas abertas nas casas abandonadas; a provávelmente por condutas rebentadas pelo tiroteio. O perigo de peste aumenta, segundo os Médicos, causado por inúmeros corpos inssepultos.
- Pelas 11/04/75 mais uma vez são pedidas directivas sobre a evacuação do Batalhão nomeadamente: a quem entregar o Quartel, destino do material de guerra das F.I., etc.
- Conseguido contacto com o Comando da RMA é decidido que a evacuação do Batalhão e o problema dos materiais fiquem ao critério do Comandante do Sector Sr. Coronel BASTOS PINTU.
- 1) Em 12/04/75 continuam as confrontações muito violentas entre a FNLA e o MPLA aumentando mais ainda o número de corpos inssepultos com o perigo de peste cada vez mais generalizada; o centro da cidade está praticamente esquecido pelo ELNA e os arredores pelo povo.
- Chegam ao Quartel das N.T. mais refugiados na sua maioria populações africanas que fogem das zonas de tiroteio, e o pessoal europeu das áreas de CACUSO e DUQUE DE BRAGANÇA transportados pelo MPLA até às frazeiras do nosso aquartelamento.
- Há proposta do MPLA para terminar a "guerra" desde que a FNLA se entregue no Quartel das N.T. onde os seus elementos seriam desarmados e o seu material entregue por nós ao MPLA, seguindo depois os elementos da FNLA para o sul sob custódia das N.T.; a FNLA faz a contra-proposta de entregar o material pesado dirigindo-se sob custódia das N.T., para a área do CAXITU - -QUALE onde lhes seria devolvido o armamento ligeiro pelas N.T.
- 1) Em 13/04/75 continuam as confrontações muito violentas especialmente durante a madrugada tendo sido conseguido pelas 13/04/75 reunir no Quartel das N.T. uma Delegação do MPLA e outra da FNLA para negociar a rendição desta; pelas 14/04/75 foi feita nova reunião e acordado pelas 16/04/75 o cessar-fogo nas seguintes condições:
- A FNLA entregar-se-ia no Quartel das N.T. a partir das 17/04/75 à civil por grupos de 50 elementos que entregariam as armas e material de guerra à nossa guarda. Depois de desarmados (calculava-se em 600 elementos) seguiriam para o Norte sob custódia das N.T. até ao CAXITO (1549.0845). Caso não fossem hostilizados todo o seu material e armamento seria entregue pelas N.T. ao MPLA depois do regresso da nossa coluna.
- Pelas 18/04/75 o cessar-fogo era efectivo em toda a cidade.
- Foram evacuados para a LUNDA sob custódia das N.T. até CACULAMA os refugiados (africanos) que se encontravam no Quartel das N.T. Foram recolhidos os refugiados que se encontravam na penitenciária da DÁMBA.
- m) Pelas 14/04/75 a FNLA quebrou o acordo e desencadeando forte tiroteio rompeu o cerco tendo em várias viaturas seguido via LOMBE, COTA e DUQUE DE BRAGANÇA tentando atingir o CAXITO, desconhecendo-se quantos ali chegaram. Pelas 14/04/75 entregou-se no Quartel das N.T., o Comandante ZEFERINO (FNLA) acompanhado de dois dirigentes políticos e de um elemento combatente europeu também todos da FNLA que foram desarmados.
- Pelas 12/04/75 as N.T. recolheram a pedido do Comandante ZEFERINO da FNLA e com a concordância do Comandante EVA-DI do MPLA a guarnição do Quartel da CERAMICA (FNLA-36 homens) e seu material que foi entregue ao MPLA pelas N.T..
- Evacuados para a PCNTE DO CUANZA todos os elementos civis que ainda se encontravam no aquartelamento das N.T. (180 viaturas na sua maioria vindas de QUELA e XÁ-MUTEBA).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM. 80 (B.ART. 6323/73)

PÁG. 6 DE 9 PÁGS.

n) Pelas 050630ZAGO75 com todo o pessoal do Batalhão formado foi arruada a BANDEIRA NACIONAL no Quartel das N.T. em MALANJE, tendo em seguida iniciado-se o movimento de regresso a LUANDA via PUNTE DO CUANZA, MUSSENDE, QUIBALA e DONDO. Com a coluna militar apenas seguiram três automóveis com civis chegados a MALANJE no próprio dia 05AGO75, além dos elementos da FNLA que se encontravam acilados no Quartel. No MUSSENDE os elementos da FNLA que em princípio deveriam seguir para LUAKDA pediram para seguir pelos seus próprios meios para NOVA LISBOA o que lhes foi autorizado.

4. DO DESLOCAMENTO DE MALANJE - LUANDA

Pelas 050630ZAGO75 o B.ART. 6323/73 abandonou MALANJE, por decisão do Exmo. Coronel Comandante do Sector, tendo atingido o CAMPU MILITAR DO GRAFANIL pelas 071230ZAGO75; preferiu-se utilizar o itinerário MALANJE - MUSSENDE - QUIBALA - DONDO - LUANDA em vez do itinerário mais curto MALANJE - SALAZAR - DONDO - LUANDA, a fim de garantir a segurança física dos elementos do ELNA que se haviam entregado às N.T. e que conosco viavavam e, especialmente, para evitar o muito provável hipotecamento das N.T. a favor de um dos M.L. contra o outro na área disputada QUIZENGA - LUCALA. A coluna era constituída por 75 viaturas das quais apenas 36 eram militares assim discriminadas:

- 2 BERLIET 6X6 GBA
- 5 BERLIET 6X6 GBC
- 8 BERLIET 4X4 GBC
- 3 MERCEDES BENZ
- 5 UNIMOG 404
- 1 AMBULANCIA UNIMOG 404
- 3 JEEP
- 1 LAND-RUVER
- 8 UNIMOG 411

Durante o percurso, ao Km. 87 da estrada QUIBALA - DONDO, houve um acidente tendo ficado destruídas e irrecuperáveis uma viatura civil, uma BERLIET 6X6 GBC e um JEEP que ali foram por isso abandonadas; no mesmo acidente ficaram feridos 7 militares que foram evacuados para o H.M.L.. Em virtude de uma avaria irreparável foi abandonada no Quartel das N.T. no DONDO a viatura BERLIET 4X4 MG-02-72.

5. DAS CONSEQUÊNCIAS DAS CONFRONTAÇÕES NA CIDADE DE MALANJE

a. Gerais

- (1) A cidade, abandonada por toda a população branca e preta que trabalhava ou vivia na área do asfalto, foi saqueada primeiro pelo ELNA e depois pelo povo apressado tendo-se os edifícios esvaziados de todo o seu conteúdo que foi pilhado ou destruído na sua quase totalidade.
- (2) Morte de milhares de pessoas na sua maioria africanas que, mantendo-se insepultas ainda quando o Batalhão abandonou a cidade, constituíam perigo de peste eminente (o B.ART. apenas conseguiu enterrar em vale comum de cerca de 100 metros, cobrir de cal viva ou queimar no local em que se encontravam, umas escassas contêneas de mortos).
- (3) Abandono do Distrito de MALANJE por todos os comerciantes que se abasteciam na cidade e que reabasteciam esta, além da quase totalidade dos europeus e pessoal africano do sul que trabalhavam no Distrito (só pessoal em meios de transporte auto que passou pelo Quartel das N.T. em MALANJE ultrapassaram os 6.000 havendo milhares de africanos que a pé se dirigiam ao sul).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM 80 (B:ART. 6323/73)

Pág. 7 de 9 PÁGS

- (4) Destruição total das estruturas administrativas oficiais do Distrito pela retirada dos últimos funcionários e técnicos que ainda se encontravam na cidade, e pelo quase total abandono dos funcionários administrativos do interior.
- (5) Destruição das estruturas policiais do Distrito pela fuga da quase totalidade do pessoal do Comando Distrital do C.P.A. (ficaram em MALANJE voluntariamente apenas 30 elementos policiais dali naturais que em suas casas desesperadamente se pedem vencimentos e instruções) e da maioria dos Postos Policiais do interior.
- (6) Destruição das estruturas judiciais pelo abandono e fuga dos últimos funcionários do Tribunal.
- (7) Destruição da frota rodoviária do Distrito pela fuga para o sul de milhares de viaturas (controladas pelas N.T. 3.CUD, mas no MUSENLE, até ao dia 15AGO75 haviam sido contadas mais de 4.000, sendo mais de metade viaturas mistas ou de carga).
- (8) Desorganização de Serviço Hospitalar da cidade pelo abandono de todos os Médicos e pela maioria dos enfermeiros especializados.
- (9) Desorganização dos C.T.T. da cidade, e por consequência do Distrito, pela fuga da quase totalidade dos seus funcionários.
- (10) Destruição das redes de T.S.F. que ligavam todo o Distrito (A.A. e CPA) pelo abandono dos operadores.

b. Das N.T.

- (1) Abandono antecipado do Quartel de Malanje, de cerca de 7 dias sobre a data prevista, a fim de fugir ao flagelo da peste decidido pelo Exmo. Comandante de Sector com o conhecimento da RMA.
- (2) Desaparecimento de um soldado, provavelmente morto, quando, contra o que se encontrava determinado e muito recomendado se deslocou em 31JUL75 à cidade buscar os bens de um refugiado; é cunhado de admitir ser possível que tenha seguido na coluna que nesse dia partiu para NOVA LISBOA onde residem familiares seus.
- (3) Ferimentos produzidos por balas perdidas em 7 militares nesta data já todos considerados livres de perigo.
- (4) Destruição das transmissões do G.E.I. cujo edifício foi atingido por estilhaços de morteiro em 26JUL75 tendo grande parte dos vidros sido partidos e posteriormente cortada a energia eléctrica que o alimentava.
- (5) Abandono de material diverso, nomeadamente de aquartelamento, cuja descrição é feita em anexo.
- (6) Destruição dos explosivos pertencentes ao C.P.A., que se destinavam a ser vendidos a civis, os quais foram enterrados bem como os detonadores a uma profundidade de 3 metros.
- (7) Gasto com a alimentação de desalojados em géneros comprados a pronto pagamento pelas N.T. ou requisitados aos órgãos de Intendência no valor total de 415.000\$60.
- (8) Gasto com a alimentação da Companhia Integrada 411/F durante o mês de JULHO85, que por ter sido desmembrada não pode liquidar o seu débito à CCS/BART. 6323/13 no valor de 198.060\$60.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM 80 (B.ART. 6323/73)

PÁG. 3 de 9 PÁGS.

- (9) Forte traumatismo psíquico em todo o pessoal militar que, verificando ser-lhe impossível evitar a destruição da vida da cidade e do Distrito, perante o drama de milhares de refugiados, constatou que em última análise ou por impotência, ou por falta de realismo na previsão dos acontecimentos, o Governo Português é incapaz de conduzir o processo de descolonização em ANGOLA, antes se deixa arrastar pelos acontecimentos. Tal facto causou a perda de confiança na capacidade de acção dos chefes da Revolução Portuguesa.

6. PROPOSTAS

- Dada a situação de emergência em que se viveu que exigiu acções de emergência proponho que:

- a) Seja paga à CCS/BART. 6323/73, pelo Gabinete de Auxílio aos deslocados a quantia de 415.000\$00 gasta com a alimentação dos refugiados no Quartel.
 - b) Sejam abatidos à carga do Batalhão todos os materiais que foram abandonados e constam dos anexos.
 - c) Seja definido a quem deve ser entregue o material de guerra recebido da Companhia Integrada 411/F que foi desmembrada por fuga dos seus componentes.
 - d) Seja definido o destino a dar às viaturas civis, sem dono conhecido, que o BART. trouxe de MALANJE.
 - e) Seja definido o modo de pagamento da dívida da Companhia Integrada 411/F à CCS/BART. 6323/73 respeitante à sua alimentação referida ao mês de Julho de 1975 no valor de 190.000\$00.
 - f) Seja louvado todo o pessoal militar que se encontrava em MALANJE na altura dos acontecimentos pelo magnífico esforço realizado e generosidade manifestada durante toda a acção; permite-se contudo realçar sem desmerecimento para os demais:
 - A acção sempre muito ponderada e conselho realista do Capitão CURTO,
 - A generosidade de toda a equipa que, chefiada pelo Tenente FAUSTO PEREIRA, conseguiu angariar géneros e adquirir pelo menos duas refeições por dia para todo o pessoal que se refugiou no Quartel,
 - O espírito de sacrifício da equipa que chefiada pelo Alferes Médico EDUARDO COSTA procedeu ao levantamento de cadáveres e ou à sua destruição quer por calor pela foga.
7. Seja encontrado, em virtude do exposto em 5. b. (9), um meio de evacuação imediata para PORTUGAL não só das tropas do BART. 6323/73, mas também de todos aqueles Batalhões que em ANGOLA se encontram em situações semelhantes às que se viveram em MALANJE, preferindo a sua evacuação à dos militares e burocratas que sempre estiveram instalados nos gabinetes de LUANDA.

O 2º COMANDANTE DO BART. 6323/73

JORGE VIEIRA DE BARROS E BASTOS

MAIOR DE ART.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO LM AO (S. ART. 6323/73)
PÁG. 2 de 9 PÁGS.

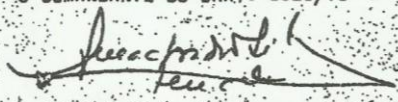
VISTO

Concordo com as decisões tomadas pelo Exmo. 2º Comandante durante a minha ausência.
Assumo a responsabilidade dos procedimentos seguidos pelo BART a partir da minha presença em MALANJE.
Concordo e apoio as propostas feitas.
Devo salientar a acção relevante, distinta e muito dedicada desenvolvida pelo Exmo. Major BARROS E BASTOS.
Submeto o presente relatório à apreciação do Exmo. Comandante do Sector de MALANJE para sobre ele se pronunciar sobre o que tiver por conveniente.
Remeto cópias às seguintes entidades:

- GMAC/GFAP/INF
- GMAC/CCPA
- CEM/QG/RMA/1ª REP.
- CEM/QG/RMA/3ª REP.
- CEM/QG/RMA/4ª REP.
- C.T. SALAZAR

LUANDA, 10 DE AGOSTO DE 1975

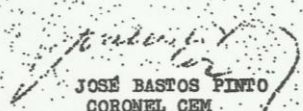
O COMANDANTE DO BART. 6323/73



ALFREDO JOSÉ PALLA MACHADO DA SILVA
TEN. CUR. DE ART.

Concordo com o teor do relatório

LUANDA, 11 DE AGOSTO DE 1975

O COMANDANTE DE SECTOR


JOSE BASTOS PINTO
CORONEL CEM



[Fundo do Centro de Documentação 25 de Abril]

Anexo VI – As grandes Colunas de Angola - Documentos

Coluna Luso - Nova Lisboa com a participação de *Capitães do Fim* (A VI. 1)

C T LIS
BATALHÃO DE ARTILHARIA Nº. 6221/74

[CAP 132]

Relatório sobre os acontecimentos que culminaram com o desarmamento do BART 6221/74 e saque do comboio que o transportava do LUSO para NOVA LISBOA.

1. ANTECEDENTES

a) A MINHA CHEGADA A LUANDA

A minha chegada a Luanda, em trânsito para o Luso, onde ia assumir o Comando do BART 6221/74, verificou-se em 29 de Julho de 1975. Após os necessários contactos nas REP/QG onde me procurei inteirar da situação geral em ANGOLA e particularmente da situação político-militar no LUSO, apenas um facto concreto me foi dado concluir: que era urgente retirar o Batalhão daquela cidade e fazê-lo chegar a NOVA LISBOA. Requisitada a minha passagem para o Luso, esta só se viria a efectivar no dia 3 de Agosto por a situação local não garantir a segurança dos aviões TÁAG que por isso cancelaram os seus vôos para o Luso até àquela data.

b) SITUAÇÃO DO BART 6221/74 À DATA DA MINHA CHEGADA

O BART 6221/74, sediado no Luso, encontrava-se aquartelado nas dependências da Base Aérea (1a e 3a Carts), num quartel próximo do aeroporto, junto ao quartel das F.I. (CCS), estando a outra Companhia (2a CART) aquartelada no centro da cidade, próximo ao edifício onde estava instalado o Comando do Batalhão (antigo Comando Militar do Luso). As 1a, 2a e 3a CARTS, embora com os efectivos reduzidos por motivos dos amparos, tinham os seus quadros de graduados sem faltas apreciáveis, não havendo sobre elas problemas de maior a referir. Já quanto à CCS notei de imediato graves problemas de carácter disciplinar que se pederiam esdruizar se não fossem tomadas medidas adidas preventivas. As causas dessa situação situavam-se numa fraca actuação de Comando, pois o Comandante da Companhia, um Capitão do QSG, era uma pessoa doente que nessa altura regressava de licença de Portugal, cuja acção parece que nunca se fez sentir junto do pessoal e que nunca teve a devida ajuda do restante pessoal graduado da Comp. Este Oficial foi evacuado por motivo de saúde, dias depois, para Luanda. A situação desta CCS obrigou pois a que o Comandante e o Oficial de operações do Batalhão, à falta de outros, desviassem parte das suas preocupações para a CCS. Por sua vez, o Comando do Batalhão quanto a oficiais, estava reduzido ao Comandante Interino, que era na altura o CAP. GUERREIRO, o Oficial de operações do Batalhão, e a um Tenente do QSG, que tinha a seu cargo a Sec. Transportes, que inteiramente o absorvia. O 2o Comandante do Bart, Major PESTANA, estava de licença em Portugal e o Major Machado, apresentou-se de licença na mesma data da minha apresentação, mas apenas por breves dias, pois logo a 06 AGO baixou ao HML, sendo posteriormente evacuado para Portugal. Duma maneira geral e tirando a CCS, o estado de disciplina do Batalhão não me impressionou mal; observava-se uma óptica actual e comparativa com o que infelizmente se vê por todo o lado no nosso Exército. Sob o ponto de vista operacional não tive ocasião de avaliar a sua preparação, e que agora posso dizer que não desto do que, uma vez mais infelizmente, é timbre da generalidade das nossas unidades, muito fraco.

c) SITUAÇÃO GERAL NO LUSO

(1) MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

No Luso em 03 de Agosto, após os confrontos anteriores entre o MPLA e a FELA, após os quais este Movimento foi finalmente forçado a abandonar a cidade, a situação continuou tensa

.../...

antes a previsível confrontação entre a UNITA e o MPLA, ambos desejosos de dominar uma posição de grande importância estratégica para as ambições daqueles dois movimentos, como o é a Na Capital do México.

Previo-se que um confronto entre os dois movimentos fosse violento, prolongado e de desfecho indeciso. Durante a minha permanência no Luso, cerca de duas semanas, esses Movimentos não deixaram de aumentar os seus efectivos e o seu potencial de combate.

O ambiente tornava-se dia a dia mais tenso; os boatos de uma confrontação iminente eram constantes e frequentes incidentes noturnos perturbavam a vida da população. O Comando, especialmente através do Capitão Guerreiro, o Oficial que na altura melhor conhecia os problemas e as pessoas, manteve-se em contacto quase permanente com os Movimentos, procurando informar-se e diligenciando dentro do possível, evitar confrontações. Sabia-se de antemão que era uma tarefa votada ao fracasso, pois não seria a nossa intervenção que evitaria o inevitável, mas tentou-se sempre o exaustivamente, pelo menos procurava-se ganhar tempo.

Resta acrescentar que durante a minha estadia no Luso, as relações entre as NT e os Movimentos se mantiveram sempre num ambiente de compreensão e respeito mútuos. O que mais nos surpreendeu pela atitude tomada dias depois.

2. O PROBLEMA POPULAÇÃO

A 03 de Agosto de 1975, num domingo, desembarquei no Luso. Nesse mesmo dia estabeleci os primeiros contactos com os oficiais do Batalhão e logo, pela 1.ª vez, me apercebi da existência dum problema de extrema acuidade, que nem sequer fora aflorado em Luanda e que durante os restantes 14 dias que permaneci no Luso não mais deixei de estar na primeira linha das minhas preocupações e que decisivamente condicionou a actuação do Batalhão durante todo o processo: Tratava-se do problema da população do Luso que certamente não deixaria de querer ser retirada logo que se anunciasse a saída do Batalhão.

Logo na terça-feira, dia 5, contactei o encarregado de Gov. do Distrito a quem, na presença do respectivo secretário e do Major Machado, expus a intenção das Autoridades Militares retirarem o Batalhão do Luso no mais curto prazo e da necessidade de fazer constar entre a população essa decisão e aconselhar ao mesmo tempo, as Autoridades Administrativas a tomarem providências imediatas para fazer face à retirada das pessoas interessadas que certamente não deixariam de aparecer em número elevado.

No dia seguinte contactei comigo uma comissão de moradores, que, intitulando-se representativa da população do Luso, dizia pretender organizar uma coluna auto que tentaria atingir N. Lisboa, para o que dispunha de 2 máquinas niveladoras da Empresa Tecnit e pessoal especializado na reparação das estradas, e apenas pedindo escolta militar. Obtida nesse dia autorização do CTLLS, foi de imediato comunicada à referida comissão a decisão de dar escolta à coluna e que a mesma, dada a urgência da saída do Batalhão e da presença provocada pela tensão entre os Movimentos, deveria estar pronta a sair na sexta-feira dia 8. Entretanto, na quinta-feira, dia 7, fui contactado por uma outra comissão à frente da qual se encontrava o secretário do Gov. Distrito a qual, negando representatividade à anterior, veio manifestar a estranheza da população do Luso pela súbita (para eles) decisão da retirada dos militares, não dando tempo às populações da região para evacuar os seus haveres ou no mínimo se concentrarem.

de ordem político-militar prementes, ordem entretanto confirmada por rádio do CTLIS considerando "imperiosa e urgentíssima a retirada do Batalhão". Deste encontro ficou combinada uma reunião da população no Palácio do Comércio, para essa mesma noite, a fim de discutir a organização da coluna e marcar uma data para a sua saída.

Nessa reunião, que foi um triste espectáculo de ataques pessoais, ao Governo e ao Exército, uma perfeita demonstração dos mais baixos instintos humanos, de interesses pessoais mesquinhos a sobreporem-se ao colectivo e de declaradas opções partidárias, chegou-se ao despudor de acusar o Comandante do Batalhão de alarmista, pois, no dizer desses senhores, nada justificava a saída precipitada da população já que o clima de vivência entre os movimentos instalados na cidade não tornava a situação alarmante.

Como tudo se discutia e tudo se atacava sem deixar margem para discutir o que ali nos levaria, os militares presentes retiraram-se, garantindo estar prontos a continuar a discussão mas apenas com uma comissão, eleita pelos moradores e para o fim que ali nos levaria: a organização duma coluna auto da população civil interessada em deixar a cidade com escolta militar.

Essa comissão que foi eleita nessa mesma reunião, contactou o Comandante do Batalhão no dia seguinte, tendo ficado assente a organização da coluna e a sua saída do Luso na madrugada do dia 12, numa terça-feira.

Essa coluna, que por intrigas e pressões e certamente promessas de vária ordem não chegou a ter a dimensão que se esperava, saiu efectivamente do Luso às 05H30 desse dia 12, integrando cerca de 200 viaturas e 300 pessoas, número que foram aumentando durante a viagem, sob escolta da 2ª. CART/BART. 6221/74.

3. O PROBLEMA ARMAMENTO

Entretanto e simultaneamente o Comando do Batalhão ia organizando a saída via CF dos restantes elementos do Batalhão.

Só então dei conta doutro problema gravíssimo para a retirada em paz do Batalhão e que era a existência, à sua guarda, de alguns milhares de armas e de toneladas de munições pertencentes à OPVCA, da Polícia e dos CF, material cobijado pelos Mov. Libertação, em especial pela UNITA que já anteriormente à minha chegada assaltara uma arrecadação da CCS donde levava uma centena de armas (Mauser, na sua maioria).

Para além deste material fora deixado à responsabilidade do Batalhão algumas dezenas de sacos de fardamento que era destinado às Comp. Integradas que não se chegaram a formar, mat. de Aquartelamento da Força Aérea em estado impecável, caixotes de militares doutras unidades que passaram pelo Luso e que deixaram ao Batalhão o encargo e a responsabilidade do seu transporte, enfim, uma terrível sobrecarga para uma Unidade que era obrigada a retirar urgentemente sob a pressão de ordens superiores e de acontecimentos gravíssimos que de um dia para o outro poderiam pôr em causa a sua saída do Luso, a não ser recorrendo a grandes recursos.

Este problema das armas e munições e a cobiça que elas despertavam à UNITA foi exposto ao CTLIS e pedida protecção adequada ao comboio, inclusive de meios aéreos. O Comando do Batalhão nunca chegou a ter resposta a esta proposta. Pedi um avião para me deslocar a N. Lisboa, onde pretendia de viva voz expor todos os problemas que nos afligiam, pois os considerávamos de extrema gravidade, mas essa oportunidade foi-me negada.

Sem pretender atingir pessoas, seja-me permitido manifestar o meu profundo desgosto pelo abandono a que me senti votado como Comandante do Batalhão na breve estadia do Luso.

Não estou aqui a fazer a minha defesa, relato cronologicamente os acontecimentos, mas é-me impossível deixar de pôr uma nota de amargura pela forma, tão de ânimo leve, como foram encaradas superiormente os problemas do Batalhão.

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS ACONTECIMENTOS

a) A LUTA ENTRE O MPLA E A UNITA NO LUSO

No dia 15, às 19H20, quando faltava carregar a última viatura no comboio, o MPLA e a UNITA desencandearam o que há várias dias vinha sendo esperado, uma confrontação directa entre si, com forte tiroteio de armas ligeiras e pesadas. A zona principal dos combates localizou-se precisamente nas imediações da

estação U.F. onde se encontravam as principais organizações dos M.L. Para o Batalhão, já todo embarcado, foram momentos particularmente difíceis, pois a qualquer momento poderia ser vítima do disparos menos precisos e por outro lado não podia tomar qualquer iniciativa ou movimentar-se, pois não podia abandonar o material.

Os combates entre a UNITA e o MPLA continuaram pela noite dentro, intensificaram-se na manhã de sábado (16) e prolongaram-se mais ou menos intensamente até domingo de manhã, quando o MPLA começou a dominar a situação.

Conseguiu-se então, com muito esforço, reunir o pessoal do C.F. necessário à marcha do comboio.

Tivemos de pedir, dar ordens, ameaçar, vencer mil obstáculos e uma autentica resistência passiva de parte de alguns elementos do C.F. interessados em sair do LUSO, sim, mas só quando tivessem as suas coisas prontas e os seus carros embarcados, em manifestações do mais puro egoísmo e falta de carácter. Entretanto, grande número de pessoas apavoradas, assediavam-nos com pedidos de transporte. Os casos mais urgentes eram atendidos, à maior parte não se podia valer, pois as duas carruagens postas à nossa disposição já há muito tinham a lotação excedida.

Poucas horas antes da saída do comboio, o Presidente da Câmara do Luso, dirigiu-se-me dizendo que tinha falar com o Comandante do Batalhão em nome da população do Luso e que o comboio não devia partir antes de serem evacuados todos os civis que desejassem sair do Luso. Enérgicamente foi-lhe respondido que já fora organizada uma coluna com protecção militar, que durante a semana tinham circulado comboios, que, enfim, a essa população foram dadas oportunidades, precárias embora, para sair do Luso. Tinham preferido ficar na expectativa, à espera do melhor, e só o terror e pavor provocado pela Guerra os incitara a querer sair precipitadamente, fazendo exigências que estavam para além da capacidade de resolução do Batalhão, até pela própria situação de insegurança e inoperacionalidade em que este se encontrava.

Pois o Sr. Presidente da Câmara chegou ao ponto de ameaçar colocar as crianças e a população à frente do comboio para impedir a sua saída!

Finalmente, cerca das 19H00 do dia 17, o comboio saiu do Luso, no meio de boatos de que a Unita recomposta e reforçada os seus efectivos marchava novamente sobre o Luso. Era uma composição enorme, cerca de 50 vagões puxado por 2 máquinas, carregado de material de guerra e outro, transportando em duas carruagens e espalhadas pelos vagões para cima de 300 civis, na sua grande maioria mulheres e crianças.

b) A VIAGEM, O DESARMAMENTO DO PESSOAL E O SAQUE DO COMBOIO

Até à CHICALA, cerca de 2 horas de marcha, a viagem decorreu sem incidentes.

Na CHICALA o comboio interrompeu a marcha.

Passados momentos foi pedida a comparência de alguém do Comando do Batalhão para resolver qualquer problema que surgira. Pedi ao CAPITÃO GUERREIRO, of.op., já muito habituado a contactar com os M.L., que fosse ver o que se passava. Momentos depois o CAP. GUERREIRO pedia a minha comparência. Fui encontrá-lo junto do Comandante CHEWALE, da UNITA, o qual depois de me cumprimentar solicitou que o Batalhão lhe cedesse algumas munições. Respon-di-lhe negativamente e justifiquei com a posição de neutralidade que o Governo Português optara e o Exército devia escrupulosamente cumprir. CHEWALE replicou que a tropa portuguesa tinha ajudado o MPLA no LUSO, o que veementemente neguei. Depois de mais alguns momentos de discussão sempre amena e de conversas em que inclusivamente informamos o Comandante CHEWALE que dávamos abrigo ao Delegado da Unita no Luso, o qual viajava conosco no comboio sob disfarce e bem assim como as dois militares da Unita que também tinham pedido a nossa protecção, pareceu-nos que o CHEWALE (e ele assim o declarou) tinha compreendido.

aceite a nossa posição. Nessa convicção ~~nos despedimos dele e entramos no comboio,~~ aguardando o revirameço da marcha. Passados talvez uns 5 minutos, um dos Comandantes do Com-
panhia vei-nos avisar que o comboio estava impedido de reco-
meçar a marcha porque a tal se opunha um Major da UNITA junto
à primeira máquina. Mandei o Cap. GUERREIRO esclarecer o assun-
to que considerei um mal entendido de somenos importância.
Entretanto fui-me apercebendo da proximidade de vários elementos
armados da UNITA, dum e doutro lado do comboio, os quais podiam
provocar uma confrontação com os nossos soldados, já que alguns
desses elementos, dando indícios de estarem fortemente drogados,
tomaram atitudes provocadoras.
Resolvi tomar a iniciativa de eu próprio ir falar novamente com
o Comandante CHEWALE. Junto ao edifício da estação encontrei o
Cap. GUERREIRO que falava com o tal Major da Unita que impedira
a marcha do comboio. Quando perguntei o que se passava disse-me
que queria ver as munições. Perguntei-lhe para que queria ele
ver as munições "quero ver as munições" foi a resposta invariá-
vel desse elemento até que o Cap. Guerreiro lhe pôs a pergun-
ta "você quer ver as munições ou quer as munições?". Ele então
confessou que queria as munições. Respondi-lhe que o assunto
já fora discutido com o superior dele, Comandante CHEWALE e que
estava encerrado com a concordância desse seu superior hierár-
quico e pedi para o contactor novamente. Respondeu que o Coman-
dante CHEWALE já ali não estava e que agora era ele quem dava
ordens. E afastou-se abruptamente.
Procurando chegar a uma plataforma de entendimento, decidimos
propor a entrega de algumas munições quando subitamente, sen-
nos dar tempo a apresentar essa proposta, nos vimos rodeados
de algumas dezenas de indivíduos completamente drogados, que
apontando-nos as suas armas e em atitudes de alucinados, exi-
giam as entregas das nossas. Perante o dilema e ainda na ex-
pectativa do entendimento, ordenei ao pouco pessoal que me
rodeava que entregasse as suas armas, pois qualquer atitude
mais irrefletida poderia provocar um massacre daquele pes-
soal.
Entretanto procurava chama-los à razão, ^{mas} já não me deixaram
qualquer oportunidade.
Enquanto aqueles elementos sob a ameaça das armas que a qual-
quer momento podiam disparar, porque, repete-se, estavam com-
pletamente drogados ou embriagados, nos obrigaram a recolher
ao edifício da estação, os outros elementos que rodeavam o com-
boio e que cada vez em maior número saíam da escuridão, ante
a perplexidade dos nossos militares, assaltavam-os e exigiam-lhes
as armas. Foi então que se ouviu um tiro, não se sabe dispara-
do por quem, o que imediatamente provocou forte fuzilaria.
Nas carruagens e nos vagões onde haviam mulheres e crianças
imediatamente se estabeleceu o pânico. Um massacre poderia estar
iminente não só entre a população civil como entre os nossos
militares muitos dos quais já estavam desarmados e se não
quisermos agora, neste momento e mais friamente, ser tão
pessimistas, teremos de admitir no mínimo um número elevado
de mortes, já que a nossa posição, dentro do comboio, era
absolutamente vulnerável.
Decidi então debaixo do tiroteio tentar falar novamente com
o já referido Major da UNITA. Saí do edifício e auxiliado
por um militante da Unita que encontrei, por ele me deixei
conduzir. Encontrei-o junto dumas edificações rodeadas pelos
seus homens que enquanto falava com ele a lhe dizia que era
preciso acabar com o fogo, nunca deixaram de me apontar as
suas armas e de me ameaçar de morte.
Conseguiu-se parar o fogo mas não mais dialogar. O restante
pessoal foi rapidamente desarmado e imediatamente uma multi-
dão começou a saquear os vagões. Primeiro só as armas e mu-
nições, depois tudo o que apanhavam à mão e despertava a sua
cobiça.

Procurei notadamente contactar com o Comandante CHEWALE, um militante da UNITA ainda me acompanhou até uma cerca, onde ao fundo havia sinais de estar gente. Mandou-me esperar e não mais apareceu; até que empurrado e ameaçado tive que voltar para junto do comboio.

A meio da madrugada o comboio reiniciou a marcha, para ser detido novamente na estação seguinte: CANGUMBE. O que restava de armas e munições foi descarregado, caixotes foram abertos, diziam que à procura de armas e sob o mesmo pretexto nem as bagagens pessoais escapavam. Os vagões, com as viaturas foram desatrelados e desviados para um ramal. Sob o pretexto de que um furriel, proprietário de uma viatura civil que vinha em cima de Berliet andara aos tiros na Luso contra a UNITA, foi este indivíduo, soado selvaticamente a arrastado para longe do comboio. Receando o pior fui ao encalço do grupo e quando me aproximei verifiquei o seu procedimento, fui também agredido a soco e pontapé, não tendo conseguido arrancar o furriel das mãos dos seus agressores. Só pouco antes do comboio partir o referido furriel foi libertado em lastimoso estado físico. Novamente procuremos contactar responsáveis de UNITA para fazer-lhes sentir a responsabilidade que sobre eles pesava pelo acto que estavam a praticar contra uma Unidade do Exército Português, mas esses dirigentes não se revelaram nunca. Só a turba, cega pela cobiça da pilhagem e pela droga, nos enfrentava e ameaçava a qualquer protesto mais inérgico.

E foi assim no resto do percurso, com paragem em todas estações e apiadinhos, com mais buscas e ameaças, uma viagem alucinante que a todos traumatizou e marcou.

Pelas 9h00 de 19 AGO 75 o comboio chegou finalmente a Nova Lisboa, tendo imediatamente sido apresentado relato verbal mas forçosamente incompleto ao Comandante Interino do CILIS do pesadelo porque acabava de passar o BARTS.6221/74.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retirada do BARTS.6221/74 da Luso foi pensada (?) e decidida sem ter em conta dois factores que considero determinantes na acção desenvolvida pela UNITA contra o Batalhão e na (não) actuação deste.

O carregamento de armas e munições que transportávamos era um isco demasiado precioso e alucinante para que o pudéssemos passear impunemente através de 600 Km. de Território controlado pela UNITA e onde este Movimento localiza as suas principais bases, sabendo-se como se devia saber, pelo menos aqueles que, pelas suas funções e tempo de serviço em Angola, melhor deviam conhecer o problema, a necessidade que este Movimento tinha de armas e munições e a cobiça que as mesmas lhes despertava.

Por outro lado, a população civil transportada, as condições em que esse transporte se processava, carruagens apinhadas e pessoas espalhadas pelos vagões juntamente com os militares, conjuntamente com a dispersão dos Militares por dezenas de vagões e ainda o facto dos acontecimentos se terem desenrolado de noite, o ter-se acreditado na palavra do Comandante CHEWALE, um indivíduo que pelas suas funções na UNITA nos merecia um mínimo de crédito e principalmente ter-se acreditado, que o Exército Português ainda merecia da parte dos Movimentos um mínimo de respeito e consideração (e este foi, no meu julgamento auto-crítico o meu grande erro) que de antemão tornaria inviável uma acção do género da desenvolvida. Todos estes factores explicam a (não) actuação do BATALHÃO na emergência. Se a UNITA estava, como os factos confirmaram, disposta a apoderar-se das armas e munições, qualquer tentativa violenta para o evitar-mos saldar-se-ia, não temos dúvidas, com muitos mortos e feridos, sem hipóteses de qualquer auxílio, que não foi previsto, em tempo útil, e de consequências mais que duvidosas quanto ao destino final da carga. Nas condições em que foi decidida, sem ter em consideração factores determinantes e que em absoluto exigiam o planeamento duma operação à escala superior (nunca a nível Batalhão), com os condicionais de toda a ordem e que procurei evidenciar ao longo do relatório, era uma operação condenada ao fracasso, a partir do momento em que um indivíduo

...//...//...

.../////...

(que se julgava não existir) a contrariasse decididamente. E foi isso que sucedeu: um "inimigo" de fraco valor militar, indisciplinado, drogado e inconsciente, mas por tudo isso altamente perigoso, decidiu apoderar-se do material transportado. O Batalhão, mal preparado sobre o ponto de vista operacional, com o pessoal desmotivado para qualquer género de acção violenta, em situação crítica dentro de um comboio em que viajavam muitos civis, poderia mesmo assim, ter reagido, com os riscos que tal atitude envolveria. Não o fez. Ficará de pé para quem não esteve presente, a dúvida se não seria essa a decisão acertada. Para nós, não era.

ANEXOS:

1. MAT. GUERRA
2. MAT. AQUARTELAMENTO
3. ARTIGOS DE CANTINA
4. RANCHO
 - a. Viveres normais
 - b. Viveres especiais (R/C)

Quartel em N. Lisboa, 19 de AGOSTO de 1975

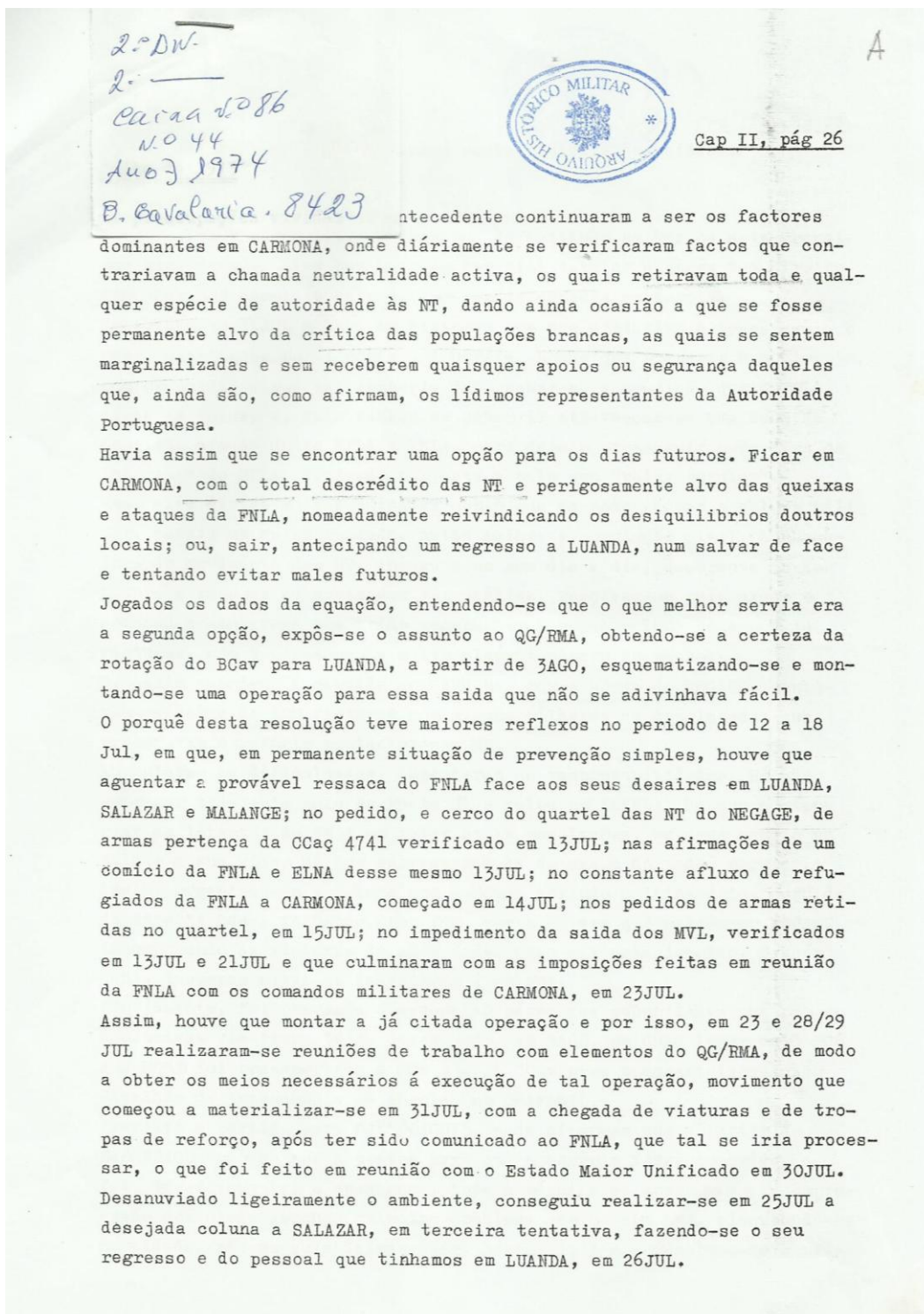
O COMANDANTE

J. M. de Faria M. Amaro
T. C. F.

JBÃO MANUEL DE FÁRIA M AMARO
TEN. COR. DE ARTS.

[Espólio do Cap. 132]

Coluna Carmona – Luanda com a participação de Capitães do Fim (A VI. 2)





no respectivo capítulo, aparecerá nesta história de unidade.

Agosto de 1975

Foram marco inesquecível do trabalho do Batalhão na RMA os seis primeiros dias do mês. Eles bem merecem especial detalhe e quase tem direito a encher por completo este último mês de estadia em Angola.

Recebidas em 31JUL e 1AGO as viaturas que nos ajudariam a transportar o BCav, escoltados por 1 CCmds e 1 CCPára, houve que preparar o movimento, com os cuidados que tal requeria dado saber-se a oposição que o FNLA dizia ir fazer, e, dado também se saber ir atravessar-se uma zona de conflito armado entre MPLA e FNLA, para depois prosseguir numa área de interesse do MPLA, dominado por este e pelo seu "poder popular".

Mas, além destes muitos cuidados com o que se pode chamar a coluna militar, surgiu um outro cuidado, muito maior: a população civil, conhecedora do movimento das NT, insegura no seu dia a dia, descrente do seu futuro e receosa de quaisquer represálias, resolveu-se pelo exodo e começou a sentir-se que iriam acompanhar a nossa coluna centenas de viaturas, com o consequente muito elevado número de pessoas.

E, assim sucedeu. À partida de CARMONA, com a ajuda do NEGAGE, juntaram-se cerca de 700 viaturas com alguns milhares de desalojados que procuravam o refúgio protector nas NT.

Aumentaram as dificuldades, aumentaram as responsabilidades. Há que entregar toda esta mole de gente sã e salva em LUANDA, há que contrariar os intentos do FNLA em reter essas populações, os seus bens e se calhar a sua vida, há que salvaguardá-la do saque do poder popular. Assim, organizou-se a coluna com a CCmds abrindo o itinerário, seguida da 2ª e 3ª CCav, fechando, por fim, com a CCPára que estava no NEGAGE, incorporando as viaturas do AB 3 e das CCAç ali estacionadas. Também aqui, inumeros civis se associaram à coluna.

Préviamente, foi prevista a evacuação aérea das subunidades que não se deslocavam via terrestre e, desse modo, em 3AGO, em duas levas de 1 DC6 e 2 NORD foi transportada a CCS e a 1ª CCav para o aquartelamento do Batalhão de Intendência de Angola, no GRAFANIL.

Prevista a partida para 040500AGO75, pode dizer-se que a partir de 040200AGO tudo se pôs a postos para que o horário fosse cumprido, e foi. Efectivamente, a essa hora, toda a máquina se moveu, mas a incompreensão dos civis gerou o primeiro problema com o FNLA que, bloqueando-os na cidade, não os quis deixar sair. Assim, às 05H15 resolveu-se o pri-



Cap II, pág 29

meiro incidente e esta resolução iria dar azo ao segundo e mais grave incidente, pois que todos fugiram para o NEGAGE, onde finalmente foram impedidos de partir, situação que iria atrasar em cerca de 8 horas a marcha da coluna.

Finalmente, posta a coluna em marcha, passou no controlo da FNLA do CANDOMBE, com 210 viaturas e em cerca de meia hora de escoamento. Pouco após, cerca das 07H30, um acidente devido a cerrado nevoeiro fez com que fôsem abandonadas na estrada duas viaturas médias e fosse rebocada, e abandonada no NEGAGE, uma viatura pesada.

Aqui, toda a cidade estava pejada de viaturas. A FNLA em peso, proíbe a sua saída, excepção feita às viaturas privadas da coluna militar. Realizadas conversações, estas foram improficuas; tentadas plataformas várias, bateu-se sempre em falso. Começou a odisseia dos civis, sentindo-se abandonados e entregues à sorte do querer do FNLA, convencidos de que as NT os abandonariam.

Assim não sucedeu, procurou-se uma última solução e efectivamente, após uma reunião às 16H00, com DANIEL CHIPENDA, obteve-se permissão para o transito da quase totalidade dos civis.

Foi o renascer da esperança para essa gente, foi o acreditar na missão das NT; efectivamente, não fora tal determinação e todos ficariam, assim, só uma pequena parte de camionistas não conseguiu resolver o seu problema.

Reorganizada a coluna, agora com cerca de 700 viaturas, retomou a marcha às 18H00, para às 19H00 atravessar o controlo de CAMABATELA e incorporar mais uns tantos civis. Cerca das 20H30 à entrada de SAMBA CAJU parou-se a coluna para pernoitar.

A guerra psicológica travada no NEGAGE fora esgotante para os nervos, mas estavam vencidas as primeiras grandes dificuldades. Retomada a marcha em 050630AGO, às 07H30 atingiu-se o controlo de SAMBA CAJU, onde surgiram novas dificuldades, novamente torneadas, mas que conduziram a que só às 08H30 se retomasse a marcha. Atingida VILA FLOR às 11H00, mais viaturas se juntam, e, prosseguindo a marcha, entrou-se em "terra de ninguém", até que cerca das 13H00 se fez nova paragem, para juntar todas as viaturas e refazer a coluna. Ia-se entrar na terra do MPLA, havia que reconhecer o itinerário, e, para tal, recorreu-se aos helis que, em SALAZAR, estavam à ordem da coluna.

Feito o reconhecimento aéreo, em que um heli foi alvejado, contactou-se via terrestre o MPLA cerca das 13H30. Reiniciada a marcha, atravessou-se



Cap II, pág 30

LUACALA às 14H00, onde se abandonou uma outra viatura, depois, SALAZAR às 16H00, cidade que levou a atravessar cerca de 4 horas, dado terem que resolver-se inúmeras avarias. Novo abandono de uma viatura, retomar da marcha incorporando na testa da coluna 1 CCPara que se encontrava de reserva no CTSAL. Depois, passagem às 23H00 no DONDO e, em 06/01/00AGO, nova interrupção da marcha, que às 07H00 e a 174 Kms de LUANDA, foi retomada.

Às 10H20, foi a coluna sobrevoada por 2 aviões FIAT e um heli com uma reportagem da BBC, para passar CATETE às 11H00 e começar a chegar ao GRAPANIL às 12H00, aqui com o tempo de escocamento de 45 minutos. Terminou assim em 061245AGO75 o movimento do BCav de CARMONA para LUANDA, nos 570 Kms de itinerário e no tempo de 58H45, trazendo consigo cerca de 700 a 800 viaturas.

Terminou assim a odisséia de milhares de civis que, à chegada a LUANDA, choravam por se sentirem salvos.

Teria sido a missão mais difícil do BCav, mas também aquela em que bem demonstrou o seu "querer e saber querer" conduzindo uma operação que forçosamente terá de ser um pilar bem marcante da sua história.

Um curto período de repouso, o arranjo de viaturas, o ocupar de novas instalações e logo o BCav foi chamado a actuar, dado que ficará em LUANDA a cumprir missões de unidade de reserva da RMA.

Pretendendo-se valorizar o esforço da sua marcha para LUANDA e porque tudo o que se venha a fazer será uma pequena sombra do que se fez, bem merece encerrar-se neste ponto, o mês que se descreveu.

Setembro de 1975

As necessidades de responder aos compromissos tomados com os movimentos de libertação, no referente aos efectivos militares a estacionar em ANGOLA, reduziram as comissões militares para 15 meses.

Dentro deste contexto atingimos o final da nossa comissão e por tal facto, em previsão, regressaremos a PORTUGAL em 3SET75 no navio "NIASSA". Necessitando-se de acabar este documento em oportunidade, este mês não será mais do que um exame do nosso passado e uma última chamada de atenção para o nosso futuro.

Se recordar é viver, parece que este mês de fecho do nosso trabalho militar em ANGOLA deverá ser de recordação, na procura de encontrar os bons e os maus momentos.

Não se pretendendo impor qualquer conceito, não pretendendo fazer-se



Cap III, pág 17

deram igualmente ocasião a que fosse sempre aceite pelos seus camaradas e desejado pelos seus subordinados, pelo que os serviços por si prestados merecem destaque em público louvor. (OS 174) .

Capitão Mil^a. de Inf^a. N^oMec.00109667- DAVIDE DE OLIVEIRA CASTRO DIAS, Comandante da 1^a CCav/BCav 8423, porque durante o tempo em que prestou serviço na RMA, como Comandante da 1^a CCav/BCav 8423, soube sempre orientar a sua subunidade para o cumprimento das missões que lhe foram solicitadas, muito embora nem sempre as circunstâncias fossem favoráveis, quer devido ao isolamento inicial em que a Companhia viveu, quer depois devido a ter transitado para zonas particularmente delicadas, donde foi zelador do cumprimento do processo de descolonização, o que nem sempre se mostrou fácil de conseguir. Disciplinado, de lealdade vincada, não olhando aos esforços pedidos, e que uma saúde frágil por vezes não correspondida, procurou sempre as melhores soluções para os problemas em discussão, torneando as dificuldades logísticas por vezes vividas, de modo a obter as melhores condições de vida para os seus subordinados que muito estima, sem que isso constitua motivo de abrandamento da sua acção de comando, pelo que deste modo se credita merecedor de ver os serviços por si prestados à RMA enaltecidos pelo presente louvor. (OS 174) .

Capitão Mil^a. de Inf^a. N^oMec. 01623267 - JOSÉ MANUEL ROMEIRA PINTO DA CRUZ, Comandante da 2^a CCav/BCav 8423, porque durante o tempo em que comandou a 2^a CCav/BCav 8423, em serviço na RMA, soube, através do melhor aproveitamento dos seus quadros, obter da sua subunidade um todo homogéneo, que sempre mereceu elogios da população com quem conviveu, ao mesmo tempo que em todas as condições, mesmo nas mais delicadas, cumpriu cabalmente as missões que lhe foram confiadas. Aquando da rotação da sua Companhia para CARMONA, área preocupante do processo de descolonização, merçê da sua anterior actuação conseguiu tirar da sua subunidade o melhor rendimento, dando garantias de que, apesar do pequeno efectivo de que se dispunha a missão imposta seria cumprida, conforme se veio a verificar aquando da eclosão de



Cap III, pág 18

grave conflito armado entre os movimentos de libertação, na Cidade de CARMONA, aonde o seu pessoal deu verdadeiros exemplos de dedicação, desembaraço e espírito de sacrifício, o que só se poderia ter conseguido devido às características criadas à subunidade. Correcto, cumpridor, dotado de espírito de lealdade, sempre procurou obter as melhores condições de vida para os seus soldados, torneando sem desânimo as dificuldades que se lhe apresentaram, factos que o tornaram merecedor do presente louvor, como prémio da sua passagem pela vida militar. (OS 174)

Capitão Mil^o. de Inf^a. N^o.Mec. 116m4968 - JOSÉ PAULO OLIVEIRA FERNANDES, Comandante da 3^aCCav/BCav 8423, pela acção desenvolvida no comando da sua subunidade, durante a sua comissão de serviço na RMA, como Comandante da 3^aCCav/BCav 8423.

Sabendo tirar partido das possibilidades logísticas das suas instalações, procurou permanentemente a melhoria do bem estar do seu pessoal sem que tal preocupação invalidasse o desenvolvimento duma bem orientada actividade operacional, garantindo com o seu procedimento o verdadeiro cumprimento da missão que lhe foi determinada.

Chamado a ocupar ou actuar em diversas áreas de actuação, no cumprimento do processo de descolonização, algumas delas particularmente delicadas, conseguiu sempre orientar a sua subunidade de modo a garantir o cabal cumprimento das missões que lhe eram solicitadas, sendo de destacar, dado o desequilíbrio das forças, a actuação da sua subunidade aquando da eclosão de graves acontecimentos de confronto armado entre os movimentos de libertação, na área de Quitexe. Dotado de boas qualidades cívicas e militares, soube adaptar-se e adaptar a sua companhia em todas as situações em que serviu, sendo assim o seu comando merecedor de público louvor. (OS 174)

Tenente do SCE N^o.Mec. 51542611 - ACÁCIO CARREIRA DA LUZ, Chefe da Secretaria do BCAV 8423, porque durante o tempo em que prestou serviço na RMA, como Chefe da Secretaria e Oficial de pessoal do BCAV 8423, confirmando o conceito em que era já do antecedente tido, demonstrou qualidades militares e ci-

[Fundo do Arquivo Histórico Militar]

Anexo VII – Golpe militar de Cabinda - Documentos

Coluna a caminho de Cabinda, comandada por *Capitães do Fim*, para efectuar o golpe militar (A VII. 1)

FOTO F GONÇALVES



[Notícias de Angola, nº 799, de 09/11/1974]

A justificação do golpe militar escrita por um *Capitão do Fim* (A VII. 2)

Cabinda – 2/11/1974
Golpe militar

ANEXO 2 *LCP/91*

A acção desencadeada na manhã de 02/11/1974, na cidade de Cabinda, por um grupo de militares de 2 companhias pertencentes ao Batalhão 4519, então colocado no Belize (região norte de Cabinda), coadjuvados por uma pequena força do MPLA., poderá parecer que foi, até como tem sido descrita em vários livros publicados por oficiais do quadro permanente, uma acção de tipo leviano e mesmo irresponsável.

Mas não o foi.

Há razões profundas que conduziram à realização desta acção, a qual se traduziu na ocupação por algumas horas da cidade de Cabinda e na detenção de vários oficiais do quadro então colocados no comando do Sector. Estes oficiais foram posteriormente transferidos para Luanda e substituídos por outros com outra abordagem da situação político-militar vigente. Não houve qualquer oposição por parte das diversas unidades militares sediadas na cidade, tendo havido até alguma colaboração e apoio das mesmas.

A acção, pelo seu ineditismo, dado que foi preparada e concretizada por uma força conjunta de forças portuguesas e guerrilheiros do MPLA, foi completamente inédita, pois nos territórios das ex-colónias nunca tinha ~~previamente~~ havido uma acção semelhante, associando unidades portuguesas e forças da guerrilha. Porém, é de referir que os combatentes do MPLA nunca tomaram qualquer iniciativa nesta acção e estiveram sempre subordinados ao comando português (2 capitães e 1 alferes do recrutamento local, todos milicianos), como estava, desde o início, previsto na preparação da operação.

Para se entender como foi possível executar uma acção deste tipo, há que referir o ambiente político-militar que se vivia no Enclave, e que assentava, essencialmente, no seguinte:

1. Os oficiais do quadro que compunham o comando de Sector funcionavam e agiam como se o 25 de Abril não tivesse ainda acontecido e que a independência de Angola seria algo a acontecer, se acontecesse, no longo prazo.
2. A falta de confiança entre o comando de Sector e os elementos representantes das diversas unidades militares traduzia-se num boicote sistemático a reuniões e a diversas propostas apresentadas e enquadradas no movimento do MFA. O que não é de estranhar, pois, para a maioria dos oficiais do quadro, o 25 de Abril nada lhes dizia, não se identificando com os seus princípios e objectivos.
3. O dito comando de Sector, após o cessar-fogo com o MPLA, ocorrido em Agosto de 74, começou a incrementar e a apoiar, de forma sistemática, a posição da FLEC, movimento que até à data não tinha dado quaisquer sinais de vida. Este apoio teria, sem dúvida, como objectivo encorajar o aparecimento de mais um movimento, de forma a enfraquecer a posição do MPLA. Como era sabido, a FLEC, não passava de um movimento “fantoche”, não reconhecido quer pelo MFA, quer pelo MPLA.
4. O “aparecimento” da FLEC deu origem a um conjunto de atitudes provocatórias, não só junto das populações, como junto da tropa portuguesa. Tudo isto ia acontecendo e o comando de Sector mantinha-se impávido, incentivando mesmo o fortalecimento da dita FLEC.

[CAP 19]

Assim, em face das situações descritas nos pontos anteriores e da impaciência que o MPLA ia demonstrando pelas constantes violações de cessar-fogo que a FLEC provocava – variadas provocações e manifestações de pequenos grupos –, em Outubro, um grupo de militares portugueses começou a ponderar que era urgente pôr fim a este estado de coisas, pois, caso nada se fizesse, o MPLA, segundo informações recebidas, estava disposto a avançar sobre a cidade.

Dado o bom relacionamento entre a tropa portuguesa instalada no Belize (Norte de Cabinda) e o MPLA, relacionamento esse já existente muito antes do cessar-fogo, começou a germinar a ideia de que era urgente, através duma acção conjunta, pôr fim ao descalabro que a actuação do comando militar do Enclave estava a provocar.

E, assim, no dia 2 de Novembro 74, partiu, de madrugada, do Belize uma coluna militar conjunta, sob comando de um oficial miliciano português – composta por militares portugueses (todos voluntários, refira-se) e uma força do MPLA –, a qual tomou conta da cidade de Cabinda e pôs fim às maquinações duns tantos oficiais do quadro.

Após esta acção, o panorama político-militar do Enclave mudou substancialmente:

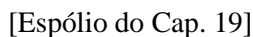
- a) Foram substituídos os oficiais do comando de Sector por oficiais com outra visão político-militar;
- b) A FLEC foi neutralizada e reduzida à sua ínfima importância;
- c) O programa do MFA começou, finalmente, a ser implementado.

Foi pouco?

Foi o que se conseguiu e parece bastante, sem se ter derramado uma gota de sangue.

(Fernando Faria de Castro)

[Espólio do Cap. 19]



O golpe militar de Cabinda no jornal Expresso de 19/02/1983 (A VII. 4)

O caso Cabinda

Journal Express 19/02/1983

[19]cap

19 Fev 1983

Trinta e um oficiais esperam julgamento

TRINTA e um oficiais do Exército português, acusados de «sedição e ofensas corporais», serão em breve julgados pelo Supremo Tribunal Militar, na sequência de uma queixa apresentada em 1974, pelo então comandante militar de Cabinda, o hoje general Themudo Barata.

Conhecido nos meios militares como o «caso Cabinda», o processo em curso teve as suas origens em 2 de Novembro de 1974, data em que forças afectas ao MPLA ocuparam militarmente o enclave e «neutralizaram» o comando militar português perante a aparente passividade das tropas portuguesas aí estacionadas.

As razões que levaram o MPLA a encetar uma operação desse tipo deveram-se fundamentalmente à necessidade sentida pelo movimento de Agostinho Neto de silenciar a Frente de Libertação do

Enclave de Cabinda, que se encontrava pronta para se declarar «movimento de libertação» e assim poder ter assento nas negociações de Alvor, a realizar alguns dias mais tarde e também para evitar uma independência do enclave, advogada pela FLEC.

As tropas portuguesas viram-se confrontadas com uma dualidade de critérios quanto à sua posição perante a operação levada a cabo pelo MPLA. Se, por um lado, o comando da região, na opinião de um dos oficiais acusados, «mantinha uma política de criar condições a uma independência unilateral de Cabinda e ignorava as directivas contrárias vindas de Lisboa», por outro, «a posição assumida pelos representantes do MFA em Angola e pelo comandante-em-chefe das tropas portuguesas naquela colónia defendia uma atitude inequívoca de colabo-

ração com os movimentos de libertação reconhecidos e a recusa total de independências parciais», em sintonia aliás tanto com o MPLA, como com a UNITA e FNLA.

O certo é que as tropas portuguesas recusaram-se a cumprir as ordens de Themudo Barata, no sentido de combater a operação do MPLA, pelo que o território de Cabinda passou a ser controlado por aquele movimento de libertação.

O brigadeiro Themudo Barata esteve encerrado numa sala, durante cinco horas, até à chegada de uma delegação do comando-em-chefe de Luanda, chefiada pelo brigadeiro Silva Cardoso, que deu ordens para que essa mesma situação de passividade das tropas portuguesas fosse mantida, e para assegurarem, em último caso, a ir-

reversibilidade da acção tomada pelo MPLA.

O processo movido aos trinta e um oficiais é interpretado por uma fonte militar contactada pelo EXPRESSO como «um processo que põe em causa toda uma política de descolonização e toda uma actuação dos militares portugueses e dos seus altos-comandos».

Concluída em 1980 a fase instrutória do processo, e dado o parecer do juiz-instrutor, que recomendava a aplicação da Lei da Amnistia, dadas «as razões puramente políticas da atitude tomada pelos oficiais», o certo é que o Supremo Tribunal considerou ser «ainda prematuro concluir a intenção exclusivamente política da infracção» e ordenou o prosseguimento da instrução do processo.

Enquanto dure a instrução e o processo não for levado a julga-

mento, todos os réus e arguidos não poderão ser promovidos na carreira militar, pelo que os acusados requereram ao STM a conclusão. «Ou dão como encerrado o processo ou terão de levá-lo o mais rápido possível a julgamento» — referiu ao EXPRESSO um jurista ligado ao processo, que adiantou — «não se pode permitir que, passados oito anos após a apresentação da queixa, nada esteja ainda resolvido e que os oficiais mantenham os mesmos postos de 1974, e se vejam no risco de passar à reserva, no caso do prazo para a sua promoção ser ultrapassado».

Na passada quinta-feira, no Tribunal Militar de Santa Clara, iniciou-se a apreciação do recurso apresentado pela defesa dos oficiais, no sentido da conclusão do processo, apreciação essa que prosseguirá na próxima terça-feira.

[Espólio do Cap. 19]

Anexo VIII – Três dos depoimentos de Oficiais do Quadro Permanente

Depoimento do Major-General Manuel Monge (A VIII. 1)



Gabinete do Governador Civil do Distrito de Beja

Exmo Senhor
António Inácio Correia Nogueira
Rua Cidade de Halle, L19-21, 2º A
3000-107 COIMBRA

Pedindo desculpa pelo atraso, eis-me a responder às suas questões e a juntar algumas reflexões que considero pertinentes e que poderão ser úteis para o seu trabalho. Trabalho pelo qual vivamente o felicito.

Assim, respondendo às suas questões:

Quanto à 1ª

O comando duma companhia em quadrícula, como em todas as situações de campanha, exigiam que o Comandante (o Capitão) exercesse uma permanente acção sobre os seus subordinados de modo a manter a disciplina e a fazer com que fosse olhado como o primeiro responsável pela operacionalidade da sua força e o bem estar dos seus homens.

Face aos **conhecimentos** que dum certo modo lhes tinham sido injectados com alguma pressa, os capitães CCC tinham uma primeira dificuldade - conseguir impor-se aos outros milicianos Alferes, dos quais não eram realmente mais que um “primus inter pares”. Aqui ajudava bastante a anterior vivência académica e/ou profissional antes do ingresso nas fileiras. Creio que os conhecimentos, a formação que lhes foi sendo dada no Exército, foi sendo suficiente enquanto se não chegou a casos limite. Casos limite criados por situações muito violentas no final da guerra (nomeadamente na Guiné) e na fase turbulenta e difícil da descolonização.

No tocante às **capacidades** estas não se ensinam, potenciam-se, desenvolvem-se. As qualidades de liderança e desembaraço, ou a sua falta, influenciavam as capacidades dos comandantes. Dos Capitães CCC e de todos os comandantes no teatro de operações. Também muito visíveis nos Tenentes-Coronéis Comandantes de Batalhão, se postos fortemente à prova, como o General Spínola fazia na Guiné.

Pergunta-me sobre **atitudes** – o exemplo é a primeira virtude da liderança. Era difícil a um jovem capitão CCC marcar a diferença, que a nós militares de carreira, mais velhos, mais fortemente formados, nos era quase natural. Senti que a estes jovens capitães era muito difícil **descobrir** a atitude mais correcta. O afastamento/distanciamento dos seus jovens camaradas alferes? Pareceria presunção. A proximidade do tu cá-tu lá? Poderiam perder a liberdade/autoridade de comando. Com os soldados era mais fácil, pela natural escala de distância.

Sobre as **competências**, estando ligadas aos conhecimentos e capacidades, poderei dizer que a um capitão CCC eram exigidas as competências dum “velho e rodado” capitão do QP. No comando da sua companhia tinha as mesmas responsabilidades.

Gostaria de escrever umas linhas sobre outros capitães milicianos que surgiram antes dos CCC, comecei a vê-los na minha 3ª comissão em África (Guiné 1968/70). Eram mais velhos que os capitães CCC, normalmente os mais classificados dos cursos ou de especialidades que haviam escapado à mobilização anos antes como alferes milicianos. Eram nitidamente mais velhos e alguns já licenciados e com experiência profissional (juizes, diplomatas, engenheiros...). Vários estiveram e combateram a meu lado. De alguns guardo recordações muito estreitas, daquelas que só os perigos comuns alicerçam entre os homens.

Estes capitães tinham uma preparação não muito diferente ou sequer maior que os capitães CCC. Só os diferenciava a idade e experiência de vida e, naturalmente, o modo de selecção e preparação. Os CCC tinham a seu favor a juventude e a “escolha” que os distinguia.

Uns e outros tornaram possível prolongar no tempo uma guerra, que os portugueses de armas na mão bem mereciam, e tudo fizeram para ser possível, que os políticos a terminassem de outro modo. Tal não aconteceu. Mas os portugueses que serviram como militares, especialmente os do contingente, já que os do QP estavam na sua profissão, cumpriram uma missão histórica, que poucos (raros) historiadores nacionais e estrangeiros entenderam. Mas isso são contas de um outro rosário...

Quanto à 2ª questão

De Junho de 1973 a Fevereiro de 1974 comandeí o COP 5 no Sul da Guiné – Gadamael Porto. Tive sob o meu comando vários capitães CCC, eu Capitão de Cavalaria do QP, fui graduado em Major para exercer esse Comando.

Era uma situação operacional muito difícil. Os “meus” capitães tiveram um desempenho notável. Depois do desaire de Guilege, “segurámos” a situação em Gadamael, Cameconde e Cacine e aí o PAIGC não avançou significativamente mais.

Deixe-me agora juntar-lhe algumas reflexões:

- Se uma unidade em quadrícula tinha “apenas” território, logo actividade operacional pura – já explanei sobre essa situação. Mas em muitos casos, nomeadamente na Guiné, que é a situação que conheci com mais pormenor, a

maior parte das companhias viviam no meio das populações. E tinham com estas um relacionamento muito próximo. Era missão da tropa portuguesa, apoiar na saúde, na educação, (criando alguns postos escolares), para além da segurança, algo por vezes nebuloso e ambivalente. Aqui os capitães CCC eram chamados a exercer, tais como os outros capitães, funções de administradores civis e também de juízo em possíveis litígios criados entre os seus militares e a população civil e até, por vezes, entre a própria população civil.

Como desempenhavam os capitães CCC esta missão? Julgo que como os demais. Uns melhor, outros pior. Conheço casos de (auto) prestigiados militares do QP, que foram um desastre nas relações com a população!

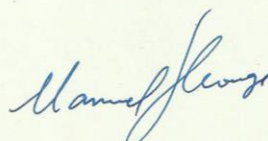
- Mas vamos a algo que não sei se perpassa ou não nos seus trabalhos e investigações. Os **Capitães do Fim**, tiveram pela sua impreparação, juventude ou inabilidade alguma responsabilidade nesse Fim da Guerra?

Há historiadores, analistas, cronistas que procuram explicar o clima do fim da guerra. Cansaço dos Quadros Permanentes, rarefacção do enquadramento (aí entram os capitães CCC), politização dos quadros mais jovens, influência de ideias anti-guerra trazidas pelos milicianos, diminuição da capacidade dos nossos meios de combate face à melhoria dos meios do adversário (in). E a acção pró-democrática e anti-regime polarizadas em torno de António de Spínola.

Em consciência acho que os capitães CCC, não foram protagonistas à parte, dos outros jovens chamados à guerra. Foram Capitães do Fim porque chegaram no fim. Se tivessem chegado em 1961 ter-se-iam integrado com o espírito do início da guerra.

Se esta reflexão final vai contra as suas investigações, não posso pedir desculpa ou lamentar sequer. Para mim, velho militar, velho combatente, que "mil dias estive em África de uniforme, ao serviço de uma ideia de Portugal e que não renega um só desses dias", tenho uma visão muito minha e muito prestigiante sobre as centenas de homens que serviram sob o meu Comando e por vezes em condições muito difíceis. E entre estes os Capitães CCC. Que se nobilitaram, talvez mais que os outros, pois foi-lhes exigido mais, sendo-lhes propiciado menos.

Com um abraço do camarada,



Manuel Monge

Beja, 3 de Junho de 2011
GG/135

Depoimento do Brigadeiro Pires Veloso (A VIII. 2)



Porto, 2 de Novembro de 2010

Caríssimo Correia Nogueira

Peço desculpa pelo atraso em responder à sua carta que ao ser-me enviada por um ex-combatente do ultramar, logo me deixou receptivo a ela, porquanto tenho em mim que os nossos soldados, sargentos e oficiais, milicianos ou não, que tiveram que combater nas nossas ex-Províncias Ultramarinas, são merecedores da maior consideração e respeito por parte da sociedade.

Além disso tendo sido o Correia Nogueira, um oficial miliciano, pertencendo portanto a uma classe de, militares, por vezes mal aceites e pouco compreendidos por alguns dos oficiais do Quadro, tendo eu conhecido muitos deles pessoalmente e sabendo da sua actuação no campo de batalha, logo me dispus a dar-lhe a melhor atenção.

Posso dizer que na sua maioria, os oficiais milicianos se comportaram, no cumprimento das missões que lhes eram impostas, tantas tão difíceis e arriscadas, com grande sacrifício, com valentia, com patriotismo a quem a Pátria muito ficou a dever.

Afirmo-lhe que tenho em elevado conceito o que foi a actuação de milhares de sargentos e oficiais do nosso Exército na guerra do Ultramar.

Na verdade tratava-se de jovens que em determinado momento da vida, terminados ou não os seus estudos, se preparavam para encetar uma carreira profissional de engenheiros, médicos, comerciantes, etc., se viram obrigados, de repente, a prestar serviço numa organização militar, para que não tinham a mínima vocação, completamente fora dos seus projectos de vida.

Para agravar a situação, o que os esperava era ter que desenvolver uma actividade para que não tinham sido preparados com rigor, quer física, quer psicológica, quer tecnicamente, levando-os por vezes a descontrolar-se, a sentirem-se incapazes de cumprir o que lhes era exigido.

Dáí o julgar oportuno referir aqui o que eu fazia, no âmbito da minha capacidade de oficial responsável, como chefe do Estado-Maior do Comando do Sector B, em Porto Amélia – Moçambique – Quando se apresentava no Comando, chegado da Metrópole um capitão miliciano a comandar a sua companhia que tinha por destino um local onde a guerra era intensa, eu retinha este capitão uns dias em Porto Amélia (de manhã até à noite tinha de me acompanhar...) e fazia seguir ao destino os seus homens comandados por um capitão do Quadro, com experiência de combate, pertencente aos efectivos do Comando de Sector.

Uns dias passados, o capitão miliciano marchava para tomar conta dos seus homens, regressando então o oficial do Quadro a Porto Amélia.

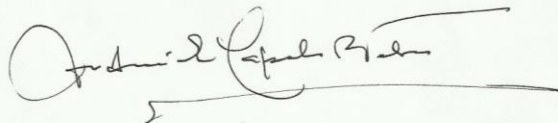
Recebi então e depois, muitos agradecimentos de alguns desses capitães milicianos, realçando a ajuda que lhes tina prestado. Estou a recordar hoje um dos capitães (não me lembro o nome) que era proprietário de um restaurante em Setúbal.

Respondendo às suas perguntas:

- A. Para que um comandante da Companhia desempenhasse bem o seu comando tinha de,
1. Ser, acima de tudo, humano;
 2. Nunca faltar à verdade aos seus homens;
 3. Ser tolerante e até carinhoso para com eles, mas também rigoroso na exigência do cumprimento de ordens;
 4. Ser um exemplo, acompanhando-os nas operações mais perigosas;
 5. Viver com eles, tanto quanto possível a sua vida pessoal e familiar, sempre no intuito de os ajudar;
 6. Estar sempre com eles nos momentos mais difíceis.
- B. Nunca fui chamado para discutir e reflectir sobre a formação destes militares.

Respondi a tudo o que queria saber?

Aceite um muito cordial abraço deste também ex-combatente,

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'António de Almeida', with a long horizontal flourish extending to the right.

Depoimento do Coronel Vasco Lourenço (A VIII. 3)

Página 1 de 2

Inacio Nogueira

De: "Associação 25 de Abril - Secretaria" <a25a.sec@25abril.org>
Para: <inacionogueira@netcabo.pt>
Enviado: quinta-feira, 2 de Setembro de 2010 14:35
Assunto: Projecto de investigação

Caro António Inácio Correia Nogueira

No seguimento da sua carta de 24 de Agosto passado e confiante em que compreenda e aceite um tratamento menos formal, procurarei dar-lhe um testemunho pessoal da minha experiência como militar, no período que refere.

Não participei na formação dos capitães CCC, nem tive sob o meu comando qualquer um deles.

Como capitão, que era nessa data, tive contacto com um dos chamados "capitães de aviário ou proveta" que comandava a companhia de caçadores (C.Caç) que em Julho de 1971 rendeu a C.Caç que eu comandi durante dois anos na Guiné. Não sei se se tratava de um dos capitães que refere, pois este, segundo penso, não fez nenhum estágio em campanha, como alferes.

Ele pertenceu ao grupo de cidadãos que, tendo prestado o serviço militar, como aspirante a oficial, no início da década de 1960, sem ter sido mobilizado, foi de novo chamado ao serviço, reincorporado e, depois de uma instrução, na EPI, de quatro meses, graduado em capitão e mobilizado, como comandante de uma C.Caç, para a guerra colonial.

Como já tive oportunidade de confessar publicamente, nunca vi ninguém com menos capacidade para essa função de comando!

E, está claro, que não lhe atribuo a ele qualquer percentagem de responsabilidade. No seu caso pessoal, depois do serviço militar, ingressara na carreira diplomática, fora nomeado para uma comissão como cônsul em Belo Horizonte (Brasil) e, finda a mesma, regressara a Portugal. Fora então chamado a nova prestação do serviço militar e...

Como então referi, eram autêntica "carne para canhão" e eram bem o exemplo da degradação a que a continuação da guerra levava o Exército português.

Quanto aos capitães CCC, penso ter sido a solução encontrada pelo Governo, depois de esgotada a fonte de mobilização dos que haviam feito o serviço militar sem serem mobilizados. Parece-me que a diferença principal para estes capitães, estava na idade mais avançada de uns em relação aos outros.

Isto porque, apesar dos primeiros já terem uma experiência militar maior, ela verificara-se há tempo suficiente (nove/dez anos) para não surtir qualquer efeito.

Para os novos capitães, os CCC, optou-se pelo estágio em campanha, que me parece absolutamente insuficiente para a sua formação.

Aliás, esta solução passou também a ser usada para os alferes do Quadro Permanente, sendo poucos os que, dado ter-se verificado o 25 de Abril, regressaram à guerra como comandantes de companhia. Sabemos que as guerras impõem sempre soluções de urgência, de compromisso, pois nunca se está preparado para as necessidades das mesmas.

O exemplo maior foi-nos dado pelos EUA quando decidiram participar na 1.ª Guerra Mundial, a Grande Guerra, e tiveram que formar um enorme contingente, com mobilizações muito urgentes.

No nosso caso, a continuação da guerra, para além do admissível, levou-nos a necessidades imprevistas e a que tivemos de fazer frente com improvisos, criando situações incompreensíveis, se as analisarmos posteriormente, sem considerar os dados de então. Como em tudo na vida...

O facto é que o comando de uma C.Caç, C.Art ou C.Cav, que em situação de quadrícula, na guerra colonial, foi a célula principal de todo o nosso dispositivo, constituiu uma responsabilidade que não deveria ser atribuída a quem não estivesse preparado, nos vários aspectos que essa função requeria.

E, se os capitães profissionais tinham uma formação que, pelo menos teoricamente, os habilitavam ao desempenho dessa função, os capitães formados à pressa, sem traquejo nem experiência, a que, no caso dos capitães CCC, se juntava a menor idade e, por isso, menor maturidade, estavam muito menos preparados para assumir a responsabilidade de comandar, em guerra, em operações, um conjunto de cento e sessenta/cento oitenta homens.

É bom ter presente que um comandante de uma C.Caç, mesmo integrado num batalhão de caçadores

02-09-2010

(B.Caç), tinha enormes responsabilidades operacionais, administrativas e de justiça. E quando era uma companhia independente, a situação, como se compreende, complicava-se mais...

Resultado... Talvez fosse interessante estudar a quantidade desses capitães que, finda a comissão, tiveram que continuar no teatro de operações, à volta com processos de falta de materiais, buracos nas contas, etc., etc.

O que não significa que alguns não possam ter obtido bons resultados.

Quanto à sugestão de outros contactos, tentarei obter algumas disponibilidades, sugerindo-lhe que contacte as associações socioprofissionais de militares, nomeadamente a Associação de Militares na Reserva e na Reforma (ASMIR) e a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), de que junto os contactos:

ASMIR

Rua Elías Garcia, 47

Apartado 76

2330-909 ENTRONCAMENTO

249 726 859

asmir@asmir.pt

AOFA

Avenida Infanta Dona Isabel, 27/C

2780-064 OEIRAS

aofa@sapo.pt

Com os melhores cumprimentos

Vasco Lourenço

02-09-2010

Anexo IX – Uma Companhia, de um *Capitão do Fim*, também cultural apesar da guerra

O jornal da Companhia (A IX. 1)



[Espólio do Cap. 39]

O grupo de teatro da Companhia (A IX. 2)

(Pag. 16)

"O NOSSO GRUPO DE TEATRO"

Após dois espectáculos dados em Caboxanque, o grupo de teatro da nossa Companhia deslocou-se a Cufar onde ofereceu a sua despedida aos nossos camaradas da C.CAÇ.4740 que iam regressar à Metrópole.

O espectáculo esteve em dúvida até ao fim, comprometido pelas fortes chuvadas que caíram durante a tarde e à partida dos sitex, por uma arrelhadora avaria num dos motores, e que só ao fim de meia-hora, graças ao esforço dos nossos mecânicos, estava em condições de nos dirigirmos a Cufar onde os nossos camaradas encarregados da construção do palco, e que já haviam ido de manhã nos esperavam ansiosos.

Após uma "frugal" refeição em Cufar teve início o nosso espectáculo, que começou com uma introdução feita pelo nosso capitão. Primeiro o Galamba cantou algumas canções seguidas de uma poesia declamada pelo "Chelas". Depois recordou-se Estremos com o "Auto do Peido" em que se representou uma cena ocorrida durante a nossa especialidade, tendo os camaradas "Musgueira" e Victor obtido grande êxito. "Deixei a querida Metrópole" canção cantada pelo Galamba, a seguir, constituiu um dos pontos altos do programa, de tirantemente aplaudida, foi bisada a pedido da assistência.

A partir de aí e com completa adesão de todos os camaradas presentes, actuou o "Chelas e o Alcântara" que alcançaram grande êxito. Triunfou seguidamente o "Alcântara" como figura principal do "Auto da prostituição em Portugal", auto relativo à clientela típica dos bares do Bairro Alto.

O numero do Strip-Tease executado pelo "Alcântara com a participação do "Musgueira" e Fernandes foi também do agrado geral. O "Galamba, um dos triunfadores da noite voltou a cantar algumas canções tal como o "Chelas e o Alcântara".

O Victor um dos grandes organizadores do grupo declamou então a poesia "Cântico Negro". Depois foi a apoteose final com o "Auto do corte da Fita e inauguração do Monumento", comemorativo de 48 anos de fascismo, em relação ao qual salientamos a reacção de apoio dos camaradas de Cufar. Este último acto terminou com todo o grupo a cantar em coro o "Canta Camarada Canta" imediatamente acompanhados pela assistência e que a pedido desta foi bisado.

Assim terminou este espectáculo a que assistiram os nossos camaradas de Cufar, o Sr. Tenente Coronel e os nossos Majores do CAOP 1.

Era meia-noite quando com uma lâmpada em cada sintex para iluminar o rio regressámos a Caboxanque onde nos esperava uma merecida merenda. Cap. Oscar Soares e Alf. Peres.

[Espólio do Cap. 39]

Anexo X – Quatro panfletos de Acção Psicológica

Panfleto nº 1 – Os "nabos" (A X. 1)



**O QUE ELES QUEREM É QUE GASTES MUNIÇÕES
FICANDO A CONHECER:
A TUA POSIÇÃO, A DEFESA DO TEU QUARTEL,
SE AINDA ÉS MAÇARICO E... O VALOR DA TUA UNIDADE.**

**Panfleto nº 2 – Propaganda de desacreditação dos dirigentes do MPLA (A
X. 2)**



Panfleto nº 3 – Propaganda documentada contra o MPLA (A X. 3)

OS DIRIGENTES DO M.P.L.A. FALAM CONTRA OS PORTUGUESES. E O QUE É QUE ELES FAZEM?

MOVIMENTO POPULAR DE
LIBERTACAO DE ANGOLA
(M.P.L.A.)
SERVICIO DE ASSISTENCIA
MEDICA DA 3ª REGIAO
(S.A.M.)

RELATORIO MEDICO

A Accao dos S.A.M. informa o comando da 3ª Regiao, que o camarada Leao, de 40 anos de idade, natural de Kazombo que apareceu no Hospital Regional no dia 5/8/68, que fora castigado no grupo do camarada Leao (Cheneno)

Este doente vem sofrendo, desde as primeiras horas que fora agatado tendo sido amarrado barbarmente, nas duas ramos, nas regioes dos cotovelos, dada o aperto das cordas, que nao permitia suficientemente a passagem do sangue para irrigar as partes que estavam isoladas pelas cordas, (durant 36 horas) isto permitiu que o doente apresentasse os dois membros superiores bastante inflamados, (nao se trata de gangrena).

As feridas dadas nas regioes onde se encontram, sera difficilmente curar em pouco tempo; dando os movimentos que as articulacoes exigem

No resto do corpo, apresenta ainda escuriacoes, nas regioes dorsal e na toraxica; sinais provocados pelo chicote que antes deutilizar tinha de passar no fogo, para obrigar o homem a confessar.

Este doente encontrava se com bastante gravidade de tudo que sofresse mas felizmente ao chegar, embora existir ainda deformacao dos dois membros.

Esta purrada derivada da roubo de uma mala de um presidente do Comite de Accao de Angola, que levou o chefe do grupo tomar medidas sem consultar o comando, e que as mesmas medidas tomadas para um homem do povo constitui uma grossa ameaca, e leva a intimidar o resto do povo que ate hoje tem vindo a acreditar a luta de libertacao Nacional;

Mandume 22 /9/68

Pilo Medico
Chamavu enf. chefe da 3ª Regiao

Os chefes do M.P.L.A. sabem que fazem mal mas continuam porque tu, homem do povo, deixas.
-IMPOE-TE.
Não permitas que te tratem assim!

OS FACTOS DESMENTEM A SUA CONVERSA

O POVO NÃO ESTÁ NEM ESTARÁ COM O M.P.L.A, COM O COMUNISMO.



Panfleto nº 4 – Propaganda para o regresso das populações - deixar o IN e encontrar a paz e o bem-estar junto das NT (A X. 4)



[Todos do espólio do Cap. 127]

Anexo XI – Três das histórias de vida – transcrição das gravações

**Entrevista transcrita do gravador efectuada a José Vitorino Ferreira Reis
em 21 de Outubro de 2012, pelas 10horas, na Universidade Fernando Pessoa.
(Anexo XI. 1)**

Tu tiveste uma participação activa nos movimentos em Coimbra?

Fui, participei activamente no antes de 69. Eu saí de Coimbra em finais 68 e não participei no célebre Movimento de 69 que originou o 17 de Abril. Mas participei antes como elemento activo do Conselho das Repúblicas, e como elemento dirigente na Associação Académica, também. Falávamos muito, nessa altura na guerra colonial e discutíamos se devíamos ir à guerra ou se devíamos fugir. Eu era daqueles que dizia que a mudança das coisas tinha que se combater por dentro. Sempre fui apologista disso e foi assim que fui dar com os (???) a capitão miliciano. Havia muitas outras discussões, mais políticas, mas a guerra estava sempre presente e nós estávamos com o cutelo na cabeça. Desertar, fugir, ir para a Europa, ou até para a Argélia, mas fundamentalmente era para a Europa e normalmente quem tinha mais dinheiro fugia para os países, para esses bons países, diga-se de passagem a fuga era influenciada também por isso. Fui para a guerra Engenheiro, casado e com uma filha.

O que sentiste na altura em que partiste?

É muito difícil a gente a esta distância pensar da mesma maneira que pensávamos na altura e até conseguirmos posicionarmo-nos de tal maneira, porque havia um espírito também de seriedade e de honestidade para com o país que tínhamos e que efectivamente tínhamos e, portanto isso às vezes, esses deveres, esses valores às vezes sobrepunham-se a tudo o resto. É evidente que eu nunca pensei ir encontrar o que encontrei. Tive o azar de efectivamente passar mal e muito mal. É evidente que a gente tinha sempre a esperança de ter uma tropa fácil, essa era a grande esperança e Angola, indo para Angola ainda melhor, porque Angola era aquele sítio aonde havia menos guerra, havia bolsas. Agora efectivamente quando soube que ia para Cabinda, em Cabinda acho que já não havia nada em termos de guerra, para aí há um ano e, portanto a ida para Cabinda, aquilo era mau, mas já estava bom, a melhorar, a gente desconhecia o que se passava com o MPLA, que era o Movimento que combatia em Cabinda.

Tu não preenchestes nada aqui sobre os teus instrutores. Foi deliberadamente?

Já não me lembro. Não me disseram nada, ninguém me marcou para mim a tropa é uma coisa que é para esquecer, portanto ninguém me marcou, não aprendi nada. Aprendi com os amigos, conhecia novos amigos e criei grandes amizades em todo o processo. Em Mafra, porque eu passei 6 meses e depois mais 4 ou 5 em Mafra estive lá quase 1 ano. Em termos de instrução, em termos de tropa, em termos de oficiais do quadro permanente eram indivíduos absolutamente incultos, sem qualquer tipo de... os valores para eles era safarem a vida deles porque eles não faziam nada, pelo menos aqueles que eu conheci, em termos de tropa não faziam nada, estavam nos quartéis e acabou, quartéis, batalhão diga-se. O 1º dia na EPI despertou-me um sentimento de revolta – vou ter que aturar estes gajos durante uns tempos. E é por isso que eu não tenho recordações nenhuma daquilo. Só recordo os maus momentos. Bons momentos lá dentro, não tive. Agora cá fora tive grandes momentos, na Ericeira, em Mafra, aí tive grandes momentos com amigos.

Fazes ideia porque foste seccionado para capitão?

Eu fiz tudo para não ir. Aquilo que eu pensava que devia fazer para não ir. Eu não queria ir para capitão. É evidente, toda a gente queria fugir do curso de capitães milicianos. Primeiro porque eramos atiradores, depois passados mais 4 meses íamos lá para fora, íamos sempre para sítios absolutamente desgraçados, para o estágio íamos para a frente de batalha para os sítios piores. Eu fui colocado me Mussuma que é a 10 km da Zâmbia, em que sofremos. Eu tive uma sorte incrível porque saí num dia e nesse dia à noite houve um ataque de 122 a Mussuma. Os colegas que lá estavam viam sair os foguetões da Zâmbia e viam-nos vir pelo ar, por acaso não aconteceu nada de especial, mas efectivamente aquilo era um sítio mau. E era um sítio absolutamente isolado de tudo e de todos. Tínhamos um aviãozinho, daqueles aviões militares, que agora não me recordo do nome que fazia o reabastecimento de frescos uma vez por semana, ouve uma altura que o avião avariou e nos estivemos em Mussuma quase 1 mês sem receber frescos e recebemos um MVL durante esse mês. Recordo-me que durante esse mês comemos sardinhas e salsichas com massa porque no fim já não havia arroz, nem batatas, nada.

O teu percurso por essas guerras estiveste no Caigumbo, no Dimje, no Tamboco e no Belize também?

Estive no Belize, primeiro estive, o estágio foi feito no leste, Gago Coutinho e Mussuma. Depois vim para Mafra para o curso de capitães. Não me lembro de nada desse curso. Eu desenvolvi a minha actividade, porque eu sou um indivíduo extremamente disciplinado e disciplinador, de maneira que, inclusivamente cheguei a ser chamado Xico, porque era natural, estávamos numa zona difícil, ou há disciplina ou não se consegue e, mesmo assim, aconteceu o que aconteceu. Mas no curso de capitães não aprendi nada. Falava-se de guerra de guerrilha mas a gente não aprendia nada, tanto assim que no IAO que fizemos na funda, nunca mais me esquece disso, puseram-nos a andar durante dois dias numa zona sem água e foram uma série de soldados evacuados porque não conseguiram aguentar aquilo e nos também não conseguimos. Eu próprio que sou um indivíduo resistente, tenho uma força de vontade muito grande, eu próprio não consegui aguentar aquilo, nós não aprendíamos nada, não eramos preparados para coisíssima nenhuma, eramos lançados nitidamente aos bichos.

Comandavas 300 a 400 homens, porquê? Tinhas grupos TE's adstritos?

Eu em Cabinda, quando estive em Belize tinha TE'se depois no Dimje tinha TE's e além de ter TE's eu tinha, estava a construir um quartel, junto a uma antiga base, junto a um antigo campo de aviação que havia lá perto do Dimje, onde estavam aquartelados os TE's. Aliás passou-se uma coisa interessantíssima, uma ocasião eu fui visitar isso, com uma pessoa com quem me dava bem e até o capitão Portugal fomos visitar isso e quando lá chegámos tinham aterrado aviões no dia anterior com armas, nesse ex-campo de aviação, que distribuíram aos TE's, e eram armas da FLEC e nós fomos apanhados no meio daquilo tudo na altura em que estavam a içar a bandeira da FLEC e apresentar continência à bandeira da FLEC, e nós aparecemos e entrámos lá de carro no meio daquilo tudo. só lá estavam os TE's com armas totalmente novas, novinhas em folha, as G3 não sei por onde andavam (já não me recordo). Julgo que isto era em Sangomango, mas já não me recordo era aí uns 15 km de Dimje para o interior, no sentido da República Popular do Congo. Tive vários incidentes com o inimigo e graves. O primeiro muito grave foi o pior de

todos. Foi umas das piores emboscadas que aconteceram em Angola, em 1974, antes do 25 de Abril. Foi no dia 25 creio eu de Março em que tivemos aliás, os dias 25 e 26 foram para esquecer, 6 feridos graves, 3 mortos, mais 3 desaparecidos. Desses desaparecidos 2 ficámos praticamente com a certeza que tinham sido mortos, também, tinham morrido e houve um 3º que efectivamente foi retido pelo inimigo e só depois regressou passado um ano. Foi entregue passado um ano. Nessa altura estava no Belize, tive um pressentimento que as coisas estavam, porque tinha havido no dia anterior, 24, tinha havido um ataque ao Miconje, com 122 e, tinha havido também uma emboscada, um incidente qualquer com a 3ª companhia, estava em Sangaplanície e foi necessário por qualquer motivo ir para o Caigumbo para o reforçar, aliás era Sangaplanície, nós íamos reforçar Sangaplanície com um grupo de combate. Não havia incidentes nenhuns, já não havia incidentes para aí há meses, um ano, talvez que não havia incidentes ali na zona e foram 4 unimogs, foi um grupo de combate, o meu 3º grupo de combate reforçado, inclusivamente também transportámos alguns civis. Houve também 2 civis mortos nessa emboscada. E aconteceu no alto da Serra de Muabi, uma emboscada terrível em que o MPLA fez explodir dinamite sobre a estrada, de tal maneira que a estrada ficou cortada. Aquilo abriu uma cratera brutal. Logo que isso se deu nós deslocámo-nos portanto dois grupos de combate e um de TE's, deslocámo-nos para lá, passei lá a noite, nesse sítio da emboscada e ainda vi algumas coisas que me impressionaram e marcaram, não gosto muito de falar delas, e depois passámos lá a noite, e no dia seguinte, andamos a procurar as pessoas desaparecidas porque havia mais pessoas desaparecidas, havia por exemplo um sargento que era o Sargento Saldanha que saltou para à estrada e no meio da mata lá conseguiu fugir e apareceu dois dias no quartel no Belize, andámos para ali a tentar procurar as pessoas desaparecidas, pensámos que poderiam ter morrido ou não quando estávamos, já tínhamos acabado, não tínhamos encontrado nada, quando estávamos para regressar, houve um ataque ao MVL no dia 26. Descemos eram para aí 2,5 km ou 3 km, para ir socorrer o MVL e vi uma coisa dantes ca, não me esqueço disso. Para já mortos, nem me recordo quantos eram, (dois ou três ou 12 ou 13?) e depois as pessoas que vinham no MVL, um grupo de pessoas, meteu-se num aqueduto, tudo num pânico absolutamente louco, nós vimo-nos aflitos para os tirar dali. Entretanto foi fruto da nossa acção, eu aí fui a única vez que fui assim um bocado, fui combatente, eu e um outro moço angolano que conseguimos os dois ter ali uma acção importante e conseguimos resolver a situação. Esses foram os dias mais negros que tive, mas tive muitos outros, tive bastantes outros. Uns mais leves e outros mais pesados, mas em que nem sequer vi o inimigo e ali também não vi, mas quer dizer tive de RPG, não faltavam, tive inúmeros contactos com o IN, em Belize e kaigumbo. Em kaigumbo apesar de termos feito muitas operações, estávamos na zona pior, nós nunca tivemos nada de especial. Mas aconteceram, por exemplo eu estava a falar com o meu, com um helicóptero, um helicanhão, no meio do quartel, eles passaram por cima porque nós estávamos a fazer uma grande operação, eu ia sair com dois grupos de combate, logo a seguir para fazer uma protecção, nós tínhamos lá paraquedistas, tínhamos os TE's, tínhamos comandos, estava toda a gente ali e às tantas perdi o contacto com o helicóptero que tinha sido abatido a meia dúzia de kms de nós. Aquilo não se via nada. Aquela mata é uma coisa absolutamente deslumbrante e terrível, para nós nessa altura era uma coisa terrível, e acho que foi à volta de um mês, não quero mentir, a encontrar os destroços do helicóptero. Por aqui se vê como é que é aquilo.

O que é isto da sublevação do batalhão?

Eu sabia pouco, mas sabia que se estava a passar qualquer coisa, nomeadamente com esse tal batalhão que estava sediado no Buco Zau, eu creio que era o 4517, não tenho a certeza, que era um batalhão que tinha chegado lá, depois já do 25 de Abril, não tenho a certeza mas acho que o único que chegou lá depois do 25 de Abril, não tenho a certeza. E efectivamente chegaram-me algumas notícias via furriéis, que tinham amigos, ou conheciam, ou qualquer coisa, contactos com 4517 e que me tinham dito que estava em preparação qualquer coisa porque efectivamente o que se estava a passar em Cabinda era uma coisa gravíssima em termos políticos, porque tinha havido os acordos do Alvor, não sei quando é que foram, em que foram reconhecidos três movimentos, que eram os únicos que podiam estar com armas em Angola, se devidamente enquadrados e conhecidos da tropa portuguesa – mais ou menos é isto. Acontece, fruto da especificidade de Cabinda a FLEC tinha, e tem ainda hoje, uma força muito grande, aliás eu contei aquela história do grupo de TE's receberam armas do chefe da FLEC. O Capitão Inácio não é do meu tempo, mas o Francisco Lobota é. Eu contei aquilo há bocado – o avião aterrou num quartel que estávamos a construir para os TE's e os TE's estavam com armas, TE's e provavelmente mais gente, com armas da FLEC. Mas o que se estava a passar era que a FLEC recebeu em determinada altura material bestial, material novo, viaturas etc, e andavam-se a passear armados em Cabinda e inclusivamente provocavam, até certo ponto, alguma tropa que lá estava, ao ponto de um belo dia, já depois do 2 de Novembro. Eram TE's e exibiam-se naturalmente. Mais, o meu batalhão por ordem do comandante e principalmente do oficial de operações, que era um indivíduo execrável, e o 2º comandante que, nós quase nunca tivemos comandante, fomos para lá e o comandante não foi já não me lembro porquê e quem comandava era o 2º comandante. Eram execráveis, em termos de personalidade, que se diziam que pertenciam ao MFLA, mas pouco antes do 25 de Abril havia o, eu não quero por nomes nas pessoas, acho que não vale a pena, mas o capitão de operações, o oficial de operações nunca pôs os pés numa operação, dizia-me que resolvia o problema de Angola facilmente porque o problema de Angola era em determinados sítios onde havia pretos que tinham que desaparecer e nós tínhamos napalm suficiente para queimar tudo, para queimar esses pretos todos. Palavras dele, mas disse-mo, a mim e para quem quis ouvir: “Eu resolvo o problema daqui de Angola, em dois tempos, queimava, arrasava onde há pretos, napalm para cima e acabou. Isto depois há de nascer tudo outra vez.” Eu estava apreensivo com o que se estava a passar em Cabinda. Eu tinha a minha mulher e a minha filha em Cabinda, viviam em Cabinda, eu estava no Dimje. Eu nunca quis que elas vivessem perto de mim, eram zonas de guerra e portanto separei sempre as coisas. Aliás a minha mulher dava aulas em Cabinda, mas eu preocupado com isso, acabei por as ir buscar.

Como foi a aproximação ao MPLA? Como foi que eles apareceram?

Eu não fiz. Nós estávamos no Dimje, o batalhão já estava no Dimje, eu voltei outra vez para junto da CCS; eu comecei com a CCS no Belize, depois o quartel do Caignembo foi atacado e praticamente destruído e nesse mesmo dia, durante o ataque, eu comecei a deslocar-me para lá e instalei-me no Caignembo. Depois viemos para o Dimje, e novamente viemos para junto da sede do batalhão. Não sei porque é que é que eles me queriam junto da sede do batalhão, mas o certo é que tinham uma predilecção para que eu estivesse junto da sede do batalhão. Portanto eu sabia que havia qualquer coisa, mas não sabia

o quê, sinceramente, mas vi passar uma coluna do batalhão 45 que estava no Buco Zau, juntamente com o MPLA em direcção a Cabinda e nessa altura houve um furriel que me veio dizer, veio-me informar: “Capitão o batalhão tal mais o MPLA vão para Cabinda e eles vão tomar conta daquilo, para ver se acabam com aquela pouca vergonha dos TE’s andarem para lá a enxovalhar a tropa portuguesa.” E passaram, e eu não sei o que se passou em Cabinda, de todo sei que acho que foram correctos com o comando mas não sei mais nada. Às tantas sou chamado ao rádio para falar com o Capitão Hermínio Martinha que me disse: “É pá nós tomamos conta do comando de sector e eu estou te a transmitir uma mensagem para que tu prendas o comandante e o 2º comandante do teu batalhão, que os metas numa coluna e os mandes aqui para Cabinda.” Isso foi a minha participação no meio disto tudo, já estando no Dimje. Vieram-me chamar para vir ao rádio. Quando ia a sair da messe de oficiais, que era para aí a cerca de 150 metros do posto de rádio vejo o pessoal todo do batalhão fardado, de armas na mão a cercar a messe de oficiais. Isto. Eu perante isto, depois tinha ouvido a mensagem, a 1ª coisa que eu fiz foi, falei com alferes meus e alferes da CCS que tinham, as pessoas gostavam muito de mim, não sei porquê, gostavam, eram meus amigos, as pessoas do batalhão eram minhas amigas e eu disse assim: “Vocês não fazem rigorosamente nada e eu não quero ninguém ali à volta.” E efectivamente, não sei se saíram todos, é natural que tenham ficado meia dúzia deles, mas desapareceram. Mas estavam todos impecavelmente fardados. Essa imagem, tenho-a. E perante isto mandei formar uma coluna e depois fui aos dois e disse: “Recebi ordens do comando de sector para fazer isto assim e assim, de maneira que os senhores vão para Cabinda, o Alferes tal e o Alferes tal vai levá-los, não vos acontece nada mal, mas recolham as vossas coisas e vão para Cabinda.” E eles foram, não ofereceram resistência nenhuma. Reagiram, devem ter dito qualquer coisa que eu já não me lembro. Os TE’s aderiram todos praticamente à FLEC, recebiam armas tinham viaturas novas, há um sitio em que eu, eles receberem o material, vi eu e o tal Capitão Portugal que era o chefe dos TE’s no comando de sector, era quem Superintendia os TE’s e isso é verdade, ele ainda tentou ser ríspido e eu disse-lhe: “É pá tu está calado, senão os tipos comem-nos vivos.” Não se pode dizer prisão do comandante e do 2º comandante do batalhão, mas sim detenção. A tal coluna, com o MPLA, passou logo de manhã, uma coluna enorme, com tropas portuguesas e do MPLA. Não sei se havia outras tropas independentes. Vieram-me chamar para as ver passar e depois disseram-me o que iam fazer. Informaram-me dentro do quartel o que é que eles iam fazer, o que significa que comigo eu uma vez falando com alguém do batalhão, mas não sei precisar quem, disse-me que tínhamos de fazer alguma coisa e que eles estavam a preparar qualquer coisa. Agora não me lembro quem foi nem que posição tinha. E eu disse: “É pá de facto isto está numa situação diabólica porque nós temos mortes depois de acabar a guerra, porque continuam a fazer-nos emboscadas.” O meu batalhão e a minha companhia, particularmente, continuou a fazer emboscadas e a fazer guerra depois do 25 de Abril, depois dos acordos do Alvor.

Mas com o MPLA?

Exactamente contra o MPLA. Até no Dimje nós continuávamos a fazer operações, ridículo, pois não faziam sentido nenhum mas criavam mau estar e insegurança nas pessoas que, a gentia via os outros batalhões aquilo era uma balda total, nós nem aspecto, honra seja feita, mantínhamos disciplina. Isso é

verdade e eu era um acérrimo defensor da disciplina. E aí não há que criticar o comandante e o 2º comandante. Agora criticávamo-los nas suas atitudes e nas suas maneiras de tratar as pessoas, isso sim.

Dizes: “Passados dois dias houve uma acção da FLEC no Massabi, que originou a fuga da companhia que estava no Massabi, era do teu batalhão?” Quem fez esse ataque? Os TE’s?

Exactamente. A companhia era a 2ª do meu batalhão. Esse ataque foi feito pela FLEC, provavelmente TE’s e nessa altura como eu não tinha comandante nem 2º comandante eu é que estava a comandar o batalhão para todos os efeitos, eu assumi a responsabilidade e fui confrontado por aí. Assumi o comando do batalhão porque era o mais graduado. O poder não podia cair na rua e devo dizer com uma disciplina férrea, e eu era disciplinador nessa altura a disciplina ainda era maior. Entretanto fui buscar a minha mulher e a minha filha a Cabinda e trouxe-as para o quartel, para estarem ali comigo. E tanto assim que quando houve esse ataque ao Massabi, eu tive medo e ensinei-lhes maneiras de se comportarem ali dentro. Estava à espera de que acontecesse qualquer coisa. Não aconteceu nada.

O ataque a Massabi foi duro? Com alguma projecção?

Já não me lembro, mas foi um ataque com muita gente e com projecção. A companhia fugiu. Mas a 2ª companhia nunca teve disciplina, eu não queria falar nisso mas enfim. O comandante da companhia, que era o capitão miliciano, era uma pessoa que tinha problemas de álcool e de estabilidade emocional, era uma pessoa com problemas e portanto a companhia era uma bandalheira. Eles estiveram 1º no Canguembo e foram esses que eu fui substituir. Aliás cheguei ao Canguembo, tinha sido atacado, cheguei de manhã ainda havia arrebetamentos no paiol. Eles destruíram o paiol e de manhã ainda havia arrebetamentos. Eu fiquei horrorizado porque nunca tinha ido ao Canguembo, nós estávamos em Cabinda há um mês e meio ou dois meses, portanto eu ainda não tinha lá ido. E eu fiquei horrorizado, porque o capim tinha para aí dois metros de altura à volta do quartel; entrava-se no quartel à vontade. E eu consegui passado cerca de 15 dias, tinha tudo limpo, tinha uns dinheiros, já não me recordo como, mas tinha lá uns dinheiros, paguei aquela gente toda e tive a população do meu lado. A população ficou do meu lado. Havia no Canguembo um regedor, que era o, já não me recordo o nome, que era um tipo que estava incapacitado, era tetraplégico, mas que tinha um domínio brutal sobre aquela gente toda, e esse homem foi o meu anjo da guarda. Conquistei-o, dando trabalho às pessoas, dando dinheiro às pessoas, exigindo que as pessoas fossem bem tratadas e aliás era isso, era a minha maneira de estar, era essa, e correu tudo muito bem. No Canguembo acabou por correr tudo muito bem. Tivemos contacto com o inimigo, como disse, esporádico. A companhia do Sanga era comandada por um capitão CCC que tinha alguma formação militar porque ele tinha estado na academia militar. Não acabou a academia, era o Capitão Simões, ouvi dizer que morreu recentemente. Não percebi muito bem a vida daquele homem, e ele depois também desapareceu, também não sei dizer porquê, ele deixou de pertencer ao batalhão, não sei por que razão. Desapareceu da companhia relativamente cedo, aliás ele, quando eu estava no Canguembo, ainda estava e saiu logo a seguir. Ainda foi em Cabinda, não em Angola. Do Massabi a companhia fugiu efectivamente, abandonaram tudo, pura e simplesmente fugiram. Fui na altura em que me entraram lá dentro o Rosa Coutinho, Pezaret Correia e Vasco Lourenço. O Pezaret Correia não tenho a certeza, o Vasco Lourenço sim, e foi, era o comandante da FA porque os Fiats depois foram, atacar aquilo. Nesse mesmo dia, eles

saíram, os TE's ficaram lá dentro e os Fiats foram atacar aquilo, e eles fugiram. Depois foram outra vez para o quartel – a 2ª companhia. Acho que foi um grupo de combate meu para reforçar aquilo ou um grupo de combate da 3ª companhia, são detalhes que já não recordo.

Quais as funções do Herminio Martinho?

O Herminio Martinho, ele estava nos serviços de informação do comando de sector, creio eu, e de um momento para o outro apareceu como comandante de operações do sector, depois do MPLA lá ter chegado, não sei porquê. Mas foi ele que me deu a ordem para deter o comandante e o 2º comandante. Isto é muito tempo para relembrar estas coisas, coisas que a gente quer esquecer, ainda por cima. Devo dizer que tive, eu fui trabalhar para o estrangeiro em 1980 e até 1985 ou 86 eu tinha medo pavoroso de passar na fronteira, porque eu tinha um auto de delito em cima.

Depois dessas cenas todas que contaste quem te põe o auto de corpo delito em acção?

Creio que foi o próprio Temudo Barata e o major, creio eu que foram. Eu achei estranho porque eles depois disto tudo continuaram a ter posições boas e continuaram a sua vida, como pessoas efectivamente tiveram a sua interferência no processo que estava em curso, uma interferência contra aquilo que estava determinado, pelo menos aquilo que a gente sabia, as instruções que a gente recebia da hierarquia militar, e eles tiveram uma interferência directa inclusivamente, agora já não me recordo, está-me a lembrar uma coisa qualquer, que uma vez no Caigumbo apareceram lá uns tipos, recebo uma ordem para deixar que a FLEC fizesse umas acções quaisquer de mentalização, já não sei do que foi. Eu recordo-me disso, ainda muito longo do 2 de Novembro, mandados directamente pelo Senhor Brigadeiro, ou General, Temudo Barata, com ordens expressas do General Temudo Barata. Portanto o Temudo Barata tentou influenciar a acção da FLEC (não quer dizer que eu concorde ou discorde, por acaso já tinha simpatia pela FLEC), mas ter simpatia e uma coisa, cumprir ordens é outra. E efectivamente, ele não estava a cumprir as ordens que vinha de cima. Se não isto ninguém se entende. E portanto a gente não se entendia, porque havia pessoas da tropa, da carreira militar que tomavam posições contrárias, àquilo que o governo tinha definido. O governo, ou quem é que mandava no país à altura, o MFA, ou quem fosse. Estas ordens vinham de Lisboa, os acordos do Alvor, definiram regras de convivência, para nós e para os movimentos também, que também não cumpriram. A gente não cumpria porque é que eles haviam de cumprir? Isto faz parte de uma cadeia de comando que tem de se respeitar. Eu respeitei-a sempre. Eu respeitei a cadeia de comando sempre. Muitas vezes com uma revolta total porque tinha um comandante de operações que punha a mão em cima do mapa e dizia: “O inimigo está aqui, e agora temos de envolver o inimigo.” Ora o tipo quando punha a mão no mapa estava a falar de não sei quantas dezenas de km², dezenas ou centenas, e era isto um comandante de operações. Numa altura, quando os paraquedistas foram emboscados e tiveram um morto, eu fui em socorro dos paraquedistas, dei com um campo de minas, comuniquei a dizer que havia um campo de minas e foi o comandante de operações que me disse: “O Senhor Capitão, você pega nos seus soldados todos, tira os atilhos, das botas que é para poderem ir rebentando, as minas uma a uma.” Isto é que é um militar corajoso e que tinha uma experiência brutal para andar na mata. Eu tive, eu era o 5º ou 6º da fila, tinham passado, e o colega que vinha atrás de mim disse: “Capitão pare.” Eu parei e parou toda a gente. Eu olho e tinha uma mina a 10 cm da minha bota e depois começamos a ver, ninguém

se mexeu, cada um inspeccionou a sua área, encontramos um sítio para fugir para o lado, e posteriormente entramos na mata. Mas informei o comando e o comandante disse para eu desapertar as botas, porque não tinha nenhuma corda para rebentar as minas, e usava os cordões.

E o que aconteceu com o auto de corpo delito.

Passado uns tempos puseram-me um avião a disposição para ir para Luanda para ser ouvido. Era um DC3, subia-se muito, que havia muito poucos, eu nunca tinha visto nenhum e foi nesse avião que me mandaram buscar. Eu lá fui, estava eu em Cabinda, não já devia estar no Tábuco, aquilo foi a 2 de Novembro, e isto foi em Dezembro, autorizaram inclusivamente que eu levasse a minha mulher, já não foi mão, e eu e a minha mulher e a minha filha fomos de avião para Luanda. Estivemos lá e fomos ouvidos durante uns 2 dias, já não sei por quem, para saber o que se tinha passado, e eu lá contei a minha história e aí é que soube que tinha um auto de corpo delito. Fui ouvido outra vez, também lá em Luanda, para esclarecer qualquer coisa, antes da comissão liquidatória, e pronto vim-me embora. Quando vim para Portugal uma ocasião sou chamado ao quartel general em Belém, fui lá, “Não se pode ausentar, tem um auto de corpo delito.”, mas o certo é que eu tinha um documento que ainda hoje guardo religiosamente, é dos poucos que eu guardo, em como passei à disponibilidade. E era isso que eu usava, e por acaso serviu sempre. Até que um dia a minha vida profissional, aqui não andava nem desandava, e eu resolvi ir para o estrangeiro trabalhar. Fui para o Médio Oriente e entretanto aqui em casa recebia convocatórias para eu ser ouvido, diziam que eu não estava, que só podia passado uns tempos, que eu vinha cá de mês e meio a mês e meio, e fui ouvido mais uma ou duas vezes, mas andava sempre cheio de medo, porque embora tivesse um documento que me livrava da tropa, eventualmente eu não me podia ausentar para o estrangeiro. Mas na altura também a confusão era grande, toda a gente mandava, toda a gente fazia e eu quando chegava ao aeroporto dizia: “É desta vez que eu vou dentro.” E depois como sou profissional, e sou uma pessoa aquilo a que me dedico está em 1º lugar sempre, não sou eu, é aquilo a quem sirvo, está sempre em 1º lugar. E se eu sou preso como é que estes gajos vão dar a volta a isto. Bem mas também pensava se eu morresse eles também de resolver. Quando vim e ainda agora sinto alguma instabilidade emocional. Eu não sei se me senti diferente, depois da tropa, sei lá. Não há assim uma grande diferença, senão eu não fazia o que faço. Não deixei de fazer o que fazia. Agora passei a ter um pânico dos ajuntamentos, dos grandes ajuntamentos e dos estampidos, aí isso passei. Por exemplo se houver um tiro agora, era capaz de me meter debaixo da mesa. Já me aconteceu porque há aqui um salto e o meu coração vai lá para os cento e tal. Passado um bocado estou na mesma.

Alguns dizem que estas companhias de capitães CCC, foram desastrosas e apelidam-nos de bandos.

É natural. Como é que nós éramos seleccionados? O que eu posso dizer é o seguinte: é que as pessoas eram seleccionadas, sei lá porquê. Eu não sei, gostava de saber como é que foram seleccionadas. Não sei os critérios. Eles ou tinham a sorte de aceitar, ou então tinham problemas, é evidente que tinham problemas. De mim não podem dizer isso. Eu como comandante de companhia tive um óptimo desempenho. Comparando com os do quadro, por exemplo o do meu comandante de operações, eu não o queria nem para limpar retretes, bem para isso talvez fosse bom. Era um indivíduo completamente desequilibrado, era

tipo instável e era um facínora, não tinha sentimentos nenhuns, pelo menos não os manifestava, tanto assim que ninguém podia vê-lo. O meu era capitão.

Achas que tiveste protagonismo nesta guerra?

Não. Tive, sem querer. Eu fui para lá. Eu sou disciplinado. Tomei uma decisão – eu vou para lá, fui, portanto quando vou para lá a 1ª grande preocupação que eu tinha: “Tenho de proteger os meus homens.”, os meus homens que vieram comigo têm de ir embora outra vez. Infelizmente ficaram lá bastantes, e alguns deles que já eram, grandes amigos meus. Havia um homem, noutra dia fui a um almoço na Madeira, e estava lá no monumento dos mortos, e estava lá a placa dele e eu abanei. Estava a placa dos outros e eu também abanei, mas daquele principalmente abanei e muito. Vi-o morrer. Eu sou muito disciplinado e portanto na minha companhia, havia ordem, havia regras, toda a gente sabia o que tinha de fazer. E hoje felizmente continuo com eles, e eles adoram-me. São pessoas que me adoram, e eu em alguns deles cheguei, porque havia a história dos castigos disciplinares e eu achava que não o devia fazer porque não adiantava nada. Ia desenraizá-lo do sítio onde estava – era pior. Eu usava outra técnica. Chamava-los lá a uma salinha e dizia: “O que é que tu queres? Tu fizeste isto e isto e isto, e agora o que te vou fazer, vou-te mandar para outro sítio, vais sofrer mais, não vais estar com os teus amigos.” E houve alguns que eu cheguei-lhes a roupa ao pelo, eram miúdos de 20 anos, eu tinha 27 na altura, em 75 tinha 30. Portanto eu era bastante mais velho que eles e portanto enfim apliquei alguns exercícios físicos com as minhas mãos, mas eles ainda hoje me falam nisso. Dizem-me: “Ó Capitão, boas chapadas que o Senhor me deu.” Portanto as pessoas gostavam de mim. Eu não tive protagonismo. Eu procurei, foi. Aí deter os comandos tive protagonismo. Tive de tomar a decisão: “Vou deixar isto entregue a esta gente e qualquer dia é o fim do mundo.” Portanto eu assumi a direcção para que as coisas corressem bem.

**Entrevista transcrita do gravador efectuada a Óscar António Soeiro Soares
em 9 de Novembro de 2012, pelas 14horas, no Instituto Superior de Ciências
Sociais e Políticas. (A XI. 2)**

Como se manifestava a resistência passiva à instrução e que significa este menosprezo pelos instrutores?

Eu fui logo na entrada, fui surpreendido pelo comportamento do instrutor que apresenta dizendo que era irresponsável. “Tenham cuidado comigo que eu às vezes passo-me.” Ele tentou nitidamente assuntar as pessoas revelando uma coisa que ele tinha e outros tinham, que era um grande receio de estar à frente daquela malta vinda das universidades que potenciava e aumentava já uma vontade de contestação que o pessoal tinha. O sentir que a outra parte tinha receio e era notório um discurso destes, nomeadamente, um discurso destes não é natural; permite logo várias leituras. O afirmar-se, sou irresponsável, têm de ter cuidado comigo, ou se portam bem ou eu passo-me e faço asneiras, dá logo uma ideia desse ambiente não compreensivo ou não cordeal entre as duas partes. Depois, obteve-se uma determinada normalidade. Ele era muito novo, situado à direita, mas queria fazer a sua vida no meio de uma situação que lhe metia algum receio. Depois, uma coisa que também era notória, se havia algum esforço, ou alguém queria fazer uma actividade, por exemplo um jantar do pelotão ou da companhia, de confraternização entre militares bastava 1/2. Mandar uma boca a dizer qualquer coisa e aquilo não se realizava, ou seja a realização de atividades envolvendo os instrutores e os instruendos não era fácil porque bastava alguém meter um pauzinho e aquilo encravava logo e havia sempre alguém disposto a meter o pauzinho. Portanto na relação havia alguma tensão. Eu pessoalmente parti uma costela, estive 3 a 4 dias na enfermaria, mas logo, logo na instrução disse que me tinha magoado e o instrutor não pareceu acreditar, ele pensou que eu me estava a baldar. Havia um sentimento que não era de confiança.

Alguma vez desconfiaste que serias capitão? Tiveste ideia de como foste seleccionado?

Em Mafra, a possibilidade que eu tinha era ficar como alferes na categoria de técnico. Eu sou engenheiro. Em princípio tinha essa possibilidade e tentei jogar nela. Depois houve os testes e saiu-me a especialidade de comandante de companhia. Fiz o curso, fiz o estágio, eu costumo dizer que a partir do momento em que entrei para a tropa, sempre que fiz uma viagem subi de posto, porque fui sistematicamente. Fiz a recruta, subi a aspirante, depois fui fazer o estágio a Angola, passei a alferes, regressei de Angola, passados 3/5 meses, passei a tenente, formei a companhia, fui para a Guiné passei a capitão. A este ritmo em pouco tempo atingia o general. Em menos de um ano trepei por ali a cima e ainda lá ias.

Aprendeste algo no estágio?

A nível militar, sim. A nível de relacionamento com os soldados, com a população. A nível de constituição eu não fazia ideia como reagir em termos militares a nível de relacionamento com a situação de guerra. Eu reagi de uma maneira que nunca pensei que reagisse. Eu reagi muito calmamente. Em situação de conflito, tive contacto com o IN. Uma vez na Guiné tive ataques de artilharia ao quartel e meti-me no (???) e andava a percorrer os diversos pelotões para ver se tinha havido azar e andava perfeitamente à vontade. Fazia coisas que eu hoje digo que era doido, porque uma sensação de – era preciso fazer aquilo, fazia-se. Em Angola, quando do estágio, não precisava de sair da unidade, mas às

vezes havia uma patrulha que ia 20Km a aldeamento eu só para conhecer ia também. Portanto, relacionei-me bem com a guerra de uma forma que me surpreendeu um bocado. Admito que fosse um capitão difícil para os comandos.

Depois fizeste o curso de capitães. Como foi este curso, foi importante para ti?

Apreendi a acrescentei algumas coisas em termos de formação. Numa aula com um coronel, lembro-me de eles desenvolverem a teoria de que a guerra era porque os russos queriam passar para o Brasil e então davam um salto para a África Oriental, Ocidental, um tipo fica parvo a ouvir aquilo. A dizerem que era ridículo, falava-se da cultura dos africanos, os africanos não tinham cultura! Eu deparei com intervenções de oficiais no mínimo surpreendentes. Contribuiu para a minha formação sobre o que eram os oficiais e inclusive depois para me relacionar com eles. Depois em termos de tática militar, de relacionamento com a população, acção psico-social, etc., houve informações que eu recebi que não tinha. Já o aprender a mexer nas armas era corriqueiro e não tinha significado. A formação política era perfeitamente absurda, mesmo um sujeito disposto a dar razão ao regime e à guerra colonial, ficava perfeitamente espantado (depois de vir de um ambiente universitário) com um nível de primarismo que aquela gente tinha. Onde eu formei a companhia, havia 4 capitães milicianos, 2 eram abertamente de direita, do Porto, mas todos tratavam ostensivamente mal o comandante de batalhão, os comandos. Eu apanhei aquela fase dos finais de 73, portanto, em que havia todas as movimentações prévias ao 25 de Abril em que por exemplo, pessoas que tinham o curso de engenharia, e aí eram todos licenciados, estudavam, a formar companhias comigo, apanharam-se a esta altura a comandar uma companhia para ir para a guerra. E de direita que fossem, não estavam dispostos a isso, não estavam. Havia um sentimento de revolta muito grande com os comandos. A minha relação com o comandante de batalhão em termos humanos era, por exemplo, eu ficava de oficial de dia e havia uma comida que era uma desgraça. Eu dizia para arranjam uns bifos, vinha o sargento a dizer que não podia ser. Não pedi para estar aqui, deram-me como função tomar conta do quartel durante o fim-de-semana, o pessoal que cá está vai comer decentemente. Eles cumpriram, que remédio tinham, depois fui chamado ao comandante de batalhão. Pus logo as coisas nos termos: “Não pá, nada a falar, as pessoas estavam a ser mal alimentadas, mal servidas, estou aqui obrigado ao menos que estejamos com o mínimo de dignidade. Quando a companhia se formou chegaram ao fim e apresentaram uma conta de lençóis, antes de ir para a Guiné. Eu disse: “Nem me passa pela cabeça pagar, a gente esteve aqui, utilizou as coisas, nunca nos disseram que desapareceu nada, e agora a presentam-nos uma conta?”. Dá-me ideia que apresentavam a conta a todas as companhias que passavam por lá. Uma vez na Guiné, quando estávamos no Kumbé, em treino operacional, houve umas rações alimentares que estavam estragadas, o pessoal vomitou, etc., depois eles ficaram no comando com o problema, como é que regularizavam as rações e então resolveram dizer que havia homens que não tinham enjoado e se havia outros, o problema não era da comida. Escusam de vir com coisas para arranjar justificação porque eu nunca direi uma coisa dessas. Tive homens que foram para a enfermaria, por causa da comida, tratem dos papéis que é para isso que servem e, pronto, pus as coisas nestes termos.

Em Janeiro de 74, foste mobilizado para a Guiné e foste para Cabochamque. É a tua 1ª zona? Como estava a situação operacional?

Eu fui numa lancha que ia carregada com bidons de gasolina e caixotes de munições e a gente ia em cima daquilo. E íamos num rio que dava curvas, e a sensação que eu tinha, e era real, era que apareciam guerrilheiros na linha e mandavam um tiro naquilo e ia tudo pelos ares. Houve situações dessas comigo não se passou nada, mas a sensação que eu tive foi de extrema fragilidade, de que com facilidade havia qualquer coisa. Não havia protecção de tropas na margem, era uma zona de controlo do inimigo e a gente ia carregados de gasolina e munições. Em Kufar, que era o comando Sul, houve uma altura quando eu estava lá, que uma dessas lanchas carregadas de munições a gasolinas se atracou no porto na maré cheia, eles tinham minado por baixo, tinham preso as minas no fundo do rio. Quando a maré baixou a lancha accionou as minas, durante 15 dias a gente passava pelos braços do rio e havia corpos a boiar, de africanos que estavam a descarregar aquilo. Era uma questão de sorte porque as condições eram, via que era difícil, um sujeito do PAIGC estar naquela posição, mandar um tipo, provavelmente era abatido e isso entrava como diminuição da sua capacidade operacional, mas de facto era uma fragilidade da nossa parte e foi isso que eu senti muito. Depois a nível do aquartelamento eu tive em poucos meses 14 ataques com artilharia (+/- 6 meses) em que tentava responder, mas os nossos morteiros tinham menos alcance que os canhões sem recuo deles. Era fazer barulho. A gente respondia para fazer barulho. Não ficava em pânico com as situações, mandei tirar os morteiros e um grupo de combate avançar uns Kms na floresta, para ao menos responder. Se eles estavam a uma distância muito grande a gente aproximava-se, portanto deslocávamos os morteiros. A esse nível a sensação que eu tinha é que eles tinham uns telhados de zinco que fazíamos à população. A gente estava no aquartelamento e ia à zona do mercado do comerciante que aí tinha as suas devidas relações com o PAIGC e a gente quando estava na loja do comerciante via ataques com artilharia, mas naquela zona não caíam; caíam na zona dos aquartelamentos, no comando, etc. toda a gente a gritar, mas na zona do comerciante não caíam ali. Dava para as pessoas se sentirem um bocado fragilizadas no meio daquela guerra. Eu disse-o aos comandos. “Você tem um espírito demasiado civil, para comandar companhia.” Se é civil dizer que isto é uma tontice e que esta guerra foi conduzida de uma maneira tonta. Não temos capacidade de resposta. Por exemplo, numa altura em que fiz uma operação, um dos dilemas que eu tive naquela situação foi, eu tinha vontade de ir lá mas estou-me a meter nesta guerra a sério! Resisti à tentação, porque a vontade era pegar nas tropas, sabia onde eles estavam, e é difícil resistir a ir lá, porque a gente levava-mos cacetada. Eu não fio lá porque tive receio de mortes quer das NT, quer do lado de lá. Se eu fosse lá, eventualmente dominava aquilo, mas eventualmente havia baixas. Talvez não houvesse se aquilo fosse bem conduzido e acho que conduzi aquilo em condições. Mas não, estou-me a meter nisto demasiado a sério, foi uma coisa de que eu nunca fiz tenções. Uma coisa que eu disse aos meus soldados que formaram companhia em Estremoz foi que o meu principal objectivo como capitão é que todos voltem, e voltaram. Para responder uma pessoa envolve-se, mesmo na guerra de uma maneira que eu não queria. Eventualmente, obtinha resultados, mas estava a contribuir para ter baixas e ter baixas do outro lado. Em termos militares na altura custou-me, eu tenho a certeza que se passar ao ataque tenho possibilidades de fazer alguma coisa porque ando aqui só a servir de alvo que é uma situação muito desagradável. Deram-me uma vez do comando a indicação para ceder um grupo de combate, ¼ de companhia para ir reforçar e eu recusei. Recusei comunicando para os chefes do estado-maior em Bissau. Houve 2/3 mensagens e eu a explicar que não podia porque prejudicava a defesa e eles deram-me a ordem taxativamente e eu tive de cumprir. Era capitão e do outro lado era um coronel, mas

não foi fácil cumprir, porque eles comandavam aquilo mal. Em Kadique os soldados saíam do arame, andavam um bocado e estava escrito “Zona da República da Guiné-Bissau, Zona Libertada.” Saíam de lá a chorar, era o suficiente para serem apanhados à mão, portanto a sensação que eu tive é que encontrei muita incompetência nos comandos. Acho que a guerra era conduzida de uma maneira, minto...

Tiveste algumas dificuldades logísticas, administrativo no comando da companhia. Porquê?

Houve um incêndio que ocorreu, não pelo ataque, uma coisa com uma hora de diferença. Os soldados tinham pegado fogo áquilo. A solução foi incluir tudo no ataque, tivemos que preencher a papelada toda, os parafusos todos...

Qual a dificuldade entre ti e um capitão do quadro?

Conheci alguns e posso dizer-te. Sou engenheiro e como engenheiro gosto de obras, gosto de ambiente de obras. Tem de se ter conhecimentos, gosto, para fazer isso. Para ser CC tem de se gostar do relacionamento com os homens de criar um clima de autoridade. Há uma grande diferença entre ter autoridade e ser autoritário e eu encontrei soldados na minha companhia que tinha autoridade natural. Depois para além da autoridade, ter conhecimentos técnicos em termos de acção psico-social, de relação com as populações em termos operacionais, e acho que a esse nível a nossa formação era muito pequena e os CC do quadro, nomeadamente os mais novos eram muito verdes, muito mais ingénuos do que eu e de um modo geral do que do pessoal que vinha das universidades, de que é um exemplo aquela história de ele se considerar irresponsável.

Eram de uma candura! E depois aparece-me o coronel a falar sobre a bandeira nacional, diz um chorrilho de parvoíces, uma pessoa ficava... mas é possível que os nossos comandantes sejam isso? Sentia portanto, pouco respeito pelos comandantes, porque não os considerava. Eu não apanhei o Spínola e eventualmente, o Spínola teria sido diferente. Mas não via na posição que eles tinham que era de defesa da guerra e a minha posição não era essa, mas eles assumiam a guerra e não a sabiam fazer em condições. Por isso, virem-me dizer – o senhor tem um espírito demasiado civil... E da outra vez não fui lá porque não quis. Portanto eles não iam lá porque não eram capazes. Depois houve o 25 de Abril, fui seleccionado pelo MFA para defender a entrada do Norte de Bissau, como companhia de confiança do MFA. A gente sobrevivia. Lembro-me de uma passagem que havia no rio, já não me lembro o nome, no Norte que era da nossa responsabilidade, tinha recebido ordens, passavam 1º as colunas militares, depois oficiais individualmente, passavam depois das colunas militares. Telefona-me o furriel que tomava conta do pontão e da barça. Estava lá um jipe com um coronel que exigia passar. Eu vou aí. Cheguei lá estava um coronel que era do comando da zona norte que queria passar. Eu disse: “1º passam as colunas militares e, portanto, não vai ter outro remédio, senão esperar.” Ele barafustou, esperou, e no dia seguinte fui chamado ao comando. Deram-me a ordem de que primeiro passavam as colunas e limitei-me a seguir as indicações que dão, portanto, não me passa pela cabeça a não ser que me dêem ordem por escrito, fazer de outra maneira. E a esse nível posso dizer que me dei relativamente mal, estou convencido que às vezes a maneira como respondi a determinadas situações, se fosse ao contrário eu levava uma porrada. Agora havia níveis de incompetência da parte deles que eram, estavam desanimados, desiludidos com a guerra, estavam tudo, mas francamente passei o 25 de Abril... no dia 24 para 25 fui de Lisboa para Bissau, tinha

vindo a Lisboa nessa altura 10 dias, tinham uns contactos ténues com o movimento, quando cheguei lá é que soube, era naquela noite. Fiquei furioso porque preferia estar em Lisboa. Fui depois à detenção de Bettencourt, general Bettencourt Rodrigues e fomos metê-lo no avião, foi para a Ilha do Sal. Não estava com a companhia, estava sozinho. Tinha ficado um alferes a comandar a companhia, eu tinha vindo de férias oficialmente. No dia 25 de Abril estava em Bissau. Estava nas telecomunicações a ouvir as mensagens e a acompanhar o que se passava e depois fui para minha companhia Cachobamque estive lá mais uns 3/4 meses até ser transferido para a entrada norte de Bissau com a companhia segura para defender a entrada norte de Bissau.

Estavas ligado ao MFA?

Sim, sim tinha contactos, conhecia algum pessoal. Nas telecomunicações o Bettencourt na noite de 24 para 25 a perguntar ao chefe da PIDE: “Que unidades é que a gente tem do nosso lado?”. E o da PIDE respondeu: “Que eu saiba nenhuma.” Portanto isto dá um bocado a ideia. Toda a gente estava numa de se vir embora, quando os Spinolistas começaram a ir fazer umas sessões junto das unidades, sobre um referendo, e depois perguntavam: “Têm alguma dúvida?” e os soldados perguntavam: “Quando é que a gente vai embora?” Criou-se rapidamente um clima que os soldados só queriam era vir embora, portanto para os terroristas era o ideal. O referendo foi inviabilizado porque as tropas queriam vir-se embora. E houve tropas que abandonaram o quartel e retiraram, comandados pelo T. Coronel Banozol(?). Houve tropas que ainda voltaram à unidade, houve outras que não, aquilo foi uma confusão. Foi complicado. Se nós não confessamos medo aos poderosos, eles não têm tanto poder como isso. Não foi por acaso que me escolheram para ir defender a entrada norte de Bissau. A minha companhia fazia as operações, e eu sempre tive a sensação colocar uma arma nas mãos ao cuidado que não atirem sem mais nem menos. E os poderosos perante isso, eles partem do princípio, que poder é natural, está-lhe atribuído. Se nós não aceitarmos isso e contestarmos esse poder, o poder deles diminui logo a relação psicológica que esta na base do estabelecimento do poder é muito importante. Eu tinha poder, algum. Fiz um grupo de teatro na minha companhia que foi actuar a Kufar, junto do comando depois dos 25 de Abril. Terminava com os soldados que faziam o espectáculo a dar um passo em frente e a dizer, tenho 20 anos, tenho 21 anos, tenho 22 anos e estou farto, farto disto. Isto para o comando difícil de engolir, mas de facto chamaram-me à atenção: “O que podem fazer? Mandarem-me para a frente de combate? Já estou cá!” Para mim era muito simples, estava na frente de combate à força e dizia-lhes sempre isso: “Não jogo segundo as vossas regras. É uma relação esquisita entre as minhas e as vossas.”

Qual a missão principal à entrada de Bissau?

Controlar a entrada de elementos IN e deslocação das NT, lembro-me uma vez, foi uma história muito interessante, chovia torrencialmente, como chove em África, e um Batalhão que estava fora da zona de Bissau tinha um embarque para a metrópole marcado para um determinado dia. Adiado o embarque. Eles estavam à espera do embarque quando lhes disseram: “Abandonam o Batalhão e fazem uma marcha para Bissau, para vir para o barco.” Começam a andar, estavam aí a uns 30km, passado um bocado chove torrencialmente. No caminho estava eu a defender a zona norte de Bissau. Deram-me ordem para guardar o caminho. Nós estávamos lá e chegam eles completamente encharcados e com 2/3h de chuva torrencial em cima e não agimos de violência, quiseram passar e passaram. Mas o mais característico é que o

comandante do Batalhão estava lá no sítio onde eu estava, na estrada a falar. E lembro-me dele a falar para um soldado: “Vocês dão cabo da minha carreira militar!” E um soldado diz-lhe: “Eu estou-me cagando para a tua carreira militar.” Aquilo era a desagregação do Exército e a minha companhia e algumas outras asseguravam algum funcionamento, eu que era demasiado civil, ainda conseguia fazer funcionar.

O comandante veio com eles a pé?

Não. O comandante como eles saíram, e ali era a barreira veio até à barreira à espera deles. O comandante estava lá para os fazer voltar para trás; 300 homens que apanham uma carga de água de 3h, 30km, não é por lhes aparecer uma pessoa à frente a dizer voltem para trás que voltam. Uma pessoa tem de ter senso com as ordens que dá; se não tem senso... Ali só com violência é que eles voltavam para trás. Quem tentava manter alguma disciplina e eficácia naqueles soldados eram companhias como a minha que eram notoriamente conhecidas por não concordarem com aquela malta. Eramos milicianos, mas eram as que ainda funcionavam, porque as outras estavam completamente desactivadas.

Desde muito jovem, foste um activista do movimento associativo, logo na universidade. Isso foi importante?

Foi uma boa escola, mesmo para o serviço militar.

Tens a consciência de que influenciaste alguns militares do quadro, ou nunca tentaste fazer isso?

A situação na Guiné foi muito... os quadros do Exército estavam muito mal colocados, formou-se uma 5ª divisão que ao contrário daqui, a 5ª divisão na Guiné era onde se metia os oficiais do quadro que não se sabia o que fazer com eles, portanto era uma espécie de caixa de indisponíveis, foram muito significativamente postos na prateleira, não tive com os oficiais do quadro uma relação muito profícua, que eram poucos e porque em termos de funcionamento de uma maneira geral, funcionavam muito pouco e mal. Não criei com eles um clima de respeito significativo. Os principais com quem eu me relacionava, não sei o que pensariam de mim, mas eu sei quando vim a Bissau, antes do 25 de Abril, quando vim de férias, passei pelo comando e vários oficiais, tenentes: “Este é o comandante de Cabochamque.”, aquela cena de eu não querer ceder o pessoal tinha dado (???). eu contestei a ordem que me parecia imbecil e mais do que isso, eu fi-la comunicando ao comando chefe. Isto está mal feito: “Eu não posso mandar os homens, porque preciso deles, não vou enfraquecer a defesa de Cabochamque sem vantagem para o comando. Isso não deve ser feito e os meus homens não vão.” Só que do comando nunca me disseram nada, nunca responderam, foi só a indicação do comando de batalhão: “Cumpra a ordem!” Tive que mandar os homens para lá, estiveram lá uma semana e devolveram-nos. Foram lá quase só fazer despesas de representação, não foram durante muito tempo como eles pretendiam, mas isto tornou-se na altura bastante falado em Bissau?

Como foi o teu regresso?

Foi próximo de 28 de Setembro, fui deixando lá a maioria de munições, jipes, porque não havia maneira de a gente trazer equipamento que valia dinheiro, foi dizendo aos especialistas, aos motoristas, mecânicos

que material que levássemos ficava para eles. E, então, aquele pessoal que não estava nada interessado em acartar caixotes, era tudo a acartar, porque ficavam com aquilo, com as ferramentas. A ordem foi sair.

Entregaste alguma coisa ao PAIGC?

Entreguei. Não houve uma entrega oficial. Houve uma passagem, houve a ida de comando do PAIGC ao local onde eu estava, almoçámos juntos, houve Ronco, houve assim umas coisas e depois nós dissemos que íamos sair num determinado dia e saímos sem oposição deles. Não houve nada combinado, mas não houve atrito.

Como eram aquelas pessoas, principalmente os chefes ou os comissários?

Estiveram lá e estavam surpreenditíssimos: “Estamos aqui a comer com vocês.” Isto ainda em Cabochamque. Eu estava lá com eles e eles admiradíssimos por estarem à mesa com os Portugueses e diziam eles: “Mas o Amilcar disse-nos, vocês ainda hão-de estar à mesma mesa com os portugueses, mas a gente não acreditava e agora estamos aqui.” Eles depois saíram da unidade e foram lá para o comando deles. Em nome da nossa delegação pedimos a vossas excelências para que vocês nos arranjem Caliente (aguardente) para cortar o frio. Como vocês sabem a malta está com frio, até de mais e é por isso o que nós agradecemos a todos pois a caridade que vão fazer. Saudações codeais dos amigos sinceros. Os gajos chegaram lá, eram muçulmanos, não bebiam, não sei quê, a falar connosco muito formalmente. Passado umas horas foram-se embora, mas escreveram. Tenho outras coisas. A gente tinha um jornal da companhia A Raposa. As Raposas do Bolonha, um jornal com poesias, quando os soldados estavam em Kufar, no comando, a queixar-se que a companhia não dava apoio suficiente (?) um grupo de teatro, está aqui um artigo sobre o grupo de teatro. O Victor Norte Ribeiro era desse grupo de teatro, era meu cabo enfermeiro, não acredito que houvesse muitas companhias que não tivessem um jornalzinho, um grupo de teatro. Quando estava no comando da entrada norte, chegaram a convidar-me para formar e dirigir um jornal do MFA, mas não deu tempo. Eu respondi que sim, mas quilo acelerou de tal maneira que não deu tempo. Os chefes dos PAIGC queria manter muito o vínculo de que não precisavam de nós, os portugueses, portanto, as coisas que agente lá deixava nos quarteis e aquartelamentos, a posição deles era de menosprezo, porque aquilo não valia nada. Ainda estava a guerra muito presente e eles tinham assim, uma posição um bocado de orgulho, de prepotência de certo modo. Na entrada norte de Bissau a certa altura tínhamos problemas com a população porque aquilo era para controlar as entradas. Nomeadamente na zona de Bissau onde havia muita população que tinha apoiado o Exército Militar Português, os que estejam comprometidos tinham que provar ao PAIGC que eram bons rapazes. Os gajos, impossíveis de aturar, insultavam as tropas, não era o PAIGC, era a população que nos tinha apoiado, mas queriam mostrar ao PAIGC que estavam do lado deles. A gente estava naquela situação, as barreiras muito dificilmente mantidas por nós por causa da população a contestar e a insultar. Depois aparecia o PAIGC para fazer a substituição, eles começavam a refilar e o PAIGC levantava as armas: “Formem fila, estão calados.” Os gajos não tinham problemas ao nível de disciplina nas entradas, nas barreiras à entrada de Bissau, mudou drasticamente quando o PAIGC fazia a substituição porque não ia lá com brincadeiras contestatárias de última hora. A malta que contestava era malta que apoiou o regime. Chegámos a fazer o controlo nas barreiras, nós e o PAIGC em substituição. Estávamos nós, apareciam eles, durante algum

tempo ficávamos os 2 e depois eram só eles. A minha guerra passou por estas fases todas. Eu fui relativamente dos últimos a sair, mas vim de avião.

A companhia não teve problemas aqui na entrada em Portugal?

O problema que houve foi que foram desmobilizados no barco, porque quando saíssem já eram civis e as barracas que houvessem já não era com militares. Cantavam canções do Zeca Afonso com toda a força porque os soldados da minha companhia e as outras que vieram desembarcaram a cantar: “Canta, camarada, canta.” E coisas assim. Aliás quando entraram no barco em Bissau começaram por ocupar a sala de oficiais. Os soldados começaram por entrar para lá e sentar-se. Ocuparem, é um bocado exagerado, foram para lá, depois disseram-lhes para sair lentamente foram saindo, mas o ambiente era, não aceitavam aquelas desigualdades, depois tinham nitidamente combinado vir a cantar e fazer festival, quando desembarcassem e aí desmobilizaram-nos à entrada do Porto e quando desceram vinham à civil e com os altifalantes a cantar música popular portuguesa para abafar o que eles pudessem dizer. Não houve propriamente nenhum incidente, houve este clima de incidência que podia haver permanentemente por causa da contestação, o que era comum às tropas e que vêm na continuidade dos Spínolistas andaram a falar no referendo e as tropas só pensarem em vir embora. Militarmente era impossível lá continuar, na Guiné, porque os soldados já não faziam a guerra.

Como classificas, hoje, o teu/teus desempenho/s do serviço militar obrigatório?

Tive um pequeno protagonismo que é desconhecido, haverá quem estava no comando que é capaz de recordar que havia uma companhia que era de difícil relacionamento. Eu acho que os grandes objectivos que eu tinha, que era sobreviver, eu e os meus soldados, consegui, com saber e sorte, voltámos todos como companhia que em situação difícil se manteve coerente e disciplinada. Já nas outras companhias a disciplina se tinha rompido e nós mantivemo-nos com funcionamento digno. Não tive assim problemas disciplinares graves. Tive, quando da formação da companhia, tive um problema com um aspirante que tinha feito formação nos comandos, era doido por disparar e começou a disparar, exibicionismo e feriu na cara dois soldados, eles tiveram que ir para o hospital, etc. sem gravidade, mas ele levou uma porrada e ficou como aspirante, não foi promovido, saiu da companhia. Foi assim o único formal que existiu. De resto, em Cumeré, quando estávamos a formar batalhão a certa altura ouvimos um tiro numa camarata. Tinha sido um soldado que estava na camarata na cama de baixo, tinha carregado no gatilho e passou resvês ao gajo que estava em cima. Aquilo era um tiro para atuar disciplinarmente. Chamei-o e depois disse-lhe: “Levas uma porrada, ou a gente abafa isto aqui, masavas 2 chapadas.”, “Prefiro levar 2 chapadas.” A situação era incómoda, eu dei-lhe 2 chapaditas e ele desata a chorar por causa da situação e não por causa da força das chapadas. Isto morreu ali. Foi resolvida sem passar a outro nível. De resto, não tive problema disciplinar nenhum.

Depois de vires da tropa, o que foi a tua carreira profissional?

Iniciei uma carreira civil, trabalhei como engenheiro no gabinete de estudo da Câmara de Oeiras, fiz carreira como professor do ensino secundário, fui dirigente sindical dos professores, da FENPROF e do sindicato de professores de Lisboa. Fui presidente do CD vários anos. A tropa acho que me ajudou neste

cargo. Lembro-me que uma vez nas férias grandes vinha de Itália, tinha ido a Itália e quando passo em Estremoz vinha a cento e tal, sou apanhado pela polícia e tira-me a carta, depois fui a julgamento a Vila Viçosa e recebi um papel para ir lá. Então mandei uma carta em que explicava que era presidente do CD da escola em Almada, pelo que tirarem-me a carta, mais do que prejudicarem-me individualmente, prejudicava a economia regional. Mande a carta convencido de que eles me mandavam bugiar. Devolveram-me a carta com um pedido de desculpas e isto tem a ver com aquilo que eu digo de relação com o poder. A minha relação com o poder acho que foi influenciada pela guerra.

Entrevista transcrita do gravador efectuada a Carlos Alberto Gaspar Martinho em 7 de Novembro de 2012, pelas 16horas, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. (A XI. 3)

Tu foste mobilizado, andavas a estudar, no 3º ano de engenharia mecânica?

Exatamente, quer dizer, tinha feito o 2º ano e iria para o Técnico, na Faculdade de Ciências. Não trabalhava nem era casado. Eu casei no meio da tropa. O meu nome é Carlos Alberto Gaspar Martinho. Casei em 1971. Entrei para a tropa em 6 de Outubro de 1970. E embarquei para a Guiné em 1972. Quer dizer quando eu venho do estágio de Angola e vou tirar o curso de capitães em Mafra, nessa altura é que eu casei cá, em 71. Foi o meu 1º casamento. Eu sou casado 2ª vez. Foi em 16 de Outubro de 1971 que eu casei. Os meus pais são emigrantes na Venezuela. No fim da 2ª Guerra Mundial vieram lá da Beira Baixa, em Silvares, concelho do Fundão, eram uns pequenos agricultores. O meu pai era um homem genial. O Saramago dizia que o homem mais inteligente que conhecia era um analfabeto e, eu posso quase dizer isso do meu pai. O meu pai era de uma família de pequenos agricultores, com algumas courelas, mas muito pobres, o meu pai era pastor aos 8 anos, legado da minha família, do meu avô, o agregado familiar era muito grande, precisavam de mão-de-obra e, então antes de ir para a tropa, antes do começo da 2ª Guerra Mundial, mil novecentos e trinta e tal, ele sabia que ia às sortes, e queria ir para a tropa, não sabia ler. Os meus viviam a 5km, no meio das montanhas, de Silvares, a aldeia principal. Ele, por iniciativa, pediu ao meu avô, para ver se ele podia ir ter com o barbeiro da aldeia, a aprender a ler, para não ir para a tropa sem saber ler. Durante a noite, depois das horas de trabalho, a nevar ia lá, aprendeu a ler e foi para a tropa. Na tropa, tirou a 2ª classe, na Covilhã e com os amigos dele, os soldados o que queriam era ir para os copos, para a farra. Ele estudou lá e conseguiu tirar a 1ª e a 2ª classe. E como prémio, o Estado-maior, o Exército, mandou-o para casa. Ele foi para a aldeia, começou a ler jornais e começou a ver que aquilo não dava nada, e então é que decidiu emigrar, 1º tirar 1 profissão. O meu avô zangou-se com ele, porque fazia falta, mas ele compensava aos fins-de-semana e depois ia ser ajudante de carpinteiro. Ele depois leu os jornais sobre a emigração, que na América do Sul precisavam de gente e então conseguiu, com os trabalhos que fazia, juntar uns cobres para ir. Ele depois foi ele 1º e, depois chamou a minha mãe e depois fui eu e o meu irmão. Os outros meus 2 irmãos ainda não tinham nascido. E ele assim foi para a Venezuela. Lá começou como carpinteiro, depois passou para dono de um café, depois investiu numa pensão, depois comprou uma companhia de autocarros. Foi um homem que foi sempre subindo, e depois quando nós chegámos, eu já era crescido e o meu pai disse: “eu queria dar um curso aos meus filhos.” Então mandou a minha mãe comigo e com o meu irmão para cá. Fui internado num colégio particular na Guarda, o Colégio do Outeiro de S. Miguel. Viemos de um clima tropical para a Guarda, havia uma secção dos particulares, depois havia a parte dos pobres que isso eu via a diferença. Aquilo era gerido por “irmãos”, mas tinham preparação escolar de 1º grau para nós. Eu já tinha feito a 3ª classe na Venezuela, só sabia falar o espanhol correctamente, tive de repetir esses três anos num ano em português e, o 1º ditado que fiz de 12 linhas ou 13 foram 70 e tal erros. Até o i em espanhol é o y. eles chamava-me o espanholito, mas comecei a aprender o português. Tirei nesse ano a 3ª classe, no ano seguinte tirei a 4ª e a admissão. Só lá estivemos 2 anos, eu e o meu irmão mais velho. Ele já tinha 4ª classe. (???) Entrava para o Liceu nessa altura, já o meu pai veio da Venezuela definitivamente. Alugou um apartamento em Benfica. Inicialmente fomos para os liceus. Não, no 1º e 2º ano de liceu fomos para um colégio em

Benfica que era o colégio Portugal, ao pé da mata S. Domingos, mas depois fui para o Liceu Gil Vicente, aí tirei até ao 5º ano. Eu estava para chumbar no 5º ano, mas havia um truque porque eu era um malandro do carago, o meu irmão o mais velho era muito bom aluno, um aluno excelente e como ele era mais velho e como não tinha o nível etário para entrar no liceu, o meu pai teve que o meter num colégio, no melhor, Charles Pierre e, eu podia ir para o liceu. Eu só queria era passar com 10, e então no 5º ano, eu disse ao meu pai: “se não me metes numa escola, não me levam a exame lá no liceu.” No último período vais lá para a escola de Benfica, mas vê lá se tu passas. E, eu passei, fiz o exame no liceu Pedro Nunes. Vou para o 6º ano e aí mudámos de Benfica para Algés. O meu pai já estava metido na construção civil, fez um prédio e nós ficámos com 3 apartamentos para a família toda - 4 irmãos e os pais, 6 pessoas. Fui para o liceu de Oeiras. Os meus pais eram Católicos, Apostólicos, Romanos nós íamos todos os dias à missa nos Jerónimos. Aquilo era um ritual, não se podia olhar para as meninas. No final dos anos 50, eu descobri as mulheres, não havia sexo, não podia haver sexo. Então foi um desastre. Para tirar o 7º ano do liceu, chumbei 2 anos seguidos: “eu quero que tires o 7º ano, mas vais trabalhar.” E mandou-me para o Charles Pierre. Eu entrei, fui a exame e passei. O meu pai queria que eu fosse trabalhar, mas eu pedi que me deixasse tentar, pelo menos, a admissão ao Técnico – queria engenharia electrotécnica. “vai lá tirar, tu vais chumbar!” Chego cheguei ao pé do meu pai e disse que tinha sido dispensado da oral e que tinha entrado para a faculdade. Com estes chumbos todos, a vinda da Venezuela e a repetição dos anos, eu estava aflito para ir para o serviço militar. O meu irmão não conseguiu tirar nem o 1º ano, porquê? Porque já tinha os 20 anos. Teve de repetir os anos e foi logo mobilizado para a Guiné eu fui para a faculdade de Ciências, aí conheci a minha mulher, que estava em Letras, aí ia aos convívios, arranjava todos os expedientes para sair de casa. Mas depois a minha mulher, obrigou-me a ser certinho. Meti-me num grupo de malta, 1 deles é o José Saraiva, que foi o director do Expresso, do Sol, que era filho do Zé Saraiva. O pai dele estava exilado em França, na Sorbonne e o Zé Saraiva e eu eramos íntimos. Ele estava em arquitectuta, estudávamos juntos, ele tinha dificuldades financeiras, o meu pai também não me dava muito dinheiro, ia a pé até ao Cais do Sodré e aí apanhávamos o eléctrico até Algés. Particpei no movimento associativo. E depois rompi com ele, porque questões políticas, porque ele não seguiu os ideais do pai, mas sim os do tio. Eu posso contar um breve episódio que tive com ele. Quando foi o luto académico em 69, em que o (???) vinha falar à abertura solene do ano universitário ali na reitoria houve 1 manifestação de estudantes e o Zézinho, vamos lá pá e lá fomos, uns eram de agronomia, que era o grupo que a gente tinha, tínhamos até uma equipa de futebol e era tudo malta universitária, estudávamos todos no Ribamar em Algés, no café, e indivíduos que ali havia no estádio nacional, do curso de ginástica, havia o António Borga que era de Letras, e eu com o Zézinho andávamos sempre juntos. Eu até vinha a pé com ele da Faculdade de Ciências, descíamos a Rua do Alecrim, até ao Cais do Sodré e depois chegávamos ao Ribamar, ao café e dividíamos uma torrada a meias, pelos 2, com um cafézito, e depois íamos estudar. Eu vi-o escrever os primeiros artigos no Comércio do Funchal, que estava a escapar da censura, ele perguntava: “Ó Martinho o que é que tu achas disto?”, e depois fomos muito amigos. Houve essa manifestação de que eu estava a contar e eu disse: “Olha que o teu tio está lá, vai à abertura do ano académico”, mas a gente não se aproxima. A gente vai, estava tudo cheio de malta e eu e o Zézinho aproximámo-nos mesmo do carro. Como tu sabes o carro entra no próprio edifício, por onde saem as individualidades. Eu e o Zézinho estávamos mesmo ali à frente. Quando chega o carro do Hermano

Saraiva, que era Ministro da Educação de Salazar, e diz o Zézinho: “Eh pá deixa-me esconder atrás de ti, já viste se o meu tio me vê, já viste, eh pá!”, e ele escondeu-se atrás das minhas costas. Enquanto eles foram entrando e saindo a polícia não fez nada. Quando acabam de entrar, a polícia de choque aparece por todo o lado, aquilo foi uma debandada, eu fui para Medicina, cheguei lá deram-me uma bata –põe a bata. Pus a bata e lá andava pelos corredores. O Zézinho fugiu também para qualquer lado. Logicamente, eu depois de vir da guerra, eu fui para a guerra, ele não foi, não foi mobilizado. Eu estava para fugir com dois colegas, o Pinho e outro colega que era meu colega de engenharia das máquinas, mas que morava lá em Algés e o pai dele era Juiz e outro rapaz que era Economista, já perdi o nome e eu estava para fugir com eles. Fui ter com o meu pai, e ele: “Ó filho o teu irmão conseguiu vir vivo, tu sempre um bocado malandreco, mas sempre seguiste as pisadas dos teus pais, se eu não te pedir porque é um desgosto enorme para a tua mãe, tu não foges?”, “Ó pai, mas eu preciso de algum dinheiro para as viagens.”, “pois mas eu peço-te que não vás, o teu irmão foi, e tu hás-de vir com a graça de Deus!” Eu transformei-me particamente num agnóstico, ateu. A guerra fez-me dar a volta. Eles formaram-se na Bélgica e na França, trabalharam, lá. Entrei em Mafra.

Tu até classificas os teus instrutores de militaristas...

Ah, sim. Eram aqueles alferes tenentes e que eram mesmo da Academia Militar. Na recruta eu ainda gozava com aquilo. Nunca gostei de armas. Em toda a guerra como sabes, mesmo no estágio eu nunca dei u tiro de arma ligeira. Agora, artilharia, abusei, porque a partir de 73 a artilharia, porque nós eramos atacados. E então, eu não liguei puto às armas. Fui castigado, fins-de-semana cortados, eu fiquei maluco. Eu não estudava e disse para mim que tinha de ter juízo. Isto no princípio da recruta. Depois vi o que era ficar fechado, nunca mais. Comecei a ser o melhor aluno, em estudo de armas, de táctica, era fracote no tiro, nas provas de preparação física comecei a ser dos melhores alunos, de tal maneira que eu era sempre dos 1ºs nos cursos, nas provas físicas e na arma lá me ia aguentando, não era muito bom, porque realmente não tinha entusiasmo pelas armas ligeiras, mas passei a ser bom aluno. Eu nunca pensei em ser capitão, nunca me ofereci, nada! No 1º dia em que entrei em Mafra, olhei para as janelas, vi umas grades e pensei – estou numa prisão, tenho é de sobreviver. Primeiro tive os castigos e depois disse: “Eh pá, isto não é sobrevivência, ficar aqui fechado!” Já namorava com a minha mulher e tudo nessa altura, mas eu fazia de tudo para não ficar de castigo e para não terem má impressão de mim. Comecei a perceber que o alferes, o comandante do pelotão... sou chamado já no fim da recruta à inspecção médica. Vou lá e está lá um médico, que eu vi logo que era miliciano e, eu pergunto: “P’ra que é isto?” e ele diz que é para as operações especiais – onde me fui meter! Fiquei calado e nervoso. Quando chegou a minha vez, ele disse – isto é para as operações especiais, mas chegou agora aqui uma lista para o curso de capitães, e essa lista tem prioridade em relação à das operações especiais e estava lá o meu nome – olhe lá, já não vai para operações especiais, vai para o curso de capitães, e eu perguntei: “mas eu não posso não ir?”, e ele: “não, tem de ir, está na lista tem que seguir, vai para um pelotão tirar uma especialidade, onde todos tiram o curso de capitães.”, “Tá bem, pronto, sempre é melhor do que ir para operações especiais.” Aquilo foi de Outubro a Dezembro. Passámos o Natal em caso e a Ano Novo e depois começou a especialidade, com o grupo do curso de capitães – o único. E depois, eu pronto, comecei a levar aquilo a sério. E depois sai o alferes com esta, no início nós temos instruções do estado-maior, vocês são 36, os primeiros 18 vão tirar

estágio a Angola, os outros vão tirar o estágio à Guiné. O meu irmão, já lá tinha estado, fui falar com ele e ele: “Ó pá, não vás tirar o estágio à Guiné.”, e assim preparei-me e fique entre os melhores, os 1ºs e fui seleccionado para Angola. Só tivemos uma semana, ou dez dias como aspirantes, fugiram dois colegas nossos, que eu conhecia, um até era do Partido Comunista. Na altura eu não sabia. Na altura eu não sabia, eu soube das deserções quando regressámos do estágio de Angola. Eles não estavam e foi aí que eu soube. Já há muitos jantares, na Ericeira, ia a um ou outro porque também estava preocupado porque já as minhas finanças não eram muito fortes, o meu pai era muito exigente com as finanças, não me dava muito dinheiro, mas acompanhava tudo isto. Uma vez em Mafra, apareceram uns papéis “Abaixo a Guerra” e aí é que eu soube que fugiram dois. Quando fui para Angola, fomos ao QG, onde ficámos instalados – só lá ficámos 48h – tivemos mais um dia porque fomos recebidos pelo comandante militar, na altura o Costa Gomes, que nos recebeu e nos explicou e disseram-me nessa altura para onde eu ia tirar o estágio, para o Leste de Angola. Passado o outro dia a seguir meteram-me na companhia de aviação civil de Angola e fui de Luando para Luso, e do Luso para Gago Coutinho, fomos em coluna militar, foi a 1ª vez que eu pus um camuflado. Aquilo eram mais de 100 viaturas. Eu nunca tinha visto uma coluna militar, assim os gajos levaram galinhas e porcos. Aquilo era uma confusão. Os (???) estavam metidos uns nos outros. Bem, teoricamente eu tinha lido alguma coisa, mas aquilo no mato, e no leste de Angola... O capitão disse-me: “olha, vais aqui numa viatura civil, isto não há nada, vais com este comerciante que eu conheço, leva aqui o senhor alferes.”, e lá fui sem uma arma nem nada. De vez em quando passávamos por um buraco e ele dizia que tinha sido um rebentamento de uma mina. Levei dois dias. Cheguei a Gago Coutinho, fui apresentado. Havia então, a sede o Batalhão, estava uma companhia operacional adstrita à sede, havia a CCS, e havia mais três companhias que estavam em três locais – em Mindas, Xuibé e outro sítio. Em Mindas, estive lá o escritor, o Lobo Antunes, que escreveu o tal livro sobre isso. Fui para ali e fiquei adstrito ao Batalhão, em que estava o tenente-coronel, a messe (?), major aquilo seguia tudo as regras como se estivéssemos na metrópole. E depois era um capitão que estava apanhado. Aqui não há nada. Mandam-no para aqui para tirar o estágio, aqui não há nada. Isto é um passeio. Há umas minas, mas isso é só naquelas picadas, a gente não anda lá pelas picadas. Na Guiné aquilo é que era! Mas o gajo era mesmo tarado. Era do quadro, estava na última comissão, a pensar na promoção a major, é natural! E o gajo era mesmo tarado – o gajo ia para a taberna às meninas. E chamava-me: “ó alferes, venha comigo, vamos a uma festazita ali na Tabanca, faz-me companhia!” Levava umas grades de cerveja, e depois ele queria-me oferecer uma menina e eu estava a contar regressar para casar. “Vou agora aqui meter-me com alguma, até pode ter alguma doença, e eu depois vou casar...” consegui não ir. O tenente-coronel, dizia para o capitão: “veja lá se dá algumas noções aqui ao sr. alferes, que ele vai ter responsabilidades muito sérias, faça uma operação a nível de companhia, para este senhor saber.” Passados 15 dias, lá vou fazer a operação e numa zona onde só há população inimiga, não está sob o nosso controlo. Guerrilheiros, se houver, é um guarda-costas, tem 1 mauser, é as informações que temos aqui, portanto não vai haver nada. “Eu levo dois dias, e leva-se três rádios, não há muito material.” Aqui o nosso alferes, estagiário, vai no grupo do meio para trás e eu vou à frente, aqui com o resto dos meus alferes. Vamos de Berliet e somos largados a 100Km, ou a 80km, ou a 60Km, entre 60Km e 100Km, vamos na viatura, somos largados e depois vamos andar dois dias no mato e depois regressamos noutros dois dias, e depois somos recolhidos. A operação é esta. Basta levar uma G3 e umas granadas, e eu disse: “Mas eu não tenho rádio, vou atrás,

tenho um grupo de combate”, “Não, você vai mesmo no último grupo.”, “O alferes desse grupo está de férias, portanto você vai no fim.”, “Mas, meu comandante, eu não precisava de um rádio, pelo menos, para estar em contacto?”, “Não!”, “Ao menos um guia para me dar instruções?”, “Não, não, você não precisa de levar nada, você diz aos soldados para seguirem o gajo da frente e, acabou, vai ver!” A gente andou lá, aqueles dois dias, quando chegámos ao objectivo o homem dá ordens para avançar e aquilo foi assim à maluca, não houve tiro nenhum, entrou por ali, eu também vou lá com os gajos à minha frente. Quando a gente passa do lado de lá da população, estavam 10 soldados parados com 1 sargento, 1 furriel, a secção dele, parada à minha frente: “Então, onde estão os outros?”, disse eu para o furriel “Ah, a gente perdeu-se”, disse ele “Perdemos a ligação com os da frente”, Então, onde estão os outros?”, tudo mata cerrada. Ficámos ali parados até que os outros voltassem, ninguém veio ter connosco. Ah, mas eu antes de me ir embora, meti no bolso um mapa e uma bússola, e não disse nada a ninguém. Orientei-me e vi para que lado ficava o quartel e para onde ficavam as viaturas. Tinha de decidir, porque para as viaturas era mais perto, mas eles podiam já lá não estar. Pus à consideração dos outros, porque eu tomo as decisões finais, mas gosto de ouvir as opiniões. Andámos 3 dias, vi como estávamos de água e comida, chamei a atenção para as aeronaves, se víssemos algum helicóptero estendíamos logo as telas e fugir dos sítios onde pudesse haver emboscada. Aquilo era mata, quase virgem. Quando fui a Minda, vi elefantes ao longe.

Andei 3 dias e a água faltou, racionamento de água e eu pelos mapas vi os rios, e desviava para enchermos os cantis. Seguia sempre as regras, mas punha o comprimido lá para dentro e só passadas 2 horas se podia beber. Ao fim do 3º dia, há uma aeronave que passa. Montou logo a segurança, fez uma fogueira e o gajo vê-nos. O gajo dá uma volta no helicóptero. Passadas 2 horas, aparece outra vez com 2 guias, com água, conservas e, então fomos para o local onde as viaturas nos foram recolher. E foi com esses guias que a gente saiu. E pronto, os soldados ficaram com os pés todos em sangue, pela caminhada. Eu também tinha sangue nos pés. Chegámos ao quartel, fomos dispensados e aquilo foi abafado. Porque lá em Gago Coutinho havia um destacamento de força aérea 1 helicóptero, um DO e dois T6, e havia um alferes, ou um sargento aviador a comandar aquele destacamento, acho que era alferes. Eu em 1977, estava a trabalhar na banca, estava a tender ao balcão, quando aparece lá um “não me conhece?”, foi o que me socorreu no mato. Demos um abraço, foi o piloto que me socorreu, só houve uma baixa enquanto eu estive em Angola, mas não foi comigo a comandar. Aquilo não era assim um passeio, houve um soldado que apanhou um estilhaço de uma mina e morreu. Depois o estágio foi assim: andei a passear, fiquei amigo desse piloto aviador. Voei no T6, em tudo, ele levava-me.

Depois vieste para o curso de capitães e depois foste para a Guiné. Eu gostava que me contasses essa história da Guiné.

É terrível. Foi abafado e é abafado.

Eu gostava que me contasses a tua história, porque tenho ouvido várias sobre o que lá se passou nessa altura e não coincidem.

Eu guerra, guerra, foi o tiro de Molosafe(?), em que eu fui ferido, evacuado para Bissau onde estive 3 semanas. Quando saí de Cambaré para fazer a instrução, o treino operacional, como eles faziam... vou

contar do princípio. Quando chegámos a Guiné fomos apresentados, éramos 3 companhias independentes e 3 batalhões. A parada cheia de homens às 9h, um calor tórrido, disseram-me logo que se alguém desmaiasse ninguém mexia, alguém havia de cuidar e o nosso general gostava de passar revista às tropas, que tinha de estar impecável. Eu não tinha experiência nenhuma, um capitão é que me disse que o general gostava de tudo impecável, boina de lado... e tudo correria bem. Eu falei com os alferes e dei-lhes estas instruções; eu fui muito duro com os alferes e com os sargentos, eu proibia que houvesse confraternizações entre os alferes e os furriéis. Proibia! No princípio os alferes não conviviam comigo, até na messe, quase. Mas depois a guerra juntou-nos, mas isto conto mais tarde.

Preparei a companhia, disse que ninguém se mexia e assim foi. O general passou a revista, ele era um vaidoso do caraças, o gajo passa por nós a olhar de alto a baixo. A minha companhia foi a única que não caiu um soldado, nenhum desmaiou na parada com o calor. No fim somos chamados à tribuna de honra, as tropas já tinham dispersado, o Spínola chama o 1º tenente do 1º Batalhão e à frente dos oficiais dá uma descascadela ao homem: “se você mantém assim um Batalhão, eu corro consigo já para a metrópole.” Veio o 2º Batalhão. Éramos todos milicianos, os capitães. Para mim disse (???) “gostei da sua companhia, bem ataviados, muito bem, sim senhor, e já falamos daqui a pouco mais!” depois reunimos outra vez na messe dos oficiais, sem os alferes. Quando chegou a minha vez de falar sobre o local onde eu ia, ele disse-me: “bem, o senhor vai para Lorossatosato (?), um lugar onde tivemos já problemas. Morreu lá um capitão, zona perigosa, uma das defesas avançadas de Bissau e ali está a ser sempre atacado. É tão má esta zona que as companhias que vão para lá, só lá estão um ano, mas se tiverem bons resultados, senão ficam lá, se o sr. capitão tiver resultados óptimos eu dou-lhe a minha palavra de honra, em como vem aqui para Bissau ao fim de um ano – faz parte da reserva da tropa aqui de Bissau, garanto eu, está a ouvir, mantenha-me os itinerários todos limpos, que não haja problema nenhum.” Eu ouvi aquilo, reuni com os alferes e sargentos e contei-lhes. Disse-lhes que íamos para uma zona lixada, eu vou acompanhar todo o treino operacional, vou sair com todos vocês, não tenho as funções administrativas, está associado à própria de serviço, os meus sargentos praticamente não têm trabalho nenhum e eu vou fazer o treino com vocês. Eu tinha boa preparação física e fizemos um bom treino, falei com eles na psico e falei à companhia. Porque eu tinha o hábito, reuni a companhia e disse: “se nós formos valentes e conseguirmos mostrar resultados, nós vimos para Bissau daqui a um ano, o nosso general deu-me a sua palavra.” Fizemos preparação 3 semanas e fomos ter com as outras companhias que íamos render, ao Lorossatosato e fizemos várias operações, alguns contactozitos, uma vez que os velhinhos levaram-nos aos sítios. Era comandado por um tenente do quadro, que passou a capitão. O capitão antes desse tenente, tinha lá lerpado. Havia várias entidades, depois eu conheci em Bissau várias pessoas com cargos importantes e que estiveram naquela zona. “Eh pá, você está... cuidado com aquilo!” eu bati a zona toda e comecei a ir a todos os sítios da minha zona. Quando eu der uma ordem a 1 alferes para ele ir a um sítio destes, ele tem que ir, eu já lá fui. Foi a minha filosofia. E assim, foi. Nós fizemos as operações com outra companhia. No último dia da companhia que eu rendi, eles fazem um ataque ao quartel, fortíssimo! O inimigo fez um ataque como RPG7, RPG1, morteiros 80, morteiros 60, só não utilizaram o foguetão e o canhão, sem (???) que só conheci mais tarde. Um ataque fortíssimo, mesmo no arame. Tiros morteirada e não sei o quê mais. E eu andei de um lado para o outro, irritado. A companhia velhinha, os sargentos velhinhos e o tenente foram logo para os morteiros. Eu fiquei hesitante se havia de largar os meus

homens, se havia de ir para os morteiros, onde eu vi que estava lá, que era mais importante – bater a zona. Depois começaram as armas pesadas deles a bater na nossa zona e eu vejo alguém a atirar-se para a vala e eu também me atiro. Este braço foi o último a entrar na vala, apanhou um estilhaço. Ia-me cortando os dedos, eu levanto-me, não senti nada. O ataque parou. Não foi mais que 12 minutos. Aquilo foi em Maio, em Agosto tive mais um ataque de 75 minutos. Foi o 1º ataque de maior intensidade desde o flagelar, por várias fases, que eu também não estava lá, estava de férias cá. E não tivemos nada nesse ataque, nada! Mas a minha tropa já estava treinada. E então, eu não dou por nada, está tudo bem, há uns gajos com uns estilhaços e vamos tomar umas bebidas para acalmar. O ataque, eram 15m para as 9h e eu estava a comer, na messe de oficiais, com um tenente do quadro e com outros alferes e então tinha feito um petisco. Tinha matado passarinhos e estávamos a comer os passarinhos fritos. Bem, até o meu sargento e o enfermeiro diz: “Ó meu capitão, tem a camisa toda suja, e é sangue.” E então, é que estava a escorrer, foram os estilhaços que tinham entrado e saído. Lá fui à enfermaria e ele disse: “tem que ir para o hospital, senão fica sem os dedos, tem de ser mesmo lá e fazer fisioterapia, senão nem mexe os dedos.” Pediu-se a evacuação, nessa altura ainda aterravam os DO e fui para Bissau. Coseram-me, reconstruíram-me os dedos, ligaram-me e depois fiquei na messe de oficiais enquanto havia tratamento. Ia da messe para o hospital, até que um dia, estava na messe de oficiais e “Alô, sr capitão Carlos Martinho, o chefe do Estado-maior do Exército, o sr. general Salazar Braga, está à sua espera no seu gabinete no QG.” Eu conhecia o Salazar Braga, ele era o coronel que era o chefe de Estado-maior de Bissau. Recebeu-me no gabinete. Nós eramos vizinhos, porque a minha casa, onde eu vivo é uma vivenda 100m à frente. “Então, soube agora, encontrei o seu pai na missa, cheguei da metrópole, ele disse que o seu filho, o seu Carlos estava aqui na Guiné, então você foi ferido?”, “Foi, meu general.”, “Olhe, então você vem para minha casa, eu tenho uma vivenda, não tem lá ninguém, não tenho lá a mulher nem nada, eu tenho lá a ordenança e tenho 1 criado, em vez de estar na messe, e o meu mercedes vai levá-lo ao hospital.” Ele está vivo. Podem-lhe perguntar, nós somos vizinhos. Eu deixei de conviver com ele, já conto. Cumprimento-o e ele ajudou-me também, não há dúvida. O chauffeur dele levava-me ao hospital fazer os tratamentos e assim foi. E um dia diz-me o alferes médico, miliciano: “Ó sr. capitão, o sr. fez algum ao nosso chefe do Estado-maior do Exército?”, “Eu não, porquê?”, “Eh pá, recebi ordens aqui do hospital para lhe dar alta, para o mandarem para o mato, e você ainda precisava de fazer uns tratamentos.” Eu perguntei se tinha sido mesmo o coronel Salazar Braga que tinha dado as ordens, e ele disse que sim.” Deu ordens ao nosso comandante e ele disse para fazer 1 relatório para lhe dar alta.” Eu disse-lhe, sabe onde é que eu estou colocado?”, “Deve estar na messe de oficiais como estão os outros.”, “Não, estou em casa do sr. Coronel Salazar Braga.” O homem ficou branco – acalme-se. E eu também sei que o general Spínola não quer oficiais principalmente, capitães em Bissau, a passear. Ele deve ter ordens para isso. Mas eu não vou queixar-me de si, fique descansado. “Olhe, mas eu vou fazer um relatório especial, a dizer que precisa pelo menos de mais uma semana.” E lá fiquei, mais uma semana a fazer fisioterapia. “Eu vou até propor que venha outro médico, mas eles não fazem isso.” E fiquei mais uma semana. Eu percebo que o coronel Salazar tenha sido pressionado para isto, mas eu fiquei doido, ele podia ter falado comigo – tem que ir embora. Mas eu enho outra história, já no fim da comissão, com outros coronel também vizinho, ali de Caxias – onde moram muitos militares – mas que já morreu, que era o 2º comandante da ilha de Bissau,

foi meu comandante e que se vangloriava de me mandar fazer colunas a Farim e era meu amigo, era meu vizinho em Caxias.

Depois no Lorossato, imprimi uma disciplina rígida, porque para mim, principalmente o soldado é o último aliado. O pessoal base é o último responsável. Para mim, não poderia vir ter comigo um sargento, ou um alferes e dizer – o cabo tal e tal fez isto assim, assim – mas qual era a integração dele no comando? Quem é furriel? É por aí que começamos. Bem, era muito exigente, começamos a apanhar as minas. Eu tinha um furriel de minas e armadilhas que era um especialista do caraças. Eu dizia-lhe para ter cuidado e não se arriscar. Uma vez o gajo estava arrancar uma mina, numa coluna descobrimos uma mina, anti-carro, anti-pessoal, não nessa não havia coluna, foi uma patrulha. Eu estava a 2/3 metros a ver a técnica do gajo, quando o vejo a correr e passou por mim a dizer que se tinha enganado. Eu disse tudo bem, não há problema, mas ele disse que ia lá voltar e desmontá-la. Eu disse, está bem, mas veja lá que não quero vê-lo a ficar aí, não quero passar por isso. O gajo ganhou um prémio, foi ele que apanhou mais minhas na Guiné. Eu perdi dois homens por causa das minas nossas, um furriel e um cabo. Há pormenores, e já agora quero falar na constituição da companhia completa. Era miliciano e nunca tive quatro alferes. Parti com três alferes, o melhor que eu tinha, até era de operações especiais, estava bem treinado. Tiraram-mo, foi uma companhia de africanos. Mandaram-me outro alferes, o 2º alferes que era muito bom, também ao fim de não sei quantos meses, também mo tiraram e mandaram um periquito. Isto, em termos militares, na zona onde eu estive cria muitas dificuldades, não ter um corpo estável e completo. Depois passados 2 meses, em Julho, há uma coluna para ir buscar abastecimentos a Bissará, ao lado de Lassarato e havia notícias de que o inimigo andava ali por volta e tinham sido flagelados há 3 dias atrás com um ataque ao quartel, e eu tinha que levar a companhia. Nunca tive a companhia junta, porque no Lorossato tinha 3 grupos de combate e depois, passados 3Km havia um rio e tinha um destacamento chamado Maké, onde eu tinha um grupo de combate, que ficava lá 15 dias e depois era rendido por outro. E eles ou armadilhavam a ponte, à noite, antes de se deitarem de manhã levantavam as minas, até para a população passar, e quando haviam colunas, passarem, e à noite voltavam a pôr. Era uma rotina. O grupo de combate, montava a segurança à parte e ia lá um furriel, ou um alferes armadilhar a ponte e ia também um cabo que era o guarda-costas. O cabo ia com eles, com o sargento ou o alferes. Ninguém me disse nada, ninguém me contou isto. Às vezes quem desmontava era o cabo, outras era o furriel, outras, o alferes. Até que há lá uma vez que vai lá o cabo e ficou lá. Aquilo rebenta. Foi um acidente, estávamos em guerra, não podia punir, mas chamei o alferes de minas e armadilhas e eu: “Então, passava-se isto e eu não sabia de nada?” nessa altura já nós dialogávamos bem, porque tinha havido problemas, lembro-me de outra operação em que ia à frente uma companhia e nós começamos a ser flagelados à frente e, nós tivemos que amochar e as balas a passarem por cima de nós com morteiros, se não estamos desabrigados, isto é uma planície, uma bolanha. O gajo diz ao furriel para ir com a sua secção para bater a zona e o furriel diz-lhe assim: “o quê, vá você!” e eles nunca mais batiam aquilo e eles ali amochados. Depois é que comecei a ouvir um morteiro a cair e eles piraram-se logo. Eu vou ter com eles a dizer que eles demoraram muito tempo. Deu-me uma desculpa. Vamos para o quartel, faço o relatório, eu mostro-te que tenho aqui. Eu sou um gajo, que entrava nas guerras mas, também queria sobreviver e vou-te contar os truques que eu fiz, porque também pintava os relatórios. Passados dois dias diz-me esse alferes: “Querias falar consigo, mas queria que tirasse os galões e me desse a sua palavra de honra.” E ele contou. E eu disse: “Porque é

que eu não quero grandes convívios com os furriéis, nós estamos na guerra.” Vocês podem beber cerveja com eles, desde que respeitem a hierarquia porque aqui é guerra. Não vou punir ninguém, a partir daí a malta, os meus alferes, eu dizia vamos para aqui e, eles iam.

E depois como foste para Guidage?

Espera aí, ainda falta. Houve vários episódios. Eu vou fazer a tal coluna de reabastecimento com o rebenta minas que ia à frente, estava tudo nervoso e depois... No princípio, nos primeiros ataques tinha um soldado que depois dos ataques embebedava-se e queria matar tudo, matar principalmente o capitão. Comecei a ouvir rojadas dentro do quartel – o Adão está bêbedo e diz que só quer matar o capitão – lá vou eu a correr, e eu digo para o alferes de operações especiais: “Eh pá, aponta a arma ao gajo e, deixa-me falar.”, “Ó Adão, o que se passa contigo, é o teu capitão, andas para aqui a dar tiros...”, “O capitão, é que é o culpado disto trouxe-me para aqui e eu vou dar cabo disto, e também vou dar cabo de si!”, “Então, e depois a tua família, a tua namorada?”, “A minha namorada já não me escreve.”, “Então, e não podemos falar os dois, se for um problema de família, eu também posso escrever para eles.”, “Então, vamos falar.” Eu avancei para ele e disse ao alferes que se ele levantasse para cima, dar-lhe um tiro numa perna, cheguei ao pé dele, ia falando e depois atirei-me ao gajo e tirei-lhe a arma. No outro dia às 9h, estava no meu gabinete, dei-lhe logo 10 dias de prisão: “ Ó meu capitão, eu não sabia o que estava a fazer, com os copos não sei...” Aqui não há prisão mas na tua caderneta, ficas já com 10 dias de prisão, podias ter matado um colega.” Passados 8 dias, outro ataque e a mesma coisa, e eu disse: “Deixem-me descarregar o carregador e já lhe saltamos em cima.” Aí dei-lhe outra vez, mas comecei a pensar o que fazer. Chamei-o e dei-lhe mais 10 dias. Ele disse que eu não gostava dele e parece que aí se abriu e eu disse: “Vou-te nomear para um lugar importantíssimo e esse lugar é para te provar que eu tenho toda a confiança em ti e não tenho nada contra ti. Vou-te nomear meu guarda-costas, não fazes serviço nenhum, arrumas o meu quarto, és a minha ordenança aqui na secretaria, só saís para o mato quando eu vou, deixas o teu grupo de combate, não recebes ordens de furriéis, só minhas. “Tá bem, fico consigo.” E ficou assim. Tens que me limpar a arma e quando eu for sair tu vais sempre atrás de mim. Tudo correu bem, mas quando foi então a mina, havia aquela coluna para fazer que eu estava a contar a contar há bocado e que interrompi para contar este caso do soldado. Eu tinha mandado um grupo de combate picar a picada antes. Eu fui à frente, mas também tinha a certeza que as normas tinham sido cumpridas, mas mesmo assim não detectaram aquela mina. Quando arrancamos, a minha roda, não rebenta a mina, a detrás é que rebenta a meio do percurso. Eu ia com o chauffeur, o guarda-costas e levava mais dois soldados para a segurança. Eram 5 homens, um ficou aleijado, não morreu porque tínhamos sacos de areia, tínhamos tudo preparado, eu fui cuspidos pelos ares, o guarda-costas também, o condutor partiu a perna com o volante. Era uma mina reforçada. A Berliet ficou destruída, não morreu ninguém. Nessa altura os helicópteros ainda iam fazer as evacuações. O tal soldado foi para a metrópole, eu não precisei, estava todo negro. Almocei com o comandante do Batalhão porque eu ia ao Batalhão buscar comida e depois o comandante até me disse: “Se não quiser ir agora, vai amanhã faz-se outra coluna.” Não, não vou com eles, os feridos estão a ser tratados, eu posso andar, vou com eles. Quando foi da passagem da companhia para a outra que me veio render, depois daquele incidente com o soldado, que morreu a desarmadilhar a mina, eu dei instruções ao alferes de minas e armadilhas para que ele montasse um croqui, não só das minas que se

punham ao pé das pontes, como também do próprio destacamento, do aquartelamento que era um pequeno quartel que estava ali. E ele é que as levantava todas. Quando foi no fim da comissão, nós tínhamos que levantar as minas todas para entregar à outra companhia e eu digo para o alferes. “Eu posso ir, não tenho nada que fazer.” Pode, Passado algum tempo ouço rebentamentos e telefonaram-me a dizer que ficou lá. Eu fiz um outro, o alferes contou-me o que se passou. O alferes tinha estado de férias 3 meses atrás e quem ficou a substituí-lo foi um furriel, este com medo pôs lá mais umas minas, mas não disse nada a ninguém. Quando as foram arrancar, diz o furriel: “Ó meu alferes, não vá arrancar as minas, que eu tenho lá umas minas e o sr. não sabe onde estão.”, “Então vai lá tu que é que sabes.” Quando foi retirar as dele rebentou, foi a 2ª morte. Teve uma 3ª morte, são pesadelos que eu tenho. A 3ª morte é de um soldado que eu tenho, mando um grupo de combate fazer uma operação simples. Este soldado ia à frente e pisa uma mina anti-pessoal. Tem de trazer o gajo já para o quartel, eu mando já um pelotão para ajudar porque a FA já não vai. Se forem é aqui ao quartel. Trouxeram-no, enfermaria, mas ele esvaía-se em sangue. Eu vou para o rádio, ligo para o QG, conto o que se está a passar e que o homem está a morrer, em 2/3h morre. Podem aterrar, tenho a segurança montada, tudo preparado para vir. A FA veio, mas o rapaz esvaiu-se em sangue, morreu nos meus braços. Parece-me que está a chorar (comentário de Eugénio). Eu faço um relatório ao comando chefe, ao Spínola, em que relato tudo. O Spínola responde, vai levantar um inquérito, um auto e não sei que mais. Depois aquilo não deu em nada. As mortes tanto do furriel, como deste foi, já faltava um mês para a gente ser rendido. Logicamente ao fim do ano recebemos a mensagem: “o comando chefe, louva dado o resultado bom, vão para Quinhambel, vão para a praia.”, Quinhambel é melhor que Bissau, agora até fizemos lá uma coisa de turismo. E então, vamos para lá, estamos porreiros, só pistola a fazer umas rondas, nada de grande, material de guerra, camarão, porreiro até ao fim da comissão. Tinha 3 destacamentos. Estava a pensar mandar vir a minha mulher. Rebenta no dia 8 de Maio (???), rebenta ali a guerra. Eu já só tive guerra a sério em Lorossato, Guidage não tive. A companhia já não teve mais um beliscão. Na guerra é preciso ter sorte. Guidage está cercada por um campo de minas. Nós eramos considerada a melhor companhia e, também com a preparação que damos à milícia... tínhamos o maior levantamento de minas. Eu tinha a tropa tão treinada que , que quando havia um ataque ao quartel e eram só armas ligeiras ninguém respondia – isto em Lorossato. Era um silêncio absoluto. Disciplina de fogo. Toda a malta nas valas, eles, tá, tá, tá... não havia uma resposta nossa. O alferes que localizasse de onde vinha, era o único que podia responder. Isso criou, soubemos por informações da PIDE, que os gajos tinham receio – aquela tropa concentra-se, não gasta munições. A gente soube disso. Não só por uma questão de disciplina de fogo, para também saber de onde vinha a artilharia.

Estávamos em Quinhambel, acontece que depois do ataque a Cambora, Guidage continuava apesar dos comandos africanos, dos paraquedistas, dos fuzileiros, das companhias que foram lá, o capitão que soube lá, soube na messe dos oficiais, penso que era um miliciano, queria abandonar aquilo. Depois daquele ataque a Cambora, depois daquele desgaste com trinta e tal mortes, a maior parte dos comandos africanos, morreram 2/3 oficiais e também foi lá o Marcelino da Mata. Ele fez operações comigo no Lorossato. O comando chefe mandou uma mensagem, queriam mandar o Marcelino com o grupo dele para eu dar ordens para ele fazer operações. Recebi a mensagem secreta do comando chefe e no dia seguinte desce o Marcelino da Mata e o sentinela que estava na pista aponta a metralhadora, porque os gajos vinham todos

vestidos à PAIGC. O outro soldado, veio também dizer-me. Uma vez, depois de um ataque apanhamos dois guerrilheiros vivos, feridos, que não conseguiram fugir. Eu disse que era tropa nossa. Ele era sargento nessa altura. Ele saiu com o grupo dele e daí a 2 h voltou com a população. Agora vou descansar 8h. A seguir quero que me mande para um sítio onde haja gajos armados, pouca artilharia, mas armados. “Vá a tal sítio.” O gajo foi, houve para lá uns rebentamentos. Apareceu o gajo com mais população e diz-me: “Ó sr. capitão eu, temos de interrogar esta população para sabermos informações.” Eu interrogo a população, mas sigo as instruções da NET. Não, não tem de apertar com eles. Ponha um pau em cima do braço e vai ver como ele canta: “Não, não, você desculpe, comigo eles são prisioneiros, não são? Eu interrogo-os conforme estipulado. Se não quiserem colaborar vão para o batalhão. Faço uma coluna e vou levá-los ao batalhão, mas comigo, não.” Comecei a fazer a ficha a interrogar o gajo todo lixado – eles assim não dizem nada. Estive ali 2/3 horas e disse ao meu alferes: “faz o resto que eu vou descansar um bocado.” Eu estava a repousar, começo a ouvir uns gritos, vou a correr para o gabinete em cuecas e estava realmente o Marcelino da Mata e o alferes com um tronco a dar pancadas num braço a um homem. E o Marcelino da Mata diz: “Não proíba isso, olhe sabe uma coisa eu não faço prisioneiros. Só faço prisioneiros porque estou doente. Quero ir já para Bissau, chame-me já uma avioneta que quero ir para Bissau. Por estar doente é que eu os trouxe. Isto é o oficial mais condecorado do Exército Português. É este o homem. Era verdade estar doente. Quando chegou a Bissau foi operado a uma apendicite. Tinha de contar isto, porque são coisas que estão cá dentro. Passemos, então, a Quinhambel. Estávamos há 3/4 semanas, ou um mês e uma semana, recebo uma mensagem do comando chefe para me apresentar no QG. Também puni o meu 1º sargento, o 1º, depois foi substituído por outro, já experiente, eu falei com ele, pedi-lhe a opinião e ele disse: “ Ou isto é para levar uma porrada, ou é para o mandarem para o inferno.” Chamei o ordenança, arrancamos de jipe para o WG. O comando chefe das operações, o coronel que morreu em Paço d’ Arcos que me diz: “O nosso general é que vai dar as ordens a si. Há ordens novas.” Era o tenente-coronel Firmino Miguel. O nosso general quer falar consigo no briefing que vai haver daqui a 2h, aqui no comando chefe.” Lá vinha o gajo, todo vaidoso, o sr. governador a segui-lo com o carro, sai do carro, já lá estavam os brigadeiros todos, o comandante militar, o brigadeiro da intendência, estavam lá todos, o chefe do Estado-maior do Exército. E o Firmino Miguel, chega-se e diz: “Ó meu general, está o capitão Martinho, diz que lhe queria falar.” “Você sabe que a pátria esta num momento crucial, temos que dar tudo o que temos para salvar a pátria.” E eu para mim, mas que discurso é este?” pois eu dei-lhe a minha palavra que um ano em Lorossato e o sr. vinha para Bissau. Eu tenho de quebrar essa palavra. A sua companhia foi estudada e é aquela que está preparada principalmente para o levantamento das minas e, também debaixo de fogo, em experiência. E, portanto dou-lhe 3 dias para sair de Quinhambel e estar em B(??) e a sua missão vai ser picagem e desminagem da picada de Binta para Guidage. Em Guidage ficam 2 grupos de combate seus, e os outros 2 grupos depois hão-de ir para Bigene e o sr. fica em Guidage com os 2 grupos quando lá chegar e comanda a outra companhia que lá está de africanos. Está lá um alferes, o capitão recuou, vai-se embora com o capitão Salgueiro Maia que está lá, que foi lá, também para dar reforço. Tem 3 dias. Foi esta a ordem. “Precisa de alguma coisa? De material de guerra, fala com o fulano, preciso disto fala com sicrano...” Para o brigadeiro da intendência: este homem não responde por falta de material, entendeu? “Tem costa branca. Eu quis dar-lhe as ordens à frente deles, para saber que pode contar com eles. Estamos entendidos?” O que é que eu havia de dizer? Mas vou-te contar outro

episódio com o coronel Fabião. Foi chefe do EM aqui em Portugal. Foi o braço direito do Spínola. Estava no Lorossato ele era o oficial responsável pela psico na Guiné, toda a psico, as NEPES e Tudo. Havia um... no Lorossato da população que estava do nosso lado, porque havia ali uma bolanha com muito boa terra, para agricultura, que se chamava Fajunquito. O Spínola prometeu construir lá um aldeamento. Então o Fabião manda-me uma ordem para o Lorossato a dizer para fazer protecção com um grupo de combate, levava milícia e levava a população e construiu lá um aldeamento. Faz-me a ordem por escrito, dando conhecimento ao comandante, ao brigadeiro da intendência, a todos os comandos de Bissau. Eu fiquei maluco. Eu andava a levar porrada e ainda me iam tirar mais um grupo de combate. Isto é um suicídio. Chamei os milicianos, o comandante das milícias e disse: “Vocês querem ir para lá?”, “Nós queremos, nós precisamos de uma companhia, lá, senão somos raptados. A povoação ninguém vai para lá, nem eu.” E eu neste dilema, nem dormi nessa noite. Eu li as NEP e nem resposta áquilo, faço uma carta transcrevendo as NEP feitas pelo Fabião e dizendo que não era possível cumprir. Passado 2 dias, estava o Fabião a entrar no quartel, foi de avioneta, com 2 seguranças, foi lá. Fui a correr e ele disse: “Falamos no seu gabinete!” Ficámos só 2 dias. “Você atreve-se a mandar-me uma carta destas a dizer que não cumpre as ordens e ainda por cima vai buscar as minhas NEP. Por eu ter dado uma ordem contra as minhas NEP. Você é um filho da puta.”, “Filho da puta é o senhor.”, “Olhe que eu mando-o prender!”, “Então prenda-me e leve-me já!” O gajo olhou para mim, eu estava furioso, tinha arrebitado com a mina e o gajo a chamar-me nomes. “Penda-me, olhe leve-me já para a prisão e, pronto.” O gajo não diz mais nada, abre a porta, volta-se para trás e diz: “Veja lá se toma conta disto!” Fomos para Guidage, para Binta, nem vou contar como consegui convencer e mobilizar os homens.

Foi uma tragédia.

Metade da companhia foi dar baixa ao hospital de Bissau, a dizer que estavam doentes. Fui ao hospital, chamei o comandante e disse-lhe, chame os médicos que quero falar com eles. “Vamos morrer lá todos, só levo metade.” Os médicos disseram: “Deixe isso connosco.” Até doentes iam nas Berlits, deitados em camas, cheguei lá, quem é que eu recebo? Começamos a picar o itinerário para Guidage, sem ainda vir o Salgueiro Maia para baixo, chegámos quase até

2/3. Depois era uma pequena parte, nessa altura, veio então o Salgueiro Maia para baixo com o outro capitão. Eu estive com ele aí 1h, talvez nem isso, já não me lembro, e depois também não aliei o nome dele. Hoje, sei que foi um homem muito corajoso. Aquilo que eu vi e as baixas que ele teve. Isso é verdade. Diz ele: “Sabe que há muito descontentamento nosso.”, “Eu sei que há.”, disse eu. “Vai haver um congresso de combatentes que o nosso general vai patrocinar, mas isso não é só isso, é que isto não se resolve assim com a guerra, nós ficamos cá todos e eu chego lá, à metrópole e arrebitado com esta merda toda.” Eu pensei – este gajo está apanhado. Está bem, pensei eu, os capitães do quadro estarem descontentes, agora chegar à metrópole e dar cabo disto tudo. “Garanto, pá, e tem de ser, não há outra maneira.” E pronto o gajo lá se foi embora com a companhia dele e eu para Guidage. Cheguei lá e, pronto o quartel estava todo arrasado, o meu gabinete. Tinha uma companhia de africanos e um grupo de artilharia – (???) e tal. A 1ª coisa que fiz quando cheguei lá, reuni os meus oficiais e a 1ª coisa que fiz foi estudar o itinerário da retirada. O tecto do meu gabinete estava rebentado. A gente foge para dentro do Senegal, que é a 1Km, e depois é que entramos outra vez. Eles estão-nos todos a emboscar aqui deste

lado, para não nos deixarem fugir. Eles estão todos dentro do nosso território. À noite, no fundo da pista, que a pista estava já um bocadinho no Senegal. Vamos por lá e depois andamos um bocadinho, voltamos a entrar e vamos direitos a Farim. Ao fim de 2/2,5 meses eu apercebo-me que o PAIGC, até pela escuta da rádio ouvia-se os treinos deles, e apercebi-me até com notícias que a gente recebia na PIDE que eles afastavam-se dali da guerra. Eles agora vão atacar o comando em Bigene. O comandante de lá pensou o mesmo e mandou-me uma mensagem: “Capitão tenho aqui os seus dois grupos de combate, o senhor vai deixar isso aí, vou mandar um pelotão de fuzileiros pelo Cacheu, vão buscá-lo e você vem para cá e eu mando para aí outro alferes comandar isso, esteja preparado no dia tal.” E fui para Bigene. “Vá preparando as suas tropas vou-lhe dar mais dois grupos de combate, porque eles agora vêm atacar aqui.

Mais uma pergunta. Nessas zonas de guerra a sério, subversão forte o que é que tu achas que achavam aqueles tipos todos do quadro destes milicianozecos?

Tu se vires, pelo mapa onde estavam os capitães milicianos em 73 e 74, estava tudo lá para dentro. Eu venho aqui falar porque tenho aqui cartas de soldados doentes, repara que eu ver o Paulo Portas a ir a uma cerimónia ao túmulo do soldado desconhecido, a flectir, a falar da pátria e não sei que mais e soldados com doenças a escreverem-me, e eu a ir aos autos e ninguém faz nada por ele, pá! Tenho aqui as cartas deles. Gajos a chorarem e eles não lhes dão uma reforma, pá! Fui ao quartel em S. Sebastião e fui à electromecânica, pediu-me para escrever a este comandante e isto revolta. Então não há, deixaram lá os corpos. Foi a associação que foram lá buscar os mortos, pá! Vi-os lá enterrados com as cervejas. O que é isto, pá! São recortes que eu tenho, porque eu quero manter a minha memória, assim como tenho esta revista do Público que fala de Guilege. Tu vês algum artigo destes falar de algum capitão miliciano? Nenhum! Nós em 73, 71 e 72 com a situação política como a gente falou no princípio, tínhamos já bagagens e dizíamos lá aos próprios capitães, na messe de oficiais em Bissau, àqueles tenentes, capitães do quadro: “Eh, pá esta guerra não acontece, não leva a lado nenhum.” Vês algum nome de algum capitão a ser citado? Um Estado corporativo, em que a defesa é só deles, eu não sou ingénuo, ou melhor, sou, mas sei, pá, documentos que provam como estavam os nossos soldados. Isto é um escândalo, por isso é que venho cá. Eu gosto de contar esta história, mas é isto que me revolta e lembrar os meus mortos. Eu só fui a 2 jantares, todos os anos me convidam, ontem descobri um blog de Lorossate, eu até respondi pela 1ª vez, porque inventarem que eu fui para Guidage, porque era um capitão periquito e houve um capitão do quadro que disse que não ia para lá ao Spínola, como se isto fosse possível. Está a correr entre os meus soldados como era ingénuo, aceitei ir voluntariamente. Também é invenção deles. Mas isto que me trás cá, isto é fundamental, nem agora na velhice. No último jantar, eu perguntei pelo Adão, o guarda-costas e disseram-me que era um desgraçado, e outros!